ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLX Nº 173 Brasília - DF, segunda-feira, 12 de setembro de 2022 SEÇÃO 1

Sumário

Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Poder Legislativo 1
Presidência da República 2
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 3
Ministério da Cidadania 6
Ministério das Comunicações 6
Ministério da Defesa 13
Ministério do Desenvolvimento Regional 17
Ministério da Economia 18
Ministério da Educação 90
Ministério da Infraestrutura 92
Ministério da Justiça e Segurança Pública 98
Ministério do Meio Ambiente 108
Ministério de Minas e Energia 108
Ministério da Saúde 128
Ministério do Trabalho e Previdência 151
Ministério do Turismo 152
Banco Central do Brasil 155
Controladoria-Geral da União 159
Ministério Público da União 159
Tribunal de Contas da União 171
Defensoria Pública da União 243
Poder Judiciário 243
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 244
..... Esta edição é composta de 246 páginas .....

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PLENÁRIO

DECISÕES
Argüição de Descumprimento de Preceito Fundamental
(Publicação determinada pela Lei nº 9.882, de 03.12.1999)

Julgamentos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.649

ORIGEM	: 6649 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	: MIN. GILMAR MENDES
REQTE.(S)	: CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - CFOAB
ADV.(A/S)	: FELIPE DE SANTA CRUZ OLIVEIRA SCALETSKY (38672/DF, 095573/RJ) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO DATA PRIVACY BRASIL DE PESQUISA
ADV.(A/S)	: BRUNO RICARDO BIONI (316083/SP)
ADV.(A/S)	: MARIANA MARQUES RIELLI (408049/SP)
ADV.(A/S)	: RAFAEL AUGUSTO FERREIRA ZANATTA (311418/SP)
ADV.(A/S)	: IZABEL SAENGER NUNEZ (232503/RJ)
AM. CURIAE.	: LABORATORIO DE POLITICAS PUBLICAS E INTERNET LAPIN
ADV.(A/S)	: JOSE RENATO LARANJEIRA DE PEREIRA (59985/DF)
ADV.(A/S)	: PAULO HENRIQUE ATTA SARMENTO (63259/DF)
AM. CURIAE.	: INSTITUTO MAIS CIDADANIA
ADV.(A/S)	: LUIZ GUSTAVO DE ANDRADE (35267/PR)
ADV.(A/S)	: ROOSEVELT ARRAES (34724/PR)

Decisão: Após a leitura do relatório e a realização de sustentações orais, o julgamento foi suspenso. Falaram: pelo requerente, o Dr. Danilo Cesar Maganhoto Doneda; e, pelo amicus curiae Instituto Mais Cidadania, o Dr. Luiz Gustavo de Andrade. Presidência do Ministro Luiz Fux. Plenário, 31.8.2022.

Decisão: Após o início do voto do Ministro Gilmar Mendes (Relator), o julgamento foi suspenso. Falaram: pelo interessado, o Ministro Bruno Bianco Leal, Advogado-Geral da União; pelo amicus curiae Associação Data Privacy Brasil de Pesquisa, o Dr. Rafael Augusto Ferreira Zanatta; pelo amicus curiae Laboratório de Políticas Públicas e Internet - LAPIN, o Dr. José Renato Laranjeira de Pereira; e, pela Procuradoria-Geral da República, a Dra. Lindôra Maria Araújo, Vice-Procuradora-Geral da República. Presidência do Ministro Luiz Fux. Plenário, 1º.9.2022.

DECISÕES
Argüição de Descumprimento de Preceito Fundamental
(Publicação determinada pela Lei nº 9.882, de 03.12.1999)

Julgamentos

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 695

ORIGEM	: 695 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	: MIN. GILMAR MENDES
REQTE.(S)	: PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO - PSB
ADV.(A/S)	: IVO DA MOTTA AZEVEDO CORREA (207069/SP)
INTDO.(A/S)	: UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE.	: LABORATORIO DE POLITICAS PUBLICAS E INTERNET LAPIN
ADV.(A/S)	: HENRIQUE BAWDEN SILVERIO DE CASTRO (58680/DF)
AM. CURIAE.	: ASSOCIACAO DOS SERVIDORES DA AGENCIA BRASILEIRA DE INTELIGENCIA - ASBIN
ADV.(A/S)	: ANTÔNIO TORREÃO BRAZ FILHO (9930/DF)
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO LAWGORITHM DE PESQUISA EM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL
ADV.(A/S)	: MIGUEL GARZERI FREIRE (382841/SP)
ADV.(A/S)	: RICARDO RESENDE CAMPOS (438833/SP)
ADV.(A/S)	: NURIA LOPEZ CABALEIRO SUAREZ (235236/RJ, 305612/SP)
ADV.(A/S)	: JULIANO SOUZA DE ALBUQUERQUE MARANHÃO (194021/SP)
AM. CURIAE.	: INSTITUTO BETA PARA DEMOCRACIA E INTERNET - IBIDEM
ADV.(A/S)	: DANIEL AUGUSTO VILA NOVA GOMES (56175/DF, 404281/SP)
AM. CURIAE.	: INTERVOZES - COLETIVO BRASIL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
ADV.(A/S)	: MANUELA OLIVEIRA CAMARGO (300982/SP)
ADV.(A/S)	: BRUNO MOSCHETTA (298123/SP)
AM. CURIAE.	: INSTITUTO MAIS CIDADANIA
ADV.(A/S)	: LUIZ GUSTAVO DE ANDRADE (35267/PR)
ADV.(A/S)	: ROOSEVELT ARRAES (34724/PR)

Decisão: Após a leitura do relatório e a realização de sustentações orais, o julgamento foi suspenso. Falaram: pelo requerente, o Dr. Ivo da Motta Azevedo Corrêa; e, pelo amicus curiae Instituto Mais Cidadania, o Dr. Luiz Gustavo de Andrade. Presidência do Ministro Luiz Fux. Plenário, 31.8.2022.

Decisão: Após o início do voto do Ministro Gilmar Mendes (Relator), o julgamento foi suspenso. Falaram: pela interessada, o Ministro Bruno Bianco Leal, Advogado-Geral da União; pelo amicus curiae Laboratório de Políticas Públicas e Internet - LAPIN, o Dr. José Renato Laranjeira de Pereira; pelo amicus curiae Associação dos Servidores da Agência Brasileira de Inteligência - ASBIN, a Dra. Luiza Torreão Braz; pelo amicus curiae Associação Lawgorithm de Pesquisa em Inteligência Artificial, o Dr. Ricardo Campos; pelo amicus curiae Instituto Beta para Democracia e Internet - IBIDEM, o Dr. Daniel Augusto Vila-Nova Gomes; e, pela Procuradoria-Geral da República, a Dra. Lindôra Maria Araújo, Vice-Procuradora-Geral da República. Presidência do Ministro Luiz Fux. Plenário, 1º.9.2022.

Secretaria Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 14.448, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

Institui, em âmbito nacional, o Agosto Lilás como mês de proteção à mulher, destinado à conscientização para o fim da violência contra a mulher.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei institui, em âmbito nacional, o Agosto Lilás como mês de proteção à mulher, destinado à conscientização para o fim da violência contra a mulher.

Art. 2º É instituído, em âmbito nacional, o Agosto Lilás como mês de proteção à mulher, destinado à conscientização para o fim da violência contra a mulher.

Art. 3º Durante todo o mês de agosto, anualmente, a União e os demais entes federados envidarão esforços para a promoção de ações intersetoriais de conscientização e para o esclarecimento sobre as diferentes formas de violência contra a mulher, com o objetivo de:

I - orientar e difundir as medidas que podem ser adotadas, judicial e administrativamente, bem como informar sobre os órgãos e as entidades envolvidos, sobre as redes de suporte disponíveis e sobre os canais de comunicação existentes;

II - promover debates e outros eventos sobre as políticas públicas de atenção integral à mulher em situação de violência;

III - apoiar, ainda que tecnicamente, as atividades organizadas e desenvolvidas pela sociedade com o intuito de prevenir, de combater e de enfrentar os diferentes tipos de violência contra a mulher;

IV - estimular a conscientização da sociedade para a prevenção e o enfrentamento da violência contra a mulher iluminando os prédios públicos com luz de cor lilás;

V - veicular campanhas de mídia e disponibilizar informações à população por meio de **banners**, **folders** e outros materiais ilustrativos e exemplificativos sobre as diferentes formas de violência contra a mulher e sobre os mecanismos de prevenção, os canais disponíveis para denúncia de casos de violência e os instrumentos de proteção às vítimas; e

VI - adotar outras medidas com o propósito de esclarecer e sensibilizar a sociedade e de estimular ações preventivas e campanhas educativas, inclusive para difundir como cada um pode contribuir para o fim da violência contra a mulher.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de setembro de 2022; 201º da Independência e 134º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Victor Godoy Veiga
Cristiane Rodrigues Britto

AVISO

Foram publicadas em 9/9/2022 as edições extras nºs 172-A e 172-B do *DOU*.
Para acessar o conteúdo, clique nos nºs das edições.

IMPRENSA NACIONAL
Conexão com a informação oficial

Presidência da República

DESPACHO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 506, de 9 de setembro de 2022. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 14.448, de 9 de setembro de 2022.

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO

DEFIRO o credenciamento da AR ALMEIDA CABRAL CERTIFICADORA. Processo n° 00100.001297/2022-16.

CARLOS ROBERTO FORTNER
Diretor-Presidente



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

LUIZ EDUARDO RAMOS BAPTISTA PEREIRA
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral

HELDO FERNANDO DE SOUZA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

VALDECI MEDEIROS
Coordenador-Geral de Publicação, Produção e Preservação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Publicação do Diário Oficial da União

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MAPA Nº 487, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

Institui, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Grupo de Trabalho técnico do Programa Nacional de Conservação in situ de Recursos Genéticos de interesse para a Agropecuária e Alimentação.

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, com base no inciso III do art. 1º do Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016, tendo vista o disposto no Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, no Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, e o que consta do Processo nº 21000.062773/2022-73, resolve:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Grupo de Trabalho Técnico, de caráter consultivo e propositivo, com a finalidade de discutir proposta de criação e implementação de um programa nacional de conservação in situ de recursos genéticos de interesse para a agropecuária e alimentação.

Art. 2º Ao Grupo de Trabalho Técnico compete apresentar proposta de criação e implementação de um Programa Nacional de Conservação in situ de Recursos Genéticos de Interesse para a Agropecuária e a Alimentação.

Art. 3º O Grupo de Trabalho Técnico será composto por representantes, titulares e suplentes, dos seguintes órgãos e entidades:

I - Serviço Florestal Brasileiro;
II - Secretaria de Aquicultura e Pesca;
III - Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo;
IV - Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável e Irrigação;
V- Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira; e
VI - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa.

§ 1º Cada membro do Grupo de Trabalho Técnico terá até dois suplentes, que o substituirão em suas ausências e seus impedimentos.

§ 2º Os membros do Grupo de Trabalho Técnico serão indicados pelos titulares dos órgãos e entidades representados, e designados em ato do Secretário da Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável e Irrigação.

§ 3º. O Grupo de Trabalho Técnico será coordenado pelo representante titular do Serviço Florestal Brasileiro.

§ 4º Caberá à Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável e Irrigação prestar apoio técnico e administrativo ao Grupo de Trabalho Técnico.

§ 5º O Grupo de Trabalho Técnico poderá convidar representantes de órgãos e entidades, públicas e privadas, para participar das reuniões, sem direito ao voto, sempre que seus conhecimentos, habilidades e competências possam ser necessários ao cumprimento da sua finalidade.

Art. 4º O Grupo de Trabalho Técnico se reunirá quinzenalmente, ordinariamente e, extraordinariamente, mediante convocação de seu coordenador.

§ 1º O quórum de reunião do Grupo de Trabalho Técnico é de maioria absoluta e o quórum de aprovação é de maioria simples.

§ 2º As deliberações do Grupo de Trabalho Técnico serão tomadas por consenso ou, se necessário, por maioria simples dos votos.

§ 3º As reuniões ordinárias e extraordinárias do Grupo de Trabalho Técnico serão realizadas por meio de videoconferência, exceto se demonstrada a inviabilidade ou inconveniência.

Art. 5º A participação no Grupo de Trabalho Técnico será considerada prestação de serviço público relevante e não ensejará remuneração, sendo vedado o reembolso de despesas relativas à participação em reuniões ordinárias ou extraordinárias.

Art. 6º O encerramento das atividades do Grupo de Trabalho Técnico está condicionado à apresentação da proposta de criação e implementação de um Programa Nacional de Conservação in situ de Recursos Genéticos, que deverá ser entregue ao Diretor do Departamento de Apoio à Inovação para a Agropecuária, da Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável e Irrigação, no prazo máximo de noventa dias.

Parágrafo único. O prazo de que trata o caput será contado a partir da data de publicação desta Portaria, admitida, motivadamente, a prorrogação por igual período, uma única vez.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor em 3 de outubro de 2022.

MÁRCIO ELI AMEIDA LEANDRO

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO ACRE

PORTARIA Nº 3, DE 18 DE AGOSTO DE 2022

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO ACRE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria Ministerial nº 561, de 07 de junho de 2018, Seção X, que aprova o Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com base na Instrução Normativa nº 06, de 16 de janeiro de 2018 e o que consta nos autos, resolve:

Art. 1º HABILITAR o Médico Veterinário, RODRIGO FELICI BORTOLAN, CRMV-AC nº 244, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA para equídeos e bovinos com origem em eventos com aglomerações de animais nos municípios de Sena Madureira, Manoel Urbano, Santa Rosa do Purus e Feijó do Estado do Acre. Processo SEI nº 21004.000411/2022-59.

Art. 2 Esta habilitação restringe-se à emissão de GTA, através do sistema informatizado utilizado no Estado do Acre.

Art. 3 A emissão de GTA deve ocorrer em conformidade com os manuais próprios do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e com atendimento aos demais dispositivos legais que regem a matéria.

Art. 4- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ALBERTO DO NASCIMENTO BRANDÃO
Superintendente
Substituto

PORTARIA Nº 23, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO ACRE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria Ministerial nº 561, de 07 de junho de 2018, Seção X, que aprova o Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com base na Instrução Normativa nº 06, de 16 de janeiro de 2018 e o que consta nos autos, resolve:

Art. 1º HABILITAR a Médica Veterinária, GLÓRIA DINIZ PIRES DE CONTREIRA, CRMV-AC nº 548, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA para equídeos e bovinos com origem em eventos com aglomerações de animais nos municípios de Rio Branco, Bujari, Sena Madureira, Senador Guiomard, Acrelândia e Plácido de Castro no Estado do Acre. Processo SEI nº 21004.000429/2022-51.

Art. 2 Esta habilitação restringe-se à emissão de GTA, através do sistema informatizado utilizado no Estado do Acre.

Art. 3 A emissão de GTA deve ocorrer em conformidade com os manuais próprios do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e com atendimento aos demais dispositivos legais que regem a matéria.

Art. 4- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ALBERTO DO NASCIMENTO BRANDÃO
Superintendente
Em exercício

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO PARÁ

RETIFICAÇÃO

Na Portaria de nº 52, de 9 de agosto de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 9 de setembro de 2022, onde se lê: "PORTARIA Nº 52..."; leia-se: "PORTARIA Nº 63...".

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 10, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE SANTA CATARINA - SUBSTITUTO, nomeado pela Portaria nº 2.757, de 14 de agosto de 2019, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em especial a disposta no art. 292 do Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado pela Portaria nº 561, de 11 de abril de 2018 e ainda o constante dos autos do processo SEI 21050.007330/2022-24, resolve:

Art. 1º Desabilitar o Médico Veterinário ELIVELTON BERNARDO NENEVE, registrado no CRMV Primário nº 11543-SC, para colheita e envio de amostras para diagnóstico do mormo no âmbito do estado de Santa Catarina

.Art. 2° Revoga-se, unicamente, a habilitação do veterinário citado na PORTARIA Nº 002, DE 18/07/2022.Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS CEZAR FARIA DE MESQUITA

SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA

PORTARIA SAP/MAPA Nº 1.247, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Cancela as habilitações das embarcações NATAL PESCA VII e CHARMOSO III no Programa de Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel consumido por Embarcações Pesqueiras Nacionais no ano.

A SECRETÁRIA DE AQUICULTURA E PESCA SUBSTITUTA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 32 do Anexo I ao Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, e o que consta do Processo nº 21000.101748/2021-31, resolve:

Art. 1º Cancelar as habilitações da empresa NATAL PESCA LTDA - CNPJ 01.337.158/0002-03 e da embarcação NATAL PESCA VII - TIE 1610056779 e da empresa ICOARACI PESCADOS E EXPORTAÇÃO LTDA - CNPJ 05.923.634/0001-30 e da embarcação CHARMOSO III - TIE 1610056540 no Programa de Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel consumido por Embarcações Pesqueiras Nacionais no ano de 2022, por motivo de desconformidades com as normas vigentes..

Art. 2º Considerar-se-ão como cancelados para as embarcações os saldos de 2022, relativos às previsões de consumo de diesel e de valor, na forma do Anexo I.

Art. 3º Os efeitos dos cancelamentos das habilitações serão considerados a contar de 04 de fevereiro de 2022.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDREIA LINS RIBAS

PORTARIA SAP/MAPA Nº 1.251, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

Suspende a Autorização de Pesca da embarcação de pesca KR II, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira SC-0000913-8, por 60 (sessenta) dias

A SECRETÁRIA DE AQUICULTURA E PESCA SUBSTITUTA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I ao Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, na Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009; na Portaria nº 20, de 14 de janeiro de 2020 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; a Instrução Normativa Interministerial nº 02, de 04 de setembro de 2006 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Defesa; a Instrução Normativa nº 20, de 10 setembro de 2014 do Ministério da Pesca e Aquicultura; a Instrução Normativa nº 18, de 18 de junho de 2008 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca e o que consta do Processo nº 21050.008435/2020-39, resolve:

Art. 1º Suspender a Autorização de Pesca da embarcação KR II, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0000913-8 e na Autoridade Marítima sob o nº 443-007991-9 código da frota: 1.01.002 no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira - SisRGP, na modalidade de permissionamento: Espinhel Horizontal (Superfície), espécie alvo: Atuns (albacora laje, albacora branca e albacora bandolim) e fauna acompanhante, na área de atuação: Mar territorial; ZEE; e Águas internacionais, tendo em vista o não cumprimento do disposto no art. 7° por força do art. 19 da Instrução Normativa Interministerial nº 02, de 04 de setembro de 2006 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Defesa; inciso II do art. 4° da Instrução Normativa nº 18, de 18 de junho de 2008 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República e do art. 12 da Instrução Normativa nº 20, de 10 setembro de 2014 do Ministério da Pesca e Aquicultura, por 60 (sessenta) dias corridos, a partir da entrada em vigor desta Portaria.

Art. 2º No período de suspensão a embarcação de pesca fica proibida de realizar cruzeiro de pesca, o descumprimento da sanção imposta poderá gerar o cancelamento da Autorização de Pesca.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor 30 (trinta) dias a contar da data da sua publicação.

ANDREIA LINS RIBAS

PORTARIA SAP/MAPA Nº 1.252, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

Suspende a Autorização de Pesca da embarcação de pesca ECLIPSE II, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira RS-0003950-7, por 60 (sessenta) dias corridos, a partir da entrada em vigor desta Portaria.

A SECRETÁRIA DE AQUICULTURA E PESCA SUBSTITUTA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I ao Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, na Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009; na Portaria nº 20, de 14 de janeiro de 2020 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; a Instrução Normativa nº 20, de 10 setembro de 2014 do Ministério da Pesca e Aquicultura e o que consta do Processo nº 21042.000413/2020-20, resolve:

Art. 1º Suspender a Autorização de Pesca da embarcação ECLIPSE II, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº RS-0003950-7 e na Autoridade Marítima sob o nº 461-007803-1 código da frota: nº 2.08.001 no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira - SisRGP, na modalidade de permissionamento: Emalhe Costeiro diversificada, espécie alvo: Anchova (Pomatomus saltatrix), Corvina (Micropogonias furnieri), Pescada (Cynoscion guatucupa), Castanha (Umbrina canosai) e Abrótea (Urophycis brasiliensis) e fauna acompanhante, na área de atuação: litoral das regiões Sudeste e Sul , tendo em vista o não cumprimento do disposto no art. 12 da Instrução Normativa nº 20, de 10 setembro de 2014 do Ministério da Pesca e Aquicultura, por 60 (sessenta) dias corridos, a partir da entrada em vigor desta Portaria.

Art. 2º No período de suspensão a embarcação de pesca fica proibida de realizar cruzeiro de pesca. O descumprimento da sanção imposta poderá gerar o cancelamento da Autorização de Pesca.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDREIA LINS RIBAS

PORTARIA SAP/MAPA Nº 1.253, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

Suspende a Autorização de Pesca da embarcação PALMAS II, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira RJ-0000375-6, por 60 (sessenta) dias corridos, a partir da entrada em vigor desta Portaria.

A SECRETÁRIA DE AQUICULTURA E PESCA SUBSTITUTA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I ao Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, na Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009; na Portaria nº 20, de 14 de janeiro de 2020 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; a Instrução Normativa Interministerial nº 02, de 04 de setembro de 2006 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Defesa; a Instrução Normativa nº 20, de 10 setembro de 2014 do Ministério da Pesca e Aquicultura; a Instrução Normativa nº 18, de 18 de junho de 2008 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República e o que consta do Processo nº 21044.001314/2020-45, resolve:

Art. 1º Suspender a Autorização de Pesca da embarcação PALMAS II, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº RJ-0000375-6 e na Autoridade Marítima sob o nº 381-045862-7 código da frota 1.05.001 no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira, na modalidade de permissionamento Linha/vara - com isca viva, espécie alvo Bonito listrado (Katsuwonus pelamis) e fauna acompanhante, na área de atuação Mar territorial Sul/Sudeste; e Zona Econômica Exclusiva Sul/Sudeste, tendo em vista o não cumprimento do disposto no art. 7º por força do art. 19 da Instrução Normativa Interministerial nº 02, de 04 de setembro de 2006 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Defesa; inciso II do art. 4º da Instrução Normativa nº 18, de 18 de junho de 2008 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República e do art. 12 da Instrução Normativa nº 20, de 10 setembro de 2014 do Ministério da Pesca e Aquicultura, por 60 (sessenta) dias corridos, a partir da entrada em vigor desta Portaria.

Art. 2º No período de suspensão a embarcação de pesca fica proibida de realizar cruzeiro de pesca. O descumprimento da sanção imposta poderá gerar o cancelamento da Autorização de Pesca.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a contar da data de sua publicação.

ANDREIA LINS RIBAS

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA SDA Nº 650, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a implantação do Programa de Gestão no âmbito da Secretaria de Defesa Agropecuária.

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, considerando o disposto no art. 3º da Portaria MAPA nº 470, de 8 de agosto de 2022, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022, resolve:

Art. 1º Instituir o Programa de Gestão e Desempenho - PGD no âmbito da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, nas seguintes modalidades de execução:

I - presencial; ou

II - teletrabalho.

Parágrafo único. O teletrabalho de que trata o inciso II do caput poderá ocorrer em regime de execução integral ou parcial.

Art. 2º As atividades que poderão ser executadas por meio do Programa de Gestão e Desempenho - PGD desta Unidade, são as constantes no Anexo I desta Portaria.

Parágrafo único. Fica estabelecida a exigência de produtividade adicional entre 20% e 50% (vinte e cinquenta por cento), aos participantes da modalidade teletrabalho em regime de execução integral, em relação às mesmas atividades executadas em regime de execução parcial ou executadas na modalidade presencial.

Art. 3º Os agentes públicos que poderão participar do PGD desta Unidade, são os seguintes:

I - servidores públicos ocupantes de cargo efetivo;

II - servidores públicos ocupantes de cargo em comissão;

III - empregados públicos;

IV - contratados por tempo determinado, nos termos do disposto na Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993; e

V - os estagiários, observado o disposto na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

Art. 4º Ficam vedados de participarem do PGD da SDA, na modalidade teletrabalho, em regime de execução integral ou parcial, além dos elencados no art. 10 da Portaria MAPA nº 470, de 8 de agosto de 2022, os servidores em estágio probatório.

Art. 5º O participante do PGD da SDA, na modalidade teletrabalho, em qualquer regime de execução, poderá ser convocado pela respectiva chefia à comparecer presencialmente à sua unidade de trabalho, sempre que houver interesse fundamentado da Administração.

§ 1º O comparecimento de que trata o caput é de responsabilidade do participante, o qual não fará jus ao recebimento de nenhuma despesa relacionada ao transporte ou diária.

§ 2º O prazo mínimo de antecedência de convocação de que trata o caput é de 5 (cinco) dias.

§ 3º A solicitação da chefia deverá ser encaminhada pelo correio eletrônico institucional do participante e o início do prazo de que trata o § 1º dar-se-á a partir do dia seguinte da referida comunicação.

Art. 6º Ao participante que descumprir injustificadamente a convocação de que trata o art. 5º, será registrada Falta Não Justificada e ensejará em perda da parcela de remuneração diária proporcional, nos termos do inciso I do art. 44 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 7º O quantitativo de agentes públicos participantes na modalidade teletrabalho em regime de execução integral será de, no máximo, 45% (quarenta e cinco por cento) do total da força de trabalho por subunidade, observado o limite que consta do art. 6º da Portaria MAPA nº 470, de 8 de agosto de 2022.

§ 1º Para fins do disposto no caput, serão consideradas subunidades o Gabinete e os Departamentos desta Secretaria.

§ 2º Caberá ao Departamento de Gestão Corporativa monitorar o quantitativo máximo de participantes incluídos na modalidade indicada e subsidiar decisão do Dirigente.

§ 3º Para atender o limite máximo de que trata o caput, a chefia imediata poderá apresentar solicitação de revezamento de participantes do PGD, priorizando a manutenção daqueles que:

I - usufruam de horário especial ao servidor estudante de que trata o art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

II - gestantes e lactantes, durante o período de gestação e amamentação;

III - com mobilidade reduzida, nos termos da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000; ou

IV - com vínculo efetivo.

§ 4º Para realização do revezamento de que trata o § 3º, o Dirigente poderá estabelecer critérios técnicos específicos, devidamente justificados.

Art. 8º A seleção de interessados a participar do Programa deverá ser executada de modo impessoal, com base nas atividades a serem desempenhadas e na experiência dos interessados.

§ 1º A operacionalização da seleção dos candidatos, obrigatoriamente, será realizada por meio do sistema informatizado do PGD em uso neste Ministério.

§ 2º Caso a atividade e a entrega esperada exijam, poderão ser incluídos critérios técnicos específicos, devidamente justificados.

§ 3º A seleção dos candidatos deverá ser realizada pela chefia da unidade que gerou a seleção, que a fará mediante decisão fundamentada.

Art. 9º Na adesão ao PGD, o agente público e a respectiva chefia imediata deverão firmar plano de trabalho contendo, no mínimo, as seguintes informações:

I - data de início e de término;

II - atividades a serem executadas pelo participante;

III - metas e prazos; e

IV - Termo de Ciência e Responsabilidade constante do Anexo II desta Portaria.

§ 1º O plano de trabalho de que trata o caput será operacionalizado por meio do sistema informatizado do programa de gestão em uso neste Ministério.

§ 2º O Termo de Ciência e Responsabilidade de que trata o inciso IV deverá ser encaminhado à respectiva unidade pagadora do interessado, para arquivamento no assentamento funcional.

§ 3º O participante do PGD comunicará à respectiva chefia imediata quaisquer afastamentos, licenças e outros impedimentos que poderão ensejar em adequação das metas e dos prazos ou possível redistribuição das atividades constantes do seu plano de trabalho.

Art. 10. Os atos de ingresso e desligamento de participante do PGD serão publicados no Boletim de Gestão de Pessoas do Sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal - Sigepe e enviados imediatamente à respectiva unidade pagadora do interessado, para registro e as providências operacionais cabíveis.

Art. 11. A inclusão de agente público que residir no exterior na modalidade teletrabalho, deverá observar o disposto no art. 12 do Decreto nº 11.072, de 2022.

§ 1º O agente público deverá apresentar a solicitação de autorização para teletrabalho no exterior por meio de formulário específico disponível no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, com a devida manifestação da chefia imediata.

§ 2º O requerimento deverá ser encaminhado ao dirigente máximo desta Unidade, para apreciação e manifestação expressa quanto o interesse da administração.

§ 3º Caberá ao Departamento de Gestão Corporativa monitorar o quantitativo máximo de agentes públicos abrangidos pela autorização excepcional de teletrabalho no exterior de que trata o § 8º do art. 12 do Decreto nº 11.072, de 2022, no âmbito desta Secretaria.

§ 4º Somente após a manifestação técnica da área de gestão de pessoas deste Ministério, o requerimento será apreciado pela autoridade de que trata o inciso V do art. 12 do Decreto nº 11.072, de 2022.

Art. 12. O participante será desligado do PGD desta Unidade:

I - a pedido;

II - no interesse da Administração, por razões técnicas ou de conveniência, ou oportunidade, devidamente fundamentadas;

III - por 3 (três) avaliações insuficientes do plano de trabalho estabelecido pela chefia, consecutivas ou intercalas no período de 1 (um) ano;

IV - em virtude do descumprimento das disposições do Termo de Ciência e Responsabilidade pactuado na adesão ao Programa;

IV - pelo decurso de prazo de vigência de participação no Programa, salvo se deferida a prorrogação do prazo;

V - em virtude de remoção, alteração da unidade de exercício ou realocação interna para execução de outras atividades não constantes no Anexo I desta Portaria; ou

VI - pelo revezamento de que trata o § 3º do art. 7º desta Portaria.

§ 1º Em todas as hipóteses de que trata o caput, será concedido o prazo mínimo de 10 (dez) dias para que o participante volte a se submeter ao controle de frequência.

§ 2º O prazo de que trata o § 1º será de, no mínimo, 30 (trinta) dias para o participante do PGD que esteja residindo no exterior.

§ 3º Caberá à chefia imediata apresentar solicitação motivada do desligamento do participante do PGD que incorrer nas hipóteses dos incisos II a V do caput.

§ 4º A solicitação de desligamento deverá ser ratificada pela autoridade hierarquicamente superior à chefia imediata do participante e encaminhada à deliberação do titular da Unidade.

§ 5º Até que seja notificado pela chefia imediata a respeito do ato de desligamento publicado, o participante continuará em regular exercício das atividades no PGD.

Art. 13. Nas hipóteses de desligamento de que tratam o inciso III e IV do art. 12, o agente público ficará impedido de participar do PGD desta Secretaria de Defesa Agropecuária pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data da notificação do desligamento, sem prejuízo das penalidades previstas na Lei nº 8.112, de 1990.

Art. 14. O PGD desta Secretaria de terá duração de 2 (dois) anos, a contar da data de início da vigência desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 15. Ficam revogadas:

I - a Portaria SDA nº 483, de 20 de dezembro de 2021; e

II - a Portaria SDA nº 602, de 21 de junho de 2022.

Art. 16. Esta Portaria entra em vigor em 03 de outubro de 2022

JOSÉGUILHERMETOLLSTADIUSLEAL

ANEXO I

ATIVIDADES PASSÍVEIS DE EXECUÇÃO POR MEIO DO PROGRAMA DE GESTÃO E DESEMPENHO

ANEXO I

ATIVIDADES PASSÍVEIS DE EXECUÇÃO POR MEIO DO PROGRAMA DE GESTÃO E DESEMPENHO

Unidade de Execução: Gabinete da Secretaria de Defesa Agropecuária

TIPOS DE ATIVIDADES	ENTREGAS ESPERADAS	FAIXA DE COMPLEXIDADE DA ATIVIDADE	TEMPO DE EXECUÇÃO DA ATIVIDADE EM REGIME PRESENCIAL	TEMPO DE EXECUÇÃO DA ATIVIDADE EM REGIME TELETRABALHO	GANHO DE PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE
Coordenação junto aos Departamentos da SDA, à SCRI e setor privado dos temas sanitários, fitossanitários e/ou de interesse agropecuário pautados na agenda internacional	Análises de processos, organização e realização de reuniões internas e externas e montagem de banco de dados para acesso a mercados.	C	Até 3h	Até 2h	33%
Gestão de questionários sanitários e fitossanitários	Questionários consolidados e revisados.	D	Até 20h	Até 15h	25%

Unidade de Execução: Departamento de Sanidade Vegetal e Insumos Agrícolas

TIPOS DE ATIVIDADES	ENTREGAS ESPERADAS	FAIXA DE COMPLEXIDADE DA ATIVIDADE	TEMPO DE EXECUÇÃO DA ATIVIDADE EM REGIME PRESENCIAL	TEMPO DE EXECUÇÃO DA ATIVIDADE EM REGIME TELETRABALHO	GANHO DE PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE
Atividades relacionadas a assuntos de quarentena vegetal	Processos de análise de Risco de Pragas concluídos; Análise de processos e gerenciamento das atividades de exportação e importação de produtos vegetais inerentes ao controle de disseminação de pragas pelo comércio internacional realizada; Análise de propostas de requisitos fitossanitários concluída.	D	Até 480h	Até 384h	20%
Registro de agrotóxicos e afins	Processos de Registro de Agrotóxicos e Afins analisados.	D	20h	16h	20%
Coordenação das atividades de prevenção, vigilância, controle e erradicação de pragas vegetais	Conteúdo produzido, apresentação de Relatórios, Informações, Pareceres, Notas Técnicas, Elaboração, Implementação e Execução de programas e planos de trabalho.	D	Até 160h	Até 130h	20%
Apoio às auditorias dos Programas Nacionais de Controle e Erradicação de Pragas	Avaliação efetuada, parecer técnico emitido, comunicação realizada, lançamento e tratamento dos dados coletados, programação, execução e avaliação de cursos de atualização das equipes de auditores.	D	40h	32h	20%
Registros de cultivares e espécies	Análise, registro, alteração, demanda, resposta, atividade, documento, parecer, informação ou Nota Técnica.	C	2h	1,5h	25%
Atividade relacionada ao Sistema Nacional de Sementes e Mudas, Certificação de Sementes e Fiscalização de OGM	Análise, demanda, resposta, atividade, documento, parecer, informação ou Nota Técnica.	D	2h	1,5h	25%
Relatoria de Processos Administrativos de Fiscalização	Relatório de instrução para julgamento em 1ª e 2ª Instância; Minuta de Despacho; Minuta de Termo de Julgamento; Comunicação de gravame; Análise de manifestação ao gravame; Análise de pedido de revisão de sanção; parecer ou Nota Técnica com solicitação de parecer técnico.	D	20h	16h	20%

Análise de pedidos de proteção, solicitação de testes de DHE a autoridade estrangeira, proteção de cultivar, indeferimento/ arquivamento de pedidos de proteção, cancelamento da proteção, elaboração de diretriz de DHE, publicações de decisões e avisos, resposta a consultas por e-mail	Análise efetuada, diligência gerada, ofício expedido, parecer de proteção emitido, parecer de arquivamento emitido, parecer de cancelamento emitido, Ato publicado, Decisão publicada, Aviso publicado, e-mail enviado.	D	40h	32h	20%
Registros de fertilizantes e afins	Processos de Registros e Renovações e afins realizados.	D	24h	20h	20%
Atividades relacionadas a Aviação Agrícola	Análise, demanda, resposta, atividade, documento, parecer, informação ou Nota Técnica.	D	20h	16h	20%
Atividades de apoio Administrativo	Processos SEI analisados, notas técnicas formuladas, projetos acompanhados, SIC e ouvidoria atendidos, demandas técnicas administrativas atendidas.	C	Até 20h	Até 16h	20%

Unidade de Execução: Departamento de Saúde Animal

TIPOS DE ATIVIDADES	ENTREGAS ESPERADAS	FAIXA DE COMPLEXIDADE DA ATIVIDADE	TEMPO DE EXECUÇÃO DA ATIVIDADE EM REGIME PRESENCIAL	TEMPO DE EXECUÇÃO DA ATIVIDADE EM REGIME TELETRABALHO	GANHO DE PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE
Orientação, supervisão e monitoramento do serviço de registro genealógico e material de multiplicação animal	Orientação, supervisão e monitoramento executados.	C	20h	16h	20%
Planejamento e coordenação zoossanitária, com procedimentos para o controle e avaliação em saúde animal	Planejamento, coordenação, controles e procedimentos executados.	C	40h	32h	20%
Coordenação das atividades de prevenção, vigilância, controle e erradicação de doenças dos animais	Conteúdo técnico produzido; avaliação, elaboração e apresentação de dados, análises, minutas e relatórios; processos SEI analisados e ou concluídos; e programa sanitário implementado.	D	12h	9,6h	20%
Planejamento e coordenação de atividades relacionadas ao trânsito nacional e internacional de animais e produtos de interesse em saúde animal	Planejamento e coordenação de atividades relacionadas ao trânsito nacional e internacional de animais e produtos de interesse em saúde animal e rastreabilidade animal.	D	Até 40h	Até 32h	20%
Registro de produtos de uso veterinário	Análise de processos de registro inicial, alteração e renovação de registro, emissão de licenças provisórias, emissão de pareceres técnicos, análise de processos de importação de insumos e produtos veterinários, revisão e elaboração de normas, gerenciamento de dados.	D	3,6h	2h	20%
Atendimento de demandas técnicas relacionadas à fiscalização de produtos de uso veterinário	Programação de fiscalização com base em risco; Instrução de processo administrativo de apuração de infração; demandas de ouvidoria, pareceres técnicos em processos de importação de insumos e produtos veterinários, elaboração de painéis de dados gerenciais, elaboração e revisão de normas	D	Até 60h	Até 48h	20%
Planejamento, coordenação e execução de atividades relacionadas à resistência aos antimicrobianos; farmacovigilância veterinária e investigações de violações do PNCRC.	Conteúdo técnico produzido; avaliação, elaboração e apresentação de dados, análises, minutas e relatórios; processos SEI analisados; sistemas eletrônicos de informação implementados e monitorados; representação em reuniões/eventos nacionais/internacionais.	D	3h	2,4h	20%
Quarentena Animal	Recebimento de animais para quarentenas, coleta e preparo de amostras para análises laboratoriais, elaboração de calendário de quarentenas, avaliações e acompanhamento clínico e necropsias de animais, liberação de animais após as quarentenas, gestão e supervisão de biossegurança e bem-estar animal, atendimento externo, organização e acompanhamento de eventos realizados na EQC (missões, visitas, cursos e treinamentos), elaboração e acompanhamento de processos de contratação e manutenção, gestão e coordenação das atividades da EQC, gestão e fiscalização de contratos, acompanhamento de obras e reformas ou manutenções, apoio a CGTQA/DSA na elaboração de normas e pareceres.	D	40h	Não se aplica	Não se aplica
Atividades de apoio Administrativo	Processos SEI analisados, notas técnicas formuladas, projetos acompanhados, SIC e ouvidoria atendidos, demandas técnicas administrativas atendidas.	C	Até 20h	Até 16h	20%

Unidade de Execução: Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal

TIPOS DE ATIVIDADES	ENTREGAS ESPERADAS	FAIXA DE COMPLEXIDADE DA ATIVIDADE	TEMPO DE EXECUÇÃO DA ATIVIDADE EM REGIME PRESENCIAL	TEMPO DE EXECUÇÃO DA ATIVIDADE EM REGIME TELETRABALHO	GANHO DE PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE
Assessoria Técnica ao Departamento	Documentos produzidos.	D	12h	8,4h	30%
Registro de Produtos de Origem Vegetal	Análises de registros realizadas.	D	1h	0,5h	50%
Análise de Importação e Exportação	Análises realizadas.	D	1h	0,5h	50%
Relatoria de Processos de apuração de auto de infração em 1ª e 2ª Instância	Processos relatados.	D	12h	8h	33%
Análise e gestão de laudos analíticos de coletas fiscais	Laudos analisados/estudos desenvolvidos.	D	1,5h	1h	33%
Coordenação Técnica das Atividades de Fiscalização e Regulamentação	Documentos produzidos.	D	12h	9,6h	20%
Fiscalização e Regulamentação de Produtos de Origem Vegetal	Documentos produzidos.	D	12h	9,6h	20%
Atividades de apoio Administrativo	Processos SEI analisados, notas técnicas formuladas, projetos acompanhados, SIC e ouvidoria atendidos, demandas técnicas administrativas atendidas.	C	Até 20h	Até 16h	20%

Unidade de Execução: Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal

TIPOS DE ATIVIDADES	ENTREGAS ESPERADAS	FAIXA DE COMPLEXIDADE DA ATIVIDADE	TEMPO DE EXECUÇÃO DA ATIVIDADE EM REGIME PRESENCIAL	TEMPO DE EXECUÇÃO DA ATIVIDADE EM REGIME TELETRABALHO	GANHO DE PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE
Relatoria de Processos de apuração de auto de infração em 2ª Instância	Avaliar tecnicamente processos de apuração de infração, elaborando parecer conclusivo que permita a tomada de decisão pela autoridade julgadora em segunda instância, gerenciando as decisões para direcionamento das atividades de fiscalização.	D	40h	32h	20%
Registro e Cadastro de Estabelecimentos de Produtos de Origem Animal e Alimentação Animal	Avaliação efetuada, Atualização de normas, parecer técnico emitido, comunicação realizada, lançamento e tratamento dos dados efetuados.	D	40h	32h	20%
Registro e Cadastro de Produtos de Origem Animal e Alimentação Animal	Análise, atualização da legislação, parecer técnico, comunicação, lançamento e tratamento de dados.	D	40h	32h	20%
Habilitações e Certificações de Exportação e Importação	Avaliação efetuada, parecer técnico emitido, comunicação realizada, lançamento e tratamento dos dados efetuados.	D	40h	32h	20%
Auditorias de Estabelecimentos e SIPOAs	Avaliação efetuada, parecer técnico emitido, comunicação realizada, lançamento e tratamento dos dados efetuados.	D	40h	32h	20%
Avaliação e gestão das auditorias internacionais	Apoio técnico para atividades de auditorias.	D	2h	1,5h	25%
Gestão sobre processos relacionados às capacitações para produtos de origem animal e de alimentação animal	Análise e procedimentos para a realização, preparação ou finalização dos cursos executados ou identificados como necessidade do Departamento.	C	40h	32h	20%
Análise de procedimentos de inspeção de produtos de origem animal e de produtos para alimentação animal	Análise, emissão de pareceres técnicos sobre os procedimentos de inspeção e fiscalização e propostas de atualização de normas inerentes à área.	D	40h	32h	20%
Análise de importação de produtos de origem animal e de produtos para alimentação animal	Análise de processos, com emissão de pareceres acerca de resultados dos procedimentos de fiscalização da importação de POA e AA.	D	40h	32h	20%
Elaboração de pareceres técnicos em assuntos relacionados com produtos de origem animal e alimentação animal	Pareceres Técnicos elaborados.	C	1,5h	1h	33%
Suporte à Gestão	Suporte aos usuários dos sistemas informatizados vinculados ao Departamento. Manuais para uso de sistemas elaborados. Gestão de correções e evoluções de sistemas junto ao Suporte Técnico do Mapa. Gestão de acesso de usuários internos (servidores) e externos aos sistemas utilizados pelo Departamento. Inclusão, exclusão e edição de atributos disponíveis no preenchimento de solicitações nos sistemas. Homologação e testes de ferramentas e funcionalidades dos sistemas do Departamento. Levantamento de dados para gestão interna e atendimento de demandas externas. Atualizações cadastrais de estabelecimentos e usuários internos e externos. Gestão dos painéis de dados gerenciais. Gestão orçamentária e financeira no âmbito dos Planos Internos sob responsabilidade do Departamento.	D	Até 40h	Até 32h	20%
Análise de processos de notificações internacionais e violações de Programas Oficiais	Análises e gerenciamento de procedimentos de comunicação e respostas às demandas de notificações e violações.	C	1,5h	1h	33%
Tratamento de demandas de SIC/Ouvidoria e que envolvam órgãos diversos do DIPOA.	Tratamento realizado; processos analisados.	C	1,5h	1h	33%
Gestão sobre processos relacionados a caracterizações de risco para produtos de origem animal e de alimentação animal	Análise e elaboração de pareceres referente à caracterização de risco para produtos de origem animal. Elaboração, gerenciamento e compilação de resultados dos programas oficiais para produtos de origem animal. Participação nos trabalhos de desenvolvimento de sistema informatizado.	D	4h	3h	25%
Gestão sobre processos relativos ao controle do PNCRC regional	Demandas relativas ao PNCRC regional recebidas, gerenciadas e resolvidas. Elaboração de relatórios sobre o tema solicitados pela CRISC/CGPE/DIPOA.	D	1,5h	1h	33%
Atividades de Apoio Administrativo	Processos SEI analisados, notas técnicas formuladas, projetos acompanhados, demandas técnicas administrativas atendidas.	C	Até 20h	Até 16h	20%

Unidade de Execução: Departamento de Serviços Técnicos

TIPOS DE ATIVIDADES	ENTREGAS ESPERADAS	FAIXA DE COMPLEXIDADE DA ATIVIDADE	TEMPO DE EXECUÇÃO DA ATIVIDADE EM REGIME PRESENCIAL	TEMPO DE EXECUÇÃO DA ATIVIDADE EM REGIME TELETRABALHO	GANHO DE PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE
Centrais de Análise de Importação e Exportação - Vigiagro	Análise documental realizada	D	60 min	48min	20%
Gestão da Vigilância Agropecuária Internacional	Gestão das unidades Vigiagro, planejamento das operações, elaboração de normativos e manuais, análise documental, análise de demandas, implantação de projetos, habilitação de recintos aduaneiros, acompanhamento de sistemas informatizados.	C	16h	12,5h	20%
Gestão da Educação Sanitária	Documentos produzidos, planos elaborados, eventos realizados, projetos implantados, reuniões coordenadas.	D	60h	40h	33%
Auditorias da Produção Orgânica	Relatório de auditoria elaborado.	D	30h	10h	33%
Gestão da Produção Orgânica	Análise documental realizada, emissão de Certificado realizada.	D	1,25h	1h	20%
Gestão do Centro Nacional de Cães de Detecção	Cão selecionado e treinado, operador de cão de serviço selecionado e treinado, operação realizada.	D	8h	Não se aplica	Não se aplica
Credenciamento e monitoramento de Laboratórios	Respostas em conformidade e relatórios produzidos.	D	30h	10h	20%
Gestão de Demanda Laboratorial	Demandas técnicas atendidas.	D	Até 40h	Até 32h	20%
Planejamento e Gestão Laboratorial	Demandas de planejamento e gestão laboratorial atendidas.	D	Até 40h	Até 32h	20%
Gestão da Inovação Laboratorial	Demandas técnicas atendidas.	D	Até 40h	Até 32h	20%
Gestão de riscos biológicos e riscos químicos	Respostas em conformidade de acordo com a demanda.	D	Até 40 h	Até 32 h	20%
Comunicação de risco em defesa agropecuária	Notícias e Informativos elaborados e postagens em redes sociais realizadas.	D	40h	32h	20%
Emergências agropecuárias	Por análise, demanda, resposta, atividade, documento, parecer, informação, nota técnica, relatório, conteúdo produzido, gestão de documentos e informação, projeto desenvolvido/mantido, rotina de detecção de rumores implantada, coletas e atualização de dados de Pontos e Pessoas de Interesse, desenvolvimento de sistemas, planejamento e tutoria em capacitações, planejamento de simulados, participação em agenda contínua de reuniões virtuais de representação institucional com assento fixo.	D	Até 80h	Até 64h	25%
Atividades de apoio Administrativo	Processos SEI analisados, notas técnicas formuladas, projetos acompanhados, SIC e ouvidoria atendidos, demandas técnicas administrativas atendidas.	C	Até 20h	Até 16h	20%

Unidade de Execução: Departamento de Gestão Corporativa

TIPOS DE ATIVIDADES	ENTREGAS ESPERADAS	FAIXA DE COMPLEXIDADE DA ATIVIDADE	TEMPO DE EXECUÇÃO DA ATIVIDADE EM REGIME PRESENCIAL	TEMPO DE EXECUÇÃO DA ATIVIDADE EM REGIME TELETRABALHO	GANHO DE PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE
Apoio às aquisições e contratações da Defesa Agropecuária	Aquisições e contratações analisadas e realizadas; contratos gerenciados.	D	Até 40h	Até 32h	20%
Acompanhamento de Projetos de Tecnologia da Informação	Acompanhamento das demandas de TJ realizado; informações para relatórios gerenciais elaboradas; gestão de dados da defesa agropecuária realizada; contratos de TI gerenciados.	D	4h	3h	25%
Apoio ao planejamento e organização da Força de trabalho	Demandas de pessoal analisadas, documentos elaborados e revisados, subsídios de informações relativos a força de trabalho realizados, acompanhamento de projetos da área de pessoas da Defesa Agropecuária, gestão do PDP da SDA realizada.	D	Até 20h	Até 16h	20%
Gestão estratégica e de projetos da SDA	PPA acompanhado e avaliado; planejamento estratégico SDA gerenciado; indicadores organizacionais monitorados e gerenciados; relatórios gerenciais elaborados; projetos gerenciados; projetos executados; atos regulatórios administrativos elaborados e avaliados; público interno do órgão atendido; ações de capacitação e inovação planejadas e organizadas.	C	Até 20h	Até 16h	20%
Elaboração, Programação e Execução Financeira e Orçamentária.	Relatórios e execuções Financeira e Orçamentária realizados, Planejamento Orçamentário e Financeiro realizado, transferências orçamentárias realizadas, apropriação financeira de diárias; gestão do suprimento de fundos realizada; ressarcimentos realizados.	C	4h	3h	25%
Gestão de Transferências Voluntárias	Solicitações de transferências voluntárias analisadas, Acordos e Projetos de Cooperação Técnica analisados, convênios e TED celebrados, Processos de Doação de Bens analisados, Prestações de contas analisadas.	D	8h	6h	25%
Gestão das solicitações de diárias e passagens	Solicitações analisadas e processadas; registros realizados, conferência documental e relatórios gerenciais elaborados.	B	4h	3h	25%
Gestão de processos	Processo automatizado, Objeto do Plano de Ação ou Projeto disponibilizado, Painel disponibilizado, Processo mapeado e Planos de Ação/Projetos executados.	D	Até 30h	Até 24h	20%
Atividades de apoio administrativo	Processos SEI analisados, notas técnicas formuladas, projetos acompanhados, SIC e ouvidoria atendidos, demandas técnicas administrativas atendidas.	C	Até 20h	Até 16h	20%

*Parâmetros adotados para definição da faixa de complexidade

FAIXA	PARÂMETRO
A	Baixo esforço individual, pouca interação com outros agentes públicos, baixo grau de concentração, alta previsibilidade e/ou padronização de entregas.
B	Médio esforço individual, pouca interação com outros agentes públicos, médio grau de concentração, média previsibilidade e/ou padronização de entregas.
C	Médio esforço individual, grande interação com outros agentes públicos, médio grau de concentração, média previsibilidade e/ou padronização de entregas.
D	Alto esforço individual, grande interação com outros agentes públicos, alto grau de concentração, pouca previsibilidade e/ou padronização de entregas.

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE

Eu, _____, ocupante do cargo ( ), matrícula SIAPE nº ( ), em exercício na unidade ( ), optante pelo Programa de Gestão e Desempenho - PGD na modalidade ( ), declaro que:

I - atendo às condições para participação no Programa;

II - estou ciente do prazo de antecedência mínima de 5 (cinco) dias para comparecimento presencial à minha unidade de trabalho, quando convocado no interesse fundamentado da Administração;

III - estou ciente que deverei manter meus dados cadastrais e de contato, especialmente telefônicos, permanentemente atualizados e ativos;

IV - estou ciente que, ingressando na modalidade de teletrabalho em regime de execução integral ou parcial, meu número de telefone, fixo ou móvel, será de livre divulgação, tanto para o público interno do Ministério quanto para o público externo;

V - deverei manter a chefia imediata informada, de forma periódica, e sempre que demandado, por meio de mensagens de correio eletrônico institucional, ou outra forma de comunicação previamente acordada, acerca da evolução do trabalho, bem como indicar eventual dificuldade, dúvida ou informação que possa atrasar ou prejudicar o seu andamento;

VI - comunicarei à chefia imediata a ocorrência de afastamentos, licenças e outros impedimentos para eventual adequação das metas e dos prazos ou possível redistribuição das atividades constantes do meu plano de trabalho;

VII - irei zelar pelas informações acessadas de forma remota, mediante observância às normas internas e externas de segurança da informação;

VIII - assumirei os custos da estrutura física e tecnológica necessária, sem direito a ressarcimento por parte da administração pública;

IX - minha participação no PGD não constitui direito adquirido, podendo ser desligado nas condições estabelecidas no Capítulo III da Instrução Normativa/ SGDP/ ME nº 65, de 30 de julho de 2020;

X - o pagamento de indenizações e a concessão de vantagens a mim devidas, obedecerá ao disposto nos arts. 13 a 15 do Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022.

Telefone Celular: (___) _____

Telefone Residencial: (___) _____

E-mail institucional:

E-mail adicional (obrigatório):

Data:

Assinatura do servidor:

Assinatura da chefia imediata:

PORTARIA SDA Nº 651, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

Aprova os procedimentos de vigilância e mitigação do risco da Encefalopatia Espongiforme Bovina - EEB nos estabelecimentos de abate.

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA - SUBSTITUTO, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 24 e 68, do Anexo I, do Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, considerando o disposto no Decreto nº 24.548, de 03 de julho de 1934, na Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, na Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, na Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, no Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006, no Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017, e o que consta do processo nº 21000.057649/2022-96, resolve:

Art. 1º Aprovar, na forma desta Portaria e seu Anexo, os procedimentos de vigilância e de mitigação do risco da Encefalopatia Espongiforme Bovina - EEB nos estabelecimentos de abate de bovinos.

Art. 2º Esta Portaria aplica-se aos estabelecimentos regularizados junto ao Serviço de Inspeção Oficial, que compõem o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA, que realizem o abate de bovinos.

CAPÍTULO I

PROCEDIMENTOS DE VIGILÂNCIA DA ENCEFALOPATIA ESPONGIFORME BOVINA

Art. 3º A vigilância da Encefalopatia Espongiforme Bovina deve ser realizada pelos serviços oficiais de inspeção, seguindo os critérios e os procedimentos definidos pelo Departamento de Saúde Animal da Secretaria de Defesa Agropecuária.

§ 1º A população alvo da vigilância de que trata o caput, e que deve ser submetida à coleta de amostra, é representada pelos bovinos com alterações comportamentais ou neurológicas compatíveis com a Encefalopatia Espongiforme Bovina, caracterizada conforme diretrizes e formulário definidos pelo Departamento de Saúde Animal da Secretaria de Defesa Agropecuária.

§ 2º Os estabelecimentos de abate devem disponibilizar os materiais e insumos necessários para as coletas, acondicionamento, conservação e inviolabilidade das amostras e remetê-las imediatamente para o laboratório oficial de referência especificado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

§ 3º Caberá, ainda, ao serviço de inspeção oficial adotar outras ações estabelecidas em legislação de saúde animal.

Art. 4º As carcaças, partes de carcaças, órgãos, vísceras e demais partes animais, comestíveis ou não comestíveis, e os resíduos dos bovinos submetidos à coleta de amostra no âmbito da vigilância da Encefalopatia Espongiforme Bovina de que trata esta Portaria são considerados impróprios para o consumo humano ou animal, devendo ser inutilizados.

Parágrafo único. A inutilização prevista no caput deve ser realizada mediante incineração ou autoclavagem em equipamento próprio, ou outro tratamento aprovado pelo Departamento de Saúde Animal da Secretaria de Defesa Agropecuária.

CAPÍTULO II

PROCEDIMENTOS DE MITIGAÇÃO DO RISCO DA ENCEFALOPATIA ESPONGIFORME BOVINA

Art. 5º É obrigatória a remoção, a segregação e a inutilização dos produtos e partes animais especificados no Anexo desta Portaria, de todos os bovinos destinados ao abate, vedada sua utilização ou comercialização para alimentação humana, ou animal sob qualquer forma.

§ 1º Os estabelecimentos de abate devem elaborar, descrever e implantar programas de autocontrole voltados para a identificação, remoção, segregação e inutilização dos produtos e partes animais especificados no Anexo, contemplando medidas mitigadoras de contaminação cruzada e demais medidas corretivas e preventivas, caso constatados desvios.

§ 2º Os produtos e partes animais de que trata o caput, após sua remoção, não podem ser manipulados ou ter contato com quaisquer produtos, ou partes animais destinadas ao consumo humano, ou animal.

§ 3º Os produtos e partes animais tratados no caput não podem ser removidos anteriormente ao término do exame post mortem dos animais pelo serviço de inspeção oficial.

Art. 6º Os estabelecimentos devem manter registros auditáveis dos procedimentos de remoção, segregação e inutilização dos produtos e partes animais de que trata o art. 5º, observando os procedimentos e critérios estabelecidos pelo serviço de inspeção oficial junto ao qual estejam regularizados.

Parágrafo único. A inutilização prevista no caput poderá ser realizada mediante incineração, aterramento sanitário ou outro tratamento aprovado pelo Departamento de Saúde Animal.

Art. 7º É proibida a utilização de equipamento de insensibilização com injeção de ar ou gás comprimido na caixa craniana.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º A lista dos laboratórios oficiais de referência para diagnóstico da encefalopatia espongiforme bovina será disponibilizada na página do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento na Internet.

Art. 9º Ficam revogados:

I - os artigos 1º e 2º do Anexo da Instrução Normativa SDA nº 18, de 15 de fevereiro de 2002; e

II - a Portaria SDA nº 447, de 12 de novembro de 2021.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor em 03 de outubro de 2022.

MÁRCIO REZENDE EVARISTO CARLOS

ANEXO

PRODUTOS E PARTES ANIMAIS PARA REMOÇÃO, SEGREGAÇÃO E INUTILIZAÇÃO DEVIDO AO RISCO PARA ENCEFALOPATIA ESPONGIFORME BOVINA - EEB

ESPÉCIE	ÓRGÃOS, PARTES OU TECIDOS ANIMAIS	IDADE
Bovinos	Íleo distal (70 cm)	Qualquer
	Encéfalo, olhos e medula espinhal	Mais de 30 meses

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria INCRA/SR-13/Nº 61 de 19 de julho de 1.995, publicada no Diário Oficial da União nº 138, Seção 1, pág. 10.731 de 20/07/1995, que criou o Projeto de Assentamento XAVANTES FIGURA A, código SIPRA MT0073000, localizado no município de Confresa-MT, onde se lê: ... com área de 8.463,0000 ha. (oito mil, quatrocentos e sessenta e três hectares), leia-se: ... com área de 8.276,2711 ha. (oito mil, duzentos e setenta e seis hectares, vinte e sete ares e onze centiares), onde se lê: ... capacidade para 96 (noventa e seis) unidades agrícolas familiares, leia-se: ... capacidade para 98 (noventa e oito) unidades agrícolas familiares, onde se lê: ... localizado no município de Confresa, no estado de Mato Grosso, leia-se: ... localizado nos municípios de Confresa e Porto Alegre do Norte, no estado de Mato Grosso.

Ministério da Cidadania

SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

SECRETARIA NACIONAL DE INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA

PORTARIA Nº 252, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

Estabelece metas de execução e do limite financeiro a ser disponibilizado ao Município, cuja adesão ao Programa Alimenta Brasil encontra-se convalidada, e propõe metas, limites financeiros e prazo para a implementação da modalidade de execução Compra com Doação Simultânea por meio de Emenda Parlamentar Impositiva (RP6).

O SECRETÁRIO NACIONAL DE INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA DO MINISTÉRIO DA CIDADANIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 7º, inciso I e II, da Portaria SEISP/SEDS/MC nº 201, de 30 de junho de 2022, e Art. 5º, inciso III, da Portaria MC nº 427, de 25 de setembro de 2020, e conforme Decreto nº 11. 023, de 31 de março de 2022 e

CONSIDERANDO a convalidação para o Programa Alimenta Brasil da adesão dos municípios ao anterior Programa de Aquisição de Alimentos, em conformidade com a Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, e o Art. 34 do Decreto nº 10.880, de 02 de dezembro de 2021 e,

CONSIDERANDO as atribuições previstas na Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, na Portaria nº 201 , de 30 de junho de 2022, na Portaria Interministerial ME/SEGOV nº 1965, de 10 de março de 2022, e na Resolução nº 02, de 01 de abril de 2022, do Grupo Gestor do Programa Alimenta Brasil, bem como a necessidade de subsidiar a elaboração dos planos operacionais, resolve:

Art. 1º Propor ao município elencado no Anexo I metas e limites financeiros para a implementação do Programa, na modalidade Compra com Doação Simultânea, no prazo de 12 (doze) meses a partir de sua pactuação.

Parágrafo único. O prazo do plano operacional, por iniciativa da unidade gestora, poderá ser prorrogado por igual período em função do desempenho da Unidade Executora.

Art. 2º Para a efetivação da modalidade de execução Compra com Doação Simultânea, o Ministério da Cidadania - MC realizará pagamentos a beneficiários fornecedores, observados os limites por Unidade Familiar e demais normas do programa, por Unidade da Federação, dentro dos limites financeiros indicados no Anexo I.

Parágrafo único. Os recursos destinados ao pagamento de que trata o caput serão alocados no orçamento do MC, UO 55.101, consignados no Programa de Trabalho nº 08.306.5033.2798.0211 destinado ao Município de Manaus/AM por meio de Emenda Parlamentar Impositiva (RP - 6) para a Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar.

Art. 3º O município elencado no Anexo I deve confirmar o interesse em executar a modalidade em até 30 (trinta) dias após a publicação desta portaria, por meio da aceitação das metas apresentadas e do preenchimento de informações complementares para a elaboração e aprovação do plano operacional no Sistema Alimenta Brasil - SISAlimenta.

Art. 4º O início da operação de aquisição de alimentos está condicionado à aprovação pela Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva da proposta de participação registrada pelo ente no SISAlimenta, conforme previsto no plano operacional, e à emissão dos cartões bancários de cada beneficiário fornecedor.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

DELCIMAR DE OLIVEIRA SILVA

ANEXO I

Estado	Município	Número da Emenda Parlamentar	Código IBGE	Metas de Execução	Valor Total da Emenda Parlamentar	Limite Financeiro de Pagamentos a Fornecedores pelo Governo Federal
				Número Mínimo de Beneficiários Fornecedores		
AM	Manaus	40680002 - 2022	1302603	20	R$ 240.000,00	R$ 240.000,00

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA SECOM/MCOM Nº 6.610, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

Aprova o Manual de inscrição de órgãos e entidades integrantes do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal no período eleitoral.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no exercício da sua competência que lhe é conferida pelo art. 6º, inciso X do Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008, e o art. 14, inciso XIII, do Decreto nº 11.164, de 8 de agosto de 2022, e considerando a proposta contida no Processo SEI nº 53115.010158/2022-81 (doc SEI 10346228); resolve:

Art. 1º Aprovar o Manual de inscrição de órgãos e entidades integrantes do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo federal no período eleitoral, conforme anexo.

Parágrafo único. Considera-se período eleitoral o disposto no art. 3º, inciso I, da Portaria SECOM/MCOM n. 5.973, de 28 de junho de 2022.

Art. 2º O Manual de que trata esta Portaria está disponível no site oficial da Secretaria Especial de Comunicação Social do Governo Federal.

Art. 3º Revoga-se a Portaria SECOM/MCOM nº 5.972, de 20 de junho de 2022.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ DE SOUSA COSTA

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE INOVAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

PORTARIAS DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INOVAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, no uso de suas atribuições, observados os critérios e parâmetros estabelecidos pelas Portarias n° 112, de 22 de abril de 2013, e nº 294, de 30 de janeiro de 2015, e nº 562, de 22 de dezembro de 2011 e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar às Entidades, abaixo relacionadas, a penalidade de multa e/ou suspensão convertida em multa.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53900.049533/2016	91 Comunicação Stéreo Ltda	FM	Bariri	SP	Multa	5.093,64	Art. 38, "b" da Lei nº 4.117/62, com redação dada pela Lei nº 12.872/2013.	Portaria DEIRF n° 5295 de 08/09/2022	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53900.054831/2016	Fundação Agripino Lima	FME	Presidente Prudente	SP	Multa	17.191,82	Art. 38, "b" e art. 62 da Lei nº 4.117/62.	Portaria DEIRF n° 5297 de 08/09/2022	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
01250.015961/2018	Associação Comunitária Cativa	RADCOM	Rio Brilhante	MS	Multa	1.068,64	Art. 40, XXIX do Decreto nº 2.615/98.	Portaria DEIRF n° 5326 de 08/09/2022	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
01250.008109/2018	Associação Comunitária e Cultural São Lourenço	RADCOM	São Lourenço do Oeste	SC	Multa	1.202,23	Art. 40, XV e XXIX do Decreto nº 2.615/98.	Portaria DEIRF n° 5624 de 08/09/2022	Portaria MC n° 112/2013 ortaria MC n° 294/2015
53000.075365/2013	Empresa Espiritosantense de Radiodifusão Ltda - Me	FM	Guarapari	ES	Multa	10.275,23	Art. 38, 'b', da Lei nº 4.117/62.	Portaria DEIRF n° 6528 de 08/09/2022	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015

OTAVIO VIEGAS CAIXETA

COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, MONITORAMENTO E APURAÇÃO DE INFRAÇÕES

PORTARIA Nº 5.666, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

O CORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO, no uso de suas atribuições, observados os critérios e parâmetros estabelecidos pela Portaria n° 112, de 22 de abril de 2013, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar à Entidade, abaixo relacionada, a penalidade de advertência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
01250.019260/2019	Fundação Padre Anchieta Centro Paulista de Rádio e Tvs Educativas	RTV	Lins	SP	Advertência	Art. 30 do Decreto nº 5.371/2005.	Portaria CGFM n° 5666 de 08/09/2022	Portaria MC n° 112/2013

DEPARTAMENTO DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA
COORDENAÇÃO-GERAL DE OUTORGAS

PORTARIA MCOM Nº 6.586, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso das atribuições que lhe confere o § 3º, art. 118, da Portaria nº 4.334, de 17 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 21/09/2015, e suas alterações, c/c as disposições do art. 10, inciso IX, do Anexo VII, da Portaria MCOM nº 3.525, de 03 de setembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 08/09/2021, que aprovou os Regimentos Internos dos órgãos do Ministério das Comunicações, considerando o Processo Administrativo nº 53115.013684/2022-01, resolve:

Art. 1º Autorizar a entidade Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Carmo do Paranaíba executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja outorga foi deferida por intermédio da Portaria de Autorização nº 125/1999, publicada no Diário Oficial da União em 12/08/1999, e aprovada pelo Congresso Nacional, conforme Decreto Legislativo nº 08/2001, publicado no Diário Oficial da União em 26/02/2001, conforme consta nos autos do Processo de Autorização nº 53710.00778/1998, a transferir o local de instalação do sistema irradiante da Rua Mirandópolis, nº 1468, Amazonas, para a Rua dos Poços, nº 405, Amazonas, na localidade de Carmo do Paranaíba/MG.

Parágrafo único. O sistema irradiante da estação transmissora da entidade, em razão do disposto no caput, localizar-se-á nas coordenadas geográficas com latitude em 19° 00' 09"S e longitude 46° 18' 11"W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

PORTARIA MCOM Nº 6.595, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso das atribuições que lhe confere o § 3º, art. 118, da Portaria nº 4.334, de 17 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 21/09/2015, e suas alterações, c/c as disposições do art. 10, inciso IX, do Anexo VII, da Portaria MCOM nº 3.525, de 03 de setembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 08/09/2021, que aprovou os Regimentos Internos dos órgãos do Ministério das Comunicações, considerando o Processo Administrativo nº 53115.016264/2022-78, resolve:

Art. 1º Autorizar a entidade ASSOCIAÇÃO PARA O BEM ESTAR DA COMUNIDADE DE UBATÃ executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja outorga foi deferida por intermédio da Portaria de Autorização nº 1096/2010, publicada no Diário Oficial da União em 19/11/2010, e aprovada pelo Congresso Nacional, conforme Decreto Legislativo nº 36/2015, publicado no Diário Oficial da União em 08/01/2015, conforme consta nos autos do Processo de Autorização nº 53640.000048/2000, a transferir o local de instalação do sistema irradiante da Rua Gonçalo Martins, nº 163, Centro, para a Rua Dom João, nº 250, São Raimundo, na localidade de Ubatã/BA.

Parágrafo único. O sistema irradiante da estação transmissora da entidade, em razão do disposto no caput, localizar-se-á nas coordenadas geográficas com latitude em 14°12'42"S e longitude 39°31'48"W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

PORTARIA MCOM Nº 6.608, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso das atribuições que lhe confere o § 3º, art. 118, da Portaria nº 4.334, de 17 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 21/09/2015, e suas alterações, c/c as disposições do art. 10, inciso IX, do Anexo VII, da Portaria MCOM nº 3.525, de 03 de setembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 08/09/2021, que aprovou os Regimentos Internos dos órgãos do Ministério das Comunicações, considerando o Processo Administrativo nº 53115.031058/2021-15, resolve:

Art. 1º Autorizar a entidade Associação Comunitária de Radiodifusão dos Moradores do Alto da Colina executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja outorga foi deferida por intermédio da Portaria de Autorização nº 293/2011, publicada no Diário Oficial da União em 02/08/2011, e aprovada pelo Congresso Nacional, conforme Decreto Legislativo nº 169/2015, publicado no Diário Oficial da União em 26/08/2015, conforme consta nos autos do Processo de Autorização nº 53000.006355/2005, a transferir o local de instalação do sistema irradiante da Praça Cel. Luiz Coutinho, s/nº, Centro, para Local Não Arruado, s/nº, Morro do Cristo, na localidade de Guiricema/MG.

Parágrafo único. O sistema irradiante da estação transmissora da entidade, em razão do disposto no caput, localizar-se-á nas coordenadas geográficas com latitude em 21° 00' 39"S e longitude 42° 42' 57"W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

FERNANDO RIBEIRO RAMOS

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

ACÓRDÃO Nº 276, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53500.014780/2020-52
Recorrente/Interessado: AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 83/2022/MM (SEI nº 8969402), integrante deste acórdão, aprovar a exclusão da iniciativa nº 22 da Agenda Regulatória 2021-2022, nos termos da Minuta de Resolução Interna SEI nº 8924813.

CARLOS MANUEL BAIGORRI
Presidente do Conselho

ACÓRDÃOS DE 6 DE SETEMBRO DE 2022

Nº 288 - Processo nº 53500.023865/2022-93
Recorrente/Interessado: AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 60/2022/VA (SEI nº 8379306), integrante deste acórdão, submeter à Consulta Pública, pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a Minuta de Ato VA (SEI nº 8849534).

Nº 289 - Processo nº 53500.014693/2022-67
Recorrente/Interessado: CONCESSIONÁRIAS DO SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 41/2022/AC (SEI nº 8964159), integrante deste acórdão, homologar os valores tarifários máximos dos Planos Básicos do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC modalidade do Serviço Local, e o valor da Unidade de Tarifação para Telefone de Uso Público - TUP, das Concessionárias do STFC TELEFÔNICA BRASIL S.A., SERCOMTEL S.A. TELECOMUNICAÇÕES, ALGAR TELECOM S.A. e OI S.A., nos termos da Minuta de Ato (SEI nº 8985838).

CARLOS MANUEL BAIGORRI
Presidente do Conselho

ACÓRDÃOS DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

Nº 295 - Processo nº 53500.083489/2021-13
Recorrente/Interessado: NEKO SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES ENTRETENIMENTO E EDUCAÇÃO LTDA. CNPJ nº 42.745.104/0001-75

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 78/2022/VA (SEI nº 8592901), integrante deste acórdão:

a) conhecer da petição extemporânea protocolada sob o nº 8943681, nos termos da Súmula nº 21, de 10 de outubro de 2017;

b) declarar extintas, por renúncia, com efeitos desde 11 de abril de 2022, a Autorização para explorar o Serviço Móvel Pessoal (SMP) e a correspondente Autorização de Uso de Radiofrequências na subfaixas de 25,9 GHz a 26,1 GHz, outorgadas à NEKO pelo Ato nº 10.578/2021 (SEI nº 7725179), cujo extrato foi publicado no Diário Oficial da União de 29 de novembro de 2021, e que foram objeto da Licitação nº 1/2021-SOR/SPR/CD-ANATEL; e,

c) excluir o representante da NEKO SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES ENTRETENIMENTO E EDUCAÇÃO LTDA. e seu suplente do Grupo de Acompanhamento do Custeio a Projetos de Conectividade de Escolas (GAPE).

Nº 300 - Processo nº 53500.078714/2017-13
Recorrente/Interessado: AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 39/2022/AC (SEI nº 8928187), integrante deste acórdão, aprovar a atualização do Manual Operacional de Compartilhamento de Infraestrutura, conforme Anexo à referida análise (SEI nº 8973546).

CARLOS MANUEL BAIGORRI
Presidente do Conselho

CONSULTA PÚBLICA Nº 66, DE 6 DE SETEMBRO DE 2022

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 22 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e pelo art. 35 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997, deliberou, em sua Reunião nº 915, de 1º de setembro de 2022, submeter a comentários e sugestões do público geral, de acordo com o constante dos autos do Processo nº 53500.023865/2022-93, a proposta de Ato de compromissos para exploração de satélites e critérios para realização de consulta pública para conferência de direito de exploração de satélite.

O texto completo da proposta estará disponível na Biblioteca da Anatel e na página da Anatel na Internet, no endereço eletrônico https://apps.anatel.gov.br/ParticipaAnatel/, a partir das 14h data da publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

As contribuições e sugestões, fundamentadas e devidamente identificadas, devem ser encaminhadas, obrigatoriamente, por meio do formulário eletrônico do Participa Anatel, indicado no parágrafo anterior, relativo a esta Consulta Pública, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias.

Não serão consideradas as manifestações encaminhadas por outros meios, exceto em caso de indisponibilidade do supracitado Sistema devidamente atestada pela Superintendência de Planejamento e Regulamentação - SPR desta Agência.

As manifestações recebidas merecerão exame pela Anatel e permanecerão à disposição do público por meio do supracitado Sistema.

CARLOS MANUEL BAIGORRI
Presidente do Conselho

ATO Nº 12.759, DE 6 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53500.014693/2022-67.

Homologa o valor da Unidade de Tarifação para Telefone de Uso Público - TUP, o VTP, para as Concessionárias do STFC, na modalidade de Serviço Local - TELEFÔNICA BRASIL S.A., SERCOMTEL S.A. TELECOMUNICAÇÕES, ALGAR TELECOM S.A. e OI S.A. no valor de R$ 0,16200, com impostos e contribuições sociais.

Homologa, na forma do Anexo a este Ato, os valores tarifários máximos dos Planos Básicos do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, modalidade do Serviço Local, das Concessionárias do STFC - TELEFÔNICA BRASIL S.A., SERCOMTEL S.A. TELECOMUNICAÇÕES, ALGAR TELECOM S.A. e OI S.A., líquidos de impostos e contribuições sociais.

Estabelece que a nova data-base, para futuros reajustes tarifários da Concessionária TELEFÔNICA BRASIL S.A., será a data de vigência dos valores homologados por este Ato, tomando-se o Índice de Serviços de Telecomunicações - IST relativo ao mês de maio de 2022 como básico para o cálculo do reajuste.

Estabelece que a nova data-base, para futuros reajustes tarifários da Concessionária ALGAR TELECOM S.A., será a data de vigência dos valores homologados por este Ato, tomando-se o Índice de Serviços de Telecomunicações - IST relativo ao mês de abril de 2022 como básico para o cálculo do reajuste.

Estabelece que a nova data-base, para futuros reajustes tarifários da Concessionária SERCOMTEL S.A. TELECOMUNICAÇÕES, será a data de vigência dos valores homologados por este Ato, tomando-se o Índice de Serviços de Telecomunicações - IST relativo ao mês de maio de 2022 como básico para o cálculo do reajuste.

Estabelece que a nova data-base, para futuros reajustes tarifários da Concessionária OI S.A., será a data de vigência dos valores homologados por este Ato, tomando-se o Índice de Serviços de Telecomunicações - IST relativo ao mês de maio de 2022 como básico para o cálculo do reajuste.

Este Ato entra em vigor em 23 de setembro de 2022.

CARLOS MANUEL BAIGORRI
Presidente do Conselho

ANEXO

VALORES TARIFÁRIOS MÁXIMOS DOS PLANOS BÁSICOS DO STFC MODALIDADE DE SERVIÇO LOCAL
(Valores em R$, Líquidos de Impostos e Contribuições Sociais)

ALGAR TELECOM - SETORES 3, 22, 25 e 33	
ITENS TARIFÁRIOS	VALORES EM R$
Habilitação Residencial	75,06
Habilitação Não Residencial	75,06
Habilitação Tronco	75,06
Assinatura Residencial	32,81
Assinatura Não Residencial	50,15
Assinatura Tronco	50,15
MIN	0,18174
VCA	0,36348
Mudança de Endereço Residencial	75,06
Mudança de Endereço Não Residencial	75,06
Mudança de Endereço Tronco	75,06
Tarifa de Completamento	0,36348
Assinatura Classe Especial	8,46
Habilitação Classe Especial	75,06
Mudança de Endereço Classe Especial	75,06

TELEFÔNICA - SETOR 31	
ITENS TARIFÁRIOS	VALORES EM R$
Habilitação Residencial	118,21
Habilitação Não Residencial	118,16
Habilitação Tronco	117,35
Assinatura Residencial	33,38
Assinatura Não Residencial	55,19
Assinatura Tronco	55,93
MIN	0,09326
VCA	0,18980
Mudança de Endereço Residencial	118,21
Mudança de Endereço Não Residencial	118,16
Mudança de Endereço Tronco	117,35
Tarifa de Completamento	0,18980
Assinatura Classe Especial	8,96
Habilitação Classe Especial	118,21
Mudança de Endereço Classe Especial	118,21

SERCOMTEL - SETOR 20	
ITENS TARIFÁRIOS	VALORES EM R$
Habilitação Residencial	30,88
Habilitação Não Residencial	30,88
Habilitação Tronco	30,88
Assinatura Residencial	41,34
Assinatura Não Residencial	65,16
Assinatura Tronco	65,16
MIN	0,13713
VCA	0,27430
Mudança de Endereço Residencial	30,88
Mudança de Endereço Não Residencial	30,88
Mudança de Endereço Tronco	30,88
Tarifa de Completamento	0,27430
Assinatura Classe Especial	13,64
Habilitação Classe Especial	30,88
Mudança de Endereço Classe Especial	30,88

OI S.A. - SETOR 1 - RJ	
ITENS TARIFÁRIOS	VALORES EM R$
Habilitação Residencial	59,83
Habilitação Não Residencial	59,83
Habilitação Tronco	59,83
Assinatura Residencial	42,69
Assinatura Não Residencial	81,63
Assinatura Tronco	81,63
MIN	0,08162
VCA	0,16327
Mudança de Endereço Residencial	59,83
Mudança de Endereço Não Residencial	59,83
Mudança de Endereço Tronco	59,83
Tarifa de Completamento	0,16327
Assinatura Classe Especial	14,04
Habilitação Classe Especial	59,83
Mudança de Endereço Classe Especial	59,83

OI S.A. - SETOR 2 - MG	
ITENS TARIFÁRIOS	VALORES EM R$
Habilitação Residencial	60,62
Habilitação Não Residencial	60,62
Habilitação Tronco	60,62
Assinatura Residencial	42,49
Assinatura Não Residencial	77,67
Assinatura Tronco	77,67
MIN	0,08162
VCA	0,16327
Mudança de Endereço Residencial	60,62
Mudança de Endereço Não Residencial	60,62
Mudança de Endereço Tronco	60,62
Tarifa de Completamento	0,16327
Assinatura Classe Especial	13,99
Habilitação Classe Especial	60,62
Mudança de Endereço Classe Especial	60,62

OI S.A. - SETOR 4 - ES	
ITENS TARIFÁRIOS	VALORES EM R$
Habilitação Residencial	59,72
Habilitação Não Residencial	59,72
Habilitação Tronco	59,72
Assinatura Residencial	42,73
Assinatura Não Residencial	78,21
Assinatura Tronco	78,21
MIN	0,08162
VCA	0,16327
Mudança de Endereço Residencial	59,72
Mudança de Endereço Não Residencial	59,72
Mudança de Endereço Tronco	59,72
Tarifa de Completamento	0,16327
Assinatura Classe Especial	14,03
Habilitação Classe Especial	59,72
Mudança de Endereço Classe Especial	59,72

OI S.A. - SETOR 5 - BA	
ITENS TARIFÁRIOS	VALORES EM R$
Habilitação Residencial	60,13
Habilitação Não Residencial	60,13
Habilitação Tronco	60,13
Assinatura Residencial	42,39
Assinatura Não Residencial	80,34
Assinatura Tronco	80,34
MIN	0,08162
VCA	0,16327
Mudança de Endereço Residencial	60,13
Mudança de Endereço Não Residencial	60,13
Mudança de Endereço Tronco	60,13
Tarifa de Completamento	0,16327
Assinatura Classe Especial	13,96
Habilitação Classe Especial	60,13
Mudança de Endereço Classe Especial	60,13

OI S.A. - SETOR 6 - SE	
ITENS TARIFÁRIOS	VALORES EM R$
Habilitação Residencial	61,01
Habilitação Não Residencial	61,01
Habilitação Tronco	61,01
Assinatura Residencial	42,24
Assinatura Não Residencial	76,42
Assinatura Tronco	76,42
MIN	0,08162
VCA	0,16327
Mudança de Endereço Residencial	61,01
Mudança de Endereço Não Residencial	61,01
Mudança de Endereço Tronco	61,01
Tarifa de Completamento	0,16327
Assinatura Classe Especial	13,92
Habilitação Classe Especial	61,01
Mudança de Endereço Classe Especial	61,01

OI S.A. - SETOR 7 - AL	
ITENS TARIFÁRIOS	VALORES EM R$
Habilitação Residencial	60,75

Habilitação Não Residencial	60,75
Habilitação Tronco	60,75
Assinatura Residencial	42,49
Assinatura Não Residencial	77,62
Assinatura Tronco	77,62
MIN	0,08162
VCA	0,16327
Mudança de Endereço Residencial	60,75
Mudança de Endereço Não Residencial	60,75
Mudança de Endereço Tronco	60,75
Tarifa de Completamento	0,16327
Assinatura Classe Especial	14,00
Habilitação Classe Especial	60,75
Mudança de Endereço Classe Especial	60,75

OI S.A. - SETOR 8 - PE	
ITENS TARIFÁRIOS	VALORES EM R$
Habilitação Residencial	60,79
Habilitação Não Residencial	60,79
Habilitação Tronco	60,79
Assinatura Residencial	42,69
Assinatura Não Residencial	80,44
Assinatura Tronco	80,44
MIN	0,08162
VCA	0,16327
Mudança de Endereço Residencial	60,79
Mudança de Endereço Não Residencial	60,79
Mudança de Endereço Tronco	60,79
Tarifa de Completamento	0,16327
Assinatura Classe Especial	14,02
Habilitação Classe Especial	60,79
Mudança de Endereço Classe Especial	60,79

OI S.A. - SETOR 9 - PB	
ITENS TARIFÁRIOS	VALORES EM R$
Habilitação Residencial	62,44
Habilitação Não Residencial	62,44
Habilitação Tronco	62,44
Assinatura Residencial	42,77
Assinatura Não Residencial	70,34
Assinatura Tronco	70,34
MIN	0,08162
VCA	0,16327
Mudança de Endereço Residencial	62,44
Mudança de Endereço Não Residencial	62,44
Mudança de Endereço Tronco	62,44
Tarifa de Completamento	0,16327
Assinatura Classe Especial	14,10
Habilitação Classe Especial	62,44
Mudança de Endereço Classe Especial	62,44

OI S.A. - SETOR 10 - RN	
ITENS TARIFÁRIOS	VALORES EM R$
Habilitação Residencial	60,69
Habilitação Não Residencial	60,69
Habilitação Tronco	60,69
Assinatura Residencial	42,29
Assinatura Não Residencial	77,30
Assinatura Tronco	77,30
MIN	0,08162
VCA	0,16327
Mudança de Endereço Residencial	60,69
Mudança de Endereço Não Residencial	60,69
Mudança de Endereço Tronco	60,69
Tarifa de Completamento	0,16327
Assinatura Classe Especial	13,93
Habilitação Classe Especial	60,69
Mudança de Endereço Classe Especial	60,69

OI S.A. - SETOR 11 - CE	
ITENS TARIFÁRIOS	VALORES EM R$
Habilitação Residencial	59,57
Habilitação Não Residencial	59,57
Habilitação Tronco	59,57
Assinatura Residencial	42,46
Assinatura Não Residencial	80,94
Assinatura Tronco	80,94
MIN	0,08162
VCA	0,16327
Mudança de Endereço Residencial	59,57
Mudança de Endereço Não Residencial	59,57
Mudança de Endereço Tronco	59,57
Tarifa de Completamento	0,16327
Assinatura Classe Especial	13,97
Habilitação Classe Especial	59,57
Mudança de Endereço Classe Especial	59,57

OI S.A. - SETOR 12 - PI	
ITENS TARIFÁRIOS	VALORES EM R$
Habilitação Residencial	62,27
Habilitação Não Residencial	62,27
Habilitação Tronco	62,27
Assinatura Residencial	42,62
Assinatura Não Residencial	70,98
Assinatura Tronco	70,98
MIN	0,08162
VCA	0,16327
Mudança de Endereço Residencial	62,27
Mudança de Endereço Não Residencial	62,27
Mudança de Endereço Tronco	62,27
Tarifa de Completamento	0,16327
Assinatura Classe Especial	14,03
Habilitação Classe Especial	62,27
Mudança de Endereço Classe Especial	62,27

OI S.A. - SETOR 13 - MA	
ITENS TARIFÁRIOS	VALORES EM R$
Habilitação Residencial	61,26
Habilitação Não Residencial	61,26
Habilitação Tronco	61,26
Assinatura Residencial	42,65
Assinatura Não Residencial	74,24
Assinatura Tronco	74,24
MIN	0,08162
VCA	0,16327
Mudança de Endereço Residencial	61,26
Mudança de Endereço Não Residencial	61,26
Mudança de Endereço Tronco	61,26
Tarifa de Completamento	0,16327
Assinatura Classe Especial	14,04
Habilitação Classe Especial	61,26
Mudança de Endereço Classe Especial	61,26

OI S.A. - SETOR 14 - PA	
ITENS TARIFÁRIOS	VALORES EM R$
Habilitação Residencial	60,65
Habilitação Não Residencial	60,65
Habilitação Tronco	60,65
Assinatura Residencial	42,37
Assinatura Não Residencial	79,62
Assinatura Tronco	79,62
MIN	0,08162
VCA	0,16327
Mudança de Endereço Residencial	60,65
Mudança de Endereço Não Residencial	60,65
Mudança de Endereço Tronco	60,65
Tarifa de Completamento	0,16327
Assinatura Classe Especial	13,96
Habilitação Classe Especial	60,65
Mudança de Endereço Classe Especial	60,65

OI S.A. - SETOR 15 - AP	
ITENS TARIFÁRIOS	VALORES EM R$
Habilitação Residencial	61,14
Habilitação Não Residencial	61,14
Habilitação Tronco	61,14
Assinatura Residencial	42,48
Assinatura Não Residencial	72,13
Assinatura Tronco	72,13
MIN	0,08162
VCA	0,16327
Mudança de Endereço Residencial	61,14
Mudança de Endereço Não Residencial	61,14
Mudança de Endereço Tronco	61,14
Tarifa de Completamento	0,16327
Assinatura Classe Especial	14,00
Habilitação Classe Especial	61,14
Mudança de Endereço Classe Especial	61,14

OI S.A. - SETOR 16 - AM	
ITENS TARIFÁRIOS	VALORES EM R$
Habilitação Residencial	60,30
Habilitação Não Residencial	60,30
Habilitação Tronco	60,30
Assinatura Residencial	42,38
Assinatura Não Residencial	78,79
Assinatura Tronco	78,79
MIN	0,08162
VCA	0,16327
Mudança de Endereço Residencial	60,30
Mudança de Endereço Não Residencial	60,30
Mudança de Endereço Tronco	60,30
Tarifa de Completamento	0,16327
Assinatura Classe Especial	13,96
Habilitação Classe Especial	60,30
Mudança de Endereço Classe Especial	60,30

OI S.A. - SETOR 17 - RR	
ITENS TARIFÁRIOS	VALORES EM R$
Habilitação Residencial	60,49
Habilitação Não Residencial	60,49
Habilitação Tronco	60,49
Assinatura Residencial	42,18
Assinatura Não Residencial	73,67
Assinatura Tronco	73,67
MIN	0,08162
VCA	0,16327
Mudança de Endereço Residencial	60,49
Mudança de Endereço Não Residencial	60,49

Mudança de Endereço Tronco	60,49
Tarifa de Completamento	0,16327
Assinatura Classe Especial	13,91
Habilitação Classe Especial	60,49
Mudança de Endereço Classe Especial	60,49

OI S.A. - SETOR 18 - SC	
ITENS TARIFÁRIOS	VALORES EM R$
Habilitação Residencial	57,15
Habilitação Não Residencial	57,15
Habilitação Tronco	57,15
Assinatura Residencial	43,21
Assinatura Não Residencial	66,31
Assinatura Tronco	66,31
MIN	0,08907
VCA	0,17817
Mudança de Endereço Residencial	57,15
Mudança de Endereço Não Residencial	57,15
Mudança de Endereço Tronco	57,15
Tarifa de Completamento	0,17817
Assinatura Classe Especial	14,20
Habilitação Classe Especial	57,15
Mudança de Endereço Classe Especial	57,15

OI S.A. - SETOR 19 - PR	
ITENS TARIFÁRIOS	VALORES EM R$
Habilitação Residencial	11,18
Habilitação Não Residencial	11,18
Habilitação Tronco	11,18
Assinatura Residencial	43,44
Assinatura Não Residencial	69,38
Assinatura Tronco	69,38
MIN	0,08907
VCA	0,17817
Mudança de Endereço Residencial	11,18
Mudança de Endereço Não Residencial	11,18
Mudança de Endereço Tronco	11,18
Tarifa de Completamento	0,17817
Assinatura Classe Especial	14,20
Habilitação Classe Especial	11,18
Mudança de Endereço Classe Especial	11,18

OI S.A. - SETOR 21 -MS	
ITENS TARIFÁRIOS	VALORES EM R$
Habilitação Residencial	42,54
Habilitação Não Residencial	42,54
Habilitação Tronco	42,54
Assinatura Residencial	42,64
Assinatura Não Residencial	69,89
Assinatura Tronco	69,89
MIN	0,08907
VCA	0,17817
Mudança de Endereço Residencial	42,54
Mudança de Endereço Não Residencial	42,54
Mudança de Endereço Tronco	42,54
Tarifa de Completamento	0,17817
Assinatura Classe Especial	14,04
Habilitação Classe Especial	42,54
Mudança de Endereço Classe Especial	42,54

OI S.A. - SETOR 23 -MT	
ITENS TARIFÁRIOS	VALORES EM R$
Habilitação Residencial	42,24
Habilitação Não Residencial	42,24
Habilitação Tronco	42,24
Assinatura Residencial	42,55
Assinatura Não Residencial	73,26
Assinatura Tronco	73,26
MIN	0,08907
VCA	0,17817
Mudança de Endereço Residencial	42,24
Mudança de Endereço Não Residencial	42,24
Mudança de Endereço Tronco	42,24
Tarifa de Completamento	0,17817
Assinatura Classe Especial	14,02
Habilitação Classe Especial	42,24
Mudança de Endereço Classe Especial	42,24

OI S.A. - SETOR 24 -GO/TO	
ITENS TARIFÁRIOS	VALORES EM R$
Habilitação Residencial	30,77
Habilitação Não Residencial	30,77
Habilitação Tronco	30,77
Assinatura Residencial	42,90
Assinatura Não Residencial	72,62
Assinatura Tronco	72,62
MIN	0,08907
VCA	0,17817
Mudança de Endereço Residencial	30,77
Mudança de Endereço Não Residencial	30,77
Mudança de Endereço Tronco	30,77
Tarifa de Completamento	0,17817
Assinatura Classe Especial	14,13
Habilitação Classe Especial	30,77
Mudança de Endereço Classe Especial	30,77

OI S.A. - SETOR 26 - DF	
ITENS TARIFÁRIOS	VALORES EM R$
Habilitação Residencial	20,50
Habilitação Não Residencial	20,50
Habilitação Tronco	20,50
Assinatura Residencial	42,90
Assinatura Não Residencial	72,46
Assinatura Tronco	72,46
MIN	0,08907
VCA	0,17817
Mudança de Endereço Residencial	20,50
Mudança de Endereço Não Residencial	20,50
Mudança de Endereço Tronco	20,50
Tarifa de Completamento	0,17817
Assinatura Classe Especial	14,13
Habilitação Classe Especial	20,50
Mudança de Endereço Classe Especial	20,50

OI S.A. - SETOR 27 - RO	
ITENS TARIFÁRIOS	VALORES EM R$
Habilitação Residencial	173,38
Habilitação Não Residencial	173,38
Habilitação Tronco	173,38
Assinatura Residencial	38,69
Assinatura Não Residencial	68,85
Assinatura Tronco	68,85
MIN	0,08907
VCA	0,17817
Mudança de Endereço Residencial	173,38
Mudança de Endereço Não Residencial	173,38
Mudança de Endereço Tronco	173,38
Tarifa de Completamento	0,17817
Assinatura Classe Especial	12,75
Habilitação Classe Especial	173,38
Mudança de Endereço Classe Especial	173,38

OI S.A. - SETOR 28 - AC	
ITENS TARIFÁRIOS	VALORES EM R$
Habilitação Residencial	158,13
Habilitação Não Residencial	158,13
Habilitação Tronco	158,13
Assinatura Residencial	39,17
Assinatura Não Residencial	69,22
Assinatura Tronco	69,22
MIN	0,08907
VCA	0,17817
Mudança de Endereço Residencial	158,13
Mudança de Endereço Não Residencial	158,13
Mudança de Endereço Tronco	158,13
Tarifa de Completamento	0,17817
Assinatura Classe Especial	12,91
Habilitação Classe Especial	158,13
Mudança de Endereço Classe Especial	158,13

OI S.A. - SETOR 29 - RS	
ITENS TARIFÁRIOS	VALORES EM R$
Habilitação Residencial	103,73
Habilitação Não Residencial	104,17
Habilitação Tronco	104,67
Assinatura Residencial	42,69
Assinatura Não Residencial	63,95
Assinatura Tronco	63,95
MIN	0,08907
VCA	0,17817
Mudança de Endereço Residencial	103,73
Mudança de Endereço Não Residencial	104,17
Mudança de Endereço Tronco	104,67
Tarifa de Completamento	0,17817
Assinatura Classe Especial	14,07
Habilitação Classe Especial	103,73
Mudança de Endereço Classe Especial	103,73

ATO Nº 12.789, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53500.083489/2021-13.

Declara extinta, por renúncia, a partir de 11 de abril de 2022, a Autorização para exploração do Serviço Móvel Pessoal - SMP, prestado em regime privado, na Área de Prestação relativa à Região III do Plano Geral de Autorizações (PGA), exceto o setor 33 do Plano Geral de Outorgas (PGO), outorgada à NEKO SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES ENTRETENIMENTO E EDUCAÇÃO LTDA., CNPJ nº 42.745.104/0001-75, por meio do Ato nº 10.578, de 26 de novembro de 2021, publicado no Diário Oficial da União de 29 de novembro de 2021, e do Termo de Autorização nº 84/2021, publicado no Diário Oficial da União de 20 de dezembro de 2021, sem prejuízo da apuração de eventuais infrações cometidas pela empresa ou da cobrança de valores devidos.

Declara extinta, por renúncia, a partir de 11 de abril de 2022, a Autorização de Uso de Radiofrequências associadas à Autorização para exploração do Serviço Móvel Pessoal - SMP outorgada a NEKO SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES ENTRETENIMENTO E EDUCAÇÃO LTDA., CNPJ nº 42.745.104/0001-75, por meio do Ato nº 10.578, de 26 de novembro de 2021, publicado no Diário Oficial da União de 29 de novembro de 2021, e do Termo de Autorização nº 85/2021, publicado no Diário Oficial da União de 20 de dezembro de 2021, sem prejuízo da apuração de eventuais infrações cometidas pela empresa ou da cobrança de valores devidos.

A renúncia não desonera a empresa NEKO SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES ENTRETENIMENTO E EDUCAÇÃO LTDA. de suas obrigações com terceiros, inclusive as firmadas com a Anatel.

CARLOS MANUEL BAIGORRI
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ATO Nº 12.530, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53508.005411/2022-61.

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) 3r Petroleum Oleo e Gas S.a., CNPJ nº 12.091.809/0001-55, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 12.706, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53508.005332/2022-50.

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) TIM S A, CNPJ nº 02.421.421/0001-11, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 12.705, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53508.005333/2022-02.

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) TIM S A, CNPJ nº 0.242.142/10001-11, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 12.704, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53508.005357/2022-53.

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) TIM S A, CNPJ nº 02.421.421/0001-11, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 12.703, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53508.005362/2022-66.

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) TIM S A, CNPJ nº 02.421.421/0001-11, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 12.719, DE 6 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53504.008557/2022-06.

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) CETENCO ENGENHARIA S/A, CNPJ nº 61.550.497/0001-06, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 12.718, DE 6 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53504.008556/2022-53.

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) TRANSBRASILIANA - CONCESSIONARIA DE RODOVIAS S.A., CNPJ nº 09.074.183/0001-64, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 12.717, DE 6 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53504.008493/2022-35.

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) NOVO PRISMA AGRO-FLORESTAL LTDA., CNPJ nº 05.949.736/0001-24, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 12.799 DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53504.007212/2022-27.

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) Rio Parana Energia S.a., CNPJ nº 23.096.269/0001-19, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 12.800 DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53504.008559/2022-97.

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) NICOLAAS PETRUS PLECHELMUS VELDT, CNPJ nº 08.506.005/0001-00, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 12.823 DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53508.005361/2022-11.

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) TIM S A, CNPJ nº 02.421.421/0001-11, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 12.824 DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53508.005371/2022-57.

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA, CNPJ nº 09.521.059/0001-08, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 12.674,, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53512.000513/2022-21.

Expede autorização à Jose Braz Nali, CPF nº ***.503.697-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 12.714, DE 6 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53504.009070/2022-32.

Expede autorização à Aliance Telecomunicacoes Ltda, CNPJ nº 40.20.3415/0001-87, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 12.724, DE 6 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53504.008714/2022-75.

Expede autorização à Euphly Jalles Filho, CPF nº ***.671.218-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 12.727, DE 6 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53504.008539/2022-16.

Expede autorização à Jose Carlos Fernandez Iglesias, CPF nº ***.791.648-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 12.809, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53504.009832/2022-09.

Expede autorização à Jose Carlos Buso de Moraes Junior, CPF nº ***.237.478-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 12.819, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53508.005715/2022-28.

Expede autorização à Cesar Eugenio Bartz, CPF nº ***.991.337-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 12.825, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53508.005049/2022-28.

Expede autorização à Rdb-radio Difusao Brasileira Ltda, CNPJ nº 29.353.059/0001-45, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATO Nº 12.844, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53516.010552/2022-04.

Expede à BASTON INDUSTRIA DE AEROSSOIS LTDA, CNPJ nº 05.855.974/0001-70, autorização para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 12.845, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 53516.010542/2022-61.

Outorga à TV INDEPENDENCIA NORTE DO PARANA LTDA., CNPJ nº 75.387.274/0002-65, autorização para uso de radiofrequência associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO AMAZONAS, ACRE, RONDÔNIA E RORAIMA

ATO Nº 12.677, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Processo: 53578.001111/2022-89.

Extingue, por cassação, a autorização para explorar o serviço de telecomunicações de interesse restrito outorgada a FRANCISCO SOARES DA SILVA, CPF nº ***.504.442-** e tornar sem efeito a notificação de interesse para exploração do Serviço Móvel Marítimo tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso de radiofrequência associada.

RICARDO TOSHIO ITONAGA
Gerente

ATOS DE 6 DE SETEMBRO DE 2022

Nº 12.749 - Processo: 53581.000317/2022-32.

Extingue, por renúncia, a autorização do serviço de interesse restrito e do único serviço notificado, Rádio do Cidadão, outorgada a JOSÉ CARLOS RIBEIRO GOES, CPF nº ***.686.862-**, declarando também extinta a autorização de uso de radiofrequência associada.

Nº 12.737 - Processo: 53578.001102/2022-98.

Extingue, por cassação, a autorização para explorar o serviço de telecomunicações de interesse restrito outorgada a TOMAZ E ANDRADE COMERCIO DE PEIXES LTDA, CNPJ nº 09458785000115 e torna sem efeito a notificação de interesse para exploração do Serviço Móvel Marítimo, tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso de radiofrequência associada.

Nº 12.752 - Processo: 53578.001523/2022-19.

Torna sem efeito a extinção, por cassação, da autorização do Serviço de Interesse Restrito, referente à entidade JOSÉ ALBERTO BARBOSA DIAS DOS SANTOS, CPF nº ***.451.962-** constante no Ato nº 12346, de 30 de agosto de 2022.

Nº 12.760 - Processo: 53578.001524/2022-63.

Torna sem efeito a extinção, por cassação, da autorização do Serviço de Interesse Restrito, referente à entidade JOSEMIRO SAID DE FARIAS, CPF nº ***.650.002-**, constante no Ato nº 12347, de 30 de agosto de 2022.

RICARDO TOSHIO ITONAGA
Gerente

ATOS DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

Expede autorização para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional as entidades a seguir relacionadas:

Nº 12.793 - Processo: 53578.003388/2022-46. ADEMIR RODRIGUES VELOSO, CPF nº ***.430.002-**.

Nº 12.794 - Processo: 53578.003389/2022-91. TRES NAVEGACAO LTDA, CNPJ nº 26.571.244/0001-18.

Outorga autorização de uso das radiofrequências, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário as entidades a seguir relacionadas:

Nº 12.784 - Processo: 53578.003074/2022-43. Agropecuária Maggi Ltda, CNPJ nº 00.315.457/0024-81.

Nº 12.787 - Processo: 53578.003375/2022-77. RG Segurança e Vigilância Ltda, CNPJ nº 13.019.295/0010-80.

RICARDO TOSHIO ITONAGA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO GERÊNCIA DE OUTORGA E LICENCIAMENTO DE ESTAÇÕES

ATOS DE 2 DE SETEMBRO DE 2022

Nº 12.474 - Processo nº 53500.309765/2022-51.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SISTEMA REGIONAL DE COMUNICACAO ANDRADINA LTDA - ME, CNPJ 02.333.058/0001-82, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Nova Aliança/SP.

Nº 12.476 - Processo nº 53500.301041/2022-60.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO OM LTDA, CNPJ 77.237.733/0001-79, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Palmas/PR.

Nº 12.477 - Processo nº 53500.301049/2022-26.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO OM LTDA, CNPJ 77.237.733/0001-79, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Goioerê/PR.

Nº 12.478 - Processo nº 53500.301920/2022-91.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SISTEMA INTEGRADO DE RADIO LTDA, CNPJ 01.736.755/0001-11, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Brejo Santo/CE.

Nº 12.481 - Processo nº 53500.301129/2022-81.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TV UMBU LTDA, CNPJ 89.294.565/0001-32, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Lagoa Vermelha/RS.

Nº 12.482 - Processo nº 53500.301886/2022-55.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à Tv O Estado Ltda, CNPJ 78.647.633/0001-83, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Abelardo Luz/SC.

Nº 12.483 - Processo nº 53500.308843/2022-09.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à AMAZONIA CABO LTDA, CNPJ 02.311.604/0001-84, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Novo Aripuanã/AM.

Nº 12.484 - Processo nº 53500.310064/2022-65.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à ID TV S.A., CNPJ 16.936.928/0001-12, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Teresina/PI.

TIBERIO EMIDIO DE GODOY
Gerente
Substituto

ATOS DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Nº 12.647 - Processo nº 53500.309532/2022-59.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO JOACABA LTDA, CNPJ 79.845.830/0001-70, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Arroio Trinta/SC.

Nº 12.648 - Processo nº 53500.309536/2022-37.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO JOACABA LTDA, CNPJ 79.845.830/0001-70, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Ipira/SC.

Nº 12.649 - Processo nº 53500.309538/2022-26.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO JOACABA LTDA, CNPJ 79.845.830/0001-70, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Jaborá/SC.

Nº 12.650 - Processo nº 53500.309539/2022-71.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO JOACABA LTDA, CNPJ 79.845.830/0001-70, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Rio das Antas/SC.

Nº 12.651 - Processo nº 53500.309540/2022-03.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO JOACABA LTDA, CNPJ 79.845.830/0001-70, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Salto Veloso/SC.

Nº 12.652 - Processo nº 53500.309542/2022-94.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO LAGES LTDA, CNPJ 83.012.013/0001-08, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Água Doce/SC.

Nº 12.653 - Processo nº 53500.309543/2022-39.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO LAGES LTDA, CNPJ 83.012.013/0001-08, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Jaborá/SC.

Nº 12.654 - Processo nº 53500.309547/2022-17.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO MORENA LTDA, CNPJ 03.229.937/0001-21, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Costa Rica/MS.

Nº 12.655 - Processo nº 53500.309548/2022-61.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO MORENA LTDA, CNPJ 03.229.937/0001-21, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Santa Rita do Pardo/MS.

Nº 12.656 - Processo nº 53500.309550/2022-31.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO MORENA LTDA, CNPJ 03.229.937/0001-21, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Sonora/MS.

Nº 12.657 - Processo nº 53500.309552/2022-20.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO PONTA PORA LTDA, CNPJ 24.612.251/0001-95, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Paranhos/MS.

Nº 12.658 - Processo nº 53500.309553/2022-74.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO PONTA PORA LTDA, CNPJ 24.612.251/0001-95, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Sete Quedas/MS.

Nº 12.659 - Processo nº 53500.309556/2022-16.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV COLIGADAS DE SANTA CATARINA S A, CNPJ 82.645.029/0001-95, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Presidente Getúlio/SC.

Nº 12.660 - Processo nº 53500.309558/2022-05.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TVSBT CANAL 03 DE NOVA FRIBURGO LTDA., CNPJ 29.341.120/0001-34, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Porciúncula/RJ.

Nº 12.661 - Processo nº 53500.309560/2022-76.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO BEL LTDA, CNPJ 03.718.562/0001-63, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Boa Esperança/MG.

Nº 12.662 - Processo nº 53500.309561/2022-11.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO GOYA LTDA, CNPJ 01.279.835/0001-95, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Petrolina de Goiás/GO.

Nº 12.663 - Processo nº 53500.309863/2022-99.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à AMAZONIA CABO LTDA, CNPJ 02.311.604/0001-84, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Alto Alegre/RR.

Nº 12.664 - Processo nº 53500.310742/2022-90.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO CLUBE DE REALEZA LTDA, CNPJ 77.298.313/0001-00, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Realeza/PR.

Nº 12.665 - Processo nº 53500.310885/2022-00.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO ITAPIRANGA LTDA, CNPJ 84.375.872/0001-24, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Itapiranga/SC.

TIBERIO EMIDIO DE GODOY
Gerente
Substituto

ATOS DE 6 DE SETEMBRO DE 2022

Nº 12.713 - Processo nº 53500.047555/2022-64.

Outorga autorização para uso de Radiofrequências à Associacao Garibaldense de Cultura - Agc, executante do serviço Radiodifusão Comunitária, CNPJ nº 13.806.077/0001-03, na localidade de Garibaldi/RS.

Nº 12.726 Processo n° 53500.303409/2022-24.

Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à ISABELA COSTA DAINESI, CNPJ nº 30.733.876/0001-08, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado - Prestação a Terceiros.

TIBERIO EMIDIO DE GODOY
Gerente
Substituto

ATO Nº 12.773, DE 7 DE SETEMBRO DE 2022

Autoriza Py2 Radiosom Instalacoes, Comercio, Importacao e Exportacao Eireli, CNPJ nº 11.061.010/0001-53, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Goiânia/GO, no período de 17/09/2022 a 23/10/2022.

TIBERIO EMIDIO DE GODOY
Gerente
Substituto

ATOS DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

Nº 12.796 - Processo nº 53500.306475/2022-56.
Expede autorização à SILVA & RAMOS PROVEDORES DE ACESSO AS REDES DE COMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 39.508.473/0001-30, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 12.797 - Processo nº 53500.301148/2022-16.
Expede autorização à MICROTOP INFORMATICA LTDA, CNPJ/MF nº 12.672.008/0001-83, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 12.812 - Processo nº 53500.047559/2022-42.
Outorga autorização para uso de Radiofrequências à Radio A Voz Doeste Limitada, executante do serviço Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, CNPJ nº 03.461.407/0001-04, na localidade de Cuiabá/MT.

Nº 12.815 - Processo n° 53500.299788/2022-41.
Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à COZANI RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ nº 36.012.579/0001-50, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal.

Nº 12.817 - Processo n° 53500.299930/2022-50.
Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à COZANI RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ nº 36.012.579/0001-50, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal.

TIBERIO EMIDIO DE GODOY
Gerente
Substituto

ATOS DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

Nº 12.858 - Autoriza FUNDACAO CANAL 20, CNPJ nº 04.083.151/0001-01, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Viamão/RS, no período de 17/09/2022 a 18/09/2022.

Nº 12.859 - Autoriza CLARO S.A., CNPJ nº 40.432.544/0001-47, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Natal/RN, no período de 09/09/2022 a 08/10/2022.

Nº 12.869 - Autoriza MENDLOC COMERCIO SERVICOS E LOCACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ nº 21.129.464/0001-72, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Viamão/RS, no período de 15/09/2022 a 22/09/2022.

TIBERIO EMIDIO DE GODOY
Gerente
Substituto

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA GM-MD Nº 4.737, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

Altera os Apêndices 4 e 5 do Anexo à Portaria GM-MD nº 5.089, de 10 de dezembro de 2021, que aprova o Plano Geral de Convocação para o Serviço Militar Inicial nas Forças Armadas em 2023.

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, o Decreto nº 3.702, de 27 de dezembro de 2000, tendo em vista o disposto no art. 27, inciso XVIII, da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, e de acordo com o que consta do Processo Administrativo nº 64536.017322/2022-46, resolve:
Art. 1º Alterar os Apêndices 4 e 5 do Anexo à Portaria GM-MD nº 5.089, de 10 de dezembro de 2021, que passam a vigorar na forma do Anexo.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SÉRGIO NOGUEIRA DE OLIVEIRA

ANEXO

"APÊNDICE 4 AO PGC 2023
MUNICÍPIOS TRIBUTÁRIOS
(art. 35 do RLSM)

.....

6) CEARÁ			
Município	Marinha	Exército	Aeronáutica
1. Acaraú		X	
2. Aracati		X	
3. Camocim		X	
4. Crateús		X	
5. Crato		X	
6. Fortaleza	X	X	X
7. Iguatu		X	
8. Itapipoca		X	
9. Juazeiro do Norte		X	
10. Limoeiro do Norte		X	
11. Maranguape		X	
12. Marco		X	
13. Quixeramobim		X	
14. Russas		X	
15. Tamboril		X	

.....

12) MATO GROSSO DO SUL			
Município	Marinha	Exército	Aeronáutica
1. Amambai		X	
2. Anastácio		X	
3. Antônio João		X	
4. Aquidauana		X	
5. Aral Moreira		X	
6. Bela Vista		X	
7. Bodoquena		X	
8. Bonito		X	
9. Caarapó		X	
10. Campo Grande		X	X
11. Caracol		X	
12. Corumbá	X	X	X
13. Coxim		X	
14. Deodápolis		X	
15. Dois Irmãos do Buriti		X	
16. Dourados		X	
17. Eldorado		X	
18. Fátima do Sul		X	
19. Glória de Dourados		X	
20. Guia Lopes da Laguna		X	
21. Iguatemi		X	
22. Itaquiraí		X	
23. Jardim		X	
24. Ladário	X	X	X
25. Laguna Carapã		X	
26. Maracaju		X	
27. Miranda		X	
28. Mundo Novo		X	
29. Naviraí		X	
30. Nova Alvorada do Sul		X	
31. Nioaque		X	
32. Nova Andradina		X	
33. Pedro Gomes		X	
34. Ponta Porã		X	
35. Porto Murtinho	X	X	
36. Ribas do Rio Pardo		X	
37. Rio Brilhante		X	
38. Rio Verde de Mato Grosso		X	
39. São Gabriel do Oeste		X	
40. Sidrolândia		X	
41. Sonora		X	
42. Três Lagoas		X	

.....

21) RIO GRANDE DO SUL			
Município	Marinha	Exército	Aeronáutica
1. Agudo		X	X
2. Ajuricaba		X	
3. Alecrim		X	
4. Alegrete		X	
5. Alegria		X	
6. Alpestre		X	
7. Alvorada		X	
8. Ametista do Sul		X	
9. Aratiba		X	
10. Arroio do Meio		X	
11. Arroio do Sal		X	
12. Arroio do Tigre		X	
13. Arroio dos Ratos		X	
14. Arroio Grande		X	
15. Arvorezinha		X	
16. Augusto Pestana		X	
17. Bagé		X	
18. Balneário Pinhal		X	
19. Barão de Cotegipe		X	
20. Barão do Triunfo		X	
21. Barra Funda		X	
22. Barra do Ribeiro		X	
23. Barros Cassal		X	
24. Bento Gonçalves		X	
25. Boa Vista do Buricá		X	
26. Boa Vista do Cadeado		X	
27. Boa Vista do Incra		X	
28. Bom Jesus		X	
29. Bom Princípio		X	
30. Bom Retiro do Sul		X	
31. Bossoroca		X	
32. Braga		X	
33. Butiá		X	
34. Caçapava do Sul		X	
35. Cacequi		X	
36. Cachoeira do Sul		X	
37. Cachoeirinha		X	
38. Caiçara		X	
39. Caibaté		X	
40. Camaquã		X	
41. Camargo		X	
42. Campina das Missões		X	
43. Campo Bom		X	
44. Campo Novo		X	
45. Campos Borges		X	
46. Carlos Barbosa		X	
47. Candelária		X	X
48. Candiota		X	
49. Cândido Godói		X	
50. Canela		X	
51. Canguçu		X	X
52. Canoas		X	X
53. Capão da Canoa		X	
54. Capão do Cipó		X	
55. Capão do Leão		X	
56. Carazinho		X	
57. Casca		X	
58. Catuípe		X	
59. Caxias do Sul		X	
60. Cerrito		X	
61. Cerro Branco		X	
62. Cerro Largo		X	
63. Chapada		X	

64. Charqueadas		X	
65. Chiapetta		X	
66. Chuí		X	
67. Chuvisca		X	
68. Cidreira		X	
69. Colorado		X	
70. Condor		X	
71. Coronel Bicaco		X	
72. Constantina		X	
73. Cristal		X	
74. Crissiumal		X	
75. Cruz Alta		X	
76. Cruzeiro do Sul		X	
77. Derrubadas		X	
78. Dezesseis de Novembro		X	
79. Dilermando de Aguiar		X	
80. Dois Irmãos		X	
81. Dona Francisca		X	X
82. Dom Pedrito		X	
83. Dom Feliciano		X	
84. Doutor Maurício Cardoso		X	
85. Eldorado do Sul		X	
86. Encantado		X	
87. Encruzilhada do Sul		X	
88. Entre-Ijuís		X	
89. Erebango		X	
90. Erechim		X	
91. Ernestina		X	
92. Erval Seco		X	
93. Esperança do Sul		X	
94. Espumoso		X	
95. Estação		X	
96. Estância Velha		X	
97. Esteio		X	
98. Estrela		X	
99. Estrela Velha		X	
100. Eugênio de Castro		X	
101. Faxinal do Soturno		X	X
102. Farroupilha		X	
103. Feliz		X	
104. Flores da Cunha		X	
105. Fontoura Xavier		X	
106. Formigueiro		X	X
107. Fortaleza dos Valos		X	
108. Frederico Westphalen		X	
109. Garibaldi		X	
110. General Câmara		X	
111. Getúlio Vargas		X	
112. Giruá		X	
113. Gramado		X	
114. Gravataí		X	
115. Guaíba		X	
116. Guaporé		X	
117. Gaurama		X	
118. Guarani das Missões		X	
119. Herval		X	
120. Herveiras		X	
121. Horizontina		X	
122. Hulha Negra		X	
123. Humaitá		X	
124. Ibarama		X	
125. Ibirubá		X	
126. Igrejinha		X	
127. Ijuí		X	
128. Imbé		X	
129. Independência		X	
130. Itaara		X	X
131. Itacurubi		X	
132. Itaqui		X	
133. Ivorá		X	
134. Ivoti		X	
135. Iraí		X	
136. Jacuizinho		X	
137. Jaguarão		X	
138. Jaguari		X	
139. Jari		X	
140. Júlio de Castilhos		X	
141. Jóia		X	
142. Lagoa Bonita do Sul		X	
143. Lagoa dos Três Cantos		X	
144. Lagoa Vermelha		X	
145. Lajeado		X	
146. Lavras do Sul		X	
147. Liberato Salzano		X	
148. Machadinho		X	
149. Manoel Viana		X	
150. Marau		X	
151. Marcelino Ramos		X	
152. Mariana Pimentel		X	
153. Mata		X	
154. Mato Queimado		X	
155. Minas do Leão		X	
156. Montenegro		X	
157. Morro Redondo		X	
158. Muçum		X	
159. Não-Me-Toque		X	
160. Nicolau Vergueiro		X	
161. Nonoai		X	
162. Nova Bassano		X	
163. Novo Barreiro		X	
164. Nova Esperança do Sul		X	
165. Nova Hartz		X	
166. Nova Palma		X	X
167. Nova Petrópolis		X	
168. Nova Prata		X	
169. Nova Santa Rita		X	
170. Novo Cabrais		X	X
171. Novo Hamburgo		X	
172. Novo Machado		X	
173. Osório		X	
174. Palmeira das Missões		X	
175. Palmitinho		X	
176. Panambi		X	
177. Pantano Grande		X	
178. Paraíso do Sul		X	
179. Parobé		X	
180. Passa Sete		X	
181. Passo Fundo		X	
182. Passo do Sobrado		X	
183. Pedro Osório		X	
184. Pejuçara		X	
185. Pelotas		X	
186. Pinhal Grande		X	
187. Pinheiro Machado		X	
188. Piratini		X	
189. Planalto		X	
190. Pontão		X	
191. Portão		X	
192. Porto Alegre	X	X	X
193. Porto Lucena		X	
194. Porto Mauá		X	
195. Porto Xavier		X	
196. Quaraí		X	
197. Quevedos		X	
198. Quinze de Novembro		X	
199. Redentora		X	
200. Restinga Seca		X	X
201. Rio Grande	X	X	
202. Rio Pardo		X	
203. Roca Sales		X	
204. Rodeio Bonito		X	
205. Rolador		X	
206. Rolante		X	
207. Ronda Alta		X	
208. Rondinha		X	
209. Roque Gonzales		X	
210. Rosário do Sul		X	
211. Saldanha Marinho		X	
212. Salto do Jacuí		X	
213. Salvador das Missões		X	
214. Sananduva		X	
215. Santa Bárbara do Sul		X	
216. Santa Cruz do Sul		X	
217. Santa Margarida do Sul		X	
218. Santa Maria		X	X
219. Santa Rosa		X	
220. Santa Vitória do Palmar		X	
221. Santana da Boa Vista		X	
222. Santana do Livramento		X	
223. Santiago		X	X
224. Santo Ângelo		X	
225. Santo Antônio da Patrulha		X	
226. Santo Antônio das Missões		X	
227. Santo Augusto		X	
228. Santo Cristo		X	
229. São Borja		X	
230. São Francisco de Assis		X	
231. São Francisco de Paula		X	
232. São Gabriel		X	
233. São Jerônimo		X	
234. São João do Polesine		X	
235. São José do Norte	X	X	
236. São Leopoldo		X	
237. São Lourenço do Sul		X	
238. São Luiz Gonzaga		X	
239. São Marcos		X	
240. São Martinho		X	
241. São Martinho da Serra		X	
242. São Miguel das Missões		X	
243. São Nicolau		X	
244. São Paulo das Missões		X	
245. São Pedro do Butiá		X	
246. São Pedro do Sul		X	
247. São Sebastião do Caí		X	
248. São Sepé		X	
249. São Valentim		X	
250. Sapiranga		X	
251. Sapucaia do Sul		X	
252. Sarandi		X	
253. São Vicente do Sul		X	
254. Seberi		X	
255. Sede Nova		X	
256. Segredo		X	
257. Selbach		X	
258. Senador Salgado Filho		X	
259. Sertão		X	
260. Silveira Martins		X	X
261. Serafina Corrêa		X	
262. Sertão Santana		X	
263. Sete de Setembro		X	
264. Sinimbu		X	
265. Sobradinho		X	
266. Soledade		X	
267. Tapejara		X	
268. Tapera		X	
269. Taquara		X	
270. Taquari		X	
271. Tapes		X	
272. Tenente Portela		X	
273. Teutônia		X	
274. Tio Hugo		X	
275. Tiradentes do Sul		X	

276. Toropi		X	
277. Torres		X	
278. Tramandaí		X	
279. Três Coroas		X	
280. Três de Maio		X	
281. Três Passos		X	
282. Trindade do Sul		X	
283. Triunfo		X	
284. Tucunduva		X	
285. Tupanciretã		X	
286. Tuparendi		X	
287. Unistalda		X	
288. Uruguaiana	X	X	X
289. Vacaria		X	
290. Vale do Sol		X	
291. Vale Verde		X	
292. Venâncio Aires		X	
293. Vera Cruz		X	
294. Veranópolis		X	
295. Viamão		X	
296. Vicente Cruz		X	
297. Victor Graeff		X	
298. Vila Nova do Sul		X	
299. Xangrilá		X	

.....

QUADRO GERAL

Estados	Municípios	MB	EB	FAB	MB/EB	MB/FAB	EB/FAB	MB/EB/FAB
AC	7		5				1	1
AL	8		6	1				1
AP	6	1	3		2			
AM	19	3	9		1	1	2	3
BA	28		24	2		1		1
CE	15		14					1
DF	1							1
ES	11		9	1	1			
GO	17		16				1	
MA	8		5	1	1			1
MT	16		8	2	1	1	2	2
MS	42		38		1		1	2
MG	85	2	77	5				1
PA	15		13		1			1
PB	9		8		1			
PR	74		69		2		2	1
PE	25		20	1	1		2	1
PI	18		17		1			
RJ	44	6	24	1	2		9	2
RN	23	1	19	2			2	1
RS	299		281		2		14	2
RO	9		6				1	2
RR	6	1	4				1	
SC	49	1	41		3		3	1
SP	130	7	107	1			13	2
SE	6		5		1			
TO	7	1	5		1			
Total	977	23	833	17	22	3	54	27

" (NR)

"APÊNDICE 5 AO PGC 2023

RELAÇÃO DOS INSTITUTOS DE ENSINO PARA MÉDICOS, FARMACÊUTICOS, DENTISTAS E VETERINÁRIOS (IEMFDV) DISPENSADOS DE TRIBUTAÇÃO

(art. 13 do RLMFDV)

.....

12ª REGIÃO MILITAR

FARMÁCIA		Município	Estado
1	Centro Universitário do Norte - UNINORTE	Manaus	AM
2	Faculdade do Amazonas	Manaus	AM
3	Faculdade Estácio do Amazonas	Manaus	AM
4	Faculdade Literatus	Manaus	AM
5	Universidade Paulista - UNIP	Manaus	AM
6	Faculdade de Educação e Meio Ambiente - FAEMA	Ariquemes	RO
7	Instituto de Ensino Superior de Rondônia - IESUR	Ariquemes	RO
8	Faculdade de Ciências Biométricas de Cacoal - FACIMED	Cacoal	RO
9	Faculdades Integradas de Cacoal - UNESC	Cacoal	RO
10	Instituto de Ensino Superior de Cacoal - FANORTE CACOAL	Cacoal	RO
11	Centro Universitário Luterano de Ji-Paraná - CEULJI/ULBRA	Ji-Paraná	RO
12	Faculdade de Rolim de Moura - FAROL	Rolim de Moura	RO
13	Faculdade de Educação e Cultura de Vilhena - FAEV	Vilhena	RO
14	Faculdade Meta - FAMETA	Rio Branco	AC
ODONTOLOGIA		Município	Estado
1	Centro Universitário do Norte - UNINORTE	Manaus	AM
2	Faculdade de Odontologia de Manaus - FOM	Manaus	AM
3	Faculdade Estácio do Amazonas	Manaus	AM
4	Faculdade UNINASSAU - Manaus	Manaus	AM
5	Instituto Amazônia de Ensino Superior - IAES	Manaus	AM
6	Universidade Paulista - UNIP	Manaus	AM
7	Faculdade de Ciências Biométricas de Cacoal - FACIMED	Cacoal	RO
8	Universidade Panamericana de Ji-Paraná - UNIJIPA	Ji-Paraná	RO
9	Faculdade de Educação de Porto Velho - UNIRON	Porto Velho	RO
10	Faculdade São Lucas - FSL	Porto Velho	RO
11	Faculdades Integradas Aparício Carvalho - FINCA	Porto Velho	RO
12	Faculdade Meta - FAMETA	Rio Branco	AC
VETERINÁRIA		Município	Estado
1	Escola Superior Batista do Amazonas - ESBAM	Manaus	AM

.....

COMANDO DA AERONÁUTICA

DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO

INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA

PORTARIA Nº 575/SAGA, DE 30 DE AGOSTO DE 2022

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 6/DGCEA, de 03 de janeiro de 2022, combinada com o previsto na letra "d" do item 11.3, da ICA 11-408, de 14 de dezembro de 2020, resolve:

Revogar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA SANTA ROSA, situado no Município de Mara Rosa, no Estado de Goiás - GO. Processo nº 67612.900101/2019-73. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON BELCHIOR ZUCHETTO DE CASTRO Cel Av

PORTARIAS DE 30 DE AGOSTO DE 2022

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 6/DGCEA, de 03 de janeiro de 2022, combinada com o previsto nas letras "b" e "c" do item 11.3, da ICA 11-408, de 14 de dezembro de 2020, resolve:

Nº 577/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto ACELEN, situado no Município de São Francisco do Conde, no Estado da Bahia - BA. Processo nº 67614.900498/2022-89. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 578/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA SÃO CAETANO, situado no Município de Miranda, no Estado de Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67613.900348/2022-85. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 579/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo POUSO ALEGRE, situado no Município de Pouso Alegre, no Estado de Minas Gerais - MG. Processo nº 67612.901806/2021-22. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 580/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto LOCALIZA, situado no Município de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais - MG. Processo nº 67612.901472/2021-97. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 581/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto EDIFÍCIO SEQUÓIA, situado no Município de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67612.900493/2022-76 . Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 582/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto HOSPITAL DO TRABALHADOR, situado no Município de Curitiba, no Estado do Paraná - PR. Processo nº 67613.900494/2022-19. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON BELCHIOR ZUCHETTO DE CASTRO Cel Av

PORTARIAS DE 31 DE AGOSTO DE 2022

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 6/DGCEA, de 03 de janeiro de 2022, combinada com o previsto nas letras "b" e "c" do item 11.3, da ICA 11-408, de 14 de dezembro de 2020, resolve:

Nº 583/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA PALESTRA, situado no Município de São Desidério, no Estado da Bahia - BA. Processo nº 67614.900273/2022-22. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 584/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto PARQUE DO PEÃO MUSSA CALIL NETO, situado no Município de Barretos, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67612.901294/2022-85. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 585/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto VALE TIG, situado no Município de Mangaratiba, no Estado do Rio de Janeiro - RJ. Processo nº 67617.900721/2022-68. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 587/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA SÃO PAULO, situado no Município de Amambai, no Estado de Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67613.900847/2021-91. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 588/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto MINERAÇÃO TABOCA, situado no Município de Presidente Figueiredo, no Estado do Amazonas - AM. Processo nº 67615.900136/2022-88. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 589/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA SANTO ANJO, situado no Município de Chapadinha, no Estado do Maranhão - MA. Processo nº 67615.900127/2022-97. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 590/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto CASA, situado no Município de Campos do Jordão, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67613.900416/2022-14. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 591/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA CHAPADÃO, situado no Município de Guarda-Mor, no Estado de Minas Gerais - MG. Processo nº 67612.900460/2022-26. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 592/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA TUCUMÃ, situado no Município de Correntina, no Estado da Bahia - BA. Processo nº 67612.900984/2022-17. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 593/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA ALTO JABORANDI, situado no Município de Jaborandi, no Estado da Bahia - BA. Processo nº 67612.901295/2022-20. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 594/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto ZOCAR CASTELO, situado no Município de Castelo, no Estado do Espírito Santo - ES. Processo nº 67613.900925/2021-58. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON BELCHIOR ZUCHETTO DE CASTRO Cel Av

PORTARIA Nº 586/SAGA, DE 31 DE AGOSTO DE 2022

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 6/DGCEA, de 03 de janeiro de 2022, combinada com o previsto na letra "d" do item 11.3, da ICA 11-408, de 14 de dezembro de 2020, resolve:

Revogar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo HORIZONTE AZUL, situado no Município de Gaúcha do Norte, no Estado do Mato Grosso - MT. Processo nº 67615.032175/2014-32. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON BELCHIOR ZUCHETTO DE CASTRO Cel Av

PORTARIAS DE 2 DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 6/DGCEA, de 03 de janeiro de 2022, combinada com o previsto nas letras "b" e "c" do item 11.3, da ICA 11-408, de 14 de dezembro de 2020, resolve:

Nº 596/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto LOTUS TOWER, situado no Município de Brasília, no Distrito Federal - DF. Processo nº 67612.900572/2022-87. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 597/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo SUNSET, situado no Município de Imbituba, no Estado de Santa Catarina - SC. Processo nº 6713.900627/2022-49. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 598/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto PARQUE DO PEÃO, situado no Município de Barretos, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67612.901296/2022-74 . Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 599/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto FORTIM, situado no Município de Fortim, no Estado do Ceará - CE. Processo nº 67614.900540/2022-61. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON BELCHIOR ZUCHETTO DE CASTRO Cel Av

PORTARIAS DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 6/DGCEA, de 03 de janeiro de 2022, combinada com o previsto nas letras "b" e "c" do item 11.3, da ICA 11-408, de 14 de dezembro de 2020, resolve:

Nº 600/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA NOVO HORIZONTE, situado no Município de Miranda, no Estado de Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67613.900859/2021-16. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 601/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo AGROPECUÁRIA CAMPO NOVO, situado no Município de Peritoró, no Estado do Maranhão - MA. Processo nº 67615.900062/2022-80. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 602/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA EMAFLOR, situado no Município de Baixa Grande do Ribeiro, no Estado do Piauí - PI. Processo nº 67614.900134/2022-07. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 603/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA BELIZÁRIO, situado no Município de Riachão das Neves, no Estado da Bahia - BA. Processo nº 67614.900551/2022-41. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 604/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA SANTA GERTRUDES, situado no Município de Corumbá, no Estado do Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67613.900452/2022-70. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 605/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo RIBEIRÃO II, situado no Município de Itiquira, no Estado de Mato Grosso - MT. Processo nº 67615.900123/2022-17. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 606/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA BOEMIA, situado no Município de Paraíso das Águas, no Estado de Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67613.900451/2022-25. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor das Portarias acima e seus anexos constituem arquivos em mídia digital que são disponibilizados no Portal AGA do DECEA na rede mundial de computadores (www.decea.mil.br/aga).

ANDERSON BELCHIOR ZUCHETTO DE CASTRO Cel Av

COMANDO DO EXÉRCITO

GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA - C EX Nº 1.816, DE 1º DE SETEMBRO DE 2022

Divulga o resultado das metas de desempenho institucional do ano de 2021, no âmbito do Exército, para fim de aplicação da Portaria Normativa nº 109/GM-MD, de 3 de dezembro de 2019.

O COMANDANTE DO EXÉRCITO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º, da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e o art. 20, inciso XIV, do Anexo I, do Decreto nº 5.751, de 12 de abril de 2006, resolve:

Art. 1º Fica divulgado o resultado das metas de desempenho institucional (metas globais) do ano de 2021, no âmbito do Exército, para fim de aplicação do art. 22, § 5º, da Portaria Normativa nº 109/GM-MD, de 3 de dezembro de 2019, em conformidade com as avaliações realizadas pelos órgãos responsáveis, conforme o Anexo.

Art. 2º Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de publicação no Diário Oficial da União e no site institucional do Comando do Exército, conferindo publicidade ao processo de avaliação dos servidores, e gerarão efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2022.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 3 de outubro de 2022.

ANEXO

RESULTADO DO DESEMPENHO INSTITUCIONAL DO EXÉRCITO BRASILEIRO-2021

OEE E RESPONSÁVEL	INDICADOR	FÓRMULA	META	DESEMPENHO
OEE 01 CONTRIBUIR COM A DISSUASÃO EXTRARREGIONAL (COTER)	IR 01 Índice de operacionalidade da Força Terrestre	= [(Índice de eficácia na prontidão x 50) + (Índice de prontidão logística x 40) + (Índice de efetivo existente nas brigadas x 30)] / 120	80% de operacionalidade anualmente	103,09 %
OEE 02 AMPLIAR A PROJEÇÃO DO EXÉRCITO NO CENÁRIO INTERNACIONAL (5ª S Ch EME)	IR 02 Índice de ampliação da projeção do Exército no cenário internacional	= (Incremento médio de efetivação de intercâmbios + Incremento médio de cargos relevantes em organismos internacionais) / 2	100% de desempenho anualmente	108,57 %
OEE 03 CONTRIBUIR COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A PAZ SOCIAL (COTER)	IR 03 Índice de contribuição com o desenvolvimento sustentável e a paz social	= (Incremento do número de habitantes atendidos pelas parcerias e pelos convênios + Percentual de elaboração do diagnóstico ambiental e patrimonial) / 2	100% de desempenho anualmente	89,38 %
OEE 09 APERFEIÇOAR O SISTEMA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (DCT)	IR 09 Índice de aperfeiçoamento do SCTIEx	= [(Índice de contribuição para BID x 6) + (Índice de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação de PRODE x 38) + (Índice de modernização laboratorial do SCTIEx x 16) + (Índice de capacitação do corpo técnico x 14) + (Índice de reestruturação do SCTIEx x 8) + (Índice de atualização da normatização do SCTIEx x 18)] / 100	100% de desempenho anualmente	87,59 %
DESEMPENHO GLOBAL				**97,16%**

Gen Ex MARCO ANTÔNIO FREIRE GOMES

COMANDO DA MARINHA

DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO

DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº 234/DPC, DE 31 DE AGOSTO DE 2022

Renova o credenciamento da empresa MC MARTINS CURSOS LTDA, para ministrar cursos do Ensino Profissional Marítimo (EPM).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria MB/MD nº 37, de 21 de fevereiro de 2022, combinada com o contido no art. 14, da Lei nº 7.573, de 23 de dezembro de 1986, resolve:

Art. 1ºRenovar o credenciamento da empresa MC MARTINS CURSOS LTDA, CNPJ 12.088.721/0001-84 para ministrar os cursos a seguir, qualquer que seja a natureza do curso, se do Programa de Ensino Profissional Marítimo para Aquaviários (PREPOM-Aquaviários), se curso extra-PREPOM, ou se curso não custeado pelo Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo (extra-FDEPM):

- Curso Especial de Segurança de Embarcações de Passageiros (ESEP); e
- Curso Especial de Conscientização sobre Proteção do Navio (EBCP).

Parágrafo único - A execução desses cursos dar-se-á sob a supervisão da Delegacia da Capitania dos Portos em Angra dos Reis (DelAReis), na qualidade de Órgão de Execução (OE) vinculado.

Art. 2º Deverão ser observadas pela MC MARTINS CURSOS LTDA as recomendações e as prescrições da NORMAM-30/DPC (1ª Revisão). Para aplicação do curso, há necessidade de celebração de um dos acordos previstos no inciso 1.14.7 da referida Norma com o OE vinculado, a saber: Acordo de Credenciamento, no caso de não haver transferência de recursos públicos; e/ou Contrato Administrativo, no caso de haver transferência de recursos públicos. Ressalta-se que, em nenhuma hipótese, o curso oferecido poderá ensejar indenização por parte de alunos, independentemente da condição em que foi realizado: PREPOM, extra-PREPOM ou extra-FDPEM.

Art. 3º A realização do curso dependerá de expressa autorização da Diretoria de Portos e Costas (DPC), por solicitação do OE vinculado.

Parágrafo único - Ao término do curso autorizado, a empresa MC MARTINS CURSOS LTDA deverá enviar ao OE vinculado a relação dos alunos aprovados, com o respectivo aproveitamento, a fim de possibilitar a emissão da Ordem de Serviço e dos Certificados correspondentes.

Art. 4º Obriga-se a MC MARTINS CURSOS LTDA a cumprir todas as disposições afetas ao EPM, independentemente de suas normas internas, sendo-lhe vedada negar cumprimento às mesmas ao fundamento de conflito com estas últimas, incorrendo, no caso da inobservância deste artigo, nas penalidades previstas nas normas do EPM. De igual modo, é vedado opor cláusula de confidencialidade à DPC no que concerne aos cursos do EPM, quaisquer que sejam os fundamentos.

Parágrafo único - O descumprimento de quaisquer normas ou determinações da DPC sujeitará a MC MARTINS CURSOS LTDA à pena de advertência, observado o devido processo legal. Salienta-se que três advertências, durante a vigência do período de credenciamento, resultarão no descredenciamento da MC MARTINS CURSOS LTDA.

Art. 5º O presente credenciamento é válido pelo período de dois anos, a partir da data de publicação desta Portaria em Diário Oficial da União (DOU), podendo ser renovado por igual período.

Vice-Almirante SERGIO RENATO BERNA SALGUEIRINHO

ESTADO-MAIOR DA ARMADA

PORTARIA Nº 210/EMA, DE 31 DE AGOSTO DE 2022

Delega competência para atuação como responsável pela Unidade de Gestão de Integridade (UGI) da Marinha do Brasil (MB).

Processo nº: 61074.008535/2022-73

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA ARMADA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 1º, parágrafo único, da Port MB/MD nº 28/2021, resolve:

Art. 1º Delegar competência ao Subchefe de Organização do Estado-Maior da Armada para atuar como responsável pela UGI da MB.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

Almirante de Esquadra RENATO RODRIGUES DE AGUIAR FREIRE

SECRETARIA DA COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA OS RECURSOS DO MAR

RESOLUÇÃO Nº 7, DE 31 DE AGOSTO DE 2022

Que indica a importância de o Governo Brasileiro acompanhar atentamente os desenvolvimentos de atividades no âmbito do Conselho do Ártico, bem como aquelas realizadas por seus membros permanentes, com o intuito de contribuir para o fortalecimento da governança multilateral da região ártica; recomenda ao GT Ártico sugerir diretrizes e prioridades para a ampliação da participação do Brasil na região ártica, buscando oportunidades de colaboração com os projetos e atividades dos grupos de trabalho do Conselho do Ártico; e recomenda, ainda, ao GT Ártico a relevância de priorizar ações para viabilizar e fortalecer a pesquisa científica na região ártica, de forma complementar e integrada à realizada na Antártica, no âmbito do PROANTAR, que também contribuam direta ou indiretamente para as atividades dos membros permanentes e observadores do Conselho do Ártico em temas de interesse do País

A Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), criada pelo Decreto nº 74.557, de 12 de setembro de 1974, e reorganizada pelo Decreto nº 9.858, de 25 de junho de 2019, tem a finalidade de coordenar as ações relativas à Política Nacional para os Recursos do Mar.

RECORDANDO a criação do Grupo Técnico sobre Atividades no Ártico (GT Ártico), pela Resolução nº 4/CIRM, de 18 de maio de 2021, e sua recriação pela Resolução nº 6/CIRM, de 17 de maio de 2022, a fim de avaliar a conveniência e oportunidade de o Governo Brasileiro participar mais ativamente das atividades da comunidade internacional no que diz respeito ao Ártico, podendo, ao final de seus trabalhos, apresentar propostas sobre como poderia ocorrer eventual participação brasileira;

RECONHECENDO que o cenário de recentes transformações no Ártico, além de afetar o clima e o nível dos oceanos em todo o planeta, pode originar questões relacionadas à extração de recursos energéticos, minerais e pesqueiros; às rotas marítimas; à expansão das plataformas continentais; à cooperação em foros e organismos internacionais; à geopolítica e à governança dos espaços compartilhados, com impactos, tanto sobre os atores árticos, como os não-árticos;

CONSIDERANDO que as interconexões dos fenômenos naturais entre o Ártico e a Antártica justificam a participação brasileira em campanhas científicas para o estudo integrado de ambas as regiões, com o objetivo de possibilitar melhor compreensão de sua influência nas questões climáticas, oceânicas e ambientais do planeta, bem como obter subsídios para embasar cenários para o Atlântico Sul e o Oceano Austral;

OBSERVANDO que o Conselho do Ártico, criado em 1996 com a assinatura da Declaração de Ottawa pelos oito países árticos, é o principal foro intergovernamental de alto nível de governança do Ártico para promover a cooperação na região e viabilizar a coordenação e interação em questões de interesse comum, particularmente nas relacionadas ao desenvolvimento sustentável e à proteção ambiental;

LEMBRANDO que a governança da região ártica é constituída, além do Conselho do Ártico, pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, ratificada pelo Brasil em 1988, e pelo Tratado de Svalbard, cuja adesão pelo País foi objeto da Resolução nº 4/CIRM, de 17 de maio de 2022;

LEVANDO EM CONTA que países não-árticos podem integrar o Conselho do Ártico, como membros observadores e que, apesar de não terem direito de voto, podem participar da maioria de suas reuniões, interagir com os membros permanentes, manifestar perspectivas sobre questões árticas e colaborar com a execução dos projetos e forças-tarefas de seus grupos de trabalho;

COMPREENDENDO que integrar o referido Conselho como membro observador permitiria ao Brasil participar mais ativamente da realização de pesquisas e de atividades de cooperação científica e tecnológica; estabelecer parcerias com seus membros permanentes e observadores; ampliar o papel do País em temas polares; e fortalecer a inserção brasileira no cenário internacional, mediante maior influência em processos decisórios sobre questões globais; e

RESSALTANDO que, independentemente de apresentar candidatura a membro observador, os países não-árticos podem estabelecer cooperação informal com o Conselho do Ártico e suas instâncias, resolve:

1. Indicar a importância de o Governo Brasileiro acompanhar atentamente os desenvolvimentos de atividades no âmbito do Conselho do Ártico, bem como aquelas realizadas por seus membros permanentes, com o intuito de contribuir para o fortalecimento da governança multilateral da região ártica;

2. Recomendar ao GT Ártico sugerir diretrizes e prioridades para a ampliação da participação do Brasil na região ártica, buscando oportunidades de colaboração com os projetos e atividades dos grupos de trabalho do Conselho do Ártico; e

3. Recomendar, ainda, ao GT Ártico a relevância de priorizar ações para viabilizar e fortalecer a pesquisa científica na região ártica, de forma complementar e integrada à realizada na Antártica, no âmbito do PROANTAR, que também contribuam direta ou indiretamente para as atividades dos membros permanentes e observadores do Conselho do Ártico em temas de interesse do País.

Almirante de Esquadra ALMIR GARNIER SANTOS
Coordenador da Comissão

Ministério do Desenvolvimento Regional

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 2.769, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação, previsto no art. 4° da Portaria n. 118, de 16 de abril de 2014, constante no processo administrativo nº 59050.000357/2013-78, que autorizou o empenho e a transferência de recursos ao Município de Juazeiro do Norte - CE, para ações de Defesa Civil até 26/03/2023.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.770, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação, previsto no art. 4° da Portaria n. 47, de 24 de fevereiro de 2016, constante no processo administrativo nº 59050.000351/2012-10, que autorizou o empenho e a transferência de recursos ao Município de Serra Nova Dourada - MT, para ações de Defesa Civil até 07/11/2022.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.771, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Renovar o prazo de execução das ações de resposta, previsto no art. 3° da Portaria n. 399, de 17 de fevereiro de 2022, constante no processo administrativo nº 59052.008586/2022-10, que autorizou o empenho e a transferência de recursos ao Município de Santo Antônio do Amparo - MG para ações de Defesa Civil até 01/11/2022.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.774, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação, previsto no art. 5° da Portaria n. 612, de 07 de abril de 2021, constante no processo administrativo nº 59053.003880/2020-55, que autorizou a transferência de recursos ao Município de Ubá - MG para ações de Defesa Civil até 04/04/2023.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.778, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, e, ainda

Considerando o Despacho CRSA (3881317), vinculado ao Processo n° 59052.008804/2022-16, resolve:

Art. 1° Tornar sem efeito a PORTARIA Nº 2.577, DE 16 DE AGOSTO DE 2022, publicada no DOU de 18 de agosto de 2022, Edição 157, Seção 1, Página 18.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.784, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Palmeira das Missões-RS, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Palmeira das Missões-RS, no valor de R$ 247.050,00 (duzentos e quarenta e sete mil cinquenta reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.011417/2022-59.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.785, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.048, de 28 de maio de 2021, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 01 de junho de 2021, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência na área descrita no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações relacionadas abaixo.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
SC	Joinville	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	49.611	11/08/2022	59051.017303/2022-22
RS	Rio Pardo	Granizo - 1.3.2.1.3	049	22/08/2022	59051.017302/2022-88

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.789, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Renovar o prazo de execução das ações de resposta previsto no art. 3° da Portaria n. 308, de 7 de fevereiro de 2022, constante no processo administrativo n. 59052.008804/2022-16, que autorizou o empenho e a transferência de recursos ao Município de Governador Valadares - MG para ações de Defesa Civil até 05/11/2022.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO

RESOLUÇÃO ANA Nº 129, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

A DIRETORA-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 135, inciso III, do Anexo I da Resolução ANA nº 104, de 8 de outubro de 2021, publicada no DOU de 14 de outubro de 2021, que aprovou o Regimento Interno da ANA, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 854ª Reunião Deliberativa Ordinária, realizada em 5 de setembro de 2022, com fundamento no art. 12, inciso II, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, no art. 2º do Decreto nº 4.024, de 21 de novembro de 2001, e na Resolução nº 194, de 16 de setembro de 2002, e com base nos elementos constantes do Processo nº 02501.003428/2022-11, resolve:

Emitir ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte, através de sua Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, CNPJ/CPF nº 01.066.896/0001-74, Certificado de Avaliação da Sustentabilidade da Obra Hídrica - CERTOH referente ao Sistema Adutor Seridó Norte, localizado no reservatório Armando Ribeiro Gonçalves, município de Jucurutu, no Estado do Rio Grande do Norte, com a finalidade de abastecimento público.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor da Resolução, bem com o certificado e as demais informações pertinentes, estão disponíveis no site www.gov.br/ana.

VERONICA SÁNCHEZ DA CRUZ RIOS

PORTARIA ANA Nº 409, DE 6 DE SETEMBRO DE 2022

Altera Portaria ANA nº 390, de 3 de março de 2022, que delega competências ao Superintendente de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas e, nos seus afastamentos, impedimentos e na vacância do cargo, ao seu substituto legal.

A DIRETORA-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 135, incisos III e XVI, do Anexo I da Resolução ANA nº 104, de 8 de outubro de 2021, publicada no DOU de 14 de outubro de 2021, que aprovou o Regimento Interno da ANA, torna público que a Diretoria Colegiada, em sua 889ª Reunião Administrativa Ordinária, realizada em 30 de agosto de 2022, resolveu:

Art. 1º Alterar o artigo 1º da Portaria ANA nº 390, de 3 de março de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 7 de março de 2022, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º ...

XIV - atuar como representante do CNPJ nº 04.204.444/0001-08, da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA, perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil - RFB."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VERONICA SÁNCHEZ DA CRUZ RIOS

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO DC/SUDENE Nº 738, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

Aprova o financiamento com recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE do projeto de titularidade da Sociedade Empresarial LIGHTSOURCE BOM LUGAR VI GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA, que objetiva a implantação de parque solar fotovoltaico de geração de energia elétrica no município de Icó/CE.

A Diretoria Colegiada da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 11, incisos II e III, da Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, pelo artigo 6º, caput, incisos II, III e XV, e parágrafo único, do Anexo I ao Decreto nº 11.056, de 29 de abril de 2022, e pelo artigo 8º, inciso II, do Anexo ao Decreto nº 7.838, de 9 de novembro de 2012,

CONSIDERANDO a deliberação tomada em sua 436ª Reunião, ocorrida em 23 de agosto de 2022;

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 59336.003783/2021-77; resolve:

Art. 1º Aprovar, conforme artigos 21 e 22 do Regulamento do FDNE, validado pelo Decreto nº 7.838/2012, a participação do FDNE no projeto de titularidade da Sociedade Empresarial LIGHTSOURCE BOM LUGAR VI GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ nº 35.631.147/0001-64, que objetiva a implantação de parque eólico de geração de energia elétrica no município de Icó/CE, no valor de até R$ 89.140.156,80 (oitenta e nove milhões, cento e quarenta mil cento e cinquenta e seis reais e oitenta centavos).

Art. 2º Indicar que o empreendimento integra-se aos objetivos de promoção do desenvolvimento includente e sustentável e enquadra-se nas diretrizes e prioridades espaciais e setoriais para a aplicação dos recursos do Fundo.

Art. 3º Informar que, conforme Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.960, de 21 de outubro de 2021, e alterações posteriores, o Projeto se enquadra no Tipo "A" (prioridade espacial - infraestrutura), devendo ser aplicado o respectivo Fator de Programa para fins de cálculo dos encargos financeiros finais ao tomador.

Parágrafo único. Para o Projeto aprovado, o limite de participação do FDNE é de cerca de 60% do investimento total, limitado a 90% do investimento em capital fixo.

Art. 4º Informar que o Atestado de Disponibilidade Financeira - ADF será emitido e publicado até 30/09/2022, conforme § 1º do artigo 11 do Regulamento do FDNE, quando ficará demonstrada a capacidade do Fundo de aportar os recursos de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro do Empreendimento.

Art. 5º Ressaltar que o Termo de Aprovação do Projeto emitido pelo Banco do Brasil S/A, agente operador do projeto, atestou que o presente empreendimento apresenta viabilidade econômico-financeira.

Art. 6º Comunicar que a Sociedade Empresarial beneficiária deverá apresentar ao agente operador as informações e os documentos necessários à celebração do Contrato de Financiamento no prazo estabelecido pelo artigo 23 do Regulamento do Fundo.

Art. 7º Autorizar, nos termos do inciso XV do artigo 6º do Anexo I ao Decreto nº 11.056/2022, a celebração de contrato com o agente operador.

Art. 8º Determinar, observado o disposto no § 3º do artigo 22 do Regulamento do FDNE, a publicação desta Resolução no Diário Oficial da União e no endereço eletrônico da Sudene.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

General CARLOS CESAR ARAÚJO LIMA
Superintendente

CLAUDIA MARIA DA SILVA
Diretora de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos
Substituta

MARCOS FALCÃO GONÇALVES
Diretor de Planejamento e Articulação de Políticas

JOÃO CORDEIRO FALCÃO NETO
Diretor de Administração
Substituto

Ministério da Economia

SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PORTARIA SPU/ME Nº 8.097, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

A SECRETÁRIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS, DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso de suas atribuições previstas no art. 102 do Anexo I do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, e em conformidade com o disposto no parágrafo único do art. 5º do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, na Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e nos elementos que integram o Processo SEI/ME nº 19739.143621/2022-02, resolve:

Art. 1º Revogar o inciso XX do art. 1º da Portaria nº 388, de 21 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2008, seção 1, página 94.

Art. 2º A Superintendência do Patrimônio da União em Goiás - SPU/GO dará conhecimento do teor desta Portaria ao Cartório do Registro de Imóveis de Cristalina-GO e à Prefeitura Municipal de Cristalina-GO.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FABIANA RODOPOULOS

SUPERINTENDÊNCIA NO ACRE

PORTARIA SPU/AC/ME Nº 7.909, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO ACRE, DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 15, inc. VI, da Portaria nº 83, de 28 de agosto de 2019, c/c o art. 44 do Anexo da Portaria nº 335, de 02 de outubro de 2020, e tendo em vista o disposto no art. 6º, do Decreto-lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, com a nova redação que lhe foi conferida pela Lei nº 13.139, de 26 de junho de 2015, e de acordo com os elementos que integram o Processo nº 19739.116700/2021-51, resolve:

Art. 1º - Autorizar o Departamento de Estrada de Rodagem, Infraestrutura Hidroviária e Aeroportuária do Acre - DERACRE (CNPJ **.*31.258/0001-**), a realizar a execução de obras, referente à Ponte sobre o Rio Acre, no Município de Xapuri/AC, visando efetuar a ligação do bairro Centro ao bairro Sibéria, em área de uso comum do povo, na forma dos elementos constantes do processo nº 19739.116700/2021-51;

Art. 2º - A obra a que se refere o art. 1º encontra-se em uma área de 4.191,59 m²;

Art. 3º - O prazo de execução da obra é de 18 (dezoito) meses a contar da emissão ordem de serviço, conforme cronograma físico-financeiro apresentado pelo Departamento de Estrada de Rodagem, Infraestrutura Hidroviária e Aeroportuária do Acre - DERACRE.

Art. 4º - Caso a obra seja interrompida e venha a trazer danos não passíveis de reversão ao meio ambiente, o Departamento de Estrada de Rodagem, Infraestrutura Hidroviária e Aeroportuária do Acre - DERACRE responderá criminalmente pelos danos causados.

Art. 5º - Os direitos e obrigações mencionadas nesta Portaria não excluem outros decorrentes da autorização, de acordo com a legislação pertinente. Em especial, deverá ser dada atenção aos artigos 7º, 8º e 9º da Lei 12.651, de 2012, que trata do Regime de Proteção das Áreas de Preservação Permanente nas áreas protegidas por esta legislação;

Art. 6º - Durante o período de execução de obras a que se referem os arts. 1º e 2º, é obrigatória a fixação de 01 (uma) placa junto ao canteiro de obras, em lugar visível, confeccionada segundo o Manual de Placas da Secretaria do Patrimônio da União, de acordo com os termos da Portaria SPU nº 122, de 13 de junho de 2000 com os seguintes dizeres: "Obra autorizada pela Secretaria do Patrimônio da União";

Art. 7º - Responderá o Departamento de Estrada de Rodagem, Infraestrutura Hidroviária e Aeroportuária do Acre - DERACRE, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, judicial ou extrajudicialmente, em decorrência das obras das quais trata esta portaria.

Art. 8º - As obras ficam condicionadas à garantia de livre e franco acesso às áreas de uso comum do povo e ao cumprimento rigoroso das recomendações técnicas, urbanísticas, sanitárias e ambientais emitidas pelos órgãos competentes, assim como às aprovações de projetos, aos pagamentos de taxas e alvarás dos órgãos pertinentes, conforme legislação vigente, assim como qualquer exigência complementar necessária à legalidade da obra, durante todo o período de execução da obra;

Art. 9º - A autorização de obras a que se refere esta Portaria, não implica transferência de posse ou constituição de direitos ou domínio sobre a área, ou qualquer tipo de indenizações sobre benfeitorias;

Art. 10º - A responsabilidade pela demolição da obra também é do interessado quando:

a) representar risco à segurança das pessoas e do meio ambiente;

b) não cumprir mais a sua finalidade social, nos termos da Portaria autorizativa; ou

c) na hipótese de retomada do imóvel em decorrência de obrigação legal imposta à União.

Art. 11º - A manutenção das estruturas construídas com base na presente Portaria será de responsabilidade do autorizatário.

Art. 12º - A Superintendência do Patrimônio da União no Acre fiscalizará o local, a fim de verificar o efetivo cumprimento das condições desta Portaria, bem como de outras que estejam condicionadas nos autos do processo em epígrafe;

Art. 13º - A autorização de obras, a que se refere esta Portaria, poderá ser revogável a qualquer tempo.

Art. 14º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SANGELO ROSSANO DE SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA NA PARAÍBA

PORTARIA SPU-PB/ME Nº 6.794, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 15, inciso VI, da Portaria nº 83, de 28 de agosto de 2019, e tendo em vista o disposto no art. 6º, do Decreto-lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, com a nova redação que lhe foi conferida pela Lei nº 13.139, de 26 de junho de 2015, e de acordo com os elementos que integram o Processo nº 19739.147878/2021-44, resolve:

Art. 1º - Autorizar a Prefeitura Municipal de Cabedelo no Estado da Paraíba, a realizar a execução de obra de continuidade da Rua Conde Augusto Chericate e Rua Projetada (lateral ao Moinho Dias Branco), no entorno do Porto no Município de Cabedelo/PB.

Art. 2º - A obra a que se refere o Art. 1º tem por objetivo viabilizar infraestrutura adequada para o acesso ao Porto de Cabedelo e seus arredores, buscando conceder continuidade a Rua Augusto Chericate e Rua Projetada (lateral ao Moinho Dias Branco), melhorando a mobilidade urbana do local, facilitando escoamento de mercadorias e acessos a serviços prestados na região. A área de intervenção está assim descrita e caracterizada: : a) TRECHO DA RUA AUGUSTO CHERICATE - Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice P01, de coordenadas N 9229686.263 m e E 296588.492 m, Datum SIRGAS 2000 com Meridiano Central -33, localizado a Rua Augusto Chericate; deste, segue confrontando com Avenida Cassiano da Cunha Nóbrega, com os seguintes azimute plano e distância: 188°32'56'' e 14,34 m; até o vértice P02, de coordenadas N 9229672.083 m e E 296586.360 m; deste, segue com Lote de terra 02, com os seguintes azimute plano e distância: 278°23'46'' e 55,54 m; até o vértice P03, de coordenadas N 9229680.194 m e E 296531.410 m; deste, segue confrontando com Lote de terra 02 com os seguintes azimute plano e distância: 207°43'36'' e 13,46 m de arco; até o vértice P04, de coordenadas N 9229669.854 m e E 296526.079 m; deste, segue confrontando com Lote de terra 02, com os seguintes azimute plano e distância: 145°39'34'' e 101,16 m; até o vértice P05, de coordenadas N 9229586.329 m e E 296583.143 m; deste, segue confrontando com Lote de terra 02, com os seguintes azimute plano e distância: 235°39'34'' e 12,79 m; até o vértice P06, de coordenadas N 9229579.113 m e E 296572.580 m; deste, segue confrontando com Terminal de Combustível TECAB, com os seguintes azimute plano e distância: 326°45'07'' e 106,64 m; P07, de coordenadas N 9229667.780 m e E 296513.331 m; deste, segue confrontando com Terminal de Combustível TECAB e M. Dias Brandão, com os seguintes azimute plano e distância: 39°52'31'' e 40,81 m; P08, de coordenadas N 9229694.239 m e E 296535.419 m; deste, segue confrontando com M. Dias Brandão, com os seguintes azimute plano e distância: 98°32'47'' e 53,67 m; até o vértice P01, de coordenadas coordenadas N 9229686.263 m e E 296588.492 m, encerrando esta descrição. Área (m2): 2.419,26 m² e Perímetro: 399.61 m. b) TRECHO DA RUA PROJETADA - Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice P01, de coordenadas N 9229786.610 m e E 296739.633 m, Datum SIRGAS 2000 com Meridiano Central -33, localizado a Rua Projetada; deste, segue confrontando com Lote de Terra 01, com os seguintes azimute plano e distância: 188°58'29'' e 121,19 m; até o vértice P02, de coordenadas N 9229666.902 m e E 296720.727 m; deste, segue com Rua Cássio da Cunha Lima, com os seguintes azimute plano e distância: 277°59'44'' e 10,00 m; até o vértice P03, de coordenadas N 9229668.293 m e E 296710.823 m; deste, segue confrontando com M. Dias Brandão com os seguintes azimute plano e distância: 08°58'29'' e 122.44 m de arco; até o vértice P04, de coordenadas N 9229789.230 m e E 296729.923 m; deste, segue confrontando com Faixa Litorânea, com os seguintes azimute plano e distância: 105°06'02'' e 10,06 m; até o vértice P01, de coordenadas coordenadas N 9229786.610 m e E 296739.633 m, encerrando esta descrição. Área (m2): 1.218,14 m² e Perímetro: 263,69 m. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação RBMC de coordenadas E m e N m, e encontram-se representadas no sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central -33, tendo como DATUM SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

Art. 3º - A obra está condicionada à garantia de livre e franco acesso às áreas de uso comum do povo e ao cumprimento rigoroso das recomendações urbanísticas, sanitárias e ambientais, conforme legislação vigente, em especial à expedição da licença ambiental pelo órgão competente (previamente ao início das obras), e, ainda, às aprovações de projetos, pagamentos de taxas e alvarás, assim como qualquer exigência complementar necessária à legalidade da obra.

Art. 4º - A autorização de obras a que se refere esta Portaria, não implica transferência de posse ou constituição de direitos ou domínio sobre a área, ou qualquer tipo de indenizações sobre benfeitorias.

Art. 5º - Durante o período de execução de obras a que se referem os arts. 1º e 2º, é obrigatória a fixação de 01 (uma) placa junto ao canteiro de obras, em lugar visível, confeccionada segundo o Manual de Placas da Secretaria do Patrimônio da União, de acordo com os termos da Portaria SPU nº 122, de 13 de junho de 2000, ou a que vier substitui-la, com os seguintes dizeres: "Obra autorizada pela Secretaria do Patrimônio da União".

Art. 6º - Responderá a Prefeitura Municipal de Cabedelo, judicial ou extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, em decorrência da instalação dos equipamentos e realização das obras de que trata esta Portaria.

Art. 7º - O descumprimento de quaisquer das cláusulas contidas no presente instrumento, ensejará a revogação da presente autorização, sem necessidade de prévio aviso ou outro qualquer procedimento.

Art. 8º - A responsabilidade pela demolição/remoção da obra também é da Prefeitura Municipal de Cabedelo quando: representar risco à segurança das pessoas e do meio ambiente; não cumprir mais a sua finalidade social, nos termos da Portaria autorizativa, ou, na hipótese de retomada do imóvel em decorrência de obrigação legal imposta à União.

Art. 9º - A Superintendência do Patrimônio da União na Paraíba fiscalizará o local, a fim de verificar o efetivo cumprimento das condições desta Portaria, bem como de outras que estejam condicionadas nos autos do processo nº 19739.147878/2021-44.

Art. 10º - O prazo de vigência desta Portaria é de 12 (doze) meses a contar da expedição da ordem de serviço para o início das obras.

Art. 11º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR MARTINS MARQUES NAVARRO

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

SUBSECRETARIA-GERAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO

COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.157, DE 16 DE AGOSTO DE 2022

Assunto: Classificação de Mercadorias

Código NCM: 4012.12.00

Mercadoria: Pneumático, de borracha, que, por ter sido reprovado no processo industrial de inspeção de qualidade, foi submetido a desbaste total ou parcial da sua banda de rodagem, para futura reforma (recapagem); do tipo utilizado em ônibus ou caminhões, de construção radial, com a codificação 295/80 R 22,5, com índice de carga e símbolo de velocidade 154/149 M, comercialmente denominado "carcaça de pneu de carga para recapagem".

Dispositivos Legais: RGI 1, RGI 2 a) e RGI 6 da NCM constante da TEC, aprovada pela Res. Gecex nº 272, de 2021, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 11.158, de 2022; e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e pelas IN RFB nº 1.788, de 2018, e nº 2.052, de 2021, e alterações posteriores.

MARCO ANTÔNIO RODRIGUES CASADO
Presidente da 5ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.158, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

Assunto: Classificação de Mercadorias

Código NCM 3808.94.29

Ex Tipi: sem enquadramento

Mercadoria: Preparação líquida de ação antimicrobiana, constituída por álcool benzílico, benzoato de potássio e sorbato de potássio, própria para utilização como conservante em formulações cosméticas e produtos de cuidados pessoais por inibir o crescimento de bactérias, leveduras, bolores e fungos, apresentada na forma de líquido marrom claro e acondicionada em galão.

Dispositivos Legais: RGI 1, RGI 6 e RGC 1 da NCM constante na TEC, aprovada pela Resolução Gecex nº 272, de 2021, e na Tipi aprovada pelo Decreto nº 11.158, de 2022; e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 27 de janeiro de 1992, e pelas IN RFB nº 1.788, de 2018, e nº 2.052, de 2021, e alterações posteriores.

DANIELLE CARVALHO DE LACERDA
Presidente da 3ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.159, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

Assunto: Classificação de Mercadorias

Código NCM: 9205.90.00

Mercadoria: Instrumento musical com treze teclas e uma boquilha para assopro, fabricado em plástico ABS, metal e lâminas de alumínio, passível de afinação, medindo 5 x 4 x 42 cm, destinado ao aprendizado musical infantil, cujo funcionamento se dá através de assoprar a boquilha e simultaneamente pressionar as teclas respectivas às notas musicais que se deseja tocar, denominado "escaleta melódica".

Dispositivos Legais: RGI 1 e RGI 6 da NCM/SH, constante da TEC, aprovada pela Resolução Gecex nº 272, de 2021, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 11.158, de 2022, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e pelas IN RFB nº 1.788, de 2018 e IN RFB nº 2.052, de 2021, e suas alterações posteriores.

DANIELLE CARVALHO DE LACERDA
Presidente da 3ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.160, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

Assunto: Classificação de Mercadorias

Código NCM: 9205.90.00

Mercadoria: Instrumento musical em formato cilíndrico com orifícios e uma boquilha para assopro, medindo 32,5 cm de comprimento e 3 cm de diâmetro, fabricado em plástico ABS, passível de afinação, destinado ao aprendizado musical infantil, cujo funcionamento se dá através de assoprar a boquilha e simultaneamente tampar os orifícios com os dedos, conforme as notas musicais que se deseja reproduzir, denominado "flauta doce" .

Dispositivos Legais: RGI 1 e RGI 6 da NCM/SH, constante da TEC, aprovada pela Resolução Gecex nº 272, de 2021, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 11.158, de 2022, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e pelas IN RFB nº 1.788, de 2018 e IN RFB nº 2.057, de 2021, e suas alterações posteriores.

DANIELLE CARVALHO DE LACERDA
Presidente da 3ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.161, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

Assunto: Classificação de Mercadorias

Código NCM: 9205.90.00

Mercadoria: Instrumento musical para assopro, em formato retangular contendo 24 orifícios e 24 palhetas internas de metal, medindo 2,5 x 2,5 x 17,5 cm, fabricado em plástico ABS e metal, passível de afinação, destinado ao aprendizado musical infantil, cujo funcionamento se dá através de assoprar, a partir de uma correta embocadura, os 24 orifícios, os quais soarão dentro da escala escolhida C-D-E-F-G-A-B (dó-ré-mi-fá-sol-lá-si), denominado "gaita harmônica 24 vozes".

Dispositivos Legais: RGI 1 e RGI 6 da NCM/SH, constante da TEC, aprovada pela Resolução Gecex nº 272, de 2021 e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 11.158, de 2022, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e pelas IN RFB nº 1.788, de 2018 e IN RFB nº 2.057, de 2021, e suas alterações posteriores.

DANIELLE CARVALHO DE LACERDA
Presidente da 3ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.162, DE 30 DE AGOSTO DE 2022

Assunto: Classificação de Mercadorias

Código NCM 3814.00.90

Mercadoria: Solvente orgânico constituído por ésteres metílicos de ácidos graxos C16-18 e C18 insaturados (CAS nº 67762-38-3), em teor superior a 99,5%, resultantes de processo de transesterificação de óleo vegetal, comercialmente identificado como "éster metílico do ácido oleico", um líquido amarelado com odor típico para ser utilizado em formulações diversas da indústria química, apresentado em recipientes com capacidade de 1.000 kg ou 20.000 kg.

Dispositivos Legais: RGI 1 e RGC 1, da TEC, aprovada pela Res. Gecex nº 272, de 2021, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 11.158, de 2022; e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pelas IN RFB nº 1.788, de 2018, e alterações posteriores.

SILVANA DEBONI BRITO
Presidente da 1ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.163, DE 30 DE AGOSTO DE 2022

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM 3814.00.90
Mercadoria: Diluente orgânico constituído por ésteres metílicos de ácidos graxos C16-18 e C18 insaturados (CAS nº 67762-38-3), em teor superior a 99%, resultantes de processo de transesterificação de óleos, comercialmente identificado como "éster de ácido graxo"; um líquido incolor a amarelado indicado para ser utilizado como diluente não reativo na fabricação de sistemas de poliuretano mono e bicomponente, apresentado em tambor de plástico de 175 kg e frasco de vidro de 1 kg.
Dispositivos Legais: RGI 1 e RGC 1, da TEC, aprovada pela Res. Gecex nº 272, de 2021, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 11.158, de 2022; e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pelas IN RFB nº 1.788, de 2018, e alterações posteriores.

SILVANA DEBONI BRITO
Presidente da 1ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.164, DE 30 DE AGOSTO DE 2022

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM: 3814.00.90
Mercadoria: Mistura de ésteres monoalquílicos (metílicos) de cadeias carbônicas de comprimento e grau de saturação variáveis (C16:0 e C18:0 a C18:3), em teor de 99,5% (CAS nº 67762-38-3), obtida por transesterificação de ácidos graxos de origem vegetal (óleo de soja) com metanol, na forma de um líquido transparente e insolúvel em água, utilizada industrialmente como solvente na formulação de agrodefensivos, apresentada em recipientes com capacidade para 1.000 ou 20.000 kg.
Dispositivos Legais: RGI 1 e RGC 1, da TEC, aprovada pela Res. Gecex nº 272, de 2021, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 10.923, de 2021; e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pelas IN RFB nº 1.788, de 2018 e nº 2.052, de 2021, e alterações posteriores.

MARCO ANTÔNIO RODRIGUES CASADO
Presidente da 5ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.165, DE 30 DE AGOSTO DE 2022

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM 8438.80.90
Mercadoria: Unidade funcional para extração contínua de base líquida de soja destinada à formulação de bebidas prontas para consumo, a partir da moagem de grãos e tratamento térmico da base líquida obtida, com capacidade de processamento de 4.000 kg/h (com um decantador) ou de 7.000 kg/h (com dois decantadores), constituída dos seguintes equipamentos principais, separados em três módulos operacionais interligados:
Moagem de grãos
- Tanque-silo para a entrada de grãos (soja);
- Válvula de dosagem de grãos (soja);
- Bomba positiva para alimentação;
- Bomba de descarga;
- Moinho de soja de discos perfurados;
- Moinho coloidal;
- Controlador de temperatura (trocador de calor de placas);
Separação de fibras
- Um ou dois separador(es) centrífugo(s) (tipo decantador);
- Conjunto de válvulas para seleção de fluxo CIP/Produto;
- Estação de limpeza CIP para decantadores;
Inativação enzimática
- Tanque de equilíbrio para base de soja/alimentação de água;
- Injetor de vapor direto;
- Célula de retenção;
- Recipiente de flash/vácuo;
- Trocador de calor de placas (por água gelada);
Equipamentos opcionais
- Tanques de preparação e dosagem de bicarbonato de sódio para as seções de moagem (para reduzir o "sabor de feijão cru" (beany));
- Bomba de descarga de bagaço de soja (okara).
Também podem se classificar como parte da Unidade Funcional, desde que apresentados em conjunto com ela: tubulações, registros, válvulas e dispositivos de medição e controle inerentes ao processo em si, em quantidades e especificações compatíveis com as necessidades do equipamento, além de um sistema de controle automático (CLP), se dedicado exclusivamente ao funcionamento da Unidade Funcional.
Seguem seu próprio regime de classificação, máquinas, dispositivos ou equipamentos que, mesmo apresentados conjuntamente com os demais, não estejam diretamente relacionados ao processo de extração de base de soja realizado pela Unidade Funcional.
Dispositivos Legais: RGI 1 (Nota 4 da Seção XVI), RGI 6 e RGC 1 da NCM constante da TEC, aprovada pela Res. Gecex nº 272, de 2021, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 11.158, de 2022; e em subsídios extraídos das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado (Nesh), aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e pelas Instruções Normativas (IN) RFB nº 1.788, de 2018, nº 2.052, de 2021, e alterações posteriores.

MARCO ANTÔNIO RODRIGUES CASADO
Presidente da 5ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.166, DE 30 DE AGOSTO DE 2022

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM: 3814.00.90
Mercadoria: Solvente orgânico constituído, em teor superior a 97%, por ésteres metílicos de ácidos graxos C16-18 e C18 insaturados (CAS nº 68919-53-9), resultantes de processo de transesterificação de óleo de soja, utilizado na formulação de defensivos agrícolas, apresentado na forma de um líquido amarelado, acondicionado em tanques ou tambores metálicos ou de plástico, contendo 170, 880 ou 20.000 kg.
Dispositivos Legais: RGI 1 e RGC 1 da NCM constante da TEC, aprovada pela Res. Gecex nº 272, de 2021, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 10.923, de 2021, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018, e alterações posteriores.

MARCO ANTÔNIO RODRIGUES CASADO
Presidente da 5ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.167, DE 30 DE AGOSTO DE 2022

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM: 3920.10.99
Mercadoria: Filme plástico constituído por três camadas de polietileno de baixa densidade (PEBD) e aditivos (aditivo anti-UV, aditivo deslizante e aditivo de pigmentação - masterbatch), acondicionado em rolos (bobinas), com largura de 1,20 ou 1,60 m e comprimento de 500 ou 1.000 m, utilizado como insumo agrícola para cobertura do solo em lavouras (técnica de "mulching"), sem perfurações.
Código NCM: 3926.90.90
EX Tipi: Sem enquadramento.
Mercadoria: Filme plástico constituído por três camadas de polietileno de baixa densidade (PEBD) e aditivos (aditivo anti-UV, aditivo deslizante e aditivo de pigmentação - masterbatch), acondicionado em rolos (bobinas), com largura de 1,20 ou 1,60 m e comprimento de 500 ou 1.000 m, utilizado como insumo agrícola para cobertura do solo em lavouras (técnica de "mulching"), com perfurações.
Dispositivos Legais: RGI 1, RGI 6 e RGC 1 da NCM constante da TEC, aprovada pela Res. Gecex nº 272, de 2021, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 11.158, de 2022, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018 e nº 2.052, de 2021, e alterações posteriores.

MARCO ANTÔNIO RODRIGUES CASADO
Presidente da 5ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.169, DE 31 DE AGOSTO DE 2022

Assunto: Classificação de Mercadorias
Conjunto não caracterizado como sortido, apresentado em embalagem única, comercialmente denominado "meu primeiro kit de percussão", constituído pelos seguintes instrumentos musicais infantis:
Código NCM: 9206.00.00
Mercadoria: Pandeiro de madeira e pele sintética
Código NCM: 9206.00.00
Mercadoria: Par de claves de madeira
Código NCM: 9206.00.00
Mercadoria: Par de maracás de madeira, com contas de ferro no interior
Código NCM: 9206.00.00
Mercadoria: Chocalhos (sinos), um de três guizos de galvanoplastia e alça de plástico e outro de treze guizos pequenos galvanizados e cabo de madeira.
Código NCM: 9206.00.00
Mercadoria: Triângulo de ferro galvanizado
Dispositivos Legais: RGI-1, constante da TEC, aprovada pela Resolução Gecex nº 272, de 2021, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 11.158, de 2022, subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e consolidadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018, com atualizações posteriores.

SILVANA DEBONI BRITO
Presidente da 1ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.170, DE 31 DE AGOSTO DE 2022

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM: 1602.50.00
Mercadoria: Preparação destinada à alimentação humana, constituída pela mistura e cozimento de trigo, água, leite, margarina e sal, com posterior sova e modelagem na forma de semicírculo, com recheio de carne (mais de 20%) e requeijão cremoso. O semicírculo assim obtido, denominado "risole de carne", é mergulhado em água, empanado com farinha de rosca, congelado e apresentado em embalagens personalizadas de 1 kg.
Dispositivos Legais: RGI 1 c/c Nota 1, " a", do Capítulo 19 e RGI 6, da NCM constante da TEC, aprovada pela Res. Gecex nº 272, de 2021, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 11.158, de 2022, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e consolidadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018, com atualizações posteriores.

SILVANA DEBONI BRITO
Presidente da 1ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.172, DE 31 DE AGOSTO DE 2022

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM 9031.80.99
Mercadoria: Dispositivo IoT (internet das coisas) para monitoramento remoto, constituído por sensor de temperatura, acelerômetro, sensor magnético tipo Hall, microcontrolador, bateria e módulo Wi-Fi, capaz de medir temperatura e movimento, detectar a existência de campo magnético de alta intensidade próximo, estimar a localização, processar os dados recebidos e enviá-los a outro dispositivo por tecnologia sem fio Sigfox.
Dispositivos Legais: RGI 1 (Nota 3 do Capítulo 90 e Nota 3 da Seção XVI) c/c RGI 3 c), RGI 6 e RGC 1 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) constante da Tarifa Externa Comum (TEC), aprovada pela Res. Gecex nº 272, de 2021, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 11.158, de 2022; e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e pelas IN RFB nº 1.788, de 2018 e nº 2.052, de 2021, e alterações posteriores.

DANIELLE CARVALHO DE LACERDA
Presidente da 3ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.173, DE 31 DE AGOSTO DE 2022

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM 9405.42.00
Mercadoria: Poste inteligente para iluminação pública, de alumínio, ferro e aço, com 2,5 ou 6 m de altura, composto por gateway, luminária de LED, tela de LED, estação meteorológica, câmera de vigilância, roteador Wi-Fi e comunicador, sem painéis fotovoltaicos, apresentado desmontado, denominado comercialmente "smart pole". Os equipamentos serão fixados ao poste por parafusos e porcas e serão interligados por intermédio do gateway.
Dispositivos Legais: RGI 1, RGI 2 a), RGI 3 c) e RGI 6 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) constante da Tarifa Externa Comum (TEC), aprovada pela Res. Gecex nº 272, de 2021, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 11.158, de 2022, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e pelas IN RFB nº 1.788, de 2018 e nº 2.052, de 2021, e alterações posteriores.

DANIELLE CARVALHO DE LACERDA
Presidente da 3ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.174, DE 31 DE AGOSTO DE 2022

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM 3808.91.99
Mercadoria: Preparação inseticida à base de ciclaniliprole (ISO), do grupo antranilamida, que se apresenta como um líquido concentrado acondicionado em bombonas de 1.000 litros, com indicação para pulverização no manejo de pragas nas culturas de café, milho, soja e tomate.
Dispositivos Legais: RGI 1, RGI 6 e RGC 1 da TEC, aprovada pela Resolução Gecex nº 272, de 2021, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 11.158, de 2022; e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018, e alterações posteriores.

SILVANA DEBONI BRITO
Presidente da 1ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.175, DE 01 DE SETEMBRO DE 2022

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM: 8517.14.90
Mercadoria: Aparelho portátil de radiotelefonia, com formato de telefone tipo walkie talkie, utilizado para comunicação de voz bidirecional, com modo de operação digital e analógico, modulação 4FSK e FM, faixas de frequência VHF (136/174 MHz) e UHF (350/470 MHz), compatível com padrão digital aberto DMR, potência de 1 a 5 W, capacidade de 256 canais, contendo display, GPS e bluetooth, acompanhado de fonte de alimentação, carregador de bateria, bateria de Li-Ion, antena de 9 cm e bateria extra, denominado comercialmente "rádio comunicador portátil" .
Dispositivos Legais: RGI 1, RGI 6 e na RGC 1 da NCM constante na TEC, aprovada pela Resolução Gecex nº 272, de 2021, e na Tipi aprovada pelo Decreto nº 11.158, de 2022; e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 27 de janeiro de 1992, e atualizadas pelas IN RFB nº 1.788, de 2018, e nº 2.052, de 2021, e alterações posteriores.

DANIELLE CARVALHO DE LACERDA
Presidente da 3ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.176, DE 01 DE SETEMBRO DE 2022

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM 2005.20.00
Mercadoria: Preparação alimentícia composta por batata picada e maionese, constituída predominantemente por batata, oléo de soja, ovos, água, vinagre, sal e condimentos, contendo conservantes (ácido sórbico e benzoato de sódio), antioxidantes (EDTA e TBHQ), emulsificantes (goma xantana e goma guar), apresentada em embalagem de 350 gramas, denominada comercialmente "salada de batata com maionese".
Dispositivos Legais: RGI 1 e RGI 6 da NCM constante na TEC, aprovada pela Resolução Gecex nº 272, de 2021, e na Tipi aprovada pelo Decreto 11.158, de 2022, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pelas IN RFB nº 1.788, de 2018, e nº 2.052, de 2021, e alterações posteriores.

DANIELLE CARVALHO DE LACERDA
Presidente da 3ª Turma

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO SRRF01 Nº 8, DE 1º DE SETEMBRO DE 2022

Declara alfandegado o terminal de cargas internacionais do Aeroporto Internacional Marechal Rondon, em Várzea Grande-MT, nos termos e condições normativos vigentes.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 1ª REGIÃO FISCAL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VI do art. 359 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto no inciso I do art. 31 da Portaria RFB nº 143, de 11 de fevereiro de 2022, nos arts. 14 e 15 da Portaria Coana nº 76, de 13 de maio de 2022, e à vista do que consta nos processos administrativos nº 10265.306206/2020-45 e nº 10265.262007/2022-80, declara:
Art. 1º Fica alfandegado, até 1º de dezembro de 2025, o terminal de cargas internacionais do Aeroporto Internacional Marechal Rondon, localizado à Avenida Governador Ponce de Arruda, s/nº, Várzea Grande-MT, posição georreferenciada S 15€89.1 51' e W 056€07.1 65', administrado pela empresa Arco Norte Terminais Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 39.513.322/0001-70, observados os termos e condições da legislação aplicável.
Art. 2º O alfandegamento compreende a área do terminal de cargas internacionais de 1.390,40 m2 (um mil e trezentos e noventa metros quadrados e quarenta centésimos de metro quadrado), além das áreas correspondentes de pista, taxiamento, manobra e estacionamento, utilizadas pelas aeronaves em voos internacionais de carga ou com carga internacional, e respectivas áreas de pátio de circulação de veículos e equipamentos de movimentação, carregamento e descarregamento de cargas internacionais.
Art. 3º O recinto alfandegado poderá movimentar e armazenar cargas internacionais compatíveis com a estrutura viária, operacional e logística existentes no local, observadas as condições da legislação aplicável, nas operações aduaneiras previstas nos incisos I a VI e IX do § 1º do art. 32 da Portaria RFB nº 143, de 11 de fevereiro de 2022.
Art. 4º Para utilização no SISCOMEX, fica mantido ao recinto o código 1.40.11.01-8, sob a jurisdição da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Cuiabá-MT, a qual compete exercer a fiscalização aduaneira de pátio de aeronaves e de cargas do recinto, bem assim do seu depósito, podendo estabelecer as normas complementares e rotinas operacionais necessárias ao controle aduaneiro.
Art. 5º Sem prejuízo de eventuais penalidades cabíveis, este alfandegamento poderá ser suspenso ou cancelado por aplicação de sanção administrativa, bem como poderá ser extinto a pedido do interessado ou por ato de ofício da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), mediante fundamentada conveniência operacional ou administrativa.
Art. 6º Fica revogado o Ato Declaratório Executivo SRRF01 nº 18, de 18 de dezembro de 2020.
Art. 7º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANTONIO HENRIQUE LINDEMBERG BALTAZAR

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOIÂNIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 6 DE SETEMBRO DE 2022

Inscrição no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOIÂNIA-GO, tendo em vista o disposto no inciso III do art. 360 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27/07/2020e tendo em vista o disposto na IN/RFB nº 1.209, de 07/11/2011 e no art. 810 do Decreto nº 6.759 de 05/02/2009, com nova redação dada pelo Decreto nº 7.213 de 15/06/2010, e o constante do processo nº 10265.355468/2022-03, resolve:
Art. 1º Incluir no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros o Sr. ROGÉRIO VIEIRA DE SOUSA, CPF nº 819.380.551-87.
Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DJALMA ALENCAR LUSTOSA SOBRINHO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE MANAUS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/MNS Nº 39, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

Habilita a empresa mencionada ao procedimento simplificado de internação.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE MANAUS/AM, no uso das atribuições que lhe confere o inciso incisos III do art. 360 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, considerando Instrução Normativa - 242/2002, de 06 de novembro de 2002, declara:
Art. 1º - Habilitada ao procedimento simplificado de internação a Pessoa Jurídica TUGUIR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTIGOS DE RELOJOARIA E VESTUÁRIO DA AMAZÔNIA EIRELI, CNPJ nº 13.683.351/0001-96, conforme o dossiê administrativo nº 13042.082440/2022-46 nos termos da Instrução Normativa SRF nº 242 de 06/11/2002.
Art. 2º - A habilitação terá validade por prazo indeterminado, observada a validação mensal prevista no §1º do art. 13º da Instrução Normativa SRF nº 242 de 06/11/2002.
Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ ALVES DIAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/MNS Nº 40, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

Habilita a empresa mencionada ao procedimento simplificado de internação.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE MANAUS/AM, no uso das atribuições que lhe confere o inciso incisos III do art. 360 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, considerando Instrução Normativa - 242/2002, de 06 de novembro de 2002, declara:
Art. 1º - Habilitada ao procedimento simplificado de internação a Pessoa Jurídica MSM COMERCIO VAREJISTA DE PNEUS LTDA, CNPJ nº 21.195.442/0001-00, conforme o dossiê administrativo nº 13042.046413/2022-18 nos termos da Instrução Normativa SRF nº 242 de 06/11/2002.
Art. 2º - A habilitação terá validade por prazo indeterminado, observada a validação mensal prevista no §1º do art. 13º da Instrução Normativa SRF nº 242 de 06/11/2002.
Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ ALVES DIAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/MNS Nº 41, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

Habilita a empresa mencionada ao procedimento simplificado de internação.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE MANAUS/AM, no uso das atribuições que lhe confere o inciso incisos III do art. 360 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, considerando Instrução Normativa - 242/2002, de 06 de novembro de 2002, declara:
Art. 1º - Habilitada ao procedimento simplificado de internação a Pessoa Jurídica JUST TIME INDUSTRIA DOS METAIS LTDA, CNPJ nº 84.664.408/0003-10, conforme o dossiê administrativo nº 13042.069157/2022-29 nos termos da Instrução Normativa SRF nº 242 de 06/11/2002.
Art. 2º - A habilitação terá validade por prazo indeterminado, observada a validação mensal prevista no §1º do art. 13º da Instrução Normativa SRF nº 242 de 06/11/2002.
Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ ALVES DIAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/MNS Nº 42, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

Habilita a empresa mencionada ao procedimento simplificado de internação.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE MANAUS/AM, no uso das atribuições que lhe confere o inciso incisos III do art. 360 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, considerando Instrução Normativa - 242/2002, de 06 de novembro de 2002, declara:
Art. 1º - Habilitada ao procedimento simplificado de internação a Pessoa Jurídica HANA ELECTRONICS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, CNPJ nº 41.305.391/0001-30, conforme o dossiê administrativo nº 13042.073128/2022-61 nos termos da Instrução Normativa SRF nº 242 de 06/11/2002.
Art. 2º - A habilitação terá validade por prazo indeterminado, observada a validação mensal prevista no §1º do art. 13º da Instrução Normativa SRF nº 242 de 06/11/2002.
Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ ALVES DIAS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO VR 02RF DEVAT/EBEN Nº 92, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

Reconhece o direito à redução do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de Modernização Total do empreendimento na área de atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho 2020, e tendo em vista o disposto no art. 1º, §§1º e 2º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, art. 3º do Decreto nº 4.212, de 26 de abril de 2002, e art. 60 da IN SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002, e considerando o contido no Laudo Constitutivo nº 129/2021 expedido pela SUDAM e no Processo nº 18365.720886/2021-71, declara:
Art. 1º Fica reconhecido o direito da empresa FLEX IMP. EXPORT. IND. E COMERCIO DE MÁQUINAS E MOTORES LTDA, CNPJ Nº 22.798.094/0001-29, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de Modernização Total de empreendimento industrial na linha operacional de Controle Remoto, com capacidade instalada anual de 6.343.920,00 peças aprovada no LAUDO CONSTITUTIVO - SUDAM nº 129/2021 de 09 de dezembro de 2021, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir do ano-calendário de 2021, com término no ano-calendário 2030.
Art. 2º O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá reserva de capital da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social, sendo considerada como distribuição do valor do imposto:
Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO PENALBER DE MENEZES PEREIRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOÃO PESSOA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO EBEN/SRRF04 Nº 119, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

Concede, à pessoa jurídica que menciona HABILITAÇÃO para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura(REIDI) de que trata a Instrução Normativa SRF Nº 1.911/2019.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOÃO PESSOA/PB, no uso das atribuições que lhe confere o art. 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto no artigo 587 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2019 e considerando o que consta do processo nº 13083.081118-2022-13, resolve:

Art. 1º. Habilitar a pessoa Jurídica abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144 de 2007 com suas alterações, nos exatos termos da Portaria SPDE/MME nº 1.297/spe/mme, DE 13/04/2022, publicada no DOU em 14/04/2022 emitida pelo Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia:

Pessoa Jurídica Habilitada: RIO ALTO UFV STL VIII SPE S.A
CNPJ nº : 40.586.796/0001-20
Nome do Projeto: UFV Santa Luzia 8
Cadastro Nac. de Obras/CEI: 90.010.48208/79
Setor de Infraestrutura: Geração e Transmissão de Energia Elétrica
Prazo Estimado de Execução: 31/08/2022 a 31/07/2023 .

Art. 2º. O benefício no REIDI poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 05 (cinco) anos contados da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura (Lei nº 11.488/2007, art. 5º).

Art. 3º A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 4º. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

HAMILTON SOBRAL GUEDES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO EBEN/SRRF04 Nº 120, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

Concede, à pessoa jurídica que menciona HABILITAÇÃO para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura(REIDI) de que trata a Instrução Normativa SRF Nº 1.911/2019.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOÃO PESSOA/PB, no uso das atribuições que lhe confere o art. 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto no artigo 587 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2019 e considerando o que consta do processo nº 13083.060484-2022-39, resolve:

Art. 1º. Habilitar a pessoa Jurídica abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144 de 2007 com suas alterações, nos exatos termos da Portaria SPDE/MME nº 615/GM/MME, de 08/02/2022, publicada no DOU em 10/02/2022 emitida pelo Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia:

Pessoa Jurídica Habilitada: RIO ALTO UFV STL IX SPE LTDA
CNPJ nº : 40.586.767/0001-69
Nome do Projeto: UFV Santa Luzia IX
Cadastro Nac. de Obras/CEI: 90.010.46456/77
Setor de Infraestrutura: Geração e Transmissão de Energia Elétrica
Prazo Estimado de Execução: 01/02/2022 a 01/03/2023 .

Art. 2º. O benefício no REIDI poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 05 (cinco) anos contados da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura (Lei nº 11.488/2007, art. 5º).

Art. 3º A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 4º. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

HAMILTON SOBRAL GUEDES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO EBEN/SRRF04 Nº 121, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

Concede, à pessoa jurídica que menciona HABILITAÇÃO para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura(REIDI) de que trata a Instrução Normativa SRF Nº 1.911/2019.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOÃO PESSOA/PB, no uso das atribuições que lhe confere o art. 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto no artigo 587 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2019 e considerando o que consta do processo nº 13083.083082-2022-11, resolve:

Art. 1º. Habilitar a pessoa Jurídica abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144 de 2007 com suas alterações, nos exatos termos da Portaria SPDE/MME nº 1.299/SPE/MME, de 13/04/2022, publicada no DOU em 14/04/2022 emitida pelo Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia:

Pessoa Jurídica Habilitada: RIO ALTO UFV STL X SPE LTDA
CNPJ nº : 40.586.838/0001-23
Nome do Projeto: UFV Santa Luzia 10
Cadastro Nac. de Obras/CEI: 90.010.48211/70
Setor de Infraestrutura: Geração e Transmissão de Energia Elétrica
Prazo Estimado de Execução: 31/08/2022 a 31/07/2023 .

Art. 2º. O benefício no REIDI poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 05 (cinco) anos contados da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura (Lei nº 11.488/2007, art. 5º).

Art. 3º A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 4º. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

HAMILTON SOBRAL GUEDES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO EBEN/SRRF04 Nº 122, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

Concede, à pessoa jurídica que menciona HABILITAÇÃO para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura(REIDI) de que trata a Instrução Normativa SRF Nº 1.911/2019.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOÃO PESSOA/PB, no uso das atribuições que lhe confere o art. 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto no artigo 587 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2019 e considerando o que consta do processo nº 13083.083251-2022-12, resolve:

Art. 1º. Habilitar a pessoa Jurídica abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144 de 2007 com suas alterações, nos exatos termos da Portaria SPDE/MME nº 1.308/SPE/MME, de 13/04/2022, publicada no DOU em 14/04/2022 emitida pelo Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia:

Pessoa Jurídica Habilitada: RIO ALTO UFV STL XII SPE LTDA
CNPJ nº : 40.586.983/0001-04
Nome do Projeto: UFV Santa Luzia 12
Cadastro Nac. de Obras/CEI: 90.010.48221/76
Setor de Infraestrutura: Geração e Transmissão de Energia Elétrica
Prazo Estimado de Execução: 31/08/2022 a 31/07/2023 .

Art. 2º. O benefício no REIDI poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 05 (cinco) anos contados da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura (Lei nº 11.488/2007, art. 5º).

Art. 3º A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 4º. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

HAMILTON SOBRAL GUEDES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO EBEN/SRRF04 Nº 123, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

Concede, à pessoa jurídica que menciona HABILITAÇÃO para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura(REIDI) de que trata a Instrução Normativa SRF Nº 1.911/2019.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOÃO PESSOA/PB, no uso das atribuições que lhe confere o art. 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto no artigo 587 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2019 e considerando o que consta do processo nº 13083.083266-2022-72 , resolve:

Art. 1º. Habilitar a pessoa Jurídica abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144 de 2007 com suas alterações, nos exatos termos da Portaria SPDE/MME nº 1307/SPE/MME, de 13/04/2022, publicada no DOU em 14/04/2022 emitida pelo Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia:

Pessoa Jurídica Habilitada: RIO ALTO UFV STL XIII SPE LTDA
CNPJ nº : 40.587.043/0001-30
Nome do Projeto: UFV Santa Luzia 13
Cadastro Nac. de Obras/CEI: 90.010.48224/73
Setor de Infraestrutura: Geração e Transmissão de Energia Elétrica
Prazo Estimado de Execução: 31/08/2022 a 31/07/2023 .

Art. 2º. O benefício no REIDI poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 05 (cinco) anos contados da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura (Lei nº 11.488/2007, art. 5º).

Art. 3º A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 4º. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

HAMILTON SOBRAL GUEDES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO EBEN/SRRF04 Nº 124, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

Concede, à pessoa jurídica que menciona HABILITAÇÃO para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura(REIDI) de que trata a Instrução Normativa SRF Nº 1.911/2019.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOÃO PESSOA/PB, no uso das atribuições que lhe confere o art. 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto no artigo 587 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2019 e considerando o que consta do processo nº 13083.083298-2022-78 , resolve:

Art. 1º. Habilitar a pessoa Jurídica abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144 de 2007 com suas alterações, nos exatos termos da Portaria SPDE/MME nº 1.306/SPE/MME, de 13/04/2022, publicada no DOU em 14/04/2022 emitida pelo Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia:

Pessoa Jurídica Habilitada: RIO ALTO UFV STL XIV SPE LTDA
CNPJ nº : 40.587.055/0001-64
Nome do Projeto: UFV Santa Luzia 14
Cadastro Nac. de Obras/CEI: 90.010.48226/78
Setor de Infraestrutura: Geração e Transmissão de Energia Elétrica
Prazo Estimado de Execução: 31/08/2022 a 31/07/2023 .

Art. 2º. O benefício no REIDI poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 05 (cinco) anos contados da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura (Lei nº 11.488/2007, art. 5º).

Art. 3º A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 4º. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

HAMILTON SOBRAL GUEDES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO EBEN/SRRF04 Nº 125, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

Concede, à pessoa jurídica que menciona HABILITAÇÃO para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura(REIDI) de que trata a Instrução Normativa SRF Nº 1.911/2019.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOÃO PESSOA/PB, no uso das atribuições que lhe confere o art. 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto no artigo 587 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2019 e considerando o que consta do processo nº 13083.083301-2022-53 , resolve:

Art. 1º. Habilitar a pessoa Jurídica abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144 de 2007 com suas alterações, nos exatos termos da Portaria SPDE/MME nº 1.305/SPE/MME, de 13/04/2022, publicada no DOU em 14/04/2022 emitida pelo Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia:

Pessoa Jurídica Habilitada: RIO ALTO STL XV GERAÇÃO DE ENERGIA SPE LTDA
CNPJ nº : 40.656.404/0001-52
Nome do Projeto: UFV Santa Luzia 15
Cadastro Nac. de Obras/CEI: 90.010.48230/71
Setor de Infraestrutura: Geração e Transmissão de Energia Elétrica
Prazo Estimado de Execução: 31/08/2022 a 31/07/2023 .

Art. 2º. O benefício no REIDI poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 05 (cinco) anos contados da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura (Lei nº 11.488/2007, art. 5º).

Art. 3º A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 4º. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

HAMILTON SOBRAL GUEDES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO EBEN/SRRF04 Nº 108, DE 22 DE AGOSTO DE 2022

Concede, à pessoa jurídica que menciona HABILITAÇÃO DEFINITIVA no Programa Mais Leite Saudável, de que trata o Decreto Nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE/PE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista a Lei 10.925, de 23 de julho de 2004 e alterações, o Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015 e alterações, a Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2019 e considerando o que consta do processo nº 13083.050800-2022-64, resolve:

Art. 1º. Habilitar definitivamente no âmbito do Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, a pessoa Jurídica INDUSTRIA DE LATICINIO LETA LTDA, inscrita no CNPJ nº 07.028.065/0001-94, titular do projeto de realização de investimentos destinado a auxiliar produtores rurais de leite no desenvolvimento da qualidade e da produtividade de sua atividade, aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, conforme Edital de aprovação de projeto Programa Mais Leite Saudável, publicado em 29/03/2022 com período de vigência de 26/03/2022 a 20/03/2025 , com base nas análises técnicas constantes nos autos do Processo 000014.1882896/2022.

Art. 2º. A fruição dos benefícios instituídos pelo Programa Mais Leite Saudável, fica condicionada ao cumprimento dos requisitos estabelecidos no art. 7º do Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015 e ao atendimento das exigências impostas pelo art. 31 do mesmo decreto.

Art. 3º. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS EDUARDO DA COSTA OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FEIRA DE SANTANA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF-FSA Nº 6, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

Coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), art. 1° da Lei n° 11.488, de 15 de junho de 2007, da pessoa jurídica e projeto que menciona.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, da EQRAT2 (EBEN), da DRF FEIRA DE SANTANA-BA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6°, inciso I, alínea b da Lei n° 10.593, de 6 de dezembro de 2002, com base na Portaria SRRF05 n° 152, de 31 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial em 03 de agosto de 2020, tendo em vista o do Decreto n° 6.144, de 03 de julho de 2007, e alterações, e o art. 587 da Instrução Normativa (IN) RFB n° 1.911, de 11 de outubro de 2019, e alterações, e considerando o contido no processo administrativo n° 10271.527033/2021-07, declara:

Art. 1° Coabilitada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) a empresa JVC Projetos e Construções Elétricas Ltda, CNPJ 10.171.918/0001-57, com relação ao projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Eólica denominada Baraúnas XX, com matrícula CEI/CNO n°90.008.37840/76, na área de Energia - Geração, cogeração, transmissão e distribuição de energia elétrica, considerando ter sido a mesma contratada pela empresa Baraúnas XX Energética S.A., CNPJ n° 34.986.678/0001-07, para prestar serviços de construção civil relacionados à execução do projeto aprovado pela Portaria n° 149, de 30/04/2020, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, publicada no D.O.U. de 05/05/2020, a qual, mencione-se, está habilitada no REIDI por intermédio do ADE n° 1043, de 08/09/2020, publicado no D.O.U. de 10/09/2020, emitido pela DRF-REC.

Art. 2°. Ressalvado o disposto no art. 3° deste Ato Declaratório, o direito de adquirir, locar e importar bens e adquirir e importar serviços com suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, para incorporação ou utilização em obra de infraestrutura vinculada ao projeto identificado no art. 1°, se inicia com a publicação deste Ato e será limitado ao prazo de 5 (cinco) anos, contados de 10/09/2020, data de publicação do Ato Declaratório Executivo DRF/REC n° 1043, de 08/09/2020, no D.O.U., que habilitou a pessoa jurídica titular do projeto de infraestrutura.

Art. 3°. Art. 3°. Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, contado da data em que foi adimplido o objeto do contrato, o cancelamento da respectiva coabilitação.

Art. 4°. A ausência da solicitação de que trata o art. 3° sujeita a pessoa jurídica à multa, nos termos da legislação aplicável.

Art. 5°. O cancelamento da habilitação implica o cancelamento automático das coabilitações a ela vinculadas.

Art. 6°. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LEANDRO CARDOSO SANTOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF-FSA Nº 7, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

Coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), art. 1° da Lei n° 11.488, de 15 de junho de 2007, da pessoa jurídica e projeto que menciona.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, da EQRAT2 (EBEN), da DRF FEIRA DE SANTANA-BA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6°, inciso I, alínea b da Lei n° 10.593, de 6 de dezembro de 2002, com base na Portaria SRRF05 n° 152, de 31 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial em 03 de agosto de 2020, tendo em vista o do Decreto n° 6.144, de 03 de julho de 2007, e alterações, e o art. 587 da Instrução Normativa (IN) RFB n° 1.911, de 11 de outubro de 2019, e alterações, e considerando o contido no processo administrativo n° 10271.527150/2021-62, declara:

Art. 1° Coabilitada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) a empresa JVC Projetos e Construções Elétricas Ltda, CNPJ 10.171.918/0001-57, com relação ao projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Eólica denominada Baraúnas XV, com matrícula CEI/CNO n°90.008.37826/76, na área de Energia - Geração, cogeração, transmissão e distribuição de energia elétrica, considerando ter sido a mesma contratada pela empresa Baraúnas XV Energética S.A., CNPJ n° 34.986.689/0001-97, para prestar serviços de construção civil relacionados à execução do projeto aprovado pela Portaria n° 150, de 30/04/2020, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, publicada no D.O.U. de 05/05/2020, a qual, mencione-se, está habilitada no REIDI por intermédio do ADE n° 1044, de 08/09/2020, publicado no D.O.U. de 10/09/2020, emitido pela DRF-REC.

Art. 2°. Ressalvado o disposto no art. 3° deste Ato Declaratório, o direito de adquirir, locar e importar bens e adquirir e importar serviços com suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, para incorporação ou utilização em obra de infraestrutura vinculada ao projeto identificado no art. 1°, se inicia com a publicação deste Ato e será limitado ao prazo de 5 (cinco) anos, contados de 10/09/2020, data de publicação do Ato Declaratório Executivo DRF/REC n° 1044, de 08/09/2020, no D.O.U., que habilitou a pessoa jurídica titular do projeto de infraestrutura.

Art. 3°. Art. 3°. Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, contado da data em que foi adimplido o objeto do contrato, o cancelamento da respectiva coabilitação.

Art. 4°. A ausência da solicitação de que trata o art. 3° sujeita a pessoa jurídica à multa, nos termos da legislação aplicável.

Art. 5°. O cancelamento da habilitação implica o cancelamento automático das coabilitações a ela vinculadas.

Art. 6°. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LEANDRO CARDOSO SANTOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF-FSA Nº 8, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

Coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), art. 1° da Lei n° 11.488, de 15 de junho de 2007, da pessoa jurídica e projeto que menciona.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, da EQRAT2 (EBEN), da DRF FEIRA DE SANTANA-BA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6°, inciso I, alínea b da Lei n° 10.593, de 6 de dezembro de 2002, com base na Portaria SRRF05 n° 152, de 31 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial em 03 de agosto de 2020, tendo em vista o do Decreto n° 6.144, de 03 de julho de 2007, e alterações, e o art. 587 da Instrução Normativa (IN) RFB n° 1.911, de 11 de outubro de 2019, e alterações, e considerando o contido no processo administrativo n° 10271.527165/2021-21, declara:

Art. 1° Coabilitada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) a empresa JVC Projetos e Construções Elétricas Ltda, CNPJ 10.171.918/0001-57, com relação ao projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Eólica denominada Morro Branco II, com matrícula CEI/CNO n°90.008.37780/79, na área de Energia - Geração, cogeração, transmissão e distribuição de energia elétrica, considerando ter sido a mesma contratada pela empresa Morro Branco II Energética S.A., CNPJ n° 35.040.621/0001-83, para prestar serviços de construção civil relacionados à execução do projeto aprovado pela Portaria n° 90, de 16/03/2020, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, publicada no D.O.U. de 19/03/2020, a qual, mencione-se, está habilitada no REIDI por intermédio do ADE n° 1051, de 09/09/2020, publicado no D.O.U. de 11/09/2020, emitido pela DRF-REC.

Art. 2°. Ressalvado o disposto no art. 3° deste Ato Declaratório, o direito de adquirir, locar e importar bens e adquirir e importar serviços com suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, para incorporação ou utilização em obra de infraestrutura vinculada ao projeto identificado no art. 1°, se inicia com a publicação deste Ato e será limitado ao prazo de 5 (cinco) anos, contados de 11/09/2020, data de publicação do Ato Declaratório Executivo DRF/REC n° 1051, de 09/09/2020, no D.O.U., que habilitou a pessoa jurídica titular do projeto de infraestrutura.

Art. 3°. Art. 3°. Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, contado da data em que foi adimplido o objeto do contrato, o cancelamento da respectiva coabilitação.

Art. 4°. A ausência da solicitação de que trata o art. 3° sujeita a pessoa jurídica à multa, nos termos da legislação aplicável.

Art. 5°. O cancelamento da habilitação implica o cancelamento automático das coabilitações a ela vinculadas.

Art. 6°. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LEANDRO CARDOSO SANTOS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF - MC Nº 87, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Declara, a pessoa jurídica que menciona, coabilitada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1911 de 11/10/2019.

A AUDITORA FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL LOTADA NA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS-MG no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo art. 1º e Anexo I da Portaria SRRF06 n°334 de 28/07/2020 e no art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil aprovado pela Portaria ME nº 284 de 27/07/ 2020 publicada no DOU- 30/07/ 2020, e Portaria RFB n°114 de 27/01/2022 nos art, 2° e 4° e tendo em vista o disposto nos arts.586°/587° da IN RFB nº1.911/2019-DOU de 15/10/2019 e, considerando o que consta do processo no processo n° 13031.890091/2021-87, declara:

Art. 1° .COABILITADA a pessoa jurídica GREEN BRASIL EIRELI inscrita no CNPJ n° 10.598.644/0001-87, para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/ 2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/ 2007, consoante o disposto no art. 587, da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019

A coabilitação aqui concedida fica vinculada ao projeto aprovado pelo ADE RFB- SP n° 194 de 09/10/2017 DOU de 06/11/2017 que aprovou Projeto de Transmissão de Energia Elétrica, relativo ao Lote 06 do Leilão n°13/2015- Segunda Etapa para a habilitação ao REIDI para TCC - Transmissora Caminho do Café S.A/CNPJ sob o n°

26.796.760/0001-40 habilitada ao REIDI pela Portaria SPDE-MME nº 202 de 11/07/2017 - DOU 12/07/2017 e seus anexos ,com fundamento nas disposições do Decreto 6.144/2007.

NOME DA PESSOA JURIDICA	GREEN BRASIL EIRELI
N° DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	10.598.644/0001-87
NOME DO PROJETO	Transmissão de Energia Elétrica, relativo ao Lote 06 do Leilão n° 13/2015- Segunda Etapa
N° DA PORTARIA DE APROVAÇÃO DO PROJETO	Portaria SPDE-MME nº 202 de 11/07/2017 - DOU 12/07/2017
N° ADE DE HABILTAÇÃO DO PROJETO	ADE RFB- SP n° 194 de 09/10/2017 -DOU de 06/11/2017
SETOR DE INFRAESTRUTURA FAVORECIDO	ENERGIA

Art. 2°. O período da suspensão do PIS/PASEP e da COFINS está vinculada ao período da habilitação do ADE RFB- SP n° 194 de 09/10/2017 DOU de 06/11/2017 de Habilitação da TCC - Transmissora Caminho do Café S.A/CNPJ sob o n° 26.796.760/0001-40 .

Art. 3°. A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime (Decreto nº 6.144, de 2007, art. 10, inciso II).

Art. 4°. O cancelamento da habilitação implica o cancelamento automático das coabilitações a ela vinculadas (Decreto nº 6.144, de 2007, art. 10, § 3º e IN1911/2019 -art.588° -§ 6º). Concluída a execução do projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, o cancelamento da respectiva coaabilitação.

Art. 5°. A ausência da solicitação de que trata o art. 3° sujeita a pessoa jurídica à multa, nos termos da legislação aplicável.

Art. 6º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANA CRISTINA ANASTASIA MACHADO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF - MC Nº 88, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Declara, a pessoa jurídica que menciona, coabilitada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1911 de 11/10/2019.

A AUDITORA FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL LOTADA NA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS-MG no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo art. 1º e Anexo I da Portaria SRRF06 n°334 de 28/07/2020 e no art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil aprovado pela Portaria ME nº 284 de 27/07/ 2020 publicada no DOU- 30/07/ 2020, e Portaria RFB n°114 de 27/01/2022 nos art, 2° e 4° e tendo em vista o disposto nos arts.586°/587° da IN RFB nº1.911/2019-DOU de 15/10/2019 e, considerando o que consta do processo no processo n° 13031.162127/2022-10, declara:

Art. 1°. COABILITADA a pessoa jurídica GREEN BRASIL EIRELI inscrita no CNPJ n° 10.598.644/0001-87, para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/ 2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/ 2007, consoante o disposto no art. 587, da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019

A coabilitação aqui concedida fica vinculada ao projeto aprovado pelo ADE ADE RFB-DERAT SP n° 191 de 03/10/2017 DOU de 05/10/2017que aprovou o projeto de transmissão de energia elétrica, correspondente ao Lote 4 do Leilão no 13/2015-ANEEL - Segunda Etapa, de de titularidade da empresa Interligação Elétrica Aimorés S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o no 26.707.830/0001-47 habilitada ao REIDI pela Portaria SPDE-MME nº 171 de 26/06/2017 - DOU 27/06/2017e seus anexos ,com fundamento nas disposições do Decreto 6.144/2007.

NOME DA PESSOA JURIDICA	GREEN BRASIL EIRELI
N° DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	10.598.644/0001-87
NOME DO PROJETO	Transmissão de energia elétrica, correspondente ao Lote 4 do Leilão no 13/2015-ANEEL - Segunda Etapa
N° DA PORTARIA DE APROVAÇÃO DO PROJETO	SPDE-MME nº 171 de 26/06/2017 - DOU 27/06/2017
N° ADE DE HABILTAÇÃO DO PROJETO	ADE RFB-DERAT SP n° 191 de 03/10/2017 DOU de 05/10/2017
SETOR DE INFRAESTRUTURA FAVORECIDO	ENERGIA

Art. 2°. O período da suspensão do PIS/PASEP e da COFINS está vinculada ao período da habilitação do ADE RFB-DERAT SP n° 191 de 03/10/2017 DOU de 05/10/2017 de Habilitação da Interligação Elétrica Aimorés S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o no 26.707.830/0001-47.

Art. 3°. A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime (Decreto nº 6.144, de 2007, art. 10, inciso II).

Art. 4°. O cancelamento da habilitação implica o cancelamento automático das coabilitações a ela vinculadas (Decreto nº 6.144, de 2007, art. 10, § 3º e IN1911/2019 -art.588° -§ 6º). Concluída a execução do projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, o cancelamento da respectiva coabilitação.

Art. 5°. A ausência da solicitação de que trata o art. 3° sujeita a pessoa jurídica à multa, nos termos da legislação aplicável.

Art. 6º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANA CRISTINA ANASTASIA MACHADO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/MCR Nº 89, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

Declara a redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e adicionais não restituíveis.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS (MG), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 360 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria ME n° 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 27 de julho, de 2020, e tendo em vista o disposto art. 60 da Instrução Normativa SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002 e, ainda, no que ficou apurado no processo administrativo 19614.724935/2022-17, declara:

Art. 1º Observado o estabelecido no artigo 13 da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, alterados pelos artigos 1º da Lei nº 8.874, de 29 de abril de 1994, 3º da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto 2001, alterado pelo artigo 32 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, e pela Lei 12.995/2014, bem como no Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002 e artigo 60 da Instrução Normativa SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002, reconhece que o estabelecimento MATRIZ da empresa PROPAD LTDA, CNPJ nº 20.481.826/0001-27, faz jus à redução de 75% (setenta e cinco por cento), a partir do ano calendário de 2021 até o ano calendário de 2031, do Imposto sobre a Renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro de exploração.

Art. 2º. O benefício ora reconhecido refere-se à implantação de empreendimento, conforme especificado no LAUDO CONSTITUTIVO nº 0189/2021, expedido pelo Ministério da Integração Nacional, devendo ser calculado com base no lucro da exploração, tendo como objeto a fabricação de suplemento mineral, núcleo e rações, na capacidade instalada de 31.200.000 quilogramas;

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANDREY SOARES DE OLIVEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/MCR Nº 90, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

Concede o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

A AUDITORA FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, alínea "b", do caput do art. 6º da Lei nº 10.593, de 06 de dezembro de 2002, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009 e na Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e considerando o que consta do processo nº 13031.127806/2022-42, concede:

Art. 1º A inscrição no Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi), de que tratam os artigos 1º e 2º da Lei nº 11.945, de 2009, na atividade de Gráfica, sob o número GP-06110/00087, pelo prazo de 3 (três) anos, contados a partir da data de publicação deste ADE no Diário Oficial da União (DOU), ao seguinte estabelecimento:

CNPJ: 22.056.515/0001-46

Razão Social: INFORGRAF EIRELI

Art. 2º A pessoa jurídica detentora do Registro deverá observar a legislação tributária relativa às operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, em especial os requisitos e exigências da Lei nº 11.945, de 2009, e da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 2018, sob pena de cancelamento de seu registro e aplicação de demais penalidades cabíveis.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANNA CHRISTINA SILVEIRA MOURÃO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL
EQUIPE DE BENEFÍCIOS FISCAIS E REGIMES ESPECIAIS DE TRIBUTAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO BENFIS/EBEN/DEVAT/SRRF07 Nº 128, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

Concede habilitação ao Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - Recap à empresa que menciona.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM EXERCÍCIO NA EQUIPE DE BENEFÍCIOS FISCAIS E REGIMES ESPECIAIS DE TRIBUTAÇÃO DA 7ª SRRF, no uso das atribuições que lhes conferem a Lei nº 10.593 de 6 de dezembro de 2002 com redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007, a Portaria SRRF07 nº 75, de 27 maio de 2021 e a Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, e tendo em vista o disposto nos arts. 562 a 569 da IN RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, e o que consta do processo administrativo nº 13113.133461/2022-56, declara:

Art. 1º Concedida a habilitação ao Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - Recap, na condição de pessoa jurídica preponderantemente exportadora, nos termos do caput do art. 13 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para ATLANTIC NICKEL MINERAÇÃO LTDA, CNPJ nº 74.127.010/0001-29, aplicável a todos os seus estabelecimentos.

Art. 2º O prazo de 03 (três) anos, contados da data da habilitação, para fruição do benefício e a conversão da suspensão da exigência das contribuições em alíquota zero observarão ao disposto nos artigos 572 e 573 da IN RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2009.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

JOSÉ JOAQUIM DE OLIVEIRA CAETANO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO SRRF08 Nº 42, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Alfandega a Instalação Portuária de Uso Público que menciona

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso de suas atribuições regimentais e da competência estabelecida pelo inciso I do art. 31 da Portaria RFB nº 143, de 11 de fevereiro de 2022, nos termos e condições desta mesma Portaria e à vista do que consta no processo nº 11128.002104/2011-08, declara:

Art. 1º. Fica alfandegada, a título permanente e em caráter precário, a Instalação Portuária de Uso Público localizada na Margem Direita do Porto Organizado de Santos, na Rua Joaquim Távora, 500 - Santos/SP, administrada pela empresa TRANSBRASA - TRANSITÁRIA BRASILEIRA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 45.557.022/0001-95, com área total de 51.460,24 m², arrendada em conformidade com o Contrato de Transição DIPRE-DINEG/19.2022, celebrado em 25 de agosto de 2022, com a União, por intermédio da Autoridade Portuária de Santos - Santos Port Authority "SPA", e que se destina à movimentação e armazenagem de carga geral, solta ou conteinerizada, em operações de importação e de exportação.

Art. 2º. Na forma da Cláusula Décima do referido Contrato de Transição, o prazo de vigência deste alfandegamento é de até 180 (cento e oitenta) dias contados a partir do dia 09 de setembro de 2022, a vencer, portanto, em 07 de março de 2023, ou até que se encerre a respectivo processo licitatório da área em questão, o que primeiro ocorrer.

Art. 3º. O recinto ora alfandegado está sob a jurisdição da Alfândega do Porto de Santos, que baixará as rotinas operacionais que se fizerem necessárias ao controle fiscal.

Art. 4º. Permanece atribuído à Instalação em apreço o código 8.93.13.05-4.

Art. 5º. Sem prejuízo de eventuais penalidades cabíveis, este alfandegamento poderá ser suspenso ou cancelado por aplicação de sanção administrativa, bem como poderá ser extinto a pedido do interessado, podendo ainda a RFB revê-lo a qualquer momento para a sua eventual adequação às normas.

Art. 6º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 09 de setembro de 2022.

JOSÉ ROBERTO MAZARIN

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 222, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

Renova o Registro Especial de Controle de Papel Imune - Regpi

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria SRRF08 nº 229, de 30 de junho de 2022 (publicada no Diário Oficial da União em 05/07/2022, seção 1, página 186), tendo em vista o disposto na Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, e na Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e considerando o que consta no processo nº 13032.358752/2022-55, declara:

Art. 1º Renovado, pelo prazo de 3 (três) anos a contar da data de publicação deste ADE, o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) sob o número de inscrição GP-08109/00012 para atividade de GRÁFICA, ao seguinte estabelecimento:

Estabelecimento CNPJ nº: 03.769.236/0001-85

Razão Social: ATHENAS GRÁFICA E EDITORA LTDA.

Endereço: Avenida Tiradentes, 125 - Aparecida

CEP 14870-020 - Jaboticabal - SP

Art. 2º A pessoa jurídica detentora do Registro deverá observar a legislação tributária relativa às operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, em especial os requisitos e exigências da Lei nº 11.945, de 2009, e da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 2018.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ ROBERTO FONSECA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO BENFIS/EBEN/DEVAT/SRRF08ª/RFB Nº 140, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

Coabilita ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI)

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, considerando o disposto na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019 e no processo administrativo nº 13032.278695/2022-21, declara:

Art. 1º Coabilitada ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) a pessoa jurídica KPE PERFORMANCE EM ENGENHARIA SA., inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 38.316.316/0001-60. A interessada integra o CONSÓRCIO AGIS-KPE-NOVA ENGEVIX, inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 45.523.513/0001-15.

Art. 2º A referida coabilitação é específica ao projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Janaúba 16- CEG:UFV.RS.MG.040872-7.01- Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.480 de 17/12/2019, aprovado pela Portaria SPE nº 198, de 13/05/2020, destinada ao setor de Energia e cuja pessoa jurídica titular do projeto é USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA JANAUBA XVI LTDA., inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 37.381.026/0001-37.

Art. 3º No período até 05/11/2025, a pessoa jurídica identificada no art. 1º poderá adquirir, locar e importar bens e adquirir e importar serviços com suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, para incorporação ou utilização em obra de infraestrutura vinculada ao projeto identificado no art. 2°.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS RENAN FERREIRA RIBEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO BENFIS/EBEN/DEVAT/SRRF08ª/RFB Nº 141, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

Coabilita ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI)

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, considerando o disposto na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019 e no processo administrativo nº 13032.278730/2022-11, declara:

Art. 1º Coabilitada ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) a pessoa jurídica KPE PERFORMANCE EM ENGENHARIA SA., inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 38.316.316/0001-60. A interessada integra o CONSÓRCIO AGIS-KPE-NOVA ENGEVIX, inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 45.523.513/0001-15.

Art. 2º A referida coabilitação é específica ao projeto de geração de energia elétrica da

Central Geradora Fotovoltaica denominada Janaúba 15, - CEG: UFV.RS.MG.040871-9.01,

Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.479de 17/12/2019, aprovado pela Portaria SPE nº 200, de 13/05/2020, destinada ao setor de Energia e cuja pessoa jurídica titular do projeto é USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA JANAUBA XV LTDA., inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 37.380.978/0001-36.

Art. 3º No período até 05/11/2025, a pessoa jurídica identificada no art. 1º poderá adquirir, locar e importar bens e adquirir e importar serviços com suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, para incorporação ou utilização em obra de infraestrutura vinculada ao projeto identificado no art. 2°.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS RENAN FERREIRA RIBEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO BENFIS/EBEN/DEVAT/SRRF08ª/RFB Nº 142, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

Coabilita ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI)

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, considerando o disposto na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019 e no processo administrativo nº 13032.278774/2022-32, declara:

Art. 1º Coabilitada ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) a pessoa jurídica KPE PERFORMANCE EM ENGENHARIA SA., inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 38.316.316/0001-60. A interessada integra o CONSÓRCIO AGIS-KPE-NOVA ENGEVIX, inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 45.523.513/0001-15.

Art. 2º A referida coabilitação é específica ao projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Janaúba 17, - CEG: UFV.RS.MG.040873-5.01, Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.481 de 17/12/2019, aprovado pela Portaria SPE nº 194, de 13/05/2020, destinada ao setor de Energia e cuja pessoa jurídica titular do projeto é USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA JANAUBA XVII LTDA., inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 37.381.244/0001-71.

Art. 3º No período até 05/11/2025, a pessoa jurídica identificada no art. 1º poderá adquirir, locar e importar bens e adquirir e importar serviços com suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, para incorporação ou utilização em obra de infraestrutura vinculada ao projeto identificado no art. 2°.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS RENAN FERREIRA RIBEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO BENFIS/EBEN/DEVAT/SRRF08ª/RFB Nº 143, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

Coabilita ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI)

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, considerando o disposto na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019 e no processo administrativo nº 13032.278793/2022-69, declara:

Art. 1º Coabilitada ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) a pessoa jurídica KPE PERFORMANCE EM ENGENHARIA S A., inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 38.316.316/0001-60. A interessada integra o CONSÓRCIO AGIS-KPE-NOVA ENGEVIX, inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 45.523.513/0001-15.

Art. 2º A referida coabilitação é específica ao projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Janaúba 20 - CEG:UFV.RS.MG.040876-0.01, Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.484 de 17/12/2019, aprovado pela Portaria SPE nº 197, de 13/05/2020, destinada ao setor de Energia e cuja pessoa jurídica titular do projeto é USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA JANAUBA XX LTDA., inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 37.381.136/0001-07.

Art. 3º No período até 05/11/2025, a pessoa jurídica identificada no art. 1º poderá adquirir, locar e importar bens e adquirir e importar serviços com suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, para incorporação ou utilização em obra de infraestrutura vinculada ao projeto identificado no art. 2°.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS RENAN FERREIRA RIBEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO BENFIS/EBEN/DEVAT/SRRF08ª/RFB Nº 144, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

Coabilita ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI)

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, considerando o disposto na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019 e no processo administrativo nº 13032.278822/2022-92, declara:

Art. 1º Coabilitada ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) a pessoa jurídica KPE PERFORMANCE EM ENGENHARIA SA., inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 38.316.316/0001-60. A interessada integra o CONSÓRCIO AGIS-KPE-NOVA ENGEVIX, inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 45.523.513/0001-15.

Art. 2º A referida coabilitação é específica ao projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Janaúba 19 - CEG:UFV.RS.MG.040875-1.01 Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.483 de 17/12/2019, aprovado pela Portaria SPE nº 192, de 13/05/2020, destinada ao setor de Energia e cuja pessoa jurídica titular do projeto é USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA JANAUBA XIX LTDA., inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 37.405.468/0001-76.

Art. 3º No período até 05/11/2025, a pessoa jurídica identificada no art. 1º poderá adquirir, locar e importar bens e adquirir e importar serviços com suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, para incorporação ou utilização em obra de infraestrutura vinculada ao projeto identificado no art. 2°.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS RENAN FERREIRA RIBEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO BENFIS/EBEN/DEVAT/SRRF08ª/RFB Nº 145, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

Coabilita ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI)

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, considerando o disposto na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019 e no processo administrativo nº 13032.281069/2022-12, declara:

Art. 1º Coabilitada ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) a pessoa jurídica AGIS CONSTRUÇÃO SA., inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 61.099.826/0001-44. A interessada integra o CONSÓRCIO AGIS-KPE-NOVA ENGEVIX, inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 45.523.513/0001-15.

Art. 2º A referida coabilitação é específica ao projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Janaúba 19 - CEG:UFV.RS.MG.040875-1.01 Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.483 de 17/12/2019, aprovado pela Portaria SPE nº 192, de 13/05/2020, destinada ao setor de Energia e cuja pessoa jurídica titular do projeto é USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA JANAUBA XIX LTDA., inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 37.405.468/0001-76.

Art. 3º No período até 05/11/2025, a pessoa jurídica identificada no art. 1º poderá adquirir, locar e importar bens e adquirir e importar serviços com suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, para incorporação ou utilização em obra de infraestrutura vinculada ao projeto identificado no art. 2°.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS RENAN FERREIRA RIBEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO BENFIS/EBEN/DEVAT/SRRF08ª/RFB Nº 146, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

Coabilita ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI)

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, considerando o disposto na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019 e no processo administrativo nº 13032.281435/2022-33, declara:

Art. 1º Coabilitada ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) a pessoa jurídica AGIS CONSTRUÇÃO SA., inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 61.099.826/0001-44. A interessada integra o CONSÓRCIO AGIS-KPE-NOVA ENGEVIX, inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 45.523.513/0001-15.

Art. 2º A referida coabilitação é específica ao projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Janaúba 17, - CEG: UFV.RS.MG.040873-5.01, Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.481 de 17/12/2019, aprovado pela Portaria SPE nº 194, de 13/05/2020, destinada ao setor de Energia e cuja pessoa jurídica titular do projeto é USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA JANAUBA XVII LTDA., inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 37.381.244/0001-71.

Art. 3º No período até 05/11/2025, a pessoa jurídica identificada no art. 1º poderá adquirir, locar e importar bens e adquirir e importar serviços com suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, para incorporação ou utilização em obra de infraestrutura vinculada ao projeto identificado no art. 2°.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS RENAN FERREIRA RIBEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO BENFIS/EBEN/DEVAT/SRRF08ª/RFB Nº 147, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

Coabilita ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI)

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, considerando o disposto na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019 e no processo administrativo nº 13032.281528/2022-68, declara:

Art. 1º Coabilitada ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) a pessoa jurídica AGIS CONSTRUÇÃO SA., inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 61.099.826/0001-44. A interessada integra o CONSÓRCIO AGIS-KPE-NOVA ENGEVIX, inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 45.523.513/0001-15.

Art. 2º A referida coabilitação é específica ao projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Janaúba 18-CEG:UFV.RS.MG.040874-3.01, Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.482 de 17/12/2019, aprovado pela Portaria SPE nº 195, de 13/05/2020, destinada ao setor de Energia e cuja pessoa jurídica titular do projeto é USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA JANAUBA XVIII LTDA., inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 37.404.973/0001-04.

Art. 3º No período até 05/11/2025, a pessoa jurídica identificada no art. 1º poderá adquirir, locar e importar bens e adquirir e importar serviços com suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, para incorporação ou utilização em obra de infraestrutura vinculada ao projeto identificado no art. 2°.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS RENAN FERREIRA RIBEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO BENFIS/EBEN/DEVAT/SRRF08ª/RFB Nº 148, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

Coabilita ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI)

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, considerando o disposto na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019 e no processo administrativo nº 13032.281552/2022-05, declara:

Art. 1º Coabilitada ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) a pessoa jurídica AGIS CONSTRUÇÃO SA., inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 61.099.826/0001-44. A interessada integra o CONSÓRCIO AGIS-KPE-NOVA ENGEVIX, inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 45.523.513/0001-15.

Art. 2º A referida coabilitação é específica ao projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Janaúba 20 - CEG:UFV.RS.MG.040876-0.01, Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.484 de 17/12/2019, aprovado pela Portaria SPE nº 197, de 13/05/2020, destinada ao setor de Energia e cuja pessoa jurídica titular do projeto é USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA JANAUBA XX LTDA., inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 37.381.136/0001-07.

Art. 3º No período até 05/11/2025, a pessoa jurídica identificada no art. 1º poderá adquirir, locar e importar bens e adquirir e importar serviços com suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, para incorporação ou utilização em obra de infraestrutura vinculada ao projeto identificado no art. 2°.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS RENAN FERREIRA RIBEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO BENFIS/EBEN/DEVAT/SRRF08ª/RFB Nº 149, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

Coabilita ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI)

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, considerando o disposto na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019 e no processo administrativo nº 13032.281567/2022-65, declara:

Art. 1º Coabilitada ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) a pessoa jurídica AGIS CONSTRUÇÃO SA., inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 61.099.826/0001-44. A interessada integra o CONSÓRCIO AGIS-KPE-NOVA ENGEVIX, inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 45.523.513/0001-15.

Art. 2º A referida coabilitação é específica ao projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Janaúba 16- CEG:UFV.RS.MG.040872-7.01- Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.480 de 17/12/2019, aprovado pela Portaria SPE nº 198, de 13/05/2020, destinada ao setor de Energia e cuja pessoa jurídica titular do projeto é USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA JANAUBA XVI LTDA., inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 37.381.026/0001-37.

Art. 3º No período até 05/11/2025, a pessoa jurídica identificada no art. 1º poderá adquirir, locar e importar bens e adquirir e importar serviços com suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, para incorporação ou utilização em obra de infraestrutura vinculada ao projeto identificado no art. 2°.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS RENAN FERREIRA RIBEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO BENFIS/EBEN/DEVAT/SRRF08ª/RFB Nº 150, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

Coabilita ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI)

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, considerando o disposto na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019 e no processo administrativo nº 13032.281589/2022-25, declara:

Art. 1º Coabilitada ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) a pessoa jurídica AGIS CONSTRUÇÃO SA., inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 61.099.826/0001-44. A interessada integra o CONSÓRCIO AGIS-KPE-NOVA ENGEVIX, inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 45.523.513/0001-15.

Art. 2º A referida coabilitação é específica ao projeto de geração de energia elétrica da

Central Geradora Fotovoltaica denominada Janaúba 15, - CEG: UFV.RS.MG.040871-9.01,

Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.479de 17/12/2019, aprovado pela Portaria SPE nº 200, de 13/05/2020, destinada ao setor de Energia e cuja pessoa jurídica titular do projeto é USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA JANAUBA XV LTDA., inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 37.380.978/0001-36.

Art. 3º No período até 05/11/2025, a pessoa jurídica identificada no art. 1º poderá adquirir, locar e importar bens e adquirir e importar serviços com suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, para incorporação ou utilização em obra de infraestrutura vinculada ao projeto identificado no art. 2°.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS RENAN FERREIRA RIBEIRO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA SRRF09 Nº 465, DE 6 DE SETEMBRO DE 2022

Dispõe sobre regulamentação e serviços atendidos por meio da caixa corporativa instituída no Correio Eletrônico para recebimento de mensagens eletrônicas externas no âmbito do Atendimento ao Contribuinte na 9ª Região Fiscal.

O SUPERINTENDENTE-SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 9ª REGIÃO FISCAL, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 2088, de 15 de junho de 2022, resolve:

Art. 1º A caixa de correio eletrônico corporativo com endereço eletrônico: atendimentorfb.09@rfb.gov.br, criada para receber mensagens no âmbito do atendimento aos contribuintes na 9ª Região Fiscal será exclusivamente utilizada para os seguintes serviços relativos ao Cadastro de Pessoas Físicas (CPF): alteração, inscrição, regularização e pesquisa do número de CPF.

§ 1º Deverá ser implementada resposta automática às mensagens enviadas ao endereço eletrônico por meio da qual o remetente seja informado sobre a restrição do atendimento ao serviço indicado no caput, direcionando-o aos demais canais de atendimento, virtual ou presencial, oferecidos pela RFB.

§ 2º Solicitações de serviços não mencionados no art. 1º não serão respondidas, tendo em vista a orientação já realizada por meio da resposta automática de que trata o § 1º, devendo ser arquivadas.

Art. 2º As mensagens recebidas na caixa de correio eletrônico corporativo de que trata o art. 1º devem conter:

I - no campo destinado ao preenchimento do assunto, o serviço requerido, que poderá ser:

a) CPF - inscrição;
b) CPF - alteração;
c) CPF - regularização; ou
d) CPF - comprovante de inscrição.

II - os seguintes arquivos anexados, digitalizados:

a) protocolo de atendimento efetuado por meio do site da Receita Federal do Brasil ou junto aos conveniados;

b) documento de identificação oficial com foto, do requerente contribuinte ou do responsável, no caso de contribuinte menor de 16 (dezesseis) anos;

c) documento de identificação oficial, ou certidão de nascimento do contribuinte menor de 16 (dezesseis) anos representado pelos pais, ou do contribuinte representado por tutor ou guardião, acompanhado, nesse caso, do termo de tutela, curatela ou guarda;

d) se obrigado ao alistamento eleitoral apresentar, alternativamente: título de eleitor, certidão eleitoral, comprovante de votação ou documento expedido pela da Justiça Eleitoral;

e) comprovante de endereço atualizado em nome do contribuinte ou declaração de endereço, assinada pelo mesmo ou responsável legal, conforme o Anexo Único;

f) foto de rosto (selfie) do requerente segurando o documento de identidade, de forma que se possa visualizar a frente e o verso do documento, onde deverá aparecer o rosto e os dados do documento legíveis. Se menor de 16 anos ou incapaz, a foto de rosto (selfie) será do responsável legal com o próprio documento; e

g) certidão de nascimento ou casamento, nos casos em que os dados do documento de identificação estejam desatualizados ou não contenham os dados necessários para inscrição ou alteração do cadastro.

§1º O não preenchimento do assunto da mensagem não prejudicará o atendimento desde que o conteúdo da mensagem e seus anexos possibilitem concluir o que se pretende.

§2º A não apresentação do protocolo de atendimento de que trata a alínea "a" do inciso II não prejudicará o atendimento desde que a mensagem contenha os documentos e dados necessários à conclusão do serviço requerido.

§3º Nas solicitações de inscrição ou de alteração de nome de mãe do CPF, será necessária a apresentação de documento oficial que indique a filiação do contribuinte.

§4º No atendimento dos serviços de inscrição de CPF de estrangeiros, caso não apresentado documento oficial que indique a filiação do contribuinte, poderá ser aceita a filiação declarada pelo contribuinte no ato da solicitação.

§5º Nas solicitações de inscrição ou de alteração de endereço, caso não seja apresentado comprovante de endereço, ou declaração de endereço de que trata a alínea "e" do inciso II, poderá ser

aceito o protocolo efetivado em uma das conveniadas, em que conste o endereço declarado presencialmente pelo contribuinte.

§6º Em caso de dúvida fundada a respeito da veracidade dos documentos ou havendo ausência de dados que possibilitem a conclusão do serviço requerido, outros documentos poderão ser solicitados.

Art. 3º Além das regras estabelecidas nessa Portaria, o atendimento dos serviços requeridos por meio da caixa corporativa da 9ª Região Fiscal deverá obedecer aos procedimentos estabelecidos na legislação específica, no Manual Sistema Integrado de Atendimento ao Contribuinte (SISCAC), e utilizar as respostas padrão disponíveis no manual da caixa corporativa da Diate SRRF09.

Art. 4º A Divisão Regional de Atendimento (Diate) poderá estabelecer normas operacionais complementares necessárias à prestação dos serviços de que trata esta Portaria.

Art. 5º O sistema de Apoio ao Gerenciamento do Atendimento (SAGA) não deve ser utilizado para registro das atividades realizadas no âmbito das atividades da caixa corporativa.

Art. 6º As solicitações serão processadas em dias úteis, das 8h às 18h.

Art. 7º Serão designados servidores para atuação junto à equipe da Caixa Corporativa Regional no âmbito da 9ª Região Fiscal, conforme alocação e percentual de dedicação constantes do arquivo do link abaixo, localizado na Intranet da 9ª Região Fiscal: https://intranet.receita.fazenda/administracao/rf09/estrutura-organizacional/superintendencia-regional/diate/regionalizacao-gestao-do-atendimento/caixa-corporativa.

Art. 8º Revoga-se a Portaria SRRF09 nº 103, de 6 de abril de 2021.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FABIANO BLONSK

ANEXO ÚNICO

DECLARAÇÃO DE ENDEREÇO
Eu, _____,
(nome)
nascido(a) em _____ de _____ de _____,
(data de nascimento)
filho de _____,
(mãe/pai. Preferencialmente indicar nome da mãe)
DECLARO, nos termos da Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983, que resido no seguinte endereço:
Logradouro: _____, nº_____,
(rua/avenida/praça)

Complemento: _____ Bairro: _____
(bloco/apto/casa)
Município: _____UF: _____ CEP: _____ - _____
_____, _____ de _____ de 20_____.
(local/município) (data)
_____
(assinatura conforme documento apresentado, do contribuinte ou responsável)

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

PORTARIA DRF/FNS Nº 39, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

Exclui pessoa jurídica do REFIS.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS - SC, usando da competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por estar configurada a hipótese de exclusão prevista no art. 2º, parágrafo 3º da Resolução CG/REFIS nº 09, de 12 de janeiro de 2001 - pedido de desistência do parcelamento REFIS, com efeitos a partir de 03 de outubro de 2022, a pessoa jurídica HNC COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA, CNPJ: 79.927.430/0001-03, conforme fundamentos constantes no Despacho Decisório anexado ao processo nº 10920.724539/2021-62.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DOUGLAS BARBOSA LUCAS

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/CTA Nº 46, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

Certifica como Operador Econômico Autorizado a pessoa jurídica que especifica.

O CHEFE DA EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL EM CURITIBA, instituída por meio da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, que aprovou o Regimento Interno da RFB, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18 da Instrução Normativa RFB nº 1.598, de 9 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta do requerimento de certificação OEA nº 9191 do Portal Siscomex, declara:

Art. 1º Certificado como Operador Econômico Autorizado, em caráter precário, com prazo de validade indeterminado, na modalidade OEA-Segurança, Agente de Carga, ATL GLOBAL SHIPPING LOGISTICA LTDA, inscrição no CNPJ sob nº 18.164.235/0001-84.

Art. 2º Esta certificação é extensiva a todos os estabelecimentos da pessoa jurídica supracitada.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RINALD BOASSI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/CTA Nº 47, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

Certifica como Operador Econômico Autorizado a pessoa jurídica que especifica.

O CHEFE DA EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL EM CURITIBA, instituída por meio da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, que aprovou o Regimento Interno da RFB, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18 da Instrução Normativa RFB nº 1.598, de 9 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta do requerimento de certificação OEA nº 8931 do Portal Siscomex, declara:

Art. 1º Certificado como Operador Econômico Autorizado, em caráter precário, com prazo de validade indeterminado, na modalidade OEA-Segurança, Depositário, BANRISUL-ARMAZENS GERAIS S/A, inscrição no CNPJ sob nº 92.721.232/0001-57.

Art. 2º Esta concessão se restringe ao CNPJ do estabelecimento referenciado no Art. 1o.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RINALD BOASSI

SECRETARIA ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO

PORTARIA SETO/ME Nº 8.114, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

Altera, mediante antecipação e remanejamento, os valores autorizados para pagamento de que tratam os Anexos II, III, IV e VI do Decreto nº 10.961, de 11 de fevereiro de 2022, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma de execução mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2022 e dá outras providências.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, tendo em vista o disposto no inciso I e no inciso III, alínea "a" do art. 10 do Decreto nº 10.961, de 11 de fevereiro de 2022, resolve:

Art. 1º Ficam alterados, mediante antecipação e remanejamento, os valores autorizados para pagamento de que tratam os Anexos II, III , IV e VI do Decreto nº 10.961, de 11 de fevereiro de 2022, na forma dos Anexos I a IV desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR

ANEXO I

ACRÉSCIMO AO ANEXO II DO DECRETO Nº 10.961, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2022 - VALORES AUTORIZADOS PARA PAGAMENTO RELATIVOS ÀS DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2022 E AOS RESTOS A PAGAR DAS FONTES ESPECIFICADAS (1)(2) - EXCLUI AS DESPESAS ELENCADAS NO ANEXO III À LEI Nº 14.194, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

R$ mil				
Órgãos	Até Set	Até Out	Até Nov	Até Dez
52000 Ministério da Defesa	141.505	141.505	128.250	70.000

1. Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes 21, 50, 63, 70, 80, 81, 82, 93 e 96 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

2. Exclui Participação da União no Capital de Empresas (PUC), emendas impositivas individuais (RP6), emendas impositivas de bancada (RP7), emendas de comissão (RP8) e emendas de relator (RP9).

ANEXO II

REDUÇÃO NO ANEXO III DO DECRETO Nº 10.961, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2022 - VALORES AUTORIZADOS PARA PAGAMENTO RELATIVOS ÀS DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2022 E AOS RESTOS A PAGAR DAS FONTES ESPECIFICADAS (1) (2) - DESPESAS ELENCADAS NAS SEÇÕES I E III DO ANEXO III À LEI Nº 14.194, DE 20 DE AGOSTO DE 2021 COM IDENTIFICADOR DE RESULTADO PRIMÁRIO RP 2

R$ mil				
Órgãos	Até Set	Até Out	Até Nov	Até Dez
52000 Ministério da Defesa	70.000	70.000	70.000	70.000

1. Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes 21, 50, 63, 70, 80, 81, 82, 93 e 96 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

2. Exclui Participação da União no Capital de Empresas (PUC), emendas impositivas individuais (RP6), emendas impositivas de bancada (RP7), emendas de comissão (RP8) e emendas de relator (RP9).

ANEXO III

ACRÉSCIMO AO ANEXO IV DO DECRETO Nº 10.961, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2022 - VALORES AUTORIZADOS PARA PAGAMENTO RELATIVOS ÀS DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2022 E AOS RESTOS A PAGAR DAS FONTES ESPECIFICADAS (1)(2) - EXCLUI AS DESPESAS ELENCADAS NO ANEXO III À LEI Nº 14.194, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

R$ mil				
Órgãos	Até Set	Até Out	Até Nov	Até Dez
52000 Ministério da Defesa	39.548	39.548	19.774	-

1. Fontes: 50, 63, 70, 80, 81, 82, 93 e 96 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

2. Exclui Participação da União no Capital de Empresas (PUC), emendas impositivas individuais (RP6), emendas impositivas de bancada (RP7), emendas de comissão (RP8) e emendas de relator (RP9).

ANEXO IV

ACRÉSCIMO AO ANEXO VI DO DECRETO Nº 10.961, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2022 - VALORES AUTORIZADOS PARA PAGAMENTO RELATIVOS ÀS DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2022 E AOS RESTOS A PAGAR - RECURSOS ORIUNDOS DE LEIS OU ACORDOS ANTICORRUPÇÃO (1)

R$ mil				
Órgãos	Até Set	Até Out	Até Nov	Até Dez
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	2.837	1.892	946	-

1. Fontes: 21 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA SECRETARIA EXECUTIVA

ATO COTEPE/PMPF Nº 9, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

Altera o Ato COTEPE/PMPF nº 8/22, que divulga o Preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis.

O Diretor da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento do CONFAZ;

CONSIDERANDO o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS nº 110, de 28 de setembro de 2007;

CONSIDERANDO o disposto no Convênio ICMS nº 117, de 27 de julho de 2022; e

CONSIDERANDO as solicitações das Secretarias de Fazenda dos Estados de Mato Grosso e Pernambuco, recebidas por meio de mensagens eletrônicas no dia 09.08.2022, registradas no processo SEI nº 12004.100803/2022-26, TORNA PÚBLICO:

Art. 1º Os itens 13 e 16 do Ato COTEPE/PMPF nº 8, de 8 de setembro de 2022, referentes aos Estados de Mato Grosso e Pernambuco, passam a vigorar com as seguintes redações:

PREÇO MÉDIO PONDERADO AO CONSUMIDOR FINAL							
ITEM	UF	QAV	AEHC	GNV	GNI	ÓLEO COMBUSTÍVEL	
		(R$/ litro)	(R$/ litro)	(R$/ m³)	(R$/ m³)	(R$/ litro)	(R$/ Kg)
13	MT	***	**3,5475	***	***	-	-
16	PE	-	**4,6100	-	-	-	-

Art. 2º Este ato entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

ATO COTEPE/ICMS Nº 83, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

Altera o Ato COTEPE/ICMS nº 23/18, que divulga a relação dos contribuintes beneficiados no cumprimento de obrigações tributárias relativas ao ICMS na prestação de serviço de transporte e na armazenagem de Etanol Hidratado Combustível - EHC e Etanol Anidro Combustível - EAC pelo sistema dutoviário.

O Diretor da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso XIII do art. 12 e o art. 35 do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, por este ato, com base no § 1º da cláusula primeira do Protocolo ICMS nº 2, de 17 de fevereiro de 2014, e no § 1º da cláusula primeira do Protocolo ICMS nº 5, de 21 de março de 2014,

CONSIDERANDO o disposto no art. 7º do Ato COTEPE/ICMS nº 20, de 25 de março de 2015,

CONSIDERANDO a solicitação recebida da Secretaria de Estado da Economia de Goiás, no dia 8 de setembro de 2022, registrada no Processo SEI nº 12004.100041/2020-04, torna público:

Art. 1º O item 11 fica acrescido ao campo referente ao Estado de Goiás na "Relação de contribuintes beneficiados" do Ato COTEPE/ICMS nº 23, de 27 de março de 2018, com a seguinte redação:

Unidade Federada: GOIÁS						
ITEM	UF	TIPO DE ETANOL		CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL	RAZÃO SOCIAL
		EAC	EHC			
11	GO	SIM	SIM	11092881000134	104547995	BOM SUCESSO AGROINDÚSTRIA S.A.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

DESPACHO Nº 55, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

Publica Convênios ICMS aprovados na 360ª Reunião Extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 09.09.2022.

O Diretor da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e em cumprimento ao disposto nos artigos 35, 39 e 40 desse mesmo diploma, torna público que na 360ª Reunião Extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 9 de setembro de 2022, foram celebrados os seguintes atos:

CONVÊNIO ICMS Nº 124, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a adesão do Estado do Rio de Janeiro e altera o Convênio ICMS nº 123/22, que autoriza as Unidades Federadas que menciona a conceder redução da base de cálculo do ICMS nas saídas internas de gás natural veicular - GNV, nos termos que especifica.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 360ª Reunião Extraordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 9 de setembro de 2022, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira O Estado do Rio de Janeiro fica incluído nas disposições do Convênio nº 123, de 9 de agosto de 2022.

Cláusula segunda O "caput" da cláusula primeira do Convênio ICMS nº 123/22 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula primeira Autoriza os Estados da Alagoas, Bahia, Ceará, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe e Rio de Janeiro e o Distrito Federal a conceder redução da base de cálculo do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviço de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - incidente nas operações internas, inclusive quando sujeitas ao regime de substituição tributária, com Gás Natural Veicular - GNV.".

Cláusula terceira A linha referente ao Estado do Rio de Janeiro fica acrescida ao Anexo Único do Convênio ICMS nº 123/22 com a seguinte redação:

UF	RELAÇÃO PROPORCIONAL
RJ	70,97%

Cláusula quarta Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ - Esteves Pedro Colnago Junior, em exercício, Acre - José Amarísio Freitas de Souza, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Eduardo Corrêa Tavares, Amazonas - Dário José Braga Paim, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Marcelo Martins Altoé, Goiás - Cristiane Alkmin Junqueira Schmid, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Fábio Fernandes Pimenta, Mato Grosso do Sul - Luiz Renato Adler Ralho, Minas Gerais - Gustavo de Oliveira Barbosa, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Marialvo Laureano dos Santos Filho, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Pernambuco - Décio José Padilha da Cruz, Piauí - Antônio Luiz Soares Santos, Rio de Janeiro - Leonardo Lobo Pires, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Leonardo Maranhão Busatto, Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Roraima - Manoel Sueide Freitas, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Felipe Scudeler Salto, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Marco Antônio da Silva Menezes.

CONVÊNIO ICMS Nº 125, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

Autoriza o Estado de Santa Catarina a prorrogar o prazo de recolhimento do ICMS decorrente de operações com energia elétrica, nos termos que especifica.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 360ª Reunião Extraordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 9 de setembro de 2022, tendo em vista o disposto na Lei Complementar n° 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

C O N V Ê N I O

Cláusula primeira O Estado de Santa Catarina fica autorizado a prorrogar o prazo de recolhimento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - decorrente de operações com energia elétrica cujo fornecimento tenha ocorrido entre 1º de junho de 2022 e 30 de junho de 2022, para até 30 de dezembro de 2022.

Parágrafo único. O disposto no "caput" aplica-se somente à parcela do imposto referente à diferença entre a alíquota de 25% (vinte e cinco por cento) e a alíquota de 17% (dezessete por cento).

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ - Esteves Pedro Colnago Junior, em exercício, Acre - José Amarísio Freitas de Souza, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Eduardo Corrêa Tavares, Amazonas - Dário José Braga Paim, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Marcelo Martins Altoé, Goiás - Cristiane Alkmin Junqueira Schmid, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Fábio Fernandes Pimenta, Mato Grosso do Sul - Luiz Renato Adler Ralho, Minas Gerais - Gustavo de Oliveira Barbosa, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Marialvo Laureano dos Santos Filho, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Pernambuco - Décio José Padilha da Cruz, Piauí - Antônio Luiz Soares Santos, Rio de Janeiro - Leonardo Lobo Pires, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Leonardo Maranhão Busatto, Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Roraima - Manoel Sueide Freitas, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Felipe Scudeler Salto, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Marco Antônio da Silva Menezes.

CONVÊNIO ICMS Nº 126, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

Altera o Convênio ICMS nº 188/17, que dispõe sobre benefícios fiscais do ICMS nas operações e prestações relacionadas à construção, instalação e operação de Centro Internacional de Conexões de Voos - HUB, e de aquisição de querosene de aviação.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 360ª Reunião Extraordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 9 de setembro de 2022, tendo em vista o disposto na Lei Complementar n° 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

C O N V Ê N I O

Cláusula primeira Os dispositivos a seguir indicados do Convênio ICMS nº 188, de 4 de dezembro de 2017, passam a vigorar com as seguintes redações:

I - o "caput" da cláusula primeira:

"Cláusula primeira Ficam os Estados do Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Ceará, Bahia, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Roraima, Santa Catarina e o Distrito Federal autorizados a conceder isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - nas seguintes operações e prestações destinadas à construção, instalação e operação de Centro Internacional de Conexões de Voos - HUB, em aeroporto internacional localizado nessas unidades federadas:";

II - o § 2º da cláusula segunda:

"§ 2º Ficam os Estados de Alagoas, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e o Distrito Federal autorizados a reduzir o benefício previsto na cláusula primeira como redução de base de cálculo, conforme o atingimento parcial das metas estabelecidas pelo ato normativo indicado no caput desta cláusula, a critério de cada unidade federada.".

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ - Esteves Pedro Colnago Junior, em exercício, Acre - José Amarísio Freitas de Souza, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Eduardo Corrêa Tavares, Amazonas - Dário José Braga Paim, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Marcelo Martins Altoé, Goiás - Cristiane Alkmin Junqueira Schmid, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Fábio Fernandes Pimenta, Mato Grosso do Sul - Luiz Renato Adler Ralho, Minas Gerais - Gustavo de Oliveira Barbosa, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Marialvo Laureano dos Santos Filho, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Pernambuco - Décio José Padilha da Cruz, Piauí - Antônio Luiz Soares Santos, Rio de Janeiro - Leonardo Lobo Pires, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Leonardo Maranhão Busatto, Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Roraima - Manoel Sueide Freitas, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Felipe Scudeler Salto, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Marco Antônio da Silva Menezes.

CONVÊNIO ICMS Nº 127, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a adesão do Estado de Maranhão e altera o Convênio ICMS nº 91/19, que autoriza as unidades federadas que menciona a conceder crédito outorgado de ICMS equivalente ao valor destinado por contribuinte do imposto a projetos de assistência social credenciados pelos órgãos da administração pública estadual.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 360ª Reunião Extraordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 9 de setembro de 2022, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira O Estado do Maranhão fica incluído nas disposições do Convênio ICMS nº 91, de 5 de julho de 2019.

Cláusula segunda A cláusula primeira do Convênio ICMS nº 91/19 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula primeira Ficam os Estados do Maranhão, Pará, Piauí, Rio Grande do Sul e Santa Catarina autorizados a conceder crédito outorgado do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - equivalente a até 100% (cem por cento) do valor destinado pelos contribuintes a projetos de assistência social credenciados pelos órgãos públicos da administração estadual.".

Cláusula terceira Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ - Esteves Pedro Colnago Junior, em exercício, Acre - José Amarísio Freitas de Souza, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Eduardo Corrêa Tavares, Amazonas - Dário José Braga Paim, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Marcelo Martins Altoé, Goiás - Cristiane Alkmin Junqueira Schmid, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Fábio Fernandes Pimenta, Mato Grosso do Sul - Luiz Renato Adler Ralho, Minas Gerais - Gustavo de Oliveira Barbosa, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Marialvo Laureano dos Santos Filho, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Pernambuco - Décio José Padilha da Cruz, Piauí - Antônio Luiz Soares Santos, Rio de Janeiro - Leonardo Lobo Pires, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Leonardo Maranhão Busatto, Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Roraima - Manoel Sueide Freitas, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Felipe Scudeler Salto, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Marco Antônio da Silva Menezes.

CONVÊNIO ICMS Nº 128, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

Autoriza as unidades federadas que menciona a conceder isenção do ICMS incidente nas operações com medicamentos destinados ao tratamento da Fibrose Cística - FC.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 360ª Reunião Extraordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 9 de setembro de 2022, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira Os Estados da Bahia, Espírito Santo, Paraíba, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Tocantins ficam autorizados a conceder isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - incidente nas operações com medicamentos que possuem como princípios ativos Ivacaftor, Lumacaftor, Tezacaftor e Elexacaftor, classificados no código 3004.90.69 da Nomenclatura Comum do Mercosul baseada no Sistema Harmonizado - NCM/SH, destinados ao tratamento da Fibrose Cística - FC.

§ 1º A aplicação do disposto no "caput" desta cláusula fica condicionado a que o medicamento tenha autorização para importação concedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

§ 2º As unidades federadas de que trata o "caput" ficam autorizados a não exigir o estorno do crédito do ICMS, nos termos do art. 21 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, nas operações de que trata este convênio.

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ - Esteves Pedro Colnago Junior, em exercício, Acre - José Amarísio Freitas de Souza, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Eduardo Corrêa Tavares, Amazonas - Dário José Braga Paim, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Marcelo Martins Altoé, Goiás - Cristiane Alkmin Junqueira Schmid, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Fábio Fernandes Pimenta, Mato Grosso do Sul - Luiz Renato Adler Ralho, Minas Gerais - Gustavo de Oliveira Barbosa, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Marialvo Laureano dos Santos Filho, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Pernambuco - Décio José Padilha da Cruz, Piauí - Antônio Luiz Soares Santos, Rio de Janeiro - Leonardo Lobo Pires, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Leonardo Maranhão Busatto, Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Roraima - Manoel Sueide Freitas, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Felipe Scudeler Salto, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Marco Antônio da Silva Menezes.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 1.581, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a portaria SETO/ME nº 3.473, de 19 de abril de 2022, e a portaria STN nº 1.339, de 13 de maio de 2022, e tendo em vista as condições gerais de oferta de títulos públicos previstas na portaria SETO/ME nº 3.599, de 25 de abril de 2022, resolve:

Art. 1º Homologar os resultados das ofertas de títulos públicos federais realizados no decorrer do mês de julho de 2022:

Portaria núm.	Data do leilão	Tipo de leilão	Título	Título venc.	Volta	Data de liquid.	Aceit. taxa (%aa)	Aceit. quant.	Aceit. fin. (R$)	(BC) Aceit. quant.	(BC) Aceit. fin. (R$)
1474	05/07/2022	Venda	NTN-B	15/05/2027	1	06/07/2022	5,9699	121.300	489.148.400,96	0	0,00
1474	05/07/2022	Venda	NTN-B	15/05/2027	2	06/07/2022	5,9699	10.702	43.156.357,65	0	0,00
1475	05/07/2022	Venda	NTN-B	15/05/2035	1	06/07/2022	6,0430	114.650	460.569.388,29	0	0,00
1475	05/07/2022	Venda	NTN-B	15/05/2035	2	07/07/2022	6,0430	0	0,00	0	0,00
1475	05/07/2022	Venda	NTN-B	15/08/2060	1	06/07/2022	6,1700	97.900	391.263.863,86	0	0,00
1475	05/07/2022	Venda	NTN-B	15/08/2060	2	07/07/2022	6,1700	5.692	22.759.359,32	0	0,00
1476	05/07/2022	Venda	LFT	01/09/2028	1	06/07/2022	0,1620	658.700	7.736.640.869,08	0	0,00
1476	05/07/2022	Venda	LFT	01/09/2028	2	06/07/2022	0,1620	24.530	288.112.646,90	0	0,00
1478	07/07/2022	Venda	LTN	01/10/2023	1	08/07/2022	13,7348	1.000.000	853.679.542,22	15.200.000	12.975.929.038,40
1478	07/07/2022	Venda	LTN	01/10/2023	2	11/07/2022	13,7236	0	0,00	0	0,00
1478	07/07/2022	Venda	LTN	01/10/2024	1	08/07/2022	13,0540	1.000.000	761.239.957,72	17.100.000	13.017.203.281,80
1478	07/07/2022	Venda	LTN	01/10/2024	2	11/07/2022	13,0369	0	0,00	0	0,00
1478	07/07/2022	Venda	LTN	01/01/2026	1	08/07/2022	12,8800	2.211.000	1.450.517.206,16	19.800.000	12.989.706.325,20
1478	07/07/2022	Venda	LTN	01/01/2026	2	11/07/2022	12,8607	0	0,00	0	0,00
1479	07/07/2022	Venda	NTN-F	01/01/2029	1	08/07/2022	13,1580	150.000	131.151.767,45	0	0,00
1479	07/07/2022	Venda	NTN-F	01/01/2029	2	11/07/2022	13,1529	0	0,00	0	0,00
1479	07/07/2022	Venda	NTN-F	01/01/2033	1	08/07/2022	13,2100	40.000	33.247.306,84	0	0,00
1484	12/07/2022	Venda	NTN-B	15/05/2025	1	13/07/2022	6,4440	32.400	129.378.907,73	0	0,00
1484	12/07/2022	Venda	NTN-B	15/05/2025	2	13/07/2022	6,4440	454	1.812.901,97	0	0,00
1485	12/07/2022	Venda	NTN-B	15/08/2032	1	13/07/2022	6,1815	150.000	606.716.419,33	0	0,00
1485	12/07/2022	Venda	NTN-B	15/08/2032	2	14/07/2022	6,1815	33.619	136.043.988,14	0	0,00
1485	12/07/2022	Venda	NTN-B	15/05/2045	1	13/07/2022	6,3300	15.700	61.049.159,72	0	0,00
1486	12/07/2022	Venda	LFT	01/09/2028	1	13/07/2022	0,1660	433.300	5.100.654.459,16	0	0,00
1486	12/07/2022	Venda	LFT	01/09/2028	2	13/07/2022	0,1660	0	0,00	0	0,00
1489	14/07/2022	Venda	LTN	01/04/2023	1	15/07/2022	14,0748	1.000.000	910.249.118,50	0	0,00
1489	14/07/2022	Venda	LTN	01/04/2023	2	18/07/2022	14,0710	126.332	115.053.754,15	0	0,00
1489	14/07/2022	Venda	LTN	01/10/2024	1	15/07/2022	13,4800	2.150.000	1.626.807.032,26	0	0,00
1489	14/07/2022	Venda	LTN	01/10/2024	2	18/07/2022	13,4718	624.997	473.144.471,32	0	0,00
1489	14/07/2022	Venda	LTN	01/01/2026	1	15/07/2022	13,2080	4.000.000	2.603.158.172,34	0	0,00
1489	14/07/2022	Venda	LTN	01/01/2026	2	18/07/2022	13,2015	921.727	600.145.653,12	0	0,00
1490	14/07/2022	Venda	NTN-F	01/01/2029	1	15/07/2022	13,3838	150.000	130.215.522,64	0	0,00
1490	14/07/2022	Venda	NTN-F	01/01/2029	2	18/07/2022	13,3808	37.500	32.570.243,63	0	0,00
1490	14/07/2022	Venda	NTN-F	01/01/2033	1	15/07/2022	13,4350	100.100	82.317.616,97	0	0,00
1490	14/07/2022	Venda	NTN-F	01/01/2033	2	18/07/2022	13,4349	37.499	30.853.038,77	0	0,00
1495	19/07/2022	Venda	NTN-B	15/05/2027	1	20/07/2022	6,3780	150.000	596.891.241,42	0	0,00
1495	19/07/2022	Venda	NTN-B	15/05/2027	2	20/07/2022	6,3780	0	0,00	0	0,00
1496	19/07/2022	Venda	NTN-B	15/05/2035	1	20/07/2022	6,2700	39.100	154.519.993,69	0	0,00
1496	19/07/2022	Venda	NTN-B	15/05/2035	2	21/07/2022	6,2700	0	0,00	0	0,00
1496	19/07/2022	Venda	NTN-B	15/08/2060	1	20/07/2022	6,3315	50.000	195.967.424,82	0	0,00
1496	19/07/2022	Venda	NTN-B	15/08/2060	2	21/07/2022	6,3315	3.880	15.207.690,95	0	0,00
1497	19/07/2022	Venda	LFT	01/09/2028	1	20/07/2022	0,1720	240.350	2.835.313.590,84	0	0,00
1497	19/07/2022	Venda	LFT	01/09/2028	2	20/07/2022	0,1720	27.229	321.209.709,82	0	0,00
1505	21/07/2022	Venda	LTN	01/10/2023	1	22/07/2022	14,0886	1.000.000	854.818.500,70	0	0,00
1505	21/07/2022	Venda	LTN	01/10/2023	2	25/07/2022	14,0843	238.375	203.873.952,36	0	0,00
1505	21/07/2022	Venda	LTN	01/10/2024	1	22/07/2022	13,6150	1.105.300	836.235.054,72	0	0,00
1505	21/07/2022	Venda	LTN	01/10/2024	2	25/07/2022	13,6079	375.000	283.857.221,25	0	0,00
1505	21/07/2022	Venda	LTN	01/01/2026	1	22/07/2022	13,4540	2.000.000	1.295.608.453,25	0	0,00
1505	21/07/2022	Venda	LTN	01/01/2026	2	25/07/2022	13,4337	499.994	324.060.357,67	0	0,00
1506	21/07/2022	Venda	NTN-F	01/01/2029	1	22/07/2022	13,6688	50.000	42.992.575,20	0	0,00
1506	21/07/2022	Venda	NTN-F	01/01/2033	1	22/07/2022	13,7150	31.000	25.171.289,92	0	0,00
1508	26/07/2022	Venda	NTN-B	15/05/2025	1	27/07/2022	6,5940	500.000	1.990.302.115,48	0	0,00
1508	26/07/2022	Venda	NTN-B	15/05/2025	2	27/07/2022	6,5940	0	0,00	0	0,00
1509	26/07/2022	Venda	NTN-B	15/08/2032	1	27/07/2022	6,2450	750.000	3.021.192.038,20	0	0,00
1509	26/07/2022	Venda	NTN-B	15/08/2032	2	28/07/2022	6,2450	0	0,00	0	0,00
1509	26/07/2022	Venda	NTN-B	15/05/2045	1	27/07/2022	6,2470	41.050	161.251.545,39	0	0,00
1510	26/07/2022	Venda	LFT	01/09/2028	1	27/07/2022	0,1720	500.000	5.912.980.721,45	0	0,00
1510	26/07/2022	Venda	LFT	01/09/2028	2	27/07/2022	0,1720	76.651	906.471.770,48	0	0,00
1514	28/07/2022	Venda	LTN	01/04/2023	1	29/07/2022	13,9523	1.000.000	915.703.286,60	0	0,00
1514	28/07/2022	Venda	LTN	01/04/2023	2	01/08/2022	13,9443	236.664	216.826.400,35	0	0,00
1514	28/07/2022	Venda	LTN	01/10/2024	1	29/07/2022	13,2006	2.011.500	1.537.913.665,38	0	0,00
1514	28/07/2022	Venda	LTN	01/10/2024	2	01/08/2022	13,1904	591.663	452.585.343,79	0	0,00
1514	28/07/2022	Venda	LTN	01/01/2026	1	29/07/2022	13,0027	6.000.000	3.948.071.585,28	0	0,00
1514	28/07/2022	Venda	LTN	01/01/2026	2	01/08/2022	12,9995	1.419.998	934.829.326,70	0	0,00
1515	28/07/2022	Venda	NTN-F	01/01/2029	1	29/07/2022	0,0000	0	0,00	0	0,00
1515	28/07/2022	Venda	NTN-F	01/01/2033	1	29/07/2022	13,2850	115.000	95.861.413,88	0	0,00
1515	28/07/2022	Venda	NTN-F	01/01/2033	2	01/08/2022	13,2808	35.000	29.189.762,74	0	0,00

OTAVIO LADEIRA DE MEDEIROS

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

SUPERINTENDÊNCIA DE NORMAS CONTÁBEIS E DE AUDITORIA

ATO DECLARATÓRIO CVM Nº 20.137, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

O Superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada através da Deliberação CVM Nº 176, de 03 de fevereiro de 1995, e tendo em vista o disposto no parágrafo único do artigo 12 da Resolução CVM Nº 23, de 25 de fevereiro de 2021, declara REGISTRADO na Comissão de Valores Mobiliários, a partir de 11/07/2022, com a nova denominação social e autorizado a exercer a atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, de acordo com as Leis Nos 6385/76 e 6404/76, o Auditor Independente a seguir referido:

Auditor Independente - Pessoa Jurídica
Nova Denominação Social
MAZARS AUDITORES INDEPENDENTES - SOCIEDADE SIMPLES LTDA.
CNPJ: 07.326.840/0001-98
Anterior Denominação Social
MAZARS AUDITORES INDEPENDENTES - SOCIEDADE SIMPLES
CNPJ: 07.326.840/0001-98

PAULO ROBERTO GONÇALVES FERREIRA

SUPERINTENDÊNCIA DE SUPERVISÃO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS GERÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATOS DECLARATÓRIOS CVM DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

Nº 20.134 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza RENATO FABBRI EISELE, CPF nº 374.522.698-45, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 20.135 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza RENATO LESSA AYRES GONÇALVES, CPF nº 408.282.788-90, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 20.136 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza a LIMA E RODRIGUES CONSULTORIA LTDA., CNPJ nº 37.541.150, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021.

ARTUR PEREIRA DE SOUZA

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 309, DE 6 DE SETEMBRO DE 2022

Aprova as Instruções Normativas e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para a Eficiência Energética das Edificações Comerciais, de Serviços e Públicas e Residenciais - Consolidado.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelos artigos 4º, § 2º, da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e 3º, incisos I e IV, da Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999, combinado com o disposto nos artigos 18, inciso V, do Anexo I ao Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, e 105, inciso V, do Anexo à Portaria nº 2, de 4 de janeiro de 2017, do então Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, considerando o que determina o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, as consultas públicas divulgadas pelas Portarias Inmetro nº 248, de 10 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de julho de 2018, seção 1, página 335; nº 18, de 12 de julho de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 12 de julho de 2021, seção 1, página 90 a 108; e nº 3, de 9 de março de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 12 de março de 2021, seção 1, página 116 a 128, e o que consta no Processo 52600.000288/2021-90, resolve:

Objeto e âmbito de aplicação

Ficam aprovados a Instrução Normativa Inmetro para as Edificações Comerciais, de Serviços e Públicas, a Instrução Normativa Inmetro para as Edificações Residenciais, os Requisitos de Avaliação da Conformidade e as Especificações para o Selo de Identificação da Conformidade, na forma da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), para Eficiência Energética das Edificações Comerciais, de Serviços e Públicas, e Edificações Residenciais, fixados, respectivamente, nos Anexos I, II, III e IV desta Portaria.

§ 1º A avaliação da conformidade para a classificação de eficiência energética das edificações residenciais e comerciais, de serviços e públicas, de caráter voluntário, por meio do mecanismo da inspeção, deve ser realizada por Organismo de Inspeção Acreditado pelo Inmetro (OIA-EEE) ou Profissional Certificado (PC), estabelecido no Brasil, consoante os Requisitos ora aprovados.

§ 2º Aplicam-se os presentes Requisitos às edificações comerciais, de serviços, públicas e residenciais - novas ou existentes.

Não é da esfera de competência legal do Inmetro o exercício do poder de polícia administrativa quanto ao objeto, cabendo ao Instituto, exclusivamente, a supervisão quanto ao uso da marca, tendo por foco o cumprimento das regras de Avaliação da Conformidade.

Prazos e disposições transitórias

Até 1º de maio de 2024, a emissão da ENCE para as edificações comerciais, de serviços e públicas, e residenciais deverá ser realizada com base nos requisitos ora aprovados.

§ 1º Excepcionalmente, mesmo após a data especificada no caput, a emissão da ENCE de Edificação Construída, para edificações que tenham se submetido à inspeção de projeto à luz do RTQ-C ou RTQ-R, estabelecidos, respectivamente, pelas Portarias Inmetro nº 372, de 17 de setembro de 2010, e nº 18, de 16 de janeiro de 2012, poderá utilizar o próprio RTQ-C ou RTQ-R, respeitados os 5 (cinco) anos de validade da ENCE de Projeto.

§ 2º A emissão da ENCE de Projeto ou de Edificação Construída à luz dos referidos RTQ-C ou RTQ-R, durante as disposições transitórias, pode adotar os procedimentos de inspeção remota e as atualizações pertinentes estabelecidas nas Notas Técnicas do PBE Edifica, conforme previstos no RAC ora aprovado.

Cláusula de revogação

Ficam revogadas:

I - Portaria Inmetro nº 372, de 17 de setembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 22 de setembro de 2010, seção 1, página 68, em 30 de abril de 2029;

II - Portaria Inmetro nº 17, de 16 de janeiro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de janeiro de 2012, seção 1, página 53 a 54, em 30 de abril de 2029;

III - Portaria Inmetro nº 18, de 16 de janeiro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de janeiro de 2012, seção 1, página 54, em 30 de abril de 2029;

IV - Portaria Inmetro nº 50, de 1º de fevereiro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 6 de fevereiro de 2013, seção 1, página 87, em 30 de abril de 2029

V- Portaria Inmetro nº 299, de 19 de junho de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 20 de junho de 2013, seção 1, página 79 a 80, em 30 de abril de 2029;

VI - Portaria Inmetro nº 126, de 19 de março de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 21 de março de 2014, seção 1, página 56 a 57, em 30 de abril de 2029; e

VII - Portaria Inmetro nº 42, de 24 de fevereiro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 9 de março de 2021, seção 1, páginas 44 a 82, na data de vigência desta Portaria.

Vigência

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor em 03 de outubro de 2022, conforme determina art. 4º do DeCRETO Nº 10.139, DE 2019].

MARCOS HELENO GUERSON DE OLIVEIRA JUNIOR

ANEXOS

SUMÁRIO

ANEXO I - INSTRUÇÃO NORMATIVA INMETRO PARA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DAS EDIFICAÇÕES COMERCIAIS, DE SERVIÇOS E PÚBLICAS
1. OBJETIVO
2. SIGLAS
3. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES
4. DEFINIÇÕES
5. VISÃO GERAL
6. CONDIÇÕES PARA A APLICAÇÃO DO MÉTODO SIMPLIFICADO NA ENVOLTÓRIA
6.1. Método simplificado para as edificações condicionadas artificialmente
6.2. Método simplificado para as edificações ventiladas naturalmente ou híbridas
7. CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE PARA A CLASSIFICAÇÃO A
7.1. Sistema de condicionamento de ar
7.1.1. Condições específicas por equipamento
7.1.2. Critérios específicos por sistema
7.2. Sistema de iluminação
7.2.1. Contribuição da luz natural
7.2.2. Controle local
7.2.3. Desligamento automático do sistema de iluminação
7.3. Sistema de aquecimento de água
7.3.1. Automação do sistema de recirculação
7.3.2. Isolamento térmico das tubulações de distribuição e circuito de recirculação
7.3.3. Reservatório de água quente
8. PROCEDIMENTOS PARA A DETERMINAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DE EDIFICAÇÕES COMERCIAIS, DE SERVIÇOS E PÚBLICAS
8.1. Classificação da eficiência energética geral da edificação
8.2. Classificação da eficiência energética dos sistemas individuais
8.2.1. Determinação da classificação de eficiência energética da envoltória
8.2.2. Determinação da classificação de eficiência energética do sistema de condicionamento de ar
8.2.3. Determinação da classificação de eficiência energética do sistema de iluminação
8.2.4. Determinação da classificação de eficiência energética do sistema de aquecimento de água
ANEXO A - TABELAS PARA A CONDIÇÃO DE REFERÊNCIA DE EDIFICAÇÕES COMERCIAIS, DE SERVIÇOS E PÚBLICAS
A.1. Condições de referência
A.2. Elementos construtivos das paredes externas e cobertura
ANEXO B - MÉTODO SIMPLIFICADO
ANEXO B.I - ENVOLTÓRIA
B.I.1. Determinação do percentual de redução da carga térmica total anual
B.I.2. Determinação da carga térmica total anual da edificação
B.I.2.1. Condições gerais
B.I.2.2. Edificações condicionadas artificialmente
B.I.2.3. Edificações ventiladas naturalmente ou híbridas
ANEXO B.II - SISTEMA CONDICIONAMENTO DE AR
B.II.1. Determinação do percentual de redução do consumo de refrigeração
B.II.2. Determinação do consumo de refrigeração
B.II.3. Condições gerais
B.II.4. Cálculo da eficiência do sistema
B.II.4.1. Capacidade igual ou inferior a 17,6 kW (60.000 BTU/h)
B.II.4.2. Capacidade superior a 17,6 kW (60.000 BTU/h)
ANEXO B.III - SISTEMA DE ILUMINAÇÃO
B.III.1. Determinação do percentual de redução do consumo de iluminação
B.III.2. Determinação do consumo de iluminação
B.III.3. Cálculo da potência de iluminação total da edificação real
B.III.3.1. Cálculo da potência de iluminação em uso
B.III.3.2. Condições gerais
B.III.3.3. Potencial de integração entre o sistema de iluminação e a luz natural disponível
B.III.4. Determinação da potência de iluminação limite
B.III.4.1. Método do edifício completo
B.III.4.2. Método das atividades do edifício
ANEXO B.IV - SISTEMA DE AQUECIMENTO DE ÁGUA
B.IV.1. Determinação do percentual de redução do consumo de energia primária
B.IV.2. Determinação do consumo de energia para a demanda de água quente
B.IV.3. Condições gerais
B.IV.4. Energia requerida para o atendimento da demanda de água quente
B.IV.5. Energia para o aquecimento de água proveniente de sistemas de energia solar térmica ou que recuperam calor
B.IV.5.1. Energia para o aquecimento de água proveniente de sistemas recuperadores de calor
B.IV.5.2. Energia para o aquecimento de água proveniente de sistemas de aquecimento solar térmico
B.IV.6. Consumo de energia associado às perdas térmicas
B.IV.6.1. Perdas térmicas na tubulação provenientes do sistema de distribuição
B.IV.6.2. Perdas térmicas no sistema de recirculação
B.IV.6.3. Perdas térmicas do reservatório de água quente
B.IV.7. Eficiência dos equipamentos aquecedores de água
ANEXO C - MÉTODO DE SIMULAÇÃO
ANEXO C.I - SIMULAÇÃO TERMOENERGÉTICA
C.I.1. Características do programa computacional para a simulação termoenergética
C.I.2. Arquivo climático
C.I.3. Procedimento para a simulação
C.I.4. Características em comum entre o modelo do edifício real e o modelo do edifício de referência
C.I.5. Condição da edificação real
C.I.6. Edifícios ou ambientes condicionados naturalmente
C.I.7. Condição da edificação de referência
ANEXO C.II - SIMULAÇÃO DE ILUMINAÇÃO NATURAL
C.II.1. Características do programa computacional para a simulação de iluminação natural

C.II.2. Arquivo climático para a simulação de iluminação natural
C.II.3. Procedimento para a simulação de iluminação natural
C.II.3.1. Procedimentos de modelagem comuns à avaliação da redução do consumo de energia primária da edificação e potencial de integração entre o sistema de iluminação e a luz natural disponível
C.II.3.2. Procedimentos de modelagem exclusivos para a avaliação da redução do consumo de energia primária
C.II.3.3. Procedimentos de modelagem exclusivos para a avaliação do potencial de integração entre o sistema de iluminação e a luz natural disponível
C.II.4. Determinação da malha de pontos mínima para o plano de referência
C.II.5. Modelagem e operação das persianas ou cortinas
C.II.6. Cálculo do consumo do sistema de iluminação total considerando a redução proveniente do uso da iluminação natural
C.II.6.1. Utilização da iluminação natural para a redução do consumo de energia
C.II.6.2. Utilização da iluminação natural no método de simulação termoenergético
ANEXO D - GERAÇÃO LOCAL DE ENERGIA RENOVÁVEL
ANEXO E - EMISSÕES DE DIÓXIDO DE CARBONO
E.1 Determinação do percentual de redução ou acréscimo da emissão de dióxido de carbono devido ao consumo energético
E.2 Determinação da emissão total de dióxido de carbono da edificação
F.1. Determinação do percentual anual de redução no consumo de água potável
F.2. Consumo de água da edificação na condição de referência
F.3. Consumo de água da edificação na condição real
F.4. Oferta de água não potável
ANEXO G - CLASSIFICAÇÃO CLIMÁTICA
ANEXO II - INSTRUÇÃO NORMATIVA INMETRO PARA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS
1. OBJETIVO
2. SIGLAS
3. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES
4. DEFINIÇÕES
5. VISÃO GERAL
6. CONDIÇÕES PARA A APLICAÇÃO DOS MÉTODOS DE AVALIAÇÃO da envoltória
6.1. Método prescritivo
6.2. Método simplificado
7. CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE PARA A CLASSIFICAÇÃO A
7.1 Envoltória
7.1.1 Sistemas split
7.1.2 Sistemas centrais
7.2 Sistema de aquecimento de água
7.2.1 Automação do sistema de recirculação
7.2.2 Isolamento térmico das tubulações de distribuição e circuito de recirculação
7.2.3 Reservatório de água quente
8. PROCEDIMENTO PARA DETERMINAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS UNIFAMILIARES E UNIDADES HABITACIONAIS DE EDIFICAÇÕES MULTIFAMILIARES PELOS MÉTODOS SIMPLIFICADO E DE SIMULAÇÃO
8.1 Classificação da eficiência energética da unidade habitacional
8.2 Classificação da eficiência energética dos sistemas individuais
8.2.1 Determinação da classificação de eficiência energética da envoltória
8.2.2 Determinação da classificação de eficiência energética do sistema de aquecimento de água
9. PROCEDIMENTO PARA DETERMINAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DAS ÁREAS DE USO COMUM
9.1 Classificação da eficiência energética das áreas de uso comum
9.2 Classificação da eficiência energética dos sistemas individuais das AUC
9.2.1 Determinação da classificação de eficiência energética do sistema de iluminação
9.2.2 Determinação da classificação de eficiência energética das bombas e/ou motobombas
9.2.3 Determinação da classificação de eficiência energética dos elevadores
9.2.4 Determinação da classificação de eficiência do sistema de condicionamento de ar
9.2.5 Determinação da classificação de eficiência energética do sistema de aquecimento de água
ANEXO A - MÉTODO PRESCRITIVO
A.1 Envoltória
A.2 Consumo estimado de energia elétrica
ANEXO B - MÉTODO SIMPLIFICADO
ANEXO B.I - ENVOLTÓRIA
B.I.1. Determinação do PHFT, Tomáx, Tomín, CgTR, CgTA e.. CgTT
ANEXO B.II - SISTEMA DE CONDICIONAMENTO DE AR
B.II.1. Determinação do consumo para refrigeração
B.II.1.1 Com base no COP
B.II.1.2 Com base no IDRS
B.II.1.3 Com base no CSPF
B.II.2 Determinação do consumo para aquecimento
B.II.3 Filtragem e renovação de ar
ANEXO B.III - SISTEMA DE AQUECIMENTO DE ÁGUA
B.III.1 Determinação do percentual de redução do consumo de energia primária
B.III.2 Determinação do consumo de energia para a demanda de água quente
B.III.3 Considerações gerais
B.III.4 Energia requerida para o atendimento da demanda de água quente
B.III.5. Energia para o aquecimento de água proveniente de sistemas de energia solar térmica ou que recuperam calor
B.III.5.1. Energia para o aquecimento de água proveniente de sistemas recuperadores de calor
B.III.5.2 Energia para o aquecimento de água proveniente de sistemas de aquecimento solar térmico
B.III.6 Consumo de energia associado às perdas térmicas
B.III.6.1. Perdas térmicas na tubulação provenientes do sistema de distribuição
B.III.6.2 Perdas térmicas no sistema de recirculação
B.III.6.3 Perdas térmicas do reservatório de água quente
B.III.6.4 Condição de referência para o cálculo associado às perdas térmicas
B.III.7 Eficiência dos equipamentos aquecedores de água
ANEXO C - MÉTODO DE SIMULAÇÃO
C.1 Procedimento de avaliação
ANEXO D - GERAÇÃO LOCAL DE ENERGIA RENOVÁVEL
ANEXO E - EMISSÕES DE DIÓXIDO DE CARBONO
E.1 Determinação do percentual de redução ou acréscimo da emissão de dióxido de carbono devido ao consumo energético
E.2 Determinação da emissão total de dióxido de carbono da edificação
ANEXO F - USO RACIONAL DE ÁGUA EM EDIFICAÇÕES
F.1 Determinação do percentual anual de redução no consumo de água potável
F.2 Consumo de água da edificação na condição de referência
F.3 Consumo de água da edificação na condição real
F.4 Oferta de água não potável
ANEXO G - ÁREAS DE USO COMUM DE EDIFICAÇÕES MULTIFAMILIARES ou de condomínios de edificações residenciais
G.I ILUMINAÇÃO ARTIFICIAL
G.I.1 Determinação do percentual de redução do consumo de iluminação
G.I.2 Determinação do consumo de iluminação na condição de referência
G.I.3 Determinação da potência de iluminação limite para a condição de referência
G.I.4 Determinação do consumo de iluminação na condição real
G.I.5 Cálculo da potência de iluminação total da AUC na condição real
G.I.6 Cálculo da potência de iluminação em uso
G.II BOMBAS E/OU MOTOBOMBAS
G.II.1 Determinação do consumo de energia para a demanda de bombas e/ou motobombas na condição real
G.II.2 Determinação do consumo de energia para a demanda de bombas e/ou motobombas na condição de referência
G.III ELEVADORES
G.III.1 Determinação do consumo dos elevadores na condição real
G.III.2 Determinação do consumo dos elevadores na condição de referência
G.IV SISTEMA DE CONDICIONAMENTO DE AR
G.IV.1 Determinação do consumo do sistema de condicionamento de ar na condição real
G.IV.2 Determinação do consumo do sistema de condicionamento de ar na condição de referência
G.V SISTEMA DE AQUECIMENTO DE ÁGUA
G.VI GERAÇÃO LOCAL DE ENERGIA RENOVÁVEL
G.VII EMISSÕES DE DIÓXIDO DE CARBONO
G.VIII USO RACIONAL DE ÁGUA
ANEXO III - REQUISITOS DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE PARA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DAS EDIFICAÇÕES
1. Objetivo
2. Siglas
3. Documentos Complementares
4. Definições
5. Mecanismo De Avaliação Da Conformidade
6. ETAPAS DA Avaliação Da Conformidade
6.1 Solicitação
6.2 Inspeção de projeto
6.3 Inspeção da edificação construída
6.4 Tratamento de não conformidades
7. Tratamento de reclamações
8. Etiqueta Nacional De Conservação De Energia - Ence
8.1 Concessão da autorização
8.2 Aplicação
8.3 Suspensão ou cancelamento da autorização
9. Responsabilidades e obrigações
9.1 Para o Solicitante
9.2 Para o OIA
9.3 Para o PC
9.4 Para o Inmetro
ANEXO A - PERFIL E ATRIBUIÇÕES DO INSPETOR DE EDIFICAÇÕES E DO ORGANISMO DE INSPEÇÃO ACREDITADO E DO PROFISSIONAL CERTIFICADO
A.1 Objetivo
A.2 Atribuições do Inspetor
A.3 Formação do Inspetor
A.4 Capacitação específica do inspetor
A.5 Equipe técnica dos organismos de inspeção acreditados (OIA)
A.6 Profissional certificado (PC)
A.7 Infraestrutura básica dos organismos de inspeção acreditados (OIA) e profissional certificado (PC)
A.8 Escopo e métodos de avaliação empregados pelo profissional certificado (PC)
A.8.1 Métodos de avaliação
ANEXO B - FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE EMISSÃO DA ENCE
ANEXO C - TERMO DE COMPROMISSO
ANEXO D - TERMO DE CIÊNCIA SOBRE O ENTORNO
ANEXO ESPECÍFICO I - EDIFICAÇÕES COMERCIAIS, DE SERVIÇOS E PÚBLICAS
1. Objetivo
2. Definições
3. Métodos De Avaliação Empregados Pelo OIA/PC
4. Documentação De Inspeção De Projeto
5. Procedimentos e níveis de tolerância de inspeção de projeto
5.1 Procedimentos gerais
5.2 Método Simplificado
5.2.1 Considerações gerais da inspeção
5.2.2 Envoltória
5.2.3 Sistema de condicionamento de ar
5.2.4 Sistema de iluminação
5.2.5 Sistema de aquecimento de água
5.2.6 Níveis de tolerância
5.3 Método de Simulação
5.3.1 Simulação realizada pelo OIA/PC
5.3.2 Simulação realizada pelo solicitante
5.3.3 Níveis de tolerância
5.4 Geração local de energia renovável
5.5 Emissão de dióxido de carbono
5.6 Uso racional de água
5.7 Classificação da edificação
6. Documentação De Inspeção Da Edificação Construída
7. Procedimentos E Níveis De Tolerância De Inspeção Da Edificação Construída
7.1 Procedimentos gerais
7.2 Inspeção da envoltória
7.2.1 Orientação da edificação
7.2.2 Fechamentos e revestimentos da envoltória
7.2.3 Absortância à radiação solar da envoltória
7.2.4 Componentes transparentes ou translúcidos
7.2.5 Área das aberturas
7.2.6 Dispositivos de proteção solar
7.3 Inspeção dos Sistemas de Condicionamento de Ar
7.3.1 Condicionadores de ar do tipo janela e Split
7.3.2 Condicionadores de ar centrais
7.4 Inspeção dos sistemas de
7.5 Inspeção do sistema de aquecimento de água, quando aplicável
7.6 Inspeção do sistema de geração de energia renovável
7.7 Inspeção dos sistemas de uso racional de água
7.8 Níveis de tolerância
8. Conteúdo Mínimo Do Relatório De Inspeção Do Projeto E Do Relatório De Inspeção Da Edificação Construída
8.1 Relatório de inspeção do projeto
8.2 Relatório de inspeção da edificação construída
9. Etiqueta Nacional De Conservação De Energia - Edificações Comerciais de Serviços e Públicas
ANEXO ESPECÍFICO I.1 - MODELO DE DECLARAÇÃO PARA CONFERÊNCIA DOS LIMITES DE APLICAÇÃO DO MÉTODO SIMPLIFICADO
ANEXO ESPECÍFICO I.2 - RESULTADOS MÍNIMOS DOS RELATÓRIOS DE SAÍDA DAS SIMULAÇÕES REALIZADAS PELO SOLICITANTE
ANEXO ESPECÍFICO I.3 - DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DO PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA SIMULAÇÃO
Anexo ESPECÍFICO II - EDIFICAÇÕES Residenciais

1. OBJETIVO
2. DEFINIÇÕES
3. Métodos De Avaliação Empregados Pelo Oia/PC
4. Documentação De Inspeção De Projeto
5. Procedimentos E Níveis De Tolerância De Inspeção De Projeto
5.1 Procedimentos gerais
5.2 Unidade Habitacional
5.2.1 Envoltória - método prescritivo
5.2.2 Envoltória - método simplificado
5.2.3 Envoltória - método de simulação
5.2.4 Sistema de condicionamento de ar - método simplificado e simulação
5.2.5 Sistema de aquecimento de água
5.2.6 Geração local de energia renovável
5.2.7 Emissão de dióxido de carbono
5.2.8 Uso racional de água
5.2.9 Classificação da UH
5.3 Áreas de Uso Comum
5.3.1 Sistema de iluminação
5.3.2 Bombas e/ou motobombas
5.3.3 Elevadores
5.3.4 Sistema de condicionamento de ar
5.3.5 Sistema de aquecimento de água
5.3.6 Geração local de energia renovável
5.3.7 Emissão de dióxido de carbono
5.3.8 Uso racional de água
5.3.9 Classificação da AUC
5.4 Níveis de tolerância
6. Documentação De Inspeção Da Edificação Construída
7. Procedimentos E Níveis De Tolerância De Inspeção Da Edificação Construída
7.1 Procedimentos
7.2 Inspeção da Unidade Habitacional Autônoma
7.2.1 Amostra de UHs para análise in loco
7.2.2 Inspeção da envoltória
7.2.3 Inspeção dos sistemas de condicionamento de ar
7.2.4 Inspeção do sistema de aquecimento de água
7.2.5 Inspeção do sistema de geração de energia renovável
7.2.6 Inspeção dos sistemas de uso racional de água
7.3 Inspeção das Áreas de Uso Comum
7.3.1 Inspeção dos sistemas de iluminação
7.3.2 Inspeção das bombas e/ou motobombas
7.3.3 Inspeção dos elevadores
7.3.4 Inspeção do sistema de condicionamento de ar
7.3.5 Inspeção do sistema de aquecimento de água
7.3.6 Inspeção do sistema de geração de energia renovável
7.3.7 Inspeção dos sistemas de uso racional de água
7.4 Níveis de tolerância
8. Conteúdo Mínimo Do Relatório De Inspeção
8.1 Relatório de inspeção do projeto
8.2 Relatório de inspeção da edificação construída
9. Etiqueta Nacional De Conservação De Energia - Edificações Residenciais
ANEXO ESPECÍFICO II.1 - MODELO DE DECLARAÇÃO PARA CONFERÊNCIA DOS LIMITES DE APLICAÇÃO DO MÉTODO SIMPLIFICADO
ANEXO ESPECÍFICO II.2 - RESULTADOS MÍNIMOS DOS RELATÓRIOS DE SAÍDA DAS SIMULAÇÕES REALIZADAS PELO SOLICITANTE
ANEXO ESPECÍFICO II.3 - DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DO PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA SIMULAÇÃO
ANEXO IV - SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE - ETIQUETA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DE ENERGIA (ENCE)
1. Modelos das ences
2. Edificações Comerciais, de serviços e públicas
2.1 ENCE Geral
2.2 ENCE Autodeclarada
2.3 ENCE Parcial
2.4 Página Complementar
3. Edificações Residenciais
3.1 ENCE da Unidade Habitacional
3.2 ENCE das Áreas de Uso Comum
4. Manual de entendimento da ENCE
ANEXO I - INSTRUÇÃO NORMATIVA INMETRO PARA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DAS EDIFICAÇÕES COMERCIAIS, DE SERVIÇOS E PÚBLICAS
1. OBJETIVO

Estabelecer os critérios e os métodos para a classificação de edificações comerciais, de serviços e públicas e porções não-residenciais de edificações de uso misto, em projeto ou construídos, quanto à sua eficiência energética, visando à etiquetagem de edificações.

2. SIGLAS

Para fins deste Anexo, são adotadas as siglas a seguir, além das citadas nos documentos complementares elencados no item 3.

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas
AC - Área Condicionada Artificialmente
AHRI - Air-Conditioning, Heating and Refrigeration Institute
AHS - Ângulo Horizontal de Sombreamento
AI - Área Iluminada
ALN - Autonomia da Luz Natural
ALNE - Autonomia da Luz Natural Espacial
ANC - Área Não Condicionada Artificialmente
ANSI - American National Standards Institute
AOV - Ângulo de Obstrução Vizinha
APP - Área de Permanência Prolongada
APT - Área de Permanência Transitória
ASHRAE - American Society of Heating, Refrigerating and Air-Conditioning Engineers
ASTM - American Society for Testing and Materials
AT - Área Técnica
ATC - Acceptance Test Code
AVS - Ângulo Vertical de Sombreamento
CDD18 - Cooling Degree-day Base 18
Cgcre - Coordenação Geral de Acreditação do Inmetro
CgT - Carga Térmica
CIE - Commission Internationale de l'éclairage
COP - Coeficiente de Performance
CSPF - Cooling Seasonal Performance Factor
CT - Capacidade Térmica
CTI - Cooling Technology Institute
DCI - Densidade de Carga Interna
DPE - Densidade de Potência de Equipamentos
DPI_T - Densidade de Potência de Iluminação Total
DPI_L - Densidade de Potência de Iluminação Limite
DPI_U - Densidade de Potência de Iluminação em Uso
EAS - Estabelecimentos Assistenciais de Saúde
EEP - Edificação de Energia Positiva
ENV - Envoltória
FF - Fator de Forma
GN - Gás Natural
GLP - Gás Liquefeito de Petróleo
HSPF - Heating Seasonal Performance Factor
HV - Altura da Verga
ICOP - Coeficiente Integrado de Performance
IDRS - Índice de Desempenho de Resfriamento Sazonal
IES - Iluminating Engineering Society
INI - Instrução Normativa Inmetro
INI-C - Instrução Normativa Inmetro para a Classificação de Eficiência Energética de Edificações Comerciais, de Serviços e Públicas
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional
IPLV - Integrated Part-load Value
NBR - Norma Brasileira
NFRC - National Fenestration Rating Council
NZEB - Edificação de Energia Quase Zero
PAF - Percentual de Área de Abertura na Fachada
PAZ - Percentual de Abertura Zenital
PBE - Programa Brasileiro de Etiquetagem
PD - Pé-direito
PHOCT - Percentual de Horas Ocupadas em Conforto Térmico
PI - Potência Instalada de Iluminação
PI_T - Potência Instalada Total
SCOP - Coeficiente Sazonal de Performance
Sis - Sistemas Isolados
SIN - Sistema Interligado Nacional
SPLV - System Part-load Value
VRF - Sistema de Fluxo de Refrigerante Variável
ZB - Zona Bioclimática

3. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

Para fins deste Anexo, são adotados os documentos complementares a seguir.

10 CFR 431.102 - Definitions concerning commercial water heaters, hot water supply boilers, unfired hot water storage tanks, and commercial heat pump water heaters. Code of Federal Regulations (CFR) Title 10, Energy, Part 431.102, 2016.

ABNT NBR 8160: 1999 - Sistemas prediais de esgoto sanitário - Projeto e execução.

ABNT NBR 15220-2:2022 - Desempenho térmico de edificações - Parte 2: Componentes e elementos construtivos das edificações - Resistência e transmitância térmica - Métodos de cálculo (ISO 6946:2017 MOD).

ABNT NBR 15220-3:2005 - Desempenho térmico de edificações - Parte 3: Zoneamento bioclimático brasileiro e diretrizes construtivas para habitações unifamiliares de interesse social.

ABNT NBR 16824:2020 - Sistemas de distribuição de água em edificações - Prevenção de legionelose - Princípios gerais e orientações.

ABNT NBR 15527:2019 - Aproveitamento de água de chuva de coberturas para fins não potáveis - Requisitos.

ABNT NBR 16783:2019 - Uso de fontes alternativas de água não potável em edificações.

ABNT NBR 16401:2008 - Instalações de ar condicionado - Sistemas centrais e unitários.

ABNT NBR 7256:2005 - Tratamento de ar em estabelecimentos assistenciais de saúde (EAS) - Requisitos para projeto e execução das instalações.

ANSI/AHRI 550/590:2011 (IP) - Performance Rating of Water Chilling Packages Using the Vapor Compression Cycle. Arlington.

ANSI/AHRI 551/591:2011 (SI) - Performance Rating Of Water-Chilling and Heat Pump Water-Heating Packages Using the Vapor Compression Cycle.

ANSI/AHRI 1230:2010 - Performance Rating of Variable Refrigerant Flow (VRF) Multi-Split Air-Conditioning and Heat Pump Equipment.

ANSI/AHRI 210/240:2008 - Performance Rating of Unitary air-conditioning and air source heat pump equipment.

ANSI/AHRI 340/360:2015 - Performance Rating of Commercial and industrial unitary air-conditioning and heat pump equipment.

ANSI/AHRI 560:2000 - AHRJ - Air-conditioning, Heating, and Refrigeration Institute: Absorption Water Chilling and Water Heating Packages.

ANSI/ASHRAE 74: 1988 - Method of Measuring Solar-Optical Properties of Materials.

ANSI/ASHRAE 140:2011 - Standard Method of Test for the Evaluation of Building Energy Analysis Computer Programs.

ANSI/ASHRAE 55:2017 - Thermal Environment Conditions for Human Occupancy.

ANSI/ASHRAE/IES 90.1:2019 - Energy Standard for Buildings Except Low-Rise Residential Buildings.

ANSI/NFRC 200:2020 - Procedure for Determining Fenestration Product Solar Heat Gain Coefficient and Visible Transmittance at Normal Incidence.

ASTM E903-96 - Standard Test Method for Solar Absorptance, Reflectance, and Transmittance of Materials Using Integrating Spheres (Withdrawn 2005).

ASTM E1918-06:2015 - Standard Test Method for Measuring Solar Reflectance of Horizontal and Low-Sloped Surfaces in the Field, West Conshohocken, PA.

CIE ISO 15569:2004 - Spatial distribution of daylight - CIE standard general sky.

EN 15316-3-2: 2007 - Heating systems in buildings - method for calculation of system energy requirements and system efficiencies - Part 3-2: Domestic hot water systems, distribution.

Portaria Inmetro nº 269, de 22 de junho de 2021 - Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Condicionadores de Ar - Consolidado.

ISO 16358-1:2013 - Air-Cooled Air Conditioners And Air-To-Air Heat Pumps - Testing And Calculating Methods For Seasonal Performance Factors - Part 1: Cooling Seasonal Performance Factor.

ISO 9050:2003 - Glass in building - Determination of light transmittance, solar direct transmittance, total solar energy transmittance, ultraviolet transmittance and related glazing factors.

MCTI, 2019 - BRASIL. Ministério da Ciência e da Tecnologia e Inovação. Fator médio de emissão do Sistema Interligado Nacional do Brasil. Disponível em: https://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/ciencia/SEPED/clima/textogeral/emissao_corporativos.html. 2019a.

MCT, 2010 - BRASIL. MCTI. Emissões de Dióxido de Carbono por Queima de Combustíveis: Abordagem Top-Down. Relatórios de Referência: Setor Energia. 2º Inventário Brasileiro de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa. Brasília, DF: MCTI, 2010.

PEREZ, R. et al., 1993 - All-weather model for sky luminance distribution-Preliminary configuration and validation. Solar Energy, vol. 50, n. 3, march 1993, p.235-245.

PEREZ, R. et al., 1993 - ERRATUM to all-weather model for sky luminance distribution-preliminary configuration and validation. Solar Energy, vol. 51, n. 5, 1993, p. 423.

VERSAGE, R., 2015 - Metamodelo para estimar a carga térmica de edificações condicionadas artificialmente. Tese de doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, 191p. 2015.

4. DEFINIÇÕES

4.1 Aberturas com fechamento transparente ou translúcido

Áreas da envoltória da edificação, com fechamento translúcido ou transparente (permitindo a entrada de luz), incluindo janelas, painéis plásticos, claraboias, portas de vidro e paredes de blocos de vidro. Excluem-se os vãos sem fechamentos, os elementos vazados como os cobogós e os caixilhos.

4.2 Absortância à radiação solar - α (adimensional)

Quociente da taxa de radiação solar absorvida por uma superfície pela taxa de radiação solar incidente sobre esta mesma superfície. A absortância é utilizada apenas para elementos opacos, com ou sem revestimento externo de vidro (exclui-se a absortância das parcelas envidraçadas das aberturas, bem como dos caixilhos). Para a absortância de paredes externas, adota-se o termo $\alpha\pi\alpha\rho$; para a absortância de coberturas, adota-se o termo $\alpha\chi\circ\beta$.

4.3 Área condicionada artificialmente - AC (m²)

Área de piso atendida pelo sistema de condicionamento de ar.

4.4 Área da envoltória - A_{env} (m²)

Soma das áreas da envoltória (ver definição de envoltória - 4.48).

4.5 Ângulos de sombreamento

Ângulos formados pela obstrução à radiação solar gerada por proteções solares existentes nas aberturas ou próximas à edificação. Na INI-C são utilizados três ângulos diferentes: ângulo vertical de sombreamento (AVS - referente às proteções horizontais, ver definição 4.6), ângulo horizontal de sombreamento (AHS - referente às proteções verticais, ver definição 4.7), e o ângulo de obstrução vizinha (AOV - referente à proteção gerada por edificações vizinhas, ver definição 4.8).

4.6 Ângulo vertical de sombreamento - AVS (°)

Ângulo de sombreamento entre a abertura e a proteção solar horizontal instalada; é formado entre os dois planos que contêm a base da abertura: o primeiro é o plano vertical na base da folha de vidro (ou material translúcido); o segundo plano é formado pela extremidade mais distante da proteção solar horizontal até a base da folha de vidro (ou material translúcido).

4.7 Ângulo horizontal de sombreamento - AHS (°)

Ângulo de sombreamento entre a abertura e a proteção solar vertical instalada; é formado entre os dois planos verticais: o primeiro é o que contém a base da folha de vidro (ou material translúcido); o segundo plano é formado pela extremidade mais distante da proteção solar vertical e a extremidade oposta da base da folha de vidro (ou material translúcido).

4.8 Ângulo de obstrução vizinha - AOV (°)

Ângulo que representa o efeito do sombreamento de uma edificação vizinha, representada por uma superfície paralela à fachada da zona térmica. Deve ser determinado pelo ângulo formado entre a altura desta superfície em relação à abertura da zona térmica.

4.9 Área de permanência prolongada - APP (m²)

Área de piso dos ambientes de ocupação contínua por longos períodos, incluindo as áreas destinadas às atividades de escritórios, venda de mercadoria, salas de aulas, cozinhas profissionais ou com postos de trabalho, refeitório, circulação de público em shoppings centers fechados, laboratórios, consultórios, saguões de entrada onde haja portaria ou recepção com ocupante, locais para prática de esportes, etc. Não são áreas de permanência prolongada: garagens e estacionamentos, depósitos, despensas, banheiros, áreas de circulação em geral e áreas técnicas onde a ocupação não é frequente. As áreas listadas nesta definição não excluem outras não listadas.

4.10 Área de permanência transitória - APT (m²)

Área de piso dos ambientes de permanência transitória (ou seja, área de piso dos ambientes que não são de permanência prolongada), não condicionados. Caso na edificação exista uma APT condicionada, esta deve ser considerada APP.

4.11 Área iluminada - AI (m²)

Área de piso dos ambientes internos e externos que são iluminados artificialmente.

4.12 Área não condicionada artificialmente - ANC (m²)

Área de piso dos ambientes de permanência prolongada não atendida por sistema de condicionamento de ar.

4.13 Atividade

Ações específicas que uma pessoa, ou um grupo de pessoas, realiza em uma edificação para que sejam executadas as tarefas às quais esta se dispõe.

4.14 Autonomia da luz natural - ALN (% tempo)

Percentual das horas de ocupação, ao longo do ano, em que determinada iluminância é alcançada ou ultrapassada em plano de análise da edificação, considerando-se apenas a iluminação natural.

4.15 Autonomia da luz natural espacial - ALNE (%)

Percentual da área da edificação ou de uma parcela da edificação em que determinada iluminância é alcançada ou ultrapassada, em um percentual do período de ocupação, ao longo do ano, considerando-se apenas a iluminação natural.

4.16 Caixilho

Moldura onde são fixados os vidros de janelas, portas e painéis.

4.17 Capacidade térmica - CT (kJ/(m².K))

Quantidade de calor necessária para variar em uma unidade a temperatura de um sistema. Para a capacidade térmica de paredes externas, adota-se o termo CT_{par}; para a capacidade térmica de coberturas, adota-se o termo CT_{cob}.

4.18 Carga térmica instantanea (kW)

Quantidade de calor a ser retirada ou fornecida a um ambiente para se manter as condições térmicas desejadas.

4.18 Carga térmica total anual - CgT (kWh/ano)

Somatório das cargas térmicas instantaneas horárias durante o período de ocupação da edificação e conforme os dias de uso da tipologia.

4.19 Classificação de eficiência energética da edificação

Classificação de eficiência energética alcançada pela edificação e/ou sistema avaliado, variando de A (mais eficiente) até E (menos eficiente).

4.20 Classe de eficiência energética dos condicionadores de ar

Classificação de eficiência energética adotada pelo Inmetro aos equipamentos de condicionamento de ar.

4.21 Cobertura

Parcela da área de fechamentos opacos superiores da edificação, com inclinação inferior a 60° em relação ao plano horizontal.

4.22 Condutividade térmica - λ (W/(m.K))

Propriedade física de um material homogêneo e isótropo, igual a densidade do fluxo de calor constante ocasionado por um gradiente de temperatura uniforme de 1 Kelvin por metro.

4.23 Coeficiente de performance - COP (W/W)

Relação entre a capacidade de refrigeração ou aquecimento do sistema de condicionamento de ar e a potência elétrica necessária para seu funcionamento em plena carga.

4.24 Coeficiente integrado de performance - ICOP (W/W)

Grandeza que expressa o COP (coeficiente de performance) de refrigeração em carga parcial para unidades de condicionamento de ar unitárias, ponderando a eficiência do equipamento quando este opera em diferentes capacidades de carga.

4.25 Coeficiente sazonal de performance - SCOP (W/W)

Valor referente à relação entre o perfil de carga térmica ou, a capacidade de retirada pelo sistema de ar condicionado, e o consumo de energia necessário para tanto.

4.26 Coletor solar térmico

Dispositivo projetado para absorver a radiação solar e transferir a energia térmica produzida para um fluido de trabalho que passa pelo equipamento na forma de energia térmica.

4.27 Condição de referência

Características construtivas típicas de determinada tipologia arquitetônica em função de diferentes usos. A condição de referência possui a mesma forma, orientação solar e pé-direito da edificação avaliada; porém, as demais características construtivas da condição de referência são pré-fixadas em função do uso, de forma que esta seja equivalente à classificação D de eficiência energética.

4.28 Consumo energético (kWh/ano)

Estimativa da energia consumida pela edificação durante um ano, em energia elétrica, térmica ou primária.

4.29 Condição real

Edificação com suas características construtivas e demanda energética para o funcionamento dos sistemas que a compõem reais e/ou conforme projeto. A condição real deve atender, ainda, as características pré-fixadas conforme sua tipologia, descritas nas tabelas do Anexo A, que são: ocupação (pessoas/m²), horas diárias de ocupação, número de dias de ocupação ao ano e temperatura de setpoint.

4.30 Cooling degree-day, base 18 - CDD18 (°C)

Valor referente à diferença de temperatura entre a temperatura média externa em um período de 24 horas e uma determinada temperatura base (neste caso, 18 °C). É utilizado para a estimativa do uso da refrigeração artificial.

4.31 Cooling seasonal performance factor - CSPF

Fator de desempenho sazonal de resfriamento, determinado pela proporção entre a quantidade anual total de calor que o equipamento pode remover do ar interno, quando operado para refrigeração no modo ativo, e a quantidade anual total de energia consumida pelo equipamento durante o mesmo período. O CSPF é calculado conforme definido pela norma ISO 16358-1:2013, considerando o desempenho da máquina em 50% e 100% da carga, e utilizando o arquivo climático horário da cidade (EPW) em análise e as horas de ocupação.

4.32 Densidade de carga interna - DCI (W/m²)

Densidade do ganho de calor total proporcionado pela ocupação dos ambientes, ou da edificação, e o uso de equipamentos e de iluminação.

4.33 Densidade de potência de equipamentos - DPE (W/m²)

Razão entre o somatório da potência média de equipamentos instalados, considerando o tempo de uso e a área de um ambiente ou zona térmica. Por exemplo, para um equipamento de 1.000 W, operando apenas em 1 das 10 horas de uso de uma edificação, deve-se considerar a potência média de 100 W.

4.34 Densidade de potência de iluminação - DPI (W/m²)

Razão entre o somatório da potência de lâmpadas e reatores instalados e a área de um ambiente ou zona térmica.

4.35 Densidade de potência de iluminação em uso - DPI_U (W/m²)

Razão entre o somatório da potência de lâmpadas e reatores instalados e a área de um ambiente ou zona térmica integrada ao tempo ou intensidade de uso do sistema. Enquanto a DPI é associada a 100% da potência instalada, a DPI_U corresponde ao tempo de uso ou a intensidade da potência acionada.

4.36 Densidade de potência de iluminação limite - DPI_L(W/m²)

Limite máximo aceitável da DPI.

4.37 Dias de ocupação - N_{ano}

Número de dias em um ano que a edificação está em uso.

4.38 Edificação de energia quase zero - NZEB

Edificação energeticamente eficiente cuja geração de energia renovável produzida nos limites da edificação ou do lote em que a edificação está inserida supre 50% ou mais de sua demanda anual de energia.

4.39 Edificação de energia positiva - EEP

Edificação energeticamente eficiente cuja geração de energia renovável produzida nos limites da edificação ou do lote em que a edificação está inserida é superior à sua demanda anual de energia.

4.40 Edificação de uso misto

Edificação que possui parte destinada ao uso comercial, de serviços e/ou públicos e parte destinada a outros usos, como o residencial. As parcelas comerciais, de serviços e públicas devem ser avaliadas pela INI-C, e as parcelas destinadas ao uso residencial devem ser avaliadas pela INI-R.

4.41 Edifícios comerciais, de serviços e públicos

Edificações públicas e/ou privadas utilizadas para outros fins que não o residencial ou industrial. São consideradas edificações comerciais, de serviços e públicas: escolas; instituições ou associações de diversos tipos, incluindo aquelas para a prática de esportes, tratamento de saúde de animais ou humanos (postos de saúde, laboratórios e clínicas); edificações para a venda de mercadorias em geral, prestação de serviços, bancos, preparação e venda de alimentos; edifícios de escritórios e empresariais, de uso de entidades, instituições ou organizações públicas municipais, estaduais e federais, incluindo sedes de empresas ou indústrias, desde que não haja a atividade de produção nesta última; meios de hospedagem. As atividades listadas nesta definição não excluem outras não listadas.

4.42 Eficiência da combustão

Medida que equivale ao valor relacionado à energia de entrada de combustível que é convertida em calor útil na combustão de um equipamento. É calculada em função do percentual de perdas devido ao gás de combustão seco, ao gás de combustão incompleta e à umidade formada pela combustão do hidrogênio.

4.43 Eficiência energética

Razão, ou outra relação quantitativa entre uma saída de desempenho, serviços, produtos ou energia e uma entrada de energia.

4.44 Eficiência térmica

Relação entre o calor transferido para a água (que flui por meio do aquecedor) e a quantidade de energia consumida pelo mesmo, medida durante o teste de eficiência térmica com base no documento 10 CFR 431.102. Este aquecedor pode ser do tipo instantâneo, aquecedor de água de armazenamento ou caldeira de fornecimento de água quente.

4.45 ENCE geral

Etiqueta Nacional de Conservação de Energia fornecida para as edificações que foram submetidas à avaliação de forma integral, com análise da edificação completa e avaliação de todos os sistemas aplicáveis (envoltória, iluminação, condicionamento de ar e aquecimento de água). A avaliação do sistema de aquecimento de água pode não ser aplicável em algumas tipologias, conforme observado nas tabelas do Anexo A.

4.46 ENCE parcial

Etiqueta Nacional de Conservação de Energia fornecida para edificações com avaliação de uma ou mais combinações entre a envoltória e os seguintes sistemas: iluminação, condicionamento de ar e aquecimento de água, quando aplicável; ou, para avaliações da envoltória completa e de todos os sistemas aplicáveis (iluminação, condicionamento de ar e aquecimento de água) de uma parcela da edificação.

4.47 Energia primária

Forma de energia disponível na natureza que não foi submetida a qualquer processo de conversão ou transformação. É a energia contida nos combustíveis ainda brutos (primários), podendo ser proveniente de fontes renováveis ou não renováveis. Quando não utilizada diretamente, pode ser transformada em fontes de energia secundárias como a eletricidade e calor.

4.48 Envoltória - Env

Conjunto de planos que separam o ambiente interno do ambiente externo, tais como fachadas, empenas, cobertura, aberturas, pisos, assim como quaisquer elementos que os compõem, desconsiderando as áreas que estão em contato com o solo.

4.49 Equipamentos

Instrumentos necessários para a execução de uma tarefa em uma zona térmica de análise, contribuindo para a sua carga térmica, como por exemplo os eletroeletrônicos. São expressos para fins de avaliação pela "Densidade de Potência de Equipamentos" (DPE, ver definição 4.33), e calculados a partir de uma potência média.

4.50 Fachada

Superfícies externas verticais ou com inclinação superior a 60º em relação ao plano horizontal. Incluem as superfícies opacas, translúcidas, transparentes e vazadas, como os cobogós e vãos de entrada.

4.51 Fachada norte

Fachada cuja normal à superfície está voltada para a direção de 0° a partir do norte geográfico. Fachadas cuja orientação variarem de -22,4° a +22,5° em relação a essa orientação serão consideradas como fachada norte.

4.52 Fachada nordeste

Fachada cuja normal à superfície está voltada para a direção de 45° a partir do norte geográfico. Fachadas cuja orientação variarem de -22,4° a +22,5° em relação a essa orientação serão consideradas como fachada nordeste.

4.53 Fachada leste

Fachada cuja normal à superfície está voltada para a direção de 90° em sentido horário a partir do norte geográfico. Fachadas cuja orientação variarem de -22,4° a +22,5° em relação a essa orientação serão consideradas como fachada leste.

4.54 Fachada sudeste

Fachada cuja normal à superfície está voltada para a direção de 135° em sentido horário a partir do norte geográfico. Fachadas cuja orientação variarem de -22,4° a +22,5° em relação a essa orientação serão consideradas como fachada sudeste.

4.55 Fachada sul

Fachada cuja normal à superfície está voltada para a direção de 180° em sentido horário a partir do norte geográfico. Fachadas cuja orientação variarem de -22,4° a +22.5° em relação a essa orientação serão consideradas como fachada sul.

4.56 Fachada sudoeste

Fachada cuja normal à superfície está voltada para a direção de 225° em sentido horário a partir do norte geográfico. Fachadas cuja orientação variarem de -22,4° a +22,5° em relação a essa orientação serão consideradas como fachada sudoeste.

4.57 Fachada oeste

Fachada cuja normal à superfície está voltada para a direção de 270° em sentido horário a partir do norte geográfico. Fachadas cuja orientação variarem de -22,4° a +22,5° em relação a essa orientação serão consideradas como fachada oeste.

4.58 Fachada noroeste

Fachada cuja normal à superfície está voltada para a direção de 315° em sentido horário a partir do norte geográfico. Fachadas cuja orientação variarem de -22,4° a +22,5° em relação a essa orientação serão consideradas como fachada noroeste.

4.59 Fator de forma - FF

É o índice que representa as proporções da edificação, sendo calculado por meio da razão entre a área da envoltória (ver definição 4.4) e o volume total da edificação (ver definição 4.106). Para o cálculo do fator de forma, não devem ser considerados: i) ambientes de permanência transitória localizados acima da laje de cobertura, como a casa de máquinas e os depósitos; ii) reservatórios de água; iii) pavimentos de garagem, sem hall condicionado; iv) subsolos.

4.60 Fator da área da escada (adimensional)

Relação entre a área de circulação vertical e a área total do edifício. Para este fator, não devem ser considerados os elevadores e as escadas enclausuradas.

4.61 Fator de correção do vento

Fator de correção da velocidade do ar externo, levando em consideração o entorno de implantação da edificação, podendo ser: i) centros urbanos; ii) áreas urbanas, suburbanas, industriais ou florestas; iii) áreas rurais planas; e, iv) regiões expostas aos ventos vindos do oceano.

4.62 Fator de projeção - FP

Relação entre a profundidade horizontal da projeção do sombreamento externo, dividido pela soma da altura da abertura, mais a distância do topo da abertura até a parte inferior do ponto mais distante da projeção do sombreamento externo, em metros.

4.63 Fator solar - FS

Razão entre o ganho de calor que entra em um ambiente por uma abertura e a radiação solar incidente nesta mesma abertura, a qual inclui o calor radiante transmitido pelo vidro e a radiação solar absorvida, que é transmitida ao ambiente por condução ou convecção.

Nota: O fator solar considerado é relativo à incidência de radiação solar ortogonal à abertura. É também conhecido internacionalmente como "g" (solar factor - ISO 9050) e SHGC (Solar Heat Gain Coefficient - ASHRAE fundamentals ou ANSI/NFRC 200).

4.64 Fontes alternativas de água não potável

Fonte de água não potável, podendo ser utilizada em usos não potáveis da edificação em alternativa à água potável fornecida pela empresa prestadora de serviços de saneamento. Para fins da INI-C, considera-se como fontes alternativas de água não potável a água da chuva, água pluvial, água clara e reuso de água, conforme definidos na ABNT NBR 16783, em sua versão vigente.

4.65 Fração solar

Parcela de energia requerida para o aquecimento da água que é suprida pela energia solar.

4.66 Geração local de energia renovável

Geração de energia proveniente de recursos naturais renováveis, como a hídrica, solar, eólica, geotérmica e cogeração qualificada proveniente de fontes renováveis, instalada nos limites da edificação ou do lote em que a edificação está inserida.

4.67 Heating seasonal performance factor - HSPF

Razão entre o calor fornecido por uma bomba de calor durante o período em uso ao longo de um ano e a energia elétrica total durante o mesmo período.

4.68 Horas de ocupação

Número de horas em que um determinado ambiente é ocupado por pessoas, considerando a dinâmica de uso da edificação ao longo do ano (dias de semana e final de semana).

4.69 Hora não atendida de conforto

Hora na qual a temperatura de uma ou mais zonas térmicas condicionadas artificialmente não atinge o valor do seu respectivo setpoint + 0,2 °C, durante o processo de simulação. O valor pode ser fracionário de acordo com o intervalo de tempo empregado na simulação.

4.70 Índice de desempenho de resfriamento sazonal - IDRS

Razão entre a quantidade anual total de calor que o equipamento pode remover do ar interno, quando operado para refrigeração no modo ativo, e a quantidade anual total de energia consumida pelo equipamento durante o mesmo período. O IDRS permite considerar o desempenho da máquina em 50% e 100% da carga, para um clima brasileiro médio, conforme definido pela Portaria Inmetro nº 269, de 22 de junho de 2021.

4.71 Iluminação decorativa

Iluminação puramente ornamental e instalada para efeito estético.

4.72 Iluminação de emergência

Iluminação obrigatória destinada ao uso em ocasiões de emergência.

4.73 Iluminação de tarefa

Fontes de luz direcionadas a uma superfície ou área específica, que proporciona o nível de iluminamento adequado e sem ofuscamento para a realização de tarefas visuais específicas. A iluminação de tarefa é diferenciada da iluminação geral por não abranger todas as superfícies, devendo ter um controle independente.

4.74 Iluminação geral

Iluminação geral que produz um nível uniforme de iluminação ao longo de uma área. A iluminação geral não inclui a iluminação decorativa, de tarefa ou de emergência.

4.75 Inércia térmica

Em edificações, trata-se da sua capacidade de reduzir a transferência ou a transmissão de calor por meio do acúmulo do mesmo em seus elementos construtivos.

4.76 Integrated part-load value - IPLV

O índice IPLV (Valor Integrado de Carga Parcial) é definido pela ANSI/AHRI Standard 550/590 (IP) e ANSI/AHRI Standard 551/591 (SI) como o valor que expressa a eficiência de um chiller, considerando não apenas o seu desempenho em 100% de carga, mas a média ponderada considerando a sua operação em cargas parciais ao longo do ano. A equação do IPLV.SI para o ANSI/AHRI Standard 551/591 (SI) é expressa de acordo:

IPLV.SI = 0,01A+0,42B+0,45C+0,12D

onde:

A é o valor da eficiência energética do chiller (expresso em kW/ton), operando em 100% de carga, nas condições definidas pela ANSI/AHRI Standard 551/591 (SI) 2015;

B é o valor da eficiência energética do chiller (expresso em kW/ton), operando em 75% de carga, nas condições definidas pela ANSI/AHRI Standard 551/591 (SI) 2015;

C é o valor da eficiência energética do chiller (expresso em kW/ton), operando em 50% de carga, nas condições definidas pela ANSI/AHRI Standard 551/591 (SI) 2015;

D é o valor da eficiência energética do chiller (expresso em kW/ton), operando em 25% de carga, nas condições definidas pela ANSI/AHRI Standard 551/591 (SI) 2015.

4.77 Isolamento do piso

Piso que não apresenta ligação entre a capacidade térmica do elemento e o ar do ambiente (ex.: pisos elevados e pisos com carpete).

4.78 Janelas que permitem a ventilação

Janelas que possuem a possibilidade de ventilação por meio da passagem de ar. Para o cômputo do aproveitamento da ventilação natural (Anexo B, item B.I.2.3), deve-se considerar a área de toda a abertura (tipo de janela para ventilação).

4.79 Obstáculos do entorno

Obstáculos do entorno relativos à ventilação natural, podendo ser: i) sem proteção local ou obstruções; ii) proteção local leve com poucas obstruções; iii) proteção densa com muitas obstruções; iv) proteção muito densa com muitas obstruções grandes; e, v) proteção completa.

4.80 Ocupação (m^2/pessoa)

Razão entre a área de uma edificação e o número de pessoas que a ocupam.

4.81 Paredes externas

Superfícies opacas que delimitam o interior do exterior da edificação. Esta definição exclui as aberturas.

4.82 Pé-direito - PD (m)

Distância vertical entre o piso e a parte inferior do teto ou forro de um ambiente.

4.83 Percentual de abertura zenital - PAZ (%)

Percentual de área de abertura zenital na cobertura. Refere-se exclusivamente às aberturas em superfícies com inclinação igual ou inferior a 60° em relação ao plano horizontal. Deve-se calcular a projeção horizontal da abertura considerando a área de projeção da cobertura. Acima desta inclinação, adotar o percentual de área de abertura na fachada na zona a que este se refere (PAF).

4.84 Percentual de área de abertura na fachada da zona térmica - PAF (%)

Razão entre a soma das áreas de abertura envidraçada, ou com fechamento transparente ou translúcido, de cada fachada de uma zona térmica e a área total de fachada da mesma zona térmica. Refere-se exclusivamente às aberturas com inclinação superior a 60° em relação ao plano horizontal, tais como as janelas tradicionais, portas de vidro ou sheds, mesmo sendo estes últimos localizados na cobertura. Para a entrada do dado na interface do metamodelo a partir do uso do método simplificado, deve-se adotar o valor na forma decimal (exemplo: 30% = 0,30).

4.85 Percentual de área de abertura na fachada total - PAF_T (%)

Razão entre a soma das áreas de abertura para ventilação de cada fachada e a área total de fachada da edificação. Refere-se exclusivamente às aberturas com inclinação superior a 60° em relação ao plano horizontal, tais como as janelas tradicionais, portas de vidro ou sheds, mesmo sendo estes últimos localizados na cobertura. Para a entrada do dado na interface do metamodelo a partir do uso do método simplificado, deve-se adotar o valor na forma adimensional (exemplo: 30% = 0,30).

4.86 Percentual de horas ocupadas em conforto térmico quando ventilada naturalmente - PHOCT (%)

Razão entre as horas ocupadas que comprovadamente atendem aos requisitos de conforto térmico quando ventiladas naturalmente e o total de horas ocupadas da edificação.

4.87 Pilotis

Pavimento vazado, delimitado pela projeção do perímetro correspondente ao pavimento logo acima.

4.88 Potência instalada de iluminação - PI (W)

Potência instalada do sistema de iluminação, sem controle automatizado.

4.89 Potencial de integração entre o sistema de iluminação e a luz natural disponível (%)

Percentual da área da edificação, ou de uma parcela da edificação, com potencial para o aproveitamento da luz natural e, assim, passível de economizar energia elétrica por meio da instalação de dispositivos de controle do sistema de iluminação.

4.90 Potência instalada de iluminação em uso - PI_U (W)

Potência instalada do sistema de iluminação com uso de controles automatizados.

4.91 Potência instalada total - PI_T (W)

Somatório de todas as potências instaladas de iluminação, incluindo-se a potência instalada controlada e a potência instalada em uso (PI_U).

4.92 Sistema solar de aquecimento

Sistema composto de coletor solar e outros componentes para o fornecimento de energia térmica.

4.93 Sistema fotovoltaico

Conjunto de elementos que geram e fornecem eletricidade a partir da conversão da energia solar.

4.94 System part-load value - SPLV

Indicador numérico de desempenho do sistema de condicionamento de ar, com método de definição similar ao IPLV, mas que, diferentemente, trata-se de uma média ponderada da eficiência energética de todo sistema operando em cargas parciais ao longo do ano, em uma instalação real, com perfil operacional específico (definidos em projeto) e nos horários de funcionamento do sistema em uma determinada localidade, com suas condições climáticas próprias ao longo do ano. O SPLV é aplicado não apenas em sistemas de água gelada (que inclui chillers, bombas, torres de resfriamento, fancoils e demais ventiladores), mas também em sistemas com expansão direta (como por exemplo, VRF, split, splitão, self contained), incluindo os demais componentes necessários ao funcionamento completo do sistema de condicionamento de ar (bombas, torres de resfriamento, ventiladores).

4.95 Sistema de condicionamento de ar

Processo de tratamento de ar destinado a alterar/influenciar simultaneamente a temperatura, a umidade, a pureza e a distribuição de ar de um ambiente.

4.96 Sistema de fluxo de refrigerante variável - VRF

Sistema de condicionamento de ar do tipo expansão direta com múltiplas unidades evaporadoras, no qual pelo menos um compressor possui capacidade variável, que distribui gás refrigerante por meio de uma rede de tubulações para as diversas unidades evaporadoras com capacidade de controlar a temperatura individual da zona térmica por meio de dispositivos de controle de temperatura e de uma rede de comunicação comum.

4.97 Situação da cobertura

Indica se a cobertura da zona térmica está em contato com o exterior da edificação, ou em contato com o piso de outra zona térmica. Nos casos em que exista o sombreamento da cobertura, e deseja-se considerar esta interferência no ganho térmico, deve-se utilizar o método de simulação.

4.98 Situação do piso

Indica se o piso da zona térmica está em contato com o solo ou sobre pilotis.

4.99 Temperatura de setpoint (°C)

Temperatura pré-estabelecida que um sistema de controle automático tentará alcançar quando acionado.

4.100 Tarefas visuais

Designa as atividades que necessitam identificar detalhes e objetos para o desenvolvimento de certa atividade, o que inclui o entorno imediato destes detalhes ou objetos.

4.101 Tipologia da edificação

Principal atividade desenvolvida na edificação avaliada.

4.102 Transmissão visível do vidro (%)

Quantidade de luz na parte visível do espectro que passa pelo vidro.

4.103 Transmitância térmica - U (W/(m^2.K))

Transmissão de calor em unidade de tempo e através de uma área unitária de um elemento ou componente construtivo; neste caso, dos vidros e dos componentes opacos das paredes externas e coberturas, incluindo as resistências superficiais interna e externa, induzida pela diferença de temperatura entre dois ambientes. Para a transmitância térmica de paredes externas, adota-se o termo U_{par}; para a transmitância térmica de coberturas, adota-se o termo U_{cob}; e, para a transmitância térmica do vidro, U_{vid}.

4.104 Taxa de ocupação (%)

Relação percentual entre a projeção horizontal da área construída e a área do terreno em que se implanta a edificação.

4.105 Ventilação híbrida

Modo de operação de um ambiente que combina a ventilação natural por meio de janelas operáveis aos sistemas mecânicos que incluem a refrigeração e a distribuição de ar.

4.106 Volume total da edificação - V_{tot} (m^3)

Volume delimitado pelos fechamentos externos da edificação (fachadas, pisos e cobertura), com exceção dos pátios externos descobertos. O último pavimento não deve entrar no cálculo do fator de forma caso este tenha característica de pavimento técnico, composto apenas por áreas técnicas, como a sala de máquinas e os depósitos.

4.107 Zona bioclimática

Região geográfica homogênea quanto aos elementos climáticos que interferem nas relações entre o ambiente construído e o conforto térmico humano de acordo com a ABNT NBR 15220-3, em sua versão vigente.

4.108 Zona de conforto térmico

Zona onde existe satisfação psicofisiológica de um grupo de indivíduos em relação às condições térmicas do ambiente. A hipótese de conforto adotada deve ser definida com base na norma ASHRAE Standard 55, em sua versão vigente.

4.109 Zona primária de iluminação natural

Áreas da edificação substancialmente iluminadas pela luz do dia, seja por aberturas laterais ou aberturas zenitais.

4.110 Zona térmica

Espaço ou grupo de espaços dentro de um edifício que tenham densidade de cargas térmicas internas (pessoas, equipamentos e iluminação) semelhantes, de forma que as condições de temperatura possam ser mantidas homogêneas. As zonas térmicas devem ser estabelecidas em internas (sem contato com o ambiente externo à edificação) e perimetrais (em contato direto com o ambiente externo).

5. VISÃO GERAL

A presente Instrução Normativa Inmetro especifica os critérios e os métodos para a classificação de edificações comerciais, de serviços e públicas quanto à sua eficiência energética, visando à etiquetagem de edificações.

As edificações submetidas à esta INI-C devem atender às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) vigentes e aplicáveis.

Neste documento são apresentados os procedimentos para a determinação da classificação de eficiência energética de edificações comerciais, de serviços e públicas, que pode ser geral, ou parcial.

A classificação parcial da edificação é possível para os seguintes sistemas:

a) Envoltória completa (obrigatória em todas as avaliações);
b) Envoltória completa e sistema de condicionamento de ar;
c) Envoltória completa e sistema de iluminação;
d) Envoltória completa e sistema de aquecimento de água;
e) Envoltória completa e outros dois sistemas citados acima.

Na INI-C a classificação é realizada com base no consumo de energia primária, comparando-se o consumo da edificação real com a mesma edificação em uma condição de referência, equivalente à classificação D.

A estimativa do consumo de energia pode ser realizada por meio dos métodos simplificado e de simulação. É possível que os sistemas de uma mesma edificação sejam avaliados pela combinação entre o método simplificado e o método de simulação, conforme as possibilidades apresentadas nos encontros entre as linhas e colunas da tabela 5.1: (✓) quando a combinação é possível e (X) quando a combinação entre os métodos não é possível. Por exemplo, é possível combinar uma avaliação da envoltória em que as zonas condicionadas artificialmente sejam avaliadas pelo método simplificado, e as demais zonas ventiladas naturalmente sejam avaliadas pelo método de simulação. No entanto, o oposto não é possível: avaliação das zonas ventiladas naturalmente pelo método simplificado, e das condicionadas artificialmente pelo método de simulação.

Tabela 5.1 - Combinações possíveis entre os sistemas individuais e os métodos de avaliação simplificado e de simulação

$$CR_{UH,real} = \frac{CgTR_{UH,real}}{CEE_R} \qquad \textbf{Equação (B.II.1)}$$

Onde:
$CR_{UH,real}$ é o consumo de energia elétrica para refrigeração da UH no modelo real (kWh/ano);
$CgTR_{UH,real}$ é a carga térmica de refrigeração da UH no modelo real (kWh/ano), conforme descrito pelo procedimento de simulação computacional da ABNT NBR 15575-1, subseção 11.4;
CEE_R é coeficiente de eficiência energética do sistema de condicionamento de ar para refrigeração (W/W).

De forma análoga, a carga térmica para refrigeração da UH no modelo de referência ($CgTR_{UH,ref}$) deve ser utilizada para o cálculo do consumo de refrigeração da UH na condição de referência ($CR_{UH,ref}$), como descrito na Equação B.II.2.

$$CR_{UH,ref} = \frac{CgTR_{UH,ref}}{3,5} \qquad \textbf{Equação (B.II.2)}$$

Onde:
$CR_{UH,ref}$ é o consumo de energia elétrica para refrigeração da UH no modelo de referência (kWh/ano);
$CgTR_{UH,ref}$ é a carga térmica de refrigeração da UH no modelo de referência (kWh/ano), conforme descrito pelo procedimento de simulação computacional da ABNT NBR 15575-1, subseção 11.4.

Esta INI-C está organizada em Anexos. No texto principal, são apresentadas as condições de aplicação do método simplificado na envoltória (item 6), as condições de elegibilidade para a classificação A (item 7), além dos procedimentos para a determinação da classificação de eficiência energética das edificações comerciais, de serviços e públicas - classificação geral e dos sistemas individuais (item 8).

No Anexo A desta INI-C são apresentadas as tabelas com as tipologias possíveis de serem avaliadas e suas características para a definição da condição de referência. No Anexo B são apresentados os procedimentos para a determinação dos percentuais de redução de carga térmica e de consumo de energia dos sistemas individuais: envoltória (B.I), condicionamento de ar (B.II), iluminação (B.III) e aquecimento de água (B.IV). No Anexo C são apresentados os procedimentos relativos ao método de simulação termoenergética (C.I) e de iluminação natural (C.II). No Anexo D são apresentados os procedimentos para determinação do potencial de geração local de energia renovável e as condições de avaliação de Edificações de Energia Quase Zero (NZEBs) e Edificações de Energia Positiva (EEPs). No Anexo E são estabelecidos os critérios para a determinação do percentual de acréscimo ou redução das emissões de dióxido de carbono (CO_2) da edificação avaliada. No Anexo F são estabelecidos os critérios para a avaliação do percentual anual de redução do consumo de água potável por meio do seu uso racional. E, finalmente, no Anexo G é apresentada uma lista com 154 municípios brasileiros e suas respectivas classificações climáticas. A lista com os demais 5.525 municípios do Brasil e sua classificação climática está disponível em:

<http://www.pbeedifica.com.br/sites/default/files/all5564_with_subgroups_interface_2018.csv>.

Nos itens seguintes são apresentadas as condições para a aplicação dos métodos simplificado e de simulação, e de elegibilidade para a classificação A. As condições de elegibilidade para a classificação A devem ser atendidas independentemente do método adotado (simplificado ou de simulação).

6. CONDIÇÕES PARA A APLICAÇÃO DO MÉTODO SIMPLIFICADO NA ENVOLTÓRIA

Todos os sistemas podem ser avaliados pelo método simplificado ou de simulação, desde que atendidas as combinações possíveis descritas na Tabela 5.1, e com exceção do sistema de aquecimento de água, que deve ser avaliado apenas pelo método simplificado.

Neste item são descritos os critérios de aplicação elegíveis para a utilização do método simplificado para a avaliação da envoltória, de acordo com esta Instrução Normativa Inmetro.

6.1. Método simplificado para as edificações condicionadas artificialmente

O método simplificado para a avaliação das zonas térmicas condicionadas artificialmente, ou parcelas da edificação condicionadas artificialmente, abrange grande parte das soluções arquitetônicas mais difundidas; porém, sua aplicação é restrita às edificações que tenham os seus parâmetros construtivos compreendidos entre os intervalos utilizados na proposição do método, descritos na Tabela 6.1.

Edificações que possuem aberturas zenitais localizadas nas zonas térmicas avaliadas, bem como fachadas ventiladas, ambientes de elevada geração de carga interna, a exemplo dos datacenters, dispositivos móveis de sombreamento interno automatizados, vidros com comportamento dinâmico, a exemplo dos eletrocrômicos ou outras soluções de desempenho inovadoras, devem ser avaliadas utilizando-se o método de simulação. Edificações que utilizam sistema de aquecimento ambiental devem ser avaliadas pelo método de simulação.

Nota: Caso a abertura zenital se encontre em áreas de permanência transitória, é aceitável realizar a avaliação utilizando-se o método simplificado, desde que o valor de PAZ nestas APTs não ultrapasse 5%.

Tabela 6.1 - Limites dos parâmetros de avaliação da envoltória atendidos pelo método simplificado

	Limites	
Parâmetros	**Valor mínimo**	**Valor máximo**
Absortância solar da cobertura (α_{cob})	0,2	0,8
Absortância solar da parede (α_{par})	0,2	0,8
Ângulo de obstrução vizinha (AOV)	0°	80°
Ângulo horizontal de sombreamento (AHS)	0°	80°
Ângulo vertical de sombreamento (AVS)	0°	90°
Capacidade térmica da cobertura (CT_{cob})	10 kJ/(m².K)	450 kJ/(m².K)
Capacidade térmica da parede externa (CT_{par})	40 kJ/(m².K)	450 kJ/(m².K)
Densidade de potência de equipamentos (DPE)	4 W/m²	40 W/m²
Densidade de potência de iluminação (DPI)	4 W/m²	40 W/m²
Fator solar do vidro (FS)	0,21	0,87
Pé-direito (PD)	2,6 m	6,6 m
Percentual de área de abertura da fachada (PAF)	0%	80%
Transmitância térmica da cobertura (U_{cob})	0,51 W/(m².K)	5,07 W/(m².K)
Transmitância térmica da parede externa (U_{par})	0,50 W/(m².K)	4,40 W/(m².K)
Transmitância térmica do vidro (U_{vid})	1,9 W/(m².K)	5,7 W/(m².K)

6.2. Método simplificado para as edificações ventiladas naturalmente ou híbridas

A aplicação do método simplificado para as edificações ventiladas naturalmente, ou parcialmente ventiladas naturalmente, é restrita às condições de aplicação do metamodelo utilizado para a análise, conforme lista de cidades disponibilizadas no campo "localização" da interface, disponível em <http://pbeedifica.com.br/naturalcomfort>.

Localidades não compreendidas na lista disponibilizada pela interface podem ser avaliadas pelo metamodelo de Rackes (2016)[1].

A aplicação deste método restringe-se às edificações escolares e de escritórios, de geometria quadrada ou retangular, que seguem os horários de ocupação em concordância com a referida tipologia conforme as Tabelas do Anexo A. A edificação deve possuir, obrigatoriamente, espaços internos com divisão e metragem quadrada similares (salas/espaços de tamanhos similares; a variação na metragem quadrada das APPs da edificação avaliada não pode superar 10%), além de aberturas para ventilação em todas as áreas de permanência prolongada. Demais tipologias não citadas, e os casos não compreendidos nos limites definidos na Tabela 6.2 devem ser avaliados pelo método de simulação, disponível no Anexo C.

[1] http://www.pbeedifica.com.br/NaturalComfort

Tabela 6.2 - Limites dos parâmetros de avaliação da envoltória atendidos pelo método simplificado para o aproveitamento da ventilação natural

Parâmetros	Limites (unidade)	
	Valor mínimo	**Valor máximo**
Absortância solar da cobertura (α_{cob})	0,2	0,8
Absortância solar das paredes externas (α_{par})	0,2	0,8
Ângulo vertical de sombreamento (AVS)	0°	45°
Área das APPs	9 m²	400 m²
Capacidade térmica da cobertura (CT_{cob})	10 kJ/(m².K)	400 kJ/(m².K)
Capacidade térmica da parede externa (CT_{par})	40 kJ/(m².K)	500 kJ/(m².K)
Comprimento total (maior dimensão entre os lados da edificação)	13 m	200 m
Fator da área da escada	0	0,28
Fator solar do vidro (FS)	0,2	0,8
Forma das aberturas para ventilação: razão entre a largura e a altura das aberturas para ventilação	0,1	50
Número de pavimentos	1	5
Pé-direito	2,75 m	4,25 m
Percentual de área de abertura na fachada total (PAF_T)	0,05	0,7
Profundidade total (menor dimensão entre os lados da edificação)	8 m	50 m
Transmitância térmica da parede externa (U_{par})	0,1 W/(m².K)	5 W/(m².K)
Transmitância térmica da cobertura (U_{cob})	0,1 W/(m².K)	5 W/(m².K)
Transmitância térmica do vidro (Uvid)	1 W/(m².K)	6 W/(m².K)

*Todos os parâmetros relativos às propriedades térmicas das superfícies devem ser ponderados pela sua área.

Nota: Caso os espaços da edificação possuam diferentes valores de pé-direito, deve-se adotar um valor médio, de forma que o volume seja mantido. Todos os espaços avaliados devem atender ao valor de pé-direito máximo da Tabela 6.2. É aceitável avaliar APPs com o pé-direito inferior a 2,75 m, desde os cálculos sejam efetuados adotando-se o valor mínimo de 2,75 m como parâmetro de entrada na interface ou o cálculo da média.

7. CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE PARA A CLASSIFICAÇÃO A

Para a edificação ser elegível à classificação geral A de eficiência energética, todas as condições dos sistemas individuais, quando aplicáveis, deverão ser atendidas. No caso da avaliação individual dos sistemas, devem ser atendidas as condições específicas do referido sistema. Os critérios apresentados devem ser considerados independentemente do método de avaliação aplicado (simplificado ou de simulação).

7.1. Sistema de condicionamento de ar

Para a obtenção da classificação A do sistema de condicionamento de ar, os critérios descritos nos subitens 7.1.1 e 7.1.2 devem ser atendidos, quando aplicáveis, em uma quantidade mínima de zonas térmicas cuja capacidade somada do sistema corresponda a pelo menos 90% da capacidade instalada total da edificação, ou da parcela avaliada. O não atendimento aos requisitos listados neste item limita a classificação do sistema de de condicionamento de ar e a classificação geral da edificação no máximo a B.

7.1.1. Condições específicas por equipamento

Condicionadores de ar do tipo split, self a ar, "splitão" e rooftop devem atender aos critérios de eficiência apresentados na Tabela 7.1; os do tipo self a água e split a água devem atender aos critérios da Tabela Caso os dados dos equipamentos não se enquadrem nas Tabelas, a classificação de eficiência do sistema avaliado será no máximo B.

Condicionadores de ar do tipo VRF (Fluxo de Refrigerante Variável) devem atender aos critérios de eficiência apresentados nas Tabelas 7.3, 7.4 e 7.5. Caso os dados dos equipamentos não se enquadrem nas Tabelas mencionadas, a classificação de eficiência do sistema de ar condicionado avaliado será no máximo B.

Nota: IPLVs e condições de avaliação em carga parcial somente se aplicam aos equipamentos com modulação de capacidade.

Resfriadores de líquido devem atender aos critérios de eficiência apresentados na Tabela 7.6. Caso os dados dos equipamentos não se enquadrem na Tabela mencionada, a classificação de eficiência do sistema avaliado será no máximo B.

Tabela 7.1 – Eficiência de condicionadores de ar com condensação a ar (split, self a ar, splitão e rooftop) para classificação A

Capacidade	Tipo de aquecimento	Categoria	Eficiência mínima A
< 19 kW*	Todos	**Split** e unitário	IDRS*
≥ 19 kW e < 40 kW**	Ausente ou resistência elétrica	**Split** e unitário	3,78 ICOP
	Outros	**Split** e unitário	3,76 ICOP
≥ 40 kW e < 70 kW**	Ausente ou resistência elétrica	**Split** e unitário	3,75 ICOP
	Outros	**Split** e unitário	3,72 ICOP
≥ 70 kW e < 223 kW**	Ausente ou resistência elétrica	**Split** e unitário	3,40 ICOP
	Outros	**Split** e unitário	3,34 ICOP
≥ 223 kW**	Ausente ou resistência elétrica	**Split** e unitário	3,28 ICOP
	Outros	**Split** e unitário	3,22 ICOP

* Eficiência mínima para a classificação A: 5,50 IDRS, até 31/12/2025. A partir de 01/01/2026, este valor passa a ser 7,00 IDRS. Os critérios para a obtenção do IDRS podem ser consultados na Portaria Inmetro nº 269, de 22 de junho de 2021.
** Procedimento de teste: ANSI/AHRI **Standard** 340/360.

Tabela 7.2 – Eficiência de condicionadores de ar com condensação a água (self a água, split a água) para a classificação A

Capacidade	Tipo de aquecimento	Subcategoria	Eficiência mínima A
< 19 kW*	Todos	**Split** e unitário	3,60 ICOP
≥ 19 kW e < 40 kW**	Ausente ou resistência elétrica	**Split** e unitário	4,07 ICOP
	Outros	**Split** e unitário	4,02 ICOP
≥ 40 kW e < 70 kW**	Ausente ou resistência elétrica	**Split** e unitário	4,07 ICOP
	Outros	**Split** e unitário	4,02 ICOP
≥ 70 kW e < 223 kW**	Ausente ou resistência elétrica	**Split** e unitário	3,99 ICOP
	Outros	**Split** e unitário	3,93 ICOP
≥ 223 kW**	Ausente ou resistência elétrica	**Split** e unitário	3,96 ICOP
	Outros	**Split** e unitário	3,90 ICOP

* Procedimento de teste: ANSI/AHRI **Standard** 210/240.
** Procedimento de teste: ANSI/AHRI **Standard** 340/360.

Tabela 7.3 – Eficiência de condicionadores de ar do tipo VRF com condensação a ar que operam somente em refrigeração (sem ciclo reverso) para a classificação A

Capacidade	Tipo de aquecimento	Subcategoria ou condição de classificação	Eficiência mínima A
< 19 kW	Todos	Multi-split VRF	3.81 SCOP
≥ 19 kW e < 40 kW	Ausente ou resistência elétrica	Multi-split VRF	4.54 ICOP
≥ 40 kW e < 70 kW	Ausente ou resistência elétrica	Multi-split VRF	4.37 ICOP
≥ 70 kW	Ausente ou resistência elétrica	Multi-split VRF	4.07 ICOP

*Procedimento de teste: ANSI/AHRI **Standard** 1230.

Tabela 7.4 – Eficiência de condicionadores de ar do tipo VRF com condensação a ar que operam em refrigeração e aquecimento (ciclo reverso) para a classificação A

Capacidade	Tipo de aquecimento	Subcategoria ou condição de classificação	Eficiência mínima A
< 19 kW	Todos	Multi-split VRF	3,81 SCOP
≥ 19 kW e < 40 kW	Ausente ou Resistência elétrica	Multi-split VRF	4,28 ICOP
≥ 19 kW e < 40 kW	Ausente ou Resistência elétrica	Multi-split VRF com refrigeração e aquecimento simultâneos	4,22 ICOP
≥ 40 kW e < 70 kW	Ausente ou Resistência elétrica	Multi-split VRF	4,07 ICOP
≥ 40 kW e < 70 kW	Ausente ou Resistência elétrica	Multi-split VRF com refrigeração e aquecimento simultâneos	4,01 ICOP
≥ 70 kW	Ausente ou Resistência elétrica	Multi-split VRF	3,72 ICOP
≥ 70 kW	Ausente ou Resistência elétrica	Multi-split VRF com refrigeração e aquecimento simultâneos	3,66 ICOP

* Procedimento de teste: ANSI/AHRI **Standard** 1230.

Tabela 7.5 – Eficiência de condicionadores de ar do tipo VRF com condensação a água que operam em refrigeração e aquecimento (ciclo reverso) para classificação A

Capacidade	Tipo de aquecimento	Subcategoria ou condição de classificação	Eficiência mínima A
< 19 kW	Todos	Multi-split VRF	4,69 ICOP
< 19 kW	Todos	Multi-split VRF com refrigeração e aquecimento simultâneos	4,63 ICOP
≥ 19 kW e < 40 kW	Todos	Multi-split VRF	4,69 ICOP
≥ 19 kW e < 40 kW	Todos	Multi-split VRF com refrigeração e aquecimento simultâneos	4,63 ICOP
≥ 40 e < 70 kW	Todos	Multi-split VRF	4,10 ICOP
≥ 40 e < 70 kW	Todos	Multi-split VRF com refrigeração e aquecimento simultâneos	3,52 ICOP
≥ 70 kW	Todos	Multi-split VRF	3,52 ICOP
≥ 70 kW	Todos	Multi-split VRF com refrigeração e aquecimento simultâneos	3,46 ICOP

* Procedimento de teste: ANSI/AHRI **Standard** 1230.

Tabela 7.6 - Eficiência (COP - W/W) de resfriadores de líquido para a classificação A[1,2]

Tipo de equipamento	Capacidade	Alternativa 1		Alternativa 2		Procedimento de teste
		Carga Total	IPLV	Carga Total	IPLV	
Condensação a ar com condensador	< 528 kW	≥ 2.985	≥ 4.048	≥ 2.866	≥ 4.669	ANSI/AHRI Standard 551/591
	≥ 528 kW	≥ 2.985	≥ 4.137	≥ 2.866	≥ 4.758	
Condensação a água (compressor do tipo alternativo, parafuso e scroll)	< 264 kW	≥ 4.694	≥ 5.867	≥ 4.513	≥ 7.041	
	≥ 264 kW e < 528 kW	≥ 4.889	≥ 6.286	≥ 4.694	≥ 7.184	
	≥ 528 kW e < 1055 kW	≥ 5.334	≥ 6.519	≥ 5.177	≥ 8.001	
	≥ 1055 kW e < 2110 kW	≥ 5.771	≥ 6.770	≥ 5.633	≥ 8.586	
	≥ 2110 kW	≥ 6.286	≥ 7.041	≥ 6.018	≥ 9.264	
Condensação a água (compressor centrífugo)[3]	< 528 kW	≥ 5.771	≥ 6.401	≥ 5.065	≥ 8.001	
	≥ 528 kW e < 1055 kW	≥ 5.771	≥ 6.401	≥ 5.544	≥ 8.801	
	≥ 1055 kW < 1407 kW	≥ 6.286	≥ 6.770	≥ 5.917	≥ 9.027	
	≥ 1407 kW < 2110 kW	≥ 6.286	≥ 7.041	≥ 6.018	≥ 9.264	
	≥ 2110 kW	≥ 6.286	≥ 7.041	≥ 6.018	≥ 9.264	
Absorção a ar de simples efeito	Todas	≥ 0.600	-	-	-	ANSI/AHRI Standard 560
Absorção a água de simples efeito	Todas	≥ 0.700	-	-	-	
Absorção a água de duplo efeito e queima indireta	Todas	≥ 1.000	≥ 1.050	-	-	
Absorção a água de duplo efeito e queima direta	Todas	≥ 1.000	≥ 1.000	-	-	

(1) A conformidade com esta padronização pode ser obtida cumprindo os critérios mínimos de eficiência da Alternativa 1 ou da Alternativa 2. No entanto, ambos os critérios de eficiência mínima em COP e IPLV devem ser alcançados na mesma alternativa.

(2) Os critérios de eficiência definidos para os resfriadores de líquidos com compressor centrífugo não se aplicam aos equipamentos onde a temperatura de projeto de saída do fluido for menor que 2,2 °C. Os critérios para os resfriadores de líquidos com compressor do tipo parafuso ou scroll não se aplicam aos equipamentos onde a temperatura de projeto de saída do fluido for menor ou igual a 0 °C. Os critérios para os resfriadores de líquidos por absorção não se aplicam aos equipamentos nos quais a temperatura de projeto de saída do fluido for menor que 4,4 °C.

(3) Resfriadores de líquidos com condensação a água e compressor centrífugo que não foram projetados para operar conforme a ANSI/AHRI Standard 551/591 (temperatura de entrada do fluido no chiller de 12,0 °C e de saída de 7,0 °C. Temperaturas de entrada do fluido do condensador de 30,0 °C e de saída de 35,0 °C) devem ter seus valores de COP mínimo a carga total e IPLV ajustados conforme as seguintes equações:

Mínimo COP a carga total ajustado = (COP a carga total da Tabela 7.4/ 7.5/ 7.6)·Kadj

NPLV Ajustado = (IPLV da Tabela 7.4/ 7.5/ 7.6)·Kadj

Kadj = A · B

Onde:

A = 0,0000015318 · (LIFT) · 4 – 0,000202076 · (LIFT) · 3 + 0,01018 · (LIFT) · 2 – 0,264958 · (LIFT) + 3,930196

B = 0,0027 · TS.EVAP + 0,982

LIFT = TS.COND – TS.EVAP

TS.COND = temperatura de saída do fluido do condensador a carga total (°C).

TS.EVAP = temperatura de saída do fluido do evaporador a carga total (°C).

Os valores ajustados de carga total e IPLV somente são aplicados para resfriadores de líquidos centrífugos que estejam dentro dos seguintes limites a carga total:

TS.EVAP ≥ 2,2 °C

TS.COND ≤ 46,1 °C

11.1°C ≤ LIFT ≤ 44,4 °C

7.1.2. Critérios específicos por sistema

7.1.2.1. Sistemas split

Para ser elegível à classificação A de eficiência energética, o sistema de condicionamento de ar deve atender ao requisito do isolamento térmico de tubulações para a condução de fluídos. Caso não atenda ao requisito, o sistema alcançará no máximo a classificação B. Este requisito deve ser avaliado por equipamento.

A Tabela 7.7 apresenta as espessuras mínimas para o isolamento térmico de tubulações dos sistemas de refrigeração. Para isolamentos térmicos cuja condutividade térmica esteja fora das faixas estipuladas, a espessura mínima deve ser determinada pela Equação 7.1.

$$E_{A,per,tot} = E_{A,per,tub} + E_{A,per,recirc} + E_{A,res} \qquad \textbf{Equação (B.IV.24)}$$

Onde:

$E_{A,per,tot}$ é a perda térmica total do sistema de aquecimento de água (kWh/dia);

$E_{A,per,tub}$ é a perda térmica na tubulação do sistema de distribuição de água quente, sem recirculação (kWh/dia);

$E_{A,per,recirc}$ é a perda térmica relativa ao sistema de recirculação de água quente (kWh/dia);

$E_{A,res}$ é a perda térmica do reservatório de água quente (kWh/dia).

7.1.2.2. Sistemas centrais

Para os sistemas centrais serem elegíveis à classificação A de eficiência energética, os critérios específicos são indicados em função do sistema, conforme descrito na Tabela 7.8. Caso um dos critérios não seja atendido, a classificação de eficiência do sistema avaliado será no máximo B.

Tabela 7.8 - Critérios do sistema de condicionamento central para a classificação A

$$E_{A,per,tub} = \sum_{i}^{n}\left(\frac{H_{per,dist,i} \cdot F_{per,tub,i} \cdot L_{tub,i} \cdot (\theta_{A,uso} - \theta_{A,0})}{1000}\right) \quad \text{Equação (B.IV.25)}$$

Onde:
$E_{A,per,tub}$ é a perda térmica na tubulação do sistema de distribuição de água quente, sem recirculação (kWh/dia). Deve ser feito o somatório do resultado de todos os trechos avaliados, para obtenção do resultado final;
$H_{per,dist,i}$ é o fator de horas de perdas na tubulação de distribuição de água quente ($H_{per,dist} = 2{,}083.V_{dia}$) (h/dia), para o trecho i considerado;
$F_{per,tub,i}$ é o fator de perdas térmicas por metro de tubulação (W/(m.K)), conforme a Equação B.IV.26;
$L_{tub,i}$ é o comprimento da tubulação do trecho "i" considerado (m);
$\theta_{A,uso}$ é a temperatura de uso da água (°C);
$\theta_{A,0}$ é a temperatura da água fria (°C).

O cálculo das perdas deve ser feito para cada trecho da tubulação onde houver mudanças nas condições, e logo somadas para compor as perdas totais.

O cálculo do fator de perda em tubulações com isolamento deve ser efetuado por meio da Equação B.IV.26, adaptada da EN 15316-3-2 (2007).

$$F_{per,tub} = \frac{\pi}{\frac{1}{2\lambda}\ln\frac{d_A}{d_B} + \frac{1}{\alpha_A \cdot d_A}} \quad \text{Equação (B.IV.26)}$$

Onde:
$F_{per,tub}$ é o valor do fator de perda em tubulações (W/(m.K));
λ é a condutividade térmica do isolamento (W/(m.K));
d_A é o diâmetro externo da tubulação isolada, incluindo o isolamento (m);
d_B é o diâmetro da tubulação (m);
α_A é o coeficiente de transferência de calor (W/(m².K)); usar 8 W/(m².K) para tubulações com isolamento, e 14 W/(m².K) para tubulações sem isolamento.

Nota: Tratando-se do diâmetro externo da tubulação isolada (d_A), deve-se considerar 2 vezes a espessura do isolamento.

B.IV.6.2. Perdas térmicas no sistema de recirculação

O cálculo das perdas relativas ao sistema de recirculação deve ser realizado por meio da Equação B.IV.27.

$$E_{A,per,recirc} = \sum_{i}^{n}\left(\frac{H_{per,recirc} \cdot F_{per,recirc,i} \cdot L_{recirc,i} \cdot (\theta_{A,uso} - \theta_{A,0})}{1000}\right) \quad \text{Equação (B.IV.27)}$$

Onde:
$E_{A,per,recirc}$ é a perda térmica relativa ao sistema de recirculação de água quente (kWh/dia). Deve ser feito o somatório do resultado de todos os trechos avaliados para a obtenção do resultado final;
$H_{per,recirc}$ é o fator de horas de perdas na tubulação de recirculação de água quente ($\lambda_{per,recirc}$=24) (h/dia); deve ser adotado o número de horas indicado em projeto de recirculação, conforme automação ou acionamento da rede de distribuição do sistema. Caso contrário, utilizar 24 horas ($\lambda_{per,recirc}$=24) (h/dia);
$F_{per,recirc,i}$ é o fator de perdas térmicas por metro de tubulação para a recirculação (W/(m.K)), conforme a Equação B.IV.26;
$L_{recirc,i}$ é o comprimento da tubulação do sistema de recirculação (m), para o trecho "i" considerado;
$\theta_{A,uso}$ é a temperatura de uso da água (°C);
$\theta_{A,0}$ é a temperatura da água fria (°C).

Nota 1: São consideradas exceções os sistemas perimetrais projetados para atuar apenas sobre a carga proveniente do envelope da edificação. Os sistemas perimetrais podem atender a uma ou mais zonas servidas por um sistema interno, desde que:

a) O sistema perimetral inclua pelo menos um termostato de controle para cada fração de parede externa da edificação, com comprimento maior ou igual a 15 metros, exposta a uma mesma orientação;

b) O sistema perimetral de aquecimento e refrigeração seja controlado por um termostato de controle localizado dentro da zona servida pelo sistema.

Nota 2: Paredes externas são consideradas com diferentes orientações se as direções para as quais estão voltadas diferirem em mais de 22,5°.

7.1.2.2.1. Cálculo da altura manométrica das bombas

Para ser elegível à classificação A, devem ser apresentados os dados utilizados para o cálculo da altura manométrica de projeto para dimensionamento das bombas, bem como os resultados obtidos.

7.1.2.2.2. Controle de temperatura por zona

Para ser elegível à classificação A, o aquecimento ou refrigeração de ar de cada zona térmica deve ser controlado, individualmente, por termostatos respondendo à temperatura do ar da referida zona.

7.1.2.2.3. Faixa de temperatura de controle

Para ser elegível à classificação A, os termostatos de controle que atuam sobre o aquecimento e a refrigeração devem ser capazes de prover uma faixa de temperatura do ar (deadband) de pelo menos 3 °C, no qual o suprimento da energia para aquecimento e refrigeração seja desligado ou reduzido para o mínimo.

São consideradas exceções:

a) Termostatos que requeiram acionamento manual para a alteração entre os modos de aquecimento e refrigeração;

b) Aplicações especiais onde não é aceitável uma faixa de temperatura de controle tão ampla, tais como os centros de processamento de dados, museus, consultórios, postos de saúde; e, no condicionamento de ar de certos processos industriais, desde que devidamente justificado.

7.1.2.2.4. Aquecimento suplementar

Para ser elegível à classificação A, os sistemas que apresentam bombas de calor com aquecedor auxiliar por meio de resistência elétrica devem ser dotados de sistema de controle que evite a operação do aquecimento suplementar quando a carga de aquecimento possa ser atendida apenas pela bomba de calor. A operação do aquecimento suplementar é permitida durante os ciclos de degelo da serpentina externa. Para atender a este critério, recomenda-se:

a) Um termostato eletrônico ou digital, projetado para o uso em bomba de calor, que ative o aquecimento auxiliar somente quando a bomba de calor obter capacidade insuficiente para manter o setpoint ou para aquecer o ambiente a uma taxa suficiente;

b) Um termostato multi-estágio no ambiente e um termostato no ambiente externo conectado para permitir o acionamento do aquecimento auxiliar somente no último estágio do termostato no ambiente, e quando a temperatura externa é inferior a 4 °C.

7.1.2.2.5. Aquecimento e refrigeração simultâneo

Para ser elegível à classificação A, quando aplicável, os controles do sistema de condicionamento de ar devem impedir o reaquecimento ou qualquer outra forma de aquecimento e refrigeração simultâneo para controle de umidade.

Nos locais onde há equipamentos distintos para aquecimento e refrigeração, servindo a uma mesma zona, os termostatos devem ser interconectados para impedir o aquecimento e a refrigeração simultâneos.

São consideradas exceções:

a) Edificações com a função de abrigar acervos para exposição (exemplo: museus);

b) Emprego de reaquecimento para o controle de umidade em uma pequena área da edificação cuja capacidade de refrigeração seja inferior a 35 kW, e que represente no máximo 10% da capacidade total de refrigeração da edificação (exemplo: laboratórios de metrologia).

7.1.2.2.6. Sistema de desligamento automático

Para ser elegível à classificação A, todo o sistema de condicionamento de ar deve ser equipado com no mínimo um dos sistemas de desligamento automático descritos abaixo:

a) Controles que podem acionar e desativar o sistema sob diferentes condições de rotina de operação, para sete tipos de dias diferentes por semana; capazes de reter a programação e ajustes durante a falta de energia por pelo menos 10 horas, incluindo um controle manual que permita a operação temporária do sistema por até duas horas;

b) Um sensor de ocupação que desligue o sistema quando nenhum ocupante é detectado por um período de até 30 minutos;

c) Um temporizador de acionamento manual capaz de ser ajustado para operar o sistema por até duas horas;

d) Integração com o sistema de segurança e alarmes da edificação que desligue o sistema de condicionamento de ar quando o sistema de segurança é ativado.

7.1.2.2.7. Agrupamento de zonas

No caso de sistemas de condicionamento de ar que atendem as zonas destinadas à operação ou ocupação não simultânea, estas devem ser divididas em grupos para ser elegíveis à classificação A. A área total atendida por um grupo de zonas não deve ultrapassar 2.300 m² de área condicionada, e não deve incluir mais do que um pavimento.

Cada grupo de zonas deve ser equipado com dispositivos de fechamento capazes de desativar automaticamente o suprimento de ar condicionado, ar externo e ar de exaustão. Cada grupo de zonas deve ser dotado de dispositivo programável independente que atenda ao subitem 7.1.2.2.6, sistema de desligamento automático.

O sistema de condicionamento central que atende aos grupos de zonas deve ter controles e dispositivos que permitam a operação estável do sistema, além de equipamentos para atender ao menor grupo de zonas servido por eles permanentemente.

Os dispositivos de fechamento dos grupos de zonas e os controles não são requeridos nas seguintes condições:

a) Exaustão de ar e tomada de ar externo em cujos sistemas que estejam conectados possuam vazão de ar menor ou igual a 2.400 l/s;

b) Exaustão de ar de um grupo de zonas com vazão menor do que 10% da vazão nominal do sistema de exaustão ao qual está conectado;

c) Zonas destinadas à operação contínua ou planejadas para estarem inoperantes apenas quando todas as demais zonas estiverem inoperantes.

Nota: Zonas de operação contínua - em edificações com sistema de condicionamento de ar central, zonas térmicas com necessidade de condicionamento de ar contínuo, durante 24 horas por dia e por pelo menos 5 dias da semana, devem ser atendidas por um sistema de condicionamento de ar exclusivo, ou demonstrar que o sistema central foi projetado para atender a esta área com eficiência igual ou superior ao sistema exclusivo.

7.1.2.2.8. Controles e dimensionamento dos ventiladores do sistema de ventilação

Para ser elegível à classificação A, cada sistema de condicionamento de ar com a potência total dos ventiladores do sistema de ventilação superior a 3,7 kW deve atender aos limites de potência para uma das opções:

a) Opção 1: a potência nominal total de cada sistema de ventilação não deve exceder o valor máximo aceitável para a potência nominal (de placa) em kW, apresentada na Tabela 7.9. Este valor inclui os ventiladores de insuflamento, os ventiladores de retorno/alívio, os ventiladores de exaustão, o ventilador de ar externo (ou parcela proporcional, quando atendem a mais de um sistema) e os ventiladores de caixas terminais;

b) Opção 2: a potência de entrada total de cada sistema de ventilação não deve exceder o valor máximo aceitável para potência de entrada em kW apresentada na Tabela 7.9. Este valor inclui os ventiladores de insuflamento, os ventiladores de retorno/alívio, o ventilador de ar externo (ou parcela proporcional quando atendem a mais de um sistema) e os ventiladores de exaustão e os ventiladores de caixas terminais.

Para ser elegível à classificação A, sistemas com volume de ar variável (VAV) de zona simples devem respeitar ao limite de potência para volume constante. São consideradas exceções:

a) Postos de saúde, biotérios e laboratórios que utilizam dispositivos de controle de vazão na exaustão e/ou no retorno para manter diferenciais de pressão entre ambientes, necessários à saúde e segurança dos ocupantes ou ao controle ambiental; estes podem utilizar os limites de potência para volume variável;

b) Ventiladores de exaustão individuais com potência nominal igual ou inferior a 0,75 kW.

$$E_{A,res} = \frac{(\theta_{A,arm} - \theta_{A,0})}{\Delta\theta_{A,res,sby}} \cdot E_{A,res,sby} \quad \text{Equação (B.IV.28)}$$

Onde:
$E_{A,res}$ é a perda térmica do reservatório de água quente (kWh/dia);
$\theta_{A,arm}$ é a temperatura de armazenamento do reservatório (°C);
$\theta_{A,0}$ é a temperatura da água fria (°C);
$\Delta\theta_{A,res,sby}$ é a média da diferença de temperatura em testes com o reservatório em **standby** (°C); deve-se adotar 29 °C;
$E_{A,res,sby}$ é a perda térmica específica do reservatório em **standby** (kWh/dia), fornecida pelo fabricante.

$$FR_{Tvis} = \frac{A_O}{A_B} \quad \text{Equação (C.II.1)}$$

Onde:
FR_{Tvis} é o fator de redução da transmissão visível do vidro (adimensional);
A_O é a área de oclusão (m²); e
A_B é a área bruta da abertura (m²).

$$T'_{vis} = T_{vis} \cdot (100 - FR_{Tvis}) \quad \text{Equação(C.II.2)}$$

Onde:
T'_{vis} é a transmissão visível do vidro corrigida;
T_{vis} é a transmissão visível do vidro; e
FR_{Tvis} é o fator de redução da transmissão visível do vidro.

7.1.2.2.9. Controles de sistemas de ventilação para áreas com altas taxas de ocupação

Para ser elegível à classificação A, os sistemas com taxa de insuflamento de ar externo nominal superior a 1.400 L/s, servindo áreas maiores que 50 m² e com densidade de ocupação superior a 25 pessoas por 100 m², devem incluir meios de se reduzir automaticamente a tomada de ar externo abaixo dos níveis de projeto quando os espaços estão parcialmente ocupados.

7.1.2.2.10. Controle do ventilador do climatizador para sistemas VAV

Para as cargas parciais em sistemas com sistema de ventiladores de insuflamento e de retorno com VAV com potências maiores do que 7,5 kW, o acionamento deve permitir a variação de rotação do motor para manter a pressão estática nos dutos constante.

7.1.2.2.11. Posicionamento do sensor de pressão para o controle da rotação do ventilador

O sensor de pressão estática deve ser posicionado na rede de dutos na posição em que o ponto de ajuste da pressão de funcionamento seja menor do que um terço da pressão estática total do ventilador.

7.1.2.2.12. Controles e dimensionamento dos sistemas hidrônicos

Para ser elegível à classificação A, sistemas de condicionamento de ar com um sistema hidrônico servido por um sistema de bombeamento com potência superior a 7,5 kW devem atender aos critérios estabelecidos entre os itens 7.1.2.2.12.1 a 7.1.2.2.12.3.

7.1.2.2.12.1. Sistemas de vazão de líquido variável

Para ser elegível a classificação A, os sistemas de refrigeração indireta com bombeamento de líquido (água gelada ou outro fluido secundário, ex.: soluções aquosas) integrantes do sistema de condicionamento de ar, com circuitos hidrônicos

que incluam válvulas de controle projetadas para modular ou abrir e fechar em função da carga térmica nos condicionadores de ar, devem ser projetados para vazão variável e devem ser capazes de reduzir a vazão de bombeamento para até 50% ou menos da vazão de projeto.

Bombas servindo circuitos hidrônicos com vazão de água gelada (ou fluido secundário) variável, com motor excedendo 3,7 kW, devem ter controles ou dispositivos (tais como controle de velocidade variável) que resultem em uma demanda no motor de no máximo 30% da potência de projeto quando em 50% da vazão de projeto de cada bomba. Estes dispositivos devem ser controlados como uma função da vazão desejável ou para manter uma pressão diferencial mínima requerida no ponto de controle. O sensor de pressão diferencial para o controle da vazão de água gelada (ou fluido secundário) deve ser instalado em um dos pontos a seguir:

a) No trocador de calor mais distante; ou

b) Próximo ao trocador de calor mais distante; ou

c) No trocador de calor que requer o maior diferencial de pressão (exceto o trocador do resfriador de líquido); ou

d) Próximo ao trocador de calor que requer o maior diferencial de pressão (exceto o trocador do resfriador de líquido); ou

e) A critério do projetista responsável, desde que justificado.

São exceções:

a) Sistemas onde a vazão mínima é menor que a vazão mínima requerida pelo fabricante do equipamento para a operação adequada, desde quando atendido por um sistema como os resfriadores de líquido, e onde a potência total de bombeamento é menor ou igual a 56 kW;

b) Sistemas com até três válvulas de controle.

7.1.2.2.12.2. Operação das bombas associadas aos resfriadores de líquido (chillers)

Para ser elegível à classificação A, quando uma central de água gelada inclui mais do que um resfriador de líquido, devem ser tomadas providências para que a vazão total na central possa ser reduzida automaticamente quando um resfriador estiver parado. Resfriadores instalados em série com o propósito de aumentar o diferencial de temperatura devem ser considerados como um único resfriador de líquido.

Nota 1: Em circuitos hidrônicos de água gelada, onde cada resfriador de líquido opera com vazão constante (no evaporador), quando um determinado resfriador de líquido estiver parado, a respectiva bomba de água gelada (ou fluido secundário) deverá estar parada. Em circuitos hidrônicos de água de resfriamento (em resfriadores de líquido com condensação a água), onde cada resfriador de líquido opera com vazão constante (no condensador), aplica-se o mesmo critério.

Nota 2: Em circuitos hidrônicos de água gelada onde cada resfriador de líquido opera com vazão variável, a vazão total atual no circuito deverá ser (variável) proporcional à quantidade de resfriadores de líquido em operação, e à carga térmica atual do sistema. Em circuitos hidrônicos de água de resfriamento (em resfriadores de líquido com condensação a água), onde cada resfriador de líquido opera com vazão variável (no condensador), aplica-se o mesmo critério.

7.1.2.2.12.3. Controles de reajuste da temperatura de água gelada e quente

Para ser elegível à classificação A, sistemas de água gelada e/ou água quente com uma capacidade de projeto excedendo a 88 kW, e suprindo água gelada ou quente (ou ambos), para sistemas de condicionamento ambiental, devem incluir controles que reajustem automaticamente a temperatura de suprimento da água pelas cargas representativas da edificação (incluindo a temperatura de retorno da água) ou pela temperatura do ar externo.

São consideradas exceções:

a) Locais onde os controles de reajuste da temperatura de suprimento não possam ser implementados sem causar operação imprópria dos sistemas de aquecimento, refrigeração, umidificação ou desumidificação;

b) Sistemas hidráulicos, tais como aqueles requeridos pelo item 7.1.2.2.12, que usam vazão variável para reduzir o consumo de energia em bombeamento.

7.1.2.2.13. Equipamentos de rejeição de calor

Para ser elegível a classificação A, aplica-se o item 7.1.2.2.13.1 ao equipamento de rejeição de calor usado em sistemas de condicionamento ambiental, tais como condensadores a ar, torres de refrigeração abertas, e torres de refrigeração com circuito fechado.

7.1.2.2.13.1. Controle de velocidade do ventilador

Cada ventilador acionado por um motor de potência igual ou superior a 5,6 kW deve ter a capacidade de operar a dois terços ou menos da sua velocidade máxima (em carga parcial), e deve possuir controles que alterem automaticamente a velocidade do ventilador para controlar a temperatura de saída do fluído ou temperatura/pressão de condensação do dispositivo de rejeição de calor.

São consideradas exceções:

a) Ventiladores de condensador servindo a múltiplos circuitos refrigerantes;

b) Ventiladores de condensadores inundados (flooded condenser);

c) Até um terço dos ventiladores de um condensador ou torre com múltiplos ventiladores, onde os ventiladores principais estão de acordo com os critérios de controle de velocidade.

7.1.2.2.14. Isolamento térmico de tubulações com fluxo de fluidos

As Tabelas 7.11 e 7.12 apresentam as espessuras mínimas para o isolamento térmico das tubulações em sistemas de aquecimento e refrigeração, respectivamente. Para sistemas de refrigeração do tipo expansão direta (exceto VRF), as espessuras mínimas para o isolamento térmico das tubulações são apresentadas na Tabela 7.13. Para materiais com condutividade térmica fora das faixas estipuladas nas Tabelas mencionadas, a espessura mínima deve ser determinada pela Equação 7.1.

$$PI_U = \frac{C_{IL,U} \cdot 1000}{(h \cdot N_{ano})} \qquad \text{Equação(C.II.3)}$$

Onde:

PI_U é a potência de iluminação em uso (W);

$C_{L,U}$ é o consumo anual do sistema de iluminação com o uso de controles (kWh/ano);

h são as horas de uso da edificação por dia, conforme a tipologia (consultar tabelas do Anexo A);

N_{ano} é o número de dias de ocupação ao ano (dias), definido conforme a tipologia da edificação (consultar tabelas do Anexo A).

$$PG = \frac{G_{EE} \cdot fc_E \cdot 100}{(C_{EE,real} \cdot fc_E) + (C_{ET,real} \cdot fc_T)} \qquad \text{Equação (D.1)}$$

Onde:

PG é o potencial de geração de energia (%);

G_{EE} é a energia gerada por fontes locais de energia renovável (kWh/ano);

$C_{EE,real}$ é o consumo total de energia elétrica da UH na condição real (kWh/ano);

$C_{ET,real}$ é o consumo total de energia térmica da UH na condição real (kWh/ano);

fc_E é o fator de conversão de energia elétrica em energia primária;

fc_T é o fator de conversão de energia térmica em energia primária.

7.2. Sistema de iluminação

Para a obtenção da classificação A do sistema de iluminação, os critérios descritos nos subitens 7.2.1 a 7.2.3 devem ser atendidos, quando aplicáveis, em uma quantidade mínima de ambientes cuja potência instalada de iluminação somada corresponda a pelo menos 90% da potência instalada de iluminação da edificação, ou da parcela avaliada.

O não atendimento aos requisitos listados neste item limita a classificação do sistema de iluminação e a classificação geral da edificação no máximo a B. Para a obtenção da classificação A, os critérios a seguir devem ser atendidos, mesmo que se opte por não computar a economia gerada pelo uso de dispositivos de controle de iluminação.

7.2.1. Contribuição da luz natural

Ambientes com aberturas voltadas para o exterior, átrio não coberto, ou de cobertura translúcida e que contenham em sua iluminação geral mais de uma fileira de luminárias paralelas às aberturas, devem possuir um controle instalado - manual ou automático - para o acionamento independente do conjunto de luminárias mais próximo das aberturas, de forma a propiciar o aproveitamento da luz natural disponível.

Consideram-se como luminárias mais próximas às aberturas todas aquelas localizadas nas zonas primárias de iluminação natural, sendo elas laterais ou zenitais. As zonas primárias de iluminação natural e as áreas isentas do controle independente deste requisito devem ser definidas conforme o item B.III.3.3.

Destaca-se que essa condição aplica-se somente à iluminação geral, não incluindo a iluminação decorativa, iluminação de tarefa, complementar e wallwash.

Devem ser consideradas exceções: unidades de edifícios de meios de hospedagem, auditórios, primeira fileira de luminárias paralelas ao quadro em salas de aula e circulações, além de garagens que possuam sensores de presença.

7.2.2. Controle local

Cada ambiente fechado por paredes ou divisórias até o teto deve possuir pelo menos um dispositivo de controle manual para o acionamento da iluminação interna do ambiente de forma independente. Cada dispositivo de controle manual deve controlar:

a) Uma área de até 250 m² para ambientes de até 1.000 m²;

b) Uma área de até 1.000 m² para ambientes maiores do que 1.000 m².

Os dispositivos instalados para cumprir esse requisito devem ser facilmente acessíveis e localizados de tal forma que o usuário possa ver o conjunto de luminárias que está sendo controlado por ele.

Nota 1: Escadas enclausuradas são consideradas um ambiente único, compreendido como as áreas delimitadas pelas paredes. Escadas integradas aos demais ambientes estão diretamente conectadas à iluminação do ambiente ao seu redor; assim, devem ser incluídas na avaliação do ambiente.

Devem ser consideradas exceções:

a) Ambientes cujo uso justifique a locação dos dispositivos de controle manual em local de acesso restrito aos funcionários por questões de segurança. A justificativa deve acompanhar a documentação para a solicitação da etiqueta;

b) Ambientes com dispositivos de controle automático vinculados à ocupação dos ambientes, como sensores de presença;

c) Circulações e garagens que possuam sistema de automação estão dispensadas de apresentar o controle manual local.

Nota 2: Acessos de emergência, bem como espaços regidos por normativas, como do corpo de bombeiros, devem considerar preferencialmente o controle do sistema de iluminação requerido pelas mesmas.

7.2.3. Desligamento automático do sistema de iluminação

O sistema de iluminação interno de ambientes maiores que 250 m² deve possuir um dispositivo de controle automático para o desligamento da iluminação. Este dispositivo deve funcionar de acordo com uma das seguintes opções:

a) Um sistema automático com desligamento da iluminação em horário pré-determinado; ou

b) Sensor de presença que desligue a iluminação 30 minutos após a saída de todos ocupantes; ou

c) Controle ou sistema de alarme que indique que a área está desocupada.

Deve existir uma programação independente para:

a) Áreas superiores a 2.500 m²;

b) Cada pavimento; e

c) Dias de semana, finais de semana e feriados.

Devem ser consideradas exceções:

a) Ambientes que funcionam durante 24h;

b) Ambientes onde existe tratamento e/ou repouso de pacientes; e

c) Ambientes onde o desligamento automático da iluminação pode, comprovadamente, oferecer riscos à integridade física dos usuários.

7.3. Sistema de aquecimento de água

Para que o sistema de aquecimento de água da edificação em avaliação possa ser elegível à classificação A, é necessário atender aos critérios de automação para o sistema de recirculação e de isolamento térmico de tubulações e reservatórios, quando existentes.

O não cumprimento de algum destes critérios, quando aplicáveis, implica na possibilidade de atingir no máximo a classificação B de eficiência energética para o sistema individual de aquecimento de água e classificação geral da edificação.

7.3.1. Automação do sistema de recirculação

Quando existente, o circuito de recirculação de água deve possuir um dispositivo de controle automático para o acionamento da recirculação de forma pré-programada. Este dispositivo de controle automático deve funcionar de acordo com uma das seguintes opções:

a) Acionamento associado à temperatura da rede de distribuição;

b) Automação por período pré-programado (ex.: timer);

c) Comando de acionamento manual ou automático em função da demanda de água quente.

7.3.2. Isolamento térmico das tubulações de distribuição e circuito de recirculação

Quando existentes, as tubulações destinadas à distribuição e recirculação de água quente devem ser apropriadas para a função a que se destinam, possuindo isolamento térmico com espessura mínima e condutividade térmica determinadas de acordo com a Tabela 7.14. Estes requisitos são aplicáveis para:

a) Sistemas de aquecimento de água de edificações localizadas nas zonas bioclimáticas 1, 2 e 3;

b) Tubulação de distribuição de água quente com comprimento superior à 300 metros;

c) Tubulação de recirculação de água quente de qualquer comprimento.

$$P_{CO_2} = \left[\frac{E_{CO_2,real}}{E_{CO_2,ref}} - 1\right] \cdot 100 \qquad \text{Equação (E.1)}$$

Onde:

P_{CO2} é o percentual de redução ou acréscimo das emissões de dióxido de carbono (%);

$E_{CO2,real}$ é a emissão total de dióxido de carbono da edificação real (tCO_2/ano);

$E_{CO2,ref}$ é a emissão total de dióxido de carbono da edificação em sua condição de referência (tCO_2/ano);

7.3.3. Reservatório de água quente

Quando existentes, os reservatórios de água quente devem obedecer aos limites de perda específica de energia máxima descritos na Tabela 7.15.

Tabela 7.15 - Perda específica térmica de reservatório de água quente em standby

Volume de Reservatório (litros)	Perdas (kWh/dia)
100	0,865
150	1,349
200	1,799
250	2,249
300	2,699
400	2,932

500	3,498
600	3,998
800	4,798

Nota: Para dimensões não especificadas nesta Tabela, deve-se utilizar a Equação 7.2, obtida a partir da regressão linear dos valores tabelados.

Tabela E.2 – Fatores de emissão de CO_2 para a queima direta de combustíveis convertida em energia térmica (kWh)

Combustível	Fatores de Emissão de CO_2 (kg.CO_2/kWh)
Gás natural	0,202
Oleo diesel	0,267
Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)	0,227
Madeira	0,531
Gasolina	0,249
Etanol	0,248

Fonte: MCT (2010).

Tabela E.3 – Fatores de emissão de CO_2 por geração de eletricidade

Geração de eletricidade	Fatores de Emissão de CO_2 (kg.CO_2/kWh)
SIN – Sistema Interligado Nacional	0,090
SIS – Sistemas Isolados	0,753

Fonte: MCTI (2019).

$$E_{CO_2,real} = \frac{(C_{EE,real} \cdot fe_E) + (C_{ET,real} \cdot fe_T) - (G_{EE} \cdot fe_E)}{1000} \quad \textbf{Equação (E.2)}$$

Onde:
$E_{CO_2,real}$ é a emissão total de dióxido de carbono da edificação real (tCO_2/ano);
$C_{EE,real}$ é o consumo total de energia elétrica da edificação real (kWh/ano);
$C_{ET,real}$ é o consumo total de energia térmica da edificação real (kWh/ano);
fe_E é o fator de emissão de dióxido de carbono na geração de energia elétrica (kg.CO_2/kWh);
fe_T é o fator de emissão de dióxido de carbono na queima de combustível (kg.CO_2/kWh);
G_{EE} é a energia gerada por fontes locais de energia renovável (kWh/ano).

$$E_{CO_2,ref} = \frac{(C_{EE,ref} \cdot fe_E)}{1000} \quad \textbf{Equação (E.3)}$$

Onde:
$E_{CO_2,ref}$ é a emissão total de dióxido de carbono da edificação em sua condição de referência (tCO_2/ano);
$C_{EE,ref}$ é o consumo total de energia elétrica da edificação em sua condição de referência (kWh/ano);
fe_E é o fator de emissão de dióxido de carbono na geração de energia elétrica (kg.CO_2/kWh).

8. PROCEDIMENTOS PARA A DETERMINAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DE EDIFICAÇÕES COMERCIAIS, DE SERVIÇOS E PÚBLICAS

A classificação de eficiência energética geral das edificações, e dos sistemas individuais, deve ser realizada por meio do seu percentual de redução do consumo estimado de energia primária ($RedC_{EP}$), comparando-se a edificação real com a edificação em sua condição de referência, equivalente à classificação D.

A classificaçao pode ser obtida para todos os sistemas em conjunto, ou para as diferentes combinações entre os sistemas, ou somente para a envoltória da edificação. A classificação geral somente pode ser obtida por meio da avaliação de todos os sistemas parciais aplicáveis à edificação (água quente pode não ser aplicável em algumas tipologias, conforme verificado nas Tabelas do Anexo A). Além da edificação completa, parcelas de edificações (pavimento ou conjunto de ambientes) também podem ser avaliadas..

A condição de referência deve ser adotada conforme a tipologia da edificação, e as suas respectivas características, descritas nas Tabelas do Anexo A. Os percentuais de economia de uma classificação para outra variam conforme a tipologia da edificação, seu fator de forma e clima no qual a edificação se insere. Para a verificação da influência do clima, esta INI-C adota a classificação climática proposta pela ABNT NBR 15220-3, em sua versão vigente.

8.1. Classificação da eficiência energética geral da edificação

A classificação de eficiência energética geral da edificação deve ser feita com base no percentual de redução do consumo de energia primária ($RedC_{EP}$) da edificação real em comparação com a mesma edificação em sua condição de referência. O percentual de redução deve ser calculado com base na Equação 8.1.

$$Red_{água} = \left[\frac{C_{água,ref} - (C_{água,real} - O_{água,não\ potável})}{CA_{água,ref}}\right] \cdot 100 \quad \textbf{Equação (F.1)}$$

Onde:
$Red_{água}$ é o percentual anual de redução no consumo de água potável (%);
$C_{água,ref}$ é o consumo anual de água da edificação na condição de referência (L/ano);
$C_{água,real}$ é o consumo anual de água da edificação na condição real (L/ano);
$O_{água,não\ potável}$ é a oferta de água não potável (L/ano) calculada pelo projetista, conforme laudo técnico.

F.2. Consumo de água da edificação na condição de referência

O consumo anual de água da edificação em sua condição de referência deve ser calculado por meio da Equação F.2, que utiliza a ocupação em dias/ano conforme tipologias das tabelas do Anexo A. O padrão de uso adotado é fixo por tipologia, e têm seus valores adaptados do LEED v.4 (2015). A ocupação, em número de dias ao ano, também é fixa conforme a tipologia.

$$C_{água,ref} = N_{ano} \cdot (C_{água,ref,BS,MIC} + Q_{ref,TL} \cdot t_{TL} \cdot UD_{TL} \cdot Oc + Q_{ref,CH} \cdot t_{CH} \cdot UD_{CH} \cdot Oc + Q_{ref,TC} \cdot t_{TC} \cdot UD_{TC} \cdot Oc) \quad \textbf{Equação (F.2)}$$

Onde:
$C_{água,ref}$ é o consumo anual de água da edificação em sua condição de referência (L/ano);
N_{ano} é o número de dias de ocupação ao ano conforme a tipologia da edificação, ver tabelas do Anexo A;
$C_{água,ref,BS,MIC}$ é o consumo diário de água das bacias sanitárias e mictórios na condição de referência (L/dia), calculado conforme Equação F.3;
$Q_{ref,TL}$ é a vazão da torneira de lavatório na condição de referência (L/minuto) conforme Tabela F.1;
t_{TL} é a duração do uso da torneira de lavatório (minutos), conforme Tabela F.2;
UD_{TL} é o número de uso diário da torneira de lavatório por pessoa (usos/dia.pessoa), conforme Tabela F.3;
$Q_{ref,CH}$ é a vazão do chuveiro na condição de referência (L/minuto), conforme Tabela F.1;
t_{CH} é a duração do uso do chuveiro (minutos), conforme Tabela F.2;
UD_{CH} é o número de uso diário do chuveiro por pessoa (usos/dia.pessoa), conforme Tabela F.3;
$Q_{ref,TC}$ é a vazão da torneira da pia da cozinha na condição de referência (L/minuto) conforme Tabela F.1;
t_{TC} é a duração do uso da torneira da pia da cozinha (minutos), conforme Tabela F.2;
UD_{TC} é o número de uso diário da torneira da pia da cozinha por pessoa (usos/dia.pessoa), conforme Tabela F.3;
O_C é a quantidade de pessoas que ocupam a edificação analisada em sua condição real e de referência, calculada conforme Equação F.4.

O consumo de energia primária da edificação real ($C_{EP,real}$) e sua condição de referência ($C_{EP,refD}$), devem ser calculados conforme as equações 8.2 e 8.3, respectivamente. O consumo de energia primária da edificação real ($C_{EP,real}$) é definido pela soma de seu consumo estimado de energia elétrica ($C_{EE,real}$, Equação 8.5) e térmica ($C_{ET,real}$, Equação 8.7), multiplicados pelos respectivos fatores de conversão (fc_E e fc_T), descontando-se a parcela de energia primária referente à geração local de energia renovável, quando existente.

O consumo de energia primária da edificação em sua condição de referência ($C_{EP,refD}$) é definido pelo consumo estimado de energia elétrica ($C_{EE,refD}$, Equação 8.5), multiplicado pelo seu respectivo fator de conversão (fc_E). Na condição de referência não deve ser considerada a parcela de energia primária referente à geração local de energia renovável.

Os fatores de conversão da energia elétrica (fc_E) e térmica (fc_T) em energia primária podem ser consultados no site do PBE edifica[2], bem como na Tabela 8.1.

[2] https://www.pbeedifica.com.br/fatoresconversaoINIs

Nota: Para a tipologia de hospedagem, o consumo anual de água da torneira da pia da cozinha na edificação em sua condição real e de referência (Equações F.2 e F.5) deve ser equivalente à 60% do valor calculado, refletindo 60% de sua ocupação conforme especificado na tabela de referência do Anexo A. Dessa forma, deve-se considerar em ambas as equações a parcela tal como "0,60 · Q $_{ref,TL}$ · t_{TL} · UD_{TL} · Oc".
O consumo diário de água em bacias sanitárias e mictórios da edificação na sua condição de referência é determinado por meio da Equação F.3.

$$C_{água,ref,BS,MIC} = Q_{ref,BS,M} \cdot UD_{BS,M} \cdot Oc_M + Q_{ref,BS,F} \cdot UD_{BS,F} \cdot Oc_F + Q_{ref,MIC} \cdot t_{MIC} \cdot UD_{MIC} \cdot Oc_M \quad \textbf{Equação (F.3)}$$

Onde:
$CA_{ref,BS,MIC}$ é o consumo diário de água de bacias sanitárias e mictórios na condição de referência (L/dia);
$Q_{ref,BS,M}$ é a vazão da bacia sanitária para uso masculino na condição de referência para determinado tipo de dispositivo (L/minuto ou L/fluxo) e conforme a Tabela F.1. Caso a bacia sanitária possua válvula de descarga, deve-se ainda multiplicar a vazão pelo tempo de uso ($t_{BS,M}$), conforme valores da Tabela F.2;
$UD_{BS,M}$ é o número de uso diário da bacia sanitária de uso masculino (usos/dia.pessoa), conforme Tabela F.3. Ressalta-se que para edificações sem mictórios, este valor deve ser equivalente ao valor adotado para uso feminino, conforme nota de rodapé da Tabela F.3;
$Q_{ref,BS,F}$ é a vazão da bacia sanitária para uso feminino na condição de referência, para determinado tipo de dispositivo (L/minuto ou L/fluxo) e conforme a Tabela F.1. Caso a bacia sanitária possua válvula de descarga, deve-se ainda multiplicar a vazão pelo tempo de uso ($t_{BS,F}$), conforme valores da Tabela F.2;
$UD_{BS,F}$ é o número de uso diário da bacia sanitária feminino (usos/dia.pessoa), conforme a Tabela F.3;
$Q_{ref,MIC}$ é a vazão do mictório na condição de referência (L/minuto), conforme a Tabela F.1;
t_{MIC} é a duração do uso do mictório (minutos), conforme Tabela F.2;
UD_{MIC} é o número de uso diário do mictório para uso masculino (usos/dia.pessoa), conforme a Tabela F.3;
O_{CM} é a quantidade de usuários masculinos (pessoas). Quando em situações não particulares, adotar 50% da ocupação da edificação.
O_{CF} é a quantidade de usuários femininos (pessoas). Quando em situações não particulares, adotar 50% da ocupação da edificação.
O_C é a quantidade de pessoas que ocupam a edificação analisada em sua condição real e de referência, e deve ser calculada conforme Equação F.4.

$$O_C = \frac{A_{tot}}{DO_C} \quad \textbf{Equação (F.4)}$$

Onde:
O_C é a quantidade de usuários que ocupam a edificação;
DO_C é a densidade de ocupação da edificação (m²/pessoa), conforme a Tabela F.4;
A_{tot} é a área total da edificação (m²).

$$E = r \cdot \left[\left(1 + \frac{e}{r}\right)^{\lambda/\lambda'} - 1\right] \quad \textbf{Equação (7.1)}$$

Onde:
E é a espessura mínima do isolamento térmico (mm);
r é o raio externo da tubulação (mm);
e é a espessura de isolamento térmico, listada na Tabela 7.7 para a temperatura de fluido e tamanho da tubulação em questão (mm);
λ é a condutividade térmica do material alternativo à temperatura média indicada para a temperatura do fluido (W/(m.K));
λ' é o valor superior do intervalo de condutividade listado na Tabela para a temperatura do fluido (W/(m.K)).

Tabela 7.7 – Espessura mínima (mm) de isolamento térmico de tubulações dos sistemas de refrigeração do tipo expansão direta (splits convencionais e inverter)

Faixa de temperatura do fluido (°C)	Condutividade do isolamento térmico		Espessura do isolamento térmico (mm) de acordo com o diâmetro nominal da tubulação (mm)		
	Condutividade térmica (W/(m.K))	Temperatura de ensaio (°C)	d ≤ 10	10 < d ≥ 30	d > 30
0 < T < 16	0,032 a 0,040	20	9	13	19

O consumo total de energia elétrica da edificação em sua condição real (CEE,real), e condição de referência (CEE,ref) é composto pela soma dos consumos de refrigeração (CR,real e ref), iluminação (CIL,real e refD), aquecimento de água em energia elétrica (CAAE,real e ref) e consumo de equipamentos (CEQ), conforme descrito pela Equação 8.5.

$$C_{água,real} = N_{ano} \cdot (C_{água,real,BS,MIC} + Q_{real,TL} \cdot t_{TL} \cdot UD_{TL} \cdot Oc + Q_{real,CH} \cdot t_{CH} \cdot UD_{CH} \cdot Oc + Q_{real,TC} \cdot t_{TC} \cdot UD_{TC} \cdot Oc) \quad \textbf{Equação (F.5)}$$

Onde:
$CA_{água,real}$ é o consumo anual de água da edificação na condição real;
N_{ano} é o número de dias de ocupação ao ano conforme a tipologia da edificação (Tabelas Anexo A);
$CA_{real,BS,MIC}$ é o consumo diário de água em bacias sanitárias e mictórios (L/dia) na condição real;
$Q_{real,TL}$ é a vazão da torneira de lavatório na condição real (L/minuto), conforme projeto da edificação real;
t_{TL} é a duração do uso da torneira de lavatório (minutos), conforme Tabela F.1;
UD_{TL} é o número de uso diário da torneira de lavatório (minutos), conforme Tabela F.3;
$Q_{real,CH}$ é a vazão do chuveiro na condição real (L/minuto), conforme projeto da edificação;
t_{CH} é é a duração do uso do chuveiro (minutos), conforme Tabela F.2;
UD_{CH} é o número de uso diário do chuveiro por pessoa (usos/dia.pessoa), conforme a Tabela F.3;
$Q_{real,TC}$ é a vazão da torneira da pia da cozinha na condição real (L/minuto), conforme projeto da edificação;
t_{TC} é é a duração do uso da torneira da pia da cozinha (minutos), conforme Tabela F.2;
UD_{TC} é o número de uso diário da torneira da pia da cozinha por pessoa (usos/dia.pessoa), a Tabela F.3;
O_C é a quantidade de pessoas que ocupam a edificação.

$$C_{água,real,BS,MIC} = Q_{real,BS,M} \cdot UD_{BS,M} \cdot Oc_M + Q_{real,BS,F} \cdot UD_{BS,F} \cdot Oc_F + Q_{real,MIC} \cdot t_{MIC} \cdot UD_{MIC,M} \cdot Oc_M \quad \textbf{Equação (F.6)}$$

Onde:
$C_{água,real,BS,MIC}$ é o consumo diário de água em bacias sanitárias e mictórios (L/dia) na condição real;
$Q_{real,BS,M}$ é a vazão da bacia sanitária para uso masculino na condição real para determinado tipo de dispositivo (L/minuto ou L/fluxo) e conforme a Tabela F.1. Caso a bacia sanitária possua válvula de descarga, deve-se ainda multiplicar a vazão pelo tempo de uso ($t_{BS,M}$), conforme valores da Tabela F.2;
$UD_{BS,M}$ é o número de usos diários da bacia sanitária para uso masculino (usos/dia.pessoa). Ressalta-se que para edificações sem mictórios este valor deve ser equivalente ao valor adotado para uso feminino, conforme nota de rodapé da Tabela F.3;
$Q_{real,BS,F}$ é a vazão da bacia sanitária para uso feminino na condição real para determinado tipo de dispositivo (L/minuto ou L/fluxo) e conforme a Tabela F.1. Caso a bacia sanitária possua válvula de descarga, deve-se ainda multiplicar a vazão pelo tempo de uso ($t_{BS,F}$), conforme valores da Tabela F.2;
$UD_{BS,F}$ é o número de usos diários da bacia sanitária para uso feminino (uso/dia.pessoa), conforme Tabela F.3;
$Q_{real,MIC}$ é a vazão do mictório na condição real (L/minuto), conforme projeto da edificação;
t_{MIC} é a duração do uso do mictório (minutos), conforme Tabela F.2;
$UD_{MIC,M}$ é o número de usos diários do mictório para uso masculino (usos/dia.pessoa), conforme Tabela F.3;
O_{CM} é a quantidade de usuários masculinos (pessoas). Considerar 50% da ocupação da edificação;
O_{CF} é a quantidade de usuários femininos (pessoas). Considerar 50% da ocupação da edificação.

Tabela G.1 – Classificação climática e os principais municípios

Classificação Climática	Quantidade de municípios	Principais Municípios
Zona Bioclimática 1	114	Araucária (PR), Campos do Jordão (SP), Curitiba (PR), Poços de Caldas (MG), Caxias do Sul (RS), Bento Gonçalves (RS), Farroupilha (RS), Vacaria (RS), Maringá (PR).
Zona Bioclimática 2	957	Cascavel (PR), Pinhais (PR), Fazenda Vilanova (RS), Imbituba (SC), Pato Branco (PR), Ponta Grossa (PR), Toledo (PR), Gravataí (RS), Novo Hamburgo (RS), Pelotas (RS), São Leopoldo (RS), Xaxim (SC), Chuí (RS), Criciúma (SC), Canoas (RS), Joaçaba (SC), Lajeado (RS), Santa Maria (RS), Ribeirão das Neves (MG).
Zona Bioclimática 3	1.050	Guarulhos (SP), Juiz de Fora (MG), Mauá (SP), Santo André (SP), São Bernardo do Campo (SP), São Paulo (SP), Florianópolis (SC), Magé (RJ), Barueri (SP), Ouro Preto (MG), Petrópolis (RJ), São José dos Campos (SP), Balneário Camboriú (SC), Porto Alegre (RS), Chapecó (SC), Belo Horizonte (MG), Blumenau (SC), Eldorado (MS), Itajaí (SC), Paranaguá (PR), Dourados (MS), Ourinhos (SP), Paraty (RJ), Ponta Porã (MS), Sorocaba (SP), Volta Redonda (RJ), Campinas (SP) Foz do Iguaçu (PR), Londrina (PR), Divinópolis (MG).
Zona Bioclimática 4	236	São Carlos (SP), Brasília (DF), Uberlândia (MG), Sete Lagoas (MG).
Zona Bioclimática 5	319	São Francisco do Sul (SC), Governador Valadares (RJ), Joinville (SC), Niterói (RJ), Vitória da Conquista (BA), Campos dos Goytacazes (RJ), Duque de Caxias (RJ), Macaé (RJ), Nova Iguaçu (RJ), Belford Roxo (RJ), São Gonçalo (RJ).
Zona Bioclimática 6	666	Campo Grande (MS), Rio Verde (GO), Aparecida de Goiânia (GO), Anápolis (GO), Goiânia (GO), Jataí (GO), Três Lagoas (MS), Paranaíba (MS), Rondonópolis (MT).
Zona Bioclimática 7	722	Santa Cruz (PE), Iracema (RR), Barras (PI), Imperatriz (MA), Palmas (TO), Sobral (CE), Teresina (PI), Paulistana (PI), Juazeiro do Norte (CE), Mossoró (RN), Patos (PB), Petrolina (PE),Santa Cruz (RN), Picos (PI), Cuiabá (MT), Várzea Grande (MT).
Zona Bioclimática 8	1.461	Santa Leopoldina (ES), Cabo Frio (RJ), Ilhéus (BA), Linhares (ES), Porto Seguro (BA), Vila Velha (ES), Campina Grande (PB), Caruaru (PE), Ji-Paraná (RO), Parnamirim (RN), Santana do Ipanema (AL), Angra dos Reis (RJ), Rio de Janeiro (RJ), Vitória (ES), Alto Alegre (RR), Ananindeua (PA), Barcarena (PA), Belém (PA), Boa Vista (RR), Fortaleza (CE), Laranjal do Jari (AP), Recife (PE), Santa Rita (PB), São Luís (MA), Camaçari (BA), Feijó (AC), Macapá (AP), Manaus (AM), Natal (RN), Porto Velho (RO), Santana (AP), Cruzeiro do Sul (AC), Macaíba (RN), Sena Madureira (AC), Cacoal (RO), Rio Branco (AC), Sinop (MT), Aracaju (SE), João Pessoa (PB), Maceió (AL), Monte Alegre (RN), Olinda (PE), Salvador (BA), Feira de Santana (BA), Parintins (AM), Parnaíba (PI), Campo Alegre (AL), Jaboatão dos Guararapes (PE), Maragogi (AL), Nossa Senhora do Socorro (SE).

Nota 2: Edificações que utilizam fontes de energia térmica voltadas para o atendimento da demanda de água quente, terão sempre como condição de referência o consumo de energia de fonte elétrica.

Para a definição da escala de eficiência energética, e classificação geral da edificação, devem ser determinados os intervalos entre uma classificação e outra, de A a E. Para isso, deve ser obtido o coeficiente de redução do consumo de energia primária da classificação D para A (CRC_{EPD-A}). Este coeficiente baseia-se no fator de forma da edificação (Equação 8.8), juntamente com a classificação climática em esta se insere (Anexo G).

Edificações energeticamente eficientes, e que tenham sistemas de geração de energia renovável instalados localmente, podem ser avaliadas como "Edificações de Energia Quase Zero" ou "Edificações de Energia Positiva", seguindo os critérios apresentados no Anexo D.

O Anexo G abrange uma lista simplificada de algumas das principais cidades brasileiras e suas referidas classificações climáticas. A lista completa com todas as 5.564 cidades do território brasileiro e suas respectivas classificações climáticas pode ser acessada em:

<http://www.pbeedifica.com.br/sites/default/files/all5564_with_subgroups_interface_2018.csv>.

Tabela 6.1 – Limites de aplicação do método simplificado

Parâmetro	Limites do método	
	Mínimo	Máximo
Absortância solar da cobertura (α_{cob})	0,20	0,90
Absortância solar das paredes externas (α_{par})	0,20	0,90
Ângulo horizontal de sombreamento da fachada direito e esquerdo (AHF_D e AHF_E)	0°	80°
Ângulo vertical de sombreamento da fachada (AVS_{FAC})	0°	55°
Ângulo vertical de obstrução do entorno (AVE)	0°	60°
Área de piso do ambiente de permanência prolongada	5 m²	100 m²
Área de piso do ambiente de permanência transitória	2 m²	100 m²
Área de superfície dos elementos transparentes	0 m²	60 m²
Capacidade térmica da cobertura (CT_{cob})	25 kJ/(m².K)	550 kJ/(m².K)
Capacidade térmica das paredes externas (CT_{par})	26 kJ/(m².K)	440 kJ/(m².K)
Capacidade térmica do piso (CT_{piso})	25 kJ/(m².K)	440 kJ/(m².K)
Ângulo de desvio da parede norte em relação ao norte verdadeiro	-45º	45º
Dimensão horizontal da parede externa (por orientação)	0 m	15 m
Dimensão horizontal da parede interna em contato com sala	0 m	65 m
Dimensão horizontal da parede interna em contato com dormitório	0 m	60 m
Dimensão horizontal da parede interna em contato com APT	0 m	50 m
Área efetiva de abertura para ventilação	0 m²	60 m²
Fator solar do elemento transparente (FS)	0,20	0,87
Pé-direito (PD)	2,40 m	7,50 m
Transmitância térmica da cobertura (U_{cob})	0,45 W/(m².K)	3,80 W/(m².K)
Transmitância térmica das paredes externas (U_{par})	0,24 W/(m².K)	4,40 W/(m².K)
Transmitância térmica do piso (U_{piso})	0,70 W/(m².K)	4,10 W/(m².K)
Transmitância térmica do elemento transparente	2,50 W/(m².K)	5,87 W/(m².K)

O coeficiente de redução do consumo de energia primária da classificação D para a classificação A (CRC_{EPD-A}) varia, ainda, de acordo com a tipologia da edificação descrita pelas Tabelas do Anexo A, para os valores estabelecidos nas Tabelas 8.3 a 8.10.

Nota 3: Caso a edificação possua mais de uma tipologia em seu volume avaliado, deve-se considerar a tipologia dominante (a de maior área) para a escolha da tabela referente ao coeficiente de redução do consumo de energia primária.

Nota 4: Edificações em blocos devem ser avaliadas separadamente, considerando-se assim um fator de forma para cada bloco e, consequentemente, uma classificação para cada bloco. Inclui-se neste caso as edificações onde existe um bloco térreo de uso comercial (que deve ser classificado conforme esta INI-C), e demais pavimentos de uso residencial (que devem ser classificados conforme método descrito pela INI-R).

Os intervalos de classificação com base no percentual de redução do consumo de energia primária são definidos a partir de uma variável "i", determinada por meio da Equação 8.9. A escala de classificação de eficiência energética deve seguir os limites calculados conforme apresentado na Tabela 8.2.

$$H_{e,i} = A_{e,i}.U_{e,i} \qquad \textbf{Equação (6.1)}$$

Onde:
$H_{e,i}$ é o coeficiente de transferência térmica de um elemento "i" da superfície externa, expresso em watts por kelvin (W/K);
$A_{e,i}$ é a área de superfície do elemento "i", expressa em metros quadrados (m²);
$U_{e,i}$ é a transmitância térmica do elemento "i", expressa em watts por metro quadrado kelvin (W/(m².K)).

O coeficiente de transferência térmica total (H_{total}) deve ser calculado pela equação:

$$H_{total} = \sum_{i=1}^{n} H_{e,i} \qquad \textbf{Equação (6.2)}$$

Onde:
H_{total} é o coeficiente de transferência térmica total da superfície, expresso em watts por kelvin (W/K);
$H_{e,i}$ é o coeficiente de transferência térmica de um elemento "i" da superfície externa, expresso em watts por kelvin (W/K);
n é o número de elementos que compõem a superfície externa.

$$E = r.\left[\left(1+\frac{e}{r}\right)^{\lambda/\lambda'} - 1\right] \qquad \textbf{Equação (7.1)}$$

Onde:
E é a espessura mínima do isolamento térmico (mm);
r é o raio externo da tubulação (mm);
e é a espessura de isolamento térmico, listada na Tabela 7.1 para a temperatura de fluido e tamanho da tubulação em questão (mm);
λ é a condutividade térmica do material alternativo à temperatura média indicada para a temperatura do fluido (W/(m.K));
λ' é o valor superior do intervalo de condutividade listado na tabela para a temperatura do fluido (W/(m.K)).

Tabela 7.1 – Espessura mínima (mm) de isolamento térmico de tubulações dos sistemas de refrigeração do tipo expansão direta (**splits** convencionais e **inverter**)

Faixa de temperatura do fluido (°C)	Condutividade do isolamento térmico		Espessura do isolamento térmico (mm) de acordo com o diâmetro nominal da tubulação (mm)		
	Condutividade térmica (W/(m.K))	Temperatura de ensaio (°C)	d ≤ 10	10 < d ≥ 30	d > 30
0 < T < 16	0,032 a 0,040	20	9	13	19

A classificação geral da edificação é determinada por meio da comparação entre o percentual de redução de energia primária da edificação real e os intervalos calculados, identificando assim a classificação de eficiência energética geral. Caso o valor de RedCEP seja negativo, a classificação geral da edificação será E.

Tabela 7.2 – Espessura mínima e condutividade térmica de isolamento de tubulações de distribuição e recirculação de água quente

Elemento	Condutividade térmica (W/(m.K))	Espessura mínima do isolamento (mm)
Tubulações internas de distribuição e recirculação de água de água quente	≤ 0,040	13

Fonte: adaptado de AS/NZS 3500.4 (2003).

7.2.3 Reservatório de água quente

Quando existentes, os reservatórios de água quente devem obedecer aos limites de perda específica de energia máxima descritos na Tabela 7.3.

Tabela 7.3 – Perda específica térmica de reservatório de água quente em **standby**

Volume de Reservatório (litros)	Perdas (kWh/dia)
100	0,865
150	1,349
200	1,799
250	2,249
300	2,699
400	2,932
500	3,498
600	3,998
800	4,798

Nota: Para dimensões não especificadas nesta Tabela, deve-se utilizar a Equação 7.2, obtida a partir da regressão linear dos valores tabelados.

$$E_{A,res} = 0{,}0054.V_{res} + 0{,}6936 \qquad \textbf{Equação (7.2)}$$

Onde:
$E_{A,res}$ é a perda térmica específica do reservatório (kWh/dia);
V_{res} é o volume do reservatório (litros).

$$RedC_{EP} = ((C_{EP,ref} - C_{EP,real}) / C_{EP,ref}).100 \qquad \textbf{Equação (8.1)}$$

Onde:
$RedC_{EP}$ é o percentual de redução do consumo de energia primária da UH real em relação à UH na condição de referência (%);
$C_{EP,ref}$ é o consumo anual de energia primária da UH na condição de referência (kWh/ano);
$C_{EP,real}$ é o consumo anual de energia primária da UH na condição real (kWh/ano).

O consumo de energia primária da UH na condição real ($C_{EP,real}$) e na condição de referência ($C_{EP,ref}$) deve ser calculado conforme as equações 8.2 e 8.3, respectivamente. O consumo de energia primária da UH na condição real ($C_{EP,real}$) é definido pela soma de seu consumo estimado de energia elétrica ($C_{EE,real}$, Equação 8.5) e térmica ($C_{ET,real}$, Equação 8.8), multiplicados pelos respectivos fatores de conversão (fc_E e fc_T), descontando-se a parcela de energia primária referente à geração local de energia renovável, quando existente.

O consumo de energia primária da UH em sua condição de referência ($C_{EP,ref}$) é definido pelo consumo estimado de energia elétrica ($C_{EE,ref}$, Equação 8.6) multiplicado pelo seu respectivo fator de conversão (fc_E). Na condição de referência não deve ser considerada a parcela de energia primária referente à geração local de energia renovável.

Os fatores de conversão da energia elétrica (fc_E) e térmica (fc_T) em energia primária podem ser consultados no site do PBE edifica[6], bem como na Tabela 8.1.

Tabela 8.1 – Fatores de conversão de energia elétrica e térmica em energia primária

Fonte de energia	Fator de conversão	
Energia elétrica	fc_E	1,6
Energia térmica - Gás Natural (GN)	fc_T	1,1
Energia térmica – Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)	fc_T	1,1

$$C_{EP,real} = (C_{EE,real} \cdot fc_E) + (C_{ET,real} \cdot fc_T) - (G_{EE} \cdot fc_E) \quad \text{Equação (8.2)}$$

Onde:
$C_{EP,real}$ é o consumo anual de energia primária da UH na condição real (kWh/ano);
$C_{EE,real}$ é o consumo total de energia elétrica da UH na condição real (kWh/ano);
$C_{ET,real}$ é o consumo total de energia térmica da UH na condição real (kWh/ano);
G_{EE} é a energia gerada por fontes locais de energia renovável (kWh/ano);
fc_E é o fator de conversão de energia elétrica em energia primária;
fc_T é o fator de conversão de energia térmica em energia primária.

$$C_{EP,ref} = (C_{EE,ref} \cdot fc_E) \quad \text{Equação (8.3)}$$

Onde:
$C_{EP,ref}$ é o consumo anual de energia primária da UH na condição de referência (kWh/ano);
$C_{EE,ref}$ é o consumo total de energia elétrica da UH na condição de referência (kWh/ano);
fc_E é o fator de conversão de energia elétrica em energia primária.

$$C_{EPT,real} = (C_{EE,real} \cdot fc_E) + (C_{ET,real} \cdot fc_T) \quad \text{Equação (8.4)}$$

Onde:
$C_{EPT,real}$ é o consumo de energia primária total da UH na condição real, sem a parcela relativa à geração de energia renovável (kWh/ano);
$C_{EE,real}$ é o consumo total de energia elétrica da UH na condição real (kWh/ano);
$C_{ET,real}$ é o consumo total de energia térmica da UH na condição real (kWh/ano);
fc_E é o fator de conversão de energia elétrica em energia primária;
fc_T é o fator de conversão de energia térmica em energia primária.

$$C_{EE,real} = CR_{UH,real} + CA_{UH,real} + C_{AAE,real} + C_{EQ} \quad \text{Equação (8.5)}$$

Onde:
$C_{EE,real}$ é o consumo total de energia elétrica da UH na condição real (kWh/ano);
$CR_{UH,real}$ é o consumo de energia elétrica para refrigeração da UH na condição real (kWh/ano);
$CA_{UH,real}$ é o consumo de energia elétrica para aquecimento da UH na condição real (kWh/ano);
$C_{AAE,real}$ é o consumo do sistema de aquecimento de água proveniente de fontes de energia elétrica da UH na condição real (kWh/ano);
C_{EQ} é o consumo médio estimado de energia elétrica dos equipamentos (kWh/ano), calculado por meio da Equação 8.7.

$$C_{EE,ref} = CR_{UH,ref} + CA_{UH,ref} + C_{AAE,ref} + C_{EQ} \quad \text{Equação (8.6)}$$

Onde:
$C_{EE,ref}$ é o consumo total de energia elétrica da UH na condição de referência (kWh/ano);
$CR_{UH,ref}$ é o consumo de energia elétrica para refrigeração da UH na condição de referência (kWh/ano);
$CA_{UH,ref}$ é o consumo de energia elétrica para aquecimento da UH na condição de referência (kWh/ano);
$C_{AAE,ref}$ é o consumo do sistema de aquecimento de água proveniente de fontes de energia elétrica da UH na condição de referência (kWh/ano);
C_{EQ} é o consumo médio estimado de energia elétrica dos equipamentos (kWh/ano), calculado por meio da Equação 8.7.

O consumo médio de equipamentos (C_{EQ}) deve ser estimado pela Equação 8.7 e é o mesmo para a UH na condição real e na condição de referência. Estão excluídos deste cálculo o consumo de água quente e de condicionamento do ar, já computados pelas equações 8.5 e 8.6.

$$C_{EQ} = (44{,}6 + (26{,}6 \cdot N)) \cdot 12 \quad \text{Equação (8.7)}$$

Onde:
C_{EQ} é o consumo médio estimado de equipamentos (kWh/ano);
N é o número de habitantes da UH; deve-se considerar duas pessoas por dormitório.

O consumo total de energia térmica da UH é exclusivo da condição real ($C_{ET,real}$, Equação 8.8) sendo equivalente ao consumo do sistema de aquecimento de água em energia térmica, somado ao consumo para aquecimento do ambiente por fontes de energia térmica, quando existentes.

$$C_{ET,real} = C_{AAT,real} + CA_{T,real} \quad \text{Equação (8.8)}$$

Onde:
$C_{ET,real}$ é o consumo total de energia térmica da UH na condição real (kWh/ano);
$C_{AAT,real}$ é o consumo do sistema de aquecimento de água proveniente de fontes de energia térmica da UH na condição real (kWh/ano);
$CA_{T,real}$ é o consumo de energia térmica para aquecimento da UH na condição real (kWh/ano).

Sistema	Cálculo da altura manométrica das bombas (7.1.2.2.1)	Controle de temperatura por zona (7.1.2.2.2)	Faixa de temperatura de controle (7.1.2.2.3)	Aquecimento suplementar (7.1.2.2.4)	Evitar aquecimento e refrigeração simultâneo (7.1.2.2.5)	Sistema de desligamento automático (7.1.2.2.6)	Agrupamento de zonas (7.1.2.2.7)	Controles e dimensionamento do sistema de ventilação (7.1.2.2.8)	Controles e dimensionamento dos sistemas hidrônicos (7.1.2.2.12)	Equipamentos de rejeição de calor (7.1.2.2.13)	Isolamento térmico de tubulações com fluxo de fluídos (7.1.2.2.14)
Expansão direta a ar sem aquecimento	N/A	√	√	N/A	N/A	√	√	√	N/A	N/A	√
Expansão direta a ar com aquecimento	N/A	√	√	√	√	√	√	√	N/A	N/A	√
Expansão direta a água sem aquecimento	√	√	√	N/A	N/A	√	√	√	N/A	√	√
Expansão direta a água com aquecimento	√	√	√	√	√	√	√	√	N/A	√	√
VRF a ar sem aquecimento	N/A	√	√	N/A	N/A	√	√	N/A	N/A	N/A	√
VRF a ar com aquecimento	N/A	√	√	√	√	√	√	N/A	N/A	N/A	√
VRF a água sem aquecimento	√	√	√	N/A	N/A	√	√	N/A	N/A	√	√
VRF a água com aquecimento	√	√	√	√	√	√	√	N/A	N/A	√	√
Água gelada com **chiller** a ar sem aquecimento	√	√	√	N/A	N/A	√	√	√	√	N/A	√
Água gelada com **chiller** a ar com aquecimento	√	√	√	√	√	√	√	√	√	N/A	√
Água gelada com **chiller** a água sem aquecimento	√	√	√	N/A	N/A	√	√	√	√	√	√
Água gelada com **chiller** a água com aquecimento	√	√	√	√	√	√	√	√	√	√	√

Tabela 8.2 - Intervalos das classificações de eficiência energética da UH

SAA	ZB	$RedC_{EP}$ (%)				
		Classe A	Classe B	Classe C	Classe D	Classe E
com acumulação	ZB1 a ZB3	$RedC_{EP} \geq 23$	$23 > RedC_{EP} \geq 11{,}5$	$11{,}5 > RedC_{EP} \geq 0$	$0 > RedC_{EP} \geq -11{,}5$	$RedC_{EP} < -11{,}5$
	ZB4 a ZB6	$RedC_{EP} \geq 26$	$26 > RedC_{EP} \geq 13$	$13 > RedC_{EP} \geq 0$	$0 > RedC_{EP} \geq -13$	$RedC_{EP} < -13$
	ZB7 e ZB8	$RedC_{EP} \geq 32$	$32 > RedC_{EP} \geq 16$	$16 > RedC_{EP} \geq 0$	$0 > RedC_{EP} \geq -16$	$RedC_{EP} < -16$
sem acumulação	ZB1 a ZB3	$RedC_{EP} \geq 18$	$18 > RedC_{EP} \geq 9$	$9 > RedC_{EP} \geq 0$	$0 > RedC_{EP} \geq -9$	$RedC_{EP} < -9$
	ZB4 a ZB6	$RedC_{EP} \geq 23$	$23 > RedC_{EP} \geq 11{,}5$	$11{,}5 > RedC_{EP} \geq 0$	$0 > RedC_{EP} \geq -11{,}5$	$RedC_{EP} < -11{,}5$
	ZB7 e ZB8	$RedC_{EP} \geq 30$	$30 > RedC_{EP} \geq 15$	$15 > RedC_{EP} \geq 0$	$0 > RedC_{EP} \geq -15$	$RedC_{EP} < -15$

O atendimento ao critério de $PHFT_{UH}$ na classe B e na classe A é realizado por meio de um incremento do $PHFT_{UH,real}$ em relação ao $PHFT_{UH,ref}$ ($\Delta PHFT$), conforme apresentado na Tabela 8.3, seguindo o procedimento de cálculo da Equação 8.9. O valor referente ao $\Delta PHFT_{min}$, que representa o incremento mínimo do $PHFT_{UH,real}$ para o atendimento às classes de eficiência energética, é fornecido na Tabela 8.6 (classe B) e na Tabela 8.7 (classe A).

$$\Delta PHFT = PHFT_{UH,real} - PHFT_{UH,ref} \quad \text{Equação (8.9)}$$

Onde:
$\Delta PHFT$ é o incremento do $PHFT_{UH,real}$ em relação ao $PHFT_{UH,ref}$;
$PHFT_{UH,real}$ é o percentual de horas de ocupação da UH no modelo real dentro de uma faixa de temperatura operativa (%);
$PHFT_{UH,ref}$ é o percentual de horas de ocupação da UH no modelo de referência dentro de uma faixa de temperatura operativa (%).

Tabela 8.3 - Critério de classificação de eficiência energética da envoltória quanto ao $PHFT_{UH}$

Classe A	Classe B	Classe C	Classe D
$\Delta PHFT \geq \Delta PHFT_{mín}$	$\Delta PHFT \geq \Delta PHFT_{mín}$	$PHFT_{UH,real} > 0{,}9.PHFT_{UH,ref}$	$PHFT_{UH,real} > 0{,}9.PHFT_{UH,ref}$

8.2.1.2 Temperaturas operativas anuais máxima e mínima da UH ($Tomáx_{UH}$ e $Tomín_{UH}$)

Para as classes de eficiência energética D, C, B e A, em todas as zonas bioclimáticas, a temperatura operativa anual máxima do modelo real deve ser menor ou igual à obtida para o modelo de referência, após somado um valor de tolerância (ΔTomáx), conforme Equação 8.10:

$$Tomáx_{UH,real} \leq Tomáx_{UH,ref} + \Delta Tomáx \quad \text{Equação (8.10)}$$

Onde:
$Tomáx_{UH,real}$ é a temperatura operativa anual máxima da UH no modelo real (°C);
$Tomáx_{UH,ref}$ é a temperatura operativa anual máxima da UH no modelo de referência (°C);
ΔTomáx é o valor de tolerância da temperatura operativa anual máxima (°C).

Nota: Deve-se considerar ΔTomáx igual a 2 °C para UHs unifamiliares e para UHs em edificações multifamiliares localizadas no pavimento de cobertura. Para UHs em edificações multifamiliares localizadas nos pavimentos térreo ou tipo, deve-se adotar ΔTomáx igual a 1 °C.

A temperatura operativa anual mínima deve ser analisada nas zonas bioclimáticas 1, 2, 3 ou 4, onde a $Tomín_{UH}$ do modelo real deverá ser igual ou superior à $Tomín_{UH}$ do modelo de referência, após reduzido um valor de tolerância (ΔTomín). Deve-se adotar ΔTomín igual a 1 °C para todas as UHs avaliadas. O critério de temperatura operativa anual mínima é descrito pela Equação 8.11:

$$Tomín_{UH,real} \geq Tomín_{UH,ref} - \Delta Tomín \quad \text{Equação (8.11)}$$

Onde:
$Tomín_{UH,real}$ é a temperatura operativa anual mínima da UH no modelo real (°C);
$Tomín_{UH,ref}$ é a temperatura operativa anual mínima da UH no modelo de referência (°C);
ΔTomín é o valor de tolerância da temperatura operativa anual mínima (°C).

8.2. Classificação da eficiência energética dos sistemas individuais

8.2.1. Determinação da classificação de eficiência energética da envoltória

A envoltória deve ser classificada de acordo com o percentual de redução da carga térmica total anual da edificação real em comparação com a mesma edificação em sua condição de referência (RedCgTT), conforme determinado no Anexo B.I, subitem B.I.1.

A escala relativa à classificação de eficiência energética da envoltória baseia-se no coeficiente de redução da carga térmica total anual da classificação D para a A ($CRCgTT_{D-A}$), conforme Equação 8.10.

$$RedCgTT = ((CgTT_{UH,ref} - CgTT_{UH,real}) / CgTT_{UH,ref}) \cdot 100 \qquad \textbf{Equação (8.12)}$$

Onde:
RedCgTT é a redução da carga térmica total da UH no modelo real em relação ao modelo de referência (%);
$CgTT_{UH,real}$ é a carga térmica total da UH no modelo real (kWh/ano);
$CgTT_{UH,ref}$ é a carga térmica total da UH no modelo de referência (kWh/ano).

Tabela 8.4 - Critério de classificação de eficiência energética da envoltória quanto à $CgTT_{UH}$

Classe A	Classe B	Classe C	Classe D
$RedCgTT \geq RedCgTT_{min\,A}$	$RedCgTT \geq RedCgTT_{min\,B}$	$RedCgTT \geq 0\%$	$RedCgTT \geq RedCgTT_{min\,D}$

8.2.1.4 Incremento mínimo do $PHFT_{UH,real}$ ($\Delta PHFT_{min}$) e redução mínima da $CgTT_{UH,real}$ ($RedCgTT_{min}$)

Os valores de $RedCgTT_{min}$ são apresentados na Tabela 8.5 (classe D), na Tabela 8.6 (classe B) e na Tabela 8.7 (classe A). Para as classes B e A, também é necessário o atendimento à um $\Delta PHFT_{min}$, apresentado na Tabela 8.6 (classe B) e na Tabela 8.7 (classe A). A $RedCgTT_{min}$ e o $\Delta PHFT_{min}$ devem ser analisados a partir dos valores de $PHFT_{UH,ref}$ e de $CgTT_{UH,ref}$ do modelo de referência.

Tabela 8.5 - $RedCgTT_{min\,D}$ para o atendimento à classe D de eficiência energética

Critério		Tipologia			
		Unifamiliar	Multifamiliar		
		-	Pavimento térreo	Pavimento tipo	Pavimento cobertura
$CgTT_{UH,ref}/A_{p,UH}$ (kWh/(ano.m²))		$RedCgTT_{min\,D}$ (%)			
$CgTT_{UH,ref}/A_{p,UH} < 100$		-17	-15	-22	-15
$CgTT_{UH,ref}/A_{p,UH} \geq 100$		-27	-20	-25	-20

O coeficiente de redução da carga térmica total anual da classificação D para a A deve ser determinado a partir do fator de forma da edificação (FF), conforme Equação 8.8, e classificação climática no qual esta está inserida (Anexo G). O coeficiente de redução difere para cada tipologia, devendo ser obtido por meio das Tabelas 8.12 a 8.19.

Nota 1: Caso a envoltória possua mais de uma tipologia em seu volume avaliado, deve-se considerar a tipologia dominante (a de maior área) para a escolha da tabela referente ao coeficiente de redução da carga térmica.

Nota 2: Edificações em blocos devem ser avaliadas separadamente, considerando-se assim um fator de forma para cada bloco e, consequentemente, uma classificação para cada bloco.

O intervalo dentro do qual a edificação proposta será classificada "i" deve ser dividido em 3 partes; cada parte se refere a um dos intervalos de classificação da escala de eficiência, que varia de A até D. Caso a edificação real apresente carga térmica total anual superior à condição de referência, sua classificação final será E.

A partir do valor calculado de "i", deve-se preencher a Tabela 8.11. Na sequência, deve-se comparar o valor do percentual de redução da carga térmica total anual da edificação (RedCgTT) com os limites definidos, identificando a classificação de eficiência energética da envoltória da edificação em questão. Caso a edificação real apresente RedCgTT negativo, sua classificação final será E.

Tabela 8.6 - $\Delta PHFT_{min}$ e $RedCgTT_{min\,B}$ para o atendimento à classe B de eficiência energética

Critério		Tipologia			
		Unifamiliar	Multifamiliar		
		-	Pavimento térreo	Pavimento tipo	Pavimento cobertura
$PHFT_{UH,ref}$ (%)	$CgTT_{UH,ref}/A_{p,UH}$ (kWh/(ano.m²))	$\Delta PHFT_{min}$ (%)			
$PHFT_{UH,ref} < 70\%$	Todos os valores	Obtido a partir do ábaco ou equações da Figura 8.1			
$PHFT_{UH,ref} \geq 70\%$	Todos os valores	0	0	0	0
$PHFT_{UH,ref}$ (%)	$CgTT_{UH,ref}/A_{p,UH}$ (kWh/(ano.m²))	$RedCgTT_{min}$ (%)			
$PHFT_{UH,ref} < 70\%$	Todos os valores	0	0	0	0
$PHFT_{UH,ref} \geq 70\%$	$CgTT_{UH,ref}/A_{p,UH} < 100$	17	15	22	15
	$CgTT_{UH,ref}/A_{p,UH} \geq 100$	27	20	25	20

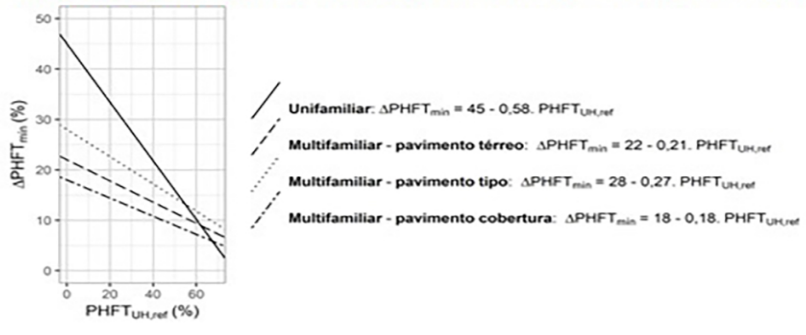
Tabela 8.7 - $\Delta PHFTmín$ e $RedCgTTmínA$ para o atendimento à classe A de eficiência energética

Critério		Tipologia			
		Unifamiliar	Multifamiliar		
		-	Pavimento térreo	Pavimento tipo	Pavimento cobertura
$PHFT_{UH,ref}$ (%)	$CgTT_{UH,ref}/A_{p,UH}$ (kWh/(ano.m²))	$\Delta PHFT_{min}$ (%)			
$PHFT_{UH,ref} < 70\%$	Todos os valores	Obtido a partir do ábaco ou equações da Figura 8.1			
$PHFT_{UH,ref} \geq 70\%$	Todos os valores	0	0	0	0
$PHFT_{UH,ref}$ (%)	$CgTT_{UH,ref}/A_{p,UH}$ (kWh/(ano.m²))	$RedCgTT_{minA}$ (%)			
Todos os valores	$CgTT_{UH,ref}/A_{p,UH} < 100$	35	30	45	30
	$CgTT_{UH,ref}/A_{p,UH} \geq 100$	55	40	50	40

- Os valores de $\Delta PHFT_{min}$ e $RedCgTT_{min}$ do pavimento térreo somente para as UHs posicionadas em contato com o solo;

- UHs localizadas em pavimento térreo sobre pilotis, ou que possuam pavimentos no subsolo abaixo delas, devem considerar os valores de $\Delta PHFT_{min}$ e $RedCgTT_{min}$ do pavimento tipo;
- Os valores de $\Delta PHFT_{min}$ e $RedCgTT_{min}$ do pavimento de cobertura para as UHs localizadas no último andar da edificação, assim como em pavimentos tipo com cobertura parcialmente exposta.

Figura 8.1 - Ábaco e equações para a obtenção do $\Delta PHFT_{min}$ quando o $PHFT_{UH,ref}$ for inferior a 70%



Sistema	$RedC_{AA}$ (%)				
	Classe A	Classe B	Classe C	Classe D	Classe E
Com acumulação	$RedC_{AA} > 30$	$30 \geq RedC_{AA} > 20$	$20 \geq RedC_{AA} > 10$	$10 \geq RedC_{AA} \geq 0$	$RedC_{AA} < 0$
Sem acumulação	$RedC_{AA} > 21$	$21 \geq RedC_{AA} > 14$	$14 \geq RedC_{AA} > 7$	$7 \geq RedC_{AA} \geq 0$	$RedC_{AA} < 0$

$$RedC_{EP,AUC} = ((C_{EP,AUC,ref} - C_{EP,AUC,real}) / C_{EP,AUC,ref}).100 \qquad \textbf{Equação (9.1)}$$

Onde:
$RedC_{EP,AUC}$ é o percentual de redução do consumo de energia primária das áreas de uso comum na condição real em relação à AUC na condição de referência (%);
$C_{EP,AUC,ref}$ é o consumo anual de energia primária das áreas de uso comum na condição de referência (kWh/ano);
$C_{EP,AUC,real}$ é o consumo anual de energia primária das áreas de uso comum na condição real (kWh/ano).

Tabela 9.1 – Limites inferiores de $RedC_{EP,AUC}$ para as áreas de uso comum sem elevador

Sistema	$RedC_{EP,AUC}$ (%) – sem elevador				
	Classe A	Classe B	Classe C	Classe D	Classe E
AUC sem elevador	$RedC_{EP,AUC} \geq 30$	$30 > RedC_{EP,AUC} \geq 15$	$15 > RedC_{EP,AUC} \geq 0$	$0 > RedC_{EP,AUC} \geq -15$	$RedC_{EP,AUC} < -15$

Tabela 9.2 – Limites inferiores de $RedC_{EP,AUC}$ para as áreas de uso comum com elevador

Tipo de edificação	Quantidade de elevadores	$RedC_{EP,AUC}$ (%) – com elevador				
		Classe A	Classe B	Classe C	Classe D	Classe E
Edificação com até 6 UHs	Um elevador	$RedC_{EP,AUC} \geq 40$	$40 > RedC_{EP,AUC} \geq 20$	$20 > RedC_{EP,AUC} \geq 0$	$0 > RedC_{EP,AUC} \geq -20$	$RedC_{EP,AUC} < -20$
	Mais de um elevador	$RedC_{EP,AUC} \geq 50$	$50 > RedC_{EP,AUC} \geq 25$	$25 > RedC_{EP,AUC} \geq 0$	$0 > RedC_{EP,AUC} \geq -25$	$RedC_{EP,AUC} < -25$
Edificação de 7 até 20 UHs	Um elevador	$RedC_{EP,AUC} \geq 28$	$28 > RedC_{EP,AUC} \geq 14$	$14 > RedC_{EP,AUC} \geq 0$	$0 > RedC_{EP,AUC} \geq -14$	$RedC_{EP,AUC} < -14$
	Mais de um elevador	$RedC_{EP,AUC} \geq 32$	$32 > RedC_{EP,AUC} \geq 16$	$16 > RedC_{EP,AUC} \geq 0$	$0 > RedC_{EP,AUC} \geq -16$	$RedC_{EP,AUC} < -16$
Edificação com mais de 20 UHs	Um elevador	$RedC_{EP,AUC} \geq 26$	$26 > RedC_{EP,AUC} \geq 13$	$13 > RedC_{EP,AUC} \geq 0$	$0 > RedC_{EP,AUC} \geq -13$	$RedC_{EP,AUC} < -13$
	Mais de um elevador	$RedC_{EP,AUC} \geq 30$	$30 > RedC_{EP,AUC} \geq 15$	$15 > RedC_{EP,AUC} \geq 0$	$0 > RedC_{EP,AUC} \geq -15$	$RedC_{EP,AUC} < -15$

$$C_{EP,AUC,real} = (C_{EE,AUC,real} \cdot fc_E) + (C_{ET,AUC,real} \cdot fc_T) - (G_{EE,AUC} \cdot fc_E) \qquad \textbf{Equação (9.2)}$$

Onde:
$C_{EP,AUC,real}$ é o consumo anual de energia primária das áreas de uso comum na condição real (kWh/ano);
$C_{EE,AUC,real}$ é o consumo total de energia elétrica das áreas de uso comum na condição real (kWh/ano);
$C_{ET,AUC,real}$ é o consumo total de energia térmica das áreas de uso comum na condição real (kWh/ano);
$G_{EE,AUC}$ é a energia gerada por fontes locais de energia renovável para as áreas de uso comum (kWh/ano);
fc_E é o fator de conversão de energia elétrica em energia primária;
fc_T é o fator de conversão de energia térmica em energia primária.

$$C_{EP,AUC,ref} = (C_{EE,AUC,ref} \cdot fc_E) \qquad \textbf{Equação (9.3)}$$

Onde:
$C_{EP,AUC,ref}$ é o consumo anual de energia primária das áreas de uso comum na condição de referência (kWh/ano);
$C_{EE,AUC,ref}$ é o consumo total de energia elétrica das áreas de uso comum na condição de referência (kWh/ano);
fc_E é o fator de conversão de energia elétrica em energia primária.

$$C_{EE,AUC,real} = C_{IL,real} + C_{B,real} + C_{ELEV,real} + C_{AC,real} + C_{AAE,AUC,real} + C_{EQ,AUC} \qquad \textbf{Equação (9.4)}$$

Onde:
$C_{EE,AUC,real}$ é o consumo total de energia elétrica das áreas de uso comum na condição real (kWh/ano);
$C_{IL,real}$ é o consumo de iluminação das áreas de uso comum na condição real (kWh/ano);
$C_{B,real}$ é o consumo das bombas elétricas das áreas de uso comum na condição real (kWh/ano);
$C_{ELEV,real}$ é o consumo de energia elétrica dos elevadores na condição real (kWh/ano);
$C_{AC,real}$ é o consumo de refrigeração do sistema de condicionamento de ar das áreas de uso comum na condição real (kWh/ano);
$C_{AAE,AUC,real}$ é o consumo do sistema de aquecimento de água em energia elétrica das áreas de uso comum na condição real (kWh/ano);
$C_{EQ,AUC}$ é o consumo médio estimado de energia elétrica dos equipamentos das áreas de uso comum (kWh/ano), calculado por meio da Equação 9.6.

$$C_{EE,AUC,ref} = C_{IL,ref} + C_{B,ref} + C_{ELEV,ref} + C_{AC,ref} + C_{AAE,AUC,ref} + C_{EQ,AUC} \qquad \textbf{Equação (9.5)}$$

Onde:
$C_{EE,AUC,ref}$ é o consumo total de energia elétrica das áreas de uso comum na condição de referência (kWh/ano);
$C_{IL,ref}$ é o consumo de iluminação das áreas de uso comum na condição de referência (kWh/ano);
$C_{B,ref}$ é o consumo das bombas elétricas das áreas de uso comum na condição de referência (kWh/ano);
$C_{ELEV,ref}$ é o consumo de energia elétrica dos elevadores na condição de referência (kWh/ano);
$C_{AC,ref}$ é o consumo de refrigeração do sistema de condicionamento de ar das áreas de uso comum na condição de referência (kWh/ano);
$C_{AAE,AUC,ref}$ é o consumo do sistema de aquecimento de água em energia elétrica das áreas de uso comum na condição de referência (kWh/ano);
$C_{EQ,AUC}$ é o consumo médio estimado de energia elétrica dos equipamentos das áreas de uso comum (kWh/ano), calculado por meio da Equação 9.6.

Nota: Edificações que utilizam fontes de energia térmica voltadas para o atendimento da demanda de água quente terão sempre como condição de referência o consumo de energia de fonte elétrica.

$$C_{EQ,AUC} = (P_i \cdot h \cdot N_{ano})/1000 \qquad \textbf{Equação (9.6)}$$

Onde:
$C_{EQ,AUC}$ é o consumo médio estimado de energia elétrica dos equipamentos das áreas de uso comum (kWh/ano);
P_i é a potência instalada dos equipamentos (W);
h são as horas de uso diárias da área de uso comum, obtidas na Tabela G.1 do Anexo G;
N_{ano} é o número de dias de ocupação ao ano, obtidos Tabela G.1 do Anexo G.

Tabela 7.9 – Limites de potência dos ventiladores

Opção	Valor máximo aceitável (kW)	
	Volume constante	Volume variável
Opção 1 – Potência nominal (de placa) do sistema de ventilação	$0{,}0017 \cdot V_S$	$0{,}0024 \cdot V_S$
Opção 2 – Potência de entrada do sistema de ventilação	$0{,}0015 \cdot V_S + A$	$0{,}0021 \cdot V_S + A$

Nota: V_S é a vazão máxima projetada de insuflamento de ar para os espaços condicionados pelo sistema de ventilação em análise em L/s. A é a soma de $[\Delta p \times V_D/650000]$. Δp é cada ajuste de perda de carga aplicável da Tabela 7.10, e V_D a vazão do fluxo de ar projetada para cada dispositivo aplicável da Tabela 7.10 em L/s.

8.2.2. Determinação da classificação de eficiência energética do sistema de condicionamento de ar

A classificação de eficiência energética do sistema de condicionamento de ar baseia-se no percentual de redução de consumo para refrigeração ($RedC_R$), calculado de acordo com o Anexo B.II, subitem B.II.1. O limite inferior do percentual de redução ($RedC_R$) para cada intervalo de classificação varia de acordo com a classificação climática, como exposto na Tabela 8.20. Caso a edificação real apresente $RedC_R$ negativo, sua classificação final será E.

$$C_{ET,AUC,real} = C_{AAT,AUC,real}$$ **Equação (9.7)**

Onde:
$C_{ET,AUC,real}$ é o consumo total de energia térmica das áreas de uso comum na condição real (kWh/ano);
$C_{AAT,AUC,real}$ é o consumo do sistema de aquecimento de água proveniente de fontes de energia térmica das áreas de uso comum na condição real (kWh/ano).

8.2.3. Determinação da classificação de eficiência energética do sistema de iluminação

A escala relativa à classificação de eficiência energética do sistema de iluminação deve ser elaborada com base no percentual de redução do consumo do sistema de iluminação da classificação D ($C_{IL,refD}$) para a classificação A ($C_{IL,refA}$). A definição das classes intermediárias da escala resulta da divisão do intervalo entre as classes D e A em três partes, "i", conforme Equação 8.11.

$$i = \frac{((C_{IL,refD} - C_{IL,refA}) / C_{IL,refD}).100}{3}$$ **Equação (9.8)**

Onde:
i é o coeficiente que representa os intervalos entre as classificações;
$C_{IL,refD}$ é o consumo do sistema de iluminação para a classificação D (kWh/ano);
$C_{IL,refA}$ é o consumo do sistema de iluminação para a classificação A (kWh/ano).

Os consumos do sistema de iluminação para as condições de referência equivalentes à classificação D e A ($C_{IL,refD}$ e $C_{IL,refA}$) devem ser calculados com base no Anexo G.I, subitem G.I.1.

Com o valor de "i" deve-se preencher a Tabela 9.3. A classificação de eficiência energética do sistema de iluminação é feita a partir do percentual de redução do consumo do sistema de iluminação da área de uso comum na condição real ($RedC_{IL}$) e a escala resultante, calculado conforme item G.I.1 do Anexo G. Caso o valor de $RedC_{IL}$ seja negativo, o sistema de iluminação recebe a classificação E.

Tabela 9.3 – Limites dos intervalos das classificações de eficiência energética para o sistema de iluminação

$RedC_{IL}$ (%)			
Classe A	Classe B	Classe C	Classe D
$RedC_{IL} > 3i$	$3i \geq RedC_{IL} > 2i$	$2i \geq RedC_{IL} > i$	$RedC_{IL} \leq i$

Os consumos do sistema de iluminação para as condições de referência equivalentes à classificação D e A ($C_{IL,refD}$ e $C_{IL,refA}$) devem ser calculados com base no Anexo B.III, subitem B.III.4.

Com o valor de "i" deve-se preencher a Tabela 8.21. A classificação de eficiência energética do sistema de iluminação é feita a partir do percentual de redução do consumo do sistema de iluminação da edificação real ($RedC_{IL}$) e a escala resultante. Caso a edificação real apresente $RedC_{IL}$ negativo, sua classificação final será E.

Tabela 9.4 – Limites dos intervalos das classificações de eficiência energética para as bombas e/ou motobombas

$RedC_B$ (%)				
Classe A	Classe B	Classe C	Classe D	Classe E
$RedC_B \geq 7,4$	$7,4 > RedC_B > 3,8$	$3,8 \geq RedC_B > 0$	$0 \geq RedC_B > -4,1$	$RedC_B \leq -4,1$

8.2.4. Determinação da classificação de eficiência energética do sistema de aquecimento de água

A classificação de eficiência energética do sistema de aquecimento de água baseia-se no percentual de redução de consumo de energia primária necessário para atender a demanda de água quente da edificação, calculado de acordo com o Anexo B.IV, subitem B.IV.1. O limite inferior do percentual de redução ($RedC_{AA}$) para cada intervalo de classificação varia de acordo o tipo de sistema empregado - com ou sem acumulação - conforme a Tabela 8.22. Caso a edificação real apresente $RedC_{AA}$ negativo, sua classificação final será E.

Tabela 9.5 - Coeficiente relativo à eficiência de cada elevador

Classe	Coeficiente relativo à eficiência de cada elevador (Cef_{ELEV}) – até 20 UHs	Coeficiente relativo à eficiência de cada elevador (Cef_{ELEV}) – acima de 20 UHs
A	1,00	1,00
B	1,50	1,67
C	3,00	2,50
D	6,00	4,17
E	12,00	6,25

Tabela 9.6 - Coeficiente relativo à eficiência do conjunto de elevadores

Classe	Coeficiente de ponderação para a determinação da classificação do conjunto de elevadores ($Coef_{ELEV}$) – até 20 UHs	Coeficiente de ponderação para a determinação da classificação do conjunto de elevadores ($Coef_{ELEV}$) – acima de 20 UHs
A	$Coef_{ELEV} = 1,00$	$Coef_{ELEV} = 1,00$
B	$1,00 < Coef_{ELEV} \leq 1,50$	$1,00 < Coef_{ELEV} \leq 1,67$
C	$1,50 < Coef_{ELEV} \leq 3,00$	$1,67 < Coef_{ELEV} \leq 2,50$
D	$3,00 < Coef_{ELEV} \leq 6,00$	$2,50 < Coef_{ELEV} \leq 4,17$
E	$Coef_{ELEV} > 6,00$	$Coef_{ELEV} > 4,17$

$$Coef_{ELEV} = \frac{\sum(C_{ELEV} \cdot Cef_{ELEV})}{\sum C_{ELEV}}$$ **Equação (9.9)**

Onde:
$Coef_{ELEV}$ é o coeficiente de ponderação para a determinação da classificação do conjunto de elevadores;
C_{ELEV} é o consumo anual de cada elevador (kWh/ano);
Cef_{ELEV} é o coeficiente relativo à eficiência energética de cada elevador.

ANEXO A - TABELAS PARA A CONDIÇÃO DE REFERÊNCIA DE EDIFICAÇÕES COMERCIAIS, DE SERVIÇOS E PÚBLICAS

Neste Anexo são definidos os valores dos parâmetros da edificação para a composição da condição de referência de diferentes tipologias.

A.1. Condições de referência

Nas Tabelas A.1 a A.7 são apresentadas as condições de referência conforme as diferentes tipologias de edificações comerciais:

a) Edificações de escritório (Tabela A.1);
b) Edificações educacionais: ensino médio, fundamental e superior (Tabela A.2);
c) Edificações de hospedagem: pequenas, médias e grandes (Tabela A.3);
d) Estabelecimentos Assistenciais de Saúde (EAS), exceto hospitais (Tabela A.4);
e) Edificações de varejo: lojas, lojas de departamento e shopping center (Tabela A.5);
f) Edificações de varejo: mercados (Tabela A.6);
g) Edificações de alimentação: restaurantes e praças de alimentação (Tabela A.7);

Nota 1: A partir desta INI-C podem ser avaliados somente os estabelecimentos assistenciais de saúde, a exemplo das clínicas pequenas e os postos de saúde. Hospitais não podem ser avaliados.

Nota 2: Caso a tipologia a ser avaliada não se encontre nas descrições acima, deve-se adotar os parâmetros descritos na Tabela A.8, assumindo-os como referência, desde que devidamente justificado.

Nota 3: Caso exista mais de uma tipologia em uma mesma edificação (edificações mistas), a avaliação deve ser feita separadamente para cada uma delas, considerando seus valores de referência conforme as tabelas apresentadas, somando-se ao final os seus consumos resultantes.

A.2. Elementos construtivos das paredes externas e cobertura

Na Tabela A.9 são apresentados os elementos construtivos e suas respectivas características adotadas nas paredes e cobertura das condições de referência.

Tabela 9.7 – Limites para classificação do sistema de condicionamento de ar

Classe	Coeficiente de eficiência energética ponderado do sistema de condicionamento de ar da AUC ($CEE_{R,AUC}$)
A	≥ 5,5
B	$5,5 < CEE_{R,AUC} \leq 5,0$
C	$5,0 < CEE_{R,AUC} \leq 4,5$
D	$4,5 < CEE_{R,AUC} \leq 4,0$
E	$CEE_{R,AUC} < 4,0$

$$CEE_{R,AUC} = \frac{\sum(P_{equip} \times CEE_R)}{\sum P_{equip}}$$ **Equação (9.10)**

Onde:
$CEE_{R,AUC}$ é o coeficiente de eficiência energética ponderado do sistema de condicionamento de ar da AUC;
P_{equip} é a potência do equipamento de condicionamento de ar (em BTU/h);
CEE_R é o coeficiente de eficiência energética do equipamento de condicionamento de ar da AUC, conforme descrito no item B.II.1.

* A utilização do ângulo de obstrução vizinha (AOV) é opcional.

** Adotar este valor para a avaliação parcial da envoltória no caso da utilização do método do edifício completo (Subitem B.III.4.1). Para o método da atividade dos edifícios e potência ajustada, devem ser adotados os valores de potência de iluminação limite (DPI_L) para a classificação D.

*** Em casos em que se deseje utilizar os valores reais ou levantados por meio de projeto, a DPE para a condição real e de referência devem ser iguais. Caso sejam adotados valores não tabelados, deve ser entregue memorial de cálculo e declaração de responsabilidade técnica (ART/RRT).

**** Os dias de ocupação desta tipologia foram calculados com base na média de dias de semana por ano, excluindo-se os fins de semana.

***** Caso exista a necessidade da edificação operar com um setpoint diferente, deverá , seguindo-se então com o método de simulação; nestes casos, deve-se utilizar o mesmo setpoint para a edificação real e sua condição de referência.

****** Tipologia com consumo de água quente não significativo para a avaliação do sistema.

$$CR_{UH,real} = \frac{CgTR_{UH,real}}{CEE_R}$$ **Equação (B.II.1)**

Onde:
$CR_{UH,real}$ é o consumo de energia elétrica para refrigeração da UH no modelo real (kWh/ano);
$CgTR_{UH,real}$ é a carga térmica de refrigeração da UH no modelo real (kWh/ano), conforme descrito pelo procedimento de simulação computacional da ABNT NBR 15575-1, subseção 11.4;
CEE_R é coeficiente de eficiência energética do sistema de condicionamento de ar para refrigeração (W/W).

De forma análoga, a carga térmica para refrigeração da UH no modelo de referência ($CgTR_{UH,ref}$) deve ser utilizada para o cálculo do consumo de refrigeração da UH na condição de referência ($CR_{UH,ref}$), como descrito na Equação B.II.2.

$$CR_{UH,ref} = \frac{CgTR_{UH,ref}}{3,5}$$ **Equação (B.II.2)**

Onde:
$CR_{UH,ref}$ é o consumo de energia elétrica para refrigeração da UH no modelo de referência (kWh/ano);
$CgTR_{UH,ref}$ é a carga térmica de refrigeração da UH no modelo de referência (kWh/ano), conforme descrito pelo procedimento de simulação computacional da ABNT NBR 15575-1, subseção 11.4.

* A utilização do ângulo de obstrução por vizinhança (AOV) é opcional .

** Adotar este valor para a avaliação parcial da envoltória no caso da utilização do método do edifício completo (Subitem B.III.4.1). Para o método da atividade dos edifícios e potência ajustada, devem ser adotados os valores de potência de iluminação limite (DPI_L) para a classificação D.

*** Em casos em que se deseje utilizar os valores reais ou levantados por meio de projeto, a DPE para a condição real e de referência devem ser iguais. Caso sejam adotados valores não tabelados, deve ser entregue memorial de cálculo e declaração de responsabilidade técnica (ART/RRT).

**** Os dias de ocupação desta tipologia foram calculados com base na média de dias úteis por ano, excluindo-se os meses de férias, feriados nacionais e fins de semana.

***** Caso exista a necessidade da edificação operar com um setpoint diferente, deverá ser entregue uma carta de justificativa ao OIA, seguindo-se então com o método de simulação; nestes casos, deve-se utilizar o mesmo setpoint para a edificação real e sua condição de referência.

****** Válido para edificações educacionais com alojamento/internatos.

[a] Sistema de referência: chuveiro elétrico

[b] Sistema de referência: boiler elétrico.

$$CEE_R = 1,062.COP_R$$ **Equação (B.II.3)**

Onde:
CEE_R é o coeficiente de eficiência energética do sistema de condicionamento de ar para refrigeração (W/W);
COP_R é o coeficiente de performance para refrigeração do aparelho de condicionamento de ar (W/W).

* A utilização do ângulo de obstrução vizinha (AOV) é opcional .

** Adotar este valor para a avaliação parcial da envoltória no caso da utilização do método do edifício completo (Subitem B.III.4.1). Para o método da atividade dos edifícios e potência ajustada, devem ser adotados os valores de potência de iluminação limite (DPI_L) para a classificação D.

*** Em casos em que se deseje utilizar os valores reais ou levantados por meio de projeto, a DPE para a condição real e de referência devem ser iguais. Caso sejam adotados valores não tabelados, deve ser entregue memorial de cálculo e declaração de responsabilidade técnica (ART/RRT).

**** Os dias de ocupação desta tipologia foram calculados com base no total de dias dentro de um ano.

***** Caso exista a necessidade da edificação operar com um setpoint diferente, deverá ser entregue uma carta de justificativa, seguindo-se então com o método de simulação; nestes casos, deve-se utilizar o mesmo setpoint para a edificação real e sua condição de referência. [a] Sistema de referência: chuveiro elétrico

[b] Sistema de referência: boiler elétrico.

$$CEE_R = IDRS$$ **Equação (B.II.4)**

Onde:
CEE_R é o coeficiente de eficiência energética do sistema de condicionamento de ar para refrigeração (W/W);
IDRS é o Índice de Desempenho de Resfriamento Sazonal.

* A utilização do ângulo de obstrução vizinha (AOV) é opcional.

** Adotar este valor para a avaliação parcial da envoltória no caso da utilização do método do edifício completo (Subitem B.III.4.1). Para o método da atividade dos edifícios e potência ajustada, devem ser adotados os valores de potência de iluminação limite (DPI_L) para a classificação D.

*** Em casos em que se deseje utilizar os valores reais ou levantados por meio de projeto, a DPE para a condição real e de referência devem ser iguais. Caso sejam adotados valores não tabelados, deve ser entregue memorial de cálculo e declaração de responsabilidade técnica (ART/RRT).

**** Os dias de ocupação desta tipologia foram calculados com base no total de dias dentro de um ano.

***** Caso exista a necessidade da edificação operar com um setpoint diferente, deverá ser entregue uma carta de justificativa, seguindo-se então com o método de simulação; nestes casos, deve-se utilizar o mesmo setpoint para a edificação real e sua condição de referência.

****** Tipologia com consumo de água quente não significativo para a avaliação do sistema.

$$CEE_R = CSPF \qquad \textbf{Equação (B.II.5)}$$

Onde:
CEE_R é o coeficiente de eficiência energética do sistema de condicionamento de ar para refrigeração (W/W);
CSPF é o **Cooling Seasonal Performance Factor**.

* A utilização do ângulo de obstrução vizinha (AOV) é opcional .

** Adotar este valor para a avaliação parcial da envoltória no caso da utilização do método do edifício completo (Subitem B.III.4.1). Para o método da atividade dos edifícios e potência ajustada, devem ser adotados os valores de potência de iluminação limite (DPI_L) para a classificação D.

*** Em casos em que se deseje utilizar os valores reais ou levantados por meio de projeto, a DPE para a condição real e de referência devem ser iguais. Caso sejam adotados valores não tabelados, deve ser entregue memorial de cálculo e declaração de responsabilidade técnica (ART/RRT).

**** Os dias de ocupação desta tipologia foram calculados com base na média de dias úteis por ano, excluindo-se os domingos.

***** Caso exista a necessidade da edificação operar com um setpoint diferente, deverá ser entregue uma carta de justificativa, seguindo-se então com o método de simulação; nestes casos, deve-se utilizar o mesmo setpoint para a edificação real e sua condição de referência.

****** Tipologia com consumo de água quente não significativo para a avaliação do sistema.

$$CA_{UH,real} = \frac{CgTA_{UH,real}}{CEE_A} \qquad \textbf{Equação (B.II.6)}$$

Onde:
$CA_{UH,real}$ é o consumo de energia elétrica para aquecimento da UH no modelo real (kWh/ano);
$CgTA_{UH,real}$ é a carga térmica de aquecimento da UH no modelo real (kWh/ano), conforme descrito pelo procedimento de simulação computacional da ABNT NBR 15575-1, subseção 11.4;
CEE_A é o coeficiente de eficiência energética do sistema de condicionamento de ar para aquecimento (W/W). Para sistemas de condicionamento de ar **split** e de janela deve-se considerar o valor de 1,72 + (0,5. CEE_R) para todas as zonas bioclimáticas para o modelo real, ou dado do fabricante.

Nota: Caso não haja previsão do sistema de condicionamento de ar na UH, deve ser adotado o CEE_A da edificação em sua condição de referência.

De forma análoga, a carga térmica para aquecimento da UH no modelo de referência ($CgTA_{UH,ref}$) deve ser utilizada para o cálculo do consumo de aquecimento da UH na condição de referência ($CA_{UH,ref}$), como descrito na Equação B.II.7.

$$CA_{UH,ref} = \frac{CgTA_{UH,ref}}{3{,}47} \qquad \textbf{Equação (B.II.7)}$$

Onde:
$CA_{UH,ref}$ é o consumo de energia elétrica para aquecimento da UH na condição de referência (kWh/ano);
$CgTA_{rUH,ref}$ é a carga térmica total anual (kWh/ano) da edificação em sua condição de referência.

* A utilização do ângulo de obstrução vizinha (AOV) é opcional .

** Adotar este valor para a avaliação parcial da envoltória no caso da utilização do método do edifício completo (Subitem B.III.4.1). Para o método da atividade dos edifícios e potência ajustada, devem ser adotados os valores de potência de iluminação limite (DPI_L) para a classificação D.

*** Em casos em que se deseje utilizar os valores reais ou levantados por meio de projeto, a DPE para a condição real e de referência devem ser iguais. Caso sejam adotados valores não tabelados, deve ser entregue memorial de cálculo e declaração de responsabilidade técnica (ART/RRT).

**** Os dias de ocupação desta tipologia foram calculados com base na média de dias úteis por ano.

***** Caso exista a necessidade da edificação operar com um setpoint diferente, deverá ser entregue uma carta de justificativa, seguindo-se então com o método de simulação; nestes casos, deve-se utilizar o mesmo setpoint para a edificação real e sua condição de referência.

****** Tipologia com consumo de água quente não significativo para a avaliação do sistema.

Tabela 7.10 – Ajuste de perda de carga

	Dispositivo	Ajuste (Δp)
Créditos	Sistema de exaustão e/ou retorno do ar totalmente dutado	125 Pa (535 Pa para laboratórios e biotérios)
	Dispositivos de controle de vazão do ar de exaustão e/ou retorno	125 Pa
	Filtros na exaustão; lavadores; ou outro tratamento do ar de exaustão	A perda de carga do dispositivo calculada nas condições de projeto do sistema
	Sistema de filtragem - classe M5 – M6 (NBR 16.101)	125 Pa
	Sistema de filtragem - classe F7, F8 e F9 (NBR 16.101)	225 Pa
	Sistema de filtragem - classe ISO 15 ou superior e sistema de filtragem eletrônico (NBR ISO 29.463-1)	2 vezes o valor da perda de carga dos filtros limpos nas condições de projeto
	Purificadores de ar de carvão ativado ou outro tipo de purificador para odores ou gases.	A perda de carga dos filtros limpos nas condições de projeto
	Capela de laboratório	A perda de carga do dispositivo nas condições de projeto
	Serpentina de recuperação de calor	150 Pa para cada corrente de ar
	Outro dispositivo de recuperação de calor que não seja serpentina	(550 x Eficiência de recuperação de energia) – 125 Pa para cada corrente de ar
	Resfriador ou umidificador evaporativo em série com outra serpentina de resfriamento	A perda de carga do dispositivo nas condições de projeto
	Atenuador de ruído	38 Pa
	Sistema de exaustão com coifas/capelas	85 Pa
	Sistema de exaustão de laboratório ou biotério em edificações de grande altura	60 Pa/30 m de duto vertical que excede 25 m
Débitos	Sistemas sem dispositivos centrais de refrigeração	150 Pa
	Sistemas sem dispositivos centrais de aquecimento	75 Pa
	Sistemas com dispositivos centrais de aquecimento por resistência elétrica	50 Pa

Fonte: ASHRAE **Standard** 90.1 (2016).

* A utilização do ângulo de obstrução vizinha (AOV) é opcional .

** Adotar este valor para a avaliação parcial da envoltória no caso da utilização do método do edifício completo (Subitem B.III.4.1). Para o método da atividade dos edifícios e potência ajustada, devem ser adotados os valores de potência de iluminação limite (DPI_L) para a classificação D.

*** Em casos em que se deseje utilizar os valores reais ou levantados por meio de projeto, a DPE para a condição real e de referência devem ser iguais. Caso sejam adotados valores não tabelados, deve ser entregue memorial de cálculo e declaração de responsabilidade técnica (ART/RRT).

**** Os dias de ocupação desta tipologia foram calculados com base na média de dias úteis por ano.

***** Caso exista a necessidade da edificação operar com um setpoint diferente, deverá ser entregue uma carta de justificativa, seguindo-se então com o método de simulação; nestes casos, deve-se utilizar o mesmo setpoint para a edificação real e sua condição de referência.

[a] Sistema de referência: chuveiro elétrico

[b] Sistema de referência: boiler elétrico.

$$RedC_{AA} = ((C_{AA,ref} - C_{AA,real}) / C_{AA,ref}) \cdot 100 \qquad \textbf{Equação (B.III.1)}$$

Onde:
$RedC_{AA}$ é o percentual de redução do consumo de energia primária para a demanda de água quente da edificação na condição real em relação à edificação na condição de referência (%);
$C_{AA,ref}$ é o consumo de energia primária para a demanda de água quente da edificação na condição de referência (kWh/ano);
$C_{AA,real}$ é o consumo de energia primária para a demanda de água quente da edificação na condição real (kWh/ano).

* A utilização do ângulo de obstrução vizinha (AOV) é opcional .

** Adotar este valor para a avaliação parcial da envoltória no caso da utilização do método do edifício completo (Subitem B.III.4.1). Para o método da atividade dos edifícios e potência ajustada, devem ser adotados os valores de potência de iluminação limite (DPI_L) para a classificação D.

*** Em casos em que se deseje utilizar os valores reais ou levantados por meio de projeto, a DPE para a condição real e de referência devem ser iguais. Caso sejam adotados valores não tabelados, deve ser entregue memorial de cálculo e declaração de responsabilidade técnica (ART/RRT).

**** Os dias de ocupação desta tipologia foram calculados com base na média de dias úteis por ano.

***** Caso exista a necessidade da edificação operar com um setpoint diferente, deverá ser entregue uma carta de justificativa, seguindo-se então com o método de simulação; nestes casos, deve-se utilizar o mesmo setpoint para a edificação real e sua condição de referência.

******Avaliar se a tipologia possui consumo significativo de água quente; se sim, utilizar valores apresentados em uma tipologia que possui consumo de agua quente; se não, desconsiderar o sistema na avaliação geral.

[a] Tipologias não descritas anteriormente, em casos excepcionais, podem ter seus parâmetros de ocupação, horas de ocupação e dias de ocupação (N_{ano}) adaptados de acordo com o uso previsto para a edificação. Nestes casos, deve-se entregar carta de justificativa ao OIA, e utilizar o mesmo valor definido na edificação real e sua condição de referência.

$$C_{AA,real\ ou\ ref} = (C_{AAE,real\ ou\ ref} \cdot fc_E) + (C_{AAT,real} \cdot fc_T) \qquad \textbf{Equação (B.III.2)}$$

Onde:
C_{AA} é o consumo total de energia primária para aquecimento de água da edificação na condição real ($C_{AA,real}$) ou na condição de referência ($C_{AA,ref}$) (kWh/ano);
C_{AAE} é o consumo total para aquecimento de água proveniente de fontes de energia elétrica na condição real ($C_{AAE,real}$) ou na condição de referência ($C_{AAE,ref}$) (kWh/ano);
fc_E é o fator de conversão de energia elétrica para energia primária;
C_{AAT} é o consumo total para aquecimento de água proveniente de fontes de energia térmica da edificação na condição real ($C_{AAT,real}$) (kWh/ano). Não há energia térmica na condição de referência;
fc_T é o fator de conversão de energia térmica para energia primária.

ANEXO B - MÉTODO SIMPLIFICADO

Este Anexo tem por objetivo estabelecer os critérios para a determinação do consumo energético dos sistemas individuais inerentes às edificações comerciais, de serviços e públicas a partir da utilização do método simplificado.

O método descrito por este Anexo aplica-se somente às edificações que atendem aos critérios definidos no item 6, subitem 6.1. Edificações que não atendem a um ou mais critérios expostos nos limites descritos, devem ser avaliadas pelo método de simulação, conforme o Anexo C.

A partir do método simplificado deste Anexo, a edificação é avaliada sob duas condições: a condição real, com as características reais da edificação; e a condição de referência, com as características listadas nas tabelas do Anexo A desta Instrução Normativa Inmetro.

Fazem parte deste Anexo os sistemas individuais: envoltória (B.I), condicionamento de ar (B.II), iluminação (B.III) e aquecimento de água (B.IV).

ANEXO B.I - ENVOLTÓRIA

Neste Anexo são descritos os critérios para a avaliação da eficiência energética da envoltória de edificações comerciais, de serviços e públicas quanto à determinação da carga térmica total anual para refrigeração.

A partir deste método, podem ser avaliadas as edificações condicionadas artificialmente, edificações que alternam entre o uso da ventilação natural e o condicionamento artificial (ventilação híbrida), e edificações totalmente ventiladas naturalmente.

São descritos, ainda, os procedimentos para a determinação do percentual de redução da carga térmica total anual para a classificação da envoltória (RedCgTT), o que é feito comparando-se a carga térmica total anual da edificação real com a condição de referência.

B.I.1. Determinação do percentual de redução da carga térmica total anual

A determinação do percentual de redução da carga térmica total anual da edificação em suas condições real e de referência para a classificação da envoltória (RedCgTT) deve ser realizada a partir dos valores de carga térmica total anual da edificação em sua condição real ($CgTT_{real}$), e condição de referência ($CgTT_{refD}$), seguindo-se a Equação B.I.1.

$$C_{AAE,real} = N_{ano} \cdot \frac{E_{AAE} - E_{AA,rec,sol} + E_{per,E}}{r_{aq,E}} \qquad \textbf{Equação B.III.3.1}$$

$$C_{AAE,ref} = N_{ano} \cdot \frac{E_{AAE} + E_{per,E}}{r_{aq,E}} \qquad \textbf{Equação B.III.3.2}$$

Onde:
$C_{AAE,real}$ é o consumo de energia elétrica para aquecimento de água da edificação na condição real (kWh/ano)
$C_{AAE,ref}$ é o consumo de energia elétrica para aquecimento de água da edificação na condição de referência (kWh/ano);
N_{ano} é o número de dias de ocupação ao ano; considerar 365 dias;
E_{AAE} é a energia elétrica requerida para o atendimento da demanda de água quente (kWh/dia);
$E_{AA,rec,sol}$ é a energia para aquecimento de água proveniente de sistemas que recuperam calor ou energia solar térmica, quando existentes (kWh/dia). Para o sistema de referência essa parcela não deve ser considerada;
$E_{per,E}$ é a energia consumida para suprir as perdas térmicas atribuídas à fonte elétrica (kWh/dia);
$r_{aq,E}$ é o coeficiente de rendimento do equipamento para o aquecedor de água de fonte elétrica.

$$C_{AAT,real} = N_{ano} \cdot \frac{E_{AAT} - E_{AA,rec,sol} + E_{per,T}}{r_{aq,T}} \qquad \textbf{Equação (B.III.4)}$$

Onde:
$C_{AAT,real}$ é o consumo de energia térmica para aquecimento de água da edificação na condição real (kWh/ano);
N_{ano} é o número de dias de ocupação ao ano; considerar 365 dias;
E_{AAT} é a energia térmica requerida para o atendimento da demanda de água quente (kWh/dia);
$E_{AA,recsol}$ é a energia para o aquecimento de água proveniente de sistemas que recuperam calor ou energia solar térmica, quando existentes (kWh/dia);
$E_{per,T}$ é a energia consumida para suprir as perdas térmicas atribuídas à fonte térmica (kWh/dia);
$r_{aq,T}$ é o coeficiente de rendimento do equipamento aquecedor de água de fonte térmica.

B.I.2. Determinação da carga térmica total anual da edificação

O desempenho térmico da edificação deve ser avaliado por meio da carga térmica total anual (CgTT) da edificação na sua condição real ($CgTT_{real}$) e condição de referência ($CgTT_{refD}$).

Para a condição real, a carga térmica total anual deve ser calculada a partir do somatório das cargas térmicas de refrigeração anual ($CgTR_{real}$ em kWh/ano), considerando todas as zonas térmicas condicionadas artificialmente.

Caso seja considerado o aproveitamento da ventilação natural, deve-se computar a fração de horas de desconforto por calor em relação às horas de ocupação (FH_{desc}). Nesse caso, a carga térmica total anual da edificação real deve ser calculada por meio da Equação B.I.2.

$$E_{per,E} = E_{A,per,tot} \cdot PE_{AAE}$$ **Equação (B.III.5)**

Onde:
$E_{per,E}$ é a energia consumida para suprir as perdas térmicas atribuídas à fonte elétrica (kWh/dia);
$E_{A,per,tot}$ é a perda térmica total do sistema de aquecimento de água (kWh/dia);
PE_{AAE} é o percentual de energia atendido por fontes elétricas.

$$E_{per,T} = E_{A,per,tot} - E_{per,E}$$ **Equação (B.III.6)**

Onde:
$E_{per,T}$ é a energia consumida para suprir perdas térmicas atribuídas à fonte térmica (kWh/dia);
$E_{A,per,tot}$ é a perda térmica total do sistema de aquecimento de água (kWh/dia);
$E_{per,E}$ é a energia consumida para suprir as perdas térmicas atribuídas à fonte elétrica (kWh/dia).

Os percentuais de contribuição de cada fonte são descritos na Equação B.III.7. Observa-se que a energia compensada pelo sistema térmico solar e de recuperação de calor não é contabilizada no cálculo deste percentual.

$$PE_{AAE} = \frac{E_{AAE}}{E_{AAE} + E_{AAT}}$$ **Equação (B.III.7)**

Onde:
PE_{AAE} é o percentual de energia atendido por fontes elétricas;
E_{AAE} é a energia elétrica requerida para o atendimento da demanda de água quente (kWh/dia);
E_{AAT} é a energia térmica requerida para o atendimento da demanda de água quente (kWh/dia).

Para a condição de referência, a carga térmica total ($CgTT_{refD}$) deve ser equivalente ao valor da carga térmica de refrigeração anual ($CgTR_{refD}$) da edificação em sua condição de referência.

A carga térmica de refrigeração anual da edificação na condição real e de referência deve ser determinada conforme o item B.I.2.2; a fração de horas de desconforto por calor em relação às horas de ocupação para os casos em que há o aproveitamento da ventilação natural, conforme o item B.I.2.3.

B.I.2.1. Condições gerais

Incluem-se, de maneira especial, considerações específicas para alguns tipos de edificações:

a) A avaliação da envoltória de edificações que possuem volume único deve ser realizada de acordo com as tipologias contidas neste volume. A avaliação da carga térmica total anual deve ser feita separadamente para cada uma delas, considerando seus valores de referência conforme as tabelas de tipologias do Anexo A, e somadas ao final para a classificação;

b) Ao avaliar uma edificação composta por blocos conectados, cada bloco deve ter sua carga térmica total anual determinada separadamente. A partir dos valores de fator de forma de cada bloco individual, deve-se gerar assim uma classificação para cada bloco.

B.I.2.2. Edificações condicionadas artificialmente

A estimativa da carga térmica de refrigeração anual baseia-se em um metamodelo de análise que utiliza redes neurais artificiais para diferentes realidades climáticas brasileiras, representadas pelas zonas bioclimáticas nas quais estão inseridas (Anexo G).

A carga térmica de refrigeração anual (CgTR) deve ser determinada com base nos parâmetros construtivos físicos, geométricos e de carga interna da edificação. A partir da definição da tipologia da edificação (que deve seguir as tabelas do Anexo A), a edificação deve ser dividida em zonas térmicas de análise, conforme o subitem B.I.2.2.1.

Para cada zona térmica devem ser estipulados os parâmetros de entrada para o metamodelo considerando a edificação em sua condição real, e em sua condição de referência, conforme subitem B.I.2.2.2.

Os valores definidos para cada um dos parâmetros de entrada, e para cada zona térmica de análise, devem ser inseridos na interface do metamodelo (disponível em: <http://pbeedifica.com.br/redes/comercial/index_with_angular.html#>), que resultará no valor de densidade de carga térmica para refrigeração (DCgTR, em kWh/m²) e na carga térmica de refrigeração anual (CgTR, em kWh/ano) por zona.

B.I.2.2.1. Divisão das zonas térmicas

As zonas térmicas devem ser separadas de acordo com: a) tipologia da edificação; b) tipo e/ou especificações técnicas do sistema de condicionamento de ar; c) pé-direito da edificação; d) espaços com pisos em contato com o solo, isolados ou em contato com o exterior; e, e) espaços com cobertura em contato com o exterior.

Nota 1: A divisão de zonas térmicas a partir do tipo e/ou especificações técnicas do sistema de condicionamento de ar deve ser realizada quando em uma mesma edificação existirem APPs com sistemas distintos (máquinas com capacidade inferior e superior a 17,6 kW).

Nota 2: Edificações com sistemas centrais de condicionamento de ar, as zonas térmicas são pré-definidas pelo projetista, e o zoneamento deve seguir esta pré-definição.

No caso de edificações onde as áreas de permanência prolongadas são 100% condicionadas, as áreas de permanência transitória geralmente não são condicionadas, e, portanto, devem ser desconsideradas na avaliação. Caso existam APTs não condicionadas e permanentemente ocupadas, deve-se proceder com a avaliação utilizando o item B.I.2.3 ou o método de simulação (C.I).

Nota 2: Uma zona térmica pode englobar vários ambientes.

Nota 3: A divisão das zonas térmicas em ambientes com pé-direito variável pode ser simplificada, utilizando-se um valor médio, de forma que o volume seja mantido.

As zonas térmicas devem ser separadas considerando as áreas perimetrais e os espaços internos (núcleo central da edificação), conforme exemplifica a Figura B.I.1. As zonas térmicas perimetrais devem ser limitadas em espaços de 4,50 m de profundidade (tolerância de até 1,00 m; por exemplo, profundidades até 5,50 m) com relação à face interna da parede externa. A área de cada zona térmica perimetral deve incluir toda a área que se encontra a 4,50 m de profundidade em relação à face interna da parede externa, não sendo necessário descontar-se as áreas ocupadas pelas paredes dos ambientes internos, exceto se houver mudança de orientação geográfica do espaço analisado.

Nota 4: A tolerância deve ser aplicada sempre que o restante de um ambiente/espaço de análise for pequeno demais para ser tornar uma nova zona perimetral/interna.

As zonas térmicas internas são localizadas em espaços além dos 4,50 m de profundidade com relação à face interna da parede externa, e sua área total pode também incluir as áreas ocupadas pelas paredes internas que dividem os ambientes, caso existentes. Quando a largura ou o comprimento do espaço a ser analisado for inferior a 9,00 m, têm-se apenas zonas perimetrais, como no exemplo da Figura B.I.2, onde o comprimento do ambiente analisado é igual a 8,00 m e a largura 16,00 m.

Nota 5: Zonas térmicas localizadas em subsolos devem ser consideradas como zonas térmicas internas.

B.I.2.2.2. Determinação dos parâmetros de entrada

Referem-se às propriedades térmicas e geométricas da envoltória, determinando a carga térmica de refrigeração anual para a condição real ($CgTR_{real}$) e de referência ($CgTR_{refD}$) da edificação nas áreas condicionadas artificialmente.

As propriedades térmicas da envoltória devem ser calculadas conforme a parte 2 da NBR 15220 em sua versão vigente (ou eventuais normas ou atualizações que venham a substituí-la), ou, ainda, definidos conforme o catálogo de propriedades térmicas da página do PBE Edifica, disponibilizado em:
<www.pbeedifica.com.br/catalogodepropriedades>.

$$E_{AAE} = \frac{\rho \cdot C_p \cdot V_{dia,E} \cdot (\theta_{A,uso} \text{ ou } \theta_{A,arm} - \theta_{A,0})}{3600}$$ **Equação (B.III.8)**

Onde:
E_{AAE} é a energia elétrica requerida para o atendimento da demanda diária de água quente (kWh/dia);
ρ é a massa específica da água, equivalente a 1 kg/L;
C_p é o calor específico da água, equivalente a 4.180 kJ/g.°C;
$V_{dia,E}$ é o volume diário de consumo de água quente em sistemas elétricos (m³/dia);
$\theta_{A,uso}$ ou $\theta_{A,arm}$ é a temperatura de uso da água para sistemas sem acumulação ou de armazenamento para sistemas com acumulação (°C);
$\theta_{A,0}$ é a temperatura da água fria (°C).

$$E_{AAT} = \frac{\rho \cdot C_p \cdot V_{dia,T} \cdot (\theta_{A,uso} \text{ ou } \theta_{A,arm} - \theta_{A,0})}{3600}$$ **Equação (B.III.9)**

Onde:
E_{AAT} é a energia térmica requerida para o atendimento da demanda diária de água quente (kWh/dia);
ρ é a massa específica da água, equivalente a 1 kg/L;
C_p é o calor específico da água, equivalente a 4.180 kJ/g.°C;
$V_{dia,T}$ é o volume diário de consumo de água quente em sistemas térmicos (m³/dia);
$\theta_{A,uso}$ ou $\theta_{A,arm}$ é a temperatura de uso da água para sistemas sem acumulação ou de armazenamento para sistemas com acumulação (°C);
$\theta_{A,0}$ é a temperatura da água fria (°C).

O cálculo da demanda total de energia requerida para o atendimento da demanda de água quente (kWh/dia), também utilizada no subitem B.III.5.2, deve ser realizado por meio da Equação B.III.10.

$$E_{AA} = E_{AAE} + E_{AAT}$$ **Equação (B.III.10)**

Onde:
E_{AA} é a energia requerida para o atendimento da demanda diária de água quente (kWh/dia);
E_{AAE} é a energia elétrica requerida para o atendimento da demanda diária de água quente (kWh/dia);
E_{AAT} é a energia térmica requerida para o atendimento da demanda diária de água quente (kWh/dia).

Os parâmetros de entrada para o cálculo da carga térmica interna de refrigeração devem ser referentes à cada uma das zonas térmicas de análise, e estão listados abaixo:

a) Área da zona térmica (m²);

b) Tipo de zona térmica (perimetral/interna);

c) Se existe contato com o solo (parâmetro binário - sim, se houver contato; não, se não houver contato, como nos casos de pilotis ou em balanço);

d) Se a cobertura é voltada para o exterior (parâmetro binário - sim/não);

e) Existência de isolamento térmico no piso (parâmetro binário - não, se não houver isolamento ou se a espessura do isolamento for < 5 mm; sim, se houver isolamento e a espessura for > 5 mm);

f) Orientação solar (N, NE, L, SE, S, SO, O e NO, conforme definições do item 4);

g) Horas de ocupação por dia (horas) - valor definido conforme a tipologia, ver tabelas do Anexo A;

h) Densidade de potência de equipamentos (W/m²), conforme subitem B.I.2.2.2.1;

i) Densidade de potência de iluminação (W/m²), ou densidade de potência de iluminação em uso (W/m²), conforme subitem B.I.2.2.2.2;

j) Percentual de área de abertura de fachada da zona térmica (PAF);

l) Fator solar do vidro;

m) Transmitância térmica do vidro, cobertura e paredes externas (W/(m².K));

n) Absortância solar da cobertura e paredes externas, ver subitem B.I.2.2.2.3;

o) Pé-direito (m);

p) Ângulos de sombreamento: ângulo horizontal de sombreamento (AHS), ângulo vertical de sombreamento (AVS) e ângulo de obstrução vizinha (AOV), ver subitem B.I.2.2.2.4; e

q) Capacidade térmica da cobertura e paredes externas (kJ/(m².K)).

Para a avaliação da edificação em sua condição real e de referência, os parâmetros para cada zona térmica devem respeitar os valores pré-definidos pela tipologia, conforme tabelas de referência do Anexo A. São eles: ocupação, horas de ocupação e número de dias de ocupação ao ano.

Zonas com diferentes tipos de vidro, composição de paredes e coberturas, bem como ângulos de sombreamento (além de outros parâmetros não classificados como definidores de zona), devem ter seus respectivos valores ponderados pela área de superfície do parâmetro da zona térmica em análise.

Nota: Deve ser avaliada a ocorrência de pontes térmicas nas propriedades térmicas das superfícies externas que compõem a zona térmica. Quando, na composição das superfícies externas, estiver presente qualquer elemento com coeficiente de transferência térmica ($H_{el,i}$, Equação B.I.3) que represente mais do que 20 % do coeficiente de transferência térmica total (H_{total}, Equação B.I.4) da superfície, a transmitância térmica e a capacidade térmica deste elemento devem ser consideradas no método simplificado. Essa consideração deve ser realizada por meio da ponderação do valor dessas propriedades pela área que ocupam. O coeficiente de transferência térmica ($H_{el,i}$) deve ser calculado pela equação:

Para sistemas sem armazenamento de água quente, deve-se adotar no mínimo 40 °C como o valor da temperatura de uso ($\theta_{A,uso}$) para as regiões sul, sudeste e centro-oeste do Brasil. Para as regiões norte e nordeste, adota-se o valor de 38 °C. Para as duchas higiênicas a temperatura máxima nos pontos de utilização é de 38 °C.

Para sistemas com armazenamento de água quente deve-se adotar, no mínimo, 50 °C como temperatura de armazenamento ($\theta_{A,armaz}$), independentemente da região do Brasil. No caso de sistemas de aquecimento indireto, como a água armazenada não é a mesma nos pontos de consumo, as temperaturas de armazenamento podem ser menores, uma vez que não ocorre risco de contaminação por Legionella, conforme especificado na ABNT NBR 16824.

Para a temperatura de água fria deve-se adotar a média anual ($\theta_{A,0}$) e média mensal ($\theta_{amb,i}$) da temperatura ambiente da cidade onde está localizada a edificação. Tais valores médios devem ser obtidos por meio da tabela de temperaturas do ar externo para as diferentes cidades brasileiras, disponível no **link** abaixo descrito, que se baseia nos arquivos climáticos INMET. Na ausência de informações da cidade onde está localizada a edificação, deve-se adotar a cidade mais próxima. <http://www.pbeedifica.com.br/sites/default/files/Planilha%20A.IV%20-Temperatura_ar_mensal_anual.xlsx>.

O volume diário de água quente deve ser calculado por meio da Equação B.III.11.

$$V_{dia,E\,ou\,T} = \frac{\sum V_{dia,f} \cdot f}{1000}$$ **Equação (B.III.11)**

Onde:
$V_{dia,E\,ou\,T}$ é o volume diário de consumo de água quente (m³/dia) da unidade habitacional para sistemas elétricos ou térmicos;
$V_{dia,f}$ é o volume diário de consumo de água quente por pessoa em sistemas elétricos ou térmicos (L);
f é o número de pessoas da unidade habitacional.

B.I.2.2.2.1. Densidade de potência de equipamentos

A densidade de potência de equipamentos deve ser adotada conforme a tipologia da edificação, descrita nas tabelas do Anexo A. É aceitável definir valores de DPE conforme projeto, ou por levantamento físico em cada ambiente da edificação real a ser analisada. Uma vez definido o valor da DPE, este deve ser igual para a condição real e de referência.

Nota: Caso sejam adotados valores de DPE não tabelados, estes devem estar de acordo com a definição da variável descrita no subitem 4.34, devendo ser entregue memorial de cálculo e declaração de responsabilidade técnica (ART/RRT).

B.I.2.2.2.2. Densidade de potência de iluminação

A densidade de potência de iluminação (DPI) deve ser definida conforme projeto, ou por levantamento físico nas áreas avaliadas. Para a avaliação da envoltória, a DPI da edificação real deve resultar de um valor único, relativo à potência total instalada na área iluminada total da edificação a ser avaliada, devendo este ser adotado em todas as zonas térmicas. A DPI da condição de referência é fixa, devendo ser definida conforme as tabelas da tipologia da edificação (Anexo A).

Caso o aproveitamento da iluminação natural seja computado, ou verifique-se o uso de outro tipo de controle automatizado, a redução na potência pode ser adotada para o cálculo da densidade de potência de iluminação (DPI), o que deve ser feito apenas para a condição real.

A densidade de potência de iluminação instalada total da edificação (DPI_T) resulta da divisão entre a potência de iluminação total instalada e a área iluminada total da edificação, de acordo com a Equação B.I.5.

$$E_{AA.rec,sol} = E_{AA.rec} + E_{AA.sol}$$ **Equação (B.III.12)**

Onde:
$E_{AA.rec,sol}$ é a energia para o aquecimento de água proveniente de sistemas que recuperam calor ou energia solar térmica, quando existentes na edificação real (kWh/dia);
$E_{AA.rec}$ é a parcela de energia para o aquecimento de água proveniente de sistemas que recuperam calor, quando existentes na edificação real, calculada conforme item B.III.5.1 (kWh/dia);
$E_{AA.sol}$ é a parcela de energia para o aquecimento de água proveniente de sistemas de aquecimento solar térmico, quando existentes na edificação real, calculada conforme item B.III.5.2 (kWh/dia).

Nota: No caso de, em uma mesma unidade habitacional, coexistirem sistemas elétricos e térmicos de aquecimento de água, a parcela de energia atendida pelo sistema de recuperação de calor e/ou de energia solar térmica ($E_{AA,rec,sol}$) deve ser descontada apenas do sistema (elétrico ou térmico) ao qual colabora.

Nota: Tratando-se da avaliação geral da edificação, ou de avaliações parciais que contemplem o sistema de iluminação, a DPI será a da edificação real. Tratando-se de avaliações parciais que não contemplem o sistema de iluminação, deve-se adotar a DPI de referência, conforme as tipologias descritas no Anexo A.

B.I.2.2.2.3. Absortância solar da cobertura e paredes externas

A absortância solar a ser considerada em cada zona térmica deve ser determinada por meio de um valor médio referente às absortâncias de cada parcela das paredes externas, ou cobertura, conforme projeto arquitetônico, e ponderadas pelas áreas que ocupam em relação à área total da superfície.

Nota 1: Deve-se utilizar os valores da NBR 15220 - Parte 2, ou aqueles fornecidos pelo fabricante, ou os valores resultantes de medições realizadas de acordo com as normas ASTM E1918-06, ASTM E903-96, ASHRAE 74-1988 ou, ainda, os valores fornecidos pelo catálogo de propriedades térmicas da página do PBE Edifica, disponibilizado em <www.pbeedifica.com.br/catalogodepropriedades>.

Não devem fazer parte da ponderação de áreas para o cálculo da absortância as fachadas construídas na divisa do terreno, desde que encostadas em outra edificação.

As superfícies sombreadas por coletores ou painéis solares paralelos à superfície da cobertura, bem como painéis fotovoltaicos com afastamento mínimo de 5 cm entre o painel e a superfície de apoio devem ser avaliadas com o valor de absortância solar equivalente a 0,2. Caso o afastamento mínimo não seja cumprido, deve-se considerar a absortância igual a 0,8.

Áreas de coberturas com teto verde, bem como telhas cerâmicas não esmaltadas e piscinas devem ser avaliadas com valor de absortância solar de 0,2.

Áreas de fachada com vidro em frente à parede devem ser avaliadas considerando-se o valor de absortância solar de 0,8.

Nota 2: No caso de piscinas localizadas em coberturas, a transmitância térmica deve ser calculada desconsiderando-se a porção relativa à água; ou seja, a partir da laje da piscina.

B.I.2.2.2.4. Ângulos de sombreamento

Os ângulos de sombreamento horizontal e vertical (AHS e AVS) devem ser definidos por meio da ponderação do ângulo em função da área de abertura de cada zona térmica a ser analisada, baseando-se nas seguintes orientações:

- O AHS de cada abertura deve ser calculado como a média entre os dois ângulos encontrados, um para cada lateral da abertura; no caso de zonas com mais de uma abertura, os ângulos devem ser calculados para cada abertura, e depois ponderados considerando-se a área total de abertura;
- O autossombreamento (sombreamento ocasionado pelo edifício sobre si mesmo) deve ser considerado no cálculo dos ângulos de sombreamento; no entanto, este ângulo deve ser considerado apenas para a edificação em sua condição real;
- Ângulos de sombreamento formados pelo recuo da abertura na parede que são superiores a 10° devem ser considerados no cálculo do AVS;
- Sistemas de proteção solar vazados, formados por placas com aletas paralelas, devem ter estabelecida uma relação entre a altura (para AVS) ou profundidade (para AHS) da aleta e o vão entre estas aletas. A razão entre a altura (ou profundidade) e o vão é o fator de correção a ser multiplicado pelo AVS ou AHS. Fatores de correção maiores que um, adotar um;
- Proteções solares móveis deverão ser consideradas como elementos fixos com ângulo de sombreamento máximo possível de ser obtido para inserção no cômputo da ponderação dos ângulos;
- Nas aberturas com sistemas de proteção solar paralelos à fachada, e com sua parte superior fechada, independentemente da distância da proteção solar ao plano envidraçado, deve-se considerar como área de abertura envidraçada para o cálculo do PAF o somatório das áreas de aberturas (Ab), vistas ortogonalmente por meio da proteção solar. Neste caso, o ângulo de sombreamento não será considerado para o cálculo do AVS e AHS, aplicando-se zero na ponderação do ângulo de sombreamento (ver Figura B.I.3).

Nota 1: O autossombreamento causado pelo formato da edificação (ex.: edificações em L ou U) deve ser considerado no cálculo do ângulo de sombreamento horizontal (AHS), e em ambas as condições de avaliação, real e de referência.

Nota 2: As aberturas com sistemas de proteção solar paralelos à fachada, e com sua parte superior parcialmente ou totalmente aberta, devem ser avaliadas pelo método de simulação. Caso deseje-se prosseguir com a avaliação pelo método simplificado, tais elementos de sombreamento não devem ser considerados.

$$EI_{mês,i} = H_{dia} \cdot N_i$$ **Equação (B.III.13)**

Onde:
$EI_{mês,i}$ é a irradiância solar mensal incidente sobre as superfícies dos coletores do mês *"i"* (kWh/(m².mês));
H_{dia} é a irradiação solar incidente no plano inclinado conforme a orientação do sistema (kWh/(m².dia)). Estes valores são disponibilizados no sítio eletrônico do Laboratório de Modelagem e Estudos de Recursos Renováveis de Energia (LABREN), por meio do Atlas Brasileiro de Energia Solar – 2ª Edição (2017), disponível em: <http://labren.ccst.inpe.br/atlas_2017.html>; tais informaçãoes fornecidas pelo INPE são referentes à irradiação global horizontal e à irradiação na superfície inclinada à Norte (azimute zero), para a latitude local. De forma complementar, podem ser consultados o sítio eletrônico do CRESESB, ou para azimutes diferentes do indicado, pelo *software* Radiasol;".

B.III.5.2.2 Energia solar mensal absorvida pelos coletores

O cálculo da energia solar mensal absorvida pelos coletores ($E_{SAmês,i}$) é descrito na Equação B.III.14.

$$E_{SAmês,i} = S_c \cdot F'_R(\tau\alpha) \cdot EI_{mês,i}$$ **Equação (B.III.14)**

Onde:
$E_{SAmês,i}$ é a energia solar mensal absorvida pelos coletores do mês *"i"* (kWh/mês), tal que *i* = 1, 2, 3, ..., 12;
S_c é a superfície de absorção total dos coletores solares (m²);
$EI_{mês,i}$ é a irradiância solar mensal incidente sobre as superfícies dos coletores do mês *"i"* (kWh/(m².mês));
$F'_R(\tau\alpha)$ é o fator adimensional, calculado por meio da Equação B.III.15.

$$F'_R(\tau\alpha) = F_R(\tau\alpha)_n \cdot \left[\frac{(\tau\alpha)}{(\tau\alpha)_n}\right] \cdot \frac{F'_R}{F_R}$$ **Equação (B.III.15)**

Onde:
$F_R(\tau\alpha)_n$ é o fator de eficiência óptica do coletor, obtido por meio de informações fornecidas pelos fabricantes de coletores solares (adimensional);
$\left[\frac{(\tau\alpha)}{(\tau\alpha)_n}\right]$ é o modificador do ângulo de incidência; na ausência desta informação adotar 0,96 para coletores com cobertura de vidro;
$\frac{F'_R}{F_R}$ é o fator de correção do conjunto coletor/trocador; na ausência desta informação adotar 0,95.

B.III.5.2.3 Energia solar não aproveitada pelos coletores

O cálculo da energia solar mensal não aproveitada pelos coletores ($EP_{mês,i}$) é descrito na Equação B.III.16.

$$EP_{mês,i} = S_c \cdot F'_R U_L \cdot (100 - \theta_{amb,i}) \cdot \Delta t, i \cdot K_1 \cdot K_{2,i}$$ **Equação (B.III.16)**

Onde:
$EP_{mês,i}$ é a energia solar mensal não aproveitada pelos coletores do mês *"i"* (kWh/mês);
S_c é a superfície de absorção total dos coletores solares (m²);
F'_RU_L é um fator de correção, calculado pela Equação B.III.17 (kW/(m².K));
$\theta_{amb,i}$ é a temperatura média mensal ambiente do local de instalação do coletor do mês "i" (°C);
$\Delta t,_i$ é o período de tempo considerado em horas para o mês "i". Exemplo: 744 horas em janeiro, 672 horas em fevereiro, e assim por diante;
K_1 é o fator de correção para armazenamento, calculado pela Equação B.III.18;
$K_{2,i}$ é o fator de correção para o sistema de aquecimento solar que relaciona as diferentes temperaturas no mês *"i"*, calculado pela Equação B.III.19.

$$F'_R U_L = F_R U_L \cdot \frac{F'_R}{F_R} \cdot 10^{-3}$$ **Equação (B.III.17)**

Onde:
F_RU_L é o coeficiente global de perdas do coletor, obtido por meio de informações fornecidas pelos fabricantes de coletores solares (kW/(m².K));
$\frac{F'_R}{F_R}$ é o fator de correção do conjunto coletor/trocador; na ausência desta informação adotar 0,95.

$$K_1 = \left[\frac{V}{75 \cdot S_C}\right]^{-0,25}$$ **Equação (B.III.18)**

Onde:
K_1 é o fator de correção para armazenamento;
V é o volume de acumulação solar (litros) para garantir a eficiência do sistema; recomenda-se como boas práticas que o valor de V seja tal que obedeça a condição $50 < \frac{V}{S_C} < 100$;
S_c é a superfície de absorção total dos coletores solares (m²).

$$K_2 = \frac{(11,6 + 1,18\,\theta_{A,uso} + 3,86\,\theta_{A,0} - 2,32\,\theta_{amb,i})}{(100 - \theta_{amb,i})}$$ **Equação (B.III.19)**

Onde:
K'_2 é o fator de correção para o sistema de aquecimento solar;
$\theta_{A,uso}$ é a temperatura de uso da água (°C);;
$\theta_{A,0}$ é a temperatura da água fria (°C);
$\theta_{amb,i}$ é a temperatura média mensal do local de instalação do coletor no mês "i" (°C).

B.I.2.3. Edificações ventiladas naturalmente ou híbridas

Edificações totalmente ventiladas naturalmente, ou que funcionam a partir da combinação entre a ventilação natural e unidades condicionadoras de ar (ventilação híbrida), devem ser analisadas em função do percentual de horas ocupadas em conforto térmico durante o uso da ventilação natural (PHOCT).

A estimativa do percentual de horas ocupadas em conforto térmico (PHOCT) deve ser obtida por meio da Equação B.I.6, considerando-se as horas de ocupação para toda a edificação e auxílio da interface web para a determinação do EHF_{hot}, disponível em:

<http://pbeedifica.com.br/naturalcomfort>.

B.III.5.2.4. Fração solar mensal

O cálculo da fração solar mensal, a partir dos valores de D_1 e D_2 é descrito na Equação B.III.20.

$$f_i = 1,029D_{1,i} - 0,065D_{2,i} - 0,245(D_{1,i})^2 + 0,0018(D_{2,i})^2 + 0,0215(D_{1,i})^3$$ **Equação (B.III.20)**

Onde:
f_i é a fração solar mensal (adimensional);
$D_{2,i}$ é o parâmetro do mês *"i"* calculado conforme Equação B.III.21;
$D_{2,i}$ é o parâmetro do mês *"i"* calculado conforme Equação B.III.22.

$$D_{1,i} = \frac{E_{SAmês,i}}{E_{AA} \cdot N_i}$$ **Equação (B.III.21)**

Onde:
$E_{SAmês,i}$ é a energia solar mensal absorvida pelos coletores (kWh/mês), obtida pela Equação B.III.14;
E_{AA} é a energia requerida para o atendimento da demanda diária de água quente (kWh/dia), obtida pela Equação B.III.10;
N_i é o número de dias do mês "i".

$$D_{2,i} = \frac{EP_{mês,i}}{E_{AA} \cdot N_i}$$ **Equação (B.III.22)**

Onde:
$EP_{mês,i}$ é a energia solar mensal não aproveitada pelos coletores (kWh/mês), obtida pela Equação B.III.16;
E_{AA} é a energia requerida para o atendimento da demanda diária de água quente (kWh/dia), obtida pela Equação B.III.10;
N_i é o número de dias do mês "i".

B.III.5.2.5. Energia para aquecimento solar de água

A energia para aquecimento solar de água corresponde à energia útil coletada pela instalação de coletores solares para aquecimento de água ($E_{AA,sol}$), e deve ser calculada por meio da Equação B.III.23.

$$E_{AA.sol} = \frac{\sum_{i=1}^{12}(f_i \cdot E_{AA} \cdot N_i)}{365}$$ **Equação (B.III.23)**

Onde:
$E_{AA,sol}$ é a parcela de energia para o aquecimento de água proveniente de sistemas de aquecimento solar térmico, quando existentes na edificação real (kWh/dia);
f_i é a fração solar mensal;
E_{AA} é a energia requerida para o atendimento da demanda diária de água quente (kWh/dia), obtida pela Equação B.III.10;
N_i é o número de dias do mês "i".

Caso a edificação na sua condição real apresente um valor de PHOCT superior ou igual a 90% no horário de uso da edificação, não é necessário calcular a carga térmica total anual (CgTT) para a condição real e de referência da edificação. Nesses casos, a classificação da envoltória é A, o percentual de redução da carga térmica total anual entre a edificação real e sua condição de referência é de 100%, e a soma dos consumos para a determinação do CEP real e de referência (conforme subitem 8.1) deve considerar apenas os demais sistemas avaliados (iluminação e aquecimento de água, quando aplicável).

Edificações com PHOCT inferior a 90% devem apresentar projeto do sistema de condicionamento de ar de forma a atender as horas em que a ventilação natural não for suficiente. Nestes casos, deve-se calcular o CgTT da condição real para as horas não atendidas de conforto, descontando-se o valor de FH_{desc}.

Nas edificações com PHOCT inferior a 90% sem projeto ou sistema de condicionamento de ar instalado, deve-se determinar a CgTT da condição real para as horas não atendidas de conforto descontando-se o FH_{desc} e, posteriormente, realizar a avaliação do sistema de condicionamento de ar considerando-se um CEE_R igual a 2,60 (Equação B.II.2).

Nota 1: Nas edificações naturalmente ventiladas e parcialmente ventiladas naturalmente, a carga térmica total anual para a condição de referência (classificação D) não pode considerar o uso da ventilação natural, devendo ser igual ao valor calculado para a condição de referência ($CgTT_{ref}$).

Nota 2: Áreas de permanência prolongada caracterizadas por atividades de alta geração de calor e/ou frio, tais como as cozinhas profissionais, oficinas mecânicas, saunas, açougues, ginásios e academias, são consideradas exceção. Nesses casos, dispensa-se a restrição dos valores de PHOCT. No entanto, ainda assim, a taxa mínima de ventilação e renovação de ar devem ser respeitadas, estando de acordo com as normas que regem as atividades desses ambientes.

Nota 3: Este método se aplica à edificação completa. A avaliação de apenas uma parcela da edificação ventilada naturalmente deve ser realizada pelo método de simulação do Anexo C.

O metamodelo disponibilizado é sensível às regiões de clima quente (CDD18 > 2267 K.dia) e ameno (CDD18 < 2267 K.dia), de acordo com os limites para 80% de aceitabilidade térmica do modelo adaptativo da ASHRAE 55, em sua versão vigente.

Nota 4: A aplicação do metamodelo é considerada suficientemente precisa em edificações escolares e de escritórios. Demais tipologias, além dos casos não compreendidos nos limites definidos abaixo, devem ser analisados pelo método de simulação do Anexo C.

O metamodelo é aplicável nas seguintes condições:

a) A edificação deve possuir, obrigatoriamente, espaços internos com divisão e metragem quadrada similares (salas/espaços de tamanhos similares; a variação na metragem quadrada das APPs da edificação avaliada não deve superar 10%);

b) Os parâmetros de entrada da edificação devem estar inseridos nos intervalos de aplicação, conforme previamente disposto na Tabela 6.2;

c) A edificação deve ter formato quadrado ou retangular, não excedendo 16 metros de altura;

d) A edificação deve possuir aberturas para ventilação em todos os ambientes de permanência prolongada; e

e) O metamodelo deve ser utilizado somente para as edificações escolares e de escritórios, seguindo os horários de ocupação em concordância com a referida tipologia das tabelas do Anexo A.

Os parâmetros de entrada para o cálculo da fração de horas excedentes por calor são dados referentes à edificação em análise, e estão listados abaixo:

a) Comprimento total (m): maior dimensão entre os lados da edificação;

b) Profundidade total (m): menor dimensão entre os lados da edificação;

d) Pé-direito (m);

e) Número de pavimentos, excluindo pavimentos de garagens, áreas técnicas e subsolos enterrados.

f) Área das APPs (m²): média das áreas de permanência prolongada;

g) Fator da área da escada (adimensional);

h) Percentual de área de abertura na fachada total (PAFT);

i) Ângulo vertical de sombreamento (AVS): média ponderada entre a área das aberturas e o AVS;

j) Absortância solar da cobertura e paredes externas, ver subitem B.I.2.2.2.3;

l) Transmitância térmica do vidro, cobertura e paredes externas (W/(m².K));

m) Capacidade térmica da cobertura e paredes externas (kJ/(m².K)).

n) Fator solar do vidro;

o) Fator de correção do vento, ver subitem B.I.2.3.1;

p) Obstáculos do entorno, ver subitem B.I.2.3.2; e

q) Forma das janelas para ventilação: razão entre a largura e a altura das janelas para ventilação.

r) Tipo de janela para ventilação: se "janela basculante" ou "janela de correr";

s) Ventilador: "com ventilador" se as salas ocupadas possuem incremento da velocidade do ar por meio do uso de ventiladores de teto; "sem ventilador" se as salas ocupadas não possuem incremento da velocidade do ar por meio do uso de ventiladores de teto.

B.I.2.3.1 Fator de correção do vento

Deve-se adotar para a entrada no metamodelo as seguintes definições para cada uma das opções oferecidas no campo "fator de correção do vento" na interface:

a) Centros urbanos: relativos aos grandes centros urbanos, onde pelo menos 50% das edificações têm altura superior a 25 metros, por uma distância de pelo menos 0,8 km ou 10 vezes a altura da estrutura (o maior entre os dois valores);

b) Áreas urbanas, suburbanas, industriais e florestas: áreas urbanas e suburbanas, áreas florestadas, ou outros terrenos com obstruções separadas proximamente;

c) Áreas rurais planas: terreno aberto com obstruções espalhadas de alturas inferiores a 9 metros, incluindo terrenos planos típicos de estações meteorológicas;

d) Regiões expostas aos ventos vindos dos oceanos: áreas planas, sem obstruções expostas aos ventos fluindo sobre a água por pelo menos 1,6 km, a uma distância de 460 metros ou 10 vezes a altura da estrutura (o maior entre os dois valores).

B.I.2.3.2. Obstáculos do entorno

Os obstáculos relativos ao entorno da edificação devem ser definidos em função da taxa de ocupação (TO) do local onde a edificação se encontra. A taxa de ocupação pode ser definida por meio de cálculo, devendo-se neste caso considerar todos os obstáculos que estão contidos dentro de 2 vezes a altura da edificação de interesse; ou, determinada a partir do plano diretor da cidade em que a edificação se encontra, quando existente.

A partir da definição da taxa de ocupação, define-se também em qual classe esta se encontra e qual campo selecionar no item "obstáculos do entorno" da interface do metamodelo. Assim, se:

Tabela 7.11 – Espessura mínima (mm) de isolamento térmico das tubulações para sistemas de aquecimento

Faixa de temperatura do fluido (°C)	Condutividade do isolamento térmico		Espessura do isolamento térmico (mm) de acordo com o diâmetro nominal da tubulação (mm)				
	Condutividade térmica (W/(m.K))	Temperatura de ensaio (°C)	d < 25	25 ≤ d < 40	40 ≤ d < 100	100 ≤ d < 200	d ≥ 200
T ≥ 177	0,046 a 0,049	121	115	125	125	125	125
122 < T < 177	0,042 a 0,046	93	80	100	115	115	115
94 < T < 121	0,039 a 0,043	66	65	65	80	80	80
61 < T < 93	0,036 a 0,042	52	40	40	50	50	50
41 < T < 60	0,032 a 0,040	38	25	25	40	40	40

Fonte: ASHRAE **Standard** 90.1 (2016).

Tabela 7.12 – Espessura mínima (mm) de isolamento térmico de tubulações para sistemas de refrigeração (água gelada, multi-split e VRF)

Faixa de temperatura do fluido (°C)	Condutividade do isolamento térmico		Espessura do isolamento térmico (mm) de acordo com o diâmetro nominal da tubulação (mm)				
	Condutividade térmica	Temperatura de ensaio (°C)	d < 25	25 ≤ d < 40	40 ≤ d < 100	100 ≤ d< 200	d ≥ 200
	(W/(m.K))						
4 < T < 16	0,032 a 0,040	24	15	15	25	25	25
T < 4	0,032 a 0,040	10	15	25	25	25	40

Fonte: ASHRAE **Standard** 90.1 (2016)

ANEXO B.II - SISTEMA CONDICIONAMENTO DE AR

Neste Anexo estão descritos os procedimentos de avaliação do sistema de condicionamento de ar, que baseia-se no percentual de redução do consumo de refrigeração ($RedC_R$) de edificações comerciais, de serviços e públicas, comparando-se a condição real com a condição de referência.

São descritos, ainda, os procedimentos para a determinação do consumo de refrigeração dos sistemas de condicionamento de ar, bem como do coeficiente de eficiência energética do sistema de condicionamento de ar para refrigeração (CEE_R). Os critérios de equipamentos e de sistemas de condicionamento de ar para elegibilidade à classificação A estão apresentados no item 7, subitem 7.1.

B.II.1. Determinação do percentual de redução do consumo de refrigeração

A determinação do percentual de redução do consumo de refrigeração ($RedC_R$) deve ser realizada a partir dos valores do consumo de refrigeração do sistema de ar condicionado da edificação na sua condição real ($C_{R,real}$), e condição de referência ($C_{R,ref}$), seguindo a Equação B.II.1.

B.III.6 Consumo de energia associado às perdas térmicas

As perdas térmicas podem ser oriundas do sistema de distribuição de água, sistema de recirculação e armazenamento da água quente. A perda total é calculada pela Equação B.III.24.

$$E_{A.per.tot} = E_{A.per.tub} + E_{A.per.recirc} + E_{A.res} \quad \textbf{Equação (B.III.24)}$$

Onde:
$E_{A.per.tot}$ é a perda térmica total do sistema de aquecimento de água (kWh/dia);
$E_{A.per.tub}$ é a perda térmica na tubulação do sistema de distribuição de água quente, sem recirculação (kWh/dia);
$E_{A.per.recirc}$ é a perda térmica relativa ao sistema de recirculação de água quente (kWh/dia);
$E_{A.res}$ é a perda térmica do reservatório de água quente (kWh/dia).
As perdas específicas dos sistemas de água quente estão descritas nos itens B.III.6.1 até o B.III.6.3.

B.III.6.1. Perdas térmicas na tubulação provenientes do sistema de distribuição

Sistemas de aquecimento individuais, instalados no ponto de utilização, servindo a um único ponto, não possuem perdas em sistema de distribuição.

Aquecedores que servem vários pontos e sistemas combinados possuem perdas nos sistemas de distribuição. A parcela de perdas relativas à tubulação de distribuição é calculada em função do fator de perdas, que depende do comprimento da tubulação.

A Equação B.III.25 deve ser utilizada para cálculo das perdas térmicas relativas da tubulação do sistema de distribuição de água quente.

$$E_{A.per.tub} = \sum_{i=1}^{n} \left(\frac{H_{per,dist,i} \cdot F_{per,tub,i} \cdot L_{tub,i} \cdot (\theta_{A,uso} - \theta_{A,0})}{1000} \right) \quad \textbf{Equação (B.III.25)}$$

Onde:
$E_{A.per.tub}$ é a perda térmica na tubulação do sistema de distribuição de água quente, sem recirculação (kWh/dia). Deve ser feito o somatório do resultado de todos os trechos avaliados, para obtenção do resultado final;
$H_{per,dist,i}$ é o fator de horas de perdas na tubulação de distribuição de água quente ($H_{per,dist} = 2{,}083 . V_{dia}$) (h/dia), para o trecho "i" considerado;
$F_{per,tub,i}$ é o fator de perdas térmicas por metro de tubulação (W/(m.K)), conforme a Equação B.III.26;
$L_{tub,i}$ é o comprimento da tubulação do trecho "i" considerado (m);
$\theta_{A,uso}$ é a temperatura de uso da água (°C);
$\theta_{A,0}$ é a temperatura da água fria (°C).

B.II.2. Determinação do consumo de refrigeração

Para calcular o consumo de refrigeração da edificação real ($C_{R,real}$), é necessário obter a carga térmica total anual da edificação real ($CgTT_{real}$), conforme apresentado no Anexo B.I, e o coeficiente de eficiência energética do sistema de condicionamento de ar para refrigeração (CEE_R), conforme apresentado no item B.II.4. O cálculo do consumo de refrigeração da edificação real ($C_{R,real}$) é descrito pela Equação B.II.2.

O cálculo do fator de perda em tubulações com isolamento deve ser efetuado por meio da Equação B.III.26, adaptada da EN 15316-3-2: 2007.

$$F_{per,tub} = \frac{\pi}{\frac{1}{2\lambda} \ln \frac{d_A}{d_R} + \frac{1}{\alpha_A . d_A}} \quad \textbf{Equação (B.III.26)}$$

Onde:
$F_{per,tub}$ é valor do fator de perda em tubulações (W/(m.K));
λ é a condutividade térmica do isolamento (W/(m.K));
d_A é o diâmetro externo da tubulação isolada, incluindo o isolamento (m);
d_R é o diâmetro da tubulação (m);
α_A é o coeficiente de transferência de calor (W/(m².K)); usar 8 W/m².K para tubulações com isolamento, e 14 W/(m².K) para tubulações sem isolamento.

Nota: Tratando-se do diâmetro externo da tubulação isolada (dA), deve-se considerar 2 vezes a espessura do isolamento.

B.III.6.2 Perdas térmicas no sistema de recirculação

O cálculo das perdas relativas ao sistema de recirculação deve ser realizado por meio da Equação B.III.27.

$$E_{A.per.recirc} = \sum_{i}^{n} \left(\frac{H_{per,recirc} \cdot F_{per,recirc,i} \cdot L_{recirc,i} \cdot (\theta_{A,uso} - \theta_{A,0})}{1000} \right) \quad \textbf{Equação (B.III.27)}$$

Onde:
$E_{A.per.recirc}$ é a perda térmica relativa ao sistema de recirculação de água quente (kWh/dia). Deve ser feito o somatório do resultado de todos os trechos avaliados para a obtenção do resultado final;
$H_{per,recirc}$ é o fator de horas de perdas na tubulação de recirculação de água quente. Deve ser utilizado o número de horas indicado em projeto de recirculação, conforme automação ou acionamento da rede de distribuição do sistema. Caso contrário, utilizar 24 horas ($\lambda_{per,recirc} = 24$) (h/dia);
$F_{per,recirc,i}$ é o fator de perdas térmicas por metro de tubulação para a recirculação (W/(m.K)), conforme a Equação B.III.26;
$L_{recirc,i}$ é o comprimento da tubulação do sistema de recirculação (m), para o trecho "i" considerado;
$\theta_{A,uso}$ é a temperatura de uso da água (°C);
$\theta_{A,0}$ é a temperatura da água fria (°C).

A carga térmica total anual da edificação em sua condição de referência (CgTTrefD) deve ser utilizada para o cálculo do consumo de refrigeração da edificação na condição de referência (CR,refD), juntamente com o consumo do equipamento de renovação de ar, conforme descrito na Equação B.II.3.

$$E_{A,res} = \frac{(\theta_{A,arm} - \theta_{A,0})}{\Delta\theta_{A,res,sby}} \cdot E_{A,res,sby} \quad \textbf{Equação (B.III.28)}$$

Onde:
$E_{A,res}$ é a perda térmica do reservatório de água quente (kWh/dia);
$\theta_{A,arm}$ é a temperatura de armazenamento do reservatório (°C);
$\theta_{A,0}$ é a temperatura da água fria (°C);
$\Delta\theta_{A,res,sby}$ é a média da diferença de temperatura em testes com o reservatório em **standby** (°C); deve-se adotar 29 °C;
$E_{A,res,sby}$ é a perda térmica específica do reservatório em **standby** (kWh/dia), fornecida pelo fabricante.

B.II.3. Condições gerais

Os sistemas de condicionamento de ar, independentemente de sua capacidade de refrigeração e aplicação, devem proporcionar adequada qualidade do ar interior, conforme norma ABNT NBR 16401 - Parte 3, em sua versão vigente.

Os ambientes destinados aos "Estabelecimentos Assistenciais de Saúde, (EAS)" devem proporcionar adequada qualidade do ar interior, conforme norma ABNT NBR 7256, em sua versão vigente, e quando por ela regidos.

A vazão de ar externo deve ser dimensionada para que a geração interna de CO_2 atinja no máximo a elevação de 700 PPM sobre a concentração de CO_2 do ar externo.

Os filtros de ar da vazão do ar externo e da insuflação devem ser selecionados de forma a manter a concentração máxima de material particulado $PM_{2,5}$ a um valor máximo de 30 µg/m³, média de 24 horas.

As cargas térmicas de projeto do sistema de aquecimento e refrigeração de ar devem ser calculadas de acordo com as normas e manuais de engenharia de comprovada aceitação nacional ou internacional, como por exemplo, a última versão do ASHRAE Handbook of Fundamentals e a norma ABNT NBR 16401 - Parte 1, em sua versão vigente.

Quando o somatório das áreas condicionadas de toda a edificação apresentar carga térmica superior a 350 kW, deve-se adotar um sistema de condicionamento de ar central, ou comprovar que os sistemas individuais consomem menos energia para as condições de uso previstas para a edificação.

Em edificações com sistema de ar condicionado central, devem ser especificadas as áreas onde seja comprovadamente melhor instalar sistemas individuais. O somatório da carga térmica das áreas atendidas por sistemas individuais não poderá ser superior a 180 kW.

No caso de equipamentos com diferentes eficiências, e na avaliação para máquinas com capacidade igual ou inferior a 17,6 kW, deve ser utilizado um valor de eficiência único, resultante da média ponderada das eficiências dos equipamentos considerados por sua capacidade instalada.

Quando houver áreas condicionadas no subsolo, estas devem fazer parte da avaliação do sistema de condicionamento de ar. Se estes ambientes atenderem a mais de uma edificação, deve-se dividir a área do subsolo entre as edificações atendidas pelo sistema, sendo a área distribuída proporcionalmente à área de projeção das edificações.

No caso de um embasamento único, comum a dois ou mais blocos edificados, e que possua apenas ambientes de permanência transitória (ex.: hall e garagem) da mesma forma que o subsolo, o condicionamento de ar deve ser avaliado de maneira proporcional, com base nas áreas dos blocos.

No caso de edificações com blocos de edifícios interligados por um bloco ou mais condicionados, fazendo parte do sistema de condicionamento de ar central que atende aos blocos principais, o sistema de condicionamento central será avaliado como um todo, e sua área condicionada do bloco de ligação computada normalmente no consumo final.

Em edificações com átrio, ou pátio, ou jardim de inverno descoberto, o condicionamento de ar não poderá ser avaliado, pois estes são configurados como ambientes externos.

Em edificações com átrio, ou pátio, ou jardim de inverno coberto, o condicionamento de ar deve ser avaliado, quando existir, pois estes são configurados como ambientes internos. No caso do átrio possuir área de permanência prolongada (APP), e não ser condicionado, as horas de conforto devem ser comprovadas e avaliadas de acordo com o método referente às edificações ventiladas naturalmente, descrito no subitem B.I.2.3.

Ambientes com átrios, pátios ou jardins de inverno que permitem a passagem da ventilação natural, não devem ser considerados como ambientes internos, e, portanto, o condicionamento de ar não existirá nestas áreas.

B.II.4. Cálculo da eficiência do sistema

Para os sistemas de condicionamento de ar de edificações comerciais, de serviços e públicas, deve-se realizar o cálculo do coeficiente de eficiência energética do sistema de condicionamento de ar para refrigeração (CEE_R). Seis métodos são listados para o cálculo do CEE_R, de acordo com a capacidade e o tipo do sistema de condicionamento de ar.

1) Para máquinas com capacidade igual ou inferior a 17,6 kW (60.000 BTU/h), o cálculo do CEE_R deve ser realizado por um dos três métodos abaixo:

1-A) com base no COP;

1-B) com base no IDRS; ou

1-C) com base no CSPF.

2) Para máquinas com capacidade superior a 17,6 kW (60.000 BTU/h), o cálculo do CEE_R deve ser realizado por um dos três métodos abaixo:

2-A) com base no SPLV;

2-B) com base no fator de ponderação K; ou

2-C) com base em simulação computacional.

B.II.4.1. Capacidade igual ou inferior a 17,6 kW (60.000 BTU/h)

Para os sistemas com estes equipamentos, o cálculo do CEE_R deve ser realizado com base no COP, ou no IDRS, ou no CSPF.

B.II.4.1.1. Com base no COP

No caso de aparelhos de condicionamento de ar do tipo janela ou split de velocidade fixa, é obrigatório utilizar este método para calcular o CEE_R, segundo a Equação B.II.4.

Tabela B.III.1 – Valores de referência para o cálculo do consumo associado às perdas do sistema

Tipo de perda	Real	Referência
Perdas na tubulação – sistema de aquecimento de água sem acumulação	Condição real	0
Perdas de recirculação – sistema de aquecimento de água sem acumulação	Condição real	0
Perdas de armazenamento – sistema de aquecimento de água sem acumulação	Condição real	0
Perdas na tubulação – sistema de aquecimento de água com acumulação	Condição real	Isolamento de 5 mm, λ=0,03 W/(m.K)
Perdas da recirculação – sistema de aquecimento de água com acumulação	Condição real	Isolamento de 5 mm, λ=0,03 W/(m.K)
Perdas de armazenamento – sistema de aquecimento de água com acumulação	Condição real	

B.II.4.1.2. Com base no IDRS

Para aparelhos de condicionamento de ar do tipo split com inverter, o CEE_R pode ser calculado a partir do Índice de Desempenho de Resfriamento Sazonal (IDRS), obtido com base nas tabelas de eficiência energética disponibilizadas na página do Inmetro (índices novos - IDRS): <http://www.inmetro.gov.br/consumidor/pbe/condicionadores.asp>. Alternativamente, o IDRS pode ser obtido por meio da interface web, disponível em: <http://pbeedifica.com.br/cspf/>.

Nota 1: Caso o IDRS seja determinado por meio da interface web, deve-se utilizar o valor de CSPF obtido em conjunto para calcular o consumo de energia elétrica do sistema de condicionamento de ar. O CSPF resulta em um consumo mais próximo da realidade do sistema por basear-se no arquivo climático horário da cidade analisada (sazonalidades) e nas horas de ocupação da edificação.

Nota 2: Para a avaliação da eficiência mínima e verificação da elegibilidade para a classificação A de sistemas do tipo "split e unitário" com condensação a ar e capacidade inferior a 19 kW, deve-se utilizar sempre o IDRS.O IDRS possui vantagens sobre o COP, pois considera o desempenho da máquina em carga parcial de interpolações em 50% e 100% de carga, considerando o sistema de condicionamento de ar para um clima brasileiro médio.

Após o cálculo do IDRS, a carga térmica total anual da condição real ($CgTT_{real}$), proveniente de toda a edificação (em kWh/ano) deve ser obtida, seguindo as instruções do item B.I.2 e utilizando a interface web do metamodelo comercial, disponível em: <http://pbeedifica.com.br/redes/comercial/index_with_angular.html#>.

Os sistemas de condicionamento de ar devem incluir os requisitos de qualidade do ar interior e de conforto térmico da ABNT NBR 16401, em sua versão vigente. A potência do equipamento de renovação de ar deve ser incluída na potência total do sistema para o cálculo do CEE_R.

A carga térmica total anual da edificação ($CgTT_{real}$), o IDRS e a potência do equipamento de renovação de ar (Wvent) devem ser utilizados no cálculo do CEE_R, como demonstrado na Equação B.II.5.

$$PG = \frac{G_{EE} \cdot fc_E \cdot 100}{(C_{EE,real} \cdot fc_E) + (C_{ET,real} \cdot fc_T)} \qquad \textbf{Equação (D.1)}$$

Onde:
PG é o potencial de geração de energia (%);
G_{EE} é a energia gerada por fontes locais de energia renovável (kWh/ano);
$C_{EE,real}$ é o consumo total de energia elétrica da UH na condição real (kWh/ano);
$C_{ET,real}$ é o consumo total de energia térmica da UH na condição real (kWh/ano);
fc_E é o fator de conversão de energia elétrica em energia primária; fc_E é o fator de conversão de energia elétrica em energia primária;
fc_T é o fator de conversão de energia térmica em energia primária.

B.II.4.1.3. Com base no CSPF

Alternativamente, para aparelhos de condicionamento de ar do tipo split com inverter, o cálculo do CEE_R pode ser adaptado para climas específicos em função da temperatura externa de climas específicos e das horas de operação do sistema. O CSPF (Cooling Seasonal Performance Factor), pode ser obtido pelo procedimento descrito na ISO 16358-1, em sua versão vigente, ou por meio da interface web, disponível em: <http://pbeedifica.com.br/cspf/>, utilizando o arquivo climático (EPW) do clima desejado e para as horas de operação reais. A carga térmica total anual da edificação ($CgTT_{real}$), o CSPF e a potência do equipamento de renovação de ar (Wvent) devem ser utilizados no cálculo do CEE_R, como demonstrado na Equação B.II.6.

$$P_{CO_2} = \left[\frac{E_{CO_2,real}}{E_{CO_2,ref}} - 1\right] . 100 \qquad \textbf{Equação (E.1)}$$

Onde:
P_{CO2} é o percentual de redução ou acréscimo das emissões de dióxido de carbono (%);
$E_{CO2,real}$ é a emissão total de dióxido de carbono da UH na condição real (tCO_2/ano);
$E_{CO2,ref}$ é a emissão total de dióxido de carbono da UH na condição de referência (tCO_2/ano).

B.II.4.2. Capacidade superior a 17,6 kW (60.000 BTU/h)

Para os sistemas com estes equipamentos, o CEE_R pode ser calculado pelo SPLV ou pela alternativa que adota o fator de ponderação K. Caso a opção escolhida seja a simulação computacional, o percentual de redução de consumo para a refrigeração ($RedC_R$) é obtido diretamente.

B.II.4.2.1. Com base no SPLV

O SPLV é uma média ponderada da relação do perfil de carga térmica anual sobre o perfil de consumo de energia anual de todo o sistema de condicionamento de ar ao longo do ano, porém de forma simplificada, resultante de quatro condições de carga (100%, 75%, 50% e 25%). Ao utilizar este método, o CEE_R é igual ao SPLV calculado.

O SPLV utiliza o mesmo método de cálculo do IPLV (Integrated Part Load Value) para os equipamentos, porém abrange todos aqueles envolvidos no sistema de ar condicionado (incluindo os equipamentos de refrigeração e o consumo de energia dos periféricos necessários para o funcionamento completo do sistema de condicionamento de ar). Além disso, o cálculo do SPLV considera a classificação climática da cidade em que o sistema será instalado, as horas de operação ao longo do dia, a tipologia da edificação e o tipo de sistema de condicionamento de ar.

A planilha de cálculo do SPLV, para os quatro sistemas (listados na Tabela B.II.1), está disponível em: <http://www.pbeedifica.com.br/sites/default/files/PBE-Edifica-SPLV-AC-20201026.xlsm>. O preenchimento da planilha deve ser realizado com os dados de projeto do sistema de condicionamento de ar. O procedimento de cálculo e as instruções de uso estão contidos na própria planilha. A planilha apresenta abas diferentes por tipo de sistema: expansão direta, expansão indireta e VRF. As variáveis de entrada necessárias para a utilização das planilhas estão subdivididas em categorias, como listadas na Tabela B.II.1.

$$E_{CO_2,real} = \frac{(C_{EE,real} \cdot fe_E) + (C_{ET,real} \cdot fe_T) - (G_{EE} \cdot fe_E)}{1000} \qquad \textbf{Equação (E.2)}$$

Onde:
$E_{CO2,real}$ é a emissão total de dióxido de carbono da UH na condição real (tCO_2/ano);
$C_{EE,real}$ é o consumo total de energia elétrica da UH na condição real (kWh/ano);
$C_{ET,real}$ é o consumo total de energia térmica da UH na condição real (kWh/ano);
fe_E é o fator de emissão de dióxido de carbono na geração de energia elétrica ($kg.CO_2$/kWh);
fe_T é o fator de emissão de dióxido de carbono na queima de combustível ($kg.CO_2$/kWh);
G_{EE} é a energia gerada por fontes locais de energia renovável (kWh/ano).

$$E_{CO_2,ref} = \frac{(C_{EE,ref} \cdot fe_E)}{1000} \qquad \textbf{Equação (E.3)}$$

Onde:
$E_{CO2,ref}$ é a emissão total de dióxido de carbono da UH na condição de referência (tCO_2/ano);
$C_{EE,ref}$ é o consumo total de energia elétrica da UH na condição de referência (kWh/ano);
fe_E é o fator de emissão de dióxido de carbono na geração de energia elétrica ($kg.CO_2$/kWh).

$$Red_{água} = \left[\frac{C_{água,ref} - (C_{água,real} - O_{água,não\ potável})}{C_{água,ref}}\right] . 100 \qquad \textbf{Equação (F.1)}$$

Onde:
$Red_{água}$ é o percentual anual de redução no consumo de água potável (%);
$C_{água,ref}$ é o consumo anual de água da edificação na condição de referência (L/ano);
$C_{água,real}$ é o consumo anual de água da edificação na condição real (L/ano);
$O_{água,não potável}$ é a oferta de água não potável (L/ano) calculada pelo projetista, conforme laudo técnico.

$$C_{água,ref} = 365 \cdot N \cdot (Q_{ref,BS} \cdot UD_{BS} + Q_{ref,TL} \cdot t_{TL} \cdot UD_{TL} + Q_{ref,TQ} \cdot t_{TQ} \cdot UD_{TQ} + Q_{ref,CH} \cdot t_{CH} \cdot UD_{CH} + Q_{ref,TC} \cdot t_{TC} \cdot UD_{TC}) \qquad \textbf{Equação (F.2)}$$

Onde:
$C_{água,ref}$ é o consumo anual de água da edificação em sua condição de referência (L/ano);
N é o número de habitantes da edificação; deve-se considerar duas pessoas por dormitório da UH;
$Q_{ref,BS}$ é a vazão da bacia sanitária na condição de referência para determinado tipo de dispositivo (L/minuto ou L/fluxo) e conforme a Tabela F.1. Caso a bacia sanitária possua válvula de descarga, deve-se ainda multiplicar a vazão pelo tempo de uso (t_{BS}), conforme valores da Tabela F.2;
UD_{BS} é o número de usos diários da bacia sanitária (usos/pessoa.dia), conforme a Tabela F.3;
$Q_{ref,TL}$ é a vazão da torneira de lavatório na condição de referência (L/minuto), conforme a Tabela F.1;
t_{TL} é a duração do uso da torneira de lavatório (minutos), conforme Tabela F.2;
UD_{TL} é o número de usos diários da torneira de lavatório por pessoa (usos/pessoa.dia), conforme Tabela F.3;
$Q_{ref,TQ}$ é a vazão da torneira de tanque na condição de referência (L/minuto), conforme a Tabela F.1;
t_{TQ} é a duração do uso da torneira de tanque (minutos), conforme Tabela F.2;
UD_{TQ} é o número de usos diários da torneira de tanque por pessoa (usos/pessoa.dia), conforme Tabela F.3;
$Q_{ref,CH}$ é a vazão do chuveiro na condição de referência (L/minuto), conforme a Tabela F.1;
t_{CH} é a duração do uso do chuveiro (minutos), conforme a Tabela F.2;
UD_{CH} é o número de usos diários do chuveiro por pessoa (usos/pessoa.dia), conforme a Tabela F.3;
$Q_{ref,TC}$ é a vazão da torneira da pia da cozinha na condição de referência (L/minuto), conforme a Tabela F.1;
t_{TC} é a duração do uso da torneira da pia da cozinha (minutos), conforme Tabela F.2;
UD_{TC} é o número de usos diários da torneira da pia da cozinha por pessoa (usos/pessoa.dia), conforme a Tabela F.3.

B.II.4.2.2. Com base no fator de ponderação K

Para os sistemas de condicionamento de ar que não apresentarem o cálculo do SPLV para a determinação da eficiência, um cálculo alternativo deve ser apresentado a partir dos requisitos de eficiência dos equipamentos, conforme o tipo de equipamento aplicado. Neste método, o CEE_R é igual à eficiência do resfriador de líquido multiplicada pelo fator de ponderação K, que varia com a classificação climática considerada, segundo a Tabela B.II.2.

Tabela B.II.2 - Valor de ponderação de acordo com a classificação climática

Classificação climática	Fator de ponderação (K)	
	Condensação à ar	Condensação à água
Zonas bioclimáticas 1, 2 e 3	0,58	0,52

Zonas bioclimáticas 4, 5 e 6	0,62	0,56
Zonas bioclimáticas 7 e 8	0,64	0,58

B.II.4.2.3. Com base em simulação computacional

O método com base em simulação computacional permite obter diretamente o percentual de redução de consumo para refrigeração ($RedC_R$). Para a modelagem da edificação e do sistema de condicionamento de ar, devem ser utilizados os valores de referência de acordo com a tipologia da edificação, fornecidos no Anexo A. Também devem ser adotadas as recomendações do método de simulação presentes no Anexo C.I.

O consumo de refrigeração da edificação real é obtido diretamente, por meio da modelagem detalhada do sistema de condicionamento de ar da edificação.

O consumo de refrigeração da edificação em sua condição de referência necessita de uma simulação exclusiva, na qual é utilizado um "sistema de carga ideal", que visa quantificar a carga térmica total anual da edificação de referência.

A carga térmica total anual da edificação de referência ($CgTT_{ref}$) é utilizada para a obtenção do consumo da edificação de referência com refrigeração ($C_{R,ref}$). O consumo de refrigeração da edificação de referência deve ser calculado utilizando-se a Equação B.II.3.

ANEXO B.III - SISTEMA DE ILUMINAÇÃO

Neste Anexo são descritos os critérios para a avaliação da eficiência energética do sistema de iluminação de edificações comerciais, de serviços e públicas quanto à determinação do percentual de redução do consumo do sistema de iluminação, bem como do consumo energético deste sistema, além da potência de iluminação total instalada.

Podem ser avaliados por este método os sistemas de iluminação artificial ou sistemas de iluminação artificial com o aproveitamento da luz natural.

Devem fazer parte da classificação as áreas internas da edificação iluminadas artificialmente, incluindo APPs e APTs, bem como as áreas cobertas externas da edificação iluminadas artificialmente e que possibilitam a ocupação. Iluminação de fachadas e áreas cobertas como as marquises, que possuem iluminação, mas são estritamente de passagem e não possibilitam outros usos, não entram na avaliação.

Excetuam-se os sistemas que forem complementares à iluminação geral e com controle independente, presentes nas seguintes situações:

a) Iluminação de destaque projetada como elemento essencial para iluminar objetos em galerias, museus e monumentos;

b) Iluminação contida ou parte integrante de equipamentos ou instrumentos, desde que instalada pelo próprio fabricante, como lâmpadas de refrigeradores e geladeiras;

c) Iluminação especificamente projetada para uso exclusivo em procedimentos médicos ou dentários, e iluminação contida em equipamentos médicos ou dentários;

d) Iluminação contida em refrigeradores e freezers, tanto abertos quanto fechados por vidro;

e) Iluminação totalmente voltada ao aquecimento de alimentos e em equipamentos utilizados em sua preparação;

f) Iluminação totalmente voltada ao crescimento de plantas ou para sua manutenção;

g) Iluminação em ambientes especificamente projetados para uso de deficientes visuais;

h) Iluminação em vitrines de lojas varejistas, desde que a área da vitrine seja fechada por divisórias cuja altura alcance o forro;

i) Iluminação em ambientes internos que sejam especificamente designados como um bem cultural tombado, de acordo com o IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional ou outros órgãos municipais ou estaduais de competência análoga;

j) Iluminação totalmente voltada à propaganda ou à sinalização;

k) Sinais indicando saída e luzes de emergência;

l) Iluminação à venda ou sistemas de iluminação para demonstração com propósitos educacionais;

m) Iluminação para fins teatrais, incluindo apresentações ao vivo e produções de filmes e vídeos;

n) Áreas de jogos ou atletismo com estrutura permanente para captação de imagens e transmissão pela televisão; e

o) Iluminação de tarefa conectada diretamente em tomadas, como luminária de mesa.

Para a classificação do sistema de iluminação artificial, é necessário determinar a potência de iluminação total da edificação real (PI_T), conforme o item B.III.3, a potência de iluminação limite para a classificação A (PI_{LA}) e para a condição de referência para classificação D (PI_{LD}), conforme o item B.III.4. As condições de elegibilidade para a classificação A estão descritos no item 7, subitem 7.2.

B.III.1. Determinação do percentual de redução do consumo de iluminação

A determinação do percentual de redução do consumo de iluminação ($RedC_{IL}$) deve ser realizada a partir dos valores do consumo de iluminação da edificação na sua condição real ($C_{IL,real}$), e condição de referência ($C_{IL,refD}$), seguindo a Equação B.III.1.

$$C_{água,real} = 365 \cdot N \cdot (Q_{real,BS} \cdot UD_{BS} + Q_{real,TL} \cdot t_{TL} \cdot UD_{TL} + + Q_{real,TQ} \cdot t_{TQ} \cdot UD_{TQ} + Q_{real,CH} \cdot t_{CH} \cdot UD_{CH} + Q_{real,TC} \cdot t_{TC} \cdot UD_{TC})$$ **Equação (F.3)**

Onde:
$C_{água,real}$ é o consumo anual de água da edificação na condição real (L/ano);
N é o número de habitantes da edificação; deve-se considerar duas pessoas por dormitório da UH;
$Q_{real,BS}$ é a vazão da bacia sanitária na condição real para determinado tipo de dispositivo (L/minuto ou L/fluxo) e conforme a Tabela F.1. Caso a bacia sanitária possua válvula de descarga, deve-se ainda multiplicar a vazão pelo tempo de uso (t_{BS}), conforme valores da Tabela F.2;
UD_{BS} é o número de usos diários da bacia sanitária (usos/pessoa.dia), conforme a Tabela F.3;
$Q_{real,TL}$ é a vazão da torneira de lavatório na condição real (L/minuto), conforme projeto da edificação;
t_{TL} é a duração do uso da torneira de lavatório (minutos), conforme Tabela F.2;
UD_{TL} é o número de usos diários da torneira de lavatório por pessoa (usos/pessoa.dia), conforme Tabela F.3;
$Q_{real,TQ}$ é a vazão da torneira de tanque na condição real (L/minuto), conforme a Tabela F.1;
t_{TQ} é a duração do uso da torneira de tanque (minutos), conforme Tabela F.2;
UD_{TQ} é o número de usos diários da torneira de tanque por pessoa (usos/pessoa.dia), conforme Tabela F.3;
$Q_{real,CH}$ é a vazão do chuveiro na condição real (L/minuto), conforme projeto da edificação;
t_{CH} é a duração do uso do chuveiro (minutos), conforme a Tabela F.2;
UD_{CH} é o número de usos diários do chuveiro por pessoa (usos/pessoa.dia), conforme a Tabela F.3;
$Q_{real,TC}$ é a vazão da torneira da pia da cozinha na condição real (L/minuto), conforme projeto da edificação;
t_{TC} é a duração do uso da torneira da pia da cozinha (minutos), conforme Tabela F.2;
UD_{TC} é o número de usos diários da torneira da pia da cozinha por pessoa (usos/pessoa.dia), conforme a Tabela F.3.

B.III.2. Determinação do consumo de iluminação

O consumo de energia elétrica do sistema de iluminação da edificação real ($C_{IL,real}$) é determinado pela multiplicação entre a potência de iluminação total instalada e o seu tempo de uso (valor variável de acordo com a tipologia da edificação, ver tabelas do Anexo A), conforme a Equação B.III.2.

Tabela 7.13 – Espessura mínima (mm) de isolamento térmico de tubulações para sistemas de refrigeração do tipo expansão direta (**splits** convencionais e **inverter**)

Faixa de temperatura do fluido (ºC)	Condutividade do isolamento térmico		Espessura do isolamento térmico (mm) de acordo com o diâmetro nominal da tubulação (mm)		
	Condutividade térmica (W/(m.K))	Temperatura de ensaio (ºC)	d ≤ 10	10 < d ≤ 30	d > 30
0 < T < 16	0,032 a 0,040	20	9	13	19

Nota: Esta Tabela baseia-se em tubulações de aço carbono. Tubulações não-metálicas com espessura de parede padrão **Schedule** 80, ou menor, devem usar os valores desta Tabela. Para as outras tubulações não-metálicas que possuam resistência térmica maior que a das tubulações de aço carbono, é permitido o isolamento térmico de espessura reduzida se for fornecida a documentação comprovando que a tubulação com o isolamento térmico proposto não possui uma transferência de calor por metro linear maior do que a da tubulação de aço carbono de mesmas dimensões, utilizando a espessura de isolamento térmico indicada pela Tabela 7.13.

Os consumos de energia elétrica do sistema de iluminação da edificação em sua condição de referência (CIL,refD) e referência equivalente à classificação A (CIL,refA) devem ser determinados pela multiplicação entre a potência de iluminação limite para a classificação D e A (PILD e PILA) e o seu tempo de uso, conforme a Equação B.III.3. Os valores da potência de iluminação limite PIL podem ser determinados pelos métodos descritos nos subitens B.III.4.1 e B.III.4.2.

Tabela G.2 – Padrão de uso e operação para as áreas de uso comum

Uso típico	Áreas de uso comum	
	Condição real	Condição de referência
Ganhos		
Ocupação (m²/pessoa)	10,0	
DPE - Densidade de potência de equipamentos em uso (W/m²)*	20,0	
Aquecimento de Água		
Eficiência do sistema de aquecimento de água sem acumulação[a]	Condição real	0,95
Eficiência do sistema de aquecimento de água com acumulação[b]	Condição real	0,85
Temperatura de armazenamento	50°C	
Temperatura de uso de água quente (°C)	38 °C (norte e nordeste) 40 °C (demais regiões)	
Temperatura de uso de água fria (°C)	Condição real	
Perdas na tubulação – sistema sem acumulação	Condição real	0
Perdas de armazenamento – sistema sem acumulação	Condição real	0
Perdas da recirculação – sistema sem acumulação	Condição real	0
Perdas na tubulação – sistema com acumulação	Condição real	Isolamento de 5 mm, λ=0,03 W/(m.K)
Perdas de armazenamento – sistema com acumulação	Condição real	
Perdas da recirculação – sistema com acumulação	Condição real	

B.III.3. Cálculo da potência de iluminação total da edificação real

A potência instalada de iluminação total deve considerar a potência referente a todos os conjuntos de luminárias instalados, incluindo as lâmpadas, reatores, transformadores e sistemas de controles da edificação em sua condição real (PI_{Treal}).

Nota 1: Se existirem dois ou mais sistemas de iluminação independentes para atender as atividades de um mesmo espaço, e estes estiverem equipados com um sistema de controle que evite o seu uso simultâneo, a avaliação da potência instalada deste espaço deve considerar a potência instalada do sistema de maior potência.

A potência de iluminação total da edificação deve resultar da soma das duas parcelas do sistema de iluminação: 1) a parcela sem controle automatizado; e, 2) a parcela de luminárias controladas por sensores. Se não houver a inserção de sensores, a parcela controlada deve ser nula, e a potência de iluminação total deverá ser equivalente à potência instalada sem controle automatizado. A potência de iluminação em uso deve ser determinada conforme o item B.III.3.1.

A potência de iluminação total da edificação real é representada pela Equação B.III.4.

$$RedC_{IL} = ((C_{IL,refD} - C_{IL,real}) / C_{IL,refD}).100$$ **Equação (G.1)**

Onde:
$RedC_{IL}$ é o percentual de redução do consumo de iluminação da condição real em relação à condição de referência (%);
$C_{IL,refD}$ é o consumo de iluminação da área de uso comum na condição de referência D (kWh/ano);
$C_{IL,real}$ é o consumo de iluminação da área de uso comum na condição real (kWh/ano).

G.I.2 Determinação do consumo de iluminação na condição de referência

Os consumos de energia elétrica do sistema de iluminação da área de uso comum na condição de referência (equivalente à classificação D) ($C_{IL,refD}$) e referência equivalente à classificação A ($C_{IL,refA}$) devem ser determinados pela multiplicação entre a potência de iluminação limite para as classificações D e A (PI_{LD} e PI_{LA}) e o seus tempos de uso, conforme as equações G.2 e G.3.

$$C_{IL,refA} = \sum_{i=1}^{n} PI_{LA} \cdot (h \cdot N_{ano})/1000$$ **Equação (G.2)**

Onde:
$C_{IL,refA}$ é o consumo do sistema de iluminação da AUC na condição de referência A (kWh/ano);
PI_{LA} é a potência de iluminação limite para a classificação A (W);
h são as horas de uso da AUC por dia, conforme a Tabela G.1;
N_{ano} é o número de dias de ocupação ao ano conforme a Tabela G.1;
n é a quantidade de áreas de uso comum.

$$C_{IL,refD} = \sum_{i=1}^{n} PI_{LD} \cdot (h \cdot N_{ano})/1000$$ **Equação (G.3)**

Onde:
$C_{IL,refD}$ é o consumo do sistema de iluminação da AUC na condição de referência D (kWh/ano);
PI_{LD} é a potência de iluminação limite para a classificação D (W);
h são as horas de uso da AUC por dia, conforme a Tabela G.1;
N_{ano} é o número de dias de ocupação ao ano, conforme a Tabela G.1;
n é a quantidade de áreas de uso comum.

Nota 2: Para edificações que englobem mais de uma tipologia descrita pelo Anexo A, com diferentes horas de ocupação, deve-se individualizar a potência instalada de iluminação total para cada uma das tipologias. A separação das potências por atividade é necessária para a determinação do consumo de iluminação.

Nos casos de ambientes sem projeto luminotécnico, ou, sem a instalação do sistema de iluminação durante a inspeção em campo, a potência de iluminação da condição real destes ambientes deverá ser calculada pela Equação B.III.5.

$$PI_L = \sum_{i=1}^{n} (A_i \cdot DPI_L)$$ **Equação (G.4)**

Onde:
PI_L é a potência de iluminação limite para cada classificação (W);
A_i é a área iluminada para cada uma das atividades, se houver mais de uma (m²);
DPI_L é a densidade de potência limite para cada uma das atividades, se houver mais de uma (W/m²).
n é a quantidade de áreas de uso comum.

B.III.3.1. Cálculo da potência de iluminação em uso

Conjuntos de luminárias destinados à iluminação geral, cujo funcionamento seja otimizado por algum dispositivo de controle automatizado, podem ter a sua potência instalada reduzida com base no fator de ajuste de potência (FAP). Os valores dos fatores de ajuste de potência (FAP), conforme o tipo de controle das luminárias, devem ser adotados segundo a Tabela B.III.1.

Tabela B.III.1 - Fatores de ajuste da potência instalada em função do tipo de controle das luminárias

Tipo de controle	Fator de ajuste de potência (FAP)
Controle sensível à luz natural - por passos ou dimerizável	0,9
Controle com sensor de ocupação de desligamento automático	0,8
Controle com programação e desligamento automático	0,95

Nota: Unidades de hospedagem (quarto e banheiro) que possuem controle de ocupação, a exemplo dos sistemas de interruptor por cartão (chave cartão), também devem ser consideradas ambientes com "controles com sensor de ocupação de desligamento automático". Nestes casos, adota-se o FAP equivalente a 0,8.

A redução do consumo de energia da edificação a partir do aproveitamento da iluminação natural por meio da instalação de fotossensores pode ser contabilizada pelo método simplificado utilizando o fator de ajuste de potência (FAP); ou, por meio da simulação de iluminação natural, conforme descrito no item C.II.

A potência instalada de iluminação em uso (PI_U) deve ser calculada por meio da potência de iluminação controlada por sensores (PI_C) e o fator de ajuste de potência (FAP), quando aplicável, conforme a Equação B.III.6.

$$C_{IL,real} = \sum_{i=1}^{n} PI_{T,real} \cdot (h \cdot N_{ano})/1000 \qquad \textbf{Equação (G.5)}$$

Onde:
$C_{IL,real}$ é o consumo do sistema de iluminação da AUC na condição real (kWh/ano);
$PI_{T,real}$ é a potência de iluminação total instalada nas AUC (W);
h são as horas de uso da AUC por dia, conforme a Tabela G.1;
N_{ano} é o número de dias de ocupação ao ano, conforme a Tabela G.1;
n é a quantidade áreas de uso comum.

B.III.3.2. Condições gerais

Incluem-se, de maneira especial, considerações específicas para alguns ambientes:

a) Ambientes iluminados no subsolo devem fazer parte da avaliação do sistema de iluminação. Se estes ambientes atenderem a mais de uma edificação, deve-se ponderar a área do subsolo e a potência de iluminação de acordo com a área de cada edificação;

b) No caso de blocos conectados por uma cobertura única, a iluminação da cobertura deve ser contabilizada na avaliação. Quando o sistema de iluminação de apenas um bloco for avaliado, a iluminação da cobertura única deve ser ponderada pela área e potência dos blocos. No caso de apenas uma parcela do bloco ser avaliada, a iluminação da cobertura não será computada na avaliação. Este procedimento também deve ser adotado para a iluminação de blocos de edificações interligados para a iluminação dos blocos de ligação. Para as avaliações pelo método das atividades, a cobertura deve ser considerada como atividade de circulação.

c) Ambientes de átrio, pátio ou jardim de inverno descobertos, que permitem a ventilação natural, configuram ambiente externo. A iluminação destas áreas não faz parte da avaliação do sistema de iluminação. Entretanto, se forem cobertos, a iluminação destas áreas deve ser avaliada de acordo com a função do átrio, do pátio ou jardim de inverno.

d) Ambientes em que existem dois ou mais sistemas de iluminação independentes para atender as atividades de um mesmo espaço, e estão equipados com sistema de controle que evita o uso simultâneo, deverão ter a avaliação da potência instalada considerando a potência instalada do sistema de maior potência.

B.III.3.3. Potencial de integração entre o sistema de iluminação e a luz natural disponível

O potencial de integração entre o sistema de iluminação e a luz natural disponível pode ser obtido tanto pelo método simplificado (item B.III.3.3.1), quanto pelo método de simulação (item B.III.3.3.2). O potencial de integração é informativo, e não possui restrições quanto aos valores máximos ou mínimos a serem atingidos; no entanto, sua determinação é obrigatória para as edificações que almejam quantificar o aproveitamento de iluminação natural na avaliação da envoltória e do sistema de iluminação. O valor da porcentagem da área com potencial de integração entre o sistema de iluminação e a luz natural disponível será declarado.

B.III.3.3.1. Determinação do potencial de integração a partir do método simplificado

O potencial de integração entre o sistema de iluminação e a luz natural disponível deve ser calculado considerando-se a razão entre a soma de todas as zonas primárias de luz natural e a área total construída. Devem ser contabilizadas todas as aberturas laterais e zenitais projetadas com o intuito de iluminar o ambiente, e que sejam totalmente voltadas para o exterior.

As zonas primárias de iluminação natural para as aberturas laterais consistem nas áreas adjacentes à cada abertura vertical, sendo definidas em planta. Sua profundidade corresponde à altura da verga (HV) da janela, e a largura corresponde à largura do plano translúcido da janela, somando-se metade da altura da verga de janela para cada lado. Devem ser descontadas quaisquer porções da área que encontrem-se atrás de algum tipo de obstrução permanente, de 1,80 m ou mais alta, medidas a partir do nível do piso acabado. As Figuras B.III.1 e B.III.2 mostram um exemplo de definição das zonas primárias de iluminação natural para as aberturas laterais.

$$PI_{Treal} = \sum (PI_U) + \sum (PI) + P_{ASP} \qquad \textbf{Equação (G.6)}$$

Onde:
$PI_{T,real}$ é a potência de iluminação total da AUC na condição real (W);
PI_U é a potência de iluminação em uso, calculada conforme Equação G.8 (W);
PI é a potência de iluminação sem controle automatizado (W);
P_{ASP} é a potência de iluminação de ambientes sem projeto luminotécnico ou sem sistema instalado no momento da inspeção em campo da AUC (W), quando aplicável.

Nos casos de ambientes sem projeto luminotécnico ou sem a instalação do sistema de iluminação durante a inspeção em campo, a potência de iluminação da condição real destes ambientes deverá ser calculada pela Equação G.7.

$$P_{ASP} = (1{,}5 \cdot PI_{LD}) \qquad \textbf{Equação (G.7)}$$

Onde:
P_{ASP} é a potência de iluminação de ambientes sem projeto luminotécnico ou sem sistema instalado no momento da inspeção em campo da AUC (W);
PI_{LD} é a potência de iluminação limite para a classificação D (W).

As zonas primárias de iluminação natural para as aberturas zenitais consistem na área imediatamente abaixo da abertura zenital, definidas em planta. Sua dimensão corresponde à área de projeção translúcida da abertura zenital, somada à medida de 0,7 vezes a altura média do teto para cada direção. A forma geométrica da zona de iluminação zenital deve ser idêntica à forma geométrica da projeção dessa abertura vista em plana baixa.

Devem ser descontadas quaisquer porções da área que encontrem-se atrás de algum tipo de obstrução permanente, que seja mais alta do que a metade da distância do piso à base da abertura zenital. Caso a abertura zenital seja alocada no topo de um poço de luz, deve-se considerar a base do poço de luz.

Não são contabilizadas no potencial de integração entre o sistema de iluminação e a luz natural disponível, e são isentas do controle independente do requisito mínimo descrito no item 7.2.2. as áreas que atendem aos itens abaixo:

a) Zonas primárias de iluminação natural para as aberturas laterais em que o topo de qualquer estrutura adjacente existente, ou de objetos naturais, é pelo menos duas vezes mais alto que o topo das referidas aberturas, bem como de sua distância horizontal à frente das janelas;

b) Aberturas laterais com área total de vidro inferior a 1,86 m²;

c) Espaços destinados às áreas de varejo;

d) Zonas primárias de iluminação natural adjacentes às aberturas laterais que possuem projeções externas (projeções estas sem nenhuma outra abertura acima dela) com fator de projeção (FP) maior que 1,0 para projeções orientadas para o sul, ou maior que 1,5 para todas as outras orientações (ver Figura B.III.3).

$$PI_U = \sum [(PI_C \cdot FAP)] \qquad \textbf{Equação (G.8)}$$

Onde:
PI_U é a potência de iluminação em uso (W);
PI_C é a potência de iluminação controlada por sensores (W);
FAP é o fator de ajuste de potência conforme o tipo de controle.

B.III.3.3.2. Determinação do potencial de integração a partir do método de simulação

Por este método, o potencial de integração entre o sistema de iluminação e a luz natural disponível deve ser determinado a partir da simulação da autonomia da luz natural espacial. Devem ser consideradas "áreas com autonomia da luz natural" aquelas que apresentam no mínimo 300 lux em pelo menos 50% das horas diurnas ($ALNE_{300lx,50\%}$), considerando o acionamento de persianas hipotéticas a fim de se evitar o desconforto por ofuscamento. Os procedimentos para a simulação devem seguir o Anexo C.II, simulação de iluminação natural.

B.III.4. Determinação da potência de iluminação limite

A determinação da potência de iluminação limite pelo método simplificado deve ser realizada por meio de um dos seguintes métodos:

a) Método do edifício completo; ou

b) Método das atividades do edifício.

Qualquer um dos métodos pode ser escolhido, desde que seus critérios sejam atendidos.

O método do edifício completo é empregável aos edifícios com, no máximo, três atividades principais distintas, cada uma representando no mínimo 30% da área da edificação completa.

Este método, por agrupar funções secundárias às principais, é menos detalhado e pode não representar as necessidades de descrição da edificação.

Nota 1: No caso em que se realize a avaliação de uma parcela da edificação, este método somente é aplicável caso a parcela avaliada represente uma das atividades listadas na Tabela B.III.2, e com no mínimo 30% da área da edificação completa.

O método das atividades do edifício estabelece densidades de potência para cada uma das atividades separadamentemente. O método da potência ajustada, utilizado em conjunto com o método das atividades, possibilita uma adaptação na densidade de potência limite para ambientes que tenham necessidades específicas de iluminação, oferecendo maior flexibilidade.

Nota 2: O método das atividades do edifício permite a avaliação parcial da edificação, sendo indicado para o caso de edifícios de múltiplos proprietários em que se requer a classificação de apenas parte da edificação.

B.III.4.1. Método do edifício completo

O método do edifício completo atribui um único valor de densidade de potência de iluminação limite representativo da ponderação entre a(s) atividade(s) principal(is) e as atividades secundárias da edificação.

Para a determinação da potência de iluminação limite por meio do método do edifício completo, deve-se identificar a(s) atividade(s) principai(s) da edificação de acordo com a Tabela B.III.2, e a(s) sua(s) respectiva(s) densidade(s) de potência de iluminação limite para a condição de referência, equivalente à classificação D (PI_{LD}), e a condição equivalente à classificação A (PI_{LA}).

Para edificações com atividades não listadas na Tabela B.III.2, deve-se adotar uma atividade equivalente.

Nota: Deve-se justificar e comprovar a utilização da atividade equivalente adotada.

O cálculo da potência de iluminação limite se dá em função do produto entre a área iluminada (AI) de cada uma da(s) atividade(s) principal(is) da edificação e sua respectiva densidade de potência de iluminação limite (DPI_L), conforme mostra a Equação B.III.7. O mesmo procedimento deve ser realizado para a condição equivalente à classificação A.

$$RedC_B = (C_{B,ref} - C_{B,real}) / C_{B,ref}) \cdot 100 \qquad \textbf{Equação (G.9)}$$

Onde:
$RedC_B$ é o percentual de redução de consumo das bombas e/ou motobombas da condição real em relação à condição de referência (%);
$C_{B,ref}$ é o consumo anual das bombas e/ou motobombas na condição de referência (kWh/ano)
$C_{B,real}$ é o consumo anual das bombas e/ou motobombas na condição real (kWh/ano)

Tabela G.5 – Determinação do consumo de água para edificações multifamiliares

Categoria de Consumidor	Consumo médio estimado (m³/mês)
Condomínios residenciais (edifício de apartamentos)	-21,1 + 0,0177 x (área total construída) + 2,65 x (nº de banheiros) + 3,97 x (nº de dormitórios) – 50,2 x (nº de dormitórios > 3*) + 46 x (média do nº vagas de garagem por apartamento)

*Parâmetro que assume valor 1 ou 0. Se a média de dormitórios por apartamento é maior que 3 = 1; caso contrário = 0)
Fonte: Nota Técnica NTS 181 da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP.

Para condomínios de edificações unifamiliares, o consumo de água deve seguir os memoriais de cálculo de projetista ou as especificações da Tabela G.6. Caso existam áreas de lazer ou espaços de uso comum com consumo de água no condomínio, tal consumo deve ser estabelecido por laudo técnico.

Tabela G.6 – Consumos para condomínios de edificações unifamiliares

Fonte de consumo	Consumo médio estimado (m³/mês)
Residências abastecidas por caixa d'água coletiva	6,3 por pessoa
Jardins de áreas de uso comum*	0,06 por m²

Nota: A atividade "Hospedagem/dormitório" deve ser utilizada por estabelecimentos menores, como os albergues ou pousadas, bem como aqueles sem espaço para convenções, entretenimentos ou restaurantes.

B.III.4.2. Método das atividades do edifício

O método das atividades do edifício estabelece valores de densidade de potência de iluminação para as atividades principais e secundárias separadamente. O uso deste método oferece maior flexibilidade para a descrição do sistema de iluminação, embora resulte em mais tempo para o cálculo da classificação da edificação.

Nota: O método das atividades do edifício permite a avaliação parcial da edificação, sendo indicado para o caso de edifícios de múltiplos proprietários em que se requere a classificação parcial do sistema de iluminação.

B.III.4.2.1. Ajuste de potência para o método das atividades do edifício

O ajuste de potência limite de iluminação pode ser utilizado, nas situações listadas nas alíneas "a" e "b" a seguir descritas. Os pontos de iluminação aplicáveis à potência adicional devem ter sistema de controle independente da iluminação geral, permitindo o desligamento fora do horário de funcionamento do estabelecimento. Esta potência adicional deve ser utilizada apenas para as luminárias específicas, sendo vedada a sua aplicação em qualquer caso que não os citados.

Nota: O valor da potência destas luminárias específicas, ou o valor máximo indicado nas alíneas abaixo, deve ser adicionado ao valor da potência limite para a classificação A (PI_{LA}).

a) Em casos em que haja iluminação decorativa direcional, complementar à iluminação geral, específica para ressaltar objetos, a exemplo de obras de arte. O adicional referente à iluminação complementar de destaque não pode ultrapassar 8,1 W/m² para cada espaço. Se ultrapassado, o valor da potência adicional não pode ser somado à potência limite.

b) Para equipamentos de iluminação instalados em áreas de vendas, não incluindo vitrines, onde a iluminação foi projetada para o destaque de produtos. Nesse caso, deve ser considerado um adicional na potência limite de acordo com a Equação B.III.8.

$$C_{B,real} = \sum_{1}^{n} \frac{V}{30C_h} \cdot P_{B,real} \cdot N_{ano} \qquad \textbf{Equação (G.10)}$$

Onde:
$C_{B,real}$ é o consumo anual das bombas e/ou motobombas utilizadas para sistemas de elevação de água na condição real ($C_{B,real}$) (kWh/ano);
V é o volume mensal calculado de consumo de água (m³/mês);
C_h é a capacidade horária de bombeamento dos equipamentos escolhidos (m³/h);
$P_{B,real}$ é a potência da bomba na condição real (kW);
N_{ano} é a quantidade de dias do ano em que o sistema estará operante.

B.III.4.2.2. Cálculo da potência de iluminação limite

O método das atividades do edifício atribui valores independentes de densidade de potência limite (DPI_L) para as diferentes atividades da edificação. As atividades podem ser contabilizadas por um ambiente ou por grupos de ambientes com a mesma atividade.

Para a determinação da potência de iluminação limite por meio do método das atividades, deve-se identificar as atividades do ambiente de acordo com a Tabela B.III.3, e as suas respectivas densidades de potência de iluminação limite para a condição de referência, classificação D, e a condição equivalente à classificação A. Para edificações com atividades não listadas na Tabela B.III.3, deve-se adotar uma atividade equivalente.

Nota: Deve-se justificar e comprovar a utilização da atividade equivalente adotada.

O cálculo da potência de iluminação limite para a condição de referência se dá em função do produto entre a área iluminada (AI) de cada uma da(s) atividade(s), e sua respectiva densidade de potência de iluminação limite (DPI_L), utilizando-se a Equação B.III.9. O mesmo procedimento deve ser realizado para a condição equivalente à classificação A.

$$C_{B,ref} = \sum_{1} \frac{V}{30C_h} \cdot P_{B,ref} \cdot N_{ano} \qquad \textbf{Equação (G.11)}$$

Onde:
$C_{B,ref}$ é o consumo anual das bombas e/ou motobombas utilizadas para sistemas de elevação de água na condição de referência (kWh/ano);
V é o volume mensal calculado de consumo de água (m³/mês);
C_h é a capacidade horária de bombeamento dos equipamentos escolhidos (m³/h);
$P_{B,ref}$ é a potência da bomba na condição de referência (kW);
N_{ano} é a quantidade de dias do ano em que o sistema estará operante.

Tabela 7.14 – Espessura mínima e condutividade térmica de isolamento de tubulações de distribuição e recirculação de água quente

Elemento	Condutividade térmica (W/(m.K))	Espessura mínima do isolamento (mm)
Tubulações internas de distribuição e recirculação de água quente	≤ 0,040	13

Fonte: adaptado de AS/NZS 3500.4 (2003).

$$C_{ELEV,real} = \sum_{1}^{n} Ed \times 365 / 1000 \qquad \textbf{Equação (G.12)}$$

Onde:
$C_{ELEV,real}$ é o consumo do conjunto de elevadores da edificação real (kWh/ano);
Ed é o consumo diário de cada elevador, conforme as ISO 25745-1 e ISO 25745-2 (Wh/dia);
n é o número de elevadores da edificação.

A classificação dos elevadores é determinada pelos fabricantes, conforme as ISO 25745-1 e ISO 25745-2. Elevadores sem classificação de eficiência energética devem assumir classe de eficiência energética E e seus consumos energéticos diários (Ed, em Wh) devem ser estimados conforme a Tabela G.8.

Tabela G.8 – Estimativa do consumo de energia elétrica para elevadores não etiquetados

Edificações com até 6 UHs	Edificações de 7 a 20 UHs	Edificações de 21 a 50 UHs	Edificações com mais de 50 UHs
$19040 + 2{,}016 \cdot Q$	$18800 + 5{,}04 \cdot Q$	$18000 + 15{,}12 \cdot Q$	$16800 + 30{,}24 \cdot Q$

Onde:
Q é a carga nominal do elevador (kg)

ANEXO B.IV - SISTEMA DE AQUECIMENTO DE ÁGUA

Neste Anexo são descritos os critérios para a avaliação do sistema de aquecimento de água de edificações comerciais, de serviços e públicas quanto à determinação de sua eficiência e consumo energético.

São descritos, ainda, os procedimentos para a determinação do percentual de redução do consumo de energia primária necessário para atender a demanda de água quente da edificação ($RedC_{AA}$), o que é feito comparando-se o consumo da edificação real com o consumo da condição de referência.

B.IV.1. Determinação do percentual de redução do consumo de energia primária

A determinação do percentual de redução do consumo de energia primária necessário para atender à demanda de água quente ($RedC_{AA}$) deve ser realizada a partir dos valores de consumo de energia primária ($C_{AA,real}$), e condição de referência ($C_{AA,ref}$), seguindo-se a Equação B.IV.1.

$$C_{AC,real} = \sum \frac{C_{AC,nom,IDRS}}{2080} \cdot N_{ano} \cdot h \qquad \textbf{Equação (G.13)}$$

Onde:
$C_{AC,real}$ é o consumo do sistema de condicionamento de ar total da área de uso comum na condição real, para equipamentos classificados pelo IDRS (kWh/ano);
$C_{AC,nom,IDRS}$ é o consumo nominal do equipamento condicionador de ar, estabelecido nas tabelas de eficiência energética do PBE para Condicionadores de ar (kWh/ano);
h são as horas de uso da área de uso comum por dia, conforme a Tabela G.1;
N_{ano} é o número de dias de ocupação ao ano, conforme a Tabela G.1.

$$C_{AC,real} = \sum \frac{C_{AC,nom,COP}}{30} \cdot h \cdot N_{ano} \qquad \textbf{Equação (G.14)}$$

Onde:
$C_{AC,real}$ é o consumo do sistema de condicionamento de ar total da área de uso comum na condição real, para equipamentos classificados pelo COP (kWh/ano);
$C_{AC,nom,COP}$ é o consumo nominal do equipamento condicionador de ar, estabelecido nas tabelas de eficiência energética do PBE para Condicionadores de ar (kWh/mês);
h são as horas de uso da área de uso comum por dia, conforme a Tabela G.1;
N_{ano} é o número de dias de ocupação ao ano, conforme a Tabela G.1.

B.IV.2. Determinação do consumo de energia para a demanda de água quente

O consumo total de energia primária do sistema de aquecimento de água varia de acordo com os equipamentos adotados e as fontes de energia utilizadas, devendo ser determinado por meio da Equação B.IV.2. Tal procedimento deve ser realizado para a edificação real e sua condição de referência.

$$C_{AC,ref} = \sum \frac{C_{AC,nom,IDRS,ref}}{2080} \cdot N_{ano} \cdot h \qquad \textbf{Equação (G.15)}$$

Onde:
$C_{AC,ref}$ é o consumo do sistema de condicionamento de ar total da área de uso comum na condição de referência, para equipamentos classificados pelo IDRS (kWh/ano);
$C_{AC,nom,IDRS,ref}$ é o consumo nominal do equipamento condicionador de ar, calculado conforme a Tabela G.10 (kWh/ano);
h são as horas de uso da área de uso comum por dia, conforme a Tabela G.1;
N_{ano} é o número de dias de ocupação ao ano, conforme a Tabela G.1.

$$C_{AC,ref} = \sum \frac{C_{AC,nom,COP,ref}}{30} \cdot h \cdot N_{ano} \qquad \textbf{Equação (G.16)}$$

Onde:
$C_{AC,ref}$ é o consumo do sistema de condicionamento de ar total da área de uso comum na condição de referência, para equipamentos classificados pelo COP (kWh/ano);
$C_{AC,nom,COP,ref}$ é o consumo nominal do equipamento condicionador de ar, calculado conforme a Tabela G.11 (kWh/mês);
h são as horas de uso da área de uso comum por dia, conforme a Tabela G.1;
N_{ano} é o número de dias de ocupação ao ano, conforme a Tabela G.1.

O consumo referente à energia elétrica (CAAE) para a edificação real e condição de referência deve ser calculado por meio da Equação B.IV.3.1 e B.IV.3.2, respectivamente, e à energia térmica (CAAT), quando existente, apenas para a edificação real conforme a Equação B.IV.4. Edificações que utilizam fontes de energia térmica voltadas para o atendimento da demanda de água quente terão sempre como condição de referência o consumo de energia de fonte elétrica.

Tabela G.10 – Ajustes no consumo do sistema de condicionamento de ar na condição de referência para cada classe e tipo de condicionamento classificado pelo IDRS

Classes	Tipo de condicionadores de ar: Tipo Janela ≤ 9.000 Btu/h	Tipo Janela 9.001 a 13.999 Btu/h	Tipo Janela 14.000 a 19.999 Btu/h	Tipo Janela 20.000 a 60.000 Btu/h	Tipo split
A	Consumo A + 5,64%	Consumo A + 5,76%	Consumo A + 5,57%	Consumo A + 6,06%	Consumo A + 19,90%
B	Consumo B + 2,66%	Consumo B + 2,88%	Consumo B + 2,79%	Consumo B + 3,20%	Consumo B + 10,00%
C	Condição de referência	Condição de referência	Condição de referência	Condição de referência	Condição de referência
D	Consumo D - 3,07%	Consumo D - 2,97%	Consumo D - 2,87%	Consumo D - 2,57%	Consumo D - 11,11%
E	-	-	-	-	Consumo E - 24,50%

Fonte: Adaptado de Portaria Inmetro nº 7, de 04/01/2011

Tabela G.11 – Valores de adição de consumo do sistema de condicionamento de ar na condição de referência para cada classe e tipo de condicionamento, quando classificado pelo COP

Classes	Tipo de condicionadores de ar: Tipo Janela ≤ 9.000 Btu/h	Tipo Janela 9.001 a 13.999 Btu/h	Tipo Janela 14.000 a 19.999 Btu/h	Tipo Janela 20.000 a 60.000 Btu/h	Tipo split
A	Consumo A + 16,36%	Consumo A + 16,49%	Consumo A + 12,20%	Consumo A + 14,45%	Consumo A + 13,34%
B	Consumo B + 7,84%	Consumo B + 7,91%	Consumo B + 5,93%	Consumo B + 6,87%	Consumo B + 6,67%
C	Condição de referência	Condição de referência	Condição de referência	Condição de referência	Condição de referência
D	Consumo D – 8,10%	Consumo D – 8,20%	Consumo D – 5,91%	Consumo D – 6,97%	Consumo D – 7,14%
E	Consumo E – 17,15%	Consumo E – 16,95%	Consumo E – 12,56%	Consumo E – 14,51%	Consumo E – 15,80%

Fonte: Adaptado de Portaria Inmetro nº 7, de 04/01/2011

Quando houver mais de uma fonte de energia atendendo à demanda de água quente, as perdas térmicas relativas à distribuição, recirculação e ao armazenamento devem ser atribuídas proporcionalmente, conforme o percentual de energia atendido por cada fonte. O equacionamento das perdas para cada sistema é descrito nas equações B.IV.5 e B.IV.6.

	INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA	REF: EDIFICAÇÕES
	SOLICITAÇÃO DE EMISSÃO DA ENCE	SE/001-PBE

DADOS DO SOLICITANTE

01	RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA SOLICITANTE/NOME (PESSOA FÍSICA)		
02	CNPJ/CPF	03	TELEFONE/E-MAIL
04	ENDEREÇO		
05	MUNICÍPIO/UF	06	CEP

DADOS DA EDIFICAÇÃO

07	NOME DA EDIFICAÇÃO	08	TIPO DE EDIFICAÇÃO
09	ENDEREÇO EDIFICAÇÃO	10	UNIDADE CONSUMIDORA
11	MUNICÍPIO/UF DA EDIFICAÇÃO	12	CEP DA EDIFICAÇÃO

DADOS DA ENCE

13	TIPO DE ENCE SOLICITADA
14	PARCELA AVALIADA
15	MÉTODO DE AVALIAÇÃO / 16 ETAPA DE INSPEÇÃO

INFORMAÇÕES TÉCNICAS

16	NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO	17	Nº DE REGISTRO (CAU / CREA)	18	SISTEMA
19	NOME DO SOLICITANTE	20	CARIMBO E ASSINATURA DO SOLICITANTE		

B.IV.3. Condições gerais

O consumo de energia necessário para o aquecimento de água em edificações comerciais, de serviços e públicas deve ser obtido a partir de três parcelas principais do sistema de aquecimento de água, descritas nas alíneas "a", "b", "c", além do rendimento do equipamento aquecedor de água, descrito na alínea "d", conforme abaixo:

a) Energia necessária para aquecimento do volume de água quente consumida nas diversas aplicações e pontos de utilização da edificação;

b) Energia gerada para aquecimento de água por sistemas que recuperam calor ou por energia solar térmica, quando existentes na edificação;

c) Energia necessária para compensação das perdas térmicas do sistema de distribuição e de armazenamento;

c.1) Energia necessária para a compensação das perdas térmicas dos sistemas de distribuição responsáveis pelo transporte de água quente entre o sistema e/ou equipamento de aquecimento e o ponto de utilização, quando existentes na edificação;

c.2) Energia necessária para a compensação das perdas térmicas dos sistemas de recirculação de água quente, quando existentes na edificação;

c.3) Energia necessária para a compensação das perdas térmicas devido ao armazenamento da água quente, quando existirem reservatórios na edificação;

d) Rendimento do equipamento aquecedor de água.

B.IV.4. Energia requerida para o atendimento da demanda de água quente

A energia requerida para o atendimento da demanda de água quente (E_{AA}) depende do volume de armazenamento e da temperatura da água. O cálculo deve ser feito separadamente para a energia elétrica (Equação B.IV.8), e para a energia térmica (Equação B.IV.9), visto que estas são atribuídas, posteriormente, às equações de consumo.

Tabela B.IV.1 - Volume diário de consumo de água quente por tipologia

Tipologia*	Volume de água (litros)
Edificações educacionais	
Escola com alojamento, internatos (L/dia/pessoa)	50
Edificações de hospedagem	
Hotel (4 a 5 estrelas) com lavanderia (L/dia/leito)	120
Hotel (4 a 5 estrelas) sem lavanderia (L/dia/leito)	100
Hotel (1 a 3 estrelas) com lavanderia (L/dia/leito)	100
Hotel (1 a 3 estrelas) sem lavanderia (L/dia/leito)	70
Estabelecimentos assistenciais de saúde (EAS)	
Clínica / Casa repouso (L/dia/leito)	120
Edificações de alimentação	
Restaurante tradicional (L/dia/refeição)	10
Restaurante self-service (L/dia/refeição)	4
Lanchonete (L/dia/refeição)	2,6
Edificações esportivas	
Clubes e academias (L/dia/ponto de banho)	100

*Nas tipologias não existentes, devem ser utilizados dados de previsão de demanda de um projeto de água quente realizado por um profissional da área.

**O número de pessoas, leitos ou refeições deve ser informado pelo projetista.

B.IV.5. Energia para o aquecimento de água proveniente de sistemas de energia solar térmica ou que recuperam calor

Do consumo de energia para o aquecimento da demanda de água quente devem ser descontadas, quando existentes, a energia para o aquecimento de água de sistemas recuperadores de calor e/ou energia solar térmica (EAA,rec,sol). A EAA,rec,sol é obtida pela Equação B.IV.12.

Nota: No caso de coexistirem sistemas elétricos e térmicos de aquecimento de água em uma mesma edificação, a parcela de energia atendida pelo sistema de recuperação de calor e/ou de energia solar térmica ($E_{AA,rec,sol}$) deve ser descontada apenas do sistema (elétrico ou térmico) ao qual colabora.

B.IV.5.1. Energia para o aquecimento de água proveniente de sistemas recuperadores de calor

Para sistemas que recuperam calor utilizado em outros processos, deve-se adotar o calor absorvido dos processos para reduzir a energia necessária para o sistema de aquecimento de água ($E_{AA,rec}$), disposto em kWh/dia.

Os cálculos dos valores da parcela de energia para aquecimento de água proveniente de sistemas que recuperam calor, quando existentes na edificação real, devem ser demonstrados pelo projetista com base nos equipamentos adotados.

B.IV.5.2. Energia para o aquecimento de água proveniente de sistemas de aquecimento solar térmico

As equações para o cálculo da contribuição de sistemas solares para o aquecimento de água são descritas na sequência dos subitens relacionados. Os cálculos não são aplicáveis para sistemas de aquecimento em piscinas.

B.IV.5.2.1. Energia solar mensal incidente sobre a superfície dos coletores

O cálculo da irradiância solar mensal incidente sobre a superfície inclinada dos coletores ($EI_{mês,i}$) é descrito na Equação B.IV.13.

ANEXO C – TERMO DE COMPROMISSO

TERMO DE COMPROMISSO

Este documento representa um Termo de Compromisso entre o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia e o solicitante da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE de Edificações – em conformidade com as regras e procedimentos definidos pelo RAC para Eficiência Energética de Edificações.

EMPRESA SOLICITANTE (caso o solicitante seja pessoa jurídica)

NOME	RAZÃO SOCIAL	
CNPJ	INSC. ESTADUAL	Nº DE REGISTRO CONTRATO SOCIAL
ENDEREÇO		
MUNICÍPIO/UF	PAÍS	CEP
FONE	E-MAIL	

RESPONSÁVEL PELA EMPRESA SOLICITANTE (caso o solicitante seja pessoa jurídica) OU SOLICITANTE/PESSOA FÍSICA

NOME		CPF
ENDEREÇO		
MUNICÍPIO/UF	PAÍS	CEP
CARGO/FUNÇÃO		
FONE	E-MAIL	

PROFISSIONAL(IS) AUTORIZADO(S) A TROCAR INFORMAÇÕES COM O OIA/PC (quando diferente do solicitante)

NOME/RAZÃO SOCIAL		CPF/CNPJ
CARGO/FUNÇÃO	FONE	E-MAIL

1. COMPROMISSOS DO INMETRO

1.1 Zelar pela perfeita administração do uso da ENCE, acompanhando e verificando as condições de sua aplicação.

1.2 Não difundir qualquer informação concernente ao processo de projeto, construção e instalação dos objetos da ENCE, inclusive no tocante às avaliações realizadas ou, ainda, à quantidade alienada ou mesmo construída ou instalada, salvo autorização prévia do solicitante.

2. COMPROMISSOS DO SOLICITANTE

2.1 Submeter a edificação com sua respectiva documentação ao processo de avaliação da conformidade.

2.2 Solicitar a ENCE da Edificação Construída sempre que tiver sido emitida a ENCE de Projeto. Caso a ENCE da Edificação Construída não seja solicitada até a conclusão da construção da edificação ou em até 5 anos a partir da emissão da ENCE de Projeto, esta perderá sua validade.

2.3 Preencher a documentação completa para etiquetagem.

2.3 Facilitar ao Inmetro e ao OIA/PC o acesso à edificação.

2.4 Acatar as decisões tomadas pelo Inmetro, em conformidade com as disposições referentes ao RAC para uso da ENCE.

2.5 Zelar pela manutenção das características construtivas que garantiram a classe de eficiência descrita na ENCE obtida.

, de de 20 .

Carimbo e assinatura do responsável pela empresa:

Cargo/função:

Obs.: Enviar este Termo de Compromisso preenchido e assinado ou com assinatura digital. Anexar cópia sumarizada, preferencialmente por meio digital, do Contrato Social ou Estatuto Social da empresa (caso o solicitante seja pessoa jurídica). A cópia do Contrato Social ou Estatuto Social da empresa tem por finalidade comprovar que o responsável pela solicitação da ENCE é um signatário autorizado para tal fim.

TERMO DE CIÊNCIA SOBRE O ENTORNO

Este documento representa um Termo de Ciência sobre o Entorno, assinado pelo solicitante da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE de Edificações – interessado em utilizar o sombreamento de edificações vizinhas para obter a classificação de eficiência energética mais elevada, ou utilizar a simulação para iluminação natural, em conformidade com as regras e procedimentos definidos no RAC de Edificações.

EMPRESA SOLICITANTE (caso o solicitante seja pessoa jurídica)

NOME	RAZÃO SOCIAL	
CNPJ	INSC. ESTADUAL	Nº DE REGISTRO CONTRATO SOCIAL
ENDEREÇO		
MUNICÍPIO/UF	PAÍS	CEP
FONE	E-MAIL	

RESPONSÁVEL PELA EMPRESA SOLICITANTE (caso o solicitante seja pessoa jurídica) OU SOLICITANTE/PESSOA FÍSICA

NOME		CPF
ENDEREÇO		
MUNICÍPIO/UF	PAÍS	CEP
CARGO/FUNÇÃO		
FONE	E-MAIL	

CIÊNCIA DO SOLICITANTE

O solicitante declara estar ciente de que a eficiência energética e o uso da iluminação natural atestada na etiqueta pode ser comprometida ao utilizar o sombreamento do entorno, caso este entorno sofra alguma alteração construtiva (ex.: reforma, demolição, reconstrução, entre outras).

, de de 20 .

Carimbo e assinatura do responsável pela empresa:

(assinatura digital, ou assinatura para entrega física)

Cargo/função:

Obs.: Junto ao Termo de Ciência sobre o Entorno, deve-se apresentar memorial fotográfico indicando o entorno a ser considerado na avaliação da eficiência da edificação.

B.IV.5.2.2. Energia solar mensal absorvida pelos coletores

O cálculo da energia solar mensal absorvida pelos coletores ($E_{SAmês,i}$) é descrito na Equação B.IV.14.

Tabela 1 – Documentação para inspeção da envoltória

Documentos	Informações necessárias
Plantas baixas de todos os pavimentos	— Norte geográfico — Nome dos ambientes — Área útil dos ambientes — Identificação das esquadrias e **shafts** — Projeção da cobertura e de proteções solares — Linhas de corte com identificação, quando houver — Indicação dos ambientes condicionados artificialmente — *Levantamento amostral*: desenho das zonas térmicas definidas, determinadas conforme especificado na INI-C
Planta de cobertura	— Identificação dos diferentes materiais e cores utilizados — Área de projeção das coberturas — Aberturas zenitais
Fachadas (todas)	— Identificação dos diferentes materiais e cores utilizados — Indicação das aberturas e proteções solares

B.IV.5.2.3. Energia solar não aproveitada pelos coletores

O cálculo da energia solar mensal não aproveitada pelos coletores ($EP_{mês,i}$) é descrito na Equação B.IV.16.

$$E_{A,res} = 0{,}0054 \cdot V_{res} + 0{,}6936 \qquad \textbf{Equação (7.2)}$$

Onde:
$E_{A,res}$ é a perda térmica específica do reservatório (kWh/dia);
V_{res} é o volume do reservatório (litros).

Tabela 1 – Documentação para inspeção da envoltória (*continuação*)

Documentos	Informações necessárias
Cortes e detalhes que se julgue necessário para o entendimento do projeto	— Identificação do corte com a mesma identificação utilizada em planta baixa — Detalhe que permita medir o ângulo de sombreamento das aberturas, quando houver — Cotas de nível e/ou cotas verticais
Projeto e Especificação das aberturas externas	— Detalhamento das esquadrias, contendo: — Identificação das aberturas — Indicação da existência de proteções solares (brises e/ou persianas integradas e/ou venezianas etc.) — Identificação do tipo de abertura (de correr, pivotante, etc.) e tipo de vidro (simples, laminado, temperado, etc) — Este detalhamento pode ser dispensado caso seja possível compreender ou identificar todas as características citadas nas plantas, cortes e fachadas — Detalhamento das proteções solares - Elementos de sombreamento cuja existência não possa ser verificada devem ser desconsiderados — Ângulos de obstrução vizinha (AOV), quando aplicável — *Levantamento amostral*: — Indicação, no projeto, dos ângulos de sombreamento verticais e horizontais (AVS e AHS), em planta e corte — Área de vão da abertura — Área de aberturas por zona térmica (indicação do tipo e quantidade de aberturas) — **Quadro de esquadrias** — Identificação das aberturas e tipo (de correr, pivotante, etc.) — Indicação da existência de vidros duplos — Fator solar dos vidros (FS) — Transmitância térmica dos vidros (U_{vid})

B.IV.6. Consumo de energia associado às perdas térmicas

As perdas térmicas podem ser oriundas do sistema de distribuição de água, sistema de recirculação e armazenamento da água quente. A perda total é calculada pela Equação B.IV.24.

Tabela 1 – Documentação para inspeção da envoltória (*continuação*)

Documentos	Informações necessárias
Propriedades térmicas das paredes externas e coberturas	— Identificação de todas as absortâncias presentes nas paredes externas, coberturas e/ou lajes intermediárias expostas ao ambiente externo — Composições de materiais utilizados nas paredes externas, coberturas e/ou lajes intermediárias expostas ao ambiente externo, contendo a espessura de cada material, incluindo câmaras de ar — Catálogo técnico ou laudo com memória de cálculo (com ART/RRT), comprovando as características dos materiais, quando solicitado pelo OIA/PC — Identificação em projeto da localização de cada absortância e composição de material/ componente. — *Levantamento amostral*: — Informar as áreas das absortâncias presentes nas paredes e coberturas externas, por zona térmica — Identificar em projeto a localização de todas as absortâncias — Informar as áreas e composições de materiais presentes nas paredes e coberturas externas, por zona térmica — Identificar em projeto a localização de cada composição de material/ componente — Memorial com o cálculo da transmitância e capacidade térmica das composições presentes na edificação e não listadas no Anexo E
Documentos contendo informações sobre o entorno (necessário apenas se for adotada a opção de sombreamento proporcionado pelo entorno)	Termo de ciência sobre o entorno (Anexo D) Fotografias, volumetria e planta de situação e elevações cotadas das edificações vizinhas que façam parte da simulação
Declaração de atendimento às normas técnicas vigentes e aplicáveis	— Declaração com ART/RRT contendo as normas vigentes atendidas pelo projeto arquitetônico
Memorial de cálculo para edificações ventiladas naturalmente ou hibridas (necessário para edificações localizadas em cidades não compreendidas na lista disponibilizada pela interface)	— Memorial de cálculo de acordo Rackes (2016)[7] — Justificativa
Memorial de Cálculo para determinação da Classe (para avaliações com levantamento amostral)	— Justificativa das decisões tomadas para a determinação das zonas térmicas — Registro detalhado do levantamento, em projeto, das informações necessárias para a avaliação — Memorial de cálculo detalhado para a determinação da classe da envoltória Nota: Cabe ao OIA/PC determinar um modelo de memorial de cálculo, caso julgue necessário

As perdas específicas dos sistemas de água quente estão descritas nos itens B.IV.6.1 até o B.IV.6.3.

B.IV.6.1. Perdas térmicas na tubulação provenientes do sistema de distribuição

Sistemas de aquecimento individuais, instalados no ponto de utilização, servindo a um único ponto, não possuem perdas provenientes do sistema de distribuição.

Aquecedores que servem vários pontos e sistemas combinados possuem perdas nos sistemas de distribuição. A parcela de perdas relativas à tubulação de distribuição é calculada em função do fator de perdas, que depende do comprimento da tubulação.

A Equação B.IV.25 deve ser utilizada para cálculo das perdas térmicas relativas à tubulação do sistema de distribuição de água quente.

Tabela 2 – Documentação para inspeção do sistema de condicionamento de ar

Documentos	Informações necessárias
Memorial de cálculo da carga térmica	— Método de cálculo e software utilizado
Projeto do sistema de condicionamento de ar	— Planta Baixa e detalhamentos necessários — Localização e identificação dos equipamentos Nota: O projeto deve estar compatibilizado com o projeto arquitetônico
Laudo Técnico	— Laudo/manual técnico do fabricante, contendo coeficiente de eficiência de acordo com o método de avaliação; ou — Laudo/manual técnico contendo as informações necessárias para cálculo do CSPF, SPLV ou IPLV — Laudo contendo informações dos equipamentos de renovação de ar.
Planilha de cálculo SPLV e CAG	— Planilha de cálculo do SPLV e CAG para sistemas de condicionamento de ar central. Esta planilha deve ser preenchida pelo projetista do sistema — Disponível em: <pbeedifica.com.br/inic >
Memorial descritivo	— Comprovação da qualidade do ar interior, conforme norma ABNT NBR 16401 - Parte 3, em sua edição vigente; e ABNT NBR 7256, em sua edição vigente, para estabelecimentos assistenciais de saúde (EAS), exceto hospitais — Isolamento térmico das tubulações, incluindo espessura e condutividade térmica do isolamento térmico e diâmetro da tubulação — Descrição completa do sistema de condicionamento térmico ambiental, incluindo a comprovação das condições de elegibilidade para a classificação A, quando aplicável — Justificativa para operação da edificação com **setpoint** diferente do Anexo A da INI-C, quando aplicável.
Declaração de atendimento às normas técnicas vigentes e aplicáveis	— Declaração com ART contendo as normas vigentes atendidas pelo projeto de condicionamento de ar
Memorial de Cálculo para determinação da Classe (para avaliações com levantamento amostral)	— Registro detalhado do levantamento, em projeto, das informações necessárias para a avaliação — Memorial de cálculo detalhado para a determinação da classe do sistema Nota: Cabe ao OIA/PC determinar um modelo de memorial de cálculo, caso necessário.
Documentação para ENCE Autodeclarada (quando aplicável)	— Declaração contendo: — Capacidade do sistema — Tipo de sistema a ser implantado — Eficiência — Descrição do atendimento às condições de elegibilidade para a classificação A, contendo as especificações necessárias — Declaração de comprometimento do repasse das informações ao cliente final — Demonstração do repasse das condições necessárias para atingir a classe de eficiência autodeclarada (por exemplo - manual do proprietário).

B.IV.6.3. Perdas térmicas do reservatório de água quente

As perdas no armazenamento de água estão associadas às características do reservatório e do isolamento térmico. Perdas em armazenamento de água não podem ser consideradas em sistemas de aquecimento de água instantâneo.

Para reservatórios térmicos de sistemas solares de aquecimento de água etiquetados pelo Inmetro, deve-se considerar a perda específica térmica descrita nas tabelas do PBE, em kWh/mês/L, onde devem ser realizadas as transformações de unidade necessárias. Caso o reservatório não esteja disposto na tabela do PBE, utilizar a Equação B.IV.28.

As perdas térmicas associadas ao reservatório de água quente, indiretamente aquecido, podem ser calculadas a partir da perda de calor do reservatório em espera (standby), com o ajuste de diferença de temperaturas por meio da Equação B.IV.28.

Tabela 3 – Documentação para inspeção do sistema de iluminação

Documentos	Informações necessárias
Projeto luminotécnico e/ou elétrico	— Identificação dos ambientes — Tipos de luminárias com a sua descrição, controles de acionamento, seção correspondente e controle automático e/ou manual — Equipamentos de automação e indicação dos conjuntos de luminárias atendidas — Levantamento amostral: Identificar zonas primárias de iluminação (método simplificado) Nota: O projeto deve estar compatibilizado com o projeto arquitetônico.
Luminárias	— Tipo de luminária — Quantidade de lâmpadas por luminária — Potência das lâmpadas, reatores e transformadores — Equipamentos de automação e luminárias atendidas — Catálogo técnico, laudo e/ou memória de cálculo que comprove as características dos equipamentos, quando solicitado pelo OIA/PC — Levantamento *amostral*: Quantidade de luminárias por tipo de luminária e tipologia da edificação
Memorial Descritivo	— Descrição do sistema e atendimento das condições de elegibilidade para a classificação A, quando aplicável
Declaração de atendimento às normas técnicas vigentes e aplicáveis	— Declaração com ART/RRT contendo as normas vigentes atendidas pelo projeto luminotécnico
Memorial de Cálculo para determinação da Classe (para avaliações com levantamento amostral)	— Registro detalhado do levantamento, em projeto, das informações necessárias para a avaliação — Memorial de cálculo detalhado para a determinação da classe do sistema Nota: Cabe ao OIA/PC determinar um modelo de memorial de cálculo, caso necessário.
Declaração para ENCE Autodeclarada (quando aplicável)	— Declaração contendo: — Atividade da edificação — DPI, e — Descrição do atendimento às condições de elegibilidade para a classificação A, contendo as especificações necessárias — Declaração de comprometimento do repasse das informações ao cliente final — Demonstração do repasse das condições necessárias para atingir a classe de eficiência autodeclarada (por exemplo - manual do proprietário).

Nota: A perda térmica específica dos reservatórios em função do volume de armazenamento ($E_{A,res,sby}$) poderá ser calculada por meio da Equação 7.2 nos casos em que este valor não seja fornecido pelo fabricante. O valor resultante da Equação 7.2 deve ser multiplicado por 2 antes de ser incorporado na Equação B.IV.28.

Os sistemas sem armazenamento de água mais comuns são o chuveiro elétrico, usado também como sistema de referência, e os aquecedores de passagem. As recomendações são as mesmas para o sistema com acumulação.

B.IV.7. Eficiência dos equipamentos aquecedores de água

Quando o sistema de aquecimento conta com apenas um aquecedor, a eficiência do sistema de equipamentos de aquecimento deve ser igual à eficiência do aquecedor.

Quando o sistema de aquecimento que atende a demanda total é composto por mais de um aquecedor, a contribuição de cada aquecedor deve ser calculada por meio da média ponderada da eficiência dos aquecedores pelas potências nominais de cada aquecedor.

Quando o sistema de aquecimento atende parte da demanda total, as contribuições devem ser calculadas de forma independente para cada um dos sistemas de aquecimento.

Quando o sistema de aquecimento é composto por diferentes tipos de aquecedores em série, a contribuição de cada aquecedor deve ser determinada. Os cálculos devem ser realizados na sequência dos aquecedores.

Quando mais de um dos aquecedores está associado em paralelo, a contribuição proporcional de cada aquecedor deve ser calculada a partir da razão entre a potência nominal da unidade em relação à potência total da instalação.

Quando existirem equipamentos de reserva, recomenda-se o uso da mesma eficiência dos equipamentos regulares, a fim de manter a classificação da edificação. Entretanto, os equipamentos de reserva não são considerados no cálculo.

O rendimento (r_{aq}) do aparelho de aquecimento de água deve ser obtido por meio de informações oficiais do Programa Brasileiro de Etiquetagem do Inmetro, para os equipamentos que fazem parte do programa. Para equipamentos que não fazem parte do PBE, pode-se adotar as informações fornecidas em laudos de ensaios ou catálogo de fabricante, desde que especificado. Na ausência de valores de eficiência de ambos os casos, deve-se adotar o valor de eficiência disponibilizados na Tabela B.IV.2.

Tabela B.IV.2 -Tipos de sistemas de aquecimento de água e eficiências

Sistema de água quente	Eficiência (%)
Sistema de aquecimento por resistência elétrica em imersão (boiler)	85
Aquecedor de passagem de um único ponto de consumo	70
Aquecedor de passagem de múltiplos pontos de consumo	65
Sistema de aquecimento elétrico de um único ponto de consumo (chuveiro elétrico)	95
Aquecedor de acumulação a gás	76
Aquecedor de acumulação a combustível sólido (lenha)	55
Bomba de calor elétrica para aquecimento exclusivo de água	200

ANEXO C - MÉTODO DE SIMULAÇÃO

Neste Anexo são estabelecidos os critérios para a avaliação de eficiência energética de edificações comerciais, de serviços e públicas por meio dos métodos de simulação computacional termoenergética (C.I) e de iluminação natural (C.II).

Qualquer edificação pode ser avaliada a partir do método de simulação termoenergética, sendo obrigatório para as edificações que não atendem às condições definidas na Tabela 6.1 do item 6 (subitem 6.1). Portanto, edificações que possuem aquecimento artificial, aberturas zenitais, bem como vidro em frente das paredes da fachada, fachadas ventiladas, ambientes de elevada geração de carga interna (a exemplo dos datacenters), dispositivos móveis de sombreamento interno automatizados, vidros com comportamento dinâmico a exemplo dos eletrocrômicos ou outras soluções de desempenho inovadoras, devem ser avaliadas pelo método de simulação termoenergética.

A partir das simulações termoenergéticas obtém-se o consumo final por uso dos sistemas individuais em energia elétrica. Os resultados obtidos pelos dados de saída da simulação devem ser utilizados no cálculo do consumo de energia primária da condição real ($C_{EP,real}$) e condição de referência ($C_{EP,ref}$), para posterior identificação da classificação de eficiência energética desta INI-C.

O método de simulação de iluminação natural aplica-se a todas as edificações nas quais se deseja computar o aproveitamento da iluminação natural com maior precisão. Podem ser estimados a redução da carga térmica total anual da da edificação para a avaliação da envoltória, o consumo de energia do sistema de iluminação artificial e o potencial de integração entre o sistema de iluminação e a luz natural disponível.

ANEXO C.I - SIMULAÇÃO TERMOENERGÉTICA

C.I.1. Características do programa computacional para a simulação termoenergética

O programa computacional de simulação termoenergética deve possuir, no mínimo, as seguintes características:

a) Ser um programa para a análise do consumo de energia em edifícios;

b) Ser validado pela ASHRAE Standard 140;

c) Modelar 8.760 horas por ano;

d) Modelar variações horárias de ocupação, potência de iluminação e equipamentos, sistemas de condicionamento de ar e ventilação natural definidos, separadamente, para cada dia da semana e feriados;

e) Modelar efeitos de inércia térmica;

f) Modelar trocas de calor entre a edificação e o solo;

g) Calcular cargas térmicas latente e sensível;

h) Ser capaz de simular o sombreamento proveniente de elementos externos às zonas térmicas, como brises, sacadas e o entorno (quando considerado);

i) Ser capaz de simular os efeitos da ventilação cruzada em um ambiente, ou entre dois ou mais 4 ambientes.

J) Permitir a modelagem de multi-zonas térmicas;

K) Ter capacidade de simular os efeitos das estratégias bioclimáticas adotadas no projeto;

l) Caso a edificação proposta utilize sistema de condicionamento de ar, o programa deve permitir modelar todos os sistemas de condicionamento de ar presentes na edificação;

m) Determinar a capacidade solicitada pelo sistema de condicionamento de ar;

n) Calcular as horas não atendidas pelo sistema de condicionamento de ar;

o) Calcular as curvas de desempenho de carga parcial para o sistema de condicionamento de ar;

p) Calcular as curvas de correção de capacidade e eficiência para o sistema de aquecimento e refrigeração;

q) Caso a edificação proposta utilize ventilação natural, o programa deve permitir modelar os dados de entrada referentes ao funcionamento da ventilação natural na edificação; e

r) Produzir relatórios horários do uso final de energia.

C.I.2. Arquivo climático

O arquivo climático deve possuir informações que sejam representativas do clima da cidade onde a edificação está localizada. Deve-se utilizar os arquivos climáticos disponibilizados por meio do endereço: <http://pbeedifica.com.br/arquivos-climaticos>.

Caso a cidade de implantação da edificação não possua arquivo climático, deve ser utilizado o arquivo climático de uma cidade próxima, com clima semelhante. A semelhança entre climas deve considerar o arquivo climático da cidade mais próxima, com base na latitude, longitude e altitude. O arquivo climático utilizado deve fornecer valores mensais de temperatura média do solo (°C) para todos os meses do ano, além dos seguintes valores horários representativos das 8.760 horas do ano climático típico:

- Temperatura de bulbo seco (°C);
- Temperatura do ponto de orvalho (°C);
- Umidade relativa (%);
- Pressão atmosférica (Pa);
- Intensidade de radiação horizontal de onda longa (Wh/m²);
- Radiação horizontal global (Wh/m²);
- Radiação normal direta (Wh/m²);
- Radiação horizontal difusa (Wh/m²);
- Direção do vento (°), considerando o sentido horário a partir da direção Norte; e
- Velocidade do vento (m/s).

C.I.3. Procedimento para a simulação

No método de simulação, assim como no simplificado, a edificação deve ser avaliada sob duas condições: a condição real, com as características reais da edificação; e a condição de referência, com as características listadas nas tabelas do Anexo A, que variam conforme a tipologia avaliada. Para tanto, deve-se elaborar um modelo representando a edificação real e um modelo representando a condição de referência.

Recomenda-se considerar todas as trocas térmicas entre as superfícies em contato, em diferentes ambientes da edificação, evitando-se a adoção de superfícies adiabáticas. Em edificações com dois pavimentos ou mais, por exemplo, orienta-se a consideração da transferência de calor entre o piso e a cobertura destes pavimentos.

O entorno da edificação, quando considerado, deve ser simulado identicamente na condição real e na condição de referência. Devem ser representadas, na condição real e na condição de referência, a sombra e a reflexão da radiação solar ocasionadas pelas principais superfícies do entorno, incluindo a influência do relevo, da pavimentação, de edificações e de corpos d'água. Devem ser considerados os elementos de entorno implantados até a data de aplicação dos procedimentos desta INI-C, podendo ser incluídas estruturas cuja construção esteja prevista no mesmo projeto da edificação em análise.

A condição do entorno deve ser comprovada por meio de dados de levantamentos urbanos e planialtimétricos, levantamento fotográfico datado e recente, ou por meio de mapas de satélite e dados georreferenciados. Cabe ao responsável pela aplicação dos procedimentos a avaliação técnica das superfícies a serem consideradas, visando a melhor representação das trocas térmicas entre a habitação e o seu entorno. Eventuais modificações do entorno, ao longo da vida útil da edificação, podem influenciar no desempenho inicialmente especificado, não implicando em não conformidade do projeto. A condição real e a condição de referência devem ser simuladas com o mesmo programa de simulação computacional, na mesma versão do programa e com o mesmo arquivo climático. Deve ser desconsiderada a ocorrência de precipitação de chuva em ambos os modelos, na condição real e na condição de referência.

C.I.4. Características em comum entre o modelo do edifício real e o modelo do edifício de referência

a) Mesmo programa de simulação;

b) Mesma versão do programa de simulação;

c) Mesmo arquivo climático;

d) Mesma condição de contato com o solo do pavimento inferior;

e) Mesma condição de contato com o exterior do pavimento superior;

f) Mesma orientação com relação ao Norte Geográfico;

g) Mesmo geometria, número de pavimento e divisão de zonas térmicas;

h) Mesmas considerações de carga interna em cada zona térmica;

i) Mesma condição de troca de calor para os elementos construtivos;

j) Mesma área total de piso condicionada;

k) Mesmo padrão de uso de pessoas, com o mesmo valor de calor dissipado por pessoa da edificação real (deve estar acordo com tipologia do Anexo A);

l) Mesmo padrão de uso e operação dos sistemas da edificação real;

m) Mesmo valor de DCI em equipamentos da edificação real;

n) Mesmo setpoint de refrigeração e aquecimento para o sistema de condicionamento de ar adotado;

o) Mesma taxa de renovação de ar para o sistema de condicionamento de ar; e

p) Mesmo valor da taxa de infiltração de ar.

C.I.5. Condição da edificação real

O modelo que representa o edifício real deve seguir as características descritas abaixo:

a) Utilizar todas as características da edificação de acordo com o projeto proposto (por exemplo: transmitância térmica de paredes e coberturas; propriedades do vidro, PAF, PAZ, absortância térmica de paredes e coberturas, dispositivos de sombreamento das aberturas, sistemas e suas respectivas características);

b) No caso de o edifício real possuir diferentes sistemas de condicionamento de ar, todos os diferentes sistemas existentes de cada zona térmica devem ser representados;

c) Considerar o coeficiente de eficiência energética do sistema de condicionamento de ar para refrigeração e aquecimento (CEE_R) do sistema de condicionamento de ar estabelecido em projeto;

d) Utilizar a densidade de potência de iluminação do projeto proposto;

e) O aproveitamento energético da iluminação natural pode ser contabilizado pelo método de simulação e, quando contabilizado, deve ser incluído somente no modelo do edifício real, de acordo com o item C.II;

f) Considerar os dispositivos de sombreamento das aberturas quando os mesmos estiverem acoplados no edifício real;

g) O sombreamento proveniente do entorno pode fazer parte do método de simulação (uso opcional quando avaliado apenas o desempenho térmico - AOV, e obrigatório quando avaliada a iluminação natural); quando utilizados, devem ser incluídos em ambos os modelos, edifício real e de referência;

h) No caso do modelo do edifício real, possibilitar o uso do sistema de condicionamento de ar em somente alguns períodos do ano. A simulação poderá incluir a opção de abertura de janelas com ventilação natural, desde que seja comprovado o conforto térmico no período total em que o sistema de condicionamento de ar não foi utilizado nas horas de ocupação, conforme explicado no item C.I.6; e

i) Adotar as características dos dados de entrada da ventilação natural de acordo com o projeto proposto.

Nota 1: Deve-se encaminhar documentação comprobatória referente ao sombreamento do entorno ou premissas adotadas e critérios utilizados.

Nota 2: Considerando o exposto na nota 1, deve-se encaminhar documentação comprobatória referente à justificativa e à comprovação da economia gerada com a utilização da iniciativa visando o aumento da eficiência da edificação.

Nota 3: O total de horas não atendidas no modelo do edifício real é de, no máximo, 10% das horas de funcionamento do sistema de condicionamento de ar.

C.I.6. Edifícios ou ambientes condicionados naturalmente

Para edificações naturalmente ventiladas, ou que possuam áreas de longa permanência não condicionadas, deve ser comprovado que o ambiente interno das áreas não condicionadas proporciona temperaturas dentro da zona de conforto durante um percentual das horas ocupadas.

Caso a edificação atenda aos limites do item 6, subitem 6.1 do texto principal, tal procedimento pode ser realizado por meio do método simplificado; caso contrário, deve-se realizar a simulação conforme este subitem.

Nota 1: Áreas de permanência prolongada caracterizadas por atividades de alta geração de calor e/ou frio, tais como as cozinhas profissionais, oficinas mecânicas, saunas, açougues, ginásios e academias, são consideradas exceção. Nesses casos, dispensa-se a restrição dos valores de PHOCT. No entanto, ainda assim, a taxa mínima de ventilação e renovação de ar devem ser respeitadas, estando de acordo com as normas que regem as atividades desses ambientes.

Deve-se analisar o percentual de horas ocupadas em conforto térmico (PHOCT) em relação às horas de ocupação (considerar os valores de ocupação de acordo com as condições de referência do Anexo A).

Caso a edificação para a condição real apresente um valor de PHOCT superior ou igual a 90% no horário de uso da edificação, não é necessário o cálculo do consumo de energia para a condição real e de referência da edificação.

Para valores de PHOCT inferiores a 90%, deve-se calcular o consumo de energia da edificação para as horas não atendidas de conforto, adotando-se o sistema de condicionamento de ar proposto para atender as horas em que a ventilação natural não for suficiente.

Nota 2: Nas edificações naturalmente ventiladas e parcialmente ventiladas naturalmente, o consumo de energia da condição de referência (classificação D) não deve considerar o uso da ventilação natural.

Nota 3: Na documentação apresentada, deve-se especificar qual o método relativo aos limites da zona de conforto térmico adotada (exemplo: ASHRAE 55, 2017).

C.I.7. Condição da edificação de referência

As condições de referência são definidas por tipologias, e estão apresentadas nas tabelas do Anexo A. O modelo que representa a condição de referência deve ser simulado, considerando as características de acordo com a tipologia avaliada.

Para a condição de referência, deve-se calcular somente a carga térmica de refrigeração anual total da edificação de referência (CgTR), adotando um sistema de carga ideal ("ideal loads"), no programa de simulação.

Para calcular o consumo da edificação de referência, deve-se dividir a carga térmica de refrigeração e aquecimento anual total da edificação de referência (CgTR) por 2,6 W/W, que é o valor do coeficiente de eficiência energética do sistema de condicionamento de ar para refrigeração (CEE_R) definido para a edificação de referência.

Caso a edificação real possua aberturas zenitais, a condição de referência deve ser simulada com base na Tabela C.1. Quando o PAZ da edificação real estiver dentro do intervalo especificado na Tabela, para o referido GC e FS, a condição de referência deve seguir a condição real. Se o PAZ da condição real extrapolar o limite proposto, deve-se adotar o percentual máximo da Tabela para a condição de referência, bem como o fator solar máximo (por exemplo, edificação real localizada no GC 17, com PAZ de 4% e FS de 0,30; a condição de referência deve ser simulada com PAZ de 3% e FS de 0,67.

Nota: No caso da última linha da Tabela, quando o PAZ real for inferior ao limite mínimo descrito, deve-se adotar 2,1%.

Tabela C.1 - Limites de PAZ e fator solar de vidros para coberturas na condição de referência

Classificação Climática	PAZ	FS
Zonas bioclimáticas 1 a 3	0 a 2%	0,87
Zonas bioclimáticas 4 a 8	0 a 2%	0,87
	2,1 a 3%	0,67

O PAZ da edificação em sua condição de referência deve ser modelado nas mesmas zonas térmica da modelagem da edificação real; se houver mais de uma zona onde esse percentual se localiza, deve-se manter a distribuição e proporção das aberturas zenitais como na edificação real.

ANEXO C.II - SIMULAÇÃO DE ILUMINAÇÃO NATURAL

O método de simulação deve ser aplicável tanto para o cômputo da redução do consumo energético em função da instalação de fotossensores (envoltória, subitem B.I.2.2.2.2 e sistema de iluminação, subitem B.III.3), como a condição de avaliação do potencial de integração entre o sistema de iluminação e a luz natural disponível (subitem 7.2.1).

C.II.1. Características do programa computacional para a simulação de iluminação natural

O programa computacional de simulação de iluminação natural deve possuir, no mínimo, as seguintes características:

a) Ser um programa para a análise da iluminação natural em edifícios;

b) Possibilitar a modelagem climática anual horária ou sub-horária por meio de arquivos climáticos, conforme item C.II.2 (modelar 8.760 horas por ano);

c) Modelar a posição e a intensidade solar, bem como a luminância e a distribuição da abóboda celeste utilizando os modelos de céu de Perez et al. (1993a e 1993b) ou por meio da CIE ISO 15569:2004 (ISO, 2004);

d) Utilizar divisão de céu para a modelagem do sol com ângulo inferior a 5°, ou com mais de 2.305 divisões;

e) Utilizar programas que adotem o algoritmo do raio traçado ou da radiosidade;

f) Permitir a modelagem espacial geométrica e das propriedades dos materiais como as suas características de reflexão e transmissão difusa e especular; bem como das soluções tecnológicas ou de geometrias complexas a serem avaliadas, conforme descrito no item C.II.3;

g) Permitir a modelagem e operação de persianas e cortinas conforme o algoritmo presente na versão mais atual da IES LM-83; e

h) O programa deve oferecer resultados em formato que permita aos usuários examiná-los graficamente, incluindo a geometria avaliada, a malha de pontos e a sua relação com o norte verdadeiro. Deve-se permitir a leitura dos resultados de ALNE para cada plano de análise individualmente, bem como de ALN para cada ponto de análise.

C.II.2. Arquivo climático para a simulação de iluminação natural

O arquivo climático utilizado deve possuir, no mínimo, as seguintes características:

a) Conter uma série temporal anual de 8.760 valores horários anuais (365 dias);

b) Fornecer os parâmetros requeridos pelo programa de simulação computacional, tais como irradiação/iluminância horizontal global, irradiação/iluminância direta normal e irradiação/iluminância difusa horizontal;

c) Os dados climáticos devem ser representativos da classificação climática onde o projeto proposto será locado e, caso o local do projeto não possuir arquivo climático, deve-se utilizar dados climáticos de uma região próxima que possua características climáticas semelhantes; e

d) Devem ser utilizados, preferencialmente, arquivos climáticos com formato INMET publicados no endereço: <http://pbeedifica.com.br/arquivos-climaticos>; além deste, podem ser utilizados o formato SWERA, TMY ou TRY[3].

C.II.3. Procedimento para a simulação de iluminação natural

Inicialmente, deve ser realizada a simulação da Exposição Anual à Luz Solar Direta ($EAS_{1000lx,250h}$) para a identificação das horas em que as persianas ou cortinas devem ser fechadas de forma a evitar o risco de ofuscamento nas áreas aplicáveis.

Para modelar condições de risco de ofuscamento deve-se considerar, em ambos os casos abaixo descritos (a e b), hipoteticamente, que as cortinas ou persianas serão fechadas a fim de evitar desconforto do usuário causado pelo excesso de iluminação. O algoritmo de operação das cortinas/persianas deve adotar o disposto no item C.II.5 e o protocolo de modelagem em função da Exposição Solar Direta Anual ($EAS_{1000lx,250h}$) da IES LM 83 mais atual.

Com base nas condições de iluminação natural resultantes, deve-se:

a) Para avaliações do potencial de integração entre o sistema de iluminação e a luz natural disponível, simular a autonomia da luz natural espacial $ALNE_{300lx,50\%}$;

b) Para o cálculo da redução do consumo de energia primária pela instalação de fotossensores, simular a operação do sistema de iluminação artificial e, consequentemente, a potência de iluminação em uso de controles (PI_U).

[3] INMET - Instituto Nacional de Meteorologia; SWERA - Solar and Wind Energy Resource Assessment; TMY - Typical Meteorological Year; TRY - Test Reference Year

C.II.3.1. Procedimentos de modelagem comuns à avaliação da redução do consumo de energia primária da edificação e potencial de integração entre o sistema de iluminação e a luz natural disponível

O modelo deve contemplar as seguintes características:

a) A malha de pontos do plano de análise deve ser realizada conforme descrito no item C.II.4;

b) A operação e a modelagem das cortinas/persianas devem seguir o disposto no item C.II.5;

c) A volumetria da edificação deve ser modelada, independentemente da quantidade de ambientes avaliados, visando caracterizar qualquer condição de auto-obstrução.

d) Modelar qualquer abertura que seja capaz de admitir luz natural ao interior dos ambientes avaliados, seja de forma direta ou indireta. As aberturas devem ser modeladas em três dimensões.

e) Todos os detalhes das aberturas, como esquadrias, peitoril, batentes e montantes, etc, maiores do que 5 cm devem ser modelados[4]. Alternativamente, esses detalhes das aberturas podem ser agrupados e a sua área calculada como "área de oclusão". Essa área é utilizada para se determinar a razão entre a área de oclusão e a área bruta do vão, resultando no fator de redução da transmissão visível do vidro, conforme a Equação C.II.1. A área de abertura adotada para a simulação deve ser a área bruta da abertura e a transmissão visível, corrigida pelo fator de redução, ver Equação C.II.2.

[4] Quando os detalhes das esquadrias não forem conhecidos, deve-se assumir um fator de redução em relação à abertura bruta de 20% para aberturas laterais, e 10% para as zenitais.

Tabela 4 - Documentação para inspeção do sistema de aquecimento de água

Documentos	Informações necessárias
Projeto hidrossanitário do sistema de aquecimento de água	— Planta Baixa e detalhamentos necessários — Localização e identificação dos equipamentos de cada sistema — Quantidade, localização, área de cada coletor termossolar, ângulo de orientação em relação ao norte geográfico, quando existente — Localização dos reservatórios e especificações, como espessura e material do isolamento, quando existente — Comprimento das tubulações de água quente e especificações, como espessura e material do isolamento, quando existente Nota: O projeto deve estar compatibilizado com o projeto arquitetônico.
Laudo ou Catálogo técnico	— Isolamento térmico das tubulações, incluindo espessura e condutividade térmica do material, diâmetro e comprimento das tubulações — Especificações técnicas dos equipamentos, incluindo: eficiência, rendimento e classificação de acordo com PBE — Especificações técnicas dos coletores solares, quando existente. Incluindo: fator de eficiência óptica, o coeficiente global de perdas do coletor, dimensões, eficiência e classificação de acordo com PBE — Especificações técnicas dos reservatórios, quando existente. Incluindo: capacidade (litros), eficiência e classificação de acordo com PBE
Declaração de atendimento às normas técnicas vigentes e aplicáveis	— Declaração com ART/RRT contendo as normas vigentes atendidas pelo projeto de aquecimento de água
Memorial Descritivo	— Descrição do tipo de sistema de aquecimento de água utilizado, incluindo sistema de **backup**, quando existente — Descrição do sistema de recirculação, quando existente — Volume de armazenamento dos reservatórios — Isolamento térmico das tubulações, incluindo espessura e condutividade térmica do material, diâmetro e comprimento das tubulações — Descrição do atendimento às condições de elegibilidade para a classificação A, quando aplicável
Memorial de cálculo para levantamento amostral	— Cálculo da Energia para Aquecimento, de acordo com o sistema adotado na edificação — Cálculo das perdas térmicas na tubulação provenientes do sistema de distribuição — Cálculo das perdas térmicas no sistema de recirculação — Cálculo das perdas no reservatório de água quente — Comprovação de atendimento às condições de elegibilidade para a classificação A, quando necessário — Registro detalhado do levantamento, em projeto, das informações necessárias para a avaliação — Memorial de cálculo detalhado para a determinação da classe do sistema Nota: Cabe ao OIA/PC determinar um modelo de memorial de cálculo, caso necessário.

a) A transmissão visível dos vidros deve ser modelada descontando-se o fator de depreciação por sujeiras. O fator de depreciação para aberturas verticais deve ser de 5%; para aberturas inclinadas a ângulos verticais entre 85° e 20° deve ser de 10%, e para aberturas horizontais ou com inclinação menor que 20°, de 15%;

b) Modelar elementos de proteção solar fixos ou móveis, incluindo toldos. Elementos de proteção solar ou redirecionadores de luz devem ser modelados com acuracidade em relação ao ângulo, dimensão, posição e propriedades óticas. Quando a refletância das superfícies desses elementos for desconhecida, considerar 30%;

c) As refletâncias das superfícies devem ser as mesmas das superfícies acabadas. Caso as refletâncias não sejam conhecidas, deve-se adotar:

- piso interno = 20%;
- paredes e estruturas fixas internas (altura maior ou igual a 0,75 m) = 50%;
- teto = 70%; e
- superfícies externas da edificação = 40%.

d) Partições fixas internas devem ser modeladas quando as alturas forem iguais ou superiores a 0,75 m (por exemplo, bancadas divisórias, paredes a meia altura, ilhas de cozinha). As refletâncias das superfícies devem ser aquelas especificadas no projeto. Quando desconhecidas, adotar o valor de 50%;

e) Qualquer elemento translúcido fixo dentro do ambiente deve ser modelado considerando sua respectiva transmissão visível.

f) Não modelar mobiliário e nenhum elemento interno móvel; e

g) As portas devem ser modeladas fechadas.

Se os dados do ambiente a ser avaliado não estiverem disponíveis, suposições podem ser empregadas (por exemplo, propriedades de superfícies internas). Todas as suposições feitas devem ser declaradas.

A modelagem do entorno da edificação deve considerar os seguintes aspectos:

a) As obstruções externas devem ser modeladas considerando-se as edificações e topografia do entorno imediato. Entende-se como entorno imediato todos os terrenos, edificações e vias adjacentes que se encontrem dentro de um setor angular horizontal de 120°. Adicionalmente, também deverá ser considerada toda a obstrução que, mesmo não adjacente, ultrapasse um ângulo vertical de 30°, medido a partir da verga da janela do nível da edificação em análise, a uma distância de até 90 m. A demarcação do setor angular se dá a partir da direção perpendicular à fachada em análise, compreendendo um setor de 60° para a esquerda e de 60° para a direita. Os afastamentos reais, bem como a largura das vias devem ser contabilizados;

b) O entorno pode ser modelado apenas como superfícies planas, sem detalhamento;

c) A refletância média adotada deve ser de 40% para as edificações e de 10% para o piso (CEN, 2018); e

d) A modelagem da vegetação é facultativa em função da variabilidade de suas características, seja por motivos naturais ou alterações paisagísticas. Caso haja interesse na modelagem da vegetação, podem ser utilizadas formas simplificadas (esferas, cones ou cilindros) nos tamanhos apropriados e com 20% de refletância.

C.II.3.2. Procedimentos de modelagem exclusivos para a avaliação da redução do consumo de energia primária:

A modelagem, além de atender ao item C.II.3.1, deve:

a) Considerar o mesmo período de operação conforme a tipologia da edificação e as tabelas do Anexo A;

b) A iluminância alvo dos sensores de iluminação natural deve ser a mesma adotada no projeto luminotécnico e na calibração dos sensores;

c) O acionamento do sistema de iluminação deve se dar da mesma forma que o especificado no projeto luminotécnico (por exemplo, se por dimmer, sensor por passos, etc); e

d) A potência instalada controlada pelos respectivos sensores de iluminação natural deve ser a mesma do projeto luminotécnico.

A área de análise deve corresponder aos ambientes que possuam sistema de controle visando o aproveitamento da luz natural.

C.II.3.3. Procedimentos de modelagem exclusivos para a avaliação do potencial de integração entre o sistema de iluminação e a luz natural disponível

A modelagem, além de atender ao item C.II.3.1, deve:

a) Considerar o período de ocupação para o qual a luz natural é disponível, considerado um período de 10h, durante os 365 dias do ano, totalizando em 3.650h/ano, independentemente da tipologia da edificação;

b) A iluminância alvo deve ser de 300 lux; e

c) Toda a área de piso da edificação avaliada deve ser analisada.

C.II.4. Determinação da malha de pontos mínima para o plano de referência

O plano de análise é onde as iluminâncias devem ser mapeadas por meio de uma malha de pontos contínua, localizada a 0,75 m acima do piso acabado. A distância máxima entre os pontos da malha deve ser de 0,50 m, aplicando-se um afastamento de 0,30 m a 0,50 m das paredes. Recomenda-se utilizar o mesmo afastamento entre os pontos de análise da malha para todos os ambientes de uma mesma edificação.

Nota: As malhas devem ter um mínimo de 25 pontos. No caso das simulações em que seja possível separar o processamento das componentes solar e difusa, considerar: i) pelo menos 25 pontos para a avaliação da componente solar; ii) no mínimo 9 pontos para a componente difusa.

C.II.5. Modelagem e operação das persianas ou cortinas

Todas as janelas voltadas para o exteior, de ambientes cuja atividade visual exija controle de ofuscamento, devem ser modeladas com persianas ou cortinas operadas de forma a bloquear a luz direta do sol. Atividades que exigem o controle de ofuscamento são atividades de desempenho visual significativo, tais como: ler, escrever e utilizar o computador. As janelas devem ser agrupadas e operadas com base em avaliação horária, de forma que atendam aos critérios de Exposição Anual à Luz Solar Direta.

Exceções:

a) Janelas em que não há previsão de instalação de persianas por razões relacionadas ao seu uso; e

b) Quando a simulação da exposição anual à luz solar direta mostrar que o plano de análise associado a determinado grupo de janelas atende aos critérios de exposição anual à luz solar direta máxima, conforme os critérios de operação de persianas da IES LM-83, em sua versão mais recente.

Os grupos de janelas podem ser fechados em qualquer combinação, desde que os critérios associados ao recebimento de luz solar direta sejam atendidos.

Um grupo de janelas é definido como um grupo de janelas coplanares, com características de sombreamento, referentes à própria edificação ou ao entorno, semelhantes. As janelas devem pertencer à mesma orientação e os dispositivos de sombreamento, quando houverem, devem ser semelhantes e com operação semelhante. Os grupos de janelas devem ser definidos associados com uma área de análise.

Quando não houver informações sobre a previsão de instalação de persianas ou cortinas, devem ser consideradas persianas hipotéticas com operação, modelagem e propriedades ópticas de acordo com o protocolo da IES LM-83, em sua versão mais recente.

Caso sejam especificadas persianas ou cortinas automatizadas, o protocolo de operação do fabricante deve ser utilizado. Da mesma forma, caso hajam vidros com propriedades dinâmicas, como os eletrocrômicos, o protocolo de controle da transmissão visível horária deve ser adotado.

Para a modelagem das persianas e cortinas, bem como de suas propriedades ópticas, deve-se adotar Bidirectional Scattering Distribution Function (BSDF) ou dados do modelo geométrico, quando existirem. A posição e o ângulo das aletas das persianas ou das cortinas, devem ser modelados assumindo-se que bloqueiam a luz solar direta do menor ângulo solar recebido pela fachada, segundo a sua orientação, baseada em dados do arquivo climático, para o período de análise de 10 horas.

Caso não seja possível a utilização de Bidirectional Scattering Distribution Function (BSDF), as propriedades ópticas das persianas e cortinas devem ser modeladas de acordo com o protocolo da versão mais atual da IES LM 83.

C.II.6. Cálculo do consumo do sistema de iluminação total considerando a redução proveniente do uso da iluminação natural

Para computar o potencial de integração entre o sistema de iluminação e a luz natural disponível em ambientes em que dispositivos de controle do sistema de iluminação artificial sejam instalados, deve-se estimar o padrão de uso da potência instalada, resultante da operação desses controles. O padrão de uso anual do sistema controlado gerado pela simulação pode ser utilizado para calcular o consumo de iluminação ou a potência de iluminação em uso (PI_U)

Os dados gerados pela simulação de iluminação natural podem ser utilizados em combinação, tanto com o método simplificado dos Anexos B.I e B.III, subitens B.I.2.2.2.2 e B.III.2, quanto com o método de simulação termoenergética da edificação, conforme descrito no item C.I.

C.II.6.1. Utilização da iluminação natural para a redução do consumo de energia

Os resultados da simulação da iluminação natural podem ser utilizados para a classificação do sistema de iluminação, item 8.2.3, e para o cálculo da carga térmica da edificação, conforme descrito no item B.I.2.

C.II.6.1.1. Determinação do consumo de iluminação por meio da simulação da iluminação natural

Para a simulação, a disposição dos fotossensores deve ser a mesma do projeto. Uma vez não sendo possível a disposição exata por conta do posicionamento dos pontos na malha, deve-se adotar o ponto mais próximo possível dos fotossensores e de maior afastamento em relação a fonte de luz natural. O cálculo da potência instalada de iluminação considerando a redução da potência controlada pelos sensores deve ser a mesma definida em projeto.

O consumo da parcela controlada por sensores deve ser obtido em base anual horária, considerando-se o padrão de ocupação de acordo com a tipologia da edificação conforme as tabelas do Anexo A.

A simulação pode ser realizada apenas nos ambientes em que serão instalados os sensores, ou de forma completa. Caso todo o sistema de iluminação seja incluído na simulação, o resultado desta será o valor utilizado para a classificação do sistema. Quando a simulação incluir apenas os conjuntos de iluminação controlados pelo fotossensor, o resultado da simulação deve ser somado à parcela do sistema de iluminação não controlado por fotossensores.

C.II.6.1.2. Determinação da PI_U para cálculo da carga térmica

Os resultados da simulação de iluminação natural podem ser utilizados para o cálculo do desempenho térmico da edificação, sendo contabilizado como carga interna. Para a combinação dos resultados da simulação de iluminação natural com o método simplificado para a estimativa da carga térmica (Anexo B.I.2), é necessário calcular a potência de iluminação e convertê-la em densidade de potência de iluminação em uso (DPI_U), conforme Equação C.II.3.

Para as simulações com o resultado em consumo (kWh/ano), deve-se transformá-lo primeiramente em potência, em função da ocupação adotada na simulação, conforme Equação C.II.3.

Tabela 4 - Documentação para inspeção do sistema de aquecimento de água (*continuação*)

Documentos	Informações necessárias
Declaração para ENCE Autodeclarada (quando aplicável)	— Declaração contendo: — Capacidade do sistema — Tipo de sistema a ser implantado — Eficiência — Descrição de atendimento a cada uma das condições de elegibilidade para a classificação A, contendo as especificações necessárias — Declaração de comprometimento do repasse das informações ao cliente final — Demonstração do repasse das condições necessárias para atingir a classe de eficiência autodeclarada (por exemplo - manual do proprietário).

C.II.6.2. Utilização da iluminação natural no método de simulação termoenergético

Caso a edificação for avaliada pelo método da simulação termoenergética (Anexo C.I), pode-se utilizar os resultados da simulação de iluminação natural nesta avaliação.

Assim, deve-se utilizar o arquivo de padrão de uso (schedule) do sistema de iluminação gerado pela simulação de iluminação natural como dado de entrada para a simulação anual termoenergética. Esse arquivo será utilizado em substituição ao padrão de uso (schedule) que seria adotado caso não houvesse o aproveitamento da luz natural. A adoção do padrão de uso gerado restringe-se ao conjunto de luminárias e respectiva potência instalada, controlada pelos sensores de luz natural, que deve ser especificado na simulação.

ANEXO D - GERAÇÃO LOCAL DE ENERGIA RENOVÁVEL

A avaliação do uso de sistemas de geração de energia local por meio de fontes de energia renováveis em edificações comerciais, de serviços e públicas, bem como a avaliação de Edificações de Energia Quase Zero (NZEBs) e Edificações de Energia Positiva (EEPs) devem ser realizadas conforme estabelecido neste Anexo.

O sistema de geração local de energia renovável deve estar instalado na edificação avaliada ou no mesmo lote em que ela se encontra. Os sistemas devem estar conectados ao relógio medidor de energia da edificação ou parcela da edificação a qual atendem.

A energia gerada por meio do uso de fontes renováveis ao longo do ano (G_{EE}) deve ser estimada por laudo técnico do projetista.

O potencial de geração de energia (PG) pelo uso de fontes locais de energia renovável é obtido por meio da Equação D.1. Este representa o percentual da energia primária consumida pela edificação atendido pela energia gerada por meio de fontes locais renováveis.

Tabela 5 – Documentação para a inspeção de projeto por meio do método de simulação

Documento	Informações necessárias
Documentação listada no item 4.5	— Documentos descritos nas Tabelas 1 a 3, de acordo com os sistemas avaliados
Declaração de conformidade do profissional responsável pela simulação	— Conforme o Anexo Específico I.3
Formulário de Solicitação de Emissão da ENCE (Anexo B)	— No campo 13 do Anexo B deve ser indicado que a simulação deve ser feita pelo solicitante
Documentos contendo informações sobre o entorno (necessário apenas se for adotada a opção de sombreamento proporcionado pelo entorno)	— Croquis da modelagem do(s) volume(s) das edificações vizinhas, dando preferência ao arquivo de saída do próprio programa, se este o fornecer
Croqui da geometria dos modelos	— Divisões das zonas térmicas em escala usual para o tipo de representação e cotado, em arquivo digital, com formato .dxf ou .dwg
Declaração informando o programa computacional utilizado	— O solicitante deverá consultar quais programas de simulação o OIA/PC está apto para realizar as avaliações
Arquivo de entrada dos dados, caso o OIA/PC julgue pertinente	— Características de entrada do modelo da edificação real
Declaração informando o programa computacional utilizado	— O solicitante deverá consultar quais programas de simulação o OIA/PC está apto para realizar as avaliações
Arquivo de entrada dos dados, caso o OIA/PC julgue pertinente	— Características de entrada do modelo da edificação real

Quando o potencial de geração de energia for maior ou igual a 50%, a edificação é considerada edificação de energia quase zero (NZEB).

Quando o potencial de geração de energia for maior que 100%, a edificação é considerada edificação de energia positiva (EEP).

ANEXO E - EMISSÕES DE DIÓXIDO DE CARBONO

Neste Anexo são estabelecidos os critérios para a determinação do percentual de redução ou acréscimo das emissões de dióxido de carbono (CO_2) provenientes dos sistemas de edificações comerciais, de serviços e públicas. Esta avaliação tem caráter informativo nesta INI-C, e não altera a classificação de eficiência energética da edificação. Sua determinação baseia-se na comparação entre as emissões de dióxido de carbono da edificação real e sua condição de referência, e o resultado final encontrado deve ser declarado.

E.1 Determinação do percentual de redução ou acréscimo da emissão de dióxido de carbono devido ao consumo energético

O percentual de redução ou acréscimo das emissões de dióxido de carbono (P_{CO2}) devido ao consumo energético deve ser obtido por meio da Equação E.1. Caso o resultado da equação seja negativo, há uma redução nas emissões de CO_2. Caso o resultado seja positivo, há um aumento nas emissões de dióxido de carbono em relação à edificação de referência.

Tabela 5 – Documentação para a inspeção de projeto por meio do método de simulação *(continuação)*

Documento	Informações necessárias
Relatórios de saída	— Geometria dos modelos, juntamente com a sua orientação em relação ao Norte geográfico — Relatórios de erros ocasionados nas simulações, justificando o porquê de cada aviso de alerta Nota: O conteúdo mínimo dos relatórios de saída é descrito no Anexo Específico I.2. A solicitação do preenchimento do Anexo Específico I.2 é facultada ao OIA/PC
Memorial de simulação	— Identificação e qualificação do profissional simulador — Padrões de uso dos diversos sistemas e ocupação das zonas térmicas — Justificativa das considerações e simplificações adotadas nos modelos — Uso de sombreamento das aberturas — Sistemas que compõem a edificação: sistema de recuperação de calor; equipamentos de condicionamento de ar (aquecimento e resfriamento); caldeiras (boilers); bombas de calor (pressão); sistemas secundários de condicionamento; bombas (pressão); chillers; torres de resfriamento; outros — Apresentação da a taxa de renovação de ar em atendimento à ABNT NBR 16401-3 para o sistema de condicionamento de ar Nota: Caso seja adotado um procedimento de cálculo diferente da NBR 16401, devem-se apresentar as notas relevantes, hipótese e cálculos realizados — Lista de considerações adotadas na modelagem virtual para representar a edificação real, bem como limitações do programa na simulação de determinadas estratégias de eficiência — Justificativa da avaliação das horas não atendidas pelo sistema de condicionamento de ar
Memorial de simulação	— Relatório resumo dos dados de entrada no formato do programa de simulação adotado. Caso o programa não emita tais relatórios, deve-se enviar as imagens de cópia de telas que confirmem tais informações (caso o OIA/PC não solicite o arquivo de entrada de dados) — Deve ser emitido para o modelo na condição real e para o modelo na condição de referência — Incluir: área condicionada, não condicionada e área total do modelo, composição e propriedades físicas dos componentes construtivos (transmitância térmica, absortância, fator solar de vidros), dados de carga interna e ocupação de cada zona térmica (iluminação, equipamentos, pessoas), capacidade e eficiência dos componentes do sistema de condicionamento de ar; considerações do sistema de iluminação natural; e considerações do uso de ventilação natural — Relatório resumo dos dados de saída no formato do programa de simulação adotado. Caso o programa não emita tais relatórios, deve-se enviar as imagens de cópia de telas que confirmem tais informações — Deve ser emitido para o modelo na condição real e para o modelo na condição de referência — Incluir: consumo de energia mensal e anual por uso final, capacidade e eficiência de cada componente do sistema de condicionamento de ar — Origem do arquivo climático

E.2 Determinação da emissão total de dióxido de carbono da edificação

O valor relativo às emissões deve ser calculado para a edificação real (Equação E.2), e condição de referência (Equação E.3). Para a determinação das emissões, o consumo total de energia elétrica e térmica deve ser multiplicado pelo fator de emissão de dióxido de carbono correspondente.

Na condição real, deve-se descontar a geração local de energia renovável, que deve ser multiplicada pelo fator de emissão de dióxido de carbono referente à geração de eletricidade. Os consumos e a geração local de energia renovável devem ser considerados conforme a Tabela E.1.

Os fatores de emissão de dióxido de carbono por geração de eletricidade são diferenciados para as localidades cujo fornecimento de energia elétrica está ligado ao Sistema Interligado Nacional (SIN) e para aquelas que fazem parte de Sistemas Isolados (SIs). Os fatores de emissão de dióxido de carbono podem ser consultados no site do PBE Edifica[5], bem como nas Tabelas E.2 e E.3.

Tabela E.1 - Valores de referência dos sistemas individuais para o cálculo das emissões de dióxido de carbono

Todas as tipologias		
Sistema individual	Condição real	Condição de referência
Condicionamento de ar	Condição real	Consumo elétrico da condição de referência
Iluminação artificial	Condição real	Consumo elétrico da condição de referência
Aquecimento de Água	Condição real	Consumo elétrico da condição de referência*
Equipamentos	Condição real	Consumo elétrico da condição de referência
Geração local de energia renovável	Condição real	Sem geração

* A condição de referência a ser adotada em sistemas com acumulação de água deve ser o boiler elétrico; para sistemas sem acumulação de água, a condição de referência deve ser o chuveiro elétrico.

[5] https://www.pbeedifica.com.br/fatoresconversaoINIs

Tabela 6 – Documentação para inspeção do sistema de geração local de energia renovável

Documentos	Informações necessárias
Planta de cobertura e/ou de implantação	— Localização do sistema de geração local de energia renovável (módulos fotovoltaicos, aerogeradores, etc.) — Indicação do norte geográfico
Memorial de cálculo	— Quantidade e características dos equipamentos geradores — Quantidade e características dos inversores — Orientação e inclinação dos equipamentos, quando pertinente — Cálculo da estimativa de energia anual gerada — Características geográficas do local de instalação (latitude, longitude, irradiação solar, radiação solar, etc.) — Soluções para armazenamento de energia, caso houver — Declaração com ART/RRT contendo as normas vigentes atendidas pelo projeto
Catálogos técnicos	— Especificações técnicas dos equipamentos

Tabela 7 – Documentação para a inspeção do uso racional de água

Documentos	Informações necessárias
Projeto hidrossanitário e/ou planta baixa com identificação dos pontos de consumo de água	— Identificação dos pontos de consumo de água — Descrição dos equipamentos economizadores de água — Identificação dos pontos de consumo que possuem equipamentos economizadores, com identificação do equipamento — Catálogos técnicos com características dos equipamentos economizadores; caso o OIA/PC julgue necessário
Projeto e/ou memorial do sistema de uso de água não potável, quando houver	— Características do sistema de uso de água não potável — Indicação do método de cálculo das normas ABNT NBR pertinentes utilizado — Memória de cálculo do volume de água não potável estimado — Características pluviométricas, quando sistema de uso de água pluvial — Outras características técnicas relevantes
Declaração de atendimento às normas técnicas vigentes e aplicáveis	— Declaração com ART/RRT contendo as normas vigentes atendidas pelo projeto

ANEXO F - USO RACIONAL DE ÁGUA EM EDIFICAÇÕES

Neste Anexo são estabelecidos os critérios para a determinação do percentual anual de redução do consumo de água potável por meio do seu uso racional em edificações comerciais, de serviços e públicas. Esta avaliação tem caráter informativo nesta INI-C, e não altera a classificação de eficiência energética da edificação. Sua determinação baseia-se na comparação entre o consumo de água potável da edificação real e sua condição de referência, e o resultado final encontrado deve ser declarado, mesmo que equivalente a zero.

F.1. Determinação do percentual anual de redução no consumo de água potável

A avaliação do consumo de água objetiva incentivar o uso de sistemas que promovam a redução do consumo de água potável. Podem ser avaliados equipamentos economizadores, sistemas de uso racional e fontes alternativas de água não potável.

O percentual anual de redução no consumo de água potável ($Red_{água}$) é obtido por meio da Equação F.1, e compara o consumo de água da edificação real, descontando-se a oferta de água não potável, com a edificação em sua condição de referência.

Tabela 8 – Amostra de aberturas a verificar

Área envidraçada (total)	Percentual a ser conferido
A ≤ 300 m²	35%
300 m² < A ≤ 600 m²	25%
600 m² < A ≤ 1.250 m²	15%
1.250 m² < A ≤ 2.500 m²	12,5%
A > 2.500 m²	10%

$$RedC_{EP} = ((C_{EP,refD} - C_{EP,real}) / C_{EP,refD}) \cdot 100 \qquad \textbf{Equação (8.1)}$$

Onde:
$RedC_{EP}$ é o percentual de redução do consumo de energia primária entre a edificação real e a condição de referência (%);
$C_{EP,refD}$ é o consumo de energia primária da edificação em sua condição de referência (kWh/ano);
$C_{EP,real}$ é o consumo de energia primária da edificação em sua condição real (kWh/ano).

Tabela F.1 - Vazão de dispositivos da edificação em sua condição de referência

Tipo de dispositivo / Tipologia	Vazão (L/min)			
	Escritórios	Hospedagem/ Hospitalares	Varejo/ Alimentação	Educacionais
Bacia sanitária (caixa de descarga)	6,8 L/fluxo	6,8 L/fluxo	6,8 L/fluxo	6,8 L/fluxo
Bacia sanitária (válvula de descarga)	102,0 L/min.	102,0 L/min.	102,0 L/min.	102,0 L/min.
Mictórios (Caixa de descarga, registro de pressão ou válvula de descarga para mictório)	9,0 L/min.	9,0 L/min.	9,0 L/min.	9,0 L/min.
Torneira de lavatório	9,0 L/min.	9,0 L/min.	9,0 L/min.	9,0 L/min.
Banho/chuveiro	12,0 L/min.	12,0 L/min.	-	-
Torneira da pia da cozinha	15,0 L/min.	15,0 L/min.	-	-

Fontes: ABNT NBR 8160:1999; LEED v.4 (2015).

Tabela F.2 - Duração do uso de dispositivos de edificações em sua condição real e de referência

Tipo de dispositivo / Tipologia	Duração (minutos)			
	Escritórios	Hospedagem/ Hospitalares	Varejo/ Alimentação	Educacionais
Bacia sanitária (válvula de descarga)	0,08[1]	0,08[1]	0,08[1]	0,08[1]
Mictórios	0,08[1]	0,08[1]	0,08[1]	0,08[1]
Torneira de lavatório	0,50	1,00	0,50	0,50
Banho/chuveiro	5,00	8,00	-	-
Torneira da pia da cozinha	0,25	1,00	-	-

[1]Considerada a duração média das descargas de 5 segundos.
Fontes: ABNT NBR 8160: 1999; adaptado de LEED, v.4, (2015).

Tabela F.3 - Número de usos por dia de dispositivos da edificação em sua condição real e de referência

Tipo de dispositivo / Tipologia	Usos por dia			
	Escritórios	Hospedagem/ Hospitalares	Varejo/ Alimentação	Educacionais
Bacia sanitária (feminino)	3,0	5	0,2	3
Bacia sanitária (masculino)*	1,0	5	0,1	1
Mictórios (masculino)	2,0	-	0,1	2
Torneira de lavatório	3,0	5	0,2	3
Banho / chuveiro	0,1	1	-	-
Torneira da pia da cozinha	1,0	4	-	-

*Em casos em que a edificação não possui mictórios, considerar a mesma quantidade de usos por dia da bacia sanitária (feminino) para a bacia sanitária (masculino).

Fonte: Adaptado de LEED, v.4 (2015).

Tabela F.4 - Densidade de ocupação da edificação em sua condição real e de referência

Tipologia		DOc - Densidade de ocupação (m²/pessoa)
Edificações de escritórios	Escritórios	12,0
Edificações educacionais	Educação infantil	2,5
	Ensino fundamental/médio	1,5
	Ensino superior	1,5
Edificações de hospedagem	Hotéis pequenos	16,1
	Hotéis médios e grandes	20,0
Estabelecimentos assistenciais de saúde	Estabelecimentos assistenciais de saúde	5,0
Edificações de varejo: comércio	Pequenas, grandes e shopping	5,0
Edificações de varejo: mercado	Mercados	5,0
Edificações de alimentação	Restaurantes e praças de alimentação	5,0

*Nas tipologias não listadas na tabela a ocupação deverá ser informada.

F.3. Consumo de água da edificação na condição real

O consumo anual de água da edificação na condição real é determinado conforme Equação F.5, e o consumo diário de água em bacias sanitárias e mictórios (L/dia) em sua condição real é calculado conforme a Equação F.6.

Tabela 10 – Amostra de ambientes para verificação da conformidade dos sistemas de iluminação artificial

Área da edificação	Percentual a ser conferido
A ≤ 500 m²	25%
500 m² < A ≤ 1.000 m²	20%
1.000 m² < A ≤ 2.000 m²	15%
2.000 m² < A ≤ 5.000 m²	10%
A > 5.000 m²	5%

F.4. Oferta de água não potável

A oferta de água não potável considerada nesta INI-C corresponde à água de chuva, água pluvial e ao reaproveitamento de água de condensação; nas demais fontes alternativas de água não potável, deve-se observar o disposto na norma ABNT NBR 16783, em sua versão vigente. Este item deve ser calculado pelo projetista e considerado conforme laudo técnico. Na existência de sistema de aproveitamento de água da chuva na edificação, deve-se observar o disposto na norma ABNT NBR 15527, em sua versão vigente.

ANEXO G - CLASSIFICAÇÃO CLIMÁTICA

Neste Anexo são informadas a classificação climática de 154 municípios brasileiros (Tabela G.1), que compreendem as capitais estaduais e as maiores cidades de cada estado da federação.

A lista com os demais 5.525 municípios do Brasil e a relação de sua respectiva classificação climática está disponível em:

<http://www.pbeedifica.com.br/sites/default/files/all5564_with_subgroups_interface_2018.csv>.

Parâmetro	Limites do método		Dados da edificação		Área da edificação fora dos limites (m²)
	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	
Absortância solar da cobertura (α_{cob})	0,20	0,80			
Absortância solar das paredes externas (α_{par})	0,20	0,80			
Ângulo vertical de sombreamento (AVS)	0°	45°			
Área das APPs	9 m²	400 m²			
Capacidade térmica da cobertura (CT_{cob})	10 kJ/(m².K)	400 kJ/(m².K)			
Capacidade térmica das paredes (CT_{par})	40 kJ/(m².K)	500 kJ/(m².K)			
Comprimento total (maior dimensão entre os lados da edificação)	13 m	200 m			
Fator da área da escada	0	0,28			
Fator solar do vidro (FS)	0,20	0,80			
Forma das janelas para ventilação: Razão entre a largura e a altura das janelas para ventilação	0,1	50			
Número de pavimentos	1	5			
Pé-direito (PD)	2,75 m	4,25 m			
Percentual de abertura da fachada total (PAF_T)	5%	70%			
Profundidade total (menor dimensão entre os lados da edificação)	8 m	50 m			
Transmitância térmica da cobertura (U_{cob})	0,10 W/(m².K)	5,00 W/(m².K)			
Transmitância térmica da parede (U_{par})	0,1 W/(m².K)	5,00 W/(m².K)			
Transmitância térmica do vidro (U_{vid})	1,0 W/(m².K)	6,0 W/(m².K)			

ANEXO II - INSTRUÇÃO NORMATIVA INMETRO PARA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS

1. OBJETIVO

Estabelecer os critérios e os métodos para classificação de edificações residenciais unifamiliares, unidades habitacionais de edificações multifamiliares, porções residenciais de edificações de uso misto e áreas comuns de edificações multifamiliares ou de condomínios de edificações residenciais, em projeto ou construídos, quanto à sua eficiência energética, visando à etiquetagem de edificações.

2. SIGLAS

Para fins deste Anexo, são adotadas as siglas a seguir, além das citadas nos documentos complementares elencados no item 3.

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ANSI	American National Standards Institute
APP	Ambiente de Permanência Prolongada
APT	Ambiente de Permanência Transitória
ASHRAE	American Society of Heating, Refrigerating and Air-Conditioning Engineers
CEE	Coeficiente de Eficiência Energética do sistema de condicionamento de ar
C_{EP}	Consumo de energia primária
C_{EE}	Consumo de energia elétrica
C_{ET}	Consumo de energia térmica
CgTA	Carga térmica de aquecimento
CgTR	Carga térmica de refrigeração
CgTT	Carga térmica total
CO_2	Dióxido de carbono
COP	Coeficiente de Performance
CSPF	**Cooling Seasonal Performance Factor**
DPE	Densidade de Potência de Equipamentos em uso
DPI	Densidade de Potência de Iluminação
DPI_L	Densidade de Potência de Iluminação Limite
EEP	Edificação de Energia Positiva
GLP	Gás Liquefeito de Petróleo
HIS	Habitações de Interesse Social
IDRS	Índice de Desempenho de Resfriamento Sazonal
INI	Instrução Normativa Inmetro
INI-C	Instrução Normativa Inmetro para a Classificação de Eficiência Energética de Edificações Comerciais, de Serviços e Públicas
INI-R	Instrução Normativa Inmetro para a Classificação de Eficiência Energética de Edificações Residenciais
NBR	Norma Brasileira
NZEB	Edificação de Energia Quase Zero
PHFT	Percentual de horas de ocupação dentro de uma faixa de temperatura operativa
SAA	Sistema de aquecimento de água
SABESP	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
SIN	Sistema Interligado Nacional
To	Temperatura operativa
UH	Unidade Habitacional

3. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

Para fins deste Anexo, são adotados os documentos complementares a seguir relacionados.

ABNT NBR 8160:1999	Sistemas prediais de esgoto sanitário - Projeto e execução
ABNT NBR 10821-1:2017	Esquadrias para edificações - Parte 1: Esquadrias externas e internas - Terminologia
ABNT NBR 15220-2:2022	Desempenho térmico de edificações Parte 2: Componentes e elementos construtivos das edificações - Resistência e transmitância térmica - Métodos de cálculo (ISO 6946:2017 MOD)
ABNT NBR 15220-3:2005	Desempenho térmico de edificações Parte 3: Zoneamento bioclimático brasileiro e diretrizes construtivas para habitações unifamiliares de interesse social
ABNT NBR 15527:2019	Aproveitamento de água de chuva de coberturas para fins não potáveis - Requisitos
ABNT NBR 15575-1:2021	Edificações habitacionais - Desempenho Parte 1: Requisitos gerais
ABNT NBR 15575-4:2021	Edificações habitacionais - Desempenho Parte 4: Requisitos para os sistemas de vedações verticais internas e externas - SVVIE
ABNT NBR 15575-5:2021	Edificações habitacionais - Desempenho Parte 5: Requisitos para os sistemas de coberturas
ABNT NBR 16655-1:2018	Instalação de sistemas residenciais de ar-condicionado - Split e compacto Parte 1: Projeto e instalação
ABNT NBR 16783:2019	Uso de fontes alternativas de água não potável em edificações
ABNT NBR 16824:2020	Sistemas de distribuição de água em edificações - Prevenção de legionelose - Princípios gerais e orientações
ANSI/NFRC 200:2020	**Procedure for Determining Fenestration Product Solar Heat Gain Coefficient and Visible Transmittance at Normal Incidence.**
AS/NZS 3500.4: 2003	**Plumbing and drainage - Part 4: Heated water services**
BS EN 15316-3-2:2007	**Heating systems in buildings - Method for calculation of system energy requirements and system efficiencies. Part 3-2: Domestic hot water systems, generation**
Portaria Inmetro nº 269, de 22 de junho de 2021	Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Condicionadores de Ar - Consolidado.
ISO 9050:2003	**Glass in building - Determination of light transmittance, solar direct transmittance, total solar energy transmittance, ultraviolet transmittance and related glazing factors.**
ISO 16358-1:2013	**Air-Cooled Air Conditioners and Air-To-Air Heat Pumps - Testing and Calculating Methods for Seasonal Performance Factors - Part 1: Cooling Seasonal Performance Factor.**
ISO 25745-1:2013	**Energy performance of lifts, escalators and moving walks - Part 1: Energy measurement and verification**
ISO 25745-2:2015	**Energy performance of lifts, escalators and moving walks Part 2: Energy calculation and classification for lifts (elevators)**
LEED-BD v.4:2015	**Leadership in Energy and Environmental Design - LEED v4 for Building Design and Construction**
Norma Técnica Sabesp NTS 181:2017	Dimensionamento do ramal predial de água, cavalete e hidrômetro - Primeira ligação

4. DEFINIÇÕES

4.1 Abertura

Todos os vãos da envoltória da edificação, abertos ou com fechamento translúcido ou transparente, que permitam a entrada de luz e/ou ar, incluindo, por exemplo, janelas, painéis plásticos, portas de vidro (com mais da metade da área de vidro), paredes de blocos de vidro e aberturas zenitais.

4.2 Absortância à radiação solar - α (adimensional)

Quociente da taxa de radiação solar absorvida por uma superfície pela taxa de radiação solar incidente sobre esta mesma superfície (ver ABNT NBR 15220-1). Para a absortância de paredes externas, adota-se o termo αpar e para a absortância de coberturas adota-se o termo αcob.

4.3 Ambiente

Espaço interno de uma edificação, fechado por superfícies sólidas que vedem do piso ao teto, como paredes ou divisórias piso-teto, teto, piso e dispositivos operáveis tais como janelas e portas.

4.4 Ambiente condicionado artificialmente

Ambiente fechado (incluindo fechamento por cortinas de ar) atendido por sistema de condicionamento de ar.

4.5 Ambiente de permanência prolongada - APP

Ambientes da UH com ocupação contínua por um ou mais indivíduos, incluindo sala de estar, sala de jantar, sala íntima, dormitórios, sala de TV ou ambientes de usos similares aos citados.

4.6 Ambiente de permanência transitória - APT

Ambientes da UH com ocupação transitória por um ou mais indivíduos. São considerados ambientes de permanência transitória: cozinha, lavanderia ou área de serviço, banheiro, circulação, varanda fechada com vidro, solarium, garagem ou ambientes de usos similares aos citados.

4.7 Ângulo de desvio da parede norte em relação ao norte verdadeiro

Ângulo formado pela parede do APP orientada a norte (variando entre azimute de -45° e +45), sendo essa parede interna ou externa. Deve ser analisado para cada APP.

4.8 Ângulos de sombreamento

Ângulos formados pela obstrução à radiação solar gerada por elementos existentes nas aberturas ou próximos à edificação. Nesta INI-R são utilizados três ângulos diferentes: ângulo horizontal de sombreamento da fachada (AHF_D e AHF_E - referente aos elementos verticais, 4.9), ângulo vertical de sombreamento da fachada (AVS_{FAC} - referente aos elementos horizontais, 4.10), e o ângulo vertical de obstrução do entorno (AVE - referente à proteção gerada por edificações vizinhas, 4.11).

Nota: A utilização dos ângulos de sombreamento é opcional, no entanto, ao se optar pelo seu uso, devem ser utilizados todos os parâmetros, AHF_D, AHF_E, AVS_{Fac} e AVE.

4.9 Ângulo horizontal de sombreamento da fachada direito (AHF_D) e esquerdo (AHF_E) (°)

AHF_D é o ângulo entre a largura da parede para uma dada orientação e a distância horizontal entre a parede e o ponto mais distante do elemento de sombreamento que está localizado no lado direito da parede, tendo a orientação da parede como referência. Portanto, o AHF_D é maior que zero quando o elemento está no lado direito. Seguindo a mesma lógica, o AHF_E é maior que zero quando o elemento está no lado esquerdo. Sua utilização é opcional, sendo que quando utilizado melhora a precisão do método simplificado. Quando utilizado, deve-se considerar no modelo real e no modelo de referência.

4.10 Ângulo vertical de sombreamento da fachada - AVS_{FAC} (°)

Ângulo obtido entre o nível do piso até o elemento de sombreamento e o tamanho da sua projeção no plano horizontal. Sua utilização é opcional, sendo que quando utilizado melhora a precisão do método simplificado. Quando utilizado, deve-se considerar apenas no modelo real.

4.11 Ângulo vertical de obstrução do entorno - AVE (°)

Ângulo que representa o efeito do sombreamento de uma edificação vizinha, representada por uma superfície paralela à fachada. É definido entre o nível do piso do APP e o ponto mais alto do elemento de sombreamento do entorno da edificação, caso ele esteja acima do nível do piso. Esse parâmetro de entrada deve ser definido para todas as orientações que possuem paredes externas. Sua utilização é opcional, sendo que quando utilizado melhora a precisão do método simplificado. Quando utilizado, deve-se considerar no modelo real e no modelo de referência.

4.12 Área da abertura (m²)

Área de um vão no elemento opaco da fachada, contada a partir dos limites entre o elemento opaco e o vão. Quando existente, inclui a área de toda a esquadria.

4.13 Área de piso do APP - $A_{p,APP}$ (m²)

Área disponível para ocupação medida entre os limites internos das paredes que delimitam o APP.

4.14 Área de piso dos APPs da unidade habitacional - $A_{p,UH}$ (m²)

Soma das áreas de piso de todos os APPs da UH.

4.15 Área de superfície dos elementos transparentes do APP - $A_{t,APP}$ (m²)

Soma das áreas de superfície dos elementos transparentes do APP. Para os APPs com duas ou mais aberturas com elementos transparentes, o valor de $A_{t,APP}$ equivale ao somatório das áreas de superfície dos elementos transparentes das aberturas.

4.16 Áreas de uso comum - AUC

Ambientes de uso coletivo de edificações multifamiliares ou de condomínios de edificações residenciais, incluindo: circulações, halls, garagens, escadas, antecâmaras, elevadores, corredores, estacionamento de visitantes, guaritas, copa, espaços destinados a funcionários ou colaboradores, acessos externos, salões de festa, brinquedoteca, banheiros coletivos, bicicletário, quadra poliesportiva, sala de cinema, sala de estudo, sala de ginástica, playground, churrasqueira, ou ambientes de usos similares aos citados. Não são consideradas áreas de uso comum para efeito desta INI-R, espaços não frequentados pelos moradores e/ou funcionários.

4.17 Área efetiva de abertura para ventilação $A_{V,APP}$ (m²)

Área de abertura na fachada que permite a livre circulação do ar, devendo ser descontadas as áreas de perfis, de vidros e de qualquer outro obstáculo. No cálculo da área efetiva de abertura para ventilação do APP, não devem ser consideradas as áreas de portas internas e de portas externas de acesso principal da unidade habitacional.

4.18 Caixilho

Moldura opaca onde são fixados os vidros de janelas, portas e painéis.

4.19 Capacidade térmica - CT (kJ/(m².K))

Quantidade de calor necessária para variar, em uma unidade, a temperatura de um sistema. A capacidade térmica é calculada conforme a ABNT NBR 15220-2. Para a capacidade térmica de paredes externas, adota-se o termo CT_{par} e para a capacidade térmica de coberturas adota-se o termo $CT_{cob.}$

4.20 Carga térmica de aquecimento - CgTA (kWh/ano)

Quantidade de calor a ser fornecida ao ar para manter as condições desejadas em um ambiente.

4.21 Carga térmica de refrigeração - CgTR (kWh/ano)

Quantidade de calor a ser retirada do ar para manter as condições desejadas em um ambiente.

4.22 Carga térmica total - CgTT (kWh/ano)

Quantidade total de calor, fornecida e/ou retirada do ar, para manter as condições desejadas em um ambiente.

4.23 Classificação de eficiência energética

Classificação da eficiência energética alcançada pela edificação e/ou sistema avaliado, variando de A (mais eficiente) até E (menos eficiente).

4.24 Cobertura

Parcela da área de fechamentos opacos superiores da edificação, com inclinação inferior a 60° em relação ao plano horizontal.

4.25 Coeficiente de descarga - C_d (adimensional)

Razão entre o fluxo de ar real em relação ao fluxo ideal que passa pela abertura. O coeficiente de descarga está relacionado com as resistências de fluxo de ar nas aberturas de portas e janelas, quando abertas.

4.26 Coeficiente de performance - COP (W/W)

Relação entre a capacidade do resfriamento do sistema de condicionamento de ar e a potência elétrica necessária para seu funcionamento em plena carga.

4.27 Coletor solar térmico

Dispositivo projetado para absorver a radiação solar e transferir a energia térmica produzida para um fluido de trabalho que passa pelo equipamento sob a forma de energia térmica.

4.28 Condição real

Condição que representa a unidade habitacional, as áreas de uso comum e/ou o(s) sistema(s) individual(is) da unidade habitacional e da área de uso comum avaliada, conservando suas características reais e/ou conforme projeto.

4.29 Condição de referência

Condição que representa a unidade habitacional, as áreas de uso comum e/ou o(s) sistema(s) individual(is) da unidade habitacional e da área de uso comum avaliada, adotando-se características de referência.

4.30 Condutividade térmica -λ (W/(m.K))

Propriedade física de um material homogêneo e isótropo, igual a densidade do fluxo de calor constante ocasionado por um gradiente de temperatura uniforme de 1 Kelvin por metro.

4.31 Consumo energético (kWh/ano)

Estimativa da energia consumida pela edificação durante um ano, em energia elétrica, térmica ou primária.

4.32 Consumo para aquecimento - CA (kWh/ano)

Consumo anual de energia elétrica necessário para fornecer determinada carga térmica de aquecimento (CgTA) a fim de manter as condições desejadas em um ambiente.

4.33 Consumo para refrigeração - CR (kWh/ano)

Consumo anual de energia elétrica necessário para remover determinada carga térmica de refrigeração (CgTR) a fim de manter as condições desejadas em um ambiente.

4.34 Cooling seasonal performance factor - CSPF

Fator de desempenho sazonal de resfriamento, determinado pela proporção entre a quantidade anual total de calor que o equipamento pode remover do ar interno, quando operado para refrigeração no modo ativo, e a quantidade anual total de energia consumida pelo equipamento durante o mesmo período. O CSPF é calculado conforme definido pela norma ISO 16358-1:2013, considerando o desempenho da máquina em 50% e 100% da carga e utilizando o arquivo climático horário (EPW) da cidade em análise e horas de ocupação.

4.35 Densidade de potência de equipamentos em uso - DPE (W/m²)

Razão entre o somatório da potência dos equipamentos instalados e a área de piso do ambiente.

4.36 Densidade de potência de iluminação - DPI (W/m²)

Razão entre o somatório da potência de lâmpadas e reatores instalados e a área de piso do ambiente.

4.37 Densidade de potência de iluminação limite - DPI_L(W/m²)

Limite máximo aceitável de DPI.

4.38 Dias de ocupação - N_{ano}

Número de dias no ano que a edificação está em uso.

4.39 Dimensão horizontal da parede externa (m)

Dimensão horizontal das paredes externas do APP, medida entre os limites internos das paredes que delimitam o ambiente, e determinada para as orientações Norte, Sul, Leste e Oeste.

4.40 Dimensão horizontal da parede interna (m)

Dimensão horizontal da parede interna, incluindo as portas, medida entre os limites internos das paredes que delimitam o ambiente, e determinada para as orientações Norte, Sul, Leste e Oeste.

4.41 Dimensão horizontal de paredes e portas em contato com APT, dormitório ou sala (m)

Dimensão horizontal de paredes e portas, medida entre os limites internos das paredes que delimitam o ambiente, em função do seu contato com ambientes adjacentes. Deve-se obter, separadamente, a dimensão de paredes em contato com o dormitório, paredes em contato com a sala e paredes em contato com os ambientes de permanência transitória.

4.42 Dispositivo de proteção solar

Elementos externos que proporcionam sombreamento nas fachadas da edificação, tais como venezianas, brises com projeção horizontal e vertical, varandas e beirais.

4.43 Dormitório

Ambiente da UH utilizado para dormir.

4.44 Edificação de energia quase zero - NZEB

Edificação energeticamente eficiente cuja geração de energia renovável produzida nos limites da edificação ou do lote em que a edificação está inserida supre 50% ou mais de sua demanda anual de energia.

4.45 Edificação de energia positiva - EEP

Edificação energeticamente eficiente cuja geração de energia renovável produzida nos limites da edificação ou do lote em que a edificação está inserida é superior à sua demanda anual de energia.

4.46 Edificação de uso misto

Edificação que possui parte destinada ao uso residencial e parte destinada a outros usos, como comerciais, de serviços e/ou públicos. As parcelas residenciais devem ser avaliadas pela INI-R e as parcelas comerciais, de serviços e públicas devem ser avaliadas pela INI-C.

4.47 Edificação multifamiliar

Edificação que possui mais de uma unidade habitacional (UH) autônoma em um mesmo lote, em relação de condomínio, podendo configurar edifício de apartamentos, sobrado ou grupamento de edificações. Casas geminadas ou "em fita", quando situadas no mesmo lote, enquadram-se nesta classificação. Estão excluídos desta categoria hotéis, motéis, pousadas, apart-hotéis e similares.

4.48 Edificação residencial

Edificação utilizada para fins habitacionais, que contenha espaços destinados ao repouso, alimentação, serviços domésticos e higiene, não podendo haver predominância de atividades como comércio, escolas, associações ou instituições de diversos tipos, prestação de serviços, diversão, preparação e venda de alimentos, escritórios e serviços de hospedagem, sejam eles hotéis, motéis, pousadas, apart-hotéis ou similares.

4.49 Edificação unifamiliar

Edificação que possui uma única unidade habitacional (UH) autônoma no lote.

4.50 Elemento transparente

Elemento translúcido ou transparente da envoltória, que permite a entrada de luz, incluindo, por exemplo, vidros, painéis plásticos e paredes de blocos de vidro.

4.51 Emissividade - ε (adimensional)

Quociente da taxa de radiação emitida por uma superfície pela taxa de radiação emitida por um corpo negro, à mesma temperatura.

4.52 Energia primária

Forma de energia disponível na natureza que não foi submetida a qualquer processo de conversão ou transformação. É a energia contida nos combustíveis ainda brutos (primários), podendo ser proveniente de fontes renováveis ou não renováveis. Quando não utilizada diretamente, pode ser transformada em fontes de energia secundárias como eletricidade e calor.

4.53 Envoltória

Conjunto de planos que separam o ambiente interno do ambiente externo, tais como fachadas, empenas, cobertura, aberturas, pisos, assim como quaisquer elementos que os compõem.

4.54 Equipamento economizador de água

Equipamento hidráulico que possui consumo de água inferior a modelos convencionais.

4.55 Espaço interno

Área interna da edificação com função específica, com extensão independente de divisões por paredes ou portas. Um ambiente pode conter um ou mais espaços internos. Salas com cozinha conjugada, salas com corredor ou hall de entrada e dormitórios com closet são exemplos de ambientes compostos por mais de um espaço interno, desde que não existam divisórias do piso ao teto entre estes espaços.

4.56 Esquadria

Nome genérico dos componentes formados por perfis utilizados nas edificações. As esquadrias são definidas pela ABNT NBR 10821-1, segundo a sua finalidade, o seu movimento, as suas partes e os seus componentes.

4.57 Fachada

Superfícies externas verticais ou com inclinação superior a 60° em relação ao plano horizontal. Inclui as superfícies opacas, translúcidas, transparentes e vazadas como cobogós e vãos de entrada.

4.58 Fachada leste

Fachada com normal à superfície voltada para a direção de 90° em sentido horário a partir do norte geográfico. Fachadas em que a orientação variar de -44,9° a +45° em relação à direção de 90° são consideradas fachada leste.

4.59 Fachada norte

Fachada com normal à superfície voltada para a direção de 0° a partir do norte geográfico. Fachadas em que a orientação variar de -44,9° a +45° em relação à direção de 0º são consideradas fachada norte.

4.60 Fachada oeste

Fachada com normal à superfície voltada para a direção de 270° em sentido horário a partir do norte geográfico. Fachadas em que a orientação variar de -44,9° a +45° em relação à direção de 270º são consideradas fachada oeste.

4.61 Fachada sul

Fachada com normal à superfície voltada para a direção de 180° em sentido horário a partir do norte geográfico. Fachadas em que a orientação variar de -44,9° a +45° em relação à direção de 180º são consideradas fachada sul.

4.62 Fator solar - FS (adimensional)

Razão entre o ganho de calor que entra em um ambiente por uma abertura e a radiação solar incidente nesta mesma abertura, a qual inclui o calor radiante transmitido pelo vidro e a radiação solar absorvida, que é transmitida ao ambiente por condução ou convecção. O fator solar considerado é relativo à incidência de radiação solar ortogonal à abertura. O fator solar também é conhecido internacionalmente como "g" (solar factor - ISO 9050) e SHGC (Solar Heat Gain Coefficient - ASHRAE fundamentals ou ANSI/NFRC 200).

4.63 Fontes alternativas de água não potável

Fonte de água não potável, podendo ser utilizada em usos não potáveis da edificação em alternativa à água potável fornecida pela empresa prestadora de serviços de saneamento. Para fins desta INI-R, considera-se como fontes alternativas de água não potável a água da chuva, água pluvial, água clara e reuso de água, conforme definidos na ABNT NBR 16783 em sua versão vigente.

4.64 Fração solar

Parcela de energia requerida para aquecimento da água que é suprida pela energia solar.

4.65 Geração local de energia renovável

Geração de energia proveniente de recursos naturais renováveis, como hídrica, solar, eólica, geotérmica e cogeração qualificada, instalada nos limites da edificação ou do lote em que a edificação está inserida.

4.66 Incremento do percentual de horas de ocupação dentro de uma faixa de temperatura operativa - ΔPHFT (%)

Diferença entre o valor de PHFT obtido pelo modelo real em relação ao valor de PHFT obtido pelo modelo de referência.

4.67 Incremento mínimo do percentual de horas de ocupação dentro de uma faixa de temperatura operativa - $\Delta PHFT_{mín}$ (%)

Diferença mínima entre o valor de PHFT obtido pelo modelo real em relação ao valor de PHFT obtido pelo modelo de referência.

4.68 Índice de desempenho de resfriamento sazonal - IDRS

Razão entre a quantidade anual total de calor que o equipamento pode remover do ar interno, quando operado para resfriamento no modo ativo, e a quantidade anual total de energia consumida pelo equipamento durante o mesmo período. O IDRS permite considerar o desempenho da máquina em 50% e 100% da carga, para um clima brasileiro médio, conforme definido pela Portaria Inmetro nº 269, de 22 de junho de 2021.

4.69 Instrução Normativa Inmetro para a Classificação de Eficiência Energética de Edificações Comerciais, de Serviços e Públicas - INI-C

Documento que estabelece os critérios e os métodos para classificação de edificações comerciais, de serviços e públicas quanto à sua eficiência energética, visando à etiquetagem de edificações.

4.70 Janela

Esquadria, vertical ou inclinada, geralmente envidraçada, destinada a preencher um vão, em fachadas ou não. Uma finalidade da janela é permitir a iluminação e/ou ventilação de um recinto para outro.

4.71 Modelo de referência

Modelo de simulação computacional termoenergética que representa a unidade habitacional avaliada, adotando-se características de referência.

4.72 Modelo real

Modelo de simulação computacional termoenergética que representa a unidade habitacional avaliada, conservando suas características geométricas, propriedades térmicas e composições construtivas.

4.73 Padrão de uso (h)

Número de horas em que um determinado equipamento é utilizado.

4.74 Paredes externas

Superfícies opacas que delimitam o interior do exterior da edificação. Esta definição exclui as aberturas.

4.75 Paredes internas

Superfícies opacas que subdividem o espaço interno da edificação. Esta definição exclui as aberturas.

4.76 Pavimento

Espaço construído em uma edificação, compreendido entre o piso e o teto.

4.77 Pavimento de cobertura

Pavimento localizado no último andar da edificação.

4.78 Pavimento de subsolo

Pavimento situado sob o nível de acesso da edificação no terreno, podendo ser enterrado ou semienterrado em relação ao nível natural do terreno.

4.79 Pavimento térreo

Pavimento que dá acesso à entrada principal da edificação, geralmente localizado no mesmo nível da via pública.

4.80 Pavimento tipo

Pavimento localizado em andar intermediário, ou seja, que não esteja nem no último, nem no primeiro andar da edificação.

4.81 Pavimento tipo com cobertura parcialmente exposta

Pavimento localizado em andar intermediário, com superfície da cobertura parcialmente exposta ao ambiente externo.

4.82 Pé-direito - PD (m)

Distância vertical entre o piso e a parte inferior do teto ou forro de um ambiente.

4.83 Percentual de abertura para ventilação - $P_{v,APP}$ (%)

Razão entre a área efetiva de abertura para ventilação do APP e a sua área de piso.

4.84 Percentual de elementos transparentes - $P_{t,APP}$ (%)

Razão entre a área de superfície dos elementos transparentes do APP e a sua área de piso.

4.85 Percentual de horas de ocupação dentro de uma faixa de temperatura operativa - PHFT (%)

Razão entre as horas de ocupação dentro de uma faixa de temperatura operativa estabelecida e o total de horas de ocupação do ambiente. O PHFT é calculado para cada APP, com PHFT da UH obtido a partir da média aritmética entre os valores de todos os APPs.

4.86 Pilotis

Área aberta, sustentada por pilares, que corresponde à projeção da superfície do pavimento imediatamente acima.

4.87 Porta

Esquadria que, entre outras finalidades, permite ou impede o acesso de um recinto para outro.

4.88 Redução da carga térmica total - RedCgTT (%)

Redução percentual da CgTT obtida pelo modelo real em relação à CgTT obtida pelo modelo de referência.

4.89 Redução mínima da carga térmica total - $RedCgTT_{mín}$ (%)

Redução percentual mínima da CgTT obtida pelo modelo real em relação à CgTT obtida pelo modelo de referência.

4.90 Resistência térmica de elementos e componentes - R (m².K/W)

Quociente da diferença de temperatura verificada entre as superfícies de um elemento ou componente construtivo pela densidade de fluxo de calor, em regime estacionário.

4.91 Sistema de condicionamento de ar

Processo de tratamento de ar destinado a alterar/influenciar simultaneamente a temperatura, a umidade, a pureza e a distribuição de ar de um ambiente.

4.92 Sistema fotovoltaico

Conjunto de elementos que geram e fornecem eletricidade pela conversão da energia solar.

4.93 Sistema solar de aquecimento

Sistema composto de coletor solar e outros componentes para o fornecimento de energia térmica.

4.94 Temperatura de setpoint (°C)

Temperatura preestabelecida para o funcionamento de um sistema de controle automático.

4.95 Temperatura operativa - To (°C)

Valor médio entre a temperatura do ar e a temperatura radiante média do ambiente.

4.96 Temperatura operativa anual máxima (Tomáx)

Temperatura operativa anual máxima observada em um APP, durante o seu período de ocupação. A temperatura operativa anual máxima da UH é considerada como a maior entre os valores dos APPs.

4.97 Temperatura operativa anual mínima (Tomín)

Temperatura operativa anual mínima observada em um APP, durante o seu período de ocupação. A temperatura operativa anual mínima da UH é considerada como a menor entre os valores dos APPs.

4.98 Transmitância térmica - U (W/(m².K))

Transmissão de calor em unidade de tempo e através de uma área unitária de um elemento ou componente construtivo; neste caso, dos vidros e dos componentes opacos das paredes externas e coberturas, incluindo as resistências superficiais interna e externa, induzida pela diferença de temperatura entre dois ambientes. A transmitância térmica é calculada utilizando o método de cálculo da ABNT NBR 15220-2. Para a transmitância térmica de paredes externas, adota-se o termo U_{par} e para a transmitância térmica de coberturas adota-se o termo $U_{cob.}$

4.99 Unidade habitacional (UH)

Bem imóvel destinado à moradia e dotado de acesso independente. Corresponde a uma unidade de uma edificação multifamiliar (apartamento) ou a uma edificação unifamiliar (casa).

4.100 Vão

Abertura existente na parede, que pode receber uma esquadria.

4.101 Veneziana

Pano tradicionalmente formado por palhetas horizontais, verticais ou inclinadas, superpostas, paralelas entre si, ou peça contínua, que possibilitam a ventilação permanente dos recintos e alguma iluminação sem, no entanto, devassar o interior.

4.102 Zona bioclimática - ZB

Região geográfica homogênea quanto aos elementos climáticos que interferem nas relações entre ambiente construído e conforto humano de acordo com a ABNT NBR 15220-3.

5. VISÃO GERAL

A presente Instrução Normativa Inmetro especifica os critérios e os métodos para classificação de edificações residenciais quanto à sua eficiência energética, visando à etiquetagem de edificações.

As edificações submetidas a esta INI-R devem atender às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) vigentes e aplicáveis.

Neste documento são apresentados os procedimentos para a determinação da classificação de eficiência energética de edificações residenciais e de áreas de uso comum.

Para as edificações residenciais, a estimativa do consumo de energia pode ser realizada por meio dos métodos prescritivo, simplificado e de simulação. No método prescritivo, a classificação da envoltória é obtida por meio da comparação de características geométricas dos APPs e de propriedades térmicas dos sistemas construtivos, em relação aos valores de referência destes parâmetros, determinados no procedimento simplificado da ABNT NBR 15575:2021 das partes 4 e 5, nas seções 11 de ambas as partes. Seguindo o procedimento simplificado da NBR 15575, o desempenho térmico mínimo equivale à classe C de eficiência energética da envoltória. Para obtenção de classificação mais elevada na envoltória (classes B ou A), esta deve ser avaliada pelo método simplificado ou de simulação. Nos métodos simplificado e de simulação, a classificação é realizada com base no percentual de redução do consumo de energia primária, comparando-se o consumo da edificação no modelo real com a mesma edificação com características de referência (modelo de referência), equivalente à classe C. Independentemente do método de avaliação da envoltória, o sistema de aquecimento de água será avaliado pelo método simplificado, tendo como base o percentual de redução do consumo de energia do sistema da edificação na condição real com o consumo da condição de referência. Para as áreas de uso comum, a estimativa do consumo de energia deve ser realizada pelo método simplificado. A classificação é realizada por meio do percentual de redução do consumo de energia primária das áreas de uso comum, comparando-se o consumo da área de uso comum na condição real com uma condição de referência.

Esta INI-R está organizada em um texto principal e sete Anexos (de A a G). No texto principal são apresentadas as condições de aplicação dos métodos prescritivo e simplificado da envoltória (item 6), as condições de elegibilidade para a classificação A (item 7), os procedimentos para a determinação da classificação de eficiência energética das unidades habitacionais (UHs) e dos sistemas individuais (item 8) e os procedimentos para a determinação da classificação de eficiência energética das áreas comuns de edificações multifamiliares ou de condomínios de edificações residenciais (item 9).

No Anexo A são apresentados os procedimentos para a determinação da eficiência energética da envoltória pelo método prescritivo.

No Anexo B são apresentados os parâmetros para a determinação da eficiência energética pelo método simplificado, subdivididos em: envoltória (B.I), condicionamento de ar (B.II) e aquecimento de água (B.III). A avaliação da envoltória pelo método simplificado considera os seguintes parâmetros, estabelecidos pela ABNT NBR 15575-1, subseção 11.4, conforme descrito no item B.I.1 desta INI-R: o percentual de horas de ocupação dentro de uma faixa de temperatura operativa (PHFT), as temperaturas operativas anuais máximas (Tomáx) e mínima (Tomín), e as cargas térmicas de aquecimento (CgTA), de refrigeração (CgTR) e total (CgTT). Por meio do sistema de condicionamento de ar são determinados os consumos para refrigeração (CR_{UH}) e aquecimento (CA_{UH}) da UH e na avaliação do sistema de aquecimento de água são determinados os consumos para atender a demanda de água quente da UH.

No Anexo C são apresentados os procedimentos para a determinação dos percentuais de redução de carga térmica e consumo de energia para refrigeração e aquecimento, quando houver, pelo método de simulação termoenergética. Este Anexo também apresenta o procedimento para determinação do PHFT, da Tomáx e da Tomín. A carga térmica, o PHFT, a Tomáx e a Tomín representam indicadores de desempenho térmico estabelecidos pela ABNT NBR 15575-1, subseção 11.4, cujo procedimento de simulação computacional está incorporado a esta INI-R, dadas as correspondências descritas no item 8.2.1.

No Anexo D são apresentados os procedimentos para determinação do potencial de geração local de energia renovável e dispostas as condições de avaliação de Edificações de Energia Quase Zero (NZEBs) e Edificações de Energia Positiva (EEP).

No Anexo E são estabelecidos os critérios para a determinação do percentual de acréscimo ou redução das emissões de dióxido de carbono (CO_2) da edificação avaliada.

No Anexo F são estabelecidos os critérios para a avaliação do percentual anual de redução do consumo de água potável por meio do seu uso racional.

E, finalmente, no Anexo G são estabelecidos os critérios para avaliação das áreas comuns de edificações multifamiliares ou de condomínios de edificações residenciais.

6. CONDIÇÕES PARA A APLICAÇÃO DOS MÉTODOS DE AVALIAÇÃO da envoltória

Neste item são descritas as condições para aplicação dos métodos prescritivo e simplificado utilizados nesta Instrução Normativa Inmetro para a Classe de Eficiência Energética de Edificações Residenciais.

6.1. Método prescritivo

O método prescritivo, descrito no Anexo A, é aplicável à envoltória de qualquer edificação residencial unifamiliar ou unidade habitacional de edificação multifamiliar, mas permite, apenas, a classificação da envoltória em classe C de eficiência energética.

6.2. Método simplificado

O método simplificado, descrito no Anexo B.I, abrange boa parte das soluções arquitetônicas mais difundidas em edificações residenciais; porém, sua aplicação é restrita às edificações que tenham os seus parâmetros construtivos compreendidos entre os intervalos utilizados na proposição do método, descritos na Tabela 6.1. Os casos não compreendidos pelos limites de aplicação do método simplificado devem ser avaliados pelo método de simulação, descrito no Anexo C.

Os limites de aplicação do método para determinação da carga térmica anual de refrigeração ($CgTR_{real}$) e de aquecimento ($CgTA_{real}$) para o modelo real, assim como do PHFT, Tomáx e Tomín referem-se às propriedades térmicas e geométricas da envoltória, listados na Tabela 6.1.

As propriedades térmicas da envoltória devem ser calculadas conforme a parte 2 da ABNT NBR 15220 em sua versão vigente (ou eventuais normas ou atualizações que venham a substituí-la) ou, ainda, utilizando o catálogo de propriedades térmicas da página do PBE Edifica, disponibilizado em <www.pbeedifica.com.br/catalogodepropriedades>

Parâmetro	Limites do método		Dados da edificação		Área da edificação fora dos limites (m²)
	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	
Absortância solar da cobertura (α_{cob})	0,20	0,80			
Absortância solar das paredes externas (α_{par})	0,20	0,80			
Ângulo de obstrução vizinha (AOV)	0°	80°			
Ângulo horizontal de sombreamento (AHS)	0°	80°			
Ângulo vertical de sombreamento (AVS)	0°	90°			
Capacidade térmica da cobertura (CT_{cob})	0,22 kJ/(m².K)	450 kJ/(m².K)			
Capacidade térmica das paredes (CT_{par})	0,22 kJ/(m².K)	450 kJ/(m².K)			
Densidade de potência de equipamentos (DPE)	4 W/m²	40 W/m²			
Densidade de potência de iluminação (DPI)	4 W/m²	40 W/m²			
Fator solar do vidro (FS)	0,21	0,87			
Pé-direito (PD)	2,6 m	6,6 m			
Percentual de abertura da fachada (PAF)	0%	80%			
Transmitância térmica da cobertura (Ucob)	0,51 W/(m².K)	5,07 W/(m².K)			
Transmitância térmica da parede (Upar)	0,50 W/(m².K)	4,40 W/(m².K)			
Transmitância térmica do vidro (Uvid)	1,9 W/(m².K)	5,7 W/(m².K)			

Possui os elementos abaixo?*	Sim	Não
Abertura Zenital		
Vidro em frente de parede opaca		
Fachada ventilada		
Dispositivos móveis de sombreamento interno automatizados		
Vidros com comportamento dinâmico		

*Caso a resposta seja "sim" para pelo menos um dos elementos acima descritos, deve-se utilizar o método de simulação.

, de de 20 .

_____

Carimbo e assinatura do responsável pelas informações:

(Assinatura, ou assinatura digital)

Nota 1: A absortância solar a ser considerada é a média das absortâncias de cada parcela das paredes, ou cobertura, ponderadas pela área que ocupam, excluindo a absortância das esquadrias e das áreas envidraçadas das aberturas.

Nota 2: A transmitância térmica a ser considerada é a média das transmitâncias de cada parcela das paredes externas (excluindo aberturas), ou cobertura, ponderadas pela área que ocupam.

Nota 3: A capacidade térmica a ser considerada é a média das capacidades de cada parcela das paredes externas (excluindo aberturas), ou cobertura, ponderadas pela área que ocupam.

Nota 4: No modelo real, deve ser avaliada a ocorrência de pontes térmicas nas superfícies externas que compõem os APPs. Quando, na composição das superfícies externas, estiver presente qualquer elemento com coeficiente de transferência térmica ($H_{el,i}$, Equação 6.1) que represente mais do que 20 % do coeficiente de transferência térmica total (H_{total}, Equação 6.2) da superfície, a transmitância térmica e a capacidade térmica deste elemento devem ser consideradas no método simplificado. Essa consideração deve ser realizada por meio da ponderação do valor dessas propriedades pela área que ocupam. O coeficiente de transferência térmica ($H_{el,i}$) deve ser calculado pela equação:

DADOS DA SIMULAÇÃO

PROGRAMA DE SIMULAÇÃO:				VERSÃO:	
EDIFICAÇÃO:					
TIPO DE USO:					
CIDADE (UF):		GRUPO CLIMÁTICO:		ARQUIVO CLIMÁTICO:	
CARACTERÍSTICAS DA EDIFICAÇÃO:					
	Condicionada artificialmente		Naturalmente ventilada		Híbrido
TIPO DE AVALIAÇÃO:					
	Envoltória (obrigatório)		Condicionamento de ar		
	Iluminação		Aquecimento de água		

DADOS DO PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA SIMULAÇÃO

NOME:	CPF:
FORMAÇÃO:	
TELEFONE:	E-MAIL:

Declaro ter seguido o procedimento de Simulação descrito na INI-C e que os dados de saída gerados pelo programa de simulação computacional não foram manipulados de forma a alterar o resultado obtido. Além disso, estou ciente de que o arquivo de entrada da simulação (exemplo: arquivo em formato *.idf, no caso do programa Energy Plus) poderá ser solicitado pelo OIA/PC para a conferência de dados.

(Local e data)

_____

Profissional responsável pela simulação

Nota 5: Para ambientes em que parte da cobertura é exposta e parte é laje entre pavimentos, deve-se considerar cobertura exposta quando 30% ou mais da área de cobertura está exposta.

Nota 6: Para ambientes em que parte do piso está em contato com o solo e laje entre pavimentos, deve-se considerar em contato com o solo quando 30% ou mais da área de piso está em contato com o solo.

Nota 7: Caso um ambiente possua diferentes valores de pé-direito, deve-se adotar um valor médio, de forma que o volume seja mantido.

7. CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE PARA A CLASSIFICAÇÃO A

Para a edificação ser elegível à classificação A de eficiência energética, todas as condições dos sistemas individuais, quando aplicáveis, devem ser atendidas. Os critérios apresentados no item 7.1 devem ser considerados quando a avaliação da envoltória for realizada pelos métodos simplificado ou simulação. Os critérios apresentados no item 7.2 devem ser considerados independentemente do método de avaliação aplicado para a envoltória (prescritivo, simplificado ou simulação).

7.1 Envoltória

Para que a envoltória de edificações condicionadas artificialmente possa ser elegível à classificação A, é necessário atender ao requisito de espessura do isolamento da tubulação de condicionamento de ar.

7.1.1 Sistemas split

Caso a edificação seja entregue com espera para instalação do sistema de condicionamento de ar ou possua sistema instalado, este deve atender ao requisito de isolamento térmico de tubulações para a condução de fluídos. Este requisito deve ser avaliado por equipamento.

A Tabela 7.1 apresenta as espessuras mínimas para o isolamento térmico de tubulações dos sistemas de refrigeração. Para isolamentos térmicos cuja condutividade térmica esteja fora das faixas estipuladas, a espessura mínima deve ser determinada pela Equação 7.1.

Tabela 1 – Documentação para inspeção da envoltória, pelos métodos prescritivo, simplificado e simulação (quando esta for realizada pelo OIA/PC)

Documentos	Informações necessárias
Plantas baixas de todos os pavimentos	— Norte geográfico — Nome dos ambientes — Área de piso dos ambientes — Identificação das esquadrias — Projeção da cobertura e de proteções solares — Linhas de corte com identificação, quando houver
Planta de cobertura	— Identificação dos diferentes materiais e cores utilizados — Aberturas zenitais
Fachadas (todas)	— Identificação dos diferentes materiais e cores utilizados — Indicação das aberturas e proteções solares
Cortes e detalhes que se julguem necessários para o entendimento do projeto	— Identificação do corte com a mesma identificação utilizada em planta baixa — Indicação do pé-direito — Detalhe que permita medir os ângulos de sombreamento, quando aplicável — Cotas de nível e/ou cotas verticais
Propriedades térmicas das paredes externas e coberturas	— Identificação de todas as absortâncias presentes nas paredes externas, coberturas e/ou lajes intermediárias expostas ao ambiente externo — Composições de materiais utilizados nas paredes externas, coberturas e/ou lajes intermediárias expostas ao ambiente externo, contendo a espessura de cada material, incluindo câmaras de ar — Catálogo técnico ou laudo com memória de cálculo (com ART/RRT), comprovando as características dos materiais; quando solicitado pelo OIA/PC — Identificação em projeto da localização de cada absortância e composição de material/ componente — Levantamento amostral: — Informar as áreas das absortâncias presentes nas paredes e coberturas externas, por APP — Identificar em projeto a localização de todas as absortâncias — Informar as áreas e composições de materiais presentes nas paredes externas, por APP — Identificar em projeto a localização de cada composição de material/ componente — Memorial com cálculo da transmitância e capacidade térmica das composições presentes na edificação e não listadas no Anexo E

7.1.2 Sistemas centrais

Devem ser observados os critérios definidos no item 7.1.2.2 da INI-C.

7.2 Sistema de aquecimento de água

Para que o sistema de aquecimento de água da edificação em avaliação possa ser elegível à classificação A, é necessário atender aos critérios de automação para o sistema de recirculação, de controle de acionamento de múltiplos aquecedores e de isolamento térmico de tubulações e reservatórios, quando existentes.

O não cumprimento de algum destes requisitos, quando aplicáveis, possibilita atingir no máximo classificação B de eficiência energética para o sistema de aquecimento de água.

7.2.1 Automação do sistema de recirculação

Quando existente, o circuito de recirculação de água deve possuir um dispositivo de controle automático para o acionamento da recirculação de forma pré-programada. Este dispositivo de controle automático deve funcionar de acordo com uma das seguintes opções:

a) Acionamento associado à temperatura da rede de distribuição;

b) Automação por período pré-programado (ex.: timer);

c) Comando de acionamento manual ou automático em função da demanda de água quente.

7.2.2 Isolamento térmico das tubulações de distribuição e circuito de recirculação

Quando existentes, as tubulações destinadas à distribuição e recirculação de água quente devem ser apropriadas para a função a que se destinam, possuindo isolamento térmico com espessura mínima e condutividade térmica determinadas de acordo com a Tabela 7.2. Estes requisitos são aplicáveis para:

a) Sistemas de aquecimento de água de edificações localizadas nas zonas bioclimáticas 1, 2 e 3;

b) Tubulação de distribuição de água quente com comprimento superior à 300 metros;

c) Tubulação de recirculação de água quente de qualquer comprimento.

Tabela 1 – Documentação para inspeção da envoltória, pelos métodos prescritivo, simplificado e simulação (quando esta for realizada pelo OIA/PC) *(continuação)*

Documentos	Informações necessárias
Projeto e especificação das aberturas externas	— Detalhamento das esquadrias, contendo: — Identificação das aberturas — Indicação da existência de proteções solares (brises e/ou persianas integradas e/ou venezianas etc.) — Identificação do tipo de abertura (de correr, pivotante, etc.) e tipo de vidro (simples, laminado, temperado, etc) Nota: Este detalhamento pode ser dispensado caso seja possível compreender ou identificar todas as características citadas nas plantas, cortes e fachadas — Detalhamento das proteções solares - Elementos de sombreamento que não possam ser verificados e comprovados devem ser desconsiderados — Levantamento *amostral*: — Indicação, no projeto, dos ângulos de sombreamento em planta e corte — Área de superfície dos elementos transparentes por APP (indicação do tipo e quantidade de aberturas/elementos transparentes) — Área efetiva das aberturas para ventilação por APP (indicação do tipo e quantidade de aberturas) **Quadro de esquadrias** — Identificação das aberturas e tipo (de correr, pivotante, com ou sem veneziana, etc.) — Área de superfície do elemento transparente por esquadria — Área efetiva de abertura para ventilação por esquadria — Fator solar dos elementos transparentes (FS) — Transmitância térmica dos elementos transparentes — Nível da etiqueta de desempenho da esquadria, quando aplicável
Documentos contendo informações sobre o entorno (método simplificado e simulação)	— Termo de ciência sobre o entorno (Anexo D) — Fotografias, volumetria e planta de situação e elevações cotadas das edificações vizinhas.
Declaração de atendimento às normas técnicas vigentes e aplicáveis	— Declaração com ART/RRT contendo as normas vigentes e aplicáveis atendidas pelo projeto arquitetônico
Memorial de cálculo para determinação da classe (para avaliações com levantamento amostral)	— Registro detalhado do levantamento, em projeto, das informações necessárias para a avaliação — Memorial de cálculo detalhado para a determinação da classe da envoltória Nota: Cabe ao OIA/PC determinar um modelo de memorial de cálculo, caso julgue necessário

8. PROCEDIMENTO PARA DETERMINAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS UNIFAMILIARES E UNIDADES HABITACIONAIS DE EDIFICAÇÕES MULTIFAMILIARES PELOS MÉTODOS SIMPLIFICADO E DE SIMULAÇÃO

A classificação de eficiência energética das unidades habitacionais (UHs) deve ser realizada por meio do seu percentual de redução do consumo estimado de energia primária ($RedC_{EP}$), comparando-se a edificação na condição real com a condição de referência.

Independentemente do método utilizado, são avaliados dois sistemas individuais: a envoltória e o aquecimento de água. A avaliação da envoltória pelos métodos simplificado e de simulação considera a carga térmica de aquecimento (CgTA), quando houver, e a de refrigeração (CgTR) dos ambientes de permanência prolongada (APPs), bem como considera o percentual de horas de ocupação dentro de uma faixa de temperatura operativa (PHFT) e as temperaturas operativas anuais máxima (Tomáx) e mínima (Tomín). A UH e os sistemas individuais são classificados da classe A (mais eficiente) à classe E (menos eficiente).

Nota: O sistema de condicionamento de ar, descrito no item B.II, auxilia na determinação do consumo para refrigeração e aquecimento da envoltória, dividindo a carga térmica de refrigeração e aquecimento pelo coeficiente de eficiência energética do sistema de condicionamento de ar (CEE) do aparelho. Este sistema, entretanto, não é classificado nas UHs.

O consumo de energia primária da edificação resulta da soma das energias elétrica e térmica, que devem ser devidamente transformadas a partir de seus fatores de conversão, descontando-se a parcela de energia primária referente à geração local de energia renovável, quando existente.

A classificação é obtida para todos os sistemas em conjunto.

8.1 Classificação da eficiência energética da unidade habitacional

A classificação da eficiência energética de unidades habitacionais (UHs) deve ser feita com base no percentual de redução do consumo de energia primária ($RedC_{EP}$) da UH na condição real em comparação à mesma UH em sua condição de referência. O percentual de redução deve ser calculado por meio da Equação 8.1.

Tabela 2 – Documentação para inspeção da envoltória pelo método de simulação

Documento	Informações necessárias
Documentação para o método simplificado	— Documentos descritos na Tabela 1
Declaração de conformidade do profissional responsável pela simulação	— Conforme o Anexo Específico 3
Formulário de Solicitação de Etiquetagem (Anexo B)	— No campo 13 do Anexo B deve ser indicado que a simulação será feita pelo solicitante
Documentos contendo informações sobre o entorno	— Croquis da modelagem do(s) volume(s) das edificações vizinhas, dando preferência ao arquivo de saída do próprio programa, se ele o fornecer — Necessário apenas se for adotada a opção de sombreamento proporcionado pelo entorno.
Croqui da geometria dos modelos	— Divisões das zonas térmicas em escala usual para o tipo de representação e cotado, em arquivo digital, com formato .dxf ou .dwg
Declaração informando o programa computacional utilizado	— O solicitante deverá consultar quais programas de simulação o OIA/PC está apto para realizar as avaliações
Diagnóstico de desempenho térmico, caso o OIA/PC julgue pertinente	— Diagnóstico de desempenho térmico para o procedimento de simulação computacional conforme Anexo A, subseção A.3, da ABNT NBR 15575-1
Relatório das propriedades térmicas	— Especificação das propriedades dos componentes opacos, como espessura (m), condutividade térmica (W/(m.K)), densidade (kg/m3), calor específico (kJ/(kg.K)), emissividade (ondas longas), absortância solar (ondas curtas) — Especificação das propriedades térmicas e ópticas dos componentes transparentes e translúcidos (espessura, transmitância solar, transmitância visível, emissividade, etc.) — Verificação da ocorrência de pontes térmicas nas superfícies externas que compõem os APPs, conforme descrito na ABNT NBR 15575-1. Se identificada a necessidade de representação das pontes térmicas na simulação, os materiais que a compõem também devem ter as suas propriedades especificadas — Caso o programa não emita tais relatórios, enviar imagens de cópia de telas que confirmem tais informações

Tabela 2 – Documentação para inspeção da envoltória pelo método de simulação *(continuação)*

Documento	Informações necessárias
Memorial de simulação	— Identificação e qualificação do profissional simulador — Padrões de uso dos diversos sistemas e ocupação das zonas térmicas — Uso de sombreamento das aberturas — Lista de considerações adotadas na modelagem virtual para representar a edificação real, bem como limitações do programa na simulação de determinadas estratégias de eficiência — Relatório resumo dos dados de entrada no formato do programa de simulação adotado. Caso o programa não emita tais relatórios, enviar imagens de cópia de telas que confirmem tais informações — Deve ser emitido para o modelo real e para o modelo de referência, com e sem ventilação natural — Incluir: área de piso dos APPs, composição e propriedades físicas dos componentes construtivos (transmitância térmica, absortância, fator solar de elementos transparentes), dados de carga interna e ocupação de cada APP (iluminação, equipamentos, pessoas) — Relatório resumo dos dados de saída no formato do programa de simulação adotado. Caso o programa não emita tais relatórios, enviar imagens de cópia de telas que confirmem tais informações — Origem do arquivo climático

[6] https://www.pbeedifica.com.br/fatoresconversaoINIs

Para a classificação da UH sem a geração de energia, o consumo de energia primária total da UH na condição real (CEPT,real) deve ser determinado sem a parcela relativa à energia gerada por fontes locais de energia renovável, conforme a Equação 8.4. Na sequência, este consumo deve ser comparado ao consumo de energia primária da edificação em sua condição de referência (CEP,ref), determinado conforme a Equação 8.3.

Tabela 3 – Documentação para inspeção do sistema de condicionamento de ar

Documentos	Informações necessárias
Projeto do sistema de condicionamento de ar ou declaração	— Especificação dos equipamentos, incluindo capacidade dos equipamentos e eficiência de acordo com método adotado (COP, CSPF ou IDRS) — Localização e identificação dos equipamentos por APP
Laudo/catálogo técnico ou declaração	— Laudo/catálogo técnico do fabricante, contendo coeficiente de eficiência de acordo com o método de avaliação (COP, CSPF ou IDRS); ou — Laudo/catálogo técnico contendo as informações necessárias para o cálculo do CSPF ou SPLV; ou — Declaração contendo o coeficiente de eficiência dos equipamentos
Memorial descritivo	— Isolamento térmico das tubulações, incluindo espessura e condutividade térmica do isolamento térmico e diâmetro da tubulação, quando aplicável
Declaração de atendimento às normas técnicas vigentes e aplicáveis	— Declaração com ART/RRT contendo as normas vigentes atendidas pelo projeto de condicionamento de ar

O consumo total de energia elétrica da UH na condição real (CEE,real, Equação 8.5) e na condição de referência (CEE,ref, Equação 8.6) é composto pela soma dos consumos para refrigeração (CR), para aquecimento (CA), para aquecimento de água proveniente de fontes de energia elétrica (CAAE) e consumo médio estimado dos equipamentos (CEQ).

Tabela 4 - Documentação para inspeção do sistema de aquecimento de água

Documentos	Informações necessárias
Projeto hidrossanitário do sistema de aquecimento de água	— Planta baixa e detalhamentos necessários — Localização e identificação dos equipamentos de cada sistema — Quantidade, localização, área de cada coletor termossolar, ângulo de orientação em relação ao norte geográfico, quando existente — Localização dos reservatórios e especificações, como espessura e material do isolamento, quando existente — Comprimento das tubulações de água quente e especificações, como a espessura e material do isolamento, quando existentes — O projeto deve estar compatibilizado com o projeto arquitetônico
Laudo ou catálogo técnico	— Isolamento térmico das tubulações, incluindo espessura e condutividade térmica do material e diâmetro das tubulações — Especificações técnicas dos equipamentos, incluindo: eficiência, rendimento e classificação de acordo com PBE Especificações técnicas dos coletores solares, quando existentes. Incluindo: fator de eficiência óptica, o coeficiente global de perdas do coletor, dimensões, eficiência e classificação de acordo com PBE — Especificações técnicas dos reservatórios, quando existentes. Incluindo: capacidade (litros), eficiência e classificação de acordo com PBE
Memorial descritivo	— Descrição do tipo de sistema de aquecimento de água utilizado, incluindo sistema de backup, quando existente — Descrição do sistema de recirculação, quando existente — Volume de armazenamento dos reservatórios — Isolamento térmico das tubulações, incluindo espessura e condutividade térmica do material, diâmetro e comprimento das tubulações — Descrição do atendimento às condições de elegibilidade para a classificação A, quando aplicável
Memorial de cálculo para levantamento amostral	— Cálculo da Energia para Aquecimento, de acordo com o sistema adotado na edificação — Cálculo das perdas térmicas na tubulação provenientes do sistema de distribuição — Cálculo das perdas térmicas no sistema de recirculação — Cálculo das perdas no reservatório de água quente — Comprovação de atendimento às condições de elegibilidade para a classificação A, quando necessário — Registro detalhado do levantamento, em projeto, das informações necessárias para a avaliação — Memorial de cálculo detalhado para a determinação da classe do sistema Nota: Cabe ao OIA determinar um modelo de memorial de cálculo, caso necessário
Declaração de atendimento às normas técnicas vigentes e aplicáveis	— Declaração com ART/RRT contendo as normas vigentes atendidas pelo projeto de aquecimento de água

Nota: UHs que utilizam fontes de energia térmica para o atendimento da demanda de água quente e/ou aquecimento ambiental terão sempre como condição de referência o consumo de energia de fonte elétrica.

A UH pode ser classificada de A até E. As escalas foram definidas em função do tipo de sistema de aquecimento de água (com ou sem acumulação), por serem sistemas de eficiências, funcionamento e consumo distintos.

Edificações energeticamente eficientes, e que tenham sistemas de geração de energia renovável instalados localmente, podem ser avaliadas como "Edificações de Energia Quase Zero" ou "Edificações de Energia Positiva", segundo os critérios apresentados no Anexo D.

A escala de classificação da UH é apresentada na Tabela 8.2, com intervalos estabelecidos a partir do valor do percentual de redução do consumo em energia primária da UH ($RedC_{EP}$), do sistema de aquecimento de água (SAA) e da zona bioclimática (ZB).

Tabela 8.1 – Fatores de conversão de energia elétrica e térmica em energia primária

Fonte de energia	Fator de conversão	
Energia elétrica	fc_E	1,6
Energia térmica - Gás Natural (GN)	fc_T	1,1
Energia térmica - Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)	fc_T	1,1

$$C_{EP,real} = (C_{EE,real} \cdot fc_E) + (C_{ET,real} \cdot fc_T) - (G_{EE} \cdot fc_E) \quad \textbf{Equação (8.2)}$$

Onde:
$C_{EP,real}$ é o consumo de energia primária da edificação real (kWh/ano);
$C_{EE,real}$ é o consumo total de energia elétrica da edificação real (kWh/ano);
$C_{ET,real}$ é o consumo total de energia térmica da edificação real (kWh/ano);
G_{EE} é a energia gerada por fontes locais de energia renovável (kWh/ano);
fc_E é o fator de conversão de energia elétrica em energia primária;
fc_T é o fator de conversão de energia térmica em energia primária.

8.2 Classificação da eficiência energética dos sistemas individuais

8.2.1 Determinação da classificação de eficiência energética da envoltória

A classificação da envoltória segue o procedimento de simulação computacional de avaliação do desempenho térmico, descrito na subseção 11.4 da ABNT NBR 15575-1, apresentando as seguintes equivalências:

- Classe A = Desempenho superior da ABNT NBR 15575-1: avalia o modelo real no atendimento dos critérios do nível mínimo, assim como quanto ao incremento do $PHFT_{UH}$ e à redução da carga térmica total ($RedCgTT_{UH}$) do modelo real em relação ao modelo de referência. Em comparação com o nível intermediário, o atendimento ao nível superior diferencia-se na obtenção de reduções mais elevadas da carga térmica total ($CgTT_{UH}$);

- Classe B = Desempenho intermediário da ABNT NBR 15575-1: avalia o modelo real no atendimento dos critérios do nível mínimo, assim como quanto ao incremento do $PHFT_{UH}$ e à redução da carga térmica total ($CgTT_{UH}$) do modelo real em relação ao modelo de referência;

- Classe C = Desempenho mínimo da ABNT NBR 15575-1 com adição de critério de carga térmica: avalia o $PHFT_{UH}$ e a temperatura operativa anual máxima ($Tomáx_{UH}$) da UH do modelo real em relação ao modelo de referência. Para edificações localizadas nas zonas bioclimáticas 1, 2, 3 ou 4, também deve ser avaliada a temperatura operativa anual mínima ($Tomín_{UH}$). Adicionalmente aos critérios da NBR 15575-1 para o nível mínimo de desempenho térmico, o atendimento à classe C requer que a carga térmica total ($CgTT_{UH}$) do modelo real seja menor ou igual à $CgTT_{UH}$ do modelo de referência;

- Classe D = Desempenho mínimo da ABNT NBR 15575-1, considerando também um critério de carga térmica que permite que o modelo real obtenha carga térmica total ($CgTT_{UH}$) superior ao modelo de referência, dentro de uma proporção preestabelecida;

- Classe E = Desempenho inferior ao mínimo da ABNT NBR 15575-1 e em desacordo com o critério de carga térmica total da classe D de eficiência energética.

Os critérios para atendimento aos níveis de desempenho térmico da ABNT NBR 15575-1 são apresentados nos itens 8.2.1.1 a 8.2.1.4, considerando ajustes para a equivalência às classes de eficiência energética desta INI-R.

8.2.1.1 Percentual de horas de ocupação da UH dentro de uma faixa de temperatura operativa ($PHFT_{UH}$)

Para o atendimento ao critério de $PHFT_{UH}$ nas classes C e D, o modelo real deve apresentar, ao longo de um ano e durante os períodos de ocupação dos APPs, $PHFT_{UH,real}$ que seja superior a 90% do obtido para o modelo de referência ($PHFT_{UH,ref}$), conforme Tabela 8.3.

Tabela 5 – Documentação para inspeção do sistema de geração local de energia renovável

Documentos	Informações necessárias
Planta de cobertura e/ou de implantação	— Localização do sistema de geração local de energia renovável (módulos fotovoltaicos, aerogeradores, etc.) — Indicação do norte geográfico
Memorial de cálculo	— Quantidade e características dos equipamentos geradores — Quantidade e características dos inversores — Orientação e inclinação dos equipamentos, quando pertinente — Cálculo da estimativa de energia anual gerada — Características geográficas do local de instalação (latitude, longitude, irradiação solar, radiação solar, etc.) — Soluções para armazenamento de energia, caso houver — Declaração com ART/RRT contendo as normas vigentes atendidas pelo projeto
Catálogos técnicos	— Especificações técnicas dos equipamentos

Tabela 6 – Documentação para a inspeção do uso racional de água

Documentos	Informações necessárias
Projeto hidrossanitário e/ou planta baixa com identificação dos pontos de consumo de água	— Identificação dos pontos de consumo de água — Descrição dos equipamentos economizadores de água — Identificação dos pontos de consumo que possuem equipamentos economizadores, com identificação do equipamento — Catálogos técnicos com as características dos equipamentos economizadores; caso o OIA/PC julgue necessário
Projeto e/ou memorial do sistema de uso de água não potável, quando houver	— Características do sistema de uso de água não potável — Indicação do método de cálculo das normas ABNT NBR pertinentes utilizado — Memória de cálculo do volume de água não potável estimado — Características pluviométricas, quando incorporado um sistema de uso de água pluvial — Outras características técnicas relevantes
Declaração de atendimento às normas técnicas vigentes e aplicáveis	— Declaração com ART/RRT contendo as normas vigentes atendidas pelo projeto

8.2.1.3 Carga térmica total da UH ($CgTT_{UH}$)

O critério de $CgTT_{UH}$ é considerado conforme Tabela 8.4, onde a $RedCgTT_{mín}$ representa o percentual mínimo de redução da $CgTT_{UH,real}$ em relação à $CgTT_{UH,ref}$.

Para o atendimento deste critério na classe D, o modelo real deve possuir $CgTT_{UH,real}$ superior à obtida para o modelo de referência ($CgTT_{UH,ref}$) em proporção limitada aos valores da Tabela 8.5.

O atendimento à classe C está condicionado à obtenção de $CgTT_{UH,real}$ inferior ou igual à $CgTT_{UH,ref}$, ou seja, a RedCgTT deve ser maior ou igual a zero.

O atendimento às classes B e A requer a obtenção de redução percentual mínima da $CgTT_{UH,real}$ em relação à $CgTT_{UH,ref}$, conforme Tabela 8.6 e Tabela 8.7, respectivamente. O cálculo da RedCgTT deve ser realizado conforme apresentado na Equação 8.12.

Tabela 7 – Documentação para inspeção do sistema de iluminação

Documentos	Informações necessárias
Projeto luminotécnico e/ou elétrico ou declaração	— Identificação dos ambientes — Tipos de luminárias com a sua descrição, controles de acionamento independentes e controles automatizados — Equipamentos de automação e indicação dos conjuntos de luminárias atendidas
Luminárias (projeto ou declaração)	— Tipo de luminária — Quantidade de lâmpadas por luminária — Potência das lâmpadas, reatores e transformadores — Equipamentos de automação e luminárias atendidas — Catálogo técnico, laudo e/ou memória de cálculo que comprove as características dos equipamentos, quando solicitado pelo OIA/PC — Levantamento amostral: Quantidade de luminárias por tipo de luminária e tipologia da edificação
Declaração de atendimento às normas técnicas vigentes e aplicáveis	— Declaração com ART/RRT contendo as normas vigentes atendidas pelo projeto luminotécnico
Memorial de cálculo para determinação da classe (para avaliações com levantamento amostral)	— Registro detalhado do levantamento, em projeto, das informações necessárias para a avaliação — Memorial de cálculo detalhado para a determinação da classe do sistema Nota: Cabe ao OIA/PC determinar um modelo de memorial de cálculo, caso necessário

Tabela 8 – Documentação para inspeção de bombas e motobombas

Documentos	Informações necessárias
Declaração	— Identificação do equipamento, potência, quantidade e classificação no PBE — Relação entre equipamento e sistema atendido — Edificações multifamiliares: — Área total construída — Número de banheiros — Número de dormitórios por UH — Número de vagas de garagem por UH — Condomínios de edificações residenciais — Residências abastecidas por caixa d'água coletiva e número de dormitórios — Área de jardins cuja irrigação provém de caixas d'água coletivas — Declaração com ART/RRT contendo as normas vigentes atendidas pelas bombas e motobombas
Memorial de cálculo para determinação da classe (para avaliações com levantamento amostral)	— Registro detalhado do levantamento, em projeto, das informações necessárias para a avaliação — Memorial de cálculo detalhado para a determinação da classe do sistema Nota: Cabe ao OIA/PC determinar um modelo de memorial de cálculo, caso necessário

Tabela 9 – Documentação para inspeção dos elevadores

Documentos	Informações necessárias
Declaração	— Quantidade, tipo, velocidade nominal, categoria de uso, número de paradas, distância média de viagem e carga nominal do(s) elevador(es) — Declaração com ART/RRT contendo as normas vigentes atendidas pelo elevador
Laudo do fabricante	— Relatório técnico com classificação — Deve incluir: demanda específica total de energia do elevador (mWh/(kg.m)), demanda de energia diária em standby, demanda de energia diária em viagem, tempo médio de viagem (h/dia), tempo médio em standby (h/dia), carga nominal e velocidade nominal do(s) elevador(es)

Tabela 10 – Documentação para inspeção do sistema de condicionamento de ar

Documentos	Informações necessárias
Declaração	— Especificação dos equipamentos, incluindo capacidade de resfriamento, eficiência e consumo nominal e classificação no PBE — Identificação dos equipamentos instalados em cada ambiente e quantidade — Declaração com ART/RRT contendo as normas vigentes atendidas pelo sistema de condicionamento de ar

Nota 1: Nas Tabelas 8.5, 8.6 e 8.7, a $CgTT_{UH,ref}$ deve ser analisada em relação à $A_{p,UH}$, que representa a soma das áreas de piso de todos os APPs da UH ($A_{p,APP}$), em metros quadrados.

Nota 2: Caso ateste-se que a UH em análise não necessita do uso de sistemas de climatização de ar, ao longo de todo o ano, a classe A pode ser obtida se o $PHFT_{UH}$ do modelo real for igual ou superior à 95%. O modelo real também deve atender ao critério de temperaturas operativas anuais máxima e mínima ($Tomáx_{UH}$ e $Tomín_{UH}$). Mesmo quando atendidas estas condições, também devem ser calculadas as cargas térmicas de refrigeração e de aquecimento, quando houver, por meio da simulação considerando a utilização dos APPs sem o uso da ventilação natural, conforme descrito na ABNT NBR 15575-1, subseção 11.4.7.4.

Nota 3: A aplicação das Tabelas 8.5, 8.6 e 8.7 e da Figura 8.1 em edificações multifamiliares deve considerar:

Declaração de atendimento aos limites de aplicação do método simplificado da INI-RUH

Parâmetro	Limites do método		Dados da edificação	
	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo
Absortância solar da cobertura (α_{cob})	0,20	0,90		
Absortância solar das paredes externas (α_{par})	0,20	0,90		
Ângulo horizontal de sombreamento da fachada direito e esquerdo (AHF_D e AHF_E)	0°	80°		
Ângulo vertical de sombreamento da fachada (AVS_{FAC})	0°	55°		
Ângulo vertical de obstrução do entorno (AVE)	0°	60°		
Área de piso do ambiente de permanência prolongada	5 m²	100 m²		
Área de piso do ambiente de permanência transitória	2 m²	100 m²		
Área de superfície dos elementos transparentes	0 m²	60 m²		
Capacidade térmica da cobertura (CT_{cob})	25 kJ/(m².K)	550 kJ/(m².K)		
Capacidade térmica das paredes externas (CT_{par})	26 kJ/(m².K)	440 kJ/(m².K)		
Capacidade térmica do piso (CT_{piso})	25 kJ/(m².K)	440 kJ/(m².K)		
Ângulo de desvio da parede norte em relação ao norte verdadeiro	-45º	45º		
Dimensão horizontal da parede externa (por orientação)	0 m	15 m		
Dimensão horizontal da parede interna em contato com sala	0 m	65 m		
Dimensão horizontal da parede interna em contato com dormitório	0 m	60 m		
Dimensão horizontal da parede interna em contato com APT	0 m	50 m		
Área efetiva de abertura para ventilação	0 m²	60 m²		
Fator solar do elemento transparente (FS)	0,20	0,87		
Pé-direito (PD)	2,40 m	7,50 m		
Transmitância térmica da cobertura (U_{cob})	0,45 W/(m².K)	3,80 W/(m².K)		
Transmitância térmica das paredes externas (U_{par})	0,24 W/(m².K)	4,40 W/(m².K)		
Transmitância térmica do piso (U_{piso})	0,70 W/(m².K)	4,10 W/(m².K)		
Transmitância térmica do elemento transparente	2,50 W/(m².K)	5,87 W/(m².K)		

, de de 20 .

Carimbo e assinatura do responsável pelas informações:

(Assinatura ou assinatura digital)

8.2.2 Determinação da classificação de eficiência energética do sistema de aquecimento de água

A classificação de eficiência energética do sistema de aquecimento de água baseia-se no percentual de redução de consumo de energia primária necessário para atender a demanda de água quente da edificação, calculado de acordo com o Anexo B.III, subitem B.III.1. O limite inferior do percentual de redução ($RedC_{AA}$) para cada intervalo de classificação varia de acordo o tipo de sistema empregado - com ou sem acumulação - conforme Tabela 8.8. Caso o valor de $RedC_{AA}$ for negativo, o sistema de aquecimento de água recebe a classificação E.

Tabela 8.8 - Limites dos intervalos das classificações de eficiência energética de acordo com o tipo de sistema para o aquecimento de água

DADOS DA SIMULAÇÃO		
PROGRAMA DE SIMULAÇÃO:		VERSÃO:
EDIFICAÇÃO:		
TIPO DE USO:		
CIDADE (UF):	ZONA BIOCLIMÁTICA:	ARQUIVO CLIMÁTICO:
CARACTERÍSTICAS DA EDIFICAÇÃO:		
	UH de edificação unifamiliar	
	UH de edificação multifamiliar	

DADOS DO PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA SIMULAÇÃO	
NOME:	CPF:
FORMAÇÃO:	
TELEFONE:	E-MAIL:

Declaro ter seguido o procedimento de simulação descrito na INI-R e que os dados de saída gerados pelo programa de simulação computacional não foram manipulados de forma a alterar o resultado obtido. Além disso, estou ciente de que o arquivo de entrada da simulação (exemplo: arquivo em formato *.idf, no caso do programa **Energy Plus**) poderá ser solicitado pelo OIA/PC para a conferência de dados.

(Local e data)

_____

Profissional responsável pela simulação

9. PROCEDIMENTO PARA DETERMINAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DAS ÁREAS DE USO COMUM

Este item tem por objetivo estabelecer os critérios para avaliação de áreas de uso comum (AUC) de edificações multifamiliares ou de condomínios de edificações residenciais (não se aplica às edificações unifamiliares).

A classificação deve ser realizada por meio do percentual de redução do consumo estimado de energia primária das áreas de uso comum ($RedC_{EP,AUC}$), comparando-se a condição real com sua condição de referência.

Para a classificação das AUC são avaliados cinco sistemas individuais: a iluminação artificial, as bombas e motobombas, os elevadores, o sistema de condicionamento de ar e o sistema de aquecimento de água. Além destes cinco sistemas, é adicionado o consumo médio estimado de outros equipamentos.

No sistema de iluminação artificial é avaliado o percentual de redução do consumo de iluminação ($RedC_{IL}$) da área de uso comum na condição real ($C_{IL,real}$) em relação à condição de referência ($C_{IL,refD}$).

O consumo das motobombas (C_B) leva em consideração o volume de água que deve ser elevado e a sua capacidade horária de bombeamento.

Para os elevadores, o cálculo do consumo anual (C_{ELEV}) e a avaliação da classe de eficiência energética seguem a metodologia das normas ISO 25745-1 e ISO 25745-2.

No sistema de condicionamento de ar avalia-se o coeficiente de eficiência energética de cada aparelho, conforme classificação no PBE. O consumo estimado para o sistema de condicionamento de ar da AUC (C_{AC}) na condição real e na condição de referência pode ser realizado com base na classificação por COP ou IDRS.

A avaliação do sistema de aquecimento de água é realizada por meio da redução do consumo do sistema na condição real em relação à condição de referência ($RedC_{AA,AUC}$), seguindo o mesmo procedimento descrito para avaliação do sistema de aquecimento de água das unidades habitacionais.

Os sistemas individuais são classificados da classe A (mais eficiente) à classe E (menos eficiente).

O consumo de energia primária da AUC resulta da soma das energias elétrica e térmica, que devem ser devidamente transformadas a partir de seus fatores de conversão, descontando-se a parcela de energia primária referente à geração local de energia renovável, quando existente.

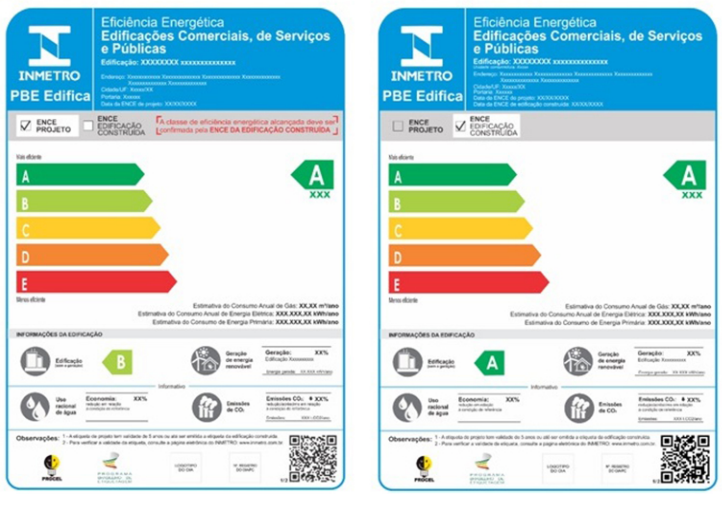
A classificação das áreas de uso comum é obtida para todos os sistemas em conjunto, considerando os requisitos aplicáveis ao empreendimento, que são aqueles referentes aos espaços e equipamentos existentes nas áreas comuns. Por exemplo: se a edificação não possuir elevadores, o item correspondente não é aplicável e pode ser desconsiderado da classificação.

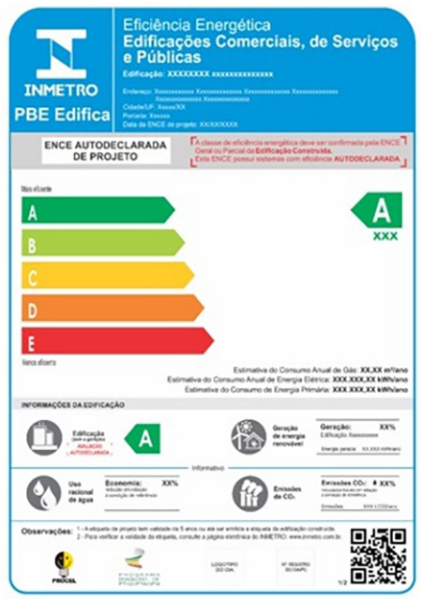
Nota: Se estiver previsto sistema de condicionamento de ar e/ou sistema de aquecimento de água e o empreendimento for entregue sem estes equipamentos, o empreendedor deve entregar a especificação mínima ao futuro proprietário juntamente com uma carta de crédito ou outra forma que possibilite a aquisição dos equipamentos para sua instalação posterior, sendo esta especificação utilizada para a avaliação.

9.1 Classificação da eficiência energética das áreas de uso comum

A determinação da classificação da eficiência energética das áreas de uso comum deve ser feita com base no percentual de redução do consumo estimado de energia primária ($RedC_{EP,AUC}$) das áreas de uso comum na condição real em comparação com características de referência. O percentual de redução deve ser calculado por meio da Equação 9.1 e a classificação obtida na Tabela 9.1 (para AUC sem elevador) e na Tabela 9.2 (para AUC com elevador).

A) Etapa de projeto **B)** Etapa da edificação construída





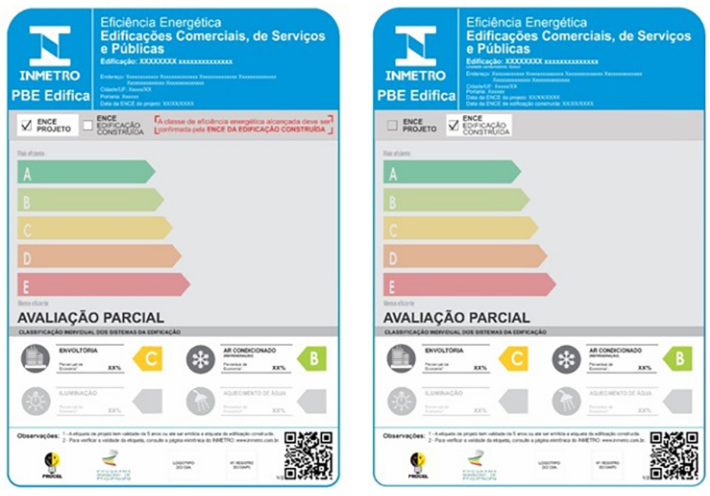
O consumo de energia primária das áreas de uso comum na condição real ($C_{EP,AUC,real}$) e na condição de referência ($C_{EP,AUC,ref}$) deve ser calculado conforme as equações 9.2 e 9.3, respectivamente.

O consumo de energia primária das áreas de uso comum na condição real é definido pela soma de seu consumo estimado de energia elétrica ($C_{EE,AUC,real}$, Equação 9.4) e térmica ($C_{ET,AUC,real}$, Equação 9.7), multiplicado pelos respectivos fatores de conversão (fc_E e fc_T), descontando-se a parcela de energia primária referente à geração local de energia renovável, quando existente.

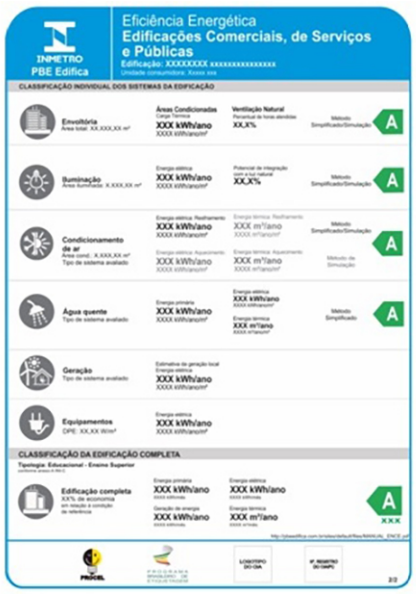
O consumo de energia primária das áreas de uso comum na condição de referência ($C_{EP,AUC,ref}$) é definido pelo consumo estimado de energia elétrica ($C_{EE,AUC,ref}$, Equação 9.5), multiplicado pelo seu respectivo fator de conversão (fc_E). Na condição de referência não pode ser considerada a parcela de energia primária referente à geração local de energia renovável, caso existente.

Os fatores de conversão para energia primária variam de acordo com a fonte de energia empregada: energia elétrica (fc_E) e térmica (fc_T). Devem ser considerados os valores expressos na Tabela 8.1, conforme a fonte de energia utilizada na edificação.

A) Etapa de projeto **B)** Etapa da edificação construída



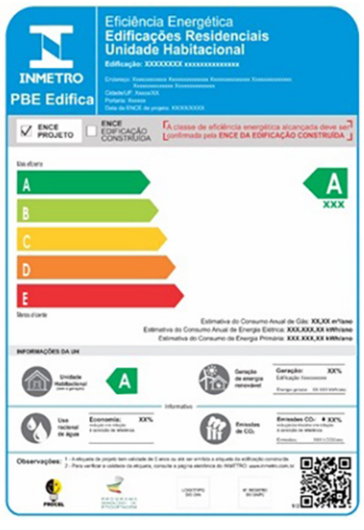
O consumo total de energia elétrica das áreas de uso comum na condição real ($C_{EE,AUC,real}$, Equação 9.4) e na condição de referência ($C_{EE,AUC,ref}$, Equação 9.5) é composto pela soma dos consumos para iluminação ($C_{IL,real}$ ou $C_{IL,ref}$), consumo para bombas ($C_{B,real}$ ou $C_{B,ref}$), consumo para elevadores ($C_{ELEV,real}$ ou $C_{ELEV,ref}$), condicionamento de ar ($C_{AC,real}$ ou $C_{AC,ref}$), para aquecimento de água proveniente de fontes de energia elétrica ($C_{AAE,AUC,real}$ ou $C_{AAE,AUC,ref}$) e consumo médio estimado dos equipamentos ($C_{EQ,AUC}$).



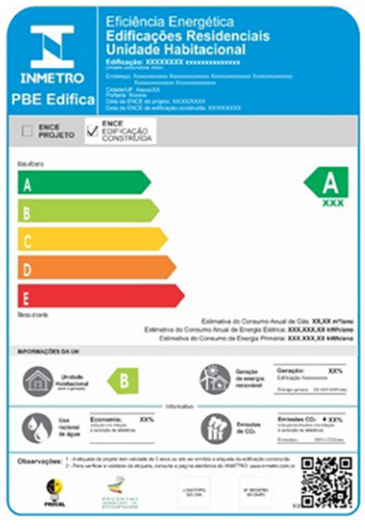
Nota: A potência dos equipamentos (Pi) para as áreas de uso comum na condição real e sua condição de referência deve ser a mesma, e pode utilizada a densidade de potência de equipamentos em uso (DPE) obtida na Tabela G.2 do Anexo G ou por levantamento fornecido pelo projetista incluindo memorial de cálculo e declaração de responsabilidade técnica (ART/RRT).

O consumo total de energia térmica das áreas de uso comum é exclusivo da condição real ($C_{ET,AUC,real}$), sendo equivalente ao consumo do sistema de aquecimento de água em energia térmica, quando existente, conforme Equação 9.7.

A) Etapa de projeto



B) Etapa da edificação construída



9.2 Classificação da eficiência energética dos sistemas individuais das AUC

9.2.1 Determinação da classificação de eficiência energética do sistema de iluminação

A escala relativa à classificação de eficiência energética do sistema de iluminação deve ser elaborada com base no percentual de redução do consumo do sistema de iluminação da classificação D ($C_{IL,refD}$) para a classificação A ($C_{IL,refA}$). A definição das classes intermediárias da escala resulta da divisão do intervalo entre as classes D e A em três partes, "i", conforme Equação 9.8.

$$C_{EP,refD} = (C_{EE,refD} \cdot fc_E) \qquad \textbf{Equação (8.3)}$$

Onde:
$C_{EP,refD}$ é o consumo de energia primária da edificação na condição de referência (kWh/ano);
$C_{EE,refD}$ é o consumo total de energia elétrica da edificação na condição de referência (kWh/ano);
fc_E é o fator de conversão de energia elétrica em energia primária;
Para a classificação geral da edificação sem a geração de energia, o consumo de energia primária total da edificação real ($C_{EPT,real}$) deve ser determinado sem a parcela relativa à energia gerada por fontes locais de energia renovável, conforme a Equação 8.4. Na sequência, este consumo deve ser comparado ao consumo de energia primária da edificação em sua condição de referência ($C_{EP,refD}$), determinado conforme a Equação 8.3.

$$C_{EPT,real} = (C_{EE,real} \cdot fc_E) + (C_{ET,real} \cdot fc_T) \qquad \textbf{Equação (8.4)}$$

Onde:
$C_{EPT,real}$ é o consumo de energia primária total da edificação real, sem a parcela relativa à geração de energia renovável (kWh/ano);
$C_{EE,real}$ é o consumo total de energia elétrica da edificação real (kWh/ano);
$C_{ET,real}$ é o consumo total de energia térmica da edificação real (kWh/ano);
fc_E é o fator de conversão de energia elétrica em energia primária;
fc_T é o fator de conversão de energia térmica em energia primária.

9.2.2 Determinação da classificação de eficiência energética das bombas e/ou motobombas

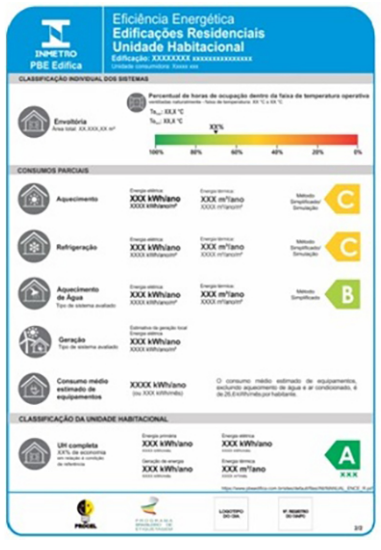
A classificação de eficiência energética das bombas e/ou motobombas baseia-se no percentual de redução de consumo em energia primária para o bombeamento de água ($RedC_B$), calculado de acordo com o item G.II do Anexo G. Os limites de redução de consumo das bombas e/ou motobombas, para cada intervalo de classificação, variam de acordo com a Tabela 9.4.



9.2.3 Determinação da classificação de eficiência energética dos elevadores

A classificação de eficiência energética dos elevadores na condição real é dada em função de seus consumos energéticos diários, calculados conforme as metodologias descritas nas normas ISO 25745-1 e ISO 25745-2.

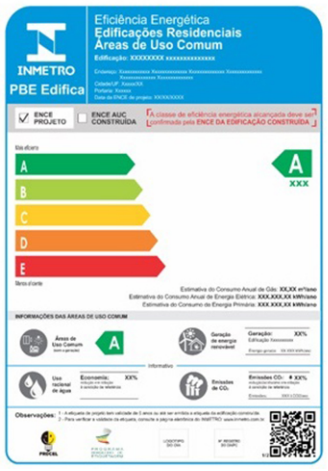
Caso haja mais de um elevador na edificação, com diferentes consumos e/ou classificações energéticas, deve-se calcular o coeficiente de ponderação para a determinação da classificação do conjunto de elevadores ($Coef_{ELEV}$). Para tanto, deve-se multiplicar o consumo dos elevadores por seus respectivos coeficientes relativos à eficiência (Cef_{ELEV}), descritos na Tabela 9.5, e dividir esse valor pela somatória dos consumos, conforme Equação 9.9, de forma a obter o coeficiente de ponderação para a determinação da classificação do conjunto de elevadores da edificação ($Coef_{ELEV}$). Uma vez obtido o $Coef_{ELEV}$, os valores relativos à eficiência do sistema devem ser comparados com os valores da Tabela 9.6. Para edificações onde todos os elevadores possuam a mesma classificação, esse cálculo é dispensado, sendo adotada tal classificação como a do sistema.



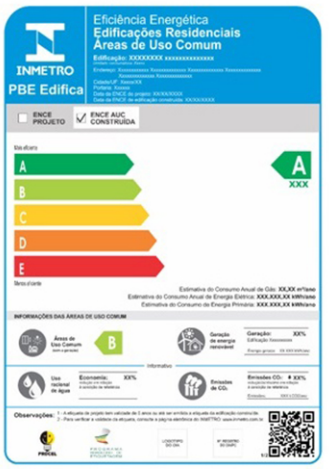
9.2.4 Determinação da classificação de eficiência do sistema de condicionamento de ar

A classificação de eficiência energética do sistema de condicionamento de ar das AUC deve ser obtida por meio da classificação de eficiência energética de cada equipamento, representada pelo coeficiente de eficiência energética (CEE_R), descrito no item B.II.1, multiplicado pela potência do respectivo equipamento. Caso haja mais de um tipo de equipamento ou equipamentos com classificações diferentes, deve-se realizar uma ponderação, conforme Equação 9.10. A Tabela 9.7 apresenta os intervalos para a classificação do sistema de condicionamento de ar.

A) Etapa de projeto



B) Etapa da edificação construída



9.2.5 Determinação da classificação de eficiência energética do sistema de aquecimento de água

A classificação de eficiência energética do sistema de aquecimento de água baseia-se no percentual de redução do consumo de energia primária necessário para atender a demanda de água quente das áreas de uso comum, calculado de acordo com o item G.V do Anexo G. O limite inferior do percentual de redução ($RedC_{AA}$) para cada intervalo de classificação varia de acordo o tipo de sistema empregado - com ou sem acumulação - conforme a Tabela 8.8.

ANEXO A - MÉTODO PRESCRITIVO

Este Anexo tem por objetivo estabelecer os critérios para a determinação da eficiência energética da envoltória da UH pelo método prescritivo.

A.1 Envoltória

O método prescritivo avalia os sistemas de vedações verticais externas (SVVE) quanto aos valores de transmitância térmica (U_{par}), capacidade térmica (CT_{par}), percentual de abertura para ventilação ($P_{v,APP}$), percentual de elementos transparentes ($P_{t,APP}$) e área de superfície dos elementos transparentes ($A_{t,APP}$) em relação aos critérios que indicam valores de referência para estes parâmetros, descritos na ABNT NBR 15575-4, Seção 11.

As coberturas são avaliadas quanto à sua transmitância térmica (U_{cob}), adotando-se o mesmo procedimento de comparação com um valor de referência, conforme descritos na ABNT NBR 15575-5, Seção 11.

A obtenção do desempenho térmico mínimo, por meio do atendimento aos critérios para os sistemas de vedações verticais externas (SVVEs) e de coberturas, conduz à classificação C de eficiência da envoltória. Caso algum requisito não seja atendido no método prescritivo, ou para obtenção de classificação mais elevada na envoltória (classes B ou A), esta deve ser avaliada pelo método simplificado ou de simulação.

A.2 Consumo estimado de energia elétrica

A Tabela A.1 apresenta os consumos anuais estimados de energia elétrica, por metro quadrado, para refrigeração e aquecimento dos APPs (sala e dormitório) pelo método prescritivo.

Tabela A.1 - Consumo estimado para refrigeração e aquecimento dos APPs

Zona bioclimática	Sala (kWh/m².ano)		Dormitório (kWh/m².ano)	
	Aquecimento	Refrigeração	Aquecimento	Refrigeração
ZB1	1,5	5,8	9,3	0,1
ZB2	3,0	22,7	11,2	11,9
ZB3	0,3	21,1	2,5	7,6
ZB4	0,0	50,0	0,0	21,3
ZB5	0,0	45,7	0,0	27,1
ZB6	0,0	48,6	0,0	13,2
ZB7	0,0	76,0	0,0	39,8
ZB8	0,0	84,8	0,0	70,6

ANEXO B - MÉTODO SIMPLIFICADO

Este Anexo tem por objetivo estabelecer os critérios para a determinação do consumo energético dos sistemas individuais inerentes às edificações residenciais a partir da utilização do método simplificado.

O método descrito por este Anexo aplica-se somente às edificações que atendem aos limites definidos na Tabela 6.1. Edificações que não atendem a um ou mais critérios expostos nos limites descritos devem ser avaliadas pelo método de simulação, conforme o Anexo C.

Pelo método simplificado deste Anexo, a edificação é avaliada sob duas condições: o modelo real, com as características de projeto da edificação; e o modelo de referência, com características da envoltória listadas na ABNT NBR 15575-1, subseção 11.4.7.2.

Fazem parte deste Anexo os sistemas individuais: envoltória (B.I), sistema de condicionamento de ar (B.II) e aquecimento de água (B.III).

ANEXO B.I - ENVOLTÓRIA

Neste Anexo são descritos os parâmetros para a avaliação da eficiência energética da envoltória dos ambientes de permanência prolongada (APPs) das unidades habitacionais (UHs) quanto ao percentual de horas de ocupação dentro de uma faixa de temperatura operativa (PHFT), às temperaturas operativas anuais máxima (Tomáx) e

mínima (Tomín) e à carga térmica de refrigeração (CgTR), de aquecimento (CgTA), e total (CgTT) pelo método simplificado.

B.I.1. Determinação do PHFT, Tomáx, Tomín, CgTR, CgTA e CgTT

O percentual de horas de ocupação dentro de uma faixa de temperatura operativa (PHFT), as temperaturas operativas anuais máximas (Tomáx) e mínima (Tomín) e a carga térmica de refrigeração (CgTR), de aquecimento (CgTA), e total (CgTT) para o modelo real e modelo de referência são obtidos por meio do metamodelo disponível em <http://pbeedifica.com.br/redes/residencial/>. O metamodelo estima o valor destas variáveis com base em um treinamento realizado a partir de um banco de dados de simulações computacionais desenvolvidas conforme estabelecido na ABNT NBR 15575-1. O PHFT, a Tomáx, a Tomín, a CgTR e a CgTA das simulações que compõem esta base foram calculados conforme descrito nas subseções 11.4.7.5 a 11.4.7.8 da referida norma.

O metamodelo incorpora os seguintes procedimentos da avaliação de desempenho térmico da ABNT NBR 15575-1:

- A modelagem da unidade habitacional conforme a subseção 11.4.7.1;
- A modelagem da ocupação e das cargas internas conforme a subseção 11.4.7.3;
- A modelagem com e sem o uso da ventilação natural conforme a subseção 11.4.7.4.

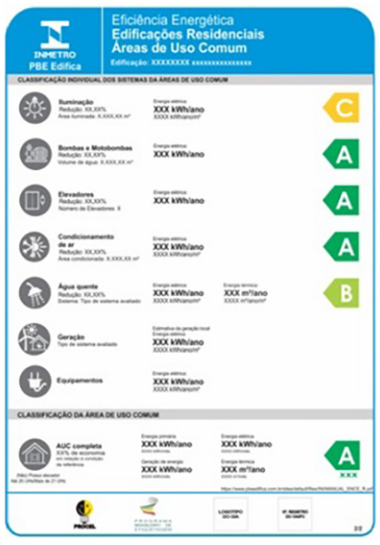
O modelo de referência utilizado no metamodelo considera as características descritas pela subseção 11.4.7.2 da ABNT NBR 15575-1.

ANEXO B.II - SISTEMA DE CONDICIONAMENTO DE AR

Neste Anexo estão descritos os procedimentos para a determinação do consumo para refrigeração ($CR_{UH,real}$) e aquecimento ($CA_{UH,real}$) dos sistemas de condicionamento de ar, bem como dos coeficientes de eficiência energética do sistema de condicionamento de ar.

B.II.1. Determinação do consumo para refrigeração

O consumo energético anual para refrigeração da UH no modelo real é obtido por meio da divisão da carga térmica de refrigeração do modelo real pelo coeficiente de eficiência energética do sistema de condicionamento de ar para refrigeração (CEE_R), conforme Equação B.II.1.



No modelo real, o cálculo do coeficiente de eficiência energética do sistema de condicionamento de ar para refrigeração (CEE_R) de máquinas com capacidade igual ou inferior a 17,6 kW (60.000 BTU/h) deve ser realizado com base no COP (item B.II.1.1), no IDRS (item B.II.1.2) ou no CSPF (item B.II.1.3).

Nota: Caso não haja previsão do sistema de condicionamento de ar na UH, deve ser adotado o CEE_R da edificação em sua condição de referência.

Para máquinas com capacidade superior a 17,6 kW (60.000 BTU/h) deve-se obter o CEE_R dos sistemas por meio dos procedimentos descritos no item B.II.4.2 da INI-C.

B.II.1.1 Com base no COP

Para aparelhos de condicionamento de ar do tipo janela ou split de velocidade fixa é obrigatório utilizar este método para calcular o CEE_R, conforme a Equação B.II.3.

$$C_{EE,real\ ou\ refD} = C_{R,real\ ou\ refD} + C_{IL,real\ ou\ refD} + C_{AAE,real\ ou\ refD} + C_{EQ} \qquad \textbf{Equação (8.5)}$$

Onde:
C_{EE} é o consumo total de energia elétrica da edificação real ($C_{EE,real}$) ou condição de referência ($C_{EE,refD}$) (kWh/ano);
C_R é o consumo de refrigeração do sistema de condicionamento de ar da edificação real ($C_{R,real}$) ou condição de referência ($C_{R,refD}$) (kWh/ano);
C_{IL} é o consumo do sistema de iluminação da edificação real ($C_{IL,real}$) ou condição de referência ($C_{IL,refD}$) (kWh/ano);
C_{AAE} é o consumo do sistema de aquecimento de água em energia elétrica da edificação real ($C_{AAE,real}$) ou condição de referência ($C_{AAE,refD}$) (kWh/ano);
C_{EQ} é o consumo de equipamentos (kWh/ano);

Nota 1: Caso exista consumo no sistema de condicionamento de ar voltado para aquecimento, proveniente da avaliação a partir do método de simulação, este deve ser incluído ao somatório da Equação 8.5.

O consumo de equipamentos para a edificação real e sua condição de referência deve ser o mesmo, conforme esclarece o subitem B.I.2.2.2.1. Sua determinação baseia-se na multiplicação entre a potência instalada de equipamento e o tempo de uso da edificação, conforme a Equação 8.6.

B.II.1.2 Com base no IDRS

Para aparelhos de condicionamento de ar do tipo split com inverter, o CEE_R pode ser calculado a partir do Índice de Desempenho de Resfriamento Sazonal (IDRS) (Equação B.II.4), obtido nas tabelas de eficiência energética do PBE para Condicionadores de ar (índices novos - IDRS). Alternativamente, o IDRS pode ser obtido por meio da interface web, disponível em: <http://pbeedifica.com.br/cspf/>.

Nota: Caso o IDRS seja determinado por meio da interface web, deve-se utilizar o valor de CSPF obtido em conjunto para calcular o consumo de energia elétrica do sistema de condicionamento de ar. O CSPF resulta em um consumo mais próximo da realidade do sistema por basear-se no arquivo climático horário da cidade analisada (sazonalidades) e nas horas de ocupação da edificação.

O IDRS possui vantagens sobre o COP, pois considera o desempenho da máquina em carga parcial de interpolações em 50% e 100% de carga, considerando o sistema de condicionamento de ar para um clima brasileiro médio.

$$C_{EQ} = (P_i \cdot h \cdot N_{ano})/1000 \qquad \textbf{Equação (8.6)}$$

Onde:
C_{EQ} é o consumo de energia elétrica de equipamentos (kWh/ano);
P_i é a potência instalada do equipamento (W);
h são as horas de uso da edificação, conforme tipologia das Tabelas do Anexo A;
N_{ano} são os dias de ocupação ao ano, conforme tipologia das Tabelas do Anexo A.

O consumo total de energia térmica da edificação é exclusivo da condição real ($C_{ET,real}$), sendo equivalente ao consumo do sistema de aquecimento de água em energia térmica, quando existente, conforme Equação 8.7.

$$C_{ET,real} = C_{AAT,real} \qquad \textbf{Equação (8.7)}$$

Onde:
$C_{ET,real}$ é o consumo total de energia térmica da edificação real (kWh/ano);
C_{AAT} é o consumo do sistema de aquecimento de água – energia térmica – da edificação real (kWh/ano).

B.II.1.3 Com base no CSPF

Alternativamente, para aparelhos de condicionamento de ar do tipo split com inverter, o cálculo do CEE_R pode ser adaptado para climas específicos em função da temperatura externa destes climas e das horas de operação do sistema (Equação B.II.5). O CSPF (Cooling Seasonal Performance Factor) pode ser obtido pelo procedimento descrito na ISO 16358-1:2013 ou por meio da interface web, disponível em: <http://pbeedifica.com.br/cspf/>, utilizando o arquivo climático (EPW) do clima desejado e para as horas de operação reais.

$$FF = \frac{A_{env}}{V_{tot}} \qquad \textbf{Equação (8.8)}$$

Onde:
FF é o fator de forma da edificação (m^2/m^3);
A_{env} é a área da envoltória (m^2);
V_{tot} é o volume total construído da edificação (m^3).

B.II.2 Determinação do consumo para aquecimento

O consumo energético anual para aquecimento do modelo real é obtido por meio da divisão da carga térmica de aquecimento da UH pelo coeficiente de eficiência energética do sistema de condicionamento de ar para aquecimento (CEE_A), conforme Equação B.II.6.

$$i = \frac{(CRC_{EPD-A} \cdot 100)}{3} \qquad \textbf{Equação (8.9)}$$

Onde:
i é o valor calculado que representa o intervalo entre as classes, em %;
CRC_{EPD-A} é o coeficiente de redução do consumo de energia primária da classificação D para a A.

Nota 1: O consumo de energia elétrica para aquecimento somente deve ser considerado para UHs em climas cuja média anual da temperatura externa de bulbo seco (TBS_m) é inferior a 25 °C, conforme preconiza a Tabela 2 da ABNT NBR 15575-1, subseção 11.4.3. A média anual da temperatura do ar externo para as diferentes cidades brasileiras está disponível no link abaixo descrito. Na ausência de informações da cidade onde está localizada a edificação, deve-se adotar a cidade mais próxima.
<http://www.pbeedifica.com.br/sites/default/files/Planilha%20A.IV%20-Temperatura_ar_mensal_anual.xlsx>.

Nota 2: Na existência de aquecimento elétrico de piso, adotar COP = 1,0 W/W.

Nota 3: Na existência de aquecimento ambiental elétrico e térmico, deve-se apresentá-los separadamente. Neste caso, o consumo de aquecimento por fonte térmica deve ser determinado pelo projetista.

B.II.3 Filtragem e renovação de ar

Recomenda-se a renovação de ar em função da área dos ambientes internos, tais como, salas e quartos, quando do uso de ar-condicionado, seguindo as orientações do Anexo A da norma ABNT NBR 16655-1.

Nota: No caso de sistemas de condicionamento de ar com capacidade igual ou inferior a 17,6 kW (60.000 BTU/h), em que exista sistema de renovação do ar, deve-se considerar a parcela referente ao seu consumo, conforme equações do item B.II.4.1 da INI-C.

ANEXO B.III - SISTEMA DE AQUECIMENTO DE ÁGUA

Neste Anexo são descritos os critérios para a avaliação do sistema de aquecimento de água de edificações residenciais quanto à determinação de sua eficiência e consumo energético.

São descritos, ainda, os procedimentos para a determinação do percentual de redução do consumo de energia primária necessário para atender a demanda de água quente da edificação ($RedC_{AA}$), o que é feito comparando-se o consumo da edificação na condição real com o consumo da edificação na condição de referência, equivalente à classe D.

B.III.1 Determinação do percentual de redução do consumo de energia primária

A determinação do percentual de redução do consumo de energia primária necessário para atender à demanda de água quente ($RedC_{AA}$) deve ser realizada a partir dos valores de consumo de energia primária para a demanda de água quente da edificação na condição real ($C_{AA,real}$), e condição de referência ($C_{AA,ref}$), por meio da Equação B.III.1.

Tabela 8.2 – Limites dos intervalos das classificações de eficiência energética geral da edificação

	$RedC_{EP}$ (%)				
	A	B	C	D	E
Classificação de Eficiência	$RedC_{EP} > 3i\%$	$3i\% \geq RedC_{EP} > 2i\%$	$2i\% \geq RedC_{EP} > i\%$	$I\% \geq RedC_{EP} \geq 0\%$	$RedC_{EP} < 0\%$

B.III.2 Determinação do consumo de energia para a demanda de água quente

O consumo total de energia primária do sistema de aquecimento de água varia de acordo com os equipamentos adotados e as fontes de energia utilizadas, devendo ser determinado por meio da Equação B.III.2. Tal procedimento deve ser realizado para a edificação na condição real e sua condição de referência.

Tabela 8.3 – Edificações de escritórios: coeficiente de redução do consumo de energia primária da classificação D para A (CRC_{EPD-A}), com base no fator de forma (FF) e classificação climática correspondente

Classificação Climática	Coeficiente de redução do consumo de energia primária da classificação D para a classificação A (CRC_{EPD-A})				
	FF ≤ 0,20	0,20 < FF ≤ 0,30	0,30 < FF ≤ 0,40	0,40 < FF ≤ 0,50	FF > 0,50
ZB 1	0,30	0,33	0,35	0,36	0,36
ZB 2	0,29		0,33	0,34	0,35
ZB 3	0,30		0,34	0,35	0,36
ZB 4	0,29	0,32			0,35
ZB 5	0,30	0,33	0,35	0,36	0,36
ZB 6					
ZB 7	0,29	0,31	0,33	0,34	0,35
ZB 8			0,34	0,35	

O consumo referente à energia elétrica (CAAE) para a edificação na condição real e na condição de referência deve ser calculado por meio das equações B.III.3.1 e B.III.3.2, respectivamente. O consumo referente à energia térmica (CAAT), quando existente, deve ser calculado apenas para a edificação na condição real, conforme a Equação B.III.4. Edificações que utilizam fontes de energia térmica para o atendimento da demanda de água quente terão sempre como condição de referência o consumo de energia de fonte elétrica.

Tabela 8.4 – Edificações educacionais: coeficiente de redução do consumo de energia primária da classificação D para A (CRC_{EPD-A}), com base no fator de forma (FF) e classificação climática correspondente

Classificação Climática	Coeficiente de redução do consumo de energia primária da classificação D para a classificação A (CRC_{EPD-A})			
	FF ≤ 0,20	0,20 < FF ≤ 0,30	0,30 < FF ≤ 0,40	0,40 < FF ≤ 0,50
ZB 1	0,33	0,34	0,31	0,30
ZB 2	0,32	0,33	0,30	0,28
ZB 3	0,31	0,32		
ZB 4	0,30	0,31	0,29	0,27
ZB 5	0,31	0,33	0,31	0,29
ZB 6		0,32	0,30	0,28
ZB 7	0,28	0,30	0,28	0,26
ZB 8				0,27

Para sistemas coletivos de aquecimento de água em edificações multifamiliares deve-se dividir o consumo de energia para aquecimento de água pelo número de habitantes total da edificação e multiplicar o resultado pelo número de habitantes da UH. Devem ser consideradas duas pessoas por dormitório da UH. A avaliação do sistema deve ser feita para cada UH individualmente.

Quando houver o uso de energia proveniente de fontes térmica e elétrica, simultaneamente, no sistema dimensionado, a parcela relativa à energia para aquecimento de água proveniente de sistemas que recuperam calor ou energia solar térmica ($E_{AA,rec,sol}$ - Equação B.III.12) deve ser contabilizada em apenas uma das equações; ou seja, considera-se a energia dos sistemas de recuperação de calor na Equação B.III.3.1, ou na Equação B.III.4.

Nota: O consumo de energia térmica para o aquecimento de água deverá ainda ser expresso m³/ano ou kg/ano. Para a conversão, deve-se considerar: 1) GLP (gás liquefeito de petróleo) em seu estado gasoso: 12,91 kWh equivalem a 1 kg de GLP; 2) GN (gás natural) em seu estado gasoso: 10,23 kWh equivalem a 1 m³ de GN.

Quando houver mais de uma fonte de energia atendendo à demanda de água quente, as perdas térmicas relativas à distribuição, recirculação e ao armazenamento devem ser atribuídas proporcionalmente, conforme o percentual de energia atendido por cada fonte. O equacionamento das perdas para cada sistema é descrito nas equações B.III.5 e B.III.6.

Tabela 8.5 – Edificações de hospedagem: coeficiente de redução do consumo de energia primária da classificação D para A (CRC_{EPD-A}), com base no fator de forma (FF) e classificação climática correspondente

Classificação Climática	Coeficiente de redução do consumo de energia primária da classificação D para a classificação A (CRC_{EPD-A})			
	FF ≤ 0,20	0,20 < FF ≤ 0,30	0,30 < FF ≤ 0,40	0,40 < FF ≤ 0,50
ZB 1	0,37	0,35	0,34	0,34
ZB 2	0,36	0,34		0,33
ZB 3				
ZB 4	0,35		0,33	
ZB 5	0,36		0,34	0,34
ZB 6				
ZB 7	0,34	0,33	0,33	0,33
ZB 8	0,35			

B.III.3 Considerações gerais

O consumo de energia necessário para o aquecimento de água em edificações residenciais deve ser obtido a partir de três parcelas principais do sistema de aquecimento de água, descritas nas alíneas "a", "b", "c", além do rendimento do equipamento aquecedor de água, descrito na alínea "d", conforme abaixo:

a) Energia necessária para aquecimento do volume de água quente consumida nas diversas aplicações e pontos de utilização da edificação;

b) Energia gerada para aquecimento de água por sistemas que recuperam calor ou por energia solar térmica, quando existentes na edificação;

c) Energia necessária para compensação das perdas térmicas do sistema de distribuição e de armazenamento;

c.1) Energia necessária para a compensação das perdas térmicas dos sistemas de distribuição responsáveis pelo transporte de água quente entre o sistema e/ou equipamento de aquecimento e o ponto de utilização, quando existentes na edificação;

c.2) Energia necessária para a compensação das perdas térmicas dos sistemas de recirculação de água quente, quando existentes na edificação;

c.3) Energia necessária para a compensação das perdas térmicas devido ao armazenamento da água quente, quando existirem reservatórios na edificação;

d) Rendimento do equipamento aquecedor de água.

B.III.4 Energia requerida para o atendimento da demanda de água quente

A energia requerida para o atendimento da demanda de água quente (E_{AA}) depende do volume de armazenamento e da temperatura da água. O cálculo deve ser feito separadamente para a energia elétrica (Equação B.III.8), e para a energia térmica (Equação B.III.9), visto que estas são atribuídas, posteriormente, às equações de consumo.

Tabela 8.6 – Estabelecimentos assistenciais de saúde (EAS), exceto hospitais: coeficiente de redução do consumo de energia primária da classificação D para A (CRC_{EPD-A}), com base no fator de forma (FF) e classificação climática correspondente

Classificação Climática	Coeficiente de redução do consumo de energia primária da classificação D para a classificação A (CRC_{EPD-A})			
	FF ≤ 0,20	0,20 < FF ≤ 0,30	0,30 < FF ≤ 0,40	0,40 < FF ≤ 0,50
ZB 1	0,18	0,16	0,16	0,16
ZB 2			0,15	0,15
ZB 3		0,17	0,16	0,16
ZB 4			0,17	0,17
ZB 5				
ZB 6		0,18	0,18	0,18
ZB 7		0,19	0,19	0,19
ZB 8		0,18	0,18	

Tabela 8.7 – Edificações de varejo – comércio: coeficiente de redução do consumo de energia primária da classificação D para A (CRC_{EPD-A}), com base no fator de forma (FF) e classificação climática correspondente

Classificação Climática	Coeficiente de redução do consumo de energia primária da classificação D para a classificação A (CRC_{EPD-A})				
	FF ≤ 0,20	0,20 < FF ≤ 0,30	0,30 < FF ≤ 0,40	0,40 < FF ≤ 0,50	FF > 0,50
ZB 1	0,30	0,30	0,31	0,32	0,37
ZB 2	0,29	0,29	0,30	0,31	0,35
ZB 3	0,30	0,30	0,31	0,32	
ZB 4	0,29	0,29	0,30	0,31	0,33
ZB 5	0,30	0,30	0,31	0,32	0,36
ZB 6					0,34
ZB 7	0,29	0,29	0,30	0,30	0,32
ZB 8				0,31	

Deve-se considerar, no mínimo, 50 litros/pessoa/dia para o volume diário de consumo. Deve-se, ainda, considerar duas pessoas por dormitório da UH.

Para sistemas coletivos de aquecimento de água em edificações multifamiliares deve-se dividir o consumo de energia para aquecimento de água pelo número de habitantes total da edificação e multiplicar o resultado pelo número de habitantes da UH. Devem ser consideradas duas pessoas por dormitório da UH.

B.III.5. Energia para o aquecimento de água proveniente de sistemas de energia solar térmica ou que recuperam calor

Do consumo de energia para o aquecimento da demanda de água quente devem ser descontadas, quando existentes, a energia para o aquecimento de água de sistemas recuperadores de calor e/ou energia solar térmica ($E_{AA,rec,sol}$). A $E_{AA,rec,sol}$ é obtida pela Equação B.III.12.

Tabela 8.8 – Edificações de varejo – mercado: coeficiente de redução do consumo de energia primária da classificação D para A (CRC_{EPD-A}), com base no fator de forma (FF) e classificação climática correspondente

Classificação Climática	Coeficiente de redução do consumo de energia primária da classificação D para a classificação A (CRC_{EPD-A})				
	FF ≤ 0,20	0,20 < FF ≤ 0,30	0,30 < FF ≤ 0,40	0,40 < FF ≤ 0,50	FF > 0,50
ZB 1	0,28	0,28	0,28	0,28	0,29
ZB 2		0,27	0,27	0,27	0,28
ZB 3		0,28			
ZB 4	0,27	0,27	0,26	0,26	
ZB 5			0,27	0,27	
ZB 6	0,28				
ZB 7	0,27	0,26	0,26	0,26	
ZB 8		0,27			0,27

B.III.5.1. Energia para o aquecimento de água proveniente de sistemas recuperadores de calor

Para sistemas que recuperam calor utilizado em outros processos, deve-se adotar o calor absorvido dos processos para reduzir a energia necessária para o sistema de aquecimento de água ($E_{AA,rec}$), disposto em kWh/dia.

Os cálculos dos valores da parcela de energia para aquecimento de água proveniente de sistemas que recuperam calor, quando existentes na edificação real, devem ser demonstrados pelo projetista com base nos equipamentos adotados.

B.III.5.2 Energia para o aquecimento de água proveniente de sistemas de aquecimento solar térmico

As equações para o cálculo da contribuição de sistemas solares para o aquecimento de água são descritas na sequência dos subitens relacionados. Os cálculos não são aplicáveis para sistemas de aquecimento em piscinas.

B.III.5.2.1 Energia mensal incidente sobre a superfície dos coletores

O cálculo da irradiância solar mensal incidente sobre a superfície inclinada dos coletores ($EI_{mês,i}$) é descrito na Equação B.III.13.

Tabela 8.9 – Edificações de alimentação: coeficiente de redução do consumo de energia primária da classificação D para A (CRC_{EPD-A}), com base no fator de forma (FF) e classificação climática correspondente

Classificação Climática	Coeficiente de redução do consumo de energia primária da classificação D para a classificação A (CRC_{EPD-A})				
	FF ≤ 0,30	0,30 < FF ≤ 0,40	0,40 < FF ≤ 0,50	0,50 < FF ≤ 0,60	FF > 0,60
ZB 1	0,23	0,23	0,22	0,22	0,23
ZB 2	0,22	0,22		0,21	
ZB 3	0,23			0,22	
ZB 4		0,23			
ZB 5					
ZB 6	0,24		0,23		
ZB 7	0,23		0,22		
ZB 8					

Tabela 8.10 – Edificações que possuem tipologia não descrita anteriormente: coeficiente de redução do consumo de energia primária da classificação D para A (CRC_{EPD-A}), com base no fator de forma (FF) e classificação climática correspondente

Classificação Climática	Coeficiente de redução do consumo de energia primária da classificação D para a classificação A (CRC_{EPD-A})			
	FF ≤ 0,20	0,20 < FF ≤ 0,30	0,30 < FF ≤ 0,40	FF > 0,40
ZB 1	0,21	0,24	0,25	0,26
ZB 2	0,20	0,23	0,24	
ZB 3	0,21	0,24	0,25	0,27
ZB 4	0,22	0,25	0,26	0,28
ZB 5				
ZB 6			0,27	0,29
ZB 7			0,26	0,28
ZB 8			0,27	

$$i = \frac{(CRCgTT_{D-A} \cdot 100)}{3} \qquad \textbf{Equação (8.10)}$$

Onde:

i é o valor calculado que representa o intervalo entre as classes, em %;

$CRCgTT_{D-A}$ é o coeficiente de redução de carga térmica total anual da classificação D para a A.

Tabela 8.11 – Limites dos intervalos das classificações de eficiência energética da envoltória

	RedCgTT (%)				
	A	B	C	D	E
Classificação de Eficiência	RedCgTT > 3i	3i ≥ RedCgTT > 2i	2i ≥ RedCgTT > i	i ≥ RedCgTT ≥ 0	RedCgTT < 0

Tabela 8.12 – Edificações de escritórios: coeficiente de redução da carga térmica anual da classificação D para a A ($CRCgTT_{D-A}$) com base no fator de forma (FF) e classificação climática correspondente

Classificação Climática	Coeficiente de redução da carga térmica anual da classificação D para a classificação A ($CRCgTT_{D-A}$)				
	FF ≤ 0,20	0,20 < FF ≤ 0,30	0,30 < FF ≤ 0,40	0,40 < FF ≤ 0,50	FF > 0,50
ZB 1	0,30	0,33	0,34	0,35	0,35
ZB 2	0,26	0,29	0,30	0,31	0,31
ZB 3	0,23	0,25	0,26	0,27	0,27
ZB 4	0,19	0,21	0,22	0,23	0,23
ZB 5	0,22	0,25	0,26	0,27	0,27
ZB 6	0,19	0,21	0,23	0,23	0,23
ZB 7	0,13	0,15	0,16	0,16	0,17
ZB 8	0,15	0,17	0,18	0,19	0,19

Tabela 8.13 – Edificações educacionais: coeficiente de redução da carga térmica anual da classificação D para a A ($CRCgTT_{D-A}$) com base no fator de forma (FF) e classificação climática correspondente

Classificação Climática	Coeficiente de redução da carga térmica anual da classificação D para a classificação A ($CRCgTT_{D-A}$)				
	FF ≤ 0,20	0,20 < FF ≤ 0,30	0,30 < FF ≤ 0,40	0,40 < FF ≤ 0,50	FF > 0,50
ZB 1	0,19	0,20	0,24	0,30	0,34
ZB 2	0,16	0,17	0,21	0,27	0,32
ZB 3	0,14	0,15	0,17	0,19	0,20
ZB 4	0,11	0,12	0,13	0,14	0,15
ZB 5	0,14	0,15	0,17	0,19	0,21
ZB 6	0,12	0,13	0,14	0,14	0,14
ZB 7	0,08	0,08	0,09	0,08	0,08
ZB 8		0,09	0,10	0,10	0,10

B.III.6.3 Perdas térmicas do reservatório de água quente

As perdas no armazenamento de água estão associadas às características do reservatório e do isolamento térmico. Perdas em armazenamento de água não são consideradas em sistemas de aquecimento de água instantâneo.

Para reservatórios térmicos de sistemas solares de aquecimento de água etiquetados pelo Inmetro deve-se considerar a perda específica térmica descrita nas tabelas do PBE, em kWh/mês/L, onde devem ser realizadas as transformações de unidade necessárias. Caso o reservatório não esteja disposto na tabela do PBE, utilizar a Equação B.III.28.

As perdas térmicas associadas ao reservatório de água quente, indiretamente aquecido, podem ser calculadas a partir da perda de calor do reservatório em espera (standby), com o ajuste de diferença de temperaturas por meio da Equação B.III.28.

Tabela 8.14 – Edificações de hospedagem: coeficiente de redução da carga térmica anual da classificação D para a A ($CRCgTT_{D-A}$) com base no fator de forma (FF) e classificação climática correspondente

Classificação Climática	Coeficiente de redução da carga térmica anual da classificação D para a classificação A ($CRCgTT_{D-A}$)			
	FF ≤ 0,20	0,20 <FF ≤ 0,30	0,30 < FF ≤ 0,40	FF > 0,40
ZB 1	0,43	0,44	0,45	0,47
ZB 2	0,38	0,39	0,41	0,42
ZB 3	0,34	0,34	0,36	0,37
ZB 4	0,28	0,29	0,30	0,31
ZB 5	0,33	0,34	0,35	0,36
ZB 6	0,29	0,29	0,31	0,33
ZB 7	0,19	0,20	0,21	0,22
ZB 8	0,23	0,23	0,24	0,25

Nota: A perda térmica específica dos reservatórios em função do volume de armazenamento (EA,res,sby) poderá ser calculada por meio da Equação 7.2 nos casos em que este valor não seja fornecido pelo fabricante. O valor resultante da Equação 7.2 deve ser multiplicado por 2 antes de ser incorporado na Equação B.III.28.

Os sistemas sem armazenamento de água mais comuns são o chuveiro elétrico, usado também como sistema de referência, e os aquecedores de passagem. As recomendações são as mesmas para o sistema com acumulação.

B.III.6.4 Condição de referência para o cálculo associado às perdas térmicas

As perdas térmicas oriundas do sistema de distribuição de água, sistema de recirculação e armazenamento de água quente para a condição de referência devem seguir os valores estipulados na Tabela B.III.1.

Tabela 8.15 – Estabelecimentos assistenciais de saúde (EAS), exceto hospitais: coeficiente de redução da carga térmica anual da classificação D para a A ($CRCgTT_{D-A}$) com base no fator de forma (FF) e classificação climática correspondente

Classificação Climática	Coeficiente de redução da carga térmica anual da classificação D para a classificação A ($CRCgTT_{D-A}$)			
	FF ≤ 0,20	0,20 <FF ≤ 0,30	0,30 < FF ≤ 0,40	FF > 0,40
ZB 1	0,23	0,21	0,20	0,18
ZB 2		0,18	0,15	0,14
ZB 3	0,22	0,20	0,18	0,17
ZB 4	0,19	0,17	0,15	0,14
ZB 5	0,22	0,20	0,18	0,17
ZB 6	0,20	0,18	0,16	0,14
ZB 7	0,15	0,13	0,11	0,10
ZB 8	0,17	0,14	0,12	0,11

Nota: Nas UHs de edificações residenciais unifamiliares, a recirculação para a condição de referência só deve existir se houver também na condição real. Nas UHs de edificações multifamiliares, a recirculação na condição de referência é obrigatória quando houver sistemas centralizados.

B.III.7 Eficiência dos equipamentos aquecedores de água

Quando o sistema de aquecimento conta com apenas um aquecedor, a eficiência do sistema de equipamentos de aquecimento deve ser igual à eficiência do aquecedor.

Quando o sistema de aquecimento que atende à demanda total é composto por mais de um aquecedor, a contribuição de cada aquecedor deve ser calculada pela média ponderada da eficiência dos aquecedores pelas potências nominais de cada aquecedor.

Quando o sistema de aquecimento atende parte da demanda total, as contribuições devem ser calculadas de forma independente para cada um dos sistemas de aquecimento.

Quando o sistema de aquecimento é composto por diferentes tipos de aquecedores em série, a contribuição de cada aquecedor deve ser determinada. Os cálculos devem ser realizados na sequência dos aquecedores.

Quando mais de um dos aquecedores está associado em paralelo, a contribuição proporcional de cada aquecedor é calculada a partir da razão entre a potência nominal da unidade em relação à potência total da instalação.

Quando existirem equipamentos de reserva, recomenda-se o uso da mesma eficiência dos equipamentos regulares, a fim de manter a classificação da edificação. Entretanto, os equipamentos de reserva não são considerados no cálculo.

O rendimento (r_{aq}) do aparelho de aquecimento de água deve ser obtido por meio de informações oficiais do Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE) do Inmetro, para os equipamentos que fazem parte do programa. Para equipamentos que não fazem parte do PBE, adota-se as informações fornecidas em laudos de ensaios ou catálogo de fabricante, desde que especificado. Na ausência de valores de eficiência de ambos os casos, deve-se adotar os valores disponibilizados na Tabela B.III.2.

Tabela B.III.2 - Tipos de sistemas de aquecimento de eficiências

Sistema de água quente	Eficiência (%)
Sistema de aquecimento por resistência elétrica em imersão (boiler)	85
Aquecedor de passagem de um único ponto de consumo	70
Aquecedor de passagem de múltiplos pontos de consumo	65
Sistema de aquecimento elétrico de um único ponto de consumo (chuveiro elétrico)	95
Aquecedor de acumulação a gás	76
Aquecedor de acumulação a combustível sólido (lenha)	55
Bomba de calor elétrica para aquecimento exclusivo de água	200

ANEXO C - MÉTODO DE SIMULAÇÃO

Neste Anexo são estabelecidos os critérios para avaliação da eficiência energética da envoltória dos ambientes de permanência prolongada (APPs) das unidades habitacionais (UHs) quanto ao percentual de horas de ocupação dentro de uma faixa de temperatura operativa (PHFT), às temperaturas operativas anuais máxima (Tomáx) e mínima (Tomín) e à carga térmica de refrigeração (CgTR), de aquecimento (CgTA), e total (CgTT) pelo método de simulação.

O método de simulação aplica-se somente à envoltória das edificações.

C.1 Procedimento de avaliação

O método de simulação adotado nesta INI-R incorpora o procedimento de simulação computacional para avaliações de desempenho térmico segundo a ABNT NBR 15575-1, considerando as seguintes subseções:

- Os métodos de medição de propriedades térmicas de materiais e elementos construtivos conforme subseção 11.2;
- O procedimento de simulação computacional conforme subseção 11.4;
- As características do programa de simulação computacional conforme subseção 11.4.1;
- As características do arquivo climático conforme subseção 11.4.2;
- O requisito e os critérios das subseções 11.4.3 a 11.4.6, considerando as equivalências entre o desempenho térmico da NBR 15575 e a classe de eficiência energética, descritos no item 8.2.1 desta INI-R;
- A modelagem da unidade habitacional conforme a subseção 11.4.7.1;
- As características do modelo de referência conforme a subseção 11.4.7.2;
- A modelagem da ocupação e das cargas internas conforme a subseção 11.4.7.3;
- A modelagem com e sem o uso da ventilação natural conforme a subseção 11.4.7.4;
- O processamento dos dados de saída dos modelos simulados com e sem o uso da ventilação natural conforme a subseção 11.4.7.5;
- O cálculo dos indicadores para a UH conforme as subseções 11.4.7.6 a 11.4.7.8.

ANEXO D - GERAÇÃO LOCAL DE ENERGIA RENOVÁVEL

A avaliação do uso de sistemas de geração de energia local por meio de fontes de energia renováveis em edificações residenciais, bem como a avaliação de Edificações de Energia Quase Zero (NZEBs) e Edificações de Energia Positiva (EEPs) devem ser realizadas conforme estabelecido neste Anexo.

O sistema de geração local de energia renovável deve estar instalado na edificação avaliada ou no mesmo lote em que ela se encontra. Os sistemas devem estar conectados ao relógio medidor de energia da edificação ou parcela da edificação a qual atendem.

A energia gerada por meio do uso de fontes renováveis ao longo do ano (G_{EE}) deve ser estimada por laudo técnico do projetista.

O potencial de geração de energia (PG) pelo uso de fontes locais de energia renovável é obtido por meio da Equação D.1. Este representa o percentual da energia primária consumida pela edificação que é atendido pela energia gerada por meio de fontes locais renováveis.

Tabela 8.16 – Edificações de varejo – comércio: coeficiente de redução da carga térmica anual da classificação D para a A ($CRCgTT_{D-A}$) com base no fator de forma (FF) e classificação climática correspondente

Classificação Climática	Coeficiente de redução da carga térmica anual da classificação D para a classificação A ($CRCgTT_{D-A}$)				
	FF ≤ 0,20	0,20 < FF ≤ 0,30	0,30 < FF ≤ 0,40	0,40 < FF ≤ 0,50	FF > 0,50
ZB 1	0,26	0,26	0,27	0,28	0,28
ZB 2	0,20	0,21	0,22	0,24	0,25
ZB 3	0,21			0,20	0,17
ZB 4	0,17	0,17	0,18	0,16	0,13
ZB 5	0,21	0,21	0,22	0,21	0,18
ZB 6	0,18	0,18	0,18	0,16	0,11
ZB 7	0,12	0,12	0,12	0,10	0,06
ZB 8	0,14	0,14	0,14	0,12	0,08

Quando o potencial de geração de energia for maior ou igual a 50%, a UH é considerada edificação de energia quase zero (NZEB).

Quando o potencial de geração de energia for maior que 100%, a UH é considerada edificação de energia positiva (EEP).

ANEXO E - EMISSÕES DE DIÓXIDO DE CARBONO

Neste Anexo são estabelecidos os critérios para a determinação do percentual de redução ou acréscimo das emissões de dióxido de carbono (CO_2) provenientes dos sistemas de edificações residenciais. Esta avaliação tem caráter informativo nesta INI-R, e não altera a classificação de eficiência energética da edificação. Sua determinação baseia-se na comparação entre as emissões de dióxido de carbono da UH na condição real e sua condição de referência, e o resultado final encontrado deve ser declarado.

E.1 Determinação do percentual de redução ou acréscimo da emissão de dióxido de carbono devido ao consumo energético

O percentual de redução ou acréscimo das emissões de dióxido de carbono (P_{CO2}) devido ao consumo energético deve ser obtido por meio da Equação E.1. Caso o resultado da equação seja negativo, há uma redução nas emissões de CO_2. Caso o resultado seja positivo, há um aumento nas emissões de dióxido de carbono em relação à UH na condição de referência.

Tabela 8.17 – Edificações de varejo – mercado: coeficiente de redução da carga térmica anual da classificação D para a A ($CRCgTT_{D-A}$) com base no fator de forma (FF) e classificação climática correspondente

Classificação Climática	Coeficiente de redução da carga térmica anual da classificação D para a classificação A ($CRCgTT_{D-A}$)			
	FF ≤ 0,20	0,20 <FF ≤ 0,30	0,30 < FF ≤ 0,40	FF > 0,40
ZB 1	0,28	0,28	0,31	0,34
ZB 2	0,23	0,24	0,27	0,30
ZB 3	0,24	0,22	0,22	0,22
ZB 4	0,20	0,17	0,16	0,16
ZB 5	0,24	0,22	0,20	0,20
ZB 6	0,21	0,17	0,14	0,14
ZB 7	0,15	0,11	0,08	0,08
ZB 8	0,16	0,12	0,10	0,10

E.2 Determinação da emissão total de dióxido de carbono da edificação

O valor relativo às emissões deve ser calculado para a unidade habitacional real (Equação E.2), e condição de referência (Equação E.3). Para a determinação das emissões, o consumo total de energia elétrica e térmica deve ser multiplicado pelo fator de emissão de dióxido de carbono correspondente.

Na condição real, deve-se descontar a geração local de energia renovável, que deve ser multiplicada pelo fator de emissão de dióxido de carbono referente à geração de eletricidade. Os consumos e a geração local de energia renovável devem ser considerados conforme a Tabela E.1.

Os fatores de emissão de dióxido de carbono por geração de eletricidade são diferenciados para as localidades cujo fornecimento de energia elétrica está ligado ao Sistema Interligado Nacional (SIN), e para aquelas que fazem parte de Sistemas Isolados (SIs). Os fatores de emissão de dióxido de carbono estão descritos no site do PBE Edifica, em <https://www.pbeedifica.com.br/fatoresconversaoINIs>, bem como nas Tabelas E.2 e E.3.

Tabela E.1- Valores de referência dos sistemas individuais para o cálculo das emissões de dióxido de carbono

Sistema individual	Condição real	Condição de referência
Condicionamento de ar	Condição real	Consumo elétrico da condição de referência
Aquecimento de água	Condição real	Consumo elétrico da condição de referência*
Equipamentos	Condição real	Consumo elétrico da condição de referência
Geração local de energia renovável	Condição real	Sem geração

* A condição de referência a ser adotada em sistemas com acumulação de água deve ser o boiler elétrico; para sistemas sem acumulação de água, a condição de referência deve ser o chuveiro elétrico.

Tabela E.2 - Fatores de emissão de CO_2 para a queima direta de combustíveis convertida em energia térmica (kWh)

Combustível	Fatores de Emissão de CO_2 ($kg.CO_2/kWh$)
Gás natural	0,202
Óleo diesel	0,267
Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)	0,227
Madeira	0,531
Gasolina	0,249
Etanol	0,248

Fonte: MCT (2010).

Tabela E.3 - Fatores de emissão de CO_2 por geração de eletricidade

Geração de eletricidade	Fatores de Emissão de CO_2 ($kg.CO_2/kWh$)
SIN - Sistema Interligado Nacional	0,090
SIS - Sistemas Isolados	0,753

Fonte: MCTI (2019).

Tabela 8.18 – Edificações de alimentação: coeficiente de redução da carga térmica anual da classificação D para a A ($CRCgTT_{D-A}$) com base no fator de forma (FF) e classificação climática correspondente

Classificação Climática	Coeficiente de redução da carga térmica anual da classificação D para a classificação A ($CRCgTT_{D-A}$)				
	FF ≤ 0,20	0,20 < FF ≤ 0,30	0,30 < FF ≤ 0,40	0,40 < FF ≤ 0,50	FF > 0,50
ZB 1	0,34	0,34	0,34	0,34	0,36
ZB 2	0,30	0,30	0,31	0,33	0,34
ZB 3	0,29	0,28	0,27	0,25	0,26
ZB 4	0,25	0,23	0,21	0,19	0,19
ZB 5	0,29	0,27	0,25	0,23	0,23
ZB 6	0,26	0,24	0,21	0,17	0,17
ZB 7	0,19	0,17	0,14	0,11	0,11
ZB 8	0,20	0,19	0,16	0,13	0,13

ANEXO F - USO RACIONAL DE ÁGUA EM EDIFICAÇÕES

Neste Anexo são estabelecidos os critérios para a determinação do percentual anual de redução do consumo de água potável por meio do seu uso racional em edificações residenciais. Esta avaliação tem caráter informativo nesta INI-R, e não altera a classe de eficiência energética da edificação. Sua determinação baseia-se na comparação entre o consumo de água potável da edificação na condição real e sua condição de referência, e o resultado final encontrado deve ser declarado, mesmo que equivalente a zero.

F.1 Determinação do percentual anual de redução no consumo de água potável

A avaliação do consumo de água objetiva incentivar o uso de sistemas que promovam a redução do consumo de água potável. Podem ser avaliados equipamentos economizadores, sistemas de uso racional de água e fontes alternativas de água não potável.

O percentual anual de redução no consumo de água potável ($Red_{água}$) é obtido por meio da Equação F.1, e compara o consumo de água da edificação na condição real, descontando-se a oferta de água não potável, com a edificação em sua condição de referência.

Tabela 8.19 – Edificações não descritas anteriormente: coeficiente de redução da carga térmica anual da classificação D para a A ($CRCgTT_{D-A}$) com base no fator de forma (FF) e classificação climática correspondente

Classificação Climática	Coeficiente de redução da carga térmica anual da classificação D para a classificação A ($CRCgTT_{D-A}$)			
	FF ≤ 0,20	0,20 <FF ≤ 0,30	0,30 < FF ≤ 0,40	FF > 0,40
ZB 1	0,39	0,41	0,41	0,43
ZB 2	0,35	0,37	0,38	0,39
ZB 3	0,31	0,33	0,34	0,35
ZB 4	0,26	0,28	0,29	0,30
ZB 5	0,31	0,33	0,34	0,36
ZB 6	0,26	0,29	0,30	0,31
ZB 7	0,18	0,20	0,21	0,22
ZB 8	0,21	0,23	0,24	0,25

F.2 Consumo de água da edificação na condição de referência

O consumo anual de água da edificação em sua condição de referência deve ser calculado por meio Equação F.2, que utiliza um padrão de uso de água e de ocupação em dias/ano. O padrão de uso adotado é fixo, e têm seus valores adaptados do LEED-BD v.4:2015.

Tabela 8.20 – Limites dos intervalos das classificações de eficiência energética de acordo com a classificação climática da edificação em que o sistema de condicionamento de ar está sendo avaliado

Classificação climática	$RedC_R$ (%)				
	Classif. A	Classif. B	Classif. C	Classif. D	Classif. E
Zonas bioclimáticas 1, 2 e 3	$RedC_R > 51$	$51 \geq RedC_R > 34$	$34 \geq RedC_R > 17$	$17 \geq RedC_R \geq 0$	$RedC_R < 0$
Zonas bioclimáticas 4, 5 e 6	$RedC_R > 48$	$48 \geq RedC_R > 32$	$32 \geq RedC_R > 16$	$16 \geq RedC_R \geq 0$	$RedC_R < 0$
Zonas bioclimáticas 7 e 8	$RedC_R > 43$	$43 \geq RedC_R > 29$	$29 \geq RedC_R > 14$	$14 \geq RedC_R \geq 0$	$RedC_R < 0$

Tabela F.1 - Vazão de dispositivos na condição de referência

Tipo de dispositivo	Vazão (L/minuto)
Bacia sanitária (caixa de descarga)	6,8 L/fluxo
Bacia sanitária (válvula de descarga)	102,0 L/minuto
Torneira de lavatório	9,0 L/minuto
Torneira de tanque	15,0 L/minuto
Torneira da pia da cozinha	12,0 L/minuto
Banho/chuveiro	15,0 L/minuto

Fontes: ABNT NBR 8160:1999; LEED v.4 (2015).

Nota: Caso existam dispositivos com vazões diferentes, deve-se adotar a vazão equivalente resultante da ponderação entre o número de dispositivos e suas respectivas vazões.

Tabela F.2 - Duração do uso de dispositivos para a condição de referência e condição real

Tipo de dispositivo	Duração (minutos)
Bacia sanitária (válvula de descarga)	0,08[1]
Torneira de lavatório	1,0
Torneira da pia da cozinha	1,0
Torneira de Tanque	1,0
Banho / chuveiro	8,0

[1]Considerada duração média das descargas de 5 segundos Fonte: ABNT NBR 8160:1999

Fonte: Adaptado de LEED-BD v.4:2015.

Tabela F.3 - Número de usos de dispositivos para a condição de referência e condição real

Tipo de dispositivo	Usos por pessoa por dia
Bacia sanitária	5
Torneira de lavatório	5
Torneira da pia da cozinha	4
Torneira de tanque	1
Banho / chuveiro	1

Fonte: Adaptado de LEED-BD v.4:2015.

F.3 Consumo de água da edificação na condição real

O consumo anual de água da edificação na condição real é determinado conforme Equação F.3.

$$i = \frac{((C_{IL,refD} - C_{IL,refA}) / C_{IL,refD}) \cdot 100}{3} \qquad \textbf{Equação (8.11)}$$

Onde:

i é o valor calculado que representa o intervalo entre as classes, em %;

$C_{IL,refD}$ é o consumo do sistema de iluminação com a classificação D (kWh/ano);

$C_{IL,refA}$ é o consumo do sistema de iluminação com a classificação A (kWh/ano).

F.4 Oferta de água não potável

A oferta de água não potável considerada nesta INI-R corresponde à água de chuva, água pluvial e ao reaproveitamento de água de condensação; nas demais fontes alternativas de água não potável, deve-se observar o disposto na norma ABNT NBR 16783, em sua versão vigente. Este item deve ser calculado pelo projetista e considerado conforme laudo técnico. Na existência de sistema de aproveitamento de água da chuva na edificação, deve-se observar o disposto na norma ABNT NBR 15527, em sua versão vigente.

ANEXO G - ÁREAS DE USO COMUM DE EDIFICAÇÕES MULTIFAMILIARES ou de condomínios de edificações residenciais

Para a classificação de eficiência energética das áreas de uso comum devem ser atendidos os requisitos dos itens G.I a G.V, aplicáveis ao empreendimento.

Para estimar o consumo energético das áreas de uso comum deve-se determinar a frequência de uso dos ambientes conforme o número de eventos em cada espaço, ponderados anualmente. As frequências anuais e as horas de uso diário de cada área de uso comum estão descritas na Tabela G.1 e o padrão de uso e operação na Tabela G.2.

Tabela G.1 - Frequência de uso anual e horária para áreas de uso comum

Ambientes/Atividades	Horas de uso diário	Dias de ocupação por ano
Áreas externas (piscina, jardins, etc)	12	365
Banheiros	2	365
Circulação	6	365
Espaços de armazenamento com acesso de moradores	2	200
Escadas	3 (edificações com elevador) 6 (edificações sem elevador)	365
Garagem	12	365
Guarita	12	365
Zeladoria	4	365
Salão de festas, área Gourmet	5 (edificações com até 6 UHs) 6 (edificações de 7 a 20 UHs) 6 (edificações de 21 a 50 UHs) 8 (edificações com mais de 50 UHs)	50 (edificações com até 6 UHs) 80 (edificações de 7 a 20 UHs) 100 (edificações de 21 a 50 UHs) 120 (edificações com mais de 50 UHs)

Academia, quadra de esportes, espaços infantis, auditório, cinema, escritórios, salas de reunião ou conferência	3 (edificações com até 6 UHs) 4 (edificações de 7 a 20 UHs) 6 (edificações de 21 a 50 UHs) 8 (edificações com mais de 50 UHs)	60 (edificações com até 6 UHs) 150 (edificações de 7 a 20 UHs) 200 (edificações de 21 a 50 UHs) 250 (edificações com mais de 50 UHs)

Nota: Nos banheiros de salão de festas devem ser consideradas as mesmas condições de uso desses espaços

Os padrões de uso e operação para as áreas de uso comum na condição real e de referência estão dispostos na Tabela G.2.

Tabela 8.21 – Limites dos intervalos das classificações de eficiência energética para o sistema de iluminação

	$RedC_{IL}$ (%)				
	A	B	C	D	E
Classificação de Eficiência	$RedC_{IL} > 3i$	$3i \geq RedC_{IL} > 2i$	$2i \geq RedC_{IL} > i$	$i \geq RedC_{IL} \geq 0$	$RedC_{IL} < 0$

* Em casos em que se deseje utilizar os valores reais ou levantados por meio de projeto, a DPE para a condição real e de referência devem ser iguais. Caso sejam adotados valores não tabelados, deve ser entregue memorial de cálculo e declaração de responsabilidade técnica (ART/RRT)

[a] Sistema de referência: chuveiro elétrico

[b] Sistema de referência: boiler elétrico

G.I ILUMINAÇÃO ARTIFICIAL

Neste item são descritos os critérios para a avaliação da eficiência energética do sistema de iluminação artificial das áreas de uso comum quanto à determinação do percentual de redução do consumo do sistema de iluminação, bem como do consumo energético deste sistema, além da potência de iluminação total instalada.

Devem fazer parte da classificação as áreas internas das AUC iluminadas artificialmente e as áreas externas cobertas e descobertas das AUC iluminadas artificialmente.

Excetuam-se os sistemas que forem complementares à iluminação geral e com controle independente, presentes nas seguintes situações:

a) Sinais indicando saída e luzes de emergência;

b) Iluminação de tarefa conectada diretamente em tomadas, como luminária de mesa;

c) Iluminação contida ou parte integrante de equipamentos ou instrumentos, desde que instalada pelo próprio fabricante, como lâmpadas de refrigeradores e geladeiras;

d) Iluminação contida em refrigeradores e freezers, tanto abertos quanto fechados por vidro;

e) Iluminação totalmente voltada ao aquecimento de alimentos e em equipamentos utilizados em sua preparação;

f) Iluminação em ambientes especificamente projetados para uso de deficientes visuais.

Para a classificação do sistema de iluminação artificial é necessário determinar a potência de iluminação limite para a classificação A (PI_{LA}), para a condição de referência para classificação D (PI_{LD}) e a potência de iluminação total da área de uso comum na condição real (PI_T) e multiplicá-las pelo tempo de uso para a obtenção dos respectivos consumos. Apenas na condição real, para o cálculo da PI_T, são consideradas possíveis automatizações dos sistemas de iluminação.

G.I.1 Determinação do percentual de redução do consumo de iluminação

A determinação do percentual de redução do consumo de iluminação ($RedC_{IL}$) deve ser realizada a partir dos valores do consumo de iluminação da área de uso comum na condição real ($C_{IL,real}$), e na condição de referência ($C_{IL,refD}$), conforme a Equação G.1.

Tabela 8.22 – Limites dos intervalos das classificações de eficiência energética de acordo com o tipo de sistema para o aquecimento de água

Sistema	$RedC_{AA}$ (%)				
	Classif. A	Classif. B	Classif. C	Classif. D	Classif. E
Com acumulação	$RedC_{AA} > 30$	$30 \geq RedC_{AA} > 20$	$20 \geq RedC_{AA} > 10$	$10 \geq RedC_{AA} \geq 0$	$RedC_{AA} < 0$
Sem acumulação	$RedC_{AA} > 21$	$21 \geq RedC_{AA} > 14$	$14 \geq RedC_{AA} > 7$	$7 \geq RedC_{AA} \geq 0$	$RedC_{AA} < 0$

G.I.3 Determinação da potência de iluminação limite para a condição de referência

O método das atividades estabelece valores independentes de densidade de potência limite (DPI_L) para as diferentes atividades das AUC. As atividades podem ser contabilizadas por um ambiente ou por grupos de ambientes com a mesma atividade.

Para a determinação da potência de iluminação limite por meio do método das atividades, deve-se identificar as atividades da AUC de acordo com a Tabela G.3, e as suas respectivas densidades de potência de iluminação limite para a condição de referência, classificação D, e a condição equivalente à classificação A. Para atividades não listadas na Tabela G.3, deve-se adotar uma atividade equivalente.

O cálculo da potência de iluminação limite para a condição de referência é o produto entre a área iluminada (AI) de cada uma das atividades, e sua respectiva densidade de potência de iluminação limite (DPI_L), utilizando-se a Equação G.4. O mesmo procedimento deve ser realizado para a condição equivalente à classificação A.

Tabela A.1 – Valores de referência para edificações de escritório

Uso típico	Edificações de escritórios	
	Condição real	Condição de referência
Geometria		
Área (m²)	Condição real	
Orientação solar	Condição real	
Pé-direito (piso a teto) (m)	Condição real	
Aberturas		
PAF - Percentual de área de abertura da fachada (%)	Condição real	50 (0,50)
Componentes construtivos		
Parede	Condição real	Argamassa interna (2,5 cm), bloco cerâmico furado (9 cm), argamassa externa (2,5 cm)
Upar - Transmitância da parede externa (W/(m².K))	Condição real	2,39
αPAR - Absortância da parede (adimensional)	Condição real	0,5
CTpar - Capacidade térmica da parede externa (kJ/(m².K))	Condição real	150
Cobertura	Condição real	Telha de fibrocimento, câmara de ar (>5 cm) e laje maciça de concreto (10 cm)
Ucob - Transmitância da cobertura (W/(m².K))	Condição real	2,06
αCOB - Absortância da cobertura (adimensional)	Condição real	0,8
CTcob - Capacidade térmica da cobertura (kJ/(m².K))	Condição real	233
Vidro	Condição real	Vidro simples incolor 6mm
FS – Fator solar do vidro (adimensional)	Condição real	0,82
Uvid - Transmitância do vidro (W/(m².K))	Condição real	5,7
AHS - Ângulo horizontal de sombreamento (°)	Condição real	0
AVS - Ângulo vertical de sombreamento (°)	Condição real	0
AOV - Ângulo de obstrução vizinha (°)*	Condição real	
Iluminação e ganhos internos		
DPI - Densidade de potência de iluminação (W/m²)	Condição real	14,1**
Ocupação (m²/pessoa)	10,0	
DPE - Densidade de potência de equipamentos (W/m²)***	15,0	
Horas de ocupação (horas)	10	
Dias de ocupação (N_{ano})****	260	
Situação do piso	Condição real	
Situação da cobertura	Condição real	
Isolamento do piso	Condição real	Sem isolamento
Condicionamento de ar (refrigeração)		
COP - Coeficiente de performance (W/W)	Condição real	2,60
Temperatura **setpoint** (°C)*****	24,0	
Aquecimento de água****	-	

Tabela G.3 - Densidade de potência de iluminação (DPI_L) das classificações A e D

Áreas de uso comum	DPI_L Classificação A (W/m²)	DPI_L Classificação D (W/m²)
Auditórios e Anfiteatros		
Auditório	11,50	13,60
Cinema	12,25	14,97
Banheiros	9,15	13,73
Brinquedoteca	7,55	9,60
Circulação interna e jardins	3,10	4,30
Cozinhas	11,40	17,12
Espaços de armazenamento com acesso de moradores	2,40	3,40
Escadas	4,60	6,40
Escritório	10,00	19,04
Garagem e espaços de circulação externa	1,50	1,95
Ginásio/ Academia		
Área de ginástica	3,20	4,50
Quadra de esportes - classe 4*	12,15	18,85
Guarita	2,89	4,05
Sala de estudos	9,90	16,32
Sala de espera, convivência, salão de festas, sala de jogos, espaço gourmet	7,55	9,60
Sala de reuniões, conferência, multiuso	11,50	19,04
Vestiário	5,15	12,96
Zeladoria	2,89	4,05

*Para quadras de jogos sociais e de recreação apenas; não considera a presença de espectadores.

G.I.4 Determinação do consumo de iluminação na condição real

O consumo de energia elétrica do sistema de iluminação das áreas de uso comum na condição real ($C_{IL,real}$) é determinado pela multiplicação entre a potência de iluminação total instalada nas AUC e o seu tempo de uso, conforme Equação G.5. Na condição real deve-se considerar a potência de iluminação total instalada da AUC na condição real (PI_T), para cada ambiente da AUC, conforme o item G.I.5.

Tabela A.2 – Valores de referência para edificações educacionais

Uso típico	Edificações educacionais			
	Condição real	Condição de referência		
		Educação infantil	Ensino fundamental e médio	Ensino superior
Geometria				
Área (m²)	Condição real			
Orientação solar	Condição real			
Pé-direito (piso a teto) (m)	Condição real			
Aberturas				
PAF - Percentual de área de abertura da fachada (%)	Condição real	40 (0,40)		
Componentes construtivos				
Parede	Condição real	Argamassa interna (2,5 cm), bloco cerâmico furado (9 cm), argamassa externa (2,5 cm)		
Upar - Transmitância da parede externa (W/(m².K))	Condição real	2,39		
αPAR - Absortância da parede (adimensional)	Condição real	0,5		
CTpar - Capacidade térmica da parede externa (kJ/(m².K))	Condição real	150		
Cobertura	Condição real	Telha de fibrocimento, câmara de ar (>5 cm) e laje maciça de concreto (10 cm)		
Ucob - Transmitância da cobertura (W/(m².K))	Condição real	2,06		
αCOB - Absortância da cobertura (adimensional)	Condição real	0,8		
CTcob - Capacidade térmica da cobertura (kJ/(m².K))	Condição real	233		
Vidro	Condição real	Vidro simples incolor 6mm		
FS – Fator solar do vidro (adimensional)	Condição real	0,82		
Uvid - Transmitância do vidro (W/(m².K))	Condição real	5,7		
AHS - Ângulo horizontal de sombreamento (°)	Condição real	0		
AVS - Ângulo vertical de sombreamento (°)	Condição real	0		
AOV - Ângulo de obstrução vizinha (°)*	Condição real			
Iluminação e ganhos internos				
DPI - Densidade de potência de iluminação (W/m²)	Condição real	15,5**		
Ocupação (m²/pessoa)	Condição de referência	2,5	1,5	1,5
DPE - Densidade de potência de equipamentos (W/m²)***	Condição de referência	15,0		
Horas de ocupação (horas)	8			
Dias de ocupação (N_{ano})****	200			
Situação do piso	Condição real			
Situação da cobertura	Condição real			
Isolamento do piso	Condição real	Sem isolamento		
Condicionamento de ar (refrigeração)				
COP - Coeficiente de performance (W/W)	Condição real	2,60		
Temperatura **setpoint** (°C)*****	24,0			
Aquecimento de água****				
Eficiência do sistema de aquecimento de água sem acumulação[a]	Condição real	0,95		
Eficiência do sistema de aquecimento de água com acumulação[b]	Condição real	0,85		
Temperatura de armazenamento	Mínimo 50 °C			
Temperatura de uso de água quente	38 °C (norte e nordeste) 40 °C (demais regiões)			
Temperatura de uso de água fria (°C)	Condição real			
Perdas na tubulação – sistema de aquecimento de água sem acumulação	Condição real	0		
Perdas de recirculação – sistema de aquecimento de água sem acumulação	Condição real	0		
Perdas de armazenamento – sistema de aquecimento de água sem acumulação	Condição real	0		
Perdas na tubulação – sistema de aquecimento de água com acumulação	Condição real	Isolamento de 5 mm, λ=0,03 W/(m.K)		
Perdas da recirculação – sistema de aquecimento de água com acumulação	Condição real	Isolamento de 5 mm, λ=0,03 W/(m.K)		
Perdas de armazenamento – sistema de aquecimento de água com acumulação	Condição real			

G.I.5 Cálculo da potência de iluminação total da AUC na condição real

A potência instalada de iluminação total deve considerar a potência referente a todos os conjuntos de luminárias instalados, incluindo as lâmpadas, reatores, transformadores e sistemas de controles da edificação em sua condição real ($PI_{T,real}$).

A potência de iluminação total da AUC deve resultar da soma das duas parcelas do sistema de iluminação: 1) a parcela sem controle automatizado; e 2) a parcela de luminárias controladas por sensores. Se não houver a inserção de sensores, a parcela controlada deve ser nula, e a potência de iluminação total será equivalente à potência instalada sem controle automatizado. A potência de iluminação em uso deve ser determinada conforme o item G.I.6.

A potência de iluminação total da AUC na condição real é representada pela Equação G.6.

Tabela A.3 – Valores de referência para edificações de hospedagem

Uso típico	Edificações de hospedagem	
	Condição real	Condição de referência
Geometria		
Área (m²)	Condição real	
Orientação solar	Condição real	
Pé-direito (piso a teto) (m)	Condição real	
Aberturas		
PAF - Percentual de área de abertura da fachada (%)	Condição real	45 (0,45)
Componentes construtivos		
Parede	Condição real	Argamassa interna (2,5 cm), bloco cerâmico furado (9,0 cm), argamassa externa (2,5 cm)
Upar - Transmitância da parede externa (W/(m².K))	Condição real	2,39
αPAR - Absortância da parede (adimensional)	Condição real	0,5
CTpar - Capacidade térmica da parede (kJ/(m².K))	Condição real	150
Cobertura	Condição real	Telha de fibrocimento, câmara de ar (>5 cm) e laje maciça de concreto (10 cm)
Ucob - Transmitância da cobertura (W/(m².K))	Condição real	2,06
αCOB - Absortância da cobertura (adimensional)	Condição real	0,8
CTcob - Capacidade térmica da cobertura (kJ/(m².K))	Condição real	233
Vidro	Condição real	Vidro simples incolor 6mm
FS – Fator solar do vidro (adimensional)	Condição real	0,82
Uvid - Transmitância do vidro (W/(m².K))	Condição real	5,7
AHS - Ângulo horizontal de sombreamento (°)	Condição real	0
AVS - Ângulo vertical de sombreamento (°)	Condição real	0
AOV - Ângulo de obstrução vizinha (°)*	Condição real	
Iluminação e ganhos internos		
DPI - Densidade de potência de iluminação (W/m²)	Condição real	15,7**
Densidade de ocupação (m²/pessoa)	Condição de referência	18,0
DPE - Densidade de potência de equipamentos (W/m²)***	20,0	
Horas de ocupação (horas)	14,4 (assumindo-se 60% de ocupação)	
Dias de ocupação (N_{ano}) ****	365	
Situação do piso	Condição real	
Situação da cobertura	Condição real	
Isolamento do piso	Condição real	Sem isolamento
Condicionamento de ar (refrigeração)		
COP - Coeficiente de performance (W/W)	Condição real	2,60
Temperatura **setpoint** (°C)*****	24,0	
Aquecimento de água		
Eficiência do sistema de aquecimento de água sem acumulação[b]	Condição real	0,95
Eficiência do sistema de aquecimento de água com acumulação[c]	Condição real	0,85
Temperatura de armazenamento	Mínimo 50 °C	
Temperatura de uso de água quente	38 °C (norte e nordeste) 40 °C (demais regiões)	
Temperatura de uso de água fria (°C)	Condição real	
Perdas na tubulação – sistema de aquecimento de água sem acumulação	Condição real	0
Perdas da recirculação – sistema de aquecimento de água sem acumulação	Condição real	0
Perdas de armazenamento – sistema de aquecimento de água sem acumulação	Condição real	0
Perdas na tubulação – sistema de aquecimento de água com acumulação	Condição real	Isolamento de 5 mm, λ=0,03 W/(m.K)
Perdas da recirculação – sistema de aquecimento de água com acumulação	Condição real	Isolamento de 5 mm, λ=0,03 W/(m.K)
Perdas de armazenamento – sistema de aquecimento de água com acumulação	Condição real	

G.I.6 Cálculo da potência de iluminação em uso

Conjuntos de luminárias destinados à iluminação geral, cujo funcionamento seja otimizado por algum dispositivo de controle automatizado, podem ter a sua potência instalada reduzida com base no fator de ajuste de potência (FAP). Os valores dos FAP, conforme o tipo de controle das luminárias, devem ser adotados segundo a Tabela G.4.

Tabela G.4 - Fatores de ajuste da potência instalada em função do tipo de controle das luminárias

Tipo de controle	Fator de ajuste de potência (FAP)
Controle sensível à luz natural - por passos ou dimerizável	0,90
Controle com sensor de ocupação dimerizável com desligamento automático	0,80
Controle dimerizável com programação e desligamento automático	0,95

A potência instalada de iluminação em uso (PI_U) deve ser calculada por meio da potência de iluminação controlada por sensores (PI_C) e o fator de ajuste de potência (FAP), quando aplicável, conforme a Equação G.8.

Tabela A.4 – Valores de referência para estabelecimentos assistenciais de saúde (EAS), exceto hospitais

Uso típico	Estabelecimentos Assistenciais de Saúde	
	Condição real	Condição de referência
Geometria		
Área (m²)	Condição real	
Orientação solar	Condição real	
Pé-direito (piso a teto) (m)	Condição real	
Aberturas		
PAF - Percentual de área de abertura da fachada (%)	Condição real	14 (0,14)
Componentes construtivos		
Parede	Condição real	Argamassa interna (2,5 cm), bloco cerâmico furado (9,0 cm), argamassa externa (2,5 cm)
Upar - Transmitância da parede externa (W/(m².K))	Condição real	2,39
αPAR - Absortância da parede (adimensional)	Condição real	0,5
CTpar - Capacidade térmica da parede (kJ/(m².K))	Condição real	150
Cobertura	Condição real	Telha de fibrocimento, câmara de ar (>5 cm) e laje maciça de concreto (10 cm)
Ucob - Transmitância da cobertura (W/(m².K))	Condição real	2,06
αCOB - Absortância da cobertura (adimensional)	Condição real	0,8
CTcob - Capacidade térmica da cobertura (kJ/(m².K))	Condição real	233
Vidro	Condição real	Vidro simples incolor 6mm
FS – Fator solar do vidro (adimensional)	Condição real	0,82
Uvid - Transmitância do vidro (W/(m².K))	Condição real	5,7
AHS - Ângulo horizontal de sombreamento (°)	Condição real	0
AVS - Ângulo vertical de sombreamento (°)	Condição real	0
AOV - Ângulo de obstrução vizinha (°)*	Condição real	
Iluminação e ganhos internos		
DPI - Densidade de Potência de Iluminação (W/m²)	Condição real	15,0**
Ocupação (m²/pessoa)	5,0	
DPE - Densidade de Potência de Equipamentos (W/m²)***	40,0	
Horas de ocupação (horas)	12	
Dias de ocupação (N_{ano}) ****	365	
Situação do piso	Condição real	
Situação da cobertura	Condição real	
Isolamento do piso	Condição real	Sem isolamento
Condicionamento de ar (refrigeração)		
COP - Coeficiente de performance (W/W)	Condição real	2,60
Temperatura **setpoint** (°C)*****	24,0	
Aquecimento de água****		

G.II BOMBAS E/OU MOTOBOMBAS

Neste item são descritos os critérios para a determinação do percentual de redução do consumo de energia primária necessário para operação das bombas e/ou motobombas das edificações ($RedC_B$), que é feito comparando-se o consumo da condição real com o consumo na condição de referência, conforme Equação G.9.

Tabela A.5 – Valores de referência para edificações de varejo – comércio

Uso típico	Edificações de varejo	
	Condição real	Condição de referência
Geometria		
Área (m²)	Condição real	
Orientação solar	Condição real	
Pé-direito (piso a teto) (m)	Condição real	
Aberturas		
PAF - Percentual de área de abertura da fachada (%)	Condição real	60% na fachada principal (0,60), e 5% nas demais (0,05)
Componentes construtivos		
Parede	Condição real	Argamassa interna (2,5 cm), bloco cerâmico furado (9,0 cm), argamassa externa (2,5 cm)
Upar - Transmitância da parede externa (W/(m².K))	Condição real	2,39
αPAR - Absortância da parede (adimensional)	Condição real	0,5
CTpar - Capacidade térmica da parede (kJ/(m².K))	Condição real	150
Cobertura	Condição real	Telha de fibrocimento, câmara de ar (>5 cm) e laje maciça de concreto (10 cm)
Ucob - Transmitância da cobertura (W/(m².K))	Condição real	2,06
αCOB - Absortância da cobertura (adimensional)	Condição real	0,8
CTcob - Capacidade térmica da cobertura (kJ/(m².K))	Condição real	233
Vidro	Condição real	Vidro simples incolor 6mm
FS – Fator solar do vidro (adimensional)	Condição real	0,82
Uvid - Transmitância do vidro (W/(m².K))	Condição real	5,7
AHS - Ângulo horizontal de sombreamento (°)	Condição real	0
AVS - Ângulo vertical de sombreamento (°)	Condição real	0
AOV - Ângulo de obstrução vizinha (°)*	Condição real	
Iluminação e ganhos internos		
DPI - Densidade de potência de iluminação (W/m²)	Condição real	20,0**
Ocupação (m²/pessoa)	5,0	
DPE - Densidade de potência de equipamentos (W/m²)***	20,00	
Horas de ocupação (horas)	12	
Dias de ocupação (N_{ano})****	300	
Situação do piso	Condição real	
Situação da cobertura	Condição real	
Isolamento do piso	Condição real	Sem isolamento
Condicionamento de ar (refrigeração)		
COP - Coeficiente de performance (W/W)	Condição real	2,60
Temperatura **setpoint** (°C)*****	24,0	
Aquecimento de água****		

G.II.1 Determinação do consumo de energia para a demanda de bombas e/ou motobombas na condição real

Para a estimativa do consumo energético relativo às bombas e/ou motobombas devem ser estabelecidos os consumos diários de água, tanto das unidades habitacionais abastecidas por caixas d'água coletivas, quanto das áreas de uso comum. Para este cálculo não devem ser consideradas as bombas para fins decorativos, elevatórias de esgoto e bombas instaladas em piscinas.

Para edificações multifamiliares, essa estimativa pode ser feita conforme memoriais de cálculo do projetista, ou segundo as especificações descritas na Tabela G.5.

Tabela A.6 – Valores de referência para edificações de varejo – mercados

Uso típico	Edificações de varejo	
	Condição real	Condição de referência
Geometria		
Área (m²)	Condição real	
Orientação solar	Condição real	
Pé-direito (piso a teto) (m)	Condição real	
Aberturas		
PAF - Percentual de área de abertura da fachada (%)	Condição real	60% na zona da fachada principal (0,60), e 10% nas demais (0,10)
Componentes construtivos		
Parede	Condição real	Argamassa interna (2,5 cm), bloco cerâmico furado (9,0 cm), argamassa externa (2,5 cm)
Upar - Transmitância da parede externa (W/(m².K))	Condição real	2,39
αPAR - Absortância da parede (adimensional)	Condição real	0,5
CTpar - Capacidade térmica da parede (kJ/(m².K))	Condição real	150
Cobertura	Condição real	Telha de fibrocimento, câmara de ar (> 5 cm) e laje maciça de concreto (10 cm)
Ucob - Transmitância da cobertura (W/(m².K))	Condição real	2,06
αCOB - Absortância da cobertura (adimensional)	Condição real	0,8
CTcob - Capacidade térmica da cobertura (kJ/(m².K))	Condição real	233
Vidro	Condição real	Vidro simples incolor 6mm
FS – Fator solar do vidro (adimensional)	Condição real	0,82
Uvid - Transmitância do vidro (W/(m².K))	Condição real	5,7
AHS - Ângulo horizontal de sombreamento (°)	Condição real	0
AVS - Ângulo vertical de sombreamento (°)	Condição real	0
AOV - Ângulo de obstrução por vizinha (°)*	Condição real	
Iluminação e ganhos internos		
DPI - Densidade de potência de iluminação (W/m²)	Condição real	16,3**
Ocupação (m²/pessoa)	5,0	
DPE - Densidade de potência de equipamentos (W/m²)***	40,0	
Horas de ocupação	12	
Dias de ocupação (N_{ano})****	350	
Situação do piso	Condição real	
Situação da cobertura	Condição real	
Isolamento do piso	Condição real	Sem isolamento
Condicionamento de ar (refrigeração)		
COP - Coeficiente de performance (W/W)	Condição real	2,60
Temperatura **setpoint** (°C)*****	24,0	
Aquecimento de água****		

A partir do consumo de água estimado, calcula-se o volume a ser elevado pelas bombas e/ou motobombas e o consumo energético das bombas na condição real, conforme Equação G.10.

As potências dos equipamentos na condição real devem ser obtidas nas tabelas de eficiência energética do PBE para Bombas e motobombas centrífugas ou no catálogo do fabricante.

A classificação dos equipamentos na condição real deve ser obtida nas tabelas de eficiência energética do PBE para Bombas e motobombas centrífugas. Equipamentos não etiquetadas recebem classificação E.

Caso a edificação possua mais de uma bomba, o volume proporcional bombeado por cada uma deve ser utilizado. O consumo anual total das bombas é o somatório dos consumos de todas as bombas e/ou motobombas.

Tabela A.7 – Valores de referência para edificações de alimentação - restaurantes

Uso típico	Restaurantes	
	Condição real	Condição de referência
Geometria		
Área (m²)	Condição real	
Orientação solar	Condição real	
Pé-direito (piso a teto) (m)	Condição real	
Aberturas		
PAF - Percentual de área de abertura da fachada (%)	Condição real	40 (0,40)
Componentes construtivos		
Parede	Condição real	Argamassa interna (2,5 cm), bloco cerâmico furado (9 cm), argamassa externa (2,5 cm)
Upar - Transmitância da parede externa (W/(m².K))	Condição real	2,39
αPAR - Absortância da parede (adimensional)	Condição real	0,5
CTpar - Capacidade térmica da parede (kJ/(m².K))	Condição real	150
Cobertura	Condição real	Telha de fibrocimento, câmara de ar (>5 cm) e laje maciça de concreto (10 cm)
Ucob - Transmitância da cobertura (W/(m².K))	Condição real	2,06
αCOB - Absortância da cobertura (adimensional)	Condição real	0,8
CTcob - Capacidade térmica da cobertura (kJ/(m².K)) *	Condição real	233
Vidro	Condição real	Vidro simples incolor 6mm
FS – Fator solar do vidro (adimensional)	Condição real	0,82
Uvid - Transmitância do vidro (W/(m².K))	Condição real	5,7
AHS - Ângulo horizontal de sombreamento (°)	Condição real	0
AVS - Ângulo vertical de sombreamento (°)	Condição real	0
AOV - Ângulo de obstrução vizinha (°)*	Condição real	
Iluminação e ganhos internos		
DPI - Densidade de potência de iluminação (W/m²)	Condição real	13,9**
Ocupação (m²/pessoa)	5,0	
DPE - Densidade de potência de equipamentos (W/m²)***	40,0	
Horas de ocupação	8	
Dias de ocupação (N_{ano})****	350	
Situação do piso	Condição real	
Situação da cobertura	Condição real	
Isolamento do piso	Condição real	Sem isolamento
Condicionamento de ar (refrigeração)		
COP - Coeficiente de performance (W/W)	Condição real	2,60
Temperatura **setpoint** (°C)*****	24,0	
Aquecimento de água		
Eficiência do sistema de aquecimento de água sem acumulação[a]	Condição real	0,95
Eficiência do sistema de aquecimento de água com acumulação[b]	Condição real	0,85
Temperatura de armazenamento	Mínimo 50 °C	
Temperatura de uso de água quente (°C)	38 °C (norte e nordeste) 40 °C (demais regiões)	
Temperatura de uso de água fria (°C)	Condição real	
Perdas na tubulação – sistema sem acumulação	Condição real	0
Perdas de armazenamento – sistema sem acumulação	Condição real	0
Perdas da recirculação – sistema sem acumulação	Condição real	0
Uso típico	**Restaurantes**	
	Condição real	**Condição de referência**
Perdas na tubulação – sistema com acumulação	Condição real	Isolamento de 5 mm, λ=0,03 W/m.K
Perdas da recirculação – sistema com acumulação	Condição real	Isolamento de 5 mm, λ=0,03 W/m.K
Perdas de armazenamento – sistema com acumulação	Condição real	

G.II.2 Determinação do consumo de energia para a demanda de bombas e/ou motobombas na condição de referência

A potência da bomba na condição de referência deve ser calculada a partir de um incremento ou decréscimo em relação à bomba utilizada na condição real, dependente da classe de eficiência descrita nas tabelas de eficiência do Inmetro.

Para bombas ou motobombas com classificação C adota-se o mesmo valor para a condição de referência. Na Tabela G.7 são apresentados os incrementos ou decréscimos adotados na potência das bombas e/ou motobombas na condição real, para obtenção da potência na condição de referência.

Tabela G.7 - Incremento ou decréscimo de potências nas escalas de classificação das bombas e/ou motobombas para obtenção da potência na condição de referência

Classe da bomba na condição real	Potência da bomba na condição de referência ($PB_{,ref}$)
A	Potência na condição real A + 8%
B	Potência na condição real B + 4%
C	Potência na condição de referência = condição real
D	Potência na condição real D - 4%
E	Potência na condição real E - 8%

O consumo para bombeamento na condição de referência ($C_{B,ref}$) é dado pela Equação G.11.

Tabela A.8 – Valores de referência para edificações que possuem tipologia não descrita anteriormente

Uso típico	Edificações não descritas nas condições de referência	
	Condição real	Condição de referência
Geometria		
Área (m²)	Condição real	
Orientação solar	Condição real	
Pé-direito (piso a teto) (m)	Condição real	
Aberturas		
PAF - Percentual de área de abertura da fachada (%)	Condição real	60 (0,60)
Componentes construtivos		
Parede	Condição real	Argamassa interna (2,5 cm), bloco cerâmico furado (9 cm), argamassa externa (2,5 cm)
Upar - Transmitância da parede externa (W/(m².K))	Condição real	2,39
αPAR - Absortância da parede (adimensional)	Condição real	0,5
CTpar - Capacidade térmica da parede (kJ/(m².K))	Condição real	150
Cobertura	Condição real	Telha de fibrocimento, câmara de ar (>5 cm) e laje maciça de concreto (10 cm)
Ucob - Transmitância da cobertura (W/(m².K))	Condição real	2,06
αCOB - Absortância da cobertura (adimensional)	Condição real	0,8
CTcob - Capacidade térmica da cobertura (kJ/(m².K))	Condição real	233
Vidro	Condição real	Vidro simples incolor 6mm
FS – Fator solar do vidro (adimensional)	Condição real	0,82
Uvid - Transmitância do vidro (W/(m².K))	Condição real	5,7
AHS - Ângulo horizontal de sombreamento (°)	Condição real	0
AVS - Ângulo vertical de sombreamento (°)	Condição real	0
AOV - Ângulo de obstrução vizinha (°)*	Condição real	
Iluminação e ganhos internos		
DPI - Densidade de potência de iluminação (W/m²)	Condição real	15**
Ocupação (m²/pessoa)	10,0[a]	
DPE - Densidade de potência de equipamentos (W/m²)***	40,00	
Horas de ocupação (horas)	12[a]	
Dias de ocupação (N_{ano})****	300[a]	
Situação do piso	Condição real	
Situação da cobertura	Condição real	
Isolamento do piso	Condição real	Sem isolamento
Condicionamento de ar (refrigeração)		
COP - Coeficiente de performance (W/W)	Condição real	2,60
Temperatura **setpoint** (°C)	24,0	
Aquecimento de Água****		

G.III ELEVADORES

Neste item são descritos os critérios para a avaliação da eficiência energética dos elevadores quanto à determinação do consumo energético deste sistema.

G.III.1 Determinação do consumo dos elevadores na condição real

O consumo anual dos elevadores na condição real ($C_{ELEV,real}$) é obtido pela multiplicação dos consumos diários, obtidos conforme a metodologia descrita nas normas ISO 25745-1 e ISO 25745-2, pelo número de dias de uso dos elevadores, fixados em 365 dias, conforme a Equação G.12.

Tabela A.9 – Elementos construtivos e suas respectivas características

	e (cm)	λ (W/(m.K))	ρ (kg/m³)	c (kJ/(kg.K))	Rt ((m².K)/W)	Ut (W/(m².K))	CTt (kJ/(m².K))
Parede externa							
Argamassa externa	2,50	1,15	2000	1,00	0,022	2,39	150
Bloco cerâmico	1,34	0,90	1600	0,920	0,015		
Câmara de ar	6,32	0,364	-	-	0,175		
Bloco cerâmico	1,34	0,90	1600	0,920	0,015		
Argamassa interna	2,50	1,15	2000	1,00	0,022		
Cobertura							
Telha de fibrocimento	0,800	0,950	1900	0,840	0,0084	2,06	233
Câmara de ar (> 5 cm)	25,0	1,190	-	-	0,2100		
Laje de concreto (10 cm)	10,0	1,75	2200	1,00	0,0571		

* e – espessura (cm);
* λ – condutividade térmica (W/(m.K));
* ρ – peso específico aparente (kg/m³);
* c – calor específico (kJ/kgK);
* Rt – resistência térmica total ((m².K)/W);
* Ut – transmitância térmica total (W/(m².K));
* CTt – capacidade térmica total (kJ/(m².K)).

G.III.2 Determinação do consumo dos elevadores na condição de referência

O consumo do elevador na condição de referência ($C_{ELEV,ref}$) deve ser calculado a partir de um incremento ou decréscimo em relação ao consumo do elevador na condição real. Para elevadores com classificação de eficiência energética C adota-se o mesmo valor do consumo para a condição de referência. Na Tabela G.9 são apresentados os incrementos ou decréscimos adotados no consumo do elevador na condição real, para obtenção do consumo na condição de referência.

Tabela G.9 - Incremento ou decréscimo de consumos nas escalas de classificação de elevadores para obtenção do consumo na condição de referência

Classe do elevador na condição real	Consumo do elevador na condição de referência ($C_{ELEV,ref}$) - até 20 UHs	Consumo do elevador na condição de referência ($C_{ELEV,ref}$) - acima de 20 UHs
A	3 x Consumo na condição real A	2,5 x Consumo na condição real A
B	2 x Consumo na condição real B	1,5 x Consumo na condição real B
C	Consumo na condição de referência = condição real	Consumo na condição de referência = condição real
D	0,5 x Consumo na condição real D	0,6 x Consumo na condição real D
E	0,25 x Consumo na condição real E	0,4 x Consumo na condição real E

G.IV SISTEMA DE CONDICIONAMENTO DE AR

Neste item são descritos os critérios para a avaliação do sistema de condicionadores de ar das AUCs e os procedimentos para a determinação do consumo dos condicionadores de ar na condição real ($C_{AC,real}$) e na condição de referência ($C_{AC,ref}$).

G.IV.1 Determinação do consumo do sistema de condicionamento de ar na condição real

Para determinação do consumo do sistema de condicionamento do ar deve-se adotar os dados de consumo descritos na etiqueta de classificação energética do equipamento, disponibilizados pelo Inmetro. Nessa etiqueta o consumo mensal é mensurado para um ciclo normalizado em 1 hora de uso por dia por mês, para equipamentos etiquetados por COP, e um ciclo de 2080 horas por ano para equipamentos etiquetados por IDRS. Para a estimativa do consumo por IDRS (Equação G.13) e por COP (Equação G.14), deve-se multiplicar o consumo nominal dos equipamentos pelas horas de uso do ambiente, na condição real e na condição de referência, definidas na Tabela G.1. Todas as áreas de uso comum que contém sistema de condicionamento de ar devem ter seu consumo contabilizado.

$$RedCgTT = ((CgTT_{refD} - CgTT_{real}) / CgTT_{refD}) \cdot 100 \qquad \textbf{Equação (B.I.1)}$$

Onde:
RedCgTT é o percentual de redução da carga térmica total anual da envoltória (%);
$CgTT_{refD}$ é a carga térmica total anual da edificação na sua condição de referência (kWh/ano);
$CgTT_{real}$ é a carga térmica total anual da edificação real (kWh/ano).

No caso de múltiplos equipamentos, os consumos anuais devem ser somados.

G.IV.2 Determinação do consumo do sistema de condicionamento de ar na condição de referência

O consumo do sistema de condicionamento de ar na condição de referência ($C_{AC,ref}$) é obtido pela Equação G.15 (por IDRS) e Equação G.16 (pelo COP), considerando o consumo nominal ($C_{AC,nom,IDRS,ref}$ ou $C_{AC,nom,COP,ref}$) referente a um equipamento classe C da categoria avaliada.

$$CgTT_{real} = CgTR_{real} \cdot FH_{desc} \qquad \textbf{Equação (B.I.2)}$$

Onde:
$CgTT_{real}$ é a carga térmica total anual da edificação real (kWh/ano);
$CgTR_{real}$ é a carga térmica de refrigeração anual da edificação real (kWh/ano);
FH_{desc} é a fração de horas de desconforto por calor em relação às horas de ocupação.

O consumo do sistema de ar condicionado na condição de referência das AUCs, de classe C, deve ser obtido por meio de um incremento ou decréscimo ao valor obtido de consumo nominal do equipamento para a condição real, dependendo da sua classe de eficiência. A Tabela G.10 determina esse incremento ou decréscimo para sistemas classificados pelo IDRS e a Tabela G.11 para sistemas classificados pelo COP.

Figura B.I.1 – Processo de divisão das zonas térmicas de análise; exemplo de separação de zonas térmicas: zonas 1 a 4 são perimetrais, e a zona 5 é interna

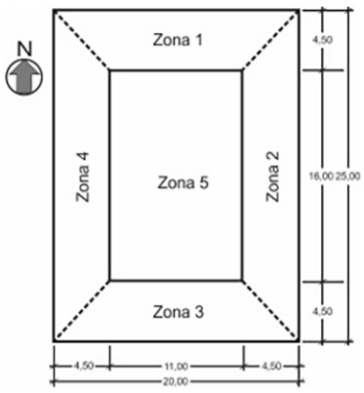
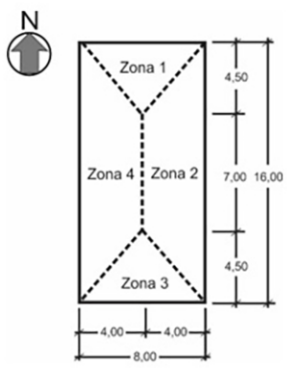


Figura B.I.2 – Processo de divisão das zonas térmicas de análise; exemplo de separação de zonas térmicas onde todas as zonas são perimetrais



Caso o sistema de condicionamento tenha capacidade superior a 17,6 kW (60.000 BTU/h) ou não seja feito por unidades individuais etiquetadas pelo Inmetro, deve-se utilizar o método que corresponda ao desejado descrito no Anexo B.II, da INI-C.

G.V SISTEMA DE AQUECIMENTO DE ÁGUA

Os critérios para avaliação do sistema de aquecimento de água das áreas de uso comum quanto à determinação de sua eficiência, consumo energético e determinação do percentual de redução do consumo de energia primária ($RedC_{AA,AUC}$) são os mesmos especificados no Anexo B.III.

Entretanto, o volume diário de água ($V_{dia,E\ ou\ T}$ - Equação B.III.11) a ser considerado para as áreas de uso comum é definido em função da área de uso comum sob avaliação, de acordo com a Tabela G.12.

Tabela G.12 - Volume diário de consumo de água quente por área de uso comum

Área de uso comum	Volume de água (m³)
Spa (m³/dia/leito)	0,12
Academias (m³/dia/ponto de banho)	0,10
Salão de festas (m³/dia/lugares)	0,01

Nota: Para as áreas comuns não existentes na Tabela G.12 devem ser utilizados dados de previsão de demanda de um projeto de água quente realizado por profissional da área.

Nota: Caso exista nas AUC apenas um chuveiro elétrico de uso eventual, este pode ser desconsiderado da avaliação.

G.VI GERAÇÃO LOCAL DE ENERGIA RENOVÁVEL

A avaliação do potencial de geração de energia elétrica a partir do uso de fontes locais de energia renovável deve ser realizada conforme Anexo D, considerando apenas as parcelas referentes às áreas de uso comum.

G.VII EMISSÕES DE DIÓXIDO DE CARBONO

A avaliação das emissões de dióxido de carbono deve ser realizada conforme Anexo E, considerando apenas as parcelas referentes às áreas de uso comum.

G.VIII USO RACIONAL DE ÁGUA

A avaliação do uso racional de água nas áreas de uso comum deve ser realizada conforme Anexo F, considerando as particularidades das áreas de uso comum.

ANEXO III - REQUISITOS DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE PARA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DAS EDIFICAÇÕES

1. Objetivo

Estabelecer critérios e procedimentos de avaliação da conformidade para edificações, com foco na eficiência energética, por meio do mecanismo de inspeção, visando estimular a concepção de edificações mais eficientes, atendendo às Instruções Normativas Inmetro definidas nos Anexos I e II.

2. Siglas

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas
AUC - Áreas de uso comum
Cgcre - Coordenação Geral de Acreditação
ENCE - Etiqueta Nacional de Conservação de Energia
INI-C - Instrução Normativa Inmetro para a Classificação de Eficiência Energética de Edificações Comerciais, de Serviços e Públicas
INI-R - Instrução Normativa Inmetro para a Classificação de Eficiência Energética de Edificações Residenciais
NR - Norma Regulamentadora
NT - Nota Técnica
OIA - Organismo de Inspeção Acreditado
OPC - Organismo de Certificação de Pessoas
PBE - Programa Brasileiro de Etiquetagem
PC - Profissional Certificado
RAC - Requisitos de Avaliação da Conformidade
UH - Unidade Habitacional

3. Documentos Complementares

ABNT NBR ISO/IEC 17020	Avaliação de conformidade - Critérios gerais para o funcionamento de diferentes tipos de organismos que executam inspeção.
ABNT NBR 5891	Regras de arredondamento na numeração decimal.
ASHRAE **Standard** 74	**Method Of Measuring Solar-Optical Properties Of Materials**
ANSI/ASHRAE Standard 140	**Standard Method of Test for the Evaluation of Building Energy Analysis Computer Program.**
ASTM C1549	Standard Test Method for Determination of Solar Reflectance Near Ambient Temperature Using a Portable Solar Reflectometer
ASTM E1918	Standard Test Method for Measuring Solar Reflectance of Horizontal and Low-Sloped Surfaces in the Field
ASTM E903	Standard Test Method for Solar Absorptance, Reflectance, and Transmittance of Materials Using Integrating Spheres
Norma Regulamentadora NR6	Equipamentos de Proteção Individual - EPI.
Notas Técnicas PBE Edifica	Notas técnicas contendo correções textuais e esclarecimentos técnicos a respeito da INI-C, INI-R e RAC, publicadas no site do PBE Edifica.
Portaria Inmetro vigente	Regulamento para uso das Marcas, dos Símbolos de Acreditação, de Reconhecimento da Conformidade aos Princípios das Boas Práticas de Laboratório - BPL e, dos Selos de Identificação do Inmetro.
Portaria Inmetro vigente	Instrução Normativa Inmetro para a Classificação de Eficiência Energética de Edificações Comerciais, de Serviços e Públicas (INI-C)
Portaria Inmetro vigente	Instrução Normativa Inmetro para a Classificação de Eficiência Energética de Edificações Residenciais (INI-R)
Portaria Inmetro nº 248, de 2015	Aprova a revisão do Vocabulário Inmetro de Avaliação da Conformidade com termos e definições utilizados pela Diretoria de Avaliação da Conformidade do Inmetro

4. Definições

Para fins deste RAC são adotadas as definições a seguir, complementadas pelas definições contidas nos documentos citados no item 3 e nos Anexos Específicos I e II deste RAC para cada tipologia de edificação.

4.1 Alvará de Conclusão

Licença oficial que comprova que a obra foi realizada em conformidade com o projeto arquitetônico e de engenharia aprovado pelos órgãos públicos competentes, autorizando a ocupação para o fim a que se destina.

4.2 Assinatura digital

Assinatura em meio digital que garante que determinado documento eletrônico não foi modificado após a assinatura. A assinatura digital deve estar associada a um certificado digital, de forma a garantir que as informações do usuário, pessoa física ou jurídica, estão protegidas.

4.3 Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE)

Etiqueta concedida a produtos e edificações com eficiência energética avaliada pelo Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE).

4.4 Evidência

Dados que apoiam a existência ou a veracidade de alguma ocorrência.

4.5 Inspetor

Profissional qualificado do OIA, ou profissional certificado, conforme o Anexo A deste documento, com a atribuição de avaliar a conformidade de um projeto ou edificação, de acordo com o estabelecido nesta portaria.

4.6 Inspeção de projeto

Avaliação da conformidade do projeto da edificação, a partir da análise documental, conforme INI específica para a respectiva tipologia de edificação.

4.7 Inspeção da edificação construída

Avaliação da conformidade da edificação construída, a partir da análise documental e levantamento de dados in loco, de acordo com a INI específica para a respectiva tipologia de edificação.

4.8 Não conformidade

Para fins deste documento, são consideradas não conformidades: diferenças encontradas entre projeto e modelo de simulação; diferenças entre projeto e edificação - desde que diminuam a classe de eficiência; incompatibilidades entre os projetos e/ou declarações; falta de documentos; documentos incompatíveis ou qualquer contratempo que impossibilite a inspeção por parte do OIA/PC; ou, o não atendimento a algum requisito desta portaria.

4.9 Nota técnica

Documento com correções textuais, esclarecimentos, interpretações e atualizações da INI-C, INI-R e RAC, disponíveis no endereço: <pbeedifica.com.br/notas-tecnicas>.

4.10 Organismo de Inspeção Acreditado (OIA-EEE)

Pessoa jurídica, de direito público ou privado, cuja competência é reconhecida formalmente pela Coordenação Geral de Acreditação (Cgcre). Para o Programa Brasileiro de Etiquetagem de Edificações, o OIA-EEE é um dos responsáveis por emitir as ENCEs, segundo o seu escopo de acreditação. A lista com os OIAs está disponível no endereço eletrônico: <inmetro.gov.br/organismos/index.asp>. Para fins deste documento OIA-EEE será referenciado apens como OIA.

4.11 Organismo de Certificação de Pessoas (OPC)

Pessoa jurídica, de direito público ou privado, cuja competência é reconhecida formalmente pela Coordenação Geral de Acreditação (Cgcre) e responsáveis pelo reconhecimento formal dos profissionais certificados. A lista com os OPCs está disponível no endereço eletrônico: <inmetro.gov.br/organismos/index.asp>

4.12 Profissional Certificado (PC)

Profissional com reconhecimento formal de sua competência e qualificação por OPC acreditado pela Cgcre/Inmetro ou designado pelo Inmetro, habilitados para realizar inspeções segundo o Programa Brasileiro de Etiquetagem de Edificações. O PC é um dos responsáveis por emitir as ENCEs, desde que atenda as limitações descritas no Anexo A e limites da certificação.

4.13 Proprietário

Pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, detentora da propriedade da edificação.

4.14 Solicitante

Proprietário ou pessoa física ou jurídica por ele designada para realizar a solicitação da ENCE.

5. Mecanismo De Avaliação Da Conformidade

5.1 O mecanismo de Avaliação da Conformidade para eficiência energética de edificações é a Inspeção.

5.1.1 A classificação de uma edificação quanto à eficiência energética é obtida por meio da inspeção de projeto e/ou da inspeção in loco da edificação construída.

5.1.2 Edificações de uso misto, parte comercial e parte residencial, devem ter suas parcelas avaliadas separadamente, de acordo com a respectiva INI.

5.2 A lista com os OIAs está disponível no endereço eletrônico: <inmetro.gov.br/organismos/index.asp>

5.3 Para realizar as inspeções, seja de projeto ou da edificação construída, o profissional certificado (PC) deve estar com seu certificado válido e registro no OPC atualizado. Este documento deve estar dentro da validade durante todo o processo, do início da inspeção até a emissão da ENCE.

5.4 O perfil e as atribuições do inspetor de edificações, do OIA e do PC estão definidos no Anexo A deste RAC.

5.5 A inspeção das edificações, realizada pelo OIA ou PC, deve ser realizada de acordo com o detalhamento previsto nos Anexos Específicos A e B deste RAC, conforme a tipologia das edificações.

5.6 As notas técnicas são documentos publicados sempre que for necessário esclarecer, atualizar ou corrigir alguma parte do texto da INI-C, INI-R ou RAC.

5.6.1 As notas técnicas devem ser consideradas em todas as inspeções contratadas após a data de sua publicação.

Nota: Recomenda-se o uso das notas técnicas para as inspeções em andamento, desde que o OIA/PC obtenha o consenso do solicitante.

5.6.2 Sempre que o texto da nota técnica contradizer seu texto base (RAC ou INI), deve-se adotar o texto mais recente.

5.7 O foco deste RAC é a eficiência energética e, portanto, o Inmetro, os Organismos de Inspeção Acreditados (OIAs) e os Profissionais Certificados (PCs) se eximem dos problemas que por ventura possam ser causados à edificação e aos usuários pela não observância das normas da ABNT, que são de exclusiva atribuição do projetista.

6. ETAPAS DA Avaliação Da Conformidade

6.1 Solicitação

6.1.1 Para iniciar o processo de obtenção da ENCE, o solicitante deve encaminhar ao OIA/PC os seguintes documentos:

a) Formulário de Solicitação de Emissão da ENCE, assinado pelo solicitante, conforme Anexo B deste RAC;

b) Termo de Compromisso, conforme Anexo C deste RAC;

c) Termo de Ciência sobre o Entorno, assinado pelo solicitante, conforme Anexo D deste RAC, para avaliações em que é considerado o ângulo de obstrução vizinha, para os métodos simplificados ou de simulação da INI-C e INI-R, ou avaliações com simulação de iluminação natural da INI-C;

d) declaração, assinada pelo solicitante ou profissional por ele autorizado, para a conferência dos limites de aplicação dos métodos propostos nas INIs, conforme Anexo Específico I.1 ou Anexo Específico II.1, quando a envoltória for avaliada pelo método simplificado;

e) cópia, preferencialmente digital, do Contrato ou Estatuto Social da Empresa, caso o solicitante seja pessoa jurídica.

Nota 1: Os documentos acima listados devem ser enviados, preferencialmente, de forma eletrônica com a assinatura digital dos responsáveis. Alternativamente, os documentos podem ser enviados de forma física, devidamente assinados.

Nota 2: O OIA/PC poderá solicitar outros documentos além dos supracitados, caso julgue necessário.

6.1.2 Caso o processo tenha sido iniciado e a solicitação seja considerada inviável, o OIA/PC deve comunicar por escrito ao solicitante o motivo da inviabilidade do atendimento e devolver toda a documentação apresentada.

6.1.3 Quando se tratar de edificações novas, após a avaliação da etapa de inspeção de projeto, o solicitante deve requerer a(s) ENCE(s) da Edificação Construída, em um prazo de cinco anos, ou quando finalizada a obra.

6.1.4 A solicitação da ENCE da Edificação Construída deve ocorrer após finalizada a obra e expedido o alvará de conclusão ou com a edificação em estágio que possibilite a inspeção in loco, após feita a ligação definitiva com a concessionária para fornecimento de energia elétrica e com a distribuidora de gás combustível (aplicável quando houver sistema de aquecimento de água a gás natural na edificação).

Nota: Quando se tratar de edificações existentes, em processo de retrofit ou reforma, o solicitante deve requerer a(s) ENCE(s) da Edificação Construída após finalizada a reforma do(s) sistema(s) avaliado(s).

6.1.5 A solicitação da ENCE de projeto é opcional para as edificações existentes. No caso destas edificações, pode-se solicitar diretamente a ENCE de Edificação Construída, a ser emitida com base na inspeção da edificação construída e no projeto as built.

6.1.6 De acordo com o método de avaliação escolhido, o solicitante deve encaminhar os documentos descritos nos itens 4 (Inspeção de Projeto) ou itens 6 e (Inspeção da Edificação Construída) dos Anexos Específicos I e II deste RAC, conforme a ENCE desejada.

6.1.6.1 Caso opte pelos métodos prescritivo ou simplificado, o solicitante deve manifestar se enviará o levantamento de dados detalhado ou se cabe ao OIA/PC realizar o levantamento de forma integral.

6.1.6.2 Caso opte pelo método de simulação, o solicitante deve manifestar se efetuará a simulação completa ou se o OIA/PC deve realizá-la.

Nota 1: Os métodos de avaliação empregados pelo OIA/PC na etapa de projeto da edificação podem ser prescritivo (somente para edificações residenciais), simplificado ou simulação computacional, definidos nas INIs.

Nota 2: A definição do método de avaliação é feita com base nos limites apresentados no escopo de cada método. Caso a edificação atenda aos limites de mais de um método, fica a critério do solicitante a escolha do método a ser aplicado.

6.1.7 A inspeção de projeto ou da edificação construída só deverá ser iniciada após o recebimento de toda a documentação descrita no item 6.1.6. Caso sejam identificadas inconsistências durante o processo de avaliação, estas deverão ser tratadas como não conformidades, conforme o item 6.4.

6.1.8 O solicitante pode indicar um ou mais profissionais qualificados e de sua responsabilidade para o envio de documentação e respostas de dúvidas referentes à(s) edificação(ões) em processo para obtenção da ENCE.

6.2 Inspeção de projeto

6.2.1 De posse da documentação, descrita nos itens 4 e 6 dos Anexos Específicos I e II deste RAC, o OIA/PC deve realizar a inspeção dos projetos e demais itens, de acordo com o método a ser aplicado, conforme as INIs e os procedimentos e níveis de tolerância estabelecidos nos referidos Anexos Específicos.

6.2.2 Finalizada a inspeção de projeto, o OIA/PC deve encaminhar ao Procel Edifica e ao CB3E, todos os documentos listados abaixo, e, ao Inmetro os itens c) e d), em formato eletrônico:

a) cópias do Formulário de Solicitação de Emissão da ENCE, do Termo de Compromisso e do Contrato ou Estatuto Social da Empresa (caso o solicitante seja pessoa jurídica);

b) o(s) Relatório(s) de Inspeção do Projeto - conforme conteúdo mínimo especificado nos itens F.8 e G.8 deste Anexo;

c) planilha de inspeção, disponível no seguinte endereço eletrônico: <pbeedifica.com.br/anexos_rac>;

d) a(s) ENCE(s) do Projeto e a respectiva página complementar - conforme Anexo IV.

Nota 1: Quando da disponibilização do sistema de cadastro das ENCEs, cada OIA/PC deve possuir seu próprio login e senha para acesso e inclusão das informações no referido sistema.

Nota 2: A planilha de inspeção contém os dados utilizados para as inspeções realizadas por meio do método simplificado e/ou do método de simulação. Esta planilha deve ser preenchida pelo OIA/PC após a inspeção, tanto para inspeção de projeto quanto para a edificação construída.

6.2.3 As Tabelas de Eficiência Energética de Edificações, contendo as informações contidas na ENCE, poderão ser consultadas no endereço eletrônico: <inmetro.gov.br/consumidor/pbe/edificacoes.asp>.

6.2.4 Finalizada a inspeção de projeto, o OIA/PC deve encaminhar ao solicitante, por meio eletrônico:

a) o(s) Relatório(s) de Inspeção do Projeto - conforme conteúdo mínimo especificado no item 8 dos Anexos Específicos deste RAC;

b) a(s) ENCE(s) de Projeto e a respectiva página complementar - conforme Anexo IV.

6.2.5 A ENCE de Projeto é válida por no máximo 5 anos a partir da sua emissão, ou até a conclusão da construção da edificação - o que ocorrer primeiro.

6.2.6 A perda da validade implica na inclusão do status: "ENCE de Edificação Construída Pendente" nas Tabelas de Eficiência Energética, e na indisponibilidade de acesso à ENCE via QR Code.

6.3 Inspeção da edificação construída

6.3.1 As edificações avaliadas na etapa de projeto devem ser submetidas à inspeção da edificação construída após a obra estar finalizada, atendendo ao item 6.1.4. O OIA/PC deve realizar a inspeção da edificação construída e demais itens, de acordo com o método a ser aplicado, conforme as INIs,e os procedimentos e níveis de tolerância estabelecidos nos referidos Anexos Específicos.

6.3.2 A inspeção in loco somente pode ser agendada após a instalação dos sistemas avaliados, que devem estar em plenas condições de funcionamento.

6.3.3 Em edificações existentes, o solicitante pode requerer somente a etiqueta da edificação construída. Nestes casos, o solicitante deve requerer ao OIA/PC a realização da inspeção mediante a entrega da documentação listada no item 6.1, além dos documentos necessários conforme item 4 dos Anexos Específicos deste RAC.

6.3.4 Para as edificações que possuem ENCE de Projeto, o OIA/PC deve receber e conferir se os documentos relativos à edificação construída estão em conformidade com os analisados para a obtenção da ENCE de Projeto.

6.3.5 Caso ocorram alterações em relação à documentação analisada para a ENCE de Projeto, o solicitante deve enviar ao OIA/PC o projeto como construído (as built) evidenciando os itens alterados. A inspeção da edificação construída deverá basear-se neste projeto e nas evidências levantadas in loco.

6.3.6 Por ocasião da inspeção in loco, o solicitante deve indicar um ou mais profissionais qualificados e de sua responsabilidade para acompanhar o(s) inspetor(es) do OIA/PC.

6.3.7 O OIA/PC deve conferir, durante a realização da inspeção e conforme o item 7 dos Anexos Específicos deste RAC, se o que foi construído está de acordo com o projetado.

6.3.8 O levantamento in loco, etapa de inspeção da edificação construída, pode, de forma alternativa ser realizado de forma remota.

6.3.8.1 Cabe ao OIA/PC determinar os critérios para a realização das inspeções de forma remota, assim como definir em que casos estas podem ser realizadas.

6.3.8.2 Para as inspeções realizadas de forma remota, deve-se seguir os seguintes procedimentos:

a) o OIA/PC deve agendar a inspeção com os profissionais responsáveis pela edificação e sistemas implantados;

b) os profissionais responsáveis pela edificação darão apoio ao inspetor. Estes profissionais deverão realizar as medições necessárias, mostrar as partes do sistema conforme solicitação do inspetor e responder às dúvidas que surgirem durante a inspeção;

c) os profissionais responsáveis pela edificação deverão ter o conhecimento necessário da edificação e do sistema avaliado, assim como acesso a todas as partes do edifício e sistema avaliado;

d) a inspeção deve ser realizada em tempo real por meio de vídeo-chamada;

e) cabe ao inspetor dar as orientações e conduzir os levantamentos necessários a serem realizados durante a inspeção remota;

f) ao final da inspeção in loco, os profissionais responsáveis pela edificação e sistemas implantados devem enviar ao OIA/PC as fotografias e documentações solicitadas pelo inspetor durante a inspeção remota.

6.3.9 Nas inspeções realizadas pelo o OIA, este pode solicitar a um PC para realizar o levantamento in loco. Nestes casos, o OIA e PC devem seguir os seguintes itens:

a) cabe ao OIA realizar o planejamento da inspeção e a análise de dados;

b) o PC deve estar habilitado para realizar tal inspeção;

c) o PC deve realizar o levantamento de dados na edificação, de forma presencial, e enviar ao OIA todos os dados levantados, por meio de planilhas, fotografias e vídeos, além de outros formatos definidos pelo OIA.

Nota: Neste caso, o PC possui atribuições de inspetor e deve realizar o levantamento in loco conforme planejamento do inspetor do OIA responsável pela avaliação.

6.3.10 O solicitante deve ser comunicado quando as alterações indicadas reduzirem a classificação de eficiência energética da edificação, por meio do relatório de Não Conformidades, e terá a opção de efetuar ajustes na edificação.

6.3.11 Finalizada a inspeção da edificação construída, o OIA/PC deve encaminhar ao Procel Edifica e ao CB3E, todos os documentos listados abaixo, e, ao Inmetro, os itens c) e d), em formato eletrônico:

a) cópias do Formulário de Solicitação de Emissão da ENCE, do Termo de Compromisso e do Contrato ou Estatuto Social da Empresa (caso o solicitante seja pessoa jurídica);

b) o(s) Relatório(s) de Inspeção da Edificação Construída - conforme conteúdo mínimo especificado nos itens F.8 e G.8 deste Anexo;

c) planilha de inspeção disponível no endereço eletrônico: <pbeedifica.com.br/anexos_rac>;

d) a(s) ENCE(s) da Edificação Construída e a respectiva página complementar - conforme Anexo IV.

Nota 1: Quando da disponibilização do sistema de cadastro das ENCEs, cada OIA/PC deve possuir seu próprio login e senha para acesso e inclusão das informações no referido sistema.

Nota 2: A planilha de inspeção contém os dados utilizados para as inspeções realizadas por meio do método simplificado e/ou do método de simulação. Esta planilha deve ser preenchida pelo OIA/PC após a inspeção, tanto para inspeção de projeto quanto para a edificação construída.

6.3.12 As Tabelas de Eficiência Energética de Edificações, contendo as informações contidas na ENCE, poderão ser consultadas no endereço eletrônico: <inmetro.gov.br/consumidor/pbe/edificacoes.asp>, .

6.3.14 Finalizada a inspeção da edificação construída, o OIA/PC deve encaminhar ao solicitante, por meio digital:

a) o(s) Relatório(s) de Inspeção da Edificação Construída - conforme conteúdo mínimo especificado no item 8 dos Anexos Específicos deste RAC; e

b) a(s) ENCE(s) da Edificação Construída e a respectiva página complementar - conforme Anexo IV desta portaria.

6.4 Tratamento de não conformidades

6.4.1 As não conformidades identificadas durante a inspeção devem ser registradas no Relatório de Não Conformidades e este deve ser enviado ao solicitante e/ou responsável técnico.

6.4.2 O Relatório de Não Conformidades deve conter:

a) não conformidades e evidências levantadas;

b) tipo da não conformidade (documento/informação ausente; incompatibilidade entre documentos; diferença entre projeto avaliado e edificação construída, com diminuição na classe de eficiência energética; ou o não atendimento a algum requisito deste RAC, conforme definido no item 4.8);

c) impacto na inspeção (suspensão da emissão da ENCE; diminuição na classe de eficiência energética da edificação construída; etc.);

d) diretrizes da correção necessária (critérios do RAC a serem atendidos, correção de diferenças entre projeto, modificações na edificação para que esta esteja adequada ao projeto já avaliado, etc.); e

e) prazo para apresentação das ações corretivas.

Nota: O prazo para emissão da ENCE fica suspenso até as ações corretivas serem enviadas ao OIA/PC.

6.4.3 Durante a inspeção, o OIA/PC pode optar por entrar em contato com o responsável técnico (indicado no Anexo B deste RAC) para resolver dúvidas de interpretação de projeto, ou pequenas incompatibilidades na documentação. Nestes casos, estas informações devem ser registradas no relatório de inspeção. Cabe ao OIA/PC definir quando utilizar este procedimento ou emitir o relatório de não conformidades.

6.4.4 Para inspeções pelo método de simulação, as diferenças encontradas entre o projeto e o modelo são consideradas não conformidades, salvo as simplificações necessárias para a elaboração do modelo. Nestes casos, as simplificações devem ser justificadas no relatório enviado pelo responsável técnico e serem aprovadas pelo OIA/PC.

6.4.5 Para as simulações termoenergética e de iluminação natural, o não atendimento aos requisitos de software, arquivo climático e modelagem são considerados não conformidades.

6.4.6 Na etapa de inspeção da edificação construída, não são consideradas não conformidades as diferenças entre o projeto e a edificação construída quando as diferenças impliquem no aumento da classe de eficiência.

6.4.7 As diferenças entre projeto e edificação construída, identificadas durante o levantamento in loco devem ser informadas, no ato, ao representante do solicitante e registradas no Relatório de Evidências.

6.4.7.1 Para as edificações com ENCE de Projeto, o OIA/PC deve analisar as evidências identificadas em campo e incluir no relatório de não conformidades somente aquelas que diminuam a classe de eficiência energética do sistema.

6.4.7.2 Após o recebimento do Relatório de Não Conformidades, o solicitante deve encaminhar, no prazo máximo determinado pelo OIA/PC, as evidências da implementação das ações corretivas das não conformidades relatadas. Cabe ao OIA/PC, após a análise das evidências, proceder ou não outra inspeção in loco. Ao final do prazo, o OIA/PC deve emitir a ENCE com a classificação final obtida, de acordo com as evidências verificadas.

6.4.7.3 No caso de uma não conformidade que altere a classe de eficiência energética, o solicitante pode decidir não fazer as correções, devendo informar ao OIA/PC dentro do prazo estipulado no Relatório de Não Conformidades.

6.4.8 A evidência objetiva do tratamento das não conformidades é requisito para a emissão da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia - ENCE.

7. Tratamento de reclamações

7.1 O OIA/PC deve dispor de uma sistemática para o tratamento de reclamações de seus clientes e manter registros de todas as reclamações e apelações recebidas, bem como de todas as ações adotadas.

7.2 O OIA/PC deve disponibilizar aos seus clientes canais de fácil acesso e atendimento para o registro de reclamações e apelações.

7.3 O OIA/PC deve possuir política e dispor de procedimentos documentados para tratar de reclamações e/ou apelações recebidas de clientes, ou de outras partes, relacionadas com as suas atividades, assegurando a imparcialidade no tratamento e contemplando, no mínimo, os requisitos a seguir:

a) uma sistemática para tratamento das reclamações que evidencie que o OIA/PC:

- valoriza e dá efetivo tratamento às reclamações apresentadas por seus clientes;

- conhece e compromete-se a cumprir e sujeitar-se às penalidades previstas nas leis, especificamente na Lei nº. 8078 de 11 de setembro de 1990;

- define responsabilidades que assegurem a imparcialidade quanto ao tratamento das reclamações e/ou apelações;

- confirma o recebimento da reclamação e fornece informações sobre o andamento do tratamento;

- compromete-se a responder a qualquer reclamação encaminhada pelo Inmetro no prazo definido;

- realiza o rastreamento e registro das reclamações, incluindo as ações adotadas durante o tratamento;

- é capaz de assegurar que quaisquer correções e ações corretivas sejam adotadas;

- é capaz de assegurar a confidencialidade do reclamante e/ou do demandante da apelação, aplicável apenas ao OIA;

- é capaz de encaminhar resposta formal ao reclamante e/ou demandante da apelação.

b) o procedimento para adoção da ação corretiva no tratamento de reclamações e/ou apelações deve contemplar a investigação e análise da causa-raiz da eventual irregularidade.

Nota: No caso dos OIAs, a sistemática para tratamento das reclamações deve ser assinada pela alta direção.

7.4 Periodicamente, o OIA/PC deve analisar criticamente as reclamações e apelações visando à melhoria do seu sistema de gestão da qualidade. Registros decorrentes dessas análises devem ser mantidos acessíveis ao Inmetro.

7.5 Em caso de dúvidas, reclamações e sugestões, o canal a ser utilizado é a Ouvidoria do Inmetro, nos canais disponibilizados em https://www.gov.br/inmetro/pt-br/canais_atendimento/ouvidoria/faca-sua-manifestacao.

8. Etiqueta Nacional De Conservação De Energia - Ence

8.1 Concessão da autorização

8.1.1 A Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) para Edificações tem por objetivo informar a eficiência energética de edificações por meio de sua classificação nas faixas que variam de A (mais eficiente) até E (menos eficiente), conforme as especificações e modelos definidos nos Anexos Específicos e Anexo IV.

8.1.2 A ENCE pode ser emitida, para cada uma das etapas de inspeção:

- ENCE de Projeto da Edificação, entregue após a inspeção de projeto;

- ENCE da Edificação Construída, entregue após a inspeção da edificação construída.

8.1.3 A concessão da ENCE de Projeto refere-se somente ao projeto, não dispensando, em hipótese alguma, a ENCE da Edificação Construída.

8.1.4 Para a emissão da ENCE de Projeto ou da Edifciação Construída, o OIA/PC deve cadastrar a ENCE e gerar o QR code em área de acesso restrito no site do PBE Edifica, que armazenará as etiquetas e dará acesso à página complementar da ENCE, no site do PBE.

8.1.5 O preenchimento da ENCE, pelo OIA/PC, deve seguir as diretrizes do Manual de Preenchimento da ENCE, disponível no o seguinte endereço eletrônico: <pbeedifica.com.br/anexos_rac>.

8.1.6 A autorização para uso da ENCE somente é concedida depois de cumpridos todos os requisitos exigidos neste RAC.

8.1.7 O uso da ENCE também está condicionado aos compromissos assumidos por meio do Termo de Compromisso (Anexo C deste RAC) e do Termo de Ciência sobre o Entorno (Anexo D deste RAC), quando cabível.

8.2 Aplicação

8.2.1 As ENCEs das Edificações Construídas devem ser fixadas em local visível ao público e usuários nas edificações, blocos, pavimentos ou conjuntos de salas inspecionados

8.2.1.1 A página complementar não necessita estar expostas na edificação. Esta poderá ser acessada, em meio eletrônico, por meio do QR Code contido na ENCE.

8.2.1.2 Para as unidades autônomas, como as Unidades Habitacionais (UHs), não recai esta exigência, devendo o solicitante entregar as ENCEs aos futuros proprietários.

8.2.2 No caso de fornecimento da(s) ENCE(s) da Edificação Construída para um complexo de edificações, esta(s) deve(m) ser fixadas em local visível no bloco mais próximo ao acesso do logradouro principal do complexo.

8.2.3 A(s) ENCE(s) de Projeto poderão ser divulgadas enquanto válidas ou divulgadas e fixadas na edificação apenas se esta for apresentada juntamente com a ENCE da Edificação Construída.

8.2.4 O uso das ENCEs deve observar as determinações do Regulamento para o uso das Marcas, dos Símbolos de Acreditação, de Reconhecimento da Conformidade aos Princípios das Boas Práticas de Laboratório - BPL e, dos Selos de Identificação do Inmetro.

8.2.5 Toda publicidade coletiva que implique em reconhecimento oficial de assuntos relacionados com a ENCE é de competência do Inmetro. Não deve haver publicidade envolvendo a ENCE que seja depreciativa, abusiva, falsa ou enganosa, bem como em outros produtos, que não aqueles objetos da autorização de uso.

8.2.6 A divulgação publicitária pode ser realizada desde que submetida à prévia análise de conteúdo pelo Inmetro.

8.3 Suspensão ou cancelamento da autorização

8.3.1 O Inmetro poderá aplicar a suspensão ou o cancelamento da ENCE se esta for utilizada em outra edificação ou outra parte da mesma que não o objeto da autorização; se o solicitante não cumprir as responsabilidades e obrigações determinadas no item 9 deste RAC; e nos casos previstos no Regulamento para uso das Marcas, dos Símbolos de Acreditação, de Reconhecimento da Conformidade aos Princípios das Boas Práticas de Laboratório - BPL e, dos Selos de Identificação do Inmetro.

8.3.2 A suspensão ou cancelamento da autorização será confirmada pelo Inmetro por meio de documento oficial.

8.3.3 Ao final do período de suspensão, o Inmetro verificará se as condições estipuladas para nova autorização foram atendidas. Em caso afirmativo, o solicitante autorizado será notificado de que a autorização entrará novamente em vigor e, em caso negativo, o Inmetro cancelará a autorização.

9. Responsabilidades e obrigações

9.1 Para o Solicitante

a) Cumprir com todas as condições estabelecidas neste RAC e nas INIs;

b) Arcar diretamente com as responsabilidades técnica, civil e penal relativas ao projeto e à edificação inspecionada/etiquetada;

c) Comunicar ao OIA/PC, no momento da solicitação da inspeção in loco, qualquer alteração que implique em mudanças na edificação entre as etapas de inspeção de projeto e inspeção in loco;

d) Cumprir com as Normas Brasileiras aplicáveis e as disposições referentes às ENCEs determinadas neste RAC;

e) Acatar e facilitar os trabalhos de inspeção e possíveis atualizações e conferência de dados executados pelos OIA/PCs;

f) Acatar as decisões tomadas pelo Inmetro, conforme as disposições deste RAC;

g) Solicitar autorização para a publicidade, observando o disposto no item 8.2.6.

9.2 Para o OIA

a) Implementar os procedimentos de avaliação da conformidade de acordo com os requisitos estabelecidos neste RAC, dirimindo obrigatoriamente as dúvidas com o Inmetro;

b) Uma vez implementado, utilizar sistema de banco de dados fornecido pelo Inmetro para manter atualizadas as informações acerca das edificações etiquetadas;

c) Dar livre acesso ou fornecer ao Inmetro toda documentação exigida durante o processo;

d) Notificar imediatamente ao Inmetro o ato praticado por qualquer ente envolvido no processo que esteja em desacordo com o descrito neste documento, bem como ato que possa sujeitar em suspensão ou cancelamento da ENCE;

e) Acatar eventuais penalidades impostas pelo Inmetro;

f) Repassar para o solicitante as exigências estabelecidas pelo Inmetro;

h) Informar o Inmetro sobre fatos que possam comprometer a credibilidade da ENCE e a imagem do Inmetro;

i) Participar de comparações entre os OIAs quando determinado pelo Inmetro; e

j) Fornecer dados requeridos pelo Inmetro.

9.3 Para o PC

a) Implementar os procedimentos de avaliação da conformidade de acordo com os requisitos estabelecidos neste RAC, dirimindo obrigatoriamente as dúvidas com o Inmetro;

b) Uma vez implementado, utilizar sistema de banco de dados fornecido pelo Inmetro para manter atualizadas as informações acerca das edificações etiquetadas;

c) Dar livre acesso ou fornecer ao OPC toda documentação exigida durante o processo;

d) Notificar imediatamente ao Inmetro o ato praticado por qualquer ente envolvido no processo que esteja em desacordo com o descrito neste documento, bem como ato que possa sujeitar em suspensão ou cancelamento da ENCE;

e) Acatar eventuais penalidades impostas pelo Inmetro ou pelo OPC;

f) Repassar para o solicitante as exigências estabelecidas pelo Inmetro;

g) Informar o Inmetro sobre fatos que possam comprometer a credibilidade da ENCE e a imagem do Inmetro;

h) Participar de comparações entre os PCs quando determinado pelo Inmetro;

i) Fornecer dados requeridos pelo Inmetro;

j) Manter os requisitos necessários para garantir a manutenção da certificação.

9.4 Para o Inmetro

a) Manter atualizadas as informações acerca das edificações com ENCE emitidas;

b) Manter atualizadas as informações em seu site e solicitar oficialmente a atualização de documentos do PBE Edifica que referenciem seu site;

c) Refletir em todos seus documentos a imparcialidade, isonomia e equidade no que diz respeito aos OIA/PC.

ANEXO A - PERFIL E ATRIBUIÇÕES DO INSPETOR DE EDIFICAÇÕES E DO ORGANISMO DE INSPEÇÃO ACREDITADO E DO PROFISSIONAL CERTIFICADO

A.1 Objetivo

Este Anexo tem como objetivo descrever o perfil e atribuições que o inspetor, os Organismos de Inspeção Acreditados (OIAs) e os Profissionais Certificados (PC) devem possuir para avaliar a conformidade das edificações quanto aos parâmetros definidos nas INIs.

A.2 Atribuições do Inspetor

Denomina-se como inspetor o profissional que possui uma ou mais das seguintes atribuições:

- Inspeção de projeto pelo método prescritivo;

- Inspeção de projeto pelo método simplificado;

- Inspeção de projeto pelo método de simulação;

- Inspeção da edificação construída.

A.3 Formação do Inspetor

A.3.1 O inspetor deve possuir um ou mais dos seguintes cursos, de acordo com sua(s) atribuição(ões).

a) Curso superior reconhecido pelo MEC com titulação de arquiteto ou arquiteto e urbanista;

b) Curso superior reconhecido pelo MEC com titulação de engenheiro civil;

c) Curso superior reconhecido pelo MEC com titulação de engenheiro mecânico;

d) Curso superior reconhecido pelo MEC com titulação de engenheiro de energias renováveis, ou engenheiro de energia;

e) Curso superior reconhecido pelo MEC com titulação de engenheiro eletricista; e/ou

f) Curso superior reconhecido pelo MEC com titulação em outra engenharia, ou outro curso superior na área de exatas, desde que com formação complementar na área de edificações.

A.3.2 A inspeção da envoltória deve ser realizada por profissional de nível superior de acordo com os itens A.3.1 a) ou A.3.1 b).

A.3.3 Para a Inspeção do sistema de condicionamento de ar, devem ser observados os requisitos a seguir.

A.3.3.1 A inspeção deve ser realizada por profissional de nível superior de acordo com os itens A.3.1 a), A.3.1 b) ou A.3.1 c).

A.3.3.2 Para equipamentos com capacidade superior a 17,6 kW, a inspeção deve ser realizada por profissional de nível superior de acordo com os itens A.3.1 a) ou A.3.1 b), com formação complementar em projeto de condicionamento de ar; ou, de acordo com o item A.3.1 c).

A.3.4 A inspeção do sistema de iluminação deve ser realizada por profissional de nível superior de acordo com os itens A.3.1 a), A.3.1 b) ou A.3.1 e).

A.3.5 A inspeção do sistema de aquecimento de água deve ser realizada por profissional de nível superior de acordo com os itens A.3.1 a), A.3.1 b) ou A.3.1 f), desde que conhecimento comprovado para a inspeção de sistemas de aquecimento de água.

A.3.6 A inspeção de sistemas de geração local de energia renovável deve ser realizada por profissional de nível superior de acordo com os itens: A.3.1 d) ou A.3.1 e); ou com os itens A.3.1 a), A.3.1 b) ou A.3.1 f), desde que possuam conhecimento comprovado para a inspeção de sistemas de geração local de energia renovável.

A.3.7 A inspeção de outros sistemas avaliados deve ser realizada por um dos profissionais de nível superior descritos no item A.3.1 a) a A.3.1 f).

A.3.8 A inspeção de projeto pelo método de simulação deve ser realizada por um dos profissionais de nível superior descritos no item A.3.1, subitens a) a f). As especificidades de cada sistema devem ser avaliadas pelos inspetores habilitados para a avaliação de cada sistema específico, de acordo com os itens A.3.2 a A.3.6.

A.3.9 A inspeção da edificação construída deve ser realizada por um dos profissionais de nível superior descritos no item A.3.1, de acordo com o sistema avaliado.

A.3.10 Entende-se por formação complementar, citado no item A.3, pós-graduação nas áreas especificadas, disciplinas de graduação, mestrado e/ou doutorado, com comprovação em histórico escolar; curso de capacitação técnica com certificado; certificação profissional na área, ou experiência profissional comprovada.

A.4 Capacitação específica do inspetor

A.4.1 O inspetor deve estar devidamente registrado no Conselho de Classe específico, de acordo com sua formação.

A.4.2 A verificação do método de simulação deve ser realizada por um inspetor que tenha experiência comprovada (acadêmica, curso com certificado ou experiência profissional comprovada) em simulações com um ou mais dos programas verificados.

A.5 Equipe técnica dos organismos de inspeção acreditados (oia)

A.5.1 O OIA deve dispor de um mínimo de 1 (um) profissional de nível superior que atenda às exigências dos itens A.3 e A.4 de acordo com seu escopo de acreditação. Quando o OIA possuir apenas um inspetor, este deve estar de acordo com o item A.3.2.

A.5.2 Para que o OIA complemente seu corpo técnico, é possível contratar os inspetores de acordo com as demandas de inspeção, desde que estes atendam às exigências do item A.3 e o disposto no item A.4, de acordo com o seu escopo de acreditação. Os inspetores devem estar treinados de acordo com o sistema da qualidade do Organismo de Inspeção Acreditado.

A.5.3 O planejamento da inspeção e a análise dos dados devem ser, exclusivamente, realizados por profissional de nível superior de acordo com exigências do item A.3.1 a) ou A.3.1 b).

A.5.4 O OIA pode dispor de outros profissionais com formação técnica (técnicos e tecnólogos) desde que supervisionados pelos inspetores descritos no item A.3.

A.6 Profissional certificado (PC)

A.6.1 O PC deve ter sua certificação emitida por um OPC acreditado pela Cgcre, ou designado pelo Inmetro.

A.6.2 A certificação do profissional deve ser realizada com base em norma ABNT correspondente.

A.6.3 O OPC deve manter os dados das certificações emitidas, incluindo a validade, atualizados no registro único de inspetores certificados.

A.6.4 O PC deve atender a capacitação específica, conforme descrito no item A.4.

A.7 Infraestrutura básica dos organismos de inspeção acreditados (OIA) e profissional certificado (PC)

A.7.1 São equipamentos obrigatórios aos OIAs/PCs:

a) Bússola ou GPS (Global Positioning System) para envoltória - edificação construída;

b) Trena eletrônica ou manual, para envoltória - edificação construída;

c) Computador com programa computacional de simulação termoenergética e/ou iluminação natural, segundo os requisitos das INIs, para avaliações pelo método de simulação.

Nota: Os programas de simulação que o OIA/PC possui devem estar de acordo com a lista de programas de simulação que o OIA/PC está apto a inspecionar e/ou simular.

A.8 Escopo e métodos de avaliação empregados pelo profissional certificado (PC)

A.8.1 Métodos de avaliação

A.8.1.1 O PC pode realizar inspeções nas duas etapas: projeto e edificação construída, atendendo aos limites de método e edificação.

A.8.1.2 O PC com certificação nível 1, conforme norma ABNT específica, pode realizar avaliações pelo método prescritivo e simplificado; para avaliações pelo método de simulação é necessário obter a certificação nível 2.

A.8.1.3 O levantamento in loco pode ser realizado pelo PC com classificações nível 1 e nível 2, conforme norma ABNT específica. No entanto, em caso de não conformidades em edificações com avaliação de projeto pelo método de simulação, estas devem ser analisadas por um PC nível 2.

A.8.2 Edificações comerciais, de serviços e públicas - o PC está habilitado para realizar a inspeção em edificações que atendem aos seguintes limites:

- Edificações com área total inferior a 2.000 m2;

- Sistema de condicionamento de ar com equipamentos com capacidade igual ou inferior a 17,6 kW (60.000 BTU/h), avaliados por meio do COP, IDRS ou CSPF; e

- Sistema de aquecimento de água no ponto de consumo.

A.8.3 Edificações residenciais - o PC está habilitado para realizar a inspeção das UHs e áreas de uso comum.

ANEXO B - FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE EMISSÃO DA ENCE

$$H_{el,i} = A_{el,i} \cdot U_{el,i} \qquad \textbf{Equação (B.I.3)}$$

Onde:
$H_{el,i}$ é o coeficiente de transferência térmica de um elemento "i" da superfície externa, expresso em watts por kelvin (W/K);
$A_{el,i}$ é a área de superfície do elemento "i", expressa em metros quadrados (m^2);
$U_{el,i}$ é a transmitância térmica do elemento "i", expressa em watts por metro quadrado kelvin ($W/(m^2.K)$).

O coeficiente de transferência térmica total (H_{total}) deve ser calculado pela equação:

$$H_{total} = \sum_{i=1}^{n} H_{el,i} \qquad \textbf{Equação (B.I.4)}$$

Onde:
H_{total} é o coeficiente de transferência térmica total da superfície, expresso em watts por kelvin (W/K);
$H_{el,i}$ é o coeficiente de transferência térmica de um elemento "i" da superfície externa, expresso em watts por kelvin (W/K);
n é o número de elementos que compõem a superfície externa.

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

O Formulário de Solicitação de Emissão da ENCE deve ser preenchido pelo solicitante conforme abaixo e enviado ao OIA/PC. O formulário deve ser enviado preferencialmente de forma digital ou, alternativamente, pode ser enviado por meio físico. As informações contidas neste formulário serão aquelas utilizadas para o preenchimento da ENCE.

01 Informar o nome/razão social da empresa ou pessoa física que está solicitando a emissão da ENCE;

02 Informar o CNPJ da empresa solicitante ou CPF do solicitante, quando pessoa física;

03 Informar o telefone e o e-mail de contato do solicitante;

04 Informar o endereço completo do solicitante;

05 Informar o nome do município e a sigla da Unidade Federativa do endereço do solicitante;

06 Informar o CEP do endereço do solicitante;

07 Informar o nome da edificação para a qual está sendo solicitada a ENCE;

08 Informar o tipo de edificação: residencial, comercial, de serviços, ou pública;

09 Informar o endereço completo da edificação;

10 Informar a unidade consumidora da parcela ou edificação avaliada. Não aplicável para avaliações de edificações novas na etapa de projeto.

11 Informar o nome do município e a sigla da Unidade Federativa do endereço da edificação;

12 Informar o CEP do endereço da edificação;

13 Informar o tipo de ENCE solicitada. Para edificações residenciais, informar: ENCE de Unidades Habitacionais Autônomas ou ENCE das Áreas Comuns. Para edificações comerciais, de serviços e públicas, informar: ENCE Geral, ENCE Parcial ou Autodeclarada. No caso de ENCEs Parciais, informar para quais sistemas está sendo solicitada a ENCE: envoltória, iluminação; condicionamento de ar, aquecimento de água e/ou geração de energia. No caso da ENCE Autodeclarada, informar quais sistemas serão autodeclarados;

14 Informar se a ENCE é aplicável a somente um ou mais blocos, caso haja mais de um bloco no empreendimento. Para edificações comerciais, informar também se é aplicável a somente um ou mais pavimentos ou parcelas da edificação, como conjunto de salas ou áreas comuns condominiais;

15 Informar o método de avaliação a ser empregado. Para edificações residenciais informar: método prescritivo, método simplificado ou método de simulação. Para edificações comerciais indicar: método simplificado ou simulação;

16 Informar a etapa de inspeção para a qual está sendo solicitada a ENCE (projeto ou edificação construída);

17 Informar o nome do(s) responsável(is) pelo envio das informações técnicas e comunicação com o OIA/PC;

18 Número de registro junto ao conselho de classe do(s) responsável(is) pelas informações técnicas.

19 Informar se o responsável técnico, indicado no item 16, é responsável por fornecer as informações de toda a edificação ou por quais sistemas avaliados o(s) responsável(is) técnico respondem;

20 Informar o nome do solicitante;

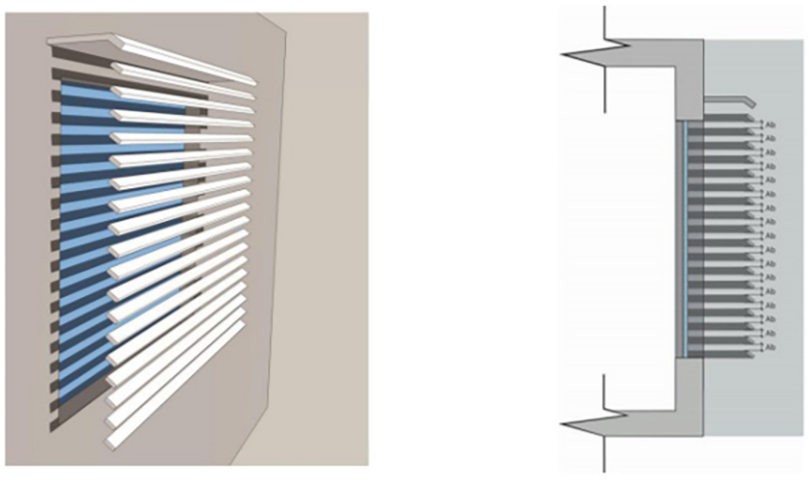
21 Campo destinado a receber a assinatura do solicitante e o carimbo dele e/ou da empresa. A assinatura pode ser digital ou com firma reconhecida.

ANEXO C - TERMO DE COMPROMISSO

$$DPI_T = \frac{PI_T}{AI_T} \qquad \textbf{Equação (B.I.5)}$$

Onde:
DPI_T é a densidade de potência instalada total da edificação (W/m^2);
PI_T é a potência de iluminação instalada total da edificação, sem controle automatizado (W);
AI_T é a área iluminada total da edificação (m^2).

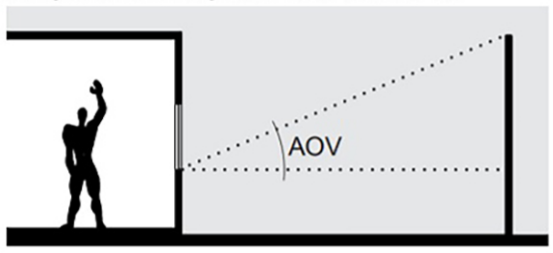
Figura B.I.3 – Representação gráfica de uma abertura em corte com um elemento de proteção solar paralelo à fachada. Na figura, o termo "Ab" refere-se à área de abertura vista ortogonalmente por meio das proteções solares (m^2)



ANEXO D - TERMO DE CIÊNCIA SOBRE O ENTORNO

O ângulo de obstrução vizinha (AOV) deve ser determinado com base no plano vertical da(s) abertura(s) de cada zona térmica, conforme indicado na Figura B.I.4; além disso, a obstrução vizinha deve, no mínimo, ter dimensão equivalente à largura do edifício analisado para que esta possa ser considerada nos cálculos. Caso existam várias aberturas em uma mesma zona térmica, e diferentes valores de AOV, deve-se adotar o menor valor como entrada para a interface.

Figura B.I.4 – Representação do AOV em relação à abertura da zona térmica.



Fonte: Versage (2015).

$$PHOCT = 100 - EHF_{hot} \qquad \textbf{Equação (B.I.6)}$$

Onde:
PHOCT é o percentual de horas ocupadas em conforto térmico (%);
EHF_{hot} é o percentual de horas ocupadas em desconforto térmico por calor (%).

ANEXO ESPECÍFICO I - EDIFICAÇÕES COMERCIAIS, DE SERVIÇOS E PÚBLICAS

1. Objetivo

Estabelecer os requisitos específicos para os procedimentos de avaliação da conformidade para emissão da ENCE de Edificações Comerciais, de Serviço e Públicas.

2. Definições

2.1 Declaração

Documento com informações sobre a edificação, disponibilizado pelo solicitante ou por profissional por ele autorizado conforme informado no Formulário de Solicitação de Emissão da ENCE (Anexo B).

2.2 Edificações comerciais, de serviço ou públicas

Edificações públicas e/ou privadas utilizadas para outros fins que não o residencial ou industrial. São consideradas edificações comerciais, de serviços e públicas: escolas; instituições ou associações de diversos tipos, incluindo aquelas para a prática de esportes, tratamento de saúde de animais ou humanos (postos de saúde, laboratórios e clínicas); edificações para a venda de mercadorias em geral, prestação de serviços, bancos, preparação e venda de alimentos; edifícios de escritórios e empresariais, de uso de entidades, instituições ou organizações públicas municipais, estaduais e federais, incluindo sedes de empresas ou indústrias, desde que não haja a atividade de produção nesta última; meios de hospedagem. As atividades listadas nesta definição não excluem outras não listadas.

2.3 ENCE Autodeclarada

Etiqueta Nacional de Conservação de Energia fornecida para edificações em que a ENCE parcial (ver 2.5) é complementada por autodeclaração. Válida apenas para etapa de projeto.

2.4 ENCE Geral

Etiqueta Nacional de Conservação de Energia fornecida para edificações que foram submetidas à avaliação de forma integral, com análise da edificação completa e avaliação de todos os sistemas aplicáveis (envoltória, iluminação, condicionamento de ar e aquecimento de água). A avaliação do sistema de aquecimento de água pode não ser aplicável em algumas tipologias, conforme observado nas tabelas do Anexo A da INI-C.

2.5 ENCE Parcial

Etiqueta Nacional de Conservação de Energia fornecida para edificações com avaliação de uma ou mais combinações entre a envoltória e os seguintes sistemas: iluminação, condicionamento de ar e aquecimento de água, quando aplicável; ou para avaliações da envoltória completa e de todos os sistemas aplicáveis (iluminação, condicionamento de ar e aquecimento de água) de uma parcela da edificação.

3. Métodos De Avaliação Empregados Pelo OIA/PC

3.1 Os métodos de avaliação podem ser: simplificado, respeitando-se as limitações expostas no item 6 da INI-C, ou simulação computacional.

3.2 Caso a edificação atenda as limitações do método simplificado, cabe ao solicitante decidir por qual método de avaliação seguir.

3.3 O OIA/PC deve informar os programas de simulação aos quais está apto a inspecionar e/ou simular, observando as exigências da INI-C. O OIA/PC pode recusar o programa de simulação utilizado pelo solicitante se este não atender ao método de avaliação da norma técnica ASHRAE Standard 140 vigente, segundo o procedimento de teste da Classe I

3.4 Para correta escolha do método de avaliação, deve-se conferir os limites de aplicação do método simplificado por meio do Anexo Específico I.1.

3.5 As inspeções de projeto devem seguir o procedimento descrito no item 5 e as da edificação construída devem seguir os procedimentos do item 7 deste Anexo Específico.

3.6 A ENCE deve ser emitida por edificação, ou unidade consumidora (ENCE Parcial).

3.6.1 As edificações fisicamente conectadas por ambientes de permanência prolongada (APPs) devem ser consideradas em uma mesma avaliação. São exceções: edificações que sejam fisicamente distintas e tenham identidades distintas como edificações separadas; estas edificações devem possuir projetos com sistemas de condicionamento de ar separados, assim como medição de água e energia independentes.

3.6.2 Edificações sem conexão física ou fisicamente conectados apenas por ambientes de permanência transitória são consideradas edificações separadas.

4. Documentação De Inspeção De Projeto

4.1 A documentação referente aos projetos, memoriais e especificações descritas a seguir deve ser entregue em arquivos digitais. Os arquivos de projeto devem ser entregues em arquivo aberto (dxf, dwg, ifc, etc.). O OIA ou PC indicará os formatos dos arquivos para a entrega.

4.2 Toda e qualquer informação exigida a seguir não exclui outras que podem ser úteis para o entendimento do projeto. Cabe ao OIA/PC solicitá-las e ao solicitante/responsável técnico atender ao pedido. A não entrega destes documentos deve ser tratada como não conformidades.

4.3 O OIA/PC pode dispensar o envio de algum(ns) do(s) documento(s) listado(s) a seguir, caso outro(s) documento(s) apresentem as informações necessárias para a continuidade da inspeção.

4.4 A documentação para a inspeção do sistema de aquecimento de água é exigida exclusivamente para as tipologias cujos sistemas de aquecimento de água devem ser avaliados, conforme especificado na INI-C.

4.5 A documentação exigida para a inspeção de projeto, pelo método simplificado, é exposta nas Tabelas 1 a 4.

Nota 1: O sistema de aquecimento de água deve ser sempre avaliado pelo método simplificado.

Nota 2: As declarações e laudos com ART/RRT, podem ser enviadas em um documento único, desde que contendo todas as informações aplicáveis à edificação.

Nota 3: A documentação necessária para a avaliação de projeto com levantamento amostral está indicada nas tabelas de cada sistema.

Nota 4: As informações necessárias para a avaliação e emissão da ENCE autodeclarada estão indicadas nas tabelas de cada sistema.

a) TO ≤ 5%, utilizar o campo referente ao item "sem proteção local ou obstruções";
b) 5% < TO ≤ 20%, utilizar o campo referente ao item "proteção local leve com poucas obstruções";
c) 20% < TO ≤ 35%, utilizar o campo referente ao item "proteção densa com muitas obstruções";
d) 35% < TO ≤ 50%, utilizar o campo referente ao item "proteção muito densa com muitas obstruções grandes"
e) TO ≥ 50%, utilizar o campo referente ao item "proteção completa".

$$RedC_R = ((C_{R,refD} - C_{R,real}) / C_{R,refD}) \cdot 100$$ **Equação (B.II.1)**

Onde:
$RedC_R$ é o percentual de redução do consumo de refrigeração (%);
$C_{R,refD}$ é o consumo de refrigeração da edificação na sua condição de referência (kWh/ano);
$C_{R,real}$ é o consumo de refrigeração da edificação real (kWh/ano).

$$C_{R,real} = CgTT_{real} / CEE_R$$ **Equação (B.II.2)**

Onde:
$C_{R,real}$ é o consumo de refrigeração da edificação real (kWh/ano);
$CgTT_{real}$ é a carga térmica total anual (kWh/ano) da edificação real;
CEE_R é o coeficiente de eficiência energética do sistema de condicionamento de ar para refrigeração.

$$C_{R,refD} = (CgTT_{refD} / 2{,}6) + (Wvent \cdot h \cdot N_{ano} / 1000)$$ **Equação (B.II.3)**

Onde:
$C_{R,refD}$ é o consumo de refrigeração da edificação em sua condição de referência (kWh/ano);
$CgTT_{refD}$ é a carga térmica total anual (kWh/ano) da edificação em sua condição de referência;
Wvent é a potência do equipamento de renovação de ar (W);
h são as horas de uso da edificação, conforme tipologia das tabelas do Anexo A;
N_{ano} são os dias de ocupação ao ano, conforme tipologia das tabelas do Anexo A.

Nota: No caso de sistemas de condicionamento de ar com capacidade superior a 17,6 kW (60.000 BTU/h), em que a renovação do ar já esteja inserida no dimensionamento/projeto do sistema, deve-se desconsiderar a parcela da Equação B.II.3 referente ao consumo do equipamento de renovação de ar ($Wvent \cdot h \cdot N_{ano}/1000$).

$$CEE_R = \frac{CgTT_{real}}{\left(\frac{CgTT_{real}}{1{,}062 \cdot COP_R}\right) + \left(\frac{Wvent \cdot h \cdot N_{ano}}{1000}\right)}$$ **Equação (B.II.4)**

Onde:
CEE_R é o coeficiente de eficiência energética do sistema de condicionamento de ar para refrigeração;
$CgTT_{real}$ é a carga térmica total anual da edificação real (kWh/ano);
COP_R é o coeficiente de performance para refrigeração do aparelho de condicionamento de ar;
Wvent é a potência do equipamento de renovação de ar (W);
h são as horas de uso da edificação, conforme tipologia das tabelas do Anexo A;
N_{ano} são os dias de ocupação ao ano, conforme tipologia das tabelas do Anexo A.

$$CEE_R = \frac{CgTT_{real}}{\left(\frac{CgTT_{real}}{IDRS}\right) + \left(\frac{Wvent \cdot h \cdot N_{ano}}{1000}\right)}$$ **Equação (B.II.5)**

Onde:
CEE_R é o coeficiente de eficiência energética do sistema de condicionamento de ar para refrigeração;
$CgTT_{real}$ é a carga térmica total anual (kWh/ano) da edificação real;
IDRS é o Índice de Desempenho de Resfriamento Sazonal;
Wvent é a potência do equipamento de renovação de ar (W);
h são as horas de uso da edificação, conforme tipologia das tabelas do Anexo A;
N_{ano} são os dias de ocupação ao ano, conforme tipologia das tabelas do Anexo A.

$$CEE_R = \frac{CgTT_{real}}{\left(\frac{CgTT_{real}}{CSPF}\right) + \left(\frac{Wvent \cdot h \cdot N_{ano}}{1000}\right)}$$ **Equação (B.II.6)**

Onde:
CEE_R é o coeficiente de eficiência energética do sistema de condicionamento de ar para refrigeração;
$CgTT_{real}$ é a carga térmica total anual (kWh/ano) da edificação real;
CSPF é o **Cooling Seasonal Performance Factor**;
Wvent é a potência do equipamento de renovação de ar (W);
h são as horas de uso da edificação, conforme tipologia das tabelas do Anexo A;
N_{ano} são os dias de ocupação ao ano, conforme tipologia das tabelas do Anexo A.

4.6 A documentação exigida para a inspeção de projeto pelo método de simulação, quando esta for realizada pelo OIA/PC, corresponde à documentação descrita no item 4.5, Tabelas 1 à 3.

4.7 A documentação exigida para a inspeção de projeto pelo método de simulação, quando o solicitante for o responsável pela simulação, está exposta na Tabela 5.

Nota: A documentação exigida para a inspeção de projeto pelo método de simulação refere-se ao modelo na condição real e ao modelo na condição de referência.

Tabela B.II.1 – Variáveis de entrada necessárias para o uso da planilha de cálculo do SPLV

Sistemas	AgGel-Prim-Sec-Cond Água	AgGel-Prim-Sec-Cond Ar	AgGel-Variável-Cond Água	AgGel-Variável-Cond Ar	Expansão Direta - Cond Água	Expansão Direta - Cond Ar
Variáveis de entrada						
Geral						
Classificação climática da cidade	√	√	√	√	√	√
Horas de funcionamento do sistema	√	√	√	√	√	√
Carga térmica total - pico verão	√	√	√	√	√	√
COP – 25%, 50%, 75%, 100%	√	√	√	√	√	√
Expansão Direta						
Condensação a Água - circuito aberto (Torre) ou fechado (Dry Cooler)?					√	
Mínima temp. entrada de água de resfriamento					√	
Qtde **Dry Coolers**/Qtde Torres					√	
Vazão de água por **Dry Cooler**/Vazão de água por torre					√	
Potência nominal do motor					√	
Approach na saída (temp. saída - TBS ar exterior)					√	
Inversor de frequência no(s) ventilador(es)?					√	
Válvula de bloqueio motorizada na entrada de água?					√	
Chiller						
Quantidade de **chillers** operantes	√	√	√	√		
Capacidade de projeto - 1 **chiller**	√	√	√	√		
DT - água gelada nos **chillers**	√	√	√	√		
Perda de pressão – **chillers**	√	√	√	√		
Vazão mínima permitida no **chiller**			√	√		
Temperatura de entrada de água de refrigeração mínima			√			
BAGs (circuito primário)						
Quantidade de BAGs operantes	√	√				
Vazão de água por bomba	√	√				
Altura manométrica da bomba	√	√				
Eficiência da bomba	√	√				
Potência nominal do motor	√	√				
Bombas em barrilete ou dedicadas?	√	√				
Controle de vazão?	√	√				
BAGs (circuitos secundários/variável)						

Sistemas	AgGel-Prim-Sec-Cond Água	AgGel-Prim-Sec-Cond Ar	AgGel-Variável-Cond Água	AgGel-Variável-Cond Ar	Expansão Direta - Cond Água	Expansão Direta - Cond Ar
Capacidade de projeto dos circuitos de distribuição	√	√	√	√		
DT - água gelada	√	√	√	√		
Perda de pressão - ramal **fancoil** referência	√	√	√	√		
Vazão de água por bomba	√	√	√	√		
Vazão de água total no circuito	√	√	√	√		
Perda de pressão total no circuito	√	√	√	√		
Altura manométrica da bomba	√	√	√			
Eficiência da bomba	√	√	√	√		
BACs						
Quantidade de BACs operantes	√		√		√	
DT – água refrigeração	√		√		√	
Perda de pressão	√		√		√	
Vazão de água por bomba	√		√		√	
Altura manométrica da bomba	√		√		√	
Eficiência da bomba	√		√		√	
Potência motor	√		√		√	
Bombas em barrilete ou dedicadas?	√		√		√	
Controle de vazão?	√		√		√	
Torres						
Quantidade de torres	√		√			
Vazão de água por torre	√		√			
Potência nominal do motor	√		√			
Approach na bacia da torre (temperatura de saída - TBU)	√		√			
Inversor de frequência no ventilador?	√		√			
Válvula de bloqueio motorizada na entrada?	√		√			
Ventiladores para renovação do ar externo						
Ventiladores de ar externo – qtde	√	√	√	√	√	√
Vazão de ar	√	√	√	√	√	√
Temperatura do ar de referência (para seleção do ventilador)	√	√	√	√	√	√
Pressão estática	√	√	√	√	√	√
Eficiência do ventilador	√	√	√	√	√	√
Condicionadores de ar						

4.8 A documentação exigida para a inspeção de projeto dos sistemas de geração de energia renovável e uso racional de água, comum aos métodos simplificado e de simulação, é exposta nas Tabela 6 e Tabela 7.

Sistemas	AgGel-Prim-Sec-Cond Água	AgGel-Prim-Sec-Cond Ar	AgGel-Variável-Cond Água	AgGel-Variável-Cond Ar	Expansão Direta - Cond Água	Expansão Direta - Cond Ar
Carga térmica	√	√	√	√	√	
Potência eixo do ventilador	√	√	√	√	√	√
Quantidade de **fancoils**/AHUs	√	√	√	√		
Face (N, S, L, O)	√	√	√	√		
Qtde total de unidades operantes					√	√
Capacidade projeto - 1 unidade					√	√
Qtde de evaporadoras por unidade condensadora					√	√

5. Procedimentos e níveis de tolerância de inspeção de projeto

5.1 Procedimentos gerais

5.1.1 A verificação da classe de eficiência energética alcançada pela edificação, independentemente do método de avaliação, terá início quando a documentação completa solicitada for recebida e revisada pelo OIA/PC.

5.1.2 O arredondamento das variáveis deve ser realizado apenas para a presentação dos resultados e devem ser seguidas as regras de arredondamento contidas na ABNT NBR 5891.

Nota: No relatório, o número de casas decimais deve ser suficiente para o entendimento da classificação obtida.

5.1.3 Para edificações em que para as condições de referência foram adotados valores da Tabela A.8 do Anexo A da INI-C, o OIA/PC deve analisar a justificativa enviada pelo solicitante considerando a pertinência de tal escolha.

5.2 Método Simplificado

5.2.1 Considerações gerais da inspeção

5.2.1.1 A inspeção deve ser realizada com levantamento integral por parte do OIA/PC ou levantamento amostral quando o solicitante entregar a documentação pertinente.

Nota: O solicitante pode optar por declarar apenas parte dos dados, cabendo ao OIA/PC realizar o levantamento de forma integral do restante dos dados.

5.2.1.2 A inspeção do projeto pode ser realizada de três formas:

- dados levantados integralmente pelo OIA/PC - levantamento e análise de todas as variáveis pelo OIA/PC, com base nos projetos e documentação enviada;

- dados e levantamento declarados pelo responsável técnico - o OIA/PC deve conferir uma amostra dos dados e levantamentos declarados. A amostra deve ser definida de forma aleatória. Caso o OIA/PC identifique diferenças entre o levantamento declarado e o projeto, que não atendam às tolerâncias definidas no item 5.2.6, estas devem ser tratadas como não conformidades;

- declarações para ENCE autodeclarada - o OIA/PC deve conferir se a documentação está de acordo e com todas as informações necessárias para a emissão da ENCE, e como as condições necessárias para o atendimento da classe de eficiência declarada serão repassadas ao consumidor final.

5.2.1.3 Nos casos de levantamento integral, cabe ao OIA/PC realizar todos os levantamentos necessários para o cálculo da classificação do sistema, de acordo com o especificado no Anexo B da INI-C.

5.2.1.4 Quando os dados forem levantados e declarados pelo responsável técnico, o OIA/PC deve seguir os procedimentos de verificação descritos em cada sistema, e posterior análise dos dados para classificação do sistema.

Nota 1: Caso os levantamentos da amostra atendam às tolerâncias definidas no item F.5.2.6, o OIA/PC deve utilizar os valores declarados pelo solicitante para realizar os cálculos e determinar a classificação do projeto.

Nota 2: Caso o OIA/PC verifique o não atendimento à tolerância dos itens amostrados, estes devem ser tratados como não conformidade.

Nota 3: Caso apenas uma parte dos dados declarados não atenda às tolerâncias, o OIA/PC pode optar por realizar o levantamento destes dados para dar continuidade à inspeção.

5.2.2 Envoltória

5.2.2.1 Quanto à aplicabilidade do método, o OIA/PC deve verificar o atendimento aos limites do método com base nas informações enviadas no Anexo Específico I.1, projeto da edificação, e características do tipo de edificação (ventilada naturalmente ou condicionada).

Nota: Caso os parâmetros não atendam à tolerância descrita no item 5.2.6, o OIA/PC deve comunicar o solicitante para a adequação do projeto ou alterar a inspeção da envoltória para o método da simulação. Os parâmetros não listados no item 5.2.6 não possuem tolerância.

5.2.2.2 Não havendo especificações, em determinado ambiente, das diferentes composições das paredes ou coberturas com os locais onde elas se encontram, o OIA/PC pode utilizar o pior caso apresentado no projeto.

5.2.2.3 Para edificações condicionadas artificialmente, deve ser observado:

a) O levantamento deve ser realizado por zona térmica

b) Nos casos de levantamento integral, cabe ao OIA realizar todos os levantamentos necessários para o cálculo da carga térmica e percentual de redução da carga térmica, de acordo com o especificado no Anexo B.I da INI-C.

c) Levantamento Amostral - conferir se os itens abaixo atendem aos limites determinados na INI-C, e às tolerâncias descritas no item 5.2.6. Caso o item "c.1" não seja atendido o OIA/PC deve comunicar o solicitante e todos os parâmetros devem ser revisados; alternativamente, o OIA/PC pode optar por realizar o levantamento integral de todos os parâmetros.

c.1. Distribuição e desenho das zonas térmicas atendem aos limites determinados na INI-C, integralmente;

c.2. Conferir os dados abaixo descritos considerando-se 25% das zonas térmicas ou, no mínimo: três zonas térmicas, sendo duas destas do tipo perimetral e com orientações diferentes:

- Área da zona térmica;
- Área das fachadas;
- Áreas de aberturas (verticais ou zenitais) e propriedade dos vidros;
- Ângulo de sombreamento das aberturas;
- Orientação;
- Propriedades térmicas:
- Área de cada composição;
- Verificação dos cálculos apresentados em memorial;
- Ângulo de obstrução vizinha, quando aplicável;
- Pé-direito;
- Condição de piso e cobertura.

d) O ângulo de obstrução vizinha deve ser conferido para cada zona térmica, sempre que a documentação for enviada pelo solicitante. Vegetações não são consideradas. Em caso de vegetação nativa e densa, estas podem ser consideradas, cabendo ao OIA/PC analisar a pertinência do sombreamento.

e) Conferir se o valor utilizado para a DPE está de acordo com a tipologia da edificação.

f) Com base nos dados levantados, cabe ao OIA/PC realizar o cálculo da carga térmica e percentual de redução da carga térmica.

5.2.2.4 Para edificação ventilada naturalmente ou híbrida, deve ser observado:

a) O levantamento deve ser realizado considerando a edificação completa, não sendo realizado por zona térmica.

b) Verificar o atendimento aos limites do método com base nas informações enviadas no Anexo Específico I.1.

Nota: Caso os parâmetros não atendam à tolerância descrita no item 5.2.6, o OIA/PC deve comunicar ao solicitante para adequação do projeto ou realizar esta etapa da avaliação pelo método de simulação.

c) Nos casos de levantamento integral, cabe ao OIA/PC realizar todos os levantamentos necessários para o cálculo das horas ocupadas em conforto térmico, de acordo com o especificado no Anexo B.I.2.3 da INI-C.

d) Levantamento Amostral - conferir se os itens abaixo atendem aos limites determinados na INI-C e às tolerâncias descritas no item 5.2.6. A porcentagem indicada refere-se ao mínimo a ser verificado pelo OIA/PC.

- Conferir 10% da área dos APPs e pé-direito;
- Conferir o levantamento do Fator da área de escada;
- Conferir 10% da área das fachadas (externas);
- Conferir 10% dos tipos de aberturas para ventilação declaradas (verticais ou zenitais), incluindo os itens abaixo:

1) Área da abertura;
2) Ângulo vertical de sombreamento;
3) Fator solar e transmitância térmica do vidro;
4) Forma das aberturas para ventilação;

- Propriedades térmicas: não havendo especificações das diferentes composições das paredes dos ambientes nos locais onde elas se encontram, será utilizado o pior caso apresentado no projeto.

- O restante dos parâmetros deve ser conferido integralmente pelo OIA/PC.

e) Após o levantamento dos dados, o OIA/PC deve realizar o cálculo das horas ocupadas em conforto térmico; e, quando aplicável, a carga térmica e percentual de redução da carga térmica determinados, de acordo com o especificado no Anexo B.I.2.3 da INI-C.

5.2.2.5 Conferir de forma integral o levantamento realizado para o Fator de Forma. O cálculo deve ser realizado pelo OIA/PC.

5.2.2.6 Para a determinação da classe da envoltória, considerar o procedimento descrito no item 8 da INI-C.

5.2.3 Sistema de condicionamento de ar

5.2.3.1 A análise do método simplificado do sistema de condicionamento de ar deve ser realizada de forma integral, e incluir os itens abaixo:

- Conferir o memorial de cálculo de carga térmica e memorial descritivo do sistema, identificando a capacidade e tipo de cada sistema;

- Verificar as declarações ou memoriais relativos à qualidade do ar;

- Determinar o consumo de refrigeração e percentual de redução, de acordo com a capacidade e características do sistema, Anexo B.II da INI-C.

Nota: A conferência da área condicionada pode ser realizada a partir do levantamento da área das zonas térmicas, determinada no levantamento da envoltória.

5.2.3.2 Para a determinação da classe do sistema de condicionamento de ar, considerar o procedimento descrito no item 8 da INI-C.

5.2.3.3 Para sistemas de condicionamento de ar com Classe A, o OIA/PC deve verificar o atendimento das condições de elegibilidade para esta classe, descritas no item 7 da INI-C.

5.2.3.4 Caso seja solicitada a ENCE autodeclarada para o sistema de condicionamento de ar, o OIA/PC deve conferir se a documentação apresenta os dados necessários para o cálculo do consumo e atendimento das condições de elegibilidade. O OIA/PC também deve analisar se os documentos informativos para o cliente possuem todas as informações necessárias para que o cliente final possa contratar um projeto em que a classificação do sistema seja mantida.

5.2.4 Sistema de iluminação

5.2.4.1 Nos casos de levantamento integral, cabe ao OIA/PC realizar todos os levantamentos necessários para o cálculo do consumo e percentual de redução, de acordo com o especificado no Anexo B.III da INI-C.

5.2.4.2 Nos casos de levantamento amostral deve-se conferir se os itens abaixo atendem aos limites determinados na INI-C, e as tolerâncias descritas no item 5.2.6.

- Conferir os dados abaixo descritos em 20% dos ambientes (APPs e APTs), sendo no mínimo cinco ambientes de permanência prolongada:

1) Área útil;
2) Número e tipo de luminárias;
3) Área da zona primária de iluminação natural, quando aplicável.

Para zonas primárias de iluminação natural definidas pelo método de simulação da iluminação natural, deve-se atender o Anexo C.II da INI-C;

- Conferir a potência indicada para 25% dos tipos de conjuntos do sistema de iluminação (lâmpada e reator/transformador/fonte);

- Conferir integralmente as atividades informadas pelo solicitante de acordo com as atividades descritas em planta.

5.2.4.3 Após o levantamento de dados, integral ou amostral, cabe ao OIA/PC:

- Verificar se o método adotado para o cálculo da potência limite é aplicável à edificação;

- Calcular as potências limite de acordo com o método adotado, as atividades da edificação/ambientes e área destinada a cada um destes;

- Calcular a potência em uso de acordo com os sensores utilizados em projeto:

1) Deve-se calcular a potência em uso apenas para os conjuntos que possuem controle automatizado;

2) Caso um mesmo conjunto de luminárias esteja conectado a mais de um tipo de controle, deve-se utilizar o Fator de Ajuste de Potência mais favorável;

3) Para sistemas com fotossensores e análise pelo método de simulação natural, deve-se atender ao Anexo C.II da INI-C.

- Para avaliações pelo método das atividades com ajuste de potência, cabe ao OIA/PC conferir se as áreas em que o ajuste foi aplicado atendem aos critérios estabelecidos na INI-C.

- Determinar o consumo do sistema de iluminação e percentual de redução, de acordo com o Anexo B.III da INI-C.

5.2.4.4 Para a determinação da classificação do sistema de iluminação, considerar o procedimento descrito no item 8 da INI-C.

5.2.4.5 Para sistemas de iluminação com Classe A, o OIA/PC deve verificar o atendimento às condições de elegibilidade para esta classe, descritas no item 7 da INI-C.

5.2.4.6 Caso seja solicitada a ENCE autodeclarada para o sistema de iluminação, o OIA/PC deve conferir se a documentação apresenta os dados necessários para cálculo do consumo e atendimento das condições de elegibilidade. O OIA/PC também deve analisar se os documentos informativos para o cliente possuem todas as informações necessárias para que o cliente final possa contratar um projeto em que a classificação do sistema seja mantida.

5.2.5 Sistema de aquecimento de água

5.2.5.1 O OIA/PC deve avaliar o sistema de aquecimento de água para as tipologias de edificações indicadas no Anexo A da INI-C.

5.2.5.2 Conferir no memorial de cálculo:

- Cálculo da energia requerida para o atendimento da demanda de água quente;

- Cálculo da energia para aquecimento de água pelo sistema de energia solar térmica e/ou por sistemas recuperadores de calor, quando aplicável;

- Cálculo das perdas térmicas na tubulação do sistema de distribuição e/ou recirculação, quando aplicável;

- Cálculo das perdas térmicas para os reservatórios de água quente.

5.2.5.3 Determinar o consumo do sistema de aquecimento de água e percentual de redução, de acordo com o Anexo B.IV da INI-C.

5.2.5.4 Para a determinação da classificação do sistema de aquecimento de água, considerar o procedimento descrito no item 8 da INI-C.

5.2.5.5 Para sistemas de aquecimento de água com Classe A, o OIA deve verificar o atendimento às condições de elegibilidade para esta classe, descritas no item 7 da INI-C.

5.2.5.6 Caso seja solicitada a ENCE autodeclarada para o sistema de aquecimento de água, o OIA/PC deve conferir se a documentação apresenta os dados necessários para o cálculo do consumo e atendimento às condições de elegibilidade. O OIA também deve analisar se os documentos informativos para o cliente possuem todas as informações necessárias para que o cliente final possa contratar um projeto em que a classificação do sistema seja mantida.

5.2.6 Níveis de tolerância

5.2.6.1 Para a inspeção na etapa de projeto devem ser considerados os seguintes limites de tolerância:

- Áreas úteis dos ambientes e áreas das zonas térmicas: 10%
- Áreas das fachadas: 10%
- Pé-direito: 5%
- Área das aberturas: 5%
- Ângulo de sombreamento: 5%
- Transmitância térmica e absortância: 5%
- Comprimento da tubulação: 5%
- Demais áreas: 5%

5.2.6.2 Para a análise da aplicabilidade do método simplificado, a tolerância relacionada às propriedades térmicas deve ser verificada nos valores médios ponderados de cada zona térmica.

5.2.6.3 A tolerância para os limites máximos e mínimos dos parâmetros de avaliação da envoltória atendidos pelo método simplificado da tabela 6.1 da INI-C é de 10% da área da edificação. Ou seja, caso 10% da área da edificação for composta por zonas térmicas que não atendem aos limites o método simplificado, é aceitável aplicar o método simplificado desde que se utilizem os valores limites mais próximos ao valor do parâmetro específico fora do limite estipulado. Assim, utiliza-se o limite inferior quando o parâmetro possui um valor menor que a faixa especificada, ou o limite superior, quando for maior que a faixa limite.

5.2.6.4 Para a análise dos dados de levantamento entregues pelo responsável da edificação, a tolerância deve ser analisada em função de cada amostra individualmente.

5.2.6.5 Quando as medidas declaradas ultrapassarem os limites de tolerância, o OIA/PC deve proceder ao Tratamento de Não Conformidades.

5.3 Método de Simulação

5.3.1 Simulação realizada pelo OIA/PC

5.3.1.1. Os modelos de simulação devem seguir os requisitos descritos no Anexo C da INI-C e o projeto da edificação.

5.3.1.2 Para a determinação do consumo de energia e da classe de eficiência energética, da edificação e dos sistemas avaliados, considerar o procedimento descrito no Anexo C da INI-C.

5.3.2 Simulação realizada pelo solicitante

5.3.2.1 O OIA/PC deve revisar as características da modelagem da edificação e dos parâmetros adotados para a simulação, verificando se o modelo representa a edificação e atende ao especificado na INI-C. Além do modelo geométrico, o OIA/PC deve conferir os parâmetros listados no item 5.3.2.4. Caso algum dos modelos não esteja de acordo com o projeto ou definições da INI-C, o OIA/PC deve proceder ao Tratamento de Não Conformidades.

5.3.2.2 O OIA/PC deve recusar as simulações, justificadamente, caso elas não atendam aos requisitos de simulação, mesmo se o programa for aprovado pelo método da ANSI/ASHRAE Standard 140 vigente, segundo o procedimento de teste da Classe I.

5.3.2.3 Deve ser realizada inspeção dos arquivos enviados, com o objetivo de avaliar se a classe de eficiência energética alcançada pela edificação está coerente com a simulação realizada. Podem ser solicitadas justificativas ao profissional responsável pela simulação, caso seja necessário esclarecer eventuais dúvidas.

5.3.2.4 O OIA/PC deve conferir se os itens a seguir atendem o Anexo C da INI-C e as tolerâncias listadas em 5.3.3:

a) Arquivo climático;

b) Programa de simulação:

- O programa de simulação e a sua versão devem ser os mesmos, tanto para o modelo na condição real quanto para o modelo na condição de referência;

c) Características da edificação:

- Comparação entre características comuns entre modelo real e de referência. As características de modelagem comuns aos modelos também ser coerentes com o projeto enviado;

- Comparação das características específicas do modelo de referência, com os dados das Tabelas do Anexo A da INI-C

d) Zoneamento:

- Conferir o zoneamento e as funções espaciais (padrão de uso e ocupação, cargas, etc.) do modelo na condição real e do modelo na condição de referência

e) Envoltória:

f) Sistema de condicionamento de ar;

g) Iluminação;

h) Iluminação natural:

- Deve ser conferida localização dos fotossensores, ambientes/zonas em que estão instalados;

- Deve ser conferido se o programa de simulação e o arquivo climático

- Deve ser conferido o atendimento dos requisitos do modelo;

- A conferência da iluminação natural deve seguir o Anexo C.II da INI-C

i) Equipamentos:

- Deve ser realizada a verificação da carga de equipamentos utilizada nos modelos, sendo que estes devem ser os mesmos para todos os modelos simulados (condição real e condição de referência), de acordo com a tipologia da edificação e os limites estabelecidos nas INI-C. Caso o solicitante opte por adotar valores não tabelados, estes devem ser justificados por meio de memorial de cálculo e declaração de responsabilidade técnica (ART/RRT).

j) Padrões de uso:

- Devem ser verificados os padrões de uso para as diferentes zonas térmicas. Estas devem estar de acordo com o estabelecido na INI-C e devem ser iguais para todos os modelos simulados;

- Caso tenha-se adotado a simulação do aproveitamento da luz natural, pelo uso de fotossensores, deve-se conferir se o padrão de uso do sistema de iluminação adotado está de acordo com o resultado da simulação de iluminação natural. Este deve ser adotado apenas para o modelo real.

5.3.2.6 De posse da documentação e modelos aprovados, o OIA/PC deve iniciar a verificação do consumo energético e da classificação de eficiência energética do projeto por meio da comparação dos dados de saída do projeto proposto (condição real) com os dados de saída do modelo na condição de referência.

5.3.2.7 Para a determinação do consumo de energia e da classe de eficiência energética da edificação e dos sistemas avaliados, considerar o procedimento descrito no Anexo C da INI-C.

Nota: para os sistemas classificados com A, deve-se conferir o atendimento às condições de elegibilidade para a classificação A, conforme item 7 da INI-C.

5.3.3 Níveis de tolerância

Para a inspeção pelo método de simulação na etapa de projeto, devem ser considerados os seguintes limites de tolerância:

- Área das zonas térmicas: 10%;
- Volumes: 5%;
- Transmitância e capacidade térmica: 10%;
- Propriedades térmicas e ópticas de vidros: 5%;
- Absortância solar: 5%;
- DPI: 5%
- Demais áreas: 5%

5.4 Geração local de energia renovável

5.4.1 Verificar se a edificação possui sistema de geração local de energia renovável, por meio da documentação entregue pelo solicitante.

5.4.2 A energia gerada por fontes locais de energia renovável deve ser declarada pelo solicitante por meio de documentação descrita na Tabela 6.

5.4.3 Na ausência de documentação comprobatória, deve-se considerar que a edificação ou a(s) parcelas(s) da edificação em avaliação não possui(em) sistemas de geração local de energia renovável.

5.4.4 Para determinar o potencial de geração local de energia renovável da edificação ou da(s) parcelas(s) da edificação em avaliação, quando houver, deve-se seguir o método descrito no Anexo D da INI-C.

5.4.5 Edificações de energia quase zero (NZEB) e edificações de energia positiva (EEP), devem ser identificadas na ENCE.

Nota: Apenas edificações com classificação geral A, sem considerar a geração local, podem ser classificadas como NZEB ou EEP.

5.5 Emissão de dióxido de carbono

Para determinar a emissão de dióxido de carbono da edificação ou da(s) parcelas(s) da edificação em avaliação, deve-se seguir o método descrito no Anexo E da INI-C.

5.6 Uso racional de água

5.6.1 Verificar se a edificação possui sistemas economizadores de água, por meio da documentação entregue pelo solicitante.

5.6.2 Verificar se a edificação possui sistemas de uso de água não potável, por meio da documentação entregue pelo solicitante.

5.6.3 O OIA/PC deve analisar o consumo real, consumo de referência e o potencial de economia no memorial de cálculo de economia de água enviado pelo solicitante. Caso houverem inconsistências, o OIA/PC deve proceder ao Tratamento de Não Conformidades.

5.6.4 Na ausência de documentação comprobatória, deve-se considerar que a edificação ou a(s) parcelas(s) da edificação em avaliação não possui(em) sistemas de racionalização do uso de água.

5.6.5 Para determinar o potencial de uso racional de água da(s) UH(s) em avaliação, quando houver, deve-se seguir o método descrito no Anexo F da INI-C.

5.7 Classificação da edificação

5.7.1 Conferir o cálculo referente ao consumo de equipamentos.

5.7.2 Para a determinação do consumo de energia primária, energia elétrica e energia térmica, deve-se seguir o método descrito no item 8 da INI-C.

5.7.3 O Fator de Forma, utilizado na classificação, deve ser calculado considerando a edificação completa.

5.7.4 Para edificações com classificação geral A, deve-se verificar o atendimento de todas as condições de elegibilidade para a classificação A, descritos no item 7 da INI-C. Inclusive para os sistemas individuais que não atingiram esta classe.

6. Documentação De Inspeção Da Edificação Construída

Os itens a seguir descrevem a documentação necessária para a inspeção da edificação construída:

6.1 Documentação relacionada no item 4 deste Anexo Específico, de acordo com o método de avaliação empregado na etapa de inspeção de projeto.

Nota 1: Caso o OIA/PC que for realizar a inspeção da edificação construída seja o mesmo que realizou a inspeção de projeto, não é necessário o reenvio de toda a documentação. Neste caso, é necessário o envio da documentação contendo as alterações realizadas na edificação no período compreendido entre as duas inspeções, conforme item 6.2.

Nota 2: Caso o OIA/PC contratado para realizar a inspeção da edificação construída não seja o mesmo que realizou a inspeção de projeto, o solicitante deve encaminhar também a ENCE de Projeto da Edificação e o Relatório de Inspeção do Projeto, enviado pelo OIA/PC responsável por tal inspeção.

6.2 Projeto as built e declaração com a identificação dos itens alterados

Caso tenha havido alterações nos itens de projeto previamente inspecionados, o solicitante deve encaminhar toda documentação dos sistemas alterados (as built) e uma declaração destacando os itens que foram alterados durante a obra.

6.3 Documentos fiscais que comprovem a compra e a instalação dos sistemas construtivos e equipamentos, descritos na etapa de inspeção do projeto, que não podem ser verificados in loco em função da dificuldade de acesso (exemplos: isolantes térmicos, reatores, placas solares, etc.), e demais documentos fiscais solicitados pelo OIA.

Nota 1: Deve-se enviar ao OIA/PC as cópias digitais dos documentos fiscais.

Nota 2: Todos os documentos fiscais devem ter a quantidade e o modelo do equipamento especificado.

Nota 3: No documento fiscal deve constar a identificação da obra ou o local de entrega (mesmo endereço da edificação avaliada). Quando não for o mesmo endereço de entrega, o solicitante deve enviar uma justificativa.

Nota 4: Na impossibilidade da apresentação dos documentos fiscais, o solicitante deve comprovar a aquisição/instalação dos componentes/equipamentos de outra forma, a ser avaliada pelo OIA/PC.

6.4 Catálogos técnicos de fabricantes e/ou laudos técnicos dos equipamentos e materiais utilizados que comprovem as características dos equipamentos e materiais utilizados na edificação (exemplos: isolantes térmicos, materiais com condutividade térmica não especificada em norma, vidros, lâmpadas, reatores, equipamentos do sistema de condicionamento de ar, equipamentos utilizados para a uso raciona de água, etc.).

6.5 Fotografias comprovando a instalação dos equipamentos e materiais utilizados na edificação que não podem ser verificados in loco (exemplos: reatores, composição de paredes e coberturas, isolamento das tubulações e dutos, etc).

Nota: O OIA/PC pode solicitar novas fotografias caso não seja possível comprovar que as fotos pertencem à edificação ou à(s) parcela(s) da edificação avaliada.

6.6 Fotografias, vídeos e outros levantamentos para comprovação do ângulo de obstrução vizinha, quando aplicável.

6.7 Laudo de fabricante contendo a absortância do material ou laudo de medição da absortância realizada em laboratório.

Nota 1: As medições da absortância solar devem ser realizadas de acordo com as normas ASTM E1918, ASTM E903, ASHRAE 74 ou ASTM C1549.

Nota 2: O valor medido deve ser ajustado ao espectro solar no seu respectivo comprimento de onda. Na falta de dados que caracterizem a curva do espectro solar para o local da implantação da edificação, devem ser utilizados como referência os valores espectrais de irradiação solar global apresentado na ASTM G173.

Nota 3: O OIA pode realizar as medições desde que seguindo as normas citadas na Nota 1.

Nota 4: Na ausência de dados de fabricante, e impossibilidade de ser realizada a medição por um laboratório ou OIA, pode ser aceito, alternativamente, dados provenientes da literatura ou de norma vigente. Neste caso, cabe ao OIA/PC analisar os dados enviados em comparação com a edificação.

6.8 Laudo técnico de projetista do sistema de condicionamento de ar central, com ART, descrevendo o sistema instalado conforme projeto avaliado.

6.9 Laudo técnico de projetista do sistema de aquecimento de água, com ART/RRT, descrevendo o sistema instalado conforme projeto avaliado.

6.10 Para o agendamento da inspeção in loco da edificação construída, o solicitante deve encaminhar ao OIA/PC o alvará de conclusão da obra ou documento que comprove as ligações definitivas para fornecimento de energia elétrica e gás combustível (aplicável somente quando houver sistema de aquecimento de água a gás natural) pelas respectivas concessionárias.

7. Procedimentos E Níveis De Tolerância De Inspeção Da Edificação Construída

7.1 Procedimentos gerais

7.1.1 O arredondamento das variáveis deve ser realizado apenas para apresentação dos resultados e devem ser seguidas as regras de arredondamento contidas na ABNT NBR 5891.

Nota: No relatório o número de casas decimais deve ser suficiente para o entendimento da classificação obtida.

7.1.2 Edificações que não passaram pelo processo de avaliação na etapa de projeto, devem ser classificadas com base no projeto as built e levantamento de dados em campo. O procedimento de classificação deve atender os critérios dispostos no item 5 deste Anexo Específico.

7.1.3 Para as edificações que possuem ENCE de Projeto, deve-se atender aos seguintes itens:

a) Para a análise dos dados levantados durante a inspeção da edificação construída, devem ser respeitados os limites de tolerância, indicados no item 7.8, com relação aos valores declarados e/ou calculados na etapa de inspeção de projeto;

b) Caso os valores encontrados na inspeção da edificação construída ultrapassem o limite de tolerância estipulado, deve-se verificar o impacto na classificação da eficiência energética da edificação, usando o mesmo método anteriormente aplicado;

c) Se o solicitante tiver optado pelo método de simulação, a correção dos itens que ultrapassaram a tolerância deve ser efetuada ou a verificação do impacto deve ser feita por meio de nova(s) simulação(ões) realizada(s) pelo OIA/PC ou solicitante;

d) Caso estas diferenças diminuam a classe do sistema ou da edificação, o OIA/PC deve proceder ao Tratamento de Não Conformidades.

7.2 Inspeção da envoltória

A inspeção da envoltória é obrigatória em todas as edificações que solicitarem a emissão da ENCE.

7.2.1 Orientação da edificação

7.2.1.1 A orientação deve ser verificada com bússola, equipamento eletrônico do tipo GPS (Global Positioning System) ou sensoriamento remoto.

7.2.1.2 Pelo menos uma fachada da edificação deve ser inspecionada para a conferência da orientação.

7.2.1.3 Nos casos em que houver diferença superior à tolerância, deve-se verificar se há alteração da orientação das fachadas e aberturas.

7.2.2 Fechamentos e revestimentos da envoltória

7.2.2.1 A comprovação dos materiais utilizados na envoltória deve ser feita por meio de fotografias e documentos fiscais, ou processos que comprovem a composição das paredes e coberturas durante a execução da obra. Incorporadores e construtores que possuem programas da qualidade da construção civil podem utilizar-se desta estrutura para comprovar os materiais empregados na envoltória.

Nota: Este procedimento pode ser complementado pela inspeção em campo.

7.2.2.2 Para isolantes térmicos, a comprovação deve ser feita por meio de catálogo técnico do produto e/ou laudo técnico com a determinação da condutividade térmica, juntamente com o documento fiscal de aquisição dos isolantes térmicos.

7.2.2.3 A instalação dos isolantes também deve ser registrada por fotografias e localizada em planta mostrando em quais superfícies foram aplicados.

7.2.2.4 Caso não existam provas referentes aos materiais utilizados na envoltória, a comprovação deve ser feita por meio de certidões e/ou laudo técnico do responsável técnico pela investigação da parede, explanando detalhadamente quais os materiais e camadas aplicados na construção da envoltória.

7.2.2.5 Caso exista alteração em algum componente construtivo, este deve ter suas propriedades térmicas recalculadas. A análise da tolerância deve ser aplicada nos valores das propriedades térmicas recalculadas.

7.2.3 Absortância à radiação solar da envoltória

7.2.3.1 A absortância à radiação solar deve ser comprovada através de laudos técnicos e verificação visual nas áreas em que o revestimento está aplicado, durante a inspeção in loco.

7.2.3.2 A absortância deve ser verificada para os diferentes revestimentos adotados na edificação.

7.2.3.3 Para efeito de comparação, deve ser utilizado o valor da absortância total, que representa o valor integrado da energia absorvida pelo material ao longo do espectro analisado.

7.2.4 Componentes transparentes ou translúcidos

7.2.4.1 Devem ser verificados todos os elementos transparentes por meio de análise documental.

Nota: As propriedades térmicas das aberturas envidraçadas não declaradas em projeto, ou declarada a utilização de vidro simples, 3 ou 6 mm, não precisam ser comprovadas. Nestes casos, deve-se adotar o valor de referência adotado na INI-C

7.2.4.2 Para outros elementos transparentes deve ser apresentado laudo do fabricante ou do responsável técnico pela avaliação do produto contendo as suas especificações técnicas, incluindo o fator solar da superfície e transmitância térmica, juntamente com o documento fiscal de sua aquisição.

Nota: Quando o laudo não for apresentado, o OIA/PC deve verificar a espessura do vidro e utilizar o fator solar e transmitância térmica apresentado na tabela do Anexo E, de acordo com o tipo de vidro.

7.2.4.3 O critério de amostragem das propriedades térmicas deve seguir o mesmo critério para as áreas das aberturas, exposto no item 7.2.5.

7.2.5 Área das aberturas

7.2.5.1 As áreas das aberturas devem ser medidas no local, com trena manual ou eletrônica, de acordo com a regra de amostragem apresentada.

Nota: Deve-se levantar a área transparente/translúcida da abertura, ou a área de vão, de acordo com o parâmetro adotado na avaliação de projeto.

7.2.5.2 A conferência da área das aberturas envidraçadas da edificação deve ser realizada por meio de uma amostra aleatória, conforme os critérios da Tabela 8.

$$RedC_{IL} = ((C_{IL,refD} - C_{IL,real}) / C_{IL,refD}) \cdot 100 \quad \text{Equação (B.III.1)}$$

Onde:

$RedC_{IL}$ é o percentual de redução do consumo de iluminação (%);

$C_{IL,refD}$ é o consumo de iluminação da edificação na sua condição de referência (kWh/ano);

$C_{IL,real}$ é o consumo de iluminação da edificação real (kWh/ano).

7.2.5.3 A conferência das aberturas e a verificação das áreas especificadas em projeto com as áreas construídas deve abranger pelo menos uma abertura de cada tipo empregado na envoltória da edificação.

7.2.5.4 Havendo diferença maior que a tolerância estabelecida no item 7.8, em relação ao especificado em projeto, deve-se verificar se são alteradas as condições dependentes de áreas das aberturas nos métodos de avaliação da INI-C.

Nota: Deve-se adotar as novas dimensões para todas as aberturas de mesmo tipo.

7.2.5.5 Caso haja alteração, deve-se verificar o impacto na classe de eficiência da envoltória.

7.2.6 Dispositivos de proteção solar

7.2.6.1 Os dispositivos de proteção solar deverão ser inspecionados in loco, respeitando-se a amostragem especificada no item 7.2.5

7.2.6.2 Consideram-se dispositivos de proteção solar os ângulos de obstrução vizinha e os ângulos de sombreamento verticais e horizontais (AOV, AVS e AHS).

Nota: O AOV deve ser verificado de forma qualitativa, comparando visualmente a condição local com aquela avaliada em projeto.

7.2.6.3 Dispositivos de proteção solar devem ser medidos in loco com trena manual ou eletrônica.

7.2.6.4 Havendo diferença maior que a tolerância estabelecida no item 7.8 em relação ao especificado em projeto, deve-se verificar se são alteradas as condições de sombreamento definidas nos métodos de avaliação da INI-C. Caso haja alteração, deve-se verificar o impacto na classe de eficiência da envoltória.

Nota: Deve-se adotar as novas dimensões para todas as aberturas de mesmo tipo e sombreamento, de mesmas dimensões.

7.2.6.5 A conferência dos dispositivos de proteção solar deve abranger, pelo menos, 1 (um) dispositivo de cada tipo empregado na envoltória da edificação.

7.3 Inspeção dos Sistemas de Condicionamento de Ar

7.3.1 Condicionadores de ar do tipo janela e Split

7.3.1.1 A verificação da conformidade deve ser realizada por meio do documento fiscal de aquisição dos equipamentos.

7.3.1.2 In loco devem ser verificadas as especificações dos equipamentos instalados no ambiente com as especificações declaradas em projeto, por meio de amostra aleatória conforme Tabela F.9.

Tabela 9 - Amostra de condicionadores de ar unitários

Número de unidades	Número de amostras
Até 10	Todas
Até 30	10
Até 50	20
Até 75	35
Até 100	40
Até 200	50
Até 400	70
Até 600	80
Até 1.000	85
Mais de 1.000	90

7.3.1.3 A conferência dos equipamentos deve abranger pelo menos um equipamento de cada modelo empregado na edificação.

7.3.1.4 Havendo diferença na eficiência dos equipamentos, em relação ao especificado em projeto, deve-se verificar o impacto na classe de eficiência do sistema de condicionamento de ar.

Nota: Deve-se adotar a nova eficiência para todos os equipamentos de mesma especificação.

7.3.1.5 A verificação do isolamento térmico deve ser realizada por meio de fotografias comprovando sua instalação, documentos fiscais e catálogos técnicos.

7.3.2 Condicionadores de ar centrais

7.3.2.1 A verificação da conformidade deve ser feita por meio da comparação das características dos equipamentos descritos no projeto e laudo técnico do projetista, com o laudo técnico da instalação e os equipamentos instalados na edificação.

7.3.2.2 A verificação da conformidade dos equipamentos do tipo fancoil pode ser realizada, a critério do OIA/PC, pelo processo de amostragem, seguindo critério descrito no item 7.3.1.2, sendo que o número de equipamentos inspecionados não pode ser inferior a 30% do número total de unidades.

7.3.2.3 A verificação do isolamento térmico deve ser realizada por meio de fotografias comprovando sua instalação, documentos fiscais e catálogos técnicos.

7.3.2.4 Os requisitos específicos para a Classe A deverão ser comprovados via laudo técnico de instalação ou comissionamento e, quando o OIA/PC considerar pertinente, verificados in loco.

7.4 Inspeção dos sistemas de iluminação

7.4.1 A verificação da conformidade do sistema de iluminação deve ser feita por meio da comparação das especificações estabelecidas em projeto com as encontradas nos ambientes construídos.

7.4.2 A verificação da conformidade nos ambientes in loco deve ser feita por meio de amostra aleatória, conforme os critérios da Tabela 10. Os ambientes amostrados devem conter pelo menos uma luminária de cada tipo. Nesta amostra deve ser verificada a potência das luminárias; sensores, quando aplicável; e os requisitos de contribuição da luz natural e controle local.

$$C_{IL,real} = (PI_T \cdot h \cdot N_{ano})/1000 \quad \text{Equação (B.III.2)}$$

Onde:

$C_{IL,real}$ é o consumo do sistema de iluminação da edificação real (kWh/ano);

PI_T é a potência de iluminação total instalada (W);

h são as horas de uso da edificação por dia, conforme tipologia das tabelas do Anexo A;

N_{ano} é o número de dias de ocupação ao ano, conforme tipologia das tabelas do Anexo A.

7.4.3 A verificação da conformidade dos reatores, lâmpadas e sistemas de automação in loco deve ser feita por meio da comparação das especificações declaradas em projeto com as especificações instaladas.

7.4.4 Caso a diferença entre a densidade de potência instalada em cada ambiente, quando comparada às densidades verificadas no projeto, seja maior que a tolerância definida no item 7.8, deve-se verificar o impacto na classe de eficiência do sistema de iluminação.

Nota: Deve-se adotar as novas potências para todas as luminárias de mesmo tipo.

7.4.5 Quando a edificação possuir desligamento automático do sistema de iluminação, o OIA/PC deve verificar sua programação e funcionamento in loco, conferindo o atendimento à condição de elegibilidade para a classificação A.

7.5 Inspeção do sistema de aquecimento de água, quando aplicável

7.5.1 Conferir se os equipamentos instalados atendem às características descritas em projeto. Esta conferência deve ser realizada por meio de documentos fiscais, catálogos de fabricantes e/ou laudos técnicos.

7.5.2 Verificar in loco se os equipamentos estão instalados. Equipamentos que não possam ser visualizados pelo inspetor, incluindo material e isolamento térmico das tubulações, devem ser verificados por meio de documentos fiscais e fotografias.

7.5.3 Em caso de sistema de aquecimento de água coletivo, verificar a instalação do sistema e verificar as saídas de água quente nos ambientes amostrados.

7.5.4 A conferência do sistema de aquecimento de água instalado deve estar de acordo com os seguintes critérios:

a) Para aquecedores elétricos de passagem, chuveiros elétricos, torneiras elétricas, aquecedores elétricos de hidromassagem e aquecedores elétricos de água por acumulação (boiler): verificar a marca/fabricante, modelo, potência, rendimento e classificação no PBE (caso existente);

b) Para sistemas de aquecimento solar:

- Coletores solares: verificar a marca/fabricante, modelo, número, inclinação e orientação, classificação pelo PBE;

- Reservatórios solares: verificar a marca/fabricante, modelo, volume e existência de ENCE.

c) Para sistemas de aquecimento a gás: verificar a marca/fabricante, modelo, potência, rendimento e a existência de ENCE e/ou Selo Compet;

d) Para aquecimento por bomba de calor: verificar a marca/fabricante, modelo, COP e tipo de gás refrigerante.

7.6 Inspeção do sistema de geração de energia renovável

7.6.1 A verificação da conformidade dos equipamentos do sistema de geração de energia deve ser feita por meio da apresentação do documento fiscal de aquisição e laudo de instalação

7.6.2 In loco devem ser verificadas as características dos equipamentos e do sistema, conforme projeto.

7.7 Inspeção dos sistemas de uso racional de água

7.7.1 A verificação da conformidade dos equipamentos economizadores deve ser feita por meio da apresentação do documento fiscal de aquisição.

7.7.2 In loco devem ser verificadas as características dos equipamentos e a localização e as dimensões dos reservatórios de águas não potáveis, caso existentes.

7.7.3 Deve-se verificar in loco 20% dos equipamentos economizadores, sendo no mínimo 5 equipamentos.

7.8 Níveis de tolerância

Para as edificações que possuem ENCE de Projeto, a diferença encontrada entre os dados de projeto e a edificação construída deve atender os seguintes limites de tolerância:

- Orientação: 5°
- Propriedades térmicas:
> Transmitância e capacidade térmica de elementos opacos: 5%
> Componentes transparentes ou translúcidos: 10%
- Absortância solar: 15%
- Área das aberturas: 10%
- Dispositivos de proteção solar (AVS, AHS, AOV): 10%

- Densidade de potência de iluminação: 2%.

8. Conteúdo Mínimo Do Relatório De Inspeção Do Projeto E Do Relatório De Inspeção Da Edificação Construída

8.1 Relatório de inspeção do projeto

a) Razão social, CNPJ/CPF e nome fantasia do solicitante, quando aplicável (conforme Anexo B do RAC);

b) Endereço completo do solicitante (conforme Anexo B do RAC);

c) Identificação da edificação e endereço completo (conforme Anexo B do RAC);

d) Data da solicitação da ENCE(conforme Anexo B do RAC), data do início da inspeção (quando toda a documentação completa foi entregue) e data da entrega do relatório;

e) Identificação do OIA (nome e número de registro de acreditação) ou do PC (nome e número de certificação);

f) Nomes da equipe de inspetores e do inspetor líder, aplicável ao OIA;

g) Assinatura da equipe de inspetores e do inspetor líder, aplicável ao OIA, ou nome e assinatura do PC;

h) Número da(s) portaria(s) utilizada(s) como referência na inspeção;

i) Método de avaliação utilizado em cada sistema (simplificado e/ou de simulação);

j) Descrição sucinta da edificação e da(s) parcela(s) da edificação, quando ENCE Parcial, e dos sistemas avaliados;

k) Classificação da envoltória e principais informações que levaram à classificação obtida;

l) Classificação e consumo de energia elétrica do sistema de condicionamento de ar - refrigeração e aquecimento - e principais informações que levaram à classificação obtida, quando aplicável;

m) Classificação e consumo de energia elétrica do sistema de iluminação e principais informações que levaram à classificação obtida, quando aplicável;

n) Classificação e consumo de energia elétrica e/ou térmica e de energia primária do sistema de aquecimento de água e principais informações que levaram à classificação obtida, quando aplicável;

o) Descrição do atendimento às condições de elegibilidade para a classificação A;

p) Classificação final da edificação e da(s) parcela(s) da edificação;

q) Consumo total anual de energia primária da edificação e da(s) parcela(s) da edificação;

r) Consumo total anual de energia elétrica (em kWh) e de energia térmica da edificação e da(s) parcela(s) da edificação (em kWh e m³ de gás);

s) Potencial de geração local de energia renovável e percentual correspondente do consumo total de energia elétrica da edificação;

t) Emissões de dióxido de carbono;

u) Características e percentual de economia dos sistemas de uso racional de água, quando houver;

v) Percentual de horas ocupadas em conforto térmico quando a edificação, ou parcela(s) da edificação for(em) ventilada(s) naturalmente;

w) Identificação dos projetos e demais documentos enviados pelo solicitante utilizados como referência nas avaliações;

x) Outras informações relevantes que levaram à classificação da eficiência energética;

y) Sugestões de alterações no projeto que elevariam a classificação de eficiência energética encontrada.

z) Incluir Manual de entendimento da ENCE, ou endereço eletrônico do mesmo <https://www.pbeedifica.com.br/sites/default/files/INI/MANUAL_ENCE_C.pdf>

8.2 Relatório de inspeção da edificação construída

a) Razão social, CNPJ/CPF e nome fantasia do solicitante, quando aplicável (conforme Anexo B do RAC);

b) Endereço completo do solicitante (conforme Anexo B do RAC);

c) Identificação da edificação e endereço completo (conforme Anexo B do RAC);

d) Data da solicitação da ENCE (conforme Anexo B do RAC), data da inspeção e data da entrega do relatório;

e) Data da emissão da ENCE de Projeto e OIA/PC responsável pela inspeção de projeto;

f) Identificação do OIA (nome e número de registro de acreditação) ou do PC (nome e número de certificação);

g) Nomes da equipe de inspetores e do inspetor líder, aplicável ao OIA;

h) Assinatura da equipe de inspetores e do inspetor líder, aplicável ao OIA, ou nome e assinatura do PC;

i) Número da(s) portaria(s) utilizada(s) como referência na inspeção;

j) Tipo de inspeção in loco por sistema (presencial ou remota);

k) Descrição sucinta da edificação e dos sistemas avaliados;

l) Localização dos componentes e equipamentos inspecionados;

m) Classificação da envoltória e principais informações que levaram à classificação obtida;

n) Classificação e consumo de energia elétrica e/ou térmica e de energia primária do sistema de aquecimento de água e principais informações que levaram à classificação obtida, quando aplicável;

o) Classificação e consumo de energia elétrica do sistema de condicionamento de ar - refrigeração e aquecimento - e principais informações que levaram à classificação obtida, quando aplicável;

p) Classificação e consumo de energia elétrica do sistema de iluminação e principais informações que levaram à classificação obtida, quando aplicável;

q) Descrição do atendimento às condições de elegibilidade para Classe A;

r) Classificação final da edificação e da(s) parcela(s) da edificação;

s) Consumo total anual de energia primária da edificação e da(s) parcela(s) da edificação;

t) Consumo total anual de energia elétrica (em kWh) e de energia térmica da edificação e da(s) parcela(s) da edificação (em kWh e m³ de gás);

u) Potencial de geração local de energia renovável e percentual correspondente do consumo total de energia elétrica da edificação, quando existente;

v) Emissões de dióxido de carbono;

w) Características e percentual de economia dos sistemas de uso racional de água, quando houver;

x) Percentual de horas ocupadas em conforto térmico quando a edificação e a(s) parcela(s) da edificação estiver(em) ventilada(s) naturalmente;

y) Registro das não conformidades detectadas durante a inspeção;

z) Registro das ações corretivas adotadas pelo solicitante;

aa) Outras informações relevantes que levaram à classificação da eficiência energética;

bb) Sugestões de alterações no projeto que elevariam a classificação de eficiência energética encontrada.

cc) Incluir Manual de entendimento da ENCE, ou endereço eletrônico do mesmo <https://www.pbeedifica.com.br/sites/default/files/INI/MANUAL_ENCE_C.pdf>.

9. Etiqueta Nacional De Conservação De Energia - Edificações Comerciais de Serviços e Públicas

9.1 A primeira página da ENCE é diferente de acordo com a avaliação, podendo ser Geral, Autodeclarada ou Parcial, enquanto a segunda página é igual para os três modelos de etiqueta.

9.2 A ENCE deve ser preenchida de acordo com a etapa de inspeção e método de avaliação adotado, as informações de preenchimento estão detalhadas no manual de preenchimento da ENCE.

9.3 A ENCE Comercial possui três opções, de acordo com a avalição: Geral, Autodeclarada ou Parcial (Anexo IV)

9.3.1 A ENCE Geral compreende a avaliação de todos os sistemas (envoltória, iluminação artificial, condicionamento de ar e aquecimento de água), sendo apenas o aquecimento de água dispensável quando a edificação não possuir este sistema, com avaliação de toda a edificação.

9.3.2 ENCE Autodeclarada pode ser emitida apenas para edificações novas, em fase de projeto.

9.3.2.1 A ENCE Autodeclarada é recomendada para empreendimentos multiusuários em que não serão entregues os sistemas de iluminação e/ou de condicionamento de ar das salas. Todos os sistemas entregues devem ser avaliados conforme o projeto. Este processo permite a emissão da ENCE Geral, de projeto, para este tipo de edificação. A inspeção engloba a avaliação de valores autodeclarados pelo solicitante para as unidades que serão vendidas ou alugadas.

Nota 1: A ENCE Autodeclarada não pode ser emitida para edificações de um único usuário.

Nota 2: Edificações de instituições públicas podem ter avaliadas por autodeclaração apenas as áreas da edificação concedidas para empresas privadas, e que não terão os sistemas entregues.

9.3.2.2 A ENCE Autodeclarada é aquela em que a envoltória e um ou mais sistemas têm seu projeto avaliado para a edificação completa e o restante dos sistemas são avaliados por meio de autodeclaração.

9.3.2.3 O solicitante deve informar aos proprietários ou locatários das áreas que foram avaliadas por autodeclaração, documentação contendo especificação dos sistemas para que a classe de eficiência seja mantida. Cabe ao OIA conferir tal documentação informativa (manual do proprietário, ou similar).

9.3.2.4 A ENCE Autodeclarada só pode ser emitida na etapa de projeto. Para a etapa da edificação construída deve-se emitir a ENCE Geral, com entrega do as built dos sistemas autodeclarados na etapa de projeto, ou ter a emissão da ENCE Parcial, com avaliação apenas dos sistemas entregues

9.3.3 A ENCE Parcial é emitida para as edificações em que apenas uma parcela da edificação for avaliada, como áreas condominiais; ou, quando apenas alguns sistemas forem avaliados, conforme descrito abaixo:

- ENCE Parcial para envoltória completa
- ENCE Parcial para envoltória e sistema de iluminação
- ENCE Parcial para envoltória e sistema de condicionamento de ar
- ENCE Parcial para envoltória e sistema de aquecimento de água
- ENCE Parcial para envoltória e a combinação de outros dois sistemas listados acima.

9.3.3.1 A avaliação da envoltória é sempre para a edificação completa, e, portanto, deve ser emitida uma ENCE parcial apenas da envoltória.

Nota: Se novas parcelas da edificação forem avaliadas enquanto a ENCE Parcial da envoltória estiver válida e os resultados no relatório forem suficientes para a classificação dos sistemas avaliados, estes podem ser utilizados para a nova avaliação sendo realizada apenas a inspeção dos outros sistemas.

9.3.3.2 Para avaliações de parcelas da edificação, a ENCE parcial deve ser emitida para uma área da edificação identificada por uma mesma unidade consumidora. Quando mais de um sistema for avaliado (iluminação e condicionamento de ar, por exemplo), estes devem fazer parte de uma mesma unidade consumidora.

9.3.3.3 Para a emissão da ENCE Parcial deve ser avaliado, obrigatoriamente, ao menos um sistema: envoltória completa.

9.3.3.4 Para as ENCEs Parciais em que se avalia exclusivamente a envoltória, não é apresentado o consumo de energia estimado dos sistemas individuais e de energia primária da edificação.

9.3.3.5 Caso os sistemas de iluminação e de condicionamento de ar sejam inspecionados em uma parcela da edificação (pavimento(s) ou conjunto de ambientes), esta deve ser a mesma para ambos os sistemas, e corresponder a área atendida pela unidade consumidora. Caso os sistemas avaliados sejam de partes diferentes da edificação, deve ser emitida uma etiqueta para cada parcela/unidade consumidora da edificação.

ANEXO ESPECÍFICO I.1 - MODELO DE DECLARAÇÃO PARA CONFERÊNCIA DOS LIMITES DE APLICAÇÃO DO MÉTODO SIMPLIFICADO

Este documento tem por finalidade definir os critérios para a avaliação da conformidade de todos os parâmetros da edificação a ser avaliada frente aos limites de aplicação do método simplificado, conforme exposto na INI-C. Este documento deve ser entregue ao OIA/PC juntamente com a solicitação de emissão da ENCE (Anexo B) O método de simulação dispensa o preenchimento deste Anexo.

Havendo divergência entre os valores declarados e os valores apresentados em projeto ou na edificação construída, serão considerados os valores apresentados em projeto ou na edificação construída, conforme etapa correspondente da inspeção. Caso os novos valores não atendam ao método de inspeção adotado, o OIA/PC deve informar ao solicitante e ao responsável técnico, podendo-se optar entre a correção das informações ou alteração do método de avaliação, conforme descrito no item 6 do RAC.

Edificação:

Área total (m²):

Declaração de atendimento aos limites de aplicação do método simplificado da INI-C, para edificações ventiladas naturalmente

$$C_{IL,refD\ e\ A} = (PI_{LD} \cdot h \cdot N_{ano})/1000 \qquad \textbf{Equação (B.III.3)}$$

Onde:

$C_{L,ref}$ é o consumo do sistema de iluminação das condições de referência equivalentes à classificação D ($C_{L,refD}$) e classificação A ($C_{L,refA}$) (kWh/ano);

PI_L é a potência de iluminação limite para a classificação D (PI_{LD}) e classificação A (PI_{LA}) (W);

h são as horas de uso da edificação por dia, conforme tipologia das tabelas do Anexo A;

N_{ano} é o número de dias de ocupação ao ano, conforme tipologia das tabelas do Anexo A.

Declaração de atendimento aos limites dos parâmetros de avaliação da envoltória de edificações condicionadas pelo método simplificado da INI-C

$$PI_{Treal} = \sum(PI_U) + \sum(PI) + P_{ASP} \qquad \textbf{Equação (B.III.4)}$$

Onde:

$PI_{T,real}$ é a potência de iluminação total (W);

PI_U é a potência de iluminação em uso (W);

PI é a potência de iluminação sem controle automatizado (W);

P_{ASP} é a potência de iluminação de ambientes sem projeto luminotécnico, ou, sem sistema instalado no momento da inspeção em campo da edificação (W), quando aplicável.

ANEXO ESPECÍFICO I.2 - RESULTADOS MÍNIMOS DOS RELATÓRIOS DE SAÍDA DAS SIMULAÇÕES REALIZADAS PELO SOLICITANTE

A lista a seguir apresenta os resultados mínimos que devem estar presentes nos relatórios de saída das simulações e devem ser enviados se a simulação for realizada pelo solicitante. Tais resultados devem estar presentes nos relatórios de saída das simulações, tanto do modelo na condição real quanto do modelo na condição de referência.

Para cada simulação, devem ser preenchidas as informações referentes à localização dos resultados no relatório de saída (Exemplo: Item: Transmitância Térmica das Paredes Localização: arquivo Table (html), Report:Envelope Summary: Opaque Exterior, pg. 25).

A solicitação do preenchimento desta lista é facultada pelo OIA/PC. O OIA/PC pode personalizar a lista de resultados mínimos, caso julgue pertinente.

ITEM	LOCALIZAÇÃO NO RELATÓRIO DE SAÍDA
1. DADOS GERAIS	
Identificação da edificação	
Nome e versão do software utilizado	
Arquivo climático (latitude, longitude, elevação)	
Rotação em relação ao Norte geográfico (graus)	
Período da simulação (horas)	
Área útil (m²)	
Volume do edifício (m³)	
Área de cobertura (m²)	
Área da envoltória (m²)	
Área total da edificação (m²)	
Percentual de abertura zenital (%)	
2. ENVOLTÓRIA	
Percentual de abertura na fachada (%) (por zona)	
Transmitância térmica da cobertura (por zona)	
Capacidade térmica da(s) cobertura(s) (por zona)	
Absortância solar da cobertura (por zona)	
Transmitância térmica das paredes externas (por zona)	
Capacidade térmica das paredes externas (por zona)	
Absortância solar das paredes externas (por zona)	
Propriedades térmicas e ópticas dos componentes transparentes e translúcidos de cada abertura: espessura, transmitância solar transmitância visível, emissividade	
Fator solar dos componentes transparentes e translúcidos (de cada abertura)	
Uso de sombreamento	
Detalhe de dispositivos de sombreamento fixos e móveis	
Propriedades térmicas dos dispositivos de sombreamento	
Detalhes dos componentes construtivos	
Detalhes dos materiais dos componentes construtivos (densidade, calor específico, espessura, emissividade)	
Características construtivas do piso	
Temperatura do solo para os modelos que possuem piso em contato	
3. SISTEMA DE ILUMINAÇÃO	
Densidade de potência de iluminação - DPI [W/m²]	
Padrão de uso, quando utilizada iluminação natural	
4. SISTEMA DE CONDICIONAMENTO DE AR	
Horas não atendidas pelo equipamento de resfriamento (por zona)	
Horas não atendidas pelo equipamento de aquecimento (por zona)	
Total de horas não atendidas (por zona)	
Percentual de horas não atendidas na simulação (anual)	
Equipamento de HVAC - Resfriamento (por zona)	
Capacidade de resfriamento (kW)	
COP refrigeração	
5. GANHOS INTERNOS	
Número de pessoas (por zona)	
Potência instalada de equipamentos [W/m²] (por zona)	
6. CONSUMO ENERGÉTICO	
Consumo energético mensal e total anual (modelo na condição real e de referência)	
Consumo total por uso final - aquecimento e refrigeração, em kWh (modelo na condição real e de referência)	
Temperatura de bulbo seco do ar (outdoor)	
Taxas de renovação de ar (por zona)	
Arquivos de erro de simulação	
7. AMBIENTES NATURALMENTE VENTILADOS	
Percentual de horas ocupadas em conforto térmico quando ventilada naturalmente ($PHOC_T$)	

ANEXO ESPECÍFICO I.3 - DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DO PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA SIMULAÇÃO

Este documento representa a Declaração de Conformidade por parte do profissional responsável pela simulação, e deve ser entregue somente se o solicitante realizar a simulação. O documento contém as regras e os procedimentos definidos para a simulação computacional de edificações comerciais, de serviços e públicas.

$$P_{ASP} = (1{,}5 \cdot PI_{LD}) \qquad \textbf{Equação (B.III.5)}$$

Onde:
P_{ASP} é a potência de iluminação de ambientes sem projeto luminotécnico, ou, sem sistema instalado no momento da inspeção em campo da edificação (W);
PI_{LD} é a potência de iluminação limite para a classificação D (W).

Anexo ESPECÍFICO II - EDIFICAÇÕES Residenciais

1. OBJETIVO

Estabelecer os requisitos específicos para os os procedimentos de avaliação da conformidade para emissão da ENCE de Edificações Residenciais.

2. DEFINIÇÕES

2.1 Áreas de uso comum (AUC)

Ambientes de uso coletivo de edificações multifamiliares ou de condomínios de edificações residenciais, incluindo: circulações, halls, garagens, escadas, antecâmaras, elevadores, corredores, estacionamento de visitantes, guaritas, copa, espaços destinados a funcionários ou colaboradores, acessos externos, salões de festa, brinquedoteca, banheiros coletivos, bicicletário, quadra poliesportiva, sala de cinema, sala de estudo, sala de ginástica, playground, churrasqueira, ou ambientes de usos similares aos citados. Não são consideradas áreas de uso comum para efeito desta INI-R, espaços não frequentados pelos moradores e/ou funcionários.

2.2 Declaração

Documento com informações sobre a edificação, disponibilizado pelo solicitante ou por profissional por ele autorizado conforme informado no Formulário de Solicitação de Emissão da ENCE (Anexo B).

2.3 Edificação multifamiliar

Edificação que possui mais de uma unidade habitacional (UH) autônoma em um mesmo lote, em relação de condomínio, podendo configurar edifício de apartamentos, sobrado ou grupamento de edificações. Casas geminadas ou "em fita", quando situadas no mesmo lote, enquadram-se nesta classificação. Estão excluídos desta categoria hotéis, motéis, pousadas, apart-hotéis e similares.

2.4 Edificação residencial

Edificação utilizada para fins habitacionais, que contenha espaços destinados ao repouso, alimentação, serviços domésticos e higiene, não podendo haver predominância de atividades como comércio, escolas, associações ou instituições de diversos tipos, prestação de serviços, diversão, preparação e venda de alimentos, escritórios e serviços de hospedagem, sejam eles hotéis, motéis, pousadas, apart-hotéis ou similares.

2.5 Edificação unifamiliar

Edificação que possui uma única unidade habitacional (UH) autônoma no lote.

2.6 Unidade habitacional (UH)

Bem imóvel destinado à moradia e dotado de acesso independente. Corresponde a uma unidade de uma edificação multifamiliar (apartamento) ou a uma edificação unifamiliar (casa).

3. Métodos De Avaliação Empregados Pelo Oia/PC

3.1 A inspeção de projeto da UH pode ser realizada pelo método prescritivo, pelo método simplificado ou pelo método de simulação, respeitando-se as limitações de cada método expostas no item 6 da INI-R. A inspeção de projeto da AUC será sempre pelo método simplificado.

3.2 Caso a UH atenda as limitações do método simplificado, cabe ao solicitante decidir por qual método de avaliação seguir.

3.3 O OIA/PC deve informar os programas de simulação aos quais está apto a inspecionar e/ou simular, observando as exigências da INI-R. O OIA/PC pode recusar o programa de simulação utilizado pelo solicitante se este não atender ao método de avaliação da norma técnica ASHRAE Standard 140 vigente, segundo o procedimento de teste da Classe I.

3.4 Para a correta escolha do método de avaliação da UH, deve-se conferir os limites de aplicação do método simplificado por meio do Anexo Específico II.1.

3.5 O método de inspeção na etapa de projeto das áreas de uso comum é o método simplificado.

3.7 As inspeções de projeto devem seguir o procedimento descrito no item 5 e a inspeção da edificação construída deve seguir os procedimentos do item 7 deste Anexo Específico.

3.8 Para edificações existentes, a solicitação da ENCE de projeto não é obrigatória. Nestes casos, a classificação da edificação (análise do projeto) e verificação in loco, são realizadas em uma mesma etapa.

4. Documentação De Inspeção De Projeto

4.1 A documentação referente aos projetos, memoriais e especificações descritas a seguir deve ser entregue em arquivos digitais. Os arquivos de projeto devem ser entregues em arquivo aberto (dxf, dwg, ifc, etc.). O OIA ou PC indicará os formatos dos arquivos para a entrega.

4.2 Toda e qualquer informação exigida a seguir não exclui outras que podem ser úteis para o entendimento do projeto. Cabe ao OIA/PC solicitá-las e ao solicitante/responsável técnico atender ao pedido. A não entrega destes documentos deve ser tratada como não conformidade.

4.3 O OIA/PC pode dispensar o envio de algum(ns) do(s) documento(s) listado(s) a seguir, caso outro(s) documento(s) apresentem as informações necessárias para a continuidade da inspeção.

4.4 A documentação exigida para a inspeção de projeto das UHs é exposta nas Tabelas 1 a 6.

Nota 1: As declarações e laudos com ART/RRT, podem ser enviadas em um documento único, desde que contendo todas as informações aplicáveis à edificação.

Nota 2: A documentação necessária para a avaliação de projeto com levantamento amostral está indicada nas tabelas de cada sistema.

4.4.1 Para avaliação da envoltória pelo método prescritivo deve ser enviada a documentação apresentada na Tabela 1.

4.4.2 Para a avaliação da envoltória pelo método simplificado ou pelo método de simulação, quando esta for realizada pelo OIA/PC deve-se enviar a documentação exposta nas Tabelas 1 e 3

4.4.3 A documentação exigida para a inspeção de projeto da envoltória pelo método de simulação quando o solicitante for o responsável pela simulação é exposta nas Tabelas 2 e 3.

Nota: A documentação exigida para inspeção de projeto pelo método de simulação refere-se ao modelo real e ao modelo de referência.

4.4.4 A documentação exigida para o sistema de condicionamento de ar, comuns aos métodos simplificado e de simulação, é exposta na Tabela 3.

4.4.5 A documentação exigida para o sistema de aquecimento de água, sistemas de geração de energia renovável e uso racional de água, comuns aos três métodos, é exposta nas Tabelas 4 a 6.

$$PI_U = \sum [(PI_C \cdot FAP)] \qquad \textbf{Equação (B.III.6)}$$

Onde:
PI_U é a potência de iluminação em uso (W);
PI_C é a potência de iluminação controlada por sensores (W); e
FAP é o fator de ajuste de potência conforme o tipo de controle.

Figura B.III.1 – Esquema em planta da definição zonas primárias de iluminação natural para as aberturas laterais

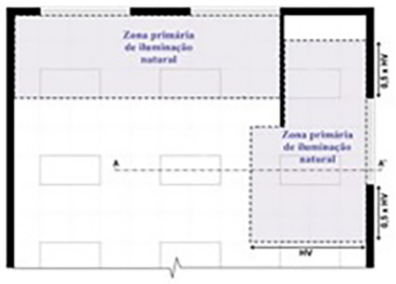


Figura B.III.2 – Esquema em corte da definição zonas primárias de iluminação natural para as aberturas laterais

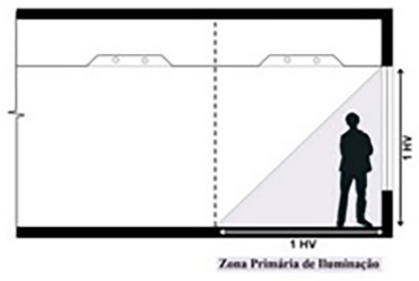
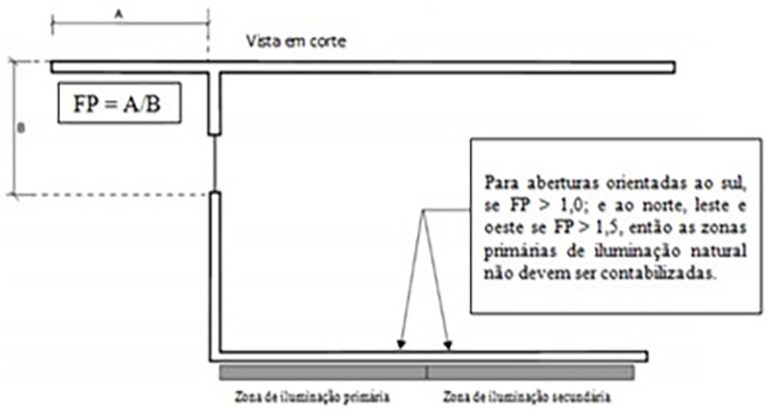


Figura B.III.3 – Cômputo das zonas primárias de iluminação natural adjacentes às aberturas laterais que possuem projeção externa



Fonte: adaptado de ASHRAE 90.1 (2019).

$$PI_L = \sum_{i=1}^{n=3} (A_i \cdot DPI_L) \qquad \text{Equação (B.III.7)}$$

Onde:
PI_L é a potência de iluminação limite para cada classificação (A ou D) em W;
n é um número equivalente à quantidade de atividades principais da edificação, sendo de no máximo três atividades;
AI é a área iluminada para cada uma das atividades, se houver mais de uma (m^2);
DPI_L é a densidade de potência limite para cada uma das atividades, se houver mais de uma, em W/m^2.

Tabela B.III.2 – Limite máximo aceitável de densidade de potência de iluminação (DPI_L) para a classificação de eficiência pretendida – método do edifício completo

Função do edifício	DPI_L Classif. A (W/m^2)	DPI_L Classif. D (W/m^2)
Academia	7,0	13,8
Armazém	5,2	10,3
Biblioteca	8,4	18,4
Bombeiros	5,7	11,0
Centro de convenções	8,7	16,8
Cinema	8,9	12,9
Comércio	11,4	21,9
Correios	7,2	13,6
Venda e locação de veículos	7,6	12,8
Escola/universidade	8,7	15,5
Escritório	8,5	14,1
Estádio de esportes	9,4	12,2
Garagem – edifício garagem	1,6	3,9
Ginásio	7,3	15,7
Hospedagem, dormitório	6,6	9,6
Hospital	11,3	18,9
Hotel	8,1	15,7
Igreja/templo	10,1	16,4
Restaurante	8,4	13,9
Restaurante: bar/lazer	10,7	15,5
Restaurante: **fast-food**	8,5	14,1
Museu	11,4	16,5
Oficina	11,2	18,7
Penitenciária	8,6	15,1
Posto de saúde/clínica	8,8	13,6
Posto policial	8,6	14,9
Prefeitura – Instituição governamental	8,6	14,4
Teatro	12,7	21,8
Transportes	6,8	12,0
Tribunal	9,7	16,4

$$PAP = 1000 + (A1 \cdot 4{,}8\ W/m^2) + (A2 \cdot 4{,}8\ W/m^2) + (A3 \cdot 11{,}3\ W/m^2) + (A4 \cdot 20{,}2\ W/m^2) \qquad \text{Equação (B.III.8)}$$

Onde:
PAP é a potência adicional permitida (W);
A1 é a área do ambiente que não se enquadra em A2, A3 e A4 (m^2);
A2 é a área do ambiente utilizado para venda de veículos, artigos esportivos e eletrônicos pequenos (m^2);
A3 é a área do ambiente utilizado para venda de mobílias, roupas, cosméticos e obras de arte (m^2); e
A4 é a área do ambiente utilizado para venda de joias, bijuterias e porcelanas (m^2).

$$PI_L = \sum_{i=1}^{n} (A_i \cdot DPI_L) \qquad \text{Equação B.III.9}$$

Onde:
PI_L é a potência de iluminação limite para cada classificação (W);
n é um número equivalente à quantidade de atividades da edificação;
AI é a área iluminada para cada uma das atividades, se houver mais de uma (m^2);
DPI_L é a densidade de potência limite para cada uma das atividades, se houver mais de uma (W/m^2).

4.5 A documentação exigida para a inspeção de projeto da AUC é exposta nas Tabelas 7 a 10.

Nota 1: A documentação necessária para a avaliação de projeto com levantamento amostral está indicada nas Tabelas de cada sistema.

Nota 2: A documentação exigida para o sistema de aquecimento de água, sistemas de geração de energia renovável e uso racional de água, é a mesma exigida na avaliação da UH, descrita nas Tabelas 4 a 6.

Tabela B.III.3 – Limite máximo aceitável de densidade de potência de iluminação (DPI_L) para a classificação de eficiência pretendida – método das atividades do edifício

Ambientes/Atividades	DPI_L Classif. A (W/m^2)	DPI_L Classif. D (W/m^2)
Armazém, atacado		
Material pequeno/leve	7,45	16,32
Material médio/volumoso	3,80	8,00
Átrio - por metro de altura		
até 12,20 m de altura	0,10 W/m	0,48 W/m
acima de 12,20 m de altura (4,30 W/m^2 somado à parcela ao lado)	0,07 W/m	0,32 W/m
Auditórios e Anfiteatros		
Ambientes/Atividades	DPI_L Classif. A (W/m^2)	DPI_L Classif. D (W/m^2)
Auditório	11,50	13,60
Centro de convenções	11,50	14,08
Cinema	12,25	14,97
Penitenciária	11,50	13,59
Teatro	21,85	41,92
Banco/escritório - área de atividades bancárias	10,00	23,84
Banheiros	9,15	13,73
Biblioteca		
Área de arquivamento	6,00	12,48
Área de leitura	8,85	16,00
Área de estantes	12,90	29,44
Casa de máquinas	4,65	9,60
Centro de convenções		
Espaço de exposições	9,50	24,96
Circulação	7,10	11,36
Área de vendas	13,15	28,96
Provador	5,40	16,32
Cozinhas	11,40	17,12
Depósitos	4,95	8,00
Dormitórios – alojamentos	6,65	10,47
Escadas	6,25	11,84
Escritório	10,00	19,04
Escritório – planta livre	8,70	16,80
Garagem	1,50	3,20
Ginásio/ Academia		
Área de ginástica	8,85	12,48
Arquibancada	7,00	13,00
Esportes de ringue	26,40	46,08
Quadra de esportes – classe 4[1]	12,15	18,85
Quadra de esportes – classe 3[2]	18,30	28,37
Quadra de esportes – classe 2[3]	21,10	33,12
Quadra de esportes – classe 1[4]	26,60	51,84
Hall de entrada - vestíbulo		
Elevador	7,45	8,32
Cinemas	4,85	12,80
Hotel	11,40	12,80
Salas de espetáculos	18,30	20,50
Outros	10,80	12,07
Hospital		
Circulação	9,90	15,36
Emergência	18,10	38,88
Enfermaria	10,75	15,20
Exames simples	14,45	22,85
Exames/tratamento	18,10	28,64
Farmácia	14,40	19,68
Fisioterapia	9,05	15,68
Sala de espera, estar	8,40	18,40
Recuperação	11,10	19,84
Ambientes/Atividades	DPI_L Classif. A (W/m^2)	DPI_L Classif. D (W/m^2)
Sala de enfermeiros	9,40	15,04
Sala de operação	23,35	32,48
Quarto de pacientes	6,65	10,72
Suprimentos médicos	5,80	21,92
Igreja/ Templo		
Assentos	16,50	26,40
Altar, coro	16,50	26,40
Sala de comunhão – nave	5,90	11,04
Laboratórios		
para salas de aula	12,90	16,32
médicos e pesquisa	15,60	31,20
Lavanderia	4,65	10,40
Museus		
Restauração	9,15	17,60
Sala de exibição	11,50	18,08
Oficina mecânica	7,05	9,60
Oficina – seminário, cursos	12,25	27,36
Quartos de hotel	8,30	13,00
Refeitório	6,80	18,40
Salão	7,65	15,36
Lanchonete/café	6,80	11,20
Bar/lazer	10,00	14,08
Refeitório de penitenciária	10,35	20,66
Sala de Aula, treinamento	9,90	16,32
Sala de espera, convivência	7,55	9,60
Sala de reuniões, conferência, multiuso	11,50	19,04
Vestiário	5,15	12,96
Transportes		
Área de bagagem	4,85	12,00
Aeroporto – Pátio	3,35	6,24
Assentos – Espera	6,65	9,28
Terminal – bilheteria	10,00	18,56
Necessidades visuais especiais [5]		
Área de refeição	21,55	43,06
Área de uso comum	19,35	31,96
Corredor	9,90	16,04
Hall de entrada	21,85	24,47
Banheiro	10,35	15,50

[1] Para quadras de jogos sociais e de recreação apenas, não considera a presença de espectadores.
[2] Para estádios e ginásios de jogos classificatórios, considerando a presença de espectadores.
[3] Para competições em estádios e ginásios com capacidade para menos de 5.000 espectadores.
[4] Para competições em estádios e ginásios de grande capacidade, acima de 5.000 espectadores. Quadras de jogos sociais e de recreação apenas, não considera a presença de espectadores.
[5] Documentação que comprove a existência de necessidade visual para permitir sua aplicação.

5. Procedimentos E Níveis De Tolerância De Inspeção De Projeto

5.1 Procedimentos gerais

5.1.1 A verificação da classe de eficiência energética alcançada pela edificação, independentemente do método de avaliação, terá início quando a documentação completa solicitada for recebida e revisada pelo OIA/PC. Caso sejam detectadas inconsistências na documentação apresentada, o processo de inspeção não será iniciado. Caso estas sejam detectadas durante o processo de inspeção, devem ser tratadas como não conformidades

5.1.2 O arredondamento das variáveis deve ser realizado apenas para a presentação dos resultados e devem ser seguidas as regras de arredondamento contidas na ABNT.

Nota: No relatório o número de casas decimais deve ser suficiente para o entendimento da classificação obtida.

5.1.3 A inspeção deve ser realizada com levantamento integral por parte do OIA/PC ou levantamento amostral, quando o solicitante entregar a documentação pertinente. A inspeção da envoltória, pelo método de simulação, será sempre realizada de forma integral.

Nota: O solicitante pode optar por declarar apenas parte dos dados, cabendo ao OIA/PC realizar o levantamento de forma integral do restante dos dados.

5.1.4 A inspeção do projeto pode ser realizada de duas formas:

- dados levantados integralmente pelo OIA/PC - levantamento e análise de todas as variáveis pelo OIA/PC, com base nos projetos e documentação enviada;

- dados e levantamento declarados pelo responsável técnico - o OIA/PC deve conferir uma amostra dos dados e levantamentos declarados. A amostra deve ser definida de forma aleatória. Caso o OIA/PC identifique diferenças entre o levantamento declarado e o projeto, que não atendam às tolerâncias definidas no item 5.4, estas devem ser tratadas como não conformidades;

5.1.5 Nos casos de levantamento integral, cabe ao OIA/PC realizar todos os levantamentos necessários para os cálculos, de acordo com o especificado para cada método na INI-R.

5.1.6 Quando os dados forem levantados e declarados pelo responsável técnico, o OIA/PC deve seguir os procedimentos de verificação descritos em cada sistema, e posterior análise dos dados para classificação do sistema.

Nota: Caso os levantamentos da amostra atendam às tolerâncias definidas no item G.5.4, o OIA/PC deve utilizar os valores declarados pelo solicitante para realizar os cálculos e determinar a classificação do projeto.

5.1.7 Quando o solicitante não entregar os levantamentos necessários, ou a tolerância dos itens amostrados não for atendida, o OIA/PC deve realizar o levantamento dos dados de forma integral para a realização da avaliação.

Nota 1: Caso o solicitante declare parte dos levantamentos necessários para o cálculo, o OIA/PC pode realizar apenas o levantamento das variáveis não declaradas, e aplicar o procedimento abaixo para as variáveis declaradas.

Nota 2: Caso o OIA/PC verifique o não atendimento à tolerância dos itens amostrados, estes devem ser tratados como não conforme e o OIA/PC deve proceder ao Tratamento de Não Conformidades.

Nota3: Caso apenas uma parte dos dados declarados não atendam às tolerâncias, o OIA/PC pode optar por realizar o levantamento destes dados para dar continuidade à inspeção.

5.2 Unidade Habitacional

5.2.1 Envoltória - método prescritivo

5.2.1.1 Para a análise por levantamento amostral, conferir se os itens abaixo atendem as tolerâncias descritas no item 5.4.

a) Para as edificações multifamiliares deve-se realizar a verificação de todas as tipologias de UHs e orientações diferentes; contato com o solo e cobertura exposta para o exterior configuram tipologias diferentes.

b) Conferir os dados abaixo de 50% dos APPs, sendo o limite mínimo de 1 e máximo de 5 APPs, preferencialmente de orientações e tipologias diferentes:

- Área de piso;
- Áreas de aberturas (ventilação e elemento transparente);
- Propriedade dos vidros;
- Propriedade da esquadria, quando aplicável;
- Ângulo de sombreamento das aberturas, quando aplicável;
- Orientação;
- Propriedades térmicas:
> Área de cada composição;
> Verificação dos cálculos apresentados em memorial;

5.2.1.2 Não havendo especificações, em determinado ambiente, das diferentes composições das paredes ou coberturas com os locais onde elas se encontram, o OIA/PC pode utilizar o pior caso, maior transmitância, apresentado no projeto.

5.2.1.3 Para a determinação da classe da envoltória, considerar o procedimento descrito no item 8 da INI-R.

5.2.2 Envoltória - método simplificado

5.2.2.1 Verificar o atendimento aos limites do método com base nas informações enviadas no Anexo Específico II.1, e características do tipo de edificação.

Nota: Caso os parâmetros não atendam à tolerância descrita no item 5.4, o OIA/PC deve comunicar o solicitante para adequação do projeto ou alterar a inspeção da envoltória para o método de simulação.

5.2.2.2 No levantamento amostral, conferir se os itens abaixo atendem aos limites determinados na INI-R e as tolerâncias descritas no item 5.4.

a) Para as edificações multifamiliares deve-se realizar a verificação de todas as tipologias de UHs e orientações diferentes; contato com o solo e cobertura exposta para o exterior configuram tipologias diferentes.

b) Conferir os dados abaixo de 50% dos APPs, sendo o limite mínimo de 1 e máximo de 5 APPs, preferencialmente de orientações diferentes:

- Área de piso;
- Dimensão horizontal das paredes externas e internas, método simplificado;
- Pé-direito, método simplificado;
- Áreas de aberturas (ventilação e elemento transparente);
- Propriedade dos vidros;
- Propriedade da esquadria, quando aplicável;
- Ângulo de sombreamento (AHF_D, AHF_E e AVS_{Fac}), quando aplicável;
- Orientação;
- Propriedades térmicas:
> Área de cada composição;
> Verificação dos cálculos apresentados em memorial;
- Ângulo de obstrução do entorno (AVE), quando aplicável.

5.2.2.3 Não havendo especificações, em determinado ambiente, das diferentes composições das paredes ou coberturas com os locais onde elas se encontram, o OIA/PC pode utilizar o pior caso apresentado no projeto.

5.2.2.4 Para a determinação da classe da envoltória, considerar o procedimento descrito no item 8 da INI-R.

5.2.2.5 Para a envoltória de UHs com sistemas de condicionamento de ar, o OIA/PC deve verificar o atendimento aos requisitos para classe A, descritos no item 7 da INI-R.

5.2.3 Envoltória - método de simulação

5.2.3.1 Simulação realizada pelo OIA/PC:

a) Os modelos de simulação devem seguir os requisitos descritos no Anexo C da INI-R e o projeto da edificação.

b) Para a determinação do percentual de horas de ocupação dentro de uma faixa de temperatura operativa ($PHFT_{UH}$), das temperaturas operativas anuais máxima ($Tomáx_{UH}$) e mínima ($Tomín_{UH}$), e da carga térmica total ($CgTT_{UH}$), considerar o procedimento descrito no Anexo C da INI-R.

5.2.3.2 Simulação realizada pelo solicitante:

a) O OIA/PC deve revisar as características da modelagem da edificação e dos parâmetros adotados para a simulação, verificando se o modelo representa a edificação e atende ao especificado no Anexo C da INI-R.

b) O OIA/PC deve recusar as simulações, justificadamente, caso elas não atendam aos requisitos de simulação, mesmo se o programa for aprovado pelo método da ANSI/ASHRAE Standard 140 vigente.

c) Deve ser realizada inspeção dos arquivos enviados, com o objetivo de avaliar se a classe de eficiência energética alcançada pela edificação está coerente com a simulação realizada. Podem ser solicitadas justificativas ao profissional responsável pela simulação, caso seja necessário esclarecer eventuais dúvidas.

d) Os itens a seguir devem ser conferidos pelo OIA/PC e atender aos requisitos definidos na ABNT NBR 15575-1:

- Arquivo climático;
- Programa de simulação;
- Características da edificação;
- Modelagem da ocupação e das cargas interna;
- Modelagem com e sem o uso da ventilação natural.

e) De posse da documentação e modelos aprovados, o OIA/PC deve iniciar a verificação do percentual de horas de ocupação dentro de uma faixa de temperatura operativa ($PHFT_{UH}$), das temperaturas operativas anuais máxima ($Tomáx_{UH}$) e mínima ($Tomín_{UH}$), e da carga térmica total ($CgTT_{UH}$) por meio do procedimento descrito no Anexo C da INI-R.

f) Para a envoltória de UHs com sistemas de condicionamento de ar, o OIA/PC deve verificar o atendimento aos requisitos para classe A, descritos no item 7 da INI-R.

5.2.4 Sistema de condicionamento de ar - método simplificado e simulação

5.2.4.1 Para o sistema de condicionamento de ar, o OIA/PC deve conferir as informações de capacidade e eficiência do equipamento enviadas na declaração ou em projeto, e realizar a análise de acordo com o Anexo B.II da INI-R.

5.2.4.2 Para os casos aplicáveis, o OIA/PC deve verificar os critérios referente ao isolamento térmico das tubulações.

5.2.5 Sistema de aquecimento de água

5.2.5.1 O método de classificação do sistema de aquecimento de agua é independente do método de avaliação da envoltória.

5.2.5.2 Conferir no memorial de cálculo:

- Cálculo da energia requerida para o atendimento da demanda de água quente;

- Cálculo da energia para aquecimento de água pelo sistema de energia solar térmica e/ou por sistemas recuperadores de calor, quando aplicável;

- Cálculo das perdas térmicas na tubulação do sistema de distribuição e/ou recirculação, quando aplicável:

> Para edificações multifamiliares com sistemas de aquecimento de água individual, deve-se realizar a verificação de todas as tipologias de UHs.

> Para edificações multifamiliares com sistemas coletivos de aquecimento de água, a amostra deve conter UHs de, no mínimo, três pavimentos distintos.

- Cálculo das perdas térmicas para os reservatórios de água quente.

5.2.5.3 Determinar o consumo do sistema de aquecimento de água e percentual de redução, de acordo com o Anexo B.III da INI-R.

5.2.5.4 Para a determinação da classificação do sistema de aquecimento de água, considerar o procedimento descrito no item 8 da INI-R.

5.2.5.5 Para sistemas de aquecimento de água com classe A, o OIA/PC deve verificar o atendimento aos requisitos para esta classe, descritos no item 7 da INI-R.

5.2.6 Geração local de energia renovável

5.2.6.1 Verificar se a edificação possui sistema de geração local de energia renovável, por meio da documentação entregue pelo solicitante.

5.2.6.2 A energia gerada por fontes locais de energia renovável deve ser declarada pelo solicitante por meio de documentação descrita no item 4, Tabela 5.

5.2.6.3 Na ausência de documentação comprobatória, deve-se considerar que a edificação não possui sistemas de geração local de energia renovável.

5.2.6.4 Para determinar o potencial de geração local de energia renovável da edificação em avaliação, quando houver, deve-se seguir o método descrito no Anexo D da INI-R.

5.2.6.5 Edificações de energia quase zero (NZEB) e edificações de energia positiva (EEP), devem ser identificadas na ENCE.

Nota: Apenas edificações com classificação A, sem considerar a geração, podem ser classificadas como NZEB ou EEP.

5.2.7 Emissão de dióxido de carbono

Para determinar a emissão de dióxido de carbono da edificação em avaliação deve-se seguir o método descrito no Anexo E da INI-R.

5.2.8 Uso racional de água

5.2.8.1 Verificar se a edificação possui sistemas economizadores de água, por meio da documentação entregue pelo solicitante.

5.2.8.2 Verificar se a edificação possui sistemas de uso de água não potável, por meio da documentação entregue pelo solicitante.

52.8.3 O OIA/PC deve analisar o consumo real, consumo de referência e o potencial de economia no memorial de cálculo de economia de água enviado pelo solicitante. Caso houver inconsistências, o OIA/PC deve proceder ao Tratamento de Não Conformidades.

5.2.8.4 Na ausência de documentação comprobatória, deve-se considerar que a edificação em avaliação não possui sistemas de racionalização do uso de água.

5.2.8.5 Para determinar o potencial de uso racional de água da(s) UH(s) em avaliação, quando houver, deve-se seguir o método descrito no Anexo F da INI-R.

5.2.9 Classificação da UH

5.2.9.1 Conferir o cálculo referente ao consumo de equipamentos.

5.2.9.2 Para a determinação do consumo de energia primária, energia elétrica e energia térmica, deve-se seguir o método descrito no item 8 da INI-R.

5.2.9.3 Para edificações com classificação A, deve-se verificar o atendimento de todas as condições de elegibilidade para a classificação, descritos no item 7 da INI-R.

5.3 Áreas de Uso Comum

5.3.1 Sistema de iluminação

5.3.1.1 Nos casos de levantamento integral, cabe ao OIA/PC realizar todos os levantamentos necessários para o cálculo do consumo e percentual de redução, de acordo com o especificado no Anexo G.I da INI-R.

5.3.1.2 No levantamento amostral, conferir se os itens abaixo atendem aos limites determinados nas tolerâncias descritas no item G.5.4.

- Conferir os dados abaixo de 20% dos ambientes, sendo no mínimo cinco ambientes:

> Área útil;

> Número e tipo de luminárias;

- Conferir a potência indicada para 25% dos tipos de conjuntos do sistema de iluminação (lâmpada e reator/transformador/fonte);

- Conferir integralmente as atividades informadas pelo solicitante de acordo com as atividades descritas em planta.

5.3.1.3 Após o levantamento de dados, integral ou amostral, cabe ao OIA/PC:

- Calcular as potências limite de acordo com as atividades da edificação e área destinada a cada uma delas;

- Calcular a potência em uso de acordo com os sensores utilizados em projeto:

> Deve-se calcular a potência em uso apenas para os conjuntos que possuem controle automatizado;

> Caso um mesmo conjunto de luminárias esteja conectado a mais de um tipo de controle, deve-se utilizar o Fator de Ajuste de Potência mais favorável;

- Determinar o consumo do sistema de iluminação e percentual de redução, de acordo com o Anexo G.I da INI-R.

5.3.1.4 Para a determinação da classificação do sistema de iluminação, considerar o procedimento descrito no item 9 da INI-R.

5.3.2 Bombas e/ou motobombas

5.3.2.1 Nos casos de levantamento integral, cabe ao OIA/PC realizar todos os levantamentos necessários para o cálculo do consumo, de acordo com o especificado no Anexo G.II da INI-R.

Nota: A área construída deve ser obtida no quadro de áreas do projeto; não é necessário realizar o levantamento em projeto.

5.3.2.2 No levantamento amostral, conferir se os itens abaixo atendem aos limites determinados nas tolerâncias descritas no item 5.4

- Conferir a área de 20% dos jardins, para condomínios de edificações residenciais;
- Conferir o número de vagas de garagem, número de banheiros e número de dormitórios por UH, para edificações multifamiliares;
- Conferir o cálculo do volume de água
- Conferir a classificação das bombas no PBE.

5.3.2.3 Após o levantamento de dados, integral ou amostral, cabe ao OIA/PC realizar os seguintes cálculos de acordo com o Anexo G.II da INI-R:

- Consumo das bombas e o consumo de referência; e,
- Redução no consumo das bombas e motobombas.

5.3.2.4 Para a determinação da classificação das bombas e motobombas, considerar o procedimento descrito no item 9 da INI-R.

5.3.3 Elevadores

Para a inspeção dos elevadores, o OIA/PC deve analisar o laudo do fabricante para cada um dos modelos instalados, verificar o atendimento ao Anexo G.III e conferir a classificação de acordo com o item 9 da INI-R.

5.3.4 Sistema de condicionamento de ar

5.3.4.1 Para o sistema de condicionamento de ar, o OIA/PC deve conferir as informações enviadas na declaração de capacidade, eficiência do equipamento e localização.

5.3.4.2 Após o levantamento de dados, cabe ao OIA/PC realizar os seguintes cálculos de acordo com o Anexo G.IV da INI-R:

- Cálculo do coeficiente de eficiência energética ponderado do sistema de condicionamento de a;
- Consumo do sistema de condicionamento de ar, de acordo com o índice de eficiência apresentado; e,
- Consumo de referência.

5.3.4.3 Para a determinação da classificação do sistema de condicionamento de ar, considerar o procedimento descrito no item 9 da INI-R.

5.3.5 Sistema de aquecimento de água

Para o sistema de aquecimento de água adota-se o mesmo procedimento descrito para a UH, item 5.2.4, considerando o volume de água apresentado no Anexo G.V da INI-R.

5.3.6 Geração local de energia renovável

Para a avaliação da geração local de energia deve-se adotar o mesmo procedimento descrito para a UH, item 5.2.5, considerando apenas as parcelas referentes às áreas de uso comum.

5.3.7 Emissão de dióxido de carbono

Para determinar a emissão de dióxido de carbono deve-se seguir o método descrito no Anexo E da INI-R, considerando apenas as parcelas referentes às áreas de uso comum.

5.3.8 Uso racional de água

Para a avaliação do uso racional de água deve-se adotar o mesmo procedimento descrito para a UH, item 5.2.7, considerando apenas as parcelas referentes às áreas de uso comum e considerando as especificidades descritas no Anexo G.VIII da INI-R.

5.3.9 Classificação da AUC

5.3.9.1 Conferir o cálculo referente ao consumo de equipamentos.

5.3.9.2 O OIA/PC deve calcular o consumo de energia primária, energia elétrica e energia térmica seguindo o método descrito no item 9 da INI-R.

5.3.9.3 A determinação da classificação da AUC deve ser realizada com base no cálculo da redução do consumo, descrito no item 9 da INI-R.

5.4 Níveis de tolerância

5.4.1 Para a inspeção na etapa de projeto, pelos métodos prescritivo e simplificado, devem ser considerados os seguintes limites de tolerância em relação aos dados informados nas declarações:

- Áreas de piso dos ambientes: 10%;
- Áreas das fachadas: 10%;
- Pé-direito: 5%;
- Área das aberturas: 5%;
- Ângulo de sombreamento: 5%;
- Comprimento da tubulação: 5%;
- Demais áreas: 5%.

5.4.2 Para a inspeção pelo método de simulação na etapa de projeto devem ser considerados os seguintes limites de tolerância na comparação da simulação com os especificados no projeto:

- Áreas: 5%;
- Volumes: 5%;
- Transmitância e capacidade térmica: 10%;
- Propriedades térmicas e ópticas de elementos transparentes: 5%;
- Absortância solar: 5%;
- Demais áreas: 5%.

5.4.3 Quando as medidas declaradas ultrapassarem os limites de tolerância, o OIA/PC deve proceder ao Tratamento de Não Conformidades.

6. Documentação De Inspeção Da Edificação Construída

Os itens a seguir descrevem a documentação necessária para a inspeção da edificação construída.

6.1 Documentação relacionada no item 4 deste Anexo Específico, de acordo com o método de avaliação empregado na etapa de inspeção de projeto.

Nota 1: Caso o OIA/PC que for realizar a inspeção da edificação construída seja o mesmo que realizou a inspeção de projeto, não é necessário o reenvio de toda a documentação. Neste caso, é necessário o envio da documentação contendo as alterações realizadas na edificação no período compreendido entre as duas inspeções, conforme item 6.2.

Nota 2: Caso o OIA/PC contratado para realizar a inspeção da edificação construída não seja o mesmo que realizou a inspeção de projeto, o solicitante deve encaminhar também a ENCE de Projeto da Edificação e o Relatório de Inspeção do Projeto, enviado pelo OIA/PC responsável por tal inspeção.

6.2 Projeto as built e declaração com a identificação dos itens alterados

Caso tenha havido alterações nos itens de projeto previamente inspecionados, o solicitante deve encaminhar toda documentação dos sistemas alterados (as built) e uma declaração destacando os itens que foram alterados durante a obra.

6.3 Documentos fiscais que comprovem a compra e a instalação dos sistemas construtivos e equipamentos, descritos na etapa de inspeção do projeto, que não podem ser verificados in loco em função da dificuldade de acesso (exemplos: isolantes térmicos, reatores, placas solares, etc.), e demais documentos fiscais solicitados pelo OIA.

Nota 1: Deve-se enviar ao OIA/PC as cópias digitais dos documentos fiscais.

Nota 2: Todos os documentos fiscais devem ter a quantidade e o modelo do equipamento especificado.

Nota 3: No documento fiscal deve constar a identificação da obra ou o local de entrega (mesmo endereço da edificação avaliada). Quando não for o mesmo endereço de entrega, o solicitante deve enviar uma justificativa.

Nota 4: Na impossibilidade da apresentação dos documentos fiscais, o solicitante deve comprovar a aquisição/instalação dos componentes/equipamentos de outra forma, a ser avaliada pelo OIA/PC.

6.4 Catálogos técnicos de fabricantes e/ou laudos técnicos dos equipamentos e materiais utilizados que comprovem as características dos equipamentos e materiais utilizados na edificação (exemplos: isolantes térmicos, materiais com condutividade térmica não especificada em norma, vidros, lâmpadas, reatores, equipamentos do sistema de condicionamento de ar, equipamentos utilizados para a uso raciona de água, bombas, motobombas etc.).

6.5 Fotografias comprovando a instalação dos equipamentos e materiais utilizados na edificação que não podem ser verificados in loco (exemplos: reatores, composição de paredes e coberturas, isolamento das tubulações e dutos, etc.).

Nota: O OIA/PC pode solicitar novas fotografias caso não seja possível comprovar que as fotos pertencem à edificação avaliada.

6.6 Fotografias, vídeos e outros levantamentos para comprovação do ângulo de obstrução do entorno, quando aplicável.

6.7 Laudo de fabricante contendo a absortância do material ou laudo de medição da absortância realizada em laboratório.

Nota 1: As medições da absortância solar devem realizadas de acordo com as normas ASTM E1918, ASTM E903, ASHRAE 74 ou ASTM C1549.

Nota 2: O valor medido deve ser ajustado ao espectro solar no seu respectivo comprimento de onda. Na falta de dados que caracterizem a curva do espectro solar para o local da implantação da edificação, devem ser utilizados como referência os valores espectrais de irradiação solar global apresentado na ASTM G173.

Nota 3: O OIA pode realizar as medições desde que seguindo as normas citadas na Nota 1.

Nota 4: Na ausência de dados de fabricante, e impossibilidade de ser realizada a medição por um laboratório ou OIA, pode ser aceito, alternativamente, dados provenientes da literatura ou de norma vigente. Neste caso, cabe ao OIA/PC analisar os dados enviados em comparação com a edificação.

6.8 Laudo técnico do projetista do sistema de condicionamento de ar central, com ART, descrevendo o sistema instalado conforme projeto avaliado, quando aplicável.

6.9 Laudo técnico do projetista do sistema de aquecimento de água, com ART/RRT, descrevendo o sistema instalado conforme projeto avaliado.

6.10 Laudo técnico do fabricante ou outro documento que comprove as características técnicas dos elevadores instalados.

6.11 Para o agendamento da inspeção in loco da edificação construída o solicitante deve encaminhar ao OIA/PC o alvará de conclusão da obra ou documento que comprove as ligações definitivas para fornecimento de energia elétrica e gás combustível (aplicável somente quando houver sistema de aquecimento de água a gás natural) pelas respectivas concessionárias.

7. Procedimentos E Níveis De Tolerância De Inspeção Da Edificação Construída

7.1 Procedimentos gerais

7.1.1 O arredondamento das variáveis deve ser realizado apenas para a presentação dos resultados e devem ser seguidas as regras de arredondamento contidas na ABNT.

Nota: no relatório o número de casas decimais deve ser suficiente para o entendimento da classificação obtida.

7.1.2 Edificações que não passaram pelo processo de avaliação na etapa de projeto devem ser classificadas com base no projeto as built e levantamento de dados em campo. O procedimento de classificação deve atender os critérios dispostos no item 5 deste Anexo Específico.

7.1.3 Para as edificações que possuem ENCE de Projeto, deve-se atender aos seguintes itens:

a) Para a análise dos dados levantados durante a inspeção da edificação construída devem ser respeitados os limites de tolerância, indicados no item 7.4, com relação aos valores declarados e/ou calculados na etapa de inspeção de projeto;

b) Caso os valores encontrados na inspeção da edificação construída ultrapassem o limite de tolerância estipulado, deve-se verificar o impacto na classificação da eficiência energética da edificação, usando o mesmo método anteriormente aplicado;

c) Se o solicitante tiver optado pelo método de simulação, a correção dos itens que ultrapassaram a tolerância deve ser efetuada ou a verificação do impacto deve ser feita por meio de nova(s) simulação(ões) realizada(s) pelo OIA/PC ou solicitante.

d) Caso estas diferenças diminuam a classe do sistema ou da edificação, o OIA/PC deve proceder ao Tratamento de Não Conformidades.

7.2 Inspeção da Unidade Habitacional Autônoma

7.2.1 Amostra de UHs para análise in loco

Para a inspeção de UHs em um mesmo processo de solicitação da ENCE, de uma mesma edificação multifamiliar e/ou edificações multifamiliares iguais, ou para avaliação de UHs de edificações unifamiliares de mesma tipologia em regime de condomínio deve-se inspecionar uma amostra aleatória de UHs, de quantidade definida na Tabela 11.

Tabela 11 - Número de UHs a verificar

Número de UHs segundo critérios do item 7.2.1	Número de UHs a verificar
Até 5	Todas
Acima de 5	5%, sendo o mínimo de 5 UHs

Nota 1: Caso a amostra resulte em um valor fracionário, o número de UHs a verificar deve ser arredondado para cima.

Nota 2: Os itens que não devem seguir a amostragem acima possuem em sua descrição qual deve ser a parcela verificada.

Nota 3: Em edificações unifamiliares de tipologias diferentes a inspeção deve ser integral.

Nota 4: Em edificações multifamiliares, as amostras definidas pela Tabela 11 devem abranger unidades em contato com o solo ou sobre pilotis (quando existente), unidades intermediárias do pavimento tipo e unidades em contato com a cobertura, variando-as em relação às tipologias de UHs existentes e orientações.

Nota 5: Na existência de mais de um bloco ou torre iguais, todos devem ser contemplados pela amostragem.

Nota 6: Na existência de mais de um bloco ou torres diferentes, a amostragem deve ser aplicada para cada tipologia (bloco ou torre) de edificação.

7.2.2 Inspeção da envoltória

7.2.2.1 Orientação da edificação

a) A orientação deve ser verificada com bússola, equipamento eletrônico do tipo GPS (Global Positioning System) ou sensoriamento remoto.

b) Pelo menos uma fachada da edificação deve ser inspecionada para a conferência da orientação.

c) Nos casos em que houver diferença superior a tolerância, deve-se verificar se há alteração da orientação das fachadas e aberturas.

7.2.2.2 Fechamento e revestimentos da envoltória

a) A comprovação dos materiais utilizados na envoltória deve ser feita por meio de fotografias e documentos fiscais ou processos que comprovem a composição das paredes e coberturas durante a execução da obra. Incorporadores e construtores que possuem programas da qualidade da construção civil podem utilizar-se desta estrutura para comprovar os materiais empregados na envoltória.

Nota: Este procedimento pode ser complementado pela inspeção em campo.

b) Para isolantes térmicos, a comprovação deve ser feita por meio de catálogo técnico do produto e/ou laudo técnico com a determinação da condutividade térmica, juntamente com o documento fiscal de aquisição dos isolantes térmicos.

c) A instalação dos isolantes também deve ser registrada por fotografias e localizada em planta mostrando em quais superfícies foram aplicados.

d) Caso não existam provas referentes aos materiais utilizados na envoltória, a comprovação deve ser feita por meio de certidões e/ou de laudo técnico do responsável técnico pela investigação da parede, explanando detalhadamente quais os materiais e camadas aplicados na construção da envoltória.

e) Caso exista alteração em algum componente construtivo, este deve ter suas propriedades térmicas recalculadas. A análise da tolerância deve ser aplicada nos valores das propriedades térmicas recalculadas

7.2.2.3 Absortância à radiação solar da envoltória

a) A absortância à radiação solar deve ser comprovada através de laudos técnicos e verificação visual nas áreas em que o revestimento está aplicado, durante a inspeção in loco.

b) A absortância deve ser verificada para os diferentes revestimentos adotados na edificação.

c) Para efeito de comparação, deve ser utilizado o valor da absortância total, que representa o valor integrado da energia absorvida pelo material ao longo do espectro analisado

7.2.2.4 Componentes transparentes ou translúcidos

a) Devem ser verificados todos os elementos transparentes por meio de análise documental.

Nota: As propriedades térmicas das aberturas envidraçadas declaradas em projeto como vidro simples, 3 ou 6 mm, não precisam ser comprovadas. Nestes casos, deve-se adotar o valor de referência adotado na INI-R.

b) Para outros elementos transparentes deve ser apresentado laudo do fabricante ou do responsável técnico pela avaliação do produto contendo as suas especificações técnicas, incluindo o fator solar da superfície e transmitância térmica, juntamente com o documento fiscal de sua aquisição.

Nota: Quando o laudo não for apresentado, o OIA/PC deve verificar a espessura do vidro e utilizar o fator solar e transmitância térmica apresentado na tabela do Anexo E, de acordo com o tipo de vidro.

7.2.2.5 Área efetiva das aberturas para ventilação

a) As áreas das aberturas devem ser medidas no local, com trena manual ou eletrônica. Deve-se verificar a área efetiva para ventilação e a área da abertura.

b) Havendo diferença maior que a tolerância estabelecida no item 7.4, em relação ao especificado em projeto, deve-se verificar se são alteradas as condições dependentes das áreas de vão nos métodos de avaliação da INI-R.

Nota: Deve-se adotar as novas dimensões para todas as aberturas de mesmo tipo.

d) Caso haja alteração, deve-se verificar o impacto na classe de eficiência da envoltória.

e) A conferência das aberturas e a verificação das áreas especificadas em projeto com as áreas construídas deve abranger pelo menos uma abertura de cada tipo empregado na envoltória da UH.

7.2.2.6 Esquadria

a) Conferir se as esquadrias estão de acordo com a especificação em projeto. O OIA/PC deve conferir as propriedades térmicas (catálogo), largura dos perfis e classificação de desempenho, quando aplicável.

b) Havendo diferença na classificação de desempenho da esquadria, ou diferença nas características dos perfis maior que a tolerância estabelecida no item 7.4, em relação ao especificado em projeto, deve-se verificar se são alteradas as condições dependentes de áreas de vão nos métodos de avaliação da INI-R.

Nota: Deve-se adotar as novas dimensões para todas as aberturas de mesmo tipo.

c) Caso haja alteração, deve-se verificar o impacto na classe de eficiência da envoltória.

7.2.2.7 Ângulos de sombreamento

a) Varandas, outros dispositivos de proteção solar e o autossombreamento das fachadas devem ser medidos in loco com trena manual ou eletrônica e não devem apresentar diferença em suas dimensões maior que a tolerância estabelecida no item 7.4, em relação ao especificado no projeto.

b) O ângulo vertical de obstrução do entorno (AVE) deve ser verificado de forma qualitativa, comparando visualmente a condição local com aquela avaliada em projeto.

c) Havendo diferença maior que 10% em relação ao especificado em projeto, deve-se verificar se são alteradas as condições de sombreamento definidas nos métodos de avaliação da INI-R.

Nota: Deve-se adotar as novas dimensões para todas as aberturas de mesmo tipo.

d) Caso haja alteração, deve-se verificar o impacto na classe de eficiência da envoltória.

e) A conferência dos dispositivos de proteção solar deve abranger pelo menos um dispositivo de cada tipo empregado na envoltória da UH.

7.2.2.8 Parâmetros do APP

a) Conferir a dimensão horizontal das paredes externas e internas;

b) Conferir o pé-direito;

c) Para diferenças maiores que a tolerância estabelecida no item 7.4, em relação ao especificado em projeto, deve-se reavaliar a envoltória com as novas condições das APPs.

7.2.3 Inspeção dos sistemas de condicionamento de ar

7.2.3.1 Condicionadores de ar do tipo janela e split

a) A verificação da conformidade deve ser realizada por meio do documento fiscal de aquisição dos equipamentos.

b) As especificações dos equipamentos instalados no ambiente com as especificações declaradas em projeto, nas APPs da amostra, devem ser verificadas in loco.

Nota: Em edificações novas onde os sistemas não são entregues com a edificação, a construtora deve apresentar documentação a ser entregue ao cliente final, manual do proprietário, com a especificação do sistema. Esta documentação deve ser conferida pelo OIA.

c) A conferência dos equipamentos deve abranger pelo menos um equipamento de cada modelo empregado na edificação.

d) Havendo diferença na eficiência dos equipamentos em relação ao especificado em projeto, deve-se reavaliar a classificação da UH considerando os equipamentos encontrados in loco.

7.2.3.2 Condicionadores de ar centrais

Deve-se utilizar o procedimento descrito para as edificações comerciais, de serviços e públicas, no Anexo F deste RAC.

7.2.3.3 Isolantes térmicos de tubulações para a condução de fluídos

O OIA/PC deve realizar a análise documental para verificar o atendimento deste requisito; caso não seja possível a comprovação do atendimento, deve-se reavaliar a classificação da UH.

7.2.4 Inspeção do sistema de aquecimento de água

7.2.4.1 Conferir se os equipamentos instalados atendem às características descritas em projeto. Esta conferência deve ser realizada por meio de documentos fiscais, catálogos de fabricantes e/ou laudos técnicos.

7.2.4.2 Em campo deve ser verificado se os equipamentos estão instalados. Equipamentos que não possam ser visualizados pelo inspetor, incluindo material e isolamento térmico das tubulações, devem ser verificados por meio de documentos fiscais e fotografias.

7.2.4.3 Em caso de sistema de aquecimento de água coletivo, verificar a instalação do sistema e as saídas de água quente nas UHs amostradas, quando possível.

7.2.4.4 A conferência do sistema de aquecimento de água instalado deve estar de acordo com os seguintes critérios:

a) Para aquecedores elétricos de passagem, chuveiros elétricos, torneiras elétricas, aquecedores elétricos de hidromassagem e aquecedores elétricos de água por acumulação (boiler): verificar a marca/fabricante, modelo, potência, rendimento e classificação no PBE (caso existente);

b) Para sistemas de aquecimento solar:

- Coletores solares: verificar a marca/fabricante, modelo, número, inclinação e orientação, classificação pelo PBE;

- Reservatórios solares: verificar a marca/fabricante, modelo, volume e existência de ENCE.

c) Para sistemas de aquecimento a gás: verificar a marca/fabricante, modelo, potência, rendimento e a existência de ENCE e/ou Selo Compet;

d) Para aquecimento por bomba de calor: verificar a marca/fabricante, modelo, COP e tipo de gás refrigerante.

7.2.4.5 O OIA/PC deve realizar a análise documental para verificar que se a tubulação de água e o isolamento térmico estão de acordo com o projeto; em caso de diferenças, deve-se reavaliar a classificação do sistema.

7.2.4.6 Havendo diferença na eficiência dos equipamentos em relação ao especificado em projeto, deve-se verificar o impacto na classe de eficiência do sistema,

7.2.5 Inspeção do sistema de geração de energia renovável

7.2.5.1 A verificação da conformidade dos equipamentos do sistema de geração de energia deve ser feita por meio da apresentação do documento fiscal de aquisição e laudo de instalação.

7.2.5.2 As características dos equipamentos e do sistema, conforme projeto, devem ser verificadas in loco.

7.2.6 Inspeção dos sistemas de uso racional de água

7.2.6.1 A verificação da conformidade dos equipamentos economizadores deve ser feita por meio da apresentação do documento fiscal de aquisição.

7.2.6.2 As características dos equipamentos, e a localização e as dimensões dos reservatórios de águas não potáveis, caso existentes, devem ser verificadas in loco.

7.2.6.3 Deve-se verificar in loco 20% dos equipamentos economizadores, sendo no mínimo 5 equipamentos.

Nota: Quando na UH houver menos de cinco equipamentos, deve-se realizar a verificação de forma integral.

7.3 Inspeção das Áreas de Uso Comum

7.3.1 Inspeção dos sistemas de iluminação

7.3.1.1 A verificação da conformidade da iluminação artificial deve ser feita por meio da comparação das especificações estabelecidas em projeto com as encontradas nos ambientes construídos.

7.3.1.2 A inspeção deve ser feita por meio da apresentação do documento fiscal, das lâmpadas e reatores.

7.3.1.3 O OIA/PC deve verificar, em 10% das áreas/ambientes, o tipo, potência e eficiência dos equipamentos instalados in loco.

7.3.1.4 A amostra deve conter pelo menos um tipo de cada equipamento (lâmpadas, reatores, minuterias, sensores de presença, entre outros, quando aplicável) e deve abranger áreas de uso comum frequente e eventual.

7.3.1.5 Caso a diferença entre a potência instalada em cada ambiente, quando comparada às potências indicadas em projeto, seja maior que a tolerância definida no item 7.4, deve- verificar o impacto na classe de eficiência do sistema de iluminação.

7.3.2 Inspeção das bombas e/ou motobombas

7.3.2.1. A verificação da conformidade das bombas e motobombas será feita por meio da apresentação das etiquetas de classificação dos equipamentos, juntamente com o documento fiscal de aquisição das mesmas.

7.3.2.2 As especificações dos equipamentos instalados na edificação serão verificadas in loco, e comparadas com as especificações declaradas em projeto.

7.3.3 Inspeção dos elevadores

7.3.3.1 A verificação da conformidade dos elevadores será feita por meio da apresentação do documento fiscal de aquisição, do laudo técnico do fabricante ou de outro documento que comprove as características técnicas dos elevadores.

7.3.3.2 In loco serão verificadas as especificações dos elevadores instalados na edificação e comparadas com as especificações declaradas em projeto.

7.3.4 Inspeção do sistema de condicionamento de ar

7.3.4.1 A verificação da conformidade do sistema de condicionamento de ar será realizada em todas as áreas comuns com indicação de instalação do equipamento.

Nota: Em edificações novas onde os sistemas não são entregues com a edificação, a construtora deve apresentar documentação a ser entregue ao cliente final, manual do proprietário, com a especificação do sistema. Esta documentação deve ser conferida pelo OIA.

7.3.4.2 A verificação da conformidade deve ser realizada por meio do documento fiscal de aquisição dos equipamentos.

7.3.4.3 In loco devem ser verificadas as especificações dos equipamentos instalados nos ambientes com as especificações declaradas em projeto.

7.3.4.4 Havendo diferença na eficiência dos equipamentos em relação ao especificado em projeto, deve-se reavaliar a classificação do sistema considerando os equipamentos encontrados in loco.

7.3.5 Inspeção do sistema de aquecimento de água

O procedimento de inspeção do sistema de aquecimento de água deve seguir o mesmo definido para a UH, item 7.2.4.

Nota: Em edificações novas onde os sistemas não são entregues com a edificação, a construtora deve apresentar documentação a ser entregue ao cliente final, manual do proprietário, com a especificação do sistema. Esta documentação deve ser conferida pelo OIA.

7.3.6 Inspeção do sistema de geração de energia renovável

O procedimento de inspeção do sistema de geração de energia deve seguir o mesmo definido para a UH, item 7.2.5.

7.3.7 Inspeção dos sistemas de uso racional de água

O procedimento de inspeção do uso racional de água deve seguir o mesmo definido para a UH, item 7.2.6.

7.4 Níveis de tolerância

Para edificações que possuem ENCE de Projeto, a diferença encontrada entre os dados de projeto e a edificação construída deve atender os seguintes limites de tolerância:

- Orientação: 5°
- Propriedades térmicas:
> Transmitância e capacidade térmica de elementos opacos: 5%
> Componentes transparentes ou translúcidos: 10%
- Absortância solar: 15%
- Área das aberturas: 10%
- Esquadrias - perfis: 20%
- Dispositivos de proteção solar: 10%
- Parâmetros do APP: 10%
- Densidade de potência de iluminação: 2%.

8. Conteúdo Mínimo Do Relatório De Inspeção

8.1 Relatório de inspeção do projeto

a) Razão social, CNPJ/CPF e nome fantasia do solicitante, quando aplicável (conforme Anexo B do RAC);

b) Endereço completo do solicitante (conforme Anexo B do RAC);

c) Identificação da edificação e endereço completo conforme Anexo B do RAC);

d) Data da solicitação de etiquetagem (conforme Anexo B do RAC), data do início da inspeção (quando toda a documentação completa foi entregue) e data da entrega do relatório;

e) Identificação do OIA (nome e número de registro de acreditação) ou do PC (nome e número de certificação);

f) Nomes da equipe de inspetores e do inspetor líder, aplicável ao OIA;

g) Assinatura da equipe de inspetores e do inspetor líder, aplicável ao OIA, ou nome e assinatura do PC;

h) Número da(s) portaria(s) utilizada(s) como referência na inspeção;

i) Método de avaliação utilizado (prescritivo, simplificado e/ou de simulação);

j) Descrição sucinta da edificação e dos sistemas avaliados;

k) Informações para avaliação da UH:

- Classificação da envoltória e principais informações que levaram à classificação obtida;

- Se utilizado o método prescritivo, o consumo estimado de energia da UH;

- Se utilizados os métodos simplificado ou de simulação, o Percentual de horas de ocupação dentro de uma faixa de temperatura operativa (PHFT) e as temperaturas operativas anuais máxima (Tomáx) e mínima (Tomín), quando a UH estiver ventilada naturalmente;

- Se utilizados os métodos simplificado ou de simulação, a carga térmica anual de refrigeração, de aquecimento e total (CgTR, CgTA e CgTT, respectivamente), quando a UH não estiver ventilada naturalmente;

- Consumo de energia elétrica do sistema de condicionamento de ar, refrigeração e aquecimento, e principais informações do sistema;

- Classificação e consumo de energia elétrica e/ou térmica e de energia primária do sistema de aquecimento de água e principais informações que levaram à classificação obtida;

- Classificação final da UH;

- Consumo total anual de energia primária da UH;

- Consumo total anual de energia elétrica (em kWh) e de energia térmica da UH (em kWh e m³ de gás);

- Descrição do atendimento aos requisitos para classe A;

- Potencial de geração local de energia renovável e percentual correspondente do consumo total de energia elétrica da edificação, quando houver;

- Emissões de dióxido de carbono;

- Características e percentual de economia dos sistemas de uso racional de água, quando houver.

l) Informações para avaliação da AUC:

- Classificação e consumo de energia elétrica do sistema de iluminação e principais informações que levaram à classificação obtida;

- Classificação e consumo de energia elétrica das bombas e motobombas e principais informações que levaram à classificação obtida;

- Classificação e consumo dos elevadores e principais informações que levaram à classificação obtida;

- Classificação e consumo de energia elétrica do sistema de condicionamento de ar e principais informações que levaram à classificação obtida;

- Classificação e consumo de energia elétrica e/ou térmica e de energia primária do sistema de aquecimento de água e principais informações que levaram à classificação obtida;

- Classificação final da AUC;

- Consumo total anual de energia primária da AUC;

- Consumo total anual de energia elétrica (em kWh) e de energia térmica da AUC (em kWh e m³ de gás);

m) Identificação dos projetos e demais documentos enviados pelo solicitante utilizados como referência nas avaliações;

n) Outras informações relevantes que levaram à classificação da eficiência energética;

o) Sugestões de alterações no projeto que elevariam a classificação de eficiência energética encontrada;

p) Incluir Manual de entendimento da ENCE, ou endereço eletrônico do mesmo <https://www.pbeedifica.com.br/sites/default/files/INI/MANUAL_ENCE_R.pdf>.

8.2 Relatório de inspeção da edificação construída

a) Razão social, CNPJ/CPF e nome fantasia do solicitante, quando aplicável (conforme Anexo B do RAC);

b) Endereço completo do solicitante (conforme Anexo B do RAC);

c) Identificação da edificação e endereço completo (conforme Anexo B do RAC);

d) Data da solicitação da ENCE (conforme Anexo B do RAC), data da inspeção e data da entrega do relatório;

e) Data da emissão da ENCE de Projeto e OIA/PC responsável pela inspeção de projeto;

f) Identificação do OIA (nome, número de registro de acreditação) ou do PC (nome e número de certificação;

g) Nomes da equipe de inspetores e do inspetor líder, aplicável ao OIA;

h) Assinatura da equipe de inspetores e do inspetor líder, aplicável ao OIA, ou nome e assinatura do PC;

i) Número da(s) portaria(s) utilizada(s) como referência na inspeção;

j) Tipo de inspeção in loco por sistema (presencial ou remota);

k) Descrição sucinta da edificação e dos sistemas avaliados;

l) Localização dos componentes e equipamentos inspecionados;

m) Informações para a avaliação da UH:

- Classificação da envoltória e principais informações que levaram à classificação obtida;

- Se utilizado o método prescritivo, o consumo estimado de energia da UH;

- Se utilizados os métodos simplificado ou de simulação, o Percentual de horas de ocupação dentro de uma faixa de temperatura operativa (PHFT) e as temperaturas operativas anuais máxima (Tomáx) e mínima (Tomín), quando a UH estiver ventilada naturalmente;

- Se utilizados os métodos simplificado ou de simulação, a carga térmica anual de refrigeração, de aquecimento e total (CgTR, CgTA e CgTT, respectivamente), quando a UH não estiver ventilada naturalmente;

- Consumo de energia elétrica do sistema de condicionamento de ar, refrigeração e aquecimento, e principais informações do sistema;

- Classificação e consumo de energia elétrica e/ou térmica e de energia primária do sistema de aquecimento de água e principais informações que levaram à classificação obtida;

- Classificação final da UH;

- Consumo total anual de energia primária da UH;

- Consumo total anual de energia elétrica (em kWh) e de energia térmica da UH (em kWh e m³ de gás);

- Descrição do atendimento às condições de elegibilidade para classe A;

- Potencial de geração local de energia renovável e percentual correspondente do consumo total de energia elétrica da edificação, quando houver;

- Emissões de dióxido de carbono;

- Características e percentual de economia dos sistemas de uso racional de água, quando houver;

n) Informações para avaliação da AUC:

- Classificação e consumo de energia elétrica do sistema de iluminação e principais informações que levaram à classificação obtida;

- Classificação e consumo de energia elétrica das bombas e motobombas e principais informações que levaram à classificação obtida;

- Classificação e consumo dos elevadores e principais informações que levaram à classificação obtida;

- Classificação e consumo de energia elétrica do sistema de condicionamento de ar e principais informações que levaram à classificação obtida;

- Classificação e consumo de energia elétrica e/ou térmica e de energia primária do sistema de aquecimento de água e principais informações que levaram à classificação obtida;

- Classificação final da AUC;

- Consumo total anual de energia primária da AUC;

- Consumo total anual de energia elétrica (em kWh) e de energia térmica da AUC (em kWh e m³ de gás);

o) Registro das não conformidades detectadas durante a inspeção;

p) Registro das ações corretivas adotadas pelo solicitante;

q) Outras informações relevantes que levaram à classificação da eficiência energética;

r) Sugestões de alterações que elevariam a classificação de eficiência energética encontrada.

s) Incluir Manual de entendimento da ENCE, ou endereço eletrônico do mesmo <https://www.pbeedifica.com.br/sites/default/files/INI/MANUAL_ENCE_R.pdf>.

9. Etiqueta Nacional De Conservação De Energia - Edificações Residenciais

9.1 A primeira página contém a classificação geral da avaliação e a página complementar traz as informações por sistema.

9.2 A ENCE deve ser preenchida de acordo com a etapa de inspeção e método de avaliação adotado, as informações de preenchimento estão detalhadas no manual de preenchimento da ENCE.

9.3 A ENCE Residencial possui duas opções: ENCE da Unidade Habitacional e ENCE das Áreas de Uso Comum.

9.3.1 A ENCE da Unidade Habitacional compreende a avaliação de dois sistemas (envoltória e aquecimento de água), sendo ambos obrigatórios para a classificação.

9.3.2 A ENCE da UH possui duas versões, de acordo com o método de cálculo da envoltória: método prescritivo e método simplificado ou simulação, e pode ser emitida nas duas etapas de inspeção:

- Método prescritivo - Projeto da edificação residencial e Edificação residencial construída;

- Método simplificado ou simulação - Projeto da edificação residencial e Edificação residencial construída

9.3.3 A ENCE das Áreas de Uso Comum compreende a avaliação de todos os sistemas (iluminação artificial, bombas e motobombas, elevadores, condicionamento de ar e aquecimento de água) de acordo com os sistemas existentes na edificação, sendo estes obrigatórios para a classificação.

ANEXO ESPECÍFICO II.1 - MODELO DE DECLARAÇÃO PARA CONFERÊNCIA DOS LIMITES DE APLICAÇÃO DO MÉTODO SIMPLIFICADO

Este documento tem por finalidade a conferência do atendimento de todos os parâmetros da edificação a ser avaliada frente aos limites de aplicação do método simplificado, expostos na INI-R. Este documento deve ser entregue ao OIA/PC juntamente com a solicitação da ENCE (Anexo B do RAC). Os métodos prescritivo e de simulação dispensam o preenchimento deste Anexo.

Havendo divergência entre os valores aqui declarados e os valores apresentados em projeto ou na edificação construída, serão considerados os valores apresentados em projeto ou na edificação construída, conforme etapa correspondente da inspeção. Caso os novos valores não atendam ao método de inspeção adotado, o OIA/PC deve informar ao solicitante e ao responsável técnico, podendo-se optar entre a correção das informações ou alteração do método de avaliação, conforme descrito no item 6 do RAC.

$$RedC_{AA} = ((C_{AA,refD} - C_{AA,real}) / C_{AA,refD}) \cdot 100 \qquad \textbf{Equação (B.IV.1)}$$

Onde:
$RedC_{AA}$ é o percentual de redução do consumo de energia primária para a demanda de água quente (%);
$C_{AA,refD}$ é o consumo de energia primária para a demanda de água quente da condição de referência (kWh/ano);
$C_{AA,real}$ é o consumo de energia primária para a demanda de água quente da edificação real (kWh/ano).

ANEXO ESPECÍFICO II.2 - RESULTADOS MÍNIMOS DOS RELATÓRIOS DE SAÍDA DAS SIMULAÇÕES REALIZADAS PELO SOLICITANTE

A lista a seguir apresenta os resultados mínimos que devem estar presentes nos relatórios de saída das simulações e devem ser enviados se a simulação for realizada pelo solicitante. Tais resultados devem estar presentes nos relatórios de saída das simulações, tanto do modelo real quanto do modelo de referência.

Para cada simulação, devem ser preenchidas as informações referentes à localização dos resultados nos relatórios de saída (Exemplo: Item: Transmitância Térmica das Paredes > Localização: arquivo Table (html), Report: Envelope Summary: Opaque Exterior, pg. 25).

A solicitação do preenchimento desta lista é facultada pelo OIA/PC. O OIA/PC pode personalizar a lista de resultados mínimos, caso julgue pertinente.

ITEM	LOCALIZAÇÃO NO RELATÓRIO DE SAÍDA
1. DADOS GERAIS	
Identificação da edificação	
Nome e versão do software utilizado	
Arquivo climático (latitude, longitude, elevação)	
Rotação em relação ao Norte geográfico (graus)	
Período da simulação (horas)	
Área de piso (m²)	
Volume do edifício (m³)	
Área de cobertura (m²)	
Área da envoltória (m²)	
Área total da edificação (m²)	
Percentual de abertura na fachada total (%)	
2. ENVOLTÓRIA (por APP)	
Transmitância térmica da cobertura	
Capacidade térmica da cobertura	
Absortância solar da cobertura	
Transmitância térmica das paredes externas	
Capacidade térmica das paredes externas	
Absortância solar das paredes externas	
Propriedades térmicas e ópticas dos componentes transparentes e translúcidos de cada abertura: espessura, transmitância solar transmitância visível, emissividade	
Fator solar dos componentes transparentes e translúcidos (de cada abertura)	
Uso de sombreamento	
Detalhe de dispositivos de sombreamento fixos e móveis	
Propriedades térmicas dos dispositivos de sombreamento	
Detalhes dos componentes construtivos	
Detalhes dos materiais dos componentes construtivos (densidade, calor específico, espessura, emissividade)	
Características construtivas do piso	

Temperatura do solo para os modelos que possuem piso em contato	
3. SISTEMA DE ILUMINAÇÃO (por APP)	
Densidade de potência de iluminação - DPI [W/m²]	
Padrão de uso	
4. GANHOS INTERNOS	
Número de pessoas (por ambiente)	
Potência instalada de equipamentos [W/m²] (por ambiente)	

ANEXO ESPECÍFICO II.3 - DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DO PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA SIMULAÇÃO

Este documento representa a Declaração de Conformidade por parte do profissional responsável pela simulação e deve ser entregue somente se o solicitante realizar a simulação. O documento contém as regras e os procedimentos definidos para a simulação computacional de edificações residenciais.

$$C_{AA,real\ ou\ refD} = (C_{AAE,real\ ou\ refD} \cdot fc_E) + (C_{AAT,real\ ou\ refD} \cdot fc_T) \qquad \textbf{Equação (B.IV.2)}$$

Onde:
C_{AA} é o consumo total de energia primária para aquecimento de água da edificação em sua condição real ($C_{AA,real}$) e em sua condição de referência ($C_{AA,refC}$) em kWh/ano;
C_{AAE} é o consumo total para aquecimento de água proveniente de fontes de energia elétrica em sua condição real ($C_{AAE,real}$) e condição de referência ($C_{AAE,refC}$) em kWh/ano;
fc_E é o fator de conversão de energia elétrica para energia primária;
C_{AAT} é o consumo total para aquecimento de água proveniente de fontes de energia térmica da edificação real ($C_{AAT,real}$) e condição de referência ($C_{AAT,refC}$) em kWh/ano;
fc_T é o fator de conversão de energia térmica para energia primária.

ANEXO IV - SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE - ETIQUETA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DE ENERGIA (ENCE)

1. Modelos das ences

1.1 A ENCE é composta por duas páginas. A primeira página contém a classificação geral da avaliação e a página complementar traz as informações por sistema.

1.2 A ENCE deve ser preenchida de acordo com a etapa de inspeção e método de avaliação adotado.

1.3 As instruções para preenchimento da ENCE estão detalhadas no Manual de Preenchimento da ENCE, disponível no endereço eletrônico <pbeedifica.com.br/anexos_rac>.

2. Edificações Comerciais, de serviços e públicas

2.1 ENCE Geral

Figura 1 - Modelo da primeira página da ENCE Geral, para etapa de projeto (A) e para a edificação construída (B). A segunda página da ENCE deve seguir o modelo conforme item 2.4.

$$C_{AAE,real} = N_{ano} \cdot \frac{E_{AAE} - E_{AA,rec,sol} + E_{per,E}}{r_{aq,E}} \qquad \textbf{Equação (B.IV.3.1)}$$

$$C_{AAE,refD} = N_{ano} \cdot \frac{E_{AAE} + E_{per,E}}{r_{aq,E}} \qquad \textbf{Equação (B.IV.3.2)}$$

Onde:
C_{AAE} é o consumo de energia elétrica para aquecimento de água da edificação real ($C_{AAE,real}$) e sua condição de referência ($C_{AAE,refC}$) em kWh/ano;
N_{ano} é o número de dias de ocupação ao ano de acordo com a tipologia da edificação;
E_{AAE} é a energia elétrica requerida para o atendimento da demanda de água quente (kWh/dia);
$E_{AA,rec,sol}$ é a energia para aquecimento de água proveniente de sistemas que recuperam calor ou energia solar térmica, quando existentes (kWh/dia); é importante destacar que para o sistema de referência essa parcela não deve ser considerada;
$E_{per,E}$ é a energia consumida para suprir as perdas térmicas atribuídas à fonte elétrica (kWh/dia);
$r_{aq,E}$ é o coeficiente de rendimento do equipamento para o aquecedor de água de fonte elétrica.

$$C_{AAT,real} = N_{ano} \cdot \frac{E_{AAT} - E_{AA,rec,sol} + E_{per,T}}{r_{aq,T}} \qquad \textbf{Equação (B.IV.4)}$$

Onde:
C_{AAT} é o consumo de energia térmica para aquecimento de água da edificação real (kWh/ano);
N_{ano} é o número de dias de ocupação ao ano de acordo com a tipologia da edificação;
E_{AAT} é a energia térmica requerida para o atendimento da demanda de água quente (kWh/dia);
$E_{AA,rec,sol}$ é a energia para o aquecimento de água proveniente de sistemas que recuperam calor ou energia solar térmica, quando existentes (kWh/dia);
$E_{per,T}$ é a energia consumida para suprir as perdas térmicas atribuídas à fonte térmica (kWh/dia);
$r_{aq,T}$ é o rendimento do equipamento aquecedor de água de fonte térmica.

Quando houver o uso de energia proveniente das fontes térmica e elétrica, simultaneamente, no sistema dimensionado, a parcela relativa à energia para aquecimento de água proveniente de sistemas que recuperam calor ou energia solar térmica ($E_{AA,rec,sol}$ – Equação B.IV.12) deve ser contabilizada em apenas uma das equações; ou seja, considera-se a energia dos sistemas de recuperação de calor na Equação B.IV.3, ou na Equação B.IV.4.

2.2 ENCE Autodeclarada

Figura 2 - Modelo da primeira página da ENCE Autodeclarada; a segunda página da ENCE deve seguir o modelo conforme item 2.4.

$$E_{per,E} = E_{A,per,tot} \cdot PE_{AAE} \qquad \textbf{Equação (B.IV.5)}$$

Onde:
$E_{per,E}$ é a energia consumida para suprir as perdas térmicas atribuídas à fonte elétrica (kWh/dia);
$E_{A,per,tot}$ é a perda térmica total do sistema de aquecimento de água (kWh/dia);
PE_{AAE} é o percentual de energia atendido por fontes elétricas.

$$E_{per,T} = E_{A,per,tot} - E_{per,E} \qquad \textbf{Equação (B.IV.6)}$$

Onde:
$E_{per,T}$ é a energia consumida para suprir perdas térmicas atribuídas à fonte térmica (kWh/dia);
$E_{A,per,tot}$ é a perda térmica total do sistema de aquecimento de água (kWh/dia);
$E_{per,E}$ é a energia consumida para suprir as perdas térmicas atribuídas à fonte elétrica (kWh/dia);

Os percentuais de contribuição de cada fonte são descritos na Equação B.IV.7. Observa-se que a energia compensada pelo sistema térmico solar e de recuperação de calor não é contabilizada no cálculo deste percentual.

$$PE_{AAE} = \frac{E_{AAE}}{E_{AAE} + E_{AAT}} \qquad \textbf{Equação (B.IV.7)}$$

Onde:
PE_{AAE} é o percentual de energia atendido por fontes elétricas;
E_{AAE} é a energia elétrica requerida para o atendimento da demanda de água quente (kWh/dia);
E_{AAT} é a energia térmica requerida para o atendimento da demanda de água quente (kWh/dia);

2.3 ENCE Parcial

Figura 3 - Modelo da primeira página da ENCE Parcial, para etapa de projeto (A) e para a edificação construída (B). A segunda página da ENCE deve seguir o modelo conforme item 2.4.

$$E_{AAE} = \frac{\rho \cdot C_p \cdot V_{dia,e} \cdot (\theta_{A,uso} ou\ \theta_{A,arm} - \theta_{A,0})}{3600} \qquad \textbf{Equação (B.IV.8)}$$

Onde:
E_{AAE} é a energia elétrica requerida para o atendimento da demanda diária de água quente (kWh/dia);
ρ é a massa específica da água, equivalente a 1 kg/L;
C_p é o calor específico da água, equivalente a 4.180 kJ/g.°C;
$V_{dia,e}$ é o volume diário de consumo de água quente em sistemas elétricos (m³/dia);
$\theta_{A,uso}$ ou $\theta_{A,arm}$ é a temperatura de uso da água para sistemas sem acumulação ou a temperatura de armazenamento para sistemas com acumulação (°C);
$\theta_{A,0}$ é a temperatura da água fria (°C).

$$E_{AAT} = \frac{\rho \cdot C_p \cdot V_{dia,t} \cdot (\theta_{A,uso} ou\ \theta_{A,arm} - \theta_{A,0})}{3600} \qquad \textbf{Equação (B.IV.9)}$$

Onde:
E_{AAT} é a energia térmica requerida para o atendimento da demanda diária de água quente (kWh/dia);
ρ é a massa específica da água, equivalente a 1 kg/L;
C_p é o calor específico da água, equivalente a 4.180 kJ/g.°C;
$V_{dia,t}$ é o volume diário de consumo de água quente em sistemas térmicos (m³/dia);
$\theta_{A,uso}$ ou $\theta_{A,arm}$ é a temperatura de uso da água para sistemas sem acumulação ou a temperatura de armazenamento para sistemas com acumulação (°C);
$\theta_{A,0}$ é a temperatura da água fria (°C).

O cálculo da demanda total de energia requerida para o atendimento da demanda de água quente (kWh/dia), também utilizada no subitem B.IV.5.2, deve ser realizado por meio da Equação B.IV.10.

$$E_{AA} = E_{AAE} + E_{AAT} \qquad \textbf{Equação (B.IV.10)}$$

Onde:
E_{AA} é a energia requerida para o atendimento da demanda diária de água quente (kWh/dia);
E_{AAE} é a energia elétrica requerida para o atendimento da demanda diária de água quente (kWh/dia);
E_{AAT} é a energia térmica requerida para o atendimento da demanda diária de água quente (kWh/dia).

Para sistemas sem armazenamento de água quente, deve-se adotar no mínimo 40 °C como o valor da temperatura de uso ($\theta_{A,uso}$) para as regiões sul, sudeste e centro-oeste do Brasil. Para as regiões norte e nordeste, adota-se o valor de 38 °C. Para as duchas higiênicas, jardins de infância e clínicas médicas, a temperatura máxima nos pontos de utilização permitida é de 38 °C.

Para sistemas com armazenamento de água quente deve-se adotar, no mínimo, 60 °C como temperatura de armazenamento ($\theta_{A,armaz}$) para os Estabelecimentos Assistenciais de Saúde (EAS), e de no mínimo 50 °C para as demais instalações prediais, independentemente da região do Brasil. No caso de sistemas de aquecimento indireto, como a água armazenada não é a mesma nos pontos de consumo, as temperaturas de armazenamento podem ser menores, uma vez que não ocorre risco de contaminação por Legionella, conforme especificado na ABNT NBR 16824 (2020).

Para a temperatura de água fria deve-se adotar a média anual ($\theta_{A,0}$) e média mensal ($\theta_{amb,i}$) da temperatura ambiente da cidade onde está localizada a edificação. Tais valores médios devem ser obtidos por meio da tabela de temperaturas do ar externo para as diferentes cidades brasileiras, disponível no **link** abaixo descrito, que baseia-se nos arquivos climáticos INMET. Na ausência de informações da cidade onde está localizada a edificação, deve-se adotar a cidade mais próxima.

<http://www.pbeedifica.com.br/sites/default/files/Planilha%20AIV%20-Temperatura_ar_mensal_anual.xlsx>.

O volume diário de água quente deve ser calculado por meio da Equação B.IV.11. Este é definido de acordo com a tipologia da edificação (ou da parcela da edificação cujo sistema de água quente é avaliado), utilizando-se a Tabela B.IV.1.

2.4 Página Complementar

2.4.1 A página complementar da ENCE, contendo a classificação individual dos sistemas, deve seguir o modelo apresentado na Figura 4.

2.4.2 Para as ENCEs Autodeclaradas, deve-se indicar quais os sistemas foram autodeclarados;

2.4.3 Para as ENCEs Parciais, somente os sistemas avaliados devem ser preenchidos.

Figura 4 - Modelo da segunda página da ENCE de edificações comerciais, de serviços e públicas.

$$V_{dia,e\ ou\ t} = \frac{\sum V_{dia,f} \cdot f}{1000} \qquad \textbf{Equação (B.IV.11)}$$

Onde:
V_{dia} é o volume diário de consumo de água quente (m³/dia), para sistemas térmicos ($V_{dia,t}$) ou elétricos ($V_{dia,e}$);
$V_{dia,f}$ é o volume diário do consumo de água quente, por unidade considerada, em sistemas elétricos ou térmicos (L); deve-se adotar os valores da Tabela B.IV.1 conforme tipologia;
f é o número de unidades levadas em consideração e relacionado à tipologia da edificação, a atividade desenvolvida ou à classificação da edificação. Na Tabela B.IV.1 são exemplificadas algumas unidades, como "pessoas", "leitos" ou "refeições".

3. Edificações Residenciais

3.1 ENCE da Unidade Habitacional

Figura 5 - Modelo da primeira página da ENCE da UH para a etapa de projeto (A) e para a edificação construída (B).

$$E_{AA,rec,sol} = E_{AA,rec} + E_{AA,sol} \qquad \textbf{Equação (B.IV.12)}$$

Onde:
$E_{AA,rec,sol}$ é a energia para o aquecimento de água proveniente de sistemas que recuperam calor ou energia solar térmica, quando existentes na edificação real (kWh/dia);
$E_{AA,rec}$ é a parcela de energia para o aquecimento de água proveniente de sistemas que recuperam calor, quando existentes na edificação real, conforme item B.IV.5.1 (kWh/dia);
$E_{AA,sol}$ é a parcela de energia para o aquecimento de água proveniente de sistemas de aquecimento solar térmico, quando existentes na edificação real, calculada conforme o item B.IV.5.2.5 (kWh/dia).

Figura 6 - Modelo da segunda página da ENCE da UH com envoltória pelo método prescritivo:

$$EI_{mês,i} = H_{dia} \cdot N_i \qquad \textbf{Equação (B.IV.13)}$$

Onde:
$EI_{mês,i}$ é a irradiância solar mensal incidente sobre as superfícies dos coletores (kWh/(m².mês));
H_{dia} é a irradiação solar incidente no plano inclinado conforme a orientação do sistema (kWh/(m².dia)). Estes valores são disponibilizados no sítio eletrônico do Laboratório de Modelagem e Estudos de Recursos Renováveis de Energia (LABREN), por meio do Atlas Brasileiro de Energia Solar – 2ª Edição (2017), disponível em: <http://labren.ccst.inpe.br/atlas_2017.html>; tais informaçãoes fornecidas pelo INPE são referentes à irradiação global horizontal e à irradiação na superfície inclinada à Norte (azimute zero), para a latitude local. De forma complementar, podem ser consultados o sítio eletrônico do CRESESB, ou para azimutes diferentes do indicado, pelo *software* Radiasol;"
N_i é o número de dias do mês "i".

Figura 7 - Modelo da segunda página da ENCE da UH, com envoltória pelos métodos simplificado ou de simulação:

$$E_{SAmês,i} = S_c \cdot F'_R(\tau\alpha) \cdot EI_{mês,i} \qquad \text{Equação (B.IV.14)}$$

Onde:
$E_{SAmês,i}$ é a energia solar mensal absorvida pelos coletores do mês "i" (kWh/mês), tal que i = 1, 2, 3, ..., 12;
S_c é a superfície de absorção total dos coletores solares (m²);
$EI_{mês,i}$ é a energia solar mensal incidente sobre as superfícies dos coletores do mês "i" (kWh/(m².mês));
$F'_R(\tau\alpha)$ é o fator adimensional, calculado por meio da Equação B.IV.15.

$$F'_R(\tau\alpha) = F_R(\tau\alpha)_n \cdot \left[\frac{(\tau\alpha)}{(\tau\alpha)_n}\right] \cdot \frac{F'_R}{F_R} \qquad \text{Equação (B.IV.15)}$$

Onde:
$F'_R(\tau\alpha)_n$ é o fator de eficiência óptica do coletor, obtido por meio de informações fornecidas pelos fabricantes de coletores solares (adimensional);
$(\tau\alpha)/(\tau\alpha)_n$ é o modificador do ângulo de incidência; na ausência desta informação, adotar 0,96 para coletores com cobertura de vidro;
F'_R/F_R é o fator de correção do conjunto coletor/trocador; na ausência desta informação, adotar 0,95.

3.2 ENCE das Áreas de Uso Comum

Figura 8 - Modelo da primeira página da ENCE da AUC para a etapa de projeto (A) e para a edificação construída (B).

$$EP_{mês,i} = S_c \cdot F'_R U_L \cdot (100 - \theta_{amb,i}) \cdot \Delta_{t,i} \cdot K_1 \cdot K_{2,i} \qquad \text{Equação (B.IV.16)}$$

Onde:
$EP_{mês,i}$ é a energia solar mensal não aproveitada pelos coletores do mês "i" (kWh/mês);
S_c é a superfície de absorção total dos coletores solares (m²);
$F'_R U_L$ é um fator de correção, em kW/(m².K), calculado pela Equação B.IV.17;
$\theta_{amb,i}$ é a temperatura média mensal ambiente do local de instalação do coletor do mês "i" (°C);
$\Delta_{t,i}$ é o período de tempo considerado em horas para o mês "i". Exemplo: 744 horas em janeiro, 672 horas em fevereiro, e assim por diante;
K_1 é o fator de correção para armazenamento, calculado pela Equação B.IV.18;
$K_{2,i}$ é o fator de correção para o sistema de aquecimento solar que relaciona as diferentes temperaturas no mês "i", calculado pela Equação B.IV.19.

$$F'_R U_L = F_R U_L \cdot \frac{F'_R}{F_R} \cdot 10^{-3} \qquad \text{Equação (B.IV.17)}$$

Onde:
$F'_R U_L$ é o coeficiente global de perdas do coletor, obtido por meio de informações fornecidas pelos fabricantes de coletores solares (kW/(m².K));
F'_R/F_R é o fator de correção do conjunto coletor/trocador; na ausência desta informação, recomenda-se adotar 0,95.

Nota: O fator de eficiência óptica do coletor $(F'_R(\tau\alpha)_n)$ e o coeficiente global de perdas do coletor $(F'_R U_L)$ são dados que eram anteriormente fornecidos pelas tabelas do PBE para coletores solares.

$$K_1 = \left[\frac{V}{75 \cdot S_c}\right]^{-0,25} \qquad \text{Equação(B.IV.18)}$$

Onde:
V é o volume de acumulação solar (litros); para garantir a eficiência do sistema, recomenda-se como boas práticas que o valor de V seja tal que obedeça a condição: $50 < \frac{V}{S_c} < 100$;
S_c é a superfície de absorção total dos coletores solares (m²).

$$K_2 = \frac{(11,6 + 1,18\,\theta_{A,uso} + 3,86\,\theta_{A,0} - 2,32\,\theta_{amb,i})}{(100 - \theta_{amb,i})} \qquad \text{Equação (B.IV.19)}$$

Onde:
$\theta_{A,uso}$ é a temperatura de uso da água (°C);
$\theta_{A,0}$ é a temperatura da água fria (°C);
$\theta_{amb,i}$ é a temperatura média mensal do local de instalação do coletor no mês "i" (°C).

B.IV.5.2.4. Fração solar mensal

O cálculo da fração solar mensal a partir dos valores de D1 e D2 é descrito por meio da Equação B.IV.20.

$$f_i = 1,029D_{1,i} - 0,065D_{2,i} - 0,245(D_{1,i})^2 + 0,0018(D_{2,i})^2 + 0,0215(D_{1,i})^3 \qquad \text{Equação (B.IV.20)}$$

Onde:
f_i é a fração solar mensal (adimensional);
$D_{1,i}$ é o parâmetro do mês "i" calculado conforme a Equação B.IV.21;
$D_{2,i}$ é o parâmetro do mês "i" calculado conforme a Equação B.IV.22.

Figura 9 - Modelo da segunda página da ENCE da AUC:

$$D_{1,i} = \frac{E_{SAmês,i}}{E_{AA} \cdot N_i} \qquad \text{Equação (B.IV.21)}$$

Onde:
$E_{SAmês,i}$ é a energia solar mensal absorvida pelos coletores (kWh/mês), obtida pela Equação B.IV.14;
N_i é o número de dias do mês "i";
E_{AA} é a energia requerida no atendimento da demanda de água quente (kWh/dia), calculada conforme a Equação B.IV.10.

$$D_{2,i} = \frac{EP_{mês,i}}{E_{AA} \cdot N_i} \qquad \text{Equação (B.IV.22)}$$

Onde:
$EP_{mês,i}$ é a energia solar mensal não aproveitada pelos coletores (kWh/mês), obtida pela Equação B.IV.16;
E_{AA} é a energia requerida para o atendimento da demanda diária de água quente (kWh/dia), obtida pela Equação B.IV.10;
N_i é o número de dias do mês "i".

B.IV.5.2.5. Energia para aquecimento solar de água

A energia para o aquecimento solar de água corresponde à energia útil coletada pela instalação de coletores solares para aquecimento de água ($E_{AA,sol}$), e deve ser calculada por meio da Equação B.IV.23.

$$E_{AA,sol} = \frac{\sum_{i=1}^{12}(f_i \cdot E_{AA} \cdot N_i)}{365} \qquad \text{Equação (B.IV.23)}$$

Onde:
$E_{AA,sol}$ é a parcela de energia para o aquecimento de água proveniente de sistemas de aquecimento solar térmico, quando existentes na edificação real (kWh/dia).
f_i é a fração solar mensal;
E_{AA} a energia total requerida para o atendimento da demanda diária de água quente (kWh/dia), obtida pela Equação B.IV.10;
N_i é o número de dias do mês "i".

4. Manual de entendimento da ence

Os Manuais de Entendimento da ENCE de Edificações Comerciais, de Serviços e Publicas, e de Edificações Residenciais, que objetivam o melhor entendimento das informações da ENCE, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <pbeedifica.com.br/anexos_rac>.

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

DIRETORIA TÉCNICA 1

COORDENAÇÃO-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 938, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.620548/2022-08, resolve:

Art.1º Homologar a eleição de administradores de YOUSE SEGURADORA S.A., CNPJ nº 24.856.160/0001-03, com sede na cidade de Brasília - DF, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 30 de junho de 2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 939, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.620779/2022-11, resolve:

Art.1º Homologar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de BRADESCO SEGUROS S.A., CNPJ nº 33.055.146/0001-93, com sede na cidade de Barueri - SP, na assembleia geral extraordinária realizada em 30 de junho de 2022:

I - eleição de administrador; e

II - reforma do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Conecte-se à informação oficial



Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 660, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

Institui a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Ministério da Educação - CPAD/MEC.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, considerando o disposto na Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, no Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002, no Decreto nº 4.915, de 12 de dezembro de 2003, no Decreto nº 10.148, de 2 de dezembro de 2019, no Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e o constante dos autos do Processo nº 23000.017460/2022-96, resolve:

Art. 1º Instituir a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos - CPAD/MEC com a finalidade de orientar e coordenar o processo de análise, avaliação e seleção dos conjuntos documentais arquivísticos no âmbito do Ministério da Educação - MEC.

Art. 2º Compete à CPAD/MEC:

I - promover a divulgação e orientar a aplicação do Código de Classificação de Documentos - CCD e da Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos - TTDD, aprovados pelo Arquivo Nacional, relativos às atividades-meio;

II - elaborar e divulgar o Código de Classificação de Documentos e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às atividades-fim do MEC, bem como promover sua atualização, quando necessário, revendo descritores, prazos de guarda e destinação final, encaminhando-os para aprovação do Arquivo Nacional;

III - elaborar, excepcionalmente, Plano de Destinação de Documentos - PDD, quando os conjuntos documentais não constarem no CCD e na TTDD relativo às atividades-meio e/ou quando da inexistência de CCD e de TTDD relativo às atividades-fim, conforme orientação do Arquivo Nacional;

IV - aplicar os procedimentos para eliminação de documentos de arquivo no âmbito do MEC, conforme legislação e normas em vigor;

V - analisar, aprovar e encaminhar para o titular do MEC, as Listagens de Eliminação de Documentos produzidas em seu âmbito de atuação;

VI - analisar e aprovar os editais de ciência de eliminação de documentos e os termos de eliminação de documentos;

VII - orientar a formação de Grupo(s) de Trabalho na(s) unidade(s) administrativas(ais) do órgão, responsável(eis) pela análise, avaliação e seleção dos conjuntos de documentos produzidos e acumulados pelo MEC, em conformidade com os instrumentos técnicos de gestão aprovados pelo Arquivo Nacional;

VIII - promover treinamento em serviço e cursos de capacitação e reciclagem na sua área de competência em articulação com o setor responsável pelos arquivos do órgão ou entidade;

IX - articular-se com as demais unidades administrativas do órgão; e

X - emitir normas e diretrizes inerentes às atividades sob sua responsabilidade.

Art. 3º A CPAD/MEC será constituída pelos seguintes membros:

I - arquivista ou servidor responsável pelos serviços arquivísticos lotado na Subsecretaria de Assuntos Administrativos - SAA, que a presidirá;

II - servidores representantes das unidades administrativas do MEC:

a) Secretaria de Educação Básica - SEB;

b) Secretaria de Educação Superior - Sesu;

c) Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - Setec;

d) Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - Seres;

e) Secretaria de Alfabetização - Sealf;

f) Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação - Semesp;

g) Instituto Benjamin Constant - IBC;

h) Instituto Nacional de Educação de Surdos - Ines; e

i) Conselho Nacional de Educação - CNE.

§ 1º Os servidores indicados deverão ter, preferencialmente, formação em história, ciências sociais ou sociologia ou atuarem na área de conhecimento de que trata o acervo objeto da avaliação (economia, antropologia, engenharia, medicina, estatística e outras).

§ 2º Os membros da Comissão e respectivos suplentes serão indicados pelos titulares das unidades que representam, e designados pelo Secretário-Executivo.

§ 3º O exercício dos membros da CPAD/MEC será de 2 (dois) anos, podendo haver recondução por igual período.

Art. 4º A CPAD/MEC se reunirá em caráter ordinário, no mínimo semestralmente, e em caráter extraordinário, sempre que convocada por seu presidente ou por solicitação de um terço dos membros.

§ 1º O quórum da reunião da CPAD é de maioria absoluta de seus membros e o quórum de aprovação é de maioria simples.

§ 2º Além do voto ordinário, o presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos terá o voto de qualidade em caso de empate.

§ 3º As reuniões da CPAD/MEC serão realizadas, preferencialmente, por meio de videoconferência, e os membros que estiverem no Distrito Federal poderão reunir-se presencialmente.

Art. 5º A participação na Comissão Permanente de Avaliação de Documentos será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 6º Para auxiliar os trabalhos da CPAD/MEC, poderão ser instituídos, formalmente, nas unidades administrativas do MEC, Subcomissões de Avaliação de Documentos - SCADs.

§ 1º As SCADs serão subordinadas tecnicamente à CPAD/MEC e serão instituídas por ato da comissão.

§ 2º As SCADS deverão observar:

I - o limite máximo de três de seus membros;

II - a duração não superior a um ano; e

III - o número máximo de três subcomissões, que poderão operar simultaneamente.

Art. 7º A CPAD/MEC deverá elaborar seu Regimento Interno, definindo suas competências conforme o Decreto nº 10.148, de 2 de dezembro de 2019, no prazo de noventa dias após o ato de designação de seus membros, o qual será submetido à aprovação do titular da Subsecretaria de Assuntos Administrativos - SAA.

Art. 8º A unidade encarregada de prestar apoio administrativo à CPAD/MEC será a Coordenação-Geral de Recursos Logísticos da SAA.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor em 3 de outubro de 2022.

VICTOR GODOY VEIGA

DESPACHO DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, homologo o Parecer CNE/CES nº 365/2022, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que analisou o recurso interposto por José Humberto Alves Júnior, para, no mérito, dar-lhe provimento, recomendando à Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC que proceda à reanálise do pedido de reconhecimento de diploma de Mestrado em Ciências da Educação, com especialização em Tecnologia Educativa, obtido pelo citado requerente na Universidade do Minho, na cidade de Braga, em Portugal, no prazo de sessenta dias, adequadamente referenciada em legislação pertinente, em especial, a Resolução CNE/CES nº 1, de 3 de abril de 2001, modificada pela Resolução CNE/CES nº 3, de 22 de junho de 2016, e a Portaria MEC nº 22, de 13 de dezembro de 2016, devendo a Comissão, caso se mantenha desfavorável ao reconhecimento, especificar em seu Parecer, com o detalhamento necessário, os motivos do indeferimento, conforme consta do Processo nº 23001.000052/2022-95.

VICTOR GODOY VEIGA

Ministro

DESPACHO DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, e do PARECER n. 00515/2020/CONJUR-MEC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Educação, cujos fundamentos se adota, bem como do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, o Ministro de Estado da Educação homologa parcialmente o Parecer CNE/CEB nº 7/2019, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, aprovado na sessão de 4 de julho de 2019, apenas em relação à retificação sugerida para o art. 3º da Resolução CNE/CEB nº 2, de 9 de outubro de 2018, que define as Diretrizes Operacionais complementares para a matrícula inicial de crianças na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, aos 4 (quatro) e aos 6 (seis) anos de idade, conforme consta no Processo nº 23001.000690/2018-20.

VICTOR GODOY VEIGA

Ministro

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

PORTARIA Nº 614, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

Dispõe sobre o empenho e a transferência de recursos orçamentários e financeiros para os parceiros ofertantes de cursos de formação inicial e continuada - FIC, no âmbito da Linha de Fomento da Bolsa-Formação 2021 - Qualifica Mais Emprega Mais (Mapa de Demandas).

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 15, do Decreto nº 9.665, de 02 de janeiro de 2019, a Lei nº 12.513 de 26 de outubro de 2011, a Portaria MEC nº 817, de 13 de agosto de 2015, e o contido no Processo nº 23000.023958/2021-15, resolve:

Art. 1º Estabelecer o valor a ser empenhado e transferido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, de acordo com o quadro a seguir, às instituições de ensino que tiveram suas propostas aprovadas, no âmbito da Linha de Fomento da Bolsa-Formação 2021 - Qualifica Mais Emprega Mais (Mapa de Demandas). O valor a ser repassado é referente à execução da oferta de cursos de qualificação profissional, na ação da Bolsa-Formação, prevista na Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011:

UF	Instituição	CNPJ	Processo	Total
AL	Secretaria de Estado da Educação de Alagoas	12.200.218/0001-79	23000.025570/2021-41	603.330,00
MS	Fundação Social do Trabalho de Campo Grande	04.835.241/0001-01	23000.025616/2021-21	172.816,00
Total				776.146,00

Art. 2º O empenho e a transferência de que trata o art. 1º desta Portaria deverão ser emitidos à conta da Classificação Funcional Programática: 12.363.5012.21B4.26298.0001 - Apoio à Formação Profissional e Tecnológica - Plano Interno LFP06P1901N Novos Caminhos - Vagas - transferência estados e municípios, Plano Orçamentário 0002.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TOMÁS DIAS SANT' ANA

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 625, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas MEC n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 3 de setembro de 2018, bem como a Instrução Normativa SERES nº 1, de 17 de setembro de 2018, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, solicitados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º As instituições citadas na tabela constante do Anexo desta Portaria deverão protocolar pedido de reconhecimento dos respectivos cursos, nos termos do disposto no art. 46 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIANA GUIMARÃES AZIN

ANEXO

(Autorização de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	202008327	PSICOLOGIA (Bacharelado)	75 (setenta e cinco)	CENTRO UNIVERSITÁRIO CATHEDRAL	FACULDADE CATHEDRAL DE ENSINO SUPERIOR DE BARRA DO GARCAS	RUA ANTÔNIO FRANCISCO CORTÊS - LADO ÍMPAR, S/N, LOTEAMENTO CIDADE UNIVERSITÁRIA, BARRA DO GARÇAS/MT
2	202112491	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DE SÃO PAULO	IREP SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MEDIO E FUNDAMENTAL LTDA.	RUA PROMOTOR GABRIEL NETUZZI PEREZ, 108, SANTO AMARO, SANTO AMARO, SÃO PAULO/SP
3	202023572	FARMÁCIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE AGES DE MEDICINA DE IRECÊ	AGES EMPREENDIMENTOS EDUCACIONAIS LTDA	RUA DR. ANGELO DOURADO, 27, PRÉDIO ANEXO: PRAÇA GOES CALMON, 33, CENTRO, IRECÊ/BA
4	201929108	HISTÓRIA (Licenciatura)	80 (oitenta)	FACULDADE AGES DE SENHOR DO BONFIM	AGES EDUCACAO LTDA	RODOVIA LOMANTO JÚNIOR, BR 407, S/N, KM 104, CENTRO, SENHOR DO BONFIM/BA
5	202111549	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE ARI DE SÁ	EDUCADORA ASC LTDA	AVENIDA HERACLITO GRAÇA, 826, CENTRO, FORTALEZA/CE
6	202112242	PEDAGOGIA (Licenciatura)	40 (quarenta)	FACULDADE CATÓLICA CAVANIS DO SUDOESTE DO PARÁ	SOCIEDADE EDUCACIONAL CATOLICA DO OESTE DO PARA	RUA BOA VISTA, ESQUINA COM A RUA EDELBERTO HENRIQUE ODERDENGE, S/N, FACULDADE CATOLICA CAVANIS DO SUDOESTE DO PARÁ, JARDIM SANTAREM, NOVO PROGRESSO/PA
7	202112456	BIOMEDICINA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DE CIÊNCIAS E SAÚDE EDUFOR	SOCIEDADE EDUCACIONAL FORTALEZA - ME	AVENIDA SÃO LUÍS REI DE FRANÇA, 19, TURU, SÃO LUÍS/MA
8	202112505	MEDICINA VETERINÁRIA (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE VILHENA	SOCIEDADE EDUCACIONAL DE RONDONIA S/S LTDA	RUA CLEBER MAFRA DE SOUZA, 8735, RESIDENCIAL ORLEANS, VILHENA/RO
9	202111332	PSICOLOGIA (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE PERNAMBUCO	SOEVASF SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL, CULTURAL E SOCIAL DO VALE DO SAO FRANCISCO LTDA	RUA MATIAS DE ALBUQUERQUE, 123, FACULDADE DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE PERNAMBUCO, GERCINO COELHO, PETROLINA/PE
10	202111265	ENFERMAGEM (Bacharelado)	50 (cinquenta)	FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DO ALTO SÃO FRANCISCO	OBRAS SOCIAIS E EDUCACIONAIS DE LUZ	RUA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, 307, CENTRO, LUZ/MG
11	202111813	BIOMEDICINA (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE DOM RICARDO	E.E.S.R.G.- EMPRESA DE ENSINO SUPERIOR REUNIDAS GUARULHOS LTDA	AVENIDA SALGADO FILHO, 3025, FTP, CENTRO, GUARULHOS/SP
12	202111459	PEDAGOGIA (Licenciatura)	60 (sessenta)	FACULDADE DO OESTE POTIGUAR	CENTRO DE EDUCACAO SUPERIOR E TECNOLOGICO OESTE POTIGUAR LTDA - ME	RUA VEREADOR SALOMÃO QUEIROZ, 151, RUA FRANCISCA BOBO - 451, CENTRO, SÃO MIGUEL/RN
13	202014587	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	60 (sessenta)	FACULDADE DO TRABALHO	INSTITUTO EDUCACIONAL MARIA RANULFA LTDA - EPP	AVENIDA PAES LEME, 485, OSVALDO REZENDE, UBERLÂNDIA/MG
14	202112471	FARMÁCIA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE ESTÁCIO DE MACAPÁ - ESTÁCIO MACAPÁ	SOCIEDADE EDUCACIONAL DA AMAZONIA LTDA	AVENIDA JOSÉ TUPINANBÁ DE ALMEIDA, 1223, JESUS DE NAZARÉ, MACAPÁ/AP
15	202112046	DIREITO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE FASIPE DE PRIMAVERA	INSTITUTO DE ENSINO PRIMAVERA LTDA	AVENIDA LUCIANA, QUADRA 07, 06, 10/14, JARDIM LUCIANA, PRIMAVERA DO LESTE/MT
16	202022740	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE METROPOLITANA DE PARINTINS	IME INSTITUTO METROPOLITANO DE ENSINO LTDA	RUA PARAÍBA, 3468, ITAÚNA I, PARINTINS/AM
17	202111958	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	50 (cinquenta)	FACULDADE NOVA ROMA CARUARU	CENTRO BRASILEIRO DE PROFISSIONALIZACAO EMPRESARIAL LTDA	RUA AZEVEDO COUTINHO, S/N, TÉRREO, PETRÓPOLIS, CARUARU/PE
18	202111959	DIREITO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE NOVA ROMA CARUARU	CENTRO BRASILEIRO DE PROFISSIONALIZACAO EMPRESARIAL LTDA	RUA AZEVEDO COUTINHO, S/N, TÉRREO, PETRÓPOLIS, CARUARU/PE
19	202111960	ENFERMAGEM (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE NOVA ROMA CARUARU	CENTRO BRASILEIRO DE PROFISSIONALIZACAO EMPRESARIAL LTDA	RUA AZEVEDO COUTINHO, S/N, TÉRREO, PETRÓPOLIS, CARUARU/PE
20	202112322	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE RAIMUNDO MARINHO DE PENEDO	FUNDACAO EDUCACIONAL DO BAIXO SAO FRANCISCO DR. RAIMUNDO MARINHO	RUA 15 DE NOVEMBRO, S/N, CENTRO, PENEDO/AL
21	202112339	PSICOLOGIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE RAIMUNDO MARINHO DE PENEDO	FUNDACAO EDUCACIONAL DO BAIXO SAO FRANCISCO DR. RAIMUNDO MARINHO	RUA 15 DE NOVEMBRO, S/N, CENTRO, PENEDO/AL
22	202112340	RADIOLOGIA (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE RAIMUNDO MARINHO DE PENEDO	FUNDACAO EDUCACIONAL DO BAIXO SAO FRANCISCO DR. RAIMUNDO MARINHO	RUA 15 DE NOVEMBRO, S/N, CENTRO, PENEDO/AL
23	202111940	DIREITO (Bacharelado)	75 (setenta e cinco)	FACULDADE REPUBLICANA	FUNDACAO REPUBLICANA BRASILEIRA	QUADRA SEPS 713/913, 713/913, POLO SEDE, ASA SUL, BRASÍLIA/DF
24	202022648	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	40 (quarenta)	FACULDADE ROBERTO MIRANDA	RMEC ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA - ME	AVENIDA PAULISTA, 1009, BELA VISTA, SÃO PAULO/SP
25	202013702	HISTÓRIA (Licenciatura)	80 (oitenta)	FACULDADE UNA DE POUSO ALEGRE	FACEB EDUCACAO LTDA	RUA JOÃO BASÍLIO, 420, CENTRO, POUSO ALEGRE/MG
26	202112515	AGRONOMIA (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE UNESC-UNAMA	SOCIEDADE EDUCACIONAL DE RONDONIA S/S LTDA	AVENIDA DOS IMIGRANTES, 4045, - DE 3601 A 4635 - LADO ÍMPAR, INDUSTRIAL, PORTO VELHO/RO
27	202013894	PSICOLOGIA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE UNICESUMAR DE CORUMBÁ	CESUMAR - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGA LTDA	RUA DOM AQUINO, 1037, - DE 0823/824 A 1117/1118, CENTRO, CORUMBÁ/MS
28	202112489	ENFERMAGEM (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE UNINORTE MARABÁ	FACULDADE UNIAO EDUCACIONAL NORTE DO PARA LTDA - ME	RODOVIA BR-230, TRANSAMAZÔNICA, KM 05, BLOCO D, S/N, (TRANSAMAZÔNICA), NOVA MARABÁ, MARABÁ/PA
29	202023866	PSICOLOGIA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR SANTO ANTÔNIO	SOCIEDADE EDUCACIONAL SANTO ANTONIO	RUA PAPA JOÃO XXIII, 1100, A, IRIRIÚ, JOINVILLE/SC
30	202023538	MEDICINA VETERINÁRIA (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	UNIVERSIDADE UNIVERSUS VERITAS GUARULHOS	SOCIEDADE PAULISTA DE ENSINO E PESQUISA S/S LTDA	AVENIDA UBERABA, 251, VILA VIRGÍNIA, ITAQUAQUECETUBA/SP

PORTARIA Nº 626, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas MEC n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 3 de setembro de 2018, bem como a Instrução Normativa SERES nº 1, de 17 de setembro de 2018, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na tabela anexa, resolve:

Art. 1º Ficam indeferidos os pedidos de autorização para os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, solicitados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 44 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIANA GUIMARÃES AZIN

ANEXO

(Autorização de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	202023575	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE AGES DE MEDICINA DE IRECÊ	AGES EMPREENDIMENTOS EDUCACIONAIS LTDA	RUA DR. ANGELO DOURADO, 27, PRÉDIO ANEXO: PRAÇA GOES CALMON, 33, CENTRO, IRECÊ/BA
2	201931921	FARMÁCIA (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE DO CENTRO MARANHENSE	UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR DO CENTRO MARANHENSE LTDA	AVENIDA ELIEZER MOREIRA, 99, SEDE - FCMA, VILA CANADÁ, BARRA DO CORDA/MA
3	201926105	ESTÉTICA E COSMÉTICA (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE INTEGRADA DE PALMEIRAS DE GOIÁS	CENTRO EDUCACIONAL DE PALMEIRAS DE GOIAS EIRELI - ME	RUA 7 DE SETEMBRO, S/N, Q. 9 L. 5, VILA AURORA, PALMEIRAS DE GOIÁS/GO
4	201913130	DIREITO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADES JOÃO PAULO II - RIO GRANDE	ASSOCIACAO EDUCACIONAL JOAO PAULO II	RUA MARECHAL DEODORO, 628, CIDADE NOVA, RIO GRANDE/RS

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO
CAMPUS VITÓRIA

PORTARIA Nº 715, DE 6 DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DO CAMPUS VITÓRIA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO, no uso da delegação de competência que lhe confere a Portaria Nº1.989, de 22.11.2021, da Reitoria deste Ifes, resolve:

Prorrogar por mais 01 (um) ano, a partir de 24.09.2022, a validade do Edital 05/2021, publicado no Diário Oficial da União de 30.07.2021, seção 3, páginas 71, 72, 73 e 74, cuja homologação do resultado constante na Portaria nº 0607, de 23.09.2021, foi publicada no Diário Oficial da União de 24.09.2021, seção 1, página 71.

HUDSON LUIZ COGO

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA

PORTARIA Nº 404, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.317, de 20 de dezembro de 2007, e tendo em vista o disposto no § 2º do Art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no art. 3º da Portaria Interministerial MEC/MS nº 278, de 17 de março de 2011, e no que estabelece a Portaria nº 530, de 9 de setembro de 2020, na Lei nº 13.959, de 18 de dezembro de 2019, bem como no Edital Inep nº 72, de 22 de novembro de 2021, resolve:

Art. 1º Tornar pública a relação complementar de aprovados na 2ª etapa - Prova de Habilidades Clínicas, do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituições de Educação Superior Estrangeira - Revalida, edição 2021, disciplinado pelo Edital Inep nº 72, de 22 de novembro de 2021, na forma constante no Anexo desta Portaria, em decorrência da decisão judicial constante no processo SEI nº 23036.007762/2022-49.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS EDUARDO MORENO SAMPAIO

ANEXO I

RESULTADOS FINAIS - PARTICIPANTE APROVADO SUBJUDICE

Nº	CO_INSCRICAO	Nome
1	211120210362548	MONIKY MARTINS BASTOS

PORTARIA Nº 407, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

Institui o Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade da Atividade de Auditoria Interna do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep.

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto n° 6.317, de 20 de dezembro de 2007 e pelo inciso VI do art. 7º do Regimento Interno do Inep, aprovado pela Portaria nº 986, de 21 de dezembro de 2017, com fundamento na Instrução Normativa CGU nº 03, de 9 de junho de 2017, resolve:

Art. 1º Instituir o Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade da Atividade de Auditoria Interna (PGMQ) da Unidade de Auditoria Interna do Inep (Audin-Inep).

Art. 2º O PGMQ tem por objetivo estabelecer atividades de caráter permanente destinadas a avaliar a qualidade, a produzir informações gerenciais e a promover a melhoria contínua da atividade de auditoria interna da Audin-Inep.

Art. 3º O PGMQ deve ser aplicado tanto no nível de trabalhos individuais de auditoria, quanto no nível mais amplo da atividade de auditoria interna. As avaliações devem incluir todas as fases da atividade de auditoria interna, quais sejam, os processos de planejamento, de execução dos trabalhos, de comunicação dos resultados e de monitoramento, de forma a aferir:

I - o alcance do propósito da atividade de auditoria interna;

II - a conformidade dos trabalhos com as disposições da IN SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017, da IN SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 e com as normas e procedimentos de auditoria estabelecidos pela Audin-Inep;

III - a conduta ética e profissional dos auditores.

Art. 4º Os resultados do PGMQ serão utilizados como base para os processos de capacitação de auditores e de melhoria contínua da atividade de auditoria interna.

Art. 5º O PGMQ será implementado por meio de avaliações internas e externas de qualidade, assim consideradas:

a) Monitoramento contínuo;

b) Avaliações periódicas;

II - Avaliações externas.

§ 1º O monitoramento contínuo contempla, entre outras, as seguintes atividades:

I - planejamento e supervisão dos trabalhos de auditoria;

II - revisão de documentos, de papéis de trabalho e de relatórios de auditoria;

III - estabelecimento de indicadores de desempenho;

IV - avaliação realizada pelos auditores, após a conclusão dos trabalhos;

V - feedback de gestores e de partes interessadas:

a) de forma ampla, para aferir a percepção da alta administração sobre a agregação de valor da atividade de auditoria interna; e

b) de forma pontual, considerando os trabalhos individuais de auditoria realizados;

VI - listas de verificação (checklists) para averiguar se manuais e procedimentos de auditoria estão sendo adequadamente observados.

§ 2º As avaliações periódicas serão realizadas de forma sistemática, abrangente e permanente, com base em roteiros de verificação previamente estabelecidos para avaliar a qualidade, a adequação e a suficiência do processo de planejamento; das evidências e dos papéis de trabalho produzidos ou coletados pelos auditores; das conclusões alcançadas; da comunicação dos resultados; do processo de supervisão; e do processo de monitoramento das recomendações emitidas em trabalhos individuais de auditoria.

§ 3º As atividades relativas às avaliações internas de qualidade poderão ser realizadas por meio de amostragem.

§ 4º As avaliações externas serão realizadas, no mínimo, a cada 5 anos, com o objetivo de obter opinião independente sobre o conjunto geral dos trabalhos de auditoria realizados e sua conformidade com princípios e normas aplicáveis. As avaliações externas serão conduzidas por profissional ou organização qualificado e independente, externo à estrutura do Inep ou por meio de autoavaliação com posterior validação externa independente.

§ 5º As avaliações externas de qualidade serão realizadas com base no Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (IA-CM), do Instituto dos Auditores Internos (IIA), nos termos da Portaria CGU nº 777, de 18 de fevereiro de 2019.

§ 6º O Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (IA-CM) também poderá ser utilizado, de forma suplementar, no contexto das avaliações internas periódicas.

Art. 6º Compete ao Auditor-Chefe coordenar as atividades do PGMQ, incluindo, entre outras, as seguintes atribuições:

I - estabelecer e monitorar os indicadores de desempenho da atividade de auditoria interna;

II - estabelecer o conteúdo e a forma de obtenção dos feedbacks de gestores e de auditores;

III - definir os roteiros, a periodicidade, a metodologia e a forma de reporte das avaliações internas de qualidade;

IV - promover a consolidação e a divulgação dos resultados das avaliações realizadas no âmbito do PGMQ; e

V - propor outros procedimentos de asseguração e de melhoria da qualidade.

Art. 7º Os resultados do PGMQ devem ser reportados anualmente à Presidência, contemplando, no mínimo, as seguintes informações:

I - o escopo, a frequência e os resultados das avaliações internas e externas realizadas;

II - o nível de capacidade da Audin-Inep, conforme Modelo IA-CM;

III - as oportunidades de melhoria identificadas;

IV - as fragilidades com potencial de comprometer a qualidade da atividade de auditoria interna;

V - os planos de ação corretiva, se for o caso;

VI - o andamento das ações para melhoria da atividade de auditoria interna.

Art. 8º Os casos de não conformidade com a IN SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017, que impactem o escopo geral ou a operação da atividade de auditoria interna devem ser comunicados pelo Auditor-Chefe à Presidência do Inep, bem como à Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União.

Art. 9º A Audin-Inep somente deve declarar conformidade com os preceitos da IN SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017, e com normas internacionais que regulamentam a prática profissional de auditora interna quando os resultados do PGMQ sustentarem essa afirmação.

Art. 10. Esta portaria entra em vigor em 3 de outubro de 2022.

CARLOS EDUARDO MORENO SAMPAIO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 1.051/DDP, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo nº 23080.036884/2021-26 resolve:

Prorrogar por 12 meses, a partir de 22 de outubro de 2022, o prazo de validade do Processo Seletivo do Departamento de Física - FSC/CFM, Campo de conhecimento: Física Geral, objeto do Edital n° 77/2021/DDP, de 16 de setembro de 2021, e homologado pela Portaria n° 729/2021/DDP, publicada no Diário Oficial da União em 22 de outubro de 2021.

CARLA CERDOTE DA SILVA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 1.604, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

A Pró-Reitora Adjunta de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Ouro Preto, no uso da competência que lhe foi delegada através da Portaria nº 540, de 05/08/1994, considerando o processo UFOP de Seleção Simplificada para contratação de Professor Substituto nº 23109.009214/2021-71, resolve:

Prorrogar por um ano, contado a partir de 08 de outubro de 2022, a validade do Processo Seletivo realizado para Professor Substituto, para a área de Ciências Sociais do Departamento de Ciências Sociais (DECSO) do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), de que trata o Edital PROGEP nº 61/2022, cujo resultado foi homologado pela Portaria PROGEP nº 1450, de 24 de setembro de 2021.

ISABELA PERUCCI ESTEVES FAGUNDES

Ministério da Infraestrutura

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
DIRETORIA COLEGIADA

DECISÃO Nº 555, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

Aprova a revisão do Fluxo de Caixa Marginal aprovado pela Decisão nº 507, de 19 de janeiro de 2022, do Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Brasília, localizado em Brasília (DF).

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, incisos IV e V, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, e tendo em vista o disposto no art. 18 do Decreto nº 7.624, de 22 de novembro de 2011,

Considerando o estabelecido na Seção III - Da Revisão Extraordinária do Capítulo VI - Do Equilíbrio Econômico Financeiro do Contrato de Concessão de Aeroporto - CCA nº 001/ANAC/2012 - SBBR, referente à concessão dos serviços públicos para ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária do Aeroporto Internacional de Brasília, localizado em Brasília (DF), e

Considerando o que consta do processo nº 00058.027573/2021-58, deliberado e aprovado na 25ª Reunião Deliberativa Eletrônica, realizada nos dias 5 e 6 de setembro de 2022, decide:

Art. 1º Aprovar a revisão do Fluxo de Caixa Marginal constante da Decisão nº 507, de 19 de janeiro de 2022, conforme previsto em seu art. 4º, parágrafo único.

Art. 2º O valor referente ao desequilíbrio verificado em 2021, após revisão do Fluxo de Caixa Marginal, corresponde a R$ 144.441.190,74 (cento e quarenta e quatro milhões, quatrocentos e quarenta e um mil, cento e noventa reais e setenta e quatro centavos), a valores de 31 de dezembro de 2021.

Art. 3º A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato deve ser realizada, conforme anuência do Ministério da Infraestrutura, constante nos autos do processo nº 00058.027573/2021-58, por meio da revisão da contribuição fixa devida pela Concessionária em 2021.

§ 1º Caso haja saldo remanescente a ser deduzido nas parcelas das contribuições mensais e variável subsequentes, após a dedução da contribuição fixa devida em 2021, este saldo deve ser atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulado entre 31 de dezembro de 2021 e o mês anterior ao do pagamento das contribuições mensais e variável, e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 8,55% (oito inteiros e cinquenta e cinco centésimos por cento), estabelecida pela Resolução nº 528, de 28 de agosto de 2019, proporcional ao número de dias correspondente.

§ 2º A distribuição do montante nas contribuições fixa, mensal e variável será de forma a concluir a recomposição no menor prazo praticável.

Art. 4º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

JULIANO ALCÂNTARA NOMAN
Diretor-Presidente

DECISÃO Nº 556, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

Prorroga o prazo para abertura ao tráfego de aeródromo civil público.

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 8º, inciso XXIV, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto no Decreto nº 7.871, de 21 de dezembro de 2012, na Resolução nº 330, de 1º de julho de 2014, e na Portaria SAC nº 129, de 26 de julho de 2013, e considerando o que consta do processo nº 00058.540060/2017-51, deliberado e aprovado na 25ª Reunião Deliberativa Eletrônica, realizada nos dias 5 e 6 de setembro de 2022, decide:

Art. 1º Prorrogar, por mais 36 (trinta e seis) meses a contar de 24 de dezembro de 2021, o prazo para que a sociedade empresária PREDIAL JM IMOBILIÁRIA E PARTICIPAÇÕES S.A., CNPJ nº CNPJ nº 09.316.401/0001-20, com sede social na Praça Dr. Augusto Gonçalves nº 146, sobreloja 02 - sala 10, bairro Centro, Município de Itaúna, Estado de Minas Gerais, promova a abertura ao tráfego do aeródromo civil público denominado "São Pedro" (SSDK), localizado no Município de Igaratinga, Estado de Minas Gerais, nas coordenadas geográficas 20º04'33" S / 44º43'42" W.

Art. 2º A prorrogação ora concedida fica condicionada ao cumprimento das exigências constantes do Termo de Autorização previsto na Resolução nº 330, de 1º de julho de 2014.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

JULIANO ALCÂNTARA NOMAN
Diretor-Presidente

SUPERINTENDÊNCIA DE AERONAVEGABILIDADE

PORTARIA Nº 9.090, DE 6 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE AERONAVEGABILIDADE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 35, inciso XX, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, e considerando o que consta do processo nº 00066.006091/2022-46, resolve:

Art. 1º Deferir, conforme peticionado pela Gulfstream Aerospace Corporation, o pedido de Nível Equivalente de Segurança para o requisito 25.1141(f)(2), do Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC 25 para o avião Gulfstream GVII, referente à indicação de falhas na válvula de corte do sistema de combustível do motor.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor no dia na data de sua publicação.

ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO

PORTARIA Nº 9.093, DE 6 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE AERONAVEGABILIDADE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 35, inciso XX, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, e considerando o que consta do processo nº 00066.007381/2022-15, resolve:

Art. 1º Deferir, conforme peticionado pela Gulfstream Aerospace Corporation, o pedido de Nível Equivalente de Segurança para os requisitos 25.1195, 25.1197, 25.1199, 25.1201 e 25.1203, do Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC 25 para o avião Gulfstream GVII, referente aos requisitos de segurança aplicáveis às zonas designadas de fogo e áreas adjacentes.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor no dia na data de sua publicação.

ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO

SUPERINTENDÊNCIA DE PESSOAL DA AVIAÇÃO CIVIL
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO
GERÊNCIA TÉCNICA DE ORGANIZAÇÃO DE FORMAÇÃO

PORTARIA Nº 9.102, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

O GERENTE TÉCNICO DE ORGANIZAÇÕES DE FORMAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18, inciso V, da Portaria nº 2.928/SPL, de 21 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 141, na Resolução nº 659, de 2 de fevereiro de 2022 e considerando o que consta do processo nº 00065.014917/2022-51, resolve:

Art. 1º Tornar público o cumprimento dos requisitos para a exploração de serviço aéreo especializado na modalidade ensino e adestramento e a emissão do Certificado de Centro de Instrução de Aviação Civil - CIAC Tipo 2, emitido em 08 de setembro de 2022, em favor da ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL DE POUSO ALEGRE LTDA - ME., CNPJ 11.486.445/0001-40, situado na Rua Arthur Vilhena de Carvalho, 555, Jardim Aeroporto, Pouso Alegre/MG - CEP 37560-187.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ STOCK HOFFMANN

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO ANTAQ Nº 86, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

Estabelece os critérios para o enquadramento da embarcação como efetivamente operante e pertencente a um mesmo grupo econômico, nos termos do art. 14 da Lei nº 14.301, de 6 de janeiro de 2022.

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS (ANTAQ), no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 19, inciso VI, do Regimento Interno, com base no disposto no inciso IV do art. 27 e art. 68 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, do art. 47-A do Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013, considerando o que consta do Processo nº 50300.000151/2022-75, e haja vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua Reunião Ordinária de nº 528, realizada em 1º de setembro de 2022, resolve:

Art. 1º Estabelecer os critérios para o enquadramento da embarcação como efetivamente operante e pertencente a um mesmo grupo econômico, nos termos do art. 14 da Lei nº 14.301, de 7 de janeiro de 2022.

Art. 2º A norma constante do Anexo da Resolução Normativa ANTAQ nº 5, de 23 de fevereiro de 2016, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 17 .....

.....

§ 6º As empresas brasileiras de navegação habilitadas no programa de estímulo ao transporte por cabotagem (BR do Mar), instituído pela Lei nº 14.301, de 2022, deverão manter aprestadas e em operação comercial as embarcações de sua propriedade ou afretadas a casco nu com suspensão da bandeira, e, no caso de paralisação eventual superior a noventa dias contínuos, apresentar justificativa para análise da ANTAQ comprovando o motivo e a necessidade da paralisação.

§ 7º A operação comercial será comprovada com embarcação adequada nos termos do art. 2º, inciso II, mediante atendimento à Resolução da ANTAQ que disciplina o critério regulatório para a comprovação da operação comercial de embarcações pela empresa brasileira de navegação." (NR)

Art. 3º A Resolução ANTAQ nº 62, de 29 de novembro de 2021, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 2º .....

.....

XI-A - controle societário: é o poder de imposição de vontade aos atos da sociedade, exercido pela pessoa natural ou jurídica, fundo ou universalidade de direitos, ou o grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto ou sob controle comum, que:

a) é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da sociedade e o poder de eleger a maioria dos administradores; ou

b) usa efetivamente seu poder ou influência para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da sociedade;

XI-B - controle societário direto: é aquele exercido pela(s) pessoa(s) detentora(s) dos direitos de voto da autorizada, caracterizado nos termos do inciso XI-A;

XI-C - controle societário indireto: é aquele exercido por pessoa(s) no ápice da estrutura do grupo societário que, por meio de sociedades controladas, influencie(m) de forma efetiva e substancial a gestão e consecução do objeto social da autorizada;

XI-D - controlada: a sociedade:

a) de cujo capital outra sociedade possua a maioria dos votos nas deliberações dos quotistas ou da assembleia geral e o poder de eleger a maioria dos administradores; e

b) cujo controle, referido na alínea antecedente, esteja em poder de outra, direta ou indiretamente, mediante ações ou quotas possuídas por sociedades ou sociedades por esta já controladas;

.....

§ 1º Para efeitos desta Resolução, o transportador marítimo não operador de navios (NVOCC) é considerado como usuário perante o transportador marítimo efetivo, e como transportador, perante o usuário final do serviço de transporte prestado.

§ 2º Os conceitos dispostos nos incisos XI-A, XI-B, XI-C e XI-D do caput são aplicáveis única e exclusivamente no âmbito da regulamentação do art. 14, inciso II, da Lei nº 14.301, de 2022.

.....

Art. 5º-A. O enquadramento da embarcação como pertencente a um mesmo grupo econômico, envolve os seguintes procedimentos:

I - o mapeamento da composição societária da sociedade;

II - a comparação da composição societária entre sociedades; e

III - a verificação da presença de controle societário direto ou indireto entre as sociedades.

§ 1º São pertencentes ao mesmo grupo econômico as sociedades nas quais qualquer das sócias seja titular, direta ou indiretamente, de pelo menos dez por cento do capital social ou votante.

§ 2º São pertencentes a grupos econômicos distintos as sociedades que não se enquadrem na definição do § 1º ainda que:

I - estejam sob direção comercial comum, os seus gestores, os fundos sob mesma gestão e respectivos cotistas; e

II - sejam participantes de contratos associativos ou que não detém qualquer vínculo societário entre si.

§ 3º Grupo econômico será conhecido também como grupo empresarial ou grupo societário.

§ 4º Os conceitos dispostos nos § 1º e 2º são aplicáveis única e exclusivamente no âmbito da regulamentação do art. 14, inciso II, da Lei nº 14.301, de 2022. " (NR)

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor em 3 de outubro de 2022.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 484/2022-ANTAQ

1. Processo: 50300.018594/2021-31
2. Interessado: Bandeirantes Deicmar Logística Integrada S.A.
3. Relator: José Renato Fialho
4. Unidade Técnica: Superintendência de Outorgas - SOG
5. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de requerimento de abertura de licitação para arrendamento de área no Porto de Santos, em decorrência de inexecução de obrigações no âmbito do Contrato de Arrendamento DP/024.2001,

ACORDAM os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada de nº 528, ante as razões expostas pelo Relator, em:

5.1. indeferir os pleitos da empresa Bandeirantes Deicmar Logística Integrada S.A., contidos na Petição SEI 1441164; e

5.2. dar ciência à empresa interessada acerca da presente decisão.

6. Data da Reunião: 01/09/2022 - Telepresencial.
7. Especificação do quórum:

7.1. Diretores presentes: Eduardo Nery (Presidente), Flávia Takafashi e José Renato Fialho (Relator).

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 485/2022-ANTAQ

1. Processo: 50300.008611/2022-11
2. Interessado: Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ
3. Relator: José Renato Fialho

3.1. Revisora: Flávia Takafashi

4. Unidade Técnica: Superintendência de Regulação - SRG
5. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos que tratam da solicitação formulada pela Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ, a qual requer a manifestação dessa Agência acerca da incorporação de bens revertidos ao Porto em decorrência de investimentos realizados pela Arrendatária Transitória Global Operações Portuárias S.A., no âmbito do Contrato de Transição CDRJ nº 051/2017,

ACORDAM os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada de nº 528, ante as razões expostas pela Revisora, em:

5.1. determinar à Superintendência de Regulação que promova as necessárias diligências junto à Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ com vistas a esclarecer as razões pelas quais a classificação quanto à emergencialidade dos bens foi reconsiderada pela Autoridade Portuária no âmbito do distrato do Contrato de Transição nº 51/2017; e

5.2. orientar a Superintendência de Regulação sobre a eventual necessidade de avaliar se os critérios utilizados pela CDRJ para o cálculo de indenização guardam compatibilidade com os parâmetros regulatórios da matéria.

6. Data da Reunião: 01/09/2022 - Telepresencial.
7. Especificação do quórum:

7.1. Diretores presentes: Eduardo Nery (Presidente), Flávia Takafashi (Revisora) e José Renato Fialho (Relator).

7.2. Diretor com voto vencido: José Renato Fialho.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 486/2022-ANTAQ

1. Processo: 50300.009200/2022-35
2. Interessados: Agemar Transportes e Empreendimentos Ltda. e Porto do Recife S.A.
3. Relatora: Flávia Takafashi
4. Unidade Técnica: Superintendência de Outorgas - SOG e Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais - SFC
5. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos que tratam da análise de conformidade do Contrato de Transição nº 2022/043/00, firmado entre o Porto do Recife S.A. e a empresa Agemar Transportes e Empreendimentos Ltda., com o objetivo de regularizar a exploração de área localizada no Porto Organizado do Recife destinada à movimentação e armazenagem de carga geral,
ACORDAM os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada de nº 528, ante as razões expostas pela Relatora, em:
5.1. atestar a conformidade do Contrato de Transição nº 2022/043/00, firmado entre o Porto do Recife S.A. e a empresa Agemar Transportes e Empreendimentos Ltda.;
5.2. alterar a Resolução-ANTAQ nº 7.743, para que passe a constar no objeto da autorização o incremento de áreas correspondente à 1.367,03 m², totalizando uma área autorizada de 4.461,68 m²; e
5.3. cientificar a empresa Agemar Transportes e Empreendimentos Ltda. e Porto do Recife S.A. acerca da presente decisão.
6. Data da Reunião: 01/09/2022 - Telepresencial.
7. Especificação do quórum:
7.1. Diretores presentes: Eduardo Nery (Presidente), Flávia Takafashi (Relatora) e José Renato Fialho.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 487/2022-ANTAQ

1. Processo: 50300.011176/2021-13
2. Interessado: Agência Nacional de Transportes Aquaviários
3. Relatora: Flávia Takafashi
4. Unidade Técnica: Superintendência de Regulação - SRG
5. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos que tratam da revisão e consolidação de atos normativos inferiores a decreto no âmbito da ANTAQ, em atendimento ao Decreto nº 10.139/2019, referente à pertinência temática "Transversal: Afretamento da Navegação",
ACORDAM os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada de nº 528, ante as razões expostas pela Relatora, em restituir os autos à Superintendência de Regulação - SRG para que promova as alterações de mérito advindas da Lei nº 14.301/2022 e demais regulamentações decorrentes junto aos trabalhos de revisão e consolidação normativa, em cumprimento ao Decreto nº 10.139/2019, no âmbito da pertinência temática "Afretamento na Navegação", observando os mecanismos de participação social pertinentes.
6. Data da Reunião: 01/09/2022 - Telepresencial.
7. Especificação do quórum:
7.1. Diretores presentes: Eduardo Nery (Presidente), Flávia Takafashi (Relatora) e José Renato Fialho.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 488/2022-ANTAQ

1. Processo: 50300.001244/2022-17
2. Interessados: Conselho de Exportadores de Café do Brasil (Cecafé); Cafebras Comércio de Cafés do Brasil S.A.; Mediterranean Shipping Company e MSC Mediterranean Shipping Company do Brasil Ltda.
3. Relator: Eduardo Nery
4. Unidade Técnica: Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais - SFC
5. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos que trataram de denúncia contra cobrança considerada abusiva de sobrestadia de contêineres,
ACORDAM os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada de nº 528, ante as razões expostas pelo Relator, em:
5.1. declarar a irregularidade da cobrança de sobre-estadia referente à nota de débito DET0821023451, uma vez que demonstrada a ausência de responsabilidade da empresa Cafebras Comércio de Cafés do Brasil S.A. sobre o atraso na devolução do contêiner;
5.2. determinar às empresas Mediterranean Shipping Company (MSC) e MSC Mediterranean Shipping Company do Brasil Ltda. que suspendam a cobrança da Nota de débito DET0821023451; e
5.3. cientificar as interessadas acerca da presente decisão.
6. Data da Reunião: 01/09/2022 - Telepresencial.
7. Especificação do quórum:
7.1. Diretores presentes: Eduardo Nery (Presidente e Relator), Flávia Takafashi e José Renato Fialho.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 489/2022-ANTAQ

1. Processo: 50300.014292/2022-75
2. Interessado: Portocel - Terminal Especializado de Barra do Riacho S.A.
3. Relator: Eduardo Nery
4. Unidade Técnica: Superintendência de Outorgas - SOG
5. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de pedido de autorização especial e de emergência de interesse da Portocel - Terminal Especializado de Barra do Riacho S.A., visando realizar a operação de descarga de 96 contêineres e 110 máquinas pesadas no terminal portuário de sua titularidade,
ACORDAM os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada de nº 528, ante as razões expostas pelo Relator, em referendar a Deliberação-DG nº 116/2022, de 23/08/2022, por meio da qual foi deferido pedido de autorização especial e de emergência de interesse da Portocel - Terminal Especializado de Barra do Riacho S.A. para operação de conteineres e máquinas pesadas.
6. Data da Reunião: 01/09/2022 - Telepresencial.
7. Especificação do quórum:
7.1. Diretores presentes: Eduardo Nery (Presidente e Relator), Flávia Takafashi e José Renato Fialho.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 490/2022-ANTAQ

1. Processo: 50300.002762/2011-03
2. Interessado: Agência Nacional de Transportes Aquaviários
3. Relator: José Renato Fialho
4. Unidade Técnica: Superintendência de Regulação - SRG
5. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos que tratam do agendamento da Audiência Pública nº 09/2022-ANTAQ, bem como da prorrogação do prazo limite fixado para o recebimento de contribuições,
ACORDAM os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada de nº 528, ante as razões expostas pelo Relator, em referendar as Deliberações-DG nº 115 e 122/2022.
6. Data da Reunião: 01/09/2022 - Telepresencial.
7. Especificação do quórum:
7.1. Diretores presentes: Eduardo Nery (Presidente), Flávia Takafashi e José Renato Fialho (Relator).

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 491/2022-ANTAQ

1. Processo: 50300.014335/2019-17
2. Interessado: Agência Nacional de Transportes Aquaviários
3. Relator: José Renato Fialho
4. Unidade Técnica: Superintendência de Regulação - SRG
5. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos que tratam do agendamento da Audiência Pública nº 8/2022, bem como da prorrogação do prazo limite fixado para o recebimento de contribuições,
ACORDAM os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada de nº 528, ante as razões expostas pelo Relator, em referendar as Deliberações-DG nº 114 e 121/2022.
6. Data da Reunião: 01/09/2022 - Telepresencial.
7. Especificação do quórum:
7.1. Diretores presentes: Eduardo Nery (Presidente), Flávia Takafashi e José Renato Fialho (Relator).

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 492/2022-ANTAQ

1. Processo: 50300.008480/2020-01
2. Parte: Vopak Brasil S.A. e CODEBA
3. Relator: José Renato Fialho
3.1. Revisor: Eduardo Nery
4. Unidade Técnica: Superintendência de Outorgas - SOG
5. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos que tratam do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica, Financeira e Ambiental - EVTEA referente ao pleito para prorrogação do Contrato de Arrendamento nº 016/1999 (granéis líquidos), de titularidade da empresa Vopak Brasil S.A. no Porto de Aratu/BA, associado a pleito para consideração de investimentos pretéritos não previstos no contrato original,
ACORDAM os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada de nº 528, ante as razões expostas pelo Revisor, em retornar os autos à Superintendência de Outorgas para que seja realizada diligência junto à Companhia Docas do Estado da Bahia e Vopak Brasil S.A. no intuito de requerer manifestação técnica, devidamente acompanhada dos documentos comprobatórios correspondentes, acerca do valor a ser considerado no fluxo de caixa total para os investimentos executados na Área 3, demonstrando sua aderência aos valores praticados no mercado à época.
6. Data da Reunião: 01/09/2022 - Telepresencial.
7. Especificação do quórum:
7.1. Diretores presentes: Eduardo Nery (Presidente e Revisor), Flávia Takafashi e José Renato Fialho (Relator).
7.2. Diretor com voto vencido: José Renato Fialho.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 493/2022-ANTAQ

1. Processo: 50300.017451/2020-21
2. Interessado: CSN Mineração S.A.
3. Relator: Eduardo Nery
4. Unidade Técnica: Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais - SFC
5. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos que trataram de análise de auto infracional lavrado em desfavor da empresa CSN Mineração S.A., titular do Contrato de Arrendamento C-DEPJUR 054/97 no Porto de Itaguaí/RJ,
ACORDAM os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada de nº 528, ante as razões expostas pelo Relator, em:
5.1. declarar a insubsistência do Auto de Infração nº 4716-3;
5.2. orientar a Superintendência de Fiscalização - SFC quanto ao entendimento de que a inobservância das cláusulas de desempenho do contrato de arrendamento C-DEPJUR 054/97, sem que sejam demonstrados os impactos negativos causados à qualidade do serviço prestado aos usuários, à eficiência operacional do porto ou ao ambiente concorrencial, não caracteriza a infração descrita no art. 32, XXXVIII, da Resolução-ANTAQ nº3.274;
5.3. cientificar a interessada acerca da presente decisão; e
5.4. arquivar os autos.
6. Data da Reunião: 01/09/2022 - Telepresencial.
7. Especificação do quórum:
7.1. Diretores presentes: Eduardo Nery (Presidente e Relator), Flávia Takafashi e José Renato Fialho.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 494/2022-ANTAQ

1. Processo: 50300.000151/2022-75
2. Interessado: Agência Nacional de Transportes Aquaviários
3. Relator: José Renato Fialho
4. Unidade Técnica: Superintendência de Regulação - SRG
5. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de proposta normativa para regulamentar o art. 14 da Lei nº 14.301/2022 - BR do Mar,
ACORDAM os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada de nº 528, ante as razões expostas pelo Relator, em aprovar a norma que regulamenta o artigo 14 da Lei nº 14.301, de 7 de janeiro de 2022, denominada "BR do Mar," nos termos da Resolução-MINUTA GRN nº 1612131.
6. Data da Reunião: 01/09/2022 - Telepresencial.
7. Especificação do quórum:
7.1. Diretores presentes: Eduardo Nery (Presidente), Flávia Takafashi e José Renato Fialho (Relator).

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 495/2022-ANTAQ

1. Processo: 50300.000826/2022-86
2. Interessado: Eldorado Brasil Celulose Logística Ltda. e Rishis Empreendimentos e Participações S.A.
3. Relator: José Renato Fialho
4. Unidade Técnica: Superintendência de Regulação - SRG
5. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de pedido de anuência prévia para transferência de titularidade da empresa Rishis Empreendimentos e Participações S.A., titular do Contrato de Arrendamento DP-DC/01.2005, para a interessada Eldorado Brasil Celulose Logística Ltda.,
ACORDAM os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada de nº 528, ante as razões expostas pelo Relator, em:
5.1. reconhecer a possibilidade de transferência de titularidade envolvendo a empresa Rishis Empreendimentos e Participações S.A., inscrita no CNPJ nº 12.097.734/0001-10, titular do Contrato de Arrendamento DP-DC/01.2005, de 02 de dezembro de 2005, para a empresa Eldorado Brasil Celulose Logística Ltda., CNPJ nº 39.457.145/0001-51, tendo em vista que foram atendidas as exigências de que trata a Lei nº 12.815/2013, o Decreto nº 8.033/2013 e a Resolução- ANTAQ nº 57/2021;
5.2. encaminhar os autos à Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários - SNPTA, para as providências subsequentes dentro de sua esfera de competência na qualidade de Poder Concedente;
5.3. cientificar as empresas interessadas acerca da presente decisão; e
5.4. manter a classificação do processo condutor como reservado, por se tratar de operação que envolve dados confidenciais e estratégicos às empresas envolvidas.
6. Data da Reunião: 01/09/2022 - Telepresencial.
7. Especificação do quórum:
7.1. Diretores presentes: Eduardo Nery (Presidente), Flávia Takafashi e José Renato Fialho (Relator).

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 496/2022-ANTAQ

1. Processo: 50300.014156/2022-85
2. Interessado: Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA
3. Relator: José Renato Fialho
4. Unidade Técnica: Superintendência de Outorgas - SOG
5. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos que tratam do pleito formulado pela Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA de celebração de novos Contratos de Transição com as arrendatárias transitórias TVV - Terminal de Vila Velha S.A. e Peiú Sociedade de Propósito Específico S.A.,
ACORDAM os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada de nº 528, ante as razões expostas pelo Relator, em:
5.1. declarar que, mesmo ainda não tendo sido aprovado o Código de Conduta, não há impedimentos de que a nova concessionária assine os instrumentos de transição, desde que mantidas as condições contratuais atuais, notadamente as disposições da Resolução Normativa-ANTAQ nº 07; e
5.2. cientificar a interessada acerca da presente decisão.
6. Data da Reunião: 01/09/2022 - Telepresencial.
7. Especificação do quórum:
7.1. Diretores presentes: Eduardo Nery (Presidente), Flávia Takafashi e José Renato Fialho (Relator).

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 497/2022-ANTAQ

1. Processo: 50300.014523/2022-41
2. Interessados: Amazônia Terminais e Serviços Ltda.; Chibatão Navegação e Comércio Ltda.
3. Relator: Eduardo Nery
4. Unidade Técnica: Diretoria-Geral
5. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de denúncia com pedido de medida cautelar de interesse da empresa Aurora da Amazônia Terminais e Serviços Ltda. (SEI nº 1691774), que alega descumprimento por parte da empresa Chibatão Navegação e Comércio Ltda. de decisão desta Agência proferida por meio do Acórdão nº 411/2022-ANTAQ (SEI nº 1680664),
ACORDAM os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada de nº 528, ante as razões expostas pelo Relator, em:
5.1. indeferir o pedido de nova medida cautelar;
5.2. determinar à SFC a análise da nova denúncia apresentada pela empresa Aurora da Amazônia Terminais e Serviços Ltda., em conjunto com os elementos já acostados ao processo nº 50300.011482/2022-31; e
5.3. determinar à SFC que instrua o processo nº 50300.011482/2022-31 com a urgência que o caso requer, devendo submeter a sua análise e a proposta de encaminhamento para a deliberação da diretoria colegiada, mesmo em casos de arquivamento ou independentemente dos valores das multas relativas às sanções que possam vir a ser caracterizadas, uma vez que se refere a suposto descumprimento do Acórdão nº 411/2022-ANTAQ.
6. Data da Reunião: 01/09/2022 - Telepresencial.
7. Especificação do quórum:
7.1. Diretores presentes: Eduardo Nery (Presidente e Relator), Flávia Takafashi e José Renato Fialho.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 498/2022-ANTAQ

1. Processo: 50300.002192/2022-04
2. Interessado: Agência Nacional de Transportes Aquaviários
3. Relator: Eduardo Nery
4. Unidade Técnica: Comitê de Governança Digital e de Segurança da Informação - CGDSI
5. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos que tratam do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações da ANTAQ,
ACORDAM os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada de nº 528, ante as razões expostas pelo Relator, em aprovar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações da ANTAQ, conforme a minuta SEI nº 1709015.
6. Data da Reunião: 01/09/2022 - Telepresencial.
7. Especificação do quórum:
7.1. Diretores presentes: Eduardo Nery (Presidente e Relator), Flávia Takafashi e José Renato Fialho.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 499/2022-ANTAQ

1. Processo: 50300.002301/2022-85
2. Interessado: Navium Engenharia, Navegação e Comércio Ltda.
3. Relator: José Renato Fialho
3.1. Revisor: Eduardo Nery
4. Unidade Técnica: Superintendência de Outorgas - SOG
5. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de consulta sobre internalização de embarcações estrangeiras com características específicas na operação de atividades submarinas para instalação de usinas eólicas,
ACORDAM os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada de nº 528, ante as razões expostas pelo Relator, em:
5.1. conhecer da consulta formulada pela Navium Engenharia, Navegação e Comércio Ltda., uma vez preenchidos os requisitos quanto ao objeto e legitimidade da solicitante para, no mérito, prestar-lhe os seguintes esclarecimentos:
5.1.1. não há disciplina específica nas normas que tratam do Registro Especial Brasileiro - REB para o enquadramento do tipo de navegação realizado pelas embarcações que operam na exploração ou no desenvolvimento de atividade eólica;
5.1.2. no caso concreto, para fins de enquadramento no REB, a navegação pretendida se enquadra como apoio marítimo, prevista no inciso VIII, artigo 2º, da Lei 9.432, de 1997; e
5.1.3. até que sobrevenha o cumprimento do disposto no artigo 1º da Resolução-ANTAQ 6.949/2019, aplica-se o limitador de que trata a Nota Técnica 23/2019/GAF/SOG (SEI nº 0837221), e Despacho SOG 0846502, no sentido de que é permitido o uso de embarcação típicas e não típicas desde que a tonelagem desta, para fins de REB, seja limitada à composição da frota de tonelagem das embarcações típicas.
5.2. dar ciência à consulente acerca da presente decisão.
6. Data da Reunião: de 01/09/2022 - Telepresencial.
7. Especificação do quórum:
7.1. Diretores presentes: Eduardo Nery (Presidente e Revisor), Flávia Takafashi e José Renato Fialho (Relator).

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 500/2022-ANTAQ

1. Processo: 50300.011174/2021-24
2. Interessado: Agência Nacional de Transportes Aquaviários
3. Relator: José Renato Ribas Fialho
3.1. Revisora: Flávia Morais Lopes Takafashi
4. Unidade Técnica: Superintendência de Regulação - SRG
5. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de proposta de revisão e consolidação normativa acerca da pertinência temática "Outorga para operar na navegação marítima e de apoio" e BR do Mar, em cumprimento ao Decreto nº 10.139/2019,
ACORDAM os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada de nº 528, ante as razões expostas pela Revisora, em restituir os autos à Superintendência de Regulação - SRG para que promova as alterações de mérito advindas da Lei nº 14.301/2022 e demais regulamentações decorrentes junto aos trabalhos de revisão e consolidação normativa em cumprimento ao Decreto nº 10.139/2019, no âmbito da pertinência temática "Outorga para operar na navegação marítima e de apoio", observando os mecanismos de participação social pertinentes.
6. Data da Reunião: 01/09/2022 - Telepresencial.
7. Especificação do quórum:
7.1. Diretores presentes: Eduardo Nery (Presidente), Flávia Takafashi (Revisora) e José Renato Fialho (Relator).
7.2. Diretor com voto vencido: José Renato Fialho.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 501/2022-ANTAQ

1. Processo: 50300.010861/2018-27
2. Interessado: Agência Nacional de Transportes Aquaviários
3. Relator: Eduardo Nery
4. Unidade Técnica: Superintendência de Administração e Finanças - SAF
5. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de solicitação da Gerência de Licitações e Contratos com vistas a designar pregoeiros e membros da equipe de apoio para a Comissão Permanente de Licitação,
ACORDAM os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada de nº 528, ante as razões expostas pelo Relator, em aprovar as designações de pregoeiros e membros da equipe de apoio para a Comissão Permanente de Licitação da ANTAQ, nos termos da Portaria-Minuta GLC (SEI nº 1693667).
6. Data da Reunião: 01/09/2022 - Telepresencial.
7. Especificação do quórum:
7.1. Diretores presentes: Eduardo Nery (Presidente e Relator), Flávia Takafashi e José Renato Fialho.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 502/2022-ANTAQ

1. Processo: 50300.013036/2022-61
2. Interessado: Companhia Docas do Rio de Janeiro
3. Relator: Eduardo Nery
4. Unidade Técnica: Superintendência de Fiscalização e Coordenação Das Unidades Regionais - SFC e Superintendência de Regulação - SRG
5. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de pedido de baixa e desincorporação referente ao conjunto formado por um castelo d'água com capacidade de 50.000 litros e uma cisterna com capacidade de 100.000 litros, localizados no Pátio 18 - Mangue, Porto do Rio de Janeiro/RJ,
ACORDAM os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada de nº 528, ante as razões expostas pelo Relator, em referendar a decisão consubstanciada na Deliberação-DG nº 117/2022 (SEI nº 1703033), publicada no Diário Oficial da União de 30/08/2022 (SEI nº 1708326).
6. Data da Reunião: 01/09/2022 - Telepresencial.
7. Especificação do quórum:
7.1. Diretores presentes: Eduardo Nery (Presidente e Relator), Flávia Takafashi e José Renato Fialho.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGAS

DELIBERAÇÃO Nº 132, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, no uso da competência delegada que lhe é conferida por meio da Portaria DG nº 404-ANTAQ, de 21 de março de 2022, considerando o art. 4º, inciso VII, do Regimento Interno e o que consta do Processo nº 50300.015273/2022-66, resolve:

Art. 1º Declarar extinta, por renúncia, a outorga de titularidade da empresa JORGE AIRTON FREIRE DO NASCIMENTO - EPP, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.299.206/0001-52, constante no Termo de Autorização nº 1.017-ANTAQ, de 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º A extinção da autorização em tela não exime a empresa de eventuais sanções a serem apuradas em regular processo administrativo.

Art. 3º Esta Deliberação-SOG entra em vigor na data de sua publicação.

RENILDO BARROS

DELIBERAÇÃO Nº 133, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, no uso da competência delegada que lhe é conferida por meio da Portaria DG nº 404-ANTAQ, de 21 de março de 2022, e considerando o art. 4º, inciso VII, do Regimento Interno e o que consta do Processo nº 50300.004638/2022-27, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 902, de 26 de setembro de 2012, de titularidade da empresa ASGAARD BOURBON NAVEGAÇÃO S.A, inscrita no CNPJ sob nº 15.733.714/0001-86, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 3º Termo Aditivo, em virtude de alteração de razão social.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo se encontra disponível no sítio eletrônico desta Agência: portal.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

RENILDO BARROS

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

SUPERINTENDÊNCIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO

DECISÃO SUFER Nº 39, DE 23 DE AGOSTO DE 2022

O Superintendente de Transporte Ferroviário da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, com amparo na Deliberação ANTT nº 244, de 19 de agosto de 2022, e na delegação de competência expressa no artigo 7º, inciso XX da Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, segundo o que consta no processo 50500.158035/2022-98, decide:

Art. 1º Homologar o reajuste da Tabela Tarifária da Rumo Malha Norte S/A, no percentual de 11,73% (onze inteiros e setenta e três décimos por cento), correspondente à variação do IPCA entre junho de 2021 e maio de 2022.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

ISMAEL TRINKS

ANEXO

Mercadoria	Parcela Fixa (R$/unidade)		Parcela Variável (R$/unidade)				
	Valor	Unidade	Valor				Unidade
			Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3	Faixa 4	
			0-400km	401-800 km	801-1600 km	Acima 1600km	
Adubos e Fertilizantes	23,71	R$/t	0,1589	0,1430	0,1272	0,0953	R$/t.km
Álcool	29,63	R$/m³	0,2075	0,1867	0,1659	0,1245	R$/m³.km
Celulose	23,88	R$/t	0,1599	0,1439	0,1279	0,0960	R$/t.km
Contêiner Cheio de 40 Pés	2.215,95	R$/con	3,2611	2,9350	2,6089	1,9565	R$/con.km
Contêiner Vazio de 40 Pés	1.096,87	R$/con	1,0599	0,9541	0,8479	0,6360	R$/con.km
Demais Produtos	34,00	R$/t	0,3112	0,2801	0,2490	0,1867	R$/t.km
Farelo de Soja	23,71	R$/t	0,2239	0,2015	0,1789	0,1342	R$/t.km
Milho	23,71	R$/t	0,2141	0,1928	0,1714	0,1286	R$/t.km
Soja	23,71	R$/t	0,2231	0,2009	0,1787	0,1340	R$/t.km

Fórmula de Cálculo:

1) Para distância de transporte de até 400 Km: Tmax = Pfix + Dist x Pvar1

2) Para distância de transporte de 401 Km a 800 Km: Tmax= Pfix + 400 x Pvar1 + (Dist - 400) x Pvar2

3) Para distância de transporte de 801 Km a 1.600 Km: Tmax = Pfix + 400 x Pvar1 + 400 x Pvar2 + (Dist - 800) x Pvar3

4) Para distância de transporte acima de 1.600 Km: Tmax = Pfix + 400 x Pvar1 + 400 x Pvar2 + 800 x Pvar3 + (Dist - 1600) x Pvar4

Em que:

Tmáx = tarifa máxima a ser cobrada pelo transporte de uma unidade de carga da estação de origem à

estação de destino;

Pfix = parcela fixa, em R$ por unidade de carga;

Pvar1 = parcela variável, em R$ por unidade de carga para a faixa 1 (0-400Km);

Pvar2 = parcela variável, em R$ por unidade de carga para a faixa 2 (401-800Km);

Pvar3 = parcela variável, em R$ por unidade de carga para a faixa 3 (801-1.600Km);

Pvar4 = parcela variável, em R$ por unidade de carga para a faixa 4 (acima de 1.600Km);

Dist = distância em quilômetros, da estação de origem à estação de destino.

Simulador tarifário, para consultas às combinações de mercadorias, quilometragens e tarifas, encontra-se disponível no sítio eletrônico da ANTT.

DECISÃO SUFER Nº 43, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

O Superintendente de Transporte Ferroviário da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º, inciso XIV do Anexo à Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, alterada pela Resolução ANTT nº 5.881, de 31 de março de 2020, e pela Resolução ANTT nº 5.963, de 10 de março de 2022, e em conformidade com o que consta dos autos do Processo ANTT nº 50500.149410/2022-17, decide:

Art. 1º Autorizar a prestação do serviço de transporte ferroviário de passageiros de caráter não regular e eventual, com finalidade comemorativa, na modalidade Autorização, à Associação Brasileira de Preservação Ferroviária - ABPF Regional Sul.

§1º O objeto corresponde à operação dos trens comemorativos denominados "Trem da Coxilha Rica", a serem realizados nos dias 12, 13 e 15 de novembro de 2022, com partidas de Lages às 13:30 horas e de Escurinho às 16:00 horas.

§2º O trecho está localizado na malha concedida à empresa Rumo Malha Sul S/A - RMS, no município de Lages/RS.

§3º A forma da prestação do serviço deverá ocorrer de acordo com a documentação e as condições operacionais apresentadas pela Associação Brasileira de Preservação Ferroviária - ABPF Regional Sul.

Art. 2º A Rumo Malha Sul S.A. - RMS e a Associação Brasileira de Preservação Ferroviária - ABPF Regional Sul ficam submetidas às normas e aos regulamentos relativos ao transporte ferroviário de passageiros e à Resolução ANTT nº 5.974, de 21 de março de 2022.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

ISMAEL TRINKS

DECISÃO SUFER Nº 44, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

O Superintendente de Transporte Ferroviário da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º, inciso XIV do Anexo à Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, alterada pela Resolução ANTT nº 5.881, de 31 de março de 2020, e pela Resolução ANTT nº 5.963, de 10 de março de 2022, e em conformidade com o que consta dos autos do Processo ANTT nº 50500.149400/2022-73, decide:

Art. 1º Autorizar a prestação do serviço de transporte ferroviário de passageiros de caráter não regular e eventual, com finalidade comemorativa, na modalidade Autorização, à Associação Brasileira de Preservação Ferroviária - ABPF Regional Sul.

§1º O objeto corresponde à operação dos trens comemorativos denominados "Trem da Imigração", a serem realizados nos dias 04, 05 e 06 de novembro de 2022, com partidas da Estação de Colinas às 09:00 horas e às 14:30 horas, e da Estação de Roca Sales às 11:00 horas e às 16:30 horas.

§2º O trecho está localizado na malha concedida à empresa Rumo Malha Sul S.A. - RMS, subtrecho localizado entre os municípios de Colinas/RS e Roca Sales/RS.

§3º A forma da prestação do serviço deverá ocorrer de acordo com a documentação e as condições operacionais apresentadas pela Associação Brasileira de Preservação Ferroviária - ABPF Regional Sul.

Art. 2º A Rumo Malha Sul S.A. - RMS e a Associação Brasileira de Preservação Ferroviária - ABPF Regional Sul ficam submetidas às normas e aos regulamentos relativos ao transporte ferroviário de passageiros e à Resolução ANTT nº 5.974, de 21 de março de 2022.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

ISMAEL TRINKS

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS

DECISÃO SUPAS Nº 855, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso VIII do art. 105, do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022, e considerando o que consta no processo nº 50500.334793/2015-90, decide:

Art. 1º Suspender a comercialização de bilhetes da VIAÇÃO CAICARA LTDA., CNPJ nº 11.047.649/0001-84, detentora da Licença Operacional - LOP nº 123.1, com fulcro nos artigos 24 e 80 da Resolução nº 4.770, de 25 de junho de 2015.

Art. 2º Permitir que a transportadora realize viagens já vendidas por até 30 (trinta) dias úteis após a publicação desta Decisão, em cumprimento ao disposto na Lei nº 11.975, de 7 de julho de 2009, e na Resolução nº 4.282, de 17 de fevereiro de 2014.

Art. 3º Dar continuidade ao processo de cassação do Termo de Autorização - TAR de nº 032, com vistas à extinção da autorização, com fulcro no art 49 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que resultará na paralisação dos mercados autorizados.

Art. 4º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

DECISÃO SUROD Nº 268, DE 1º DE SETEMBRO DE 2022

Autoriza a regularização de linhas de transmissão de energia elétrica na rodovia BR-101/SC, sob concessão à Autopista Litoral Sul S/A - Interessado: Interligação Elétrica Biguaçu S/A.

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 03 de maio de 2018, complementada com a Resolução nº 5.963, de 10 de março de 2022 e Portaria SUINF nº 28, de 07/02/2019, fundamentado no que consta do Processo nº 50500.119295/2022-48, decide:

Art.1º Autorizar a regularização de linhas de transmissão de energia elétrica, relativa a Projeto de Interesse de Terceiro - PIT, situada na faixa de domínio da Rodovia BR-101/SC - Contorno Viário de Florianópolis, sob concessão à Autopista Litoral Sul S/A, por meio de travessias aéreas no km 196+755 e no km 196+370, no município de Biguaçu/SC, de interesse de Interligação Elétrica Biguaçu S/A.

Parágrafo Único. A localização da obra está descrita no quadro de coordenadas anexo a esta Decisão.

Art. 2º O início da obra objeto desta Decisão está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre Interligação Elétrica Biguaçu S/A e a Autopista Litoral Sul S/A e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 3º Esta Decisão não exime o interessado da obtenção dos licenciamentos e demais cumprimentos obrigacionais junto aos demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras.

Art. 4º A autorização concedida por meio desta Decisão tem caráter precário, podendo ser revogada de acordo com critérios de conveniência e necessidade da ANTT.

Art. 5º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

ROGER DA SILVA PÊGAS

ANEXO

QUADRO DE COORDENADAS (MEMORIAL DESCRITIVO)				
TÍTULO DA OBRA:		Projeto de Interesse de Terceiro - PIT - Interligação Elétrica Biguaçu S.A.		
SISTEMA GEODÉSICO DE REFERÊNCIA:	SIRGAS 2000	FUSO(S): 22J	SISTEMA DE COORDENADAS:	UTM
VÉRTICE				
PONTO	COORDENADAS			
	E		N	
km 196+755 e 196+370 da BR-101/SC, no município de Biguaçu/SC	725917.9609		6957122.2547	

DECISÃO SUROD Nº 270, DE 1º DE SETEMBRO DE 2022

Autoriza a obra de rede de energia elétrica na rodovia BR-365/MG, sob concessão à Concessionária Ecovias do Cerrado S/A - Interessado: CEMIG Distribuição S/A

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 03 de maio de 2018, complementada com a Resolução nº 5.963, de 10 de março de 2022 e Portaria SUINF nº 28, de 07/02/2019, fundamentado no que consta do Processo nº 50500.127356/2022-41, decide:

Art.1º Autorizar a implantação da obra de rede de energia elétrica, relativa a Projeto de Interesse de Terceiro - PIT, situada na faixa de domínio da Rodovia BR-365/MG, sob concessão à Concessionária Ecovias do Cerrado S/A, por meio de travessia no km 642+520, no município de Uberlândia/MG de interesse de CEMIG Distribuição S/A.

Parágrafo Único. A localização da obra está descrita no quadro de coordenadas anexo a esta Decisão.

Art. 2º O início da obra objeto desta Decisão está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre CEMIG Distribuição S/A e a Concessionária Ecovias do Cerrado S/A e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 3º Esta Decisão não exime o interessado da obtenção dos licenciamentos e demais cumprimentos obrigacionais junto aos demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras.

Art. 4º A autorização concedida por meio desta Decisão tem caráter precário, podendo ser revogada de acordo com critérios de conveniência e necessidade da ANTT.

Art. 5º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

ROGER DA SILVA PÊGAS

ANEXO

QUADRO DE COORDENADAS (MEMORIAL DESCRITIVO)				
TÍTULO DA OBRA:		Projeto de Interesse de Terceiro - PIT-CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.		
SISTEMA GEODÉSICO DE REFERÊNCIA:	SIRGAS 2000	FUSO(S): 22J	SISTEMA DE COORDENADAS:	UTM
VÉRTICE				
PONTO	COORDENADAS			
	E		N	
km 642+520m da BR-365/MG, no município de Uberlândia/MG	764774,08		7910359,36	

DECISÃO SUROD Nº 280, DE 1º DE SETEMBRO DE 2022

Autoriza a obra de Implantação de Fibra óptica na rodovia BR-153/SP, sob concessão à Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. - Transbrasiliana - Interessado: Sinos Telecomunicações LTDA.

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 03 de maio de 2018, complementada com a Resolução nº 5.963, de 10 de março de 2022 e Portaria SUINF nº 28, de 07/02/2019, fundamentado no que consta do Processo nº 50500.147141/2022-46, decide:

Art.1º Autorizar a implantação da obra de Implantação de Fibra óptica, relativa a Projeto de Interesse de Terceiro - PIT, situada na faixa de domínio da Rodovia BR-153/SP, sob concessão à Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. - Transbrasiliana por meio de ocupação longitudinal e obliqua, no município de Ourinhos/SP de interesse de Sinos Telecomunicações LTDA.

Parágrafo Único. A localização da obra está descrita no quadro de coordenadas anexo a esta Decisão.

Art. 2º O início da obra objeto desta Decisão está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre a Sinos Telecomunicações LTDA e a Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. - Transbrasiliana e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 3º Esta Decisão não exime o interessado da obtenção dos licenciamentos e demais cumprimentos obrigacionais junto aos demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras.

Art. 4º A autorização concedida por meio desta Decisão tem caráter precário, podendo ser revogada de acordo com critérios de conveniência e necessidade da ANTT.

Art. 5º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

ROGER DA SILVA PÊGAS

ANEXO

QUADRO DE COORDENADAS (MEMORIAL DESCRITIVO)				
TÍTULO DA OBRA:		Projeto de Interesse de Terceiro - PIT - Sinos Telecomunicações LTDA		
SISTEMA GEODÉSICO DE REFERÊNCIA:	SIRGAS 2000	FUSO(S):22	SISTEMA DE COORDENADAS:	UTM
VÉRTICE				
PONTO	COORDENADAS			
	E		N	
Início Ocupação Longitudinal	612411.93		7458319.40	
Fim Ocupação Longitudinal/ Inicio Oblíqua	611788.17		7463950.64	
Fim ocupação Oblíqua	611843.18		7463944.10	

DECISÃO SUROD Nº 281, DE 1º DE SETEMBRO DE 2022

Autoriza a obra de implantação de rede de energia elétrica na rodovia BR-116/RS, sob concessão à Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL - Interessado: Neoenergia Lagoa dos Patos Transmissão de Energia S.A.

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 03 de maio de 2018, complementada com a Resolução nº 5.963, de 10 de março de 2022 e Portaria SUINF nº 28, de 07/02/2019, fundamentado no que consta do Processo nº 50500.144405/2022-18, decide:

Art.1º Autorizar a implantação da obra de implantação de rede de energia elétrica, relativa a Projeto de Interesse de Terceiro - PIT, situada na faixa de domínio da Rodovia BR-116/RS, sob concessão à Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL por meio de travessia aérea na faixa de domínio, junto ao km 440+560, no município de Cristal/RS, de interesse de Neoenergia Lagoa dos Patos Transmissão de Energia S.A.

Parágrafo Único. A localização da obra está descrita no quadro de coordenadas anexo a esta Decisão.

Art. 2º O início da obra objeto desta Decisão está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre a Neoenergia Lagoa dos Patos Transmissão de Energia S.A e a Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 3º Esta Decisão não exime o interessado da obtenção dos licenciamentos e demais cumprimentos obrigacionais junto aos demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras.

Art. 4º A autorização concedida por meio desta Decisão tem caráter precário, podendo ser revogada de acordo com critérios de conveniência e necessidade da ANTT.

Art. 5º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

ROGER DA SILVA PÊGAS

ANEXO

QUADRO DE COORDENADAS (MEMORIAL DESCRITIVO)				
TÍTULO DA OBRA:		Projeto de Interesse de Terceiro - PIT - Neoenergia Lagoa dos Patos Transmissão de Energia S.A.		
SISTEMA GEODÉSICO DE REFERÊNCIA:	SIRGAS 2000	FUSO(S): 22	SISTEMA DE COORDENADAS:	UTM
VÉRTICE				
PONTO	COORDENADAS			
	E		N	
P1	402024.00		6557140.00	
P2	402090.00		6557339.00	
P3	402120.00		6557240.00	
P4	402037.00		6556990.00	

DECISÃO SUROD Nº 283, DE 1º DE SETEMBRO DE 2022

Autoriza a obra de implantação de rede de energia elétrica na rodovia BR-116/RS, sob concessão à Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL - Interessado: Neoenergia Lagoa dos Patos Transmissão de Energia S.A.

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 03 de maio de 2018, complementada com a Resolução nº 5.963, de 10 de março de 2022 e Portaria SUINF nº 28, de 07/02/2019, fundamentado no que consta do Processo nº 50500.144419/2022-23, decide:

Art.1º Autorizar a implantação da obra de implantação de rede de energia elétrica, relativa a Projeto de Interesse de Terceiro - PIT, situada na faixa de domínio da Rodovia BR-116/RS, sob concessão à Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL por meio de travessia aérea na faixa de domínio, junto ao km 527+640, no município de Pelotas/RS, de interesse de Neoenergia Lagoa dos Patos Transmissão de Energia S.A.

Parágrafo Único. A localização da obra está descrita no quadro de coordenadas anexo a esta Decisão.

Art. 2º O início da obra objeto desta Decisão está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre a Neoenergia Lagoa dos Patos Transmissão de Energia S.A e a Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 3º Esta Decisão não exime o interessado da obtenção dos licenciamentos e demais cumprimentos obrigacionais junto aos demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras.

Art. 4º A autorização concedida por meio desta Decisão tem caráter precário, podendo ser revogada de acordo com critérios de conveniência e necessidade da ANTT.

Art. 5º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

ROGER DA SILVA PÊGAS

ANEXO

QUADRO DE COORDENADAS (MEMORIAL DESCRITIVO)				
TÍTULO DA OBRA:		Projeto de Interesse de Terceiro - PIT - Neoenergia Lagoa dos Patos Transmissão de Energia S.A.		
SISTEMA GEODÉSICO DE REFERÊNCIA:	SIRGAS 2000	FUSO(S): 22	SISTEMA DE COORDENADAS:	UTM
VÉRTICE				
PONTO	COORDENADAS			
	E		N	
P1	365823.00		6486359.00	
P2	365794.00		6486444.00	
P3	365849.00		6486470.00	
P4	365877.00		6486385.00	

DECISÃO SUROD Nº 284, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022

Aprovar a postergação no Cronograma Financeiro de Investimentos da Autopista Régis Bittencourt S/A, para o ano subsequente, conforme disposto na NOTA TÉCNICA SEI Nº 4149/2022/SP/ESROD-SPAULO/SP/COROD/GEFOP/SUROD/DIR - Sei Doc. nº 12231710 de 11 de julho de 2022.

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 03 de maio de 2018, complementada com a Resolução nº 5.963, de 10 de março de 2022 e Portaria SUINF nº 28, de 07/02/2019, fundamentado no que consta do Processo nº 50500.111418/2022-01, decide:

Art. 1º Aprovar a postergação no Cronograma Financeiro de Investimentos da Autopista Régis Bittencourt S/A, para o ano subsequente, conforme disposto na NOTA TÉCNICA SEI Nº 4149/2022/SP/ESROD-SPAULO/SP/COROD/GEFOP/SUROD/DIR - Sei Doc. nº 12231710 de 11 de julho de 2022.

Art. 2º Os efeitos financeiros na Tarifa Básica de Pedágio (TBP) serão considerados na próxima revisão ordinária.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

ROGER DA SILVA PÊGAS

COMPANHIA DOCAS DO PARÁ

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 48, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR PRESIDENTE DA COMPANHIA DOCAS DO PARÁ (CDP), EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social da Empresa, CONSIDERANDO o que consta no processo SEI nº 50901.000862/2020-17; CONSIDERANDO a conclusão dos trabalhos realizados pela Comissão Especial de Licitação de Áreas Não Afetas à Operação Portuária da CDP - CEL, designada pela Resolução DIRPRE nº 50/2022 de 17/03/2022; CONSIDERANDO o teor da NOTA TÉCNICA Nº 1/2022/CEL-CDP/DIRPRE-CDP (SEI nº 6133490); resolve:

I - homologar o resultado do LEILÃO Nº 05/2022-CDP, realizado no dia 07/07/2022, que tem como objeto: CESSÃO DE USO ONEROSA DE DUAS INSTALAÇÕES LOCALIZADAS DENTRO DAS ÁREAS 36 E 37 DO PORTO ORGANIZADO DE VILA DO CONDE, PARA EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS DE RESTAURANTES OBJETIVANDO A COMERCIALIZAÇÃO DE REFEIÇÕES PELO PRAZO DE 05 (CINCO) ANOS; II - adjudicar o objeto da licitação, em consequência, à vencedora do referido Leilão, C. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 03.154.239/0001-04, pelo valor mensal de R$ 16.400,00 (dezesseis mil e quatrocentos reais)?, de acordo com os termos e condições estabelecidos no edital, Termo de Referência e na Minuta do Contrato de Cessão de uso Onerosa; III - determinar a publicação deste ato no site da CDP e Diário Oficial da União.

ALEXANDRE ERNESTO CORRÊA SAMPAIO

Ministério da Justiça e Segurança Pública

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MJSP Nº 160, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

Dispõe sobre o emprego de servidores mobilizados da Secretaria de Operações Integradas, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, em apoio à Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, em ações de combate à criminalidade organizada naquele Estado.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, tendo em vista o art. 37 da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, o Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, a Portaria MJSP nº 867, de 2 de dezembro de 2019, os Convênios de Cooperação Federativa celebrados entre a União e os Estados, e o que consta no Processo Administrativo nº 08020.000884/2022-90, resolve:

Art. 1º Autorizar o emprego de servidores mobilizados da Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça e Segurança Pública, em apoio à Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, nas operações de enfrentamento às organizações criminosas, em caráter episódico e planejado, até 31 de dezembro de 2022, para atuar na Delegacia Especializada de Repressão aos Crimes de Fronteira - Defron, no Município de Dourados - MS.

Art. 2º A operação terá o apoio logístico do órgão demandante, que deverá dispor da infraestrutura necessária aos servidores mobilizados da Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Art. 3º O contingente a ser disponibilizado obedecerá ao planejamento definido pela Diretoria de Operações, da Secretaria de Operações Integradas, do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON GUSTAVO TORRES

PORTARIA MJSP Nº 166, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

Altera a Portaria MJSP nº 553, de 21 de dezembro de 2021, que dispõe sobre espécies de atos normativos e medidas para publicação no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, tendo em vista o art. 37 da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, o Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e o que consta no Processo Administrativo nº 08004.000036/2021-06, resolve:

Art. 1º A Portaria MJSP nº 553, de 21 de dezembro de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 6º .....

.....

Parágrafo único. Os atos a que se referem os incisos I e II do caput serão publicados no Diário Oficial da União nos casos em que haja interesse de público externo.

....."(NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON GUSTAVO TORRES

PORTARIA MJSP Nº 172, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a prorrogação do emprego da Força Nacional de Segurança Pública em apoio ao Estado de Roraima.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, tendo em vista a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, o Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004, a Portaria MJ nº 3.383, de 24 de outubro de 2013, a Portaria MJSP nº 101, de 8 de junho de 2022, e o contido nos Processos Administrativos nº 08001.005760/2018-42, nº 08000.002758/2019-11, nº 08000.009399/2019-14, nº 08000.009399/2019-14, nº 08027.000468/2019-26, nº 08000.050217/2019-91, nº 08000.012560/2020-71 e 08000.011480/2021-89, resolve:

Art. 1º Autorizar a prorrogação do emprego da Força Nacional de Segurança Pública - FNSP, nas cidades de Boa Vista e Pacaraima, no Estado de Roraima, em apoio aos órgãos de segurança pública do Estado, para atuar nas atividades e nos serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, em caráter episódico e planejado, por noventa dias, no período de 10 de setembro de 2022 a 8 de dezembro de 2022.

Art. 2º A operação terá o apoio logístico do órgão demandante, que deverá dispor da infraestrutura necessária à Força Nacional de Segurança Pública.

Art. 3º O contingente a ser disponibilizado obedecerá ao planejamento definido pela Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública, da Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON GUSTAVO TORRES

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA

DESPACHO Nº 7.454/2022

Despacho nº 7454/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
DESPACHO DO COORDENADOR-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA
Assunto: Tornar sem efeito despacho de indeferimento
Interessado: JOSEPH OBIOMA EGENONU
Processo: 235881.0010080/2020

O COORDENADOR-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, publicada no Diário Oficial da União em 17 de novembro de 2020, em cumprimento à determinação judicial do Juízo da 25ª Vara Cível Federal de São Paulo, nos autos do Mandado de Segurança de n. 5015464-21.2022.4.03.6100, torna sem efeito o DESPACHO Nº 5.960/2022 DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS, publicado no Diário Oficial da União de 21 de junho de 2022 e determina a reanálise dos autos de nº 235881.0010080/2020.

FLAVIO HENRIQUE DINIZ OLIVEIRA

COORDENAÇÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

PORTARIA Nº 1.043, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1º VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.004686/2021-63, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, LIXER YEFER HUARINGA CHAVEZ ou LIXER YEFER HUARINGA, de nacionalidade peruana, filho de Alejandro Huaringa Chaves e de Berta Chaves Sulka, nascido na República do Peru, em 11 de julho de 1995, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 12 (doze) anos, 1 (um) mês e 24 (vinte e quatro) dias, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.044, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1º VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.020231/2021-95, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, ARGENIS BRICENO COBOS, de nacionalidade venezuelana, filho de Expedito Briceno e de Carmen Dominga Cobos de Briceno, nascido na República Bolivariana da Venezuela, em 10 de setembro de 1976, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 7 (sete) anos, 9 (nove) meses e 10 (dez) dias, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.045, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1º VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08505.071924/2017-78, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, CRISTIAN JOSÉ PLACIDO ACERO, de nacionalidade peruana, filho de Cristian Placido Acero e de Cirila Nancy Acero Retes, nascido na República do Peru, em 8 de junho de 1980, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.046, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, à pessoa abaixo relacionada, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possa gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

GONZALO MENDIETA VILCHES - V623816-6, natural de Cuba, nascido em 25 de novembro de 1949, filho de Gloria Vilches Calderon e de Francisco Mendieta, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08444.005325/2018-17).

A pessoa referida nesta Portaria deverá comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.047, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ABDOU SARR - G354579-1, natural de Senegal, nascido em 01 de janeiro de 1988, filho de Cheikh Sarr e de Mbene Diaw, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 235881.0111281/2021);

ALAA KASSAB - G370258-T, natural da Síria, nascido em 03 de janeiro de 1986, filho de Salim Kassab e de Alis Yazji, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 235881.0128362/2021);

ALIOUNE GUEYE - G342260-D, natural de Senegal, nascido em 30 de janeiro de 1975, filho de Assane Gueye e de Absa Diagne, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 235881.0099403/2021);

CASSAMO USSEMANE MUSSAGY - G321812-D, natural de Moçambique, nascido em 01 de outubro de 1989, filho de Cassambhy Usseman e de Esperança Mulungo, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0100164/2021);

CLAUDIA DENISE ORTIZ GIMENEZ DE ANDRADE - V415063-2, natural do Paraguai, nascida em 09 de novembro de 1986, filha de Carlos Eleuterio Ortiz Rivas e de Justa Gimenez de Ortiz, residente no Estado do Mato Grosso do Sul (Processo nº 235881.0150043/2021);

DAVID ALBERTO GÓMEZ ZAMBRANO - V452631-J, natural do Equador, nascido em 10 de fevereiro de 1987, filho de José Augusto Gómez Zambrano e de Patricia Liliana Zambrano Chávez, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0103022/2021);

FRANTZY CHERY - G290283-P, natural da República do Haiti, nascido em 18 de agosto de 1985, filho de Marie Carme Paul e de Frantz Chery, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 235881.0032020/2021);

GERALD DESTINA - G222162-W, natural do Haiti, nascido em 15 de novembro de 1979, filho de Eliza Jean e de Gerard Destina, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 235881.0111987/2021);

HAIFAA OBEID - G253937-D, natural da Síria, nascida em 03 de junho de 1963, filha de Yakoub Obaid e de Jamileh Bechara, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0128558/2021);

HUSSIN MNAA ALKEELAANI ABUELSHWASHI - F299396-C, natural da Líbia, nascido em 14 de novembro de 1970, filho de Mnaa Alkeelaani Abuelshwashi e de Dahbia Masoud Abuelshwashi, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0130309/2021);

IAN JAIRO TORREZ GONZALES - G114765-5, natural da Bolívia, nascido em 29 de janeiro de 2003, filho de Leisy Carolina Gonzales Roca e de Jairo Oliver Torrez Suarez, residente no Estado de Alagoas (Processo nº 235881.0058948/2021);

ISSA DIOUF - G422278-0, natural de Senegal, nascido em 15 de setembro de 1985, filho de Mbosse Ndiaye e de Abdou Karim Diouf, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0024343/2021);

JEAN RONY JEUNE - V800997-Q, natural do Haiti, nascido em 17 de agosto de 1979, filho de Jean Claude Jeune e de Ivana Meteleus, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0018120/2020);

JUSTIN KALEMBE KIKONGO - V577748-S, natural da República Democrática do Congo, nascido em 09 de março de 1985, filho de Ali Kalume e de Germaine Majia Kikongo, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 235881.0131032/2021);

LAMES OMRAN A AZZABI - F282369-J, natural da Líbia, nascida em 17 de agosto de 1979, filha de Omarn A Azzabi e de Kaltouma Emhemed Masoud Ftaes, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0120010/2021);

MARIE FLORE BOSSE - G360785-C, natural do Haiti, nascida em 23 de outubro de 1994, filha de Alner Bosse e de Marie Charles, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 235881.0142397/2021);

MARIELA DE LOS SANTOS ROCHA BRAGA - V850913-S, natural de Nicarágua, nascida em 20 de outubro de 1982, filha de Juan Oswaldo Rocha Espinoza e de Ana Rosa Cruz Romero, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 235881.0118231/2021);

MOUSTAPHA FALL - G341167-8, natural de Senegal, nascido em 05 de novembro de 1984, filho de Dame Fall e de Nogaye Ndiaye, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 235881.0071651/2021) e

MOUSTAPHA FAYE - G350744-W, natural de Senegal, nascido em 02 de abril de 1984, filho de Ndiouga Faye e de Asta Kane, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 235881.0116176/2021).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.048, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, à pessoa abaixo relacionada, nos termos do Art. 12, II, "b", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possa gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

AMER MOHAMAD CHOUR - V399296-T, natural do Líbano, nascido em 14 de agosto de 1978, filho de Zeinat Chour e de Mohamad Chour, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 235881.0007199/2020).

A pessoa referida nesta Portaria deverá comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.049, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020: resolve:

CONCEDER a nacionalidade brasileira, por Naturalização Provisória, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 70 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, até 2 (dois) anos após atingir a maioridade, nos termos do Parágrafo único do referido artigo:

ELHADJ BOUBACAR SOW - F531182-C, natural de Guiné, nascido em 26 de maio de 2014, filho de Mamadou Alpha Sow e de Aissatou Sow, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 235881.0220022/2022).

JOELLE YACOUB - F511942-4, natural da Síria, nascida em 25 de julho de 2012, filha de Hussam Yacoub e de Razan Hussain, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 235881.0107291/2021);

LAITH NEZAR YAKLF DANBOY - F528982-P, natural da Líbia, nascido em 21 de dezembro de 2020, filho de Nezar Yaklf Mousa Danboy e de Amera Abdlbasit Masoud Abza, residente no Distrito Federal (Processo nº 235881.0181546/2022).

LIAN NEZAR YAKLF DANBOY - F528993-K, natural da Líbia, nascida em 22 de setembro de 2019, filha de Nezar Yaklf Mousa Danboy e de Amera Abdlbasit Masoud Abza, residente no Distrito Federal (Processo nº 235881.0182348/2022);

MOSTAFA OSMAN - F371291-Y, natural do Estado da Palestina, nascido em 15 de agosto de 2011, filho de Ibrahim Osman e de Mariam el Nabelsi, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0103510/2021) e

RUBA ABDALLA ALMOKHTAR GHRIFA - F043432-Y, natural da Líbia, nascida em 03 de março de 2016, filha de Abdalla Mokhtar Abdalla Ghrifa e de Fatma Essaid Abdalla Shibani, residente no Estado do Espírito Santo (Processo nº 235881.0137300/2021).

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

DESPACHO Nº 178/2022

DESPACHO Nº 178/2022/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: INDEFERIMENTO DE PEDIDO DE REVOGAÇÃO DE EXPULSÃO
Interessada: NUTRICIA ASTRID SOEDRINIE KAMIRAN
Processo nº 08018.003074/2017-77

A Coordenadora de Processos Migratórios, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, mantém, pelos seus próprios fundamentos, a decisão administrativa ora impugnada e, portanto, INDEFERE o pedido de reconsideração, por falta de amparo legal.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

DESPACHOS DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0150296/2021
Interessado: PACIFIQUE CISHIKU MUKUNA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 35881.0150287/2021
Interessado: GERARD DJIMON DOVOHEDO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou atestado de antecedentes criminais válido, emitido pelo país de origem legalizado e traduzido, no Brasil, por tradutor público juramentado; comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623/2020; documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa; certidão de casamento atualizada e declaração conjunta de ambos os cônjuges ou companheiros, sob as penas da lei, a respeito da continuidade de efetiva união e convivência; foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0064199/2021.
Interessado: ADOLFO TACURI SOLIZ.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou antecedentes criminais do país de origem fora do prazo de validade e sem a tradução, bem como não apresentou certidão de antecedentes criminais da Justiça Estadual, evidenciando assim, o descumprimento à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0064786/2021.
Interessado: BIANDA WOOBIE SAINT AUBIN DESTIN.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem (só apresentou a tradução), não apresentou certidão de antecedentes criminais da Justiça Federal e não apresentou documento que comprove a capacidade de se comunicar em língua portuguesa (só apresentou uma declaração), e portanto não atende às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0064956/2021.
Interessado: GODE FRIDA MBOMBO BIDUAYA.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente apresentou cópia incompleta do passaporte, não apresentou documentos que comprovem a residência no país pelo período de 04 (quatro) anos ininterruptos, imediatamente anterior a data do pedido de naturalização, bem como, apresentou comprovante da proficiência em língua portuguesa, certificado de curso de português- EAD (SENAC), sem histórico escolar, sem conteúdo programático e sem declaração de prova presencial, em desacordo com o previsto no art.5º, inciso I, "d", parágrafos 4º e 5º da supramencionada portaria e, embora notificada a complementar o processo, não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento do pedido, sem a conferência dos documentos originais e sem a coleta dos dados biométricos da requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65, incisos II e III da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0065060/2021.
Interessado: CARRINNGTON ALERON.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente , apresentou comprovante da proficiência em língua portuguesa, certificado de curso de português-EAD (SENAC), sem histórico escolar, conteúdo programático e sem declaração de prova presencial, em desacordo com o previsto no art.5º, inciso I, "d", parágrafo 4º e 5º da supramencionada portaria, bem como, apresentou o atestado de antecedentes criminais emitido pelo país de origem sem legalização e, embora notificado a complementar o processo, o requerente não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento do pedido, sem a conferência dos documentos originais e sem a coleta dos dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65, incisos III e IV da Lei nº 13.445/2017..

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0065198/2021.
Interessado: ERIC ROLAND SAMBA BAZOLO MOULOMBA.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente apresentou cópia incompleta do passaporte, bem como, comprovante da proficiência em língua portuguesa, curso de português- EAD (Faculdade Ensine),sem declaração de prova presencial, em desacordo com o previsto no art.5º, inciso I, "d", parágrafos 4º da supramencionada portaria e, embora notificado a complementar o processo, o requerente não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento do pedido, sem a conferência dos documentos originais e sem a coleta dos dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65, Inciso III da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0065315/2021.
Interessado: MIGUEL PIERRE JOSEPH.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente apresentou cópia incompleta do passaporte, não apresentou documentos que comprovem a residência no país pelo período de 04 (quatro) anos ininterruptos, bem como, não apresentou as certidões de antecedentes criminais emitidas pelas Justiças Federal e Estadual dos locais que residiu nos últimos 4 (quatro) anos e, embora notificado a complementar o processo, não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento do pedido, sem a conferência dos documentos originais e sem a coleta dos dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65, Incisos II e IV da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0065452/2021.
Interessado: MARTIN ERRO ZUGARRAMURDI.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0065483/2021.
Interessado: FRANTZ DORPHY SYLVESTRE.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais da Justiça Federal, bem como apresentou cerificado de língua portuguesa sem histórico escolar e sem avaliação presencial, , evidenciando assim, o descumprimento às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0065689/2021.
Interessado: MICHEL MBEMBA.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como o comprovante de realização de prova presencial para o requisito de português e a certidão de antecedentes criminais do país de origem dentro do prazo de validade, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0065804/2021.
Interessado: MOHAMED SOLIMAN ELSAYED SOLIMAN KHATTAB.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado ao requerente a apresentação do atestado de antecedentes criminais do país de origem, que não foi apresentado até a presente data, o requerente foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento do inciso IV do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0065906/2021.
Interessado: ROSARIO QUIROGA FERRUFINO.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente foi notificada e não compareceu na Polícia Federal para conferência dos documentos originais e coleta biométrica, evidenciando assim o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0066007/2021.
Interessado: MARILO SENEMY CARLOS DE MEDINA.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente, mesmo sendo notificado, não apresentou a certidão da Justiça Federal, e, portanto, não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0066471/2021.
Interessado: NUNO RICARDO MOREIRA DE PINA.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem sem a apostila, e, portanto, não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0066542/2021.
Interessado: ANNA PAVLOVNA BOBRYSHEVA.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem e não apresentou as certidões de antecedentes criminais das Justiças Federal e Estadual, e, portanto, não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0066550/2021
Interessado: VALENCIA DASTINOT

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0066569/2021
Interessado: SOHA MOHAMAD ZOGHBI

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 67 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0066653/2021
Interessado: MERZENA JOSEPH

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não possui residência por prazo indeterminado, e portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0066660/2021.
Interessado: CLAUDIO DANIEL RODRIGUEZ.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente, mesmo sendo notificado, não apresentou a certidão da Justiça Federal dos lugares onde residiu no Brasil, e, portanto, não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0066725/2021
Interessado: RODRIGUE LOUIS

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0067135/2021.
Interessado: GENER JEAN.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0067226/2021.
Interessado: NÁDIA SANDRINE RAMOS SANTOS MOTA.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não possui residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0067402/2021.
Interessado: EMMANUEL LOUIS.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem, e, portanto, não atende à exigência contida no art. 67 da Lei nº 13.445/2017."

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0067530/2021.
Interessado: JEAN FLAUBERT NGUEUKO.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem sem a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país, bem como apresentou comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa, sem histórico escolar, sem conteúdo programático e sem avaliação, e portanto não atende às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0067618/2021.
Interessado: ALFREDO LUIS GARCIA FERRER.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou a certidão da Justiça Estadual, e, portanto, não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0067640/2021.
Interessado: MICHELINE CLAIRVIL DOZINA DOZINA.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem sem a tradução e sem a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país, e, portanto, não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0067685/2021.
Interessado: FRANCINE KINZEKA.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não apresentou a certidão da Justiça Federal, bem como, apresentou certificado de curso à distância sem a informação de avaliação presencial, não cumprindo o disposto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, bem como, apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem fora do prazo de validade e sem a tradução feita por tradutor juramentado, e portanto não atende às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0067756/2021.
Interessado: SENISE CALIX.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários como (Certidão de antecedentes criminais expedida pelo país de origem, traduzida e legalizada, certidão de antecedentes criminais da justiça federal, o certificado do curso de português apresentado está em desacordo com a legislação), foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0067784/2021.
Interessado: GUSMANE DAMASE.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem, bem como, não apresentou a certidão da Justiça Federal, bem como, apresentou certificado de curso à distância sem a informação de avaliação presencial, não cumprindo o disposto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, e portanto não atende às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0067792/2021.
Interessado: ST PHONY SEJOUR.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado a apresentação de comprovantes de residência dos anos 2018, 2019, 2020, e o requerente apresentou somente do ano 2021, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento do inciso II do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0067804/2021.
Interessado: PATRICK ROMEUS.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou a certidão da Justiça Federal, e, portanto, não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0067889/2021.
Interessado: AILZA TAMO VIQUINEZ.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente apresentou antecedentes criminais do país de origem não apostilada, evidenciando assim, o descumprimento à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Arquivamento do pedido.
Processo: 235881.0067892/2021.
Interessado: JACQUES TRANQUILLE.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido tendo em vista que já existe outro pedido em andamento em nome do requerente, número 235881.0018936/2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0067978/2021.
Interessado: REYNIER GAVILÁN PÉREZ.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como a certidão das Justiças, Estadual e Federal, a certidão de antecedentes criminais do país de origem e o comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0068043/2021.
Interessado: ZEID KHALIL HUSSEIN.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui 15 (quinze) anos de residência por prazo indeterminado, bem como não apresentou a tradução do atestado de antecedentes criminais do país de origem, e, portanto, não atende às exigências contidas no art. 67 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0068968/2021
Interessado: JOLAIN ST JOUR

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou a certidão de antecedentes criminais do país de origem, bem como não apresentou a certidão de antecedentes criminais da Justiça Estadual, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no inciso IV do art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0069301/2021
Interessado: YULENNIS CABOT COMAS DE ANDRADE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0069909/2021
Interessado: MARIA INES VILLAMAYOR REYNALDI

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, quais sejam comprovante de residência de cada um dos anos necessários para a naturalização pleiteada, legalização e tradução do atestado de antecedentes criminais do país de origem, certidão das justiças, Estadual e Federal dos estados em que residiu nos últimos 04 anos anteriores ao pedido, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos da requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 67 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0069966/2021
Interessado: NADINE MAKAYA KIWINZA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários como o comprovante de realização de prova presencial, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017."

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0070217/2021
Interessado: LENOUX BEEVERLIE DAYANNA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários como a legalização do atestado de antecedentes criminais pela Embaixada do Brasil no país de origem e a certidão da Justiça Estadual, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017."

Assunto: Arquivamento do pedido.
Processo nº 235881.0070366/2021.
Interessado: ALEXANDRE MORICEAU MELERO.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido tendo em vista que que o requerente já possui naturalização publicada no Diário Oficial da União na Portaria n°1714725 de 22 de março de 2022.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0070990/2021.
Interessado: MARIE LOUIS REGALA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não possui residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0071010/2021.
Interessado: RAYNALD ILAIRE.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como (Certidão de antecedentes criminais expedida pelo país de origem devidamente legalizada, Certidão de endereço válido e atualizado, o requerente apresentou somente uma declaração), foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0071247/2021.
Interessado: RONNY PONGA NZEKA.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou Certificado de proficiência em língua portuguesa, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0071334/2021.
Interessado: JESSEILA EVELINE DE PINA RAMOS.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que a requerente não apresentou documento que comprove a residência pelo período de 4 anos, não

apresentou Certidão de Antecedentes Criminais emitida pelo país de origem, legalizada e traduzida no Brasil, por tradutor público juramentado, não apresentou a Certidão de Antecedentes criminais emitida pela Justiça Estadual e Federal, foi notificada e não compareceu na Polícia Federal para conferência dos documentos originais e coleta biométrica tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0071354/2021.
Interessado: JEAN CHARLES JOSEPH.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como (Certidão de antecedentes criminais expedida pela justiça estadual e federal, certidão original de antecedentes criminais expedida pelo país de origem, comprovante de endereço válido e atualizado), foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0071375/2021.
Interessado: ELIE VINCENT.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não possui 4 anos de residência por prazo indeterminado, não apresentou documento que comprove a capacidade de se comunicar em língua portuguesa, não apresentou Certidão de Antecedentes Criminais emitida pelo país de origem, legalizada e traduzida no Brasil, por tradutor público juramentado, bem como não apresentou a Certidão de Antecedentes Criminais emitida pela Justiça Estadual e Federal, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0071379/2021.
Interessado: JUDESON PROVILON.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem sem a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país, bem como não apresentou certidão de antecedentes criminais emitido pela Justiça Federal, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0061433/2021
Interessado: FRITZNEL LAMARRE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como cópia da carteira de Registro Nacional Migratório, comprovante de situação cadastral - CPF, certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal e Estadual dos locais e países onde residiu nos últimos anos, documento que comprove seu tempo de residência no Brasil nos últimos 4 anos e comprovante de proficiência em língua portuguesa, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0061264/2021
Interessado: ILMA MICHAUD

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como requerimento fundamentado de tradução/adaptação ou não do nome à língua portuguesa, atestado de antecedentes criminais ou documento equivalente emitido pelo país de origem legalizado e traduzido, no Brasil, por tradutor público juramentado, comprovante de situação cadastral do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal e Estadual dos locais onde residiu nos últimos quatro anos, comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, cópia de todas as páginas do passaporte, documentos que comprovem seu tempo de residência nos últimos 4 anos, comprovante de avaliação presencial em instituição de educação superior credenciada pelo Ministério da Educação, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0061259/2021
Interessado: ZOUL FIKAR ABD ATWI

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como comprovante de residência dos anos de 2018 e 2019, não apresentou comprovante de realização de prova presencial e não apresentou documento que comprove o tempo de residência no Brasil, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0059988/2021
Interessado: ABDULRAZAK ABDULAZIZ

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido tendo em vista que já existem outros pedidos em andamento em nome do requerente, números: 235881.0070257/2021, 235881.0203364/2022, 235881.0207982/2022, 235881.0208016/2022, 235881.0209120/2022, 235881.0210699/2022, 235881.0211637/2022 e 235881.0211689/2022.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0056591/2021
Interessado: JHON KELLY DESIR

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou documento que comprove a residência pelo período de 04 anos, bem como, certificado de curso à distância sem a informação de avaliação presencial, não cumprindo o disposto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, certidão da Justiça Estadual e Federal dos locais onde residiu nos últimos quatro anos, certidão de antecedentes criminais do país de origem sem a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país, sem a tradução feita por tradutor público habilitado no Brasil e fora do prazo de validade, documentos estes necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no inciso II, III e IV, do art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0055438/2021
Interessado: YARIBEL CABRERA PENA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não apresentou a certidão da Justiça Estadual e Federal, apresentou o documento de viagem internacional incompleto e o comprovante de situação cadastral do Cadastro de Pessoas Físicas desatualizado, portanto, não atende às exigências contidas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0047704/2021
Interessado: MODELINE DERILUS DESCOME DERILUS DESCOME

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como (Carteira de Registro Nacional Migratório do naturalizando frente e verso, comprovação de residência no território nacional pelo prazo mínimo requerido, certidão de antecedentes criminais da justiça estadual/federal, atestado de antecedentes criminais ou documento equivalente emitido pelo país de origem legalizado e traduzido e passaporte completo), foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0046421/2021
Interessado: CHRISTELA JOLIMEAU

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários como (RNM Frente e verso, certidão de antecedentes criminais da justiça estadual/federal, passaporte completo, atestado de antecedentes criminais expedido pelo país de origem, comprovação de residência no território nacional pelo prazo mínimo requerido), foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0044773/2021
Interessado: KARINA VALDIVIA DELGADO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou a certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Estadual, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0044194/2021
Interessado: WILGUENS DORISME

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou documento que comprove a residência pelo período de 04 anos, bem como, certidão da Justiça Estadual, Federal e certidão de antecedentes criminais do país de origem sem a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país e fora do prazo de validade, documentos estes necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no inciso II e IV do art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0043993/2021
Interessado: WENDY JOSEPH

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou documento que comprove a residência pelo período de 04 anos, bem como, certidão da Justiça Estadual, Federal e certidão de antecedentes criminais do país de origem sem a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país e sem a tradução feita por tradutor público habilitado no Brasil, documentos estes necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no inciso II e IV do art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0043955/2021
Interessado: MAVINS PETIT

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou documento que comprove a residência pelo período de quatro anos, bem como, certidão da Justiça Estadual, Federal e certidão de antecedentes criminais do país de origem sem

a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país e sem a tradução feita por tradutor público habilitado no Brasil, documentos estes necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no inciso II e IV do art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0043109/2021
Interessado: WILKINGSON ANDRE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o imigrante não enviou o RNE (frente e verso), não apresentou documento que comprove a residência pelo período de 4 anos, apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem fora do prazo de validade e sem a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país, bem como, não apresentou a certidão da Justiça Estadual/Federal, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas nos incisos II e IV do art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0043091/2021
Interessado: EVENS DESIR

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou RNE (frente e verso), não apresentou documento que comprove a residência pelo período de 4 anos, não apresentou a certidão de antecedentes criminais do país de origem, bem como, não apresentou a certidão da Justiça Estadual/Federal, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas nos incisos II e IV do art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0042253/2021
Interessado: EMANIQUE CELESTIN

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou o RNE (frente e verso), não apresentou documento que comprove a residência pelo período de 4 (quatro) anos, já que não comprovou a redução de prazo, não apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem, bem como, não apresentou a certidão da Justiça Estadual/Federal, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas nos incisos II e IV do art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0041504/2021
Interessado: JOANEL DURAND

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou RNE (frente e verso), não apresentou documento que comprove a residência pelo período de 4 (quatro) anos, já que não comprovou a redução de prazo, não apresentou o atestado de antecedentes criminais do país de origem, bem como, não apresentou a certidão da Justiça Estadual/Federal, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas nos incisos II e IV art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0037241/2021
Interessado: ABDUL HAQUE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como a certidão das justiças, Estadual e Federal, a certidão de antecedentes criminais com a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país e a tradução por tradutor público juramentado e o comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa conforme está previsto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0033994/2021
Interessado: ROUSSE BEN INNOCENT

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou no momento da formalização do pedido os comprovantes de residência dos últimos 04 (quatro) anos imediatamente anteriores à data do pedido, a certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Estadual de 1º grau, dos locais onde residiu nos últimos 04 (quatro) anos, a certidão do país de origem não foi legalizada pela Embaixada do Brasil no exterior, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e, portanto, não cumpre às exigências previstas nos incisos II e IV, no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0031141/2021
Interessado: RAMON ANTONIO CRUZ CRUZ

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou documento que comprove a residência pelo período anterior à solicitação, não apresentou documento que comprove a capacidade de se comunicar em língua portuguesa, não apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem, não apresentou a certidão de antecedentes criminais emitido pela Justiça Estadual e Federal, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0030355/2021
Interessado: OXANA BELOUSOVA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou as certidões de antecedentes criminais emitidas pelas Justiças Federal e Estadual dos locais onde residiu nos últimos 04 (quatro) anos, documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento da exigência prevista no inciso IV, do art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0029107/2021
Interessado: MAMADOU DIOUF

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado ao requerente a apresentação da legalização do atestado de antecedentes criminais pela Embaixada do Brasil no país de origem, que não foi apresentado até a presente data, bem como, o requerente apresentou certificado de curso à distância sem a informação de avaliação presencial, não cumprindo o disposto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, e portanto não atende às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0061900/2021
Interessado: LEANDRO MARCELO CISNEROS

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido considerando que o requerente não apresentou documentos suficientes que comprovem a residência pelo período de 15 (quinze) anos, bem como, não apresentou também as Certidões de Antecedentes Criminais emitidas pela Justiça Estadual e Federal dos locais nos quais residiu. Diante disso, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 67 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0149338/2021
Interessado: CHIBIKE EBENEZER EZEIBE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou atestado de antecedentes criminais válido ou documento equivalente emitido pelo país de origem legalizado e traduzido, no Brasil, por tradutor público juramentado; comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623/2020 e documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0149318/2021
Interessado: ARMINDA VARELA ALFREDO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não possui residência por prazo indeterminado, e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0149292/2021
Interessado: SIHAM KASSEM AMIRI

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não apresentou documento que comprove a residência pelo período de 15 (quinze) anos, e portanto, não atende à exigência contida no art. 67 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0148958/2021
Interessado: SOO IL KIM

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento do art. 67 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0146458/2021
Interessado: AHMAD AZZAM

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem e não apresentou comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa, evidenciando assim o descumprimento às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0146169/2021
Interessado: ELIAS SLEIMAN CHAIB

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, em descumprimento ao disposto no art. 67 da Lei 13.445/2017, tendo em vista que o interessado não apresentou inscrição consular ou a certidão de nascimento legalizada e traduzida; declaração de interesse em traduzir ou não o nome para língua Portuguesa; certidão de Antecedente Criminal da Justiça Estadual dos estados onde residiu; certidão de Antecedente Criminal da Justiça Federal dos estados onde residiu; certidão de ANTECEDENTE CRIMINAL ou documento equivalente emitido pelo PAÍS DE ORIGEM devidamente legalizado e com tradução juramentada; documentos que comprovem seu tempo de residência no Brasil nos últimos 15 anos.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0145993/2021
Interessado: YOUSEF NABLI

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido como (Certidão original de antecedentes criminais emitida pelo país de origem, devidamente traduzida e legalizada, comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa está em desacordo com a portaria, documento que comprove o tempo de residência no Brasil dos

anos de 2019 e 2020), foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0145962/2021
Interessado: LUIS LOURENCO SAMBU

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido como (Certidão original de antecedentes criminais emitida pelo país de origem, comprovante de residência válido e atualizado, documento de viagem internacional incompleto), foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0145961/2021
Interessado: LILIANA CHIRIAC

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 67 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0145919/2021
Interessado: MIRLAINE BRISSOT

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários como certificado de curso à distância com a informação de avaliação presencial, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0145904/2021
Interessado: CHIEDU SHADRACK MONEKE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 67 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0145829/2021
Interessado: JACQUES LUMANDENGE MADINGA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0145522/2021
Interessado: ALBERTINA MARIA CALAMBA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários como Comprovante de residência em nome da requerente, Certidão de Antecedentes Criminais emitida pela Justiça Estadual e Federal dos locais onde residiu os últimos quatro anos e Certidão de Antecedentes Criminais emitida pelo país de origem, devidamente apostilado ou legalizado, nos termos da Convenção da Apostila de Haia, com tradução realizada no Brasil, por tradutor público juramentado. Diante disso, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0145407/2021
Interessado: MIRLANDE JEAN PHILIPPE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não possui residência por prazo indeterminado, está registrada como temporária, e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0145127/2021
Interessado: MOHAMMAD MASOUMI

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem, sem a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país e sem a tradução; e apresentou comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa, que não está previsto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020. Bem como deixou de apresentar certidões de antecedentes criminais das Justiças Federal e Estadual, evidenciando assim, o descumprimento às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0143773/2021
Interessado: TATIANA IBIEYI ETO MONKANGO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa; foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos da requerente, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65, inciso III, da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0142306/2021
Interessado: ILIAS ABU ALI

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o/a requerente não apresentou documento que comprove a capacidade de se comunicar em língua portuguesa, e não apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem, legalizada e traduzida, no Brasil, por tradutor público juramentado, e portanto não atende às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0142303/2021
Interessado: ELOHOR AUSTINE EREJUWA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou documento que comprove a capacidade de se comunicar em língua portuguesa, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0142128/2021
Interessado: VIRGILIO GAVICHO UARROTA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou: certidões de antecedentes criminais das Justiças Federal e Estadual, e comprovante de situação cadastral do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, descumprimento às exigências contidas no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017 e anexo I da Portaria no 623, de 13.11.2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0141257/2021
Interessado: LANAC ADRIEN

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido como (Atestado de antecedentes criminais emitido pelo país de origem, devidamente traduzido e legalizado, certidão de antecedentes criminais emitida pela justiça federal, não foi apresentado documento que comprove a capacidade de se comunicar em língua portuguesa), foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo 235881.0140864/2021
Interessado: FRANTZ CEMELUS

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0140772/2021
Interessado: GABRIEL CORREIA DE MATOS

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0140500/2021
Interessado: SIRIEN HABAS

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0140412/2021
Interessado: HZIKIEL MUNAWAR

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0139885/2021
Interessado: HUSSEIN BAHAA AL MASRI

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou os documentos: certidão consular, certidão da condição de refugiado e passaporte com dados qualificativos divergentes de seu Registro Nacional Migratório e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0139431/2021
Interessado: ROSE KATHIE FILS LENOR FERMILUS

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem (só apresentou tradução) e não apresentou certidões de antecedentes criminais da Justiça Estadual, e, portanto, não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0138724/2021
Interessado: FRITZSON PIERRE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido como (Atesado de antecedentes criminais emitido pelo país de origem, devidamente traduzido e legalizado, comprovante de residência, Certificado de Proficiência de Língua Portuguesa apresentado está em desacordo com a portaria), foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0138450/2021
Interessado: AHMAD AL SLIM

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0138438/2021
Interessado: VICTOR JOAQUIN PEREIRA CARNEIRO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0136804/2021
Interessado: CHILORVE MESADIEU

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não possui residência por prazo indeterminado, portanto não atente às exigências contidas no inciso II do art. 65 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0136264/2021
Interessado: JOLICOEUR THEUS

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido como (Atestado de antecedentes criminais emitido pelo país de origem, devidamente legalizado, Documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa está em desacordo com a portaria), foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0134885/2021
Interessado: REMY LOUIS

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0113823/2021
Interessado: JEOHVAH SITKENIE CLAIRE DAPNIE MONESTINE.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou não apresentou certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal dos locais onde residiu nos últimos quatro anos; atestado de antecedentes criminais ou documento equivalente emitido pelo país de origem legalizado e traduzido, no Brasil, por tradutor público juramentado; comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623/2020; cópia do documento de viagem internacional e documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa; foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

DESPACHO Nº 1.713, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

Despacho nº 1713/2022/DPJUS/SENAJUS

Processo MJ nº: 08017.001700/2022-68

Obra: "ÓRFÃ 2: A ORIGEM"

Trata-se do pedido reconsideração da classificação indicativa da obra "ÓRFÃ 2: A ORIGEM" com fulcro no art. 60 da Portaria MJSP n°502 de 23 de novembro de 2021. In verbis:

Art. 60. No prazo de dez dias, contados da publicação no Diário Oficial da União, cabe pedido de reconsideração da decisão do Coordenador de Política de Classificação Indicativa, que atribuiu a faixa etária não recomendada à obra apreciada.

§ 1º O pedido de reconsideração deve ser fundamentado e instruído com a respectiva obra, quando for o caso.

§ 2º O Coordenador de Política de Classificação Indicativa decidirá em cinco dias o pedido de reconsideração, em consonância com o § 1º do art. 56 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Conforme destacado pela interessada, o filme "...foi classificado com 16 (Dezesseis) anos e gostaríamos, se possível, de rever essa decisão para 14 (Catorze) anos. Esta é uma obra que tem o gênero muito procurado entre os jovens e que ganhou bastante notoriedade por ser inspirada em uma história real. Apesar da violência apresentada, temos personagens com ações ficcionais que elevam ao patamar de fantasia."

Nesse contexto, após submeter o pedido de revisão à área técnica responsável restou exarada a Nota Técnica nº 41/2022/CPCIND/DPJUS/SENAJUS/MJ (19472379), na qual restaram pormenorizadas as razões e fundamentos de ordem técnica que respaldaram a manutenção da classificação indicativa atribuída à obra para "não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos".

Dessa forma, acolho integralmente o teor de Nota Técnica nº 41/2022/CPCIND/DPJUS/SENAJUS/MJ, para manter a classificação inicial atribuída à obra, em razão dos conteúdos de violência extrema, drogas e conteúdo sexual.

NÁDIA DE CASTRO AMARAL FRANCO WALLER
Diretora

COORDENAÇÃO DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.288, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: O MISTÉRIO DO FAROL (KEEPERS, Reino Unido - 2018)
Diretor(es): Kristoffer Nyholm
Distribuidor(es): NETFLIX
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Suspense
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 22 (vinte e duas) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência , Medo e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.000344/2022-65

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.289, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: SEM SAÍDA (NO EXIT, Estados Unidos da América - 2022)
Diretor(es): Damien Power
Distribuidor(es): STAR+
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Suspense
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 22 (vinte e duas) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência e Drogas Ilícitas
Processo: 08017.000489/2022-66

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.290, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: ZOLA (Estados Unidos da América - 2020)
Diretor(es): Janicza Bravo
Distribuidor(es): HBO MAX
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 18 (dezoito) anos
Gênero: Drama
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 18 (dezoito) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 23 (vinte e três) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência , Nudez e Conteúdo Sexual
Processo: 08017.000670/2022-72

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.291, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: BUBBLE (Japão - 2022)
Diretor(es): Tetsurô Araki
Distribuidor(es): NETFLIX
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Animação
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos

Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Drogas Lícitas e Temas Sensíveis
Processo: 08017.000788/2022-09

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.292, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: OS OPOSTOS SEMPRE SE ATRAEM (LOIN DU PÉRIPH, França - 2022)
Diretor(es): Louis Leterrier
Distribuidor(es): NETFLIX
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Comédia/Ação
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 22 (vinte e duas) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Drogas e Violência
Processo: 08017.000851/2022-07

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.293, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: BOA VIAGEM (YOLUN AÇIK OLSUN, Turquia - 2022)
Diretor(es): Mehmet Ada Oztekin
Distribuidor(es): NETFLIX
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Drama
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência , Linguagem Imprópria e Temas Sensíveis
Processo: 08017.001004/2022-51

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.294, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: POSTO DE COMBATE (THE OUTPOST, Estados Unidos da América - 2020)
Diretor(es): Rod Lurie
Distribuidor(es): NETFLIX
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Guerra
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 22 (vinte e duas) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Drogas , Violência e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001009/2022-84

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.295, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: CHÃO DE FÁBRICA (Brasil - 2021)
Produtor(es): Boulevard Filmes
Diretor(es): Nina Kopko
Distribuidor(es): BOULEVARD FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Drama
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001477/2022-59
Requerente: BOULEVARD FILMES LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.296, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Show Musical: BRASÍLIA CAPITAL MOTO WEEK (Brasil - 2022)
Produtor(es): Central Globo de Produção
Diretor(es): Marcelo Pessanha Pereira
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Musical
Classificação Atribuída: livre
Contém: Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001495/2022-31
Requerente: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.297, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: NOITE E NEBLINA (NUIT ET BROUILLARD, França - 1956)
Diretor(es): Alain Resnais
Classificação Pretendida: Não Informado
Gênero: Documentário
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência e Nudez
Processo: 08017.001502/2022-02

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.298, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: CONCORRÊNCIA OFICIAL (COMPETENCIA OFICIAL, Argentina / Espanha - 2021)
Diretor(es): Mariano Cohn/Gastón Duprat
Distribuidor(es): STAR+
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Drama/Comédia
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Conteúdo Sexual , Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001584/2022-87

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.299, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Especial: CRIANÇA ESPERANÇA 2022 (Brasil - 2022)
Produtor(es): Central Globo de Produção
Diretor(es): Antonia Da Rocha Miranda Prado
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Musical
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.001585/2022-21
Requerente: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.300, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: A VOZ HUMANA (THE HUMAN VOICE, Espanha - 2020)
Diretor(es): Pedro Almodóvar
Distribuidor(es): GLOBOPLAY
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Drama
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência e Drogas Lícitas
Processo: 08017.001587/2022-11

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.301, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: TIGRE (TIGER, Estados Unidos da América - 2018)
Produtor(es): Jeff Maynard
Diretor(es): Alister Grierson
Distribuidor(es): Swen do Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Drama
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001588/2022-65
Requerente: RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES S.A.

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.302, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: BRAZILIAN BEATS (Brasil - 2021)
Produtor(es): Giovanna Precioso
Diretor(es): Tiago Arakilian

Distribuidor(es): TITANIO FILMS
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Documentário/Musical
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.001595/2022-67
Requerente: TITÂNIO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA - EPP

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.303, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: GEORGETOWN (Estados Unidos da América - 2020)
Diretor(es): Christoph Waltz
Distribuidor(es): AMAZON PRIME VIDEO
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Drama
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência , Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08017.001616/2022-44

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.304, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: ABDUÇÃO (ABDUCTION, China - 2019)
Produtor(es): Henry Luk
Diretor(es): Ernie Barbarash
Distribuidor(es): CDC
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Ação
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 22 (vinte e duas) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência
Processo: 08017.001633/2022-81
Requerente: TV SBT CANAL 4 DE SÃO PAULO

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.305, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: BLACK WATER - PERIGO NO OCEANO (BLACK WATER, Estados Unidos da América - 2018)
Produtor(es): Jason Cherubini
Diretor(es): Pasha Patriki
Distribuidor(es): Swen do Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Ação
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 22 (vinte e duas) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência e Conteúdo Sexual
Processo: 08017.001668/2022-11
Requerente: RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES S.A.

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.306, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Show Musical: O MAIOR SÃO JOÃO DO CERRADO (Brasil - 2022)
Produtor(es): Astronautas/F B Paiva Filmes Eireli
Diretor(es): Jalles da Silva
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Musical
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Contém: Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001691/2022-13
Requerente: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.307, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Título: CONAN, O BÁRBARO (CONAN, THE BARBARIAN, Reino Unido - 2022)
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Categoria: Fantasia/Fantasia Medieval
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Drogas Lícitas e Violência
Processo: 08017.001718/2022-60
Requerente: FRATERNIDADE EDITORA LTDA. ME

A classificação da obra desta Portaria é baseada apenas no texto do respectivo livro.

Consequências adversas motivadas pela prática dos jogos de RPG são de responsabilidade exclusiva de seus autores e editores.

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.308, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Título: SKABMA - SNOWFALL (Finlândia - 2022)
Produtor(es): PID GAMES
Distribuidor(es): ABYA
Classificação Pretendida: livre
Categoria: Aventura/Ação
Plataforma: Computador/ABYA
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.001741/2022-54
Requerente: ABYA CORP

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

DESPACHO Nº 19, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

DESPACHO DECISÓRIO Nº 19/2022/GAB5/CADE
Processo Administrativo nº 08700.006681/2015-29 (apartado de acesso restrito n.º 08700.008985/2012-88)
Representante: Cade ex-officio.
Representados: DAV Química do Brasil Ltda., Diatom Mineração Ltda., Manchester Química do Brasil, Pernambuco Química, PQ Silicas Brazil Ltda., Unaprosil Ind. e Com. de Produtos Químicos Ltda., Adriano Zanette, Aluizio Ribeiro Gomes, Atila Fernandes, Beethoven Max Alves da Silva, Celso G Mendonça, Clovis Mezzari, Dario de Souza Leite, Diomar Mendes Silva, Edmir Bevilacqua, Eduardo Luis Bueno de Sousa Freitas, Eduardo Pimenta, Elaine Ribeiro, Enrique Júnior, Enrique Ruben Bonifácio, Flávio Ernesto Ribeiro, Graco Pimenta, Honowilson Carvalho, Joelson Duarte Machado, José Antonio Bertho ("Gugu"), Leonardo Lopes Coelho, Luiz Gonzaga de Sousa Freitas, Marina Conceição Gonçalves Leão, Maurício Pimenta, Paulo Lima, Ricardo Pimenta, Rolando A. Feitosa, Sérgio Roberto Fernandes e Venício Neves Pereira.
Advogados: Ivo Carminati, Jassirene Luz da Conceicao Carminati, Michele Piazza Alexandre, Bruno Carminati Cimolin, Juliana Borsatto Nuernberg, Rafaela de Noni, Kamila Raquel Rossi, Luiz Otavio Fontana Baldin, Flavia Chiquito Dos Santos, Floriano Peixoto de Azevedo Marques Neto, Mais Moreno, Everaldo Joao Ferreira, Mauri Nascimento, Helania Jussara Goulart, Vilmar Costa, Giselle Estevam, Juliano Cesar Minotto, Deisi Anacleto de Freitas Candido, Ivangela Colares Machado, Camila Cervo de Souza Machado, Alcemir Cesar Goulart, Rodrigo Marcelino de Carvalho, Antonella Machado Maia Buscacio, Alliny Pamella Venancio, Paola Bussolo Zanini, Alexiane Antonelo Ascoli, Joao Manoel Nunes da Silva, Barbara Rosenberg, Jose Inacio Ferraz de Almeida Prado Filho, Luis Bernardo Coelho Cascao, Guilherme El Hadi, Franco Morgulis, Amanda Fabbri Barelli, Luiz Antonio Galvao, Maria Amaral de Almeida Sampaio, Vivian Terng, Fernanda Dellatorre da Silva Vieira, Dennis Ricardo Ribeiro, Guilherme Ayres de Souza, Cristiano Antunes Rech, Fabio Amaral Figueira, Mariana Villela Correa, Olavo Zago Chignalia, Vitor Luis Pereira Jorge, Livia Cristina Lavandeira Gandara de Carvalho, Leticia Ladeira Monteiro de Barros, Leonardo Maniglia Duarte, Alberto Afonso Monteiro, Gabriela Reis Paiva Monteiro, Bruna Sellin Trevelin, Ana Valeria Nascimento Fernandes, Jose Roberto Manesco, Eduardo Augusto De Oliveira Ramires, Marcos Augusto Perez, Ane Elisa Perez, Melvin Cymbalista, Fabio Barbalho Leite, Luis Justiniano Haiek Fernandes, Wladimir Antonio Ribeiro, Adriana Roldan Pinto de Lima, Adalberto Pimentel Diniz De Souza, Lucas Cherem de Camargo Rodrigues, Raul Felipe Borelli, Caio de Souza Loureiro, Kelly Ribeiro Felix de Souza, Eduardo Stenio Silva Sousa, Bruna Silveira Sahadi, Rafaella Bahia Spach e outros.C

onsiderando a juntada sob o nº SEI 1110497 das evidências mencionadas na Nota Técnica nº 6/2020/CGAA7/SGA2/SG/CADE (SEI 0722686 e 0724073), intimo os Representados para que se manifestem, caso queiram, no prazo comum de 10 (dez) dias, contados da data da publicação do presente despacho.

SÉRGIO COSTA RAVAGNANI
Conselheiro-Relator

DESPACHO Nº 172, DE 8 DE AGOSTO DE 2022

Despacho Presidência nº 172/2022.

O PRESIDENTE DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA - CADE,matrícula SIAPEnº 1536970, no uso da competência prevista na Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019, resolve autorizar o afastamento do país o servidor Rafael Rossini Parisi, matrícula SIAPE nº 3159033, Chefe de Assessoria, para participar do evento Global Investigativos Review-Global Conferencea ser realizado em Lisboa, de 14 a 17 de setembro de 2022, trânsito incluso, com ônus limitado

ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHO Nº 1.276, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

DESPACHO SG Nº 1276/2022
Processo Administrativo nº 08700.003252/2017-61 (Apartado de Acesso Restrito aos Representados nº 08700.003286/2017-56)
Representante: CADE ex-officio
Representados: Ansett - Tecnologia e Engenharia Ltda, C.R. Almeida S.A. Engenharia de Obras, Carioca Christiani Nielsen Engenharia S.A., Consbem Construções e Comércio Ltda, Constran S.A. Construções e Comércio, Construbase Engenharia Ltda, Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A., Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A, Construtora Andrade Gutierrez S.A., Construtora Beter S.A., Construtora Gautama Ltda, Construtora Norberto Odebrecht S.A., Construtora OAS S.A., Construtora Queiroz Galvão S.A, Construtora Uni Ltda, Construtural Engenharia e Construções Eireli, DM Construtora de Obras Ltda, Empresa Industrial Técnica S.A., Empresa Sul Americana de Montagens S.A., Estacon Engenharia S.A., Fiatengineering do Brasil Comércio e Indústria Ltda, Galvão Engenharia S.A., Gutierrez Empreendimentos e Participações Ltda, Heleno & Fonseca Construtécnica S.A., Leão & Leão Ltda., Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A., Passarelli Engenharia e Construção Ltda., Paulo Octávio Investimentos Imobiliários Ltda, Pem Engenharia Ltda, S.A. Paulista de Construções e Comércio, Salgueiro Construções S.A., Santa Barbara Construções S.A., Schahin Engenharia S.A., Sergen Serviços Gerais de Engenharia S.A., Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia, Sindicato da Indústria da Construção Pesada no Estado do Espírito Santo, Talude Construções S.A., Techint Engenharia e Construção S.A., TIISA Triunfo Iesa-Infraestrutura S.A., Via Engenharia S.A., Alberto Jose Aulicino Neto, Augusto Cesar Ferreira e Uzêda, Benedicto Barbosa da Silva Junior, Bruno Lins Dourado Rodrigues, Carlos Alberto de Salles Pinto Lancellotti, Carlos Alberto Verdini, Carlos Fernando Anastácio, Carlos Fernando Namur, Carlos José Vieira Machado da Cunha, Carlos Pio Rosa Renno Gomes, Carlos Tadeu de Oliveira Lacerda Espironelli, Dalton dos Santos Avancini, Dario de Queiroz Galvão Filho, Eduardo Cateb Bitar, Eduardo Ribeiro Capobianco, Elmar Michelly Nunes, Erton Medeiros Fonseca,

Fernando Antonio Cavendish Soares, Fernando Camargo Daghum, Fernando Luiz Aguiar Filho, Fernando Márcio Queiroz, Francisco Lourenço Rapuano, Geraldo Cabral Rôla Filho, Geraldo Correia Santos, João Antônio Pacífico Ferreira, João Ricardo Auler, José Adelmário Pinheiro Filho, José Henrique de Avila, Laize de Freitas, Luís Augusto Distrutti, Luiz Felipe Cardoso de Carvalho, Marcio Magalhães Duarte Pinto, Marcos de Queiroz Galvão, Mauricio Couri Ribeiro, Maurício de Castro Jorge Muniz, Maurício José de Queiroz Galvão, Ney Marcelo Urbano, Othon Zanoide de Moraes Filho, Paulo César Almeida Cabral, Ricardo Ourique Marques, Ricardo Pernambuco Backheuser Júnior, Roberto José Teixeira Gonçalves, Roberto Ribeiro Capobianco, Roberto Zardi Ferreira, Rodrigo Alberto Estay Barra, Saulo Thadeu Vasconcelos Catão, Vitor Massao Ishirugi, Zuleido Soares de Veras.
Advogados: Patricia Bandouk Carvalho, Rodrigo da Silva Alves dos Santos, Victor Oliveira Cotta, Fernanda Monteiro Barroso de Castro, José Carlos da Matta Berardo, Vinicius Pinheiro Rodrigues Lopes de Barros, Antonio Araldo Ferraz Dal Pozzo, Percival José Bariani Junior, Luciano Barbosa Theodoro, Maria Carolina Viana Machado Pinheiro, Alessandra Cristina Cavalcanti Sabino, Guilherme Favaro Ribas, Natan Maximiano Munhoz, José Alexandre Buaiz Neto, Daniel Costa Rebello, Alexandre Ditzel Faraco, Bolivar Moura Rocha, Marcos Drummond Malvar, Isabela de Oliveira Pannunzio, Eduardo Caminati Anders, Marcio de Carvalho Silveira Bueno, Luiz Fernando Santos Lippi Coimbra, Oreste Nestor de Souza Laspro, Vinicius Marques de Carvalho, Ticiana Nogueira da Cruz Lima, Marlus Santos Alves, Luiz Guilherme Ros, Eric Hadmann Jasper, Luiz Filipe Couto Dutra, Karina de Paula Lima Borges e Hamdan, Carlos Francisco de Magalhães, Fábio Nusdeo, Raquel Bezerra Cândido, Juliana Cangassu Silveira Possebon, Lara Gurgel do Amaral Duarte Vieira, Marcus Vinícius Labre Lemos de Freitas, Henrique Duarte Alves Fortes, Ana Luiza Simoni Paganini, Guilherme Ferreira Gomes Luna, Alan Bousso, Gilberto Lopes Theodoro, Paolo Zupo Mazzucato, Antônio Luiz Bueno Barbosa, Eduardo Barbieri, Fabrício Dornas Carata, Eduardo Boccuzzi, Rogério Pires da Silva, Mauro Grinberg, Leonor Augusta Giovine Cordovil, Daniel Tobias Athias, Natasha Evilin Cerqueira de Paula, Fernando José Lopes Scalzilli, Melissa Sualdini Ferrari de Melo, Caroline Guyt França, Flávio Cheim Jorge, Marcelo Abelha Rodrigues, Laércio Nilton Farina, Herman Barbosa, Saulo Vitor da Silva Munhoz, Marcelo Arantes de Melo Borges, Leandro Pachani, João Victor Esteves Meirelles, Salo de Carvalho, Lilian Christine Reolon, Gustavo Augusto Faria Cortines, Rodrigo Moura Faria Verdini, Carlos Roberto Siqueira Castro, João Daniel Rassi, Rogério Fernando Taffarello, Marcela Venturini Diorio, Tercio Sampaio Ferraz Junior, Marcelo Terra, Mário de Barros Duarte Garcia, Luis Eduardo Menezes Serra Netto, Guilherme San Juan Araujo, Cláudia Vara San Juan Araujo, Vitor Alexandre de Oliveira e Moraes, José Carlos Gal Garcia Filho, Daniel Muller Martins, Gustavo Pinto Zardi Ferreira, Juvenal Norberto da Silva Junior, Alberto Afonso Monteiro; Fernanda Lins Nemer, Maurício Oscar Bandeira Maia, João Ricardo Oliveira Munhoz, Victor dos Santos Rufino e outros.

Acolho a Nota Técnica nº 94 (SEI 1113066) e, com fulcro no §1º do art. 50 da Lei 9.784/99, integro suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Decido, em face dos fundamentos apontados na Nota Técnica, que seja publicado Edital de notificação dos Representados Ansett Tecnologia e Engenharia Ltda (CNPJ 69.349.017/0001-55), Construtora Gautama Ltda (CNPJ 00.725.347/0001-00), Construtural Engenharia e Construções Eireli (CNPJ 68.224.948/0001-64), Estacon Engenharia S.A. (CNPJ 04.946.406/0001-12), Gutierrez Empreendimentos e Participações Ltda (CNPJ 00.569.100/0001-33), Carlos Tadeu de Oliveira Lacerda Espironelli (CPF 266.617.168-00), Dario de Queiroz Galvão Filho (CPF 190.175.453-72), José Henrique de Avila (CPF 173.862.188-00) e Rodrigo Alberto Estay Barra (CPF 793.628.935-68) nos termos abaixo, no Diário Oficial da União, na rede mundial de computadores no sítio eletrônico desta autoridade antitruste e em jornal de grande circulação nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pará, Rondônia, Sergipe, Bahia, Maranhão, Ceará, Mato Grosso, Alagoas, Piauí, Paraíba, Pernambuco, Roraima e no Distrito Federal, no prazo máximo de 15 (quinze) dias da emissão da Certidão de nº SEI 1113064. Ademais, fiquem os Representados cientificados da Notificação por Edital acima, bem como de que: (i) a Notificação por Edital reger-se-á pelas regras previstas no artigo 70, §2º, da Lei nº 12.529/11 e nos artigos 56, VI, §§ 2º e 3º, e 58, I, II e III, e §§ 1º, 2º e 3º, todos do Regimento Interno do Cade e, subsidiariamente, pelo disposto na legislação processual civil, diante da previsão do artigo 115 da Lei nº 12.529/11; e (ii) o prazo de Defesa será comum de 30 (trinta) dias, nos termos do artigo 70 da Lei nº 12.529/2011 e do artigo 151, parágrafo único do Regimento Interno do Cade, a partir do fim do prazo de validade do Edital, de 20 (vinte) dias, sendo que esse último prazo é contado a partir da publicação do Edital de citação dos referidos Representados em jornal de grande circulação nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pará, Rondônia, Sergipe, Bahia, Maranhão, Ceará, Mato Grosso, Alagoas, Piauí, Paraíba, Pernambuco, Roraima e no Distrito Federal. Decido, ainda, por considerar validamente notificados todos os demais Representados do polo passivo do presente Processo Administrativo. À Coordenação-Geral Processual para providenciar: (i) a afixação do Edital no Setor de Protocolo do Cade, desta data até findo o prazo de Defesa; e (ii) a juntada, aos Autos, do anúncio referente à afixação e do exemplar da publicação do Edital nos jornais de grande circulação nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pará, Rondônia, Sergipe, Bahia, Maranhão, Ceará, Mato Grosso, Alagoas, Piauí, Paraíba, Pernambuco, Roraima e no Distrito Federal.

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA
Superintendente-Geral

DESPACHOS DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

DESPACHO SG Nº 1.309/2022
Processo Administrativo nº 08700.001281/2017-99 (Apartado de Acesso Restrito aos Representados nº 08700.001282/2017-33)
Representante: Cade ex officio.
Representados: Natwest Markets Plc (anteriormente The Royal Bank of Scotland Plc.); Christoph Durst; Christopher Ashton; Colin Devereux; Daniel Evans; Eduardo Lopes Hargreaves; Frank James Cahill; James Witt; James Wynne; John Erratt; José Aloisio Teles Junior; Marco Christen; Mark Clark; Martin Tschachtli; Michael Weston; Niall O'Riordan; Paul Nash; Ralf Klonowski; Richard John Maxwell Gibbons; Richard James Usher e Rohan M. Ramchandani.
Advogados: Bruno de Luca Drago; Milena Fernandes Mundim; Ana Claudia Beppu dos Santos Oliveira; Beatriz Faustino França Mori, Ricardo Inglez de Souza; Daniel Elias do Nascimento; Natalia Salzedas Pinheiro da Silveira; Valdo Cestari de Rizzo; Bruno Hugi; André de Castro Oliveira Pereira Braga; Estêvão Gomes Corrêa dos Santos; Caio Mário da Silva Pereira Neto; Gabriel Felício Giacomini Rocco; Joyce Midori Honda; Ricardo Lara Gaillard; e outros.

Com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784, de 1999, integro as razões da Nota Técnica nº 102/2022/CGAA8/SGA2/SG/CADE (SEI 1116149) à presente decisão, inclusive como sua motivação. Pelos fundamentos apontados na referida Nota Técnica e com base nos art. 13, inciso VI, alíneas seguintes e art. 72 da Lei nº 12.529, de 2011, decido: (i) pela decretação da revelia dos Representados Colin Devereux, Daniel Evans, Frank James Cahill, James Witt, James Wynne, Martin Tschachtli, Niall O'Riordan, Paul David Nash, Ralf Klonowski e Richard John Maxwell Gibbons, já que, devidamente notificados quanto à instauração do presente Processo Administrativo, deixaram de apresentar defesa nos autos, nos termos do art. 71 da Lei nº 12.529/2011, correndo contra eles os demais prazos, sem prejuízo de poderem intervir em qualquer fase do processo, sem direito à repetição de qualquer ato já praticado; (ii) pelo indeferimento das preliminares por falta de amparo legal, nos termos acima referidos; (iii) pelo deferimento da produção de prova documental até o encerramento da instrução, para todos os Representados; (iv) pelo deferimento da produção de prova testemunhal solicitada pelos Representados Christopher Ashton, Richard James Usher e Rohan Ramchandani, nos termos da tabela 04; (v) pelo indeferimento da produção de prova testemunhal solicitada pelos Representados Christopher Ashton, John Errat, Mark Clark, Michael Weston, Eduardo Hargreaves, a partir de pedido genérico e sem apresentação do rol de testemunhas, já que as notificações de instauração de Processo Administrativo, em observância ao art. 70 da Lei nº 12.529/2011, continham, de forma clara, a solicitação para que os Representados indicassem as provas que pretendiam produzir em suas respectivas defesas, inclusive declinando a qualificação completa de testemunhas; (vi) pelo deferimento da produção de prova pericial até o encerramento da instrução a ser produzida e apresentada por Richard James Usher; (vii) pelo deferimento do pedido do Representado José Aloísio Teles Junior de desistência de seu depoimento pessoal; (viii) por facultar aos Representados a possibilidade de trazer aos autos declarações escritas assinadas pelas pessoas arroladas como testemunhas contendo as informações fáticas que estas conhecem acerca do mérito do presente processo administrativo. Nessa hipótese, o Representado deve indicar, no prazo de 30 (trinta) dias se aceita essa opção e, no prazo de 30 (trinta) dias contados do término do prazo anterior, deve apresentar as declarações escritas, que passarão a ter valor de prova documental; e (ix) pela produção de provas documentais e testemunhais por esta Superintendência-Geral do CADE, a serem oportunamente produzidas, no interesse da instrução desse Processo Administrativo, nos termos do artigo 13, inciso VI, da Lei nº 12.529/2011. Publique-se.do art. 50, I, da Lei nº 12.529/2011.

DESPACHO SG Nº 1.313/2022
Processo nº 08700.001197/2022-32
Tipo de Processo: Finalístico: Ato de Concentração Ordinário
Requerentes: Cattalini Terminais Marítimos S/A, União Vopak Armazéns Gerais Ltda.

Com fulcro no §1º do art. 50 da Lei nº 9.784, de 1999, integro as razões da Nota Técnica n° 16/2022/CGAA3/SGA1/SG/CADE (SEI 1116287) à presente decisão, inclusive como sua motivação. Pelos fundamentos apontados na Nota Técnica citada, decido pelo deferimento dos pedidos de intervenção como terceiros interessados da CPA Terminal Paranaguá S.A. - Terin (Terin) e da Companhia Brasileira de Logística S.A. (CBL), nos termos do art. 50, I, da Lei nº 12.529/2011.

DESPACHO SG Nº 1.315/2022
Ato de Concentração nº 08700.006346/2022-50. Requerentes: Distribuidora Pitangueiras de Produtos Agropecuários S.A., Sollo Sul Insumos Agrícolas Ltda. e Dissul Insumos Agrícolas Ltda. Advogados: Cristianne Saccab Zarzur, Marina Chakmati e Beatriz Kenchian. Decido pela aprovação sem restrições.

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA
Superintendente-Geral

Ministério do Meio Ambiente

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

PORTARIA Nº 70, DE 6 DE SETEMBRO DE 2022

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA), nomeado por Decreto de 09 de janeiro de 2019, publicado no Diário Oficial da União de 09 de janeiro de 2019, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 15 do Decreto nº 11.095, de 13 de junho de 2022, o qual aprovou a Estrutura Regimental do Ibama, publicado no Diário Oficial da União de 14 de junho de 2022, e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 02010.000805/2022-83, resolve:

Art. 1º Delegar competência ao Superintendente do Ibama no Estado do Goiás, e na sua ausência ao seu substituto legal, para firmar/renovar, em nome do IBAMA, Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério da Saúde em Goiás, que tem por objetivo a execução de ações e atividades de prevenção aos agravos, de promoção e acompanhamento da saúde dos servidores e de perícia oficial, a fim de garantir a continuidade da política de atenção à saúde e à segurança do trabalho do servidor público federal, estabelecida pelo Decreto nº 6.833, de 2009, através do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor - SIASS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO FORTUNATO BIM

PORTARIA Nº 73, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

Realoca a Divisão de Gestão e Assessoramento Interinstitucional (DGInter) para o Gabinete (Gabin), da Presidência do Ibama.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - Ibama, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 15 do Anexo I do Decreto nº 11.095, de 13 de junho de 2022, que aprovou a Estrutura Regimental do Ibama, publicado no Diário Oficial da União de 14 de junho de 2022, e tendo em vista o que consta do processo administrativo nº 02001.001149/2021-64; resolve:

Art. 1º Realocar, nos termos do art. 5º do Decreto nº 11.095, de 13 de junho de 2022, a Função Comissionada Executiva de Chefe da Divisão de Gestão e Assessoramento Interinstitucional (DGInter), código FCE 1.07, da estrutura do Coordenação Governança e Apoio Institucional (CGov), da Coordenação-Geral de Assuntos Estratégicos (CGae) da Presidência do Ibama para o Gabinete da Presidência do Ibama.

Art. 2º A Divisão de Gestão e Assessoramento Interinstitucional (DGInter) passa a compor a estrutura organizacional do Gabinete (Gabin), da Presidência do Ibama.

Art. 3º A alteração decorrente desta Portaria deverá ser refletida no Regimento Interno do Ibama e nas alterações futuras do Decreto nº 11.095, de 13 de junho de 2022.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor em 3 de outubro de 2022.

EDUARDO FORTUNATO BIM

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 12.600, DE 30 DE AGOSTO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.001347/2017-11. Interessados: Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e consumidores de energia elétrica. Objeto: Autoriza o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, a realizar projeto-piloto para dispor, no âmbito do Programa de Resposta da Demanda de que trata a Resolução Normativa nº 1.030, de 26 de julho de 2022, de produto referente à contratação de disponibilidade para prestar Resposta da Demanda. A íntegra desta Resolução consta dos autos e está disponível em http://biblioteca.aneel.gov.br .

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

RESOLUÇÕES AUTORIZATIVAS DE 6 DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA -ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 12.602 - Processo nº 48500.001005/2022-69. Interessado: Chalana Solar Energia Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, CNPJ 41.942.175/0001-03, a implantar e explorar a UFV Chalana 1, CEG UFV.RS.MT.054866-9.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 49.500 kW de Potência Instalada, localizada em Torixoréu, Mato Grosso. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 12.603 - Processo nº 48500.001006/2022-11. Interessado: Chalana Solar Energia Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, CNPJ 41.942.175/0001-03, a implantar e explorar a UFV Chalana 2, CEG UFV.RS.MT.054867-7.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 49.500 kW de Potência Instalada, localizada em Torixoréu, Mato Grosso. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 12.604 - Processo nº 48500.001113/2022-31. Interessado: Chalana Solar Energia Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, CNPJ 41.942.175/0001-03, a implantar e explorar a UFV Chalana 3, CEG UFV.RS.MT.054868-5.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 49.500 kW de Potência Instalada, localizada em Torixoréu, Mato Grosso. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 12.605 - Processo nº 48500.001007/2022-58. Interessado: Chalana Solar Energia Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, CNPJ 41.942.175/0001-03, a implantar e explorar a UFV Chalana 4, CEG UFV.RS.MT.054869-3.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 49.500 kW de Potência Instalada, localizada em Torixoréu, Mato Grosso. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 12.606 - Processo nº 48500.001114/2022-86. Interessado: Chalana Solar Energia Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, CNPJ 41.942.175/0001-03, a implantar e explorar a UFV Chalana 5, CEG UFV.RS.MT.054870-7.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 49.500 kW de Potência Instalada, localizada em Torixoréu, Mato Grosso. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 12.607 - Processo nº 48500.001115/2022-21. Interessado: Chalana Solar Energia Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, CNPJ 41.942.175/0001-03, a implantar e explorar a UFV Chalana 6, CEG UFV.RS.MT.054871-5.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 49.500 kW de Potência Instalada, localizada em Torixoréu, Mato Grosso. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 12.608 - Processo nº 48500.001008/2022-01. Interessado: Chalana Solar Energia Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, CNPJ 41.942.175/0001-03, a implantar e explorar a UFV Chalana 7, CEG UFV.RS.MT.054872-3.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 49.500 kW de Potência Instalada, localizada em Torixoréu, Mato Grosso. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

As íntegras destas Resoluções constam nos autos e estarão disponíveis no endereço eletrônico biblioteca.aneel.gov.br.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

RESOLUÇÕES AUTORIZATIVAS DE 6 DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA -ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 12.611 - Processo nº 48500.006081/2021-80. Interessado: Parque Eólico Ventos de Tacaratu Ltda. Objeto: Autorizar a interessada, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.778.254/0001-02, a implantar e explorar a EOL Ventos de Tacaratu 12, CEG nº EOL.CV.PE.055072-8.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 45.000 kW de potência instalada, localizada no município de Tacaratu, estado de Pernambuco. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 12.612 - Processo nº 48500.006080/2021-35. Interessado: Parque Eólico Ventos de Tacaratu Ltda. Objeto: Autorizar a interessada, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.778.254/0001-02, a implantar e explorar a EOL Ventos de Tacaratu 15, CEG nº EOL.CV.PE.055075-2.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 40.500 kW de potência instalada, localizada nos municípios de Tacaratu e Inajá, estado de Pernambuco. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 12.613 - Processo nº 48500.006076/2021-77. Interessado: Parque Eólico Ventos de Tacaratu Ltda. Objeto: Autorizar a interessada, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.778.254/0001-02, a implantar e explorar a EOL Ventos de Tacaratu 16, CEG nº EOL.CV.PE.055076-0.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 45.000 kW de potência instalada, localizada no município de Tacaratu, estado de Pernambuco. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 12.614 - Processo nº 48500.006079/2021-19. Interessado: Parque Eólico Ventos de Tacaratu Ltda. Objeto: Autorizar a interessada, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.778.254/0001-02, a implantar e explorar a EOL Ventos de Tacaratu 17, CEG nº EOL.CV.PE.055077-9.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 45.000 kW de potência instalada, localizada nos municípios de Tacaratu e Inajá, estado de Pernambuco. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 12.615 - Processo nº 48500.006077/2021-11. Interessado: Parque Eólico Ventos de Tacaratu Ltda. Objeto: Autorizar a interessada, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.778.254/0001-02, a implantar e explorar a EOL Ventos de Tacaratu 18, CEG nº EOL.CV.PE.055078-7.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 40.500 kW de potência instalada, localizada no município de Inajá, estado de Pernambuco. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 12.616 - Processo nº 48500.006075/2021-22. Interessado: Parque Eólico Ventos de Tacaratu Ltda. Objeto: Autorizar a interessada, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.778.254/0001-02, a implantar e explorar a EOL Ventos de Tacaratu 19, CEG nº EOL.CV.PE.055079-5.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 36.000 kW de potência instalada, localizada no município de Inajá, estado de Pernambuco. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 12.617 - Processo nº 48500.006078/2021-66. Interessado: Parque Eólico Ventos de Tacaratu Ltda. Objeto: Autorizar a interessada, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.778.254/0001-02, a implantar e explorar a EOL Ventos de Tacaratu 20, CEG nº EOL.CV.PE.055080-9.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 45.000 kW de potência instalada, localizada nos municípios de Tacaratu e Inajá, estado de Pernambuco. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

As íntegras destas Resoluções e seus Anexos constam nos autos e estarão disponíveis no endereço eletrônico biblioteca.aneel.gov.br.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL Nº 1.040, DE 30 DE AGOSTO DE 2022

Altera a Resolução Normativa nº 1.030, de 26 de julho de 2022 que estabelece, dentre outros, os critérios e as condições do programa da Resposta da Demanda.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto nos §§ 4º e 10 do art. 1º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, e o que consta do Processo nº 48500.001347/2017, resolve:

Art. 1º Alterar o inciso X do art. 2º da Resolução Normativa nº 1.030, de 26 de julho de 2022, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"X - Resposta da Demanda - redução do consumo de consumidores previamente habilitados, como recurso adicional para atendimento ao Sistema Interligado Nacional - SIN, desde que aceita pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, de modo a se obter resultados mais vantajosos tanto para a confiabilidade do sistema elétrico como para a modicidade tarifária dos consumidores finais;"

Art. 2º Alterar os arts. 3º ao 12 da Resolução Normativa nº 1.030, de 26 de julho de 2022,que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º Este Título estabelece os critérios e as condições do programa estrutural de Resposta da Demanda, que vigorará a partir de 1º de outubro de 2022.

CAPÍTULO I

DOS CRITÉRIOS E DAS CONDIÇÕES

Art. 4º Poderão ser habilitados a participar do programa de Resposta da Demanda:

I - consumidores livres, consumidores parcialmente livres e consumidores cujos contratos de compra de energia seguem os preceitos estabelecidos no art. 5º da Lei nº 13.182, de 2015, conectados na rede de supervisão do ONS, ou fora da rede de supervisão desde que disponibilizem ao ONS os dados para monitoramento do despacho, conforme definido em Procedimentos de Rede;

II - agregadores, sendo agentes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE nas categorias de consumidores, comercializadores e geradores, responsáveis por agregar e centralizar as cargas dos consumidores de que trata o inciso I; ou

III - consumidores de que trata o inciso I modelados sob agentes varejistas.

§ 1º Os consumidores parcialmente livres poderão participar da Resposta da Demanda até o limite equivalente à parcela livre do seu consumo.

§ 2º Os interessados no programa de Resposta da Demanda deverão formalizar pedido ao ONS conforme definido em Procedimentos de Rede.

Art. 5º Como recurso adicional para a operação do sistema elétrico, o ONS poderá dispor de produtos da Resposta da Demanda com aviso de acionamento para o dia seguinte (D-1) .

§ 1º O ONS deverá divulgar, mensalmente e por submercado, as grades horárias, dentro das quais poderão ocorrer a entrega dos produtos de redução da demanda, bem como as grades em que será possível a eventual compensação diária da energia.

§ 2º Os participantes habilitados devem, semanalmente, entregar ao ONS suas ofertas de preços e quantidades para a semana operativa seguinte, e diariamente, no dia anterior ao despacho, confirmar sua disponibilidade para redução da demanda.

§ 3º As ofertas consistem em produtos horários com duração de 4 (quatro) até 17 (dezessete) horas, lotes com volume mínimo 5 MW para cada hora de duração da oferta, discretizados no padrão de 1 MW, preço em R$/MWh, dia da semana e identificação do Submercado da oferta, com aviso prévio no dia anterior ao despacho.

§ 4º Os horários limites para apresentação e confirmação das ofertas de que trata o § 2º, bem como o horário limite do aviso prévio previsto no §3º, deverão ser definidos pelo ONS nos Procedimentos de Rede.

§ 5º O ONS poderá dispor, mediante autorização específica da ANEEL, de produtos adicionais de Resposta da Demanda em ambiente regulatório experimental.

Art.6º O ONS deverá definir a programação e efetuar os acionamentos do programa de Resposta da Demanda observando os requisitos para atendimento da demanda do SIN e a minimização do custo total da operação, considerando inclusive as ofertas de preço para manutenção da Reserva de Potência Operativa - RPO, conforme o disposto no Título III desta resolução.

§ 1º A etapa de programação de que trata o caput deverá ser efetuada pelo ONS após o processamento do modelo de curtíssimo prazo e divulgada no Programa Diário de Operação - PDO.

§ 2º Na análise do cumprimento do despacho de redução da demanda deverá ser considerada uma tolerância, conforme Procedimentos e Regras de Comercialização.

§ 3º As penalidades por descumprimento da entrega do produto deverão ser definidas nos Procedimentos e Regras de Comercialização e contemplar o não recebimento da remuneração pelo não cumprimento da entrega do produto, e em caso de reincidências, suspensão da participação do agente no programa de Resposta da Demanda.

Art. 7º O montante da redução da demanda será aferido mensalmente pela CCEE considerando a diferença, em base horária, entre a linha base e seu o consumo verificado, nos termos dos Procedimentos e Regras de Comercialização.

§ 1º A linha base de consumo de que trata o caput será definida pela CCEE e terá duas referências para o mês, uma válida para todos os dias úteis e outra válida para todos os sábados.

§ 2º A metodologia para definição da linha base de consumo deverá ser reprodutível e detalhada nos Procedimentos e Regras de Comercialização.

§ 3º A linha base dos agregadores deverá ser composta pela soma das linhas bases individuais dos consumidores por ela representados e participantes de determinado despacho.

§ 4º Devem ser excluídas do cálculo da linha base os dias em que houve participação do consumidor no programa de Resposta da Demanda e os dias com curva de carga atípica.

§ 5º A linha base deverá ser divulgada previamente às ofertas conforme Procedimentos e Regras de Comercialização.

§ 6º A partir do valor da linha base estabelecido, deverá ser determinada uma margem superior de tolerância.

§ 7º A CCEE deverá descontar do montante da redução da demanda o volume que exceder a margem superior de tolerância da linha base, dentro do dia do despacho de redução da demanda e fora da grade horária estabelecida pelo ONS para compensação diária da energia de que trata o § 1º do art. 5º.

Art. 8º A redução da demanda será valorada, para cada participante, considerando o preço de sua oferta vencedora e o PLD vigente em cada hora do produto.

Parágrafo único. Caso o preço da oferta vencedora seja acima do PLD, a remuneração será realizada considerando a diferença entre o preço da oferta vencedora e o PLD, a ser paga por meio do Encargo de Serviço de Sistema - ESS, conforme dispõe o art. 59 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004.

Art. 9º O ONS e a CCEE deverão promover ampla divulgação do programa entre os potenciais participantes e publicar, em área de livre acesso dos seus sítios eletrônicos, o conjunto de informações sobre o programa, incluindo, no mínimo:

I - os Procedimentos de Rede, no caso do ONS, e os Procedimentos e as Regras de Comercialização, no caso da CCEE;

II - as grades horárias de que trata o §1º do art. 5°;

III - os valores pagos aos consumidores participantes do programa, nos termos do art. 8º; e

IV - o processo de recebimento e de aceite das ofertas, inclusive a comparação com as ofertas de preço para manutenção da RPO prevista no art. 6º.

Art. 10. Os documentos de que trata o inciso I do art. 9º deverão ser encaminhados para a ANEEL em até 180 (cento e oitenta) dias contados após o início de vigência deste Título.

Parágrafo único. Excepcionalmente, até a aprovação pela ANEEL dos Procedimentos de Rede e dos Procedimentos e Regras de Comercialização, o ONS e a CCEE deverão editar e publicar rotinas operacionais provisórias e procedimentos e regras de comercialização provisórios, até 1º de outubro de 2022.

Art. 11. O ONS poderá suspender a participação de agente do programa de Resposta da Demanda que descumprir o disposto nos documentos de que trata o inciso I do art. 9º, conforme Procedimentos de Rede.

Art. 12. Este Título será objeto de Avaliação do Resultado Regulatório - ARR decorridos 2 (dois) anos de vigência." (NR)

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor em 1º de outubro de 2022.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

PORTARIA Nº 6.776, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Aprova a o Regimento Interno do Comitê Gerencial de Contratações - CGC no âmbito da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais e com base no art. 7º, inciso IX, do Regimento Interno da ANEEL, aprovado pela Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, de acordo com deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.001852/2022-23, conforme disposição previstas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 14.133, de 2021, no Decreto nº 9.203, de 2017 e no inciso IV do art. 8º do Decreto nº 10.947, de 2022, resolve:

Art. 1º Criar o Comitê Gerencial de Contratações - CGC, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Art. 2º Aprovar, na forma do anexo, o Regimento Interno do CGC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ GERENCIAL DE CONTRATAÇÕES - CGC
AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL

CAPÍTULO I

COMITÊ GERENCIAL DE CONTRATAÇÕES - CGC

Seção I

Da Composição

Art. 1º O Comitê Gerencial de Contratações - CGC da ANEEL é composta por, no mínimo:

I - um diretor da ANEEL designado pelo Colegiado para mandato de 2 (dois) anos, com possibilidade de reconduções por igual período;

II - o titular da Superintendência de Licitações e Controle de Contratos e Convênios - SLC ou o seu substituto legal;

III - o titular da Superintendência de Gestão Técnica da Informação - SGI ou o seu substituto legal;

IV - o titular da Superintendência de Administração e Finanças - SAF ou o seu substituto legal;

V - o titular da Superintendência de Recursos Humanos - SRH ou o seu substituto legal;

VI - um representante oriundo da Auditoria Interna - AIN; e

VII - um representante oriundo das UORGs com Edital de Credenciamento vigente.

§ 1º Os membros de que trata os incisos VI e VII serão indicados para mandato de 2 (dois) anos, sendo indicados pelos Titulares de suas respectivas áreas.

§ 2º A eventual substituição de um dos membros durante o período de mandato terá vigência até o término do tempo restante do mandato do membro substituído.

§ 3º A participação do membro de que trata o inciso VI é de natureza consultiva, sem direito a voto nas deliberações do comitê.

Art. 2º O CGC será presidido pelo Diretor designado de que trata o art. 1º, I.

Art. 3º O CGC contará ainda com uma instância executiva, a cargo da SLC, cujo titular ou, nas suas ausências o seu substituto indicado, atuará como Secretário-Executivo, a quem compete secretariar as reuniões, organizar e sistematizar as informações, produzir os relatórios e demais documentos relacionados ao desenvolvimento dos trabalhos.

Seção II

Das Competências

Art. 4º Compete ao Presidente do CGC:

I - coordenar, orientar e supervisionar as atividades do CGC;

II - representar ao CGC nos atos que se fizerem necessários;

III - solicitar esclarecimentos com vistas a melhor apreciação dos assuntos em pauta;

IV - abrir, presidir, suspender, prorrogar e encerrar as reuniões ordinárias e extraordinárias;

V - submeter ao debate e à votação as matérias a serem deliberadas, apurando os votos e proclamando os resultados;

VI - assinar os documentos e as atas das reuniões do CGC;

VII - decidir em caso de empate, utilizando o voto de qualidade;

VIII - decidir questões de ordem; e

IX - exercer, em nome da CGC, outras atribuições que não estejam definidas neste regimento interno.

Art. 5º Compete ao Secretário-Executivo as seguintes atribuições, além daquelas típicas de secretaria:

I - trazer e recepcionar as matérias de competência do CGC e dar o devido encaminhamento no âmbito desta Comissão para tratamento e deliberação;

II - auxiliar o Presidente na coordenação, orientação e supervisão do CGC;

III - cumprir e fazer cumprir as deliberações do CGC;

IV - convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias;

V - exarar os despachos que constituem os comitês técnicos e grupos de trabalho para desenvolver atividades afetas às atribuições do CGC;

VI - indicar representantes para participar de grupos de trabalho e fóruns de debates com instituições que desenvolvam atividades afetas ao CGC; e

VII - convidar participantes para as reuniões, pessoas físicas ou jurídicas que possam contribuir para o esclarecimento de assuntos.

§ 1º O CGC deverá ser cadastrado no Sistema Integrado de Controle de Protocolos - SICNet, ou outro que vier a substituir este, concedendo-se perfis aos usuários que forem designados pelo seu Secretário-Executivo.

§ 2º Nos despachos de que trata o inciso V deverá constar, pelo menos, a designação dos membros e do coordenador, o produto a ser obtido e o prazo para a conclusão dos trabalhos, que poderá, justificadamente, ser prorrogado pelo Secretário-Executivo.

Art. 6º Compete aos demais membros do CGC:

I - representar a suas respectivas as unidades organizacionais nas reuniões ordinárias e extraordinárias do CGC, articulando-se previamente com os seus pares quanto ao encaminhamento dos assuntos e dando-lhes ciência posteriormente sobre as discussões e deliberações;

II - analisar, debater e votar as matérias em deliberações;

III - cumprir e fazer cumprir as deliberações do CGC; e

IV - propor a inclusão de matérias relacionadas a licitações e contratos na pauta de reunião.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 7º São atribuições da CGC:

I - propor e deliberar o calendário de elaboração do Plano de Contratações Anual, conforme legislação vigente;

II - deliberar sobre prioridades, prazos, quantidades e demais itens que compõem o Plano de Contratações Anual em elaboração;

III - monitorar e revisar a execução do Plano de Contratações Anual da ANEEL;

IV - estabelecer prioridades e alinhamento das contratações, de acordo com o Planejamento Estratégico da ANEEL;

V - deliberar sobre propostas de criação ou extinção de indicadores e metas relacionados aos objetivos da área de contratações;

VI - deliberar sobre ajustes e reprogramações nos indicadores e metas, assegurando sua adequação e suficiência para o alcance dos objetivos relacionados à gestão das contratações, a fim de prover a área do dinamismo e da agilidade necessários;

VII - propor medidas para fortalecimento das áreas de aquisições, considerando a importância estratégica da gestão de contratações e de boas práticas de governança;

VIII - constituir grupos de trabalho, para desenvolver atividades afetas às suas atribuições;

IX - realizar reuniões ordinárias e extraordinárias para deliberar sobre assuntos de sua competência;

X - propor estratégias de implementação da Política de Governança de Licitações;

XI - propor mecanismos para o acompanhamento do desempenho da gestão das contratações;

XII - propor priorização do gerenciamento de riscos, de acordo com a política de gestão de riscos da ANEEL, em contratações críticas ou complexas;

XIII - acompanhar a execução dos contratos vigentes;

XIV - propor a publicação de atos normativos relativos às licitações e contratações, bem como a revisão e alinhamento dos atos normativos vigentes; e

XV - realizar avaliação prévia de legalidade e conveniência das contratações submetidas pela Secretaria Executiva da CGC, sem prejuízo de posterior deliberação pela Diretoria Colegiada, se for o caso;

Parágrafo único. Ressalvadas as competências delegadas ao CGC neste artigo, a instância decisória é, para todos os efeitos, a Diretoria Colegiada da ANEEL.

CAPÍTULO III

DO FUNCIONAMENTO

Art. 8º A CGC reunir-se-á ordinariamente e, sempre que convocada pelo seu Secretário-Executivo, extraordinariamente.

Art. 9º A CGC deliberará por maioria simples de votos com presença mínima de três de seus membros permanentes, além do Presidente, que exercerá o voto de qualidade no caso de empate.

§ 1º As deliberações da CGC serão registradas em ata de reunião e terão caráter:

I - propositivo no que diz respeito a atos normativos e a avaliação prévia de legalidade e conveniência das contratações sujeitos à aprovação da Diretoria; e

II - determinativo no que diz respeito às demais matérias de licitações e contratos.

§ 2º As reuniões da CGC serão presididas pelo Diretor designado de que trata o art. 1º, I.

Art. 10 Os membros poderão convidar outros servidores para participarem das reuniões da CGC, quando necessários conhecimentos específicos sobre assuntos que afetem diretamente suas unidades organizacionais.

CAPÍTULO IV

DO PROCESSO DE DELIBERAÇÃO DA CGC

Seção I

Do Rito Processual

Art. 11 Os assuntos de competência da CGC deverão ser encaminhados para Secretário- Executivo, para que sejam pautados nas reuniões da Comissão.

§ 1º Os assuntos que demandem deliberações da CGC serão formalizados, quando necessário, por meio de instrução de processos administrativos, que se dará em conformidade com as Normas de Organização da ANEEL atinentes.

§ 2º Caso não haja necessidade de deliberação pela CGC sobre o assunto em análise, o Secretário-Executivo prestará os esclarecimentos ao solicitante e dará o assunto por encerrado, procedendo aos devidos registros.

Art. 12 Os assuntos que demandem deliberações da Diretoria Colegiada da ANEEL serão formalizados por meio de instrução de processos administrativos, que se dará em conformidade com as Normas de Organização da ANEEL atinentes e observará o seguinte:

I - o CGC fará a análise prévia do assunto e a instrução necessária à submissão desses processos à deliberação Diretoria Colegiada; e

II - esses processos terão como Relator o Diretor designado de que trata o art. 1º, I, sendo dispensada a distribuição de que trata a Norma de Organização ANEEL nº 18, porém, devendo-se observar as demais disposições dela e comunicar à Secretária-geral as informações dos incisos I a IV de seu art. 3º.

Seção II

Das Reuniões

Art. 13 As reuniões ordinárias do CGC constarão de calendário pré-definido para cada exercício, podendo ser alterado caso necessário.

§ 1º A divulgação do calendário das reuniões ordinárias do CGC, em até 30 (trinta) dias antes da primeira reunião ordinária do exercício, ficará a cargo do Secretário-Executivo do CGC.

§ 2º A lista de membros que comporão o CGC no respectivo exercício deverá constar da divulgação de que trata o parágrafo anterior.

§ 3º O seguinte assunto fará parte das pautas das reuniões ordinárias do CGC:

I - avaliação da execução das ações previstas Plano de Contratações vigente e o respectivo Calendário de Licitações.

Art. 14 As reuniões do CGC serão realizadas preferencialmente em sessões virtuais, que serão abertas com o encaminhamento da pauta, do material preparatório (apresentações, vídeos contendo explanações sobre os assuntos, entre outros), e, quando for caso, das instruções para a votação por e-mail; e encerradas na data e horário da sua realização, conforme previamente agendado.

§ 1º O Secretário-Executivo divulgará as pautas das reuniões para todos os interessados, com antecedência de pelo menos cinco dias úteis.

§ 2º A votação poderá ser realizada, em meio eletrônico, preferencialmente até o encerramento da sessão.

§ 3º Na data e horário da reunião os membros poderão discutir os assuntos da pauta, antes que se encerre a votação.

§ 4º As matérias de caráter urgente ou estratégico para a Agência deverão compor o primeiro bloco de itens da pauta.

§ 5º As reuniões extraordinárias obedecerão ao rito estabelecido neste Regimento, observando o prazo mínimo de 48 horas para convocação.

§ 6º Caso necessário, o CGC poderá estender o prazo de que trata o § 2º para data posterior à reunião.

Seção III

Das Deliberações

Art. 15 A deliberação do assunto será realizada nas seguintes etapas:

I - explanação sucinta sobre o material previamente encaminhado;

II - pronunciamento dos membros do CGC e, a critério do Presidente, de pessoas físicas ou jurídicas convidadas;

III - encerramento das votações; e

IV - proclamação do resultado pelo Presidente.

Parágrafo único. As decisões serão registradas em ata própria da reunião, com cópia juntada a cada processo deliberado.

Seção IV

Da Ordem dos Trabalhos

Art. 16 A sessão da reunião do CGC deverá observar a seguinte ordem dos trabalhos:

I - abertura com o encaminhamento da pauta, do material preparatório e instruções para votação;

II - discussão dos assuntos em pauta, na data e horário agendado;

III - deliberação dos assuntos em pauta, quando houver assuntos sujeitos à deliberação; e

IV - encerramento.

Parágrafo único. Os assuntos serão chamados na ordem da pauta, ressalvados os pedidos de preferência concedidos.

Seção V

Do Registro da Reunião

Art. 17 Do que se passar em reunião do CGC, independentemente de haver ou não deliberações, será lavrada ata própria, pelo seu Secretário-Executivo, da qual constará:

I - o dia, a hora e o local de sua realização e quem a presidiu;

II - o nome dos membros presentes;

III - a presença dos demais participantes;

IV - os fatos ocorridos na reunião;

V - o resultado do exame de cada assunto constante da pauta, com a respectiva votação, quando houver assuntos sujeitos à deliberação; e

VI - os assuntos constantes da pauta que não foram deliberados, indicando-se o prazo de retorno do assunto para deliberação.

Parágrafo único. Os registros das reuniões deverão compor o processo administrativo específico de funcionamento do CGC para o exercício.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 18 Os casos omissos neste regimento serão decididos pelo próprio CGC em sessão específica para este fim.

DESPACHO Nº 2.428, DE 6 DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a deliberação da Diretoria e o que consta no Processo nº 48500.004406/2021-90, decidiu por: (i) altera o Custo Variável Unitário - CVU das Usinas Termelétricas Potiguar (CEG UTE.PE.RN.028655-9) e Potiguar III (CEG UTE.PE.RN.029556-6), pertencentes à Companhia Energética Potiguar S.A. inscrita no CNPJ sob o nº 09.439.128/0001 20, constante no Despacho nº 3.219, de 8 de outubro de 2021, para o valor de R$ 1.313,00 (um mil e trezentos e treze reais) MWh ; (ii) determinar ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS que informe à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, para a devida recontabilização dos valores, a potência e os montantes de geração ocorridos fora da ordem de mérito de custo no período de 8 de outubro de 2021 a 31 de dezembro de 2021; e (iii) determinar à CCEE que proceda à recontabilização para conformidade do item "ii" considerando o valor de CVU do item "i".

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

DESPACHO Nº 2.486, DE 6 DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta no processo nº 48500.003698/2017-67, decide conhecer e, no mérito, negar provimento aos pedidos de reconsideração interpostos pela ATE XXIV Transmissora de Energia S.A cadastrada sob CNPJ N° 20.242.638/0001-46 e pela Austral Seguradora S.A cadastrada sob CNPJ N° 11.521.976/0002-07, em face do Despacho nº 996, de 12 de abril de 2022, mantendo a decisão proferida.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

DESPACHO Nº 2.488, DE 6 DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta no processo nº 48500.003690/2017-09, decide conhecer e, no mérito, negar provimento ao pedido de reconsideração interposto pela ATE XVIII Transmissora de Energia S.A cadastrada sob CNPJ N° 17.330.375/0001-12 em face do Despacho nº 1.374, de 24 de maio de 2022, mantendo a decisão proferida.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

RETIFICAÇÃO

Na Resolução Autorizativa nº 12.591, de 30 de agosto de 2022, constante no Processo nº 48500.006728/2022-54, publicado no DOU nº 168, de 2 de setembro de 2022, seção 1, p. 145, v. 160, onde se lê: "São Francisco Transmissão de Energia S.A.", leia-se: "Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A".

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 2.435, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme as atribuições estipuladas na Portaria nº 4.742, de 26 de setembro de 2017, e tendo em vista o que consta da Resolução Normativa nº 875, de 10 de março de 2020, e do Processo nº 48500.002261/2021-92, decide: (i) revogar o Despacho nº 1.932, de 19 de julho de 2022, que declara a não adequabilidade do Sumário Executivo e do Projeto Básico com os Estudos de Inventário referente à Pequena Central Hidrelétrica - PCH Da Barra, com 8.600 kW de potência instalada, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG PCH.PH.PR.032679-8.01; (ii) restabelecer os efeitos do Despacho nº 111, de 25 de junho de 2021, que concedeu à LBR Engenharia e Consultoria Ltda., inscrita no CNPJ n° 01.573.246/0001-15, o Registro de Intenção à Outorga de Autorização - DRI-PCH referente à PCH Da Barra; e (iii) tornar sem efeito o Comunicado nº 06, de 29 de julho de 2022.

RENATO MARQUES BATISTA

DESPACHO Nº 2.501, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº: 48500.006547/2022-28. Interessada: Hidro Geração Engenharia e Consultoria Ltda. Decisão: (i) conferir o DRI-PCH referente à PCH Japonesa, com 8.400 kW de potência instalada, cadastrada sob o CEG PCH.PH.PR.048885-2.01, localizada no rio Pirapó, no estado do Paraná; e (ii) esse DRI-PCH não poderá ser conferido a outros interessados. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em biblioteca.aneel.gov.br.

RENATO MARQUES BATISTA
Superintendente Adjunto

DESPACHO Nº 2.513, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº: 48500.005410/2013-65. Interessada: Minas PCH S.A. Decisão: (i) revogar, a pedido, somente os itens (ii), (iii) e (iv) do Despacho nº 1.204, de 2017, que conferiu o DRS da PCH Paraíso, com 26.000 kW de potência instalada, cadastrada sob o CEG: PCH.PH.GO.037527-6.01, localizada no rio São Marcos, estado de Goiás; (ii) revogar parcialmente o Despacho nº 2.213, de 2020, apenas no que se refere à PCH Paraíso; e (iii) disponibilizar o aproveitamento hidrelétrico Paraíso, aprovado pelo Despacho nº 910, de 2003, para solicitação de DRI-PCH por parte de qualquer interessado, nos termos da Resolução Normativa nº 875, de 2020. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível em biblioteca.aneel.gov.br.

RENATO MARQUES BATISTA
Superintendente Adjunto

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO Nº 2.459, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria ANEEL nº 3.926, de 29 de março 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.003865/2017-70, decide: (i) homologar, nos termos do art. 16 do Anexo à Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, os Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura, que entre si celebram a Enel Distribuição Ceará e as prestadoras de serviços de telecomunicação do Anexo; (ii) a receita proveniente dos contratos homologados no item "i" deverá favorecer a modicidade das tarifas praticadas pela Enel Distribuição Ceará, conforme disposto no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

IVO SECHI NAZARENO

ANEXO

JOYCILENE INACIO ALVES	ANTONIA SUELEN VIERIA DA SILVA	G2R SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA EIRELI
EVEN C. FERREIRA	A M A DE ANDRADE	PEDRO ERNANI GONÇALVES MANSINHO
X F DE SOUSA INTERNET - ME	WN CONNECT TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS LTDA	M DE O CARVALHO
NNF SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA	I MARCAL DA SILVA	MARCELO SILVA DE SOUZA
LINK DIGITAL SOLUÇÕES EM INTERNET LTDA	LIVENET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA LTDA	ISAC FERREIRA DA CRUZ JUNIOR
NG TELECOM N&G SERVIÇOS E COMUNICAÇÕES	FRANCISCO JAMESON SOUSA DE MORAIS SCM	ESCO SOLUÇÕES ENERGÉTICAS LTDA
MAIS INTERNET COMÉRCIO SERVIÇOS E TELECOMUNICAÇÕES	JAKELINE G. DE OLIVEIRA	WIKI TELECOMUNICAÇÕES EIRELI
I V CUNHA COMUNICAÇÕES	J. Z. COSTA SILVA	A N X TELECOM PROVEDOR DE INTERNET LTDA
INOV PROVEDOR DE INTERNET LTDA	ISAAC PAULA DE LIMA - ME	NAVEG TELECOM LTDA
ANTONIO ROSENO RODRIGUES COSTA	VITOR GEOVA SAMPAIO ARAUJO	R S SANTOS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO
MAX3 INTERNET LTDA	Y A NUNES TECNOLOGIA E SERVIÇOS	WELITON VIEIRA BATISTA
JANAÍNA LOPES MEDEIROS MORAIS 04596344370	CLARO NXT TELECOMUNICAÇÕES S.A	VIASAT BRASIL SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES LTDA
NET RÁPIDA TELECOMUNCAÇÕES DO BRASIL LTDA	XCONNECT SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÃO LTDA	LUÍS SÉRGIO RODRIGUES FERNANDES
J L DOS SANTOS	AIFALINK TELECOM SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMIDIA LTDA	COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DO CEARÁ - ZPE CEARÁ
ONZENET SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA	JOÃO RAONE SILVA DE OLIVEIRA TELECOM ME	PROXXIMA TELECOMUNICAÇÕES S.A
JF TELECOM LTDA	BRFIBRA TELECOMUNICAÇÕES LTDA	

DESPACHO Nº 2.460, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria ANEEL nº 3.926, de 29 de março 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.003866/2017-14, decide: (i) homologar, nos termos do art. 16 do Anexo à Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, os Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura, que entre si celebram a Copel Distribuição S.A. e as prestadoras de serviços de telecomunicação do Anexo; (ii) a receita proveniente dos contratos homologados no item "i" deverá favorecer a modicidade das tarifas praticadas pela Copel Distribuição S.A., conforme disposto no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

IVO SECHI NAZARENO

ANEXO

MKANET SERVIÇOS E COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA	BETA SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÃO LTDA	DENDENA & CIA LTDA - ME
C. R. SCHIMANOSKI & CIA LTDA	W. L. S. DOS SANTOS TELECOM E INFORMÁTICA	F. G. REDES DE FIBRA ÓPTICA LTDA - ME
J M FERNANDES - ME	LIFENET TELECOMUNICAÇÕES LTDA	MK-NET TELECOMUNICAÇÕES LTDA - ME
AHR SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA	RPM TELECOMUNICAÇÕES LTDA	NOVA FIBRA TELECOM S.A
EDSON REINALDO DOS SANTOS - ME	WILL E MULLER LTDA	MAX WIFI TELECOM LTDA - ME
CEDNET PROVEDOR DE INTERNET EIRELI	AGETEC NETCOM JAGUARIAÍVA PROVEDOR EIRELI	BARON SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA
TOTAL FIBRA SERVIÇOS DE PROVEDORES DE INTERNET LTDA	EG7 TELECOM - SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA - ME	SJP SEGURANÇA E TELECOM LTDA
BROS PROVEDOR DE INTERNET LTDA	QIX TELLECOMUNICAÇÃO LTDA	SD SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E MULTIMÍDIA LTDA - ME
NTM TELECOMUNICAÇÕES LTDA	ALCOM TELECOMUNICAÇÕES EIRELI	ZNET TELLECOM LTDA - ME
SERVIÇOS PONTAGROSSENSE DE FIBRA ÓPTICA EIRELI - ME	HELVETIA INFORMÁTICA EIRELI	OLA TELECOM - FIBRA ÓPTICA LTDA
MASTER SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDA LTDA	PIÁNET TELECOM - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA LTDA	NEW OESTE FOZ TELECOMUNICAÇÕES LTDA
BONUSNET SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA	DANILO JOSÉ TIBURSKI SERVIÇOS TELECOMUNICAÇÕES	A W G COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRO-ELETRÔNICOS LTDA
GIANCARLLO COSTA LUIZ TEECOMUNICAÇÕES EIRELI	CONECT SERVIÇOS DE INTERNET EIRELI	LINK TELECOM - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EIRELI
LIGANETT TELECOMUNICAÇÕES LTDA	MILTON CESAR ALVES DE MOURA	SEMPRENET TELECOM - PROVEDOR DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA
IVAITELECOM - TELECOMUNICAÇÕES - EIRELI	T.P.S. SGUBIN INTERNET TELECOM - EPP	JOHN BISPO DE MORAIS - ME
DC5 PROVEDOR DE INTERNET LTDA	NORT TELECOM LTDA	ON SOLUÇÕES EM CONEXÃO LTDA
ELSOFT TELECOM EIRELI	TELGE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA	DWLINK SERVIÇOS EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA
SG NETWORKS LTDA	DIDE TELECOMUNICAÇÕES LTDA	L.T. FORTESKI - TELECOM
VAI TELECOM LTDA	EVOFIBRA INTERNET IMBITUBA LTDA	FPLUS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E MULTIMÍDIA LTDA
HILLARE RIVA ALVES - ME	A SOLUÇÃO INTERNET BANDA LARGA LTDA - ME	BW 2.0 INTERNET LTDA
SUTIL E GAÇA TELECOMUNICAÇÕES LTDA	FABIANA LAROSZ GARCIA ALVES - SERVIÇOS DE MULTIMÍDIA - ME	ALEXANDRE NOGUEIRA ALVES
THE BIT CARRIER COMUNICAÇÕES LTDA	ELETRO SEG LTDA	PAULO VITOR DOS SANTOS ALMEIDA TELECOMUNICAÇÕES - ME
SONEHTEC SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA	LCM TELECOM LTDA	INFORADIO SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA LTDA
ALIANÇA TELECOM SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA LTDA	TONIN & ROCHEMBACK LTDA	G S TELECOMUNICAÇÕES LTDA
RM NETT TELECOMUNICAÇÕES LTDA	NXT TELECOM LTDA	SLUMANET PROVEDORES DE ACESSO LTDA
AOS TELECOM LTDA	L R. HORN - TELECOMUNICAÇÕES	R F S TELECOMUNICAÇÕES LTDA
SPEED FIBRA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DE INFORMAÇÕES LTDA	PRUDE NET LTDA	NN TELECOMUNICAÇÕES LTDA

DESPACHO Nº 2.461, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria ANEEL nº 3.926, de 29 de março 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.003867/2017-69, decide: (i) homologar, nos termos do art. 16 do Anexo à Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, os Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura, que entre si celebram a Enel Distribuição Goiás e as prestadoras de serviços de telecomunicação do Anexo; (ii) a receita proveniente dos contratos homologados no item "i" deverá favorecer a modicidade das tarifas praticadas pela a Enel Distribuição Goiás, conforme disposto no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

IVO SECHI NAZARENO

ANEXO

R S DA CRUZ - NET TURBO VONLTAR FIBRA OTICA	VAMOS NEGÓCIOS DIGITAIS LTDA	TURBO MAX TELECOMUNICAÇÕES LTDA
OMNI TELECOMUNICAÇÕES EIRELI	NET M@IS TELECOM EIRELI	MARIA APARECIDA DE SOUZA SANTANA
JC GONZAGA CARDOSO EIRELI	INOVA TECNOLOGIA EIRELI	H NEWS TELECOM - EIRELI
F P TELECOMUNICAÇÕES LTDA	EDUARDO JOSÉ MENDONÇA TELECOMUNICAÇÕES	C P NET - PROVEDOR DE INTERNET BANDA LARGA LTDA - ME
ALANHOUSE NET TELECOM LTDA	ARK TELECOM LTDA	CLARO NXT TELECOMUNICAÇÕES S.A
INOVA TELECOMUNICAÇÕES - EIRELI	FLÁVIO GARCIA FERREIRA	CONNECT LINE TELECOM LTDA
BRAVA TELECOMUNICAÇÕES PADRE BERNARDO EIRELI	NOVA GALIA BIOENERGIA LTDA	LEANDRO DE ALMEIDA - ME
M& M TELECOMUNICAÇÕES E MULTIMÍDIA LTDA	S.R. DA SILVA TELECOMUNICAÇÕES - ME	W M FIGUEIREDO EIRELI
CONNECT FIBER TECNOLOGIA LTDA	ESPLANADA FIVE TECNOLOGIA LTDA	GIGANET TELECOMUNICAÇÕES EIRELI
MARCELO MOREIRA DIONISIO GOIÁS TELECOMUNICAÇÕES	MPA ENGENHARIA E SOLUÇÕES VISUAIS EIRELI	H A P SANTANA COMUNICAÇÃO
NEW MASTER TELECOM OPERADORA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA	WB DE MIRANDA COMUNIICAÇÕES	INET TELECOM EIRELI
A MARIN - BRASIL TURBONET	OFICIO SPORT EIRELI	

DESPACHO Nº 2.462, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria ANEEL nº 3.926, de 29 de março 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.005613/2017-85, decide: (i) homologar, nos termos do art. 16 do Anexo à Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, os Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura, que entre si celebram a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA e as prestadoras de serviços de telecomunicação do Anexo; (ii) a receita proveniente dos contratos homologados no item "i" deverá favorecer a modicidade das tarifas praticadas pela COELBA, conforme disposto no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

IVO SECHI NAZARENO

ANEXO

SBS NET SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES EIRELI	3L TELECOMUNICAÇÕES LTDA	CLICK NET SOLUÇÕES EM INTERNET LTDA
COMPUTEC TELECOM LTDA	CEEK NET PROVEDOR DE INTENET LTDA	MENNE.SYS - PROOVEDOR DE INTERNET EIRELI
NET WORK FIBER COMÉRCIO E SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA	COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELÉTRICO E HIDRÁULICO EIRELI	RAPIDUS INTERNET BANDA LARGA LTDA
ROGÉRIO CAARLOS SCHIMIDT (DATA SYSTEM)	SBS NET SERVIÇOS DE TELECOMUNIICAÇÕES EIRELI	SEABRA INFORMÁTICA LTDA ME
TURBONET PROVEDOR DE INTERNET SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA		

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

Decisão: Liberar as unidades geradoras para início de operação a partir de 10 de setembro de 2022.

Nº 2.510 - Processo nº: 48500.005529/2021-48. Interessados: Karpowership Brasil Energia Ltda. Modalidade: Operação em teste. Usina: UTE Karkey 019. Unidades Geradoras: UG1 a UG6, de 18.320,00 kW cada, e UG7, de 6.000,00 kW. Localização: Município de Itaguaí, no estado do Rio de Janeiro.

Nº 2.511 - Processo nº: 48500.005495/2021-91. Interessados: Karpowership Brasil Energia Ltda. Modalidade: Operação em teste. Usina: UTE Porsud I. Unidades Geradoras: UG1 a UG6, de 18.320,00 kW cada, e UG7, de 6.000,00 kW. Localização: Município de Itaguaí, no estado do Rio de Janeiro.

Nº 2.530 - Processo nº: 48500.003433/2020-64. Interessados: Tucano F8 Geração de Energias SPE S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: EOL Tucano VIII. Unidades Geradoras: UG2 e UG5 a UG8, de 6.200,00 kW cada. Localização: Município de Tucano, no estado da Bahia.

Nº 2.531 - Processo nº: 48500.000704/2020-20. Interessados: Janaúba X Geração Solar Energia S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: UFV Janaúba 10. Unidades Geradoras: UG1 a UG294, de 175,00 kW cada. Localização: Município de Janaúba, no estado de Minas Gerais.

Nº 2.532 - Processo nº: 48500.006996/2013-85. Interessados: BioTérmica Energia S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: UTE Biotérmica Energia Sa - Giruá. Unidades Geradoras: UG1, de 1.000,00 kW. Localização: Município de Giruá, no estado de Rio Grande do Sul.

Nº 2.533 - Processo nº: 48500.000707/2020-63. Interessados: Janaúba XIII Geração Solar Energia S.A. Modalidade: Operação comercial. Usina: UFV Janaúba 13. Unidades Geradoras: UG1 a UG294, de 175,00 kW cada. Localização: Município de Janaúba, no estado de Minas Gerais.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em https://biblioteca.aneel.gov.br.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHO Nº 2.458, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Processo nº 48500.007211/2022-82. Interessada: Zona da Mata Geração S.A. - CNPJ/MF nº 04.677.733/0001-16. Decisão: anuir previamente à proposta de alteração do Estatuto Social da Interessada para redução do seu Capital Social, conforme proposta apresentada. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em: www.aneel.gov.br/biblioteca.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES
Superintendente

DESPACHO Nº 2.477, DE 6 DE SETEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 4.659, de 18 de julho de 2017, considerando o disposto na Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, na Resolução Normativa Aneel nº 948, de 16 de novembro de 2021, e o que consta do Processo nº 48500.007313/2022-06, decide anuir previamente ao Contrato de Aquisição de Transformadores de Distribuição de 15 kV e 34,5 kV a ser celebrado entre a Roraima Energia S.A., CNPJ nº 02.341.470/0001-44 (Contratante), e sua Parte Relacionada, a Indústria de Transformadores Amazonas Ltda. - ITAM, CNPJ nº 15.815.491/0001-04 (Contratada), conforme proposta apresentada.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO

DESPACHO Nº 2.529, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 3.924, de 29 de março de 2016, e tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.006009/2022-33, decide indeferir o pleito da Mata de Santa Genebra Transmissão S.A. - MSG, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.699.063/0001-06, de isenção da aplicação de Parcela Variável por Indisponibilidade - PVI referente ao desligamento intempestivo da Função Transmissão - FT LT 500 kV Itatiba/Bateias C-1 SP/PR, ocorrido em 19 de agosto de 2021, atribuído pela empresa a suposto ato de sabotagem.

LEONARDO MENDONÇA OLIVEIRA DE QUEIROZ

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ESTUDOS DO MERCADO

DESPACHO Nº 2.542, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ESTUDOS DO MERCADO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pelo art. 1º, inciso V, da Portaria nº 3.925, de 29 de março de 2016, considerando o disposto na Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, no Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, nas Resoluções Normativas nº 1.009, de 22 de março de 2022 no Submódulo 11.1 do PRORET, no contrato de Comercialização de Energia a partir de Licitação Pública - CCELP (CCVEE nº 001/2020) e no Edital de Leilão Conjunto de Compra e Venda de Energia Elétrica - 01/2020 - CRERAL, COOPERLUZ, CERMISSÕES e CERTHIL, e o que consta do Processo nº 48500.005617/2020-69, decide aprovar o 1º Termo Aditivo, com exceção dos montantes sazonalizados de janeiro a junho de 2022, celebrado entre a compradora Cooperativa de Distribuição e Geração de Energia das Missões - CERMISSÕES, inscrita no CNPJ sob o nº 97.081.434/0001-03, e a vendedora ELECTRA Comercializadora de Energia Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 04.518.259/0001-80.

JÚLIO CÉSAR REZENDE FERRAZ

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

DESPACHO
Relação nº 140/2022

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) cientes(s) que o recurso administrativo interposto foi julgado procedente; restando-lhe(s) pagar ou parcelar o débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 2º, XII, a, da Lei nº 13.575/2017, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Processo nº: 48417.964448/2016-63
Titular: JANOS PEREIRA LELIS
CNPJ: 769.188.316-15
NFLDP: 81/2016
Valor: R$ 94.742,25

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

DESPACHO
Relação nº 139/2022

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) cientes(s) que o recurso administrativo interposto foi julgado parcialmente procedente; restando-lhe(s) pagar ou parcelar o débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 2º, XII, a, da Lei nº 13.575/2017, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Nº DO PROCESSO	TITULAR	CNPJ	NFLDP	VALOR
48403.931186/2014-48	Holcim (Brasil) S/A.	60.869.336/0001-17	551/2014	65.954,82
48417.964427/2016-48	Rejane Aguiar Bittencourt.	959.372.775-20	68/2016	755,18

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

PORTARIA ANM Nº 1.125, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

Publica a listagem dos atos normativos inferiores a decreto vigentes em 1º de agosto de 2022 e revoga a Portaria ANM nº 751, de 10 de março de 2021, e a Portaria ANM nº 986, de 13 de abril de 2022.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO - ANM, no uso da competência que lhe confere o art. 19, inciso V, do Regimento Interno da Agência Nacional de Mineração, aprovado pela Resolução nº 102, de 13 de abril de 2022;

Considerando o disposto no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019;

Considerando o constante dos autos do processo nº 48051.000128/2021-37, resolve:

Art. 1º Publicar a listagem dos atos normativos inferiores a decreto vigentes em 1º de agosto de 2022, em cumprimento ao disposto no artigo 19-A, inciso I, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

§ 1º Esta Portaria aplica-se a atos normativos de caráter geral, abstrato e de alcance externo sobre matéria de competência da Agência, que tenham sido editados pelo Departamento Nacional de Produção Mineral ou pela Agência Nacional de Mineração.

§ 2º Esta Portaria não se aplica a:

I - atos cujo destinatário, pessoa natural ou jurídica, esteja nominalmente identificado;

II - recomendações ou diretrizes cujo não atendimento não implique aos destinatários consequências jurídicas, efetivas ou potenciais; e

III - atos com efeitos exclusivamente internos à ANM.

Art. 2º A listagem completa dos atos normativos inferiores a decreto vigentes em 1º de agosto de 2022, enquadrados § 1º do art. 1º, encontra-se disponível no Anexo desta Portaria.

§ 1º Estão incluídos todos os atos sem revogação expressa.

§ 2º Não estão listados os atos enquadrados no § 2º do art. 1º desta Portaria.

§ 3º Estão incluídos os Pareceres Jurídicos editados pelo órgão jurídico de apoio ao Departamento Nacional de Produção Mineral que foram aprovados com designação de efeito normativo ou de adoção em caráter geral, abstrato e de uniformização de entendimentos no âmbito do órgão, sem identificação de revogação expressa.

Art. 3º Ficam revogadas:

I - a Portaria ANM nº 751, de 10 de março de 2021; e

II - a Portaria ANM nº 986, de 13 de abril de 2022.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VICTOR HUGO FRONER BICCA

ANEXO I

LISTAGEM COMPLETA DOS ATOS NORMATIVOS INFERIORES A DECRETO VIGENTES EM 1º DE AGOSTO DE 2022

INSTRUÇÕES NORMATIVAS		
Ordem	Identificação do ato	Ementa/Assunto
1	Instrução Normativa nº 1, de 22 de outubro de 1983	Divulga os entendimentos e os procedimentos do Departamento Nacional da Produção Mineral DNPM, concernentes à Divisão de Fomento da Produção Mineral.
2	Instrução Normativa nº 4, de 24 de novembro 1997	Dispõe sobre requerimentos de autorizações de pesquisa protocolizados.
3	Instrução Normativa nº 02, de 07 de fevereiro de 2000	Altera a Instrução Normativa nº 01/83
4	Instrução Normativa nº 6, de 9 de junho de 2000	Dispõe sobre as parcelas dedutíveis para obtenção do faturamento líquido sobre as operações de venda do produto mineral.
5	Instrução Normativa nº 8, de 9 de junho de 2000	Altera a Portaria nº 158, de 15 de junho de 1999 e a Portaria nº 175, de 02 de julho de 1999.

6	Instrução Normativa nº 1, de 3 de abril de 2002	A Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais-CFEM, devida pelas empresas detentoras de direitos minerários que exercem atividade balneária sem especificação do preço do banho, terá como base de cálculo 8,91% (oito vírgula noventa e um por cento) do faturamento líquido mensal do balneário.
7	Instrução Normativa nº 02, de 05 de setembro de 2002	Revoga o art. 4º da Instrução Normativa nº 06, de 09 de junho de 2000.
8	Instrução Normativa nº 02, de 04 de fevereiro de 2003	declara nula a Instrução Normativa nº 1, de 8 de janeiro de 2003.
ORIENTAÇÕES NORMATIVAS		
Ordem	Identificação do ato	Ementa/Assunto
1	Orientação Normativa nº 1 de 2 de janeiro de 1998	Estabelece instruções sobre aplicação da Instrução Normativa nº 4 de 24 de novembro de 1997.
2	Orientação Normativa nº 01/PF-DNPM, de 12 de junho de 2012	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) - Constitucionalidade das leis que instituíram e regulamentaram a CFEM.
3	Orientação Normativa nº 03/PF-DNPM, de 12 de junho de 2012	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) - Legalidade das Instruções Normativas nº 6/2000 e nº 8/2000 - Legitimidade da sistemática de cobrança da CFEM.
4	Orientação Normativa nº 04/PF-DNPM, de 12 de junho de 2012	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) - Dedução de despesas com transporte e seguro para apuração da base de cálculo da CFEM - Legalidade da Instrução Normativa nº 06/2000-DG/DNPM.
5	Orientação Normativa nº 05/PF-DNPM, de 12 de junho de 2012	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) - Dedução de ICMS para apuração da base de cálculo da CFEM - Legalidade do artigo 1º, item II da Instrução Normativa nº 06/2000-DG/DNPM.
6	Orientação Normativa nº 06/PF-DNPM, de 12 de junho de 2012	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) - Incidência da CFEM no consumo da substância mineral em processo de industrialização - Legalidade do artigo 15, parágrafo único, do Decreto nº 1/1991.
7	Orientação Normativa nº 07/PF-DNPM, de 12 de junho de 2012	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) - Ponto de incidência - Fase do processo minerário anterior ao campo de incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados.
8	Orientação Normativa nº 08/PF-DNPM, de 12 de junho de 2012	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) - Aplicação de correção monetária.
9	Orientação Normativa nº 09/PF-DNPM, de 12 de junho de 2012	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) - Legalidade do procedimento de fiscalização e cobrança da CFEM inaugurado pelo DNPM a partir do confronto das guias de recolhimento com as informações declaradas nos Relatórios Anuais de Lavra.
10	Orientação Normativa nº 10/PF-DNPM, de 12 de junho de 2012	Taxa Anual por Hectare (TAH). Base legal e Natureza Jurídica da TAH.
11	Orientação Normativa nº 11/PF-DNPM, de 12 de junho de 2012	Multa pelo não pagamento, pagamento a menor ou fora do prazo da Taxa Anual por Hectare - base legal, natureza jurídica, regime jurídico, decadência e prescrição.
12	Orientação Normativa nº 12/PF-DNPM - D.O.U. de 14 de outubro de 2016	Taxa Anual por Hectare (TAH) e Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) - Prazos de decadência e de prescrição.
PORTARIAS		
Ordem	Identificação do ato	Ementa/Assunto
1	Portaria nº 159, de 1º de abril de 1996	Estabelece instruções sobre requerimento para importação e comercialização de Água Mineral.
2	Portaria nº 41, de 26 de fevereiro de 1998	Dispõe sobre exigências para empresas importadoras de asbesto/amianto.
3	Portaria nº 231, de 31 de julho de 1998	Dispõe sobre a apresentação da área de proteção da fonte das águas classificadas como mineral e ou potável de mesa.
4	Portaria nº 52, de 19 de fevereiro de 1999	Suspende a outorga de novos Alvarás de Pesquisa destinados ao aproveitamento de água mineral e/ou termal do Aquífero Termal de Caldas Novas e Rio Quente para uso em balneoterapia.
5	Portaria nº 157, de 15 de junho de 1999	Dispõe sobre a compensação do pagamento indevido ou a maior da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM.
6	Portaria nº 158, de 15 de junho de 1999	Dispõe sobre os procedimentos a serem observados na fiscalização da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM.
7	Portaria nº 175 , de 02 de julho de 1999	Valor a ser recolhido a título de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais CFEM, no regime de Permissão de Lavra Garimpeira.
8	Portaria nº 237, de 16 de agosto de 1999	Delimitação de área para fins de aproveitamento mineral pelo Regime de Permissão de Lavra Garimpeira em área do Estado de Mato Grosso.
9	Portaria nº 237, de 18 de outubro de 2001	Aprova as Normas Reguladoras de Mineração - NRM, de que trata o art. 97 do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967.
10	Portaria nº 12, de 22 de janeiro de 2002	Altera dispositivos do ANEXO I da Portaria nº 237, de 18 de outubro de 2001, publicada no DOU de 19 de outubro de 2001.
11	Portaria Conjunta nº 397, de 13 de outubro de 2003	Dispõe sobre a a prévia anuência do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM para a exportação e a importação de diamantes brutos.
12	Portaria nº 439, de 21 de novembro de 2003	Disciplina e uniformiza os procedimentos a serem observados na fiscalização da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM.
13	Portaria nº 311, de 30 de novembro 2005	Aprova o modelo da Guia de Recolhimento da União para pagamento da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM, regula sua disponibilização e dá outras providências.
14	Portaria nº 10, de 10 de janeiro de 2007	Bloqueia a novos requerimentos de direitos minerários a área destinada a estudo de viabilidade de criação de área de garimpagem no município de Novo Aripuanã - AM.
15	Portaria nº 29, de 8 de fevereiro de 2007	Altera a Portaria nº 10, de 10 de janeiro de 2007 e a Portaria nº 178, de 12 de abril de 2004.
16	Portaria nº 15, de 7 de janeiro de 2008	Estabelece que os requerentes e titulares de direitos minerários pessoas jurídicas deverão ser identificados no DNPM por meio do número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do estabelecimento matriz e altera a Portaria DNPM nº 199, de 14 de julho de 2006.
17	Portaria nº 387, de 19 de setembro de 2008	Disciplina o uso das embalagens plástico garrafão retornável, destinadas ao envasamento e comercialização de água mineral e potável de mesa e dá outras providências.
18	Portaria nº 388, de 19 de setembro de 2008	Disciplina a utilização das águas minerais e potáveis de mesa regidas pelo Código de Águas Minerais (Decreto-Lei nº 7.841 de 08 de agosto de 1945) como ingrediente no preparo de bebidas em geral.
19	Portaria nº 425, de 22 de outubro de 2008	Dispõe sobre a apresentação, ao DNPM, de mapas estatísticos de produção e comercialização de metais não-ferrosos, pelos titulares e arrendatários de direito minerário.
20	Portaria nº 79, de 12 de março de 2009	Altera as Portarias nºs 439, de 21 de novembro de 2003, e 199, de 14 de julho de 2006 e revoga a Portaria nº 70, publicada no DOU do dia 12 de março de 2009.
21	Portaria nº 160, de 26 de maio de 2009	Estabelece procedimentos para desfazimento dos bens minerais apreendidos e os respectivos equipamentos.
22	Portaria nº 358, de 21 de setembro de 2009	Altera a Portaria nº 387, de 19 de setembro de 2008.
23	Portaria nº 374, de 1º de outubro de 2009	Aprova a Norma Técnica que dispõe sobre as Especificações Técnicas para o Aproveitamento de água mineral, termal, gasosa, potável de mesa, destinadas ao envase, ou como ingrediente para o preparo de bebidas em geral ou ainda destinada para fins balneários, em todo o território nacional, revoga a Portaria nº 222 de 28 de julho de 1997, publicada no D.O.U. de 08 de agosto de 1997 e dá outras providências.
24	Portaria nº 391, de 22 de outubro de 2009	Bloqueia para novos requerimentos de direito minerário que objetivem o aproveitamento de água mineral ou potável de mesa a área de 29.575,45 hectares, que engloba o perímetro do Polo Petroquímico de Camaçari no estado da Bahia.
25	Portaria nº 254, de 30 de junho de 2010	Estabelece regras de transição para aplicação do item 4.5.7 da Norma Técnica nº 001/2009, aprovada pela Portaria nº 374, de 1º de outubro de 2009.
26	Portaria nº 264, de 13 de julho de 2010	Altera o item 1.6 do Anexo I da Portaria nº 237, de 18 de outubro de 2001, publicada no DOU de 19 de outubro de 2001.
27	Portaria nº 127, de 25 de março de 2011	Aprova o Roteiro Técnico para elaboração do Projeto de Caracterização Crenoterápica de que trata o item 5.4.4 da Norma Técnica nº 001/2009, aprovada pela Portaria nº 374, de 1º de outubro de 2009.
28	Portaria nº 128, de 25 de março de 2011	Altera a Portaria DNPM nº 387, de 19 de setembro de 2008, publicada no DOU de 23 de setembro de 2008.
29	Portaria nº 533, de 4 de dezembro de 2012	Altera a Portaria nº 254, de 30 de junho de 2010.
30	Portaria nº 435, de 8 de outubro de 2013	Altera o art. 2º da Portaria nº 439, de 21 de novembro de 2003, e revoga o parágrafo único do art. 21 da Portaria nº 199, de 14 de julho de 2006.
31	Portaria nº 519, de 28 de novembro de 2013	Institui a Declaração de Investimento em Pesquisa Mineral - DIPEM.
32	Portaria nº 67, de 14 de fevereiro de 2014	Altera a Portaria nº 374, de 1º outubro de 2009, publicada no DOU de 07/10/2009, que Aprova a Norma técnica que dispõe sobre as especificações Técnicas para o Aproveitamento de água mineral, termal, gasosa, potável de mesa, destinadas ao envase, ou como ingrediente para o preparo de bebidas em geral ou ainda destinada para fins balneários, em todo o território nacional.
33	Portaria nº 361, de 10 de setembro de 2014	Disciplina os documentos comprobatórios e modelos de recibo e do cadastro a que se referem, respectivamente, os incisos I e II do caput e o § 1º do art. 39 da Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013.
34	Portaria nº 521, de 5 de dezembro de 2014	Institui Guia de Recolhimento da União (GRU) específica para a consecução de conversões em renda relacionadas à receita denominada Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM).
35	Portaria Nº 36, de 16 de janeiro de 2015	Altera as Normas Reguladoras da Mineração do DNPM, NRM 04 - Aberturas Subterrâneas e a NRM 06 - Ventilação.
36	Portaria nº 155, de 12 de maio de 2016	Aprova a Consolidação Normativa do DNPM e revoga os atos normativos consolidados.
37	Portaria nº 294, de 11 de outubro de 2016	Altera e Inclui o art. n 88-A na Portaria nº 155, de 12 de maio de 2016, publicada no DOU de 17/05/2016.
38	Portaria nº 5, de 27 de janeiro de 2017	Revoga os atos de instauração de procedimentos de disponibilidade de área publicados a partir de 1º de dezembro de 2016, altera a Consolidação Normativa do DNPM, aprovada pela Portaria nº 155, de 12 de maio de 2016, e dá outras providências.
39	Portaria SEI nº 70.348, de 03 de maio de 2017	Institui os procedimentos de protocolização e tramitação eletrônica no Cadastro Nacional do Comércio de Diamantes Brutos - CNCD, para requerimento de emissão do Certificado do Processo Kimberley - CPK para exportação e anuência na importação de diamantes brutos.
40	Portaria nº 70.507, de 23 de junho de 2017	Instruções técnicas para apresentação de Novo Plano de Aproveitamento Econômico - PAE.
41	Portaria nº 70.577, de 20 de julho de 2017	Dispõe sobre a quitação, na forma do PRD, dos débitos não tributários com o Departamento Nacional de Produção Mineral, definitivamente constituídos ou não, vencidos até 31 de março de 2017, não inscritos em dívida ativa.
42	Portaria nº 70.948, de 21 de dezembro de 2017	Revoga a Portaria nº 70.590, de 25 de julho de 2017.
43	Portaria nº 72, de 31 de janeiro de 2018	Prorroga por mais dez anos o prazo de suspensão de outorga de Alvarás de Pesquisa no Aquífero de Caldas Novas e Rio Quente, Estado de Goiás.
44	Portaria nº 239, de 23 de março de 2018	Dispõe sobre o § 10 do art. 2º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, e sobre o Decreto nº 9.252, de 28 de dezembro de 2017.
45	Portaria nº 261, de 29 de março de 2018	Dispõe sobre a unidade de medida padrão para os produtos minerais de que trata o art. 1º da Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978.

46	Portaria SEI nº 819, de 3 de dezembro de 2018	Estabelece instruções sobre análises oficiais de fontes de água mineral, termal, gasosa, potável de mesa ou destinada a fins balneários.
47	Portaria nº 274, de 10 de abril de 2019	Altera o art. 2º da Portaria nº 261, de 29 de março de 2018.
	RESOLUÇÕES	
Ordem	Identificação do Ato	Ementa/Assunto
1	Resolução nº 1, de 10 de dezembro de 2018	Disciplina o registro de extração, previsto no inciso I do parágrafo único do art. 13 do Decreto nº 9.406, de 12 de junho de 2018.
2	Resolução nº 1, de 25 de janeiro de 2019	Altera a Consolidação Normativa do DNPM, aprovada pela Portaria nº 155, de 12 de maio de 2016, e dá outras providências.
3	Resolução nº 6, de 2 de abril de 2019	Disciplina o disposto no Decreto nº 9.407, de 12 de junho de 2018.
4	Resolução nº 7, de 11 de abril de 2019	Define, nos termos do Artigo 70, o valor das multas previstas nos incisos V, IX, X, XI, XII, XII, XVI, XVIII e XIX do Artigo 34 do Decreto nº 9.406/2018, que regulamenta o Código de Mineração.
5	Resolução nº 16, de 25 de setembro de 2019	Institui e regulamenta o protocolo digital, o módulo de peticionamento eletrônico do SEI (sistema eletrônico de informações), o SEI e define normas, rotinas e procedimentos de instrução do processo eletrônico.
6	Resolução nº 18, de 30 de outubro de 2019	Amplia a prorrogação de prazo de transição em função da implantação do Protocolo Digital e dá outras providências.
7	Resolução nº 23, de 30 de janeiro de 2020	Atualiza os valores dos Emolumentos, da Taxa Anual por Hectare (TAH), das Multas, das Vistorias e dos Demais serviços prestados pela Agência Nacional de Mineração (ANM), fixados através das Resoluções nºs 3, de 30/01/2019 e 7, de 11/04/2019, publicadas no DOU de 31/01/2019 e 12/04/2019, respectivamente.
8	Resolução nº 24, de 3 de fevereiro de 2020	Regulamenta o procedimento de disponibilidade de que tratam os artigos 26, 32 e 65, § 1º do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o art. 2º, inciso VII, da Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017.
9	Resolução nº 25, de 11 de fevereiro de 2020	Altera a Resolução nº 6, de 02 de abril de 2019, da Agência Nacional de Mineração.
10	Resolução nº 28, de 24 de março de 2020	Estabelece os casos cujos prazos processuais e matérias serão suspensos, com a fixação de prazo inicial e final de suspensão, bem assim outros procedimentos correlatos.
11	Resolução nº 29 de 17 de abril de 2020	Altera a Resolução nº 28, de 24 de março de 2020, que estabelece os casos cujos prazos processuais e matérias serão suspensos, com a fixação de prazo inicial e final de suspensão, bem assim outros procedimentos correlatos.
12	Resolução nº 33, de 12 de maio de 2020	Altera o art. 246 da Portaria DNPM nº 155, de 12 de maio de 2016, que aprova a Consolidação Normativa do DNPM e revoga os atos normativos consolidados.
13	Resolução nº 34, de 14 de maio de 2020	Altera o item 4.12 da Norma técnica nº 001/2009, aprovada pela Portaria DNPM nº 374, de 1º de outubro de 2009, e revoga as Portarias DNPM nº 389, de 19 de setembro de 2008, e nº 225, de 2 de junho de 2010.
14	Resolução nº 36, de 1º de junho de 2020	Altera os arts. 1º e 3º da Resolução nº 28, de 24 de março de 2020, que estabelece os casos cujos prazos processuais e matérias serão suspensos, com a fixação de prazo inicial e final de suspensão, bem assim outros procedimentos correlatos.
15	Resolução nº 37, de 4 de junho de 2020	Altera os artigos 102 ao 122 da Portaria nº 155/2016, que disciplinam a emissão da Guia de Utilização - GU.
16	Resolução nº 46, de 8 de setembro de 2020	Altera o Art. 1º da Resolução nº 28, de 24 de março de 2020, que estabelece os casos cujos prazos processuais e matérias serão suspensos, com a fixação de prazo inicial e final de suspensão, bem assim outros procedimentos correlatos, e dá outras providências.
17	Resolução nº 49, de 13 de novembro de 2020	Altera os artigos 42 e 43 da Portaria nº 155, de 12 de maio de 2016.
18	Resolução nº 50, de 24 de novembro de 2020	Retifica os artigos 2º, 3º e 7º, assim como acrescenta o Art. 6º-A à Resolução nº 46, de 08 de setembro de 2020, publicada em 10 de setembro de 2020.
19	Resolução ANM nº 58, de 11 de fevereiro de 2021	Atualiza os valores dos Emolumentos, da Taxa Anual por Hectare (TAH), das Multas, das Vistorias e dos Demais serviços prestados pela Agência Nacional de Mineração (ANM), fixados através da Resolução nº 23, de 30/01/2020, publicada no DOU de 03/02/2020, e os valores das multas do Art. 9º, I a IX e § 1º da Lei nº 7.805/1989 e Art. 15, § 1º e Art. 17, § 1º, da Lei nº 11.685/2008.
20	Resolução ANM nº 60, de 1º de março de 2021	Altera o Art. 1º da Resolução nº 28, de 24 de março de 2020, que disciplina a suspensão de prazos materiais e processuais em virtude do estado de calamidade pública resultante da pandemia de Covid-19.
21	Resolução ANM nº 62, de 10 de março de 2021	Dá nova redação ao inciso III do caput do art. 5º, o § 1º do art. 10, o inciso I e o § 1º do art. 71 da Resolução nº 16, de 25 de setembro de 2019, permitindo o acesso ao Protocolo Digital da ANM para os tipos de conta verificada ou conta comprovada no GOV.BR e define o conceito de assinatura eletrônica avançada e assinatura eletrônica qualificada.
22	Resolução ANM nº 68, de 30 de abril de 2021	Dispõe sobre as regras referentes ao Plano de Fechamento de Mina - PFM e revoga as Normas Reguladoras da Mineração nº 20.4 e nº 20.5, aprovadas pela Portaria DNPM nº 237, de 18 de outubro de 2001.
23	Resolução ANM nº 74, de 8 de junho de 2021	Revoga expressamente atos normativos com efeitos exauridos no tempo ou obsoletos, em cumprimento às disposições do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.
24	Resolução ANM nº 76, de 29 de junho de 2021	Altera as Resoluções nº 28/2020, nº 46/2020, que disciplinam a suspensão de prazos materiais e processuais em virtude do estado de calamidade pública resultante da pandemia de Covid-19 e revoga a Resolução nº 55/2021.
25	Resolução ANM nº 77, de 28 de julho de 2021	Estabelece as diretrizes e procedimentos gerais a serem adotados para o retorno do atendimento presencial nas instalações da ANM, em todo o território nacional, de forma gradual e com adoção das medidas de segurança preconizadas pelos órgãos sanitários.
26	Resolução ANM nº 80, de 27 de agosto de 2021	Restabelece o art. 28, § 2º, da Consolidação Normativa do DNPM, aprovada pela Portaria DNPM nº 155, de 12 de maio de 2016.
27	Resolução ANM nº 85, de 02 de dezembro de 2021	Dispõe sobre procedimentos para o aproveitamento de rejeitos e estéreis.
28	Resolução ANM nº 90, de 22 de dezembro de 2021	Regulamenta os artigos 43 e 44 do Decreto nº 9.406, de 12 de junho de 2018, estabelecendo as hipóteses de oferecimento de direitos minerários como garantia em operações de captação de recursos para o financiamento da mineração, bem como os requisitos e condições para que ocorra a transferência da titularidade de tais direitos.
29	Resolução ANM nº 92, de 13 de janeiro de 2022	Alteração da Portaria n° 155/2016 para inclusão de situações de calamidade pública ou estado de emergência decretada como fator condicionante da viabilidade de execução de obras emergenciais que demandem trabalhos de movimentação de terras ou desmonte de materiais in natura.
30	Resolução ANM nº 93, de 3 de fevereiro de 2022	Atualiza os valores dos Emolumentos, da Taxa Anual por Hectare (TAH), das Multas Previstas na Legislação Minerária, das Vistorias de Fiscalização e dos Demais serviços prestados pela Agência Nacional de Mineração - ANM, fixados através da Resolução ANM nº 58, de 11/02/2021, publicada no Diário Oficial da União de 12/02/2021 - Seção I.
31	Resolução nº 94, de 7 de fevereiro de 2022	Normatiza o inciso XXXV do art. 2º da Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017, disciplina a classificação das reservas minerais, com base em padrões internacionalmente aceitos de declaração de resultados, nos termos do § 4º do art. 9º do Decreto nº 9.406, de 12 de junho de 2018, e dá outras providências.
32	Resolução nº 95, de 7 de fevereiro de 2022	Consolida os atos normativos que dispõem sobre segurança de barragens de mineração.
33	Resolução nº 97, de 17 de março de 2022	Altera a Resolução nº 16, de 25 de setembro de 2019, que institui e regulamenta o protocolo digital, o módulo de peticionamento eletrônico do SEI (sistema eletrônico de informações), o SEI e define normas, rotinas e procedimentos de instrução do processo eletrônico.
34	Resolução nº 103, de 20 de abril de 2022	Regulamenta o Cadastro Nacional do Primeiro Adquirente de bem mineral proveniente do Regime de Permissão de Lavra Garimpeira.
35	Resolução ANM nº 104, de 20 de abril de 2022	Altera a Resolução ANM nº 68, de 30 de abril de 2021, que dispõe sobre as regras referentes ao Plano de Fechamento de Mina (PFM).
36	Resolução nº 106, de 2 de maio de 2022	Regulamenta a emissão do Certificado do Processo de Kimberley (CPK) para exportação; a anuência para importação e exportação de diamantes brutos; o Cadastro Nacional do Comércio de Diamantes (CNCD) e o Relatório de Transações Comerciais (RTC), e dá outras providências.
37	Resolução ANM nº 111, de 30 de junho de 2022	Altera Resolução nº 46/2020, que alterou o art. 1º da Resolução nº 28/2020, que estabelece os casos cujos prazos processuais e matérias serão suspensos, com a fixação de prazo inicial e final de suspensão, bem assim outros procedimentos correlatos, e dá outras providências.
	PARECER	
Ordem	Identificação do ato	Ementa/Assunto
1	Parecer/PROGE nº 177/2003 - AS	Prova de disponibilidade de fundos não está restrita ao atestado de capacidade financeira fornecido por bancos. Aceitação por parte do DNPM de outros documentos que atinjam esse fim.
2	Parecer/PROGE nº 145/2006 - CCE-JMO	Direitos minerários a onerar área objeto de criação de unidade de conservação - Necessidade de disciplina jurídica uniforme em todo o território nacional de acordo com o tipo de unidade de conservação criada: Unidade de Uso sustentável ou Unidade de Proteção Integral - Caso haja necessidade de invalidação do direito minerário, esta há ser feita com fundamento no art. 7º, §1º, e art. 28 da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, - SNUC, tocando ao ente público que criou a unidade de conservação eventual responsabilidade pela indenização dos direitos minerários.
3	Parecer/PROGE nº 564/2007-RMP	TAH e CFEM. Preço Público. Decadência/Prescrição. Ação punitiva do Estado. Multa. Prazo prescricional.
4	Parecer/PROGE nº 172/2008-FMM	Vigência das restrições quanto ao número de áreas tituladas por uma mesma pessoa e quanto à fixação de área máxima para cada autorização de pesquisa.
5	Parecer/PROGE nº 173/2008-FMM	Inicio da contagem dos prazos administrativos.
6	Parecer/PROGE nº 297/2008-FMM	Consulta sobre averbação de cessão de requerimentos de direitos minerários solicitada antes da entrada em vigor da Portaria DNPM nº 199/2006.
7	Parecer/PROGE nº 500/2008-FMM-LBTL-MP-SDM-JA	Conflito entre atividades de exploração de recursos minerais e de geração e transmissão de energia elétrica.
8	Parecer/PROGE nº. 565/2008-CCE	Transferência causa mortis de direitos minerários. Transmissibilidade dos objetos dos processos administrativos de mineração - Requerimento de direito minerários e direitos propriamente ditos - Impossibilidade em relação aos primeiros e possibilidade em relação aos segundos - Exceção à regra: possibilidade de transmissão do requerimento de concessão de lavra com fundamento no art. 31 do Código de Mineração que assegura a cessão do direito de requerer a concessão - Procedimento para transmissão dos direitos minerários - Sucessão causa mortis - Arts. 6º, 1784 e 1788 do Código Civil - Sucessão de partes no processo administrativo de mineração - Integração da lei por meio de analogia - Aplicação dos arts. 43 e 265 do Código de Processo Civil.
9	Parecer PROGE/DNPM nº 629/2008-SC	Lavra praticada por titular de autorização de pesquisa sem a outorga da guia de utilização. Crime ambiental e de usurpação tipificados nos arts. 55 da Lei nº 9.605/98 e 2º da Lei nº 8.176/1991, respectivamente. Providências. Ausência de sanção administrativa específica na legislação mineral.
10	Parecer PROGE nº 126/2009-HPS	Consulta sobre a necessidade de assentimento prévio do Conselho de Defesa nacional - CDN para pesquisa e lavra de recursos minerais de imediata aplicação na construção civil.

11	Parecer/PROGE DNPM nº 397/2009-SC	Cessão de direitos com mudanças de regime. Regimes de autorização de pesquisa e de licenciamento. Pedido de averbação de cessão parcial de alvará de pesquisa ou de registro de licença instruído com requerimento originário de direito minerário para regime de aproveitamento diverso do título objeto do contrato de cessão, consubstanciando pedido concomitante de mudança de regime. Possibilidade de processamento. Ratificação do Parecer PF 3º DS/DNPM/MG nº 35-2/2006.
12	Parecer nº 495/2009/HP/PROGE/DNPM	Embasamento legal para autuação e aplicação de multa pela não apresentação do RAL ou sua entrega com atraso.
13	Parecer nº 500/2009/HP/PROGE/DNPM	Exigências legais ambientais - outorga de títulos minerários e realização de atividades de mineração nas unidades de conservação e zonas de amortecimento.
14	Parecer nº 003/2010-PROGE/DNPM-LGM	Processo de Cobrança, Constituição, Decadência e Prescrição dos Créditos do DNPM. Prescrição e Decadência dos créditos do DNPM. Manutenção do Parecer nº 564/07-RMP para os créditos originados entre 1989 e 1999. Processo administrativo de cobrança de créditos não tributários. Constituição de créditos da fazenda pública. Natureza jurídica dos créditos do DNPM. Análise sobre os institutos da decadência e da prescrição. Prazos decadenciais e prescricionais dos créditos do DNPM. Marcos interruptivos dos prazos decadenciais e prescricionais. Prescrição intercorrente - para multas.
15	Parecer nº 58/2010-SC/PROGE/DNPM	Isenção de CFEM sobre ouro extraído por garimpeiros.
16	Parecer nº 107/2010/FM/PROGE/DNPM	Atribuições do DNPM em matéria de fósseis e sítios de valor paleontológico encontrados em território brasileiro.
17	Parecer nº 456/2010/HP/PROGE/DNPM	Consulta sobre os procedimentos legais para a outorga de títulos minerários em áreas tombadas. Áreas com patrimônio tombado. Títulos minerários. Condições para expedição. Sugestões de procedimento.
18	Parecer nº 457/2010/HP/PROGE/DNPM	Consulta sobre os procedimentos legais para a outorga de títulos minerários em regiões ocupadas por comunidades quilombolas. Áreas ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos (constituição Federal, art. 68 do ADCT). Ausência de impedimento legal ao desenvolvimento de atividades de mineração em terras que já foram objeto de titulação, assim como de áreas já demarcadas com essa finalidade, porém ainda não tituladas. Expedição de títulos minerários que independe da adoção de um procedimento especial, com a criação de fases, etapas ou requisitos não previstos expressamente na legislação.
19	Parecer nº 461/2010/HP/PROGE/DNPM	Consulta sobre a possibilidade de recebimento, por parte de ente público, de participação nos resultados da lavra. Artigo 176, §2º da Constituição Federal e artigos 11, 'b', e 12 do Código de Mineração. Participação nos resultados da lavra. Natureza. Compensação dirigida ao proprietário do solo particular, que não se destina às pessoas jurídicas de direito público, uma vez que aos entes estatais está reservada unicamente a participação prevista no artigo 20, §1º da Carta Política.
20	Parecer nº 525/2010/FM/PROGE/DNPM	Mineração em unidades de conservação.
21	PARECER Nº 126/2011/HP/PROGE/DNPM	Consulta a respeito da possibilidade de outorga de títulos a associações. Requerimentos de títulos minerários apresentados por pessoas jurídicas. Inscrição no Órgão de Registro do Comércio. Requisito previsto nos artigos 16, I e 38, I do Código de Mineração, bem como no artigo 4º, I da Portaria nº 266/2008. Impossibilidade de outorga a associações, entidades com fins não econômicos, que adquirem personalidade jurídica com o arquivamento dos atos constitutivos no Registro Civil.
22	Parecer nº 38/2012/FM/PROGE/DNPM	Contagem dos prazos previstos na legislação minerária em vigor. Prazos previstos no Código de Mineração e na legislação correlata. Classificação e contagem. Uniformização de entendimentos no âmbito do DNPM.
23	Parecer nº 46/2012/FM/PROGE/DNPM	Regime jurídico dos rejeitos e de outros materiais descartados durante o processo de lavra mineral.
24	Parecer nº 232/2012/FM/PROGE/DNPM	Regime jurídico dos rejeitos e de outros materiais descartados durante o processo de lavra mineral.
25	Parecer nº 533/2012/HP/PROGE/DNPM	Questionamentos decorrentes da aplicação de portaria que suspendeu prazos previstos na legislação minerária. Portaria nº 382, de 18/07/2012, e Portaria nº 415, de 3/09/2012. Alcance e significado. Suspensão de prazos previstos na legislação minerária. Não recebimento de requerimentos destinados a assegurar o direito de prioridade. Protocolização no período estabelecido nos referidos atos normativos. Consequências. Respostas a questionamentos de servidores e usuários dos serviços prestados pelo DNPM.
26	Parecer nº 469/2015/HP/PROGE/DNPM	Recomendação expedida pelo Ministério Público Federal sobre requerimentos e direitos minerários em terras indígenas.
27	Parecer nº 142/2016/MCC/PF-DNPM-DF/PGF/AGU	Consulta a cerca da incidência de sanção por não apresentação do Relatório Final de Pesquisa - RFP em caso de impossibilidade de acesso à área
28	Parecer n. 228/2016/CAM/PE-DNPM-SEDE/PGF/AGU	Consolidação de entendimentos sobre decadência e prescrição da TAH e CFEM. Prescrição e decadência dos créditos de Taxa Anual por Hectare - TAH e Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM. Entendimentos Jurídicos. Multa da TAH.
29	Parecer n. 268/2016/CAM/PF-DNPM-SEDE/PGF/AGU	Recursos contra decisões que negam aprovação ao RFP e julgam propostas em procedimentos de disponibilidade. Regime recursal aplicável às decisões que negam aprovação a Relatórios Finais de Pesquisa e que julgam as propostas apresentadas em procedimentos de disponibilidade. Observância da disciplina estabelecida na Lei de Processo Administrativo, na forma regulada pelos artigos 84 e 85 da Consolidação Normativa do DNPM. Impossibilidade de impugnação por meio de recurso dirigido ao Ministro de Minas e Energia.
30	Parecer n. 309/2016/CAM/PF-DNPM-SEDE/PGF/AGU	Requerimentos de direitos minerários não assinados ou com assinatura escaneada. Possibilidade de regularização. Aplicação analógica do disposto no artigo 76 do atual Código de Processo Civil. Procedimento e consequências.
31	Parecer n. 00246/2017/PF-DNPM-SEDE/PGF/AGU	Reaproveitamento de Rejeitos de Mineração Depositados fora da Poligonal do Título de Lavra.
32	Parecer n. 00075/2018/PF-DNPM-SEDE/PGF/AGU	Consulta sobre os efeitos jurídicos da perda de eficácia da Medida Provisória nº 790/2017. Incidência do §11 do art. 62 da Constituição Federal uma vez que o Congresso Nacional rejeitou tacitamente a referida medida provisória, mas não editou o respectivo decreto legislativo para disciplinar as relações jurídicas dela decorrentes. Precedente do Supremo Tribunal Federal - STF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF nº 216/DF. Rel. Min. Carmem Lúcia. Pleno. julgado em 14/3/2018).
33	Parecer n. 00208/2020/PFE-ANM/PGF/AGU	Requerimento de Autorização de Pesquisa. Sobreposição com área urbana.

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO
Relação nº 114/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito exigência(199)
870.116/2019-GRAN MINAS ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA-OF. N°39977/2022-DOU de 31/08/2022
870.741/2017-R V CENTRO COMERCIAL LTDA-OF. N°37603/2022-DOU de 22/08/2022

ARTUR CÉSAR DE OLIVEIRA
Gerente
Substituto

DESPACHO
Relação nº 116/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
871.285/2016-J B MINERACAO DA BAHIA-OF. N°40103/2022
870.093/2013-MINASNORTE MINERACAO LTDA-OF. N°41145/2022
870.094/2013-SANTA RITA ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA-OF. N°40877/2022
871.453/2020-OLIMPO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA-OF. N°42448/2022
872.249/2013-SEBASTIAO LACERDA LOPES ME-OF. N°42592/2022
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
872.377/1989-CARLOS BRASILIO AMORIM DE FREITAS-Quartzito-Filadélfia e Pindobaçu/BA
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
871.213/2018-MARBRASA NORTE MINERADORA LTDA-ALVARÁ N°1.306/2019
871.304/2016-PEDRO ROBERTO BONADIMAN FILHO-ALVARÁ N°4.308/2018
870.459/2018-MAM MINERACAO LTDA-ALVARÁ N°7.006/2018
871.864/2017-LEONARDO REIS SANTANA-ALVARÁ N°6.117/2018
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
872.334/2013-MINERACAO TREMENDAL LTDA
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
870.442/2018-RILDO MENDES DE ALMEIDA
870.191/2020-SANTA RITA ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA
871.463/2021-LUSMAR VICENTE NOVO
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
870.116/2019-GRAN MINAS ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA-MACAÚBAS/BA - Guia n° 86/2022-4.000t/ano-Quartzo- Vigência da Guia:03 Anos
870.741/2017-R V CENTRO COMERCIAL LTDA-MACARANI/BA - Guia n° 87/2022-16.000t/ano-Granito- Vigência da Guia:03 Anos
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
870.456/2013-ZEUS GRANITOS EXTRAÇÃO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-OF. N°42165/2022
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
871.426/2017-ZEUS MINERACAO LTDA-ALVARÁ N°9.226/2017
872.690/2013-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL CBPM-ALVARÁ N°8.830/2014
Indefere requerimento de Guia de Utilização(284)
871.015/2018-MINERADORA MINHA PEDRA LTDA ME
872.513/2015-JAAF CONSTRUÇÕES E TRANSPORTE LTDA ME
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)
871.015/2018-MINERADORA MINHA PEDRA LTDA ME
872.513/2015-JAAF CONSTRUÇÕES E TRANSPORTE LTDA ME
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
871.015/2018-MINERADORA MINHA PEDRA LTDA ME
872.513/2015-JAAF CONSTRUÇÕES E TRANSPORTE LTDA ME
Prorroga por 01 (um) ano o prazo de validade da autorização de pesquisa(324)
871.188/2018-VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.-ALVARÁ N°3.181/2019
871.191/2018-VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.-ALVARÁ N°3.184/2019
871.192/2018-VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.-ALVARÁ N°3.185/2019
871.196/2018-VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.-ALVARÁ N°3.189/2019
871.195/2018-VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.-ALVARÁ N°3.188/2019
871.194/2018-VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.-ALVARÁ N°3.187/2019
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
000.737/1940-MINERACAO CARAIBA S/A-OF. N°42598/2022
Fase de Direito de Requerer a Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(2237)
870.960/2011-MINERAÇÃO FÉLIX LTDA-CAETANOS/BA - Guia n° 85/2022-QUARTZITO (Revestimento) 16.000 ;QUARTZITO (Brita) 46.000t/ano-- Vigência da Guia:03 Anos
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
872.808/2015-COOGAN COOPERATIVO DOS GARIMPEIROS DE ANDARAÍ-OF. N°5278/2021/DIFAM-BA/ANM

ARTUR CÉSAR DE OLIVEIRA
Gerente
Substituto

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE GOIÁS

DESPACHO
Relação nº 121/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Multa aplicada/ prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(225)
860.683/2015-IARA GOMES DE SANTANA DE TOMI -AI N°1390/2020 - Gerência Regional - GO
861.002/2015-AGNALDO JOSÉ DA SILVA -AI N°1370/2020 - Gerência Regional - GO
860.830/2015-CERAMIKALYS INDUSTRIA CERAMICA E COMERCIO LTDA -AI N°1343/2020 - Gerência Regional - GO
862.530/2011-MIGUEL FERNANDES FRANCO JUNIOR -AI N°4711/2020 - Gerência Regional - GO
860.023/2017-MANOEL EMIDIO SOLINO DE CARVALHO -AI N°4721/2020 - Gerência Regional - GO
860.063/2017-CLODOALDO ROGÉRIO DOS REIS -AI N°4720/2020 - Gerência Regional - GO
860.267/2017-RAPHAEL AUGUSTO TAVARES RAMOS -AI N°1932/2020 - Gerência Regional - GO
860.928/2017-ANA LUIZA CHAVES RAMOS -AI N°1930/2020 - Gerência Regional - GO
860.927/2017-ANA LUIZA CHAVES RAMOS -AI N°1927/2020 - Gerência Regional - GO
860.405/2017-ANISIO SANCHES D ABADIA -AI N°1901/2020 - Gerência Regional - GO
861.159/2014-PEDRO ARCANJO DA SILVA JUNIOR -AI N°1491/2020 - Gerência Regional - GO
861.012/2015-ASSUNCAO LOCACOES DE MAQUINAS EIRELI -AI N°1488/2020 - Gerência Regional - GO
860.930/2015-MARCIO SILVA DA CRUZ -AI N°1371/2020 - Gerência Regional - GO
861.378/2016-MINERAÇÃO DE CALCÁRIO MONTIVIDIU LTDA. -AI N°1592/2020 - Gerência Regional - GO
860.332/2015-ALCIRGEANNI FERNANDES GUIMARÃES FERREIRA -AI N°1531/2020 - Gerência Regional - GO
860.309/2014-OURO FINO DE GOIÁS MINERAÇÃO LTDA -AI N°1407/2020 - Gerência Regional - GO
860.717/2014-BRASILIA MINERACAO LTDA -AI N°1485/2020 - Gerência Regional - GO
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
861.675/2021-W. DE LIMA E SILVA LTDA-OF. N°42093/2022/DIFIS-GO/ANM
860.649/2020-IRACIMAR VAZ-OF. N°42293/2022/DIFIS-GO/ANM
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
860.433/2021-PEDRO ELIAS FERREIRA LIMA-SANTA TEREZINHA DE GOIÁS/GO, UIRAPURU/GO - Guia n° 106/2022-24.000Toneladas-AREIA- Vigência da Guia:03 (TRÊS) ANOS
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
860.855/2018-VILMAR JOSÉ DOS SANTOS-ALVARÁ N°3531/2019
Fase de Disponibilidade
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(1842)
861.353/2016-LEMOS CONST. TRANSP. AREIA E CASCALHO LTDA- AI N°1973/2020 - Gerência Regional - GO
860.883/2017-L & L DISTRIBUIDORA DE AREIA E TRANSPORTES EIRELI- AI N°1968/2020 - Gerência Regional - GO
860.574/2017-GILSON DIVINO DA SILVA- AI N°1963/2020 - Gerência Regional - GO
860.397/2016-GUILHERME MORETTI- AI N°1785/2020 - Gerência Regional - GO
860.722/2016-BARIBRAS MINERAÇÃO LTDA- AI N°1750/2020 - Gerência Regional - GO
860.748/2018-GABRYHELLA GRATAO BANDEIRA DE PAULA PACHECO PIRES- AI N°1934/2020 - Gerência Regional - GO
860.935/2017-WASHINGTON MINERAÇÃO LTDA. ME- AI N°1931/2020 - Gerência Regional - GO
861.147/2014-LYNCE NAVEIRA E SILVA- AI N°1898/2020 - Gerência Regional - GO
860.567/2016-SUL AMERICANA PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA- AI N°1891/2020 - Gerência Regional - GO
860.498/2017-RENATO DE SOUZA- AI N°4001/2020 - Gerência Regional - GO
860.486/2017-CENTRO MINERAÇÃO LTDA- AI N°1888/2020 - Gerência Regional - GO
860.457/2017-IVAN VIEIRA DO NASCIMENTO- AI N°1887/2020 - Gerência Regional - GO
860.447/2017-WARLE RODRIGUES DA SILAS- AI N°1863/2020 - Gerência Regional - GO
860.416/2017-COOPERBRITA DESENVOLVIMENTO E GESTÃO MINERAL LTDA ME- AI N°1849/2020 - Gerência Regional - GO
860.396/2017-JUNIOR VIEIRA DE PAIVA- AI N°1847/2020 - Gerência Regional - GO
860.790/2016-DANILO DE OLIVEIRA BRASIL- AI N°1487/2020 - Gerência Regional - GO
Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
860.333/2020-ARERRIOS MINERACAO E TRANSPORTE LTDA-GOIÁS/GO - Guia n° 107/2022-22.982Toneladas-AREIA- Vigência da Guia:03 (TRÊS) ANOS

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE MATO GROSSO

DESPACHO
Relação nº 109/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
866.660/2018-SIRAMAS PARTICIPAÇÕES LTDA -Alvará N°1487/2019
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
866.336/2021-HORIZONTE LOTEAMENTOS LTDA-OF. N°4133/2022-SEOUT
866.981/2020-HORIZONTE LOTEAMENTOS LTDA-OF. N°41664/2022-SEOUT
866.980/2020-HORIZONTE LOTEAMENTOS LTDA-OF. N°41683/2022-SEOUT
Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
866.937/2013-MINERADORA LAVRAS C M EIRELE ME-SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER/MT - Guia n° 024/2022-40.000Toneladas/ano-Areia- Vigência da Guia:02(dois) anos
866.938/2013-MINERADORA LAVRAS C M EIRELE ME-SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER/MT - Guia n° 025/2022-48.000toneladas/ano-Areia- Vigência da Guia:02(dois) anos
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
866.466/2019-MUNICIPIO DE PARANATINGA-OF. N°31857/2022-DIFAM

LEVI SALIÉS FILHO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DESPACHO
Relação nº 47/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito despacho publicado(192)
868.027/2017-MINERACOES DO BRASIL LTDA- DOU de 03/06/2020

ANTONIO CLAUDIO LEONARDO BARSOTTI
Gerente

DESPACHO
Relação nº 48/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Defere pedido de reconsideração(262)
868.027/2017-MINERACOES DO BRASIL LTDA
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
868.027/2017-MINERACOES DO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°6522/2017
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
868.182/2018-NIVALDO BARRANCO-Registro de Licença N° 14/2022 - GERÊNCIA REGIONAL/MS - Vencimento em 13/11/2023

ANTONIO CLAUDIO LEONARDO BARSOTTI
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE MINAS GERAIS

DESPACHO
Relação nº 202/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
830.112/2013-WISMAR ANTONIO DE MORAIS - AI N°2244/2021/DIREM-MG/ANM - (PROCESSO ADM.: 48054.931689/2021-50)
830.831/2013-COMERCIAL EXPORTADORA RINOLDI EIRELI - AI N°2247/2021/DIREM-MG/ANM - (PROCESSO ADM.: 48054.931691/2021-29)
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
833.941/2006-MINERACAO APOLLO LTDA- Cessionário:BMIX PARTICIPAÇÕES LTDA.- CPF ou CNPJ 17.789.890/0001-65- Alvará n°12172/2006
833.880/2008-MINERACAO APOLLO LTDA- Cessionário:BMIX PARTICIPAÇÕES LTDA.- CPF ou CNPJ 17.789.890/0001-65- Alvará n°13446/2009
833.881/2008-MINERACAO APOLLO LTDA- Cessionário:BMIX PARTICIPAÇÕES LTDA.- CPF ou CNPJ 17.789.890/0001-65- Alvará n°13447/2009
830.825/2019-MINERACAO APOLLO LTDA- Cessionário:BMIX PARTICIPAÇÕES LTDA.- CPF ou CNPJ 17.789.890/0001-65- Alvará n°938/2021
830.826/2019-MINERACAO APOLLO LTDA- Cessionário:BMIX PARTICIPAÇÕES LTDA.- CPF ou CNPJ 17.789.890/0001-65- Alvará n°4066/2021
830.915/2019-MINERACAO APOLLO LTDA- Cessionário:BMIX PARTICIPAÇÕES LTDA.- CPF ou CNPJ 17.789.890/0001-65- Alvará n°939/2021
830.916/2019-MINERACAO APOLLO LTDA- Cessionário:BMIX PARTICIPAÇÕES LTDA- CPF ou CNPJ 17.789.890/0001-65- Alvará n°3486/2021
830.917/2019-MINERACAO APOLLO LTDA- Cessionário:BMIX PARTICIPAÇÕES LTDA- CPF ou CNPJ 17.789.890/0001-65- Alvará n°940/2021
830.918/2019-MINERACAO APOLLO LTDA- Cessionário:BMIX PARTICIPAÇÕES LTDA.- CPF ou CNPJ 17.789.890/0001-65- Alvará n°5218/2020
830.919/2019-MINERACAO APOLLO LTDA- Cessionário:BMIX PARTICIPAÇÕES LTDA.- CPF ou CNPJ 17.789.890/0001-65- Alvará n°5219/2020
830.920/2019-MINERACAO APOLLO LTDA- Cessionário:BMIX PARTICIPAÇÕES LTDA.- CPF ou CNPJ 17.789.890/0001-65- Alvará n°10590/2021
831.275/2019-MINERACAO APOLLO LTDA- Cessionário:BMIX PARTICIPAÇÕES LTDA.- CPF ou CNPJ 17.789.890/0001-65- Alvará n°4622/2022
831.276/2019-MINERACAO APOLLO LTDA- Cessionário:BMIX PARTICIPAÇÕES LTDA.- CPF ou CNPJ 17.789.890/0001-65- Alvará n°1325/2021
831.277/2019-MINERACAO APOLLO LTDA- Cessionário:BMIX PARTICIPAÇÕES LTDA.- CPF ou CNPJ 17.789.890/0001-65- Alvará n°4794/2020
831.278/2019-MINERACAO APOLLO LTDA- Cessionário:BMIX PARTICIPAÇÕES LTDA.- CPF ou CNPJ 17.789.890/0001-65- Alvará n°1326/2021
831.449/2020-MINERACAO APOLLO LTDA- Cessionário:BMIX PARTICIPAÇÕES LTDA.- CPF ou CNPJ 17.789.890/0001-65- Alvará n°454/2021
831.450/2020-MINERACAO APOLLO LTDA- Cessionário:BMIX PARTICIPAÇÕES LTDA.- CPF ou CNPJ 17.789.890/0001-65- Alvará n°2113/2021
831.451/2020-MINERACAO APOLLO LTDA- Cessionário:BMIX PARTICIPAÇÕES LTDA.- CPF ou CNPJ 17.789.890/0001-65- Alvará n°2114/2021
830.111/2021-MINERACAO APOLLO LTDA- Cessionário:BMIX PARTICIPAÇÕES LTDA- CPF ou CNPJ 17.789.890/0001-65- Alvará n°6516/2021
830.127/2021-MINERACAO APOLLO LTDA- Cessionário:BMIX PARTICIPAÇÕES LTDA.- CPF ou CNPJ 17.789.890/0001-65- Alvará n°4436/2021
830.128/2021-MINERACAO APOLLO LTDA- Cessionário:BMIX PARTICIPAÇÕES LTDA.- CPF ou CNPJ 17.789.890/0001-65- Alvará n°4437/2021
830.203/2021-MINERACAO APOLLO LTDA- Cessionário:BMIX PARTICIPAÇÕES LTDA.- CPF ou CNPJ 17.789.890/0001-65- Alvará n°877/2022
830.206/2021-MINERACAO APOLLO LTDA- Cessionário:BMIX PARTICIPAÇÕES LTDA.- CPF ou CNPJ 17.789.890/0001-65- Alvará n°4542/2021
830.299/2021-MINERACAO APOLLO LTDA- Cessionário:BMIX PARTICIPAÇÕES LTDA.- CPF ou CNPJ 17.789.890/0001-65- Alvará n°4502/2021
830.300/2021-MINERACAO APOLLO LTDA- Cessionário:BMIX PARTICIPAÇÕES LTDA.- CPF ou CNPJ 17.789.890/0001-65- Alvará n°4503/2021
830.304/2021-MINERACAO APOLLO LTDA- Cessionário:BMIX PARTICIPAÇÕES LTDA.- CPF ou CNPJ 17.789.890/0001-65- Alvará n°878/2022
831.141/2021-MINERACAO APOLLO LTDA- Cessionário:BMIX PARTICIPAÇÕES LTDA.- CPF ou CNPJ 17.789.890/0001-65- Alvará n°1669/2022
831.239/2021-MINERACAO APOLLO LTDA- Cessionário:BMIX PARTICIPAÇÕES LTDA- CPF ou CNPJ 17.789.890/0001-65- Alvará n°8331,/2021
831.260/2021-MINERACAO APOLLO LTDA- Cessionário:BMIX PARTICIPAÇÕES LTDA.- CPF ou CNPJ 17.789.890/0001-65- Alvará n°8790/2021
831.261/2021-MINERACAO APOLLO LTDA- Cessionário:BMIX PARTICIPAÇÕES LTDA.- CPF ou CNPJ 17.789.890/0001-65- Alvará n°8791/2021
831.265/2021-MINERACAO APOLLO LTDA- Cessionário:BMIX PARTICIPAÇÕES LTDA.- CPF ou CNPJ 17.789.890/0001-65- Alvará n°8795/2021
831.271/2021-MINERACAO APOLLO LTDA- Cessionário:BMIX PARTICIPAÇÕES LTDA.- CPF ou CNPJ 17.789.890/0001-65- Alvará n°9622/2021
831.338/2021-MINERACAO APOLLO LTDA- Cessionário:BMIX PARTICIPAÇÕES LTDA.- CPF ou CNPJ 17.789.890/0001-65- Alvará n°10236/2021
831.339/2021-MINERACAO APOLLO LTDA- Cessionário:BMIX PARTICIPAÇÕES LTDA.- CPF ou CNPJ 17.789.890/0001-65- Alvará n°10237/2021
831.340/2021-MINERACAO APOLLO LTDA- Cessionário:BMIX PARTICIPAÇÕES LTDA.- CPF ou CNPJ 17.789.890/0001-65- Alvará n°10238/2021
831.341/2021-MINERACAO APOLLO LTDA- Cessionário:BMIX PARTICIPAÇÕES LTDA.- CPF ou CNPJ 17.789.890/0001-65- Alvará n°9632/2021
831.342/2021-MINERACAO APOLLO LTDA- Cessionário:BMIX PARTICIPAÇÕES LTDA- CPF ou CNPJ 17.789.890/0001-65- Alvará n°10239/2021
831.389/2021-MINERACAO APOLLO LTDA- Cessionário:BMIX PARTICIPAÇÕES LTDA.- CPF ou CNPJ 17.789.890/0001-65- Alvará n°1832/2022
831.390/2021-MINERACAO APOLLO LTDA- Cessionário:BMIX PARTICIPAÇÕES LTDA.- CPF ou CNPJ 17.789.890/0001-65- Alvará n°9332/2021
830.071/2022-MINERACAO APOLLO LTDA- Cessionário:BMIX PARTICIPAÇÕES LTDA.- CPF ou CNPJ 17.789.890/0001-65- Alvará n°3950/2022
830.072/2022-MINERACAO APOLLO LTDA- Cessionário:BMIX PARTICIPAÇÕES LTDA.- CPF ou CNPJ 17.789.890/0001-65- Alvará n°3120/2022
830.162/2018-MINERACAO APOLLO LTDA- Cessionário:BMIX PARTICIPAÇÕES LTDA.- CPF ou CNPJ 17.789.890/0001-65- Alvará n°7428/2018
831.360/2021-MINERACAO APOLLO LTDA- Cessionário:BMIX PARTICIPAÇÕES LTDA.- CPF ou CNPJ 17.789.890/0001-65- Alvará n°6744/2021
831.255/2021-MINERACAO APOLLO LTDA- Cessionário:BMIX PARTICIPAÇÕES LTDA.- CPF ou CNPJ 17.789.890/0001-65- Alvará n°8787/2021

831.258/2021-MINERACAO APOLLO LTDA- Cessionário:BMIX PARTICIPAÇÕES LTDA.- CPF ou CNPJ 17.789.890/0001-65- Alvará n°8789/2021
831.452/2020-MINERACAO APOLLO LTDA- Cessionário:BMIX PARTICIPAÇÕES LTDA.- CPF ou CNPJ 17.789.890/0001-65- Alvará n°455/2021
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
830.611/2014-GERALDO GOMES MOURÃO ME-OF. N°41236/2022/UAGV-MG/ANM
832.864/2005-PEDRO BORGES-OF. N°40890/2022/DIOUT-MG/ANM ; Mineração K3 Ltda , Sr. Walter Borges
Indefere requerimento de Guia de Utilização(284)
830.611/2014-GERALDO GOMES MOURÃO ME
declara a nulidade do alvará de pesquisa(273)
831.448/2021-TMN TERRAPLANAGENS E PAVIMENTACAO LTDA-Alvará N°6734/2021
Fase de Direito de Requerer a Lavra
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do direito de requerer a lavra.(2259)
830.368/2017-MARCELO DE ALMEIDA NUNES- Cessionário:DURANDE MINERAÇÃO LTDA.- CPF ou CNPJ 20.163.491/0001-07- Alvará n°960/2018
Indefere requerimento de Guia de Utilização(2239)
832.597/2014-CACHOEIRA EXTRACAO E MINERACAO LTDA
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
831.183/2009-M.B.M. MINAS BRASIL MINERIOS LTDA-OF. N°39773/2022/UAGV-MG/ANM
Despacho publicado(356)
830.145/1990-MINERAÇÃO ZELÂNDIA LTDA-Determina comprovação periódica do diligenciamento ambiental, a partir desta data, com fundamento no Dec.9406/2018, Art.31, §4º - Ofício nº 40480/2022/DFMNM-MG/ANM
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
830.744/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-OF. N°40308/2022/SECOR-MG/ANM
830.729/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-OF. N°40862/2022/SECOR-MG/ANM
830.727/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-OF. N°41317/2022/SECOR-MG/ANM
830.730/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-OF. N°40940/2022/SECOR-MG/ANM

LEANDRO CESAR FERREIRA DE CARVALHO
Gerente

DESPACHO
Relação nº 203/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
830.870/2013-CERAMICA CURVELO LTDA - AI N°2245/2021/DIREM-MG/ANM - (PROCESSO ADM.: 48054.931690/2021-84)
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
831.443/2013-PLEIADES MINERACAO EIRELI-OF. N°40833/2022/UAGV-MG/ANM
834.276/2010-M.CALIXTO MINERACAO E INVESTIMENTOS LTDA-OF. N°40575/2022/UAGV-MG/ANM
830.492/2019-GALAVA STONES LTDA-OF. N°41760/2022/DIFIP-MG/ANM
831.448/2018-DAVID DUTRA MOREIRA-OF. N°41029/2022/DIFIP-MG/ANM
830.872/2013-IRON ORE MINING ENGENHARIA MINERAL LTDA-OF. N°41775/2022/DIFIP-MG/ANM
834.282/2010-ESPÓLIO DE JOSÉ GONÇALVES DOS SANTOS-OF. N°41793/2022/DIFIP-MG/ANM
830.491/2019-G A M STONE LTDA-OF. N°42213/2022/DIFIP-MG/ANM
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
832.535/2016-IDEVALDO FERREIRA DA CUNHA- Área de 995,09 ha para 914,31 ha.-QUARTZITO (uso: Rocha de Revestimento).-ITACAMBIRA/MG
830.510/2018-FSTW MINERADORA LTDA- Área de 1.987,70 ha para 49,77 ha-ARGILA (uso: Fabricação de Cerâmica) e AREIA (uso: Agregado).-SANTO ANTONIO DO MONTE/MG
830.512/2008-CALDEIRAO SERVICOS DE MINERACAO LTDA- Área de 318,15 ha para 175,68 ha.-DIAMANTE (uso: Industrial).-DIAMANTINA/MG
831.250/2015-LC COMERCIO E TRANSPORTES EIRELI- Área de 689,53 ha para 49,08 ha.-GNAISSE, (uso: Agregado (brita) e ARGILA (uso: Fabricação de Cerâmica)-ITAÚNA/MG
831.277/2016-MINERACAO ESTRELA LTDA- Área de 402,55 ha para 129,08 ha.-QUARTZITO (uso: Rocha de Revestimento) e QUARTZO (uso: Industrial).-BOCAIÚVA/MG
832.273/2015-SUBSOLOS EMPREENDIMENTOS MINERÁRIOS LTDA.- Área de 32,17 ha para 29,91 ha.-FILITO (uso: Rocha Industrial).-OURO PRETO/MG
830.820/2013-DBP MINERACAO LTDA- Área de 488,65 ha para 391,10 ha.-CALCÁRIO, (uso: Rocha Industrial) e ARDÓSIA (uso: Revestimento).-SETE LAGOAS/MG
832.035/2015-RUSTONN MINERACAO EIRELI ME- Área de 1995,71 ha para 999,67 ha.-QUARTZITO (uso: Rocha de Revestimento).-SERRO/MG
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
830.568/2021-JADERGUDSON GOMES PAULA
830.359/2008-CITY CAR VEÍCULOS SERVIÇOS E MINERAÇÃO LTDA
833.862/2012-AREAL DOIS IRMÃOS LTDA ME
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
832.950/2007-FERNANDO DAS DORES FERREIRA-AREIA (uso: Construção Civil).-TURMALINA/ MINAS NOVAS/MG
833.879/2011-BRUNA FOUREAUX PARREIRAS-MINÉRIO DE FERRO (uso: Industrial)-CLAUDIO/MG
830.221/2018-INTERNACIONALE GRANITE LTDA-QUARTZITO (revestimento).-FELÍCIO DOS SANTOS/MG
834.661/2011-MINERAÇÃO PREMIEX LTDA-PEGMATITO (uso: Rocha de Revestimento).-FRANCISCÓPOLIS/MG
830.551/2011-MINAS INDUSTRIA COMERCIO E TRANSPORTE DE ARDOSIA LTDA-ARDÓSIA.-MARTINHO CAMPOS / PITANGUI/MG
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
830.492/2019-GALAVA STONES LTDA-POCRANE/MG - Guia n° 202/2022 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-16.000 toneladas/ano-GRANITO (Revestimento)- Vigência da Guia:3 ANOS (a partir de sua publicação. Eficácia a partir da Emissão da Licença Ambiental
830.280/2022-AREAL RIO PARDINHO LTDA.-DIAMANTINA/MG - Guia n° 203/2022 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-50.000 toneladas/ano;8.500 toneladas/ano;50.000 toneladas/ano ;3.000 c/t-AREIA (uso: Agregado);CASCALHO (uso: Agregado);MINÉRIO DE OURO(uso: Industrial);DIAMANTE (uso: Gema)- Vigência da Guia:3 ANOS (a partir de sua publicação. Eficácia a partir da emissão da Licença Ambiental)
833.221/2012-MINERADORA BARBOSA GRESPAN LTDA-EXTREMA/MG, VARGEM/SP - Guia n° 206/2022 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-33.600 toneladas/ano-AREIA (uso: Agregado)- Vigência da Guia:3 ANOS (a partir de sua publicação. Eficácia a partir da emissão da Licença Ambiental)
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
832.572/2015-TIBIRICA MINERACAO EIRELI-OF. N°41789/2022/DIFIP-MG/ANM
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
832.376/2014-ANTONIO VITOR LIBERATO DOS SANTOS-ALVARÁ N°15028/2015
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
831.637/2018-EDUARDO LIMA ANDRADE FERREIRA
831.634/2018-EDUARDO LIMA ANDRADE FERREIRA
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
831.853/2021-VILASA CONSTRUTORA LTDA -Alvará N°6845/2021
831.854/2021-VILASA CONSTRUTORA LTDA -Alvará N°6844/2021
Indefere requerimento de Guia de Utilização(284)
833.862/2012-AREAL DOIS IRMÃOS LTDA ME
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
003.022/1965-NOVELIS DO BRASIL LTDA-OF. N°40888/2022/SECOR-MG/ANM;Cedro Participações S A;ACTECH - Alumina Chemical Technology Ltda.
800.631/1968-NOVELIS DO BRASIL LTDA-OF. N°40889/2022/SECOR-MG/ANM ; Cedro Participações S A ;ACTECH - Alumina Chemical Technology Ltda.
810.045/1972-PEDRAS CONGONHAS EXTRAÇÃO ARTE E IND. LTDA-OF. N°41755/2022/DIFIP-MG/ANM
831.553/2009-ZENGA EXTRACAO MINERAL LTDA-OF. N°40743/2022/DIFIL-MG/ANM
930.787/1988-MINERAÇÕES BRASILEIRAS REUNIDAS SA-OF. N°41069/2022/DIFIL-MG/ANM
Aprova o relatório de reavaliação de reservas(425)
812.593/1973-ARCELORMITTAL BRASIL S.A.-MINÉRIO DE FERRO.
830.653/2001-JMX MINERACAO E COMERCIO LTDA-GRANITO (uso: Agregado).
Nega provimento a defesa apresentada(476)
932.705/2011-GERDAU ACOMINAS S/A
Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)
932.705/2011-GERDAU ACOMINAS S/A- AI Nº 2429?/2021 - (Proc.Adm. 48054.931816/2021-11)
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
930.787/1988-MINERAÇÕES BRASILEIRAS REUNIDAS SA- AI N° 5142; 5143 e 5144/2022/DIFIL-MG/ANM - (Proc. Adm.48054.933463/2022-74; 48054.933464/2022-19 e 48054.933465/2022-63)
Fase de Direito de Requerer a Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(2237)
832.959/2011-EXTRATIVA EXCAEL LTDA ME-GUARACIABA/MG, PONTE NOVA/MG - Guia n° 208/2022 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-21.600 tonelada/ano-MINÉRIO DE OURO (uso: Industrial)- Vigência da Guia:3 ANOS (a partir de sua publicação. Eficácia a partir da emissão da Licença Ambiental)
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
830.234/2017-CASCALHEIRA BOA VEREDA LTDA- Registro de Licença N° 5251/2020 - Vencimento em 21/12/2031
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
830.234/2017-CASCALHEIRA BOA VEREDA LTDA-OF. N°39706/2022/DFMNM-MG/ANM
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
830.573/1979-MINERAÇÃO ARICANGA COM.IND.E EXP. LTDA-OF. N°40105/2022/UAGV-MG/ANM
830.064/2012-GRAN VALE LTDA EPP-OF. N°39292/2022/UAGV-MG/ANM
804.541/1971-SIGMA MINERACAO S.A.-OF. N°39434/2022/UAGV-MG/ANM
831.574/2015-AREAL TORRES & CARVALHO LTDA-OF. N°39481/2022/UAGV-MG/ANM
831.894/1990-NEVESTONES LTDA-OF. N°40455/2022/UAGV-MG/ANM
830.067/2001-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA-OF. N°39515/2022/UAGV-MG/ANM e 39750/2022/UAGV-MG/ANM
831.865/2000-VALE DO RIO SUL MINERADORA LTDA.-OF. N°42102/2022/DIFIP-MG/ANM
830.621/1997-L & L DRAGAGEM LTDA ME-OF. N°41848/2022/DIFIP-MG/ANM
833.390/2008-JF AREIA E ARGILA LTDA ME-OF. N°41884/2022/DIFIP-MG/ANM
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1737)
831.894/1990-NEVESTONES LTDA-OF. N°40452/2022/UAGV-MG/ANM
830.067/2001-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA-OF. N°39514/2022/UAGV-MG/ANM
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
830.874/1985-MINERACAO AGUA LIMPA LTDA.-REDUTO/MG, MANHUAÇU/MG - Guia n° 200/2022 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-9.000 toneladas/ano e 9.000 toneladas/ano-TONALITO (uso: Revestimento) e GABRO (uso: Revestimento)- Vigência da Guia:3 ANOS (a partir de sua publicação. Eficácia a partir da emissão da Licença Ambiental)
Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
831.533/2012-MINERAÇÃO MONTE VERDE LTDA.

LEANDRO CESAR FERREIRA DE CARVALHO
Gerente

DESPACHO
Relação nº 204/2022

Fase de Licenciamento
Despacho de retificação do Registro de Licença(741)
830.905/2019-MARISA M. P. DE V. E VASCONCELOS- Registro de Licença N° 64/2022 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-Onde se lê: MARISA MALDINI PENNA DE VALADARES E VASCONCELOS -CPF nº 150.977.816-00 - Passa-se a ler: MARISA MALDINI PENNA DE VALADARES E VASCONCELOS ME - CNPJ nº 34.691.102/0001-12
Fase de Requerimento de Lavra
Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1280)
831.490/2010-RIPAR MINERAÇÃO EIRELI - Publicado DOU de 19/02/2020., Relação n° 59/2020, Seção , pág. - "Onde se lê: ... GRANITO" "Leia-se: ... ARGILA"
830.593/2017-MINERACAO SANTA INES LTDA - Publicado DOU de 24/08/2021, Relação n° 253/2021, Seção , pág. - Onde se lê: "...QUARTZITO... ".Leia-se: "... XISTO... ".

LEANDRO CESAR FERREIRA DE CARVALHO
Gerente

DESPACHO
Relação nº 206/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Não conhece requerimento protocolizado(270)
831.839/1997-EDUARDO GOMES PIRES
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
830.550/2016-LATICINIOS PASSA QUATRO LTDA-Água Mineral.-Passa Quatro/MG
830.003/2020-AGROTURFA MINERACAO AGRICOLA LTDA-TURFA (uso: Agroindustrial)-PATROCÍNIO/MG
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
830.216/2017-MINAS GRANITO LTDA
832.012/2017-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A.
833.417/2013-FRONTERA BRASIL MINERACAO LTDA.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
834.225/2011-JOSE HIGINO ALVES DE SIQUEIRA-OF. N°41933/2022/DIFIP-MG/ANM
Indefere requerimento de Guia de Utilização(284)
834.225/2011-JOSE HIGINO ALVES DE SIQUEIRA
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
831.480/2020-MARCO AURELIO CHAVES -Alvará N°4763/2020

Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)

831.793/2013-EMPRESA BRASILEIRA DE PRODUCAO MINERAL LTDA - AI N°2758/2021/DIREM-MG/ANM - (PROCESSO ADM.: 48054.932124/2021-90)

830.157/2013-S A ALMEIDA ME - AI N°2237/2021/DIREM-MG/ANM - (PROCESSO ADM.: 48054.931688/2021-13)

834.368/2012-ADRIANE NUNES CORDEIRO - AI N°1676/2021/GER-MG/DIREM-(PROCESSO ADM.: 48054.931411/2021-82)

834.367/2012-ADRIANE NUNES CORDEIRO - AI N°1675/2021/GER-MG/DIREM-MG - (PROCESSO ADM.: 48054.931410/2021-38)

Multa aplicada/ prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(225)

830.548/2014-A7 MINERAL MINERACAO EXPORTADORA LTDA ME -AI N°7157/2020 - (Proc. Adm. 930.718/2020)

Fase de Concessão de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)

803.745/1978-MINERACAO SANTA INES LTDA-OF. N°41836/2022/DIOUT-MG/ANM

831.848/1985-VALE S.A.-OF. N°40759/2022/DIOUT-MG/ANM

832.844/2011-PEDRO TEIXEIRA DA SILVA-OF. N°41748/2022/DIOUT-MG/ANM

Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)

803.745/1978-MINERACAO SANTA INES LTDA- AI N° 5156 e 5157/2022/DIOUT-MG/ANM - (48054.933504/2022-22 e 48054.933505/2022-77)

Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)

834.878/2010-EMPÓRIO TODO DIA LTDA- Interessado: Água Mineral Berzalai Ltda. - Nome da Fonte: Berzalai I - Marca: Pura da Serra - Volumetria: 10L, sem gás- GRÃO MOGOL/MG

Fase de Licenciamento

Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)

830.313/2022-MINERACAO MARINHO CAMPOS LTDA- Registro de Licença N° 52/2022 - Vencimento em 08/08/2023.

Fase de Requerimento de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)

830.325/2015-ROBERTO CORREA DA SILVA-OF. N°39334/2022/DIOUT-MG/ANM

830.311/2009-MINERALIUM ENGENHARIA MINERAL, GEOLOGIA E MEIO AMBIENTE-OF. N°39780/2022/DIOUT-MG/ANM

833.322/2008-FVS MINERAÇÃO LTDA-OF. N°40283/2022/DIOUT-MG/ANM

830.202/2014-CONSULTORIA TERRA VIVA LTDA-OF. N°40753/2022/DIOUT-MG/ANM

831.175/2022-HERCULANO MINERACAO LTDA-OF. N°40754/2022/DIOUT-MG/ANM

830.288/2016-AREIA SÃO JOÃO LTDA-OF. N°40448/2022/DIOUT-MG/ANM

831.434/2017-SAO GONCALO EXTRACAO E COMERCIO DE GRANITOS LTDA-OF. N°39596/2022/DIOUT-MG/ANM

831.069/2017-MAGNESITA MINERACAO S.A.-OF. N°39584/2022/DIOUT-MG/ANM

831.257/2015-CAMAGRAN CACHOEIRO MARMORES E GRANITOS LTDA-OF. N°39580/2022/DIOUT-MG/ANM

831.324/2014-SÃO LEÃO TRANSPORTE, COMÉRCIO E MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°39573/2022/DIOUT-MG/ANM

830.308/2018-ITINGA MINERACAO LTDA-OF. N°40897/2022/DIOUT-MG/ANM

831.647/2012-ICAL INDÚSTRIA DE CALCINAÇÃO LTDA.-OF. N°39569/2022/DIOUT-MG/ANM

831.117/2012-QUALIQUARTZO MINERACAO LTDA-OF. N°39562/2022/DIOUT-MG/ANM

831.546/2007-EVANDO HORÁCIO PINTO-OF. N°39557/2022/DIOUT-MG/ANM

830.181/2015-DEPOSITO DE AREIA DO NENE LTDA-OF. N°39538/2022/DIOUT-MG/ANM

831.218/2013-FERTIMAX FERTILIZANTES ORGANICOS LTDA-OF. N°39537/2022/DIOUT-MG/ANM

833.120/2005-MARAMBÁR MINERAÇÃO LTDA-OF. N°39535/2022/DIOUT-MG/ANM

832.627/2015-AREIAS 2 IRMÃOS LTDA-OF. N°39419/2022/DIOUT-MG/ANM

831.948/1990-MTRANSMINAS MINERACOES LTDA-OF. N°42039/2022/DIFIP-MG/ANM.

830.217/2012-RICARDO INVEST EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA-OF. N°38696/2022/DIOUT-MG/ANM

830.236/2013-S A ALMEIDA ME-OF. N°38991/2022/DIOUT-MG/ANM

830.986/2018-EDSON ANTONIO TREBESCHI-OF. N°39017/2022/DIOUT-MG/ANM

831.271/2010-MINERACAO AGUA LIMPA LTDA.-OF. N°39028/2022/DIOUT-MG/ANM

831.021/2005-FERNANDO DAS DORES FERREIRA-OF. N°42134/2022/DIOUT-MG/ANM

830.003/2015-MAGNESITA REFRATARIOS S.A-OF. N°39036/2022/DIOUT-MG/ANM

832.194/2012-MIVAL MINERAÇÃO VALE DO RIO TIJUCAS LTDA-OF. N°39144/2022/DIOUT-MG/ANM

Aprova laudo técnico e memorial(is) descritivo(s), para possibilitar acordo (amigável ou judicial) visando posterior constituição de servidão(2176)

833.324/2008-FVS MINERAÇÃO LTDA-FOSFATO - ROCHA POTÁSSICA.- ALVARÁ DE PESQUISA 14084 PUBLICADO NO DOU EM 03/12/2009.

833.276/2008-FVS MINERAÇÃO LTDA-ROCHA POTÁSSICA.- ALVARÁ DE PESQUISA 13151 PUBLICADO NO DOU EM 18/11/2009.

833.326/2008-FVS MINERAÇÃO LTDA-ROCHA POTÁSSICA.- ALVARÁ DE PESQUISA 11928 PUBLICADO NO DOU EM 29/10/2009.

833.306/2008-FVS MINERAÇÃO LTDA-ROCHA POTÁSSICA.- ALVARÁ DE PESQUISA 11929 PUBLICADO NO DOU EM 29/10/2009.

Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)

830.865/2016-SPLENDOUR MINERACAO E TRANSPORTE LTDA-OF. N°40750/2022/DIOUT-MG/ANM-60 dias

830.866/2016-SPLENDOUR MINERACAO E TRANSPORTE LTDA-OF. N°40749/2022/DIOUT-MG/ANM-60 dias

Despacho publicado(356)

830.418/1999-OURO MINAS GRANITOS LTDA.-Determina comprovação periódica do diligenciamento ambiental, a partir desta data, com fundamento no Dec.9406/2018, Art.31, §4º - Ofício nº 41506/2022/DIOUT-MG/ANM

Fase de Requerimento de Pesquisa

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)

830.826/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-OF. N°42074/ 2022/SECOR-MG/ANM

830.852/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-OF. N°42132/2022/SECOR-MG/ANM

830.892/2022-MINERACAO VALE DO PARAIBUNA LTDA-OF. N°42137/2022/SECOR-MG/ANM

830.633/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-OF. N°42139/2022/SECOR-MG/ANM

830.851/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-OF. N°42142/2022/SECOR-MG/ANM

Fase de Requerimento de Registro de Extração

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)

831.088/2022-MUNICIPIO DE PAULA CANDIDO-OF. N°40275/2022/DIOUT-MG/ANM

830.569/2022-MUNICIPIO DE ESTRELA DALVA-OF. N°40286/2022/DIOUT-MG/ANM

LEANDRO CESAR FERREIRA DE CARVALHO
Gerente

DESPACHO
Relação nº 207/2022

Fase de Autorização de Pesquisa

Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)

834.366/2012-ADRIANE NUNES CORDEIRO - AI N°1674/2021/GER-MG/DIREM-MG - (PROCESSO ADM.: 48054.931409/2021-11)

833.432/2011-VICER EXPLORAÇÃO MINERAL E PESQUISA LTDA - AI N°2213/2021/DIREM-MG/ANM - (PROCESSO ADM.: 48054.931684/2021-27)

832.668/2011-PONCIANO ATAIDE BARBOSA - AI N°2221/2021/DIREM-MG/ANM - (PROCESSO ADM.: 48054.931686/2021-16)

830.155/2013-MARCELO AUGUSTO LUZ ALVARENGA - AI N°2811/2021/DIREM-MG/ANM - (PROCESSO ADM.: 48054.932173/2021-22)

Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)

831.001/2017-MINERACOES DO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°2009/2018

Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)

831.418/2019-LEAO DE JUDA MINERACAO LTDA -Alvará N°5685/2021

831.419/2019-LEAO DE JUDA MINERACAO LTDA -Alvará N°6478/2021

831.420/2019-LEAO DE JUDA MINERACAO LTDA -Alvará N°6511/2021

831.421/2019-LEAO DE JUDA MINERACAO LTDA -Alvará N°4433/2020

831.422/2019-LEAO DE JUDA MINERACAO LTDA -Alvará N°4434/2020

831.715/2020-MINERGRAN GRANITOS DO BRASIL LTDA -Alvará N°1571/2021

831.761/2020-MINERGRAN GRANITOS DO BRASIL LTDA -Alvará N°2904/2021

831.812/2020-MINERGRAN GRANITOS DO BRASIL LTDA -Alvará N°2909/2021

831.492/2020-MINERGRAN GRANITOS DO BRASIL LTDA -Alvará N°1535/2021

830.233/2021-MINERGRAN GRANITOS DO BRASIL LTDA -Alvará N°4496/2021

831.713/2020-MINERGRAN GRANITOS DO BRASIL LTDA -Alvará N°1570/2021

831.714/2020-MINERGRAN GRANITOS DO BRASIL LTDA -Alvará N°6486/2021

Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)

832.505/2015-MINERACAO BATALHA E PARTICIPACOES LTDA

832.504/2015-MINERACAO BATALHA E PARTICIPACOES LTDA

832.503/2015-MINERACAO BATALHA E PARTICIPACOES LTDA

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)

830.289/2019-WANDERLEY CAIRES CARDOSO-OF. N°42404/2022/DIFIP-MG/ANM

830.383/2017-PLENNA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP-OF. N°42421 e 42422/2022/DIFIP-MG/ANM

831.540/2018-ARDOSIA VEREDA LTDA-OF. N°42428/2022/DIFIP-MG/ANM

Aprova o relatório de Pesquisa(317)

833.280/2006-REAL EXTRACAO DE MINERIOS LTDA-DIAMANTE (uso: Industrial)-BOCAIUVA/ CARBONITA/MG

Multa aplicada-Não início de pesquisa comunicado/prazo para pagamento30 dias(1026)

830.155/2013-MARCELO AUGUSTO LUZ ALVARENGA

Fase de Requerimento de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)

832.939/2014-GRANNETO MINERACAO LTDA-OF. N°42050/2022/DIOUT-MG/ANM

832.168/2009-EVERSON LUCIO RODRIGUES-OF. N°39198/2022/DIOUT-MG/ANM

830.684/2016-PEMA BENEFICIAMENTO DE MINERIOS LTDA EPP-OF. N°41508/2022/DFMNM-MG/ANM

831.006/2014-PEMA BENEFICIAMENTO DE MINERIOS LTDA EPP-OF. N°41302/2022/DFMNM-MG/ANM

832.033/2009-ARAUJO MINERAÇÃO, TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÃO LTDA-OF. N°41298/2022/DFMNM-MG/ANM

832.333/2014-CERAMICA C.C.L. LTDA-OF. N°41292/2022/DFMNM-MG/ANM

830.401/1982-CEMTAL MINERAÇÃO & TRANSPORTES LTDA.-OF. N°41290/2022/DFMNM-MG/ANM -

830.406/2012-CELTA CERAMICA LTDA-OF. N°41289/2022/DFMNM-MG/ANM

833.449/2010-HELENO VILELA LIMA-OF. N°41288/2022/DFMNM-MG/ANM

833.535/2013-EXTRAÇAO DE AREIA E ARGILA PILAR LTDA ME-OF. N°41267/2022/DFMNM-MG/ANM

833.680/2010-SAMUEL LIMA DA SILVA MIGUELOPOLIS ME-OF. N°41050/2022/DFMNM-MG/ANM

832.594/2013-PORTO DE AREIA STONES LTDA-OF. N°40475/2022/DFMNM-MG/ANM

832.255/2008-OSVALDO LUÍS REGONHA ME-OF. N°40970/2022/UAPC-MG/ANM

833.611/2006-VERDEBRITA BENEFICIAMENTO E COMÉRCIO DE MINÉRIOS LTDA-OF. N°41284/2022/DFMNM-MG/ANM

831.036/2013-AREAL CASSIA LTDA-OF. N°40295/2022/DFMNM-MG/ANM

830.194/2014-QUALIQUARTZO MINERACAO LTDA-OF. N°39697/2022/DFMNM-MG/ANM

831.017/2015-EXTRACAO MINERAL VARJAO LTDA-OF. N°38985/2022/DFMNM-MG/ANM

832.857/2008-JENEVE TRANSPORTE E LOCAÇÃO LTDA-OF. N°38717/2022/DFMNM-MG/ANM

Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)

830.684/2016-PEMA BENEFICIAMENTO DE MINERIOS LTDA EPP-OF. N°41503/2022/DFMNM-MG/ANM-60 dias

832.056/1993-MINERAÇÃO JUPARANÁ LTDA.-OF. N°40815/2022/DFMNM-MG/ANM-60 dias

800.686/1977-MINERACAO CALDENSE LTDA-OF. N°40809/2022/DFMNM-MG/ANM-60 dias

830.407/2012-CELTA CERAMICA LTDA-OF. N°40903/2022/UAPC-MG/ANM-60 dias

831.166/2003-BELA VISTA MINERAÇÃO E LOCAÇÃO LTDA-OF. N°42444/2022/DIFIP-MG/ANM-60 dias

Homologa desistência do requerimento de Concessão de Lavra(352)

830.425/1983- MINERAÇÃO ANASTEVE LTDA

Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)

834.417/2007-AREIAS CAETANO LTDA-PEDRA DO INDAIÁ/MG - Guia n° 210/2022 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-14.500 toneladas/ano-AREIA (uso: Agregado)-Vigência da Guia:3 ANOS (a partir de sua publicação)

832.994/2009-MINERE MINAS MINERADORA LIMITADA-AIMORÉS/MG - Guia n° 211/2022 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-16.000 toneladas/ano-GRANITO (uso: Revestimento)-Vigência da Guia:3 ANOS (a partir de sua publicação. Eficácia a partir da emissão da Licença Ambiental)

Fase de Requerimento de Licenciamento

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)

831.173/2020-BRITO & MARTINS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-OF. N°39319/2022/DFMNM-MG/ANM

Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)

831.497/2020-ALYSSON PEREIRA SALGADO MINERADORA

LEANDRO CESAR FERREIRA DE CARVALHO
Gerente

DESPACHO
Relação nº 208/2022

Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
832.671/2021-MINERACAO RCV LTDA-Registro de Licença N° 109/2022 - Vencimento em 22/09/2031
831.147/2017-DRAGA SANTOS LTDA-Registro de Licença N° 111/2022 - Vencimento em 11/03/2024
830.251/2021-ALFERRAZ COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA-Registro de Licença N° 112/2022 - Vencimento em 11/06/2031

LEANDRO CESAR FERREIRA DE CARVALHO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE SANTA CATARINA

DESPACHO
Relação nº 71/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega a anuência prévia aos atos de cessão parcial de autorização de pesquisa(194)
815.045/2016-A. MENDES TERRAPLANAGEM, CONSTRUÇÃO E EXTRAÇÃO DE MINERAIS LTDA- Cessionário:815445/2019-Pedro Aranha - CPF: 753.865.859-91
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
815.299/2011-RIO DO MOURA PESQUISA E EXTRAÇÃO MINERAL LTDA-Cessionário:Merege Barra Velha Real Estate Ltda- CPF ou CNPJ 41.008.968/0001-41- Alvará n°10285/2011
815.175/2021-NATHÁLIA FRIGO PASINI- Cessionário:Idealize Documentos e Projetos Ltda- CPF ou CNPJ 35.416.840/0001-14- Alvará n°4423/2021
815.475/2021-RIO DO MOURA PESQUISA E EXTRAÇÃO MINERAL LTDA-Cessionário:Merege Barra Velha Real Estate Ltda- CPF ou CNPJ 41.008.968/0001-41- Alvará n°7037/2021
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
815.005/2018-PEDRAS MORRO GRANDE LTDA- Área de 193,01 ha para 50,00 ha-Areia-Araquari/SANTA CATARINA
Indefere pedido de reconsideração(263)
815.098/2016-ALEXANDRO OLIVEIRA SOARES
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(224)
815.156/2019-RODRIGO KIESLARCK MORETTI- AI N°5153/2022/DIFIS-SC/ANM
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
815.140/2017-COOPERATIVA DE EXPLORACAO MINERAL DE SOMBRIO - CEMISO-OF. N°41980/2022/DIOUT-SC/ANM
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o relatório de reavaliação de reservas(425)
815.356/2007-SBM - SUL BRASILEIRA DE MINERACAO LTDA-Cascalho
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
815.445/1999-MINERADORA PORTO LTDA ME- AI N° 5148/2022/DIFIS-SC/ANM
807.129/1977-KALBUSCH & CIA LTDA- AI N° 5155/2022/DIFIS-SC/ANM
Concede prévia anuência e autoriza averbação da transferência da Concessão de Lavra(451)
815.665/2006-HOBI EXTRAÇÃO E COMERCIO DE AREIA LTDA.- Portaria de Lavra nº 169/2021- Cessionário:Hobi S/A - Mineracao de Areia e Concreto- CNPJ 81.639.791/0001-04
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
815.025/1983-INECONCHAS INDUSTRIA E EXTRACAO DE CONCHAS LTDA-OF. N°38738/2022/DIOUT-SC/ANM
000.631/1936-CARBONIFERA CATARINENSE LTDA-OF. N°36207/2022/UAC-SC/ANM
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
815.666/2009-CELEIRO DA CONSTRUÇÃO E TRANSPORTES EIRELI EPP-OF. N°40284/2022/DIOUT-SC/ANM
815.037/2013-CERÂMICA NARA LTDA.-OF. N°40828/2022/DIOUT-SC/ANM
815.029/1996-PORTO UNIAO EXTRACAO DE AREIA LTDA-OF. N°41878/2022/DIOUT-SC/ANM
815.592/2009-UNICA MINERACAO, TRANSPORTES E COMERCIO LTDA-OF. N°41910/2022/DIFIS-SC/ANM
815.397/1986-PORTO UNIAO EXTRACAO DE AREIA LTDA-OF. N°41879/2022/DIOUT-SC/ANM
Autoriza a suspensão temporária dos trabalhos de lavra(1203)
815.258/2008-EXTRACAO DE AREIA SCHRAMM LTDA- Início:19/12/2019-Término:13/12/2022
815.029/1996-PORTO UNIAO EXTRACAO DE AREIA LTDA- Início:01/02/2008-Término:21/02/2020
815.029/1996-PORTO UNIAO EXTRACAO DE AREIA LTDA- Início:21/02/2020-Término:21/02/2022
815.397/1986-PORTO UNIAO EXTRACAO DE AREIA LTDA- Início:21/02/2020-Término:21/02/2022
815.258/2008-EXTRACAO DE AREIA SCHRAMM LTDA- Início:11/03/2016-Término:19/12/2019
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
815.327/2019-TESTONI TERRAPLENAGEM E COMERCIO LTDA- Registro de Licença N° 2201/2022 - Vencimento em 17/02/2023
815.477/2010-RF REFLORESTADORA LTDA- Registro de Licença N° 1477/2018 - Vencimento em 24/06/2027
815.356/2002-PEDREIRA SÃO ROQUE LTDA ME- Registro de Licença N° 1006/2021 - Vencimento em 19/11/2023
815.033/1997-TONHAO MATERIAL PARA CONSTRUCAO LTDA- Registro de Licença N° 617/2020 - Vencimento em 22/09/2023
Autoriza o englobamento de áreas contíguas(788)
815.678/2002-KLABIN S.A.- Processo englobado:815.187/2019
Fase de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(954)
815.479/2017-MUNICIPIO DE SAO MARTINHO-OF. N°41237/2022/DIOUT-SC/ANM
815.861/2015-MUNICIPIO DE SANGAO-OF. N°36269/2022/DIOUT-SC/ANM
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
815.159/2009-TERFAL MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA-OF. N°41687/2022/DIOUT-SC/ANM
815.557/2012-TERFAL MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA-OF. N°41700/2022/DIOUT-SC/ANM
815.050/2001-MINERAÇÃO SANTA MARIA LTDA-OF. N°41717/2022/DIOUT-SC/ANM
815.284/2008-COOPERATIVA DE EXPLORACAO MINERAL DE SOMBRIO - CEMISO-OF. N°41334/2022/DIOUT-SC/ANM
815.401/1998-BERG MINERACAO EIRELI-OF. N°41797/2022/DIOUT-SC/ANM
815.242/2011-PORTO DE AREIA SANTA ANA, COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA EPP-OF. N°42168/2022/DIOUT-SC/ANM
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(806)
815.576/2002-J M Comércio e Mineração de Pedras Ltda- AI N°5154/2022/DIFIS-SC/ANM
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
815.151/2021-CONSTRUTEC COMERCIO DE ARGAMASSAS E REJUNTES-OF. N°41942/2022/DIOUT-SC/ANM
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
815.195/2022-ANDERSON JONAR NALIN-OF. N°41881/2022/CAREAS-SC/ANM
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
815.233/2022-PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS-OF. N°41719/2022/DIOUT-SC/ANM
815.278/2022-MUNICIPIO DE RIO RUFINO-OF. N°41999/2022/DIOUT-SC/ANM
815.277/2022-MUNICIPIO DE RIO RUFINO-OF. N°41897/2022/DIOUT-SC/ANM
815.245/2022-MUNICIPIO DE CHAPECO-OF. N°42184/2022/DIOUT-SC/ANM

JESSE OTTO FREITAS
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO CEARÁ

DESPACHO
Relação nº 80/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(186)
800.193/2021-CONCRETO EXTRACAO E BRITAGEM DE ROCHA EIRELI
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
800.135/2021-BRASIL FORTESCUE MINERACAO LTDA -Alvará N°4.651/2021
800.141/2021-BRASIL FORTESCUE MINERACAO LTDA -Alvará N°965/2022.
800.164/2021-BRASIL FORTESCUE MINERACAO LTDA -Alvará N°4.657/2021.
800.167/2021-BRASIL FORTESCUE MINERACAO LTDA -Alvará N°4.658/2021.
800.176/2021-BRASIL FORTESCUE MINERACAO LTDA -Alvará N°4.665/2021.
Fase de Concessão de Lavra
Concede prévia anuência e autoriza averbação da transferência da Concessão de Lavra(451)
840.201/1980-CHAVES S A MINERAÇÃO E INDUSTRIA- Portaria de Lavra nº 82/1991- Cessionário:Calcário do Brasil S/A- CNPJ 23.549.272/0001-40.
Fase de Direito de Requerer a Lavra
Prorroga por 01 (um) ano o prazo para requerer a Concessão de Lavra(2243)
800.294/2015-GRAMAZINI MINERACAO LTDA
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
800.531/2021-ANTONIA PEREIRA MOTA DE CARVALHO- Registro de Licença N° 08/2022 - ANM/CE - Vencimento em 17/05/2025.
800.023/2020-JOSÉ WANGINALDO DE GOIS ME- Registro de Licença N° 73/2020 - ANM/CE - Vencimento em 17/12/2022.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
800.351/2012-MULTIMINERAÇÃO EXTRAÇÃO DE MINÉRIOS LTDA.-OF. N°41337/2022/SEOUT-CE/ANM.
Reconsidera o despacho de indeferimento(745)
800.351/2012-MULTIMINERAÇÃO EXTRAÇÃO DE MINÉRIOS LTDA.
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
800.067/2009-DPA MINERACAO LTDA-OF. N°39205/2022/SEOUT-CE/ANM.
800.068/2009-DPA MINERACAO LTDA-OF. N°39212/2022/SEOUT-CE/ANM.
800.767/2010-MINERACAO MARTINS LTDA-OF. N°40371/2022/SEOUT-CE/ANM.
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina arquivamento definitivo do processo(1147)
800.396/2022-CONCRETO EXTRACAO E BRITAGEM DE ROCHA EIRELI
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
800.430/2022-M.N. DA SILVA TELES-OF. N°39497/2022/SEOUT-CE/ANM.
800.440/2022-MINERMAC MINERACOES LTDA-OF. N°39512/2022/SEOUT-CE/ANM.
800.387/2022-LUNAR CONSTRUCOES EIRELI-OF. N°41516/2022/SEOUT-CE/ANM.
800.515/2022-RNGT AGROINDUSTRIA LTDA-OF. N°41553/2022/SEOUT-CE/ANM.
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
800.288/2020-COMERCIAL DE MINÉRIOS DOS AMIGOS CAÇAMBEIROS DE ICÓ LTDA ME-Registro de Licença N° 55/2022-ANM/CE - Vencimento em 18/11/2023.
800.032/2022-ANTENOR GOMES DE MATTOS NETO-Registro de Licença N° 56/2022-ANM/CE - Vencimento em 15/12/2025.
800.286/2020-COMERCIAL DE MINÉRIOS DOS AMIGOS CAÇAMBEIROS DE ICÓ LTDA ME-Registro de Licença N° 58/2022-ANM/CE - Vencimento em 18/11/2023.
800.285/2020-COMERCIAL DE MINÉRIOS DOS AMIGOS CAÇAMBEIROS DE ICÓ LTDA ME-Registro de Licença N° 59/2022-ANM/CE - Vencimento em 18/11/2023.
800.291/2022-MACEDO & TAVARES EXTRACAO LTDA-Registro de Licença N° 57/2022-ANM/CE - Vencimento em 05/04/2042.
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
800.830/2021-IVO BENTO DOS SANTOS
800.466/2022-J S BERNARDINO
800.439/2022-IVO BENTO DOS SANTOS
800.505/2022-RIO & MAR MINERACAO LTDA
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
800.276/2022-R. ALVES DE ABREU FILHO ME-OF. N°39851/2022/SEOUT-CE/ANM.
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
800.414/2022-SARAH DAYANNA LACERDA MARTINS LIMA
800.375/2022-BRITACET BRITA COMERCIO E TRANSPORTE LTDA
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
800.330/2022-OXYCER HOLDING CORPORATION - EXCLUSIVE INTERNATIONAL BUSINESS CORPORATION E COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA
800.331/2022-OXYCER HOLDING CORPORATION - EXCLUSIVE INTERNATIONAL BUSINESS CORPORATION E COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA
800.329/2022-OXYCER HOLDING CORPORATION - EXCLUSIVE INTERNATIONAL BUSINESS CORPORATION E COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA
800.329/2022-OXYCER HOLDING CORPORATION - EXCLUSIVE INTERNATIONAL BUSINESS CORPORATION E COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Outorga o Registro de Extração, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação(922)
800.804/2021-MUNICIPIO DE MORRINHOS- Registro de Extração N°03/2022 - ANM/CE de 30/08/2022
Indefere de Plano o Requerimento de Registro de Extração(821)
800.513/2022-FRANCISCO FAGNER FREIRE BEZERRA

VANESSA MARIA MAMEDE CAVALCANTI
Gerente

DESPACHO
Relação nº 81/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa
Torna sem efeito exigência(137)
800.289/2022-A J S GOMES PREMOLDADOS EIRELI-OF. N°23243/2022/SEREM-CE/ANM-DOU de 16/05/2022.
800.775/2021-TEMPEST STONES LTDA-OF. N°9114/2022/SEREM-CE/ANM-DOU de 11/08/2022.
800.605/2021-FEJOLITA PRECIOUS IN STONES EIRELI-OF. N°22279/2022/SEREM-CE/ANM-DOU de 16/05/2022.

VANESSA MARIA MAMEDE CAVALCANTI
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO PARÁ

DESPACHO
Relação nº 326/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
850.577/2020-GEOTEX GEOLOGIA E MEIO AMBIENTE EIRELI- Cessionário:HC IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA- CPF ou CNPJ 19.692.846/0001-68- Alvará n°3116/2020
850.976/2021-SANDRO FERREGUETT- Cessionário:BAHIA GOLD LTDA- CPF ou CNPJ 37.542.695/0001-43- Alvará n°2107/2022
851.409/2021-MINERACAO IRAJA S/A.- Cessionário:LIGGA S.A.- CPF ou CNPJ 13.732.348/0001-15- Alvará n°9694/2021
850.560/2011-MINERACAO IRAJA S/A.- Cessionário:LIGGA S.A.- CPF ou CNPJ 13.732.348/0001-15- Alvará n°15.254/2011
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
850.081/2003-BRC MINERACAO LTDA- Alvará n°2742/2009 - Cessionario:850461/2022-CUMARU COOPERATIVA DE PRODUTORES DE OURO DO CUMA-CPF ou CNPJ 34.656.629/0001-6
Nega a anuência prévia aos atos de cessão parcial de autorização de pesquisa(194)
850.154/2020-ITUBRITA MINERAÇÃO LTDA- Cessionário:850.064/2022-GLOBAOL COMERCIO LOCAÇÃO E SERVICOS EIRELLI EPP
Fase de Lavra Garimpeira
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(571)
850.949/2016-JOSELIO FERREIRA LIMA- Cessionário:COOPERTRANS COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DE MORAES ALMEIDA E TRANSGARIMPEIRA- CNPJ 27.339.736/0001-45- PLG n°71/2018
850.424/2018-J R DE CARVALHO JUNIOR EXPLORAÇÃO,COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO DE MINÉRIO- Cessionário:JOÃO ROCHA DE CARVALHO JÚNIOR- CNPJ 624.875.663-53- PLG n°56/2018
850.782/2021-J R DE CARVALHO JUNIOR EXPLORAÇÃO,COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO DE MINÉRIO- Cessionário:JOÃO ROCHA DE CARVALHO JÚNIOR- CNPJ 37.542.695/0001-43- PLG n°54/2022
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina arquivamento definitivo do processo(155)
850.064/2022-GLOBAL COMERCIO LOCAÇÃO E SERVIÇOS EIRELLI EPP

FÁBIO GUILHERME LOUZADA MARTINELLI
Gerente

DESPACHO
Relação nº 332/2022

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere por Interferencia Total(1339)
653.507/1997-MARIA RAIMUNDA NUNES DA SILVA
653.508/1997-MARIA RAIMUNDA NUNES DA SILVA
653.509/1997-MARIA RAIMUNDA NUNES DA SILVA
653.510/1997-MARIA RAIMUNDA NUNES DA SILVA
653.498/1997-MARIA RAIMUNDA NUNES DA SILVA
653.587/1997-MARIA RAIMUNDA NUNES DA SILVA
653.497/1997-MARIA RAIMUNDA NUNES DA SILVA
653.499/1997-MARIA RAIMUNDA NUNES DA SILVA
653.500/1997-MARIA RAIMUNDA NUNES DA SILVA
653.501/1997-MARIA RAIMUNDA NUNES DA SILVA
653.502/1997-MARIA RAIMUNDA NUNES DA SILVA
653.503/1997-MARIA RAIMUNDA NUNES DA SILVA
653.504/1997-MARIA RAIMUNDA NUNES DA SILVA
653.505/1997-MARIA RAIMUNDA NUNES DA SILVA
653.506/1997-MARIA RAIMUNDA NUNES DA SILVA
851.494/2021-COOPERMINERIOS COOPER. MISTA DE EXP. MINERAL E EXTRATIVISMO VEGETAL DE NOV. PROG
850.249/2022-COOPERATIVA MISTA DOS GARIMPEIROS DE PEIXOTO DE AZEVEDO
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
851.573/2020-EDSON DOS SANTOS ROCHA-OF. N°42336/2022/DIOUT-PA/ANM
851.496/2021-ELIZEU VIEIRA NERES-OF. N°42461/2022/DIOUT-PA/ANM
851.490/2021-COOPERATIVA DEUS E AMOR-OF. N°42566/2022/DIOUT-PA/ANM
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
850.501/2022-MARIA DO SOCORRO CUIMAR CORREA
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
850.479/2022-LUCIA DOS SANTOS RIBEIRO DA SILVA-Registro de Licença N° 52/2022 - Vencimento em 08/06/2023
850.525/2022-RAIMUNDO ANTONIO TEIXEIRA MENDES-Registro de Licença N° 51/2022 - Vencimento em 27/05/2023
850.572/2022-ANGELO DA SILVA SOARES-Registro de Licença N° 53/2022 - Vencimento em 29/07/2027
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
850.280/2022-IVALDO ANGELO CINTRA JUNIOR-OF. N°42323/2022/DIOUT-PA/ANM
Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
851.684/2021-ACIOLI JOSÉ TEIXEIRA FILHO
851.745/2021-M S J TRANSPORTE E COMERCIO LTDA

FÁBIO GUILHERME LOUZADA MARTINELLI
Gerente

DESPACHO
Relação nº 334/2022

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
O GERENTE REGIONAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada de que trata o Art. 1°, inciso V da Portaria Nº 1056, de 30 de junho de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 01 de Julho de 2022, outorga as seguintes Permissões de Lavra Garimpeira, com vigência a partir dessa publicação:(513)
PLG N°212/2022 - 850.719/2016-ALCENIR PAES PEREIRA - Prazo 5 anos

FÁBIO GUILHERME LOUZADA MARTINELLI

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO
Relação nº 55/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
890.185/2012-HEBRUFI MINERAÇÃO LTDA.- Cessionário:Lauro da Silva Lisboa.- CPF ou CNPJ 200.936.597-68- Alvará n°2.133/2012
890.132/2018-SILVANA COUTINHO LEAO- Cessionário:Leão Minerações Ltda.- CPF ou CNPJ 31.547.613/0001- 77- Alvará n°8.935/2018
890.429/2012-MANOEL JOSE PASSOS CARVALHO- Cessionário:Mineradora Morro das Contas Ltda.- CPF ou CNPJ 16.837.03210001-86- Alvará n°5.660/2012
890.473/2003-MINERADORA TAQUARUÇU LTDA ME- Cessionário:Cooperativa dos Produtores de Areia da Bacia Hidrográfica Lagos São João Uda- CPF ou CNPJ 10.929.52210001-26- Alvará n°2140/2004
890.186/2001-PRISMA MINERADORA LTDA ME- Cessionário:Cooperativa dos Produtores de Areia da Bacia Hidrográfica Lagos São João Ltda- CPF ou CNPJ 10.929.522/0001-26- Alvará n°10.291/2004
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
890.328/2007-AREAL DEL REY EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA-OF. N°39578/2022/SEOUT-RJ/ANM
890.026/2021-CERAMICA MINEIROS-OF. N°40167/2022/SEOUT-RJ/ANM
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
890.396/2015-LEONARDO DE OLIVEIRA GONÇALVES- Área de 49,98 para 19,09-água mineral-Duque de Caxias/RJ
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
890.138/2015-FRANCINIR ANTONIO SANCHES-água mineral-Guapimirim/RJ
Fase de Concessão de Lavra
Nega aprovação do rótulo de água mineral(480)
890.592/1993-BRAMIL INVESTIMENTOS LTDA
005.314/1940-ÁGUAS NAZARETH INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
Aprova laudo técnico e memorial(is) descritivo(s), para possibilitar acordo (amigável ou judicial) visando posterior constituição de servidão(2177)
890.517/2013-REAJA MINERAÇÃO, SANEAMENTO E ABASTECIMENTO LTDA-GNAISSE- Portaria de Lavra nº 271/2021
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
890.205/2014-AREAL BOA ESPERANÇA DE QUEIMADOS LTDA- Registro de Licença N° 2.853/2015 - Vencimento em 15/07/2026
890.136/2010-CERÂMICA IRMÃOS CARDOSO LTDA ME- Registro de Licença N° 2.658/2011 - Vencimento em 28/04/2026
890.022/2017-CERAMICA INDEPENDENCIA LTDA ME- Registro de Licença N° 2.977/2017 - Vencimento em 12/05/2026
890.594/2010-F. P. R INDÚSTRIA CERÂMICA LTDA ME- Registro de Licença N° 2.656/2011 - Vencimento em 09/08/2024
890.191/2015-AREAL PORTO GRAUNA EIRELI- Registro de Licença N° 3.084/2020 - Vencimento em 13/05/2026
890.664/2011-RIO GRANDE MINÉRIOS LTDA.- Registro de Licença N° 2.706/2012 - Vencimento em 04/02/2024
890.893/2014-INDÚSTRIA DE CERÂMICA GAMA E SILVA LTDA ME- Registro de Licença N° 2925/2016 - Vencimento em 27/12/2026
890.353/2014-CERAMICA FENIX EIRELI- Registro de Licença N° 3012/2018 - Vencimento em 27/12/2024
890.227/2010-WAGNER LINHARES INDÚSTRIA DE CERÂMICA LTDA- Registro de Licença N° 2.593/2010 - Vencimento em 23/12/2025
890.304/2015-CERÂMICA SANTA EDWIGES DE CAMPOS LTDA.- Registro de Licença N° 3023/2018 - Vencimento em 26/11/2024
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
890.971/2013-ILHA DOS MINEIROS EXTRAÇÃO MINERAL LTDA-OF. N°38758/2022/SEOUT-RJ/ANM
890.494/2007-URUPÁ MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°38724/2022/SEOUT-RJ/ANM
890.492/2007-URUPÁ MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°38741/2022/SEOUT-RJ/ANM
890.878/2012-DULGER MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO LTDA ME-OF. N°41146/2022/SEOUT-RJ/ANM.
Autoriza transformação do regime do Licenciamento para Autorização de Pesquisa(1285)
890.046/2010-BIOREMA EXTRACAO DE MINERAIS LTDA
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
890.357/2015-PEDREIRA CAMPO REDONDO LTDA.-OF. N°41710/2022/SEOUT-RJ/ANM
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
890.199/2019-FERRAZ E COSTA EXTRAÇÃO MINERAL LTDA-Registro de Licença N° 15/2022 - Vencimento em 21/02/2025
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(1166)
890.074/2022-CERAMICA BOM LAJOTA LTDA-OF. N°39506/2022/SEOUT-RJ/ANM
Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
890.101/2022-SANTA CLARA SERVICOS E TRANSPORTES DE PARATY LTDA

EDUARDO ALVARO PINTO DE FREITAS NETO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHO
Relação nº 135/2022

Fase de Direito de Requerer a Lavra
Prorroga por 01 (um) ano o prazo para requerer a Concessão de Lavra(2243)
810.999/2009-FALCON PETROLEO S.A.
811.002/2009-FALCON PETROLEO S.A.
811.007/2009-FALCON PETROLEO S.A.
811.009/2009-FALCON PETROLEO S.A.
811.012/2009-FALCON PETROLEO S.A.
811.005/2009-FALCON PETROLEO S.A.
811.006/2009-FALCON PETROLEO S.A.
811.008/2009-FALCON PETROLEO S.A.
810.995/2009-FALCON PETROLEO S.A.
810.996/2009-FALCON PETROLEO S.A.
810.997/2009-FALCON PETROLEO S.A.
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
811.584/2014-ELÁSIO JOSÉ DA SILVA- Registro de Licença N° 297/2015 - Vencimento em 19/09/2030
810.490/2017-JAZIDA ECKERT LTDA- Registro de Licença N° 205/2017 - Vencimento em 01/09/2027
810.736/2017-AS - CONSTRUTORA SCHUSTER LTDA.- Registro de Licença N° 265/2017 - Vencimento em 31/08/2032
810.743/2013-AGREGA MINERADORA LTDA- Registro de Licença N° 30/2021 - Vencimento em 22/06/2027
810.742/2013-AGREGA MINERADORA LTDA- Registro de Licença N° 28/2021 - Vencimento em 14/05/2024
810.745/2013-AGREGA MINERADORA LTDA- Registro de Licença N° 23/2021 - Vencimento em 22/06/2027

810.744/2013-AGREGA MINERADORA LTDA- Registro de Licença N° 29/2021 - Vencimento em 22/06/2027
810.595/2004-AREAL BARONESA EXTRACAO E COMERCIO DE AREIA LTDA- Registro de Licença N° 2851/2004 - Vencimento em 30/07/2023
810.321/2019-ALAN A. BOCK- Registro de Licença N° 093/2019 - Vencimento em 19/08/2025
810.063/2017-ALAN A. BOCK- Registro de Licença N° 178/2017 - Vencimento em 19/08/2025
811.563/2013-ANNA M. WALKER E CIA LTDA- Registro de Licença N° 8/2015 - Vencimento em 31/08/2026
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
810.192/2020-RAFAEL ALEXANDRE DA SILVA-Registro de Licença N° 131/2022 - Vencimento em 18/05/2026
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
810.054/2022-GINO MÁRCIO VAGHETTE EBERSOL-OF. N°41353/2022
810.395/2022-UM URUSSANGAMINÉRIOS LTDA-OF. N°41345/2022
810.309/2022-P.A.P. CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS LTDA-OF. N°41751/2022
810.593/2021-PAULO ROBERTO DE CECCO CIOCCARI-OF. N°41769/2022
810.465/2021-LUIZ CARLOS SOUZA FERREIRA-OF. N°41951/2022
811.122/2011-VALMOR PEDRO MENEGUZZO-OF. N°41986/2022
810.490/2022-JOAO BATISTA DA SILVA TEIXEIRA-OF. N°41721/2022
810.327/2022-SALETE BEHRENZ-OF. N°41934/2022
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
810.861/2010-AREAL MORO LTDA. ME
810.860/2010-AREAL MORO LTDA. ME
810.385/2013-JEFERSON PIEREZAN
810.076/2014-SIDINEI MARTINIACKI
810.407/2014-NILVIO DA SILVA RODRIGUES
810.612/2015-DEIZER GONÇALVES FOLETTO

JOSE EDUARDO DA COSTA DUARTE
Gerente
Interino

DESPACHO
Relação nº 136/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
810.280/2018-BORDER PROSPECCOES MINERAIS LTDA- Cessionário:Nexa Recursos Minerais S A- CPF ou CNPJ 42.416.651/0001-07- Alvará n°3023/2020
810.530/2020-COMERCIAL DE AREIA ERCI LTDA- Cessionário:Gs Extração e Comércio de Areia Ltda- CPF ou CNPJ 82.096.314/0001-02- Alvará n°5147/2020
810.635/2021-COMERCIAL DE AREIA ERCI LTDA- Cessionário:Gs Extração e Comércio de Areia Ltda- CPF ou CNPJ 82.096.314/0001-02- Alvará n°6163/2021
810.468/2021-COMERCIAL DE AREIA ERCI LTDA- Cessionário:Gs Extração e Comércio de Areia Ltda- CPF ou CNPJ 82.096.314/0001-02- Alvará n°7175/2021
810.467/2021-COMERCIAL DE AREIA ERCI LTDA- Cessionário:Gs Extração e Comércio de Areia Ltda- CPF ou CNPJ 82.096.314/0001-02- Alvará n°7174/2021
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
811.253/2016-COMERCIAL DE AREIA ERCI LTDA-OF. N°42167/2022

JOSE EDUARDO DA COSTA DUARTE
Gerente
Interino

DESPACHO
Relação nº 137/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
810.690/2014-CARBONIFERA METROPOLITANA S/A-ALVARÁ N°450/2018
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
810.996/2010-ÁGUIA FERTILIZANTES S.A.-FOSFATO-Bagé/RS
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
811.622/2012-SAINT-GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUCAO LTDA-OF. N°42076/2022
810.530/2013-AGREGA MINERADORA LTDA-OF. N°42072/2022
811.624/2012-SAINT-GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUCAO LTDA-OF. N°42066/2022
810.048/2016-ARO MINERACAO LTDA-OF. N°42327/2022
810.036/2016-ARO MINERACAO LTDA-OF. N°42327/2022
810.037/2016-ARO MINERACAO LTDA-OF. N°42327/2022
810.038/2016-ARO MINERACAO LTDA-OF. N°42327/2022
810.039/2016-ARO MINERACAO LTDA-OF. N°42327/2022
810.040/2016-ARO MINERACAO LTDA-OF. N°42327/2022
810.041/2016-ARO MINERACAO LTDA-OF. N°42327/2022
810.042/2016-ARO MINERACAO LTDA-OF. N°42327/2022
810.043/2016-ARO MINERACAO LTDA-OF. N°42327/2022
810.044/2016-ARO MINERACAO LTDA-OF. N°42327/2022
810.045/2016-ARO MINERACAO LTDA-OF. N°42327/2022
810.046/2016-ARO MINERACAO LTDA-OF. N°42327/2022
810.047/2016-ARO MINERACAO LTDA-OF. N°42327/2022
810.049/2016-ARO MINERACAO LTDA-OF. N°42327/2022
810.050/2016-ARO MINERACAO LTDA-OF. N°42327/2022
810.051/2016-ARO MINERACAO LTDA-OF. N°42327/2022
810.052/2016-ARO MINERACAO LTDA-OF. N°42327/2022
810.053/2016-ARO MINERACAO LTDA-OF. N°42327/2022
810.054/2016-ARO MINERACAO LTDA-OF. N°42327/2022
810.055/2016-ARO MINERACAO LTDA-OF. N°42327/2022
810.056/2016-ARO MINERACAO LTDA-OF. N°42327/2022
810.057/2016-ARO MINERACAO LTDA-OF. N°42327/2022
810.058/2016-ARO MINERACAO LTDA-OF. N°42327/2022
810.059/2016-ARO MINERACAO LTDA-OF. N°42327/2022
810.060/2016-ARO MINERACAO LTDA-OF. N°42327/2022
810.061/2016-ARO MINERACAO LTDA-OF. N°42327/2022
810.062/2016-ARO MINERACAO LTDA-OF. N°42327/2022
810.063/2016-ARO MINERACAO LTDA-OF. N°42327/2022
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
811.118/2021-PAULUZZI PRODUTOS CERAMICOS LTDA
811.119/2021-PAULUZZI PRODUTOS CERAMICOS LTDA
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
810.442/2016-ÁGUIA FERTILIZANTES S.A.-ALVARÁ N°8772/2016
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
820.702/1969-HIDROMINERADORA VALLE AZUL LTDA-OF. N°42154/2022
Aprova o relatório de reavaliação de reservas(425)
810.226/1981-PEDRACCON MINERAÇÃO LTDA.-GRANITO
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
810.014/1982-JACO BRAGAGNOLLO-OF. N°42673/2022

JOSE EDUARDO DA COSTA DUARTE
Gerente
Interino

DESPACHO
Relação nº 138/2022

Fase de Licenciamento
Despacho de retificação do Registro de Licença(741)
850.074/1978-MADALENA FATIMA BASSO- Registro de Licença N° 24/1979- ONDE SE LÊ: "...validade até 27/04/2031."; LEIA-SE: "...validade até 05/09/2032." ONDE SE LÊ: "...área de 3,58 ha."; LEIA-SE: "...área de 3,98 ha."

JOSE EDUARDO DA COSTA DUARTE
Gerente
Interino

SUPERINTENDÊNCIA DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE RECEITAS

DESPACHO
Relação nº 497/2022

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Domingos Donizete de Carvalho - 860568/19 - Not.195/2022 - R$ 4.786,37

DANIEL POLLACK
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 498/2022

Ficam NOTIFICADOS para pagar, parcelar ou apresentar defesa do débito (Taxa Anual por Hectare - TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Domingos Donizete de Carvalho - 860568/19 - Not.194/2022 - R$ 9.326,77

DANIEL POLLACK
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 499/2022

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Iraides Mendes Dionísio Dos Santos Rodrigues - 860395/20 - Not.196/2022 - R$ 4.690,77, 860396/20 - Not.197/2022 - R$ 4.690,77
Joao Sebastiao Neto - 860530/21 - Not.199/2022 - R$ 4.521,45
Renis Eustaquio Goncalves - 860483/20 - Not.198/2022 - R$ 4.628,15

DANIEL POLLACK
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 508/2022

Ficam NOTIFICADOS para pagar, parcelar débito ou apresentar defesa (Vistoria)/prazo 30(dez) dias (6.87)
Areial j. r Ltda - 860571/17 - Not.203/2022 - R$ 888,67, 860113/19 - Not.204/2022 - R$ 888,67
p z Areia e Transporte Eireli - 861147/07 - Not.200/2022 - R$ 888,67
Pedras de Pirenópolis Ltda - 862066/07 - Not.201/2022 - R$ 882,77
Raio do Sol Mineracao Ltda - 860517/98 - Not.45/2022 - R$ 599,05
Rio Granito Ltda - 861348/16 - Not.202/2022 - R$ 905,89

DANIEL POLLACK
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 515/2022

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Atlanta Transportes Ltda - 860449/18 - Not.188/2022 - R$ 9.572,73
Francisca Leila Martins Dos Santos Silva - 860075/18 - Not.184/2022 - R$ 4.786,37
Goiania Mineração e Participações Ltda - 860862/18 - Not.169/2022 - R$ 9.325,23, 860863/18 - Not.170/2022 - R$ 9.325,23, 860864/18 - Not.171/2022 - R$ 9.325,23, 860865/18 - Not.172/2022 - R$ 9.325,23, 860866/18 - Not.173/2022 - R$ 9.325,23, 860867/18 - Not.174/2022 - R$ 9.325,23, 860868/18 - Not.175/2022 - R$ 9.325,23, 860869/18 - Not.176/2022 - R$ 9.325,23, 860870/18 - Not.177/2022 - R$ 9.325,23, 860871/18 - Not.178/2022 - R$ 9.325,23, 860872/18 - Not.179/2022 - R$ 9.325,23
Gregorio Vassilive Ferreira - 860793/19 - Not.180/2022 - R$ 9.381,55
Hanuman Minas Ltda - 860360/17 - Not.181/2022 - R$ 4.717,82
Helio Antonio de Sousa me - 860732/18 - Not.189/2022 - R$ 9.381,55, 860733/18 - Not.190/2022 - R$ 9.381,55
Herminea Duarte da Silva - 860433/18 - Not.187/2022 - R$ 4.717,82
Impart Consultoria e Participacoes Ltda - 860734/18 - Not.191/2022 - R$ 9.435,64, 860735/18 - Not.192/2022 - R$ 9.435,64, 860737/18 - Not.193/2022 - R$ 9.435,64
Josivan Soares Pereira - 860428/18 - Not.186/2022 - R$ 4.662,61
Julimar Oliveira França - 860239/18 - Not.185/2022 - R$ 9.325,23
Marcio Aurelio Coelho - 860790/18 - Not.167/2022 - R$ 4.662,61
Mineracao Goianesia Ltda - 860722/17 - Not.182/2022 - R$ 9.435,64
Mineradora Vale do Cerrado Ltda - 860943/17 - Not.183/2022 - R$ 9.435,64
Safra Mineração, Industria e Comercio Ltda - 860813/18 - Not.168/2022 - R$ 4.690,77
Uarian Ferreira da Silva - 861358/16 - Not.166/2022 - R$ 9.435,64

DANIEL POLLACK
Superintendente

SERVIÇO REGIONAL DE ARRECADAÇÃO 8 (RO, RR, AC, AM

DESPACHO
Relação nº 516/2022

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Ficam NOTIFICADOS para pagar, parcelar ou apresentar defesa do débito (Taxa Anual por Hectare - TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
EMBLOCO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO E CONCRETO LTDA, CNPJ Nº 14.716.951/001-76, processo de Cobrança SEI nº 48063.980278/2022-60, Processo Minerário nº 48408.880017/2017-35, Notificação Administrativa nº 45/2022/SERAR 8/SAR/DIRC, Valor R$ 41.610,40.
FABIANA SILVA PONTES, CPF Nº 852.437.362-87, processo de Cobrança SEI nº 48063.980284/2022-17, Processo Minerário nº 48063.880091/2020-03, Notificação Administrativa nº 47/2022/SERAR 8/SAR/DIRC, Valor R$ 21.088,98.

EUTIQUIA LÚCIA DO VALE RAMOS
Chefe de Serviço

DESPACHO
Relação nº 517/2022

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
EMBLOCO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO E CONCRETO LTDA, CNPJ Nº 14.716.951/0001-76, Processo de Cobrança SEI nº 48063.980077/2022-62, Processo Minerário nº 48408.880017/2017-35, Notificação Administrativa nº 46/2022/SERAR 8/SAR/DIRC, Valor R$ 9.887,79.
FABIANA SILVA PONTES, CPF Nº 852.437.362-87, Processo de Cobrança SEI nº 48063.980356/2021-45, Processo Minerário nº 48063.880091/2020-03, Notificação Administrativa nº 48/2022/SERAR 8/SAR/DIRC, Valor R$ 4.602,59.

EUTIQUIA LÚCIA DO VALE RAMOS
Chefe de Serviço

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS

ALVARÁ Nº 7.055, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48061.860711/2022-61-RANDERSON AGUIAR PEREIRA (Documento SEI: 4923029)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

ALVARÁ Nº 7.056, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48054.831611/2022-17-JEAN CARLOS DA COSTA SANTOS (Documento SEI: 4925134)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

ALVARÁ Nº 7.057, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48054.831625/2022-31-LUIZ ANTONIO MAGELA CONRADO (Documento SEI: 4925433)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

ALVARÁ Nº 7.058, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48054.831659/2022-25-MINAS MINERAIS LTDA (Documento SEI: 4931317)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

ALVARÁ Nº 7.059, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48065.800493/2022-76-BRASIL FORTESCUE MINERACAO LTDA (Documento SEI: 4932518)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

DESPACHO
Relação nº 139/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso das atribuições regimentais dispostas no art. 93 da Resolução nº 102, de 13 de abril de 2022, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e no art. 2°, inciso XVII da Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
7068/2022-806.012/2021-MINERADORA GIPSITA DO MARANHAO LTDA-
7070/2022-806.023/2021-COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL-
7069/2022-806.021/2021-COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL-
7072/2022-806.084/2021-GLEN ANDERSON MAIA DE OLIVEIRA-
7073/2022-806.102/2021-YGOR TADEU ALVES VELOSO DA SILVA-
7074/2022-806.115/2021-WILKSAN PATRICIA MACEDO SOUZA-
7086/2022-806.036/2022-RAL MINERAÇÃO LTDA.-
7075/2022-806.117/2021-WILKSAN PATRICIA MACEDO SOUZA-
7076/2022-806.136/2021-MATA BRANCA MINERACAO LTDA-
7077/2022-806.139/2021-AGROPECUARIA VALE DO CANAA LTDA-
7078/2022-806.140/2021-R C TORRES EIRELI-
7079/2022-806.141/2021-REGIVALDO DE MELO GONÇALVES-
7080/2022-806.142/2021-REGIVALDO DE MELO GONÇALVES-
7081/2022-806.147/2021-IVERSON RAMIRES PACHECO 00524402140-
7082/2022-806.151/2021-IVERSON RAMIRES PACHECO 00524402140-
7083/2022-806.157/2021-EVONALDO BISPO DE AZEVEDO-
7084/2022-806.162/2021-AG SERVICOS, TRANSPORTES E CONSTRUCOES LTDA-
7085/2022-806.169/2021-EVONALDO BISPO DE AZEVEDO-
7071/2022-806.059/2021-FABRICIA SOARES LIMA-

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso das atribuições regimentais dispostas no art. 93 da Resolução nº 102, de 13 de abril de 2022, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e no art. 2°, inciso XVII da Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
7066/2022-806.031/2021-LINDOYA AGUAS ENVASADAS LTDA-
7067/2022-806.053/2021-J G MINERADORA LTDA-

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso das atribuições regimentais dispostas no art. 93 da Resolução nº 102, de 13 de abril de 2022, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e no art. 2°, inciso XVII da Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)
7061/2022-806.101/2021-GRANORTE S A-
7062/2022-806.106/2021-GABILEM MARTINS ESTRELA-
7064/2022-806.135/2021-R. G. AGREGADOS LTDA-
7063/2022-806.122/2021-DANIELSON DOMINGUES RIBEIRO DOS PASSOS LTDA-
7065/2022-806.154/2021-DANILO BORGES NOGUEIRA-
7060/2022-806.087/2021-GILMAR DE SOUSA SOARES-

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

DESPACHO
Relação nº 169/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso das atribuições regimentais dispostas no art. 93 da Resolução nº 102, de 13 de abril de 2022, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e no art. 2°, inciso XVII da Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
7092/2022-850.221/2022-SYANN FYANN MINING & GEOLOGY EIRELI-
7090/2022-850.801/2021-MINERACAO TANTALINE IMP EXP E BENEFICIAMENTO LTDA-
7089/2022-850.783/2021-MINERACAO TANTALINE IMP EXP E BENEFICIAMENTO LTDA-
7091/2022-851.586/2021-GESSOSUL INDÚSTRIA DE GESSO LTDA.-
7088/2022-850.537/2021-L. M. X. MINERACAO LTDA-
7087/2022-850.273/2021-ANTONIO DA SILVA PINTO-

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

DESPACHO
Relação nº 177/2022

Aprova atos de Incorporação de Empresa/ Direitos minerários e determina sua averbação(1950)
Incorporadora: THOR GRANITOS E MÁRMORES LTDA - CNPJ31.023.302/0001-09 - Direitos incorporados:
Processo nº 896.273/1996 - MINERACAO MONTE HERMON LTDA - Requerimento de lavra
Incorporadora: THOR GRANITOS E MÁRMORES LTDA - CNPJ31.023.302/0001-09 - Direitos incorporados:
Processo nº 833.120/2006 - THORGRAN GRANITOS LTDA - Direito de Requer a Lavra
Incorporadora: THOR GRANITOS E MÁRMORES LTDA - CNPJ31.023.302/0001-09 - Direitos incorporados:
Processo nº 896.777/2011 - THORGRAN GRANITOS LTDA - Autorização de pesquisa nº 6.853/2012
Incorporadora: THOR GRANITOS E MÁRMORES LTDA - CNPJ31.023.302/0001-09 - Direitos incorporados:
Processo nº 896.776/2011 - THORGRAN GRANITOS LTDA - Autorização de pesquisa nº .6852/2012
Incorporadora: THOR GRANITOS E MÁRMORES LTDA - CNPJ31.023.302/0001-09 - Direitos incorporados:
Processo nº 896.077/2004 - THORGRAN GRANITOS LTDA - Autorização de pesquisa nº 7.625/2004
Incorporadora: THOR GRANITOS E MÁRMORES LTDA - CNPJ31.023.302/0001-09 - Direitos incorporados:
Processo nº 896.076/2004 - THORGRAN GRANITOS LTDA - Autorização de pesquisa nº 7.624/2004
Incorporadora: THOR GRANITOS E MÁRMORES LTDA - CNPJ31.023.302/0001-09 - Direitos incorporados:
Processo nº 833.714/2011 - THORGRAN GRANITOS LTDA - Autorização de pesquisa nº 2.044/2012
Incorporadora: THOR GRANITOS E MÁRMORES LTDA - CNPJ31.023.302/0001-09 - Direitos incorporados:
Processo nº 830.734/2005 - THORGRAN GRANITOS LTDA - Autorização de pesquisa nº 6503/2005
Incorporadora: THOR GRANITOS E MÁRMORES LTDA - CNPJ31.023.302/0001-09 - Direitos incorporados:
Processo nº 830.184/2005 - THORGRAN GRANITOS LTDA - Autorização de pesquisa nº 4483/2005
Incorporadora: THOR GRANITOS E MÁRMORES LTDA - CNPJ31.023.302/0001-09 - Direitos incorporados:
Processo nº 830.816/2010 - THORGRAN GRANITOS LTDA - Autorização de pesquisa nº 11.815/2010
Incorporadora: THOR GRANITOS E MÁRMORES LTDA - CNPJ31.023.302/0001-09 - Direitos incorporados:
Processo nº 830.928/2010 - THORGRAN GRANITOS LTDA - Autorização de pesquisa nº 8.803/2010
Incorporadora: THOR GRANITOS E MÁRMORES LTDA - CNPJ31.023.302/0001-09 - Direitos incorporados:
Processo nº 890.502/1988 - THORGRAN GRANITOS LTDA - Portaria de lavra nº 368/2016
Incorporadora: THOR GRANITOS E MÁRMORES LTDA - CNPJ31.023.302/0001-09 - Direitos incorporados:
Processo nº 890.212/1989 - THORGRAN GRANITOS LTDA - Requerimento de lavra
Incorporadora: THOR GRANITOS E MÁRMORES LTDA - CNPJ31.023.302/0001-09 - Direitos incorporados:
Processo nº 896.282/2001 - THORGRAN GRANITOS LTDA - Requerimento de lavra
Incorporadora: Thor Granitos e Mármores Ltda - CNPJ31.023.302/0001-09 - Direitos incorporados:
Processo nº 833.490/2013 - VELOX DIAMOND TOOLS INDUSTRIA LTDA - Requerimento de Lavra
Incorporadora: Thor Granitos e Mármores Ltda - CNPJ31.023.302/0001-09 - Direitos incorporados:
Processo nº 871.253/2011 - VELOX DIAMOND TOOLS INDUSTRIA LTDA - Requerimento de Lavra
Incorporadora: Thor Granitos e Mármores Ltda - CNPJ31.023.302/0001-09 - Direitos incorporados:
Processo nº 896.188/2014 - VELOX DIAMOND TOOLS INDUSTRIA LTDA - Requerimento de Lavra
Incorporadora: Thor Granitos e Mármores Ltda - CNPJ31.023.302/0001-09 - Direitos incorporados:
Processo nº 831.504/2016 - VELOX DIAMOND TOOLS INDUSTRIA LTDA - Autorização de Pesquisa

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 178/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina o cancelamento do alvará de pesquisa(296)
831.616/2022-GEOMAP ENGENHARIA LTDA- Alvará N°5.926- DOU de 11 de agosto de 2022, seção 1, página 93.
871.173/2022-TRANSLYNX COMERCIAL ATACADISTA, EXPORTADORA E IMPORTADORA LTDA.- Alvará N°5.795- DOU de 10 de agosto de 2022, seção 1, página 292.
831.572/2022-SMM GRANITOS LTDA- Alvará N°5.796- DOU de 10 de agosto de 2022, seção 1, página 292.
800.467/2022-RODRIGO CASTRO AZEVEDO LIMA- Alvará N°5.801- DOU de 10 de agosto de 2022, seção 1, página 292.
871.179/2022-LUIZ GUGE SANTOS FERNANDES 33361002591- Alvará N°5.802- DOU de 10 de agosto de 2022, seção 1, página 292.
800.469/2022-MINERACAO ACAUA LTDA- Alvará N°5.806- DOU de 10 de agosto de 2022, seção 1, página 292.
871.182/2022-A E MINERACAO RAPOSA LTDA- Alvará N°5.810- DOU de 10 de agosto de 2022, seção 1, página 293
871.183/2022-MINERACAO CAICARA LTDA- Alvará N°5.811- DOU de 10 de agosto de 2022, seção 1, página 293.
803.171/2022-CORTEZ ENGENHARIA LTDA- Alvará N°5.813- DOU de 10 de agosto de 2022, seção 1, página 293.
800.468/2022-EDISLAN PANZERI DA SILVA- Alvará N°5.803- DOU de 10 de agosto de 2022, seção 1, página 292.
810.554/2022-ALAMIR TUBIAS MACHADO CALIL- Alvará N°5.814- DOU de 10 de agosto de 2022, seção 1, página 293
815.247/2022-CERVEJARIA PIRATUBA LTDA- Alvará N°5.815- DOU de 10 de agosto de 2022, seção 1, página 293.
831.591/2022-H2 ADVISORS CONSULTORIA E INTERMEDIACAO DE NEGOCI- Alvará N°5.812- DOU de 10 de agosto de 2022, seção 1, página 293.
871.185/2022-YAGO BRITTO SOUSA- Alvará N°5.818- DOU de 10 de agosto de 2022, seção 1, página 293
871.186/2022-SILMAR MACHADO DE OLIVEIRA- Alvará N°5.819- DOU de 10 de agosto de 2022, seção 1, página 293
831.595/2022-GRANITOS CALABREZ LTDA- Alvará N°5.816- DOU de 10 de agosto de 2022, seção 1, página 293.
871.187/2022-CCPM EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA- Alvará N°5.822- DOU de 10 de agosto de 2022, seção 1, página 293.
846.134/2022-CORTEZ ENGENHARIA LTDA- Alvará N°5.826- DOU de 10 de agosto de 2022, seção 1, página 293
846.137/2022-LARA MIRANDA RIBEIRO- Alvará N°5.831- DOU de 10 de agosto de 2022, seção 1, página 294.
810.559/2022-BLACK STONE MAX INDUSTRIA E COMERCIO DE MARMORES E GRANITOS LTDA- Alvará N°5.919- DOU de 10 de agosto de 2022, seção 1, página 294.
846.141/2022-AMAZONIA METAIS E MINERAIS LTDA- Alvará N°5.968- DOU de 11 de agosto de 2022, seção 1, página 95.
810.573/2022-MELAENIA ISABEL TURRI - EIRELI ME- Alvará N°5.967- DOU de 11 de agosto de 2022, seção 1, página 95
871.226/2022-FIBRA MINERAÇÃO EIRELI- Alvará N°5.966- DOU de 11 de agosto de 2022, seção 1, página 95
848.157/2022-F&C MINERACAO LTDA- Alvará N°5.965- DOU de 11 de agosto de 2022, seção 1, página 95.
871.225/2022-N F TIGRE DIAS AREIA- Alvará N°5.964- DOU de 11 de agosto de 2022, seção 1, página 95.
871.223/2022-N F TIGRE DIAS AREIA- Alvará N°5.963- DOU de 11 de agosto de 2022, seção 1, página 95
860.714/2022-E2 MINERAIS E FERTILIZANTES LTDA- Alvará N°5.921- DOU de 10 de agosto de 2022, seção 1, página 294
896.126/2022-ANTONIO GENTIL GARCIA GOULAR- Alvará N°5.922- DOU de 11 de agosto de 2022, seção 1, página 93
871.197/2022-KLEIDSON DANTAS DA CRUZ- Alvará N°5.924- DOU de 11 de agosto de 2022, seção 1, página 93.
890.134/2022-MINERACAO PROGRAMAR LTDA- Alvará N°5.817- DOU de 10 de agosto de 2022, seção 1, página 293.
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
831.616/2022-GEOMAP ENGENHARIA LTDA
871.173/2022-TRANSLYNX COMERCIAL ATACADISTA, EXPORTADORA E IMPORTADORA LTDA.
831.572/2022-SMM GRANITOS LTDA
800.467/2022-RODRIGO CASTRO AZEVEDO LIMA
871.179/2022-LUIZ GUGE SANTOS FERNANDES 33361002591
800.468/2022-EDISLAN PANZERI DA SILVA
800.469/2022-MINERACAO ACAUA LTDA
871.182/2022-A E MINERACAO RAPOSA LTDA
803.171/2022-CORTEZ ENGENHARIA LTDA
871.183/2022-MINERACAO CAICARA LTDA
810.554/2022-ALAMIR TUBIAS MACHADO CALIL
815.247/2022-CERVEJARIA PIRATUBA LTDA
831.591/2022-H2 ADVISORS CONSULTORIA E INTERMEDIACAO DE NEGOCI
890.134/2022-MINERACAO PROGRAMAR LTDA
871.185/2022-YAGO BRITTO SOUSA
871.186/2022-SILMAR MACHADO DE OLIVEIRA
831.595/2022-GRANITOS CALABREZ LTDA
871.187/2022-CCPM EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
846.134/2022-CORTEZ ENGENHARIA LTDA
846.137/2022-LARA MIRANDA RIBEIRO
810.559/2022-BLACK STONE MAX INDUSTRIA E COMERCIO DE MARMORES E GRANITOS LTDA
846.141/2022-AMAZONIA METAIS E MINERAIS LTDA
810.573/2022-MELAENIA ISABEL TURRI - EIRELI ME
871.226/2022-FIBRA MINERAÇÃO EIRELI
848.157/2022-F&C MINERACAO LTDA
871.225/2022-N F TIGRE DIAS AREIA
871.223/2022-N F TIGRE DIAS AREIA
860.714/2022-E2 MINERAIS E FERTILIZANTES LTDA
871.197/2022-KLEIDSON DANTAS DA CRUZ

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 179/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso das atribuições regimentais dispostas no art. 93 da Resolução nº 102, de 13 de abril de 2022, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e no art. 2°, inciso XVII da Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
7098/2022-830.906/2022-MINERACAO MARTINS LTDA-
7096/2022-830.808/2022-JUNIO SILVA CHAVES-
7095/2022-830.611/2022-DIAMANTINA - SERVICOS & NEGOCIOS LTDA-
7094/2022-830.601/2022-FABRICIO MOREIRA SANTOS ME-
7093/2022-830.594/2022-CONSTRUTORA ABROLHOS LTDA-
7097/2022-830.833/2022-RITA APARECIDA CORDEIRO DE JESUS-

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso das atribuições regimentais dispostas no art. 93 da Resolução nº 102, de 13 de abril de 2022, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e no art. 2°, inciso XVII da Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
7122/2022-831.208/2022-MINERACAO DUTRA EIRELI-
7101/2022-830.613/2022-EMILIO MARCIO GOMES DE CARVALHO-
7102/2022-830.614/2022-RENATA ALVARENGA VILELA BOTELHO-
7099/2022-830.604/2022-LM MINING COMPANY EIRELI-
7100/2022-830.605/2022-LM MINING COMPANY EIRELI-
7121/2022-830.890/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
7106/2022-830.821/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
7107/2022-830.827/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
7108/2022-830.828/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
7109/2022-830.830/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
7110/2022-830.831/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
7111/2022-830.832/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
7112/2022-830.834/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
7113/2022-830.835/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
7114/2022-830.836/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
7115/2022-830.838/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
7116/2022-830.843/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
7117/2022-830.848/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
7118/2022-830.849/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
7119/2022-830.850/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
7120/2022-830.855/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
7103/2022-830.691/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
7104/2022-830.692/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
7105/2022-830.693/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 180/2022

Autorizo o desbloqueio dos direitos minerários.(1812)
896.718/2003-LA VECCHIA MINERAÇÃO LTDA. ME- Alvara de Pesquisa n. 4.630/2005 - Bloqueado em 02/08/2021

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 182/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina o cancelamento do alvará de pesquisa(296)
803.177/2022-COMPANHIA BRASILEIRA DE BENTONITA LTDA- Alvará N°5.962- DOU de 11 de agosto de 2022, seção 1, página 95
871.196/2022-LUCAS IZZO SILVA- Alvará N°5.925- DOU de 11 de agosto de 2022, seção 1, página 93.
831.614/2022-LUIZ CARLOS ADRIANO FRANCO- Alvará N°5.920- DOU de 10 de agosto de 2022, seção 1, página 294
826.289/2022-ELIO FERREIRA DOS SANTOS- Alvará N°5.927- DOU de 11 de agosto de 2022, seção 1, página 93.
803.176/2022-SALPAR PARTICIPACOES LTDA- Alvará N°5.961- DOU de 11 de agosto de 2022, seção 1, página 95
846.138/2022-PASCHOAL SANTOS LIMA- Alvará N°5.928- DOU de 11 de agosto de 2022, seção 1, página 93.
803.173/2022-CORTEZ ENGENHARIA LTDA- Alvará N°5.929- DOU de 11 de agosto de 2022, seção 1, página 93
871.222/2022-JOSÉ CELITO BOTELHO- Alvará N°5.960- DOU de 11 de agosto de 2022, seção 1, página 95.
803.174/2022-CORTEZ ENGENHARIA LTDA- Alvará N°5.930- DOU de 11 de agosto de 2022, seção 1, página 93.
871.199/2022-ANA FABIA MIRANDA DE MATTOS- Alvará N°5.931- DOU de 11 de agosto de 2022, seção 1, página 93
871.201/2022-JUELITON DA SILVA PINTO- Alvará N°5.932- DOU de 11 de agosto de 2022, seção 1, página 93.
815.249/2022-PEDREIRA TRIANGULO EXTRACAO E COMERCIALIZACAO DE PEDRAS LTDA- Alvará N°5.933- DOU de 11 de agosto de 2022, seção 1, página 93.
810.562/2022-AMARILDO M DA ROSA- Alvará N°5.934- DOU de 11 de agosto de 2022, seção 1, página 93.
831.626/2022-NEW STONES MINERAÇÃO LTDA ME- Alvará N°5.935- DOU de 11 de agosto de 2022, seção 1, página 93.
831.630/2022-DRAGAGEM AM LTDA- Alvará N°5.936- DOU de 11 de agosto de 2022, seção 1, página 94.
831.647/2022-BRASPEDRAS - COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI- Alvará N°5.957- DOU de 11 de agosto de 2022, seção 1, página 95.
871.207/2022-ROZENVAN MINERACAO LTDA- Alvará N°5.937- DOU de 11 de agosto de 2022, seção 1, página 94.
871.208/2022-JARDEL LEONE QUEIROZ DE FREITAS- Alvará N°5.938- DOU de 11 de agosto de 2022, seção 1, página 94
810.569/2022-MASSA MINERACAO EIRELI- Alvará N°5.939- DOU de 11 de agosto de 2022, seção 1, página 94.
820.382/2022-BRI - EMPREENDIMENTOS LTDA- Alvará N°5.940- DOU de 11 de agosto de 2022, seção 1, página 94
871.219/2022-ZEUS MINERACAO LTDA- Alvará N°5.956- DOU de 11 de agosto de 2022, seção 1, página 95.
871.209/2022-F. M COSTA RIBEIRO FLORES E CIA LTDA- Alvará N°5.941- DOU de 11 de agosto de 2022, seção 1, página 94.
896.128/2022-ANTONIO GENTIL GARCIA GOULAR- Alvará N°5.942- DOU de 11 de agosto de 2022, seção 1, página 94.
848.153/2022-FGS EMPREENDIMENTOS LTDA- Alvará N°5.943- DOU de 11 de agosto de 2022, seção 1, página 94.
848.154/2022-FGS EMPREENDIMENTOS LTDA- Alvará N°5.944- DOU de 11 de agosto de 2022, seção 1, página 94.
831.642/2022-CAMILOTTI EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA- Alvará N°5.955- DOU de 11 de agosto de 2022, seção 1, página 94.
848.155/2022-CORTEZ ENGENHARIA LTDA- Alvará N°5.945- DOU de 11 de agosto de 2022, seção 1, página 94.
871.211/2022-HELMO BAGDÁ GAMA- Alvará N°5.946- DOU de 11 de agosto de 2022, seção 1, página 94.
871.212/2022-KLEIDSON DANTAS DA CRUZ- Alvará N°5.947- DOU de 11 de agosto de 2022, seção 1, página 94.
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
803.177/2022-COMPANHIA BRASILEIRA DE BENTONITA LTDA
871.196/2022-LUCAS IZZO SILVA
831.614/2022-LUIZ CARLOS ADRIANO FRANCO
826.289/2022-ELIO FERREIRA DOS SANTOS
803.176/2022-SALPAR PARTICIPACOES LTDA
846.138/2022-PASCHOAL SANTOS LIMA
803.173/2022-CORTEZ ENGENHARIA LTDA
871.222/2022-JOSÉ CELITO BOTELHO

803.174/2022-CORTEZ ENGENHARIA LTDA
871.199/2022-ANA FABIA MIRANDA DE MATTOS
871.201/2022-JUELITON DA SILVA PINTO
815.249/2022-PEDREIRA TRIANGULO EXTRACAO E COMERCIALIZACAO DE PEDRAS LTDA
810.562/2022-AMARILDO M DA ROSA
831.626/2022-NEW STONES MINERAÇÃO LTDA ME
831.630/2022-DRAGAGEM AM LTDA
831.647/2022-BRASPEDRAS - COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI
871.207/2022-ROZENVAN MINERACAO LTDA
871.208/2022-JARDEL LEONE QUEIROZ DE FREITAS
810.569/2022-MASSA MINERACAO EIRELI
820.382/2022-BRI - EMPREENDIMENTOS LTDA
871.219/2022-ZEUS MINERACAO LTDA
871.209/2022-F. M COSTA RIBEIRO FLORES E CIA LTDA
896.128/2022-ANTONIO GENTIL GARCIA GOULAR
848.153/2022-FGS EMPREENDIMENTOS LTDA
848.154/2022-FGS EMPREENDIMENTOS LTDA
831.642/2022-CAMILOTTI EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
848.155/2022-CORTEZ ENGENHARIA LTDA
871.211/2022-HELMO BAGDÁ GAMA
871.212/2022-KLEIDSON DANTAS DA CRUZ

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 183/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina o cancelamento do alvará de pesquisa(296)
831.634/2022-MINERACAO RIO SUL LTDA- Alvará N°5.948- DOU de 11 de agosto de 2022, seção 1, página 94.
820.383/2022-CERAMICA ROCHEDO LTDA- Alvará N°5.954- DOU de 11 de agosto de 2022, seção 1, página 94.
871.213/2022-MINERACAO VALE DO SOL LTDA- Alvará N°5.949- DOU de 11 de agosto de 2022, seção 1, página 94.
810.571/2022-COMERCIAL DE AREIA PASSO DO VERDE LTDA- Alvará N°5.949- DOU de 11 de agosto de 2022, seção 1, página 94.
848.156/2022-F&C MINERACAO LTDA- Alvará N°5.950- DOU de 11 de agosto de 2022, seção 1, página 94.
810.572/2022-SULISTA MINERADORA EIRELI- Alvará N°5.953- DOU de 11 de agosto de 2022, seção 1, página 94.
846.139/2022-MINERAÇÃO BOA VISTA LTDA- Alvará N°5.952- DOU de 11 de agosto de 2022, seção 1, página 94.
831.599/2022-NEW MINING MINERACAO LTDA- Alvará N°5820- DOU de 10 de agosto de 2022, seção 1, página 293.
831.655/2022-PINDAIBAS EXTRACAO DE AREIA LTDA- Alvará N°5972- DOU de 11 de agosto de 2022, seção 1, página 95.
831.656/2022-PINDAIBAS EXTRACAO DE AREIA LTDA- Alvará N°5975- DOU de 11 de agosto de 2022, seção 1, página 96.
846.142/2022-AMAZONIA METAIS E MINERAIS LTDA- Alvará N°5970- DOU de 11 de agosto de 2022, seção 1, página 95.
846.143/2022-AMAZONIA METAIS E MINERAIS LTDA- Alvará N°5973- DOU de 11 de agosto de 2022, seção 1, página 95.
860.719/2022-PEDRO ELIAS FERREIRA LIMA- Alvará N°5971- DOU de 11 de agosto de 2022, seção 1, página 95.
860.720/2022-PEDRO ELIAS FERREIRA LIMA- Alvará N°5974- DOU de 11 de agosto de 2022, seção 1, página 95.
871.227/2022-COMPANHIA BRASILEIRA DE BENTONITA LTDA- Alvará N°5969- DOU de 11 de agosto de 2022, seção 1, página 95.
871.221/2022-N F TIGRE DIAS AREIA- Alvará N°5958- DOU de 11 de agosto de 2022, seção 1, página 95.
831.648/2022-MINERACAO FROIS LTDA- Alvará N°5959- DOU de 11 de agosto de 2022, seção 1, página 95.
810.574/2022-INAJARA CAROLINA WERNER- Alvará N°5976- DOU de 11 de agosto de 2022, seção 1, página 96.
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
831.634/2022-MINERACAO RIO SUL LTDA
820.383/2022-CERAMICA ROCHEDO LTDA
871.213/2022-MINERACAO VALE DO SOL LTDA
810.571/2022-COMERCIAL DE AREIA PASSO DO VERDE LTDA
848.156/2022-F&C MINERACAO LTDA
810.572/2022-SULISTA MINERADORA EIRELI
846.139/2022-MINERAÇÃO BOA VISTA LTDA
831.599/2022-NEW MINING MINERACAO LTDA
831.655/2022-PINDAIBAS EXTRACAO DE AREIA LTDA
831.656/2022-PINDAIBAS EXTRACAO DE AREIA LTDA
846.142/2022-AMAZONIA METAIS E MINERAIS LTDA
846.143/2022-AMAZONIA METAIS E MINERAIS LTDA
860.719/2022-PEDRO ELIAS FERREIRA LIMA
860.720/2022-PEDRO ELIAS FERREIRA LIMA
871.227/2022-COMPANHIA BRASILEIRA DE BENTONITA LTDA
871.221/2022-N F TIGRE DIAS AREIA
831.648/2022-MINERACAO FROIS LTDA
810.574/2022-INAJARA CAROLINA WERNER
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina arquivamento definitivo do processo(155)
848.158/2022-F&C MINERACAO LTDA
806.120/2022-JOAO LOPES
806.121/2022-JOAO LOPES
880.191/2022-FOXFIRE METALS INTERMEDIACAO COMERCIAL LTDA
880.192/2022-FOXFIRE METALS INTERMEDIACAO COMERCIAL LTDA
886.151/2022-OXYCER HOLDING CORPORATION - EXCLUSIVE INTERNATIONAL BUSINESS CORPORATION E COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA
886.156/2022-OXYCER HOLDING CORPORATION - EXCLUSIVE INTERNATIONAL BUSINESS CORPORATION E COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA
886.150/2022-OXYCER HOLDING CORPORATION - EXCLUSIVE INTERNATIONAL BUSINESS CORPORATION E COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA
886.155/2022-OXYCER HOLDING CORPORATION - EXCLUSIVE INTERNATIONAL BUSINESS CORPORATION E COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA
886.149/2022-OXYCER HOLDING CORPORATION - EXCLUSIVE INTERNATIONAL BUSINESS CORPORATION E COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA
886.154/2022-OXYCER HOLDING CORPORATION - EXCLUSIVE INTERNATIONAL BUSINESS CORPORATION E COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA
886.148/2022-OXYCER HOLDING CORPORATION - EXCLUSIVE INTERNATIONAL BUSINESS CORPORATION E COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA
886.153/2022-OXYCER HOLDING CORPORATION - EXCLUSIVE INTERNATIONAL BUSINESS CORPORATION E COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA
831.573/2022-MINERAÇÃO VALE DO RIO PARDO EIRELI

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 185/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso das atribuições regimentais dispostas no art. 93 da Resolução nº 102, de 13 de abril de 2022, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e no art. 2°, inciso XVII da Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
7131/2022-810.483/2022-PEDREIRA CERRO LARGO LTDA-
7123/2022-810.743/2021-ANDRÉ ALMEIDA BASTOS-
7124/2022-810.799/2021-ANDRÉ ALMEIDA BASTOS-
7129/2022-810.299/2022-LUIZ CARLOS BIER FI-
7130/2022-810.313/2022-J. C. NOGUEZ PIEDRAS & CIA LTDA-
7126/2022-810.850/2021-JORDÃO ISAAC RAMOS-
7125/2022-810.838/2021-JORDÃO ISAAC RAMOS-
7127/2022-811.004/2021-ERNESTO DA SILVA LAMPERT-
7128/2022-811.005/2021-ERNESTO DA SILVA LAMPERT-

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso das atribuições regimentais dispostas no art. 93 da Resolução nº 102, de 13 de abril de 2022, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e no art. 2°, inciso XVII da Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
7134/2022-810.310/2022-P.A.P. CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS LTDA-
7133/2022-810.836/2021-LUCAS MARTINI-
7132/2022-811.663/2014-MERIDIONAL METAIS E MINERACAO LTDA-

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

DESPACHO
Relação nº 187/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso das atribuições regimentais dispostas no art. 93 da Resolução nº 102, de 13 de abril de 2022, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e no art. 2°, inciso XVII da Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
7135/2022-840.127/2022-MINERADORA BRASIL LTDA-

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso das atribuições regimentais dispostas no art. 93 da Resolução nº 102, de 13 de abril de 2022, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e no art. 2°, inciso XVII da Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
7137/2022-840.090/2022-MAP MINERAÇÃO LTDA-
7136/2022-840.037/2022-ALENCAR & PARENTE MINERAÇÃO LTDA-

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

DESPACHO
Relação nº 188/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso das atribuições regimentais dispostas no art. 93 da Resolução nº 102, de 13 de abril de 2022, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e no art. 2°, inciso XVII da Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
7143/2022-850.447/2020-H. M. Q. DE ALMEIDA CONSTRUÇÕES ME-
7150/2022-851.466/2020-FELIPE JOSE BILL-
7151/2022-851.515/2020-SEBASTIAO DE SOUSA MESQUITA-
7144/2022-850.525/2020-VALE S.A.-
7149/2022-851.287/2020-FLOREST VALE AGROINDUSTRIAL IMP & EXP LTDA-
7148/2022-851.030/2020-GERALDO LEOCADIO DOS SANTOS-
7152/2022-851.528/2020-GESSOSUL INDÚSTRIA DE GESSO LTDA.-
7153/2022-851.529/2020-GESSOSUL INDÚSTRIA DE GESSO LTDA.-
7154/2022-851.530/2020-GESSOSUL INDÚSTRIA DE GESSO LTDA.-
7145/2022-850.733/2020-JULIAO FERREIRA DA SILVA NETO-
7146/2022-850.836/2020-DI ALEXANDRE RODRIGUES DE OLIVEIRA-
7147/2022-850.950/2020-ADALFAN DA SILVA BESSA-
7156/2022-850.320/2021-L. M. X. MINERACAO LTDA-
7157/2022-850.321/2021-L. M. X. MINERACAO LTDA-
7162/2022-851.143/2021-MINERAÇÃO SERRA DO ESTREITO LTDA.-
7158/2022-850.376/2021-BERSAJONE MOURA-
7159/2022-850.381/2021-CLAUTON DE MELO CARVALHO-
7160/2022-850.382/2021-CLAUTON DE MELO CARVALHO-
7161/2022-851.050/2021-JOVELINA SOUZA DE AGUIAR-
7163/2022-851.254/2021-HELIO GUERREIRO CALDAS-
7155/2022-850.100/2021-MARIA ELISA ROQUE NOGUEIRA TORRES SILVA-
7164/2022-850.117/2022-2K MINERADORA LTDA-

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso das atribuições regimentais dispostas no art. 93 da Resolução nº 102, de 13 de abril de 2022, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e no art. 2°, inciso XVII da Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
7140/2022-850.702/2020-DIOGO COSTA CARVALHO-
7141/2022-850.343/2021-MATHEUS FRANCA RIGAUD-
7142/2022-850.344/2021-MATHEUS FRANCA RIGAUD-
7138/2022-850.046/2020-GRAZIELLE NUNES RIBEIRO-
7139/2022-850.050/2020-GRAZIELLE NUNES RIBEIRO-

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

DESPACHO
Relação nº 190/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina arquivamento definitivo do processo(155)
866.783/2019-DENYS CARLOS ARAGAO DE MORAIS
866.502/2020-CAMILA MARTINS RODRIGUES
866.923/2018-SAL DA TERRA MINERAÇÃO E REPRESENTAÇÃO MINERAL EIRELI ME
866.932/2018-DIEGO ALVES BARBOZA
866.213/2019-SANDRIOMAR DE OLIVEIRA
866.955/2012-MINERACAO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S.A.
866.972/2013-PLATINUS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA
866.977/2014-A7 ASSESSORIA EMPRESARIAL E TRIBUTARIA - EIRELI

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 191/2022

Fase de Requerimento de Lavra
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso das atribuições regimentais dispostas no art. 93 da Resolução nº 102, de 13 de abril de 2022, e com fundamento no Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e no art. 2°, inciso XVIII da Lei 13.575/2017, outorga a(s) seguinte(s) Portaria(s) de Lavra:(2132)
PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 339/2022, de 9 DE SETEMBRO DE 2022 - Processo nº 831.268/2010 -ANTONIO MARCIO PEREIRA DE CASTRO - AREIA - Municipio(s) de SOLEDADE DE MINAS/MG
PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 340/2022, de 9 DE SETEMBRO DE 2022 - Processo nº 833.378/2010 -AMILTON TEIXEIRA NAVES - AREIA, ARGILA - Municipio(s) de ITAPECERICA/MG
PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 343/2022, de 9 DE SETEMBRO DE 2022 - Processo nº 831.406/2014 -MINERAÇÃO RIO GRANDE LTDA - CASCALHO, AREIA - Municipio(s) de NEPOMUCENO/MG, PERDÕES/MG
PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 342/2022, de 9 DE SETEMBRO DE 2022 - Processo nº 831.405/2014 -MINERAÇÃO RIO GRANDE LTDA - CASCALHO, AREIA - Municipio(s) de NEPOMUCENO/MG, PERDÕES/MG
PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 338/2022, de 9 DE SETEMBRO DE 2022 - Processo nº 834.524/2008 -PARREIRAL INDUSTRIA E COMERCIO DE TIJOLOS LTDA - ARGILA - Municipio(s) de CAMPO BELO/MG
PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 341/2022, de 9 DE SETEMBRO DE 2022 - Processo nº 831.869/2012 -CERÂMICA NOSSA SENHOR DE FÁTIMA LTDA - AREIA, ARGILA - Municipio(s) de CABO VERDE/MG, DIVISA NOVA/MG
PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 344/2022, de 9 DE SETEMBRO DE 2022 - Processo nº 832.070/2015 -MINERACAO SANTA INES LTDA - GABRO - Municipio(s) de RIO PARDO DE MINAS/MG

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

DESPACHO
Relação nº 192/2022

Fase de Requerimento de Lavra
Indefere o(s) seguinte(s) requerimento(s) de lavra. O(s) processo(s) permanecerá(ão) na sede da ANM durante o prazo recursal para vista e cópias.(2139)
831.799/2001-MONTBELO MINERADORA LTDA
831.872/2011-AREIA & CIA DISTRIBUIDORA LTDA
833.717/2010-FRANCISCO CARLOS PEREIRA & CIA LTDA ME
846.324/2008-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO
846.211/2006-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGURANÇA DE BARRAGENS DE MINERAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE BARRAGENS DE MINERAÇÃO - EIXO NORTE

DESPACHO
Relação nº 4/2022

Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - PRAZO ESPECIAL(2362)
Santa Rita-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL CBPM-871.369/1989-OF. N°42085/2022- No prazo de 5 (cinco) dias
Antas Norte-AVB MINERACAO LTDA.-853.714/1993-OF. N°42064/2022- No prazo de 5 (cinco) dias
da Cava e do Mirante I e II-CADAM S.A.-950.240/1985-OF. N°42070/2022- No prazo de 5 (cinco) dias
USINA/CIP - LAGO 1 E 2, USINA/CIP - LAGO 3 e USINA/CIP - LAGO 4-FAZENDA BRASILEIRO DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA-000.367/1997-OF. N°41974/2022- No prazo de 5 (cinco) dias
Bacia 1 A, bacia 1 B, bacia 2, bacia 3, bacia 5 A, bacia 5 B, bacia 5C , bacia 6 A e bacia de segurança-IMERYS RIO CAPIM CAULIM S.A.-815.104/1971-OF. N°41051/2022- No prazo de 5 (cinco) dias
Barragem 01 e barragem 02-JACOBINA MINERACAO E COMERCIO LTDA-970.042/1991-OF. N°42051/2022- No prazo de 5 (cinco) dias
Leste, North Mill Pond, TAP D-MINA TUCANO LTDA.-851.676/1992-OF. N°42094/2022- No prazo de 5 (cinco) dias
do Vené-MINERACAO AURIZONA S/A-800.256/1978-OF. N°42090/2022- No prazo de 5 (cinco) dias
A1, Água Fria, SP1, SP10, SP11, SP12, SP13, SP14, SP15, SP16, SP19, SP2_3, SP4 Norte, SP4 Sul, SP5 Leste, SP5 Oeste, SP6, SP7A, SP7B, SP7C, SP8, SP9, TP1, TP2, TP3-MINERACAO RIO DO NORTE S A-950.000/1997-OF. N°42059/2022- No prazo de 5 (cinco) dias
103 (Cruz), 111 (Índio), 158 (A-1), 161 (A-2), 444 (A-3), 81-1, Pau D´Arco-MINERACAO TABOCA S A-880.406/1980-OF. N°41931/2022- No prazo de 5 (cinco) dias
Serrote-MINERACAO VALE VERDE DO BRASIL LTDA.-840.235/1982-OF. N°42089/2022- No prazo de 5 (cinco) dias
Barragem de Rejeitos-SALOBO METAIS SA.-807.426/1974-OF. N°42077/2022- No prazo de 5 (cinco) dias
Bacia B1, Bacia de Controle Ambiental e Depósito de Rejeito R$-PARA PIGMENTOS S A-850.038/1988-OF. N°42054/2022- No prazo de 5 (cinco) dias
Geladinho, Gelado e Pera Jusante-VALE S.A.-852.145/1976-OF. N°42138/2022- No prazo de 5 (cinco) dias
Azul-VALE S.A.-818.153/1971-OF. N°42258/2022- No prazo de 5 (cinco) dias
do Sossego-VALE S.A.-851.355/1991-OF. N°42270/2022- No prazo de 5 (cinco) dias
RP1, B1, B5 e B6-MINERACAO PARAGOMINAS S.A.-950.038/2009-OF. N°41977/2022- No prazo de 5 (cinco) dias
Determina cumprimento de exigência técnica de barragem - Prazos estabelecidos em ofício:(2890)
Usina-VALE S.A.-811.016/1973-OF. N°37994/2022
Dique do Puma 01, Dique Provisório 01, Dique Provisório 02-VALE S.A.-811.015/1973-OF. N°37876/2022
Dique 04, Dique 05 e Dique 06-VALE S.A.-811.015/1973-OF. N°38427/2022
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência técnica de barragem - Prazos estabelecidos em ofício:(2902)
B1, B2, B3, B4 e B5-M. M. GOLD MINERACAO LTDA-850.397/2016-OF. N°33880/2022
Determina o embargo da barragem de mineração.(2518)
B1, B2, B3, B4 e B5-M. M. GOLD MINERACAO LTDA-850.397/2016

GLÓRIA LORENA SOUSA SENA
Coordenadora de Planejamento e Gestão de Barragens de Mineração

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 638, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE BARRAGENS DE MINERAÇÃO-EIXO SUL

DESPACHO
Relação nº 7/2022

Fase de Concessão de Lavra
Determina o embargo da barragem de mineração.(2515)
Conjunto de cavas em desativação recuperação-MINERADORA AREIA NOVA LTDA-820.326/1995
Determina cumprimento de exigência técnica de barragem - Prazos estabelecidos em ofício:(2890)
Barragem BM e Barragem BR-MOSAIC FERTILIZANTES P&K LTDA.-009.291/1967-OF. N°42520/2022/SEFBM-S/ANM
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(2367)
Barragem BM e BR-MOSAIC FERTILIZANTES P&K LTDA.-009.291/1967-OF. N°42520/2022/SEFBM-S/ANM- No prazo de 60 dias dias

ALVARO ANDRÉ VON GLEHN DOS SANTOS
Pesquisador em Geociências

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS
DIRETORIA I
SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 635, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei n° 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019, e considerando o que consta no Processo nº 48610.220430/2022-16, resolve: autorizar a empresa AM IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE FERRAGENS LTDA - CNPJ nº 41.042.876/0001-88, a exercer a atividade de Agente de Comércio Exterior.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 636, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 784, de 26 de abril de 2019, e o que consta do processo nº 48610.220373/2022-67, resolve: autorizar a empresa Diesel de Ponta Comércio e Transportes de Derivados de Petróleo LTDA, CNPJ nº 44.281.840/0001-45, a operar a instalação de Transportador Revendedor Retalhista (TRR) localizada a Rua Unai, 373-Jardim Monte Alto - Ponta Porã/MS - CEP: 79901-776 [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -22:28:32,010; -55:44:51,290 (SIRGAS 2000)]. A capacidade total de armazenamento é de 60 m³.

TQ	Ø (m)	Altura/Comp. (m)	Capacidade (m³)	Classe	Tipo	Obs.
01	2,54	6,00	30,00	II e III	Horizontal Subterrâneo	
02	2,54	6,00	30,00	II e III	Horizontal Subterrâneo	

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 637, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 8, de 08 de Março de 2007, e considerando o que consta no Processo nº 48610.220373/2022-67, resolve: autorizar a empresa DIESEL DE PONTA COMÉRCIO E TRANSPORTE DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA - CNPJ nº 44.281.840/0001-45, a exercer a atividade de Transportador Revendedor Retalhista (TRR).

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei 9.478, de 06 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP 58, de 17/10/2014, e considerando o que consta no Processo 48610.219147/2022-33, resolve: autorizar a filial da empresa DANPETRO DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO S/A - CNPJ 05.315.244/0004-20, a exercer a atividade de Filial de Distribuição de Combustíveis Líquidos, exceto combustíveis de aviação.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.137, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 51, de 30 de novembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento dos requisitos constantes no Certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, versão 2020.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLP/PE0246318	DAYANNE SILVA DOS SANTOS LIMA	46.965.128/0001-90	48610.220568/2022-15
GLP/RN0246319	E. DA SILVA SANTANA	30.427.852/0001-20	48610.216856/2021-86
GLP/PA0246320	G. C. MOREIRA JUNIOR LIMITADA	45.246.571/0001-49	48610.217830/2022-36
GLP/PA0246321	GAS C S A DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	47.194.112/0001-94	48610.219240/2022-48
GLP/MG0246322	GERALDO FERREIRA DE CARVALHO 81581068620	42.434.923/0001-00	48610.218585/2022-84
GLP/PR0246323	GOLDIN & GOLDIN LTDA	04.102.233/0001-56	48610.220730/2022-97
GLP/SP0246324	J. C. PERONAGLIO LTDA	47.067.290/0001-54	48610.219005/2022-76
GLP/PE0246325	JOEL JOSE DA SILVA - GAS	44.056.179/0001-74	48610.216512/2022-58
GLP/SP0246326	JR GAS E AGUA LTDA	47.279.183/0001-90	48610.221098/2022-07
GLP/RN0246327	L E M COMERCIO DE GAS LTDA	46.478.162/0001-30	48610.220492/2022-10
GLP/RN0246328	LAERCIO BERNARDINO DA SILVA	45.233.190/0001-25	48610.220494/2022-17
GLP/PE0246329	M A DE S SILVA OLIVEIRA	37.232.909/0001-85	48610.220371/2022-78
GLP/MG0246330	MARCILIO CARDOSO NEVES LTDA-ME	45.281.754/0001-03	48610.220710/2022-16
GLP/GO0246331	MESSIAS BATISTA BARBOSA LAGARES - O SHUREK GAS	44.956.465/0001-96	48610.220200/2022-49
GLP/RO0246332	PETROPOLIS COMERCIO DE GAS LTDA	42.385.866/0001-08	48610.220558/2022-71
GLP/PR0246333	R.E COMERCIO DE GAS E AGUA LTDA	12.536.536/0001-05	48610.220686/2022-15
GLP/ES0246334	WUTIKOSKI GAS LTDA	47.059.371/0001-02	48610.220817/2022-64

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.138, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP n°41 de 05 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/MA0229090	AUTO POSTO EBENEZER LTDA	08.029.054/0003-53	48610.220664/2022-55
PR/GO0229093	AUTO POSTO IBI LTDA	14.120.069/0001-63	48610.221100/2022-30
PR/MG0229091	AUTO POSTO LOURDES LTDA	46.328.817/0001-94	48610.220202/2022-38
PR/CE0229086	AUTO POSTO PARIS LTDA	46.429.190/0001-68	48610.220517/2022-85
PR/PE0229089	POSTO LIMA & SILVA LTDA	20.791.981/0001-40	48610.221106/2022-15
PR/SC0229088	POSTO RC2 LTDA	47.070.054/0001-97	48610.220618/2022-56
PR/CE0229092	POSTO 1000 TARIRI LTDA	34.813.654/0001-56	48610.221105/2022-62
PR/MG0229087	PS4 COMBUSTIVEIS LTDA	44.351.024/0001-60	48610.214194/2022-91
PR/MG0229085	REDE MEGA SPACE DE COMBUSTIVEIS LTDA	42.278.799/0001-22	48610.221178/2022-54

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.139, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei n° 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 08, de 08/03/2007, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 25, inciso II, alínea "e" e o que consta do processo nº 48610.212003/2022-56, torna público a revogação da autorização de operação ANP nº 242, de 04/05/2016 em nome da sociedade CASCA COMERCIO E TRANSPORTES LTDA, CNPJ nº 08.282.987/0004-39.

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.140, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 18, parágrafo 2º inciso III e o que consta do processo nº 48610.211935/2020-10, torna pública a revogação das Autorizações ANP nº 628/2017 e nº 629/2017, outorgadas à sociedade BRASVILA COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. - CNPJ: 20.079.009/0001-47.

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.141, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 18, parágrafo 2º, inciso III e o que consta do processo nº 48610.211607/2020-13, torna pública a revogação da Autorização ANP n°345/2004 outorgada à sociedade YEPEZ E GONZAGA LTDA - CNPJ nº 06.033.698/0001-28.

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.142, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777/2019, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 18, parágrafo 1º inciso III, e o que consta do processo nº 48610.211379/2020-81, torna público o cancelamento da Autorização ANP nº 72/2012, por requerimento da sociedade AMAZONAVES TAXI AEREO LTDA. - CNPJ nº 03.090.756/0001-67.

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.143, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 18, parágrafo 2º, inciso III e o que consta do processo nº 48610.212240/2020-55, torna pública a revogação da Autorização ANP n°32/2013 outorgada à sociedade REXXOLUB LUBRIFICANTES ESPECIAIS LTDA - CNPJ nº 15.988.752/0001-80.

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.144, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 18, parágrafo 2º, inciso III e o que consta do processo nº 48610.211760/2020-41, torna pública a revogação da Autorização ANP n°892/2013 outorgada à sociedade BOCCHI INDUSTRIA E COMERCIO DE CEREAIS LTDA - CNPJ nº 02.987.873/0001-65.

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.145, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 18, parágrafo 2º, inciso III e o que consta do processo nº 48610.212649/2020-71, torna pública a revogação da Autorização ANP n°108/2000 outorgada à sociedade CENTRIK COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. - CNPJ nº 48.108.450/0001-29.

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.146, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 18, parágrafo 2º, inciso III e o que consta do processo nº 48610.212462/2020-78, torna pública a revogação da Autorização ANP nº 428/2017 outorgada à sociedade ONE7 TRADE EIRELI - EPP - CNPJ nº 26.351.299/0001-12.

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.147, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 18, parágrafo 2º, inciso III e o que consta do processo nº 48610.211756/2020-82, torna pública a revogação da Autorização ANP n°586/2011 outorgada à sociedade BIOCAPITAL PARTICIPAÇÕES S.A. - CNPJ nº 07.814.533/0001-56.

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.149, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 41 de 05 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/PI0229179	ANTONIO CARLOS DA ROCHA	41.946.077/0001-36	48610.220076/2022-11
PR/SP0229176	AUTO POSTO CIDADE NOVA VOTUPORANGA LTDA	37.175.159/0001-57	48610.221208/2022-22
PR/GO0229197	AUTO POSTO MILLENIUM UIRAPURU LTDA	39.966.910/0001-69	48610.216950/2022-16
PR/RN0229184	AUTO POSTO SAO TOME LTDA	04.839.900/0011-50	48610.220661/2022-11
PR/MT0229094	COMERCIO DE COMBUSTIVEIS JUMBO LTDA	20.642.388/0001-31	48610.217837/2022-58
PR/PB0229196	MANOEL CESAR GOMES	38.260.548/0001-43	48610.218573/2022-50
PR/MG0229177	POSTO DE COMBUSTIVEL ARVOREDO LTDA	40.138.765/0001-07	48610.220612/2022-89
PR/SC0229178	POSTO RC1 LTDA	46.988.688/0001-60	48610.220609/2022-65
PR/PB0229183	RETÃO COMÉRCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	43.852.290/0001-04	48610.218662/2022-04
PR/MT0229095	SANTA HELENA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	37.515.959/0001-70	48610.218252/2022-55

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

RETIFICAÇÃO

Na AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 526, DE 1º DE AGOSTO DE 2022, publicada no DOU de 2 de agosto de 2022, seção 1, página 156:

Onde se lê: " (...) resolve: autorizar a filial da empresa TORK INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA (...)"

Leia-se: " (...) resolve: autorizar a empresa TORK INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA (...)"

RETIFICAÇÃO

No Despacho SDL-ANP nº 1.042, de 3 de agosto de 2022, publicada no DOU de 04 de agosto de 2022, seção 1, página 64:

Onde se lê: " (...) torna pública a revogação da Autorização ANP n°1124/2018 (...)"

Leia-se: " (...) torna pública a revogação da Autorização ANP n°1224/2018 (...)"

DIRETORIA IV

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTEÚDO LOCAL

DESPACHO SCL-ANP Nº 1.148, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE CONTEÚDO LOCAL DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e na Resolução ANP nº 869, de 22 de março de 2022, e considerando o que consta no Processo nº 48610.212913/2022-39, resolve:

1. Cancelar a Acreditação, a pedido, da empresa GALENA ENGENHARIA LTDA., inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 06.138.623/0001-01 e acreditada nos termos da Autorização SCL-ANP nº 543, de 20 de outubro de 2016, com a retirada total da acreditação como organismo de certificação de conteúdo local, conforme estabelecido no inciso III do art. 28 da Resolução ANP nº 869, de 22 de março de 2022.

2. O cancelamento da acreditação objeto deste despacho terá efeitos a partir da data de publicação.

LUIZ HENRIQUE DE OLIVEIRA BISPO

Ministério da Saúde

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INSUMOS ESTRATÉGICOS EM SAÚDE

CONSULTA PÚBLICA SCTIE/MS Nº 57, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

Ref.: 25000.048259/2022-86, 0029041208.

A SECRETÁRIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INSUMOS ESTRATÉGICOS EM SAÚDE, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, torna pública, nos termos do art. 19 do Decreto nº 7.646, de 21 de dezembro de 2011, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito da recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde - CONITEC, relativa à proposta de atualização do Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas de Atrofia Muscular Espinhal 5q tipos I e II, apresentada pela Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde - SCTIE/MS, nos autos do processo de NUP 25000.048259/2022-86. Fica estabelecido o prazo de 20 (vinte) dias, a contar do dia útil subsequente à data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas. A documentação objeto desta Consulta Pública e o endereço para envio de contribuições estão à disposição dos interessados no endereço eletrônico https://www.gov.br/conitec/pt-br/assuntos/participacao-social/consultas-publicas.

A Secretaria-Executiva da CONITEC avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

SANDRA DE CASTRO BARROS

CONSULTA PÚBLICA SCTIE/MS Nº 58, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

Ref.: 25000.071928/2022-13, 0029061669.

A SECRETÁRIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INSUMOS ESTRATÉGICOS EM SAÚDE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE torna pública, nos termos do art. 19 do Decreto nº 7.646, de 21 de dezembro de 2011, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito da recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde - Conitec relativa à proposta de incorporação do onasemnogeno abeparvoveque para o tratamento de atrofia muscular espinhal (AME), apresentada pela Novartis Biociências S.A., nos autos do processo de NUP 25000.071928/2022-13. Fica estabelecido o prazo de 20 (vinte) dias, a contar do dia útil subsequente à data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas. A documentação objeto desta Consulta Pública e o endereço para envio de contribuições estão à disposição dos interessados no endereço eletrônico: https://www.gov.br/conitec/pt-br/assuntos/participacao-social/consultas-publicas.

A Secretaria-Executiva da Conitec avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

SANDRA DE CASTRO BARROS

CONSULTA PÚBLICA SCTIE/MS Nº 59, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

Ref.: 25000.090600/2022-04, 0029097561.

A SECRETÁRIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INSUMOS ESTRATÉGICOS EM SAÚDE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE torna pública, nos termos do art. 19 do Decreto nº 7.646, de 21 de dezembro de 2011, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito da recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde - CONITEC, relativa à proposta de alteração das insulinas análogas de ação prolongada para o tratamento de diabetes mellitus tipo I, apresentada pela Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde (SCTIE/MS), nos autos do processo de NUP 25000.090600/2022-04. Fica estabelecido o prazo de 20 (vinte) dias, a contar do dia útil subsequente à data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas. A documentação objeto desta Consulta Pública e o endereço para envio de contribuições estão à disposição dos interessados no endereço eletrônico https://www.gov.br/conitec/pt-br/assuntos/participacao-social/consultas-publicas.

A Secretaria-Executiva da CONITEC avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

SANDRA DE CASTRO BARROS

CONSULTA PÚBLICA SCTIE/MS Nº 60, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

Ref.: 25000.049057/2022-51, 0029102670.

A SECRETÁRIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INSUMOS ESTRATÉGICOS EM SAÚDE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE torna pública, nos termos do art. 19 do Decreto nº 7.646, de 21 de dezembro de 2011, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito da recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde - CONITEC, relativa à proposta de incorporação do letermovir para profilaxia de infecção e doença causada pelo citomegalovírus (CMV) em adultos receptores soropositivos para CMV (R+) submetidos ao transplante de células-tronco hematopoiéticas alogênico, apresentada pela Merck Sharp & Dohme Farmacêutica Ltda., nos autos do processo de NUP 25000.049057/2022-51. Fica estabelecido o prazo de 20 (vinte) dias, a contar do dia útil subsequente à data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas. A documentação objeto desta Consulta Pública e o endereço para envio de contribuições estão à disposição dos interessados no endereço eletrônico https://www.gov.br/conitec/pt-br/assuntos/participacao-social/consultas-publicas.

A Secretaria-Executiva da CONITEC avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

SANDRA DE CASTRO BARROS

CONSULTA PÚBLICA SCTIE/MS Nº 61, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

Ref.: 25000.028257/2022-71, 0029098286.

A SECRETÁRIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INSUMOS ESTRATÉGICOS EM SAÚDE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, torna pública, nos termos do art. 19 do Decreto nº 7.646, de 21 de dezembro de 2011, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito da recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde - CONITEC, relativa à proposta de incorporação do crizotinibe para o tratamento, em primeira linha, de pacientes adultos com câncer de pulmão não pequenas células (CPNPC) avançado ALK+, apresentada pela Wyeth Indústria Farmacêutica Ltda., nos autos do processo de NUP 25000.028257/2022-71. Fica estabelecido o prazo de 20 (vinte) dias, a contar do dia útil subsequente à data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas. A documentação objeto desta Consulta Pública e o endereço para envio de contribuições estão à disposição dos interessados no endereço eletrônico https://www.gov.br/conitec/pt-br/assuntos/participacao-social/consultas-publicas.

A Secretaria-Executiva da CONITEC avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

SANDRA DE CASTRO BARROS

CONSULTA PÚBLICA SCTIE/MS Nº 62, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

Ref.: 25000.137686/2021-57, 0029106364.

A SECRETÁRIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INSUMOS ESTRATÉGICOS EM SAÚDE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, torna pública, nos termos do art. 19 do Decreto nº 7.646, de 21 de dezembro de 2011, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito da recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde - CONITEC, relativa à proposta de ampliação de uso da dosagem de cloreto no suor para pacientes com fibrose cística a partir de seis anos, apresentada pela Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde (SCTIE/MS), nos autos do processo de NUP 25000.137686/2021-57. Fica estabelecido o prazo de 20 (vinte) dias, a contar do dia útil subsequente à data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas. A documentação objeto desta Consulta Pública e o endereço para envio de contribuições estão à disposição dos interessados no endereço eletrônico https://www.gov.br/conitec/pt-br/assuntos/participacao-social/consultas-publicas.

A Secretaria-Executiva da CONITEC avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

SANDRA DE CASTRO BARROS

PORTARIA SCTIE/MS Nº 98, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

Torna pública a decisão de incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, o trastuzumabe entansina no tratamento adjuvante do câncer de mama HER2-positivo operado em estádio III com doença residual na peça cirúrgica após tratamento neoadjuvante, conforme o modelo da Assistência Oncológica no SUS.

Ref.: 25000.183372/2021-26, 0029007517.

A SECRETÁRIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INSUMOS ESTRATÉGICOS EM SAÚDE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, e nos termos dos arts. 20 e 23 do Decreto nº 7.646, de 21 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º Incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, trastuzumabe entansina no tratamento adjuvante do câncer de mama HER2-positivo operado em estádio III com doença residual na peça cirúrgica após tratamento neoadjuvante, conforme o modelo da Assistência Oncológica no SUS.

Art. 2º Conforme determina o art. 25 do Decreto nº 7.646/2011, as áreas técnicas terão o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias para efetivar a oferta no SUS.

Art. 3º O relatório de recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde - Conitec sobre essa tecnologia estará disponível no endereço eletrônico: https://www.gov.br/conitec/pt-br.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SANDRA DE CASTRO BARROS

PORTARIA SCTIE/MS Nº 99, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

Torna pública a decisão de não incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, o trastuzumabe entansina em monoterapia para tratamento de pacientes com câncer de mama HER2-positivo metastático ou localmente avançado irressecável, que tenham recebido tratamento prévio com trastuzumabe e um taxano.

Ref.: 25000.056820/2022-09, 0029059014.

A SECRETÁRIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INSUMOS ESTRATÉGICOS EM SAÚDE, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, e nos termos dos arts. 20 e 23 do Decreto nº 7.646, de 21 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º Não incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, o trastuzumabe entansina em monoterapia para tratamento de pacientes com câncer de mama HER2-positivo metastático ou localmente avançado irressecável, que tenham recebido tratamento prévio com trastuzumabe e um taxano.

Art. 2º A matéria poderá ser submetida a novo processo de avaliação pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde - CONITEC, caso sejam apresentados fatos novos que possam alterar o resultado da análise efetuada.

Art. 3º O relatório de recomendação da CONITEC sobre essa tecnologia estará disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/conitec/pt-br.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SANDRA DE CASTRO BARROS

PORTARIA SCTIE/MS Nº 100, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

Torna pública a decisão de não incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, o vedolizumabe para o tratamento de pacientes com doença de Crohn moderada a grave, que apresentaram falha primária ou são contraindicados ao uso de anti-TNF.

Ref.: 25000.185235/2021-26, 0029062112.

A SECRETÁRIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INSUMOS ESTRATÉGICOS EM SAÚDE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, e nos termos dos arts. 20 e 23 do Decreto nº 7.646, de 21 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º Não incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, o vedolizumabe para o tratamento de pacientes com doença de Crohn moderada a grave, que apresentaram falha primária ou são contraindicados ao uso de anti-TNF.

Art. 2º A matéria poderá ser submetida a novo processo de avaliação pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde - Conitec, caso sejam apresentados fatos novos que possam alterar o resultado da análise efetuada.

Art. 3º O relatório de recomendação da Conitec sobre essa tecnologia estará disponível no endereço eletrônico: https://www.gov.br/conitec/pt-br.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SANDRA DE CASTRO BARROS

PORTARIA SCTIE/MS Nº 101, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

Torna pública a decisão de incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, o tocilizumabe para o tratamento de pacientes adultos com Covid-19 hospitalizados, conforme diretriz do Ministério da Saúde.

Ref.: 25000.068873/2022-64, 0029062222.

A SECRETÁRIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INSUMOS ESTRATÉGICOS EM SAÚDE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, e nos termos dos arts. 20 e 23 do Decreto nº 7.646, de 21 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º Incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, o tocilizumabe para o tratamento de pacientes adultos com Covid-19 hospitalizados, conforme diretriz do Ministério da Saúde.

Art. 2º Conforme determina o art. 25 do Decreto nº 7.646/2011, as áreas técnicas terão o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias para efetivar a oferta no SUS.

Art. 3º O relatório de recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde - Conitec sobre essa tecnologia estará disponível no endereço eletrônico: https://www.gov.br/conitec/pt-br.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SANDRA DE CASTRO BARROS

PORTARIA SCTIE/MS Nº 102, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

Torna pública a decisão de não incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, o molnupiravir para tratamento de pacientes com Covid-19 leve a moderada, não hospitalizados, que não requerem oxigenação suplementar e que apresentam alto risco para agravamento da doença.

Ref.: 25000.068277/2022-84, 0029091476.

A SECRETÁRIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INSUMOS ESTRATÉGICOS EM SAÚDE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, e nos termos dos arts. 20 e 23 do Decreto nº 7.646, de 21 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º Não incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, o molnupiravir para tratamento de pacientes com Covid-19 leve a moderada, não hospitalizados, que não requerem oxigenação suplementar e que apresentam alto risco para agravamento da doença.

Art. 2º A matéria poderá ser submetida a novo processo de avaliação pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde - CONITEC, caso sejam apresentados fatos novos que possam alterar o resultado da análise efetuada.

Art. 3º O relatório de recomendação da CONITEC sobre essa tecnologia estará disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/conitec/pt-br.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SANDRA DE CASTRO BARROS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

2ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE ALIMENTOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.951, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral de Alimentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 96, aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada-RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art.1º Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FERNANDES NANTES DE CASTILHO

ANEXO

Relatório de Conferência - Alimentos: 1153922
NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME DO PRODUTO
NÚMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

AMCOR DO NORDESTE IND. E COM. DE EMBALAGENS LTDA / 12.350.811/0001-00
PRÉ-FORMA DE PET-PCR RECICLADO GRAU ALIMENTÍCIO MONOCAMADA USO ÚNICO
25351.051705/2022-50 / 673110005
4044 - Registro de Embalagem Reciclada / 0405135/22-0

MAM PRODUTOS ALIMETICIOS LTDA ME / 28.941.480/0001-04
SOPINHA DE MORANGA, BATATA DOCE E ESPINAFRE
25351.668660/2021-76 / 675350002
4065 - Registro de alimentos de transição para lactentes e crianças de primeira infância / 2452843/21-1

GERÊNCIA-GERAL DE MEDICAMENTOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.946, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Medicamentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NÉLIO CEZAR DE AQUINO

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)

Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A 60659463002992
SULFATO DE GLICOSAMINA + SULFATO DE CONDROITINA
ADEZI 25351.319667/2022-48 09/2032
10489 PRODUTO BIOLÓGICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE 4585156/22-5
(118 REGISTRO DE NOVA ASSOCIAÇÃO NO PAÍS - 087963/02-1 - 25351.170176/2002-49)
1.0573.0023.001-9 24 Meses
500 MG + 400 MG CAP GEL CT FR PLAS OPC X 30 01
1.0573.0023.002-7 24 Meses
500 MG + 400 MG CAP GEL CT FR PLAS OPC X 90
1.0573.0023.003-5 24 Meses
500 MG + 400 MG CAP GEL CT FR PLAS OPC X 15
1.0573.0023.004-3 24 Meses
500 MG + 400 MG CAP GEL CT BL AL PLAS INC X 15
1.0573.0023.005-1 24 Meses
500 MG + 400 MG CAP GEL CT BL AL PLAS INC X 30
1.0573.0023.006-1 24 Meses
500 MG + 400 MG CAP GEL CT BL AL PLAS INC X 90
1.0573.0023.007-8 24 Meses
1500MG + 1200MG GRAN CT 7 ENV AL LAM X 4G
1.0573.0023.008-6 24 Meses
1500MG + 1200MG GRAN CT 15 ENV AL LAM X 4G
1.0573.0023.009-4 24 Meses
1500MG + 1200MG GRAN CT 30 ENV AL LAM X 4G
1.0573.0023.010-8 24 Meses
1500MG + 1200MG GRAN CT 60 ENV AL LAM X 4G
1.0573.0023.011-6 24 Meses
1500MG + 1200MG GRAN CT 90 ENV AL LAM X 4G
1.0573.0023.012-4 24 Meses
500 MG + 400 MG CAP GEL DURA CT FR PLAS OPC X 10
TADALAFILA
TALAG 25351.326570/2022-91 09/2032
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 4600108/22-5
(1959 GENERICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA) - 1212213/18-1 - 25351.858221/2018-58)
1.0573.0025.001-1 24 Meses
20 MG COM REV BL AL PLAS TRANS X 1
1.0573.0025.002-8 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS ACLAR X 1
1.0573.0025.003-6 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 2
1.0573.0025.004-4 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS ACLAR X 2
1.0573.0025.005-2 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 4
1.0573.0025.006-0 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS ACLAR X 4
1.0573.0025.007-9 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 8
1.0573.0025.008-7 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS ACLAR X 8
1.0573.0025.009-5 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 12
1.0573.0025.010-9 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS ACLAR X 12
1.0573.0025.011-7 24 Meses
5 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 10
1.0573.0025.012-5 24 Meses
5 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.0573.0025.013-3 24 Meses
5 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 60
1.0573.0025.014-1 24 Meses
5 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 90

LABORATÓRIO VITALAB LTDA 56646953000186
ECHINACEA PURPUREA (L.) MOENCH
ECHINACEA VITALAB 25351.000407/2010-33 09/2032
1697 MEDICAMENTO FITOTERÁPICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 000515/10-1
1.5400.0051.003-1 24 Meses
250 MG CAP DURA CT FRAS PLAS PE OPC X 45

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.947, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Medicamentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Indeferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NÉLIO CEZAR DE AQUINO

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)

MEDQUIMICA INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA. 17875154000120
OMEPRAZOL
MEDIPRAZOL 25351.650053/2014-21 09/2032
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 0961837/14-6
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR - 220483/02-5 - 25351.222094/2002-97)
10 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 7
40 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 450 (EMB HOSP)
10 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 28
10 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 140 EMB HOSP
20 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 7
20 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 14
20 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 21
20 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 28
20 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 140 EMB HOSP
10 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 14
10 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 490 (EMB HOSP)
20 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 490 (EMB HOSP)
40 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 07
40 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 14
40 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 28
40 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 56
40 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 490 (EMB HOSP)
20 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 15
20 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 30
20 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 56
20 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 60
20 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 450 (EMB HOSP)
40 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 15
40 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 30
40 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 60
10 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 21

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.948, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Medicamentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Publicar a aprovação condicional das petições secundárias de medicamentos similares, genéricos e novos, sob os números de expediente constantes no anexo desta Resolução, nos termos dos Art. 17-A § 3º e 4º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, alterada pelo Art. 2º da Lei 13.411, e Art. 4º da Lei 13.411, de 28 de dezembro de 2016; e Arts. 4º, 7º e 16 da Resolução RDC Nº 219, de 27 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Este ato administrativo decorre do atendimento integral pelas empresas detentoras dos registros, ao disposto no Art. 7º e seus incisos, da Resolução RDC Nº 219, de 27 de fevereiro de 2018.

Art. 3º A aprovação condicional das petições secundárias objeto desta resolução é restrita ao assunto protocolado, não resultando em manifestação diversa da peticionada, e considera estritamente a condição já registrada, não aprovando nenhuma alteração da condição registrada que possa estar informada nos documentos que instruem a petição secundária.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NÉLIO CEZAR DE AQUINO

ANEXO

NOME DA EMPRESA
NOME DO MEDICAMENTO NÚMERO DO PROCESSO
EXPEDIENTE PETIÇÃO 2ª ASSUNTO DA PETIÇÃO 2ª
EXPEDIENTE PETIÇÃO CLONE ASSUNTO PETIÇÃO CLONE
(ASSUNTO PETIÇÃO MATRIZ - EXPEDIENTE MATRIZ - PROCESSO MATRIZ)
APRESENTAÇÕES M.S.

ANTIBIÓTICOS DO BRASIL LTDA.
VANCOCINA CP 25351042428200321
0163896223 RDC 73/2016 - NOVO - Inclusão maior de composição de embalagem primária do medicamento
0163963223 RDC 73/2016 - NOVO - Mudança maior da forma e dimensões da embalagem primária do medicamento
0163969222 RDC 73/2016 - NOVO - Inclusão de nova apresentação
1 G PO SOL INJ INFUS IV CT FA VD TRANS + BOLS PLAS TRANS SIST FECH X 250 ML 1556200050101
cloridrato de vancomicina 25351318351201518
0273425227 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Inclusão maior de composição de embalagem primária do medicamento - 0163896223 - 25351042428200321)
0273437221 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Mudança maior da forma e dimensões da embalagem primária do medicamento - 0163963223 - 25351042428200321)
0273892229 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Inclusão de nova apresentação - 0163969222 - 25351042428200321)
1 G PO SOL INJ INFUS IV CT FA VD TRANS + BOLS PLAS TRANS SIST FECH X 250 ML 1556200410108

BEKER PRODUTOS FÁRMACO HOSPITALARES LTDA
CLORIDRATO DE VANCOMICINA 25351765866201503
0334522220 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Inclusão maior de composição de embalagem primária do medicamento - 0163896223 - 25351042428200321)
0334520223 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Mudança maior da forma e dimensões da embalagem primária do medicamento - 0163963223 - 25351042428200321)
0334532227 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Inclusão de nova apresentação - 0163969222 - 25351042428200321)
1 G PO SOL INJ INFUS IV CT FA VD TRANS + BOLS PLAS TRANS SIST FECH X 250 ML 1034600170101

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.949, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Medicamentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Publicar a aprovação condicional das petições secundárias de medicamentos similares, genéricos e novos, sob os números de expediente constantes no anexo desta Resolução, nos termos dos Art. 17-A § 3º e 4º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, alterada pelo Art. 2º da Lei 13.411, e Art. 4º da Lei 13.411, de 28 de dezembro de 2016; e Arts. 4º, 7º e 16 da Resolução RDC Nº 219, de 27 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Este ato administrativo decorre do atendimento integral pelas empresas detentoras dos registros, ao disposto no Art. 7º e seus incisos, da Resolução RDC Nº 219, de 27 de fevereiro de 2018.

Art. 3º A aprovação condicional das petições secundárias objeto desta resolução é restrita ao assunto protocolado, não resultando em manifestação diversa da peticionada, e considera estritamente a condição já registrada, não aprovando nenhuma alteração da condição registrada que possa estar informada nos documentos que instruem a petição secundária.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NÉLIO CEZAR DE AQUINO

ANEXO

NOME DA EMPRESA
NOME DO MEDICAMENTO NÚMERO DO PROCESSO
EXPEDIENTE PETIÇÃO 2ª ASSUNTO DA PETIÇÃO 2ª
EXPEDIENTE PETIÇÃO CLONE ASSUNTO PETIÇÃO CLONE
(ASSUNTO PETIÇÃO MATRIZ - EXPEDIENTE MATRIZ - PROCESSO MATRIZ)

SANDOZ DO BRASIL INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA.
SINVASTATINA 25351785832200816
4742306214 GENÉRICO - Mudanças nos limites de especificação fora de limites aprovados anteriormente
SINVASTACOR 253510062440020
4742308211 RDC 73/2016 - SIMILAR - Mudanças nos limites de especificação fora de limites aprovados anteriormente
---
NOVARTIS BIOCIENCIAS S.A
sinvastatina 25351916068201629
5201405213 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Mudanças nos limites de especificação fora de limites aprovados anteriormente - 4742306214 - 25351785832200816)

COSMED INDUSTRIA DE COSMETICOS E MEDICAMENTOS S.A.
PERIDAL 25351048484202071
8422845218 RDC 73/2016 - SIMILAR - Substituição de local de fabricação de medicamento de liberação convencional
8422847214 RDC 73/2016 - SIMILAR - Mudanças maiores de métodos analíticos
8422851212 RDC 73/2016 - SIMILAR - Mudanças maiores de métodos analíticos
---
BRAINFARMA INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA S.A
domperidona 25351544466202287
4351782220 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Substituição de local de fabricação de medicamento de liberação convencional - 8422845218 - 25351048484202071)
4351758227 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Mudanças maiores de métodos analíticos - 8422847214 - 25351048484202071)
4351760229 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Mudanças maiores de métodos analíticos - 8422851212 - 25351048484202071)

OPHTHALMOS S/A.
OPHTCOL 250000096219504
8505560213 RDC 73/2016 - SIMILAR - Substituição de local de fabricação de medicamento estéril

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.950, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Medicamentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Cancelar a certificação em Boas Práticas de Biodisponibilidade/Bioequivalência, conforme anexo;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

NÉLIO CEZAR DE AQUINO

ANEXO

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA SOLICITANTE/ CNPJ: WISSEN CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA 08.472.192/0001-40
DENOMINAÇÃO DA EMPRESA INSPECIONADA/CERTIFICADA: INVESTIGACIÓN FARMACOLOGICA Y BIOFARMACEUTICA, S.A.P.I. de C.V. (IFaB)
EXPEDIENTE: 3529521/21-3 de 07/09/2021
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS EM BIODISPONIBILIDADE/BIOEQUIVALÊNCIA PARA AS ETAPAS: Clínica e Bioanalítica (Endereço: Periferico Sur, 4927, Arenal Tepepan, Tlalpan, Cidade do México/ México)

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.003, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Medicamentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor 90 (noventa) dias a partir da data de sua publicação.

NÉLIO CEZAR DE AQUINO

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)

COSMED INDUSTRIA DE COSMETICOS E MEDICAMENTOS S.A. 61082426000207
HIDANTAL 25351.497236/2022-11 07/2026
11200 MEDICAMENTO NOVO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (OPERAÇÃO COMERCIAL) 2463620/22-6
1.7817.0938.001-8 36 Meses
100 MG COM CT BL AL PLAS LAR X 25
FENITOÍNA
1.7817.0938.002-6 36 Meses
100 MG COM CT BL AL PLAS LAR X 30
FENITOÍNA
1.7817.0938.003-4 36 Meses
100 MG COM CT BL AL PLAS LAR X 90
FENITOÍNA
1.7817.0938.004-2 36 Meses
100 MG COM CT BL AL PLAS LAR X 100
FENITOÍNA
1.7817.0938.005-0 36 Meses
50 MG/ML SOL INJ CT 3 AMP VD TRANS X 5 ML
FENITOÍNA SÓDICA
BROMAZEPAM + SULPIRIDA
SULPAN 25351.497251/2022-60 03/2029
11203 SIMILAR - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (OPERAÇÃO COMERCIAL) 2463664/22-3
1.7817.0939.001-3 24 Meses
(1 + 25) MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC TRANS X 20
1.7817.0939.002-1 24 Meses
(1 + 25) MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC TRANS X 30

MULTILAB INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA 92265552000905
pregabalina 25351.065416/2022-38 07/2030
1959 GENERICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA) 0479697/22-1
1.1819.0367.001-1 24 Meses
75 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 10
1.1819.0367.002-8 24 Meses
75 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 14
1.1819.0367.003-6 24 Meses
75 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 20
1.1819.0367.004-4 24 Meses
75 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 28
1.1819.0367.005-2 24 Meses
75 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 30
1.1819.0367.006-0 24 Meses
75 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 56
1.1819.0367.007-9 24 Meses
75 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 120
1.1819.0367.008-7 24 Meses
75 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 240
1.1819.0367.009-5 24 Meses
150 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 10
1.1819.0367.010-9 24 Meses
150 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 14
1.1819.0367.011-7 24 Meses
150 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 20
1.1819.0367.012-5 24 Meses
150 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 28

1.1819.0367.013-3 24 Meses
150 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 30
1.1819.0367.014-1 24 Meses
150 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 56
1.1819.0367.015-1 24 Meses
150 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 120
1.1819.0367.016-8 24 Meses
150 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 240
NISTATINA + OXIDO DE ZINCO
NISTATINA + ÓXIDO DE ZINCO 25351.065417/2022-82 04/2026
1959 GENERICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA) 0479698/22-8
1.1819.0368.001-5 24 Meses
100.000 UI/G + 200 MG/G POM DERM CT BG AL X 60 G
cloridrato de nebivolol
Nebic 25351.065418/2022-27 04/2030
1995 SIMILAR - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA) 0479699/22-4
1.1819.0369.001-0 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS PVDC OPC X 7
1.1819.0369.002-9 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS PVDC OPC X 14
1.1819.0369.003-7 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS PVDC OPC X 28
1.1819.0369.004-5 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS PVDC OPC X 30
1.1819.0369.005-3 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS PVDC OPC X 50
1.1819.0369.006-1 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS PVDC OPC X 56
1.1819.0369.007-1 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS PVDC OPC X 60
1.1819.0369.008-8 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS PVDC OPC X 90
1.1819.0369.009-6 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS PVDC OPC X 100
1.1819.0369.010-1 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS PVDC OPC X 500
sinvastatina 25351.065420/2022-04 02/2028
1959 GENERICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA) 0479702/22-5
1.1819.0370.001-6 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 10
1.1819.0370.002-4 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 20
1.1819.0370.003-2 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 30
1.1819.0370.004-0 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 60 (EMB FRAC)
1.1819.0370.005-9 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 90 (EMB FRAC)
1.1819.0370.006-7 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 450
1.1819.0370.007-5 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 500
1.1819.0370.008-3 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 10
1.1819.0370.009-1 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 20
1.1819.0370.010-5 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 30
1.1819.0370.011-3 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 40
1.1819.0370.012-1 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 60
1.1819.0370.013-1 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 450
1.1819.0370.014-8 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 500
1.1819.0370.015-6 24 Meses
40 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 10
1.1819.0370.016-4 24 Meses
40 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 20
1.1819.0370.017-2 24 Meses
40 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 30
1.1819.0370.018-0 24 Meses
40 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 40
1.1819.0370.019-9 24 Meses
40 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 60
1.1819.0370.020-2 24 Meses
80 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 10
1.1819.0370.021-0 24 Meses
80 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 20
1.1819.0370.022-9 24 Meses
80 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 30
1.1819.0370.023-7 24 Meses
80 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 40
1.1819.0370.024-5 24 Meses
80 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 60
VALSARTANA 25351.065422/2022-95 12/2026
1959 GENERICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA) 0479704/22-8
1.1819.0371.001-1 24 Meses
80MG COM REV CT BL AL AL X 15
1.1819.0371.002-1 24 Meses
80MG COM REV CT BL AL AL X 30
1.1819.0371.003-8 24 Meses
80MG COM REV CT BL AL AL X 60
1.1819.0371.004-6 24 Meses
80MG COM REV CT BL AL AL X 90
1.1819.0371.005-4 24 Meses
80MG COM REV CT BL AL AL X 120
1.1819.0371.006-2 24 Meses
160MG COM REV CT BL AL AL X 15
1.1819.0371.007-0 24 Meses
160MG COM REV CT BL AL AL X 30
1.1819.0371.008-9 24 Meses
160MG COM REV CT BL AL AL X 60
1.1819.0371.009-7 24 Meses
160MG COM REV CT BL AL AL X 90
1.1819.0371.010-0 24 Meses
160MG COM REV CT BL AL AL X 120
1.1819.0371.011-9 24 Meses
320 MG COM REV. CT BL AL/AL X 15
1.1819.0371.012-7 24 Meses
320 MG COM REV. CT BL AL/AL X 30
1.1819.0371.013-5 24 Meses
320 MG COM REV. CT BL AL/AL X 60
1.1819.0371.014-3 24 Meses
320 MG COM REV. CT BL AL/AL X 90
1.1819.0371.015-1 24 Meses
320 MG COM REV CT BL AL/AL X 120
PREDNISONA 25351.065423/2022-30 12/2026
1959 GENERICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA) 0479705/22-4
1.1819.0372.001-7 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 20
1.1819.0372.002-5 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 60 (EMB FRAC)
1.1819.0372.003-3 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 90 (EMB FRAC)
1.1819.0372.004-1 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 500
1.1819.0372.005-1 24 Meses
20 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 10
1.1819.0372.006-8 24 Meses
20 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 20
1.1819.0372.007-6 24 Meses
20 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30 (EMB FRAC)
1.1819.0372.008-4 24 Meses
20 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 60 (EMB FRAC)
1.1819.0372.009-2 24 Meses
20 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 500
1.1819.0372.010-6 24 Meses
20 MG COM CT BL AL PLAS OPC X 10
1.1819.0372.011-4 24 Meses
20 MG COM CT BL AL PLAS OPC X 30 (EMB FRAC)
1.1819.0372.012-2 24 Meses
20 MG COM CT BL AL PLAS OPC X 60 (EMB FRAC)
1.1819.0372.013-0 24 Meses
20 MG COM CT BL AL PLAS OPC X 500

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.004, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Medicamentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Cancelar o registro sanitário de medicamentos ou de apresentações, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor 90 (noventa) dias a partir da data de sua publicação.

NÉLIO CEZAR DE AQUINO

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)

NOVA QUIMICA FARMACÊUTICA S/A 72593791000111
cloridrato de nebivolol
Nebic 25351.032710/2015-34 04/2030
1990 SIMILAR - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE 0451094/22-1
1.2675.0382.001-5 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS PVDC OPC X 7
1.2675.0382.002-3 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS PVDC OPC X 14
1.2675.0382.003-1 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS PVDC OPC X 28
1.2675.0382.004-1 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS PVDC OPC X 30
1.2675.0382.005-8 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS PVDC OPC X 50
1.2675.0382.006-6 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS PVDC OPC X 56
1.2675.0382.007-4 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS PVDC OPC X 60
1.2675.0382.008-2 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS PVDC OPC X 90
1.2675.0382.009-0 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS PVDC OPC X 100
1.2675.0382.010-4 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS PVDC OPC X 500
pregabalina 25351.295506/2014-53 07/2030
1429 GENERICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE 0450564/22-3
1.2675.0394.001-0 24 Meses
75 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 10
1.2675.0394.002-9 24 Meses
75 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 14
1.2675.0394.003-7 24 Meses
75 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 20
1.2675.0394.004-5 24 Meses
75 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 28
1.2675.0394.005-3 24 Meses
75 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 30
1.2675.0394.006-1 24 Meses
75 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 56
1.2675.0394.007-1 24 Meses
75 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 120
1.2675.0394.008-8 24 Meses
75 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 240
1.2675.0394.009-6 24 Meses
150 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 10
1.2675.0394.010-1 24 Meses
150 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 14
1.2675.0394.011-8 24 Meses
150 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 20
1.2675.0394.012-6 24 Meses
150 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 28
1.2675.0394.013-4 24 Meses
150 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 30
1.2675.0394.014-2 24 Meses
150 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 56
1.2675.0394.015-0 24 Meses
150 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 120
1.2675.0394.016-9 24 Meses
150 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 240

NISTATINA + OXIDO DE ZINCO
NISTATINA + ÓXIDO DE ZINCO 25351.351544/2005-09 04/2026
1429 GENERICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE 0450960/22-6
1.2675.0084.004-1 24 Meses
100.000 UI/G + 200 MG/G POM DERM CT BG AL X 60 G
PREDNISONA 25351.422985/2015-66 12/2026
1429 GENERICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE 0460654/22-5
1.2675.0238.001-1 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 20
1.2675.0238.002-1 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 500
1.2675.0238.003-8 24 Meses
20 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 10
1.2675.0238.004-6 24 Meses
20 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 500
1.2675.0238.005-4 24 Meses
20 MG COM CT BL AL PLAS OPC X 10
1.2675.0238.006-2 24 Meses
20 MG COM CT BL AL PLAS OPC X 500
1.2675.0238.007-0 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 60 (EMB FRAC)
1.2675.0238.008-9 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 90 (EMB FRAC)
1.2675.0238.009-7 24 Meses
20 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30 (EMB FRAC)
1.2675.0238.010-0 24 Meses
20 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 60 (EMB FRAC)
1.2675.0238.011-9 24 Meses
20 MG COM CT BL AL PLAS OPC X 30 (EMB FRAC)
1.2675.0238.012-7 24 Meses
20 MG COM CT BL AL PLAS OPC X 60 (EMB FRAC)
1.2675.0238.013-5 24 Meses
20 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 20
VALSARTANA 25351.523454/2015-90 12/2026
1429 GENERICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE 0446843/22-9
1.2675.0241.006-9 24 Meses
80MG COM REV CT BL AL AL X 15
1.2675.0241.007-7 24 Meses
80MG COM REV CT BL AL AL X 30
1.2675.0241.008-5 24 Meses
80MG COM REV CT BL AL AL X 60
1.2675.0241.009-3 24 Meses
80MG COM REV CT BL AL AL X 90
1.2675.0241.010-7 24 Meses
80MG COM REV CT BL AL AL X 120
1.2675.0241.011-5 24 Meses
160MG COM REV CT BL AL AL X 15
1.2675.0241.012-3 24 Meses
160MG COM REV CT BL AL AL X 30
1.2675.0241.013-1 24 Meses
160MG COM REV CT BL AL AL X 60
1.2675.0241.014-1 24 Meses
160MG COM REV CT BL AL AL X 90
1.2675.0241.015-8 24 Meses
160MG COM REV CT BL AL AL X 120
1.2675.0241.016-6 24 Meses
320 MG COM REV. CT BL AL/AL X 15
1.2675.0241.017-4 24 Meses
320 MG COM REV. CT BL AL/AL X 30
1.2675.0241.018-2 24 Meses
320 MG COM REV. CT BL AL/AL X 60
1.2675.0241.019-0 24 Meses
320 MG COM REV. CT BL AL/AL X 90
1.2675.0241.020-4 24 Meses
320 MG COM REV CT BL AL/AL X 120
sinvastatina 25351.674054/2017-11 02/2028
1429 GENERICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE 0450162/22-2
1.2675.0310.001-2 24 Meses
80 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 10
1.2675.0310.002-0 24 Meses
80 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 20
1.2675.0310.003-9 24 Meses
80 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 30
1.2675.0310.004-7 24 Meses
80 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 40
1.2675.0310.005-5 24 Meses
80 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 60
1.2675.0310.006-3 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 10
1.2675.0310.007-1 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 20
1.2675.0310.008-1 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 30
1.2675.0310.009-8 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 40
1.2675.0310.010-1 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 60
1.2675.0310.011-1 24 Meses
40 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 10
1.2675.0310.012-8 24 Meses
40 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 20
1.2675.0310.013-6 24 Meses
40 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 30
1.2675.0310.014-4 24 Meses
40 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 40
1.2675.0310.015-2 24 Meses
40 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 60
1.2675.0310.016-0 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 10
1.2675.0310.017-9 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 20
1.2675.0310.018-7 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 30
1.2675.0310.019-5 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 60 (EMB FRAC)
1.2675.0310.020-9 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 90 (EMB FRAC)
1.2675.0310.021-7 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 500
1.2675.0310.022-5 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 450
1.2675.0310.023-3 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 500
1.2675.0310.024-1 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 450

SANOFI MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA. 10588595001092
HIDANTAL 25351.189985/2019-72 07/2026
1446 MEDICAMENTO NOVO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE 2404425/22-6
1.8326.0311.001-5 36 Meses
50 MG/ML SOL INJ CT 3 AMP VD TRANS X 5 ML
FENITOÍNA SÓDICA
1.8326.0311.003-1 36 Meses
100 MG COM CT BL AL PLAS LAR X 100
FENITOÍNA
1.8326.0311.004-1 36 Meses
100 MG COM CT BL AL PLAS LAR X 25
FENITOÍNA
1.8326.0311.005-8 36 Meses
100 MG COM CT BL AL PLAS LAR X 30
FENITOÍNA
1.8326.0311.006-6 36 Meses
100 MG COM CT BL AL PLAS LAR X 90
FENITOÍNA
BROMAZEPAM + SULPIRIDA
SULPAN 25351.411301/2019-24 03/2029
1990 SIMILAR - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE 2403293/22-9
1.8326.0371.001-2 24 Meses
(1,00+25,00) MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS PVC TRANS X 20
1.8326.0371.002-0 24 Meses
(1,00+25,00) MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS PVC TRANS X 30

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.005, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Medicamentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Indeferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NÉLIO CEZAR DE AQUINO

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)

LEGRAND PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA 05044984000126
DROSPIRENONA + ETINILESTRADIOL
MEGY 25351.240644/2015-74 07/2026
12142 INCLUSÃO DO COMPLEMENTO DE NOME 4253552/22-2
1.6773.0417.001-3 24 Meses
3 MG + 0,02 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 24
1.6773.0417.002-1 24 Meses
3 MG + 0,02 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 72
1.6773.0417.003-1 24 Meses
3 MG + 0,02 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 24 + 4
1.6773.0417.004-8 24 Meses
3 MG + 0,02 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 30
1.6773.0417.005-6 24 Meses
3 MG + 0,02 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 60
1.6773.0417.006-4 24 Meses
3 MG + 0,02 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 90
1.6773.0417.007-2 24 Meses
3 MG + 0,02 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 120

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.006, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Medicamentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Cancelar o registro sanitário de medicamentos e insumos farmacêuticos, ou de apresentações, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

NÉLIO CEZAR DE AQUINO

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)

PHARMASCIENCE INDUSTRIA FARMACEUTICA S.A 25773037000183
PREDNISONA
ALERGCORTEM 25351.024470/2003-61 09/2013
10087 SIMILARES - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO - ANVISA 4624345/22-3
1.1717.0047.001-9 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS INC X 20
1.1717.0047.003-5 24 Meses
20 MG COM CT BL AL PLAS INC X 20

PRODOTTI LABORATÓRIO FARMACÊUTICO LTDA. 51603488000182
IFOSFAMIDA 25000.017033/99-97 08/2004
10087 SIMILARES - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO - ANVISA 4627144/22-9
1.0858.0188.001-1 36 Meses
0.5 MG PO LIOF CT 10 FA
1.0858.0188.002-1 36 Meses
1,0 MG PO LIOF CT 10FA

UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S/A 60665981000118
ACETILCISTEÍNA
FLUCISTEIN 25000.026053/97-23 04/2029
10080 SIMILARES - CANCELAMENTO DE REGISTRO DA APRESENTAÇÃO - ANVISA 4628234/22-3
1.0497.1149.006-4 24 Meses
20 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 100 ML
1.0497.1149.007-2 24 Meses
20 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 150 ML

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.007, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Medicamentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NÉLIO CEZAR DE AQUINO

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)

BIOLAB SANUS FARMACÊUTICA LTDA 49475833000106
ARADOIS 25351.015979/00-17 04/2026
1971 SIMILAR - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODOS ANALÍTICOS 0174190/17-3
1.0974.0121.010-1 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 15
losartana potássica
1.0974.0121.011-1 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 30
losartana potássica
1.0974.0121.012-8 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 100
losartana potássica
1.0974.0121.013-6 24 Meses
25 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 15
LOSARTAN POTÁSSICO
1.0974.0121.014-4 24 Meses
25 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 30
LOSARTAN POTÁSSICO
1.0974.0121.015-2 24 Meses
25 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 45
LOSARTAN POTÁSSICO
1.0974.0121.016-0 24 Meses
25 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 60
LOSARTAN POTÁSSICO
1.0974.0121.017-9 24 Meses
25 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 90
LOSARTAN POTÁSSICO
1.0974.0121.018-7 24 Meses
25 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 100
LOSARTAN POTÁSSICO
1.0974.0121.040-3 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 45
losartana potássica
1.0974.0121.041-1 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 60
losartana potássica
1.0974.0121.042-1 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 90
losartana potássica

CIFARMA CIENTÍFICA FARMACÊUTICA LTDA 17562075000169
SALICILATO DE METILA + CÂNFORA + LEVOMENTOL
ALIVIOL 25000.004531/99-51 02/2030
1582 ESPECÍFICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO 1916499/19-8
1.1560.0036.001-2 24 Meses
(52,5 + 44,4 + 20) MG/G POM DERM CT BG AL X 20 G
1.1560.0036.002-0 24 Meses
(52,5 + 44,4 + 20) MG/G POM DERM DISP 12 CT BG AL X 20 G

CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA. 44734671000151
TEICOPLANINA
BACTOMAX 25351.018099/01-19 10/2026
1971 SIMILAR - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODOS ANALÍTICOS 0080468/17-1
1.0298.0288.001-4 36 Meses
200 MG PO LIOF SOL INJ CT FA VD TRANS + AMP DIL X 3 ML
1.0298.0288.002-2 36 Meses
200 MG PO LIOF SOL INJ CX 10 FA VD TRANS + 10 AMP DIL X 3 ML
1.0298.0288.003-0 36 Meses
200 MG PO LIOF SOL INJ CX 25 FA VD TRANS + 25 AMP DIL X 3 ML
1.0298.0288.004-9 36 Meses
200 MG PO LIOF SOL INJ CT FA VD TRANS + AMP DIL X 1,5 ML
1.0298.0288.005-7 36 Meses
200 MG PO LIOF SOL INJ CX 10 FA VD TRANS + 10 AMP DIL X 1,5 ML
1.0298.0288.006-5 36 Meses
400 MG PO LIOF SOL INJ CT FA VD TRANS + AMP DIL X 3 ML
1.0298.0288.007-3 36 Meses
400 MG PO LIOF SOL INJ CX 10 FA VD TRANS + 10 AMP DIL X 3 ML
1.0298.0288.008-1 36 Meses
400 MG PO LIOF SOL INJ CX 25 FA VD TRANS + 25 AMP DIL X 3 ML
1.0298.0288.009-1 36 Meses
100 MG PO LIOF SOL INJ CT FA VD TRANS +AMP DIL X 1,5 ML
1.0298.0288.010-3 36 Meses
100 MG PO LIOF SOL INJ CX 10 FA VD TRANS + 10 AMP DIL X 1,5 ML
pregabalina 25351.431477/2020-36 02/2031
10506 GENÉRICO - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 4405033/22-0
1.0298.0551.011-0 36 Meses
75 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 60
PREGABALINA
GLYA 25351.824215/2016-04 04/2030
11093 RDC 73/2016 - SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO 4332828/22-8
1.0298.0525.011-9 36 Meses
75 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 60

FARMA VISION IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MEDICAMENTOS LTDA 09058502000148
ESTRADIOL HEMI-hiDRATADO
ESTREVA 25351.010524/2020-10 09/2026
10951 RDC 73/2016 - NOVO - EXCLUSÃO DE UM TESTE OU MÉTODO OBSOLETO 3231800/20-6
10954 RDC 73/2016 - NOVO - AMPLIAÇÃO DOS LIMITES DE ESPECIFICAÇÃO 3231816/20-2
11023 RDC 73/2016 - NOVO - INCLUSÃO DE LOCAL DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTO DE LIBERAÇÃO CONVENCIONAL 3231826/20-0
11071 RDC 73/2016 - NOVO - ALTERAÇÃO MAIOR DE COMPOSIÇÃO DE EMBALAGEM PRIMÁRIA DO MEDICAMENTO 3231833/20-2
1.7465.0006.001-9 36 Meses
1 MG/G GEL CT FR PLAS PEBD/PET/AL/PEBD/PP OPC X 50G
1.7465.0006.002-7 36 Meses
1 MG/G GEL CT 3 FR PLAS PEBD/PET/AL/PEBD/PP OPC X 50G

HYPOFARMA - INSTITUTO DE HYPODERMIA E FARMÁCIA LTDA 17174657000178
hemitartarato de norepinefrina 25351.053022/2007-06 11/2028
11043 RDC 73/2016 - GENÉRICO - ALTERAÇÃO MAIOR DO PROCESSO DE PRODUÇÃO DO MEDICAMENTO 2114931/21-3
1.0387.0060.001-1 24 Meses
2 MG/ML SOL INJ IV CX 10 AMP VD AMB X 4 ML (EMB HOSP)
1.0387.0060.002-1 24 Meses
2 MG/ML SOL INJ IV CX 50 AMP VD AMB X 4 ML (EMB HOSP)

KLEY HERTZ FARMACEUTICA S.A 92695691000103
HARPAGOPHYTUM PROCUMBENS DC. EX MEISSN.
ARPATABS 25351.824501/2018-62 04/2030
10762 PRODUTO TRADICIONAL FITOTERÁPICO - ALTERAÇÃO OU INCLUSÃO DE LOCAL DE FABRICAÇÃO COM PRAZO DE ANÁLISE 4461397/22-1
1.0689.0202.001-8 24 Meses
300 MG COM REV LIB RETARD CT BL AL PLAS PVC/PE/PVDC TRANS X 20
1.0689.0202.002-6 24 Meses
300 MG COM REV LIB RETARD CT BL AL PLAS PVC/PE/PVDC TRANS X 30
1.0689.0202.003-4 24 Meses
300 MG COM REV LIB RETARD CT BL AL PLAS PVC/PE/PVDC TRANS X 60

LEO PHARMA LTDA 11424477000110
TACROLIMO
PROTOPIC 25351.151320/2017-06 06/2026
10984 RDC 73/2016 - NOVO - MUDANÇA MENOR DE EXCIPIENTES PARA FORMAS FARMACÊUTICAS SEMISSÓLIDAS 1214237/21-9
11020 RDC 73/2016 - NOVO - SUBSTITUIÇÃO DE LOCAL DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTO DE LIBERAÇÃO CONVENCIONAL 1214119/21-4
11059 RDC 73/2016 - NOVO - INCLUSÃO MAIOR DE TAMANHO DE LOTE DO MEDICAMENTO 1214225/21-5
11859 RDC 73/2016 - NOVO - EXCLUSÃO NÃO CRÍTICA DE TESTES OU MÉTODOS 1214233/21-6
11863 RDC 73/2016 - NOVO - MUDANÇAS NOS LIMITES DE ESPECIFICAÇÃO FORA DE LIMITES APROVADOS ANTERIORMENTE 1214235/21-2
11870 RDC 73/2016 - NOVO - MUDANÇAS MAIORES DE MÉTODOS ANALÍTICOS 1214231/21-0
1.8569.0007.001-5 24 Meses
0,3 MG/G POM DER CT BG PLAS LAM X 10 G
1.8569.0007.002-3 24 Meses
0,3 MG/G POM DER CT BG PLAS LAM X 30 G
1.8569.0007.003-1 24 Meses
1,0 MG/G POM DER CT BG PLAS LAM X 10 G
1.8569.0007.004-1 24 Meses
1,0 MG/G POM DER CT BG PLAS LAM X 30 G

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE Nº 1.650, de 19 de maio de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 96, de 23 de maio de 2022, Seção 1, pág. 258, referente ao processo 25351.668104/2019-04.

Onde se lê:

EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A. 61190096000192
CLORIDRATO DE TRAZODONA
SONIC 25351.668104/2019-04 05/2032
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR 3192321/19-0
1.0043.1435.001-0 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 5
1.0043.1435.002-9 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 20
1.0043.1435.003-7 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 30
1.0043.1435.004-5 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 60
1.0043.1435.005-3 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 90
1.0043.1435.006-1 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 60 TRANS X 5
1.0043.1435.007-1 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 60 TRANS X 20
1.0043.1435.008-8 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 60 TRANS X 30
1.0043.1435.009-6 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 60 TRANS X 60
1.0043.1435.010-1 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 60 TRANS X 90
1.0043.1435.011-8 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 120 TRANS X 5
1.0043.1435.012-6 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 120 TRANS X 20
1.0043.1435.013-4 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 120 TRANS X 30
1.0043.1435.014-2 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 120 TRANS X 60
1.0043.1435.015-0 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 120 TRANS X 90
1.0043.1435.016-9 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 5
1.0043.1435.017-7 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 20
1.0043.1435.018-5 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 30
1.0043.1435.019-3 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 60
1.0043.1435.020-7 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 90
1.0043.1435.021-5 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 60 TRANS X 5
1.0043.1435.022-3 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 60 TRANS X 20
1.0043.1435.023-1 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 60 TRANS X 30
1.0043.1435.024-1 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 60 TRANS X 60
1.0043.1435.025-8 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 60 TRANS X 90
1.0043.1435.026-6 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 120 TRANS X 5
1.0043.1435.027-4 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 120 TRANS X 20
1.0043.1435.028-2 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 120 TRANS X 30

1.0043.1435.029-0 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 120 TRANS X 60
1.0043.1435.030-4 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 120 TRANS X 90
Leia-se:
EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A. 61190096000192
CLORIDRATO DE TRAZODONA
SONIC 25351.668104/2019-04 05/2032
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR 3192321/19-0
1.0043.1435.001-0 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 5
1.0043.1435.002-9 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 10
1.0043.1435.003-7 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 30
1.0043.1435.004-5 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 60
1.0043.1435.005-3 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 90
1.0043.1435.006-1 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 60 TRANS X 5
1.0043.1435.007-1 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 60 TRANS X 10
1.0043.1435.008-8 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 60 TRANS X 30
1.0043.1435.009-6 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 60 TRANS X 60
1.0043.1435.010-1 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 60 TRANS X 90
1.0043.1435.011-8 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 120 TRANS X 5
1.0043.1435.012-6 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 120 TRANS X 10
1.0043.1435.013-4 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 120 TRANS X 30
1.0043.1435.014-2 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 120 TRANS X 60
1.0043.1435.015-0 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 120 TRANS X 90
1.0043.1435.016-9 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 5
1.0043.1435.017-7 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 10
1.0043.1435.018-5 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 30
1.0043.1435.019-3 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 60
1.0043.1435.020-7 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 90
1.0043.1435.021-5 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 60 TRANS X 5
1.0043.1435.022-3 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 60 TRANS X 10
1.0043.1435.023-1 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 60 TRANS X 30
1.0043.1435.024-1 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 60 TRANS X 60
1.0043.1435.025-8 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 60 TRANS X 90
1.0043.1435.026-6 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 120 TRANS X 5
1.0043.1435.027-4 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 120 TRANS X 10
1.0043.1435.028-2 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 120 TRANS X 30
1.0043.1435.029-0 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 120 TRANS X 60
1.0043.1435.030-4 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC 120 TRANS X 90

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE Nº 1.650, de 19 de maio de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 96, de 23 de maio de 2022, Seção 1, pág. 258, referente ao processo 25351.203085/2013-43.

Onde se lê:
BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUÍMICA E FARMACÊUTICA LTDA. 60831658000177
empagliflozina
JARDIANCE 25351.203085/2013-43 07/2029
11121 RDC 73/2016 - NOVO - INCLUSÃO DE NOVA INDICAÇÃO TERAPÊUTICA 4672020/21-1
1.0367.0172.001-4 36 Meses
25MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 10
1.0367.0172.002-2 36 Meses
25MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 30
1.0367.0172.003-0 36 Meses
10MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 10
1.0367.0172.004-9 36 Meses
10MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 30
Leia-se:
BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUÍMICA E FARMACÊUTICA LTDA. 60831658000177
empagliflozina
JARDIANCE 25351.203085/2013-43 07/2029
11121 RDC 73/2016 - NOVO - INCLUSÃO DE NOVA INDICAÇÃO TERAPÊUTICA 4672020/21-1
1.0367.0172.003-0 36 Meses
10MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 10
1.0367.0172.004-9 36 Meses
10MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 30

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE Nº 2.134, de 30 de junho de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 124, de 4 de julho de 2022, Seção 1, pág. 136, referente ao processo 25351.218337/2021-55.

Onde se lê:
GERMED FARMACEUTICA LTDA 45992062000165
gabapentina 25351.218337/2021-55 07/2032
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE 3460651/21-3
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 716898/08-5 - 25351.550070/2008-11)
1.0583.1019.001-8 24 Meses
600MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 6
1.0583.1019.002-6 24 Meses
600MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 9
1.0583.1019.003-4 24 Meses
600MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 18
1.0583.1019.004-2 24 Meses
600MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 27
1.0583.1019.005-0 24 Meses
600MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 30
1.0583.1019.006-9 24 Meses
600MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 54
1.0583.1019.007-7 24 Meses
600MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 100
Leia-se:
GERMED FARMACEUTICA LTDA 45992062000165
gabapentina 25351.218337/2021-55 07/2032
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE 3460651/21-3
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 716898/08-5 - 25351.550070/2008-11)
1.0583.1019.001-8 24 Meses
600MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 6
1.0583.1019.002-6 24 Meses
600MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 9
1.0583.1019.003-4 24 Meses
600MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 18
1.0583.1019.004-2 24 Meses
600MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 27
1.0583.1019.005-0 24 Meses
600MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 30
1.0583.1019.006-9 24 Meses
600MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 54
1.0583.1019.007-7 24 Meses
600MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 100

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE Nº 2.134, de 30 de junho de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 124, de 4 de julho de 2022, Seção 1, pág. 136, referente ao processo 25351.621427/2021-20.

Onde se lê:
ZODIAC PRODUTOS FARMACÊUTICOS S/A 55980684000127
trometamol cetorolaco
SYMDULOR 25351.621427/2021-20 07/2032
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 4246683/21-1
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 1610488/21-9 - 25351.389342/2021-41)
1.2214.0121.001-5 24 Meses
10 MG COM SUBL CT BL AL AL X 10
1.2214.0121.002-3 24 Meses
10 MG COM SUBL CT BL AL AL X 20
1.2214.0121.003-1 24 Meses
10 MG COM SUBL CT BL AL AL X 30
Leia-se:
ZODIAC PRODUTOS FARMACÊUTICOS S/A 55980684000127
trometamol cetorolaco
SYMDULOR SL 25351.621427/2021-20 07/2032
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 4246683/21-1
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 1610488/21-9 - 25351.389342/2021-41)
1.2214.0121.001-5 24 Meses
10 MG COM SUBL CT BL AL AL X 10
1.2214.0121.002-3 24 Meses
10 MG COM SUBL CT BL AL AL X 20
1.2214.0121.003-1 24 Meses
10 MG COM SUBL CT BL AL AL X 30

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE Nº 2.437, de 28 de julho de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 143, de 29 de julho de 2022, Seção 1, pág. 100, referente ao processo 25351.324315/2020-42.

Onde se lê:
AUROBINDO PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LIMITADA 04301884000175
cloridrato de donepezila 25351.324315/2020-42 08/2032
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 1232072/20-2
1.5167.0066.001-5 36 Meses
5 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PE/PVDC TRANS X 14
1.5167.0066.002-3 36 Meses
5 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PE/PVDC TRANS X 28
1.5167.0066.003-1 36 Meses
5 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PE/PVDC TRANS X 30
1.5167.0066.004-1 36 Meses
5 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PE/PVDC TRANS X 60
1.5167.0066.005-8 36 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PE/PVDC TRANS X 14
1.5167.0066.006-6 36 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PE/PVDC TRANS X 28
1.5167.0066.007-4 36 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PE/PVDC TRANS X 30
1.5167.0066.008-2 36 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PE/PVDC TRANS X 60
Leia-se:
AUROBINDO PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LIMITADA 04301884000175
cloridrato de donepezila 25351.324315/2020-42 07/2032
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 1232072/20-2
1.5167.0066.001-5 36 Meses
5 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PE/PVDC TRANS X 14
1.5167.0066.002-3 36 Meses
5 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PE/PVDC TRANS X 28
1.5167.0066.003-1 36 Meses
5 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PE/PVDC TRANS X 30
1.5167.0066.004-1 36 Meses
5 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PE/PVDC TRANS X 60
1.5167.0066.005-8 36 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PE/PVDC TRANS X 14
1.5167.0066.006-6 36 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PE/PVDC TRANS X 28
1.5167.0066.007-4 36 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PE/PVDC TRANS X 30
1.5167.0066.008-2 36 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PE/PVDC TRANS X 60

GERÊNCIA-GERAL DE PRODUTOS BIOLÓGICOS, RADIOFÁRMACOS, SANGUE, TECIDOS, CÉLULAS, ÓRGÃOS E PROD DE TERAPIAS AVAN

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.952, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral substituto de Produtos Biológicos, Radiofármacos, Sangue, Tecidos, Células, Órgãos e Produtos de Terapia Avançada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 112, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Deferir petição referente a pós-registro de produto de terapia avançada, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO BATISTA DA SILVA JÚNIOR

ANEXO

Empresa: Novartis Biociências S.A
CNPJ: 56.994.502/0001-30
Processo: 25351.030622/2020-65
Expediente: 4059677/21-3
Alteração Moderada de Qualidade - Zolgensma

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.965, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral substituto de Produtos Biológicos, Radiofármacos, Sangue, Tecidos, Células, Órgãos e Produtos de Terapias Avançadas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 109, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Produtos Biológicos, Radiofármacos, Sangue, Tecidos, Células, Órgãos e Produtos de Terapias Avançadas, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO BATISTA DA SILVA JUNIOR

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)

MYLAN LABORATORIOS LTDA 11643096000122
ADALIMUMABE
HULIO 25351.440425/2020-51 09/2032
10369 PRODUTO BIOLÓGICO - REGISTRO DE PRODUTO PELA VIA DE DESENVOLVIMENTO POR COMPARABILIDADE 3991036/20-9
1.8830.0093.001-5 36 Meses
50 MG/ML SOL INJ CT BL X SER PREENC PLAS X 0,8 ML + SIST APLIC PLAST PEN + 2 LEN ALCOOL
1.8830.0093.002-3 36 Meses
50 MG/ML SOL INJ CT BL X 2 SER PREENC PLAS X 0,8 ML + SIST APLIC PLAST PEN + 2 LEN ALCOOL
1.8830.0093.003-1 36 Meses
50 MG/ML SOL INJ CT BL X 6 SER PREENC PLAS X 0,8 ML + SIST APLIC PLAST PEN + 6 LEN ALCOOL
1.8830.0093.004-1 36 Meses
50 MG/ML SOL INJ CT BL X SER PREENC PLAS TRANS X 0,8 ML + 2 LEN ALCOOL
1.8830.0093.005-8 36 Meses
50 MG/ML SOL INJ CT BL X 2 SER PREENC PLAS TRANS X 0,8 ML + 2 LEN ALCOOL
1.8830.0093.006-6 36 Meses
50 MG/ML SOL INJ CT BL X 6 SER PREENC PLAS TRANS X 0,8 ML + 2 LEN ALCOOL

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.966, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral substituto de Produtos Biológicos, Radiofármacos, Sangue, Tecidos, Células, Órgãos e Produtos de Terapias Avançadas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 109, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Prorrogar por até 20 dias do prazo original, no caso de petições prioritárias, e por até 60 dias do prazo original no caso de petições ordinárias, nos termos do § 5º do art. 17-A da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, o(s) prazo(s) para publicação de decisão referente às petições de pós-registro listadas no ANEXO:

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO BATISTA DA SILVA JUNIOR

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
NUMERO DE EXPEDIENTE DATA DO PROTOCOLO

ABBVIE FARMACÊUTICA LTDA. 15800545000150
1661033224 07/04/2022

Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A 60659463002992
2465675225 19/04/2022

ALEXION FARMACEUTICA BRASIL IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS E SERVICOS DE ADMINISTRACAO 10284284000149
2415446226 14/04/2022

AMGEN BIOTECNOLOGIA DO BRASIL LTDA. 18774815000193
1578881224 07/04/2022
2392910223 13/04/2022
2392921229 13/04/2022

CHIESI FARMACÊUTICA LTDA 61363032000146
2465681220 19/04/2022
2603998222 28/04/2022

CSL BEHRING COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA 62969589000198
2525533229 25/04/2022

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ 33781055000135
1694023227 08/04/2022
2138950221 11/04/2022
2635019220 29/04/2022
2633238228 29/04/2022
4550476228 15/08/2022

GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA 33247743000110
2464418228 18/04/2022
2464278229 18/04/2022
2464387224 18/04/2022
2464274226 18/04/2022

JANSSEN-CILAG FARMACÊUTICA LTDA 51780468000187
2411387225 14/04/2022

MERCK SHARP & DOHME FARMACEUTICA LTDA. 03560974000118
1523399225 01/04/2022

MYLAN LABORATORIOS LTDA 11643096000122
2411040220 13/04/2022
2411038228 13/04/2022
2411227225 13/04/2022
2411036221 13/04/2022

NOVARTIS BIOCIENCIAS S.A 56994502000130
2525531222 25/04/2022

NOVO NORDISK FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA 82277955000155
2525535225 25/04/2022

Samsung Bioepis br Pharmaceutical ltda. 24563776000188
2449638223 18/04/2022
2450011229 18/04/2022

SANDOZ DO BRASIL INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA 61286647000116
1654175228 08/04/2022

SANOFI MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA. 10588595001092
4558719221 15/08/2022
4640521226 31/08/2022

TAKEDA PHARMA LTDA. 60397775000174
2464345229 18/04/2022
2464379223 18/04/2022
2464368228 18/04/2022
2464353220 18/04/2022

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.967, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral substituto de Produtos Biológicos, Radiofármacos, Sangue, Tecidos, Células, Órgãos e Produtos de Terapias Avançadas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 109, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Prorrogar por até 40 dias do prazo original, no caso de petições prioritárias, e por até 122 dias do prazo original no caso de petições ordinárias, nos termos do § 5º do art. 17-A da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, o(s) prazo(s) para publicação de decisão referente às petições de registro listadas no ANEXO:

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO BATISTA DA SILVA JUNIOR

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
NUMERO DE EXPEDIENTE DATA DO PROTOCOLO

GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA 33247743000110
3915453210 01/10/2021

Samsung Bioepis br Pharmaceutical ltda. 24563776000188
4345266213 29/10/2021

ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA 60318797000100
4371520226 30/06/2022

3ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE REGISTRO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS FUMÍGENOS DERIVADOS OU NÃO DO TABACO

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.980, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou Não do Tabaco, no uso das atribuições que lhe confere o art. 127, aliado ao disposto no art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e tendo em vista o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada nº 559, de 30 de agosto de 2021, resolve:

Art. 1º Cancelar o registro de produto fumígeno derivado do tabaco, conforme anexo, por indeferimento da petição de renovação de registro de produto fumígeno derivado do tabaco.

Art. 2º A empresa terá o prazo de 30 (trinta) dias para recolhimento do produto em todos os pontos de venda do território brasileiro.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

STEFANIA SCHIMANESKI PIRAS

ANEXO

CLEAN INDUSTRIA E COMERCIO DE CIGARROS LTDA
CNPJ: 18.804.581/0001-80
Marca: CLEAN (Cigarro com filtro)
Processo: 25351.349621/2019-58
Expediente: 3720803/21-9
Assunto: 6003 - Renovação de Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais
Marca: CLEAN (Cigarro com filtro)
Processo: 25351.349621/2019-58
Expediente: 3975951/21-2
Assunto: 6003 - Renovação de Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais
Marca: CRETEC (Cigarro Kretek)
Processo: 25069.462401/2017-42
Expediente: 2638651/21-8
Assunto: 6003 - Renovação de Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.981, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou Não do Tabaco, no uso das atribuições que lhe confere o art. 127, aliado ao disposto no art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e tendo em vista o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada nº 559, de 30 de agosto de 2021, resolve:

Art. 1º Deferir as petições relativas a produtos fumígenos derivados do tabaco, conforme anexo, em cumprimento à Decisão Judicial no processo 1041340-52.2022.4.01.3400/DF, da 8ª Vara Federal, da Seção Judiciária do Distrito Federal e à decisão liminar concedida pela 1ª Vara - SJ/DF, no processo 100994496.2018.4.01.3400.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

STEFANIA SCHIMANESKI PIRAS

ANEXO

ELITE TRADE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI ME
CNPJ: 27.839.998/0001-79
Marca: VGOD TOPAZ (fumo para narguilé) - embalagem primária caixa para 50 g e embalagem secundária pacote para 10 embalagens primárias caixa
Processo: 25351.524341/2020-79
Expediente: 4157902/20-0
Assunto: 6001 - Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais
Marca: VGOD WACKY TAFFY (fumo para narguilé) - embalagem primária caixa para 50 g e embalagem secundária pacote para 10 embalagens primárias caixa
Processo: 25351.524385/2020-07
Expediente: 4158005/20-2
Assunto: 6001 - Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais

GERÊNCIA-GERAL DE TECNOLOGIA DE PRODUTOS PARA SAÚDE

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.954, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 121, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, conforme anexo.

Art. 2° O carregamento de instruções de uso no repositório documental de dispositivos médicos, disponível no portal da Anvisa, é obrigatório e deve ser executado pela empresa responsável pela regularização do produto, a qual consente que seu conteúdo guarda concordância com a legislação vigente e consistência com o produto regularizado, de acordo com o §4º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Parágrafo único. O carregamento citado no caput deverá ser realizado em até 30 (trinta) dias após a conclusão favorável da petição que implique mudança nas instruções de uso, de acordo com §6º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

AUGUSTO BENCKE GEYER

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME COMERCIAL
NUMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

ABBOTT DIAGNOSTICOS RAPIDOS S.A. / 50.248.780/0001-61
Família Panbio COVID-19 Ag Rapid Test Device Nasal Plus
25351.092359/2022-60 / 10071770929
8017 - IVD - Registro de produtos importados em família / 4253171223

ALLERGAN PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA / 43.426.626/0001-77
Lacril
25351.124908/2021-91 / 80143600133
8028 - MATERIAL - Registro de Material de Uso Médico / 3280148213
Fresh Tears
25351.124909/2021-36 / 80143600134
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 3280151213

BIOTRONIK COMERCIAL MÉDICA LTDA. / 50.595.271/0001-05
BAINHA DIRECIONÁVEL ADNOVO MÁX 2.0
25351.038841/2022-54 / 80224390306
8543 - MATERIAL - Registro de Sistema de Material de Uso Médico / 0308834221

CARL ZEISS DO BRASIL LTDA / 33.131.079/0001-49
AT ELANA
25351.023787/2021-61 / 10332030128
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 8451812210

DIAGNÓSTICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME / 11.462.456/0001-90
HBsAg RAPID TEST
25351.514152/2022-50 / 80638720222
8433 - IVD - Registro de produto / 2554176225

EQUILIBRIO COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS EIRELI EPP / 05.215.461/0001-03
Dispositivo StrongStep® para o Antígeno SARS-CoV-2 Autoteste
25351.157584/2022-59 / 80589510019
8433 - IVD - Registro de produto / 0969122227

GENESTAR INOVAÇÕES E EQUIPAMENTOS MÉDICOS EIRELI / 35.489.323/0001-75
Kit de Detecção de PCR em Tempo Real Quantitativo HPV-QUANT-21
25351.548722/2022-13 / 82149920005
8433 - IVD - Registro de produto / 2728945221
Kit de Detecção de PCR em Tempo Real Multiplex Painel AVRI
25351.537636/2022-77 / 82149920004
8433 - IVD - Registro de produto / 2701635228

Hortron Indústria e Comercio de Produtos Eletrônicos LTDA-ME / 13.459.890/0001-46
KIT EASY FLEX PLUS
25351.324302/2022-35 / 81288540043
8052 - EQUIPAMENTO - Registro de Família de Equipamentos para Saúde, de Médio e Pequeno Porte / 4594940229

L.M. FARMA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA / 57.532.343/0001-14
Curatec Solução com PHMB
25351.683601/2020-47 / 80246910070
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 4467432205

NL COMÉRCIO EXTERIOR LTDA / 52.541.273/0001-47
NL COVID-19 Ag Autoteste (Nasal)
25351.101695/2022-19 / 10230730170
8433 - IVD - Registro de produto / 0673392221

SAÚDE IMPORT - COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA / 07.956.849/0001-82
ASAHI PTCA Guide Wire - Hidrofílico + Poliuretano - Fielder XT-A, XT-R
25351.527030/2022-23 / 80433810015
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 2676338229

TOTAL MEDICAL BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA / 18.747.319/0001-40
CATETER VENOSO CENTRAL DUPLO LUMEN (CVC)
25351.736068/2021-12 / 81158510042
80088 - MATERIAL - Registro de Conjunto de Materiais de Uso Médico / 4475068214

VR MEDICAL IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA / 04.718.143/0001-94
Hemodialisador de Membrana de Fibra Oca
25351.301730/2021-17 / 80102512873
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 3630449212
Solução de Controle de Glicose Yuwell
25351.531113/2022-17 / 80102512874
8433 - IVD - Registro de produto / 2685804225

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.955, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 121, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, conforme anexo.

Art. 2° O carregamento de instruções de uso no repositório documental de dispositivos médicos, disponível no portal da Anvisa, é obrigatório e deve ser executado pela empresa responsável pela regularização do produto, a qual consente que seu conteúdo guarda concordância com a legislação vigente e consistência com o produto regularizado, de acordo com o §4º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Parágrafo único. O carregamento citado no caput deverá ser realizado em até 30 (trinta) dias após a conclusão favorável da petição que implique mudança nas instruções de uso, de acordo com §6º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

AUGUSTO BENCKE GEYER

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME COMERCIAL
NUMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA / 56.998.701/0001-16
Família Alinity m Resp-4-Plex
25351.284172/2021-18 / 80146502334
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 4259434221
FREESTYLE LIBRE FLASH GLUCOSE MONITORING SYSTEM/ FREESTYLE LIBRE SIST FLASH DE MONITOR DE GLICOSE
25351.405133/2014-39 / 80146501903
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 3268315224

BALT BRASIL PRODUTOS MEDICOS LTDA / 12.236.355/0002-44
Sistema de COIL Optima
25351.040779/2021-80 / 81936210021
80132 - MATERIAL - Retificação - Correção pela EMPRESA / 4554037223

BECTON DICKINSON INDUSTRIAS CIRÚRGICAS LTDA. / 21.551.379/0001-06
BD FACSPresto Cartridges
25351.407422/2015-84 / 10033430707
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 2728947228

BIOMÉDICA EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS HOSPITALARES LTDA / 01.299.509/0001-40
Família Kit de Detecção por PCR em Tempo Real VIASURE SARS-CoV-2
25351.193569/2020-11 / 10355870373
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 2520004216

BIOTECH VISION CARE OFTALMOLOGIA BRASIL LTDA / 19.443.989/0001-36
LENTE EYECRYL PHAKIC
25351.335466/2019-92 / 81478170010
80235 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração de informações do dossiê técnico / 3028426211

BK COMERCIAL DE EQUIPAMENTOS TECNOLÓGICOS LTDA. / 03.489.343/0001-50
FOCO CIRURGICO DE TETO E FOCO CIRURGICO AUXILIAR BK
25351.705912/2019-31 / 80825620016
8062 - EQUIPAMENTO - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4650708226

CM HOSPITALAR S.A. / 12.420.164/0001-57
First PICC Basic Kit Neonatal
25351.330490/2015-45 / 80743990011
80236 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de indicação de uso, modo de uso, contraindicações, eventos adversos, advertências ou precauções / 0480916225

DANIALEX TEC - MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA ME / 01.686.305/0001-61
BOMBA DE INSUFLAÇÃO
25351.315412/2022-14 / 80320689009
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4633243220

DURAZZO COMERCIAL LTDA / 05.343.038/0001-80
Avental cirúrgico estéril descartável
25351.312724/2022-68 / 80582010004
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4617576228

Embalatrento Papeis Importação e Exportação Ltda / 09.009.247/0001-43
Unileito - lençol de papel hospitalar 100% fibras naturais
25351.238074/2021-09 / 82189320001
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4571959224

GE HEALTHCARE DO BRASIL COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA EQUIPAMENTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA / 00.029.372/0001-40
Sistema de Medicina Nuclear

25351.052691/2022-91 / 80071260436
80221 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de partes e acessórios / 4631340221

IMEX MEDICAL COMÉRCIO E LOCAÇÃO LTDA / 12.255.403/0001-60
Sistema de Raios-X Fluoroscópico IMEX MEDICAL
25351.531309/2021-21 / 81655630039
80218 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração técnica / 4620648221

INGÁ - MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA. / 04.037.992/0001-82
INGASE
25351.536598/2009-33 / 80086720031
80240 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Prazo de validade do produto e/ou Condições de armazenamento ou transporte do produto / 4399381228

Instramed Industria Médico Hospitalar LTDA / 90.909.631/0001-10
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO
25351.504753/2020-92 / 10242950017
80215 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Acréscimo de equipamento em família de equipamentos de médio e pequeno portes / 4621261222

LANG ELETRO MEDICINA LTDA - EPP / 31.600.471/0001-64
TIP DESCARTÁVEL ABLACOGOLD LANG
25351.139538/2015-08 / 80123900038
80215 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Acréscimo de equipamento em família de equipamentos de médio e pequeno portes / 4626767221

MARDEN MEDICAL LTDA / 40.220.751/0001-38
Kit de Discografia e Acesso Acesspplex
25351.296515/2022-60 / 82209529073
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4633642227
KIT DE DISCECTOMIA ENDOPPLEX
25351.296491/2022-49 / 82209529071
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4633396227
Kit Cânula Neuroendoscópio Terceiro Ventrículostomia Endovent
25351.317348/2022-06 / 82209529075
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4634609221
Kit Endoscope LM
25351.296517/2022-59 / 82209529074
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4634050225
Kit de Discectomia Surgipplex
25351.296492/2022-93 / 82209529072
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4633944222

MASIF ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA / 03.968.926/0001-63
AGULHA PARA ANESTESIA ESPINHAL DESCARTÁVEL STARMED
25351.314907/2010-13 / 80090670044
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4630340225

MAXSTER INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA / 34.702.207/0001-20
SERINGA MAXSTER CT
25351.151267/2021-48 / 81986329005
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4623931226

MEDFORMA IMPORTADORA E COMERCIO DE PRODUTOS EIRELI / 33.811.197/0001-06
MICROCANULAS MEKON
25351.088304/2022-55 / 81926099003
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4628447228

ORTOSINTESE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA / 48.240.709/0001-90
PLACA ANGULADA PARA SÍNTESE ÓSSEA
25351.131871/2007-08 / 10223710087
80247 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Local de fabricação - Inclusão ou alteração de unidade fabril / 4607434221
FAMÍLIA DE PLACAS DE SUSTENTACAO PARA TIBIA
25351.466421/2007-25 / 10223710090
80247 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Local de fabricação - Inclusão ou alteração de unidade fabril / 4607432225
PLACA RETA PARA SÍNTESE ÓSSEA
25351.131500/2007-18 / 10223710078
80247 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Local de fabricação - Inclusão ou alteração de unidade fabril / 4607430229
SISTEMA DE HASTE PROXIMAL DE FEMUR BLOQUEAVEL
25351.403728/2006-34 / 10223710071
80247 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Local de fabricação - Inclusão ou alteração de unidade fabril / 4607428227
SISTEMA ORTOLOCK DE HASTE FEMORAL CANULADA COM BLOQUEIO
25351.138710/2007-37 / 10223710072
80247 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Local de fabricação - Inclusão ou alteração de unidade fabril / 4607426221
FAMÍLIA DE PROTESE DE QUADRIL EM AÇO INOXIDAVEL
25351.001381/01-02 / 10223710041
80247 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Local de fabricação - Inclusão ou alteração de unidade fabril / 4607424224
FIOS PARA SUTURA E SINTESE OSSEA
25351.101207/2007-26 / 10223710073
80247 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Local de fabricação - Inclusão ou alteração de unidade fabril / 4613996226
MINI HASTE FIN
25351.198235/2012-49 / 10223710113
80247 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Local de fabricação - Inclusão ou alteração de unidade fabril / 4613994220
SISTEMA ORTOLOCK DE HASTE TIBIAL COM BLOQUEIO
25351.292682/2007-01 / 10223710088
80247 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Local de fabricação - Inclusão ou alteração de unidade fabril / 4600385221
HASTE INTRAMEDULAR PARA SINTESE OSSEA
25351.292975/2005-18 / 10223710056
80247 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Local de fabricação - Inclusão ou alteração de unidade fabril / 4594605221
PARAFUSO CANULADO PARA SINTESE OSSEA
25351.079982/2006-15 / 10223710062
80247 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Local de fabricação - Inclusão ou alteração de unidade fabril / 4594607228
FIO E PINO PARA SINTESE OSSEA
25351.001386/01-18 / 10223710039
80247 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Local de fabricação - Inclusão ou alteração de unidade fabril / 4594609224
HASTE INTRAMEDULAR FLEXÍVEL ORTOSINTESE
25351.704219/2012-99 / 10223710110
80247 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Local de fabricação - Inclusão ou alteração de unidade fabril / 4594611226
PARAFUSO PARA SINTESE OSSEA EM ACO INOXIDAVEL
25351.001379/01-52 / 10223710038
80247 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Local de fabricação - Inclusão ou alteração de unidade fabril / 4594613222
PLACAS E PARAFUSOS DE FIXAÇÃO RÍGIDA
25351.076054/2009-63 / 10223710098
80247 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Local de fabricação - Inclusão ou alteração de unidade fabril / 4613992223

RIOPASA - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 02.298.254/0001-63
LUVAS DE PROCEDIMENTOS NÃO CIRÚRGICOS DE VINIL RMDESC
25351.319062/2022-57 / 80263400098
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4634185224

ROCHE DIAGNÓSTICA BRASIL LTDA / 30.280.358/0001-86
Cobas HCV
25351.517878/2015-49 / 10287411181
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 3059245223

scholly latin america importacao e comercio ltda / 08.393.726/0001-43
Stents Ureterais com Fio-guia
25351.001957/2022-38 / 80370829034
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4628640223
Conjunto de Cateter de Drenagem
25351.540778/2022-11 / 80370829033
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4628757224

ST. JUDE MEDICAL BRASIL LTDA. / 00.986.846/0001-42
INVISIBLE TRIAL DBS
25351.319082/2018-41 / 10332340440
80218 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração técnica / 4573703227
Reusable Nitinol RF Electrode
25351.581345/2017-59 / 10332340437
80218 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração técnica / 4633836225

VYTTRA DIAGNOSTICOS S.A. / 00.904.728/0012-09
CK-MB
25351.297987/2020-78 / 81692610181
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 0245330224

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.956, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 121, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1° Indeferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, conforme anexo.

Art. 2° O motivo do indeferimento do processo/petição será disponibilizado por meio de ofício eletrônico, encaminhado para a caixa postal da empresa solicitante no sistema Solicita, que pode ser acessado por meio do link: https://solicita.anvisa.gov.br/.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

AUGUSTO BENCKE GEYER

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME COMERCIAL
NUMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

ANGELUS INDÚSTRIA DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS S/A / 00.257.992/0001-37
BIO-C TEMP
25351.588841/2016-07 / 10349450094
8419 - MATERIAL - Retificação - Correção pela ANVISA / 4573231221
MTA REPAIR HP
25351.122664/2016-22 / 10349459011
8419 - MATERIAL - Retificação - Correção pela ANVISA / 4573207228
BIO-C PULPO
25351.482123/2016-01 / 10349459012
8419 - MATERIAL - Retificação - Correção pela ANVISA / 4573175226
BIO-C SEALER
25351.588833/2016-01 / 10349459014
8419 - MATERIAL - Retificação - Correção pela ANVISA / 4572672228
BIO-C TEMP
25351.588841/2016-07 / 10349450094
8419 - MATERIAL - Retificação - Correção pela ANVISA / 4572994228

DIAGNÓSTICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME / 11.462.456/0001-90
HIV 1.2.O RAPID TEST
25351.514072/2022-02 /
8433 - IVD - Registro de produto / 2553584226

HELIANTO FARMACEUTICA LTDA / 04.506.487/0001-30
HIDRAFEMME
25351.731685/2013-80 / 80225200026
80235 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração de informações do dossiê técnico / 6598332217

LINE LIFE CARDIOVASCULAR COM DE PROD MED E HOSP LTDA / 01.197.835/0001-46
CATETER OPN NC
25351.533831/2022-28 /
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 2691995228

LOKTAL MEDICAL ELECTRONICS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-EPP / 59.844.662/0001-90
Wavetronic 6000 Touch
25351.696653/2015-66 / 10362610011
80040 - EQUIPAMENTO - Retificação - Correção pela ANVISA / 4594123228

OPHTHALMOS S/A / 61.129.409/0001-05
FLUORESCEINA SODICA OPHTHALMOS
25000.011402/94-14 / 10172470003
80242 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Local de fabricação - Inclusão ou alteração de unidade fabril / 0244657220

PROMEDON DO BRASIL PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA / 00.028.682/0001-40
Tela Anatômica 2D
25351.511105/2022-54 /
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 2536680227
Colactive plus ag
25351.677887/2021-11 /
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 4356943219

RENYLAB QUÍMICA E FARMACÊUTICA LTDA / 00.562.583/0001-44
Família de Meios de cultura RENYBAC
25351.551785/2011-82 / 80002670074
8442 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Inclusão do produto em família / 4259432224

ST. JUDE MEDICAL BRASIL LTDA. / 00.986.846/0001-42
Amplatzer Talisman Delivery Sheath
25351.057268/2022-88 /
8543 - MATERIAL - Registro de Sistema de Material de Uso Médico / 0433308220

Vida Biotecnologia Ltda - ME / 11.308.834/0001-85
FAMÍLIA D-DÍMERO
25351.157561/2022-44 /
8016 - IVD - Registro de produtos nacionais em família / 0969037229

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.957, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 121, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, conforme anexo, em atendimento à decisão da ação ordinária nº 51051-50.2012.4.01.3400 - 21ª Vara Federal/DF, que confirma a antecipação de tutela e determina à ANVISA a aceitar os certificados de boas práticas estrangeiros ou seus congêneres, nas hipóteses em que os pedidos de inspeção internacional feitos pelos filiados da ABIMED (Associação Brasileira da Indústria de Alta Tecnologia de Equipamentos, Produtos e Suprimentos Médico-Hospitalares) estejam protocolados e paralisados há mais de seis meses, sem prejuízo da inspeção internacional a ser feita posteriormente pela ANVISA para fins de confirmação ou não da avaliação estrangeira.

Art. 2° O carregamento de instruções de uso no repositório documental de dispositivos médicos, disponível no portal da Anvisa, é obrigatório e deve ser executado pela empresa responsável pela regularização do produto, a qual consente que seu conteúdo guarda concordância com a legislação vigente e consistência com o produto regularizado, de acordo com o §4º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Parágrafo único. O carregamento citado no caput deverá ser realizado em até 30 (trinta) dias após a conclusão favorável da petição que implique mudança nas instruções de uso, de acordo com §6º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

AUGUSTO BENCKE GEYER

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME COMERCIAL
NUMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

SCITECH PRODUTOS MEDICOS SA / 01.437.707/0001-22
Perdenser® Sistema de Coil Embólico
25351.433019/2021-12 / 10413960238
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 3874922210

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.958, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 121, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1° Declarar o cancelamento de registro ou notificação de produtos para a saúde a pedido da empresa sob os números de registro/notificação constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

AUGUSTO BENCKE GEYER

ANEXO

CNPJ	Razão Social	Nº do Processo	Nº do Expediente	Nome Comercial	Nº do Registro
21018237000170	ADVANCED MED IMPORTADORA E EXPORTADORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA ME	25351607628202033	4609599223	TITANIUM TATTOO ROTATIVE MACHINE	81178700028
21018237000170	ADVANCED MED IMPORTADORA E EXPORTADORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA ME	25351400594202139	4602558228	CARTUCHOS COM AGULHA SUPREMO MERCURY	81178709008
21018237000170	ADVANCED MED IMPORTADORA E EXPORTADORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA ME	25351504727202064	4609595221	AGULHAS PARA TATUAGEM SUPREMO	81178700025
21018237000170	ADVANCED MED IMPORTADORA E EXPORTADORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA ME	25351816312202111	4609645221	CARTUCHOS BLACK DIAMOND TITANIUM	81178709006
05431736000138	ASTRA CIENTIFICA EIRELI	25351443246200889	4658561223	KIT COMBI IgG SUBCLASSE HITACHI 911 HUMANO - LATEX G4	80155470091
05431736000138	ASTRA CIENTIFICA EIRELI	25351444890200874	4658506221	FREELITE ADVIA KAPPA FREE - LATEX KIT	80155470086
01645409000128	AUTO SUTURE DO BRASIL LTDA.	25351132343200504	4613632221	SISTEMA DE RF VALLEYLAB COOL-TIP	10349000250
01645409000128	AUTO SUTURE DO BRASIL LTDA.	25351499762201506	4655961222	Monitor de Capnografia Oridion Capnostream20p	10349000534
12236355000244	BALT BRASIL PRODUTOS MEDICOS LTDA	25351040237202115	4655796222	CONTROLADOR DE DESPRENDIMENTO BLOCKADE	81936210023
21551379000106	BECTON DICKINSON INDÚSTRIAS CIRÚRGICAS LTDA.	25351659145201591	4618843226	Agulha para coleta de sangue com dispositivo de segurança - BD Vacutainer Eclipse Signal	10033430715
21551379000106	BECTON DICKINSON INDÚSTRIAS CIRÚRGICAS LTDA.	25351438146201578	4623510228	BD Vacutainer RST - Tubo para coleta de sangue a vácuo	10033430706
33040635000171	BIOMERIEUX BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA	25351346737201545	4631700227	Biofire FilmArray BCID Panel	10158120695
02981566000177	BRAINLAB LTDA	25351061270201511	4657528226	Estação de Navegação Kick EM	80042070038
96260369000102	CELSO LOPES MARTINS EIRELI	25351672982201184	4658563220	TOURNIQUET DEVICE	80281070055
07416887000142	Diagital Diagnósticos Digitais Eireli	25351698156201803	4660392221	MONITORES MÉDICOS EIZO	81596770001
50657402000131	EBRAM PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA	25351050109200390	4634607224	QUIMIMAG - MAGNESIO	10159820108
50657402000131	EBRAM PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA	25351050139200304	4634614227	QUIMICAL CALCIO	10159820099
02620178000160	FLEX LAB COMERCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS E HOSPITALARES LTDA	25351031577201705	4655497221	APLICADOR DE PINOS MARTIN	80081350406
02620178000160	FLEX LAB COMERCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS E HOSPITALARES LTDA	25351132179201627	4655444221	PARAFUSADEIRA MARTIN HT (BOS DRIVER HT)	80081350405
02620178000160	FLEX LAB COMERCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS E HOSPITALARES LTDA	25351037443201133	4658093220	FAMÍLIA DE NEFROSTOMIA PERCUTÂNEA	80081350359
02620178000160	FLEX LAB COMERCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS E HOSPITALARES LTDA	25351479975201017	4658136227	CONJUNTO PARA NEFROSTOMIA PERCUTÂNEA - MALECOT	80081350373
02620178000160	FLEX LAB COMERCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS E HOSPITALARES LTDA	25351480000201062	4658125221	FAMÍLIA DE NEFROSTOMIA PERCUTÃNEA - PIGTAIL	80081350368
02620178000160	FLEX LAB COMERCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS E HOSPITALARES LTDA	25351551674201069	4657860229	CATETERES URETERAIS	80081350354
02620178000160	FLEX LAB COMERCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS E HOSPITALARES LTDA	25351615659201082	4657909225	FAMÍLIA DE AGULHAS DESCARTÁVEIS	80081350356
01440590000136	FRESENIUS MEDICAL CARE LTDA	25351262105200433	4624174224	CICLADORA PD NIGHT	80133950054
02513899000171	GRIFOLS BRASIL LTDA	25351700273201016	4608641222	EQUADUS	80134860162
01146404000150	HOSP TRADE DO BRASIL EIRELI - EPP	25351410267201111	4658397221	Cal Sodada Hosp Trade	80275270009
57146607000100	IMPLAMED-IMPLANTES ESPECIALIZADOS COM IMPOR E EXPOR LTDA	250000093709900	4655511221	CONJUNTO DE MOTOR OSTEOMED	10247530028
57146607000100	IMPLAMED-IMPLANTES ESPECIALIZADOS COM IMPOR E EXPOR LTDA	25351386442201111	4655448223	PULSE LAVAGE SOLOMAX	10247539026
01390500000140	Intermedic Technology Importação e Exportação Ltda	25351101152200949	4656122226	EQUIPAMENTO ULTRA - SÔNICO PARA OSTEOTOMIAS	80094170042
31673254000102	LABORATÓRIOS B. BRAUN S/A	25351013037200308	4604526221	SISTEMA DE MONITORAMENTO DA PRESSAO INTRACRANIANA AESCULAP	10008530428
63067904000154	LIFE TECHNOLOGIES BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA DE PRODUTOS PARA BIOTECNOLOGIA LTDA	25351367090201588	4655545225	Gibco RPMI Medium 1640 (1X) - 22400	10358940030
63067904000154	LIFE TECHNOLOGIES BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA DE PRODUTOS PARA BIOTECNOLOGIA LTDA	25351367114201554	4658078226	Gibco RPMI Medium 1640 (1X) - 11875	10358940031
63067904000154	LIFE TECHNOLOGIES BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA DE PRODUTOS PARA BIOTECNOLOGIA LTDA	25351381729201545	4655708223	Gibco HEPES (1M) - Buffer Solution - 15630	10358940034
63067904000154	LIFE TECHNOLOGIES BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA DE PRODUTOS PARA BIOTECNOLOGIA LTDA	25351383655201584	4655794226	Gibco RPMI + GlutaMAX I (1X) - RPMI Medium 1640 - 61870	10358940035

63067904000154	LIFE TECHNOLOGIES BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA DE PRODUTOS PARA BIOTECNOLOGIA LTDA	25351383732201578	4655817229	Gibco MEM Vitamin Solution (100X) - 11120	10358940038
63067904000154	LIFE TECHNOLOGIES BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA DE PRODUTOS PARA BIOTECNOLOGIA LTDA	25351383755201599	4655789220	Gibco MEM (1X) - Minimum Essential Medium - 11095	10358940039
63067904000154	LIFE TECHNOLOGIES BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA DE PRODUTOS PARA BIOTECNOLOGIA LTDA	25351383766201530	4657961223	Gibco DMEM/ F12 (1:1) (1X) - Dulbecco's Modified Eagle Medium Nutrient Mixture F-12 (Ham) - 11320	10358940040
63067904000154	LIFE TECHNOLOGIES BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA DE PRODUTOS PARA BIOTECNOLOGIA LTDA	25351386164201526	4658017224	Gibco DMEM (1X) + GlutaMAX I - Dulbecco's Modified Eagle Medium - 10567	10358940041
09117476000181	MANDALA BRASIL IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTO MÉDICO HOSPITALAR LTDA	25351536014201538	4634163223	FibroScan 502 Touch	80686360088
02949582000182	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351081424201538	4613924229	Trocater Otico Descartável	80040730052
02949582000182	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351081435201589	4613669220	Aplicador de Clip descartavel para Laparoscopia	80040730053
02949582000182	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351081455201512	4614270223	Endobag Descartável	80040730061
02949582000182	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351081465201534	4615510224	Trocater Descartável Optcla	80040730071
02949582000182	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351135690201501	4613674226	Tubo de sucção e irrigação descartável	80040730054
02949582000182	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351135696201560	4615360228	Camisas para Laparoscopia	80040730055
02949582000182	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351135704201550	4614206221	Instrumental para apreensão de tecidos	80040730056
02949582000182	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351135709201595	4615522228	TROCATER OPTCLA REUTILIZÁVEL	80040730072
02949582000182	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351135712201513	4614184227	Elementos de trabalho para laparoscopia	80040730060
02949582000182	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351135722201535	4615362224	Trocater Torácico Reutilizável	80040730057
02949582000182	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351135725201512	4614225228	PINÇA TESOURA REUTILIZÁVEL	80040730058
02949582000182	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351135728201506	4615545227	Instrumental para Laparoscopia Cortante	80040730073
02949582000182	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351135734201511	4614237221	Trocater Cânula Reutilizável	80040730059
02949582000182	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351191851201517	4614276222	Agulhas reutilizável para Laparoscopia	80040730062
02949582000182	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351191863201597	4615625229	Pinça tesoura descartável	80040730079
02949582000182	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351191867201500	4615575229	PINÇA OPTCLA REUTILIZAVEL	80040730076
02949582000182	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351191875201567	4614408221	Agulhas Veress Optcla	80040730063
02949582000182	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351191912201583	4614433221	INSTRUMENTO DE MÃO REUTILIZAVEL	80040730064
02949582000182	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351266590201541	4614445225	Camisa Sleeve Descartável	80040730065
02949582000182	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351266762201562	4615465225	Porta Agulha V	80040730066
02949582000182	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351266802201566	4615468220	Pinça descartável Optcla	80040730067
02949582000182	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351266815201584	4615478227	Trocater Descartável para Artroscopia	80040730068
02949582000182	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351266869201561	4615483223	Knot Pusher descartável	80040730069
02949582000182	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351269469201466	4613417224	Laparoscópio	80040730043
02949582000182	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351269531201409	4613461221	Otoscópio	80040730044
02949582000182	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351271244201460	4609460221	Instrumental para Endoscopia para Urologia / Ginecologia	80040730039
02949582000182	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351271328201447	4613348228	Laringoscópio	80040730040
02949582000182	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351271359201421	4613344225	Sinuscópio	80040730041
02949582000182	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351418686201440	4615616220	Instrumentos Descartáveis para Laparoscopia	80040730078
02949582000182	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351418705201481	4613531226	Agulhas de Irrigação Descartável	80040730048
02949582000182	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351418717201451	4613496224	Endobag	80040730047
02949582000182	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351418738201419	4613396228	Trocater Descartável	80040730042
02949582000182	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351436167201316	4609454227	FILTRO HME	80040730034
02949582000182	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351466307201514	4615569224	Haste Optcla Descartável	80040730074
02949582000182	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351466350201510	4616168226	Haste Optcla Reutilizável	80040730075
02949582000182	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351516221201418	4613515224	Trocater Reutilizável	80040730050
02949582000182	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351516258201492	4613568225	Resector Uterino	80040730051
02949582000182	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351516294201453	4613472227	APLICADOR DE CLIP PARA LAPAROSCOPIA	80040730045
02949582000182	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351516353201461	4613485229	PINÇAS PARA LAPAROSCOPIA	80040730046
02949582000182	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351576975201451	4613543220	Elementos de trabalho para irrigação e sucção	80040730049
02949582000182	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351630505201709	4615636224	MÁSCARA DE ANESTESIA	80040730085
02949582000182	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351648706201219	4609383224	REANIMADOR MANUAL DE SILICONE	80040730031
02949582000182	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351648761201294	4609450224	MÁSCARAS DE SEDAÇÃO/ANALGESIA	80040730032
02949582000182	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351648877201285	4609452221	MÁSCARAS DE OXIGÊNIO	80040730033
02949582000182	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351648885201249	4615673229	BLOQUEADOR DE MORDIDA	80040739001
02949582000182	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351778497201853	4615661225	Sistema de Serra/Furadeira para Cirurgia Maxilofacial, Cirurgia de Mão e Pé, Neurocirurgia.	80040730087
02949582000182	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351778498201806	4615687229	Sistema de Brocas de neurocirurgia para cirurgia de coluna, cirurgia cerebral cirurgia de mão e pé.	80040730088
02949582000182	MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351778503201872	4616166220	Sistema de Brocas de neurocirurgia para cirurgia de coluna, cirurgia cerebral cirurgia de mão e pé.	80040730086
97127559000119	MK PRODUTOS PARA SAUDE LTDA	25351673911201910	4611743221	ENDO A CLASS	10392999007
04937243000101	OLYMPUS OPTICAL DO BRASIL LTDA	25351007131200310	4657732227	SONOSURG-G2	80124630003
04937243000101	OLYMPUS OPTICAL DO BRASIL LTDA	25351010433200375	4658296227	TELESCÓPIO	80124630035
04937243000101	OLYMPUS OPTICAL DO BRASIL LTDA	25351014108200381	4658203227	MINI PROBES DE ULTRA-SOM	80124630027
04937243000101	OLYMPUS OPTICAL DO BRASIL LTDA	25351233166200817	4658457229	URETERORENOFIBROSCÓPIO	80124630114
04937243000101	OLYMPUS OPTICAL DO BRASIL LTDA	25351283167201461	4658554221	GERADOR ELETROCIRÚRGICO PK G400	80124630173
04937243000101	OLYMPUS OPTICAL DO BRASIL LTDA	25351314417201092	4657865220	CENTRAL DE SISTEMA DE VÍDEO CV-180	80124630161
04937243000101	OLYMPUS OPTICAL DO BRASIL LTDA	25351446978200588	4658395225	VIDEO-CAMERA OTV-SC OLYMPUS	80124630093
04937243000101	OLYMPUS OPTICAL DO BRASIL LTDA	25351739294201569	4658609221	FONTE DE LUZ XENON VISERA	80124639021
04937243000101	OLYMPUS OPTICAL DO BRASIL LTDA	25351742538200989	4658015228	FONTE DE LUZ XENON	80124630157
04937243000101	OLYMPUS OPTICAL DO BRASIL LTDA	25351509377200983	4658535224	STENT METÁLICO BILIAR X-SUIT NIR®	80124630155
65482309000100	PANAMEDICAL SISTEMAS LTDA.	25351115348201701	4623656222	Prancha de Tranferencia Butterfly	10234379013
65482309000100	PANAMEDICAL SISTEMAS LTDA.	25351295121201297	4621765227	Prancha para transferência de paciente	10234370047
01334250000120	QIAGEN BIOTECNOLOGIA BRASIL LTDA.	25351740661201931	4628010223	QIAStat-DX Respiratory Panel	10322250095
15678981000106	RICHARD WOLF BRASIL EQUIPAMENTOS MEDICINAIS LTDA	25351003273201611	4655400229	Fluid Manager	81037940063
30280358000186	ROCHE DIAGNÓSTICA BRASIL LTDA	25351038853202289	4655143223	NAVIFY THERAPY MATCHER	10287411595
30280358000186	ROCHE DIAGNÓSTICA BRASIL LTDA	25351008691200804	4636514221	COBAS TAQMAN HCV TEST	10287410746
30280358000186	ROCHE DIAGNÓSTICA BRASIL LTDA	25351186281201690	4627552225	Família Cobas Pré Analítico	10287411162
30280358000186	ROCHE DIAGNÓSTICA BRASIL LTDA	25351219986200804	4636502228	COBAS TAQMAN MTB TEST	10287410739
30280358000186	ROCHE DIAGNÓSTICA BRASIL LTDA	25351360370200818	4627496221	COBAS TAQMAN CT v.2 TEST	10287410758
30280358000186	ROCHE DIAGNÓSTICA BRASIL LTDA	25351514634200946	4627514222	Precinorm U plus	10287410843
08393726000143	scholly latin america importacao e comercio ltda	25351317929200881	4655224223	CÂMERA DE VÍDEO 1CCD SCHOLLY	80370820003
08393726000143	scholly latin america importacao e comercio ltda	25351317991200873	4655402225	FONTE DE LUZ SCHOLLY FLEXILUX	80370820004
08393726000143	scholly latin america importacao e comercio ltda	25351643855200836	4655421221	Ureterorenoscópio	80370820005
13533397000129	SETORMED INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS E ODONTOLOGICOS S.A.	25351100480201420	4635082229	SHAVER SETORMED	80777280021
01449930000190	SIEMENS HEALTHCARE DIAGNÓSTICOS LTDA	25351019292200861	4618399220	ACIDO FOLICO IMMULITE / IMMULITE 1000	10345160653
01449930000190	SIEMENS HEALTHCARE DIAGNÓSTICOS LTDA	25351021381200877	4618424224	HBsAg IMMULITE / IMMULITE 1000	10345161105
01449930000190	SIEMENS HEALTHCARE DIAGNÓSTICOS LTDA	25351035714200845	4618410224	CK - MB IMMULITE 2000	10345160745
01449930000190	SIEMENS HEALTHCARE DIAGNÓSTICOS LTDA	25351252183200981	4618433223	EMIT 2000 CALIBRADORES ESPECÍFICOS PARA CICLOSPORINA	10345161534
92792530000138	SONOVA DO BRASIL PRODUTOS AUDIOLÓGICOS LTDA	25351111086201670	4658584222	SENTIERO	10283310148
02966317000102	STRYKER DO BRASIL LTDA	25351152951200616	4658267223	SISTEMA CORE - EQUIPAMENTO CONSOLIDADO PARA SALA DE OPERACOES	80005430113
02966317000102	STRYKER DO BRASIL LTDA	25351324518200508	4633206225	FORMULA	80005430100
02966317000102	STRYKER DO BRASIL LTDA	25351382884200816	4633361224	BOMBA PARA HISTEROSCOPIA - FLUID SAFE	80005430166
64132434000128	TECHLINE COMERCIAL IMPORTADORA EXPORTADORA E SERVIÇOS LTDA	25351106015200544	4621617221	MONITOR DE PRESSAO DIGITAL	10410610025
64132434000128	TECHLINE COMERCIAL IMPORTADORA EXPORTADORA E SERVIÇOS LTDA	25351106045200551	4621624223	MONITOR DE PRESSAO ARTERIAL	10410610026
03129105000133	TERUMO MEDICAL DO BRASIL LTDA.	253510203840029	4618892224	SISTEMA MODULAR 8000 PARA CIRCULACAO EXTRACORPOREA SARNS	80012280004
04718143000194	VR MEDICAL IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA	25351376263200913	4635961223	CAREASSIST	80102510745

GERÊNCIA-GERAL DE TOXICOLOGIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.968, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art.114, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Publicar a desistência a pedido dos expedientes de agrotóxicos e afins, sob o nº. de expedientes constantes do anexo desta Resolução, nos termos do art. 51 da Lei nº. 9.784, de 1999.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

RAZÃO SOCIAL/CNPJ
MARCA COMERCIAL
NÚMERO DO PROCESSO
PETIÇÃO DESISTIDA; EXPEDIENTE DESISTIDO; EXPEDIENTE DO PEDIDO DE DESISTÊNCIA

NORTOX S/A - 75.263.400/0001-99
QUIZALOFOP-P-ETIL TÉCNICO NORTOX III
25351.007701/2019-08
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE; 0011541/19-1; 4652332/22-0

RAINBOW DEFENSIVOS AGRÍCOLAS LTDA - 10.486.463/0001-69
BELICO
25351.642515/2012-99
5002 - PRODUTO FORMULADO - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA DE PRODUTO COM INGREDIENTE ATIVO JÁ REGISTRADO NO PAÍS; 0921505/12-1; 4634476/22-3
CARZIM
25351.642510/2012-53
5002 - PRODUTO FORMULADO - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA DE PRODUTO COM INGREDIENTE ATIVO JÁ REGISTRADO NO PAÍS; 0921490/12-9; 4634494/22-1

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.969, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art.114, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica para fins de registro de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise.

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

RAZÃO SOCIAL/CNPJ
MARCA COMERCIAL
NÚMERO DO PROCESSO
PETIÇÃO(ÕES)/EXPEDIENTE(S)
CLASSIFICAÇÃO TOXICOLÓGICA

BASF S/A / 48.539.407/0001-18
TONAC MEFENTRIFLUCONAZOLE
25351.099231/2019-09
5066 - PRODUTO FORMULADO NOVO - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA DE PRODUTO COM INGREDIENTE ATIVO AINDA NÃO REGISTRADO NO PAÍS, 0149817/19-9
CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO

MASSEN PRODUTOS BIOLÓGICOS LTDA. / 26.918.077/0001-39
SHOCKER-G
25351.051632/2021-15
5086 - PRODUTO MICROBIOLÓGICO - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA DE PRODUTO COM INGREDIENTE ATIVO MICROBIOLÓGICO JÁ REGISTRADO NO PAÍS, 8519565/21-2
CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO

OLIGOS BIOTECNOLOGIA LTDA / 12.801.225/0001-26
OLIGOS 4 T
25351.537352/2022-81
5064 - PRODUTO FITOSSANITÁRIO APROVADO PARA AGRICULTURA ORGÂNICA - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA DE PRODUTO BASEADO EM ESPECIFICAÇÃO DE REFERÊNCIA, 2700324/22-6
CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO

PROPHYTO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. / 07.118.820/0001-21
SLT 03
25351.000151/2022-22
5064 - PRODUTO FITOSSANITÁRIO APROVADO PARA AGRICULTURA ORGÂNICA - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA DE PRODUTO BASEADO EM ESPECIFICAÇÃO DE REFERÊNCIA, 4187884/22-0
CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO
SLT 04
25351.011834/2022-13
5064 - PRODUTO FITOSSANITÁRIO APROVADO PARA AGRICULTURA ORGÂNICA - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA DE PRODUTO BASEADO EM ESPECIFICAÇÃO DE REFERÊNCIA, 4200415/22-4
CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO

SYNCROS ASSESSORIA E COMERCIO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS LTDA / 06.876.953/0001-02
FASTER
25351.116212/2019-77
5002 - PRODUTO FORMULADO - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA DE PRODUTO COM INGREDIENTE ATIVO JÁ REGISTRADO NO PAÍS, 0175863/19-2
CATEGORIA 1 - PRODUTO EXTREMAMENTE TÓXICO
PHOSAL
25351.116210/2019-88
5002 - PRODUTO FORMULADO - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA DE PRODUTO COM INGREDIENTE ATIVO JÁ REGISTRADO NO PAÍS, 0175861/19-6
CATEGORIA 1 - PRODUTO EXTREMAMENTE TÓXICO

SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA / 60.744.463/0001-90
ALTO ELITE
25351.559538/2018-12
5002 - PRODUTO FORMULADO - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA DE PRODUTO COM INGREDIENTE ATIVO JÁ REGISTRADO NO PAÍS, 0777103/18-7
CATEGORIA 4 - PRODUTO POUCO TÓXICO
CURANZA MAXX
25351.135198/2020-44
5002 - PRODUTO FORMULADO - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA DE PRODUTO COM INGREDIENTE ATIVO JÁ REGISTRADO NO PAÍS, 3416064/20-8
CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.970, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art.114, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica para fins de pós-registro de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise.

Art. 2º A publicação do extrato desta avaliação de resíduos não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

RAZÃO SOCIAL/CNPJ
MARCA COMERCIAL
NÚMERO DO PROCESSO
PETIÇÃO(ÕES)/EXPEDIENTE(S)

BAYER S.A. / 18.459.628/0001-15
ADENGO
25351.725613/2014-76
5047 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO, 4229562/22-5

DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA / 47.180.625/0001-46
CLORANSULAM METIL TÉCNICO
25351.586966/2009-18
5049 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE FABRICANTE EM PRODUTO TÉCNICO, 2879313/20-1

IHARABRAS S.A INDÚSTRIAS QUÍMICAS / 61.142.550/0001-30
SONDA HT
25351.726432/2019-11
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 4325351/22-1

RAINBOW DEFENSIVOS AGRÍCOLAS LTDA / 10.486.463/0001-69
AMETRINA R 500 SC PERTERRA
25351.446926/2012-18
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 4300031/22-3
SUGARINA
25351.446944/2012-97
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 4300177/22-8

SUMITOMO CHEMICAL BRASIL INDUSTRIA QUIMICA S.A. / 07.467.822/0001-26
EXCALIA MAX
25351.711561/2017-35
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 4324901/22-8

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.971, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art.114, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica para fins de alteração de formulação e reclassificação de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

EMPRESA / CNPJ
MARCA COMERCIAL
PROCESSO
CÓDIGO DE ASSUNTO; EXPEDIENTE
NOVA CATEGORIA TOXICOLÓGICA

ALBAUGH AGRO BRASIL LTDA. - 01.789.121/0001-27
PRECISO XK
25351.114488/2020-54
5008 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE FORMULAÇÃO, 4519078/22-9
CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO

AUGUST DO BRASIL ASSESSORIA INTERNACIONAL LTDA - 09.721.963/0001-59
AUG 106
25351.669297/2010-12
5001 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA RECLASSIFICAÇÃO TOXICOLÓGICA, 4582679/22-6
CATEGORIA 4 - PRODUTO POUCO TÓXICO

FMC QUÍMICA DO BRASIL LTDA. - 04.136.367/0001-98
DÍNAMO
25351.041079/2009-66
5001 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA RECLASSIFICAÇÃO TOXICOLÓGICA, 4338599/22-7
CATEGORIA 4 - PRODUTO POUCO TÓXICO

NORTOX S/A - 75.263.400/0001-99
GLIFOSATO NORTOX ULTRA
25351.001641/2013-57
5008 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE FORMULAÇÃO, 4563579/22-0
CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.972, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art.114, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Reprovar a avaliação toxicológica preliminar para fins de Registro Especial Temporário (RET), conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

EMPRESA/CNPJ
PROCESSO
FASE DO EXPERIMENTO

INDUSTRIAL RIGEL DO BRASIL EIRELI - 34.319.752/0001-31
25351.288257/2022-48
FASE III

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.973, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art.114, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Aprovar a avaliação toxicológica preliminar para fins de Registro Especial Temporário (RET), conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

EMPRESA/CNPJ
PROCESSO
FASE DO EXPERIMENTO

ANDERMATT DO BRASIL SOLUÇÕES BIOLÓGICAS LTDA., - 12.842.216/0001-83
25351.306529/2022-07
ANEXO III

BASF S/A - 48.539.407/0001-18
25351.246832/2022-35
FASE III
25351.246963/2022-12
FASE III
25351.284317/2022-53
FASE I
25351.284444/2022-52
ANEXO III
25351.284894/2022-45
FASE I

BAYER S.A. - 18.459.628/0001-15
25351.271528/2022-26
FASE I
25351.317519/2022-99
FASE I

BIORISK ASSESSORIA E COMERCIO DE PRODUTOS AGRICOLAS LTDA - 08.911.564/0001-98
25351.287986/2022-87
ANEXO III

CORTEVA AGRISCIENCE DO BRASIL LTDA. - 61.064.929/0001-79
25351.291590/2022-34
FASE II

CTVA PROTECAO DE CULTIVOS LTDA. - 47.180.625/0001-46
25351.247323/2022-20
FASE III

RIZOBACTER DO BRASIL LTDA - 02.517.482/0001-87
25351.321807/2022-48
ANEXO III

SUMITOMO CHEMICAL BRASIL INDUSTRIA QUIMICA S.A. - 07.467.822/0001-26
25351.336030/2022-16
FASE III
25351.292198/2022-11
FASE II
25351.295607/2022-22
FASE I

SYNCROM ASSESSORIA E COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA. - 06.876.953/0001-02
25351.237440/2022-85
FASE I

SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA - 60.744.463/0001-90
25351.247483/2022-79
FASE III
25351.257645/2022-87
FASE III
25351.288407/2022-13
FASE II
25351.291815/2022-52
FASE III
25351.307261/2022-12
FASE II
25351.310750/2022-51
FASE II

SYNTECH RESEARCH LABORATORIO BRASIL LTDA - 24.950.006/0002-79
25351.304386/2022-91
ANEXO III

UPL DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS S.A. - 02.974.733/0001-52
25351.307342/2022-12
FASE II

VITTIA FERTILIZANTES E BIOLÓGICOS S.A. - 45.365.558/0001-09
25351.332206/2022-61
ANEXO III

4ª DIRETORIA
GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.944, DE 6 DE SETEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Fabricante: Abbott Medical
Endereço: 6901 Preston Road, Plano, Texas, 75024, Estados Unidos da América
Solicitante: St. Jude Medical Brasil Ltda CNPJ: 00.986.846/0001-42
Autorização de Funcionamento: 1.03.323-4 Expediente: 1185600/22-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais e equipamentos de uso médico das classes III e IV.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa
---
Fabricante: Avent S. de R.L. de C.V.
Endereço: Carretera Internacional Salida Norte, 1053, Magdalena, Sonora, 84160, México
Solicitante: VR Medical Importadora e Distribuidora de Produtos Médicos Ltda CNPJ: 04.718.143/0001-94
Autorização de Funcionamento: 8.01.025-1 Expediente: 1014170/22-2
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais e equipamentos de uso médico da classe III.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa
---
Fabricante: Axis-Shield Diagnostics Ltd.
Endereço: Luna Place, The Technology Park - Dundee DD2 1XA, Reino Unido
Solicitante: Siemens Healthcare Diagnósticos Ltda. CNPJ: 01.449.930/0001-90
Autorização de Funcionamento: 1.03.451-6 Expediente: 1185804/22-6
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Produtos para diagnóstico de uso in vitro da classe III.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa
---
Fabricante: Boston Scientific Corporation
Endereço: Two Scimed Place, Maple Grove, Minnesota, 55311, Estados Unidos da América
Solicitante: Stryker do Brasil Ltda CNPJ: 02.966.317/0001-02
Autorização de Funcionamento: 8.00.054-3 Expediente: 0140891/22-6
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe IV.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa
---
Fabricante: Covidien
Endereço: Boulevard Insurgentes 19030 Libramiento, 22225, Tijuana, Baja California, México
Solicitante: Auto Suture do Brasil Ltda CNPJ: 01.645.409/0001-28
Autorização de Funcionamento: 1.03.490-0 Expediente: 2031077/21-0
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe III e equipamentos de uso médico das classes III e IV.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa
---
Fabricante: Curasan AG
Endereço: Ernst-Wiss-Strabe 18, 65933, Frankfurt am Main, Hessen, Alemanha
Solicitante: Autêntica Medical Importação Comércio e Serviços Ltda - ME CNPJ: 18.192.496/0001-08
Autorização de Funcionamento: 8.10.000-3 Expediente: 1082335/22-3
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe IV.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa
---
Fabricante: Dr. Korman Laboratories Ltd.
Endereço: 23, 26, Yosef Levi St., Kiryat Bialik, Haifa Bay, 2751123, Israel
Solicitante: Nutriex Importação e Exportação de Produtos Nutricionais e Farmoquímicos Ltda CNPJ: 06.172.459/0001-59
Autorização de Funcionamento: 8.04.519-6 Expediente: 4598715/22-7
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe IV.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa.

Fabricante: GE Hangwei Medical Systems Co., Ltd.
Endereço: West Area of Building nº 3, nº 1 Yongchang North Road, Beijing Economic and Technological Development Zone, Beijing, 100176, China
Solicitante: GE Healthcare do Brasil Comércio e Serviços para Equipamentos Médico-Hospitalares Ltda CNPJ: 00.029.372/0001-40
Autorização de Funcionamento: 8.00.712-6 Expediente: 0673575/22-5
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Equipamentos de uso médico da classe III.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa
---
Fabricante: Groupe Lepine
Endereço: Zone Industrielle Louis, 64300, Orthez, França
Solicitante: Ortocir Ortopedia Cirúrgica Ltda CNPJ: 60.856.937/0001-95
Autorização de Funcionamento: 1.03.148-0 Expediente: 2727857/22-5
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico para das classes III e IV.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa.

Fabricante: Inomed Medizintechnik GmbH
Endereço: Im Hausgrun, 29 - 79312 - Emmendingen, Alemanha
Solicitante: RBTG Brasil Equipamentos Médicos Hospitalares Ltda. CNPJ: 18.949.207/0001-72
Autorização de Funcionamento: 8.10.869-7 Expediente: 2707476/22-6
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico e equipamentos de uso médico das classes III e IV.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa
---
Fabricante: Medskin Solutions Dr. Suwelack AG
Endereço: Josef-Suwelack Strasse 2, 48727, Billerbeck, Alemanha
Solicitante: Canadá Central de Negócios do Brasil Ltda CNPJ: 01.911.022/0001-76
Autorização de Funcionamento: 8.00.038-9 Expediente: 3538834/21-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico das classes III e IV.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa.

Fabricante: SD Biosensor, Inc.
Endereço: 18-29, Cheomdangieop 2-ro, Sandong-eup, Gumi-si, Gyeongsangbuk-do, 39174, Coréia do Sul
Solicitante: Eco Diagnostica Ltda CNPJ: 14.633.154/0002-06
Autorização de Funcionamento: 8.09.548-8 Expediente: 4625012/22-8
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Produtos para diagnóstico de uso in vitro da classe III.

Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa.

Fabricante: SD Biosensor, Inc.
Endereço: 74, Osongsaengmyeong 4-ro, Osong-eup, Heungdeok-gu, Cheongju-si, Chungcheongbuk-do, 28161, Coréia do Sul
Solicitante: Roche Diagnóstica Brasil Ltda CNPJ: 30.280.358/0001-86
Autorização de Funcionamento: 1.02.874-1 Expediente: 0307635/22-8
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Diagnóstico de uso in vitro da classe III.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa.

Fabricante: Sorin Group Italia S.r.l.
Endereço: Via Statale 12 Nord, 86, Mirandola, MO, 41037, Itália
Solicitante: VR Medical Importadora e Distribuidora de Produtos Médicos Ltda CNPJ: 04.718.143/0001-94
Autorização de Funcionamento: 8.01.025-1 Expediente: 0810930/22-6
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico das classes III e IV.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa
---
Fabricante: Suzhou Sym-Bio Lifescience Co., Ltd
Endereço: No. 115, North Taiping Road, Taicang Economic Development Zone, Taicang, Jiangsu Province, 215400, China
Solicitante: Perkinelmer do Brasil Ltda CNPJ: 00.351.210/0001-24
Autorização de Funcionamento: 1.02.989-1 Expediente: 4331719/22-7
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Produtos para diagnóstico de uso in vitro das classes III e IV.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa.

Fabricante: Techno-Path Manufacturing Ltd.
Endereço: Fort Henry Business Park, Ballina, Co. Tipperary, V94 FF1P, Irlanda
Solicitante: Abbott Laboratórios do Brasil Ltda CNPJ: 56.998.701/0001-16
Autorização de Funcionamento: 8.01.465-0 Expediente: 0830600/22-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Produtos para diagnóstico de uso in vitro da classe III.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa
---
Fabricante: Vivonic GmbH
Endereço: Kurfuerst-Eppstein-Ring 4, Sailauf, 63877, Alemanha
Solicitante: Fresenius Medical Care Ltda CNPJ: 01.440.590/0001-36
Autorização de Funcionamento: 8.01.339-5 Expediente: 0635064/22-7
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Equipamentos de uso médico da classe III.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.945, DE 6 DE SETEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021;

Considerando a necessidade de inclusão e alteração na Certificação de Boas Práticas de Fabricação, resolve:

Art. 1º Incluir a classe de risco IV na certificação da empresa Hangzhou Singclean Medical Products Co, Ltd., solicitada pela empresa Nutriex Importação e Exportação de Produtos Nutricionais e Farmoquímicos Ltda., CNPJ n.º 06.172.459/0001-59, publicada pela Resolução-RE nº 997, de 30 de março de 2022, no Diário Oficial da União nº. 64, de 4 de abril de 2022, Seção 1, pág. 187, conforme expedientes nº 3857237/21-0 e 4388848/22-1.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.962, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e

considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 39, da Resolução RDC nº 497, de 20 de maio de 2021, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

EMPRESA: Air Liquide Brasil Ltda - CNPJ: 00.331.788/0059-35 - AUTORIZ/MS: 2200003
ENDEREÇO: Av. dos Tamoios, 362
MUNICÍPIO: CUIABÁ - UF: MT - EXPEDIENTE: 0905582/22-5
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Gases Medicinais: Gases Medicinais
.....
EMPRESA: AIR LIQUIDE BRASIL LTDA - CNPJ: 00.331.788/0083-65 - AUTORIZ/MS: 2200003
ENDEREÇO: Estrada do Quarenta Horas n° 2238
MUNICÍPIO: ANANINDEUA - UF: PA - EXPEDIENTE: 0883701/22-7
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Gases Medicinais (Embalagem primária): Gases Medicinais
.....
EMPRESA: IBG INDÚSTRIA BRASILEIRA DE GASES LTDA - CNPJ: 67.423.152/0001-78 - AUTORIZ/MS: 2200011
ENDEREÇO: AV. ANTONIETA PIVA BARRANQUEIROS, 150
MUNICÍPIO: JUNDIAÍ - UF: SP - EXPEDIENTE: 4565426/22-3
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Gases Medicinais: Gases Medicinais
.....
EMPRESA FABRICANTE: EISAI INC
ENDEREÇO: 6611 TRIBUTARY STREET, BALTIMORE, MARYLAND 21224 - PAÍS: ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA - CÓDIGO ÚNICO: A.000812
EMPRESA SOLICITANTE: EISAI LABORATÓRIOS LTDA - CNPJ: 08.416.362/0001-70
AUTORIZ/MS: 1073104 - EXPEDIENTE(s): 0962980/22-6
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis: Implantes
.....
EMPRESA FABRICANTE: MEDYTOX INC.
ENDEREÇO: 78, GANGNI 1-GIL, OCHANG-EUP, CHEONGWON-GU, CHEONGJU-SI, CHUNGCHEONGBUK-DO - PAÍS: CORÉIA DO SUL - CÓDIGO ÚNICO: A.000399
EMPRESA SOLICITANTE: LABORATÓRIO QUÍMICO FARMACÊUTICO BERGAMO LTDA - CNPJ: 61.282.661/0001-41
AUTORIZ/MS: 1006461 - EXPEDIENTE(s): 0811059/22-7
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis: Pós Liofilizados
.....
EMPRESA FABRICANTE: CORDEN PHARMA S.P.A.
ENDEREÇO: VIALE DELL' INDUSTRIA, 3 - CAPONAGO (MB) - PAÍS: ITÁLIA - CÓDIGO ÚNICO: A.000168
EMPRESA SOLICITANTE: NOVARTIS BIOCIENCIAS S.A - CNPJ: 56.994.502/0001-30
AUTORIZ/MS: 1000685 - EXPEDIENTE(s): 0770160/22-1
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis: Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Preparação Asséptica
.....
EMPRESA FABRICANTE: AUROBINDO PHARMA LIMITED - UNIT III
ENDEREÇO: SURVEY N° 313 AND 314, BACHUPALLY VILLAGE - BACHUPALLY MANDAL - MEDCHAL-MALKAJGIRI DISTRICT - TELANGANA STATE - PAÍS: ÍNDIA - CÓDIGO ÚNICO: A.000054
EMPRESA SOLICITANTE: BRAINFARMA INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA S.A - CNPJ: 05.161.069/0001-10
AUTORIZ/MS: 1055849 - EXPEDIENTE(s): 0696267/22-5
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis: Cápsulas; Comprimidos; Comprimidos Revestidos
.....
EMPRESA FABRICANTE: DEMO SA PHARMACEUTICAL INDUSTRY
ENDEREÇO: 21ST KM NATIONAL ROAD ATHENS - LAMIA, KRIONERI ATTIKI, 14568 - PAÍS: GRÉCIA - CÓDIGO ÚNICO: A.000998
EMPRESA SOLICITANTE: ANTIBIÓTICOS DO BRASIL LTDA - CNPJ: 05.439.635/0001-03
AUTORIZ/MS: 1055622 - EXPEDIENTE(s): 0962830/22-4
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis: Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Esterilização Terminal
.....
EMPRESA FABRICANTE: BEND RESEARCH INC.
ENDEREÇO: 20503 BUILDERS STREET, BEND, OREGON (OR) 97701 - PAÍS: ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA - CÓDIGO ÚNICO: A.001212
EMPRESA SOLICITANTE: ASTELLAS FARMA BRASIL IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS LTDA. - CNPJ: 07.768.134/0001-04
AUTORIZ/MS: 1077171 - EXPEDIENTE(s): 0673920/22-4
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis (Granel): Pós
.....
EMPRESA FABRICANTE: PHARMACEUTICAL MANUFACTURING RESEARCH SERVICES, INC.
ENDEREÇO: 202 PRECISION ROAD, HORSHAM, PENNSYLVANIA (PA), 19044 - PAÍS: ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA - CÓDIGO ÚNICO: A.001278
EMPRESA SOLICITANTE: VERTEX FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA. - CNPJ: 21.798.065/0001-02
AUTORIZ/MS: 1138239 - EXPEDIENTE(s): 0715850/22-9
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis (Granel): Comprimidos Revestidos; Granulados
.....
EMPRESA FABRICANTE: STERI-PHARMA, LLC
ENDEREÇO: 429 SOUTH WEST STREET, SYRACUSE, NEW YORK (NY) 13202 - PAÍS: ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA - CÓDIGO ÚNICO: A.001199
EMPRESA SOLICITANTE: MERCK SHARP & DOHME FARMACEUTICA LTDA. - CNPJ: 03.560.974/0001-18
AUTORIZ/MS: 1001711 - EXPEDIENTE(s): 0551669/22-5
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis (Cefalosporínicos): Pós com Preparação Asséptica
.....
EMPRESA FABRICANTE: LTS LOHMANN THERAPIE-SYSTEME AG
ENDEREÇO: LOHMANNSTRASSE 2, 56626, ANDERNACH. - PAÍS: ALEMANHA - CÓDIGO ÚNICO: A.000384
EMPRESA SOLICITANTE: FARMA VISION IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ: 09.058.502/0001-48
AUTORIZ/MS: 1074651 - EXPEDIENTE(s): 0596203/22-5
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis (Embalagem primária; Granel): Adesivos
.....
EMPRESA FABRICANTE: AUROBINDO PHARMA LIMITED - UNIDADE VI
ENDEREÇO: SURVEY NO. 329/39 E 329/47 - CHITKUL VILLAGE, PATANCHERU MANDAL, SANGA REDDY DISTRICT - TELANGANA - PAÍS: ÍNDIA - CÓDIGO ÚNICO: A.000053
EMPRESA SOLICITANTE: BRAINFARMA INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA S.A - CNPJ: 05.161.069/0001-10
AUTORIZ/MS: 1055849 - EXPEDIENTE(s): 0696145/22-7
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis (Cefalosporínicos): Comprimidos
.....
EMPRESA FABRICANTE: AUROBINDO PHARMA LIMITED - UNIT. VII
ENDEREÇO: TSIIC, PLOT NO S1, SY NO'S. 411/P, 425/P, 434/P, 435/P & 458/P, GREEN INDUSTRIAL PARK, POLEPALLY VILLAGE, JEDCHERLA MANDAL, MAHABOOBNAGAR DISTRICT, TELANGANA - PAÍS: ÍNDIA - CÓDIGO ÚNICO: A.000056
EMPRESA SOLICITANTE: AUROBINDO PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LIMITADA - CNPJ: 04.301.884/0001-75
AUTORIZ/MS: 1051679 - EXPEDIENTE(s): 1143473/22-1
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis: Cápsulas; Comprimidos; Comprimidos Revestidos
.....
EMPRESA FABRICANTE: VETTER PHARMA-FERTIGUNG GMBH & CO. KG
ENDEREÇO: SCHÜTZENSTRASSE 87 UND 99 - 101, 88212 RAVENSBURG - PAÍS: ALEMANHA - CÓDIGO ÚNICO: A.000625
EMPRESA SOLICITANTE: PFIZER BRASIL LTDA - CNPJ: 61.072.393/0001-33
AUTORIZ/MS: 1021101 - EXPEDIENTE(s): 0673974/22-7
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis (Granel): Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Esterilização Terminal; Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Preparação Asséptica
.....
EMPRESA FABRICANTE: VETTER PHARMA-FERTIGUNG GMBH & CO. KG
ENDEREÇO: EISENBAHNSTRASSE 2-4, LANGENARGEN, 88085 - PAÍS: ALEMANHA - CÓDIGO ÚNICO: A.000626
EMPRESA SOLICITANTE: SPECIALTY PHARMA GOIAS LTDA - CNPJ: 31.731.807/0001-28
AUTORIZ/MS: 1193611 - EXPEDIENTE(s): 0962930/22-9
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis (Granel): Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Preparação Asséptica
.....
EMPRESA FABRICANTE: PHARMACIA & UPJOHN COMPANY LLC
ENDEREÇO: 7000 PORTAGE ROAD, KALAMAZOO, MICHIGAN (MI) 49001 - PAÍS: ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA - CÓDIGO ÚNICO: A.000504
EMPRESA SOLICITANTE: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - CNPJ: 33.781.055/0001-35
AUTORIZ/MS: 1010633 - EXPEDIENTE(s): 1012679/22-5
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis: Pós Liofilizados
.....
EMPRESA FABRICANTE: EISAI MANUFACTURING LIMITED
ENDEREÇO: EUROPEAN KNOWLEDGE CENTRE, MOSQUITO WAY, HATFIELD, HERTFORDSHIRE AL 10 9SN - PAÍS: REINO UNIDO - CÓDIGO ÚNICO: A.001025
EMPRESA SOLICITANTE: EISAI LABORATÓRIOS LTDA - CNPJ: 08.416.362/0001-70
AUTORIZ/MS: 1073104 - EXPEDIENTE(s): 1014282/22-5
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis: Comprimidos Revestidos
.....

EMPRESA FABRICANTE: ASPEN SA OPERATIONS (PTY) LTD
ENDEREÇO: CORNER OF FAIRCLOUGH ROAD & GIBAUD ROAD, KORSTEN, GQEBERHA 6020 UNIDADE 4 - PAÍS: ÁFRICA DO SUL, REPÚBLICA DA - CÓDIGO ÚNICO: A.001417
EMPRESA SOLICITANTE: ASPEN PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA - CNPJ: 02.433.631/0001-20
AUTORIZ/MS: 1037648 - EXPEDIENTE(s): 0516042/22-0
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis: Comprimidos Revestidos

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.963, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) Empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

EMPRESA: messer Gases Ltda - CNPJ: 60.619.202/0065-02 - AUTORIZ/MS: 2200005
ENDEREÇO: Av. João XXIII, S/nº
MUNICÍPIO: RIO DE JANEIRO - UF: RJ - EXPEDIENTE: 0883969/22-0
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Líquidos Criogênicos Medicinais: Líquidos Criogênicos Medicinais
.....
EMPRESA: CIFARMA CIENTÍFICA FARMACÊUTICA LTDA - CNPJ: 17.562.075/0001-69 - AUTORIZ/MS: 1015601
ENDEREÇO: RODOVIA BR 153 KM 5,5
MUNICÍPIO: GOIÂNIA - UF: GO - EXPEDIENTE: 0811518/22-1
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis: Comprimidos; Comprimidos Revestidos
.....
EMPRESA: CIFARMA CIENTÍFICA FARMACÊUTICA LTDA - CNPJ: 17.562.075/0001-69 - AUTORIZ/MS: 1015601
ENDEREÇO: RODOVIA BR 153 KM 5,5
MUNICÍPIO: GOIÂNIA - UF: GO - EXPEDIENTE: 0811280/22-5
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis: Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Preparação Asséptica
.....
EMPRESA: JANSSEN-CILAG FARMACÊUTICA LTDA - CNPJ: 51.780.468/0002-68 - AUTORIZ/MS: 1012361
ENDEREÇO: RODOVIA PRESIDENTE DUTRA, KM 154, S/N
MUNICÍPIO: SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - UF: SP - EXPEDIENTE: 0177797/22-3
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Semissólidos não estéreis: Cremes; Géis; Pomadas
.....
EMPRESA: JANSSEN-CILAG FARMACÊUTICA LTDA - CNPJ: 51.780.468/0002-68 - AUTORIZ/MS: 1012361
ENDEREÇO: RODOVIA PRESIDENTE DUTRA, KM 154, S/N
MUNICÍPIO: SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - UF: SP - EXPEDIENTE: 0177796/22-7
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis: Cápsulas; Comprimidos; Comprimidos Revestidos; Pastilhas
Sólidos não estéreis (Embalagem primária; Embalagem secundária): Cápsulas Moles
Sólidos não estéreis (Embalagem secundária)
.....
EMPRESA FABRICANTE: LG CHEM, LTD.
ENDEREÇO: 129, SEOKAM-RO, IKSAN-SI, JEOLLABUK-DO - PAÍS: CORÉIA DO SUL - CÓDIGO ÚNICO: A.000376
EMPRESA SOLICITANTE: INSTITUTO BUTANTAN - CNPJ: 61.821.344/0001-56
AUTORIZ/MS: 1022340 - EXPEDIENTE(s): 0347711/22-7
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis: Suspensões Parenterais de Pequeno Volume com Preparação Asséptica
.....
EMPRESA FABRICANTE: SIEGFRIED HAMELN GMBH
ENDEREÇO: LANGES FELD 13 - 31789, HAMELN - PAÍS: ALEMANHA - CÓDIGO ÚNICO: A.000295
EMPRESA SOLICITANTE: EMPRESA BRASILEIRA DE HEMODERIVADOS E BIOTECNOLOGIA - CNPJ: 07.607.851/0001-46
AUTORIZ/MS: 1093047 - EXPEDIENTE(s): 0562139/22-2
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis (Granel): Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Esterilização Terminal

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.964, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 4 (quatro) anos a partir da sua publicação.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

EMPRESA: UNITED MEDICAL LTDA - CNPJ: 68.949.239/0001-46 - AUTORIZ/MS: 1025762 - AE: 1206591
ENDEREÇO: AVENIDA DOS IMARES, Nº 401
MUNICÍPIO: SÃO PAULO - UF: SP - EXPEDIENTE: 1143546/22-9
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE DISTRIBUIÇÃO E/OU ARMAZENAGEM: Medicamentos
.....
EMPRESA: Aurora Terminais e Serviços Ltda - CNPJ: 01.777.936/0001-96 - AUTORIZ/MS: 1239492 - AE: 1239535
ENDEREÇO: Rod. Senador Jose Ermirio de Moraes SN KM 10,2
MUNICÍPIO: SOROCABA - UF: SP - EXPEDIENTE: 4294127/22-8
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE DISTRIBUIÇÃO E/OU ARMAZENAGEM: Medicamentos
.....
EMPRESA: ASTELLAS FARMA BRASIL IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS LTDA. - CNPJ: 07.768.134/0001-04 - AUTORIZ/MS: 1077171
ENDEREÇO: AVENIDA GUIDO CALOI 1935 BLOCO B 2 ANDAR
MUNICÍPIO: SÃO PAULO - UF: SP - EXPEDIENTE: 0307430/22-7
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE DISTRIBUIÇÃO E/OU ARMAZENAGEM: Medicamentos
.....
EMPRESA: HOSPFAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES S.A. - CNPJ: 26.921.908/0001-21 - AUTORIZ/MS: 1027058 - AE: 1203928
ENDEREÇO: RUA 03, N° 975, LOTES 5/7/8
MUNICÍPIO: GOIÂNIA - UF: GO - EXPEDIENTE: 0258310/22-7
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE DISTRIBUIÇÃO E/OU ARMAZENAGEM: Medicamentos

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.974, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021;

Considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 39, da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 497, de 20 de maio de 2021, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

Fabricante: Medytox Inc.
Endereço: 78, Gangni 1-gil, Ochang-eup, Cheongwon-gu, Cheongju-si, Chungcheongbukdo.
País: Coreia do Sul Código único: A.000399
Solicitante: Laboratório Químico Farmacêutico Bergamo Ltda. CNPJ: 61.282.661/0001-41
Expediente(s): 0811104/22-2
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos:
Insumos farmacêuticos ativos biológicos: toxina botulínica A.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.975, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Insumos Farmacêuticos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

Fabricante: Amphastar France Pharmaceuticals
Endereço: Lieu-Dit Saint Charles, 60590 Eragny Sur Epte
País: França Código único: A.001292
Solicitante: Biomm S.A. CNPJ: 04.752.991/0001-10
Expediente(s): 0566870/22-3
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos:
Insumos farmacêuticos ativos biológicos: insulina humana (purificação)

Empresa: Geyer Medicamentos S.A. CNPJ: 92.670.801/0001-82
Endereço: Rua Pelotas, 320 Bairro Floresta
Município: Porto Alegre UF: RS
Expediente(s): 0770115/22-5
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos:
Insumos farmacêuticos ativos biológicos: Bacillus cereus.

Fabricante: GlaxoSmithKline, LLC
Endereço: Building 40, 893 River Road, Conshohocken, PA 19428
País: Estados Unidos da América Código Único: A.001031
Solicitante: GlaxoSmithKline Brasil Ltda. CNPJ: 33.247.743/0001-10
Expediente: 8429150/21-8
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos:
Insumos farmacêuticos ativos biológicos: mepolizumabe.

Fabricante: Sandoz GmbH - Schaftenau
Endereço: Biochemiestrasse 10, 6336 Langkampfen
País: Áustria Código Único: A.000541
Solicitante: Sandoz do Brasil Indústria Farmacêutica Ltda CNPJ: 61.286.647/0001-16
Expediente: 0153606/22-3
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos:
Insumos farmacêuticos ativos biológicos: adalimumabe. etanercepte, rituximabe.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.976, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Insumos Farmacêuticos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

Fabricante: Aurobindo Pharma Limited Unit V
Endereço: Plot N° 68-70, 73-91, 95, 96, 260 & 261 I.D.A., Chemical Zone, Pashamylaram Village, Patancheru Mandal, Sanga Reddy District, Telangana State - 502307
País: Índia Código Único: B.000012
Expediente(s): 0963082/22-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos:
Insumo farmacêutico ativo obtido por semissíntese (classe penicilínicos): ampicilina sódica (etapas de síntese e esterilização)

Fabricante: MSN Pharmachem Private Limited.
Endereço: Plot Nº 212/A, B, C, D Phase II, Ida Pashamylaram, Pashamylaram (Village), Patancheru (Mandal), Sangareddy Dist., Telangana, 502307
País: Índia Código único: B.000161
Expediente(s): 2737709/22-9
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos:
Insumos farmacêuticos ativos obtidos por síntese química: aripiprazol; maleato de carbinoxamina; linagliptina; vildagliptina; bromidrato de vortioxetina.

Fabricante: MSN Pharmachem Private Limited
Endereço: Plot Nº 212/A, B, C, D Phase II, Ida Pashamylaram, Pashamylaram (Village), Patancheru (Mandal), Sangareddy District, Telangana, 502307
País: Índia Código único: B.000161
Expediente(s): 4059704/21-1

Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos: Insumos farmacêuticos ativos obtidos por síntese química: pregabalina
---
Fabricante: MSN Pharmachem Private Limited
Endereço: Plot Nº 212/A, B, C, D Phase II, Ida Pashamylaram, Pashamylaram (Village), Patancheru (Mandal), Sangareddy District, Telangana, 502307
País: Índia Código único: B.000161
Expediente(s): 4739525/21-6
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos: Insumos farmacêuticos ativos obtidos por síntese química: fosfato de sitagliptina monoidratado
---
Fabricante: Teva Czech Industries s.r.o.
Endereço: Ostravská 29, cp. 305, Opava, Komárov, 747 70
País: República Tcheca Código único: B.000096
Expediente(s): 0404892/22-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos: Insumo(s) farmacêutico(s) ativo(s) obtido(s) por semissíntese: Cabergolina (etapas de extração vegetal e síntese química)

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.977, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem preconizados em legislação vigente, para a área de Insumos Farmacêuticos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Insumos Farmacêuticos.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 4 (quatro) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

Empresa: Linehosp Medical Comércio de Produtos Hospitalares Ltda CNPJ: 38.370.336/0001-19
Endereço: Avenida Presidente Tancredo Neves, 4065, bairro Castelo
Município: Belo Horizonte UF: MG
Autorização de Funcionamento: 1259325
Expediente: 2463533/22-6
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenamento: Insumos Farmacêuticos Ativos

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.978, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar a medida preventiva constante no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

Empresa: NECTAR COSMÉTICOS - CNPJ: DESCONHECIDO
Produto - (Lote): POMADA NEGRA EXTRA FORTE PARA MASSAGENS(TODOS);
Tipo de Produto: Cosmético
Expediente nº: 4657120/22-5
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão, Proibição - Armazenamento, Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando a comercialização/exposição à venda/fabricação do produto sem registro por empresa sem autorização de funcionamento para a fabricação infringindo os arts. 2º e 12 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976 e tendo em vista o previsto nos art 6º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976 e inciso XV do art. 7º da Lei 9782, de 26 de janeiro de 1999.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.979, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar a medida cautelar constante no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

1. Empresa: INACERES INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA. - CNPJ: 04522335000201
Produto - (Lote): PALMITO DE PUPUNHA EM CONSERVA SALADA (PRONTO PARA SERVIR) - MARCA GOLDEN PALM (082);
Tipo de Produto: Alimento
Expediente nº: 4667888/22-3
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Interdição cautelar
Motivação: Considerando o resultado do laudo de análise nº 640.1P.0/2022, emitido pelo Laboratório Central de Saúde Pública Noel Nutels no Rio de Janeiro; que apresenta resultados insatisfatórios quanto aos ensaios microbiológicos para o lote 82 do produto Palmito de pupunha em conserva salada - marca GOLDEN PALM, data de validade 23/03/2024; produzido pela empresa INACERES INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA. - CNPJ 04.522.355/0002-01. Foram infringidos o disposto na Instrução Normativa n.º 60 de 23/12/2019, na Resolução - RDC n.º 17, de 19/11/1999, na Resolução - RDC n.º 18, de 19/11/1999, no item 9 da Portaria SVS/MS nº 326, de 30/07/1997 e no inciso IV do art. 48 do Decreto-Lei 986/1969.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.982, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

Empresa: FORTUNYT - SISTEMA AVANÇADO DE DISTRIBUIÇÃO LTDA - CNPJ: 16.934.368/0001-67
Produto - (Lote): FORTMAG (Todos);
Tipo de Produto: Produtos para Saúde (Correlatos)
Expediente nº: 4602504/22-9
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Suspensão - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando a comprovação da divulgação irregular do produto Fortmag - imantador de água, por meio de material publicitário e pelo site fortmag.com.br, apresentado com propriedades terapêuticas e curativas sem comprovação científica; Considerando os arts. 5º, 7º, 12, 25, 50 e 59 da Lei nº 6.360/197; Considerando o art. 10, inciso V da Lei 6.437/1977, e; Considerando o estabelecido nos arts. 2º, 7º e 15, § 3º do Decreto nº. 8.077/2013.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.983, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art.1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

Empresa: GETINGE DO BRASIL EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA. - CNPJ: 06.028.137/0001-30
Produto - (Lote): HLS Set Advanced 5.0 (MODELO BE-HLS 5050); HLS Set Advanced 7.0 (MODELO BE-HLS 7050.)
Tipo de Produto: Produtos para Saúde (Correlatos)
Expediente nº: 4655072/22-1
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento
Suspensão - Comercialização, Distribuição, Importação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando a comprovação da importação / fabricação / distribuição / comercialização / divulgação e uso do produto HLS Set Advanced 7.0 HLS Set Advanced 7.0 HLS Set Advanced 7.0HLS Set Advanced 7.0, no qual foi identificada a possibilidade de comprometimento da barreia estéril e considerando o risco sanitário associado a possível perda da esterilidade do produto, em desacordo com os Art. 64 e 65 da RDC nº. 665/2022; e considerando o estabelecido no art. 15, §1º e art. 17 do Decreto nº. 8.077/2013, art. 7º da Lei nº. 6.360/1976 e art. 10, incisos IV, XXIX e XXXV da Lei nº. 6.437/1977.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.990, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021;

Considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Produtos para Saúde, resolve:

Art. 1º Cancelar a Certificação de Boas Práticas de Fabricação da empresa Kopp Indústria e Comércio de Produtos Odontológicos Ltda., publicada pela Resolução-RE n° 1.435, de 4 de maio de 2022, no Diário Oficial da União nº. 86, de 9 de maio de 2022, Seção 1, pág. 107, conforme expediente nº 4388306/22-1.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.991, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Conceder a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Produtos para Saúde às empresas constantes no anexo.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 4 (quatro) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

Empresa: Cinco - Confiança Indústria e Comércio Ltda. CNPJ: 05.075.964/0001-12
Endereço: Rua VP 2D, Quadra 04, Módulo 08A - Daia, Anápolis - GO CEP: 75132-045
Autorização de Funcionamento: 8044125 Expediente: 2738840/22-1
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem: Produtos para Saúde.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

Empresa: MC Medicall Produtos Médico Hospitalares Eireli ME. CNPJ: 27.330.244/0001-99
Endereço: Av. Governador Parigot de Souza, 2126, Zona VII, Umuarama - PR CEP: 87503-410
Autorização de Funcionamento: 8154405 Expediente: 4205919/22-1
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem: Produtos para Saúde.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.992, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Conceder a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde às empresas constantes no anexo.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

Fabricante: H.S. Hospital Service S.p.a.
Endereço: Via Angela Vacchi 32/34 - Aprilia (LT), 04011 - Itália
Solicitante: VR Medical Importadora e Distribuidora de Produtos Médicos Ltda. CNPJ: 04.718.143/0001-94
Autorização de Funcionamento: 8010251 Expediente: 0652463/22-3
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Equipamentos de uso médico da classe III.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeções anteriores e abordagem baseada em risco.

Fabricante: Koscher & Würtz GmbH
Endereço: Einsteinstrasse 7, Spaichingen, Baden-Württemberg, 78549 - Alemanha
Solicitante: Stryker do Brasil Ltda. CNPJ: 02.966.317/0001-02
Autorização de Funcionamento: 8000543 Expediente: 2464754/21-8
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico da classe III.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeções anteriores e abordagem baseada em risco.

Fabricante: Reach Surgical, INC
Endereço: 120 Xinxing Road, West Zone , TEDA, Tianjin., 300462 - China
Solicitante: Passrod Importação e Exportação de Produtos para Saúde Ltda - ME CNPJ: 26.185.222/0001-10
Autorização de Funcionamento: 8150479 Expediente: 0153502/22-3
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico da classe III e Equipamentos de uso médico da classe III.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeções anteriores e abordagem baseada em risco.

Fabricante: Technocom Systems Sdn. Bhd.
Endereço: Plo 1 Jalan Firma 1, Kawasan Perindustrian Tebrau 1, Johor Bahru, Johor, 81100 - Malásia
Solicitante: VR Medical Importadora e Distribuidora de Produtos Médicos Ltda CNPJ: 04.718.143/0001-94
Autorização de Funcionamento: 8010251 Expediente: 2551784/22-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Equipamentos de uso médico da classe III.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeções anteriores e abordagem baseada em risco.

Fabricante: Vascomed GmbH
Endereço: Hertzallee 1, Binzen, Baden-Württemberg, 79589 - Alemanha
Solicitante: Biotronik Comercial Médica Ltda CNPJ: 50.595.271/0001-05
Autorização de Funcionamento: 8022439 Expediente: 0404869/22-0
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Equipamentos de uso médico da classe IV.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeções anteriores e abordagem baseada em risco.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.993, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021;

Considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem, resolve:

Art. 1º Indeferir os pedidos de Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Produtos para Saúde das empresas constantes no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

Empresa: Evelyn Carolin de Souza Ribeiro CNPJ: 40.602.240/0001-80
Endereço: Avenida Idalino Longhi - Bidas, n. 365, Jardim Guanabara, Santa Fé do Sul/SP CEP: 15775-000
Autorização de Funcionamento: não possui Expediente: 4306918/22-0
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem: Produtos para Saúde.
Motivo: Em desacordo com o art. 3º da RDC nº 25/2011 e parágrafo único do art. 3° da RDC n. 16/2014: ausência de relatório de inspeção que ateste o cumprimento das boas práticas de distribuição e armazenagem de produtos para saúde e ausência de Autorização de Funcionamento de Empresa para atividade de armazenar e distribuir produtos para saúde.

Empresa: Lifetec Hospitalar Ltda. CNPJ: 13.704.844/0001-65
Endereço: Rua Braúna, n. 190 - Alto Boa Vista, Patos de Minas, MG CEP: 38703-800
Autorização de Funcionamento: 8137778 Expediente: 4325441/22-1
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem: Produtos para Saúde.
Motivo: Em desacordo com o art. 3º da RDC nº 25/2011: ausência de relatório de inspeção que atesta o cumprimento dos requisitos de boas práticas de distribuição e armazenagem de produtos para saúde.

Empresa: Ortomedic Distribuidora de Produtos Médicos Ltda. CNPJ: 65.564.536/0001-85
Endereço: Rua Silva Jardim, 187, Salas 73,74 e 76 - Centro, São Bernardo do Campo - SP CEP: 09.715-090
Autorização de Funcionamento: 8021801 Expediente: 3158473/21-6
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem: Produtos para Saúde.
Motivo: Em atendimento ao Art 11 da RDC 204/2005: não apresentação do relatório de inspeção que ateste o cumprimento das boas práticas de distribuição e armazenagem, conforme notificação de exigência n. 3859048/21-4.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.994, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

Empresa: Engimplan Engenharia de Implante Indústria e Comércio Ltda.- EPP CNPJ: 67.710.244/0001-39
Endereço: Rod. Washington Luiz S/N Cond. Conpark Rua 6 Km 172 Pista Sul, Rio Claro - SP CEP: 13501-600
Autorização de Funcionamento: 1020861 Expediente: 1014244/22-6
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico das classes III e IV e Equipamentos de uso médico da classe III.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

Empresa: Imex Medical Comércio e Locação Ltda CNPJ: 12.255.403/0001-60
Endereço: Rua das Embaúbas, 601 - Fazenda Santo Antônio, São Jose - SC CEP: 88104-561
Autorização de Funcionamento: 8165563 Expediente: 1359600/22-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Equipamentos de uso médico da classe III.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

Empresa: Medicone Projetos e Soluções para a Indústria e a Saúde Ltda. CNPJ: 94.304.672/0001-34
Endereço: Av. das Indústrias, nº 1585, Distrito Industrial, Cachoeirinha - RS CEP: 94930-230
Autorização de Funcionamento: 8002055 Expediente: 0064771/22-9
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico das classes III e IV.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.995, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

Empresa: VIBRE MULHER - CNPJ: DESCONHECIDO
Produto - (Lote): LUBRIFICANTE E HIDRATANTE ÍNTIMO: MOLHADINHA(LOTES A PARTIR DE 01/01/2021);
Tipo de Produto: Produtos para Saúde (Correlatos)
Expediente nº: 4657839/22-1
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Suspensão - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando a comprovação da comercialização e divulgação através do sítio eletrônico vibremulher.com.br, do produto Lubrificante Íntimo denominado Molhadinha, sem regularização na Anvisa, por empresa que não possui autorização de funcionamento - AFE, em desacordo com osarts. 2º e 7º do Decreto nº. 8.077/2013, arts. 2º, 12 e 50 da Lei 6.360/1976; e considerando o estabelecido no art. 7º. da Lei 6.360/1976 e no art. 10, inciso IV da Lei 6.437/1977

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.999, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

Empresa: MEDSYSTEMS COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - EPP - CNPJ: 05273422000154
Produto - (Lote): REFACE ULTRASSOM HIFU MICRO E MACROFOCADO(Todos);
Tipo de Produto: Produtos para Saúde (Correlatos)
Expediente nº: 4659302/22-1
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Suspensão - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Importação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando a comprovação da divulgação irregular do produto Reface Ultrassom HIFU Micro e Macrofocado, por meio de página de Internet: refacetech.com.br, e considerando o risco sanitário associado à publicidade, comércio e uso de produto para saúde sem registro, em desacordo com os arts. 7º e 15, § 3º, do Decreto nº. 8.077/2013; e considerando o estabelecido no arts. 7º, 12 e 59 da Lei 6.360/1976 e no art. 10, inciso IV da Lei 6.437/1977.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.000, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

Empresa: GREEN BLEND - CNPJ: DESCONHECIDO
Produto - (Lote): LUBRIFICANTE ÍNTIMO TREME-TREME E XAPAXANA(LOTES A PARTIR DE 01/01/2021);
Tipo de Produto: Produtos para Saúde (Correlatos)
Expediente nº: 4656385/22-7
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Suspensão - Comercialização, Fabricação, Importação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando a comprovação da comercialização e divulgação do produto Lubrificante Íntimo Treme-Treme e XapaXana, sem regularização na Anvisa, por empresa que não possui autorização de funcionamento - AFE, em desacordo com os arts. 2º e 7º do Decreto nº. 8.077/2013, arts. 2º, 12 e 50 da Lei 6.360/1976; e considerando o estabelecido no art. 7º. da Lei 6.360/1976 e no art. 10, inciso IV da Lei 6.437/1977.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.001, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

1. Empresa: MOMENTA FARMACÊUTICA LTDA. - CNPJ: 14.806.008/0001-54
Produto - Apresentação (Lote): CEFALEXINA - 50 MG/ML SUS OR CT FR VD AMB X 100 ML (725707; 725134; 718608; 718336; 718335; 713256; 713034; 710692; 704350; 704348; 694269);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 4664479/22-2
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento
Suspensão - Comercialização, Distribuição, Uso
Motivação: Confirmado desvio de qualidade na prestadora de Serviços Med Service Indústria Química Ltda., a qual foi interditada em 01/10/2021, conforme Termo de interdição de estabelecimento TRM-001-A-1469, da VISA/Diadema/SP. Esta medida preventiva está fundamentada no artigo 6º da Lei 6.360/1976 e na RDC 625/2022.

.....

2. Empresa: F. DE A SOUSA BATISTA - COMERCIO (Nitrox Brasil) - CNPJ: 41.483.645/0001-00
Produto - Apresentação (Lote): GASES MEDICINAIS (TODOS OS LOTES);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 4623959/22-6
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Proibição - Comercialização, Distribuição, Uso
Recolhimento
Motivação: Considerando a inspeção sanitária realizada na empresa F. de A. Sousa Batista - Comércio (Nitrox Brasil), CNPJ 41.483.645/0001-00, em 23/08/2022, durante a qual ficou comprovado o envase de oxigênio medicinal, em desacordo em desacordo ao Art. 23; Art. 25, §1 e Art. 44, da IN 129/2022 e Art. 22; inciso IX do Art. 9; Art. 15, Art. 11 e Art. 25 da RDC 671/2022. Esta medida preventiva está fundamentada nos art. 6º e 7º da Lei 6.360/1976.

.....

3. Empresa: MERCADOLIVRE.COM ATIVIDADES DE INTERNET - CNPJ: 03.361.252/0001-34
Produto - Apresentação (Lote): NATURAL LIGHT BLACK EXTREME (TODOS);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 4621825/22-4
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Importação, Propaganda, Uso
Motivação: Comprovação da propaganda e/ou anúncio de venda e/ou comercialização de produto sem registro, notificação ou cadastro na Anvisa, fabricados por empresa desconhecida, em desacordo com os artigos 2º, 12,e 59 da Lei 6.360/1976. As ações de fiscalização determinadas se aplicam a todos os medicamentos divulgados pelo site https://naturallightblack.com/, bem como a quaisquer pessoas físicas/jurídicas ou veículos de comunicação que comercializem ou divulguem o produto. Esta medida preventiva está fundamentada no artigo 6º da Lei 6.360/1976 e inciso XV do artigo 7º da Lei 9.782/1999.

.....

4. Empresa: Oxigênio Brasília Comércio de Equipamentos Hospitalares Ltda. - CNPJ: 17.658.057/0001-85
Produto - Apresentação (Lote): GASES MEDICINAIS(TODOS OS LOTES);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 4475340/22-3
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Proibição - Armazenamento, Comercialização, Distribuição, Fabricação, Transporte, Uso
Recolhimento
Motivação: Comprovação da aplicação de lacres em cilindros de Gases Medicinais nominais à empresa Oxigênio Brasília Comércio de Equipamentos Hospitalares Ltda., CNPJ 17.658.057/0001-85, conforme relatório de fiscalização conjunta entre ANVISA e VISA/DF, datado de 29/07/2022, caracterizando tais produtos como irregulares, dada a ausência de AFE para o envase de Gases Medicinais, em desacordo com os artigos 2º, 50 e 59 da Lei 6.360/1976. As ações de fiscalização determinadas se aplicam a todos os cilindros de Gases Medicinais cujos lacres são nominais à empresa Oxigênio Brasília, também descritos como: Oxigênio O2 61-4141-6587; ou Oxigênio O2 6199504-6748 ou Oxigênio O2 61-98262-6778. Esta medida preventiva está fundamentada no artigo 6º da Lei 6.360/1976 e inciso XV do artigo 7º da Lei 9.782/1999.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.002, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Revogar a Resolução-RE nº 2.487, de 1º de agosto de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 145, de 2 de agosto de 2022, Seção 1, pág. 166, referente à empresa constante no Anexo da presente Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

1. Empresa: J L CARNEIRO COMERCIO ATACADISTA DE GASES - EIRELI - CNPJ: 24.149.654/0001-40
Produto - Apresentação (Lote): MEDICAMENTO();
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 4637374/22-8
Assunto: 70358 - Revogação de Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização revogadas: Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Uso
Recolhimento
Motivação: Considerando a desinterdição da empresa pela VISA/TO, na data de 19/05/2022, permanecendo a necessidade de recolhimento de cilindros envasados até a data da interdição inicial, ocorrida em 04/05/2022.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.008, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária Substituta, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar a medida preventiva constante no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

1. Empresa: TECNO CLEAN INDUSTRIAL LTDA. - CNPJ: 03723481000151
Produto - (Lote): PROPILENO GLYCOL USP MARCA TECNOCLEAN (lotes AD5053C22 e AD4055C21);
Tipo de Produto: Alimento
Expediente nº: 4672984/22-4
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Proibição - Comercialização, Distribuição, Manipulação, Uso
Recolhimento
Motivação: Considerando que investigações conduzidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) detectaram o envolvimento inicial dos lotes AD5053C22 e AD4055C21 do produto PROPILENO GLYCOL USP, da empresa Tecno Clean Industrial Ltda, nos casos de intoxicação de animais por ingestão de produtos da empresa Bassar Indústria e Comércio Ltda., e que se trata de matéria-prima que tem uso previsto como aditivo alimentar com indícios de distribuição do produto a empresas do ramo de alimentos, infringindo o disposto no item 2.4.2 da Portaria SVS/MS 540, de 27 de outubro de 1997; e art. 8º da Resolução RDC 722, de 1º de julho de 2022, tendo em vista o inciso XV, art. 7º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999 e o art. 9º da Resolução da Diretoria Colegiada-RDC nº 655, de 24 de março de 2022.

COORDENAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.986, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

BOTICA COMERCIAL FARMACEUTICA LTDA. / 77.388.007/0001-57
25351.321041/2022-00 / 3116228
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4588029223

FARMACIA MEGA POPULAR DO PARA LTDA / 45.380.911/0001-20
25351.323930/2022-01 / 7927737
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593567220

INTENSIMED COMERCIO DE INSTRUMENTOS E MAT. HOSPITALARES LTDA / 38.098.716/0001-46
25351.321059/2022-01 / 3116231
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4588050222

S&A DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 44.185.158/0001-59
25351.328946/2022-01 / 1279879
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4605564225

BELLOACRILICOS - INDUSTRIA E COMERCIO DE RESINA ACRILICA - EIRELI / 30.473.597/0001-52
25351.304095/2022-01 / 8255121
861 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTO PARA SAÚDE - FABRICANTE / 4558302223

S&A DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 44.185.158/0001-59
25351.329467/2022-01 / 3116185
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4606128224

Santa Clara Popular / 37.722.946/0001-71
25351.323867/2022-03 / 7927681
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593378222

DENTAL ON LTDA / 46.326.274/0001-76
25351.324934/2022-07 / 8255274
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4598013222

AFGS INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP / 44.160.434/0001-24
25351.306310/2022-08 / 8255152
861 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTO PARA SAÚDE - FABRICANTE / 4563084221

DROGATIM DROGARIAS LTDA / 06.198.619/0092-76
25351.323824/2022-10 / 7927572
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593251224

CARINE AYRES DA COSTA JACONI / 31.316.067/0001-63
25351.329377/2022-11 / 4049133
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4606034220

LERINA & SOUZA LTDA / 10.444.666/0001-92
25351.304380/2022-13 / 1279817
701 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 4558605226

S&A DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 44.185.158/0001-59
25351.329022/2022-13 / 8255212
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4605647228

J.C.G. COMERCIO VAREJISTA DE MEDICAMENTOS LTDA / 33.317.040/0002-00
25351.323801/2022-13 / 7927416
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593182228

ATACADO FARMACIA LTDA / 46.483.022/0001-50
25351.323865/2022-14 / 7927677
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593372223

R A C SARAIVA / 02.449.947/0002-90
25351.323819/2022-15 / 7927538
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593236221

FARMACIA E DROGARIA THERMAS PHARMA LTDA / 47.213.386/0001-83
25351.323937/2022-15 / 7927768
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593608221

DROGARIA SHOWFARMA LTDA-EPP / 23.073.801/0001-82
25351.323863/2022-17 / 7927650
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593366229

Drogaria Resende comercio de medicamento ltda / 47.054.775/0001-03
25351.323826/2022-17 / 7927586
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593257223

ML distribuidora de medicamentos ltda / 43.186.551/0001-02
25351.336048/2022-18 / 8255321
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4619341223

DENTAL SUL MINEIRA LTDA ME / 03.604.422/0001-64
25351.163437/2022-18 / 1279865
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4375635223

TRANSPORTES BATISTA LTDA / 15.074.810/0001-60
25351.318524/2022-19 / 1279848
701 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 4582928226

M R DE MORAIS & CIA LTDA / 45.685.808/0001-98
25351.304375/2022-19 / 1279803
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4558600224

Alex Felix Dourado de Souza Eireli / 39.359.601/0001-20
25351.323798/2022-20 / 7927391
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593173229

INB TECHNOSCIENCE LTDA / 29.526.510/0001-89
25351.230654/2022-21 / 8255209
861 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTO PARA SAÚDE - FABRICANTE / 4473426220

BAIN MEDICAL SERVIÇOS LTDA / 42.077.375/0001-08
25351.317945/2022-22 / 8255183
859 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - IMPORTADORA / 4582301223

BEATRIZ AH HYEN JO 50606430857 / 41.881.701/0001-64
25351.304396/2022-26 / 8255149
859 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - IMPORTADORA / 4558559224

EXPRESSO JARAGUA TRANSPORTES LTDA / 41.310.609/0001-44
25351.333221/2022-26 / 3116245
737 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 4613220220

LJ Comercio Servico e Importacao LTDA / 47.300.864/0001-92
25351.329334/2022-27 / 8255243
860 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - VAREJISTA / 4605991221

F R CAMPELO LIMA - ME / 34.537.065/0001-92
25351.323808/2022-27 / 7927478
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593203224

Brito e Castro LTDA / 31.442.784/0001-31
25351.323861/2022-28 / 7927632
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593360220

AVANT MEDICAL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 43.347.548/0001-15
25351.325724/2022-28 / 8255291
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4598997222

J & T COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 34.787.571/0001-30
25351.323820/2022-31 / 7927541
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593239225

TRANS SERVIÇOS & COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA. / 13.127.934/0001-30
25351.318665/2022-31 / 3116154
737 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 4583073224

JANDAMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 41.103.222/0001-17
25351.318168/2022-33 / 3116137
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4582534228

CARINE AYRES DA COSTA JACONI / 31.316.067/0001-63
25351.329371/2022-35 / 3116199
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4606028220

B A MUNOZ FARMA / 45.192.827/0001-82
25351.323926/2022-35 / 7927451
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593555226

MAX SPINE DISTRIBUIDORA LTDA / 45.751.639/0001-47
25351.328995/2022-35 / 8255230
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4605618228
---
c almeida da silva / 47.298.573/0001-07
25351.323868/2022-40 / 7927694
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593381222

TOKE FINAL HIGIENIZADOR DE AR LTDA / 45.255.772/0001-02
25351.329482/2022-41 / 3116201
70383 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - INDÚSTRIA - INCORPORAÇÃO, CISÃO OU FUSÃO DE EMPRESAS (SOMENTE MATRIZ) / 4606145226
---
drogaria j r almeida ltda / 47.518.856/0001-17
25351.323811/2022-41 / 7927495
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593212223

FARMA PAIVA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 47.343.240/0001-52
25351.323794/2022-41 / 7927373
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593161225

PEDRO HENRIQUE VIEIRA RIBEIRO LTDA / 46.403.489/0001-43
25351.304233/2022-43 / 1279791
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4558448228

PRODIET NUTRIÇÃO CLÍNICA LTDA / 08.183.359/0003-15
25351.314764/2022-44 / 8255013
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4576476220

SUPER SAUDE COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 13.039.382/0001-09
25351.336028/2022-47 / 8255317
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4619319228

MCR RIBEIRO / 26.248.087/0001-04
25351.314940/2022-48 / 8255027
860 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - VAREJISTA / 4576662228

D R ALVES / 34.808.886/0001-16
25351.323804/2022-49 / 7927433
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593191227

Z L DO MONTE FARMACIA LTDA / 47.298.002/0001-72
25351.323802/2022-50 / 7927420
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593185222

VENDRAMINI COMERCIO E SERVICOS DE EQUIPAMENTOS EIRELI - ME / 20.515.304/0001-07
25351.303929/2022-52 / 8255166
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4558135220

ITTL LOGISTICA E TRANSPORTES LTDA / 23.773.988/0001-27
25351.318661/2022-53 / 3116141
737 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 4583069227

F. A. S. OLIVEIRA EIRELI EPP / 29.957.724/0001-00
25351.323827/2022-53 / 7927590
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593260223

HBL COMERCIO E SERVIÇOS E PRODUTOS MÉDICOS LTDA / 34.193.593/0001-71
25351.322213/2022-54 / 8255261
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4589302225

DENTAL ON LTDA / 46.326.274/0001-76
25351.324933/2022-54 / 1279925
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4598011220

DRAKKAR 1 INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS EIRELI / 28.855.805/0001-36
25351.117361/2022-59 / 4049178
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4293955224

DIMED S/A DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS / 92.665.611/0598-13
25351.323859/2022-59 / 7927615
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593354225

R.L. FARMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA / 04.835.798/0001-42
25351.329464/2022-60 / 8255257
860 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - VAREJISTA / 4606125225

DROGARIA + FLEX POPULAR LTDA / 47.309.693/0001-62
25351.323938/2022-60 / 7927771
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593612229

L. E. F. GONCALVES / 46.646.853/0001-04
25351.323857/2022-60 / 7927601
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593348221

FAST PHARMA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA / 47.271.160/0001-39
25351.306420/2022-61 / 8255170
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4563192228

EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A / 06.626.253/1368-00
25351.323864/2022-61 / 7927663
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593369223

FARMACIA PREFERIDA DOS IGUACUANOS LTDA / 46.165.744/0001-67
25351.323800/2022-61 / 7927402
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593179228

DIMED S/A - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS / 92.665.611/0617-10
25351.323871/2022-63 / 7927710
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593390221

OTIMIZA TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA / 32.086.471/0001-50
25351.321112/2022-66 / 4049164
728 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 4588103229

SOLUTION SOLUCOES LOGISTICAS LTDA / 10.735.143/0001-03
25351.306540/2022-69 / 3116262
734 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ARMAZENADORA (SOMENTE MATRIZ) / 4563317225

DIMED S/A DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS / 92.665.611/0615-59
25351.323809/2022-71 / 7927481
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593206229

RODRIGO DOS SANTOS SARAIVA / 47.028.340/0001-94
25351.323862/2022-72 / 7927646
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593363224

J & L DROGARIA E MEDICAMENTOS LTDA / 46.890.519/0001-93
25351.323816/2022-73 / 7927524
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593227221

ML distribuidora de medicamentos ltda / 43.186.551/0001-02
25351.336047/2022-73 / 3116259
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4619340227

AROME COSMETICOS LTDA / 40.176.795/0001-08
25351.321079/2022-74 / 4049151
721 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS PARA HIGIENE - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 4588070223

PEDRO FERNANDO ALENCAR ALVES - ME / 34.425.498/0002-37
25351.323823/2022-75 / 7927569
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593248224

DBS MATERIAIS HOSPITALARES LTDA / 36.040.751/0001-89
25351.321086/2022-76 / 8255303
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4588077228

LUFT CONTROLE DA ALERGIA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA / 00.808.235/0001-04

25351.325108/2022-77 / 8255288
861 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTO PARA SAÚDE - FABRICANTE / 4598329220

RAIA DROGASIL S/A / 61.585.865/3008-99
25351.250345/2022-77 / 7927447
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4493944222

AVAM FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 46.774.467/0001-90
25351.304100/2022-77 / 1279788
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4558307225

L&B DISTRIBUIDORA LTDA / 46.532.426/0001-97
25351.329617/2022-79 / 3116214
712 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 4606292229

CARINE AYRES DA COSTA JACONI / 31.316.067/0001-63
25351.329372/2022-80 / 1279896
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4606029226

MARTINS DE SOUSA E CIA LTDA / 46.649.105/0001-77
25351.323927/2022-80 / 7927723
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593558221

FARMAVALLE COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 45.471.708/0001-69
25351.323934/2022-81 / 7927754
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593579223

J M MATOS LTDA / 45.994.982/0001-12
25351.323807/2022-82 / 7927464
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593200220

DROGARIA DRIANA LTDA / 47.389.639/0001-74
25351.323860/2022-83 / 7927629
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593357220

DROGAFARMA ARAPIRACA LTDA / 37.504.058/0001-82
25351.323814/2022-84 / 7927511
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593221222

DROGARIA OCEAN FARMA DE ITACOATIARA LTDA / 41.863.343/0002-48
25351.323797/2022-85 / 7927387
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593170224

M. B. NOGUEIRA DA SILVA LTDA / 39.893.116/0001-32
25351.323821/2022-86 / 7927555
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593242225

B&R Distribuidora de Materiais Hospitalares LTDA / 19.849.916/0001-49
25351.325459/2022-88 / 4049147
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4598716223

MICROBIOTECH COMERCIAL LTDA / 04.569.911/0001-95
25351.318112/2022-89 / 8255197
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4582476228

Brazen Ltda / 45.590.051/0001-59
25351.304160/2022-90 / 8255135
859 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - IMPORTADORA / 4558367228

MDI FARMACIA LTDA / 47.222.426/0001-53
25351.323932/2022-92 / 7927741
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593573224

PARVATI COSMETICOS LTDA / 47.054.607/0001-18
25351.321808/2022-92 / 4049116
722 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - IMPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 4588881221

VAGNER DIAS VIANA LIMA / 35.748.153/0001-04
25351.322167/2022-93 / 8255226
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4589252228

DROGAMERICAS LTDA / 47.085.083/0001-22
25351.323869/2022-94 / 7927706
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593384227

KF HERMES DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 45.894.194/0001-54
25351.195097/2022-94 / 1279821
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4421616222

J E M DE LIMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES E SUPRIMENTOS UNIPESSOAL LTDA / 42.835.394/0001-48
25351.322110/2022-94 / 4049120
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4589193221

EMPREENDIMENTOS FARMACEUTICOS GLOBO LTDA / 63.503.007/0192-46
25351.323812/2022-95 / 7927507
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593215228

ORBISPHARMA DISTRIBUIDORA E LOGISTICA LTDA / 10.585.311/0001-13
25351.322093/2022-95 / 3116171
735 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - IMPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 4589176220

SUPER SAUDE COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 13.039.382/0001-09
25351.336050/2022-97 / 1279956
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4619343226

SPOT ZERO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA / 22.206.179/0001-70
25351.321036/2022-99 / 3116168
712 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 4588023225

JANDAMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 41.103.222/0001-17
25351.318167/2022-99 / 1279834
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4582533221

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.987, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para as Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

G S SILVA / 32.577.735/0002-50
25351.323803/2022-02 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593188227
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

WANFARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 47.325.460/0001-53
25351.323810/2022-04 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593209223
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

VICTOR MANOEL AVELINO DOS SANTOS / 40.500.382/0001-37
25351.323828/2022-06 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593263228
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

BMM DISTRIBUIDORA DE ARTIGOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA / 08.179.157/0001-38
25351.333202/2022-08 /
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4613197228
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
O documento apresentado, emitido pela autoridade sanitária local competente, não atesta o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

JC MED - DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS MEDICOS - LTDA / 43.882.205/0001-50
25351.117219/2022-10 /
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4293622225
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
O documento apresentado, emitido pela autoridade sanitária local competente, não atesta o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

DROGARIA E PERFUMARIA LIDER DO CRYSTAL MALL LTDA / 43.738.765/0001-36
25351.323858/2022-12 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593351221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

JLR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA / 07.656.799/0001-18
25351.322332/2022-15 /
701 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 4589429225
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente; conforme disposto nos artigos 15 e 18 da RDC nº 16/2014.

ANA MARCIA DE PAIVA FORTE / 41.672.043/0001-09
25351.323856/2022-15 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593345226
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

CAIXA DE ASSISTENCIA DOS ADVOGADOS DE SAO PAULO / 44.692.168/0027-10
25351.323872/2022-16 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593393226
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

O. DE SOUZA PARAIZO PRODUTOS FARMACEUTICOS / 46.401.742/0001-20
25351.323817/2022-18 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593230221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

Drogaria Droga Sol de Votuporanga Ltda / 37.669.628/0001-94
25351.323870/2022-19 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593387221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

TRAMED DISTRIBUIDORA LTDA / 42.260.628/0001-76
25351.325315/2022-21 /
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4598547227
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção ou documento equivalente que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente; conforme disposto nos artigos 15 e 18 da RDC nº 16/2014.

JOANA DARC CRUZ BARBOSA / 46.351.248/0001-06
25351.323822/2022-21 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593245220
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

DROGARIA BARRETO E CAVALCANTE LTDA / 45.425.748/0001-74
25351.323928/2022-24 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593561221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:

A declaração do Anexo I da RDC nº 275/2019 apresentada não contém as assinaturas dos representantes, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

A.M COMERCIO DE PROD FARMACEUTICOS LTDA / 46.457.836/0001-10
25351.323935/2022-26 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593582223
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

G B ARAUJO / 46.030.511/0001-57
25351.323854/2022-26 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593339221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

HP FARMAS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 47.123.375/0001-02
25351.323815/2022-29 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593224227
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

MARIA DO SOCORRO DE MELO CARVALHO / 45.595.251/0001-02
25351.323813/2022-30 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593218222
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
A declaração do Anexo I da RDC nº 275/2019 apresentada não contém as assinaturas dos representantes, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

DROGARIA PHARNA MED EIRELI / 32.724.979/0001-37
25351.323796/2022-31 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593167224
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

SAO JOSE ASSISTENCIA SAUDE E MEDICAMENTOS / 46.482.835/0001-26
25351.318520/2022-31 /
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4582924221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de Relatório de Inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

D.M.PINDANGA - ME / 18.591.633/0001-87
25351.304161/2022-34 /
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4558369221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de Relatório de Inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

JC MED - DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS MEDICOS - LTDA / 43.882.205/0001-50
25351.117220/2022-36 /
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4293623221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
O documento apresentado, emitido pela autoridade sanitária local competente, não atesta o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

AMANDA F R LTDA / 46.851.858/0001-60
25351.323771/2022-37 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593094225
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

ANA CAROLINA PEREIRA CORREA PRODUTOS FARMACEUTICOS / 36.475.363/0001-20
25351.323933/2022-37 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593576229
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

FARMACIA HP LTDA / 46.713.302/0001-08
25351.323806/2022-38 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593197226
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

DROGARIA POPULAR DO TINGUI LTDA / 40.141.329/0001-97
25351.329362/2022-44 /
860 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - VAREJISTA / 4606019221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Contrato Social com objeto compatível com a atividade pleiteada, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

LUANA MEDICAMENTOS LTDA / 43.098.133/0001-55
25351.323931/2022-48 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593586226
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

DROGARIA ALCANTARA 4 LTDA / 43.156.491/0001-77
25351.323866/2022-51 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593375228
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

NATUVIDA COMERCIO E REPRESENTACAO DE PRODUTOS NATURAIS E FARMACEUTICOS LTDA / 06.229.139/0001-98
25351.304208/2022-60 /
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4558421222
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de Relatório de Inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014. Conforme estabelecido pelo art. 51, da Lei 6.360/76 e pelo art. 3º do Decreto 8.077/13, a Autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.

S M COMERCIO REP DE EQUI E PROD FARMACEUTICOS / 30.533.899/0006-83
25351.323818/2022-62 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593233226
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

ISONALDO OLIVEIRA DE BRITO FARMACIA / 46.740.688/0001-47
25351.323825/2022-64 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593254229
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

M R FEITOSA LTDA / 46.469.828/0001-94
25351.323855/2022-71 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593342221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

3PH MEDICAMENTOS ESPECIAIS LTDA / 44.387.711/0001-36
25351.323936/2022-71 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593605226
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

MHL DROGARIA S.A / 09.396.401/0024-73
25351.323799/2022-74 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593176223
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

BMM DISTRIBUIDORA DE ARTIGOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA / 08.179.157/0001-38
25351.333173/2022-76 /
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4613161223
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
O documento apresentado, emitido pela autoridade sanitária local competente, não atesta o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

GUIMALAB PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA / 47.137.489/0001-01
25351.322146/2022-78 /
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4589231221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente; conforme disposto nos artigos 15 e 18 da RDC nº 16/2014.

PIAUILINO SANTOS E CIA LTDA / 37.827.258/0001-76
25351.323929/2022-79 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593564225
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

AVANCO PRODUTOS MEDICOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALAR LTDA / 41.247.637/0001-64
25351.318514/2022-83 /
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4582918221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de Relatório de Inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014. Conforme estabelecido pelo art. 51, da Lei 6.360/76 e pelo art. 3º do Decreto 8.077/13, a Autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.

LA RONDINE INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA / 04.176.315/0001-45
25351.328989/2022-88 /
70812 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - EMBALAR / 4605612220
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de relatório de inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente. Conforme estabelecido pelo artigo 51 da Lei Nº 6.360/76 e pelo artigo 3º do Decreto Nº 8.077/13, a Autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.

RAIMUNDO GERSON PAULINO / 11.873.966/0001-50
25351.323805/2022-93 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593194221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

PHARMAT SCATENA GARCIA LTDA / 45.259.902/0001-85
25351.323795/2022-96 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4593164220
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

BONATI COMPANY - PRODUTOS PARA SAUDE LTDA / 23.471.726/0002-99
25351.318456/2022-98 /
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4582838227
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de Relatório de Inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014. Conforme estabelecido pelo art. 51, da Lei 6.360/76 e pelo art. 3º do Decreto 8.077/13, a Autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário. Adicionalmente, a matriz da empresa não possui AFE para a classe de produtos para saúde.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.988, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

MORAES FRANCO SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTES / 86.976.487/0001-68
25351.329713/2022-17 / 1279908
7176 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 4606390221

VIVA GLOBAL CARGO SERVIÇOS LOGISTICOS EIRELI / 35.229.664/0001-01
25351.325221/2022-52 / 1279939
7176 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 4598449225

POSTALLE EXPRESS SERVICOS DE ENTREGA EIRELI / 19.968.102/0001-23
25351.321040/2022-57 / 1279942
7176 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 4588028227

JANDAMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 41.103.222/0001-17
25351.318553/2022-81 / 1279851
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 4582957226

J E M DE LIMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES E SUPRIMENTOS UNIPESSOAL LTDA / 42.835.394/0001-48
25351.322391/2022-85 / 1279911
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 4589489228

S&A DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 44.185.158/0001-59
25351.329067/2022-98 / 1279882
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 4605694226

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.989, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

ULTRAMED DISTRIBUIDORA EIRELI / 32.713.461/0002-89
25351.325333/2022-11 /
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 4598566221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Relatório de Inspeção descrevendo a capacidade da empresa para executar a atividade relacionada a substâncias sujeitas ao controle especial, emitido pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15, § 4º e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

TRANSPORTADORA PRINT LTDA / 06.134.846/0001-09
25351.318130/2022-61 /
7176 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 4582495222
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
O documento apresentado pela empresa foi emitido pela autoridade sanitária local competente há mais de 12 (doze) meses, contrariando o artigo 17, da RDC n° 16/2014

RETIFICAÇÃO

Na Resolução- RE nº 3.945, de 20 de agosto de 2010, publicada no Diário Oficial da União Nº 161, de 23 de agosto de 2010, Seção 1 pág. 57 e em Suplemento pág. 72 e 73

Onde se lê:

Art. 1º. Conceder Autorização Funcionamento para Empresa de Insumos Farmacêuticos e de Medicamentos, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Leia-se:

Art. 1º. Conceder Autorização Funcionamento para Empresa de Insumos Farmacêuticos e de Medicamentos, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

GERÊNCIA DE LABORATÓRIOS DE SAÚDE PÚBLICA

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.953, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente substituto de Laboratórios de Saúde Pública no uso das atribuições que lhe confere o art. 138 aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 390, de 26 de maio de 2020, resolve:

Art.1º Habilitar, na Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde (REBLAS), o(s) laboratório(s) constante(s) no anexo.

Art.2º A presente habilitação terá validade de 4 (quatro) anos, a contar da data de sua publicação.

Art.3º O(s) escopo(s) habilitado(s) são(erão) publicado(s) no portal eletrônico da ANVISA: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/laboratorios.

Art.4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JULIERME GONÇALVES DA SILVA

ANEXO

ASSUNTO PETIÇÃO EXPEDIENTE
RAZÃO SOCIAL CNPJ
CÓD. REBLAS
ENDEREÇO CIDADE UF

70675- REBLAS - Habilitação Inicial de Laboratório Analítico. 4585210/22-9
SGS do Brasil Ltda. 33.182.809/0071-43
175
Rua João Leonardo Fustaino nº 201 - Distr. Indl. Uninorte. Piracicaba/SP

5ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE PORTOS, AEROPORTOS, FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.996, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, no uso das atribuições que lhe confere o art. 160, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e ainda amparado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002 resolve:

Art. 1º Deferir o pleito de concessão de Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES DE ARAÚJO RIOS

ANEXO

MATRIZ
EMPRESA: SECO AMBIENTAL, SERVICOS, PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA
ENDEREÇO: SIT SERRA VERDE DE APRIGIO, 400
BAIRRO: ZONA RURAL
MUNICÍPIO: CUPIRA
UF: PE
CEP: 55.460-000
CNPJ: 33.614.013/0001-00
PROCESSO: 25757.000791/2022-70 (EXP. 2785679/22-9)
AUTORIZ./MS: 9.09924-4
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: DESINSETIZAÇÃO OU DESRATIZAÇÃO EM VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR POSTOS DE FRONTEIRA, EMBARCAÇÕES, AERONAVES, TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS, POSTOS DE FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS;

MATRIZ
EMPRESA: A R C DE LIMA SILVA IMUNIZAÇÃO
ENDEREÇO: RUA JOAQUIM SÁ, Nº 83
BAIRRO: TIMBU
MUNICÍPIO: EUSÉBIO
UF: CE
CEP: 61.760-000
CNPJ: 39.551.887/0001-41
PROCESSO: 25763.000004/2022-19 (EXP: 4526431/22-2)
AUTORIZ/MS: 9.09982-4
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: DESINSETIZAÇÃO OU DESRATIZAÇÃO EM VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR POSTOS DE FRONTEIRA, EMBARCAÇÕES, AERONAVES, TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS, POSTOS DE FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.997, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, no uso das atribuições que lhe confere o art.160, aliado ao art.203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada -RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e ainda amparado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº346 de 2002, resolve:

Art. 1º Indeferir o pleito de concessão de Certificação de Boas Práticas de Armazenagem, em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

ANEXO

MATRIZ
EMPRESA: AEROPORTOS BRASIL VIRACOPOS S.A.
ENDEREÇO: ROD SANTOS DUMONT KM 66, S/N, PREDIO ADMINISTRATIVO
BAIRRO: PARQUE VIRACOPOS
MUNICÍPIO: CAMPINAS
UF: SP
CEP: 13.052-900
CNPJ: 14.522.178/0001-07
PROCESSO: 25759.024312/2020-29 (EXP: 078839/20-2)
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: BOAS PRÁTICAS DE ARMAZENAGEM DE MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: A EMPRESA NÃO CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DESCRITAS NO RELATÓRIO (TERMO DE INSPEÇÃO) Nº 63/2021 - CRPAF/SP (SEI 1784830); NÃO CUMPRE A NOTIFICAÇÃO SANITÁRIA Nº483/2022/CRPAF/SP/GGPAF/DIRE5/ANVISA; NÃO CUMPRE COM BOAS PRÁTICAS DE ARMAZENAGEM PRECONIZADAS PELO ANEXO III, DA RDC 346, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2002, POR NÃO ATENDER AO DISPOSTO NOS ITENS 7.1.2, 7.1.7, 7.1.9 DO ANEXO I - BOAS PRÁTICAS DE ARMAZENAGEM DE MERCADORIAS SOB VIGILÂNCIA SANITÁRIA E ITENS 4.3, 4.7, 4.9.1, DO ANEXO II - ROTEIRO DE INSPEÇÃO PARA FINS DE VERIFICAÇÃO DAS BOAS PRÁTICAS DE ATIVIDADE DE ARMAZENAGEM - PARTE 8.

MATRIZ
EMPRESA: AEROPORTOS BRASIL VIRACOPOS S.A.
ENDEREÇO: ROD SANTOS DUMONT KM 66, S/N, PREDIO ADMINISTRATIVO
BAIRRO: PARQUE VIRACOPOS
MUNICÍPIO: CAMPINAS
UF: SP
CEP: 13.052-900
CNPJ: 14.522.178/0001-07
PROCESSO: 25759.024316/2020-15 (EXP: 078903/20-8)
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: BOAS PRÁTICAS DE ARMAZENAGEM DE PRODUTOS PARA A SAÚDE
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: A EMPRESA NÃO CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DESCRITAS NO RELATÓRIO (TERMO DE INSPEÇÃO) Nº 63/2021 - CRPAF/SP (SEI 1784830); NÃO CUMPRE A NOTIFICAÇÃO SANITÁRIA Nº483/2022/CRPAF/SP/GGPAF/DIRE5/ANVISA; NÃO CUMPRE COM BOAS PRÁTICAS DE ARMAZENAGEM PRECONIZADAS PELO ANEXO III, DA RDC 346, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2002, POR NÃO ATENDER AO DISPOSTO NOS ITENS 7.1.2, 7.1.7, 7.1.9 DO ANEXO I - BOAS PRÁTICAS DE ARMAZENAGEM DE MERCADORIAS SOB VIGILÂNCIA SANITÁRIA E ITENS 4.3, 4.7, 4.9.1, DO ANEXO II - ROTEIRO DE INSPEÇÃO PARA FINS DE VERIFICAÇÃO DAS BOAS PRÁTICAS DE ATIVIDADE DE ARMAZENAGEM - PARTE 8.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.998, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, no uso das atribuições que lhe confere o art.160, aliado ao art.203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada -RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e ainda amparado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº345 de 2002, resolve:

Art. 1º Indeferir o pleito de concessão de Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

ANEXO

MATRIZ
EMPRESA: MULTISERVICE AMBIENTAL LTDA
ENDEREÇO: R DO LIMBO, 21
BAIRRO: ALTO DA POSSE
MUNICÍPIO: NOVA IGUAÇU
UF: RJ
CEP: 26.022-460
CNPJ: 26.664.671/0001-40
PROCESSO: 25351.727195/2021-12 (EXP: 2636965/21-1)
ÁREA: PAF
ATIVIDADE:LIMPEZA, DESINFECÇÃO OU DESCONTAMINAÇÃO DE SUPERFÍCIES DE VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR POSTOS DE FRONTEIRA, AERONAVES, EMBARCAÇÕES, TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS, POSTOS DE FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS;
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: A EMPRESA NÃO APRESENTOU DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS PARA A ATIVIDADE PLEITEADA E ALGUNS DOCUMENTOS ESTÃO CONTRADITÓRIOS, COM BASE NA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DADA PELOS ARTIGOS 2º (INCISOS II, IV E PARÁGRAFO ÚNICO), 3º, 11, 14, 16 DO REGULAMENTO, ANEXOS I E III DA RESOLUÇÃO RDC 345/2002, ALTERADA PELA RESOLUÇÃO RDC Nº 374 DE 16 DE ABRIL DE 2020; ARTIGOS 1º, 3º, 4º, 5º, 7º, 8º, 9º, 10º, 11, 12, 81, 82, 83, 84, 94, ANEXOS I E II DA RESOLUÇÃO RDC 661, DE 30 DE MARÇO DE 2022; ARTIGOS 1º, 2º, 3º, 6º, 7º, 8º, 9º, 13 DA RESOLUÇÃO RDC Nº 664/2022; ARTIGO 2º (INCISO V E INCISOS I, II E PARÁGRAFO ÚNICO DO § 2º) DA RESOLUÇÃO RDC Nº 204, 06 DE JULHO DE 2005.

Ministério do Trabalho e Previdência

SECRETARIA DE TRABALHO

PORTARIA STRAB/MTP Nº 2.788, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022

Dispõe sobre o prazo para a apresentação do Plano de Ações e Serviços - PAS do bloco de ações e serviços de Gestão e Manutenção da Rede de Unidades de Atendimento do Sistema Nacional de Emprego - SINE, referente ao exercício de 2022.

O SECRETÁRIO DO TRABALHO, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 11.068, de 10 de maio de 2022, e tendo em vista o disposto no art. 3º, § 2º e no art. 12, § 1º, inciso III, da Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018, e no art. 17 da Resolução Codefat nº 921, de 18 de novembro de 2022, resolve:

Art. 1º Estabelecer o prazo de 30 dias, contado a partir da data de publicação, para que os entes parceiros do SINE apresentem o Plano de Ações e Serviços - PAS do bloco de ações e serviços de Gestão e Manutenção da Rede de Unidades de Atendimento do SINE, relativo ao exercício de 2022, segundo o modelo e os procedimentos estabelecidos na Portaria nº 8.057, de 20 de março de 2020.

Parágrafo único. Até a data limite informada no caput, por meio da Plataforma Mais Brasil, o ente parceiro deverá concluir o preenchimento do PAS, registrar sua aprovação pelo Conselho do Trabalho, Emprego e Renda - CTER e enviá-lo à Coordenação-Geral de Políticas de Emprego da Subsecretaria de Políticas Públicas de Trabalho, observado o disposto no art. 5º e Anexo I da Portaria nº 8.057, de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO RODRIGUES DE SOUZA

SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTRO SINDICAL

DESPACHO DE 8 DE SETEMBRO DE 2022-CSU

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2329 (SEI 27609811), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, Processo nº 14021.105910/2022-68, de interesse de AMARAL INCORP LTDA, CNPJ 21.230.412/0001-98, diante da prescrição da pretensão da restituição da CSU, nos termos art. 15 da Portaria ME nº 5.570/2021.

JOSÉ DE RIBAMAR PEREIRA JÚNIOR
Substituto

DESPACHO DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, com fundamento na Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, c/c Portaria/MTP nº 2, de 3 de janeiro de 2022; em cumprimento à Decisão Judicial (27663280), ATOrd nº 0000582-13.2021.5.10.0017, proveniente da 17ª Vara do Trabalho de Brasília - DF, TRT da 10ª Região, atestada pelo PARECER DE FORÇA EXECUTÓRIA Nº 00407/2022/CORETRABNE/PRU1R/PGU/AGU (27663280), de 26 de agosto de 2022, na qual fora deferido o pedido da tutela requerida, determinando incontinenti o cumprimento do comando da sentença de mérito, devendo a autoridade ministerial promover, imediatamente, o respectivo processamento do Pedido de Registro Sindical nº 46215.003168/2017-17, providência que deverá ser tomada no prazo de até 10 (dez) dias, sob pena de determinação de medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o fiel cumprimento desta ordem judicial (CPC, artigo 139, inciso IV); e com fundamento na ANÁLISE TÉCNICA Nº 352/2022 (27663264), resolve: INDEFERIR o Processo de Pedido de Registro Sindical nº 46215.003168/2017-17 - SC18844, CNPJ: 26.400.282/0001-08, de interesse do SINDGUAPOR-RJ - Sindicato dos Guardas Portuários Empregados de Autoridade Portuária dos Municípios de Arraial do Cabo, Angra dos Reis, Itaguaí, Niterói e Rio de Janeiro (impugnado), nos termos do art. 253, inciso IV, e art. 285 da Portaria/MTP nº 671/2021, tendo em vista que a base territorial requerida engloba o município sede (Rio de Janeiro) do Sindicato do Vigias Portuários do Estado do Rio de Janeiro - RJ, Carta Sindical: L019 P034 A1949, CNP: 34.160.960/0001-30 (27693001), representante de idêntica categoria e detentora de Registro Sindical (RES).

JOSÉ DE RIBAMAR PEREIRA JÚNIOR
Substituto

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PORTARIA PRES/INSS Nº 1.493, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

Altera o Anexo da Portaria nº 1.481, de 22 de agosto de 2022.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso da competência que lhe confere o Decreto nº 10.995, de 14 de março de 2022, e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 35014.213821/2022-53, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria PRES/INSS nº 1.481, de 22 de agosto de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 160, de 23 de agosto de 2022, Seção 1, págs. 105/106, passa a vigorar nos termos do Anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUILHERME GASTALDELLO PINHEIRO SERRANO

ANEXO

PORTARIA PRES/INSS Nº 1.481, DE 22 DE AGOSTO DE 2022
LISTA DE SERVIÇOS DISPONÍVEIS

CÓDIGO	SERVIÇO
6227	Acordo Internacional - Declaração de Filiação ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS
6492	Acordo Internacional - Aposentadoria da Pessoa com Deficiência por Idade
6452	Acordo Internacional - Aposentadoria da Pessoa com Deficiência por Tempo de Contribuição
3653	Acordo Internacional - Aposentadoria por Idade
5852	Acordo Internacional - Aposentadoria por Incapacidade Permanente
3743	Acordo Internacional - Aposentadoria por Tempo de Contribuição
5832	Acordo Internacional - Auxílio por Incapacidade Temporária
5912	Acordo Internacional - Certificado de Deslocamento de Exceção
3767	Acordo Internacional - Certificado de Retificação de Deslocamento Temporário
3770	Acordo Internacional - Pensão por Morte
3741	Acordo Internacional - Revisão
3746	Acordo Internacional - Salário-Maternidade
3764	Acordo Internacional - Solicitar Atualização de Dados Cadastrais e/ou Bancários
3739	Acordo Internacional - Solicitar Atualização de Dados de Imposto de Renda
3744	Acordo Internacional - Solicitar Benefício Exclusivo do País Acordante
3765	Acordo Internacional - Solicitar Certificado de Deslocamento Temporário Inicial
3766	Acordo Internacional - Solicitar Certificado de Prorrogação de Deslocamento Temporário
3745	Acordo Internacional - Solicitar Reativação de Benefício
3771	Acordo Internacional - Solicitar Regularização de Pagamentos em Atraso
3772	Acordo Internacional - Solicitar Transferência de Benefício para Recebimento em Banco no Exterior
6513	Acordo Internacional - Transf. de Benefício de Residente no Exterior para Receb. em Banco Brasileiro
3768	Acordos Internacionais - Solicitar Emissão de Histórico de Seguro
3072	Alterar Local ou Forma de Pagamento
2812	Aposentadoria da Pessoa com Deficiência por Idade
2773	Aposentadoria da Pessoa com Deficiência por Tempo de Contribuição
1671	Aposentadoria por Idade Rural
2772	Aposentadoria por Idade Urbana
3372	Aposentadoria por Tempo de Contribuição
4852	Auxílio-Acidente
15515	Atualizar Cadastro e/ou Benefício
15555	Atualizar Dados do Imposto de Renda
15615	Solicitar Desistência/ Encerramento/ Renúncia de Benefício
15535	Atualizar Procurador e Representante Legal
15616	Solicitar Emissão de Pagamento não Recebido
4632	Auxílio-Reclusão Rural
4613	Auxílio-Reclusão Urbano
14375	Avaliação Social BPC/LOAS - Inicial (Remota)
1655	Benefício Assistencial à Pessoa com Deficiência
1657	Benefício Assistencial ao Idoso
4614	Benefício Assistencial ao Trabalhador Portuário Avulso
4452	Bloquear/Desbloquear Benefício para Empréstimo Consignado
3097	Cadastrar ou Atualizar Dependentes para Salário-Família
5553	Cadastrar/Alterar/Excluir Pensão Alimentícia
8895	Cancelar Certidão de Tempo de Contribuição
1673	Certidão de Tempo de Contribuição
1631	Cópia de Processo
1891	Envio de Documentos para Auxílio-Doença Rural
4633	Pecúlio
5412	Pensão Especial - Síndrome da Talidomida
15256	Pensão Especial das Vítimas de Hemodiálise de Caruaru-PE
15255	Pensão mensal vitalícia do Dependentes de Seringueiro (Soldado da Borracha)
15235	Pensão Mensal Vitalícia do Seringueiro (Soldado da Borracha)
1658	Pensão por Morte Rural
1659	Pensão por Morte Urbana
4532	Recurso Especial (2ª instância)/ Alteração de Acórdão
3292	Recurso Ordinário (1ª instância)
3972	Reemitir Parcelas - Seguro Defeso
3092	Renovar Declaração de Cárcere/Reclusão
4772	Requerimento de Antecipação de Pagamento da Revisão do Art. 29
2071	Revisão
8934	Revisão de Certidão de Tempo de Contribuição
1674	Salário-Maternidade Rural
1675	Salário-Maternidade Urbano
2452	Seguro Defeso - Pescador Artesanal
3052	Solicitação de Acréscimo de 25%
4872	Solicitação de Isenção de IR
3173	Solicitar Alta a Pedido
3474	Solicitar Certidão de Inexistência de Dependentes Habilitados à Pensão por Morte
3854	Solicitar Exclusão de Mensalidade de Associação ou Sindicato no Benefício
3099	Suspender o Benefício Assistencial à Pessoa com Deficiência para Inclusão no Mercado
3812	Validação Facultativo Baixa Renda

PORTARIA PRES/INSS Nº 1.495, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

Altera a Portaria PRES/INSS nº 1.341, de 20 de agosto de 2021.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso da competência que lhe confere o Decreto nº 10.995, de 14 de março de 2022, e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 00695.000550/2021-91, resolve:

Art. 1º A Portaria PRES/INSS nº 1.341, de 20 de agosto de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 161, de 25 de agosto de 2021, Seção 1, pág. 204, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º A dispensa prevista no art. 1º também é aplicável nos casos de representações decorrentes de Acordos de Cooperação Técnica mantidos pela OAB com o INSS, para fins de requerimento de benefícios e serviços, quando estas se fizerem representar por meio de Termo de Representação e Autorização de Acesso a Informações Previdenciárias." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUILHERME GASTALDELLO PINHEIRO SERRANO

Ministério do Turismo

SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA

SECRETARIA NACIONAL DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 55, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DO AUDIOVISUAL, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 584, de 24 de maio de 2022 e o art. 1º da Portaria nº 1.201, de 18 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1.º - Homologar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) nesta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

211750 - Do Meu Lixo Cuido Eu
PORTUNHOL FILMES E ENTRETENIMENTO LTDA - ME
CNPJ/CPF: 26.276.990/0001-89
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Complementado: R$ 64,90
Valor total atual: R$ 199.502,60

Art. 2.º - Homologar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) nesta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

211247 - A Luz do Tempo
Okna Produções Culturais Ltda
CNPJ/CPF: 08.267.476/0001-03
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Reduzido: R$ 12.696,33
Valor total atual: R$ 584.461,48

210671 - Exibição Cine Arte Folclore
edna aparecida barbosa
CNPJ/CPF: 880.675.306-10
Cidade: Mogi Guaçu - SP;
Valor Reduzido: R$ 20.020,00
Valor total atual: R$ 179.751,00

Art. 3º - Homologar os projetos audiovisuais, relacionados no anexo desta Portaria, que após terem atendido aos requisitos de admissibilidade estabelecidos pela Lei nº 8.313/1991, Decreto nº 5.761/2006 e a Instrução Normativa vigente, passam para a fase de obtenção de doações e patrocínio.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO CHAVES LOPES

ANEXO I - Artigo 18 , § 1º

220804 - ECOCINE ITINERANTE 1ª EDIÇÃO
JK PROJETOS ESPORTIVOS E CULTURAIS LTDA
CNPJ/CPF: 27.501.490/0001-66
Cidade: Brasília - DF;
Valor Aprovado: R$ 397.320,53
Prazo de Captação: 12/09/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: A realização do EcoCine 1ª edição propõe levar uma estrutura de cinema itinerante que proporcione a experiência de uma sessão de cinema para pessoas que, por questões econômicas ou geográficas, não possuem acesso a essa atividade cultural. Realizaremos o projeto em até 04 cidades brasileiras da região centro-oeste, ou outras regiões de acordo com o patrocínio obtido, sendo 03 dias com 05 sessões de cinema em cada uma das 04 cidades, totalizando, 12 dias de ação com 20 sessões de cinema, ao longo de 75 dias de incluindo todas as fases de produção, ampliando o acesso à sétima arte de forma totalmente gratuita.

220806 - Reforma Surpresa
Halo Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 07.824.062/0001-67
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 199.996,50
Prazo de Captação: 12/09/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Este projeto vai viabilizar a produção de um documentário de média metragem com duração entre 40 a 45 minutos, no formato 4K (3.840 x 2.160), que vai acompanhar a rotina diária, contando as histórias de profissionais da área do audiovisual. O documentário de média metragem, que será veiculado de forma gratuita em plataformas digitais como o Youtube.

220807 - Paixão esquecida: a história do futebol profissional de Maringá
Miguel Fernando Perez Silvia - ME
CNPJ/CPF: 28.278.058/0001-10
Cidade: Maringá- PR;
Valor Aprovado: R$ 254.980,00
Prazo de Captação: 12/09/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O documentário de média-metragem "Paixão esquecida: a história do futebol profissional de Maringá" visa resgatar os principais fatos históricos deste esporte na cidade. Com69 minutos, sendo finalizado em 4K, o produto final será exibido de forma gratuita para toda população local.

220808 - VII Festival Imperial de Cinema de Petrópolis
Pacheco Monteiro comunicações Ltda
CNPJ/CPF: 15.676.647/0001-05
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 299.955,04
Prazo de Captação: 12/09/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Realizar o VII Festival de Cinema de Petrópolis, que é um festival de audiovisual e uma conferência audiovisual, a Petropolis Conference, que sera realizado online e presencial com exibição curtas e longas, modelo híbrido para o momento, com temas relevantes a representação da cultura brasileira e estética. Será realizado durante 10 dias em Petropolis, estimativa de um publico em 10 mil pessoas, entre on line e presencial.

220809 - Da lama à universidade: a história do ensino superior em Maringá
Miguel Fernando Perez Silvia - ME
CNPJ/CPF: 28.278.058/0001-10
Cidade: Maringá- PR;
Valor Aprovado: R$ 260.482,20
Prazo de Captação: 12/09/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O documentário de média-metragem "Da lama à universidade: a história do ensino superior em Maringá" visa resgatar os principais fatos que retratam a formação acadêmica em Maringá-PR, cidade que conta com universidades, centros universitários e faculdades, formando um dos principais polos educacionais do Brasil. Com 69 minutos, será finalizado em 4K e exibido de forma gratuita para a população local.

ANEXO I - Artigo 26

220803 - Os Xiiisssss
MÁRCIA BERTUOL TONIN
CNPJ/CPF: 526.082.129-72
Cidade: Farroupilha - RS;
Valor Aprovado: R$ 207.378,17
Prazo de Captação: 12/09/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: A proposta visa a produção da websérie documental "Os Xiiisssss", a websérie documental contará com 14 episódios, com 60 minutos de duração por episódio, filmado e finalizado em Full HD, a disponibilização acontecerá através do YouTube. Cada episódio será sobre uma cidade da Serra Gaúcha, trazendo curiosidades sobre a cidade, além de entrevistas com personagens importantes da cultura e história de cada cidade, além de apresentar os artistas e grupos artísticos relevantes para a cultura das regiões apresentadas.

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DESPACHO Nº 120-E, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições previstas no art. 13, III, do Anexo I ao Decreto nº. 8.283, de 3 de julho de 2014, torna públicas as seguintes Deliberações de Diretoria Colegiada:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das legislações indicadas, e cujos prazos de captação se encerram em 31/12/2024.

22-0543 TEMPO MEIO AZUL PISCINA
Processo: 01416.002531/2022-31
Proponente: BENDITAS PROJETOS CRIATIVOS LTDA ME
Cidade/UF: Salvador / BA
CNPJ: 19.223.689/0001-41
Valor total aprovado: R$ 2.290.068,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 175.000,00
Banco: 001 - agência: 5737-1 conta corrente: 24884-3
Valor solicitado ao FSA: R$ 2.000.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 848, realizada em 05/08/2022

22-0533 TERREMOTO MÃE
Processo: 01416.002241/2022-98
Proponente: ESTÚDIO GIZ PRODUÇÕES LTDA ME
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 19.457.687/0001-17
Valor total aprovado: R$ 2 500 000,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 375.000,00
Banco: 001 - agência: 3096-1 conta corrente: 20738-1
Valor solicitado ao FSA: R$ 2.000.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 834, realizada em 05/04/2022

22-0535 PANGLYN
Processo: 01416.002170/2022-23
Proponente: BASSET HOUND FILMES LTDA
Cidade/UF: Salvador / BA
CNPJ: 29.447.470/0001-80
Valor total aprovado: R$ 2.473.684,21
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 350.000,00
Banco: 001 - agência: 1599-7 conta corrente: 81008-8
Valor solicitado ao FSA: R$ 2.000.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 834, realizada em 05/04/2022

22-0485 PONTO DE VIRADA O DIA QUE MUDOU SUA VIDA II
Processo: 01416.000034/2022-07
Proponente: FRANK A.G. MORA LTDA
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 42.054.410/0001-65
Valor total aprovado: R$ 500.497,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 475.472,15
Banco: 001 - agência: 4328-1 conta corrente: 8872-6
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 837, realizada em 03/05/2022

22-0536 CLARICE VÊ ESTRELAS
Processo: 01416.002229/2022-83
Proponente: LF PIRES SERVIÇOS DE AUDIOVISUAL E ENTRETENIMENTOS
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 37.024.586/0001-34
Valor total aprovado: R$ 4.519.565,00
Valor aprovado no art. 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 895.650,00
Banco: 001 - agência: 0287-9 conta corrente: 51711-9
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.200.000,00
Banco: 001 - agência: 0287-9 conta corrente: 51713-5
Valor aprovado no art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 789.565,00
Banco: 001 - agência: 0287-9 conta corrente: 51712-7
Valor solicitado ao FSA: R$ 1.057.850,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 850, realizada em 18/08/2022

22-0554 DEZESSEIS
Processo: 01416.008337/2022-60
Proponente: L. F. P. VALOTTA PRODUÇÕES
Cidade/UF: Lucas do Rio Verde / MT
CNPJ: 15.727.574/0001-33
Valor total aprovado: R$ 456.000,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 433.200,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 853, realizada em 06/09/2022

Art. 2º Aprovar os projetos audiovisuais para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das legislações indicadas, e cujos prazos de captação se encerram em 31/12/2025.

22-0538 A DINDA
Processo: 01416.002743/2020-57
Proponente: TV ZERO CINEMA LTDA
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 33.603.200/0001-40
Valor total aprovado: R$ 8.000.000,00
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000,000,00
Banco: 001 - agência: 3519-X conta corrente: 27210-8
Valor aprovado no art. 39, inciso X, da Medida Provisória nº. 2.228-1/01: R$ 4.600.000,00
Banco: 001 - agência: 3519-X conta corrente: 27209-4
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 830, realizada em 10/03/2022

22-0540 LÍNGUA DE SOGRA
Processo: 01416.001729/2020-36
Proponente: FORMATA PRODUÇÕES E CONTEÚDO LTDA
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 18.082.113/0001-49
Valor total aprovado: R$ 3.600.000,00
Valor aprovado no art. 39, inciso X, da Medida Provisória nº. 2.228-1/01: R$ 3.420.000,00
Banco: 001 - agência: 1551-2 conta corrente: 25935-7
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 831, realizada em 18/03/2022

22-0541 QUANDO MENOS SE ESPERA...FAMÍLIA
Processo: 01416.001490/2022-66
Proponente: RAYLANE M NERES DE SOUSA
Cidade/UF: Meruoca / CE
CNPJ: 29.373.466/0001-14
Valor total aprovado: R$ 1.970.000,00
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.871.500,00
Banco: 001 - agência: 4052-5 conta corrente: 15632-9
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 834, realizada em 05/04/2022

22-0549 SKATE NARRADO
Processo: 01416.000764/2022-08
Proponente: VAMO QUE VAMO FILMES EIRELI
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 32.785.981/0001-16
Valor total aprovado: R$ 379.000,00
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 360.000,00
Banco: 001 - agência: 0287-9 conta corrente: 51714-3
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 834, realizada em 05/04/2022

22-0551 UMA HISTÓRIA DE SUCESSO
Processo: 01416.007096/2022-31
Proponente: 70 FILMES PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 18.009.049/0001-70
Valor total aprovado: R$ 3.157.900,00
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 853, realizada em 06/09/2022

22-0552 PARQUES NACIONAIS
Processo: 01416.006288/2022-21
Proponente: CARAVELA PRODUÇÕES E COMUNICAÇÃO LTDA
Cidade/UF: Brasília / DF
CNPJ: 01.068.431/0001-52
Valor total aprovado: R$ 1.915.789,47
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.820.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 853, realizada em 06/09/2022

22-0553 RESPIRA: TRANSPIRA
Processo: 01416.006259/2022-69
Proponente: PLAY 9 SERVIÇOS DE MÍDIA, COMUNICAÇÃO E PRODUÇÕES LTDA
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 34.502.145/0001-02
Valor total aprovado: R$ 421.500,00
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 400.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 853, realizada em 06/09/2022

Art. 3º As Deliberações produzem efeito a partir da data desta publicação.

ALEX BRAGA

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO
CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

PORTARIA Nº 52, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Portaria n.º 459, de 05/08/2021, e de acordo com o disposto no inciso § 2, art. 25, Anexo I, do Decreto n.º 9.238, de 15/12/2017, e com a Lei n.º 3.924, de 26/07/1961, e com a Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/1988, e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve:

I - Expedir RENOVAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo I desta Portaria, regidos pela Instrução Normativa 001/2015, de 25 de março de 2015;

II - Expedir AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos e programas de pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo II desta Portaria, regidos pela Instrução Normativa 001/2015, de 25 de março de 2015;

III - As autorizações para a execução dos projetos e programas relacionados nesta Portaria não correspondem à manifestação conclusiva do Iphan para fins de obtenção de licença ambiental.

IV - As Superintendências Estaduais são as unidades responsáveis pela aprovação dos projetos e programas de sua competência, cujas execuções estão sendo autorizadas na presente portaria, bem como pela fiscalização e monitoramento das ações oriundas dos mesmos, com base nas vistorias realizadas a partir do cronograma do projeto, inclusive no que diz respeito à destinação e à guarda do material coletado, assim como das ações de preservação e valorização dos remanescentes.

V - Condicionar a eficácia das presentes autorizações, permissões e renovações à apresentação, por parte dos arqueólogos coordenadores, de relatórios parciais e finais, em meio físico e digital, ao término dos prazos fixados nos projetos de pesquisa anexos a esta Portaria.

VI - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

HERBERT MOURA REGO

ANEXO I

01-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Anglo American Minério de Ferro Brasil S/A
Empreendimento: 2º Alteamento da Barragem de Rejeitos - Sistema Minas Rio
Processo nº 01514.001067/2020-96
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Projeto 2º Alteamento Barragem - Sistema Minas Rio
Arqueólogos Coordenadores: Bruno Leonardo Ricardo Ribeiro Elisângela de Morais Silva
Arqueólogo de Campo: Elber Lima Glória
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Estudo da Paisagem da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)
Área de Abrangência: Municípios de Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas, estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 12 (doze) meses
02-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Recanto do Ipês Loteamento SPE Ltda
Empreendimento: Loteamento Recanto dos Ipês
Processo nº 01402.000403/2021-21
Projeto: Acompanhamento Arqueológico do Empreendimento Loteamento Recanto dos Ipês
Arqueólogo Coordenador: Hebert Rogério do Nascimento Coutinho
Arqueóloga de Campo: Aline Reinaldo de Freitas
Área de Abrangência: Município de São Raimundo Nonato, estado do Piauí
Prazo de validade: 03 (três) meses

ANEXO II

01-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Sigma Mineração S.A
Empreendimento: Grota do Cirilo - Pegmatito Xuxa - Cava Sul
Processo nº 01514.001018/2020-53
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico -Grota do Cirilo - Pegmatito Xuxa - Cava Sul
Arqueólogo Coordenador: Andrews Araújo Rodrigues
Arqueólogo de Campo: Andrews Araújo Rodrigues
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Estudo da Paisagem - LAEP - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)
Área de Abrangência: Municípios de Itinga e Araçuaí, estado de Minas Gerais.
Prazo de Validade: 03 (três) meses
02-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: JMN Mineração S.A
Empreendimento: Projeto Bandeirinha
Processo nº 01514.000573/2021-49
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico - Projeto Bandeirinha
Arqueóloga Coordenadora: Juliana de Souza Cardoso
Arqueólogo de Campo: Uelde Ferreira de Souza
Apoio Institucional: Museu de Ciências Naturais - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG)
Área de Abrangência: Município de Barão de Cocais, estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses
03-Enquadramento IN: Nível IV
Empreendedor: CEC - Centrais Elétricas Carnaubal S.A
Empreendimento: Parque Eólico Dunas
Processo nº 01502.001110/2022-14
Projeto: Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Parque Eólico Dunas
Arqueólogo Coordenador: Valdir Luiz Schwengber
Arqueólogos de Campo: Alessandro De Bona Mello e Ricardo Evaristo Sampaio Mêra
Apoio Institucional: Museu do Alto Sertão da Bahia - MASB - Prefeitura Municipal de Caetité
Área de Abrangência: Municípios de Ibitiara e Novo Horizonte, estado da Bahia
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
04-Enquadramento IN: Nível IV
Empreendedor: CEC - Centrais Elétricas Carnaubal S.A
Empreendimento: Parques Eólicos Veredas e Ibitiara
Processo nº 01502.001108/2022-45
Projeto: Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico nas Áreas de Influência dos Parques Eólicos Veredas e Ibitiara
Arqueólogo Coordenador: Valdir Luiz Schwengber
Arqueólogos Coordenadores de Campo: Alessandro De Bona Mello e Ricardo Evaristo Sampaio Mêra
Apoio Institucional: Museu do Alto Sertão da Bahia - MASB - Prefeitura Municipal de Caetité
Área de Abrangência: Municípios de Ibitiara e Novo Horizonte, estado da Bahia
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
05-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Sol Energia Master Participações Ltda
Empreendimento: Linha de Transmissão de 500 kV da Subestação Coletora ao Barramento de 500 kV da SE Janaúba III
Processo nº 01514.000592/2022-56
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico - Linha de Transmissão de 500 kV da Subestação Coletora ao Barramento de 500 kV da SE Janaúba III
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueólogo de Campo: Luiz Fernando Erig Lima
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Estudo da Paisagem - LAEP - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)
Área de Abrangência: Município de Janaúba, estado de Minas Gerais.
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
06-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: MB Engenharia e Construções Ltda
Empreendimento: Condomínio Residencial Prime Cohama
Processo nº 01514.000592/2022-56
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Empreendimento Condomínio Residencial Prime Cohama
Arqueóloga Coordenadora: Laura Cecília Fernandes de Melo
Arqueóloga de Campo: Laura Cecília Fernandes de Melo
Apoio Institucional: Reserva Técnica da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
Área de Abrangência: Município de São Luís, estado do Maranhão
Prazo de Validade: 02 (dois) meses
07-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Atacama Mineração Eireli
Empreendimento: Atacama Mineração
Processo nº 01409.000388/2020-71
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico e Programa de Educação Patrimonial do Empreendimento Atacama Mineração
Arqueóloga Coordenadora: Dionne Miranda Azevedo Erler
Arqueólogo de Campo: Igor da Silva Erler
Apoio Institucional: Instituto de Pesquisa Arqueológica e Etnográfica Adam Orssich - IPAE
Área de Abrangência: Município de Jaguaré, estado do Espírito Santo
Prazo de Validade: 03 (três) meses
08-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Lafarge Holcim Brasil S.A
Empreendimento: Mina Cedro
Processo nº 01514.000662/2022-76
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área da Mina Cedro
Arqueólogo Coordenador: Adriano Batista de Carvalho
Arqueólogo de Campo: Bernardo Lacale Silva da Costa

Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Estudo da Paisagem - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)
Área de Abrangência: Município de Montes Claros, estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
09-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Silicon Mining Extração e Comercio de Areia Ltda
Empreendimento: Projeto Sitio Largo
Processo nº 01514.000067/2022-31
Projeto: Avaliação de Impactos ao Patrimônio Arqueológico - Projeto Sítio Largo
Arqueólogo Coordenador: Osmar Hilário da Silva
Arqueólogo de Campo: Marcus Veniciu Serafim de Mattos
Apoio Institucional: Museu de Ciências Naturais - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG)
Área de Abrangência: Município de João Monlevade, estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
10-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: CGH Rio Azul Energética Ltda
Empreendimento: CGH Parque Cachoeira de Cima
Processo nº 01508.000649/2022-04
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do empreendimento CGH Parque Cachoeira de Cima
Arqueólogo Coordenador: Jardel Stenio de Araújo Barbosa
Arqueólogo de Campo: Cassiano Bervig
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história (LAEE) - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Município de Rio Azul, estado do Paraná
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
11-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Sociedade 17 Parceria Imobiliária SPE - Ltda
Empreendimento: Jardins Frankfurt
Processo nº 01516.000211/2022-19
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da Área Diretamente Afetada pelo empreendimento Jardins Frankfurt
Arqueóloga Coordenadora: Cristiane Loriza Dantas
Arqueóloga de Campo: Cristiane Loriza Dantas
Apoio Institucional: Museu Histórico de Jataí Francisco Honório de Campos - Prefeitura de Jataí
Área de Abrangência: Município de Senador Canedo, estado de Goiás.
Prazo de Validade: 03 (três) meses
12-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Quintas Araçagy SPE Ltda
Empreendimento: Condomínio Quintas Araçagy
Processo nº 01494.000187/2022-13
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico de área destinada à implantação do Condomínio Quintas Araçagy
Arqueólogo Coordenador: Welington Lage
Arqueóloga de Campo: Fernanda Lopes Viana
Apoio Institucional: Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão - Governo do Estado do Maranhão
Área de Abrangência: Município de São José de Ribamar, estado do Maranhão
Prazo de Validade: 02 (dois) meses
13-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Neimar Brusamarello
Empreendimento: PCH Águas de Ouro
Processo nº 01510.001180/2018-97
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área da PCH Águas de Ouro
Arqueólogo Coordenador: Valdir Luiz Schwengber
Arqueólogo de Campo: Jedson Francisco Cerezer
Apoio Institucional: Museu Eduardo Lima e Silva Hoerhann - Prefeitura de Ibirama
Área de Abrangência: Municípios de Ouro e Capinzal, estado de Santa Catarina
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
14-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Fótons de Santa Clara Energias Renováveis S.A
Empreendimento: Usina Fotovoltaica Barro Alto II
Processo nº 01516.000040/2022-28
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da Usina Fotovoltaica (UFV) Barro Alto II
Arqueólogo Coordenador: Cláudio César de Souza e Silva
Arqueóloga de Campo: Jordanna da Silva Carvalho
Apoio Institucional: Museu Goiano Professor Zoroastro Artiaga - Governo do Estado de Goiás
Área de Abrangência: Município de Barro Alto, estado de Goiás
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses
15-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Parque Solar Aruna S.A
Empreendimento: UFV Cambará I
Processo nº: 01508.000740/2022-50
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da UFV Cambará I
Arqueólogo Coordenador: Felipe Roger Alves Glória
Arqueólogo de Campo: Felipe Roger Alves Glória
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história (LAEE) - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Município de Cambará, estado do Paraná
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
16-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Morion Empreendimentos Ltda
Empreendimento: Loteamento Residencial Pedro Crozera
Processo nº 01506.007162/2017-05
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Loteamento Residencial Pedro Crozera
Arqueóloga Coordenadora: Lilia Benevides Guedes
Arqueólogo de campo: Fábio Grossi dos Santos
Apoio institucional: Museu Municipal Elisabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de abrangência: Município de Itupeva, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
17-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Rochavale Extração e Manutenção de Equipamentos Eireli
Empreendimento: Rochavale Extração e Manutenção de Equipamentos Eireli
Processo nº 01506.001388/2020-90
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de implantação do empreendimento Rochavale Extração e Manutenção de Equipamentos Eireli
Arqueólogo Coordenador: Ricardo de Abreu Lessi
Arqueóloga de Campo: Elaine Cristina Carvalho da Silva
Apoio Institucional: Museu Municipal Elizabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de Abrangência: Município de Jambeiro, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
18-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: SER Sistemas de Energia Renovável Ltda
Empreendimento: Complexo Solar e Linha de Transmissão Panati-Sitiá
Processo nº 01496.000521/2018-32
Projeto: Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico na área de ampliação do Complexo Solar e Linha de Transmissão Panati-Sitiá
Arqueólogo Coordenador: Fábio Isidio dos Santos
Arqueólogo de Campo: José Nicodemos Chagas Junior
Apoio Institucional: Museu Regional dos Inhamuns - Fundação Bernardo Feitosa
Área de Abrangência: Município de Jaguaretama, estado do Ceará
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
19-Enquadramento IN: III
Empreendedor: Construtora e Imobiliária Tropical Ltda
Empreendimento: Condomínio Vila Diamantina
Processo nº 01402.000508/2021-81
Projeto: Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação Condomínio Vila Diamantina
Arqueólogo Coordenador: Welington Lage
Arqueólogo de Campo: Francisco José Pereira da Silva
Apoio Institucional: Museu de Arqueologia e Paleontologia da UFPI
Área de Abrangência: Município de Teresina, estado do Piauí
Prazo de Validade: 02 (dois) meses
20-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Luiz Antonio Meurer
Empreendimento: Loteamento Meurer
Processo nº 01510.000634/2021-16
Projeto: Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico na área do Loteamento Meurer
Arqueóloga Coordenadora: Marina da Fonseca Lopes
Arqueóloga de Campo: Eliane Pinto de Andrade
Apoio Institucional: Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC)
Área de Abrangência: Município de Braço do Norte, estado de Santa Catarina
Prazo de Validade: 07 (sete) meses
21-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Patrimonial Ilha dos Frades
Empreendimento: Sítio Rodão, Localizado na ADA do Aeródromo Ilha dos Frades
Processo nº 01502.001176/2021-23
Projeto: Salvamento Arqueológico na Área de Abrangência do Sítio Rodão, Localizado na ADA do Aeródromo Ilha dos Frades
Arqueólogo Coordenador: Henry Luydy Abraham Fernandes
Arqueólogo de Campo: Henry Luydy Abraham Fernandes
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Etnologia/DFCH da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - Campus Vitória da Conquista (LAE - UESB)
Área de Abrangência: Município de Salvador, estado da Bahia
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
22-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Ipiranga Agroindustrial S.A - Unidade Descalvado
Empreendimento: Ipiranga Agroindustrial S.A - Unidade Descalvado
Processo nº 01506.901158/2017-27
Projeto: Salvamento Arqueológico e Programa de Educação Patrimonial - Ipiranga Agroindustrial S.A - Unidade Descalvado
Arqueóloga Coordenadora: Neide Barrocá Faccio
Arqueólogos de Campo: Juliana Aparecida Rocha Luz Zago e Henrique Antônio Valadares Costa
Apoio Institucional: Museu de Arqueologia de Iepê - Prefeitura Municipal de Iepê
Área de Abrangência: município de Descalvado, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 09 (nove) meses
23-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Departamento de Estradas de Rodagem do Estado da Paraíba - DER/PB
Empreendimento: Rodovia Caminho dos Engenhos
Processo nº 01408.000106/2021-26
Projeto: Salvamento Arqueológico nas Obras da rodovia vicinal Caminho dos Engenhos
Arqueóloga Coordenadora: Jaionara Rodrigues Dias da Silva
Arqueóloga de Campo: Kátia Milene Ferreira dos Santos Castro
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Paleontologia - LABAP - Universidade Estadual da Paraíba
Área de Abrangência: Municípios de Alagoa Nova e Areia, estado da Paraíba
Prazo de validade: 24 (vinte e quatro) meses
24-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Seara Alimentos Ltda
Empreendimento: Ampliação de Indústria de Alimentos Seara
Processo nº 01508.000562/2022-29
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de Ampliação de Indústria de Alimentos Seara
Arqueóloga Coordenadora: Crisvanete de Castro Aquino
Arqueólogos de Campo: Fabiana Chagas Moreira e Murilo Galho Ribeiro
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia Etnologia e Etno-história (LAEE) - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Município de Rolândia, estado do Paraná
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
25-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Urbanize Empreendimentos Imobiliários Ltda
Empreendimento: Loteamento Residencial e Comercial Santa Cruz 2
Processo nº 01506.000861/2020-11
Projeto: Avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na área do Loteamento Residencial e Comercial Santa Cruz 2
Arqueóloga Coordenadora: Lilia Benevides Guedes
Arqueóloga de Campo: Adriana Cardoso da Silva
Apoio Institucional: Museu Municipal Elisabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de Abrangência: Município de Cravinhos, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
26-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Emais Urbanismo 226 Ltda.
Empreendimento: Loteamento Eplenum Reserve
Processo nº 01506.000979/2022-10
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Loteamento Eplenum Reserve
Arqueólogo Coordenador: Lucio Cioni Sanabria Zarate
Arqueólogo de Campo: Lucio Cioni Sanabria Zarate
Apoio Institucional: Museu Municipal Elizabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de Abrangência: Município de São José do Rio Preto, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
27-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: MRV LXXXV Incorporações Ltda
Empreendimento: Área Valdeci
Processo nº 01506.000918/2022-44
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Empreendimento Área Valdeci
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueólogo de Campo: Fabio Grossi dos Santos
Apoio Institucional: Museu Municipal Elizabeth Aytai -- Prefeitura de Monte Mor
Área de Abrangência: Município de Araraquara, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
28-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Secretaria de Estado de Transporte (SETRAN)
Empreendimento: Ponte Sobre o Rio Alto Acará, PA-256, Trecho: PA-475/PA-451
Processo nº 01492.000174/2022-64
Projeto: Avalição de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área da Ponte Sobre o Rio Alto Acara, PA-256, Trecho: PA-475/PA-451
Arqueólogo Coordenador: Wagner Fernando da Veiga e Silva
Arqueólogo de Campo: Wagner Fernando da Veiga e Silva
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia Denise Pahl Schaan - LADS - Universidade Federal do Pará (UFPA)
Área de Abrangência: Município de Acará, estado do Pará
Prazo de Validade: 03 (três) meses
29-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Secretaria de Estado de Transporte (SETRAN)
Empreendimento: PA-279 - Ponto sobre o Rio Fresco

Processo nº 01492.000217/2022-10
Projeto: Avalição de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área da Ponte Sobre o Rio Fresco, localizada na Rodovia PA-279, na cidade de São Felix do Xingu-PA
Arqueólogo Coordenador: Wagner Fernando da Veiga e Silva
Arqueólogo de Campo: Wagner Fernando da Veiga e Silva
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia Denise Pahl Schaan - LADS - Universidade Federal do Pará (UFPA)
Área de Abrangência: Município de São Félix do Xingu, estado do Pará
Prazo de Validade: 03 (três) meses

PORTARIA Nº 53, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Portaria n.º 459, de 05/08/2021, e de acordo com o disposto no inciso § 2, art. 25, Anexo I, do Decreto n.º 9.238, de 15/12/2017, e com a Lei n.º 3.924, de 26/07/1961, e com a Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/1988, e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve:

I - Autorizar a guarda definitiva do material arqueológico oriundo da Prospecção Arqueológica da Área Abrangida pela LT 500 kV Cuiabá - Ribeirãozinho e LT 500 kV Ribeirãozinho - Rio Verde Norte, processo n° Iphan nº. 01450.007287/2009-18, nos seus estados de origem, sendo:

- 88 peças líticas oriundas dos Sítios Arqueológicos RVR01 e RVR02 encaminhadas ao Museu Histórico de Jataí Francisco Honório de Campos - MHJ, no município de Jataí, estado de Goiás.

- 1.085 peças líticas e 02 peças cerâmicas oriundas dos Sítios Arqueológicos CR01 à CR08 encaminhadas ao Instituto Homem Brasileiro - IHB, localizado em Cuiabá, estado de Mato Grosso.

HERBERT MOURA REGO

PORTARIA Nº 54, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

O DIRETOR DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Portaria n.º 459, de 05/08/2021, e de acordo com o disposto no inciso § 2, art. 25, Anexo I, do Decreto n.º 9.238, de 15/12/2017, e com a Lei n.º 3.924, de 26/07/1961, e com a Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/1988, e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve REVOGAR:

I - Autorização nº 02, Anexo II, da Portaria nº 23/2022, Seção 1, Pág. 117, publicada no Diário Oficial da União em 09/05/2022, Processo nº 01504.000236/2021-71, em nome da Sra. Jéssica Rafaella de Oliveira, Projeto: ''Plano de Gestão do Patrimônio Arqueológico - Capela Jesus, Maria e José'', tendo em vista a solicitação da arqueóloga coordenadora.

HEBERT MOURA REGO

Banco Central do Brasil

ÁREA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO E DE RESOLUÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPETIÇÃO E DE ESTRUTURA DO MERCADO FINANCEIRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA BCB Nº 302, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

Divulga a versão 6.3 do Manual de Requisitos Mínimos para a Experiência do Usuário, que compõe o Regulamento do Pix.

O Chefe do Departamento de Competição e de Estrutura do Mercado Financeiro (Decem), no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 23, inciso I, alínea "a", e 97-A do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, anexo à Portaria nº 84.287, de 27 de fevereiro de 2015, tendo em vista o disposto no art. 2º, inciso IV, do Regulamento anexo à Resolução BCB nº 1, de 12 de agosto de 2020, resolve:

Art. 1º Esta Instrução Normativa divulga a versão 6.3. do documento "Requisitos Mínimos para a Experiência do Usuário", que compõe o Regulamento do Pix, conforme art. 2º do Regulamento anexo à Resolução BCB nº 1, de 12 de agosto de 2020.

Parágrafo único. O documento "Requisitos Mínimos para a Experiência do Usuário" está disponível no endereço eletrônico do Banco Central do Brasil na internet, na página destinada aos manuais que compõem o Regulamento do Pix: https://www.bcb.gov.br/content/estabilidadefinanceira/pix/Regulamento_Pix/IV_RequisitosMinimosparaExperienciadoUsuario.pdf

Art. 2º Ficam revogadas:

I - A Instrução Normativa BCB nº 213, de 23 de dezembro de 2021;
II - A Instrução Normativa BCB nº 215, de 23 de dezembro de 2021;
III - A Instrução Normativa BCB nº 217, de 23 de dezembro de 2021;
IV - A Instrução Normativa BCB nº 219, de 23 de dezembro de 2021;
V - A Instrução Normativa BCB nº 228, de 12 de janeiro de 2022; e
VI - A Instrução Normativa BCB nº 235, de 16 de fevereiro de 2022.

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor em 1º de outubro de 2022, produzindo efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2023.

ANGELO JOSÉ MONT ALVERNE DUARTE

ANEXO

Manual de Requisitos Mínimos para a Experiência do Usuário Versão 6.3
Histórico de revisão

Data	Versão	Descrição das alterações
8/2020	1.0	Índice: Correção do título do Capítulo 11 de "Recebimento através de QR Code dinâmico" para "Pagamento através de QR Code dinâmico". Capítulo 2: Inserção da obrigação 9. Capítulos 3 (item 13), 4 (item 9), 6 (item 13) e 11 (item 14): Exclusão da obrigação de mencionar o canal de atendimento no comprovante de pagamento. Capítulo 13: Substituição de referências a "link" por "código", com correspondente alteração nas ilustrações. Pequenos ajustes de forma ao longo do texto.
10/2020	2.0	Inclusão do Capítulo 13: "Pix Copia e Cola" e ajuste da numeração dos capítulos subsequentes. Capítulos 3 e 4 (item 3): Inclusão de informação referente ao campo livre; Formação da pacs.008. Capítulo 3 (item 13): Inclusão de informação referente ao ID da Transação - EndtoEndID da pacs.008. Capítulo 4 (item 09): Inclusão de informação referente ao ID da Transação - EndtoEndID da pacs.008. Capítulo 6 (item 13): Inclusão de informação referente ao ID da Transação - EndtoEndID da pacs.008.
		Capítulo 7 (item 4 e 6): Inclusão de informação referente ao ID da Transação - EndtoEndID da pacs.008. Capítulo 11 (item 14): Inclusão de informação referente ao ID da Transação - EndtoEndID da pacs.008. Novo Capítulo 13: -Pix Copia e Cola: Disponibilização de opção ao usuário pagador, na interface de mobile banking, de colar atalho. Capítulo 14: Pix em Internet Banking: Alteração do título do capítulo e numeração.
11/2020	2.1	Índice: Correção do título do capítulo de "Recebimento" por "Pagamento" através de QR Code Dinâmico; Inserção do Anexo I - Itens a serem avaliados no processo de verificação de aderência das soluções aos usuários finais. Obrigações Gerais (Página 6, item 01): Alteração da redação do item para "O ambiente Pix deve estar acessível, a qualquer tempo, no aplicativo principal de cada participante. Seu acesso deve estar na tela de login ou na tela imediatamente após o login, com não menos destaque que qualquer outra funcionalidade de pagamento ou de transferência".
		Capítulo 5 (item 02): Exclusão na tela de aplicativo da menção da quantidade de caracteres no campo "Descrição". Capítulo 5 (item 03): Inclusão de informação referente ao campo "Identificador"; Inclusão de informação referente ao campo "Descrição"; Exclusão nas telas de aplicativo da menção da quantidade de caracteres no campo "Descrição". Capítulo 05 (página 21): Alteração da expressão "copiar link" para "copiar código". Capítulo 13 (página 52, 53, 54 e 55): Alteração da palavra "atalho" pela palavra "código".
		Capítulo 13 (página 54): Alteração da expressão "copiar link" para "copiar código". Capítulo 14 (página 56, 58 e 59): Alteração da palavra "atalho" pela palavra "código". Capítulo 14 (página 58): Alteração da expressão "copie o link" para "copie o código". Anexo I: Itens a serem avaliados no processo de verificação de aderência das soluções aos usuários finais. Histórico de Revisão: Inserção de tabela com histórico de versões e revisões do conteúdo.
12/2020	3.0	Índice: Inclusão do capítulo 10 - "Meus Limites Pix" e ajuste da numeração dos capítulos subsequentes; Alteração do título do Capítulo 11 para Pagamento imediato ou com vencimento através de QR Code dinâmico. Obrigações Gerais: Página 7: item 09 - alteração do texto; Exclusão do termo "Campo livre" presente na figura ilustrativa; Alteração da quantidade de caracteres do campo Descrição (0 a 140 caracteres); Criação dos itens 10, 11 e 12, obrigatórios; Capítulos 2, 6, 10, 11 e 13 (tela inicial do ambiente Pix): Inclusão do ícone "Meus Limites Pix".
		Capítulo 02: (item 07): Inclusão da nomenclatura obrigatória "Meus Limites Pix"; Capítulo 03: Páginas 10, 11 e 12 - Exclusão do "Campo livre" presente nas figuras ilustrativas. Alteração dos termos "campo livre" para os termos "campo Descrição"; Página 10 - alteração do texto do item 03; Página 12 - alteração do texto do item 06; exclusão do campo "Instituição"; -Página 14 - novo item 12 com nova redação; inclusão do item 14 recomendado, referente às Chaves Aleatórias. Capítulo 04: Página 16 - itens 01 e 03: alteração dos termos "campo livre" para os termos "campo Descrição"; Página 18 - alteração do texto do
		item 07; exclusão do texto do item 08, original. Renumeração do item 09 para 08, acompanhado de novo texto; Capítulo 05: Página 20 - inclusão na tela do aplicativo da menção da quantidade de caracteres no campo "Identificador" (0 a 25 caracteres); -Páginas 20, 21 e 22 - exclusão do campo "Descrição"; Página 20 - Inclusão na tela do aplicativo da menção da quantidade de caracteres no campo "Identificador" (0 a 25 caracteres); Página 22 - item 07 torna-se obrigatório. Inserção de item 08, recomendado; Ajuste da figura, com a alteração do termo "Copiar Código" para "Copiar Código QR"; exclusão do campo "Descrição". Alteração do texto do item 03.
		Capítulo 06: Páginas 24, 25 e 27 - exclusão do campo "Descrição"; Página 24 - ajuste do texto do item 01; Página 25 - alteração da palavra "Instituição" por "PSP" nas duas figuras da página; Página 28 - exclusão do item 12 original e remuneração do item 13 (anterior) para item 12. Capítulo 08: Página 32 - alteração do texto de "Campo Livre" para "Descrição"; Página 33 - criação de novo item 06; Página 33: alteração do texto do agora item 07. Exclusão do capítulo 10 - Geração de QR Code Dinâmico.

		Novo Capítulo 10: Meus Limites - Funcionalidade que permite aos usuários do Pix consultar, reduzir, bem como solicitar aumento do valor dos limites transacionais disponibilizados. Capítulo 11: Página 46 - Alteração do título e do conteúdo para Pagamento imediato ou com vencimento através de QR Code dinâmico - Trata-se de pagamento iniciado pelo usuário pagador por meio da leitura de QR Code dinâmico; Páginas 47, 48, 49, 50 e 51 - alteração de itens e telas de forma a representar a experiência de pagamentos de QR Code dinâmico imediato e com vencimento.
		Pequenos ajustes de forma.
01/2021	3.1	-Páginas 8,10,14,16,18 e 33: inclusão de obrigação referente ao campo "Descrição" - "O campo "Descrição" deve ser sanitizado de modo a neutralizar tags HTML inseguras." -Ajustes nas referências das páginas dos itens a serem avaliados no processo de verificação de aderência das soluções aos usuários finais. -Ajuste
		no texto do histórico de revisão referente à versão 3.0 de 24.12.2020. -Pequenos ajustes de forma.
03/2021	4.0	Índice: Inclusão do capítulo 14 - "Integração com Lista de Contatos" e ajuste da numeração dos capítulos subsequentes. Introdução: Página 04 - nova redação no segundo parágrafo da Introdução com o objetivo de informar que deve ser respeitado o Manual de Uso da Marca Pix no que se refere às aplicações de marca Pix. Capítulo 2: Página 06 - alterações no texto do item 01; Página 08 - alterações no texto dos itens 10 e 11. Capítulo 4: Página 18 - alteração nas telas exemplificativas.
		Capítulo 5: Página 22 - alteração nas telas exemplificativas. Capítulo 6: Páginas 24, 25, 26, 27 e 28 - alteração nas telas exemplificativas; Página 28 - inclusão de novo item de número 13 - "O PSP não pode salvar a chave Pix nem deve disponibilizar opção desalvamento da chave Pix vinculada ao pagamento do QRCodeEstático quando o TxId estiver preenchido." Capítulo 7: Página 30 - alteração na tela exemplificativa.
		Capítulo 8: Página 32 - alterações no texto do item 02; Página 32 - alterações nas telas exemplificativas. Capítulo 9: Página 37 - alterações no texto do item 02. Capítulo 11: Página 47 - alteração nas telas exemplificativas com a inclusão do campo "InfoAdicionais"; Página 47 - alterações no texto dos itens 02 e 03. Página 49 - renumeração dos itens presentes no capítulo em conjunto com a exclusão do item 08 presente na versão 3.1; Páginas 49 e 50 - alteração nas telas exemplificativas com a inclusão do campo "InfoAdicionais"; Página 51 - inclusão de novo item de número 14 - "O PSP não
		pode salvar a chave Pix nem deve disponibilizar opção desalvamento da chave Pix vinculada ao pagamento do QR CodeDinâmico."; Página 51 - alteração nas telas exemplificativas. Capítulo 12: Páginas 53 - alteração nas telas exemplificativas Capítulo 13: Página 57 - alteração nas telas exemplificativas com a inclusão do campo "InfoAdicionais". Novo Capítulo 14: Integração com Lista de Contatos - Funcionalidade que permite ao usuário identificar facilmente as pessoas na lista de
		contatos do seu smartphone que possuem chaves Pix. Anexo 1: Página 66: alteração no texto presente no item 1 (Pix com Chave Pix). -Página 69: alteração no texto presente no item 2 (Devolução). Pequenos ajustes de forma.
03/2021	4.1	Capítulo 11: Página 47: alteração no texto do item 01 - O valor (Caso o usuário recebedor informe que o valor pode ser alterado utilizando o campo "Modalidade de alteração de valor", conforme definido no Manual de Padrões para Iniciação do Pix, deve-se permitir a edição do valor pelo usuário pagador. Caso contrário, o valor não poderá ser editável); Página 47: alteração no texto do item 02 - Usuário pagador pode cancelar o pagamento, mas não pode editar os dados do QR Code, à exceção do valor (caso permitido pelo usuário recebedor) e do campo de solicitação de informações ao pagador (se houver)
		Pequenos ajustes de forma.
04/2021	4.2	Capítulo 2: Página 8 - Inserção do novo item 10 referente à obrigação do participante em disponibilizar, no ambiente Pix, atalho (ícone, botão ou texto com hiperlink) em que o usuário possa, ao clicar, ser direcionado para o canal de atendimento disponibilizado pelo PSP para o tratamento de reclamação envolvendo o Pix; Página 8 - Inserção do novo item 11 referente à obrigação do participante em disponibilizar, no ambiente Pix, atalho (ícone, botão ou texto com hiperlink) em que o usuário possa, ao clicar, ser direcionado à página do Banco Central do Brasil na Internet para registro da reclamação (https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/registrar_reclamacao); -Página 8 - Inserção do novo item 12
		referente à recomendação ao participante em deixar claro para o usuário que, antes de fazer uma reclamação no Banco Central do Brasil, tente resolver o problema junto ao próprio PSP; Página 8 - Inclusão de figuras representativas de tela de celular em que constam a inserção de ícone que, ao ser acionado, direciona o usuário para registro de reclamação; Página 9 - Item 13 (item 10 na versão 4.1) - inserção da obrigatoriedade de inclusão, na notificação de conclusão da transação, de informação referente à tarifa cobrada, caso permitida nos termos da regulação vigente; -Página 9 - Item 14 (item 11 na versão 4.1) - inserção da obrigatoriedade de inclusão, na notificação de conclusão da transação, de informação
		referente à tarifa cobrada, caso permitida nos termos da regulação vigente. Capítulo 11: Página 52 - item 15 - obrigatório - inserção de obrigação de que quando o usuário pagador agendar o pagamento do QR Dinâmico com vencimento, o PSP deve disponibilizar a ele o comprovante de agendamento bem como consulta às transações agendadas; -Página 52 - item 16 - obrigatório - inserção de obrigação de que deve ser ofertada ao usuário a funcionalidade de cancelamento da transação agendada; Página 52 - item 17 - obrigatório - inserção de obrigação de que caso a transação agendada seja cancelada por insuficiência de saldo
		na conta do usuário, o usuário deve receber notificação do cancelamento. A forma de envio da notificação é de livre escolha do PSP. Caso a notificação seja via push, parte das informações, à escolha do PSP, pode estar detalhada quando o usuário clicar na notificação. Capítulo 12: Página 54 - Item 02 - recomendado - recomendação ao PSP para que encaminhe notificação um dia antes da data do débito do Pix Agendado informando ao usuário quanto à necessidade de existência de saldo em conta; Página 54 - item 05 - obrigatório - inserção de obrigação de que caso a transação agendada seja cancelada por insuficiência de saldo na conta do usuário, o usuário deve receber notificação do
		cancelamento. A forma de envio da notificação é de livre escolha do PSP. Caso a notificação seja via push, parte das informações, à escolha do PSP, pode estar detalhada quando o usuário clicar na notificação; Página 54 - item 06 - obrigatório - inserção de obrigação de que deve ser ofertada ao usuário a funcionalidade de cancelamento da transação agendada. Anexo I: Página 67 - Anexo I - Inserção dos itens 05 e 06, referentes aos itens a serem avaliados no processo de verificação de aderência das soluções aos usuários finais;
		Pequenos ajustes de forma e de referência aos itens constantes no Manual
05/2021	4.3	Capítulo 02: Página 08 - consolidação dos itens 11 e 12 em um novo item 11 obrigatório, o qual dispõe que "Deve ser disponibilizada, no ambiente Pix, junto ao atalho para o canal de atendimento do participante, mensagem informativa ao usuário para que este possa registrar reclamação no site do Banco Central do Brasil (https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/registrar_reclamacao) caso a ocorrência não seja resolvida pelo PSP; Página 08 - Alteração das telas representativas da experiência do usuário quando do encaminhamento para registro de uma reclamação.
		Capítulo 12: Página 54 - Alteração das telas representativas da experiência do usuário quando do agendamento de um Pix; Página 54 - inserção de novo item 02: "Pode ser disponibilizado ao usuário pagador a opção de agendamento de pagamentos recorrentes". Anexo I: Página 67 - Alteração do Anexo I (item 06) em função das alterações promovidas no capítulo 02 - Obrigações e Recomendações Gerais Pequenos ajustes de forma e de referência aos itens constantes no Manual.
07/2021	4.4	Capítulo 2: Página 09 - item 12: inserção de informação referente à notificação de liquidação de transação agendada. "Nas transações de Pix Agendado, o usuário recebedor deve receber notificação da liquidação da transação, sendo a forma de envio da notificação de livre escolha do PSP. A notificação deve conter as mesmas informações discriminadas para as transações Pix com chave ou inserção manual de dados e, preferencialmente, ser enviada em período diurno." Página 09 - item 13: inserção de informação referente à notificação de liquidação de transação agendada. "Nas transações de Pix Cobrança para pagamento com vencimento em que houver agendamento, o usuário recebedor deve
		receber notificação da liquidação da transação, sendo a forma de envio da notificação de livre escolha do PSP. A notificação deve conter as mesmas informações discriminadas para as transações Pix com QR Code e, preferencialmente, ser enviada em período diurno." Capítulo 3: Página 16 - item 11: inserção de informação referente à notificação de liquidação de transação agendada. "Nas transações de Pix Agendado, o usuário pagador deve receber notificação da liquidação da transação, sendo a forma de envio da notificação de livre escolha do PSP. A notificação deve conter as mesmas informações discriminadas acima e, preferencialmente, ser enviada em período diurno."
		Capítulo 4: Página 21 - item 07: inserção de informação referente ao horário de notificação de liquidação de transação agendada. "Nas transações de Pix Agendado, o usuário pagador deve receber notificação da liquidação da transação, sendo a forma de envio da notificação de livre escolha do PSP. A notificação deve conter as mesmas informações discriminadas acima e, preferencialmente, ser enviada em período diurno." Capítulo 11: Página 54 - item 12: inserção de informação referente à notificação de liquidação de transação agendada. "Nas transações de Pix
		Cobrança para pagamento com vencimento em que houver agendamento, o usuário pagador deve receber notificação da liquidação da transação, sendo a forma de envio da notificação de livre escolha do PSP. A notificação deve conter as mesmas informações discriminadas acima e, preferencialmente, ser enviada em período diurno." Pequenos ajustes de forma.
08/2021	5.0	Índice: Inclusão do capítulo 15 - "Serviços de iniciação de transação de pagamento no Pix" e ajustes de numeração dos capítulos subsequentes; - Inclusão do capítulo 17 - "Acessibilidade no Pix" e ajustes de numeração dos capítulos subsequentes; - Inclusão do Anexo II - "Prazos de implementação vigentes relativos às funcionalidades obrigatórias dos Requisitos Mínimos para a Experiência do Usuário."; Capítulo 1: Página 04: novo parágrafo quarto destinado aos prestadores de serviço de iniciação de transação de pagamento (PSIs) e novo

		parágrafo quinto referente ao tratamento não discriminatório aos usuários no que se refere à acessibilidade; Capítulo 2: Página 07 - item 07: correção das indicações nas telas exemplificativas; Página 10 - item 14: nova redação (inserção de PSI como participante); Capítulo 3: Página 16 - item 12: exclusão da indicação do item na tela exemplificativa; Capítulo 7: Página 32 - item 05: novo item recomendado(transações iniciadas pelo PSI);
		Capítulo 9: Página 40 - item 05: exclusão das indicações do item na tela exemplificativa; Capítulo 12: Página 55 - item01: novo item obrigatório (opção de agendamento); Página 55 - item03: nova redação para o item (consulta a agendamentos); Página 55 - itens 02, 04 e 05: renumeração de itens obrigatórios; Página 55 - itens 06 e 07: renumeração dos itens recomendados; Inclusão do Capítulo 15: Páginas 62 a 65 - "Serviço de iniciação de transação de pagamento no Pix" e ajuste da numeração dos capítulos
		subsequentes; Inclusão do capítulo 17: Páginas 71 e 72 - "Acessibilidade no Pix" e ajustes de numeração dos capítulos subsequentes; Anexo I: Página 77 - novo item obrigatório (Pix Agendado); Alterações nas interfaces das telas exemplificativas; e Pequenos ajustes de forma
09/2021	6.0	Índice: Inclusão do novo capítulo 14 - "Pix Saque e Pix Troco" e ajustes de numeração dos capítulos subsequentes; - Reposicionamento do capítulo "Integração com Lista de Contatos", que agora passa a se situar após o capítulo 15 - "Serviços de iniciação de transação de pagamento no Pix"; Capítulo 02: Página 07 - item 07: inclusão das nomenclaturas "Pix Saque" e "Pix Troco"; Página 08 - item 11: exclusão da URL e do link da página do Banco Central na tela exemplificativa, e reposicionamento da mensagem informativa sobre o registro de reclamações no site do Banco Central,
		após o atalho para o canal de atendimento do participante; Capítulo 03 : Página 12 - item 02: inclusão do código DDI +55 como padrão para a chave de número de telefone celular; Capítulo 07 - Extrato: Página 32 - item 01: inclusão dos saques no rol de transações Pix; Capítulo 13: Página 57 - item 02: inclusão de saques de recursos em espécie como opção de rápido e fácil acesso ao usuário no aplicativo de mobile banking do PSP;
		Inclusão do novo Capítulo 14: Páginas 60 a 67: ajuste da numeração dos capítulos e páginas subsequentes; Ajuste da numeração dos capítulos e páginas subsequentes; Página 85: alteração no texto do item 01 (capítulo Extrato), incluindo os saques entre as transações Pix; Alterações nas interfaces das telas exemplificativas; e Pequenos ajustes de forma
10/2021	6.1	Índice: Renumeração das páginas a partir do Capítulo 10 - Meus Limites, em função de alterações e inserção de novos conteúdos. Capítulo 10: Páginas 45 a 53- inclusão de novas funcionalidades que permitam ao usuário consultar e gerenciar os limites do Pix por período e por transação, inclusive para Pix Saque e Pix Troco, e cadastrar contas com limites diferenciados. Anexo I: Página 91 - inclusão do item 01, página 46, do Capítulo 10 - Meus Limites Alterações nas interfaces das telas exemplificativas; e.
		Pequenos ajustes de forma
12/2021	6.2	Capítulo 07: Extrato - Página 32 - inclusão de novo item 02: obrigatoriedade referente à forma de lançamento de transações Pix Troco nos extratos e renumeração dos itens subsequentes; Página 32 - alteração da tela exemplificativa associada ao item 01, que também passa a ser associada ao novo item 02. Capítulo 10: Meus Limites - Página 46 - item 01 e 02: inclusão do gerenciamento de limites por tipo de beneficiário; Página 46 - item 02: mudança do início do período noturno que pode ser alterado pelo usuário; Página 51 - item 08: mudança do início do período noturno que pode
		ser alterado pelo usuário; Página 51 - Alteração da tela exemplificativa associada ao item 8. Capítulo 14: Pix Saque Pix Troco - Página 66 - alteração do termo "ofertar" por "disponibilizar"; Página 67 - item 01: ajustes na redação (inclusão de correspondentes bancários); Página 67 - alteração das telas exemplificativas associadas ao item 01; Página 68 - item 03: ajustes na redação (informações referentes aos locais em que o Pix Saque e o Pix Troco são disponibilizados); Página 68 - item 04: ajustes na redação (substituição de "serviço" por "Pix Saque e/ou Pix Troco); Página 69 - item 05: ajustes na redação (substituição de "serviço" por "Pix Saque e/ou Pix Troco);
		Página 69 - ajuste da tela associada ao item 05; Página 70 - item 11: ajustes na redação (substituição de "serviço" por "Pix Saque e/ou Pix Troco) e exclusão do "valor final da transação"; Página 71 - item 14: ajustes na redação (substituição de "serviço" por "Pix Saque e/ou Pix Troco), inclusão do termo "nome" como informação associada ao PSP do recebedor e exclusão do "valor final da transação"; e Página 72 - item 16: ajustes na redação (inclusão do termo "nome" como informação associada ao PSP do recebedor). Anexo I: Página 91 - alteração do item 01 do Capítulo "Meus Limites Pix"
		Alterações nas interfaces das telas exemplificativas; e Pequenos ajustes de forma.
10/2022		Índice: -Renumeração das páginas a partir do Capítulo 3 - Pix com Chave Pix, em função de alterações e inserção de novos conteúdos. - Exclusão do Anexo II (Capítulo 20), dado que os prazos de implementação das funcionalidades obrigatórias serão disciplinados em Instrução Normativa, publicada a cada atualização dos requisitos mínimos para a Experiência do Usuário. Capítulo 02:
		-Página 8 - item 10: inclusão de referência ao Mecanismo Especial de Devolução, que deve ser acionado por meio do canal de atendimento disponibilizado pelo PSP; -Página 9 - item 12: exclusão da informação do nome do PSP do pagador como informação mínima nas notificações ao recebedor das transações Pix iniciadas com chave ou inserção manual de dados; -Página 9 - item 12: alterações referentes à sanitização do campo "Descrição";
		-Página 9 - item 13: exclusão da informação do nome do PSP do pagador como informação mínima nas notificações ao recebedor das transações Pix iniciadas com chave ou inserção manual de dados; -Página 10 - item 15 (novo): vedação à exibição da chave Pix entre os dados retornados do DICT, nem salvar ou disponibilizar a opção de salvamento, quando o txId estiver preenchido. Capítulo 03:
		-Página 12 - item 03: alterações referentes à sanitização do campo "Descrição"; -Página 14 - item 06: retorno da informação do nome do PSP do recebedor passa ser opcional nas transações iniciadas por chave; -Página 14 - item 06: retorno da informação da chave Pix passa a ser obrigatória nas transações iniciadas por chave; -Página 15 - item 09: ajuste no texto para que, nas mensagens de erro na liquidação, seja evidenciado o efetivo motivo do não processamento da transação;
		-Página 16 - item 11: nome do PSP do recebedor deixa de ser informação mínima nas notificações; e -Página 16 - item 12: inclusão das informações do CPF (mascarado ou não) / CNPJ do recebedor e das informações (nome, CPF (mascarado ou não) / CNPJ e nome do PSP) da ponta pagadora no comprovante, que deve ser disponibilizado para os usuários pagador e recebedor. Capítulo 04 -Página 19 - item 01: vedação à exibição dos nomes dos participantes liquidantes especiais na lista de instituições participantes e esclarecimentos
		sobre o número associado a cada PSP; -Página 19 - tela exemplificativa do item 01: inclusão do tipo de conta "conta de pagamento"; -Página 19 - item 03: alterações referentes à sanitização do campo "Descrição"; -Página 20 - item 05: ajuste no texto para que, nas mensagens de erro na liquidação, seja evidenciado o efetivo motivo do não processamento da transação;
		-Página 21 - item 07: obrigatoriedade de fornecer o CPF (mascarado)/CNPJ do recebedor, nas notificações de transações iniciadas por inserção manual; -Página 21 - item 07: nome do PSP do recebedor deixa de ser informação mínima nas notificações; -Página 21 - item 08: inclusão das informações do CPF (mascarado ou não) / CNPJ do recebedor e das informações (nome, CPF (mascarado ou não) / CNPJ e nome do PSP) da ponta pagadora no comprovante, que deve ser disponibilizado para os usuários pagador e recebedor; e
		-Página 21 - item 08: alterações referentes à sanitização do campo "Descrição". Capítulo 05: -Página 25 - item 07 (item 08 da versão anterior): fornecimento da opção de Copiar Código QR para viabilizar a funcionalidade Pix Copia e Cola deixa de ser uma recomendação e passa a ser uma obrigatoriedade. Capítulo 06:
		-Página 27 - item 01: retorno da informação do nome do PSP do recebedor passa ser opcional e fica a critério do participante; -Página 27 - item 01: inclusão da obrigatoriedade da opção "Cancelar", antes da confirmação da transação (já consta na tela exemplificativa associada ao item); -Página 27 - item 01: vedação à disponibilização do campo "Descrição" ("informacoesEntreUsuarios" da pacs.008) para preenchimento do usuário pagador nas transações iniciadas por QR Code estático;
		-Página 29 - item 07: ajustes no texto referente a erros de chave não existente no QR Code estático; -Página 30 - item 09: ajuste no texto para que, nas mensagens de erro na liquidação, seja evidenciado o efetivo motivo do não processamento da transação; -Página 31 - item 12: nome do PSP do recebedor deixa de ser informação mínima nas notificações; e -Página 31 - item 12: inclusão das informações do CPF (mascarado ou não) / CNPJ do recebedor e das informações (nome, CPF (mascarado ou
		não) / CNPJ e nome do PSP) da ponta pagadora, e do campo "Identificador" (TxId), sempre que estiver preenchido, como informações mínimas do comprovante, que deve ser disponibilizado para os usuários pagador e recebedor. Capítulo 07: -Página 33 - item 05: ajustes no texto referente à recuperação dos comprovantes, excluindo as informações mínimas, que são especificadas nos itens sobre comprovantes para cada forma de iniciação.

		Capítulo 08: -Página 35 - item 02: inclusão do valor da transação entre as informações mínimas que o usuário deve visualizar para poder selecionar a opção de devolução; -Página 35 - item 03: item deixa de ser recomendado e passa a ser obrigatório; -Página 36 - item 07: ajustes no texto para inclusão das informações do CPF (mascarado ou não) /CNPJ do destinatário e ID da transação de
		devolução no comprovante, em aderência à tela exemplificativa do item; -Página 36 - item 07: alterações referentes à sanitização do campo "Descrição"; -Página 37 - item 09: ajustes no texto, incorporando parte do conteúdo antigo item 11 da versão anterior, consolidando todas as orientações referentes a mensagens de erro de liquidação em transações de devolução; -Página 38 - item 11 (novo): obrigatoriedade de, no caso de bloqueio cautelar, o PSP do recebedor disponibilizar a possibilidade de devolução
		total dos recursos pelo usuário recebedor; -Página 38 - item 12 (novo): obrigatoriedade de o usuário recebedor da transação original ser imediatamente notificado sobre o bloqueio cautelar, e informações mínimas da notificação; -Página 38 - item 13 (novo): obrigatoriedade de o usuário recebedor da transação original ser imediatamente notificado sobre o bloqueio decorrente de abertura de uma notificação de infração associada a uma solicitação de devolução, e informações mínimas da notificação;
		-Página 38 - item 14 (novo): obrigatoriedade de o usuário recebedor da transação original ser imediatamente notificado sobre a liberação de recursos na sua conta após a realização de um bloqueio, e informações mínimas da notificação; -Página 38 - item 15 (novo): obrigatoriedade de o usuário recebedor da transação original ser imediatamente notificado, caso os recursos bloqueados tenham sido efetivamente devolvidos, e informações mínimas da notificação; e -Página 38 - item 16 (novo): obrigatoriedade de o usuário pagador da transação original ser imediatamente notificado sobre o crédito em sua
		conta decorrente de uma devolução, e informações mínimas da notificação; Capítulo 09: -Página 40 - item 02: a informação do nome do PSP ao qual a chave está vinculada deixa de ser uma informação mínima visualizada pelo usuário pagador que tem conhecimento da chave, e ajustes no texto; -Página 42 - item 08: alteração da informação do prazo de finalização do processo de reivindicação de posse de 14 para 30 dias;
		-Página 43 - item 10: ajustes referentes à comunicação do início do processo de portabilidade e na tela exemplificativa; e -Página 45 - item 12: ajustes no texto referentes às mensagens em caso de falha de comunicação com o DICT para registro, exclusão, alteração, solicitação de portabilidade ou reivindicação de chave. Capítulo 11: -Página 56 - item 01: vedação ao retorno das informações do número da agência e do número da conta do recebedor ao usuário pagador, assim
		como já ocorre para as transações de pagamento por meio de QR code estático; - Página 56 - item 01: retorno da informação do nome do PSP do recebedor antes da confirmação do pagamento imediato passa ser opcional e fica a critério do participante; - Página 56 - item 01: vedação à disponibilização do campo "Descrição" ("informacoesEntreUsuarios" da pacs.008) para preenchimento do usuário pagador, nas transações de pagamento imediato iniciadas por QR Code dinâmico;
		-Página 57 - item 03: inserção do campo "data de vencimento" na tela retornada após a leitura de um Pix Cobrança para pagamento com vencimento e alterações referente à indicação da data de pagamento pretendida; -Página 57 - item 03: vedação ao retorno das informações do número da agência e do número da conta do recebedor ao usuário pagador, assim como já ocorre para as transações de pagamento por meio de QR code estático; -Página 57 - item 03: retorno da informação do nome do PSP do recebedor antes da confirmação do pagamento com vencimento passa ser
		opcional e fica a critério do participante; -Página 57 - item 03: ajustes no texto referente ao campo "infoAdicionais"; -Página 57 - item 03: vedação à disponibilização do campo "Descrição" ("informacoesEntreUsuarios" da pacs.008) para preenchimento do usuário pagador, nas transações de pagamento com vencimento iniciadas por QR Code dinâmico; -Página 58 - item 06: item deixa de ser recomendado e passa a ser obrigatório;
		-Página 59 - item 09: ajuste no texto de mensagem em caso de expiração do QR Code dinâmico; -Página 60 - item 11: ajuste no texto para que, nas mensagens de erro na liquidação, seja evidenciado o efetivo motivo do não processamento da transação; -Página 61 - item 12: nome do PSP do recebedor deixa de ser informação mínima nas notificações; -Página 61 - item 13: inclusão das informações do CPF (mascarado ou não) / CNPJ do recebedor e das informações (nome, CPF (mascarado ou
		não) / CNPJ e nome do PSP) da ponta pagadora, e do campo "Identificador" (TxId), sempre que estiver preenchido no comprovante, que deve ser disponibilizado para os usuários pagador e recebedor; e -Página 61 - item 17: ajustes no texto referente à não efetivação de transação agendada, em função de insuficiência de saldo na conta do usuário. Capítulo 12: -Página 63 - item 01: ajuste no texto, esclarecendo que os pagamentos podem ser agendados para dias não úteis;
		-Página 63 - item 02: ajustes no texto e tela exemplificativa, para que o comprovante destaque expressamente que é referente a um agendamento de transação Pix. -Página 63 - item 05: ajustes no texto referente à não efetivação de transação agendada, em função de insuficiência de saldo na conta do usuário. -Página 63 - item 05: ajustes no texto referente à não efetivação de transação agendada, em função de insuficiência de saldo na conta do usuário. Capítulo 14:
		- Página 71 - item 06: alterações referentes à sanitização do campo "Condições de disponibilização do serviço de saque"; -Página 72 - item 11: alterações referentes à sanitização do campo "infoAdicionais"; -Página 73 - item 14: alterações referentes à sanitização do campo "infoAdicionais"; -Página 74 - item 16: alterações referentes à sanitização do campo "infoAdicionais"; e -Página 75 - item 19: alterações nas informações mínimas dos comprovantes das transações Pix Saque e Pix Troco.
		Capítulo 15: -Página 81 - item 15 (novo): obrigatoriedade de o prestador do serviço de iniciação de transação de pagamento cumprir os requisitos referentes ao conjunto de dados que deve ser informado ao usuário pagador antes da confirmação do pagamento, para cada forma de iniciação; -Página 82 - item 16 (novo): padronização do conjunto de dados que deve ser informado ao usuário pagador pelo prestador do serviço de iniciação de transação de pagamento e pelo participante detentor da conta transacional, nos casos em que o prestador do serviço de iniciação de
		transação de pagamento possui todas as informações do usuário recebedor. Capítulo 17: -Página 87: ajustes das informações do payload da tela exemplificativa; e -Página 88 - item 02 (novo): obrigatoriedade de exibição das informações do payload do QR dinâmico, para pagamentos com vencimento no Internet Banking.
		Anexo I -Página 8: ajustes no item 10 - inclusão de referência ao Mecanismo Especial de Devolução; -Página 12: alteração do item 3 - sanitização do campo "Descrição; -Página 14: alteração do item 6 - retorno da informação do nome do PSP do recebedor passa ser opcional nas transações iniciadas por chave; -Página 16: alteração do item 12 - obrigatoriedade das informações do CPF (mascarado ou não) / CNPJ do recebedor e das informações (nome,
		CPF (mascarado ou não) / CNPJ e nome do PSP) da ponta pagadora no comprovante, que deve ser disponibilizado para os usuários pagador e recebedor, e alterações referentes à sanitização do campo "Descrição"; -Página 19: alteração do item 1 - vedação à exibição dos nomes dos participantes liquidantes especiais na lista de instituições participantes e esclarecimentos sobre o número associado a cada PSP; -Página 21: alteração do item 8 - obrigatoriedade das informações do CPF (mascarado) / CNPJ do recebedor e das informações (nome, CPF
		(mascarado ou não) / CNPJ e nome do PSP) da ponta pagadora no comprovante, que deve ser disponibilizado para os usuários pagador e recebedor, e alterações referentes à sanitização do campo "Descrição"; -Página 25: alteração do item 7 (item 08 da versão anterior) - fornecimento da opção de Copiar Código QR para viabilizar a funcionalidade Pix Copia e Cola deixa de ser uma recomendação e passa a ser uma obrigatoriedade; -Página 31 - item 12: inclusão das informações do CPF (mascarado ou não) / CNPJ do recebedor e das informações (nome, CPF (mascarado ou
		não) / CNPJ e nome do PSP) da ponta pagadora no comprovante, que deve ser disponibilizado para os usuários pagador e recebedor; -Página 31 - item 12: inclusão da informação da mensagem do campo "Identificador" (TxId) no comprovante, que deve ser disponibilizado para os usuários pagador e recebedor; -Página 35: alteração do item 2 - inclusão do valor da transação entre as informações mínimas que o usuário deve visualizar para selecionar a opção de devolução;
		-Página 40: alteração do item 2 - a informação do nome do PSP ao qual a chave está vinculada deixa de ser uma informação mínima visualizada pelo usuário pagador que tem conhecimento da chave; e -Página 63: ajuste no item 1 - agendamento deve ser disponibilizado também para pagamentos nos dias não úteis. Alterações nas interfaces das telas exemplificativas. Pequenos ajustes de forma

NOTA

O Decreto nº 10.411, de 30 de junho de 2020, prevê a obrigatoriedade da realização de análise de impacto regulatório (AIR) para a edição de atos normativos de interesse geral produzidos pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta.

Todavia, consoante se definiu no parágrafo 8 do Voto 280/2021-BCB, de 10 de novembro de 2021, o Regulamento do Pix, inclusive os demais documentos que o integram ou que o detalham e complementam, não se caracterizam como ato regulatório de força cogente, ostentando, em verdade, natureza eminentemente contratual; assim, modificações promovidas no referido regulamento e nos demais documentos que o integram ou que o detalham e complementam não se sujeitam à produção prévia de análise de impacto regulatório (AIR).

Dessa forma, fica a presente Instrução Normativa dispensada da prévia produção de AIR.

ANGELO JOSÉ MONT ALVERNE DUARTE
Chefe do Departamento de Competição e de Estrutura do Mercado Financeiro

Controladoria-Geral da União

SECRETARIA DE TRANSPARÊNCIA E PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO

PORTARIA CONJUNTA Nº 6, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

Estabelece adendo ao Manual Prático de Avaliação de Programas de Integridade em PAR, de 03 de setembro de 2018.

O SECRETÁRIO DE TRANSPARÊNCIA E PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO E O CORREGEDOR-GERAL DA UNIÃO, no exercício das atribuições previstas nos incisos XXII, art. 16, e XVI, art. 19, ambos do Anexo I do Decreto nº 11.102, de 23 de junho de 2022, e nos incisos IX, art. 109, e I, art. 114, ambos do Anexo I da Portaria nº 3.553, de 12 de novembro de 2019 - Regimento Interno da CGU, e com base no processo SEI 00190.106702/2022-20, resolvem:

Art. 1º Fica aprovada a alteração de conteúdo do Manual Prático de Avaliação de Programas de Integridade em PAR, de 03 de setembro de 2018, na forma do adendo constante do Anexo I a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO CÉSAR DE OLIVEIRA VIÉGAS
Secretário de Transparência e Prevenção da Corrupção

GILBERTO WALLER JÚNIOR
Corregedor-Geral da União

ANEXO I À PORTARIA CONJUNTA Nº 2492579, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

MANUAL PRÁTICO DE AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS DE INTEGRIDADE EM PAR
ADENDO Nº 01/2022

O Manual Prático de Avaliação de Programas de Integridade em PAR[1], de 03 de setembro de 2018, foi elaborado com o fim de orientar os servidores do Poder Executivo Federal na avaliação dos Programas de Integridade apresentados pelas pessoas jurídicas processadas, objetivando a redução do montante da multa prevista no art. 6º, inciso I, da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Nesse sentido, o Manual orienta, em seu item 5.4, sobre a forma de cálculo do referido percentual redutor da multa, inicialmente previsto no artigo 18, inciso V, do Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015[2].

Ocorre que, com o advento do Decreto nº 11.129, de 12 de julho de 2022, que revogou o Decreto nº 8.420/2015, os limites mínimo e máximo de redução da multa decorrentes da implantação e aplicação de programa de integridade foram alterados, passando de "1 a 4%" para "até 5%", em conformidade com o disposto no artigo 23, inciso V, do novo instrumento normativo.

Por essa razão, está em curso, no âmbito da Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção - STPC/CGU, a reformulação do Anexo IV - Planilha de Avaliação, do presente Manual, a fim de adaptá-lo ao novo intervalo de redução multa instituído pelo artigo 23, inciso V, do Decreto nº 11.129/2022.

No entanto, considerando que já se encontra em vigor o novo normativo, e diante da necessidade de aplicação imediata do benefício de redução da multa, foi instituída, pelo Secretário de Transparência e Prevenção da Corrupção e pelo Corregedor-Geral da União a seguinte diretriz de transição:

O percentual de redução a ser considerado na dosimetria da multa continua sendo calculado pela fórmula prevista no item 5.4 do Manual [(COI x MPI) + APJ], devendo, no entanto, o resultado final do cálculo - quando maior ou igual a 1,0% - ser multiplicado por 1,25, a fim de corresponder ao acréscimo de 25% no limite máximo de redução promovido pelo Decreto nº 11.129/2022.

Quando, no entanto, o percentual obtido automaticamente pela fórmula prevista no item 5.4 do Manual [(COI x MPI) + APJ] for menor que 1, o programa de integridade continuará a ser considerado meramente formal, nos termos do §2º do artigo 5º da Portaria CGU nº 909/2015[3], não obtendo, por esta razão, nenhum percentual de desconto.

O item II da diretriz de transição deve-se ao fato de que, não obstante o percentual mínimo de redução da multa ter sido alterado de 1 para 0%, os itens de avaliação do Anexo IV - Planilha de Avaliação foram estruturados de modo que a pontuação final inferior a 1 indica (i) a inexistência de programa de integridade ou (ii) um programa de integridade absolutamente ineficaz para mitigar os riscos de ocorrência dos atos lesivos previstos na Lei nº 12.846/2013, enquadrando-se, dessa forma, no referido conceito de programa meramente formal[4].

A referida diretriz de transição constitui solução temporária e excepcional, adotada com o objetivo de: (i) observar a alteração legislativa; (ii) possibilitar que os novos benefícios trazidos pelo Decreto nº 11.129/2022 sejam usufruídos pelas pessoas jurídicas que demonstrarem possuir e aplicar um programa de integridade; e, (iii) ampliar, desde já, o fomento à adoção de programas de integridade.

A diretriz de transição sugerida deverá ser utilizada nas avaliações em curso e valerá até a publicação do novo Manual de Avaliação de Programa de Integridade Privada, que deve ocorrer ainda no segundo semestre de 2022.

[1] Disponível em: https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/centrais-de-conteudo/manual-pratico-integridade-par-pdf

[2] O Decreto 8420/2015 determinava em seu artigo 18, inciso V, que seria subtraído, do cálculo da multa, "um a quatro por cento" do faturamento bruto da pessoa jurídica, mediante a comprovação de existência e aplicação de programa de integridade, e a planilha utilizada na metodologia do PAR e Acordos de Leniência adota, ainda, o percentual máximo de 4% para o referido cálculo.

[3] Art. 5º A avaliação do programa de integridade, para a definição do percentual de redução que trata o inciso V do art. 18 do Decreto nº 8.420, de 2015, deverá levar em consideração as informações prestadas, e sua comprovação, nos relatórios de perfil e de conformidade do programa.

[...]

§2º O programa de integridade meramente formal e que se mostre absolutamente ineficaz para mitigar o risco de ocorrência de atos lesivos da Lei nº 12.846, de 2013, não será considerado para fins de aplicação do percentual de redução de que trata o caput.

[4] Portaria CGU nº 909/2015, artigo 5º, §2º.

Ministério Público da União

ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA PGR/MPF Nº 732, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

Altera a Portaria PGR/MPF nº 299, de 9 de maio de 2022, que dispõe sobre a criação de ofícios socioambientais na Amazônia, no âmbito do Ministério Público Federal, distribui os respectivos ofícios e dá outras providências.

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso das atribuições conferidas pelos arts. 49, incisos VI, XX e XXIII, 81, 82 e 276 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e considerando o disposto no art. 6º do Ato Conjunto PGR/CASMPU nº 1, de 2014, resolve:

Art. 1º A Portaria PGR/MPF nº 299, de 9 de maio de 2022, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º .....

.....

II - até 10 (dez) ofícios de administração indicados em proposta apresentada pelo coordenador da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para atuação coordenada na tutela ambiental na Amazônia Ocidental e Oriental;

III - até 10 (dez) ofícios de administração indicados em proposta apresentada pelo coordenador da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para atuação coordenada na tutela de povos indígenas e comunidades tradicionais na Amazônia Ocidental e Oriental." (NR)

"Art. 6º Os coordenadores das câmaras de coordenação e revisão de que tratam os incisos II e III do art. 2º apresentarão ao Procurador-Geral da República proposta de distribuição de ofícios, divisão de funções e forma de seleção para os respectivos ofícios de administração." (NR)

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO CSMPF Nº 219, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

Estabelece normas sobre o concurso para ingresso na carreira do Ministério Público Federal.

O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no exercício da competência prevista no art. 57, I, b, e do art. 188 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, tendo em vista a deliberação tomada na 5ª Sessão Extraordinária, realizada em 26 de agosto de 2022 (PGEA 1.00.001.000265/2016-18), resolve expedir a seguinte Resolução:

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O prazo de inscrição no Concurso para ingresso na carreira do Ministério Público Federal, para provimento do cargo inicial de Procurador da República, será de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação do edital de abertura.

Art. 2º O número de vagas oferecidas será igual ao das existentes no momento da publicação do edital.

Parágrafo único. O número de vagas e as localidades indicadas no edital podem sofrer alterações por causas supervenientes, no decorrer do prazo de eficácia do concurso, especialmente em razão do provimento das vagas referentes ao 29º Concurso Público para o cargo de Procurador da República, devendo ser observado, ainda, o disposto no art. 77 desta Resolução.

Art. 3º O concurso compreenderá as disciplinas distribuídas pelos grupos seguintes:

GRUPO I
Direito Constitucional e Metodologia Jurídica
Proteção Internacional dos Direitos Humanos
Direito Eleitoral
GRUPO II
Direito Administrativo e Direito Ambiental
Direito Tributário e Direito Financeiro
Direito Internacional Público e Direito Internacional Privado
GRUPO III
Direito Econômico e Direito do Consumidor
Direito Civil
Direito Processual Civil
GRUPO IV
Direito Penal
Direito Processual Penal

Art. 4º As provas serão elaboradas segundo o programa constante do anexo desta Resolução.

Art. 5º O concurso compreenderá 5 (cinco) provas escritas, sendo 1 (uma) prova objetiva de abrangência geral, 4 (quatro) provas subjetivas relacionadas a cada um dos grupos de disciplinas, prova oral de cada disciplina e aferição de títulos.

§ 1º Os títulos serão computados apenas para fins de classificação entre o(a)s candidato(a)s aprovado(a)s nas provas escritas e orais, estas de caráter eliminatório.

§ 2º Ficará automaticamente eliminado(a) o(a) candidato(a) que não se apresentar à hora designada para a realização de qualquer das provas (art. 58, § 1º).

Art. 6º Será reconhecido(a) habilitado(a) no concurso o(a) candidato(a) que obtiver nota final de aprovação igual ou superior a 60 (sessenta).

§ 1º A nota final de aprovação do(a) candidato(a) será a média aritmética ponderada das médias obtidas nas provas escritas (objetiva e subjetivas) e orais, aplicando-se os seguintes pesos:

I - média das provas escritas: 3 (três);

II - média das provas orais: 2 (dois).

§ 2º A classificação final do(a) candidato(a) habilitado(a) resultará da média aritmética ponderada referente às médias obtidas nas provas escritas; orais e à nota de títulos, aplicando-se os seguintes pesos:

I - média das provas escritas: 3 (três);

II - média das provas orais: 2 (dois);

III - nota de títulos: 1 (um).

§ 3º Será eliminado(a) o(a) candidato(a) que não obtiver em cada grupo de disciplinas em que dividida a prova objetiva (art. 51), em cada prova subjetiva e em cada uma das disciplinas da prova oral nota mínima de 50 (cinquenta) pontos, na escala de 0 (zero) a 100 (cem).

§ 4º Não será admitido o arredondamento de notas ou de médias, devendo ser desprezadas as frações abaixo de centésimos.

Art. 7º As provas escritas serão realizadas nas Capitais dos Estados e no Distrito Federal, conforme a capital assinalada pelo(a) candidato(a) na inscrição preliminar, a prova oral, exclusivamente no Distrito Federal, e os exames de higidez física e mental, onde for determinado em edital.

§ 1º O(A) Secretário(a) de Concursos poderá, em casos excepcionais, mediante requerimento escrito fundamentado e comprovado, apresentado em uma das Procuradorias da República indicadas no Edital de abertura do concurso ou na PGR (Secretaria de Concursos) até 25 (vinte e cinco) dias antes da data prevista para a sua realização, autorizar que provas escritas sejam prestadas em capital diversa do local assinalado na inscrição; havendo desistência da mudança, o(a) candidato(a) somente poderá fazer prova no local de origem mediante prévia autorização do(a) Secretário(a) de Concursos.

§ 2º Em nenhuma hipótese serão aplicadas provas em locais, datas ou horários diferentes dos determinados pela organização do concurso.

Art. 8º Será publicado, juntamente com o edital de abertura do concurso, cronograma indicando as datas previstas de realização de todas as etapas do processo seletivo, admitidas eventuais modificações (antecipação ou adiamento), se necessário, e divulgadas com a adequada antecedência.

Art. 9º O prazo de eficácia do concurso, para efeito de nomeação, será de 2 (dois) anos, contados da publicação do ato homologatório, prorrogável uma vez pelo mesmo período.

SEÇÃO II

DAS VAGAS RESERVADAS A CANDIDATO(A)S COM DEFICIÊNCIA

Art. 10. As pessoas com deficiência que, sob as penas da lei, declararem tal condição, no momento da inscrição no concurso, terão reservados 10% (dez por cento) do total das vagas, arredondado para o número inteiro seguinte, caso fracionário, o resultado da aplicação do percentual indicado.

§ 1º Nesta hipótese, o(a) interessado(a) deverá, necessária e obrigatoriamente, apresentar relatório médico detalhado, emitido, no máximo, 30 (trinta) dias antes da data da publicação do edital de abertura do concurso, que indique a espécie e o grau ou nível da deficiência de que é portador(a), com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID) e à sua provável causa ou origem. O relatório médico original, que deverá ser entregue pelo(a) candidato(a), impreterivelmente até o último dia das inscrições em uma das Procuradorias da República localizadas nas capitais dos Estados e do Distrito Federal ou indicadas no Anexo I do Edital de Abertura do Concurso, será imediatamente submetido à Comissão Especial de Avaliação para avaliação prévia antes de realizada qualquer etapa do concurso, que poderá, se for o caso, solicitar novos documentos.

§ 2º Na falta do relatório médico ou não contendo este as informações acima indicadas, bem como inobservância do prazo para a sua apresentação, resultará em inscrição processada como de candidato(a) sem deficiência, mesmo que declarada tal condição.

Art. 11. O(A)s candidato(a)s cuja deficiência, pela natureza das dificuldades dela resultantes, justifique a ampliação do tempo de duração das provas, deverão, necessariamente no ato da apresentação do relatório médico, formular, juntando parecer de médico especialista na deficiência, requerimento que será apreciado pelo Procurador-Geral da República, ouvida a Comissão Especial de Avaliação.

Art. 12. Serão adotadas todas as providências que se façam necessárias a permitir o fácil acesso de candidato(a)s com deficiência aos locais de realização das provas, sendo de sua responsabilidade trazer os equipamentos e instrumentos imprescindíveis à feitura das provas, previamente autorizados pelo Procurador-Geral da República ou a quem ele delegar.

§ 1º A ampliação do tempo de duração das provas será de até 60 (sessenta) minutos na prova objetiva e nas provas subjetivas, fixada caso por caso na forma deste artigo.

§ 2º O(A) candidato(a) poderá solicitar à Comissão Especial de Avaliação que a sua prova seja impressa com fonte "arial" ampliada para tamanho 18, mediante apresentação de relatório médico que indique a sua necessidade.

§ 3º A Comissão Especial de Avaliação poderá autorizar, em casos excepcionais, devidamente justificados, que o(a) candidato(a) com deficiência visual utilize microcomputador para a realização das provas escritas, devendo o pedido ser apresentado até o último dia das inscrições no concurso em uma das Procuradorias da República indicadas no Edital de Abertura do concurso, sob pena de não conhecimento.

§ 4º Nas provas, o microcomputador só terá instalado: o sistema operacional; software simples de edição de texto, a exemplo do Word Pad (@microsoft), para anotação e elaboração das respostas; software NVDA, com a voz Heloísa (@microsoft).

I - A prova será disponibilizada em formado PDF;

II - É facultado ao(à) candidato(a) familiarizar-se com o equipamento no período de 10 (dez) a 3 (três) dias úteis antes da realização da prova. Na oportunidade, o(a) candidato(a) validará o equipamento, que será lacrado até o dia da prova. A familiarização e validação do equipamento ocorrerá em horário de funcionamento da Procuradoria da República - localizada na capital do Estado escolhido pelo(a) candidato(a) para realizar as provas objetiva e subjetivas - e durará até 3 (três) horas, no máximo.

III - No dia em que o(a) candidato(a) validar o equipamento para as provas subjetivas, o(a) mesmo(a) deverá levar, querendo, o material de pesquisa em formato PDF, lembrando que o material deverá observar rigorosamente o disposto no art. 57 desta Resolução, sob pena de eliminação do(a) candidato(a) do concurso. Aludido material será submetido à Subcomissão Estadual ou do Distrito Federal, antes de instalado no computador, e não será recebido posteriormente, em hipótese alguma;

IV - Será disponibilizado ao(à) candidato(a) Caderno Técnico contendo características técnicas e principais comandos do software; e

V- O Ministério Público Federal disponibilizará o equipamento.

§ 5º Se, por ventura, problemas técnicos impedirem o uso do equipamento pelo(a) candidato(a), o(a) mesmo(a) realizará sua prova nos moldes dispostos no art. 13 desta Resolução.

§ 6º Autorizada a utilização de microcomputador, a Subcomissão Estadual ou do Distrito Federal deverá imprimir as respostas dadas às questões das provas subjetivas e verter estas respostas para a forma manuscrita, acautelando as folhas impressas para futura conferência, se for o caso, observando o § 4º do art. 13 desta Resolução.

Art. 13. O(a) candidato(a) com deficiência que o(a) impossibilite de manusear o caderno de provas e de preencher a respectiva folha de respostas prestará as provas escritas isoladamente, em sala previamente designada pela Subcomissão Estadual ou do Distrito Federal.

§ 1º O(a) candidato(a) será assistido(a) por 3 (três) fiscais durante a realização das provas, que lhe prestarão o auxílio necessário, consistente em:

a) manuseio e, se necessário, leitura das questões objetivas, assinalando na folha de respostas a alternativa indicada pelo(a) candidato(a);

b) manuseio e, se necessário, leitura das questões subjetivas, transcrevendo à mão, em letra legível, a resposta dada pelo(a) candidato(a);

c) manuseio e, se necessário, leitura da legislação admitida no concurso, por solicitação do(a) candidato(a).

§ 2º Somente terá acesso à sala de realização de prova o(a) candidato(a), não sendo admitido o ingresso de parente, ajudante ou guia.

§ 3º Os fiscais, utilizando-se de equipamento de áudio ou áudio e vídeo, procederão à gravação integral da prova, inclusive da leitura e resposta das questões objetivas, da leitura e resposta da parte subjetiva e dos textos legais solicitados pelo(a) candidato(a).

§ 4º Encerrada a prova, o material que contenha a íntegra da gravação deverá ser acondicionado em envelope lacrado e rubricado por Membro da Subcomissão Estadual ou do Distrito Federal e remetido, com os demais documentos, à Secretaria de Concursos.

Art. 14. Previamente ao deferimento das respectivas inscrições definitivas, o(a)s candidato(a)s com deficiência habilitado(a)s nas provas escritas serão submetido(a)s à Comissão Especial de Avaliação, que opinará quanto à existência e relevância da deficiência (art. 17), para os fins previstos nesta Resolução.

Parágrafo único. A Comissão Especial de Avaliação, a seu juízo, poderá solicitar parecer de profissionais capacitados na área da deficiência que estiver sendo avaliada ou, de antemão, indicar o aludido profissional para, desde o início, participar dos trabalhos, sem direito a voto.

Art. 15. Concluindo a Comissão Especial de Avaliação pela inexistência da deficiência ou por sua irrelevância para habilitar o(a) candidato(a) a concorrer às vagas reservadas, a inscrição definitiva será deferida, pelo(a) Secretário(a) de Concursos, como de candidato(a) não portador(a) de deficiência.

Art. 16. Da decisão do(a) Secretário(a) de Concursos, proferida em razão do requerimento previsto no art. 11 e da conclusão da Comissão Especial de Avaliação, prevista no art. 15, caberá, no prazo de 3 (três) dias, corridos após a publicação do edital, recurso ao Procurador-Geral da República, que será apreciado após nova manifestação da Comissão Especial de Avaliação.

Art. 17. Consideram-se deficiências, para os fins previstos nesta Resolução, aquelas conceituadas na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos, e que constituam motivo de acentuado grau de dificuldade para a integração social.

Art. 18. O(A)s candidatos(as) com deficiência concorrerão simultaneamente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com sua classificação no concurso.

Parágrafo único. O(A)s candidato(a)s com deficiência aprovado(a)s dentro do número de vagas oferecido para ampla concorrência não serão computado(a)s para efeito do preenchimento das vagas reservadas.

Art. 19. Ressalvadas as disposições especiais desta Seção, o(a)s candidato(a)s com deficiência participarão do concurso em igualdade de condições com o(a)s demais candidato(a)s no que tange ao horário de início, ao local de aplicação, ao conteúdo, à correção das provas, aos critérios de aprovação, ao posicionamento na classificação geral para fins de escolha das vagas de lotação e de antiguidade na carreira e a todas as demais normas de regência do concurso.

Art. 20. Não preenchidas por candidato(a)s com deficiência as vagas reservadas, poderão sê-las pelo(a)s demais candidato(a)s habilitado(a)s, com a estrita observância da ordem de classificação do concurso.

Parágrafo único. A deficiência de que for portador(a) o(a) candidato(a) ao ingressar na carreira do Ministério Público, independentemente do grau, não poderá ser invocada como causa de aposentadoria por invalidez.

Art. 21. O(A) Procurador(a)-Geral da República baixará as instruções complementares que sejam necessárias para o integral cumprimento das disposições desta Seção.

SEÇÃO III

DAS VAGAS RESERVADAS A CANDIDATO(A)S INDÍGENAS

Art. 22. Nos concursos públicos destinados a ingresso na carreira do Ministério Público Federal (Procurador(a) da República) serão reservados a indígenas 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas em cada certame, sempre que o número de vagas for igual ou superior a dez.

§ 1º Em caso de quantitativo fracionado para o número de vagas reservadas a candidato(a)s indígenas, esse será aumentado para o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5 (cinco décimos), ou diminuído para número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (cinco décimos).

§ 2º Poderão concorrer às vagas reservadas a candidato(a)s indígenas aqueles que se autodeclararem como tais, no ato da inscrição no concurso público, conforme o quesito raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, independentemente de o(a) candidato(a) residir ou não em Terra Indígena.

Art. 23. O(A)s candidato(a)s indígenas que optarem pela reserva de vagas concorrerão simultaneamente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com sua classificação no concurso.

§ 1º O(A)s candidato(a)s indígenas aprovado(a)s dentro do número de vagas oferecido para ampla concorrência não serão computado(a)s para efeito do preenchimento das vagas reservadas.

§ 2º Em caso de desistência de candidato(a) indígena aprovado(a) em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo(a) candidato(a) indígena, em sua respectiva cota, subsequentemente classificado.

§ 3º Na hipótese de não haver candidato(a)s indígenas aprovado(a)s em número suficiente para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidato(a)s aprovado(a)s, observada a ordem de classificação.

Art. 24. A nomeação do(a)s candidato(a)s aprovado(a)s respeitará os critérios de alternância e proporcionalidade, que consideram a relação entre o número de vagas total e o número de vagas reservadas a cotas étnico-raciais ou a pessoas com deficiência.

Art. 25. O(A)s candidato(a)s indígenas poderão se inscrever concomitantemente para as vagas reservadas a pessoas com deficiência.

Art. 26. O(A)s candidato(a)s autodeclarado(a)s indígenas serão entrevistado(a)s presencialmente por comissão especial para avaliação das declarações de pertencimento à comunidade, constituída por três pessoas de notório saber na área, engajamento na atuação de igualdade racial e representatividade de gênero, raça e idade, indicadas pela instituição organizadora do concurso e aprovadas pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal, ouvida a Sexta Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

Parágrafo único. A comissão especial, no processo de avaliação de que trata este artigo, levará em conta, entre outros parâmetros para a identificação étnica, o pertencimento etnoterritorial calcado em memória histórica ou linguística ou, ainda, em reconhecimento da comunidade indígena, ouvida a Funai, sempre que considerar pertinente.

Art. 27. Em caso de constatação de documentação falsa ou outro meio fraudulento, o(a) candidato(a) beneficiado(a) será eliminado(a) do concurso e, se já houver sido nomeado(a), terá sua admissão sujeita a anulação, observados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

SEÇÃO IV

DAS VAGAS RESERVADAS A CANDIDATO(A)S AUTODECLARADO(A)S NEGRO(A)S

Art. 28. Nos casos de pessoas negras que, sob as penas da lei, declararem tal condição, ser-lhes-ão reservados 20% (vinte por cento) do total das vagas previstas no edital e das que vierem a surgir durante o prazo de validade do concurso.

§ 1º Poderão concorrer às vagas reservadas a candidato(a)s negro(a)s aquele(a)s que se autodeclararem preto(a)s ou pardo(a)s, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

§ 2º A reserva de vagas de que trata o caput será aplicada sempre que o número de vagas oferecidas no concurso público, ou que surgirem no seu prazo de validade, for igual ou superior a 3 (três).

§ 3º Na hipótese de quantitativo fracionado para o número de vagas reservadas a candidato(a)s negro(a)s, este será aumentado para o número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5 (cinco décimos), ou diminuído para número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (cinco décimos).

§ 4º O(a)s candidato(a)s que desejarem concorrer às vagas reservadas a pessoas negras deverão firmar autodeclaração nesse sentido na página do concurso na internet no momento da inscrição.

Art. 29. A autodeclaração terá validade somente para o concurso público em andamento, não podendo ser estendida a outros certames.

§ 1º Presumir-se-ão verdadeiras as informações prestadas pelo(a)s candidato(a)s que tenham se autodeclarado(a) negro(a)s, sem prejuízo da avaliação pela Comissão de Heteroidentificação.

§ 2º O(a)s candidato(a)s que optarem por concorrer às vagas reservadas às pessoas negras, ainda que tenham obtido nota suficiente para aprovação na ampla concorrência e satisfizerem as condições de habilitação estabelecidas em edital, deverão se submeter ao procedimento de heteroidentificação.

§ 3º O(a)s candidato(a)s convocado(a)s para as provas orais (realizadas na capital federal), e que se autodeclararam negro(a)s, serão convocado(a)s, em horário oposto às provas, para confirmarem tal opção, mediante a assinatura de declaração nesse sentido, perante a Comissão de Heteroidentificação, que avaliará o(a)s candidato(a)s primordialmente com base nos seus aspectos fenotípicos ou, subsidiariamente, em quaisquer outras informações que auxiliem na verificação da autenticidade da autodeclaração prestada, para o que a presença do(a) candidato(a) será obrigatória.

§ 4º O(a) candidato(a) não será considerado(a) enquadrado(a) na condição de negro(a) quando:

a) não comparecer à entrevista;

b) não assinar a declaração; e

c) por maioria, os integrantes da Comissão considerarem que o(a) candidato(a) não atendeu à condição de pessoa negra.

§ 5º Caso o(a) candidato(a) não se enquadre na condição de negro(a), este(a) será comunicado(a) por meio de decisão fundamentada pela Comissão de Heteroidentificação, oportunidade em que poderá interpor recurso à Comissão de Concurso, no prazo de 3 (três) dias.

§ 6º Comprovando-se falsa a autodeclaração, o(a) candidato(a) será eliminado(a) do concurso.

§ 7º Nos casos previstos no § 6º, se o(a) candidato(a) tiver sido nomeado(a), este(a) ficará sujeito(a) à anulação da sua nomeação, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis nas esferas administrativa, civil e penal.

§ 8º A verificação da falsidade da declaração de que trata o parágrafo anterior poderá ser feita a qualquer tempo por provocação ou por iniciativa da Administração Pública.

Art. 30. O(A)s candidato(a)s negro(a)s concorrerão concomitantemente às vagas a eles reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no concurso.

§ 1º O(A)s candidato(a)s negro(a)s aprovado(a)s dentro do número de vagas oferecidas para ampla concorrência não serão computado(a)s para efeito do preenchimento das vagas reservadas a candidato(a)s negro(a)s.

§ 2º Além das vagas de que trata o caput, o(a)s candidato(a)s negro(a)s poderá(ão) optar por concorrer(em) às vagas reservadas a pessoas com deficiência, se atender(em) a essa condição, de acordo com a sua classificação no concurso.

§ 3º O(A)s candidato(a)s negro(a)s aprovado(a)s para as vagas a ele(a)s destinadas e às reservadas para pessoas com deficiência, convocado(a)s concomitantemente para o provimento dos cargos, deverá(ão) manifestar opção por uma delas.

§ 4º Na hipótese de que trata o parágrafo anterior, caso o(a)s candidato(a)s não se manifestem previamente, serão nomeado(a)s dentro das vagas destinadas às pessoas negras.

§ 5º Na hipótese de o(a) candidato(a), aprovado(a) tanto na condição de negro(a) quanto na de pessoa com deficiência, ser convocado(a) primeiramente para o provimento de vaga destinada a candidato(a) negro(a), ou optar por esta na hipótese do § 3º, terá os mesmos direitos e benefícios assegurados à pessoa com deficiência.

Art. 31. Em caso de desistência de candidato(a) negro(a) aprovado(a) em vaga a ele(a) reservada, a vaga será preenchida pelo(a) candidato(a) negro(a) posteriormente classificado(a).

Parágrafo único. Na hipótese de não haver candidato(a)s negro(a)s aprovado(a)s em número suficiente para que sejam ocupadas as vagas a ele(a)s reservado(a)s, as remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidato(a)s aprovado(a)s, observada a ordem de classificação no concurso.

Art. 32. A nomeação do(a)s candidato(a)s aprovado(a)s respeitará os critérios de alternância e de proporcionalidade, que consideram a relação entre o número total de vagas e o número de vagas reservadas a candidato(a)s com deficiência, a candidato(a)s negro(a)s e a candidato(a)s indígenas.

SEÇÃO V

DAS CANDIDATAS LACTANTES

Art. 33. As mães lactantes, nos horários previstos para a amamentação, poderão retirar-se temporariamente das salas em que realizadas as provas, acompanhadas de fiscal, para atendimento aos seus bebês em sala reservada, sendo vedada a permanência de parentes, babás ou quaisquer outras pessoas estranhas à organização do concurso.

§ 1º A candidata que seja mãe lactante deverá indicar esta condição na respectiva ficha de inscrição preliminar, para a adoção das providências necessárias pela organização do concurso.

§ 2º Em casos excepcionais, quando não houver assinalado essa condição na inscrição, a candidata lactante deverá indicar a necessidade da amamentação mediante requerimento dirigido ao(à) Presidente da Subcomissão Estadual ou do Distrito Federal até 10 (dez) dias antes da realização das provas, sob pena de não conhecimento do pedido.

§ 3º O tempo total utilizado para amamentação somente implicará acréscimo na duração fixada à realização das provas até o máximo de 30 (trinta) minutos.

§ 4º Caberá à mãe lactante providenciar pessoa para a guarda do bebê durante todo o período de prova, que deverá encaminhá-lo à sala reservada nos horários de amamentação.

§ 5º Tratando-se exclusivamente das provas orais, será garantida a realização destas por meio virtual, quando o deslocamento para o local de prova requerer a necessária utilização de transporte aéreo, terrestre ou aquático:

I - às candidatas grávidas a partir da 28ª (vigésima oitava) semana de gestação

II - às candidatas gestantes em casos de gravidez de risco, independentemente da fase de gestação, desde que o deslocamento em questão não seja recomendado pelo(a) médico(a) que a acompanha;

III - às candidatas em fase puerperal; e

IV - às candidatas lactantes.

§ 6º A candidata gestante e lactante que se enquadrar nas condições dispostas no § 5º, e que necessite realizar as provas orais na sede do Ministério Público Federal mais próxima de sua residência, deverá encaminhar à Comissão de Concurso, no prazo de 15 (quinze) dias antes dos referidos exames, requerimento nesse sentido, juntando recomendação médica e demais documentos comprobatórios que o fundamente.

SEÇÃO VI

DA INSCRIÇÃO PRELIMINAR

Art. 34. A inscrição preliminar será realizada exclusivamente pelo sistema de inscrição on-line do concurso, com o fornecimento de senha pessoal, no endereço eletrônico http://www.mpf.mp.br/concursos/concursos/procuradores e só será confirmada após o pagamento da taxa de inscrição, devendo o(a) candidato(a):

I - ao acessar o endereço eletrônico mencionado no caput, selecionar a opção "novo cadastro", preenchendo os dados requeridos para gerar a senha de acesso ao sistema de inscrição.

II - De posse da senha, acessar, no mesmo endereço eletrônico, o sistema para o preenchimento do formulário de inscrição.

III - concluído o processo de inscrição, imprimir imediatamente a guia de recolhimento da união (GRU) com o valor da taxa, a qual deverá ser paga em uma das agências do Banco do Brasil. O(A) candidato(a) poderá reimprimi-la, se necessário, exclusivamente no endereço eletrônico supracitado durante o período de inscrição, e ao liquidá-la, especialmente por via eletrônica, atentar para informar apenas o CPF do(a) candidato(a), sob pena de não ter a inscrição confirmada.

IV - após o pagamento da taxa de inscrição (GRU), cuja baixa poderá levar até 2 (dois) dias úteis, a organização do concurso enviará e-mail ao(à) candidato(a) confirmando a sua inscrição. Notificado(a) da inscrição, deve o(a) candidato(a) acessar a página do concurso para imprimir o Comprovante de Inscrição.

V - o pagamento da taxa de inscrição deverá ser efetuado, no máximo, até o último dia assinalado para as inscrições, devendo ser observado o horário de funcionamento bancário, não sendo aceito qualquer outra modalidade de pagamento que não seja pela quitação da GRU, segundo o valor estipulado no Edital de Abertura do Concurso. E não será confirmada a inscrição de candidato(a) que efetuar o pagamento da taxa de inscrição fora do prazo assinalado para as inscrições.

VI - não será aceito, para comprovação do pagamento da taxa de inscrição, comprovante de agendamento bancário.

VII - as informações prestadas na solicitação de inscrição serão de inteira responsabilidade do(a) candidato(a), o(a) qual terá sua inscrição indeferida se não preencher o formulário de forma completa e correta e/ou fornecer dados comprovadamente inverídicos.

VIII - a Secretaria de Concursos/MPF não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica do sistema, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

§ 1º O(A) candidato(a), ao preencher o formulário de inscrição, firmará declaração, sob as penas da lei, (1) de que é bacharel em Direito e que atenderá, até a data da inscrição definitiva, à exigência de 3 (três) anos de atividade jurídica exercida exclusivamente após a obtenção do grau de bacharel em Direito (CF, artigo 129, § 3º); (2) de estar ciente que a não apresentação do respectivo diploma, devidamente registrado pelo Ministério da Educação, e da comprovação da atividade jurídica, ambos no ato da inscrição definitiva, acarretará sua exclusão do procedimento seletivo; e (3) de que aceita as demais regras e condições pertinentes ao concurso consignadas nesta resolução e no edital do concurso, das quais não poderá alegar desconhecimento.

§ 2º A Presidência da Subcomissão Estadual ou do Distrito Federal, ou na sua ausência qualquer dos seus membros, poderá dispensar do pagamento da taxa de inscrição candidato(a) que, mediante requerimento específico, formulado até 15 (quinze) dias antes do término do prazo das inscrições, comprovar, de forma inequívoca, não ter condições de arcar com tal ônus, nos termos do Decreto n.º 6.593/2008, devendo apresentar, inclusive, a inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) do ano vigente, de que trata o Decreto nº 6.135/2007, indicando, obrigatoriamente, em qual programa do Governo Federal se encontra inscrito(a). Também será dispensado(a) do pagamento da taxa de inscrição o(a) candidato(a) que comprovar ser doador(a) de medula óssea em entidade reconhecida pelo Ministério da Saúde, nos termos da Lei nº 13.656/2018. A inscrição do(a) candidato(a) que solicitar isenção de taxa de inscrição só será processada após manifestação positiva da Subcomissão, que terá um prazo de 5 (cinco) dias úteis para avaliá-la.

a) Cada pedido de isenção será analisado e julgado conforme comprovação da incapacidade de arcar com o ônus, nos termos do Decreto nº 6.593/2008, a exceção dos doadores de medula óssea que comprovarem tal condição.

b) As informações prestadas no requerimento de isenção serão de inteira responsabilidade do(a) candidato(a), podendo responder este(a), a qualquer momento, por crime contra a fé pública, o que acarretará sua eliminação do certame, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do artigo 10 do Decreto nº 83.936 /1979.

c) O simples requerimento de solicitação da isenção de taxa de inscrição não garante ao(à) interessado(a) a isenção de pagamento, a qual estará sujeita à análise e deferimento do pedido por parte da Subcomissão Estadual ou do Distrito Federal que o analisar, sendo de responsabilidade do(a) candidato(a) acompanhar a solicitação e tomar ciência do seu conteúdo.

d) O(A) candidato(a) que tiver seu pedido de isenção indeferido deverá acessar o endereço eletrônico (http://www.mpf.mp.br/concursos/concursos/procuradores) e imprimir a GRU para pagamento, conforme procedimentos descritos nesta Resolução.

e) O (A) candidato(a) que não tiver seu pedido de isenção deferido e que não efetuar o pagamento da taxa de inscrição, na forma e no prazo estabelecido no subitem anterior, estará automaticamente excluído(a) do certame.

§ 3º Ressalvado o disposto no parágrafo anterior, nenhum(a) candidato(a) será dispensado(a), em qualquer outra hipótese, do pagamento da taxa de inscrição e nem será admitida a sua devolução.

§ 4º O(A) candidato(a) que solicitar isenção da taxa de inscrição deverá apresentar requerimento, juntamente com os documentos exigidos no § 2º do art. 34, no ato do preenchimento do formulário de Requerimento de Inscrição Preliminar, quando deverá ser selecionada a declaração pertinente ao caso, no endereço eletrônico: http://www.mpf.mp.br/concursos/concursos/procuradores contendo:

I - indicação do Número de Identificação Social (NIS), atribuído pelo CadÚnico; ou

II - indicação de que doou ou de que é doador(a) de medula óssea.

§ 5º O(A) candidato(a) que requerer isenção da taxa de inscrição deverá apresentar a documentação pertinente em uma das Procuradorias da República localizadas nas capitais dos Estados e do Distrito Federal ou indicadas no Anexo I do Edital de Abertura do Concurso.

§ 6º O(A) candidato(a) que optar por concorrer às vagas reservadas a candidato(a)s com deficiência, e aquele(a) que pedir isenção da taxa de inscrição, deverá apresentar a documentação mencionada no § 1º do art. 10 e no §2º do art. 34, respectivamente, segundo o caso, inclusive laudo médico original, quando se tratar de candidato(a) com deficiência, em uma das Procuradorias da República localizadas nas capitais dos Estados e do Distrito Federal ou indicadas no Anexo I do Edital de Abertura do Concurso.

§ 7º O(A) candidato(a) poderá conferir procuração, quando for o caso, com a especificação de poderes para promover a entrega de documentos.

§ 8º O Comprovante de Inscrição, acompanhado do documento nele indicado, facilitará ao(à) candidato(a) acesso ao local da efetivação das provas. Se extraviado aludido comprovante, pode o(a) candidato(a) reimprimi-lo na página do concurso.

§ 9º Encerrado o prazo de inscrição, será remetido à Secretaria de Concursos a documentação original relativa às inscrições de candidato(a)s com deficiência.

§ 10. A inscrição preliminar deferida habilita o(a) candidato(a) à prestação da prova objetiva, implicando o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas, das quais não poderá alegar desconhecimento.

§ 11. O(a) candidato(a) que necessitar de atendimento especial durante a aplicação das provas e que não estiver concorrendo às vagas destinadas a pessoas com deficiência deverá indicar no formulário de inscrição, obrigatoriamente, a sua necessidade de atendimento especial.

Art. 35. Encerrado o prazo para a inscrição, o(a) Procurador(a)-Geral da República fará publicar edital indicando a divulgação na página do concurso para Procurador da República http://www.mpf.mp.br/concursos/concursos/procuradores, da relação nominal do(a)s candidato(a)s.

Parágrafo único. O(A) candidato(a) poderá, a qualquer momento, solicitar a sua exclusão do concurso, de forma irretratável, sem direito à restituição da taxa de inscrição.

SEÇÃO VII

DAS FUNÇÕES E COMPETÊNCIAS DE MEMBROS E SERVIDORES

Da Comissão de Concurso

Art. 36. A Comissão de Concurso tem sede na Procuradoria Geral da República em Brasília-DF e será composta por:

I - um presidente, função ocupada pelo Procurador-Geral da República;

II - dois membros do MPF, escolhidos pelo Conselho Superior do MPF;

III - um membro da Magistratura Nacional e um suplente, indicados pelo Superior Tribunal de Justiça; e

IV - um advogado titular e um suplente, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB.

§ 1º O Conselho Superior designará até 6 (seis) suplentes, no total, para o Procurador-Geral da República e para os dois membros do Ministério Público Federal integrantes da Comissão, os quais poderão auxiliar os respectivos titulares em todas as atividades relacionadas ao concurso.

§ 2º O(A)s suplentes a que se referem os incisos III e IV somente exercerão as atividades por ocasião de suspeição e/ou impedimentos dos Magistrados e do advogado titular.

Art. 37. À Comissão de Concurso compete:

I - presidir a realização das provas escritas e orais;

II - formular questões das provas objetivas e subjetivas;

III - elaborar temas de dissertação das provas subjetivas;

IV - corrigir as provas subjetivas;

V - arguir o(a)s candidato(a)s e aferir os títulos;

VI - atribuir notas, individual ou colegiadamente;

VII - apreciar recursos eventualmente interpostos pelo(a)s candidato(a)s; e

VIII - exercer outras atividades de mesma natureza e grau de complexidade.

Do Secretário de Concursos

Art. 38. Ao Secretário de Concursos, designado pelo Procurador-Geral da República entre os membros do MPF, compete:

I - planejar e executar todas as etapas do concurso público;

II - expedir instruções suplementares a serem observadas pelas Subcomissões Estaduais e do Distrito Federal no tocante a rotinas e procedimentos de execução do processo seletivo, bem como os respectivos prazos;

III - revisar a Resolução do Concurso e propor ao Conselho Superior do MPF, quando necessário, as alterações pertinentes;

IV - elaborar proposta de edital de abertura do concurso e minutas de portarias;

V - encaminhar os pedidos de informações em medidas judiciais à Consultoria Jurídica da Secretaria-Geral do MPF e apreciar recursos interpostos contra o indeferimento de pedidos de isenção da taxa de inscrição;

VI - manifestar-se e apreciar requerimentos propostos por candidato(a)s, encaminhando para o Procurador-Geral da República, quando necessário;

VII - consolidar questões das provas objetivas e subjetivas;

VIII - supervisionar a impressão e expedição das provas objetivas e subjetivas, bem como a aplicação e realização destas;

IX - supervisionar e acompanhar o processo de realização da prova oral;

X - analisar títulos apresentados pelo(a)s candidato(a)s, a fim de subsidiar a apreciação da Comissão de Concurso;

XI - apoiar os trabalhos da Comissão de Concurso;

XII - supervisionar as atividades de consolidação, de publicação do resultado final e de homologação do concurso; e

XIII - exercer outras atividades de mesma natureza e grau de complexidade.

Da Comissão Especial de Avaliação

Art. 39. A Comissão Especial de Avaliação, com competência para avaliar a existência e relevância da deficiência declarada pelo(a)s candidato(a)s e autorizar medidas excepcionais de apoio nos termos desta Resolução, será composta por:

I - 3 (três) membros do Ministério Público Federal, indicados pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal, e presidida pelo mais antigo; e

II - 3 (três) profissionais capacitados e atuantes nas diversas áreas de deficiência, sempre que possível, sendo pelo menos um deles médico, todos integrantes do Serviço de Assistência Médica e Social do Ministério Público Federal, indicados pelo Secretário de Serviços de Saúde e submetidos ao Procurador-Geral da República para aprovação do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Da Comissão de Heteroidentificação

Art. 40. A Comissão de Heteroidentificação será composta por 2 (dois) membros do Ministério Público Federal, sendo presidida pelo mais antigo, e por 3 (três) pessoas com atuação na área de promoção da igualdade racial, todas escolhidas pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

§ 1º O Conselho Superior do Ministério Público Federal escolherá também suplentes para todos os integrantes da Comissão de Heteroidentificação.

§ 2º A Comissão de Heteroidentificação deverá ter seus membros distribuídos por gênero e cor.

Art. 41. Caberá à Comissão de Heteroidentificação decidir acerca da veracidade da autodeclaração de cor preta ou parda emitida pelo(a) candidato(a) para efeito da reserva de vagas de que trata o art. 28.

Art. 42. O procedimento de heteroidentificação será filmado e sua gravação será utilizada na análise de eventuais recursos, interpostos no prazo de 3 (três) dias pelo(a)s candidato(a)s, sendo eliminado(a) do concurso o(a) candidato(a) que recusar a realização da filmagem do procedimento para fins de heteroidentificação.

Das Subcomissões Estaduais e do Distrito Federal

Art. 43. As Subcomissões Estaduais e do Distrito Federal, com competência para coordenar atividades referentes ao concurso no âmbito de cada Unidade da Federação, serão formadas por:

I - até três participantes designados pelo Presidente da Comissão de Concurso e escolhidos, preferencialmente, entre os membros da Instituição que se encontrem lotados na respectiva unidade da Federação; e

II - dois servidores do MPF, designados por ato formal do Procurador-Chefe de cada unidade da Federação, em que um deles atuará como Secretário da respectiva Subcomissão Estadual e o outro será indicado para substituir o aludido Secretário nos trabalhos afetos ao concurso em seu Estado.

§ 1º As funções citadas nos incisos I e II serão exercidas apenas durante o período de realização do concurso, compreendido entre a data da publicação do edital de abertura do concurso e a sua homologação.

§ 2º A Presidência das Subcomissões será exercida, necessariamente, por um membro do MPF, sendo ele a autoridade responsável pelo concurso no âmbito de cada unidade da Federação, devendo seguir as diretrizes fixadas pela Secretaria de Concursos.

§ 3º Aos servidores designados no inciso II caberá a atribuição de assessoramento e auxílio à Subcomissão Estadual e a seu Presidente em todas as atividades relativas à realização do concurso, especialmente:

I - efetuar o levantamento de despesas e do local para a realização do certame;

II - receber, do(a)s candidato(a)s que optarem por concorrer às vagas reservadas a candidato(a)s com deficiência, a documentação pertinente;

III - selecionar e orientar a equipe que atuará na aplicação das provas;

IV - receber recursos e documentos de Inscrição Definitiva, encaminhando-os à Secretaria de Concursos; e

V - exercer outras atividades de mesma natureza e grau de complexidade.

Dos Supervisores de Salas

Art. 44. Aos Supervisores de Salas, que atuarão apenas durante o período da realização das provas, convidados pelo Presidente da Subcomissão respectiva, preferencialmente, dentre os membros do MPF, compete:

I - responsabilizar-se e responder pelas ocorrências em cada sala, durante a aplicação das provas objetivas e subjetivas;

II - fiscalizar o material que o(a) candidato(a) utilizará para consulta, durante a realização das provas subjetivas, verificando se os mesmos estão de acordo com as normas estabelecidas; e

III - exercer outras atividades de mesma natureza e grau de complexidade.

Parágrafo único. O número de Supervisores deverá ser compatível com o número de candidato(a)s e de salas onde as provas serão aplicadas, a critério da Secretaria de Concursos, e atendidas, ainda a seu critério, eventuais peculiaridades locais, objeto de justificação escrita da Subcomissão Estadual e do Distrito Federal.

Do Coordenador Nacional e Executores

Art. 45. As funções de Coordenador Nacional e Coordenador Nacional Substituto serão exercidas por servidores que se encontrem em exercício na Secretaria de Concursos do MPF, assim designados pelo Procurador-Geral da República, competindo-lhes assessorar e auxiliar a Comissão de Concurso e o(a) Secretário(a) de Concursos, bem como tramitar informações entre a Secretaria de Concursos e os Secretários das Subcomissões Estaduais e do Distrito Federal.

Parágrafo único. As funções de Coordenador Nacional e Coordenador Nacional Substituto serão exercidas apenas durante o período de realização do concurso, compreendido entre a data da publicação do edital e a homologação do concurso.

Art. 46. Os servidores, em exercício na Secretaria de Concursos, atuarão como Executores, assessorando e prestando apoio geral à Comissão de Concurso e ao Secretário de Concursos, durante os dias de realização das provas objetivas, subjetivas e orais.

Dos Coordenadores Estaduais, Fiscais e demais Prestadores de Serviços

Art. 47. Nos dias de aplicação das provas, os Secretários das Subcomissões Estaduais atuarão como Coordenadores Estaduais, apoiando o Presidente da Subcomissão e coordenando as atividades dos Fiscais e demais prestadores de serviços.

Parágrafo único. A equipe de fiscalização das provas escritas em cada Estado e no Distrito Federal terá o número de componentes estabelecido pelo Secretário de Concursos, considerados o número de candidato(a)s e as condições do local de aplicação das provas e atendidas, ainda, a seu critério, eventuais peculiaridades locais, objeto de justificação escrita da Subcomissão Estadual e do Distrito Federal.

Art. 48. Aos Fiscais de Mesa, Fiscais de Sala e Fiscais Itinerantes, escolhidos pelo Presidente da Subcomissão Estadual e subordinados aos Supervisores de Sala e Coordenadores Estaduais, compete realizar toda atividade necessária ao bom andamento da realização das provas, conforme instrução a ser encaminhada pela Secretaria de Concursos.

Parágrafo único. Os Fiscais de Mesa serão escolhidos, preferencialmente, entre bacharéis em Direito.

Art. 49. Os prestadores de serviços como médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem, recepcionistas, motoristas, serventes, copeiros, vigilantes e seguranças, dentre outros, deverão desempenhar as tarefas para as quais forem designados, conforme instrução suplementar própria, expedida pela Secretaria de Concursos.

Art. 50. Os membros, servidores e colaboradores que, nos dias das provas, realizarem qualquer atividade relativa ao certame, deverão preencher e assinar Termo de Compromisso, conforme formulário próprio.

SEÇÃO VIII

DAS PROVAS ESCRITAS

Art. 51. Haverá uma prova escrita objetiva, com duração de 5 (cinco) horas, com 120 (cento e vinte) questões de pronta resposta, divididas em 4 (quatro) partes, com 30 (trinta) questões cada, correspondendo cada parte a um dos grupos de disciplinas.

§ 1º Cada questão terá 4 (quatro) alternativas de resposta, a que se acrescentará, exclusivamente na folha de respostas, uma quinta alternativa, destinada à manifestação do(a) candidato(a), necessária e obrigatória, de que desconhece a alternativa correta. Não assinalada a quinta alternativa, a questão deixada sem resposta ou marcada com mais de uma opção - incluindo ou não a quinta alternativa - equivalerá à questão com resposta errada para o fim do desconto previsto no parágrafo seguinte.

§ 2º Na correção da prova objetiva, as questões terão o mesmo valor, descontando-se o valor de uma resposta certa para cada conjunto de 4 (quatro) respostas erradas, em cada parte da prova.

§ 3º Na prova objetiva não será permitida consulta à legislação, súmulas e jurisprudência dos Tribunais, anotações ou quaisquer outros comentários.

§ 4º O cartão de resposta da prova objetiva não será substituído em caso de rasura ou por qualquer outro motivo, salvo erro material em sua confecção, ficando o supervisor de sala responsável por eventual descumprimento desta norma.

§ 5º É vedado ao(à) candidato(a) utilizar líquido corretor de texto e borracha no cartão de resposta da prova objetiva.

§ 6º Durante o período de realização das provas é vedado ao(à) candidato(a), sob pena de eliminação do concurso:

I - o uso de óculos escuros e protetores auriculares, salvo expressa determinação médica, após apreciação da Comissão Especial de Avaliação, chapéu, boné, gorro ou qualquer acessório de chapelaria, além de relógio digital;

II - o ingresso ao local das provas portando arma e/ou munição, sendo a guarda da arma e/ou da munição, em local externo ao da realização das provas, de responsabilidade do(a) candidato(a).

§ 7º A Comissão de Concurso não se responsabilizará pela perda ou pelo extravio de objetos ou equipamentos eletrônicos ocorridos no período de realização das provas, tampouco por danos causados a esses objetos.

§ 8º O(A) candidato(a) poderá ser submetido(a) a detector de metais na entrada da sala e/ou durante a realização da prova.

Art. 52. Observado o § 3º do artigo 6º desta Resolução, classificar-se-ão, prosseguindo no concurso:

I - os 195 primeiros candidatos que obtiverem as maiores notas, dentre todos os concorrentes,

II - os 30 candidatos que obtiverem as maiores notas dentre os concorrentes às vagas reservadas para pessoas com deficiência e não estiverem classificados na lista de ampla concorrência prevista no inciso I;

III - os 15 candidatos que obtiverem as maiores notas dentre os concorrentes às vagas reservadas para pessoas indígenas e não estiverem classificados na lista de ampla concorrência prevista no inciso I;

IV - os 60 candidatos que obtiverem as maiores notas dentre os concorrentes às vagas reservadas para pessoas negras e não estiverem classificados na lista de ampla concorrência prevista no inciso I;

§ 1º Os candidatos empatados no último lugar da classificação em cada uma das listas serão todos admitidos à etapa seguinte do concurso, ainda que ultrapassado o limite previsto neste artigo.

§ 2º O(A) candidato(a) classificado(a) em ampla concorrência poderá continuar concorrendo à vaga reservada em etapas subsequentes do concurso.

Art. 53. O Procurador-Geral da República fará divulgar, até 15 (quinze) dias após a realização da prova objetiva, o respectivo gabarito oficial preliminar, com a indicação das respostas corretas para cada questão, ficando disponível na página do concurso para Procurador da República (http://www.mpf.mp.br/concursos/concursos/procuradores), a partir da mesma data, o quadro das alternativas assinaladas pelo(a) candidato(a) na folha de resposta, apurado na respectiva leitura ótica, acessada por senha fornecida quando da inscrição preliminar.

Art. 54. Caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias, da divulgação referida no artigo anterior, da definição do gabarito oficial preliminar, devendo o(a) candidato(a) nesta oportunidade, sob pena de preclusão, arguir a nulidade de questões, por deficiência na sua elaboração, a incorreção das alternativas apontadas como acertadas e quaisquer divergências entre as alternativas indicadas na folha de respostas e aquelas constantes do quadro apurado na leitura ótica.

Art. 55. Apreciados os recursos pela Comissão de Concurso, o Procurador-Geral da República fará publicar o gabarito oficial definitivo com as modificações decorrentes do eventual acolhimento de impugnações, bem como o resultado da prova objetiva, com a relação do(a)s candidato(a)s classificado(a)s.

Parágrafo único. A questão objeto de recurso será anulada caso seja constatado, pela Comissão de Concurso, erro material na indicação da resposta correta no gabarito oficial preliminar ou qualquer outra inconsistência na sua formulação, atribuindo-se a pontuação da questão a todo(a)s o(a)s candidato(a)s.

Art. 56. As provas subjetivas, compreendendo uma para cada grupo de disciplinas, serão realizadas em 4 (quatro) dias consecutivos, com a duração de 4 (quatro) horas para cada prova.

§ 1º As provas subjetivas constarão de duas partes, estando a primeira reservada à redação de texto consistente numa das seguintes hipóteses:

a) ato de instauração de ação cível ou penal;

b) parecer, recurso ou peça aplicável a procedimento judicial; e

c) dissertação sobre instituto jurídico correlato a uma ou mais disciplinas de um mesmo grupo.

§ 2º A segunda parte da prova será composta de 6 (seis) questões dissertativas, distribuídas entre as disciplinas que integram cada um dos grupos.

§ 3º A primeira parte da prova terá o valor de 40 (quarenta) pontos e a segunda parte o de 60 (sessenta) pontos, sendo de 10 (dez) pontos o valor de cada questão.

§ 4º A Comissão de Concurso, a seu critério, poderá, em todas as provas subjetivas ou apenas em algumas disciplinas, limitar o número de linhas das respostas tanto da primeira quanto da segunda parte das provas. O teor da resposta que exceder ao número de linhas fixado não será considerado, para fins de avaliação, em hipótese alguma.

Art. 57. Nas provas subjetivas, somente é admitida a consulta a diplomas normativos quando os textos estiverem desacompanhados de anotações, instruções, comentários, exposição de motivos, transcrições e orientações jurisprudenciais, súmulas ou resoluções dos tribunais, do CONAMA, do CADE, do CNMP, do CNJ, do CONARE e de qualquer outro órgão da administração pública, devendo o(a)s candidato(a)s trazerem os textos de consulta com as partes não permitidas já isoladas, por grampo ou fita adesiva, de modo a impedir sua utilização, sob pena de não poder consultá-los.

§ 1º É permitida a consulta à legislação obtida na internet, ou de forma avulsa, impressa ou copiada em apenas uma face, até o máximo de 20 (vinte) folhas, não podendo a fonte do texto ser inferior a 10.

§ 2º Será admitida a consulta a protocolos, pactos, tratados, resoluções e convenções e demais normas de direito internacional, sendo nesta única hipótese, admitida a utilização de normas em espanhol, nos termos do parágrafo anterior.

Art. 58. O(A)s candidato(a)s devem apresentar-se para a realização das provas escritas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário assinalado para o início dos exames, munido(a)s do Comprovante de Inscrição acompanhado do documento de identidade nele registrado e caneta de tinta indelével, esferográfica, nas cores azul ou preta.

§ 1º Após o horário limite - antecedência de 30 (trinta) minutos - nenhum(a) candidato(a), em qualquer hipótese, será admitido(a) a fazer as provas escritas e nem poderá ingressar no local do exame, devendo a Subcomissão Estadual ou do Distrito Federal providenciar imediatamente o fechamento de portões e portas de acesso.

§ 2º O horário do fechamento dos portões e portas de acesso será registrado em termo assinado por um membro do Ministério Público Federal, preferencialmente da Subcomissão Estadual ou do Distrito Federal, e por 3 (três) candidato(a)s.

§ 3º O(A) candidato(a) não poderá retirar-se da sala em que estiver realizando a prova antes de decorridos 90 (noventa) minutos do respectivo início, sob pena de eliminação do concurso, e deverão permanecer na sala até a entrega da última prova pelo menos 3 (três) candidato(a)s.

§ 4º Nas provas subjetivas, é vedado ao(à) candidato(a), sob pena de nulidade da prova, inserir no corpo das provas o seu nome, assinatura, local de realização ou qualquer outra anotação ou sinal que possa identificá-lo(a), sendo vedado também o uso de líquido corretor de texto e de caneta hidrográfica fluorescente.

§ 5º Terá suas provas anuladas e será automaticamente eliminado(a) do concurso o(a) candidato(a) que, durante a sua realização, for surpreendido(a) portando aparelhos eletrônicos, tais como bip/pager, telefone celular, reprodutor analógico ou digital de áudio e vídeo (como tocador de MP3, MP4 e/ou MP5), agenda eletrônica, notebook, netbook, tablet, leitor de livros digitais (e-reader), palmtop, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica e máquina datilográfica. Não se aplica a restrição pelo uso de microcomputador aos(às) candidato(a)s com deficiência visual autorizado(a)s a utilizarem aludido equipamento, nos moldes dispostos nos §§ 3 e 4 do art. 12 desta Resolução.

§ 6º A não utilização, pelo(a) candidato(a), de caneta esferográfica, nas cores azul ou preta, quando da realização da prova objetiva, poderá acarretar a não leitura automatizada do cartão de respostas, com a consequente perda dos pontos referentes às questões não lidas, não podendo o(a) candidato(a) alegar o desconhecimento desta norma.

§ 7º O(A) candidato(a) deverá, nas provas subjetivas, redigir suas respostas com letra legível, a ser aferida pela Comissão de Concurso, sob pena de desclassificação e não correção de suas provas.

Art. 59. A Comissão de Concurso, as Subcomissões Estaduais e do Distrito Federal e o Secretário de Concursos velarão pela inviolabilidade das provas a serem aplicadas, mantendo-as em absoluta segurança, dispensando especial cautela na remessa aos locais de aplicação.

Parágrafo único. As embalagens contendo os cadernos de provas escritas a serem aplicadas serão lacradas e rubricadas pelo Secretário de Concursos.

Art. 60. Aos locais de aplicação das provas deverá ser conduzido todo material, cabendo à respectiva Subcomissão convidar, antes da abertura, três do(a)s candidato(a)s presentes para que verifiquem se persistem intactos os lacres originários.

§ 1º Após a aplicação das provas, as folhas de respostas da prova objetiva, do(a)s candidato(a)s presentes e ausentes, e os cadernos das provas subjetivas do(a)s candidato(a)s presentes serão acondicionados em envelopes lacrados e rubricados por 3 (três) candidato(a)s e pela Subcomissão, que deverá providenciar sua remessa, no último dia de prova, ao Secretário de Concursos, a quem incumbirá, no caso das provas subjetivas, a respectiva desidentificação.

§ 2º Será disponibilizado na página do concurso para Procurador da República (http://www.mpf.mp.br/concursos/concursos/procuradores), em até 24 (vinte e quatro) horas, o caderno da prova objetiva.

Art. 61. Será mantido o sigilo das provas subjetivas até serem concluídos os trabalhos de correção, identificação e proclamação dos resultados pela Comissão de Concurso.

§ 1º O(A) candidato(a) poderá levar, ao fim da prova, portanto, após o decurso das 5 (cinco) horas de prova, o caderno da sua prova objetiva. Entretanto, será o (a) candidato(a) eliminado(a) do concurso se o fizer antes desse prazo.

§ 2º Será eliminado(a) o(a) candidato(a) que retirar, ao fim da prova, caderno da prova subjetiva ou der publicidade a seu conteúdo, por qualquer meio, antes que o faça a organização do concurso.

Art. 62. A apuração das notas e a identificação da autoria das provas serão feitas pelo Secretário de Concursos.

Art. 63. Estará automaticamente eliminado(a) do concurso o(a) candidato(a) que:

I - não comparecer a qualquer uma das provas;

II - for encontrado(a), durante a realização da prova, portando qualquer um dos objetos vedados por esta resolução;

III - for colhido(a) em flagrante comunicação com outro(a) candidato(a) ou com pessoas estranhas à realização do concurso;

IV - não se apresentar à hora designada para a realização de qualquer das provas (§ 2º do art. 5º);

V - não obtiver em cada grupo de disciplinas em que dividida a prova objetiva, em cada prova subjetiva e em cada uma das disciplinas da prova oral nota mínima de 50 (cinquenta) pontos (§ 3º do art. 6º);

VI - não apresentar, na data da inscrição definitiva, o diploma de bacharel em direito, devidamente registrado, bem como não comprovar os 3 (três) anos de atividade jurídica, exercida exclusivamente após a obtenção do grau de bacharel em Direito (§ 1º do art. 34);

VII - descumprir o disposto no § 3º e as vedações constantes do § 6º do art. 51;

VIII - retirar-se da sala em que estiver realizando a prova antes de decorridos 90 (noventa) minutos do respectivo início (§ 3º do art. 58);

IX - for surpreendido(a) portando aparelhos eletrônicos citados no § 5º do art. 58;

X - retirar caderno da prova objetiva antes de decorrido 5 (cinco) horas de prova. Retirar, ao final da prova, caderno de prova subjetiva ou der publicidade a seu conteúdo, por qualquer meio, antes que o faça a organização do concurso;

XI - não se submeter ao exame de higidez física e mental no momento determinado no edital de convocação para a sua realização (§ 2º do art. 75).

XII - recusar a realização de filmagem do procedimento para fins de heteroidentificação, bem como deixar de confirmar a autodeclaração, quando se tratar de candidato(a) optante por concorrer às vagas reservadas a candidato(a)s negro(a)s.

Parágrafo único. Não haverá correção de provas do(a) candidato(a) que deixar de comparecer a qualquer uma delas.

Art. 64. A média das provas escritas será obtida pela média aritmética das notas atribuídas a cada um dos grupos de disciplinas em que dividida a prova objetiva (art. 51), somada à média aritmética das notas atribuídas a cada um dos grupos de disciplinas em que dividida as provas subjetivas (art. 56), dividindo-se a soma das duas médias aritméticas por 2 (dois).

Art. 65.Em cada etapa do concurso, somente serão publicadas as notas do(a)s candidato(a)s classificado(a)s, devendo a Secretaria de Concursos disponibilizar na Internet o acesso a todo(a)s o(a)s candidato(a)s às respectivas notas.

Art. 66. Divulgado o resultado das provas subjetivas, iniciar-se-á o prazo recursal, sendo disponibilizado na página do concurso para Procurador da República (http://www.mpf.mp.br/concursos/concursos/procuradores) as provas digitalizadas do(a) candidato(a), acessada por senha pessoal fornecida no momento da confirmação da inscrição preliminar.

Parágrafo único. A vista dos originais dos documentos será concedida ao(à) candidato(a), diretamente ou por intermédio de procurador habilitado com poderes específicos, exclusivamente na Secretaria de Concursos, em Brasília (DF).

SEÇÃO IX

DA INSCRIÇÃO DEFINITIVA

Art. 67. Apurados os resultados das provas subjetivas pela Comissão de Concurso, o Procurador-Geral da República fará publicar a relação do(a)s candidato(a)s aprovado(a)s nas provas escritas, convocando-o(a)s a requererem, no prazo de 10 (dez) dias, a inscrição definitiva.

§ 1º Julgados pela Comissão de Concurso os recursos interpostos do resultado das provas subjetivas, o Procurador-Geral da República publicará edital com a relação complementar do(a)s candidato(a)s aprovado(a)s nas provas escritas, se for o caso, convocando-o(a)s, igualmente, a requererem, no prazo de 10 (dez) dias, a inscrição definitiva.

§ 2º A inscrição definitiva deverá ser requerida na Procuradoria da República localizada na capital da unidade da federação assinalada pelo(a) candidato(a), quando da inscrição preliminar, para realizar as provas objetiva e subjetivas, salvo expressa autorização do(a) Secretária(a) de Concursos para o(a) candidato(a) requerê-la em outra unidade da federação, em formulário próprio, assinado pelo(a) candidato(a) ou por procurador(a) designado(a) com poderes específicos, acompanhado dos seguintes elementos de instrução:

I - cópia do cartão de inscrição no Cadastro Nacional Pessoa Física - CPF (SRF), acompanhada do original para conferência;

II - declaração firmada pelo(a) candidato(a), nos termos do § 1º do artigo 34;

III - cópia do diploma de bacharel em Direito, devidamente registrado pelo Ministério da Educação (art. 34, § 1º), acompanhada do original para conferência;

IV - comprovação de ter completado, à data da inscrição definitiva, 3 (três) anos de atividade jurídica, exercida após a obtenção do grau de bacharel em Direito;

V - cópias do título eleitoral e de comprovante de estar atualizado com os deveres políticos, acompanhadas dos originais para conferência;

VI - cópia do certificado de reservista ou de dispensa de incorporação ou carta-patente, acompanhada do original para conferência;

VII - certidões dos setores de distribuição cível e criminal, inclusive de execução penal, dos lugares em que tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos, da Justiça Federal, Justiça Estadual (inclusive Militar, se houver), Justiça Eleitoral e Justiça Militar da União, emitidas, no máximo, 30 (trinta) dias antes do início da data das inscrições definitivas;

VIII - declarações firmadas por membros do Ministério Público, magistrados, advogados, professores universitários e dirigentes de órgãos da administração pública, no total de 5 (cinco), acerca da idoneidade moral do(a) candidato(a), constando nome e endereços completos dos declarantes, emitidas, no máximo, 30 (trinta) dias antes do início das inscrições definitivas;

IX - títulos que comprovem a capacitação do(a) candidato(a) para exame pela Comissão de Concurso, nos termos do art. 72 desta Resolução;

X - duas fotos 3x4 iguais tiradas nos últimos 90 (noventa) dias, coloridas ou preto e branco, com fundo branco, em papel mate fosco;

XI - cópia de documento de identidade (RG civil), acompanhada do original para conferência;

XII - folhas de antecedentes da Polícia Federal e da Polícia Civil Estadual ou do Distrito Federal, onde haja residido nos últimos 5 (cinco) anos; e

XIII - currículo do(a) candidato(a), com indicação, em ordem cronológica, de todos os locais de sua residência nos últimos 5 (cinco) anos.

§ 3º O(A) candidato(a) que solicitar ao (à) Secretário(a) de Concursos realizar a inscrição definitiva em unidade da federação divergente da escolhida para realizar as provas deverá apresentar, em seu requerimento, elementos comprobatórios que justifiquem a autorização.

§ 4º A comprovação do exercício de atividade jurídica, desempenhada exclusivamente após a obtenção do grau de bacharel em Direito, deverá ser demonstrada por intermédio dos seguintes documentos:

I - certidões de cartórios e secretarias, publicações, petições protocolizadas ou outro meio igualmente idôneo que comprove a participação anual mínima em 5 (cinco) atos privativos de advogado, em causas ou questões distintas, devendo especificar, aludidos documentos, a data e o ato praticado, obrigatoriamente, acompanhados de documento comprobatório da inscrição definitiva junto à Ordem dos Advogados do Brasil;

II - certidão, expedida pelo órgão competente, do exercício de cargo, emprego ou função privativo de bacharel em direito, inclusive efetivo exercício de magistério superior em curso de direito ou em disciplina jurídica ministrada em outros cursos, em instituição de ensino superior pública ou reconhecida;

III - certidão, expedida pelo órgão competente, que comprove o exercício de função de conciliador em tribunais judiciais, juizados especiais, varas especiais, anexos de juizados especiais ou de varas judiciais, assim como o exercício de mediação ou de arbitragem na composição de litígios, além do exercício da advocacia voluntária junto às Defensorias Públicas Federal e Estaduais, pelo período mínimo de 16 (dezesseis) horas mensais e durante 1 (um) ano;

IV - certidão, expedida pelo órgão competente, do exercício, por bacharel em Direito, de serviço voluntário em órgãos públicos que exija a prática reiterada de atos que demandem a utilização preponderante de conhecimentos jurídicos, pelo período mínimo de 16 (dezesseis) horas mensais e durante 1 (um) ano

V - certidão ou diploma de realização de cursos de pós-graduação em Direito, concluídos com aprovação, ministrados pelas Escolas do Ministério Público, da Magistratura e da Ordem dos Advogados do Brasil, bem como os cursos de pós-graduação em Direito reconhecidos, autorizados ou supervisionados pelo Ministério da Educação ou pelo órgão competente, com toda a carga horária cumprida após a conclusão do curso de bacharel em Direito;

VI - certidão circunstanciada, expedida pelo órgão competente, do exercício de cargos, empregos ou funções não privativas de bacharel em Direito e a serviços voluntários, que indique as respectivas atribuições e a prática reiterada de atos que exijam a utilização preponderante de conhecimentos jurídicos, cabendo à comissão de concurso analisar a pertinência do documento e reconhecer sua validade em decisão fundamentada.

§ 5º Os cursos lato sensu, referidos no inciso IV do parágrafo anterior, deverão ter, no mínimo, 1 (um) ano de duração e carga horária total de 360 horas-aulas, distribuídas semanalmente, e integralmente cumprida após a conclusão do curso de bacharelado em Direito.

§ 6º Independentemente do tempo de duração superior dos cursos, computar-se-á, como atividade jurídica, o tempo de: a) um ano para pós-graduação lato sensu; b) dois anos para Mestrado; e c) três anos para Doutorado.

§ 7º Cabe ao Secretário de Concursos analisar a pertinência dos documentos referidos no inciso V do § 4º deste artigo e reconhecer a sua validade em decisão fundamentada.

§ 8º Da decisão referida no § 7º, caberá recurso à Comissão de Concurso.

§ 9º Os cursos de pós-graduação (lato sensu ou stricto sensu) que exigirem apresentação de trabalho monográfico final serão considerados integralmente concluídos na data da respectiva aprovação desse trabalho.

§ 10. É vedada, para efeito de comprovação de atividade jurídica, a contagem de tempo de estágio ou de qualquer outra atividade anterior à conclusão do curso de bacharelado em Direito.

§ 11. Não se admitirá, no cômputo da atividade jurídica, a concomitância de cursos de pós-graduação nem de atividade jurídica de outra natureza.

§ 12. As certidões de cartórios e secretarias, as publicações ou qualquer outro documento idôneo referidos no inciso I do § 4º deste artigo deverão indicar a data e o ato praticado pelo advogado, não bastando a simples referência a que o(a) candidato(a) atuou em determinado processo.

§ 13. O exercício da advocacia privada, exclusivamente após a inscrição definitiva na OAB, para os fins de comprovação de atividade jurídica, terá como termo inicial a data constante no protocolo judicial ou a data do documento, quando se tratar de ato extrajudicial, podendo, em relação ao primeiro e ao último ano do exercício da advocacia, o período ser contado proporcionalmente (peça/mês), tendo em vista que a contagem se dará dentro do ano civil.

Art. 68. Na conversão em caráter definitivo da inscrição, a Comissão de Concurso e o Secretário de Concursos com o apoio da Corregedoria-Geral do Ministério Público Federal, se entenderem conveniente apreciarão os elementos que a instruíram, promovendo as diligências que se fizerem necessárias sobre a vida pregressa do(a) candidato(a), podendo colher elementos informativos junto a quem os possa fornecer e convocar o(a) próprio(a) candidato(a) para ser ouvido(a), a tudo sendo assegurada tramitação reservada.

§ 1º Os requerimentos de inscrição definitiva serão apreciados pelo Secretário de Concursos, observado o disposto no art. 34, § 1º, desta Resolução, cabendo, na hipótese de indeferimento, recurso para o Procurador-Geral da República, no prazo de 3 (três) dias, contado da publicação do edital referido no artigo seguinte.

§ 2º O deferimento da inscrição definitiva poderá ser revisto pela Comissão de Concurso, se for verificada a falsidade de qualquer declaração ou de documento apresentado.

§ 3º A admissão da inscrição definitiva implica a concordância do(a) candidato(a) com a realização de diligências relativas ao seu nome e à sua vida pregressa, para realização da sindicância prevista nesta seção.

§ 4º Qualquer pessoa - física ou jurídica - poderá representar ao Procurador-Geral da República contra pedidos de inscrição de candidato(a), oferecendo ou indicando as provas do fato arguido.

§ 5º Para o fim do disposto no parágrafo anterior, o(a) interessado(a) poderá solicitar à Secretaria de Concursos relação dos que tenham requerido a inscrição definitiva.

SEÇÃO X

DAS PROVAS ORAIS E TÍTULOS

Art. 69. O Procurador-Geral da República convocará, por intermédio de edital, com antecedência mínima de 7 (sete) dias, o(a)s candidato(a)s com inscrição definitiva deferida para se submeterem às provas orais, em Brasília, Distrito Federal, em conformidade com pontos sorteados para cada disciplina no momento da arguição, abrangendo os temas constantes dos correspondentes programas.

Art. 70. As provas orais efetivar-se-ão com arguição do(a) candidato(a) por um ou mais dos membros da Comissão de Concurso, titulares e/ou suplentes, sobre os temas contemplados no ponto sorteado, em cada disciplina, e serão registradas em gravação de áudio ou por qualquer outro meio que possibilite a sua posterior reprodução.

Parágrafo único. Na arguição oral do(a) candidato(a), a Comissão de Concurso avaliará o domínio do conhecimento jurídico, a adequação da linguagem, a articulação do raciocínio, a capacidade de argumentação e o uso correto do vernáculo.

Art. 71. A média das provas orais será obtida pela média aritmética das notas atribuídas a cada uma das disciplinas examinadas.

Art. 72. São admitidos como títulos, para fins do artigo 5º desta Resolução:

I - produção de autoria individual, no âmbito da ciência jurídica, em obra coletiva, ou livro, desde que, em ambos os casos, a editora possua conselho editorial e a publicação tenha ocorrido após a conclusão do curso de bacharelado em Direito;

II - artigo de autoria individual, no âmbito da ciência jurídica, em revista jurídica especializada, cadastrada no ISBN e com conceito, no mínimo, B no sistema de classificação Qualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, cuja publicação tenha ocorrido após a conclusão do curso de bacharelado em Direito;

III - diploma de Mestre ou Doutor em Direito, devidamente registrado e, se obtido no exterior, revalidado junto ao órgão competente;

IV - certidão ou diploma de realização de cursos de pós-graduação em Direito, concluídos com aprovação, ministrados pelas Escolas do Ministério Público, da Magistratura e da Ordem dos Advogados do Brasil, bem como os cursos de pós-graduação em Direito reconhecidos, autorizados ou supervisionados pelo Ministério da Educação ou pelo órgão competente, com carga horária, de no mínimo de 360 horas-aulas, cumpridas integralmente após a conclusão do curso de bacharel em Direito;

V - efetivo exercício de magistério superior em disciplina da ciência jurídica, com recrutamento realizado mediante processo seletivo formal, em instituição de ensino superior pública ou reconhecida;

VI - exercício em cargo ou função técnico-jurídica, privativo de bacharel em Direito, em órgãos do Ministério Público, do Judiciário, do Legislativo e do Executivo;

VII - exercício da advocacia;

VIII - aprovação em concurso público privativo de bacharel em Direito, devidamente homologado.

§ 1º Não são computáveis como títulos, entre outros:

I - o desempenho de função eletiva ou qualquer outro cargo público discriminados neste artigo;

II - atividades de extensão universitária, programas ou excursões culturais;

III - atestados de capacidade técnico-jurídica ou de boa conduta profissional;

IV - certificados de participação em congressos ou seminários;

V - trabalhos forenses (sentenças, pareceres, razões de recursos etc.);

VI - a aprovação na prova realizada pela Ordem dos Advogados do Brasil para fins de inscrição naquela entidade;

VII - exercício de cargo em comissão, decorrente do exercício de um cargo efetivo já considerado;

VIII - exercício de cargos não privativos de bacharel em Direito;

IX - a aprovação em concurso público cujo resultado ainda não tenha sido homologado;

X - a aprovação em concursos destinados à seleção para Doutorado, Mestrado e outros cursos;

XI - cursos de pós-graduação, Mestrado ou Doutorado realizados no exterior, sem a respectiva revalidação do diploma.

§ 2º O exercício da advocacia deverá ser comprovado por meio da apresentação anual mínima de 5 (cinco) atos privativos de advogado, em causas ou questões distintas (comprovação esta que deverá ser feita por meio de petições protocolizadas ou nos termos do inciso I do § 4º do art. 67 desta Resolução), observados os preceitos do § 13 do art. 67 desta Resolução, não bastando a mera inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil.

§ 3º Todos os títulos devem ser apresentados até a data final da inscrição definitiva e devem ter sido obtidos após a conclusão do curso de bacharel em Direito, inclusive com o cumprimento da carga horária, sob pena de não conhecimento (art. 67, § 2º, IX, desta Resolução).

Art. 73. Os títulos serão apreciados em seu conjunto pela Comissão de Concurso, segundo os critérios de pontuação fixados no edital de abertura, tendo 50 (cinquenta) como nota máxima.

SEÇÃO XI

DA CLASSIFICAÇÃO E NOMEAÇÃO

Art. 74. O(A)s candidato(a)s serão classificado(a)s pela ordem decrescente da média de classificação apurada na forma do § 2º do art. 6º desta Resolução.

Parágrafo único. Em caso de empate, a classificação obedecerá à seguinte ordem de preferência:

I - mais elevada média nas provas escritas;

II - mais elevada média nas provas orais;

III - tempo de serviço público federal;

IV - tempo de serviço público em geral; e

V - idade, em favor do mais idoso.

Art. 75. O(A)s candidato(a)s, nos dias em que se submeterem às provas orais, serão também submetido(a)s a exame de higidez física e mental com o objetivo de aferir se as condições físicas e psíquicas são adequadas ao exercício das atividades inerentes ao cargo. O(A)s candidato(a)s que se autodeclararam negro(a)s, e que estiverem concorrendo às vagas reservadas, também serão avaliados, nos dias assinalados para as provas orais, pela Comissão de Heteroidentificação.

§ 1º O local, horário e demais condições para realização dos exames previstos neste artigo serão objeto de instruções complementares, baixadas pelo Procurador-Geral da República.

§ 2º O(A)s candidato(a)s que não se submeterem ao exame de higidez física e mental no momento determinado no edital de convocação para a sua realização serão eliminado(a)s do concurso, bem assim aquele(a)s que, concorrendo às vagas reservadas a candidato(a)s negro(a)s, não se submeterem à avaliação pela Comissão de Heteroidentificação.

§ 3º Não serão nomeado(a)s o(a)s candidato(a)s considerado(a)s inapto(a)s para o exercício do cargo nos exames de higidez física e mental (art. 191, LC nº 75/93).

Art. 76. Concluídos os trabalhos do concurso e apurados pela Comissão de Concurso os seus resultados, fará esta o respectivo encaminhamento ao Procurador-Geral da República para fins de homologação, após manifestação do Conselho Superior.

Art. 77. O(A)s candidato(a)s aprovado(a)s, na ordem de classificação, escolherão, após o concurso de remoção a ser realizado entre os Procuradores da República que se encontrem em exercício, a lotação de sua preferência, na relação de vagas definidas pelo Conselho Superior (art. 194, § 1º, LC nº 75/93).

Art. 78. A recusa do(a) candidato(a) à nomeação determinará o seu deslocamento para o último lugar na lista de classificação do concurso.

Art. 79. Não será nomeado o(a) candidato(a) aprovado(a) que, à data, houver atingido a idade de 65 (sessenta e cinco) anos.

SEÇÃO XII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 80. O(A)s candidato(a)s arcarão com todas as despesas decorrentes do deslocamento para a realização das provas escritas e orais, para atender a convocações da Comissão de Concurso ou para a efetivação dos exames previstos nos art. 7º, caso necessário, art. 14 e art. 75 desta Resolução.

Art. 81. As divulgações referentes ao concurso serão feitas no Diário Oficial da União e/ou no endereço eletrônico http://www.mpf.mp.br/concursos/concursos/procuradores.

§ 1º A Secretaria de Concursos procurará dar ampla divulgação às informações relativas ao processo seletivo por outros meios, especialmente por intermédio da página do concurso para Procurador da República, cujo endereço eletrônico http://www.mpf.mp.br/concursos/concursos/procuradores.

§ 2º As divulgações referentes ao concurso limitar-se-ão à indicação das inscrições preliminares e definitivas deferidas e à relação do(a)s candidato(a)s aprovado(a)s, com as respectivas notas e classificação, além de editais pertinentes ao certame, devendo a Secretaria de Concursos, no entanto, disponibilizar, no sistema do concurso, acesso de todos o(a)s candidato(a)s às respectivas notas.

Art. 82 Além dos recursos previstos nas disposições antecedentes desta Resolução, caberá recurso à Comissão de Concurso dos resultados das provas subjetivas e das provas orais bem como do resultado final do concurso, sempre no prazo de 3 (três) dias, contados da publicação respectiva.

§ 1º Em nenhuma hipótese caberá recurso de decisão que apreciar outro recurso.

§ 2º O recurso será protocolizado na Procuradoria-Geral da República e nas sedes das unidades do Ministério Público Federal localizadas nas capitais dos Estados e do Distrito Federal, bem como listadas no Anexo do I do Edital de abertura do concurso.

§ 3º O recurso será interposto por meio de formulário próprio, que conterá o nome e a qualificação do recorrente, fazendo-se acompanhar, imprescindivelmente, das respectivas razões, as quais deverão ser apresentadas em páginas sem identificação do recorrente e individualizadas, específicas para cada questão impugnada, sob pena de não conhecimento.

§ 4º São vedadas a interposição de recurso por meio eletrônico e a menção na peça dos pontos necessários à aprovação ou das notas obtidas em qualquer disciplina, sob pena de não conhecimento.

§ 5º Aplicam-se a todos os recursos previstos nesta Resolução, no que couberem, as normas dos parágrafos anteriores.

Art. 83. É vedada a participação de quem exerce o magistério e/ou a direção de cursos destinados à preparação de candidato(a)s a concursos públicos na Comissão de Concurso.

Parágrafo único. A vedação prevista neste artigo prevalece por três anos, após o encerramento das referidas atividades.

Art. 84. Aplicam-se, ao membro da Comissão de Concurso, no que couber, as causas de suspeição e de impedimento previstas nos arts. 144 e 145 do Código de Processo Civil.

Art. 85. Considera-se fundada a suspeição de membro da Comissão de Concurso, quando:

I - for deferida a inscrição de candidato(a) que seja seu/sua servidor(a) funcionalmente vinculado(a), cônjuge, companheiro(a), ex-companheiro(a), padrasto, enteado(a) ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive;

II - tiver participação societária, como administrador ou não, em cursos formais ou informais de preparação de candidato(a)s para ingresso no Ministério Público, ou contar com parentes em até terceiro grau, em linha reta, colateral ou por afinidade nessa condição de sócio ou administrador.

Art. 86. O impedimento ou a suspeição decorrente de parentesco por afinidade cessará pela dissolução do casamento que lhe tiver dado causa, salvo sobrevindo descendentes, mas, ainda que dissolvido o casamento sem descendentes, não poderá ser membro da Comissão de Concurso o ex-cônjuge, os sogros, o genro ou a nora de quem for candidato(a) inscrito(a) ao concurso.

Art. 87. Poderá, ainda, o membro da Comissão de Concurso, declarar-se suspeito por motivo íntimo, não admitida a retratação.

Art. 88. O impedimento ou suspeição deverá ser comunicado ao presidente da Comissão de Concurso, por escrito, até 5 (cinco) dias úteis após a publicação da relação do(a)s candidato(a)s inscrito(a)s no certame.

Art. 89. Não prevalecerá o impedimento ou a suspeição para integrar a Comissão de Concurso, para as fases subsequentes, se o(a) candidato(a) gerador(a) dessa restrição for excluído(a) definitivamente do concurso.

Art. 90. Estarão impedidos de exercer funções na Secretaria de Concursos, nas Subcomissões Estaduais e do Distrito Federal e de participar das atividades de coordenação, supervisão, fiscalização e execução do concurso os membros e servidores do Ministério Público, bem como qualquer outro colaborador, que se enquadrem nas hipóteses de suspeição e impedimento previstas nos artigos acima referidos.

Parágrafo único. Excetua-se da previsão do caput deste artigo os membros e servidores que tenham servidor(a) funcionalmente vinculado(a) e inscrito(a) no concurso, desde que, nos dias das provas escritas, exerçam as suas atribuições em sala diversa da que se encontra o(a) candidato(a) que seja seu servidor(a) funcionalmente vinculado(a).

Art. 91. Quando, por qualquer hipótese, o número de membros e servidores em determinado local for insuficiente para a consecução das atividades do concurso, o Procurador-Geral da República, diante de justificação escrita da Subcomissão Estadual ou do Distrito Federal, poderá autorizar o deslocamento de membros e servidores, assegurado, se for o caso, o pagamento de diárias e o fornecimento de passagens ou o ressarcimento das despesas de transporte.

§ 1º Acaso o número de membros ou servidores do Ministério Público Federal não sejam suficientes para a execução do concurso, poderão ser convidados membros e servidores efetivos de outros ramos do Ministério Público e/ou da Magistratura ou de outro órgão da Administração Pública.

§ 2º Na hipótese de a insuficiência reportada no caput impossibilitar a formação das Subcomissões nos Estados e no Distrito Federal por membros do Ministério Público Federal, excepcionalmente, poderão ser designados para compô-las, em ordem de preferência:

I - membros do Ministério Público da União;

II - membros da Magistratura Federal;

III - membros do Ministério Público e Magistratura Estaduais; e

IV - representantes da Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. 92. Os preceitos normativos com vigência inferior a 30 (trinta) dias da realização das provas escritas e/ou orais não serão cobrados; já os preceitos normativos revogados dentro deste período poderão ser cobrados nas provas.

Art. 93. O(A) candidato(a) somente terá acesso aos seus próprios documentos e às suas próprias provas, escritas, orais e títulos.

Parágrafo único. O(A) candidato(a) deverá manter atualizado, perante a Secretaria de Concursos, seu endereço residencial, telefone e seu endereço de correio eletrônico, enquanto estiver participando do certame, sendo de sua exclusiva responsabilidade os prejuízos advindos da não atualização de seus dados.

Art. 94. Toda a documentação concernente ao concurso será confiada ao Secretário de Concursos, até sua completa execução, sendo, após, arquivada por 1 (um) ano, quando, inexistindo procedimento judicial, as provas e o material inaproveitáveis serão incinerados.

Art. 95. Os membros do MPF, integrantes da Comissão de Concurso, serão desonerados de suas atribuições ordinárias por 15 (quinze) dias para a correção das provas subjetivas e durante o período necessário para a realização das provas orais.

Parágrafo único. O(A) Procurador(a)-Geral da República desonerará o(a) Secretário(a) de Concursos de suas atribuições ordinárias sempre que sua permanência na Secretaria de Concursos se fizer indispensável.

Art. 96. Caberá ao Secretário de Concursos divulgar, quando necessário, especificidades acerca das atividades previstas nesta Resolução, por meio de Guia de Procedimentos, Instruções de Serviço ou outros instrumentos de divulgação.

Art. 97. Os casos omissos serão dirimidos pelo Procurador-Geral da República, que, se entender necessário, ouvirá o Conselho Superior.

Art. 98. A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

AUGUSTO ARAS
Presidente

LINDÔRA MARIA ARAUJO
Conselheira

ALCIDES MARTINS
Conselheiro

ELIZETA MARIA DE PAIVA RAMOS
Conselheira

HINDEMBURGO CHATEAUBRIAND P. D. FILHO
Conselheiro

CARLOS FREDERICO SANTOS
Conselheiro

MARIO LUIZ BONSAGLIA
Conselheiro

JOSÉ ADONIS CALLOU DE ARAÚJO SÁ
Conselheiro

LUIZA CRISTINA FONSECA FRISCHEISEN
Conselheira

ANEXO I

PROGRAMA DO CONCURSO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE PROCURADOR DA REPÚBLICA

GRUPO I

DIREITO CONSTITUCIONAL E METODOLOGIA JURÍDICA

1.

a.Constitucionalismo: trajetória histórica. Constitucionalismo liberal e social. Constitucionalismo britânico, francês e norte-americano.

b.Poder Legislativo. Organização. Atribuições do Congresso Nacional. Competências do Senado e da Câmara. Legislativo e soberania popular. A crise da representação política.

c.Ministério Público: História e princípios constitucionais. Organização. As funções constitucionais do Ministério Público.

2.

a.Constituição e cosmopolitismo. O papel do direito comparado e das normas e jurisprudência internacionais na interpretação da Constituição.

b.Poder Executivo. Histórico. Presidencialismo e Parlamentarismo. Presidencialismo de coalizão. Presidente da República: estatuto. Competências. Poder normativo autônomo, delegado e regulamentar. Ministros de Estado.

c.Hermenêutica e Teorias da argumentação jurídica.

3.

a.Divisão de poderes. Conceito e objetivos. História. Independência e harmonia entre poderes. Mecanismos de freios e contrapesos.

b.Poder Judiciário: organização e competência. Normas constitucionais respeitantes à magistratura. O ativismo judicial e seus limites no Estado Democrático de Direito

c.Estado-membro. Competência. Autonomia. Bens.

4.

a.Direitos sociais: enunciação, garantias e efetividade. Princípio da proibição do retrocesso. Mínimo existencial e reserva do possível.

b.Normas constitucionais. Definição. Estrutura. Classificações. Princípios e regras. Preâmbulo. Efeitos das normas da Constituição brasileira de 1988.

c.Lacunas e Integração do Direito: analogia, costumes e equidade.

5.

a.Poder Constituinte originário. Titularidade e características.

b.Supremo Tribunal Federal: organização e competência. Jurisdição constitucional.

c.Município: criação, competência, autonomia. Regiões metropolitanas.

6.

a.Poder constituinte derivado. Limitações à reforma constitucional. Cláusulas pétreas expressas e implícitas. As mutações constitucionais.

b.Federalismo. Concepções e características. Classificações. Sistemas de repartição de competência. Direito comparado.

c.Direitos fundamentais. Concepções. Características. Dimensões Objetiva e Subjetiva. Eficácia vertical e horizontal.

7.

a.Processo legislativo. Emenda constitucional, lei complementar, lei ordinária, lei delegada, medida provisória, decreto legislativo e resolução. O processo de incorporação dos tratados internacionais. Devido processo legislativo.

b.União Federal: competência e bens.

c.Os Princípios gerais de direito.

8.

a.Poder constituinte estadual: autonomia e limitações.

b.Política agrária na Constituição. Desapropriação para reforma agrária.

c.Defesa do Estado e das instituições democráticas. Estado de defesa. Estado de sítio. Papel constitucional das Forças Armadas.

9.

a.Comunicação social. A imprensa na Constituição. Liberdades públicas, acesso à informação e pluralismo.

b.Norma jurídica e enunciado normativo. Características da norma jurídica.

c.Segurança Pública na Constituição. O papel das instituições policiais.

10.

a.Interpretação constitucional. Métodos e princípios de hermenêutica constitucional.

b.Nacionalidade brasileira. Condição jurídica do estrangeiro.

c.Intervenção federal nos Estados e intervenção estadual nos Municípios.

11.

a.Liberalismo igualitário, comunitarismo, procedimentalismo e republicanismo. Suas projeções no domínio constitucional.

b.Princípios constitucionais sobre a Administração Pública.

c.Colisão entre normas constitucionais. Ponderação e juízo de adequação. Princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

12.

a.Controle de constitucionalidade: evolução histórica do sistema brasileiro. Direito Comparado. Legitimidade democrática.

b.Critérios clássicos de resolução de antinomias jurídicas. Princípios constitucionais do trabalho. Os direitos fundamentais do trabalhador.

13.

a.Direito Constitucional Intertemporal. Teoria da recepção. Disposições constitucionais transitórias.

b.Regime constitucional da propriedade. Função socioambiental da propriedade. Desapropriação e requisição.

c.Princípio da isonomia. Ações afirmativas. Igualdade e diferença. Teoria do impacto desproporcional. Direito à adaptação razoável.

14.

a.Democracia. Conceito. História. Fundamentos. Democracia representativa e participativa. Teorias deliberativa e agregativa da democracia. Instrumentos de democracia direta na Constituição de 1988.

b.Previdência e assistência social na Constituição.

c.A evolução do constitucionalismo brasileiro: Constituições de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967, 1969. A ditadura militar e os atos institucionais. A Assembleia Constituinte de 1987/88.

15.

a.Controle jurisdicional e social das políticas públicas. Serviços de relevância pública. O papel do Ministério Público.

b.Direitos políticos. O papel da cidadania na concretização da Constituição.

c.Regime constitucional dos parlamentares. Imunidades e incompatibilidades.

16.

a.Direito fundamental à educação. A educação na Constituição Federal.

b.Os princípios da dignidade da pessoa humana e da solidariedade.

c.Controle concreto de constitucionalidade. O Recurso Extraordinário.

17.

a.Proteção constitucional à família, à criança, ao adolescente e ao idoso.

b.A metodologia jurídica no tempo. A Escola da Exegese. Jurisprudência dos Conceitos, Jurisprudência dos Interesses e Jurisprudência dos Valores. O Realismo Jurídico. Neoformalismo. O Pós-positivismo Jurídico.

c.Direitos sexuais e direitos reprodutivos.

18.

a.Orçamento público: controle social, político e jurisdicional.

b.Direitos das pessoas portadoras de deficiência. A Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo.

c.Controle abstrato de constitucionalidade: Ação Direta de Inconstitucionalidade, Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão, Ação Declaratória de Constitucionalidade e Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.

19.

a.Liberdade de expressão, religiosa e de associação. O princípio da laicidade estatal. Os direitos civis na Constituição de 1988.

b.Direitos das comunidades remanescentes de quilombos e de comunidades tradicionais.

c.Direito à saúde. Sistema Único de Saúde na Constituição. Controle social. O direito de acesso às prestações sanitárias.

20.

a.Finanças públicas na Constituição. Normas orçamentárias na Constituição.

b.Índios na Constituição. Competência. Ocupação tradicional. Procedimento para reconhecimento e demarcação dos territórios indígenas. Usufruto.

c.Limites dos direitos fundamentais. Teorias interna e externa. Núcleo essencial e proporcionalidade. Os "limites dos limites".

21.

a.Conselho Nacional do Ministério Público. História, composição, competência e funcionamento.

b.Interpretação jurídica. Métodos e critérios interpretação.

c.Ordem constitucional econômica. Princípios constitucionais da ordem econômica. Intervenção estatal direta e indireta na economia. Regime constitucional dos serviços públicos. Monopólios federais e seu regime constitucional.

22.

a.O papel das pré-compreensões no Direito. Interpretação, moralidade positiva e moralidade crítica.

b.Efeitos da declaração de inconstitucionalidade. Técnicas decisórias na jurisdição constitucional.

c.Direito fundamental à moradia e à alimentação adequada.

23.

a.Direitos fundamentais culturais. Multiculturalismo e interculturalidade. Direito à diferença e ao reconhecimento.

b.Súmula vinculante. Legitimidade e críticas. Mecanismos de distinção.

c.Direitos fundamentais processuais: acesso à justiça, devido processo legal, contraditório, ampla defesa, vedação de uso de provas ilícitas, juiz natural e duração razoável do processo.

24.

a.Neoconstitucionalismo. Constitucionalização do Direito e judicialização da política.

b.Estatuto constitucional dos agentes políticos. Limites constitucionais da investigação parlamentar. Crimes de responsabilidade. Controle social, político e jurisdicional do exercício do poder. O princípio republicano.

c.As funções essenciais à Justiça: Advocacia privada e pública. Representação judicial e consultoria jurídica da União, dos Estados e do Distrito Federal. A Defensoria Pública.

25.

a.Pluralismo jurídico. As fontes normativas não estatais.

b.Inconstitucionalidade por omissão. Ação Direta e Mandado de Injunção.

c.Conselho Nacional de Justiça. História, composição, competência e funcionamento.

PROTEÇÃO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

1.

a.Direitos Humanos. Terminologia e a relação com os direitos fundamentais. Estrutura. Fundamento. Evolução histórica. Os destinatários da proteção dos direitos humanos e os sujeitos passivos.

b.A proteção internacional no âmbito global e regional dos povos indígenas e comunidades tradicionais: órgãos, tratados e declarações. A proteção internacional da diversidade das expressões culturais. Os precedentes de tribunais e órgãos internacionais sobre os direitos dos povos indígenas. c. Os tratados de direitos humanos ratificados pelo Brasil. A formação, incorporação e hierarquia normativa. Duplo controle da proteção de direitos no Brasil. Os controles de convencionalidade e de constitucionalidade na proteção de direitos humanos.

2.

a. O sistema de petições individuais e interestatais nos tratados multilaterais de direitos humanos de âmbito global. A atuação da Corte Internacional de Justiça na proteção internacional de direitos humanos.

b.A proteção internacional da integridade pessoal. Tortura como crime internacional. Tratados internacionais contra a tortura, tratamento cruel ou desumano celebrados pelo Brasil. O Protocolo de Istambul. A jurisprudência internacional sobre a tortura, tratamento cruel ou desumano.

c. Interpretação dos direitos humanos. Resolução de conflitos entre direitos humanos. Limitabilidade dos direitos humanos. Restrições dos direitos humanos e suas espécies. Conteúdo essencial dos direitos humanos.

3.

a.Direitos Humanos. Classificações. Dignidade Humana e seus usos. Fontes internacionais da proteção de direitos humanos. O regime objetivo dos tratados de direitos humanos. Características das normas internacionais de direitos humanos. Normas internacionais imperativas de direitos humanos.

b.Proteção dos direitos das mulheres no Direito Internacional. Igualdade de gênero. Tratados internacionais no âmbito global e regional. A implementação no Brasil da promoção e proteção dos direitos das mulheres.

c.A proteção internacional dos direitos sociais, econômicos e culturais. Obrigações do Estado na garantia dos direitos sociais, econômicos e culturais e relações com os direitos civis e políticos. A defesa dos direitos sociais, econômicos e culturais no sistema global e no sistema interamericano de direitos humanos.

4.

a.Os direitos previstos em tratados internacionais de direitos humanos adotados no âmbito da Organização das Nações Unidas. Os direitos previstos nos tratados de direitos humanos celebrados no âmbito da Organização dos Estados Americanos.

b. A Corte Interamericana de Direitos Humanos e sua jurisdição contenciosa e consultiva. Procedimentos. O conteúdo da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

c. Universalidade dos direitos humanos. Multiculturalismo. Relativismo. Gramáticas diferenciadas de direitos. Abertura dos direitos humanos. Autonomia e indisponibilidade dos direitos humanos.

5.

a. Direitos humanos e superioridade normativa. Indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos. Eficácia dos direitos humanos nas relações entre particulares. Interseccionalidade e os direitos humanos.

b.A proteção penal dos direitos humanos e seus fundamentos. Mandados internacionais de criminalização. Responsabilidade não penal de indivíduos no direito internacional pela participação em graves violações de direitos humanos.

c. Direito à igualdade. Dimensões da igualdade e dever de inclusão. A proibição de discriminação. Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (ONU). Convenção Interamericana contra o Racismo, Discriminação Racial e Formas Conexas de Intolerância. Princípios de Yogyakarta sobre orientação sexual. Opinião Consultiva nº 24/2017 sobre a identidade de gênero igualdade e não discriminação a uniões homossexuais (Corte IDH). Sistemas de proteção e monitoramento. Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos. O combate à discriminação direta e indireta. Racismo institucional.

6.

a.Direitos humanos e seu caráter erga omnes. Exigibilidade dos direitos humanos. Aplicabilidade imediata dos direitos humanos. As dimensões subjetiva e objetiva dos direitos humanos.

b. A Carta da Organização dos Estados Americanos e a Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem. A atuação dos órgãos da Organização dos Estados Americanos na proteção de direitos humanos.

c. Execução interna das decisões internacionais de direitos humanos. Supervisão internacional do cumprimento pelo Estado das deliberações de direitos humanos. O incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

7.

a. Internacionalização dos direitos humanos. Evolução histórica e antecedentes no Direito Internacional. O Direito Internacional de proteção às minorias. A Carta da Organização das Nações Unidas, a Declaração Universal de Direitos Humanos e a Declaração e Programa de Ação de Viena.

b.Proteção dos direitos das pessoas com deficiência no direito internacional: órgãos, tratados e declarações. Direitos das pessoas com transtornos mentais. Direitos das pessoas com transtorno do espectro autista.

c.Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas: composição, competências e funcionamento. Procedimentos especiais no âmbito do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas: evolução histórica, trâmites, tipos de deliberações e efetividade.

8.

a. Processos internacionais de proteção de direitos humanos. Espécies. Força vinculante dos tipos de deliberações internacionais de proteção de direitos humanos.Coordenação e conflito entre decisões internacionais de proteção de direitos humanos. Subsidiariedade da jurisdição internacional de direitos humanos.

b. O sistema de relatórios periódicos nos tratados multilaterais de direitos humanos de âmbito global. O conteúdo das observações gerais dos Comitês criados por tratados multilaterais de direitos humanos.

c.Justiça de transição, direito à verdade e à justiça. A proteção internacional dos direitos sexuais e reprodutivos.

9.

a.A revisão periódica universal do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas. A proteção de direitos humanos perante o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas.

b. Política Nacional de Direitos Humanos. O Conselho de Direitos Humanos. Institutos e órgãos de defesa de direitos humanos. A instituição nacional de direitos humanos e a Organização das Nações Unidas. O Ministério Público e a defesa dos direitos humanos.

c.Liberdade de locomoção. Liberdade de associação. Liberdade de consciência e liberdade religiosa. Liberdade de pensamento e expressão. A proteção internacional aos direitos dos presos.

10.

a. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos e sua atuação no âmbito da Convenção Americana de Direitos Humanos e demais tratados celebrados sob o patrocínio da Organização dos Estados Americanos. Procedimento das petições individuais e interestatais na Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

b. O sistema europeu de direitos humanos. Evolução histórica. Jurisdição contenciosa e consultiva: trâmite e modos de funcionamento. Métodos de interpretação e execução de decisões do sistema europeu de direitos humanos.

c. O direito à vida e sua proteção. Pena de morte no Direito Internacional. Direito à intimidade, honra e imagem e as restrições possíveis. Liberdade de informação e sigilo de fonte.

DIREITO ELEITORAL

1.

a. Direito à democracia. Conceito formal e material de democracia. Elementos essenciais da democracia. Democracia e direitos humanos.

b. Partidos Políticos. Estatuto e limites à autonomia dos partidos políticos. Modo de criação, fusão e dissolução dos partidos políticos. Registro dos partidos políticos.

c. Recurso contra a Expedição de diploma. Ação de impugnação de mandato eletivo. Ação rescisória eleitoral.

2.

a. Direitos políticos. Direito ao sufrágio. Voto direto, secreto, universal e periódico. Perda e suspensão dos direitos políticos.

b. Abuso do poder econômico. Poder político e uso indevido dos meios de comunicação. A ação de investigação judicial eleitoral.

c. Organização do eleitorado. Seções, zonas e circunscrições eleitorais. Votação. Voto eletrônico e mecanismos de segurança. Mesas receptoras. Fiscalização. Apuração e totalização. Proclamação dos resultados.

3.

a. Justiça eleitoral. Jurisdição e competência. Composição. Juntas, juízes e Tribunais Regionais Eleitorais. Tribunal Superior Eleitoral. Atuação contenciosa, normativa e consultiva.

b. Diplomação dos eleitos. Suplentes. Nulidades e novas eleições. Prerrogativas e vedações aos eleitos após a diplomação.

c. Inelegibilidades infraconstitucionais. Lei Complementar nº 64/1990. Lei Complementar nº 135/2010. Desincompatibilização.

4.

a. Prestação de contas dos partidos políticos. Prestação de contas de campanha. Arrecadação de recursos e gastos nas campanhas eleitorais. Procedimento de prestação de contas, competência para julgamento e efeitos da decisão.

b. Recursos eleitorais cíveis. Legitimidade recursal. Prazos. Espécies e cabimento. Processamento dos recursos. Sustentação oral nos Tribunais.

c. A função eleitoral do Ministério Público Federal. Procuradoria-Geral Eleitoral. Procuradoria Regional Eleitoral. Ministério Público Estadual.

5.

a. Condições de elegibilidade.

b. Inelegibilidades constitucionais e sua espécies.

c. Propaganda eleitoral no rádio e na televisão. Debates. Direito de resposta. Pesquisas eleitorais. Propaganda eleitoral na imprensa escrita e internet. Comícios. Distribuição de material.

6.

a. Atuação do pré-candidato e seu regime jurídico. Convenção partidária. Validade. Prazo de realização e forma de deliberação. Coligações.

b. Processo penal eleitoral. A polícia judiciária eleitoral. Crimes eleitorais próprios, conexos e competência. Prerrogativa de foro. Aplicação subsidiária do processo penal comum. Recursos eleitorais criminais. O procedimento preparatório eleitoral.

c. Propaganda intrapartidária. Propaganda partidária. Promoção e difusão da participação feminina pela propaganda partidária. Representação eleitoral por desvirtuamento da propaganda partidária: competência, legitimidade, processamento e sanções.

7.

a. A ação de impugnação do registro de candidatura. Legitimidade. Processamento e seus efeitos. Demonstrativo de validade de atos partidários.

b. Propaganda eleitoral e suas modalidades. Poder de polícia e a propaganda eleitoral. Propaganda antecipada. Regramento da propaganda eleitoral em bens públicos, de uso comum e bens particulares. Meios de veiculação de propaganda e restrições.

c. Alistamento: conceito, espécies e procedimentos. Domicílio eleitoral. Impossibilidade e cancelamento do alistamento. Fraude no alistamento eleitoral e revisão do eleitorado.

8.

a. Sistemas eleitorais. Democracia indireta e direta. Plebiscito e referendo. Iniciativa popular.

b. Condutas vedadas aos agentes públicos nas campanhas eleitorais: regras materiais e processuais.

c. Captação ilícita de sufrágio: regras materiais e processuais.

9.

a.A representação eleitoral por captação e gastos ilícitos.

b. Registro de candidatura. Vagas e reserva por sexo. Requisitos e documentos. Diligências. Controle de ofício pelo Poder Judiciário eleitoral. Substituição de candidaturas. Cotas para candidatura de mulheres e negros.

c. Inclusão eleitoral da pessoa com deficiência. Regras de estímulo à participação política feminina. Regramento do voto do preso provisório.

10.

a. Fidelidade partidária e sua proteção. Financiamento dos partidos políticos. Financiamento das campanhas eleitorais, doações eleitorais e ações pertinentes. Fundo partidário e sua fiscalização.

b. Crimes eleitorais. Natureza e tipicidade dos crimes eleitorais. As penas. Os crimes previstos no Código Eleitoral. Os crimes eleitorais previstos na legislação esparsa. Combate à violência política contra a mulher (Lei 14.192/21).

c.Procedimento das ações penais eleitorais perante o Tribunal Regional Eleitoral e seus recursos. Habeas corpus e revisão criminal na Justiça Eleitoral. Recursos das decisões do Tribunal Superior Eleitoral.

GRUPO II

DIREITO ADMINISTRATIVO E DIREITO AMBIENTAL

1.

a.Conceito, objeto e fontes do Direito Administrativo. Direito Administrativo Constitucional.

b.Improbidade administrativa: sujeitos e atos. Lei nº 8.429/1992 (Redação dada pela Lei nº 14.230/2021). Acordo de não persecução cível.

c.Meio ambiente e direitos fundamentais. Bens ambientais. Características.

2.

a.Proteção jurídica da fauna.

b.Classificação dos atos administrativos. A responsabilização por atos lesivos à administração pública nacional e estrangeira de acordo com a Lei nº 12.846/2013.

c.Limitações administrativas. Ocupação temporária. Requisição. Servidão. Parcelamento, edificação ou utilização compulsórios.

3.

a.Funções (atividades) administrativas. Função consultiva. Função de regulação. Função de controle. Função de fomento.

b.Vícios ou defeitos dos atos administrativos. A teoria das nulidades no Direito Administrativo. Atos administrativos nulos, anuláveis e inexistentes.

c.Proteção jurídica da flora.

4.

a.Princípios de Direito Ambiental.

b.Teoria dos motivos determinantes. Teoria do desvio de poder. Acordo de leniência da Lei nº 12.846/2013.

c.Licitação. Princípios. Modalidades. Dispensa e inexigibilidade de licitação.

5.

a.Competências ambientais na Federação brasileira. Ações de cooperação.

b.Revogação, anulação, cassação e convalidação do ato administrativo.

c.Desconcentração e descentralização administrativa. Privatização.

6.

a.Personalidade de Direito Público. Pessoas administrativas. Autarquias. Sociedades de economia mista. Empresas públicas. Fundações públicas. Consórcios públicos. Outros entes.

b.Contratos administrativos.

c.Instrumentos de incentivo à conservação do meio ambiente. Instrumentos econômicos, instrumentos governamentais. Serviços ambientais. Servidão ambiental.

7.
a.Desapropriação. Espécies. Indenização. Direito de extensão. Retrocessão. Desapropriação indireta.
b.Teoria do órgão. Representação judicial das pessoas de Direito Público.
c.Responsabilidade administrativa por danos ambientais. Infrações e sanções administrativas ambientais.
8.
a.Administração Pública direta. A estrutura da Administração Pública Federal.
b.Licitação: procedimento, fases, revogação e anulação. Recursos e sanções. Controle administrativo e jurisdicional.
c.Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). Política Nacional do Meio Ambiente. Princípios e objetivos.
9.
a.Vinculação e discricionariedade. Atos administrativos vinculados e discricionários. O mérito do ato administrativo.
b.Execução do contrato administrativo. Alteração unilateral. Teoria do fato do príncipe. Teoria da imprevisão. Caso fortuito e força maior. Equilíbrio econômico-financeiro.
c.Ordenamento urbano. Estatuto das Cidades. Cidades sustentáveis.
10.
a.Controle interno e externo da Administração Pública. Ombudsman. Procurador Federal dos Direitos do Cidadão.
b.Extinção do contrato administrativo. Adimplemento e inadimplemento.
c.Espaços territoriais especialmente protegidos. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).
11.
a.Controle jurisdicional da Administração Pública. Sistemas. A teoria da reserva do possível.
b.Convênios e consórcios administrativos. Contratos de gestão. Prestação de contas e tomada de contas especial.
c Proteção jurídica do patrimônio cultural brasileiro. Instrumentos: tombamento, inventários, registros e outras formas de acautelamento e preservação.
12.
a.Estatuto do Ministério Público Federal.
b.Hierarquia. Delegação e avocação de competências. Regime diferenciado de contratação (RDC).
c.Povos e comunidades tradicionais. Acesso ao território e garantias territoriais. Diversidade biológica e patrimônio genético. Proteção e acesso ao conhecimento tradicional associado.
13.
a.Princípios da Administração Pública. Poder regulamentar. Espécies de regulamento. Controle sobre a atividade regulamentar.
b.Utilização dos bens públicos: autorização, permissão e concessão de uso; concessão de direito real de uso; concessão de uso especial para fins de moradia; aforamento de bens; cessão de uso.
c.Recursos hídricos. Política Nacional de Recursos Hídricos. Instrumentos de gestão de recursos hídricos. Regime jurídico das águas. Águas subterrâneas.
14.
a.Agências executivas e agências reguladoras. Ordens e conselhos profissionais. Serviços sociais autônomos. Fundações de apoio.
b.Serviço público. Conceito. Princípios. Classificação. Regime jurídico. Remuneração. Direitos e deveres dos usuários.
c.Política Nacional de Biossegurança: pressupostos doutrinários; regime jurídico; instrumentos. Biossegurança, prevenção, precaução e informação.
15.
a.Responsabilidade patrimonial do Estado: evolução histórica e fundamentos jurídicos. Teorias da culpa administrativa, do serviço e do risco. Responsabilidade por ação e por omissão. Dano indenizável. Causas excludentes. Direito de regresso.
b.Responsabilidade fiscal.
c.Licenciamento ambiental. Avaliação de impactos ambientais. Estudos ambientais. Audiências públicas.
16.
a.Setor público não-estatal. Organizações sociais. Organizações da sociedade civil de interesse público.
b.Proteção da probidade administrativa. Instrumentos de atuação. As sanções na Lei nº 8.429/1992. Prescrição.
c.O dano ambiental e sua reparação: responsabilidade civil.
17.
a.Fatos da Administração Pública: atos da Administração Pública e fatos administrativos. Elementos e atributos do ato administrativo.
b.Poder de polícia administrativa. Poder de polícia e direitos fundamentais.
c.Zoneamento ambiental. Natureza jurídica. Princípios. Características.
18.
a.Agentes públicos, políticos e de fato. Cargo, emprego e função pública. Agentes políticos. Garantias. Estabilidade e vitaliciedade. Cargo em comissão e função de confiança. Regime previdenciário do servidor estatutário. Normas e princípios constitucionais. As regras de transição. O novo regime previdenciário. O sistema de previdência complementar.
b.Parcerias público-privadas.
c.Política Nacional de Resíduos Sólidos. Objetivos e princípios. Planos de resíduos sólidos. Responsabilidade civil e resíduos sólidos. Responsabilidade compartilhada. Licenciamento ambiental e resíduos sólidos.
19.
a.Concessão de serviço público. Natureza jurídica e conceito. Regime financeiro. Extinção da concessão de serviço público. Reversão dos bens. Permissão e autorização.
b.Regime jurídico do concurso público e seu controle administrativo e judicial.
c.Gestão de florestas públicas. Uso e exploração. Concessão florestal.
20.
a.Direitos, deveres e responsabilidades do servidor público. Regime disciplinar e processo administrativo disciplinar.
b.A Administração Pública sob os aspectos orgânico, formal e material. Administração Pública e governo. Responsabilidade do Estado por atos legislativos e judiciais.
c.Proteção jurídica do meio ambiente e a exploração mineral. Mineração e impactos ambientais. Licenciamento. Deveres ambientais relativos à exploração mineral.
21.
a.Bens públicos. Classificação. Natureza jurídica do domínio público.
b.Validade, vigência e eficácia do ato administrativo. Autoexecutoriedade do ato administrativo.
c.Poder de polícia ambiental. Competências.
22.
a.Provimento e vacância dos cargos públicos.
b.A ética na Administração Pública. Dever de transparência e de informação.
c.Desenvolvimento sustentável. Normas internacionais em matéria ambiental. Aquecimento global.
23.
a.Domínio público terrestre. Evolução do regime jurídico das terras públicas no Brasil. Faixa de fronteira. Vias públicas. Domínio público do subsolo. Recursos minerais. Potenciais de energia hidráulica. Domínio público aéreo.
b.Processo e procedimento administrativo. A instância administrativa. Representação e reclamação administrativas. Pedido de reconsideração e recurso hierárquico próprio e impróprio. Prescrição administrativa.
c.Instrumentos processuais para a tutela do meio ambiente.

DIREITO TRIBUTÁRIO E DIREITO FINANCEIRO

1.
a. O Estado e o poder de tributar. Espécies tributárias.
b. Obrigação tributária: conceito, espécies.
c. Direito Financeiro: Conceito e objeto.
2.
a. Competência tributária. Tributos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Conflitos de competência tributária.
b. Fato gerador: definição, hipótese de incidência e critérios material, temporal, espacial, pessoal e quantitativo.
c. Sujeito ativo e sujeito passivo da obrigação tributária. Solidariedade. Capacidade tributária ativa. Domicílio tributário.
3.
a. Receitas públicas: conceito e classificação.
b. Contribuições de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas.
c. Processo administrativo fiscal. Dívida ativa: inscrição e cobrança. Certidão negativa.
4.
a. Princípio da legalidade.
b. Responsabilidade tributária: responsabilidade por dívida própria e por dívida de outrem, solidariedade e sucessão. Responsabilidade pessoal e de terceiros. Responsabilidade supletiva. Substituição tributária "para trás" e "para frente". Retenção na fonte. Responsabilidade por infrações.
c. Empréstimo compulsório.
5.
a. Princípio da anterioridade.
b. Despesas públicas: conceito e espécies.
c. Contribuições sociais gerais e de seguridade social.
6.
a. Princípios da igualdade, da uniformidade e da capacidade contributiva.
b. Interpretação das normas gerais de orçamento.
c. Contribuição de melhoria e de iluminação pública. Taxa. Preço público. Pedágio.
7.
a. Normas gerais de Direito Tributário. Código Tributário Nacional.
b. Orçamento. Conceito. Proposta orçamentária. Exercício financeiro. Restos a pagar.
c. Contribuições previdenciárias: contribuintes, fato gerador, salário de contribuição, alíquotas, responsabilidade pelo recolhimento, prescrição, decadência, isenção, compensação e restituição; disposições gerais da Lei nº 8.212/1991.
8.
a. Imunidade tributária recíproca.
b. Fiscalização e controle da execução orçamentária e financeira. O Tribunal de Contas no Brasil e suas atribuições.
c. Crédito tributário: constituição (lançamento, modalidades de lançamento, declaração e confissão de débitos tributários).
9.
a. Imunidade tributária recíproca: autarquias e empresas públicas.
b. Imposto.
c.Administração tributária: fiscalização, oposição de sigilos ao fisco, sigilo fiscal x direito à privacidade e publicidade. Certidões e cadastro. Lei Complementar nº 105/2001. A organização da Receita Federal.
10.
a. Imunidade tributária de partidos políticos e entidades sindicais.
b. Suspensão do crédito tributário: modalidades. Programa de Recuperação Fiscal (REFIS). Parcelamento ordinário. Parcelamento Especial (PAES). Lei nº 11.941/2009, e alterações.
c. Matéria tributária em juízo: medida cautelar fiscal, execução fiscal, ação declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária, ação anulatória de débito fiscal´, mandado de segurança, ação de repetição de indébito.
11.
a. Imunidade tributária de instituições de educação e de assistência social.
b. Extinção do crédito tributário: modalidades. Programa de Recuperação Fiscal (REFIS). Parcelamento ordinário. Parcelamento Especial (PAES). Lei nº 11.941/2009, e alterações.
c. Crédito público: conceito e classificação.
12.
a. Imunidade tributária de livros, jornais, periódicos e de papel para impressão.
b. Pagamento indevido. Repetição de indébito.
c. Fundos. Instituição e funcionamento. Controle.
13.
a. Repartição da receita tributária.
b. Decadência.
c. Impostos dos municípios.
14.
a. Tributo.
b. Direito Tributário: conceito, fontes, relações entre o Direito Tributário e o Direito Privado.
c. Imposto sobre transmissão causa mortis e doação.
15.
a. Fato gerador. Planejamento tributário abusivo. Elisão e evasão fiscal. Erosão de bases tributárias. Sonegação. Fraude. Conluio. Propósito negocial. Dissimulação. Paraísos fiscais. Omissão de receitas. Interpretação econômica do Direito Tributário.
b. Extinção do crédito tributário: pagamento.
c. Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestação de serviços.
16.
a. Princípio da não-cumulatividade e tributos brasileiros não-cumulativos.
b. Exclusão do crédito tributário: isenção e anistia. Programa de Recuperação Fiscal (REFIS). Parcelamento ordinário. Parcelamento Especial (PAES). Lei nº 11.941/2009, e alterações.
c.Imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza.
17.
a.Limitações ao poder de tributar decorrente do federalismo.
b.Garantias e privilégios do crédito tributário.
c. Imposto sobre produtos industrializados.
18.
a. Norma tributária: interpretação e integração. Tratados e convenções internacionais e legislação interna.
b. Tributação internacional. Acordos para evitar a dupla tributação.
c. Imposto sobre propriedade territorial rural.
19.
a. Norma tributária: natureza, espécies, vigência e aplicação.
b. Prescrição.
c. Imposto sobre operações financeiras. Repatriação de ativos.
20.
a.Tesouro Nacional. Orçamento e gestão. Contas públicas.
b. Lei de responsabilidade fiscal: aplicação (LC nº 101/2000).
c. Tributos incidentes na importação e na exportação.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO

1.
a.Desenvolvimento histórico do Direito Internacional Público. Terminologia. A sociedade internacional e suas características. A expansão qualitativa e quantitativa do Direito Internacional. Princípios que regem as relações internacionais do Brasil.

b.Princípios do Direito Internacional Privado. Igualdade e tolerância no Direito Internacional Privado. Interpretação e aplicação do direito estrangeiro. Prova do direito estrangeiro. Reenvio.

c.Prerrogativas e imunidades das organizações internacionais. Incorporação ao direito brasileiro das deliberações de organizações internacionais. Extinção e sucessão das organizações internacionais. Responsabilidade internacional das Organizações internacionais e a proteção funcional.

2.

a.Desenvolvimento histórico e fases do Direito Internacional Privado. Fontes do Direito Internacional Privado. Pluralidade de objeto do Direito Internacional Privado. Fato transnacional e suas características.

b.Estado. Elementos constitutivos. Autodeterminação dos Povos. Soberania e suas espécies. Reconhecimento de Estado e Governo. Direitos e Deveres do Estado. Restrições aos direitos dos Estados.

c.Solução pacífica de controvérsias. Conceito. Evolução histórica. Instrumentos não jurisdicionais. Negociação. Bons ofícios. Mediação. Investigação ou inquérito. Conciliação.

3.

a. Fontes do Direito Internacional Público. Costume Internacional. Princípios Gerais. Jurisprudência e Doutrina. Atos Unilaterais. Deliberações de Organizações Internacionais. Analogia e Equidade no Direito Internacional. Normas imperativas. Jus Cogens. Obrigações erga omnes. Soft Law.

b.Espaços globais Comuns. Tipologia. Princípios. Patrimônio Comum da Humanidade. Regime jurídico da Antártida. Espaço sideral.

c. Ordem Pública e suas espécies. Fraude à lei no Direito Internacional Privado. Normas de aplicação imediata no Direito Internacional Privado.

4.

a. Direito Internacional Privado de matriz legal. A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Hierarquia e diálogo das fontes nacionais e internacionais do Direito Internacional Privado..

b.Espaços globais comuns. Alto mar. Ártico. Fundos marinhos. A atuação da União Internacional de Telecomunicações.

c.Direito internacional tributário. O fenômeno da bitributação. Acordos de bitributação. Combate internacional à sonegação. Tratados internacionais de cooperação e informação tributária.

5.

a.Território: aquisição e perda. Domínio Terrestre. Faixa de Fronteira. Domínio Fluvial. Domínio Aéreo.

b.Tratados internacionais. Condições de Validade. Reservas. Entrada em vigor. Registro e publicidade. Modificação. Exigibilidade e efetividade. Efeitos sobre terceiros. Tratados sucessivos. Nulidades. Suspensão da aplicação do tratado. Modalidades de extinção.

c. Estatuto pessoal no Direito Internacional Privado e sua evolução no Brasil. Pessoa Jurídica no Direito Internacional Privado. Bens no Direito Internacional Privado.

6.

a.Estrangeiros. Entrada, permanência e saída regular. Tratamento jurídico da saída compulsória dos estrangeiros e direitos dos envolvidos: repatriamento, deportação, expulsão.

b. Organização dos Estados Americanos: evolução histórica, finalidade, atuação, órgãos internos, tipos de deliberações, modos de solução de controvérsias e sanções. Outras organizações internacionais regionais das Américas.

c.Jurisdição internacional do Estado e das organizações internacionais: espécies, alcance e limites. Imunidades do Estado e das organizações internacionais.

7.

a.Interpretação dos tratados no âmbito internacional e no âmbito nacional. Controle de convencionalidade de matriz internacional e de matriz nacional. Diálogo entre os órgãos judiciais nacionais e internacionais. Conflito entre decisão nacional e internacional. b. Organizações e órgãos internacionais dedicados ao Direito Internacional Privado. Convenções sociais de Direito Internacional Privado.

c.Regime jurídico do uso da força no direito internacional: uso lícito e ilícito. Segurança coletiva: global e regional. A proteção da paz e da segurança internacionais por organizações internacionais: o papel da Organização das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos.

8.

a. Povo. Nacionalidade no Direito Internacional. Formas de aquisição da nacionalidade originária e derivada. Perda e reaquisição da nacionalidade. Direitos e deveres dos nacionais. Interação e conflito entre normas nacionais e internacionais sobre nacionalidade.

b.Extinção de Estados. Regime jurídico dos novos Estados independentes. Sucessão de Estados em relação a bens, arquivos, dívidas, organizações internacionais e tratados.

c. Métodos do Direito Internacional Privado. Qualificação no Direito Internacional Privado. Direito Internacional Privado e obrigações. Autonomia da vontade no Direito Internacional Privado.

9.

a.Tratados internacionais. Evolução histórica. Classificação. Terminologia. Gênese. Negociação e competência negocial. Formas de expressão do consentimento. Conflito entre tratados e com as demais fontes

b.Tratamento internacional e nacional do asilo. Disposições convencionais, legais e administrativas referentes ao asilo. O papel dos órgãos internos. A proteção ao brasileiro no exterior.

c. Solução pacífica de controvérsias. Arbitragem internacional pública. Corte Internacional de Justiça: legitimidade, competências, jurisdição consultiva e contenciosa. Outros tribunais internacionais.

10.

a.Responsabilidade internacional do Estado. Obrigações Primárias e Secundárias. Garantia da ordem pública internacional. Elementos da responsabilidade internacional. Fato internacionalmente ilícito. Excludentes da ilicitude. Imputação e espécies de atos imputados. Resultado lesivo. Nexo causal.

b.Transferência de sentenciados. Requisitos, trâmite e características. Tratados celebrados pelo Brasil sobre transferência de sentenciados. Incidência de direitos fundamentais na transferência de sentenciados. c.Organização das Nações Unidas: evolução histórica, finalidades, atuação, órgãos internos, tipos de deliberações, modos de solução de controvérsias e sanções. As agências da Organização das Nações Unidas.

11.

a.Direito Internacional Penal e Direito Penal Internacional: divergências e convergências. Implementação direta e indireta do Direito Internacional Penal. Jurisdição universal e suas espécies.

b.Relação do Direito Internacional e o Direito Interno. Correntes doutrinárias. Como o Direito Interno vê o Direito Internacional. Como o Direito Internacional vê o Direito Interno. Princípios regentes da relação do Direito Interno com o Direito Internacional. A Constituição brasileira e o Direito Internacional.

c. Regime jurídico da reparação no Direito Internacional. Responsabilidade internacional individual e sua relação com a responsabilidade internacional do Estado.

12.

a.Tribunais internacionais penais. Aspectos gerais. Princípios e características dos tribunais criados pelo Conselho de Segurança. Tribunais Internacionais Penais híbridos.

b. Direito Internacional Privado das Famílias. Alimentos, Casamento e uniões civis no Direito Internacional Privado. Direito Internacional Privado das Sucessões.

c. Fases de formação e incorporação do tratado ao direito brasileiro. Acordo executivo e o Direito brasileiro. Modo de formação e incorporação de fontes internacionais extraconvencionais ao Direito brasileiro.

13.

a.Extradição. Evolução histórica. Princípios e características da extradição. Vedações e limites à extradição. Trâmite e fases da extradição. Execução da extradição. Incidência de direitos fundamentais na extradição. b. Tribunal Penal Internacional. Origem. Composição e órgãos. Jurisdição do Tribunal Internacional Penal e seus limites. Princípios regentes. Processamento de casos. Cooperação do Estado com o Tribunal Penal Internacional. Entrega. Penas. A Constituição e o Estatuto do Tribunal Penal Internacional. c. Reconhecimento e execução de sentença estrangeira. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e a homologação de sentença estrangeira. Requisitos, trâmite e características da homologação de sentença estrangeira. Incidência de direitos fundamentais na homologação de sentença estrangeira.

14.

a. Direito Internacional do Meio Ambiente. Evolução histórica. Tratados ratificados pelo Brasil. Impacto no Direito brasileiro. Princípios. Regime jurídico do combate aos efeitos nocivos da mudança climática. Regime jurídico da proteção atmosférica e combate à poluição do ar.

b. Assistência Jurídica internacional. Auxílio Direto. Requisitos, trâmite e características. Tratados internacionais celebrados pelo Brasil sobre o auxílio direto cível e criminal. Incidência dos direitos fundamentais no auxílio direto.

c. Terrorismo e o Direito Internacional. Tratados internacionais e deliberações de organizações internacionais sobre a repressão ao terrorismo.

15.

a.A Convenção sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças e seu regime jurídico. Competência da Justiça Federal. Atribuições do Ministério Público Federal e da Advocacia Geral da União. Autoridade Administrativa Central. O trâmite administrativo e processual do pedido de devolução.

b.Domínio marítimo. Jurisdição sobre embarcações no alto mar. Uso da força no alto mar. Ilhas costeiras e oceânicas. Navios e aeronaves no Direito Internacional. Jurisdição do Estado costeiro: alcance e limites. Solução de controvérsias do Direito do Mar.

c. Direito Internacional do Meio Ambiente. Regime jurídico da proteção dos oceanos e recursos hídricos. Regulamentação internacional da pesca. Biodiversidade, fauna e flora. Tratamento internacional dos resíduos e substâncias perigosas.

16.

a.Personalidade internacional. Sujeitos especiais do Direito Internacional. Indivíduo no Direito Internacional. Santa Sé. Beligerantes. Insurretos. Movimentos de libertação nacional. Organizações não governamentais. Estados federados e entes federados perante o Direito Internacional.

b. Assistência Jurídica Internacional. Carta Rogatória. Requisitos, trâmite e características. O exequatur. Tratados internacionais celebrados pelo Brasil sobre carta rogatória. Incidência de direitos fundamentais na carta rogatória.

c. Organização Internacional. Personalidade Jurídica. Elementos constitutivos. Evolução. Espécies e finalidades. Funcionamento. Poder normativo das organizações internacionais: alcance e limites. Acordo de sede.

17.

a. A proteção internacional da democracia. A atuação da Organização dos Estados Americanos na defesa da democracia. A Carta Democrática Interamericana e demais diplomas normativos interamericanos. A cláusula democrática do Mercado Comum do Sul e seus procedimentos.

b.Domínio marítimo. Regime jurídico do Mar Territorial, Zona Contígua, Plataforma Continental e Zona Econômica Exclusiva. Delimitação de fronteiras marítimas. Estreitos e canais. Ilhas e arquipélagos. Direito de passagem inocente.

c. Cooperação Jurídica internacional. Evolução e fundamentos. Via diplomática. Via da autoridade central. Via do contato direto entre autoridades. Cooperação Policial. A Constituição e os tratados celebrados pelo Brasil sobre cooperação jurídica internacional.

18.

a. Prestação de alimentos no exterior. Tratados internacionais sobre prestação de alimentos no exterior celebrados pelo Brasil. Convenção de Nova York de 1956. Atribuições do Ministério Público Federal como autoridade central na cooperação ativa e passiva. Competência da Justiça Federal. A ação de auxílio direto proposta pelo Ministério Público Federal.

b.Regime jurídico dos crimes internacionais. Os crimes de jus cogens. Crime de Agressão. Crime de Genocídio. Crimes de guerra. Crimes contra a humanidade. Elementos dos crimes internacionais. Dever de cooperar na investigação e persecução de crimes internacionais.

c. Regime jurídico internacional do controle de armas. Não proliferação nuclear e sua fiscalização.

19.

a.Direito Internacional Humanitário. Classificação de suas normas. Os princípios do Direito Internacional Humanitário. A Cláusula Martens e o costume internacional no Direito Internacional Humanitário. Os tratados de Direito Internacional Humanitário celebrados pelo Brasil.

b.Migrações. Tratados, declarações e organizações internacionais sobre os direitos dos migrantes. Precedentes internacionais sobre os direitos dos migrantes.

c. Regime jurídico internacional da apatridia e da polipatria. Nacionalidade e o regime jurídico especial dado aos portugueses. Regime jurídico do tratamento de nacionais de países do Mercado Comum do Sul (Mercosul).

20.

a.Direito Internacional dos Refugiados. Evolução histórica: origem e fases. O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. Os dispositivos convencionais, legais e administrativos referentes ao refúgio. Tipos de perseguição. O papel dos órgãos internos e o controle judicial.

b.Proteção diplomática. Evolução histórica. Elementos. Esgotamento prévio dos recursos internos.

c.Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Natureza jurídica. Acordo de sede e imunidades. Finalidades, funções, atividades e proteção de acordo com o Direito Internacional Humanitário.

21.

a. Órgãos das relações entre Estados. Relações diplomáticas e consulares. Missões diplomáticas e consulares. Regime jurídico dos agentes diplomáticos e consulares. Imunidades de agentes públicos no Direito Internacional: conteúdo, alcance e limites. Regime de tropas estacionadas por força de tratado.

b.Direito da Integração Regional. Tipologia. Organização Internacional Supranacional. Mercado Comum do Sul. Evolução. Características. Estrutura, atividades e funções de seus órgãos. Principais atos institutivos. Poder normativo e deliberações. Relação com o Direito brasileiro.

c.Direito de autotutela: sanções, sanções "inteligentes", contra-medidas, retorsão e represálias. O tratamento jurídico internacional da intervenção humanitária unilateral e coletiva.

22.

a. Transferência de procedimentos e processos criminais e de execução de pena. Requisitos, trâmite e características. Tratados internacionais celebrados pelo Brasil sobre transferência de procedimentos e processos criminais e de execução de pena. Incidência dos direitos fundamentais na recuperação de ativos na transferência de procedimentos e processos criminais e de execução de pena.

b.Recuperação de ativos na cooperação jurídica internacional. Requisitos, trâmite e características. Tratados internacionais celebrados pelo Brasil sobre recuperação de ativos na cooperação jurídica internacional. Incidência dos direitos fundamentais na recuperação de ativos na cooperação jurídica internacional.

c.Equipes conjuntas de investigação. Requisitos, trâmite e características. Tratados internacionais celebrados pelo Brasil sobre equipes conjuntas de investigação. Incidência dos direitos fundamentais na equipe conjunta de investigação.

GRUPO III

DIREITO ECONÔMICO E DIREITO DO CONSUMIDOR

1.

a.Direito econômico. Conceito. Objeto. Fundamentos. Competência legislativa.

b.Ordem econômica e atividade econômica. Princípios constitucionais.
c.Exploração da atividade econômica pelo Estado. Regime jurídico.
2.
a.Mercados regulados. Serviços públicos federais. Papel dos órgãos supervisores e agências reguladoras. Modelo brasileiro de agências reguladoras: principais características. Poder regulatório e fiscalizatório. Defesa do consumidor.
b.Regimes jurídicos e sistemas regulatórios das telecomunicações, gás e petróleo, energia elétrica e transportes públicos federais.
c.A regulação do mercado de capitais: CVM e Bovespa. Previdência complementar.
3.
a.Apropriação privada dos meios de produção.
b.Recursos minerais. Jazidas. Propriedade. Exploração e aproveitamento. Autorização e concessão. Limites. Interesse nacional.
c. Intervenção estatal no domínio econômico. Competência. Justificativa. Modalidades de intervenção.
4.
a.Empresas estatais prestadoras de serviços públicos. Regime jurídico.
b.Empresas estatais exploradoras de atividade econômica: regime jurídico.
c. Monopólio da União. Justificativa. Hipóteses.
5.
a.Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC). Lei. 12.529/2011.
b.O CADE na defesa da concorrência. Estrutura. Poderes.
c.O papel do Ministério Público na defesa da concorrência e no combate às infrações contra a ordem econômica. O MPF junto ao CADE.
6.
a.Abuso do poder econômico: prevenção, procedimentos.
b.Concentração de mercado: fusão, incorporação, integração e outras formas. Limites e requisitos.
c.O Estado como agente normativo e regulador de atividade econômica.
7.
a.Abuso do poder econômico: instrumentos de repressão. Processo e procedimentos administrativos.
b.O conceito de fornecedor.
c.Condutas anticoncorrenciais: acordos verticais e acordos horizontais.
8.
a.Abuso do poder econômico: domínio de mercados e eliminação da concorrência.
b. Cartéis. Concorrência ilícita e desleal.
c. Advocacia da concorrência. Interação entre agências reguladoras e órgãos de defesa da concorrência.
9.
a.Abuso do poder econômico: aumento arbitrário de preços.
b.A responsabilidade solidária dos causadores do dano.
c.Concentração econômica. Monopólios privados, oligopólios e trustes.
10.
a.Concessões de serviços públicos: o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, política tarifária, prorrogação de concessões.
b. Sistema financeiro nacional. Estrutura, funcionamento, órgãos reguladores e entidades supervisoras. Autorregulação e arbitragem.
c.Mercado de Capitais. Estrutura, funcionamento. Regulação e autorregulação do mercado de valores mobiliários. Transparência.
11.
a. Marco Civil da Internet. privacidade de dados vs. segurança. Neutralidade de Rede.
b. Propriedade Intelectual: direitos e limites. Propriedade industrial e direitos autorais.
c. Planos de Saúde. Regulamentação do setor. Contratos coletivos e individuais.
12.
a. Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Natureza jurídica. Propósito, princípios e instrumentos.
b. Solução de controvérsias entre Estados Partes.
c.A regulação do Banco Central.
13.
a. Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC). Princípios e direitos básicos da Lei nº 8.078/1990. O papel do Ministério Público na defesa do consumidor.
b. O direito do consumidor na prestação de serviços públicos. A proteção à saúde e à segurança do consumidor.
c. A responsabilidade civil pelo fato e pelo vício do produto. A decadência e a prescrição aplicadas às relações de consumo.

DIREITO CIVIL

1.
a. Decreto-Lei nº 4.657/1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro). Fontes do direito. Complexidade do ordenamento jurídico. Diálogo entre as fontes normativas. Direito Civil Constitucional. Eficácia dos tratados internacionais para o Direito Civil.
b. As obrigações quanto às suas modalidades.
c. A técnica de reprodução humana assistida. Alteração de sexo. Pesquisa científica em seres humanos. Reconhecimento da paternidade. Homoparentalidade. Multiparentalidade. Parentalidade socioafetiva. Parentalidade alimentar. Alienação parental.
2.
a.Hermenêutica jurídica. A constitucionalização do Direito Civil e a influência dos direitos humanos. Abertura do sistema: princípios, cláusulas gerais e conceitos jurídicos indeterminados. A tese de estado de coisas inconstitucional.
b. Contratos em geral. Novos princípios do direito dos contratos.
c. Posse e propriedade. Aquisição, efeitos, perda e limitações constitucionais. Propriedade rural e propriedade urbana. Acesso à terra e direito de moradia. Conflitos entre posse e propriedade. Função social da posse e da propriedade.
3.
a. Capacidade civil. Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).A proteção dos interesses dos incapazes e o papel do Ministério Público. Aspectos materiais e processuais. Interdição, tutela e curatela.
b. Representação, mandato e prestação de serviços.
c. O condomínio no Código Civil e na legislação especial. O estabelecimento empresarial. A sociedade em conta de participação. Responsabilidade dos administradores das sociedades simples e empresárias.
4.
a. Os bens. Classificações. O patrimônio. Bens inapropriáveis. Bens impenhoráveis. Bem de família.
b. A boa-fé no direito civil. Boa-fé objetiva e suas funções. A ética nas relações obrigacionais. Deveres laterais de conduta.
c. Fiança, depósito e corretagem. Contrato de transporte terrestre e aéreo.
5.
a. As pessoas naturais. Direitos da personalidade. A dignidade humana e seus corolários no âmbito do Direito Civil. Teoria do mínimo existencial. O direito ao nome. Hipóteses de mutabilidade do nome civil. Nome social.
b. Compra e venda e de suas cláusulas especiais. Promessa de compra e venda e direito real do promitente comprador.
c. A responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor e a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico e paisagístico.
6.
a. Fatos jurídicos, atos jurídicos e negócios jurídicos. Elementos e requisitos. Manifestação e interpretação das declarações de vontade. Condição, termo e encargo.
b.Usucapião e suas modalidades. Parcelamento do solo urbano. Regularização fundiária.
c. Direito de superfície, servidões, usufruto, uso e habitação.
7.
a. Prescrição e decadência. Enriquecimento ilícito e pagamento indevido.
b. A locação no Código Civil e na legislação especial. Mútuo e comodato.
c. Relações de família e princípio da solidariedade. Igualdade e liberdade nas relações entre cônjuges e companheiros. Filiação e da guarda dos filhos. Conceito contemporâneo de família. Novas modalidades de família. Famílias homoafetivas, poliafetivas e monoparentais. Família natural, extensa e ampliada. Família composta e família mosaico. Famílias simultâneas e redes familiares. Abandono afetivo e seus efeitos civis.
8.
a. Direito à liberdade de expressão e direitos da personalidade. Direito à privacidade e à intimidade. Direito à imagem. Direito ao esquecimento. O discurso de ódio (hate speech).
b. Alimentos. Convenção de Nova York sobre Prestação de Alimentos no Estrangeiro, de 1956. Cooperação jurídica internacional e atuação do Ministério Público Federal.
c. Responsabilidade civil extracontratual. Dano material, moral e estético. Dano à pessoa. Danos sociais. Caracterização e quantificação. Aspectos materiais e processuais. Dano moral coletivo.
9.
a. Negócios jurídicos. Defeitos e invalidades. Equilíbrio econômico, onerosidade e revisão contratual.
b. Extinção das obrigações. Inadimplemento. Liquidação das obrigações, juros e correção monetária. Cláusula penal e perdas e danos. Multa cominatória. Adimplemento substancial. Princípio da justiça contratual. A evolução da responsabilidade pessoal para a patrimonial.
c. Direito à origem genética. Direito de morrer. Direito ao corpo vivo.
10.
a. Forma e prova dos negócios jurídicos. Modalidades de negócios jurídicos, evicção e vícios redibitórios.
b. As obrigações por declaração unilateral de vontade.
c. Transformação, incorporação, fusão e cisão das sociedades. Sociedade limitada e da sociedade anônima.
11.
a. Atos ilícitos. Os ilícitos civis praticados por pessoas jurídicas. A Lei nº 12.843/2013 (Lei Anticorrupção). Vedação ao comportamento contraditório. Dever de mitigar as perdas.
b. Casamento e união estável. Regimes de bens. A situação do companheiro no Código Civil. A união estável, seus reflexos patrimoniais e correlações com o instituto do casamento. Uniões estáveis concomitantes. Concubinato. Dissolução da sociedade e dos vínculos conjugais. A permanência ou extinção do instituto da separação. c. Reconhecimento de filhos e adoção. Adoção por casais homoafetivos. Convenção da Haia Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, de 1993. Estado de filiação e direito à origem genética. Filiação biológica e não biológica. Adoção à brasileira. Atuação do Ministério Público no processo de adoção. Parto anônimo. Ação vindicatória de filho.
12.
a. Pessoas jurídicas. Associações e fundações. Desconsideração da personalidade social e jurídica. Desconsideração inversa da pessoa jurídica. Aspectos materiais e processuais. Entidades despersonificadas.
b. Direitos reais de garantia e suas modalidades. Registro e efeitos relativos a terceiros.
c.Poder familiar: conceito, exercício, suspensão e extinção. O poder familiar e os direitos próprios da criança e do adolescente.
13.
a. Bioética e biodireito. Começo e fim da personalidade. Nascituro. Evolução dos direitos do nascituro. Doação de órgãos e tecidos.
b. Direitos do idoso. Proteção pessoal e patrimonial do idoso. Proteção integral e obrigação de prestar alimentos. Acesso ao amparo assistencial e à justiça. Atuação do Ministério Público.
c. Direitos de vizinhança.
14.
a.Dignidade da pessoa humana e proteção à mulher. Igualdade material e seus reflexos no Direito Civil. Violência doméstica e seus aspectos civis. Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).
b. Teoria da imprevisão, caso fortuito e força maior. Contrato de seguro.
c. Proteção dos grupos vulneráveis no âmbito do Direito Privado. Índios, quilombolas e povos tradicionais. Igualdade Racial. Igualdade de gênero.
15.
a. Domicílio da pessoa natural e sede da pessoa jurídica. Eleição de foro nos contratos.
b. O marco civil da internet e demais formas de regulação do ciberespaço. Contratos eletrônicos. Responsabilidade civil nas redes sociais. Bullying e cyberbullying.
c.Sociedades dependentes de autorização oficial. Sociedades simples e sociedade cooperativa. Sociedades nacionais e estrangeiras.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1.
a.Jurisdição: órgãos, princípios e limites. A jurisdição no Estado de Direito.
b.Procedimento comum e procedimentos especiais. Adaptação e flexibilidade negocial ou judicial do procedimento.
c.Execução de títulos extrajudiciais: conceito, espécies, pressupostos, partes, competência e procedimento.
2.
a. Ação: conceito e natureza jurídica. Direito de ação na perspectiva constitucional. Direito à adequada tutela jurisdicional. Legitimidade e interesse processual.
b. Audiência de conciliação e mediação. Audiência de instrução e julgamento.
c. Mandado de Injunção. Habeas data. Aspectos processuais do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Estatuto da Pessoa com Deficiência.
3.
a. Processo: conceito e natureza jurídica. As garantias constitucionais do processo: contraditório, juiz natural, ampla defesa, ampla defesa, acesso à justiça.
b. Sentença. Conteúdo e elementos. Interpretação da sentença. Tutela inibitória.
c. Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais.
4.
a. Partes. Capacidade. Legitimação. Sucessão e substituição processual.
b.Teoria geral da prova. Ônus da prova e convicção judicial. Distribuição dinâmica ou convencional de ônus da prova. Prova Ilícita.
c. Meios adequados de resolução de conflitos: negociação, mediação e arbitragem. Convenções processuais.
5.
a. Litisconsórcio. Assistência. Intervenção anômala. Amicus curiae.
b. Pedido: conceito e características. Interpretação dos pedidos. Cumulação de pedidos.
c. Embargos de declaração. Técnica de extensão do colegiado em caso de divergência.
6.
a. Petição inicial: função e conteúdo. Controle da admissibilidade da demanda.
b. Ação popular. Ação de consignação em pagamento. Ações possessórias. Ação de desapropriação.
c. Recurso Extraordinário. Repercussão Geral.
7.
a. Formação, suspensão e extinção do processo.

b. Precedentes obrigatórios: conceito, funções, efeitos. Mecanismos para controle da aplicação dos precedentes.

c. A instrumentalidade do processo. O processo civil na dimensão dos direitos fundamentais.

8.

a. Comunicação processual. Prazos. Teoria das invalidades processuais. Primazia do julgamento de mérito e aproveitamento dos atos processuais

b. Liquidação de sentença. Cumprimento da sentença e de outros títulos judiciais. Formas de implementação e efetivação das decisões judiciais.

c. Recurso Especial. Reclamação.

9.

a. Resposta do réu: contestação e reconvenção. Revelia.

b. Procedimento probatório. Provas em espécie.

c. Ação civil pública e ação de improbidade administrativa. Acordo de não persecução cível. Aplicabilidade do CPC às ações coletivas.

10.

a. Intervenção de terceiros. Embargos de terceiro. Sujeitos auxiliares do processo.

b. Teoria geral dos recursos. Duplo grau de jurisdição. Efeitos dos recursos. Pressupostos recursais.

c. Cumprimento de sentença que reconhece exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa.

11.

a. Coisa julgada sobre questões prejudiciais decididas incidentalmente. Ação declaratória incidental: função e hipóteses de cabimento.

b. Tutela provisória. Tutela de urgência e tutela de evidência: conceito, espécies, pressupostos.

c. Embargos do executado. Impugnação ao cumprimento de sentença. Responsabilidade patrimonial e atos praticados em fraude.

12.

a. Atos processuais. Despesas processuais. Honorários. Processo eletrônico.

b. Julgamento de casos repetitivos. Incidente de resolução de demandas repetitivas e recursos especial e extraordinário repetitivos.

c. Cumprimento de sentença que reconhece exigibilidade de obrigação de fazer, não fazer e entregar coisa. Tutela específica dos direitos. Execução de títulos extrajudiciais que impõem a entrega de coisa, prestação de fazer ou de não fazer.

13.

a. O direito fundamental de defesa. Devido processo legal. Cognição judicial. Convicção judicial e fundamentação das decisões.

b. Ação de alimentos e convenções internacionais. Cumprimento de sentença que reconhece exigibilidade de obrigação de prestar alimentos.

c. Estabilização da tutela provisória.

14.

a. Conexão e continência. Reunião e separação de causas. Agregação de processos e atos conjuntos. Cooperação entre órgãos jurisdicionais nacionais.

b. Ação discriminatória, de divisão e de demarcação. Mandado de segurança individual e coletivo.

c. Apelação. Recurso ordinário constitucional.

15.

a. Incidente de arguição de inconstitucionalidade. Incidente de assunção da competência. Ação monitória.

b. Ação rescisória. Querela nullitatis.

c. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica.

16.

a. Sentenças e tutelas jurisdicionais dos direitos. Espécies. Ações declaratória, constitutiva, condenatória e mandamental.

b. Julgamento conforme o estado do processo. Decisões parciais de mérito.

c. Instrumentos e técnicas extraprocessuais de atuação em tutela coletiva: inquérito civil, compromisso de ajustamento de conduta, recomendação e audiência pública.

17.

a. Aspectos processuais da Lei do CADE. Aspectos processuais do Estatuto de Idoso.

b. Títulos executivos judiciais e extrajudiciais.

c. Tutela jurisdicional dos direitos e interesses coletivos, difusos e individuais homogêneos. Teoria geral do processo coletivo. Liquidação e cumprimento de ações coletivas.

18.

a. O Ministério Público no processo civil.

b. Saneamento e organização do processo.

c. Competência interna: classificação, divisão e modificação. Competência internacional. Homologação de sentença estrangeira. Carta rogatória. Tratados e convenções para cumprimento de decisões estrangeiras no Brasil.

19.

a. Estabilidades processuais: regimes e efeitos. Coisa julgada. Preclusões. Estabilidade da sentença que extingue o processo sem julgamento de mérito e da decisão de saneamento e organização do processo.

b. Procedimento das ações coletivas. Competência para ações coletivas. Coisa julgada e litispendência em ações coletivas. As relações entre os instrumentos de tutela coletiva e os incidentes para resolução de casos repetitivos.

c.Julgamento unipessoal dos recursos pelo relator: pressupostos e limites.

20.

a. Tutela específica dos direitos difusos e coletivos. Procedimento da ação civil pública e das ações coletivas para defesa de direitos individuais homogêneos.

b. Agravo.

c. Cumprimento de sentença que reconheça obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública. Execução fiscal.

GRUPO IV

DIREITO PENAL

1.

a.Dogmática jurídico-penal: teorias contemporâneas.

b.Aplicação da pena.

c.Crimes de homicídio, de lesões corporais e da periclitação da vida e da saúde.

2.

a.Criminologia: paradigmas etiológico e da reação social, do conflito e do consenso. Teorias criminológicas contemporâneas.

b.Concurso de crimes.

c.Crimes contra a liberdade pessoal.

3.

a.Políticas criminais e políticas de segurança pública: tendências contemporâneas.

b.Efeitos da condenação. Direitos da vítima.

c.Crimes contra a honra.

4.

a.Princípios do Direito Penal.

b.Extinção da punibilidade.

c.Crimes contra a inviolabilidade do domicílio, de correspondência, dos segredos e de interceptação de comunicações.

5.

a.Lei penal no tempo.

b.Prescrição penal.

c.Discricionariedade e seletividade das agências penais do sistema de justiça e de segurança pública.

6.

a.Lei penal no espaço.

b.Crimes políticos e crimes militares : noções gerais. Terrorismo.

c.Crimes contra o patrimônio: roubo, extorsão, extorsão mediante sequestro, esbulho possessório e dano.

7.

a.Limites da aplicação da lei penal em relação às pessoas.

b.Penas no direito brasileiro. Justiça restaurativa.

c.Crimes contra o patrimônio: estelionato e outras fraudes de competência da Justiça Federal.

8.

a.Princípio de interpretação e aplicação da lei penal. Concurso aparente de normas.

b.Direito penal, indígenas e comunidades tradicionais.

c.Tráfico de pessoas e redução a condição análoga à de escravo.

9.

a.Teoria do crime.

b.Crimes contra o patrimônio: apropriação indébita e receptação e crimes contra a propriedade intelectual.

c.Crimes contra a administração pública praticados por funcionário público.

10.

a.Teoria da conduta.

b.Crimes contra a organização do trabalho.

c.Crimes contra a administração pública praticados por particular.

11.

a.Causalidade e imputação objetiva.

b.Direito penal negocial.

c.Crimes contra a administração da justiça.

12.

a.Teoria do tipo doloso.

b.Crimes contra o patrimônio: esbulho possessório, apropriação indébita e receptação.

c.Crimes contra a fé pública.

13.

a.Teoria do tipo culposo.

b.Crimes previstos na Lei nº 10.826/2003.

c.Crimes contra a ordem tributária e previdência social.

14.

a.Teoria do tipo omissivo.

b.Crimes de tráfico ilícito e uso indevido de drogas.

c.Crimes contra o sistema financeiro e contra o mercado de capitais.

15.

a.Ilicitude penal.

b.Crimes contra o meio ambiente e o patrimônio cultural.

c.Crimes de lavagem de dinheiro.

16.

a.Culpabilidade.

b.Crimes contra a ordem econômica e as relações de consumo.

c.Crimes contra a paz pública. Organizações criminosas.

17.

a.Teoria do erro.

b.Crimes de tortura.

c.Crimes nas licitações públicas e crimes contra finanças públicas.

18.

a.Etapas da realização do crime.

b.Crimes de corrupção.

c.Crimes de preconceito e de discriminação.

19.

a.Concurso de pessoas.

b.Crimes cibernéticos. Pornografia infantil.

c.Crimes contra a incolumidade pública: crimes de perigo comum e contra a segurança dos meios de comunicação e transporte e outros serviços públicos.

20.

a.Teoria da pena.

b.Aspectos relativos à repressão penal contidas em convenções internacionais sobre corrupção, organizações criminosas, tráfico de pessoas, tráfico de armas, terrorismo e escravidão.

c.Crimes contra a saúde pública e os relacionados à remoção e transplante de órgãos.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1.

a.Teoria do processo. Princípios constitucionais do processo penal.

b.Provas no processo penal: documental e testemunhal. Reconhecimentos (pessoas e coisas). Acareação. Buscas e apreensões. Prova pericial. Peritos e intérpretes.

c.Recursos no Processo Penal: Apelação.

2.

a.Sistemas processuais.

b.Coisa julgada e preclusão.

c.Princípios processuais penais no Pacto de São José da Costa Rica.

3.

a.Princípios da ação penal.

b.Indícios e questões probatórias.

c.Recursos no processo penal: embargos de declaração, embargos infringentes e de nulidade e embargos de divergência.

4.

a.Princípios e questões relativas aos inquéritos policiais e investigações criminais. Atribuições da Polícia Federal.

b.Procedimentos especiais.

c.Revisão criminal.

5.

a.Ação penal: espécies. Denúncia. Queixa.

b.O defensor e o assistente no processo penal brasileiro.

c.Sigilos: bancário e fiscal.

6.

a.Hipóteses e requisitos para arquivamento de inquéritos e investigações criminais.

b.Medidas assecuratórias ou acautelatórias do CPP e de leis especiais.

c.Procedimento relativo aos crimes de tráfico ilícito e uso indevido de drogas.

7.

a.Efeitos da condenação. Reparação do dano.

b.Controle externo da atividade policial.

c.Prova no processo penal: princípios e questões gerais.

8.

a.Condições da ação e pressupostos processuais.

b.Prisões. Espécies, requisitos e cabimento. Audiência de custódia.

c.Habeas corpus e mandado de segurança em matéria penal.

9.

a.O Ministério Público no processo penal brasileiro.

b.Medidas cautelares e liberdade provisória no CPP e em leis especiais.

c.Execução das penas restritivas de direitos: espécies, forma de cumprimento, incidentes. Execução da pena de multa.

10.

a.Conflito de atribuições entre membros de Ministério Público. Declínio de atribuição.

b.Interceptação das comunicações telefônicas e telemáticas.

c.Indulto, graça e anistia: procedimento.

11.
a.Jurisdição e competência.
b.Citações, notificações e intimações no CPP e em leis especiais. Cartas: precatória, de ordem e rogatória.
c.Provas ilícitas.
12.
a.Execução penal: objeto e aplicação da Lei de Execução Penal. Direitos e deveres da pessoa presa. Órgãos da execução penal. Questões processuais gerais referentes à execução penal. Estabelecimento penais.
b.Sentenças, decisões e outros atos judiciais.
c.Nulidades no processo penal.
13.
a.Competência da Justiça Federal. Competência por conexão.
b.Transação penal e suspensão condicional do processo. Acordo de não persecução penal.
c.Execução das penas privativas de liberdade. Regimes, questões gerais, progressão, autorizações de saída, remição, monitoração eletrônica.
14.
a.Questões prejudiciais. Exceções. Conflitos. Incompatibilidades e impedimentos no processo penal. Incidentes de falsidade e de insanidade mental.
b.Recursos: questões gerais, princípios, pressupostos, requisitos, efeitos e espécies.
c.Juizados especiais criminais.
15.
a.O Juiz no processo penal brasileiro. Funcionários da Justiça.
b.Procedimento relativo aos crimes de competência do Tribunal do Júri.
c.Cooperação internacional: espécies e procedimentos. Convenções internacionais contra a corrupção e contra o crime organizado transnacional.
16.
a.Proteção especial a vítimas e testemunhas.
b.Procedimento comum (ordinário, sumário e sumaríssimo).
c.Competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral em matéria penal.
17.
a.Restituição de coisas apreendidas. Perdimento de bens.
b.Organizações criminosas: conceito. Investigação e meios de obtenção de prova. Lei nº 12.850/2013 e Lei n° 12.694/2012.
c.Atos processuais: lugar, forma de realização, prazos e sanções.
18.
a.Ação penal originária. Competência, legitimidade, procedimento e requisitos em geral.
b.Proteção e benefícios legais a réus ou investigados colaboradores. Questões gerais referentes à colaboração premiada.
c.Regulamento Penitenciário Federal.
19.
a. Questões processuais relacionadas à Lei de Migrações (Lei nº 13.445/2017).
b.Recursos especial, extraordinário e ordinário. Questões gerais e regras específicas da Lei nº 13.256/2016.
c.Procedimento relativo aos crimes de responsabilidade (Lei n.º 1.079/1950 e Decreto-Lei nº 201/1967).
20.
a.Norma de direito processual penal no tempo e no espaço. Interpretação e integração da lei processual penal.
b.Interrogatório do réu, confissão e perguntas. Procedimentos. Ordem da instrução processual.
c.Recurso em sentido estrito. Agravos. Correição parcial.

Tribunal de Contas da União

2ª CÂMARA

ATA Nº 31, DE 6 DE SETEMBRO DE 2022

(Sessão Telepresencial da 2ª Câmara)

Presidente: Ministro Bruno Dantas
Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
Subsecretária da Segunda Câmara: AUFC Elenir Teodoro Goncalves dos Santos

Às 10 horas e 30 minutos, o Presidente declarou aberta a sessão telepresencial da Segunda Câmara, com a presença dos Ministros Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia; do Ministro-Substituto André Luís de Carvalho; e do Representante do Ministério Público, Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

Ausente o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, por estar substituindo ministro integrante da Primeira Câmara.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Segunda Câmara homologou a ata nº 30, referente à sessão realizada em 30 de agosto de 2022.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

COMUNICAÇÕES

Da Presidência:

Homenagem ao Ministro-Substituto André Luís de Carvalho pela competência e seriedade com que conduziu sua trajetória no Tribunal. Os ministros presentes e o Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado se associaram à homenagem. O Ministro-Substituto André Luís de Carvalho usou da palavra para informar a iminência de sua aposentadoria, ocasião em que desejou sucesso ao Ministro Bruno Dantas na condução da Corte.

Do Ministro Jorge Oliveira:

Cumprimentos ao Ministro Raimundo Carreiro pela passagem, hoje, de sua data natalícia. Os ministros presentes e o Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado se associaram aos cumprimentos.

Do Ministro Antônio Anastasia:

Homenagem póstuma ao Auditor Federal Jean Calude ODonnell Braz Pereira, por ocasião de seu falecimento. Os ministros presentes e o Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado se associaram à homenagem.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foi excluído de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, o processo de nº 029.937/2015-9, cujo Relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Segunda Câmara aprovou, por relação, os acórdãos de nºs 5043 a 5462.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Segunda Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 4963 a 5042, incluídos no Anexo desta Ata, juntamente com os relatórios, votos ou propostas de deliberação em que se fundamentaram.

PEDIDO DE VISTA

Com base no artigo 112 do Regimento Interno, a apreciação do processo nº 041.921/2021-6, cujo Relator é o Ministro Bruno Dantas, foi adiada para a sessão ordinária da Segunda Câmara de 22 de novembro de 2022, ante pedido de vista formulado pelo Ministro Aroldo Cedraz.

ACÓRDÃOS APROVADOS

ACÓRDÃO Nº 4963/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 006.549/2019-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial)
3. Recorrentes: Pedro de Freitas Moreira (014.759.616-50); Instituto Pauline Reichstul de Educação Tecnológica, Direitos Humanos, Assistência Técnica e Defesa do Meio Ambiente (04.791.997/0001-04); Danilo Cezar Torres Chaves (044.700.576-65)
4. Unidade: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur)
8. Representação legal: não há
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes recursos de reconsideração interpostos por Danilo Cezar Torres Chaves, Pedro de Freitas Moreira e Instituto Pauline Reichstul de Educação Tecnológica, Direitos Humanos, Assistência Técnica e Defesa do Meio Ambiente contra o Acórdão 5.327/2020 - 2a Câmara, que julgou irregulares suas contas e os condenou ao pagamento de débito e multa, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos geridos no âmbito de convênio firmado com a antiga Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República para implementação do Centro de Referência em Direitos Humanos no Complexo do Alemão - Rio de Janeiro/RJ.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 32 e 33 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos recursos de reconsideração para, no mérito, negar-lhes provimento:

9.2. encaminhar cópia desta decisão ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e aos recorrentes, com a informação de que o inteiro teor deste acórdão e do relatório e do voto que o fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4963-31/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Jorge Oliveira (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro que não participou da votação: Antonio Anastasia.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4964/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 007.682/2013-1
1.1. Apensos: 011.522/2016-0; 011.519/2016-9; 011.523/2016-6
2. Grupo II - Classe de Assunto: Tomada de Contas Especial
3. Responsáveis: Raimundo Nonato Abraão Baquil (179.105.603-20); Zilmar Melo Araújo - falecido (032.705.563-49)
4. Unidade: Prefeitura Municipal de Tutóia - MA
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE)
8. Representação legal: Bruno Mendes (2840/OAB-AL) e outros, representando Raimundo Nonato Abraão Baquil; Zilmar Melo Araújo Junior, representando Zilmar Melo Araújo.
9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos que tratam de tomada de contas especial instaurada em decorrência da omissão no dever de prestar contas de recursos transferidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra ao Município de Tutóia/MA, por força de convênio destinado à execução de serviços de sistemas simplificados de abastecimento de água, de melhoramentos em estradas vicinais e de construção e recuperação de pontes em assentamentos.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento na Súmula-TCU 145, em:

9.1. retificar o Acórdão 8.664/2015 - 2ª Câmara, em face da existência de erro material, para que, no seu item 9.2, onde se lê "julgar irregulares as contas de Zilmar Melo Araújo", leia-se "julgar irregulares as contas de Zilmar Melo Araújo e de Raimundo Nonato Abraão Baquil";

9.2. reabrir o prazo, a contar da notificação desta deliberação, para que Raimundo Nonato Abraão Baquil interponha os recursos cabíveis contra o Acórdão 8.664/2015 - 2ª Câmara, inclusive, caso assim o deseje, ratifique o recurso de reconsideração que por ele já foi interposto e que consta das peças 114 e 115 destes autos;

9.3. determinar à Seproc que após o transcurso do prazo de 15 (quinze) dias da notificação referida no item anterior, proceda a sorteio de relator para exame do recurso de reconsideração interposto por Raimundo Nonato Abraão Baquil, seja o já constante das peças 114-115 ou outro que venha a ser protocolado;

9.4. dar ciência deste acórdão a Raimundo Nonato Abraão Baquil, com a informação de que a íntegra do relatório e do voto que o fundamentam podem ser consultados no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4964-31/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Jorge Oliveira (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro que não participou da votação: Antonio Anastasia.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4965/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 009.479/2016-3.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração.
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsáveis: Cleusa Rodrigues da Silveira Bernardo (131.849.541-53); Marcos Pacheco de Toledo Ferraz (050.671.208-78); Maria Letícia dos Santos Mendes (330.752.201-91); Miguel Roberto Jorge (919.313.718-49); Ricardo Ribeiro da Silva (212.822.318-04); Samuel Goihman (641.036.098-34); Tecenge Assessoria e Treinamento em Gestão Ltda - EPP (02.699.739/0001-69); Walter Manna Albertoni (007.824.408-00).
3.2. Recorrente: Samuel Goihman (641.036.098-34).
4. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Representação legal: Maria Eduarda Alcântara Ribeiro de Carvalho (281.542/OAB-SP), Thiago Vinicius Capella Giannattasio (313000/OAB-SP) e outros, representando Marcos Pacheco de Toledo Ferraz; João Marcos Amaral (25113/OAB-DF), Eiji Jhoannes Yamasaki (25.989/OAB-DF) e outros, representando Maria Letícia dos Santos Mendes; José Guilherme Carneiro Queiroz (163.613/OAB-SP), Luiz Henrique Bohana Simões do Viso (209.173-E/OAB-SP) e outros, representando Samuel Goihman; Anita Lapa Borges de Sampaio (341.681-A/OAB-SP), Raissa Roese da Rosa (52568/OAB-DF) e outros, representando Walter Manna Albertoni; Gisele Beck Rossi (207.545/OAB-SP),

representando Tecenge Assessoria e Treinamento em Gestão Ltda - EPP; Fabio Biazzi (135.651/OAB-SP), Ricardo Chaves Palombini (255.029/OAB-SP) e outros, representando Caio Fernando Fontana.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos pelo Sr. Samuel Goihman em face do Acórdão 3.009/2022-2ª Câmara, relativo à Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS), em razão de impugnação total de despesas dos recursos repassados à Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), na modalidade fundo a fundo, à conta do Programa Gestão da Política de Saúde, no exercício de 2008, em face de pagamentos a funcionários públicos e a empresa de consultoria, sem comprovação de serviços prestados.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei nº 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los; e

9.2. encaminhar cópia desta deliberação ao embargante e aos interessados.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4965-31/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4966/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 013.851/2022-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Militar.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Jessica Natalia Silveira de Oliveira (396.740.398-05); Leyla Christina de Oliveira Evangelista (005.269.288-40); Shirleide Alexandre de Luna e Oliveira (154.173.728-89).

4. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de pensão militar emitido no âmbito do Comando da Aeronáutica,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal e 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1. considerar ilegal o ato instituído por Joao Bosco Lobo de Oliveira, negando-lhe o correspondente registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Comando da Aeronáutica que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.3.2. promova, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, o recálculo do valor atualmente pago a título de reforma/pensão militar com base no posto/graduação incorreto e do valor atualmente pago relativo à rubrica de adicional de tempo de serviço militar, em face de manifesta ilegalidade, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.3.3. dê ciência desta deliberação às interessadas, alertando-as de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não as exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.4. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que as interessadas tiveram ciência desta deliberação;

9.4. esclarecer ao órgão jurisdicionado, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado das irregularidades apontadas nestes autos;

9.5. dar ciência desta deliberação ao órgão de origem e às interessadas.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4966-31/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4967/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 013.867/2022-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Militar.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Bertha Catherine Baere de Araujo Mendes (933.904.677-34); Elisabeth da Rocha Baere de Araujo (436.618.157-68); Maria da Graca D Orleans e Braganca (018.045.117-06); Pedro Luis Amorim Baere de Araujo (933.904.597-15).

4. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de pensão militar concedida pelo Comando do Exército,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar ilegal, recusando-lhe registro, o ato instituído por Walter Baere de Araujo;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar, com fulcro no art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, ao Comando do Exército que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.3.2. dê ciência desta deliberação aos interessados, no prazo de quinze dias, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não os exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. dê ciência à beneficiária Elisabeth da Rocha Baere de Araujo sobre o direito a opção entre os cargos/proventos acumulados ilegalmente com a pensão militar/reforma para que tal situação se enquadre no que prescreve o art. 29 de Lei nº 3765/1960, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência;

9.3.4. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que os interessados tiveram ciência desta deliberação; e

9.4. dar ciência desta deliberação aos interessados e ao Comando do Exército.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4967-31/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4968/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 017.131/2020-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsável: Aleksandra Boskovic (953.964.387-20).

4. Órgão/Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

5. Relator: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Marcio Lamonica Bovino (132527/OAB-SP), representando Aleksandra Boskovic.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de tomada de contas especial instaurada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, em desfavor de Aleksandra Boskovic, em razão da prática de ato ilegal e ilegítimo de que resultou dano ao erário, no âmbito da implementação da concessão e aceitação de bolsa no exterior, que tinha por objeto o projeto "Geração e transmissão de pulsos de femtosegundo em fibras óticas com altas taxas de repetição";

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acolher parcialmente as alegações de defesa da responsável Aleksandra Boskovic;

9.2. fixar novo e improrrogável prazo de quinze dias, a contar da notificação, com fundamento no art. 12, §§ 1º e 2º, da Lei 8.443/1992 e art. 202, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno, para que a Sra. Aleksandra Boskovic efetue e comprove, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia a seguir especificada aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir da data indicada até a data de 6/4/2006, na forma prevista na legislação em vigor;

Débito relacionado à responsável Aleksandra Boskovic:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
30/5/1997	89.727,70

9.3. informar à Sra. Aleksandra Boskovic que a liquidação tempestiva do débito atualizado monetariamente saneará o processo e permitirá que as contas sejam julgadas regulares com ressalva, dando-se-lhe quitação, nos termos do § 4º do art. 202 do Regimento Interno do TCU, ao passo que a ausência dessa liquidação tempestiva levará ao julgamento pela irregularidade das contas, com imputação de débito a ser atualizado monetariamente e acrescido de juros moratórios nos termos do art. 19 da Lei 8.443/1992, bem como à aplicação da multa prevista no art. 57 da mesma Lei 8.443/1992;

9.4. autorizar, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26, da Lei 8.443, de 1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, o parcelamento da dívida em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.5. enviar cópia deste Acórdão ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e à responsável, para ciência, e à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis, informando-lhes que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, está disponível para consulta no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4968-31/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4969/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 019.959/2020-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsável: Francisco das Chagas de Oliveira Silva (538.380.334-34).

3.2. Interessado: Município de Pilões/RN.

4. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Saúde - MS.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde, em desfavor do Sr. Francisco das Chagas de Oliveira Silva, em razão de irregularidades na execução do Convênio 734/2009, Siafi 712274/2009, firmado entre o Ministério da Saúde e o município de Pilões/RN, e que tinha por objeto a "Aquisição de medicamentos para o Centro de Saúde de Pilões".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o responsável Francisco das Chagas de Oliveira Silva, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. excluir da relação processual o município de Pilões/RN;

9.3. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, as contas do responsável Francisco das Chagas de Oliveira Silva, condenando-o ao pagamento da importância a seguir especificada, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculada a partir da data discriminada até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de quinze dias, para que comprove, perante o Tribunal, o

recolhimento da referida quantia aos cofres do Fundo Nacional de Saúde - MS, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
14/3/2014	146.215,40

9.4. aplicar ao responsável Francisco das Chagas de Oliveira Silva a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.6. autorizar também, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217, §1º, do Regimento Interno do TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.7. enviar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis;

9.8. enviar cópia deste Acórdão ao Município de Pilões/RN e ao Fundo Nacional de Saúde - MS, para ciência;

9.9. informar à Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte, ao Fundo Nacional de Saúde e ao Município de Pilões/RN, que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, está disponível para consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer, sem custos, as correspondentes cópias, de forma impressa; e

9.10. informar à Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte que, nos termos do parágrafo único do art. 62 da Resolução TCU 259/2014, os procuradores e membros do Ministério Público credenciados nesta Corte podem acessar os presentes autos de forma eletrônica e automática, ressalvados apenas os casos de eventuais peças classificadas como sigilosas, as quais requerem solicitação formal.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4969-31/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4970/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 023.063/2021-1.

1.1. Apenso: 041.621/2021-2

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Aposentadoria).

3. Interessados/Responsáveis/Embargante:

3.1. Interessada: Claudia Lopes Flora Grespan (469.209.196-72).

3.2. Embargante: Claudia Lopes Flora Grespan (469.209.196-72).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal: Rudi Meira Cassel (22.256/OAB-DF) e outros, representando Claudia Lopes Flora Grespan.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os embargos de declaração opostos por Claudia Lopes Flora Grespan contra o Acórdão 4.124/2022-TCU-2ª Câmara, de minha relatoria, por meio do qual este Tribunal, em processo de aposentadoria, conheceu e negou provimento a pedido de reexame por ela interposto,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração e, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência desta deliberação ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP e à embargante.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4970-31/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4971/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 023.693/2017-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Secretaria de Estado da Saúde de Goiás (02.529.964/0001-57).

3.2. Responsáveis: Fernando Passos Cupertino de Barros (195.630.601-30); Hospfar Indústria e Comércio de Produtos Hospitalares S.A. (26.921.908/0001-21); Luiz Antonio Aires da Silva (118.366.601-20); Medcomerce Comercial de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda. (37.396.017/0001-10); Produtos Roche Químicos e Farmacêuticos S.A. (33.009.945/0002-04).

3.3. Recorrentes: Medcomerce Comercial de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda. (37.396.017/0001-10); Produtos Roche Químicos e Farmacêuticos S.A. (33.009.945/0002-04); Hospfar Indústria e Comércio de Produtos Hospitalares S.A. (26.921.908/0001-21).

4. Órgão/Entidade: Secretaria de Estado da Saúde de Goiás.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relatora da deliberação recorrida: Ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: Marcio Pacheco Magalhães (5795/OAB-GO), representando Fernando Passos Cupertino de Barros; Eduardo Taveira Pinheiro (12141/OAB-GO), Carla Valente Brandão (13267/OAB-GO) e outros, representando Hospfar Indústria e Comércio de Produtos Hospitalares S.A.; Nilton Santos de Almeida Filho (39.163/OAB-GO), Fabiana Siano Boggio Farah (149.569/OAB-SP) e outros, representando Produtos Roche Químicos e Farmacêuticos S.A.; Pedro Henrique Gomide Rodrigues (50.395/OAB-GO) e Marlus Vínicius da Silva Siqueira (32.670/OAB-GO), representando Medcomerce Comercial de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda..

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam recursos de reconsideração interpostos contra o Acórdão 8.715/2019-TCU-2ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 32 e 33 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos presentes recursos de reconsideração e, no mérito, negar-lhes provimento, mantendo-se inalterado o acórdão recorrido;

9.2. dar ciência desta decisão às recorrentes e demais interessados.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4971-31/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4972/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 039.392/2019-8.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Aposentadoria).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Anna Christina da Silva Monteiro (276.117.521-20).

3.2. Recorrente: Anna Christina da Silva Monteiro (276.117.521-20).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os embargos de declaração opostos por Anna Christina da Silva Monteiro em face do Acórdão 13.884/2020-TCU-2ª Câmara, de minha relatoria, por meio do qual este Tribunal, em processo de aposentadoria, conheceu e negou provimento a pedido de reexame interposto pela ora embargante, em relação à parcela "opção",

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração e, no mérito, rejeitá-los; e

9.2. dar ciência desta deliberação ao Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO e à embargante.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4972-31/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4973/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 043.708/2021-8.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Aposentadoria).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: José Antônio Florentino (033.047.871-00).

3.2. Recorrentes: Senado Federal e Diretoria-Geral do Senado Federal.

4. Órgão/Entidade: Senado Federal.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os embargos de declaração opostos pelo Senado Federal e pela Diretoria-Geral do Senado Federal, representados pela Advocacia do Senado Federal, em face do Acórdão 131/2022-TCU-Segunda Câmara, que considerou ilegal e negou registro ao ato de aposentadoria do servidor José Antônio Florentino,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer e, no mérito, acolher os embargos de declaração opostos pelo Senado Federal e pela Diretoria-Geral do Senado Federal, representados pela Advocacia do Senado Federal, para tornar sem efeito o subitem 1.7.1 do Acórdão 131/2022-TCU-Segunda Câmara; e

9.2. dar ciência desta deliberação aos embargantes e ao interessado.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4973-31/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4974/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 047.434/2020-1.

2. Grupo II - Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessado/Responsável:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

3.2. Responsável: Alaíde Gomes Neta, (CPF 018.325.863-08).

4. Unidade jurisdicionada: Município de João Costa/PI.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, em desfavor da Sra. Alaíde Gomes Neta, ex-Prefeita Municipal de João Costa/PI (gestão: 2009 a 2012), em razão da rejeição da prestação de contas do convênio 658241/2009, firmado entre o FNDE e aquele município, e que tinha por objeto a aquisição de veículo de transporte escolar, no âmbito do Programa Caminho da Escola,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. arquivar o processo, sem julgamento de mérito, com fundamento no art. 212 do Regimento Interno do TCU, em virtude da ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular;

9.2. enviar cópia deste Acórdão ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e à responsável para ciência; e

9.3. informar ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, à Prefeitura Municipal de João Costa/PI e à responsável que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, está disponível para consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4974-31/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4975/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 004.195/2022-1
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Adão Alexandrino Gomes de Azevedo (141.644.930-20).
4. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pelotas.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria de Adão Alexandrino Gomes de Azevedo (141.644.930-20), vinculado à Universidade Federal de Pelotas, submetidos, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992; 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 19, inciso II, da IN TCU 78/2018, em:
9.1. considerar ilegal o presente ato de concessão de aposentadoria, negando-lhe o respectivo registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar à Universidade Federal de Pelotas que:
9.3.1. faça cessar todo e qualquer pagamento relativo ao ato impugnado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, sob pena de ressarcimento das quantias pagas após essa data pelo responsável;
9.3.2. emita novo ato de concessão de aposentadoria, no prazo de 30 (trinta) dias, e submeta-o ao Tribunal, após suprimida a irregularidade que ensejou a apreciação pela ilegalidade;
9.3.3. dê ciência do inteiro teor da deliberação ao interessado, no prazo de 15 (quinze) dias, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso perante o TCU não exime a devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso o recurso não seja provido;
9.3.4. envie a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, documentos comprobatórios da ciência quanto ao julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4975-31/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Augusto Nardes.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4976/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 019.343/2022-1
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Francisco Goncalves Pereira (114.090.611-91).
4. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria de Francisco Goncalves Pereira, vinculado à Câmara dos Deputados, submetidos, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992; 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 19, inciso II, da IN TCU 78/2018, em:
9.1. considerar ilegal o presente ato de concessão de aposentadoria, negando-lhe o respectivo registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar à Câmara dos Deputados que:
9.3.1. faça cessar todo e qualquer pagamento relativo ao ato impugnado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, sob pena de ressarcimento das quantias pagas após essa data pelo responsável;
9.3.2. emita novo ato de concessão de aposentadoria, no prazo de 30 (trinta) dias, e submeta-o ao Tribunal, após suprimida a irregularidade que ensejou a apreciação pela ilegalidade;
9.3.3. dê ciência do inteiro teor da deliberação ao interessado, no prazo de 15 (quinze) dias, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso perante o TCU não exime a devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso o recurso não seja provido;
9.3.4. envie a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, documentos comprobatórios da ciência do interessado quanto ao julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4976-31/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4977/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 016.296/2022-2
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessada: Zulmira Martins da Costa (112.597.281-53).
4. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria de Zulmira Martins da Costa (Câmara dos Deputados), submetidos, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992; 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 19, inciso II, da IN TCU 78/2018, em:
9.1. considerar ilegal o presente ato de concessão de aposentadoria, negando-lhe o respectivo registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar à Câmara dos Deputados que:
9.3.1. faça cessar todo e qualquer pagamento relativo ao ato impugnado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, sob pena de ressarcimento das quantias pagas após essa data pelo responsável;
9.3.2. emita novo ato de concessão de aposentadoria, no prazo de 30 (trinta) dias, e submeta-o ao Tribunal, após suprimida a irregularidade que ensejou a apreciação pela ilegalidade;
9.3.3. dê ciência do inteiro teor da deliberação à interessada, no prazo de 15 (quinze) dias, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso perante o TCU não exime a devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso o recurso não seja provido;
9.3.4. envie a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, documentos comprobatórios da ciência quanto ao julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4977-31/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4978/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 015.665/2022-4
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessada: Rosalba Maria Costa Pessoa (201.119.833-04).
4. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria de Rosalba Maria Costa Pessoa (201.119.833-04), vinculada ao Instituto Nacional do Seguro Social, submetidos, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992; 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 19, inciso II, da IN TCU 78/2018, em:
9.1. considerar ilegal o presente ato de concessão de aposentadoria, negando-lhe o respectivo registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar ao Instituto Nacional do Seguro Social que:
9.3.1. faça cessar todo e qualquer pagamento relativo ao ato impugnado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, sob pena de ressarcimento das quantias pagas após essa data pelo responsável;
9.3.2. emita novo ato de concessão de aposentadoria, no prazo de 30 (trinta) dias, e submeta-o ao Tribunal, após suprimida a irregularidade que ensejou a apreciação pela ilegalidade;
9.3.3. dê ciência do inteiro teor da deliberação à interessada, no prazo de 15 (quinze) dias, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso perante o TCU não exime a devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso o recurso não seja provido;
9.3.4. envie a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, documentos comprobatórios da ciência do interessado quanto ao julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4978-31/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4979/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 015.660/2022-2
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Claudio Barreto Baptista (186.156.511-91).
4. Órgão/Entidade: Conselho da Justiça Federal.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria de Claudio Barreto Baptista, vinculado ao Conselho da Justiça Federal, submetidos, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992; 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 19, inciso II, da IN TCU 78/2018, em:
9.1. considerar ilegal o presente ato de concessão de aposentadoria, negando-lhe o respectivo registro;
9.2. determinar ao Conselho da Justiça Federal que:
9.2.1. no prazo de quinze dias, promova o destaque das parcelas de quintos incorporados com amparo em funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 e 4/9/2001, a fim de que sobre elas incida a modulação firmada nos Embargos Declaratórios movidos no RE 638.115/CE, apreciado pelo Supremo Tribunal Federal, a qual estabelece a necessidade de absorção integral de tais parcelas por reajustes futuros, caso a incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;
9.2.2. emita novo ato de concessão de aposentadoria livre das irregularidades verificadas nos autos, no prazo de 30 (trinta) dias, e submeta-o ao Tribunal, contemplando o destaque das parcelas incorporadas com amparo em funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 e 4/9/2001, caso a referida incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;
9.2.3. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso perante o TCU não exime a devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

9.2.4. envie a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, documentos comprobatórios da ciência do julgamento deste Tribunal;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4979-31/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4980/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 013.668/2022-6

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessada: Maria Jose Paes Maracaipe (184.055.501-78).

4. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria de Maria Jose Paes Maracaipe (Câmara dos Deputados), submetidos, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992; 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 19, inciso II, da IN TCU 78/2018, em:

9.1. considerar ilegal o presente ato de concessão de aposentadoria, negando-lhe o respectivo registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar à Câmara dos Deputados que:

9.3.1. faça cessar todo e qualquer pagamento relativo ao ato impugnado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, sob pena de ressarcimento das quantias pagas após essa data pelo responsável;

9.3.2. emita novo ato de concessão de aposentadoria, no prazo de 30 (trinta) dias, e submeta-o ao Tribunal, após suprimida a irregularidade que ensejou a apreciação pela ilegalidade;

9.3.3. dê ciência do inteiro teor da deliberação à interessada, no prazo de 15 (quinze) dias, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso perante o TCU não exime a devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso o recurso não seja provido;

9.3.4. envie a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, documentos comprobatórios da ciência quanto ao julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4980-31/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4981/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 012.904/2022-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessada: Vania Lucia Medeiros Queiroz Melo (088.519.304-06).

4. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria de Vania Lucia Medeiros Queiroz Melo (088.519.304-06), vinculada ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, submetidos, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992; 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 19, inciso II, da IN TCU 78/2018, em:

9.1. considerar ilegal o presente ato de concessão de aposentadoria, negando-lhe o respectivo registro;

9.2. determinar ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes que:

9.2.1. na hipótese de desconstituição da decisão judicial que tem amparado o pagamento da rubrica judicial, faça cessar o seu pagamento, ora impugnado por esta Corte, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262 do Regimento Interno/TCU;

9.2.2. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

9.2.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão, envie a este Tribunal documento comprobatório de que o interessado está ciente da presente deliberação.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4981-31/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4982/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 012.860/2022-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Benedito Souza Xavier (037.429.542-53).

4. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria de Benedito Souza Xavier (037.429.542-53), vinculado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, submetidos, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992; 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 19, inciso II, da IN TCU 78/2018, em:

9.1. considerar ilegal o presente ato de concessão de aposentadoria, negando-lhe o respectivo registro;

9.2. determinar ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes que:

9.2.1. na hipótese de desconstituição da decisão judicial que tem amparado o pagamento da rubrica judicial, faça cessar o seu pagamento, ora impugnado por esta Corte, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262 do Regimento Interno/TCU;

9.2.2. comunique ao interessado o teor desta decisão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

9.2.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão, envie a este Tribunal documento comprobatório de que o interessado está ciente da presente deliberação.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4982-31/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4983/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 012.839/2022-1

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Luiz Vicente Sobrinho (213.707.703-59).

4. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria de Luiz Vicente Sobrinho (213.707.703-59), vinculado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, submetidos, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992; 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 19, inciso II, da IN TCU 78/2018, em:

9.1. considerar ilegal o presente ato de concessão de aposentadoria, negando-lhe o respectivo registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará que:

9.3.1. faça cessar todo e qualquer pagamento relativo ao ato impugnado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, sob pena de ressarcimento das quantias pagas após essa data pelo responsável;

9.3.2. emita novo ato de concessão de aposentadoria, no prazo de 30 (trinta) dias, e submeta-o ao Tribunal, após suprimida a irregularidade que ensejou a apreciação pela ilegalidade;

9.3.3. dê ciência do inteiro teor da deliberação ao interessado, no prazo de 15 (quinze) dias, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso perante o TCU não exime a devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso o recurso não seja provido;

9.3.4. envie a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, documentos comprobatórios da ciência do interessado quanto ao julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4983-31/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4984/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 012.817/2022-8

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessada: Lenira da Silva Costa (242.657.304-00).

4. Órgão/Entidade: MINISTÉRIO DA SAÚDE.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria de Lenira da Silva Costa (242.657.304-00), vinculada ao MINISTÉRIO DA SAÚDE, submetidos, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992; 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 19, inciso II, da IN TCU 78/2018, em:

9.1. considerar ilegal o presente ato de concessão de aposentadoria, negando-lhe o respectivo registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao MINISTÉRIO DA SAÚDE que:

9.3.1. faça cessar todo e qualquer pagamento relativo ao ato impugnado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, sob pena de ressarcimento das quantias pagas após essa data pelo responsável;

9.3.2. emita novo ato de concessão de aposentadoria, no prazo de 30 (trinta) dias, e submeta-o ao Tribunal, após suprimida a irregularidade que ensejou a apreciação pela ilegalidade;

9.3.3. dê ciência do inteiro teor da deliberação à interessada, no prazo de 15 (quinze) dias, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso perante o TCU não exime a devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso o recurso não seja provido;

9.3.4. envie a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, documentos comprobatórios da ciência do interessado quanto ao julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4984-31/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4985/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 012.359/2022-0
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Egidio Valdir Grun (357.631.240-49).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria de Egidio Valdir Grun (357.631.240-49), vinculado ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS, submetidos, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992; 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 19, inciso II, da IN TCU 78/2018, em:

9.1. considerar ilegal o presente ato de concessão de aposentadoria, negando-lhe o respectivo registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS que:

9.3.1. faça cessar todo e qualquer pagamento relativo ao ato impugnado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, sob pena de ressarcimento das quantias pagas após essa data pelo responsável;

9.3.2. emita novo ato de concessão de aposentadoria, no prazo de 30 (trinta) dias, e submeta-o ao Tribunal, após suprimida a irregularidade que ensejou a apreciação pela ilegalidade;

9.3.3. dê ciência do inteiro teor da deliberação ao interessado, no prazo de 15 (quinze) dias, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso perante o TCU não exime a devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso o recurso não seja provido;

9.3.4. envie a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, documentos comprobatórios da ciência do interessado quanto ao julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4985-31/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4986/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 012.311/2022-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Admissão de pessoal.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Samuel Campos Santos Damaceno (014.709.581-63).
4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de admissão emitido pela Caixa Econômica Federal - CEF, referente à contratação de Samuel Campos Santos Damaceno (014.709.581-63);

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992; 1º, inciso VIII, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar ilegal o ato examinado e negar-lhe registro;

9.2. determinar à Gerência de Recursos Humanos da Caixa Econômica Federal que:

9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, em curso na Justiça Trabalhista da 6ª Vara de Trabalho da 10ª Região, e, caso venha a ser desconstituída a sentença ora favorável ao interessado, torne sem efeito o ato de admissão nos quadros da entidade e providencie o cadastramento do respectivo desligamento no sistema e-Pessoal; e

9.2.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, no prazo de 15 (quinze) dias.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4986-31/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4987/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 011.811/2022-6
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Rogerio Correa da Silva (388.811.286-91).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria de Rogerio Correa da Silva, vinculado ao Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, submetidos, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992; 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 19, inciso II, da IN TCU 78/2018, em:

9.1. considerar ilegal o presente ato de concessão de aposentadoria, negando-lhe o respectivo registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais que:

9.3.1. faça cessar todo e qualquer pagamento relativo ao ato impugnado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, sob pena de ressarcimento das quantias pagas após essa data pelo responsável;

9.3.2. no prazo de quinze dias, promova o destaque das parcelas de quintos incorporados com amparo em funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 e 4/9/2001, a fim de que sobre elas incida a modulação firmada nos Embargos Declaratórios movidos no RE 638.115/CE, apreciado pelo Supremo Tribunal Federal, a qual estabelece a necessidade de absorção integral de tais parcelas por reajustes futuros, caso a incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;

9.3.3. emita novo ato de concessão de aposentadoria após suprimidas as irregularidades que ensejaram a apreciação pela ilegalidade, no prazo de 30 (trinta) dias, e submeta-o ao Tribunal, contemplando o destaque das parcelas incorporadas com amparo em funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 e 4/9/2001, caso a referida incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;

9.3.4. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso perante o TCU não exime a devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

9.3.5. envie a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, documentos comprobatórios da ciência do julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4987-31/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4988/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 011.714/2022-0
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessada: Francisca de Assis Santos Silva (347.444.444-15).
4. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria de Francisca de Assis Santos Silva (347.444.444-15), vinculada ao Ministério da Economia, submetidos, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992; 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 19, inciso II, da IN TCU 78/2018, em:

9.1. considerar ilegal o presente ato de concessão de aposentadoria, negando-lhe o respectivo registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Ministério da Economia que:

9.3.1. faça cessar todo e qualquer pagamento relativo ao ato impugnado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, sob pena de ressarcimento das quantias pagas após essa data pelo responsável;

9.3.2. emita novo ato de concessão de aposentadoria, no prazo de 30 (trinta) dias, e submeta-o ao Tribunal, após suprimidas as irregularidades que ensejaram a apreciação pela ilegalidade;

9.3.3. dê ciência do inteiro teor da deliberação à interessada, no prazo de 15 (quinze) dias, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso perante o TCU não exime a devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso o recurso não seja provido;

9.3.4. envie a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, documentos comprobatórios da ciência do interessado quanto ao julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4988-31/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4989/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 011.649/2022-4
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Jose Arimateia de Oliveira Junior (221.735.951-72).
4. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria de Jose Arimateia de Oliveira Junior (221.735.951-72), vinculado à Câmara dos Deputados, submetidos, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992; 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 19, inciso II, da IN TCU 78/2018, em:

9.1. considerar ilegal o presente ato de concessão de aposentadoria, negando-lhe o respectivo registro;

9.2. determinar à Câmara dos Deputados que:

9.2.1. no prazo de quinze dias, promova o destaque das parcelas de quintos incorporados com amparo em funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 e 4/9/2001, a fim de que sobre elas incida a modulação firmada nos Embargos Declaratórios movidos no RE 638.115/CE, apreciado pelo Supremo Tribunal Federal, a qual estabelece a necessidade de absorção integral de tais parcelas por reajustes futuros, caso a incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;

9.2.2. emita novo ato de concessão de aposentadoria, no prazo de 30 (trinta) dias, e submeta-o ao Tribunal, livre das irregularidades apontadas, e contemplando o destaque das parcelas incorporadas com amparo em funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 e 4/9/2001, caso a referida incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;

9.2.3. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso perante o TCU não exime a devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

9.2.4. envie a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, documentos comprobatórios da ciência do julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4989-31/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4990/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 011.614/2022-6
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Jurisei Ferreira do Nascimento (078.974.992-00).
4. Órgão/Entidade: Fundação Nacional do Índio.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria de Jurisei Ferreira do Nascimento (078.974.992-00), vinculado à Fundação Nacional do Índio, submetidos, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992; 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 19, inciso II, da IN TCU 78/2018, em:
9.1. considerar ilegal o presente ato de concessão de aposentadoria, negando-lhe o respectivo registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar à Fundação Nacional do Índio que:
9.3.1. faça cessar todo e qualquer pagamento relativo ao ato impugnado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, sob pena de ressarcimento das quantias pagas após essa data pelo responsável;
9.3.2. emita novo ato de concessão de aposentadoria, no prazo de 30 (trinta) dias, e submeta-o ao Tribunal, após suprimida a irregularidade que ensejou a apreciação pela ilegalidade;
9.3.3. dê ciência do inteiro teor da deliberação ao interessado, no prazo de 15 (quinze) dias, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso perante o TCU não exime a devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso o recurso não seja provido;
9.3.4. envie a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, documentos comprobatórios da ciência do interessado quanto ao julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4990-31/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4991/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 010.895/2022-1
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessada: Silvia Teresa Serra Valente (304.221.243-20).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria de Silvia Teresa Serra Valente (304.221.243-20), vinculada ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, submetidos, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992; 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 19, inciso II, da IN TCU 78/2018, em:
9.1. considerar ilegal o presente ato de concessão de aposentadoria, negando-lhe o respectivo registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região que:
9.3.1. faça cessar todo e qualquer pagamento relativo ao ato impugnado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, sob pena de ressarcimento das quantias pagas após essa data pelo responsável;
9.3.2. no prazo de quinze dias, promova o destaque das parcelas de quintos incorporados com amparo em funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 e 4/9/2001, a fim de que sobre elas incida a modulação firmada nos Embargos Declaratórios movidos no RE 638.115/CE, apreciado pelo Supremo Tribunal Federal, a qual estabelece a necessidade de absorção integral de tais parcelas por reajustes futuros, caso a incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;
9.3.3. emita novo ato de concessão de aposentadoria após suprimidas as irregularidades que ensejaram a apreciação pela ilegalidade, no prazo de 30 (trinta) dias, e submeta-o ao Tribunal, contemplando o destaque das parcelas incorporadas com amparo em funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 e 4/9/2001, caso a referida incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;
9.3.4. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso perante o TCU não exime a devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;
9.3.5. envie a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, documentos comprobatórios da ciência do julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4991-31/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4992/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 010.881/2022-0
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessada: Estelina Aparecida dos Santos (054.718.728-94).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria de Estelina Aparecida dos Santos (054.718.728-94), vinculada ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP, submetidos, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992; 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 19, inciso II, da IN TCU 78/2018, em:
9.1. considerar ilegal o presente ato de concessão de aposentadoria, negando-lhe o respectivo registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP que:
9.3.1. avalie, para a Sra. Estelina Aparecida dos Santos, as balizas subjetivas da decisão judicial transitada em julgado proferida nos autos da Ação Ordinária 2004.34.00.048565-0 (novo número 0039464-12.2004.4.01.3400), apresentada pela Associação Nacional dos Servidores da Justiça do Trabalho - Anajustra, adotando como referência, para tanto, os critérios definidos pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 573.232: (i) apresentar autorização expressa do interessado para que a referida entidade associativa pudesse representá-la na ação ordinária referida; e (ii) comprovar que, à época do protocolo da ação, o interessado era filiado à referida associação;
9.3.2. após a verificação do subitem acima, aplique, para a parcela decorrente da incorporação de quintos pelo exercício de funções após 8/4/1998, a depender da análise do caso concreto, a modulação de efeitos prevista no Recurso Extraordinário 638.115, e, se for o caso, emita novo ato de concessão de aposentadoria, no prazo de 30 (trinta) dias, e submeta-o ao Tribunal, após suprimida a irregularidade que ensejou a apreciação pela ilegalidade;
9.3.3. dê ciência do inteiro teor da deliberação à interessada, no prazo de 15 (quinze) dias, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso perante o TCU não exime a devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso o recurso não seja provido;
9.3.4. envie a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, documentos comprobatórios da ciência do interessado quanto ao julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4992-31/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4993/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 009.435/2022-0
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Otavio Goncalves Pereira (037.709.404-82).
4. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria de Otavio Goncalves Pereira (037.709.404-82), vinculado ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, submetidos, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992; 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 19, inciso II, da IN TCU 78/2018, em:
9.1. considerar ilegal o presente ato de concessão de aposentadoria, negando-lhe o respectivo registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas que:
9.3.1. faça cessar todo e qualquer pagamento relativo ao ato impugnado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, sob pena de ressarcimento das quantias pagas após essa data pelo responsável;
9.3.2. emita novo ato de concessão de aposentadoria, no prazo de 30 (trinta) dias, e submeta-o ao Tribunal, após suprimida a irregularidade que ensejou a apreciação pela ilegalidade;
9.3.3. dê ciência do inteiro teor da deliberação ao interessado, no prazo de 15 (quinze) dias, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso perante o TCU não exime a devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso o recurso não seja provido;
9.3.4. envie a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, documentos comprobatórios da ciência do interessado quanto ao julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4993-31/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4994/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 006.574/2022-0
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessada: Ilca Emilia Pinto (871.641.087-49).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria de Ilca Emilia Pinto (871.641.087-49), vinculada ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região, submetidos, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992; 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 19, inciso II, da IN TCU 78/2018, em:
9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria referente a Ilca Emilia Pinto, negando-lhe o respectivo registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região que:

9.3.1. faça cessar todo e qualquer pagamento relativo ao ato impugnado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, sob pena de ressarcimento das quantias pagas após essa data pelo responsável;

9.3.2. emita novo ato de concessão de aposentadoria, no prazo de 30 (trinta) dias, e submeta-o ao Tribunal, após suprimida a irregularidade que ensejou a apreciação pela ilegalidade;

9.3.3. dê ciência do inteiro teor da deliberação à interessada, no prazo de 15 (quinze) dias, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso perante o TCU não exime a devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso o recurso não seja provido;

9.3.4. envie a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, documentos comprobatórios da ciência quanto ao julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4994-31/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4995/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 006.560/2022-9

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessada: Cristina Viana dos Santos (404.622.180-15).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria de Cristina Viana dos Santos (404.622.180-15), vinculada ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS, submetidos, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992; 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 19, inciso II, da IN TCU 78/2018, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria referente a Cristina Viana dos Santos, negando-lhe o respectivo registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS que:

9.3.1. faça cessar todo e qualquer pagamento relativo ao ato impugnado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, sob pena de ressarcimento das quantias pagas após essa data pelo responsável;

9.3.2. emita novo ato de concessão de aposentadoria, no prazo de 30 (trinta) dias, e submeta-o ao Tribunal, após suprimida a irregularidade que ensejou a apreciação pela ilegalidade;

9.3.3. dê ciência do inteiro teor da deliberação à interessada, no prazo de 15 (quinze) dias, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso perante o TCU não exime a devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso o recurso não seja provido;

9.3.4. envie a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, documentos comprobatórios da ciência da interessada quanto ao julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4995-31/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4996/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 004.202/2022-8

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Joao Carlos da Silva (101.270.461-00).

4. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria de João Carlos da Silva (101.270.461-00), vinculado à Universidade Federal de Goiás, submetidos, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992; 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 19, inciso II, da IN TCU 78/2018, em:

9.1. considerar ilegal o presente ato de concessão de aposentadoria, negando-lhe o respectivo registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar à Universidade Federal de Goiás que:

9.3.1. faça cessar todo e qualquer pagamento relativo ao ato impugnado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, sob pena de ressarcimento das quantias pagas após essa data pelo responsável;

9.3.2. emita novo ato de concessão de aposentadoria, no prazo de 30 (trinta) dias, e submeta-o ao Tribunal, após suprimida a irregularidade que ensejou a apreciação pela ilegalidade;

9.3.3. dê ciência do inteiro teor da deliberação ao interessado, no prazo de 15 (quinze) dias, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso perante o TCU não exime a devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso o recurso não seja provido;

9.3.4. envie a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, documentos comprobatórios da ciência do interessado quanto ao julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4996-31/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4997/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 000.100/2020-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Marcia Maria Rocha Cavalcante (CPF 376.139.792-53) e Vildemar Rosa Fernandes (CPF 101.048.872-49).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de São Miguel do Guamá - PA.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, em desfavor do Sr. Vildemar Rosa Fernandes e da Sra. Marcia Maria Rocha Cavalcante, ex-Prefeitos Municipais de São Miguel do Guamá-PA, entre 1/1/2009 a 4/10/2010 e 5/10/2010 a 31/12/2012, respectivamente, em razão de omissão de prestação de contas relativa à execução do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate), naquela municipalidade, no exercício de 2010;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alíneas "a" e "b", 19, parágrafo único; 23, inciso III; da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar revéis o Sr. Vildemar Rosa Fernandes e a Sra. Marcia Maria Rocha Cavalcante, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 202, §8º, do Regimento Interno do TCU;

9.2. julgar irregulares as contas dos seguintes agentes:

9.2.1. Sr. Vildemar Rosa Fernandes, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19, parágrafo único; 23, inciso III; da Lei 8.443, condenando-o ao pagamento da importância a seguir especificada e fixando-lhe o prazo de 15 dias, para que comprove, perante este Tribunal, em respeito art. 214, inciso III, alíneas "a" e "b", do Regimento Interno do TCU, o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora, calculados a partir da data indicada até a data do efetivo recolhimento e com o abatimento de valores acaso já satisfeitos, nos termos da legislação vigente:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
14/04/2010	3.411,15
19/04/2010	26.814,64
05/05/2010	30.225,79
02/06/2010	30.225,79
05/07/2010	30.225,79
03/08/2010	30.225,79
02/09/2010	30.225,79

9.2.2. Sra. Marcia Maria Rocha Cavalcante, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a", "b" e "c", 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 209, incisos I e II, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, e condenando-a ao pagamento das importâncias a seguir especificadas e fixando-lhe o prazo de 15 dias, para que comprove, perante este Tribunal, em respeito art. 214, inciso III, alíneas "a" e "b", do Regimento Interno do TCU, o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora, calculados a partir das datas indicadas até a data do efetivo recolhimento e com o abatimento de valores acaso já satisfeitos, nos termos da legislação vigente:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)	Natureza
04/10/2010	30.593,23	Débito
04/11/2010	30.225,79	Débito
09/12/2010	30.225,92	Débito
15/12/2010	2.305,79	Crédito

9.3. aplicar à Sra. Marcia Maria Rocha Cavalcante a multas prevista no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/92, cujo valor fixo em R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, se requerido, com fundamento no art. 26, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217, do Regimento Interno do TCU, o parcelamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas, incidindo sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes legais, fixando-se o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 26, parágrafo único, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217, § 2º, do Regimento Interno deste Tribunal;

9,5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, caso não atendidas as notificações;

9.6. enviar cópia do presente Acórdão ao FNDE e aos responsáveis, para ciência, informando que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa; e

9.7. enviar cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado do Pará, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4997-31/22-2.

3. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4998/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 014.035/2022-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Admissão de pessoal.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fernanda Souza Alves de Oliveira Silva (072.005.206-83).

4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de admissão emitido pela Caixa Econômica Federal - CEF, referente à contratação de Fernanda Souza Alves de Oliveira Silva (072.005.206-83);

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992; 1º, inciso VIII, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar ilegal o ato examinado e negar-lhe registro;

9.2. determinar à Gerência de Recursos Humanos da Caixa Econômica Federal que:

9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, em curso na Justiça Trabalhista da 10ª Região, e, caso venha a ser desconstituída a sentença ora favorável ao interessado, torne sem efeito o ato de admissão nos quadros da entidade e providencie o cadastramento do respectivo desligamento no sistema e-Pessoal; e

9.2.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, no prazo de 15 (quinze) dias.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4998-31/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4999/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 015.482/2020-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Francisco das Chagas Magalhães Mesquita (263.943.673-20).

4. Órgão/Entidade: Secretaria Especial do Desenvolvimento Social; Município de Santa Quitéria - CE.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União por meio do Convênio 00213/2009, SIAFI 717264, firmado entre aquela pasta e o município de Santa Quitéria/CE, para apoiar a implantação de Feira Popular naquela municipalidade;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea "c", 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992; c/c os arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210 e 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Francisco das Chagas Magalhães Mesquita e condená-lo ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Data da ocorrência	Valor original (R$)	Tipo da parcela
13/4/2010	21.250,00	Débito
13/4/2010	98.500,00	Débito
6/4/2011	4.003,38	Crédito

9.2. aplicar a Francisco das Chagas Magalhães Mesquita a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, com fulcro no art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida caso não atendida a notificação;

9.4. autorizar, desde logo, o pagamento da dívida do responsável em trinta e seis parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, caso solicitado, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, com a incidência dos encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.5. alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.6. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Ceará, nos termos do art. 16, § 3º da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4999-31/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 5000/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 036.393/2018-5.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81).

3.2. Responsáveis: Jaci Tadeu da Silva (CPF 046.197.558-00) e Prefeitura Municipal de Itapevi - SP (CNPJ 46.523.031/0001-28).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Itapevi - SP.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Jose Lazaro Gomes Capinan, Fabio dos Santos Amaral (198.987/OAB-SP) e outros, representando Jaci Tadeu da Silva; Daniel Luz (357.144/OAB-SP), Danilo Akio Koto (260.971/OAB-SP) e outros, representando Prefeitura Municipal de Itapevi - SP.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em desfavor do Sr. Jaci Tadeu da Silva, prefeito de Itapevi/SP na gestão 2013-2016, em razão da impugnação de despesas realizadas à conta do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no exercício de 2014;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea "b", 19, parágrafo único; 23, inciso III; da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Jaci Tadeu da Silva, condenando-o ao pagamento da importância a seguir especificada e fixando-lhe o prazo de 15 dias, para que comprove, perante este Tribunal, em respeito art. 214, inciso III, alíneas "a" e "b", do Regimento Interno do TCU, o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora, calculados a partir da data indicada até a data do efetivo recolhimento e com o abatimento de valores acaso já satisfeitos, nos termos da legislação vigente:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
5/11/2014	11.648,92

9.2. aplicar ao Sr. Jaci Tadeu da Silva a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, cujo valor fixo em R$ 2.000,00 (dois mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, se requerido, com fundamento no art. 26, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217, do Regimento Interno do TCU, o parcelamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas, incidindo sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes legais, fixando-se o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 26, parágrafo único, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217, § 2º, do Regimento Interno deste Tribunal;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, caso não atendidas as notificações;

9.5. enviar cópia do presente Acórdão ao FNDE e ao responsável, para ciência, informando que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa; e

9.6. enviar cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de São Paulo, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5000-31/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 5001/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 040.609/2019-7.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Desenvolvimento Regional (03.353.358/0001-96).

3.2. Responsáveis: José Lourenço Morais da Silva Júnior (185.382.405-44); Luiz José dos Santos Filho (400.405.695-00); O.P.F. Construções Eireli (05.900.542/0001-34).

4. Órgão/Entidade: Município de Ribeira do Pombal - BA.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Joelnir de Jesus Santana e Antonio Carlos Rangel da Silva Filho (22.916/OAB-BA), representando José Lourenço Morais da Silva Júnior.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), em desfavor de José Lourenço Morais da Silva Júnior, ex-prefeito de Ribeira do Pombal-BA, em razão da não consecução dos objetivos pactuados no Convênio 317/2008, registro Siafi 625845, que tinha por objeto a "reconstrução e ampliação da barragem comunitária do rio Barrocão";

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea "c", 19, caput; 23, inciso III; 57; e art. 12 § 3º, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1. excluir Luiz José dos Santos Filho e O.P.F. Construções Eireli da relação processual;

9.2. rejeitar as alegações de defesa de José Lourenço Morais da Silva Júnior;

9.3. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea c, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, as contas de José Lourenço Morais da Silva Júnior, condenando-o ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de quinze dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional.

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
98.072,92	04/07/2008
83.596,92	07/08/2008
27.477,22	16/10/2008
137.047,60	12/11/2008
45.625,51	12/01/2009
41.055,28	05/03/2009

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5. autorizar, antecipadamente, caso venha a ser solicitado, com fundamento no art. 26, da Lei 8.443, de 1992, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais sucessivas, a primeira a vencer em 15 (quinze) dias após a notificação e as demais a cada 30 (trinta) dias, com a incidência dos devidos encargos legais sobre cada uma delas e com o alerta de que a falta de comprovação de recolhimento de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;

9.6. dar ciência desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado da Bahia, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno/TCU, bem como ao Ministério do Desenvolvimento Regional e aos responsáveis, informando-os que seu inteiro teor pode ser consultado no endereço www.tcu.gov.br/acordaos;

9.7. informar à Procuradoria da República no Estado da Bahia que, nos termos do parágrafo único do art. 62 da Resolução TCU 259/2014, os procuradores e membros do Ministério Público credenciados nesta Corte podem acessar os presentes autos de forma eletrônica e automática, ressalvados apenas os casos de eventuais peças classificadas como sigilosas, as quais requerem solicitação formal.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5001-31/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 5002/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n.º TC 005.165/2021-0.
2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Luís Mendes Ferreira (CPF 270.186.283-34); e TERC Terraplenagem e Construções Ltda. (CNPJ 12.271.005/0001-38).
4. Entidade: Município de Coroatá - MA.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em desfavor, originariamente, de Luís Mendes Ferreira, como então prefeito de Coroatá - MA (gestão: 2009-2012), diante da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos federais repassados no âmbito do Termo de Compromisso PAC-2 n.º 2311/2011 firmado com o aludido município sob o valor original de R$ 509.883,39 para a construção da respectiva quadra escolar poliesportiva, tendo a vigência do ajuste sido inicialmente estipulada para o período de 27/12/2011 a 19/6/2013, com a sucessiva prorrogação até 30/6/2015;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. declarar a revelia de Luís Mendes Ferreira, além da TERC Terraplenagem e Construções Ltda., nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992;

9.2. julgar irregulares as contas de Luís Mendes Ferreira, além da TERC Terraplenagem e Construções Ltda., nos termos dos arts. 1º, I, 16, III, "b" e "c", com o § 2º, "b", e 19, caput, da Lei n.º 8.443, de 1992, para condená-los solidariamente ao pagamento do correspondente débito, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias contados da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento da referida dívida em favor do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com a atualização monetária e os juros de mora calculados desde as datas informadas até o efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, sob as seguintes condições:

Data da Ocorrência	Valor Original (em R$)	Observação
5/7/2012	73.489,97	-
14/9/2012	30.100,00	-
15/5/2013	137,34	já restituído

9.3. aplicar a multa prevista no art. 57 da Lei n.º 8.443, de 1992, em desfavor de Luís Mendes Ferreira, além da TERC Terraplenagem e Construções Ltda., sob o valor individual de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento das referidas dívidas ao Tesouro Nacional, com a devida atualização monetária, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei n.º 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas fixadas por este Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, com a devida atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do RITCU, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas fixadas por este Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n.º 8.443, de 1992, diante do não atendimento às notificações; e

9.6. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à Procuradoria da República no Estado do Maranhão, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei n.º 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5002-31/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 5003/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 011.983/2022-1.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Pensão Militar.
3. Interessadas: Jorgely Ferreira Lima (CPF 645.176.247-49); e Rita de Cassia Ferreira Lima (CPF 474.373.597-15).
4. Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas do Comando do Exército.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensão militar deferida pela Diretoria de Administração de Pessoal do Comando do Exército em favor de Jorgely Ferreira Lima e Rita de Cassia Ferreira Lima a partir do falecimento de Altair Lima;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de pensão militar em favor de Jorgely Ferreira Lima (à Peça 3 sob o n.º 11879/2017), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida percepção dos proventos na respectiva reforma em patamar superior ao do militar instituidor já reformado;

9.2. assinalar a ilegalidade do ato de alteração da pensão militar em favor de Jorgely Ferreira Lima e Rita de Cassia Ferreira Lima (à Peça 4 sob o n.º 113547/2019), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida percepção dos proventos na respectiva reforma em patamar superior ao do militar instituidor já reformado;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU;

9.4. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a Diretoria de Administração de Pessoal do Comando do Exército adote as seguintes medidas:

9.4.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora considerados ilegais pelos itens 9.1 e 9.2 deste Acórdão, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 71, IX, da Constituição de 1988 e do art. 262, caput, do RITCU;

9.4.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação às interessadas indicadas nos itens 9.1 e 9.2 deste Acórdão, alertando-as de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso junto ao TCU não as eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento ao referido recurso, devendo encaminhar os comprovantes dessa notificação ao TCU no prazo de até 30 (trinta) dias;

9.4.3. encaminhe a este Tribunal, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, os novos atos para as aludidas pensões militares indicadas pelos itens 9.1 e 9.2 deste Acórdão, sem as ilegalidades indicadas nesta deliberação, para serem submetidos à apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do Regimento Interno do TCU;

9.5. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à Diretoria de Administração de Pessoal do Comando do Exército, para ciência e efetivo cumprimento ao item 9.4 deste Acórdão; e

9.6. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.4 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5003-31/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 5004/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 013.873/2022-9.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Pensão Militar.
3. Interessadas: Amélia Aparecida Melo Bischoff (CPF 204.737.960-15); Eliane de Castro Garcia (CPF 431.745.070-49).
4. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas do Comando do Exército.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensão militar deferida pela Diretoria de Inativos e Pensionistas do Comando do Exército em favor de Amélia Aparecida Melo Bischoff e Eliane de Castro Garcia a partir do falecimento de Ângelo Olavo Valli Garcia;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de pensão militar em favor de Amélia Aparecida Melo Bischoff e Eliane de Castro Garcia (à Peça 3 sob o n.º 119360/2019), negando-lhe o respectivo registro, já que, para além da presente pensão militar, Amélia Aparecida Melo Bischoff perceberia cumulativa e indevidamente a pensão civil pelo Regime Geral da Previdência Social (RGPS), desde 7/1/2019, e a aposentadoria pelo RGPS, desde 1º/4/1993, em ofensa, assim, ao art. 29 da Lei n.º 3.765, de 1960, com as alterações introduzidas pela MP n.º 2.215-10, de 2001;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a Diretoria de Inativos e Pensionistas do Comando do Exército adote as seguintes medidas:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal pelo item 9.1 deste Acórdão, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 71, IX, da Constituição de 1988 e do art. 262, caput, do RITCU;

9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação às interessadas indicadas pelo item 9.1 deste Acórdão, alertando-as de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso junto ao TCU não as eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento ao referido recurso, devendo encaminhar os comprovantes dessa notificação ao TCU no prazo de até 30 (trinta) dias;

9.3.3. oriente a interessada (Amélia Aparecida Melo Bischoff) sobre a eventual possibilidade de exercer a superveniente opção com vistas a permitir a percepção da presente pensão militar a partir da subjacente desistência da indevida percepção cumulativa com os outros benefícios previdenciários, destacando, para tanto, que, diante das alterações introduzidas pela referida MP n.º 2.215-10, de 2001, o art. 29 da Lei nº 3.765, de 1960, passou a apenas permitir a acumulação "de uma pensão militar com proventos de disponibilidade, reforma, vencimentos ou aposentadoria" ou "de uma pensão militar com a de outro regime, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal";

9.3.4. encaminhe a este Tribunal, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU, o novo ato para a aludida pensão militar indicada pelo item 9.1 deste Acórdão, sem a ilegalidade indicada nesta deliberação, para ser submetido à apreciação pelo TCU, na forma do art. 260 do RITCU;

9.4. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à Diretoria de Inativos e Pensionistas do Comando do Exército, para ciência e efetivo cumprimento ao item 9.3 deste Acórdão;

9.5. determinar, nos termos do art. 250, II, do RITCU, que, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da notificação desta deliberação, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) avalie a legalidade, ou não, da atual situação previdenciária de Amélia Aparecida Melo Bischoff em face de, para além da presente pensão militar, ela perceber cumulativa e indevidamente a aposentadoria e a pensão civil sob o Regime Geral de Previdência Social (RPPS) em ofensa, assim, ao art. 29 da Lei n.º 3.765, de 1960, com as alterações introduzidas pela MP n.º 2.215-10, de 2001; devendo o INSS informar o TCU sobre o efetivo resultado de todas as providências porventura adotadas, ao final do aludido prazo; e

9.6. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5004-31/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 5005/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 012.472/2022-0.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Pensão Militar.
3. Interessada: Ionete Ribeiro de Souza Lima (CPF 241.881.155-72).
4. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas do Comando do Exército.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensão militar deferida pela Diretoria de Inativos e Pensionistas do Comando do Exército em favor de Ionete Ribeiro de Souza Lima a partir do falecimento de Poty Agostinho de Lima;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de pensão militar em favor de Ionete Ribeiro de Souza Lima (à Peça 3 sob o n.º 57894/2020), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida percepção dos proventos na respectiva reforma em patamar superior ao do militar instituidor já reformado;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a Diretoria de Inativos e Pensionistas do Comando do Exército adote as seguintes medidas:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal pelo item 9.1 deste Acórdão, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 71, IX, da Constituição de 1988 e do art. 262, caput, do RITCU;

9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada indicada no item 9.1 deste Acórdão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento ao referido recurso, devendo encaminhar os comprovantes dessa notificação ao TCU no prazo de até 30 (trinta) dias;

9.3.3. encaminhe a este Tribunal, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, o novo ato de concessão da aludida pensão militar indicada pelo item 9.1 deste Acórdão, sem a ilegalidade indicada nesta deliberação, para ser submetido à apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do Regimento Interno do TCU;

9.4. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à Diretoria de Inativos e Pensionistas do Comando do Exército, para ciência e efetivo cumprimento ao item 9.3 deste Acórdão; e

9.5. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5005-31/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 5006/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n.º TC 015.082/2020-2.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Iêdo José Menezes Elias (CPF 123.237.725-20); José Raymundo dos Santos (CPF 089.026.585-20); e Rosa Melo Construtora e Incorporadora Ltda. (CNPJ 03.040.232/0001-61).

4. Entidade: Município de Belmonte - BA.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).

8. Representação legal: Iêdo José Menezes Elias (OAB/BA 7.528), representando José Raymundo dos Santos.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) em desfavor, originariamente, de Iêdo José Menezes Elias, como então prefeito de Belmonte - BA (gestão: 2009-2012), diante não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados por meio do Convênio n.º 776/2009 (Siafi 720549) celebrado entre o então Ministério da Integração Nacional e o aludido município para a execução da drenagem urbana de águas pluviais, com os itens de serviço complementares em pavimentação e meio fio, sob o valor original de R$ 1.020.500,00 pelo aporte de R$ 1.000.000,00 em recursos federais e de R$ 20.500,00 em recursos da contrapartida, tendo a vigência do ajuste sido inicialmente estipulada para o período de 18/1/2010 a 17/1/2011, com a sucessiva prorrogação até 10/1/2017;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator em:

9.1. declarar a revelia da Rosa Melo Construtora e Incorporadora Ltda., nos termos do art. 12, § 3º, da Lei n.º 8.443, de 1992;

9.2. rejeitar as alegações de defesa oferecidas por Iêdo José Menezes Elias e José Raymundo dos Santos;

9.3. julgar irregulares as contas de Iêdo José Menezes Elias e José Raymundo dos Santos, além da Rosa Melo Construtora e Incorporadora Ltda., nos termos dos arts. 16, III, alíneas "b" e "c", com o § 2º, "b", e 19, caput, e 23, III, da Lei n.º 8.443, de 1992, para condená-los solidariamente ao pagamento do correspondente débito, com a atualização monetária e os juros de mora calculados desde as datas informadas até o efetivo recolhimento, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprovem perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento da referida dívida em favor do Tesouro Nacional, na forma da legislação em vigor, sob as seguintes condições:

Data da Ocorrência	Valor Original (em R$)
19/4/2012	72.557,40
6/7/2012	123.626,21
9/7/2012	7.195,17
31/8/2012	105.383,56
4/10/2012	138.872,94
5/10/2012	4.946,16
11/10/2012	8.370,42

9.4. aplicar a multa prevista no art. 57 da Lei n.º 8.443, de 1992, em desfavor de Iêdo José Menezes Elias e José Raymundo dos Santos, além da Rosa Melo Construtora e Incorporadora Ltda., individualmente, sob o respectivo valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento da referida dívida ao Tesouro Nacional, com a devida atualização monetária, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei n.º 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas fixadas por este Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, com a devida atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.6. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas fixadas por este Acórdão, nos termos do art. 28, II, da Lei n.º 8.443, de 1992, diante do não atendimento à notificação; e

9.7. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à Procuradoria da República no Estado da Bahia, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei n.º 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações civis e penas cabíveis.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5006-31/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 5007/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 015.894/2022-3.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Pensão Militar.

3. Interessadas: Carida Deise de Sousa Diniz (CPF 740.258.802-53); Cassia Denise de Sousa Diniz (CPF 607.346.042-20); Karine Silva Diniz Nery (CPF 254.482.693-20); Kátia Cristine Diniz Nery (CPF 271.363.613-20); Katiane Diniz Marques Soares (CPF 271.363.373-72); e Maria Rosário de Fátima Tomé Diniz (CPF 329.775.303-04).

4. Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas do Comando do Exército.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensão militar (inicial e alteração) deferida pela Diretoria de Administração de Pessoal do Comando do Exército em favor de Carida Deise de Sousa Diniz, Cassia Denise de Sousa Diniz, Karine Silva Diniz Nery, Kátia Cristine Diniz Nery, Katiane Diniz Marques Soares e Maria Rosário de Fátima Tomé Diniz a partir do falecimento de José Carlos Diniz;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a legalidade do ato inicial de pensão militar em favor de Carida Deise de Sousa Diniz, Cassia Denise de Sousa Diniz, Karine Silva Diniz Nery, Kátia Cristine Diniz Nery, Katiane Diniz Marques Soares e Maria Rosário de Fátima Tomé Diniz (à Peça 4 sob o n.º 972/2019), concedendo-lhe o registro;

9.2. assinalar a ilegalidade do ato de alteração da pensão militar em favor de Carida Deise de Sousa Diniz, Cassia Denise de Sousa Diniz, Karine Silva Diniz Nery, Kátia Cristine Diniz Nery, Katiane Diniz Marques Soares e Maria Rosário de Fátima Tomé Diniz (à Peça 3 sob o n.º 10205/2018), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida percepção dos proventos na respectiva reforma em patamar superior ao do militar instituidor já reformado;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU;

9.4. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a Diretoria de Administração de Pessoal do Comando do Exército adote as seguintes medidas:

9.4.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal pelo item 9.2 deste Acórdão, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 71, IX, da Constituição de 1988 e do art. 262, caput, do RITCU;

9.4.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação às interessadas indicadas no item 9.2 deste Acórdão, alertando-as de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso junto ao TCU não as eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento ao referido recurso, devendo encaminhar os comprovantes dessa notificação ao TCU no prazo de até 30 (trinta) dias;

9.4.3. encaminhe a este Tribunal, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, o novo ato de concessão da aludida pensão militar indicada pelo item 9.2 deste Acórdão, sem a ilegalidade indicada nesta deliberação, para ser submetido à apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do Regimento Interno do TCU;

9.5. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à Diretoria de Administração de Pessoal do Comando do Exército, para ciência e efetivo cumprimento ao item 9.4 deste Acórdão; e

9.6. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.4 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5007-31/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 5008/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n.º TC 021.158/2019-3.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Santino Xerente (CPF 005.014.361-11); e Associação Indígena Akwe (CNPJ 04.864.421/0001-11).

4. Órgão: Secretaria Especial da Cultura.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Secretaria Especial da Cultura em desfavor da Associação Indígena Akwe, além de Santino Xerente como dirigente dessa entidade, diante da omissão no dever de prestar contas dos recursos federais captados por meio do incentivo fiscal aportado em função da "Lei Rouanet" sob o valor original de R$ 270.070,81 no âmbito do Pronac n.º 11-8775 destinado à realização do projeto intitulado como "Organização e Ampliação do Centro de Memória da Casa de Cultura Xerente", tendo a vigência do referido projeto cultural sido inicialmente estipulada para o período de 13/12 a 31/12/2011, com a sucessiva prorrogação até 31/12/2013;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. declarar a revelia da Associação Indígena Akwe, além de Santino Xerente, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei n.º 8.443, de 1992;

9.2. julgar irregulares as contas da Associação Indígena Akwe, além de Santino Xerente, nos termos dos arts. 16, III, alíneas "a", "b" e "c", com o § 2º, "b", e 19, caput, da Lei n.º 8.443, de 1992, para condená-los, solidariamente, ao pagamento do correspondente débito, com a atualização monetária e os juros de mora calculados desde as datas informadas até o efetivo recolhimento, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprovem perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento da referida dívida em favor do Fundo Nacional de Cultura, na forma da legislação em vigor, sob as seguintes condições:

Data da Ocorrência	Valor Original (em R$)	Observação
2/4/2012	99.000,00	-
9/11/2012	75.000,00	-
28/11/2013	73.159,43	-
30/4/2018	50,89	já restituído

9.3. aplicar em desfavor, apenas, de Santino Xerente a multa prevista no art. 57 da Lei n.º 8.443, de 1992, sob o valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento da referida dívida em favor do Tesouro Nacional, com a devida atualização monetária, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas fixadas por este Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, com a devida atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo às responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do RITCU, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas fixadas por este Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, diante do não atendimento às notificações; e

9.6. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à Procuradoria da República no Estado de Tocantins, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5008-31/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 5009/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n.º TC 024.899/2016-0.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: José Genaldi Ferreira Zumba (CPF 795.479.314-15); Pedro Antônio Vilela Barbosa (CPF 168.657.314-68).

4. Entidade: Município de São João - PE.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).

8. Representação legal:

8.1. José Nelson Vilela Barbosa Filho (OAB-PE 16.302), entre outros, representando Pedro Antônio Vilela Barbosa; e

8.2. Karina Evaniele Vilela de Lucena Oliveira (OAB-PE 32.000), entre outros, representando José Genaldi Ferreira Zumba.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal - Caixa em desfavor de Pedro Antônio Vilela Barbosa (gestão 2005-2012) e José Genaldi Ferreira Zumba (gestão 2013-2016), como então prefeitos de São João - PE, diante das supostas irregularidades na execução do objeto pactuado pelo Contrato de Repasse n.º 200.960-49/2006 (Siafi 588162) celebrado com o Ministério do Turismo (MTur) em prol da urbanização do entorno do açude público municipal, com a execução de obras em iluminação, pavimentação, paisagismo e construção de muro de arrimo, sob o valor original de R$ 257.275,01 por meio do aporte de R$ 250.000,00 em recursos federais e de R$ 7.275,01 em recursos da contrapartida, durante o período de 29/12/2006 a 29/12/2012, com a prestação de contas do ajuste fixada em 27/2/2013;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. promover o arquivamento da presente tomada de contas especial, sem o julgamento de mérito do feito, nos termos do art. 212 do RITCU, em face da ausência dos pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, diante dos elementos de convicção até aqui obtidos pelo TCU; e

9.2. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, aos indicados no item 3 deste Acórdão, para ciência.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5009-31/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 5010/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n.º TC 004.337/2022-0.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessada: Ivete Maria de Freitas (CPF 599.473.570-15).

4. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pelo Instituto Nacional do Seguro Social em favor de Ivete Maria de Freitas;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Ivete Maria de Freitas (à Peça 3 sob o n.º 30807/2019), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida continuidade na destacada percepção da parcela fixada como reposição das perdas pelos planos econômicos sem a necessária absorção dessa parcela, contudo, a partir das supervenientes modificações na estrutura remuneratória;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, o Instituto Nacional do Seguro Social adote as seguintes medidas:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal pelo item 9.1 deste Acórdão sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 71, IX, da Constituição de 1988 e do art. 262, caput, do RITCU;

9.3.2. dê ciência desta deliberação à interessada apontada no item 9.1 deste Acórdão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento do recurso, devendo encaminhar o comprovante da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.3. encaminhe a este Tribunal, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU, o novo ato de concessão da aludida aposentadoria apontada no item 9.1 deste Acórdão, sem a ilegalidade indicada nesta deliberação, para que seja submetido à apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do RITCU;

9.4. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, ao Instituto Nacional do Seguro Social, para ciência e efetivo cumprimento ao item 9.3 deste Acórdão; e

9.5. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5010-31/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 5011/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 004.927/2022-2.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessada: Geni Ribeiro (CPF 270.550.191-68).

4. Órgão: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela administração do Tribunal Regional Federal da 1ª Região em favor de Geni Ribeiro;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Geni Ribeiro (à Peça 3 sob o n.º 137111/2021), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida incorporação da vantagem como "quintos ou décimos" de função;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU, deixando, ainda, de determinar a imediata cessação dos pagamentos inerentes aos "quintos ou décimos" de função em respeito à decisão prolatada pelo STF no bojo do RE 638.115-CE;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração do Tribunal Regional Federal da 1ª Região adote as seguintes medidas:

9.3.1. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar o comprovante da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.2. promova o destaque da referida parcela como "quintos ou décimos" de função pública, transformando-a em VPNI, e, se a respectiva decisão judicial transitada em julgado permitir, promova a efetiva implementação das futuras absorções dessa parcela em face das supervenientes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em observância, então, à deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115-CE durante a Sessão de 18/12/2019;

9.4. determinar que o órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região verifique o efetivo cumprimento do item 9.3.2 deste Acórdão, devendo se manifestar conclusivamente sobre o aludido cumprimento, ou não, desses itens do acórdão em item específico no seu próximo Relatório de Auditoria de Gestão a partir da análise do correspondente Relatório de Gestão;

9.5. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e, ainda, ao respectivo órgão de controle interno, para ciência e efetivo cumprimento dos itens 9.3 e 9.4 deste Acórdão; e

9.6. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5011-31/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 5012/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n.º TC 006.646/2022-0.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessada: Celina Rodrigues Pessoa (CPF 023.002.448-37).

4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela administração do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região em favor de Celina Rodrigues Pessoa;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Celina Rodrigues Pessoa (à Peça 3 sob o n.º 6645/2022), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida percepção da vantagem como "quintos ou décimos" de função;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU, deixando, ainda, de determinar a imediata cessação dos pagamentos inerentes aos "quintos ou décimos" de função em respeito à decisão prolatada pelo STF no bojo do RE 638.115-CE;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região adote as seguintes medidas:

9.3.1. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar os comprovantes da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.2. promova o destaque da referida parcela como "quintos ou décimos" de função pública, transformando-a em VPNI, e, se a respectiva decisão judicial transitada em julgado permitir, promova a efetiva implementação das futuras absorções dessa parcela em face das supervenientes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em observância, então, à deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019;

9.4. determinar que o órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região verifique o efetivo cumprimento dos itens 9.3.1 e 9.3.2 deste Acórdão, devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o aludido cumprimento, ou não, desses itens do acórdão em item específico no seu próximo Relatório de Auditoria de Gestão a partir da análise do correspondente Relatório de Gestão;

9.5. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração e, ainda, ao órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, para ciência e efetivo cumprimento dos itens 9.3 e 9.4 deste Acórdão; e

9.6. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5012-31/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 5013/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n.º TC 006.663/2022-2.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessado: Renato Padilha da Silva (CPF 378.840.180-04).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela administração do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região em favor de Renato Padilha da Silva;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Renato Padilha da Silva (à Peça 3 sob o n.º 70395/2020), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida averbação do descontínuo período como tempo de serviço público para a malsinada vantagem em anuênios, além da inadequada percepção da parcela de "quintos ou décimos" de função incorporada como "FC-2 - Secretário Especializado de Gabinete - 2/10" e "FC-2 - Assistente Administrativo de Gabinete - 2/10" em face, aí, da indevida ausência do necessário substrato material, não podendo ser aplicado, nesse ponto, o entendimento fixado pelo STF no RE 638.115-CE;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região adote as seguintes medidas:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal em função da indevida averbação do descontínuo período como tempo de serviço público para a malsinada vantagem em anuênios, além da inadequada percepção da parcela de "quintos ou décimos" de função incorporada como "FC-2 - Secretário Especializado de Gabinete - 2/10" e "FC-2 - Assistente Administrativo de Gabinete - 2/10" em face, aí, da indevida ausência do necessário substrato material, não podendo ser aplicado, nesse ponto, o entendimento fixado pelo STF no RE 638.115-CE, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 71, IX, da Constituição de 1988 e do art. 262, caput, do RITCU;

9.3.2. dê ciência desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar o comprovante da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.3. promova o destaque da referida parcela como "quintos ou décimos" de função pública, transformando-a em VPNI, e, se a respectiva decisão judicial transitada em julgado permitir, promova a efetiva implementação das futuras absorções dessa parcela em face das supervenientes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em observância, então, à deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115-CE durante a Sessão de 18/12/2019;

9.3.4. encaminhe a este Tribunal, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU, o novo ato inicial de aposentadoria, sem a ilegalidade indicada nesta deliberação diante da indevida averbação do descontínuo período como tempo de serviço público para a malsinada vantagem em anuênios, além da inadequada percepção da parcela de "quintos ou décimos" de função incorporada como "FC-2 - Secretário Especializado de Gabinete - 2/10" e "FC-2 - Assistente Administrativo de Gabinete - 2/10" em face, aí, da indevida ausência do necessário substrato material, não podendo ser aplicado, nesse ponto, o entendimento fixado pelo STF no RE 638.115-CE, para que seja submetido à apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do RITCU;

9.4. determinar que o órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região verifique o efetivo cumprimento do item 9.3.3 deste Acórdão, devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o aludido cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu próximo Relatório de Auditoria de Gestão a partir da análise do correspondente Relatório de Gestão;

9.5. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração e, ainda, ao órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, para ciência e efetivo cumprimento dos itens 9.3 e 9.4 deste Acórdão; e

9.6. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5013-31/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 5014/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n.º TC 008.096/2022-8.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessado: Pedro Eymar Barbosa Costa (CPF 037.177.473-04).
4. Entidade: Universidade Federal do Ceará (UFCE).
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela Universidade Federal do Ceará (UFCE) em favor de Pedro Eymar Barbosa Costa;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Pedro Eymar Barbosa Costa (à Peça 3 sob o n.º 61709/2018), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida percepção da vantagem como "quintos ou décimos" de função ante a indevida ausência do necessário substrato material, não podendo ser aí aplicado, desse modo, o entendimento fixado pelo STF no RE 638.115-CE;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula nº 106 do TCU;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a Universidade Federal do Ceará adote as seguintes medidas:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal em função da indevida percepção da vantagem como "quintos ou décimos" de função ante a indevida ausência do necessário substrato material, não podendo ser aí aplicado, desse modo, o entendimento fixado pelo STF no RE 638.115-CE, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 71, IX, da Constituição de 1988 e do art. 262, caput, do RITCU;

9.3.2. dê ciência desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar os comprovantes da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.3. encaminhe a este Tribunal, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU, o novo ato inicial da aludida aposentadoria, sem a ilegalidade indicada nesta deliberação, diante da indevida percepção da vantagem como "quintos ou décimos" de função ante a indevida ausência do necessário substrato material, não podendo ser aí aplicado, desse modo, o entendimento fixado pelo STF no RE 638.115-CE, para que seja submetido à apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do RITCU;

9.4. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à Universidade Federal do Ceará, para ciência e efetivo cumprimento do item 9.3 deste Acórdão; e

9.5. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5014-31/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 5015/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n.º TC 008.815/2022-4.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessada: Nadedja Fernandes Cavalcante (CPF 230.199.723-53).
4. Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs).
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) em favor de Nadedja Fernandes Cavalcante;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988 e dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, além dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Nadedja Fernandes Cavalcante (à Peça 3 sob o n.º 118958/2019), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida continuidade na destacada percepção da referida vantagem como "complementação salarial" sem a necessária absorção dessa parcela, contudo, pelas subsequentes modificações legais na estrutura remuneratória;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) adote as seguintes medidas:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal em função da indevida continuidade na destacada percepção da referida vantagem como "complementação salarial" sem a necessária absorção da parcela, contudo, pelas subsequentes modificações legais na estrutura remuneratória, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 71, IX, da Constituição de 1988 e do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU;

9.3.2. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar os comprovantes da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.3. encaminhe a este Tribunal, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU, o novo ato para a aludida aposentadoria indicada pelo item 9.1 deste Acórdão, sem a ilegalidade indicada nesta deliberação, para que seja submetido à apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do RITCU;

9.4. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), para ciência e efetivo cumprimento ao item 9.3 deste Acórdão; e

9.5. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5015-31/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 5016/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n.º TC 008.914/2022-2.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessado: José Agnaldo Rocha dos Santos (CPF 183.225.731-20).
4. Entidade: Fundação Universidade de Brasília.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela Fundação Universidade de Brasília em favor de José Agnaldo Rocha dos Santos;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de José Agnaldo Rocha dos Santos (à Peça 3 sob o n.º 28317/2019), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida continuidade na destacada percepção da parcela fixada como reposição das perdas pelos planos econômicos sem a necessária absorção dessa parcela, contudo, a partir das supervenientes modificações na estrutura remuneratória;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a Fundação Universidade de Brasília adote as seguintes medidas:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal pelo item 9.1 deste Acórdão, diante dos indevidos pagamentos inerentes à parcela fixada como reposição das perdas pelos correspondentes planos econômicos ante a inadequada ausência da necessária absorção dessa parcela a partir das supervenientes modificações na estrutura remuneratória, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 71, IX, da Constituição de 1988 e do art. 262, caput, do RITCU;

9.3.2. dê ciência desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar o comprovante da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.3. encaminhe a este Tribunal, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU, o novo ato de concessão da aludida aposentadoria, sem a ilegalidade indicada nesta deliberação, diante dos indevidos pagamentos inerentes à parcela fixada como reposição das perdas pelos correspondentes planos econômicos ante a inadequada ausência da necessária absorção dessa parcela a partir das supervenientes modificações na estrutura remuneratória, para que seja submetido à apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do RITCU;

9.4. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à Fundação Universidade de Brasília, para ciência e efetivo cumprimento ao item 9.3 deste Acórdão; e

9.5. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5016-31/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 5017/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 009.472/2022-3.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessado: Ricardo Morais (CPF 202.012.304-53).
4. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela administração do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte em favor de Ricardo Morais;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Ricardo Morais (à Peça 3 sob o n.º 679/2018), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida incorporação da vantagem como "quintos ou décimos" de função;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU, deixando, ainda, de determinar a imediata cessação dos pagamentos inerentes aos "quintos ou décimos" de função em respeito à decisão prolatada pelo STF no bojo do RE 638.115-CE;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte adote as seguintes medidas:

9.3.1. dê ciência desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar o comprovante da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.2. reavalie e, se for o caso, promova a efetiva alteração da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos de função" originalmente concedida diante da eventual necessidade de absorção dessa parcela pelas subsequentes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em sintonia, assim, com a deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.3.3. promova a efetiva implementação das futuras absorções da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos de função" em face das supervenientes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em observância, então, à deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.4. determinar que o órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte verifique o efetivo cumprimento dos itens 9.3.2 e 9.3.3 deste Acórdão, devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre os referidos cumprimentos, ou não, das aludidas medidas em item específico no seu correspondente Relatório de Auditoria de Gestão a partir da análise do Relatório de Gestão em cada exercício;

9.5. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração e, ainda, ao órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, para ciência e efetivo cumprimento dos itens 9.3 e 9.4 deste Acórdão; e

9.6. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5017-31/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 5018/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n.º TC 010.938/2022-2.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessado: Tadeu Martin da Silva (CPF 375.700.130-34).
4. Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS).
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS) em favor de Tadeu Martin da Silva;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Tadeu Martin da Silva (à Peça 3 sob o n.º 87444/2019), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida percepção da parcela em "16171 - DECISAO JUDICIAL TRANS JUG APO" como "hora extra" a partir da ausência da necessária absorção dessa parcela pelas supervenientes modificações legais na estrutura remuneratória, além da indevida percepção da vantagem como "quintos ou décimos" de função ante a indevida ausência do necessário substrato material, não podendo ser aí aplicado, desse modo, o entendimento fixado pelo STF no RE 638.115-CE;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula nº 106 do TCU, deixando, ainda, de determinar a imediata cessação dos pagamentos inerentes à parcela como "hora extra" em respeito, assim, à decisão judicial transitada em julgado no bojo do Processo n° 5048453.02.2018.4.04.7100, sem prejuízo de determinar a imediata cessação dos pagamentos para a indevida percepção da vantagem como "quintos ou décimos" de função ante a indevida ausência do necessário substrato material, não podendo ser aí aplicado, desse modo, o entendimento fixado pelo STF no RE 638.115-CE;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul adote as seguintes medidas:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal em função da indevida percepção da vantagem como "quintos ou décimos" de função ante a indevida ausência do necessário substrato material, não podendo ser aí aplicado, desse modo, o entendimento fixado pelo STF no RE 638.115-CE, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 71, IX, da Constituição de 1988 e do art. 262, caput, do RITCU;

9.3.2. dê ciência desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar os comprovantes da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.3. encaminhe a este Tribunal, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU, o novo ato inicial da aludida aposentadoria, sem a ilegalidade indicada nesta deliberação, diante da indevida percepção da vantagem como "quintos ou décimos" de função ante a indevida ausência do necessário substrato material, não podendo ser aí aplicado, desse modo, o entendimento fixado pelo STF no RE 638.115-CE, para que seja submetido à apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do RITCU;

9.4. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para ciência e efetivo cumprimento do item 9.3 deste Acórdão; e

9.5. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5018-31/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 5019/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n.º TC 010.965/2022-0.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessada: Maria de Lourdes Silva (CPF 090.836.918-29).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela administração do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região em favor de Maria de Lourdes Silva;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Maria de Lourdes Silva (à Peça 3 sob o n.º 34783/2022), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida percepção da vantagem como "quintos ou décimos" de função;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU, deixando, ainda, de determinar a imediata cessação dos pagamentos inerentes aos "quintos ou décimos" de função em respeito à decisão prolatada pelo STF no bojo do RE 638.115-CE;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região adote as seguintes medidas:

9.3.1. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar os comprovantes da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.2. promova o destaque da referida parcela como "quintos ou décimos" de função pública, transformando-a em VPNI, e, se a respectiva decisão judicial transitada em julgado permitir, promova a efetiva implementação das futuras absorções dessa parcela em face das supervenientes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em observância, então, à deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019;

9.4. determinar que o órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região verifique o efetivo cumprimento dos itens 9.3.1 e 9.3.2 deste Acórdão, devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o aludido cumprimento, ou não, desses itens do acórdão em item específico no seu próximo Relatório de Auditoria de Gestão a partir da análise do correspondente Relatório de Gestão;

9.5. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração e, ainda, ao órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, para ciência e efetivo cumprimento dos itens 9.3 e 9.4 deste Acórdão; e

9.6. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5019-31/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 5020/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n.º TC 011.661/2022-4.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessado: Marco Antônio Nunes (CPF 238.892.331-04).
4. Órgão: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela administração do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios em favor de Marco Antônio Nunes;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Marco Antônio Nunes (à Peça 3 sob o n.º 6103/2018), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida percepção da vantagem como "quintos ou décimos" de função;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU, deixando, ainda, de determinar a imediata cessação dos pagamentos inerentes aos "quintos ou décimos" de função em respeito à decisão prolatada pelo STF no bojo do RE 638.115-CE;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios adote as seguintes medidas:

9.3.1. dê ciência desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar os comprovantes da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.2. promova o destaque da referida parcela como "quintos ou décimos" de função pública, transformando-a em VPNI, e, se a respectiva decisão judicial transitada em julgado permitir, promova a efetiva implementação das futuras absorções dessa parcela em face das supervenientes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em observância, então, à deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019;

9.4. determinar que o órgão de controle interno junto ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios verifique o efetivo cumprimento dos itens 9.3.1 e 9.3.2 deste Acórdão, devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o aludido cumprimento, ou não, desses itens do acórdão em item específico no seu próximo Relatório de Auditoria de Gestão a partir da análise do correspondente Relatório de Gestão;

9.5. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração e, ainda, ao órgão de controle interno junto ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, para ciência e efetivo cumprimento dos itens 9.3 e 9.4 deste Acórdão; e

9.6. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5020-31/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 5021/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n.º TC 011.672/2022-6.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessada: Leila Fani Leser (CPF 636.194.747-53).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela administração do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região em favor de Leila Fani Leser;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Leila Fani Leser (à Peça 3 sob o n.º 51993/2021), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida percepção da vantagem como "quintos ou décimos" de função;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU, deixando, ainda, de determinar a imediata cessação dos pagamentos inerentes aos "quintos ou décimos" de função em respeito à decisão prolatada pelo STF no bojo do RE 638.115-CE;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região adote as seguintes medidas:

9.3.1. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar os comprovantes da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.2. promova o destaque da referida parcela como "quintos ou décimos" de função pública, transformando-a em VPNI, e, se a respectiva decisão judicial transitada em julgado permitir, promova a efetiva implementação das futuras absorções dessa parcela em face das supervenientes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em observância, então, à deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019;

9.4. determinar que o órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região verifique o efetivo cumprimento dos itens 9.3.1 e 9.3.2 deste Acórdão, devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o aludido cumprimento, ou não, desses itens do acórdão em item específico no seu próximo Relatório de Auditoria de Gestão a partir da análise do correspondente Relatório de Gestão;

9.5. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração e, ainda, ao órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, para ciência e efetivo cumprimento dos itens 9.3 e 9.4 deste Acórdão; e

9.6. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5021-31/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 5022/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n.º TC 011.673/2022-2.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessado: Kleber Sampaio Pereira (CPF 667.320.347-15).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela administração do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região em favor de Kleber Sampaio Pereira;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Kleber Sampaio Pereira (à Peça 3 sob o n.º 129849/2021), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida incorporação da vantagem como "quintos ou décimos" de função;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU, deixando, ainda, de determinar a imediata cessação dos pagamentos inerentes aos "quintos ou décimos" de função em respeito à decisão prolatada pelo STF no bojo do RE 638.115-CE;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região adote as seguintes medidas:

9.3.1. dê ciência desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar o comprovante da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.2. promova o destaque da referida parcela como "quintos ou décimos" de função pública, transformando-a em VPNI, e, se a respectiva decisão judicial transitada em julgado permitir, promova a efetiva implementação das futuras absorções dessa parcela em face das supervenientes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em observância, então, à deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115-CE durante a Sessão de 18/12/2019;

9.4. determinar que o órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região verifique o efetivo cumprimento do item 9.3.2 deste Acórdão, devendo se manifestar conclusivamente sobre o aludido cumprimento, ou não, desses itens do acórdão em item específico no seu próximo Relatório de Auditoria de Gestão a partir da análise do correspondente Relatório de Gestão;

9.5. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região e, ainda, ao respectivo órgão de controle interno, para ciência e efetivo cumprimento dos itens 9.3 e 9.4 deste Acórdão; e

9.6. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5022-31/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 5023/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 011.829/2022-2.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessada: Karla Leitão Coutinho Teles (CPF 548.296.154-00).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de alteração da aposentadoria deferida pela administração do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região em favor de Karla Leitão Coutinho Teles;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato de alteração da aposentadoria em favor de Karla Leitão Coutinho Teles (à Peça 3 sob o n.º 24335/2020), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida incorporação da vantagem como "quintos ou décimos" de função;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU, deixando, ainda, de determinar a imediata cessação dos pagamentos inerentes aos "quintos ou décimos" de função em respeito à decisão prolatada pelo STF no bojo do RE 638.115-CE;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região adote as seguintes medidas:

9.3.1. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar o comprovante da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.2. promova o destaque da referida parcela como "quintos ou décimos" de função pública, transformando-a em VPNI, e, se a respectiva decisão judicial transitada em julgado permitir, promova a efetiva implementação das futuras absorções dessa parcela em face das supervenientes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em observância, então, à deliberação proferida

pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115-CE durante a Sessão de 18/12/2019;

9.4. determinar que o órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região verifique o efetivo cumprimento do item 9.3.2 deste Acórdão, devendo se manifestar conclusivamente sobre o aludido cumprimento, ou não, desses itens do acórdão em item específico no seu próximo Relatório de Auditoria de Gestão a partir da análise do correspondente Relatório de Gestão;

9.5. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região e, ainda, ao respectivo órgão de controle interno, para ciência e efetivo cumprimento dos itens 9.3 e 9.4 deste Acórdão; e

9.6. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5023-31/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 5024/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n.º TC 012.804/2022-3.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessada: Maria José Milta da Cruz (CPF 345.394.765-72).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela administração do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região em favor de Maria José Milta da Cruz;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Maria José Milta da Cruz (à Peça 3 sob o n.º 40583/2018), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida incorporação da vantagem como "quintos ou décimos" de função;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU, deixando, ainda, de determinar a imediata cessação dos pagamentos inerentes aos "quintos ou décimos" de função em respeito à decisão prolatada pelo STF no bojo do RE 638.115-CE;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região adote as seguintes medidas:

9.3.1. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar o comprovante da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.2. reavalie e, se for o caso, promova a efetiva alteração da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos" de função originalmente concedida diante da eventual necessidade de absorção dessa parcela pelas subsequentes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em sintonia, assim, com a deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.3.3. promova a efetiva implementação das futuras absorções da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos" de função em face das supervenientes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em observância, então, à deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.4. determinar que o órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região verifique o efetivo cumprimento dos itens 9.3.2 e 9.3.3 deste Acórdão, devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o aludido cumprimento, ou não, desses itens do acórdão em item específico no seu Relatório de Auditoria de Gestão a partir da análise do correspondente Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.5. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração e, ainda, ao órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região, para ciência e efetivo cumprimento dos itens 9.3 e 9.4 deste Acórdão; e

9.6. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5024-31/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 5025/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 012.842/2022-2.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessado: Josinaldo Correia dos Santos (CPF 177.751.674-91).
4. Órgão: Ministério da Saúde.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pelo Ministério da Saúde em favor de Josinaldo Correia dos Santos;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Josinaldo Correia dos Santos (à Peça 3 sob o n.º 147870/2021), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida continuidade na destacada percepção da parcela fixada como reposição das perdas pelos planos econômicos sem a necessária absorção dessa parcela, contudo, a partir das supervenientes modificações na estrutura remuneratória;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, o Ministério da Saúde adote as seguintes medidas:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal pelo item 9.1 deste Acórdão sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 71, IX, da Constituição de 1988 e do art. 262, caput, do RITCU;

9.3.2. dê ciência desta deliberação ao interessado apontado no item 9.1 deste Acórdão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento do recurso, devendo encaminhar o comprovante da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.3. encaminhe a este Tribunal, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU, o novo ato de concessão da aludida aposentadoria apontada no item 9.1 deste Acórdão, sem a ilegalidade indicada nesta deliberação, diante da indevida continuidade na destacada percepção da parcela fixada como reposição das perdas pelos planos econômicos sem a necessária absorção dessa parcela, contudo, a partir das supervenientes modificações na estrutura remuneratória, para que seja submetido à apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do RITCU;

9.4. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, ao Ministério da Saúde, para ciência e efetivo cumprimento ao item 9.3 deste Acórdão; e

9.5. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5025-31/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 5026/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 012.850/2022-5.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessado: Jorge Damásio Augusto (CPF 369.892.746-20).
4. Órgão: Universidade Federal de Minas Gerais (MG).
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em favor de Jorge Damásio Augusto;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Jorge Damásio Augusto (à Peça 3 sob o n.º 6946/2021), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida percepção da parcela em "10288 - DECISAO JUDICIAL N TRAN JUG AT" como hora extra a partir da ausência da necessária absorção dessa parcela pelas supervenientes modificações legais na estrutura remuneratória;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula nº 106 do TCU;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a Universidade Federal de Minas Gerais adote as seguintes medidas:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal em função da indevida percepção da parcela em "10288 - DECISAO JUDICIAL N TRAN JUG AT" como hora extra a partir da ausência da necessária absorção dessa parcela pelas supervenientes modificações legais na estrutura remuneratória, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 71, IX, da Constituição de 1988 e do art. 262, caput, do RITCU;

9.3.2. dê ciência desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar os comprovantes da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.3. encaminhe a este Tribunal, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU, o novo ato inicial da aludida aposentadoria, sem a ilegalidade indicada nesta deliberação, diante da indevida percepção da parcela em "10288 - DECISAO JUDICIAL N TRAN JUG AT" como hora extra a partir da ausência da necessária absorção dessa parcela pelas supervenientes modificações legais na estrutura remuneratória, para que seja submetido à apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do RITCU;

9.4. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à Universidade Federal de Minas Gerais, para ciência e efetivo cumprimento do item 9.3 deste Acórdão; e

9.5. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5026-31/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 5027/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n.º TC 012.885/2022-3.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessado: Flávio Justo Maciel (CPF 090.698.366-53).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela administração do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região em favor de Flávio Justo Maciel;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Flávio Justo Maciel (à Peça 3 sob o n.º 12240/2021), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida incorporação da vantagem como "quintos ou décimos" de função;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU, deixando, ainda, de determinar a imediata cessação dos pagamentos inerentes aos "quintos ou décimos" de função em respeito à decisão prolatada pelo STF no bojo do RE 638.115-CE;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região adote as seguintes medidas:

9.3.1. dê ciência desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar o comprovante da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.2. promova o destaque da referida parcela como "quintos ou décimos" de função pública, transformando-a em VPNI, e, se a respectiva decisão judicial transitada em julgado permitir, promova a efetiva implementação das futuras absorções dessa parcela em face das supervenientes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em observância, então, à deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115-CE durante a Sessão de 18/12/2019;

9.4. determinar que o órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região verifique o efetivo cumprimento do item 9.3.2 deste Acórdão, devendo se manifestar conclusivamente sobre o aludido cumprimento, ou não, desses itens do acórdão em item específico no seu próximo Relatório de Auditoria de Gestão a partir da análise do correspondente Relatório de Gestão;

9.5. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região e, ainda, ao respectivo órgão de controle interno, para ciência e efetivo cumprimento dos itens 9.3 e 9.4 deste Acórdão; e

9.6. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5027-31/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 5028/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n.º TC 013.693/2022-0.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessada: Claudia Hoffmann (CPF 630.093.159-53).

4. Órgão: Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela administração do Tribunal Regional Federal da 4ª Região em favor de Claudia Hoffmann;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Claudia Hoffmann (à Peça 3 sob o n.º 19162/2022), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida percepção da vantagem como "quintos ou décimos" de função;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU, deixando, ainda, de determinar a imediata cessação dos pagamentos inerentes aos "quintos ou décimos" de função em respeito à decisão prolatada pelo STF no bojo do RE 638.115-CE;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração do Tribunal Regional Federal da 4ª Região adote as seguintes medidas:

9.3.1. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar os comprovantes da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.2. promova o destaque da referida parcela como "quintos ou décimos" de função pública, transformando-a em VPNI, e, se a respectiva decisão judicial transitada em julgado permitir, promova a efetiva implementação das futuras absorções dessa parcela em face das supervenientes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em observância, então, à deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019;

9.4. determinar que o órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região verifique o efetivo cumprimento dos itens 9.3.1 e 9.3.2 deste Acórdão, devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o aludido cumprimento, ou não, desses itens do acórdão em item específico no seu próximo Relatório de Auditoria de Gestão a partir da análise do correspondente Relatório de Gestão;

9.5. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração e, ainda, ao órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, para ciência e efetivo cumprimento dos itens 9.3 e 9.4 deste Acórdão; e

9.6. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5028-31/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 5029/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n.º TC 013.742/2022-1.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessada: Sandra Maria Ayang Oliveira (CPF 478.634.980-15).

4. Órgão: Superior Tribunal Militar.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela administração do Superior Tribunal Militar em favor de Sandra Maria Ayang Oliveira;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Sandra Maria Ayang Oliveira (à Peça 3 sob o n.º 131230/2021), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida incorporação da vantagem como "quintos ou décimos" de função;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU, deixando, ainda, de determinar a imediata cessação dos pagamentos inerentes aos "quintos ou décimos" de função em respeito à decisão prolatada pelo STF no bojo do RE 638.115-CE;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração do Superior Tribunal Militar adote as seguintes medidas:

9.3.1. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar o comprovante da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.2. reavalie e, se for o caso, promova a efetiva alteração da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos de função" originalmente concedida diante da eventual necessidade de absorção dessa parcela pelas subsequentes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em sintonia, assim, com a deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115-CE durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.3.3. promova a efetiva implementação das futuras absorções da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos de função" em face das supervenientes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em observância, então, à deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115-CE durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.4. determinar que o órgão de controle interno junto ao Superior Tribunal Militar verifique o efetivo cumprimento dos itens 9.3.2 e 9.3.3 deste Acórdão, devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o aludido cumprimento, ou não, desses itens do acórdão em item específico no seu Relatório de Auditoria de Gestão a partir da análise do correspondente Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.5. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração e, ainda, ao órgão de controle interno junto ao Superior Tribunal Militar, para ciência e efetivo cumprimento dos itens 9.3 e 9.4 deste Acórdão; e

9.6. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5029-31/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 5030/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 015.695/2022-0.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessado: José de Sampaio Nery (CPF 048.344.533-91).

4. Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) em favor de José de Sampaio Nery;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de José de Sampaio Nery (à Peça 3 sob o n.º 88397/2020), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida percepção da parcela como "01402 - VPNI-DECISÃO JUDICIAL APOSENT." a partir da ausência da necessária absorção dessa parcela pelas supervenientes modificações legais na estrutura remuneratória;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU, deixando, ainda, de determinar a imediata cessação dos pagamentos inerentes à indevida percepção da parcela como "01402 - VPNI-DECISÃO JUDICIAL APOSENT." a partir da ausência da necessária absorção dessa parcela pelas supervenientes modificações legais na estrutura remuneratória em respeito, assim, à decisão judicial proferida no bojo do Agravo de Instrumento 0059167-89.2014.4.01.0000-DF junto ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região;

9.3. determinar que o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes adote as seguintes medidas:

9.3.1. dê ciência desta deliberação ao interessado, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar o comprovante da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.2. acompanhe os desdobramentos do Agravo de Instrumento 0059167-89.2014.4.01.0000-DF junto ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região e, a partir da superveniente decisão judicial final desfavorável ao ora interessado, adote as providências cabíveis para, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados dessa superveniente decisão judicial final, fazer cessar os pagamentos da correspondente parcela indevida no ato ora anotado como ilegal pelo item 9.1 deste Acórdão, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 71, IX, da Constituição de 1988 e do art. 262, caput, do RITCU;

9.4. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, para ciência e efetivo cumprimento do item 9.3 deste Acórdão; e

9.5. promover o arquivamento do presente processo.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5030-31/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 5031/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n.º TC 015.700/2022-4.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessada: Myrto Santos Boaventura Magalhães (CPF 830.530.427-20).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela administração do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região em favor de Myrto Santos Boaventura Magalhães;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Myrto Santos Boaventura Magalhães (à Peça 3 sob o n.º 96675/2018), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida incorporação da vantagem como "quintos ou décimos" de função;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU, deixando, ainda, de determinar a imediata cessação dos pagamentos inerentes aos "quintos ou décimos" de função em respeito à decisão prolatada pelo STF no bojo do RE 638.115-CE;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região adote as seguintes medidas:

9.3.1. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar o comprovante da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.2. reavalie e, se for o caso, promova a efetiva alteração da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos de função" originalmente concedida diante da eventual necessidade de absorção dessa parcela pelas subsequentes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em sintonia, assim, com a deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115-CE durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.3.3. promova a efetiva implementação das futuras absorções da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos de função" em face das supervenientes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em observância, então, à deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115-CE durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.4. determinar que o órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região verifique o efetivo cumprimento dos itens 9.3.2 e 9.3.3 deste Acórdão, devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o aludido cumprimento, ou não, desses itens do acórdão em item específico no seu Relatório de Auditoria de Gestão a partir da análise do correspondente Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.5. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração e, ainda, ao órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, para ciência e efetivo cumprimento dos itens 9.3 e 9.4 deste Acórdão; e

9.6. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5031-31/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 5032/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n.º TC 016.218/2022-1.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessada: Cláudia Bello de Souza (CPF 211.642.743-68).
4. Órgão: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela administração do Tribunal Regional Federal da 1ª Região em favor de Cláudia Bello de Souza;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Cláudia Bello de Souza (à Peça 3 sob o n.º 124457/2021), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida incorporação da vantagem como "quintos ou décimos" de função;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU, deixando, ainda, de determinar a imediata cessação dos pagamentos inerentes aos "quintos ou décimos" de função em respeito à decisão prolatada pelo STF no bojo do RE 638.115-CE;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração do Tribunal Regional Federal da 1ª Região adote as seguintes medidas:

9.3.1. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar o comprovante da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.2. promova o destaque da referida parcela como "quintos ou décimos" de função pública, transformando-a em VPNI, e, se a respectiva decisão judicial transitada em julgado permitir, promova a efetiva implementação das futuras absorções dessa parcela em face das supervenientes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em observância, então, à deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115-CE durante a Sessão de 18/12/2019;

9.4. determinar que o órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região verifique o efetivo cumprimento do item 9.3.2 deste Acórdão, devendo se manifestar conclusivamente sobre o aludido cumprimento, ou não, desses itens do acórdão em item específico no seu próximo Relatório de Auditoria de Gestão a partir da análise do correspondente Relatório de Gestão;

9.5. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e, ainda, ao respectivo órgão de controle interno, para ciência e efetivo cumprimento dos itens 9.3 e 9.4 deste Acórdão; e

9.6. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5032-31/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 5033/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 012.769/2022-3.
2. Grupo I - Classe IV - Assunto: Atos de Admissão.
3. Interessada: Etiani Marques da Silva (CPF 024.045.641-61).
4. Entidade: Caixa Econômica Federal.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de admissão emitido pela Caixa Econômica Federal (Caixa) em prol de Etiani Marques da Silva;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, e dos arts. 1º, V, e 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato de admissão em favor de Etiani Marques da Silva (à Peça 3 sob o n.º 12483/2020), negando-lhe o respectivo registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância, por analogia, com as Súmulas n.os 106 e 249 do TCU, deixando, ainda, de, no presente momento, determinar a imediata cessação do pagamento dos correspondentes salários em respeito à decisão judicial prolatada no âmbito do Processo 0001667-62.2015.5.10.0011;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração da Caixa Econômica Federal adote as seguintes medidas:

9.3.1. acompanhe os desdobramentos do Processo 0001667-62.2015.5.10.0011 em tramitação perante a Justiça do Trabalho e, a partir da superveniente decisão judicial final desfavorável ao ora interessado, adote as providências cabíveis para, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados dessa superveniente decisão judicial final, promover a efetiva desconstituição do respectivo ato de admissão em prol do ora interessado, nos termos do art. 262 do RITCU, informando o TCU, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias contados da aludida decisão judicial final, sobre o efetivo resultado da adoção dessas providências;

9.3.2. dê ciência da presente deliberação do TCU à interessada apontada pelo item 9.1 deste Acórdão;

9.4. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração da Caixa Econômica Federal, para ciência e efetivo cumprimento ao item 9.3 deste Acórdão; e

9.5. arquivar o presente processo; ficando a unidade técnica dispensada de promover o monitoramento sobre o item 9.3 deste Acórdão.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5033-31/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 5034/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 012.795/2022-4.
2. Grupo I - Classe IV - Assunto: Atos de Admissão.
3. Interessado: Vitor Pereira dos Santos (CPF 049.054.923-35).
4. Entidade: Caixa Econômica Federal (Caixa).
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de admissão emitido pela Caixa Econômica Federal (Caixa) em prol de Vitor Pereira dos Santos;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, e dos arts. 1º, V, e 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato de admissão em favor de Vitor Pereira dos Santos (à Peça 4 sob o n.º 65614/2020), negando-lhe o respectivo registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância, por analogia, com as Súmulas n.os 106 e 249 do TCU, deixando, ainda, de, no presente momento, determinar a imediata cessação do pagamento dos correspondentes salários em respeito à decisão judicial prolatada no âmbito da Ação Civil Pública n.º 00059-10-2016-5-10-0006 em tramitação perante a 6ª Vara do Trabalho de Brasília;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração da Caixa Econômica Federal adote as seguintes medidas:

9.3.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública n.º 00059-10-2016-5-10-0006 em tramitação perante a 6ª Vara do Trabalho de Brasília e, a partir da superveniente decisão judicial final desfavorável ao ora interessado, adote as providências cabíveis para, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados dessa superveniente decisão judicial final, promover a efetiva desconstituição do respectivo ato de admissão em prol do ora interessado, nos termos do art. 262 do RITCU, informando o TCU, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias contados da aludida decisão judicial final, sobre o efetivo resultado da adoção dessas providências;

9.3.2. dê ciência da presente deliberação do TCU ao interessado apontado pelo item 9.1 deste Acórdão;

9.4. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração da Caixa Econômica Federal, para ciência e efetivo cumprimento ao item 9.3 deste Acórdão; e

9.5. arquivar o presente processo; ficando a unidade técnica dispensada de promover o monitoramento sobre o item 9.3 deste Acórdão.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5034-31/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 5035/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n.º TC 014.023/2022-9.

2. Grupo I - Classe IV - Assunto: Atos de Admissão.
3. Interessado: André da Silva Dias de Oliveira (CPF 116.647.607-33).
4. Entidade: Caixa Econômica Federal (Caixa).
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de admissão emitido pela Caixa Econômica Federal (Caixa) em prol de André da Silva Dias de Oliveira;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, e dos arts. 1º, V, e 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato de admissão em favor de André da Silva Dias de Oliveira (à Peça 3 sob o n.º 12662/2020), negando-lhe o respectivo registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância, por analogia, com as Súmulas n.os 106 e 249 do TCU, deixando, ainda, de, no presente momento, determinar a imediata cessação do pagamento dos correspondentes salários em respeito à decisão judicial prolatada no âmbito da Ação Civil Pública n.º 00059-10-2016-5-10-0006 em tramitação perante a 6ª Vara do Trabalho de Brasília;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração da Caixa Econômica Federal adote as seguintes medidas:

9.3.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública n.º 00059-10-2016-5-10-0006 em tramitação perante a 6ª Vara do Trabalho de Brasília e, a partir da superveniente decisão judicial final desfavorável à ora interessada, adote as providências cabíveis para, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados dessa superveniente decisão judicial final, promover a efetiva desconstituição do respectivo ato de admissão em prol da ora interessada, nos termos do art. 262 do RITCU, informando o TCU, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias contados da aludida decisão judicial final, sobre o efetivo resultado da adoção dessas providências;

9.3.2. dê ciência da presente deliberação do TCU ao interessado apontado pelo item 9.1 deste Acórdão;

9.4. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração da Caixa Econômica Federal, para ciência e efetivo cumprimento ao item 9.3 deste Acórdão; e

9.5. arquivar o presente processo; ficando a unidade técnica dispensada de promover o monitoramento sobre o item 9.3 deste Acórdão.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5035-31/22-2.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 5036/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n.º TC 014.027/2022-4.
2. Grupo I - Classe IV - Assunto: Atos de Admissão.
3. Interessado: Caique Pinheiro de Moura (CPF 059.387.723-38).
4. Entidade: Caixa Econômica Federal (Caixa).
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de admissão emitido pela Caixa Econômica Federal (Caixa) em prol de Caique Pinheiro de Moura;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, e dos arts. 1º, V, e 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato de admissão em favor de Caique Pinheiro de Moura (à Peça 3 sob o n.º 65593/2020), negando-lhe o respectivo registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância, por analogia, com as Súmulas n.os 106 e 249 do TCU, deixando, ainda, de, no presente momento, determinar a imediata cessação do pagamento dos correspondentes salários em respeito à decisão judicial prolatada no âmbito da Ação Civil Pública n.º 00059-10-2016-5-10-0006 em tramitação perante a 6ª Vara do Trabalho de Brasília;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração da Caixa Econômica Federal adote as seguintes medidas:

9.3.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública n.º 00059-10-2016-5-10-0006 em tramitação perante a 6ª Vara do Trabalho de Brasília e, a partir da superveniente decisão judicial final desfavorável à ora interessada, adote as providências cabíveis para, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados dessa superveniente decisão judicial final, promover a efetiva desconstituição do respectivo ato de admissão em prol da ora interessada, nos termos do art. 262 do RITCU, informando o TCU, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias contados da aludida decisão judicial final, sobre o efetivo resultado da adoção dessas providências;

9.3.2. dê ciência da presente deliberação do TCU ao interessado apontado pelo item 9.1 deste Acórdão;

9.4. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração da Caixa Econômica Federal, para ciência e efetivo cumprimento ao item 9.3 deste Acórdão; e

9.5. arquivar o presente processo; ficando a unidade técnica dispensada de promover o monitoramento sobre o item 9.3 deste Acórdão.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5036-31/22-2.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 5037/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 012.871/2022-2.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessado: José Miguel Luz Parente (CPF 138.240.403-44).
4. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral do Piauí.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela administração do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí em favor de José Miguel Luz Parente;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de José Miguel Luz Parente (à Peça 3 sob o n.º 33690/2022), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida incorporação da vantagem como "quintos ou décimos" de função;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU, deixando, ainda, de determinar a imediata cessação dos pagamentos inerentes aos "quintos ou décimos" de função em respeito à decisão prolatada pelo STF no bojo do RE 638.115-CE;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí adote as seguintes medidas:

9.3.1. dê ciência desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar o comprovante da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.2. reavalie e, se for o caso, promova a efetiva alteração da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos de função" originalmente concedida diante da eventual necessidade de absorção dessa parcela pelas subsequentes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em sintonia, assim, com a deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.3.3. promova a efetiva implementação das futuras absorções da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos de função" em face das supervenientes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em observância, então, à deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.4. determinar que o órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Piauí verifique o efetivo cumprimento dos itens 9.3.2 e 9.3.3 deste Acórdão, devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o aludido cumprimento, ou não, desses itens do acórdão em item específico no seu Relatório de Auditoria de Gestão a partir da análise do correspondente Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.5. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração e, ainda, ao órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, para ciência e efetivo cumprimento dos itens 9.3 e 9.4 deste Acórdão; e

9.6. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5037-31/22-2.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 5038/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n.º TC 012.894/2022-2.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessado: Francisco Wandemberg Martins Pinto (CPF 129.875.572-72).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela administração do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região em favor de Francisco Wandemberg Martins Pinto;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Francisco Wandemberg Martins Pinto (à Peça 3 sob o n.º 45437/2021), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida incorporação da vantagem como "quintos ou décimos" de função;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU, deixando, ainda, de determinar a imediata cessação dos pagamentos inerentes aos "quintos ou décimos" de função em respeito à decisão prolatada pelo STF no bojo do RE 638.115-CE;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região adote as seguintes medidas:

9.3.1. dê ciência desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar o comprovante da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.2. reavalie e, se for o caso, promova a efetiva alteração da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos" de função originalmente concedida diante da eventual necessidade de absorção dessa parcela pelas subsequentes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em sintonia, assim, com a deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.3.3. promova a efetiva implementação das futuras absorções da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos" de função em face das supervenientes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em observância, então, à deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.4. determinar que o órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região verifique o efetivo cumprimento dos itens 9.3.2 e 9.3.3 deste Acórdão, devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o aludido cumprimento, ou não, desses itens do acórdão em item específico no seu Relatório de Auditoria de Gestão a partir da análise do correspondente Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.5. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração e, ainda, ao órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, para ciência e efetivo cumprimento dos itens 9.3 e 9.4 deste Acórdão; e

9.6. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5038-31/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 5039/2022 - TCU - Segunda Câmara

1. Processo TC 004.689/2021-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Drogaria Jockey Ltda. (06.284.147/0001-37); Pablo Pereira de Sousa (108.127.137-02).

4. Unidade Jurisdicionada: Fundo Nacional de Saúde - MS.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) em razão da aplicação irregular de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular (PFPB) no período de 31/3/2014 a 31/8/2015,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar Drogaria Jockey Ltda. e Pablo Pereira de Sousa revéis, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e 19 da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas da Drogaria Jockey Ltda. e de Pablo Pereira de Sousa, condenando-os solidariamente ao pagamento do débito discriminado a seguir, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora devidos calculados desde a data de ocorrência indicada até sua efetiva quitação, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Fundo Nacional de Saúde, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida lei c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
31/03/2014	600,75
31/03/2014	926,40
31/03/2014	49,93
31/03/2014	152,40
09/04/2014	552,69
09/04/2014	13,77
16/04/2014	603,90
16/04/2014	186,40
13/05/2014	1.129,41
13/05/2014	13,77
30/05/2014	1.635,70
30/05/2014	77,10
02/06/2014	4.105,30
02/06/2014	61,20
02/06/2014	76,80
06/06/2014	3.144,96
06/06/2014	12,42
04/07/2014	6.876,90
04/07/2014	4.844,88
04/07/2014	12,42
04/07/2014	160,80
04/07/2014	14,40
31/07/2014	14,40
31/07/2014	6.138,90
31/07/2014	143,80
01/08/2014	5.560,92
01/08/2014	12,42
09/09/2014	5.173,20
09/09/2014	8.289,30
09/09/2014	76,20
02/10/2014	7.133,20
02/10/2014	112,80
03/10/2014	4.345,11
03/10/2014	48,06
03/11/2014	144,90
03/11/2014	4.879,71
03/11/2014	6.925,10
03/11/2014	37,80
28/11/2014	3.757,86
28/11/2014	6.503,70
28/11/2014	48,06
28/11/2014	21,60
28/11/2014	13,77
28/11/2014	187,20
14/01/2015	5.382,20
14/01/2015	5.161,59
14/01/2015	315,86
14/01/2015	602,40
09/02/2015	5.199,40
09/02/2015	669,60
10/02/2015	5.945,13
10/02/2015	137,39
03/03/2015	7.717,00
03/03/2015	6.565,86
03/03/2015	682,80
03/03/2015	40,96
02/04/2015	5.604,93
02/04/2015	5.888,60
02/04/2015	239,80
02/04/2015	13,46
05/05/2015	4.176,80
05/05/2015	409,60
05/05/2015	6.194,88
12/06/2015	4.144,23
12/06/2015	8.078,60
12/06/2015	62,40
12/06/2015	48,06
07/07/2015	6.977,61
07/07/2015	9.441,40
07/07/2015	13,77
07/07/2015	210,60
05/08/2015	7.481,90
05/08/2015	6.358,50
05/08/2015	719,00
31/08/2015	5.008,40
31/08/2015	3.818,88
31/08/2015	418,80

9.3. com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, aplicar a Drogaria Jockey Ltda. e a Pablo Pereira de Sousa multas individuais no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida lei c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;

9.4. com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, autorizar, se requerido, o pagamento da importância devida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para que seja comprovado o recolhimento das demais, devendo incidir sobre cada valor mensal os devidos acréscimos legais, na forma prevista na legislação vigente, além de alertar que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer delas importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU;

9.5. com fundamento no art. 28 da Lei 8.443/1992, autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República no Espírito Santo, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.7. dar ciência deste acórdão ao Fundo Nacional de Saúde e aos responsáveis.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5039-31/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Bruno Dantas (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 5040/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 006.470/2022-0.

1.1. Apenso: 042.515/2021-1.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial).

3. Embargantes: Deltan Martinazzo Dallagnol (029.513.469-05); João Vicente Beraldo Romão (145.810.968-20).

4. Unidade Jurisdicionada: Ministério Público Federal.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).

8. Representação legal: Ricardo Alberto Kanayama (56.416/OAB-PR), Renato Alberto Nielsen Kanayama (6.255/OAB-PR) e outros, representando João Vicente Beraldo Romão; Guilherme Henrique Magaldi Netto (4.110/OAB-DF), Antônio Henrique Medeiros Coutinho (34.308/OAB-DF) e outros, representando Deltan Martinazzo Dallagnol.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos por João Vicente Beraldo Romão e Deltan Martinazzo Dallagnol em face do Acórdão 4.117/2022-TCU-Segunda Câmara, por meio do qual esta Corte, no essencial aos embargantes, julgou irregulares suas contas com imputação de débito e aplicação de multa em razão de prejuízos decorrentes do modelo adotado pelo Ministério Público Federal para o pagamento de diárias e passagens a procuradores no âmbito da força-tarefa da Operação Lava Jato em Curitiba;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34, da Lei 8.443/1992, conhecer e acolher os embargos de declaração opostos por João Vicente Beraldo Romão, com efeitos infringentes, para:

9.1.1. tornar insubsistentes os subitens 9.3, 9.4, 9.5 e 9.6 do Acórdão 4.117/2022-TCU-Segunda Câmara em relação a João Vicente Beraldo Romão, mantendo-se inalterados os dispositivos da decisão em relação aos demais responsáveis;

9.1.2. julgar regulares com ressalva as contas de João Vicente Beraldo Romão, com fundamento nos arts. 1º, inc. I, 16, inc. II, e 18, da Lei 8.443/1992, dando-lhe quitação;

9.2. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34, da Lei 8.443/1992, conhecer dos embargos de Deltan Martinazzo Dallagnol e acolhê-los parcialmente, sem efeitos infringentes, a fim de esclarecer ao embargante que, nos termos da jurisprudência pacífica do TCU, o processo de controle externo, disciplinado pela Lei 8.443/1992 e pelo Regimento Interno, não prevê a produção de prova pericial, cabendo ao responsável trazer aos autos os elementos que entender necessários para sua defesa, inclusive laudos periciais, o que prescinde de autorização do Tribunal;

9.3. enviar cópia deste acórdão aos embargantes, ao Ministério Público Federal e ao Conselho Nacional do Ministério Público; e

9.4. remeter os autos ao gabinete do ministro relator do recurso de reconsideração de peça 329.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5040-31/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Bruno Dantas (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 5041/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 016.439/2015-5.

1.1. Apenso: 006.625/2016-9.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial).

3. Embargante: Associação Gomes de Matos (26.502.625/0001-45).

4. Unidades Jurisdicionadas: Ministério da Cidadania; Ministério do Esporte (extinto); Secretaria Especial do Esporte.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEducação).

8. Representação legal: Álvaro de Castro (41.358/OAB-DF), Henrique de Sousa Lima (53.484/OAB-DF) e outros, representando Associação Gomes de Matos.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos pela Associação Gomes de Matos em face do Acórdão 1.564/2022-TCU-Segunda Câmara, por meio do qual o Tribunal não conheceu de recurso de reconsideração interposto contra decisão que julgou suas contas irregulares, com imputação de débito, em razão de irregularidades na execução física e financeira do Convênio 164/2006 para implantação de 25 núcleos do Programa Segundo Tempo, no Distrito Federal,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, conhecer e acolher parcialmente estes embargos de declaração, sem efeitos infringentes, para integrar as razões de decidir do Acórdão 1.564/2022-TCU-Segunda Câmara, por meio dos esclarecimentos adicionais consignados no voto que fundamenta a presente decisão, mantendo-se inalteradas as partes dispositivas do acórdão embargado;

9.2. dar ciência deste acórdão à embargante.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5041-31/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Bruno Dantas (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 5042/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 036.497/2018-5.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: César Augusto Goncalves (232.604.247-68); Instituto Brasileiro de Hospedagem - IBH (04.785.175/0001-02); João Marcos Pereira (387.747.397-00).

3.2. Embargante: João Marcos Pereira (387.747.397-00).

4. Unidade Jurisdicionada: Ministério do Turismo.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Denyze Naves de Souza e Silva (31307/OAB-DF), Fernanda Barbosa Antunes (46529/OAB-DF) e outros, representando Instituto Brasileiro de Hospedagem - IBH; Denyze Naves de Souza e Silva (31307/OAB-DF), Fernanda Barbosa Antunes (46529/OAB-DF) e outros, representando Cesar Augusto Goncalves; Ana Paula dos Santos Costa Lemos Pinto e Huilder Magno de Souza (18444/OAB-DF), representando João Marcos Pereira.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos por João Marcos Pereira contra o Acórdão 17.233/2021-TCU-Segunda Câmara, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares suas contas, imputou-lhe débito e aplicou-lhe multa, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União por meio do Convênio 1417/2010 (Siafi 747795), que tinha por objeto a "52ª edição do Congresso Nacional de Hotéis - Conotel 2010,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, conhecer e rejeitar os embargos de declaração;

9.2. dar ciência deste acórdão ao embargante.

10. Ata n° 31/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/9/2022 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5042-31/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Bruno Dantas (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 5043/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Ministério da Economia em favor de Virginia Lucia Lima Mendonca da Costa, submetido a este Tribunal para fins de registro;

Considerando que a Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e o Ministério Público junto ao TCU identificaram como irregularidade o pagamento de parcelas judiciais referentes a Plano Econômico;

Considerando o disciplinamento contido no Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário, confirmado pelo Acórdão 961/2006-TCU-Plenário, segundo o qual, em atos que contemplem parcelas relativas a planos econômicos, compete ao Tribunal considerá-los ilegais e negar-lhes o registro, mesmo diante de eventual decisão judicial favorável à continuidade do benefício, porquanto os pagamentos da espécie não se incorporam à remuneração em caráter permanente, pois têm natureza de antecipação salarial, conforme o Enunciado 322 da Súmula do TST;

Considerando o entendimento igualmente firmado nos sobreditos acórdãos no sentido de que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido;

Considerando que consoante Acórdão 1.614/2019-Plenário, de relatoria da Ministra Ana Arraes, devem ser absorvidas ou eliminadas da estrutura remuneratória dos servidores públicos federais, conforme o caso, o pagamento das seguintes rubricas judiciais: a) Plano Bresser (reajuste de 26,06%, referente à inflação de junho de 1987) ; b) URP de abril e maio de 1988 (16,19%) ; c) Plano Verão (URP de fevereiro de 1989, com o índice de 26,05%) ; d) Plano Collor (1990, com o índice de 84,32%) ; e) incorporação de horas extras; f) vantagem pessoal do art. 5º do Decreto 95.689/1988, concedida com o fito de evitar o decesso remuneratório em razão do reenquadramento de docentes e técnicos administrativos no Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos; g) percentual de 28,86%, referente ao reajuste concedido exclusivamente aos militares pelas Leis 8.622/1993 e 8.627/1993, posteriormente estendido aos servidores civis pela Medida Provisória 1.704/1998; h) percentual de 3,17%, em função de perda remuneratória decorrente da aplicação errônea dos critérios de reajuste em face da URV (referente ao Plano Real) ; e i) percentual de 10,8%, concedido exclusivamente para proventos de aposentadoria e pensão civil;

Considerando ainda que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo suporte fático já se tenha exaurido, resguardada a irredutibilidade remuneratória (e.g., MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que, em obediência ao sobredito entendimento, a unidade jurisdicionada não poderia afastar-se da aplicação da metodologia explicitada no Acórdão 2.161/2005-TCU-Plenário, obedecidos os detalhamentos constantes do Acórdão 269/2012-TCU-Plenário, ou seja, com transformação da vantagem inquinada em VPNI, sujeita apenas aos reajustes gerais do funcionalismo, e que deveria ser paulatinamente absorvida em razão de reestruturações de carreira ocorridas posteriormente;

Considerando que diversos foram os normativos que, de alguma forma, alteraram a estrutura remuneratória da carreira dos servidores da entidade de origem e que deveriam ter ensejado a absorção da parcela judicial inquinada;

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário 596.663, que teve repercussão geral reconhecida, assentou a tese de que a sentença que reconhece ao trabalhador ou ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos;

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, pela ilegalidade do ato em referência, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da Jurisprudência do TCU;

Considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos, estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (de 19/2/2020, Plenário, Ata 75/2020, DJE nº 129);

Considerando os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno/TCU, bem assim com as Súmulas/TCU 276 e 279, em: considerar ilegal e recusar registro ao ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Virginia Lucia Lima Mendonca da Costa, em decorrência da inclusão de parcelas judiciais, decorrentes de Plano Econômico, na base de cálculo dos proventos; dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pela unidade de origem, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; fazer as determinações especificadas no subitem 1.7 a seguir.

1. Processo TC-008.829/2022-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Virginia Lucia Lima Mendonca da Costa (365.063.114-87).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Ministério da Economia que:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, em especial as parcelas decorrentes de planos econômicos, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

1.7.2. emita novo ato de aposentadoria, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

1.7.3. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.4. envie a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência desta decisão, documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação; e

1.8. dar ciência desta deliberação à interessada e ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 5044/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Lucia Helena Rodrigues Magalhaes Morato emitido pela Universidade Federal de Minas Gerais e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular de parcela de hora extra concedida judicialmente a servidor que passou de celetista a estatutário;

Considerando que, no que se refere à parcela de hora extra concedida judicialmente, esta Corte tem entendimento pacífico no sentido de que, após o advento da Lei 8.112/1990, não se admite a transposição dos benefícios e vantagens de natureza trabalhista para o novo regime, no qual o interessado ingressou por força do artigo 243 daquele diploma, linha de juízo que constitui o enunciado 241 da Súmula da jurisprudência predominante desta Corte, in verbis:

"As vantagens e gratificações incompatíveis com o Regime Jurídico Único, instituído pela Lei nº 8.112, de 11/12/1990, não se incorporam aos proventos nem à remuneração de servidor cujo emprego, regido até então pela legislação trabalhista, foi transformado em cargo público por força do art. 243 do citado diploma legal."

Considerando o disciplinamento contido no paradigmático Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário, confirmado pelo Acórdão 961/2006-TCU-Plenário, no sentido de que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido;

Considerando que, aos beneficiários de vantagens judiciais da espécie, há de se ressalvar exclusivamente a possibilidade de violação ao princípio da irredutibilidade da remuneração à época da passagem de um para outro regime, orientação que esta Corte tem prestigiado (e.g., Decisão 373/2002-2ª Câmara, Decisão 441/2002-2ª Câmara, Acórdão 334/2004-1ª Câmara, Acórdão 571/2004-2ª Câmara, Acórdão 6.454/2011-1ª Câmara) e que encontra amparo na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, consoante se depreende, por exemplo, da deliberação exarada nos autos do MS 22.455-DF;

Considerando que, para abrigar essa ressalva, a parcela deve ser incorporada como vantagem pessoal de caráter variável, sujeita a redução de seu valor sempre que houver revisão dos vencimentos ou reestruturação de carreira que acarrete a melhoria da remuneração do beneficiado, até completa encampação de toda a vantagem inicial;

Considerando que diversos foram os normativos que, de alguma forma, alteraram a estrutura remuneratória da carreira dos servidores da entidade de origem e que deveriam ter ensejado a absorção da parcela judicial inquinada;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Lucia Helena Rodrigues Magalhaes Morato; dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pela interessada, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal ;e expedir as determinações contidas no item 1.7 a seguir:

1. Processo TC-009.462/2022-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Lucia Helena Rodrigues Magalhaes Morato (269.032.616-72).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Universidade Federal de Minas Gerais que:

adote as seguintes providências, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa:

1.7.2.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

1.7.2.2. emita novo ato, livre das irregularidades ora apontadas, em substituição ao ato de aposentadoria de Lucia Helena Rodrigues Magalhaes Morato, submetendo-o à nova apreciação por este Tribunal, na forma do artigo 260, caput, também do Regimento.

1.7.2.3. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

1.7.2.4. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que a interessada teve ciência desta deliberação;

1.8. dar ciência desta deliberação à interessada e à Universidade Federal de Minas Gerais.

ACÓRDÃO Nº 5045/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de concessão de aposentadoria emitido pela Universidade Federal Rural do Semiárido em favor de Eider Luiz Lopes de Morais, submetido a este Tribunal para fins de registro;

Considerando que a Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e o Ministério Público junto ao TCU identificaram como irregularidade o pagamento de parcelas judiciais referentes a Plano Econômico;

Considerando o disciplinamento contido no Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário, confirmado pelo Acórdão 961/2006-TCU-Plenário, segundo o qual, em atos que contemplem parcelas relativas a planos econômicos, compete ao Tribunal considerá-los ilegais e negar-lhes o registro, mesmo diante de eventual decisão judicial favorável à continuidade do benefício, porquanto os pagamentos da espécie não se incorporam à remuneração em caráter permanente, pois têm natureza de antecipação salarial, conforme o Enunciado 322 da Súmula do TST;

Considerando o entendimento igualmente firmado nos sobreditos acórdãos no sentido de que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido;

Considerando que consoante Acórdão 1.614/2019-Plenário, de relatoria da Ministra Ana Arraes, devem ser absorvidas ou eliminadas da estrutura remuneratória dos servidores públicos federais, conforme o caso, o pagamento das seguintes rubricas judiciais: a) Plano Bresser (reajuste de 26,06%, referente à inflação de junho de 1987) ; b) URP de abril e maio de 1988 (16,19%) ; c) Plano Verão (URP de fevereiro de 1989, com o índice de 26,05%) ; d) Plano Collor (1990, com o índice de 84,32%) ; e) incorporação de horas extras; f) vantagem pessoal do art. 5º do Decreto 95.689/1988, concedida com o fito de evitar o decesso remuneratório em razão do reenquadramento de docentes e técnicos administrativos no Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos; g) percentual de 28,86%, referente ao reajuste concedido exclusivamente aos militares pelas Leis 8.622/1993 e 8.627/1993, posteriormente estendido aos servidores civis pela Medida Provisória 1.704/1998; h) percentual de 3,17%, em função de perda remuneratória decorrente da aplicação errônea dos critérios de reajuste em face da URV (referente ao Plano Real) ; e i) percentual de 10,8%, concedido exclusivamente para proventos de aposentadoria e pensão civil;

Considerando ainda que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo suporte fático já se tenha exaurido, resguardada a irredutibilidade remuneratória (e.g., MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que, em obediência ao sobredito entendimento, a unidade jurisdicionada não poderia afastar-se da aplicação da metodologia explicitada no Acórdão 2.161/2005-TCU-Plenário, obedecidos os detalhamentos constantes do Acórdão 269/2012-TCU-Plenário, ou seja, com transformação da vantagem inquinada em VPNI, sujeita apenas aos reajustes gerais do funcionalismo, e que deveria ser paulatinamente absorvida em razão de reestruturações de carreira ocorridas posteriormente;

Considerando que diversos foram os normativos que, de alguma forma, alteraram a estrutura remuneratória da carreira dos servidores da entidade de origem e que deveriam ter ensejado a absorção da parcela judicial inquinada;

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário 596.663, que teve repercussão geral reconhecida, assentou a tese de que a sentença que reconhece ao trabalhador ou ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos;

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, pela ilegalidade do ato em referência, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da Jurisprudência do TCU;

Considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos, estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (de 19/2/2020, Plenário, Ata 75/2020, DJE nº 129);

Considerando os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé do interessado;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno/TCU, bem assim com as Súmulas/TCU 276 e 279, em: considerar ilegal e recusar registro ao ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Eider Luiz Lopes de Morais, em decorrência da inclusão de parcelas judiciais, decorrentes de Plano Econômico, na base de cálculo dos proventos; dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pela unidade de origem, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; fazer as determinações especificadas no subitem 1.7 a seguir.

1. Processo TC-010.393/2022-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Eider Luiz Lopes de Morais (107.165.644-91).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Semiárido.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Universidade Federal Rural do Semiárido que:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, em especial as parcelas decorrentes de planos econômicos, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

1.7.2. emita novo ato de aposentadoria, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

1.7.3. comunique ao interessado o teor desta decisão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado está ciente da presente deliberação;

1.8. dar ciência desta deliberação ao interessado e ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 5046/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Luciano Bezerra de Vasconcelos emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, cf. Acórdãos 8.124/2021 (Rel. Min. Benjamin Zymler); 8.178/2021 e 8.187/2021 (Rel. Min. Walton Alencar); 8.492/2021 (Rel. Min. Vital do Rêgo); 8.684/2021 (Rel. Min. Jorge de Oliveira); 8.611/2021 (Rel. Min. Subst. Weder de Oliveira), todos da 1ª Câmara; e Acórdãos 13.963/2020 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 7.816/2021 (Rel. Min. Aroldo Cedraz); 7.999/2021 (de minha relatoria); 8.224/2021 (Rel. Min. Subst. André Luís de Carvalho); 8.254/2021 (Rel. Min. Bruno Dantas); 8.318/2021 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 8.319/2021 (Rel. Min. Subst. Marcos Bemquerer Costa), todos da 2ª Câmara, especialmente a partir do julgamento pela Suprema Corte do RE 638.115/CE, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes, com repercussão geral;

Considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida, de uma forma geral, a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

Considerando que a análise também detectou a incorporação de quintos/décimos com base na remuneração da função comissionada (FC-5 Assistente Secretário) diversa da efetivamente exercida à época (FC-3- Chefe de Setor), em desacordo com o art. 3º da Lei 8.911/1994;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé do interessado;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Luciano Bezerra de Vasconcelos; dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelo interessado, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; e expedir as determinações contidas no item 1.7 a seguir:

1. Processo TC-010.846/2022-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Luciano Bezerra de Vasconcelos (076.627.854-91).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE que:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, em especial a parcela de quintos/décimos com base na remuneração da função comissionada diversa da efetivamente exercida à época, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

1.7.2. emita novo ato de aposentadoria, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

1.7.3. após o ajuste mencionado no item 1.7.1 ajuste a parcela de quintos consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;

1.7.4. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor ao interessado e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.5. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pelo ex-servidor;

1.8. dar ciência desta deliberação ao interessado e ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 5047/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Maria Janir de Araujo Sena Pereira emitido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, cf. Acórdãos 8.124/2021 (Rel. Min. Benjamin Zymler); 8.178/2021 e 8.187/2021 (Rel. Min. Walton Alencar); 8.492/2021 (Rel. Min. Vital do Rêgo); 8.684/2021 (Rel. Min. Jorge de Oliveira); 8.611/2021 (Rel. Min. Subst. Weder de Oliveira), todos da 1ª Câmara; e Acórdãos13.963/2020 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 7.816/2021 (Rel. Min. Aroldo Cedraz); 7.999/2021 (de minha relatoria); 8.224/2021 (Rel. Min. Subst. André Luís de Carvalho); 8.254/2021 (Rel. Min. Bruno Dantas); 8.318/2021 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 8.319/2021 (Rel. Min. Subst. Marcos Bemquerer Costa), todos da 2ª Câmara, especialmente a partir do julgamento pela Suprema Corte do RE 638.115/CE, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes, com repercussão geral;

Considerando que, de forma geral, a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Maria Janir de Araujo Sena Pereira; e expedir as determinações contidas no subitem 1.7 a seguir:

1. Processo TC-011.625/2022-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Maria Janir de Araujo Sena Pereira (129.885.374-53).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte que:

1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, caso a parcela incorporada em razão do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa, o seu devido destaque e a transforme em parcela compensatória, devendo ela ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;

1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora;

1.8. dar ciência desta deliberação à interessada e ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 5048/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Elaine Ribeiro Machado emitido pela Câmara dos Deputados e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, cf. Acórdãos 8.124/2021 (Rel. Min. Benjamin Zymler); 8.178/2021 e 8.187/2021 (Rel. Min. Walton Alencar); 8.492/2021 (Rel. Min. Vital do Rêgo); 8.684/2021 (Rel. Min. Jorge de Oliveira); 8.611/2021 (Rel. Min. Subst. Weder de Oliveira), todos da 1ª Câmara; e Acórdãos 13.963/2020 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 7.816/2021 (Rel. Min. Aroldo Cedraz); 7.999/2021 (de minha relatoria); 8.224/2021 (Rel. Min. Subst. André Luís de Carvalho); 8.254/2021 (Rel. Min. Bruno Dantas); 8.318/2021 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 8.319/2021 (Rel. Min. Subst. Marcos Bemquerer Costa), todos da 2ª Câmara, especialmente a partir do julgamento pela Suprema Corte do RE 638.115/CE, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes, com repercussão geral;

Considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

Considerando que este Tribunal detectou em outros processos de aposentadorias deferidas pela Câmara dos Deputados que houve a concessão de reajustes irregulares das parcelas de "quintos/décimos" tal como constatado neste ato de aposentadoria;

Considerando que, nos casos acima indicados, este Tribunal determinou à Câmara dos Deputados que promovesse o ajuste nas parcelas de "quintos/décimos", para que voltassem a refletir os valores anteriores à vigência da Lei 13.323/2016 (Acórdãos 3.538, 6.278 e 10.240, todos de 2021, da Primeira Câmara e de relatoria do ministro Vital do Rêgo; e 6.857/2021 - Segunda Câmara, relator ministro Raimundo Carreiro);

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal e negar registro aos atos de aposentadoria de Elaine Ribeiro Machado; dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pela interessada, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal e expedir as determinações contidas no item 1.7 a seguir:

1. Processo TC-011.836/2022-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Elaine Ribeiro Machado (734.470.487-00).

1.2. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Câmara dos Deputados que:

1.7.1. promova, no prazo de 30 (trinta) dias, o ajuste na rubrica impugnada, nos proventos da interessada, para os valores anteriores à vigência da Lei 13.323/2016;

1.7.2. após o ajuste mencionado no item 1.7.1 promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a referida parcela ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE, caso a parcela de quintos tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa;

1.7.3. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.4. emita novo ato, livre das irregularidades ora apontadas, submetendo-o à nova apreciação por este Tribunal, na forma do artigo 260, caput, também do Regimento;

1.7.5. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora;

1.8. dar ciência desta deliberação à interessada e ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 5049/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Marcia Regina Fabricio Dias emitido pelo Senado Federal e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

Considerando que a análise também detectou que os períodos anteriores a 8/4/1998 não são suficientes para a incorporação da vantagem de quintos na forma concedida, havendo parcelas a maior e que o Senado Federal vem promovendo o reajuste indevido da vantagem de quintos/décimos, no mínimo, desde a edição da Lei 13.302/2016 (que promoveu reajuste na remuneração dos servidores do Senado Federal);

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, cf. Acórdãos 8.124/2021 (Rel. Min. Benjamin Zymler); 8.178/2021 e 8.187/2021 (Rel. Min. Walton Alencar); 8.492/2021 (Rel. Min. Vital do Rêgo); 8.684/2021 (Rel. Min. Jorge de Oliveira); 8.611/2021 (Rel. Min. Subst. Weder de Oliveira), todos da 1ª Câmara; e Acórdãos 13.963/2020 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 7.816/2021 (Rel. Min. Aroldo Cedraz); 7.999/2021 (de minha relatoria); 8.224/2021 (Rel. Min. Subst. André Luís de Carvalho); 8.254/2021 (Rel. Min. Bruno Dantas); 8.318/2021 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 8.319/2021 (Rel. Min. Subst. Marcos Bemquerer Costa), todos da 2ª Câmara, especialmente a partir do julgamento pela Suprema Corte do RE 638.115/CE, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes, com repercussão geral;

Considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida, de uma forma geral, a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

Considerando que é firme o entendimento desta Corte em considrar irregular a incidência do reajuste autorizado pela Lei 13.302/2016 sobre as parcelas de VPNI de quintos e décimos incorporados, pois essa norma não se caracteriza como lei de revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais. O art. 15, § 1º, da Lei 9.527/1997 autoriza a atualização de valores da mencionada vantagem exclusivamente nessa circunstância;

Considerando que o ato em análise foi reajustado pela Lei 13.302/2016, que reajustou apenas as tabelas de vencimentos dos servidores do Senado Federal, não configurando reajuste geral do funcionalismo público, que possibilitaria o reajuste regular das vantagens pessoais;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Marcia Regina Fabricio Dias; dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela interessada, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; e expedir as determinações contidas no item 1.7 a seguir:

1. Processo TC-012.380/2022-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Marcia Regina Fabricio Dias (557.309.909-44).

1.2. Órgão/Entidade: Senado Federal.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Senado Federal que:

1.7.1. promova, no prazo de 30 (trinta) dias, o ajuste na rubrica impugnada, nos proventos da interessada, para os valores anteriores à vigência da Lei 13.302/2016 e o recálculo da vantagem de quintos na forma concedida, devido a incorporação de parcelas em proporção indevida;

1.7.2. após o ajuste mencionado no item 1.7.1 promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a parcela ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE, caso tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa;

1.7.3. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.4. emita novo ato, livre das irregularidades ora apontadas, submetendo-o à nova apreciação por este Tribunal, na forma do artigo 260, caput, também do Regimento;

1.7.5. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora;

1.8. dar ciência desta deliberação à interessada e ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 5050/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Regia Vitoria da Silva Feitosa emitido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região e submetido a este Tribundal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcela, no valor de R$ 1.030,33, decorrente da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

Considerando que o fato de o Gestor de Pessoal ter transformada a parcela de quintos/décimos incorporados entre o período de 8/4/1998 a 4/9/2001 em Parcela Compensatória a ser absorvida pelos reajustes futuros não muda a ilegalidade da rubrica, visto que ela é oriunda de parcela incorporada irregularmente;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, cf. Acórdãos 8.124/2021 (Rel. Min. Benjamin Zymler); 8.178/2021 e 8.187/2021 (Rel. Min. Walton Alencar); 8.492/2021 (Rel. Min. Vital do Rêgo); 8.684/2021 (Rel. Min. Jorge de Oliveira); 8.611/2021 (Rel. Min. Subst. Weder de Oliveira), todos da 1ª Câmara; e Acórdãos 13.963/2020 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 7.816/2021 (Rel. Min. Aroldo Cedraz); 7.999/2021 (de minha relatoria); 8.224/2021 (Rel. Min. Subst. André Luís de Carvalho); 8.254/2021 (Rel. Min. Bruno Dantas); 8.318/2021 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 8.319/2021 (Rel. Min. Subst. Marcos Bemquerer Costa), todos da 2ª Câmara, especialmente a partir do julgamento pela Suprema Corte do RE 638.115/CE, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes, com repercussão geral;

Considerando que, de forma geral, a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

Considerando ainda que as parcelas de quintos nos valores de R$ 2.060,66 e R$ 343,44 foram consideradas legais pela Sefip;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Regia Vitoria da Silva Feitosa; dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pela interessada, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal; e expedir as determinações contidas no item 1.7 a seguir:

1. Processo TC-012.874/2022-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Regia Vitoria da Silva Feitosa (096.315.183-53).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região que:

1.7.1. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.2. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora;

1.8. dar ciência desta deliberação à interessada e ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 5051/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Ministério da Saúde em favor de Rostan dos Santos Mendonca, submetido a este Tribunal para fins de apreciação e registro;

Considerando que a Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e o Ministério Público junto ao TCU identificaram como irregularidade o pagamento de parcelas judiciais referentes a Plano Econômico;

Considerando o disciplinamento contido no Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário, relator Ministro Adylson Motta, confirmado pelo Acórdão 961/2006-TCU-Plenário, relator Ministro Walton Alencar Rodrigues, segundo o qual, em atos que contemplem parcelas relativas a planos econômicos, compete ao Tribunal considerá-los ilegais e negar-lhes o registro, mesmo diante de eventual decisão judicial favorável à continuidade do benefício, porquanto os pagamentos da espécie não se incorporam à remuneração em caráter permanente, pois têm natureza de antecipação salarial, conforme o Enunciado 322 da Súmula do TST;

Considerando o entendimento igualmente firmado nos sobreditos acórdãos no sentido de que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido;

Considerando que consoante Acórdão 1.614/2019-Plenário, de relatoria da Ministra Ana Arraes, devem ser absorvidas ou eliminadas da estrutura remuneratória dos servidores públicos federais, conforme o caso, o pagamento das seguintes rubricas judiciais: a) Plano Bresser (reajuste de 26,06%, referente à inflação de junho de 1987); b) URP de abril e maio de 1988 (16,19%); c) Plano Verão (URP de fevereiro de 1989, com o índice de 26,05%); d) Plano Collor (1990, com o índice de 84,32%); e) incorporação de horas extras; f) vantagem pessoal do art. 5º do Decreto 95.689/1988, concedida com o fito de evitar o decesso remuneratório em razão do reenquadramento de docentes e técnicos administrativos no Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos; g) percentual de 28,86%, referente ao reajuste concedido exclusivamente aos militares pelas Leis 8.622/1993 e 8.627/1993, posteriormente estendido aos servidores civis pela Medida Provisória 1.704/1998; h) percentual de 3,17%, em função de perda remuneratória decorrente da aplicação errônea dos critérios de reajuste em face da URV (referente ao Plano Real); e i) percentual de 10,8%, concedido exclusivamente para proventos de aposentadoria e pensão civil;

Considerando ainda que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo suporte fático já se tenha exaurido, resguardada a irredutibilidade remuneratória (e.g., MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que, em obediência ao sobredito entendimento, a unidade jurisdicionada não poderia afastar-se da aplicação da metodologia explicitada no Acórdão 2.161/2005-TCU-Plenário, relator o Ministro Walton Alencar Rodrigues, obedecidos os detalhamentos constantes do Acórdão 269/2012-TCU-Plenário, de relatoria do Ministro José Jorge, ou seja, com transformação da vantagem inquinada em VPNI, sujeita apenas aos reajustes gerais do funcionalismo, e que deveria ser paulatinamente absorvida em razão de reestruturações de carreira ocorridas posteriormente;

Considerando que diversos foram os normativos que, de alguma forma, alteraram a estrutura remuneratória da carreira dos servidores da entidade de origem e que deveriam ter ensejado a absorção da parcela judicial inquinada;

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário 596.663, que teve repercussão geral reconhecida, assentou a tese de que a sentença que reconhece ao trabalhador ou ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos;

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, pela ilegalidade do ato em referência, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da Jurisprudência do TCU;

Considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos, estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (de 19/2/2020, Plenário, Ata 75/2020, DJE nº 129);

Considerando os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé do responsável;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno/TCU, bem assim com as Súmulas/TCU 276 e 279, em: considerar ilegal e recusar registro ao ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Rostan dos Santos Mendonca, em decorrência da inclusão de parcelas judiciais, decorrentes de Plano Econômico, na base de cálculo dos proventos; dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pela unidade de origem, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; fazer as determinações especificadas no subitem 1.7 a seguir.

1. Processo TC-012.878/2022-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Rostan dos Santos Mendonca (529.476.027-49).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Ministério da Saúde que:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

1.7.2. emita novo ato de aposentadoria, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

1.7.3. comunique ao interessado o teor desta decisão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado está ciente da presente deliberação;

1.8. dar ciência desta deliberação ao interessado e ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 5052/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-013.536/2022-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessadas: Marcia Regina de Resende Queiroz Carvalho (379.500.881-68); Nivia Regina Peron (244.852.846-20).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Superior do Trabalho.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5053/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Margarete Nimer emitido pela Fundação Universidade Federal de Ouro Preto e submetido a este Tribundal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, cf. Acórdãos 8.124/2021 (Rel. Min. Benjamin Zymler); 8.178/2021 e 8.187/2021 (Rel. Min. Walton Alencar); 8.492/2021 (Rel. Min. Vital do Rêgo); 8.684/2021 (Rel. Min. Jorge de Oliveira); 8.611/2021 (Rel. Min. Subst. Weder de Oliveira), todos da 1ª Câmara; e Acórdãos 13.963/2020 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 7.816/2021 (Rel. Min. Aroldo Cedraz); 7.999/2021 (de minha relatoria); 8.224/2021 (Rel. Min. Subst. André Luís de Carvalho); 8.254/2021 (Rel. Min. Bruno Dantas); 8.318/2021 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 8.319/2021 (Rel. Min. Subst. Marcos Bemquerer Costa), todos da 2ª Câmara, especialmente a partir do julgamento pela Suprema Corte do RE 638.115/CE, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes, com repercussão geral;

Considerando que, de forma geral, a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Margarete Nimer; e expedir as determinações contidas no item 1.7 a seguir:

1. Processo TC-013.651/2022-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Margarete Nimer (281.465.656-20).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Fundação Universidade Federal de Ouro Preto que:

1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, caso a parcela incorporada em razão do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa, o seu devido destaque e a transforme em parcela compensatória, devendo ela ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;

1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora;

1.8. dar ciência desta deliberação à interessada e ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 5054/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo aos atos, inicial e de alteração, de aposentadoria de Maria Lucia Oliveira de Araujo emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB e submetido a este Tribundal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram, no ato de alteração, a inclusão irregular nos proventos de parcela, no valor de R$ 51,04, decorrente da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, cf. Acórdãos 8.124/2021 (Rel. Min. Benjamin Zymler); 8.178/2021 e 8.187/2021 (Rel. Min. Walton Alencar); 8.492/2021 (Rel. Min. Vital do Rêgo); 8.684/2021 (Rel. Min. Jorge de Oliveira); 8.611/2021 (Rel. Min. Subst. Weder de Oliveira), todos da 1ª Câmara; e Acórdãos 13.963/2020 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 7.816/2021 (Rel. Min. Aroldo Cedraz); 7.999/2021 (de minha relatoria); 8.224/2021 (Rel. Min. Subst. André Luís de Carvalho); 8.254/2021 (Rel. Min. Bruno Dantas); 8.318/2021 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 8.319/2021 (Rel. Min. Subst. Marcos Bemquerer Costa), todos da 2ª Câmara, especialmente a partir do julgamento pela Suprema Corte do RE 638.115/CE, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes, com repercussão geral;

Considerando que, de forma geral, a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

Considerando que não foram detectadas irregularidades no ato inicial de aposentadoria de Maria Lucia Oliveira de Araujo;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

Considerando que os atos ora examinados deram entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em: Considerar legal e conceder o registro do ato de Aposentadoria 111030/2019 - Inicial, de Maria Lucia Oliveira de Araujo; considerar ilegal e negar registro ao ato de alteração de aposentadoria de Maria Lucia Oliveira de Araujo; dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pela interessada, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal; e expedir as determinações contidas no item 1.7 a seguir:

1. Processo TC-013.689/2022-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Maria Lucia Oliveira de Araujo (619.262.564-68).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB que:

1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, caso a parcela incorporada em razão do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa, o seu devido destaque e a transforme em parcela compensatória, devendo ela ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;

1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora;

1.8. dar ciência desta deliberação à interessada e ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 5055/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Lucia Herondina de Araujo emitido pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região e submetido a este Tribundal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcela no valor de R$ 2.060,66, decorrente da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, cf. Acórdãos 8.124/2021 (Rel. Min. Benjamin Zymler); 8.178/2021 e 8.187/2021 (Rel. Min. Walton Alencar); 8.492/2021 (Rel. Min. Vital do Rêgo); 8.684/2021 (Rel. Min. Jorge de Oliveira); 8.611/2021 (Rel. Min. Subst. Weder de Oliveira), todos da 1ª Câmara; e Acórdãos 13.963/2020 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 7.816/2021 (Rel. Min. Aroldo Cedraz); 7.999/2021 (de minha relatoria); 8.224/2021 (Rel. Min. Subst. André Luís de Carvalho); 8.254/2021 (Rel. Min. Bruno Dantas); 8.318/2021 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 8.319/2021 (Rel. Min. Subst. Marcos Bemquerer Costa), todos da 2ª Câmara, especialmente a partir do julgamento pela Suprema Corte do RE 638.115/CE, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes, com repercussão geral;

Considerando que, de forma geral, a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Lucia Herondina de Araujo; dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pela interessada, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal; e expedir as determinações contidas no item 1.7 a seguir:

1. Processo TC-013.691/2022-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Lucia Herondina de Araujo (597.566.837-91).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região que:

1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, caso a parcela incorporada em razão do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa, o seu devido destaque e a transforme em parcela compensatória, devendo ela ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;

1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora;

1.8. dar ciência desta deliberação à interessada e ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 5056/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Davi Francisco da Silva emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, cf. Acórdãos 8.124/2021 (Rel. Min. Benjamin Zymler); 8.178/2021 e 8.187/2021 (Rel. Min. Walton Alencar); 8.492/2021 (Rel. Min. Vital do Rêgo); 8.684/2021 (Rel. Min. Jorge de Oliveira); 8.611/2021 (Rel. Min. Subst. Weder de Oliveira), todos da 1ª Câmara; e Acórdãos 13.963/2020 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 7.816/2021 (Rel. Min. Aroldo Cedraz); 7.999/2021 (de minha relatoria); 8.224/2021 (Rel. Min. Subst. André Luís de Carvalho); 8.254/2021 (Rel. Min. Bruno Dantas); 8.318/2021 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 8.319/2021 (Rel. Min. Subst. Marcos Bemquerer Costa), todos da 2ª Câmara, especialmente a partir do julgamento pela Suprema Corte do RE 638.115/CE, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes, com repercussão geral;

Considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida, de uma forma geral, a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé do interessado;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Davi Francisco da Silva; dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelo interessado, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; e expedir as determinações contidas no item 1.7 a seguir:

1. Processo TC-013.749/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Davi Francisco da Silva (510.937.237-34).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ que:
1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo tal parcela ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE, caso tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa;
1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor ao interessado e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;
1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pelo ex-servidor;
1.8. dar ciência desta deliberação ao interessado e ao órgão de origem

ACÓRDÃO Nº 5057/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Nelmar Rocha, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.159/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Nelmar Rocha (056.016.288-07).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5058/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Antonio da Costa Viana Filho, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.242/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Antonio da Costa Viana Filho (021.953.482-91).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5059/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.292/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Ana Lidia de Araujo Ramos (267.348.421-34); Maysa Vieira Machado Pragana (664.533.217-34).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5060/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Marialva dos Santos Marques, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.296/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Marialva dos Santos Marques (061.426.722-68).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5061/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.370/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Luiza Queiroz Vilasboas (295.638.795-20); Claudia Maria de Moura Possa (681.652.696-15); Fernando Martins Carvalho (085.266.135-53); Luiza Mattos dos Reis Silva (400.408.365-68); Rita de Cassia Barbosa Santiago (112.191.065-34).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5062/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Ataide da Cruz, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.447/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Ataide da Cruz (320.796.059-68).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5063/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.481/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jacqueline Marise Cardoso (291.425.711-20); Jumar Antonio de Araujo (108.008.242-53).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5064/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Joaquim Jose de Sousa Neto emitido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região e submetido a este Tribundal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcela, no valor de R$ 686,89, decorrente da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, cf. Acórdãos 8.124/2021 (Rel. Min. Benjamin Zymler); 8.178/2021 e 8.187/2021 (Rel. Min. Walton Alencar); 8.492/2021 (Rel. Min. Vital do Rêgo); 8.684/2021 (Rel. Min. Jorge de Oliveira); 8.611/2021 (Rel. Min. Subst. Weder de Oliveira), todos da 1ª Câmara; e Acórdãos 13.963/2020 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 7.816/2021 (Rel. Min. Aroldo Cedraz); 7.999/2021 (de minha relatoria); 8.224/2021 (Rel. Min. Subst. André Luís de Carvalho); 8.254/2021 (Rel. Min. Bruno Dantas); 8.318/2021 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 8.319/2021 (Rel. Min. Subst. Marcos Bemquerer Costa), todos da 2ª Câmara, especialmente a partir do julgamento pela Suprema Corte do RE 638.115/CE, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes, com repercussão geral;

Considerando que, de forma geral, a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé do interessado;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Joaquim Jose de Sousa Neto; dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pela interessada, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal; e expedir as determinações contidas no item 1.7 a seguir:

1. Processo TC-015.771/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Joaquim Jose de Sousa Neto (096.625.701-44).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região que:
1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, caso a parcela incorporada em razão do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa, o seu devido destaque e a transforme em parcela compensatória, devendo ela ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;
1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor ao interessado e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;
1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pelo ex-servidor;
1.8. dar ciência desta deliberação ao interessado e ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 5065/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.085/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Francisca Pereira de Oliveira (221.911.781-20); Roberto Sarpa (710.856.617-68).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5066/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.173/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Hediney Souza Oliveira (114.795.742-87); Rosangela dos Santos Rocha (153.784.202-10); Sebastiao Aguinaldo Torres Guimaraes (147.092.792-68).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5067/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.200/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carlos Eduardo Barbosa (510.000.597-15); Cassia Marina da Silva Baltazar Muller (663.684.057-91); Emilce Rangel Abrao (582.609.277-72); Fatima de Azevedo Costa (891.665.407-63); Lucia Pinheiro Bastos (442.762.817-68).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5068/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.212/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Aparecida Nunes de Melo (455.972.786-49); Genaldo Sa (131.496.795-91); Ivani Canedo Silvestre (552.725.337-04); Luiza Maria Thompson Atanes (547.753.617-91); Maria Neide Franca Giembinsky (081.203.338-88).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5069/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Ana Cristina Gomes dos Santos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.218/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Ana Cristina Gomes dos Santos (233.598.114-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5070/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Marisa Baranski, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.227/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Marisa Baranski (918.646.748-49).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Relações Exteriores.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5071/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Ina Maria Ramos de Araujo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.235/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Ina Maria Ramos de Araujo (342.709.811-72).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5072/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria de Ademilson Raymundo dos Santos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.285/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Ademilson Raymundo dos Santos (123.048.405-15).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5073/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.290/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Magali Goncalves Muniz Barreto (599.124.487-15); Maria Cristina Vidal Pessolani (461.719.409-68); Marisa Faria da Rocha Alves (758.267.717-04); Sandra Regina Rodrigues Simonetti (937.271.868-87); Valdenir Bandeira Soares (507.514.767-49).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Oswaldo Cruz.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5074/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.303/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jose Roberto de Menezes Pontes (261.346.677-49); Manoel Jose da Silva (299.972.837-91); Marcia Ortiz Costa de Vasconcellos (994.313.197-72); Maria Sonia dos Santos (740.243.377-34).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5075/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.312/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ailton Galvao Goncalves (124.504.215-72); Amalia Barbosa de Souza (087.456.505-78); Leonidas Saldanha Lemos (094.262.055-00); Nildete Pacheco Bispo Costa (159.252.935-68); Rafael Ferreira da Luz (185.331.595-87).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5076/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Eliana Fraulob Pissini, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.341/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Eliana Fraulob Pissini (407.767.431-04).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5077/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Cristiane Moreira Mendes, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.425/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Cristiane Moreira Mendes (586.560.816-91).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alfenas.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5078/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.428/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Elizabete Regina Araujo de Oliveira (790.898.108-97); Neuza Teixeira Florentino (742.478.837-04).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5079/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Jose Ribamar Ferreira Araujo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.442/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose Ribamar Ferreira Araujo (625.154.117-20).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Cidadania.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5080/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Jair Alves Lima, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.445/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jair Alves Lima (259.876.316-53).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São João Del Rei.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5081/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.468/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Aroldo Cardoso da Cruz (419.421.677-68); Luiz Bruno (436.068.737-00); Manoel Aquino de Arruda (555.417.807-30); Monique Moura Barroso Ramos (863.934.487-68); Vera Regina de Sousa dos Reis (350.170.907-20).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5082/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.513/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adairton Ambrosio de Lima (142.948.261-34); Benedito Savio Lopes Pereira (241.217.541-15); Vanda Ramos de Moraes (137.768.861-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5083/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.514/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Maria Zacarias Silva Lima (037.993.282-20); Paulo Fernando Pimenta de Souza (109.267.802-63).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5084/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.572/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Elaine Terezinha Vedana (326.111.880-68); Maria Amelia Ferreira Martins dos Santos (115.866.482-68); Marlene Bertao (152.134.802-25); Sebastiana Maria da Silva (107.050.742-34); Teide Santana Portugal (079.550.222-20).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5085/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.619/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Joao Batista de Castro e Silva (487.854.237-34); Jose Pedro de Almeida (145.806.831-53).
1.2. Órgão/Entidade: Controladoria-geral da União.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5086/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.663/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Hamilton do Nascimento (181.017.122-91); Jose Antonio Correa de Lima (188.691.226-20); Maria Zelia Gomes Sobrinho (536.323.117-49); Mario Roberto Brasil Takeda (173.344.620-68); Regina Campos Correa Rodrigues (821.965.247-00).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5087/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.702/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Lourenco Maldonado Diarte (139.138.751-15); Rita Aracaqui Takita (099.320.701-49).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5088/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.768/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Regina Maria Rovigati Simoes (025.020.778-85); Regina Sonia Andrade Almeida (446.899.426-68).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5089/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Mercia Cardoso da Costa Guimaraes, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.770/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Mercia Cardoso da Costa Guimaraes (375.074.004-68).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5090/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho

de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.822/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Celeste Lino Goncalves (099.414.525-04); Katia Alcantara Leal Teixeira (209.083.425-00); Maria Beatriz Barreto de Sousa Cabral (271.517.865-49); Mariana Leite Cunha (313.660.315-04); Paulo Gilvane Lopes Pena (132.642.735-00).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5091/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Ieda Maria da Costa, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.824/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Ieda Maria da Costa (519.071.276-15).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5092/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Juliana Bueno de Abreu, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.828/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Juliana Bueno de Abreu (267.353.691-49).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (extinto).
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5093/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Dercyr Francisca Gonzales da Silva, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.843/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Dercyr Francisca Gonzales da Silva (433.595.409-30).
1.2. Órgão/Entidade: Superior Tribunal Militar.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5094/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de aposentadoria de Valquiria Sottomaior, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.854/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Valquiria Sottomaior (849.557.089-00).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5095/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.873/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Maria Iramir Gouveia Coelho (219.602.404-04); Maria Iramir Gouveia Coelho (219.602.404-04); Maria Onele da Silva (201.680.044-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5096/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de aposentadoria de Paulo Roberto Dragalzew, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.923/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Paulo Roberto Dragalzew (440.200.231-15).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região/go.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5097/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.954/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Eliomar Luiz Vasconcelos dos Santos (812.270.941-91); Sebastiao Vieira (208.201.356-15).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Educação.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5098/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de aposentadoria de Miguel Saraiva de Queiroz, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.992/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Miguel Saraiva de Queiroz (001.460.052-87).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5099/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.005/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Bartolomeu Jorge Santos de Araujo (095.109.075-53); Maria da Conceicao Costa Maia (082.027.455-00).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5100/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.044/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Carlos Arabicano Gheller (716.002.308-06); Claudionor de Noronha Jorge (343.326.008-78).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5101/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de aposentadoria de Carlos Alberto dos Santos Soares, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.064/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Carlos Alberto dos Santos Soares (237.852.250-91).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5102/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de aposentadoria de Maria Isabel Jose Soares da Rocha, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.143/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria Isabel Jose Soares da Rocha (114.732.231-72).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Educação.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5103/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.275/2022-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Geraldo de Souza Brasil (200.259.129-68); Julio Cesar de Carli (294.972.219-91).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/sc.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5104/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de aposentadoria de Maria Helena Martins Saldanha, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.361/2022-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Maria Helena Martins Saldanha (265.020.974-72).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5105/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.482/2022-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Alzira Maria dos Santos (294.555.612-04); Anibal Pereira de Lima (237.537.909-82); Geraldo Bonifacio Alves Ferreira (071.781.584-68).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5106/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de aposentadoria de Oswaldo Lino Soares, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.510/2022-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Oswaldo Lino Soares (043.075.937-15).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional da Propriedade Industrial.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5107/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de admissão de Marcelo Prado Manfrim emitido pela Caixa Econômica Federal e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam a irregularidade caracterizada pela contratação dos empregados após a expiração do prazo improrrogável do concurso público (junho de 2016), regido pelos Editais 001/2014/NM e 001/2014/NS;

Considerando que, por força de ordem judicial, proferida na Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 pela 6ª Vara do Trabalho da 10ª Região, o concurso teve sua validade prorrogada até o seu trânsito em julgado;

Considerando que os atos de admissão emitidos nessas circunstâncias devem ser considerados ilegais, com negativa de registro, sem prejuízo de que a relação contratual seja mantida enquanto permanecer hígida a decisão judicial, conforme o entendimento extraído do Acórdão 1.106/2020-TCU-Plenário, de relatoria da Ministra Ana Arraes, e a pacificada jurisprudência sobre o tema desta Corte;

Considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021 - Plenário (Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público de Contas.

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 260, § 1º do Regimento Interno, em considerar ilegal o ato de admissão de Marcelo Prado Manfrim, negando seu registro, encaminhar cópia deste acórdão à Caixa Econômica Federal e expedir as seguintes determinações:

1. Processo TC-012.766/2022-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Marcelo Prado Manfrim (019.150.895-06).

1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Caixa Econômica Federal que:

1.7.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 00059-10-2016-5-10-0006, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu por prazo indeterminado a validade dos certames regidos pelos Editais 001/2014-NM e 001/2014-NS;

1.7.2. encaminhe cópia desta deliberação ao interessado.

ACÓRDÃO Nº 5108/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de admissão de Camila Fernanda Souto Sciorra Assis emitido pela Caixa Econômica Federal e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam a irregularidade caracterizada pela contratação dos empregados após a expiração do prazo improrrogável do concurso público (junho de 2016), regido pelos Editais 001/2014/NM e 001/2014/NS;

Considerando que, por força de ordem judicial, proferida na Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 pela 6ª Vara do Trabalho da 10ª Região, o concurso teve sua validade prorrogada até o seu trânsito em julgado;

Considerando que os atos de admissão emitidos nessas circunstâncias devem ser considerados ilegais, com negativa de registro, sem prejuízo de que a relação contratual seja mantida enquanto permanecer hígida a decisão judicial, conforme o entendimento extraído do Acórdão 1.106/2020-TCU-Plenário, de relatoria da Ministra Ana Arraes, e a pacificada jurisprudência sobre o tema desta Corte;

Considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021 - Plenário (Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público de Contas.

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 260, § 1º do Regimento Interno, em considerar ilegal o ato de admissão de Camila Fernanda Souto Sciorra Assis, negando seu registro, encaminhar cópia deste acórdão à Caixa Econômica Federal e expedir as seguintes determinações:

1. Processo TC-014.037/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Camila Fernanda Souto Sciorra Assis (066.115.469-60).

1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Caixa Econômica Federal que:

1.7.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 00059-10-2016-5-10-0006, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu por prazo indeterminado a validade dos certames regidos pelos Editais 001/2014-NM e 001/2014-NS;

1.7.2. encaminhe cópia desta deliberação à interessada.

ACÓRDÃO Nº 5109/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.376/2022-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Carlos David de Sousa Macedo (053.178.803-27); Celia Maria da Costa Ferreira (952.257.574-72); Dolores Maria Ramos de Faria (042.976.605-04); Eloysa Santos Silva (015.870.763-06); Hugo Pietro de Souza Coutinho (094.710.854-89); Lara Antunes Martins Macedo (059.575.573-90); Laura Santos Silva (973.534.183-20); Zenilda da Silva Martins Macedo (351.115.693-91).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5110/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil de Marlene Aparecida Furtado Kerber, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.387/2022-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Marlene Aparecida Furtado Kerber (171.156.809-06).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5111/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil de Maria Anita Rodrigues, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.388/2022-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Maria Anita Rodrigues (184.035.653-72).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5112/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.454/2022-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Joao de Deus Sousa (012.229.612-53); Maria Jose Goncalves da Silva (376.419.992-04); Maria do Lago Silva (181.089.622-34).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5113/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.529/2022-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Adelir Martins Ribeiro do Nascimento Tulio (713.880.959-04); Adriana Maria da Conceicao Pinheiro de Albuquerque (710.836.344-53); Joao Carlos Cavalcanti de Albuquerque Junior (122.384.604-03); Maria Gorete Silva Farias de Souza (575.406.591-49); Maria da Penha Almeida Magalhaes (839.644.447-15); Zilda Pereira da Costa (416.464.281-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério Público Federal.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5114/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil de Valesca dos Santos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.542/2022-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Valesca dos Santos (630.977.105-15).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral da Bahia.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5115/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.552/2022-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Andrea Maria Ferreira de Oliveira (003.051.267-09); Eduardo Alves da Costa (026.708.877-91); Eunice Carvalhaes Alves (552.331.807-82); Leny de Freitas Trevisani (051.742.547-54); Vera Lucia da Silva Franco de Alcantara (071.895.897-75).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5116/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.593/2022-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Maria Clara Frazao Bezerra Alves (702.109.204-08); Monica Morais Frazao (335.942.954-00).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5117/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil de Eliana Gomes Guimaraes, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.610/2022-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Eliana Gomes Guimaraes (214.631.901-15).
1.2. Órgão/Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5118/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.644/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Fatima Farias Fonseca (548.475.327-91); Iara Maria Machado Silveira (915.025.430-87); Priscila Farias Mallet Fonseca (055.511.017-62).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Seguros Privados.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5119/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil de Antonio Dalvo Martins, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.647/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Antonio Dalvo Martins (116.136.537-00).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Turismo.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5120/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil de Shirley Queiroga Lautner, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.692/2022-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Shirley Queiroga Lautner (506.224.046-87).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5121/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de pensão civil das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.743/2022-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Aparecida Manente (378.154.408-78); Vera Maria Furtado Ribeiro (310.273.931-87).
1.2. Órgão/Entidade: Superior Tribunal Militar.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5122/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.746/2022-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Abigair Candida da Silva (223.538.521-49); Joana Deniz Pires da Fonseca (127.511.542-04); Juliberto de Oliveira (160.139.567-15).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5123/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de pensão civil de Sylvia Tavares do Amaral, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.877/2022-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Sylvia Tavares do Amaral (026.260.247-40).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Biblioteca Nacional.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5124/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de pensão civil das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.878/2022-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Maria Luzanira Tavora de Sousa (211.091.763-68); Maria do Socorro Bezerra Silveira (620.313.253-53); Rita Lima de Castro (115.053.113-49); Wanda Paula Gouveia (184.832.323-91).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (extinta).

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5125/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º do Regimento Interno do TCU e art. 7º, § 4º da IN 78/2018, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.035/2022-0 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessadas: Angelita Estrela Pompeu (046.619.348-30); Lais Bezerra Serra (067.862.941-20); Maria Abadia de Almeida Pompeu (033.833.948-59); Vania Bezerra Serra Hoffmann (066.512.831-20).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5126/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º do Regimento Interno do TCU e art. 7º, § 4º da IN 78/2018, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão militar de Joviniana de Moura Nascimento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-039.545/2020-2 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessada: Joviniana de Moura Nascimento (126.625.001-82).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5127/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, nos arts. 143, inciso V, alínea "a"; 169, inciso II; 212, do Regimento Interno/TCU, e no art. 6º, inciso II, c/c o art. 19 da IN/TCU 71/2012, em determinar o arquivamento do seguinte processo, sem julgamento de mérito, em face da ausência de pressupostos de sua constituição e de seu desenvolvimento válido e regular, sem prejuízo das providências descritas no subitem 1.7 desta deliberação.

1. Processo TC-011.386/2022-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Aluízio Bezerra de Oliveira (003.402.431-04); Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul - AC (04.012.548/0001-02).
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul - AC.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. Dar ciência desta deliberação ao Ministério do Desenvolvimento Regional e ao município de Cruzeiro do Sul/AC.

ACÓRDÃO Nº 5128/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea "a", 235 e 237, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, e dos arts. 103, § 1º, e 105, da Resolução-TCU 259/2014 (alterada pela Resolução-TCU 323/2020), em não conhecer da representação, por não atender aos requisitos de admissibilidade, e em determinar liminarmente o seu arquivamento, após ciência do teor desta deliberação ao representante.

1. Processo TC-009.300/2022-8 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Campina Grande - PB.
1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5129/2022 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de representação formulada perante este Tribunal em razão de possíveis irregularidades praticadas no âmbito do Departamento Regional em Santa Catarina do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Senai/SC, na condução da Cotação de Orçamento 454/2022, visando à contratação de material e mão de obra para serviços de jardinagem/roçada, com valor total estimado de R$ 7.300,00.

Considerando que, segundo o exame inicial empreendido pela Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas - Selog (peça 11), não se justifica a alocação dos limitados meios fiscalizatórios deste Tribunal na apuração dos fatos noticiados pelo representante, ante o baixo risco, relevância e materialidade do objeto da representação;

Considerando que, nesse caso, segundo disposto no art. 106 da Resolução TCU 259/2014, alterado pela Resolução TCU 323/2020, cabe o envio dos fatos noticiados ao conhecimento da unidade jurisdicionada, para a adoção das providências de sua alçada, e o arquivamento do processo, após ciência ao representante;

Considerando que, posteriormente à apreciação da representação pela Selog, sobrevieram ao feito elementos/informações adicionais apresentados pelo representante (peças 13 e 15), os quais não trouxeram qualquer fato novo que pudesse alterar o encaminhamento proposto pela unidade técnica;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993 c/c os arts. 143, incisos III e V, alínea "a", 169, inciso III, 235 e 237, inciso VII e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU e os arts. 103, §1º, e 106, §4º, inciso II, da Resolução TCU 259/2014, de acordo com o exame empreendido pela unidade técnica, em:

a) conhecer da presente representação;

b) considerar prejudicada a continuidade do seu exame por este Tribunal, diante do baixo risco, relevância e materialidade de seu objeto;

c) comunicar à entidade os fatos noticiados pelo representante, para adoção das providências internas de sua alçada e armazenamento em base de dados acessível ao Tribunal, com cópia para o Programa de Compliance e Integridade, sem prejuízo de encaminhar-lhe cópia da representação, da instrução da unidade técnica (peça 11) e desta deliberação;

c) determinar o arquivamento dos autos, após ciência desta deliberação ao representante.

1. Processo TC-014.051/2022-2 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Departamento Regional em Santa Catarina do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Senai/SC.
1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas - Selog.
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5130/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.147/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Cleuza de Oliveira Lourenco (631.618.939-72); Jose de Sousa Castro (515.639.166-49); Luzinete Cordeiro da Silva (172.264.144-49); Maria Jose Souza Printes (036.801.502-53); Sandra Mara Fasolini (193.695.901-10).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional do Índio.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5131/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.204/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Silvio Paes de Lima (209.208.494-15); Sonia Maria Santos Cesar (087.922.164-04); Uelmo Simoes de Oliveira (163.793.654-00).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5132/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.267/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ademar Bezerra Batista (079.195.142-15); Jose Geltrude Valerio da Silva Souza (127.621.212-72); Jose Humberto Silva (144.523.676-15); Julieta Mota Correa (162.417.702-68); Luiz Segefredo Negri (431.002.449-15).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5133/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.359/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Bento Ferreira Lopes Junior (357.792.419-53); Gilson Caetano dos Anjos (317.150.951-20); Idalva Pereira da Silva Carneiro (208.720.623-68); Raimundo Piedade dos Santos (044.147.482-91); Rosay Gallindo Martins (398.412.004-49).
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5134/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.380/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Monica Pringsheim da Cunha (158.875.615-72).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5135/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.391/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Vicente Bernardo Dias (838.214.068-87).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5136/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.420/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ademar Pedro de Souza (525.589.918-68); Vera Lucia Ferreira Luz (174.674.895-87).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5137/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.464/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Ana Alice Claudino Barreto Vilhena (655.723.007-72).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5138/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.486/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Ivanilda Alves Araujo (214.570.001-30).
1.2. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5139/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.512/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Tereza de Jesus Fernandes Magalhaes (192.573.253-34).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5140/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.776/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Barbara Zilda Ferreira (511.786.647-91).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5141/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.796/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria Aparecida Orsini de Carvalho Fernandes (595.372.648-15).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5142/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.805/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Aluisio Passos da Silva Junior (050.135.772-68); Arianne de Sa Leitao Fontoura Silva (374.462.074-34); Elmar Ferreira dos Santos (213.861.701-78); Inez Silvia Espindola Rodrigues (091.397.963-53); Valquiria de Lima Alves (122.807.802-59).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5143/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.813/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Sandra Seilla Pelaes de Avis de Oliveira (209.453.292-53).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Amapá.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5144/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.837/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Maria de Lourdes Gabriel Araujo Aguiar (256.185.041-20); Valeria da Fonseca Braga (274.086.551-15); Vani Carlos Frias (119.578.671-91); Walmira da Silva Maia (266.964.601-87).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5145/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.847/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Marcia Varges Soares do Vale (770.992.817-04).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5146/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.301/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Edison Francisco Valente (041.946.914-15); Laura Emilia Roumillac de Araujo (286.985.504-44).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5147/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.308/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Leonardo Correa Pires (259.566.126-49).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5148/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.164/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Aldair dos Santos Pinto (300.420.466-53); Delcio da Fonseca Sobrinho (199.822.406-68); Elias da Silva Antunes (249.252.926-68); Elizabeth Campos da Mota (222.421.476-68); Mirtes de Fatima Correa (199.836.546-87).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5149/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento

Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.171/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Joselia Maria de Araujo Lopes (266.253.003-06).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5150/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.216/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria da Conceicao Teles de Lima Santana (138.298.312-34).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência da Zona Franca de Manaus.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5151/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.231/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jose Carlos Cordeiro de Moura (225.671.001-72); Nelson Goncalves de Souza (207.961.969-15); Renato Halfen da Porciuncula (271.316.450-87); Rosemeire Costa Marques (165.020.005-68); Sandra Marques Rodrigues (545.059.501-82).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5152/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.247/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Maria Pinto dos Santos (089.173.965-34); Antonia Lucia Mascarenhas Matos (158.400.775-34); Antonio Pitta Correa (183.287.845-72); Cristina Maria do Nascimento (352.001.975-20); Vera Lucia Souza da Cruz Pinheiro (335.158.165-34).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5153/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.280/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose Carlos Vieira dos Santos (126.425.683-34).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5154/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.359/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Raimundo Nonato Gomes Feitosa (059.058.001-97).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5155/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.392/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Fernando Cintra Siqueira dos Santos (103.308.444-15); Lucia Helena Guimaraes de Sena (432.031.594-49).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5156/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.450/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Liliane Stelzenberger (162.012.302-97).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5157/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.492/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Edvaldo Marques Messias (926.428.378-15).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5158/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.533/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Adalberto Salgado Villardo (732.730.588-20).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5159/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.551/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Joao Batista Lino de Almeida Serique (065.572.282-34).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5160/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.553/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria da Penha Helmer (296.457.001-91).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5161/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.586/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria Regina da Silva da Costa (236.056.000-00).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5162/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.609/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Marco Tulio Vilaca Torres (227.147.076-53).
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Saúde Suplementar.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5163/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.708/2022-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Sergio Luiz de Abreu (475.415.129-15).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5164/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.721/2022-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Abrao Daher Elias (011.738.128-49).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5165/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.733/2022-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Arnaldo Goncalves da Silva de Queiros Mattoso (191.552.047-91); Marlene das Gracas Nascimento da Fonseca (700.370.007-72).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Artes.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5166/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.752/2022-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Adelelmo da Silva Marques (060.845.403-68); Ana Rita Lopes (382.025.732-20); Elias Agostinho de Oliveira (188.725.652-00); Raimunda de Souza Ferreira (112.348.902-59); Simei Pereira Cardoso Oliveira (255.378.493-72).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5167/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.763/2022-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Elzira Heinz (153.602.452-04); Jose Bento Ferreira (220.769.802-53); Neuro Mauricio de Castro (103.246.232-91); Nilda Carbonera (203.124.902-91); Noemia Ferraz de Oliveira (084.634.252-91).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5168/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.767/2022-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Sonia Maria dos Santos Nascimento (327.809.073-04).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região/PI.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5169/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.788/2022-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Bernardino Almeida da Silva (993.208.358-53).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5170/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V; 39, inciso II, da Lei 8.443/92; c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão referentes aos interessados abaixo relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.862/2022-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Luiz Tadeu Silva Lessa (112.927.174-91); Marcos Antonio Braga da Rocha (088.172.004-68); Placido Afonso Ferreira Neto (178.904.034-53).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5171/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V; 39, inciso II, da Lei 8.443/92; c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão referentes aos interessados abaixo relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.973/2022-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Clivanaldo Araujo Mendes (229.664.554-20); Sebastiao Soares Correia (026.792.724-04).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5172/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V; 39, inciso II, da Lei 8.443/92; c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de concessão referente a interessada abaixo identificada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.994/2022-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Maira Batista Borges (482.118.269-68).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5173/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V; 39, inciso II, da Lei 8.443/92; c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de concessão referente ao interessado abaixo identificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.007/2022-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Antonio Jose Loureiro (621.650.467-34).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5174/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V; 39, inciso II, da Lei 8.443/92; c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de concessão referente ao interessado abaixo identificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.015/2022-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Jose Nobre do Nascimento (039.921.602-20).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5175/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V; 39, inciso II, da Lei 8.443/92; c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de concessão referente ao interessado abaixo identificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.037/2022-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Eraldo Pereira Leite (468.746.667-20).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5176/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V; 39, inciso II, da Lei 8.443/92; c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de concessão referente ao interessado abaixo identificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.070/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Hamilton Antonio de Mello (210.774.447-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5177/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V; 39, inciso II, da Lei 8.443/92; c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão referentes aos interessados abaixo relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.113/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alberto Wagno de Lucena e Silva (204.310.154-49); Ayrton Teles de Moura (538.068.759-87).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5178/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V; 39, inciso II, da Lei 8.443/92; c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de concessão referente a interessada abaixo indicada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.168/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Petrucia Maria da Silva Viana (087.621.044-20).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5179/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V; 39, inciso II, da Lei 8.443/92; c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de concessão referente a interessada abaixo indicada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.254/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Marilia da Silva Caseiro (063.205.378-09).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5180/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V; 39, inciso II, da Lei 8.443/92; c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de concessão referente ao interessado abaixo indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.262/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Welington de Arruda Passarinho (378.236.801-06).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5181/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V; 39, inciso II, da Lei 8.443/92; c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de concessão referente ao interessado abaixo indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.313/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose Erevaldo Mira Cavallero (039.278.142-53).
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Mineração.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5182/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.872/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Jefferson Matheus Teixeira Santos (118.947.644-47); Marco Antonio Tavares Teixeira Santos (118.947.544-84).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5183/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.338/2022-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Maria Isabel Sales Wotikoski (076.132.807-64).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5184/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.343/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Cleonice Maria Alves Sampaio (151.637.683-87).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5185/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.397/2022-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Leonez Santos Silva (456.380.129-15).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5186/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.497/2022-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Maria Liduina de Oliveira Garcia (061.594.513-91); Moacir Melo (283.948.446-34).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (extinta).
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5187/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.530/2022-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Edith Som Peixoto Travassos (153.943.441-91); Luizia Francisca de Oliveira (828.871.281-91); Rita Maria Souza (462.361.201-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério Público Federal.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5188/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.534/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Maria Helena Pereira da Silva (365.146.161-00).
1.2. Órgão/Entidade: Superior Tribunal Militar.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5189/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.578/2022-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Gisele Benck de Moraes (923.278.930-20); Luisa Benck de Moraes (035.153.860-76); Tales Benck de Moraes (024.676.470-80).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5190/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.640/2022-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Gilmar Assis de Oliveira (446.594.406-30).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5191/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.670/2022-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Helenir Maria da Mata Bezerra (185.222.031-72); Rossine Luiz do Nascimento (010.233.571-00).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério de Minas e Energia.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5192/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.674/2022-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Camila Kiapuchinski Borges (100.564.709-75).
1.2. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5193/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.700/2022-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Jose de Ribamar Barros de Oliveira (119.759.543-00); Marilia Araujo e Oliveira (017.037.753-92); Marina Araujo e Oliveira (039.768.973-02).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5194/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.037/2022-2 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Janice Ediviges Basilio (068.448.388-24); Joana D Arc Basilio Agripino (052.108.048-79); Lucia Maria dos Santos Basilio (183.785.118-20); Marianny Vieira Magalhaes (145.783.078-75); Marta Balas Correia (267.357.848-04); Patricia Estima Correia Urzi (115.141.308-90); Teresa Aparecida Basilio (106.641.258-83); Vera Lucia Magalhaes Medeiros (969.153.828-87); Yara Rosa Fioravante (126.245.328-38).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5195/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.486/2022-1 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Daniela Alves da Silveira (857.387.601-82); Joana Alves Bezerra (086.509.227-32); Marjorie Alves da Silveira (838.201.671-53).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5196/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.496/2022-7 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Claudia Cristina Viegas (399.654.300-04); Daiane Fernanda Viegas (912.691.480-87); Martha Eliane Viegas (343.477.470-04).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5197/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 1132/2008 - TCU - Segunda Câmara, prolatado na sessão de 13/3/2018, Ata 7/2018, relativamente ao item "9.1", de modo que onde se lê: "Tesouro Nacional", leia-se: "Fundo Nacional de Cultura", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-006.775/2014-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Alvarina Sousa Silva (606.958.707-34); Locomotiva Cinema de Arte Ltda - Me (31.335.789/0001-65); Nilza Gomes Mourão e Lima (787.514.467-15).
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional do Cinema.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: Cristina Butignoli (158912/OAB-RJ) e Frederico de Moura Leite Estefan (79995/OAB-RJ), representando Locomotiva Cinema de Arte Ltda - Me; Cristina Butignoli (158912/OAB-RJ) e Frederico de Moura Leite Estefan (79995/OAB-RJ), representando Alvarina Sousa Silva.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5198/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso I; 41, da Lei 8.443/92; artigos 143, V, "a", 169, inciso VI, e 212 do Regimento Interno; c/c o artigo 40, inciso V, da Resolução TCU 191/2006, em determinar o arquivamento do processo a seguir indicado, sem julgamento de mérito, ante a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular, devendo ser dada ciência desta deliberação ao responsável, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-042.787/2021-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Francisco Edson Barbosa (054.334.024-44).
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Caiçara do Rio do Vento - RN.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5199/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-007.690/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Elias Jorge Amery Neto (019.306.838-98); Regina Mary de Lima Marinho (212.014.122-34); Teofilo Augusto Monteiro de Castro Arouca (502.216.808-10).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5200/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-014.591/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alaides Miranda Argolo (098.438.845-15); Evangival Pinto de Souza (191.377.295-00); Jose Lima dos Santos (152.107.825-49); Mariluce Macedo Oliveira Castro (162.943.865-00); Oldaque Marques de Oliveira (062.202.075-72).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5201/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-014.614/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Marlene Bernardes de Rezende Tute (140.284.846-34).
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5202/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-014.810/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Lucas Monteiro Chaves (374.939.656-68).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Lavras.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5203/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-014.867/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Edvaldo Pereira do Nascimento (137.157.555-04); Maria de Lourdes Mendes Menezes (325.955.659-15); Samuel Pinto Granja Neto (057.269.641-87); Sivaldo Rodrigues Costa (340.220.075-91); Tania Lucia da Silva Andrade (288.695.595-72).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5204/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-014.877/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Henrique Alberto Alves de Oliveira (551.712.497-68).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5205/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-014.926/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Nalu de Souza Nogueira (272.005.741-04).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5206/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-015.092/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Baltazar Alves Pereira (093.460.821-00); Fortunato Barbosa da Silva (136.873.871-00); Maria de Fatima Soares Coelho Porto (219.340.451-87); Terezinha Pereira da Silva (215.457.901-91); Vitor Pereira de Oliveira (127.028.893-87).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5207/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-015.125/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Maria Idacalma Alves Medeiros (201.300.312-91); Maria Leny dos Santos Evangelista (046.866.322-34); Nympha Carmen Akel Thomaz Salomao (025.814.342-87); Rozineide Conceicao da Silva (112.504.882-49); Soraia Veras Barreto Tavares (144.742.552-91).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5208/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-015.136/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Celia Maria de Medeiros Rodrigues Almeida (105.754.214-87); Jose Marques Pontes (052.268.212-04); Maria da Costa e Silva (115.145.072-34); Maria do Socorro Silva Chiecco (206.124.354-15); Sergio Artur Ignacio (622.647.887-04).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5209/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-015.145/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Marcos Antonio Maciel da Silva (167.491.464-49); Roseilda Santos Patriota Queiroz (487.250.724-04); Vanildo Bezerra de Carvalho (193.213.254-68).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5210/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-015.171/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jocimar de Lima (039.080.542-49).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5211/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-015.186/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Carlos Alberto de Paula Silveira (540.500.307-72).
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5212/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-015.189/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Rosa Maria dos Santos Manso Sakamoto (661.587.967-00).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5213/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-015.195/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Telma Maria Souza Silva da Silva (086.150.392-91).
1.2. Órgão/Entidade: Extinto Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, pasta atualmente incorporada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5214/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-015.203/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Edileia Maria da Silva Mesquita (055.904.182-91).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural da Amazônia.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5215/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-015.220/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonia Piber Machado (303.616.800-15); Eliude Costa Menezes (146.689.555-15); Jorge de Barros Acioli (593.498.327-04); Jose Maximo da Silva Filho (884.868.698-20); Maria Herminia Tonini (000.199.168-09).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5216/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-015.254/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Francisca Evanice Souza da Silva (134.591.473-34); Regina Marta Tomas Vasconcelos (244.971.003-59).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5217/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-015.262/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Celia Maria Rodrigues Pereira Leite (188.638.764-87); Eleoneide Correia do Nascimento (024.901.854-38); Marcia Porto da Silva (379.506.811-87); Mario de Oliveira Filho (132.024.804-72); Rui Nobrega de Pontes (113.842.204-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5218/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-015.287/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Eunice da Piedade (419.815.296-91).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5219/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-015.314/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Catarino Barros Monteiro (016.957.462-87); Leonila Sampaio Duarte Picanco (051.226.782-00); Maria Cristina Corte Pimentel dos Santos (163.921.592-15); Nelsiana Duarte Teixeira (098.422.332-00); Tiago dos Santos Pereira (086.156.672-68).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5220/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-015.329/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Gercino Alonso da Silva (165.446.924-68).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5221/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-015.351/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose Gomes Vieira (004.425.261-72).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5222/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-015.368/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria Margareth Monteiro e Silva (442.099.916-00).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro de Museus.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5223/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-015.372/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Claudio Batista Rodrigues (723.793.246-20); Luis Carlos Crocco Afonso (236.888.666-49).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5224/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-015.412/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria Gizelia da Rocha Fonseca (466.265.814-49).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5225/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-015.419/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Eliezer Mariano Rodrigues (051.809.533-91).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Ceará.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5226/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-015.483/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Wilson Francisco da Silva (202.762.301-91).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5227/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-015.485/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Severino Ferreira dos Santos (474.193.777-15).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5228/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-015.507/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alzira Joaquim Ribeiro Monteiro (373.261.987-72); Denise Reis Firmino Pinto (710.186.467-87); Joubert de Oliveira Florentino (716.050.377-53); Luis Carlos Gil da Silva (442.178.207-63); Luzia Mendes Marinho Costa (665.883.247-15).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5229/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-015.544/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Celia Regina Paixao Sales (326.353.545-53); Liane Terezinha Loch Espindola (385.326.899-49); Selma Ferreira Cardoso (007.732.448-08).
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5230/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-015.558/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Maria Cerqueira Lima (233.797.075-20); Arivaldo Leao de Amorim (116.116.345-04); Leda Fernandes Barbosa Sergio (243.381.685-87); Sandra Maria Martins de Faria (329.224.185-53); Suely Moraes Ceravolo (082.338.798-43).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5231/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-015.572/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adrienne Pinheiro da Rocha Lima de Melo (327.057.001-53); Dilson Ferreira Pedrosa Filho (164.183.601-68); Genesio Nolli Filho (384.482.979-20); Josafa Publio da Paixao Neto (275.020.905-68); Talvanes Barreto da Paixao (103.868.745-49).
1.2. Órgão/Entidade: Advocacia-Geral da União.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5232/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-015.810/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose da Cruz Machado (079.222.136-20).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Lavras.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5233/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-015.812/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Almir da Silva Medeiros (030.811.172-91); Aminadal Gonzaga de Souza (160.572.872-15); Maria Amalia Barbosa Pereira (054.465.032-87).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5234/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-015.823/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adelia de Jesus Teixeira (399.284.976-72); Claudia Marisa Ferreira Machado Pimenta (563.814.176-68); Jackson Aparecido Gomes Vieira (549.059.586-87); Marcos Goncalves Pereira (444.737.536-20).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5235/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-015.828/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Guerino de Resende Siviero (488.580.996-72); Marisa Cardoso dos Santos (204.337.782-53); Mouzar Borges dos Santos (066.706.602-00); Paulo Francisco Ribeiro Filho (374.243.947-20).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional do Índio.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5236/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-015.838/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Sarah Maria Silveira Antunes (310.225.021-15).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5237/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-015.840/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria Senhorinha Oliveira Silva (044.003.858-84).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5238/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-015.848/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Claresto Donizete Garcia (002.140.838-61); Florisvaldo Gomes da Silva (062.984.352-04); Raimundo Ramos das Neves (063.053.182-04).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5239/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-016.304/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose da Cruz Campos Sousa (183.795.323-68).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5240/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-017.086/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria Bethania da Costa Chein (717.254.317-34).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5241/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-017.156/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Liane Mara Rockenbach (499.225.640-68).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 4ª Região.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5242/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-017.191/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Conceicao Aparecida Pereira de Sousa Ribeiro (479.498.569-04); Geralda Luiz de Almeida (162.216.992-15); Ivone de Deus Duarte (283.352.602-49); Joao da Silva (113.418.822-68); Osny Blanco Dutra (300.249.199-34).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5243/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-017.194/2022-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Amelia Gomes da Silva (246.487.012-91); Arlete Maria Leite Franco (579.457.137-34); Edson Ribeiro Lopes (085.270.082-20); Francisco Teotonio Sobrinho (106.620.902-25); Mercedes Scalzer (115.197.112-04).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5244/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-017.203/2022-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Iraci Ribeiro Santos Andrades (079.207.682-68); Ivone Massotti de Farias (470.754.579-34); Telma de Castro Mineto (105.071.162-91).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5245/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-017.208/2022-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Helenita Vieira Braga Caetano (081.132.893-72); Liesbeth Guth de Paiva (153.126.071-34); Marcia Elizabeth de Sena (104.403.214-68); Regina de Jesus Marquezine Braga (659.948.097-72); Virginia Fatima Rocha de Souza Bonfim (339.122.381-20).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5246/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-017.215/2022-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Neuzeli de Carvalho Motta Silva (489.019.627-72); Solange Vitoria de Souza (262.062.181-04); Vania Maria Fernandes Brito (782.346.467-53).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5247/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-017.226/2022-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Francisco Ivo Rodrigues de Araujo (028.205.602-53); Luiz de Freitas Barros (078.571.602-53).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Acre.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5248/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-017.241/2022-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Jose Vital de Araujo Fagundes (084.931.701-00); Maria Isabel de Souza Lima Di Pilla (098.416.101-59).

1.2. Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5249/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-017.244/2022-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Joao Tavares de Menezes (528.884.287-68).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro de Museus.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5250/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-017.320/2022-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antonio Carlos Alvim Barbosa (106.641.656-72); Helena Maria Cordeiro Siqueira (253.327.326-00); Jorge Januario da Costa (180.029.196-53); Nilta Alves de Souza (327.842.286-49); Sebastiao Welington de Melo (297.506.106-44).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5251/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-017.370/2022-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Jose Dario de Aguiar Filho (187.147.814-68).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região/RN.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5252/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-017.373/2022-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Edivaldo Santos Costa (163.848.732-49); Fatima de Souza Guimaraes Barbosa (177.290.762-68); Jose Carlos da Silva Fonseca (094.015.552-49); Marilia Brito Xavier Goes (268.852.392-91); Roberval Leite de Menezes (388.516.102-82).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5253/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-017.438/2022-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Elisabeth Kimie Kitamura (992.146.108-78); Maria Eunice dos Santos (143.079.282-53); Rosani Barcelos (363.922.359-49).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Rondônia.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5254/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-017.535/2022-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antonio Del Maestro Filho (298.034.976-34); Carla Tereza Araujo Diniz (385.523.886-34); Joao Bosco Batella (319.736.806-10); Marieta Cardoso Maciel (118.279.046-15); Romero Harlem Morais (481.522.776-49).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5255/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-017.562/2022-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Celio Vidal Brito (163.758.312-53); Cleia Pereira Barbosa (112.644.462-68); Eliana Nascimento da Fonseca Teles (388.498.522-15); Maria das Dores Tomaz Pontes (066.920.952-04); Rosalio Coutinho da Silva (072.894.722-68).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5256/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-017.573/2022-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ademar Salvalaggio (302.400.509-91); Celso Antonio Teixeira Gois (203.257.032-72); Edmilson da Encarnacao Melo (114.143.082-72); Florinda de Paula (106.376.132-87); Ribamar Guido do Nascimento (079.940.602-34).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5257/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-017.596/2022-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Angela Maria Speroto Rodrigues (394.892.217-91); Angela Maria Vieira Turial (730.370.877-49); Joao Pedro Leandro Brandemburg (388.203.237-53); Mariza Martins Marques (539.642.097-91).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5258/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-017.635/2022-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Eleazar Moura (003.771.714-68); Mozart da Silva Brasil (218.970.694-72).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5259/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-017.657/2022-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Carlos Alberto Solon de Oliveira (247.979.284-68); Elias Gomes da Silva (180.912.454-91); Mario Sette (128.289.474-91); Nelcy Ferreira Chaves (095.826.494-53); Sandra Suely Goncalves Santos (451.933.554-04).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5260/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-017.679/2022-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Janeide Cavalcanti de Morais Teles (402.493.285-34); Jose Inacio Albino (204.049.132-53); Jurandy Moreira Duarte (386.461.456-20); Nilton Donizete de Oliveira (281.331.619-91); Weber Vieira Vasconcelos (367.996.293-20).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5261/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-017.750/2022-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Mara Beatris Fonseca Amaral (535.432.620-68).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Rio Grande.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5262/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-017.751/2022-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Eldina Rodrigues da Silva (188.657.202-04); Havany Roraima Ferreira Quintella (225.390.692-15); Lucia de Fatima Cunha Pastana (389.792.097-20); Roberto Marcon (375.975.318-34); Theotonio Pereira de Mendonca Neto (182.888.042-68).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5263/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-017.756/2022-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antonia Maria dos Santos Brito (051.314.642-34); Maria de Nazare da Costa Moreira (109.944.242-72); Neuza Brito Sarmento (229.146.092-72); Odete Barros dos Santos Paula (072.918.252-53); Rosangela Silva Santos (146.211.342-72).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5264/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-017.889/2022-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ajax Lins Pereira (000.312.324-34); Luiz Alves Pereira (166.476.294-91); Moises Calixto da Silva (039.045.804-00); Moises Calixto da Silva (039.045.804-00); Nair Ignez de Andrade Maranhão (002.115.164-49).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5265/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-018.272/2022-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Benedito da Fonseca Santos (048.569.292-91).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5266/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-018.302/2022-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Cleber Vieira Costa (136.726.736-68); Wilse Arena da Costa (284.041.491-00).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5267/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-018.337/2022-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Carlos Alberto Vasconcelos David (126.845.896-15); Maria Luiza Borges de Magalhaes (708.515.906-59); Paulo Fabian Silva Santiago (686.676.125-53); Raimundo Olavo Silveira de Magalhaes (017.610.722-34); Sizenando Pitigliani Junior (781.461.439-20).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5268/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-018.471/2022-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Walter Erico Hoffmann (243.359.167-87).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5269/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-018.548/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Francisco Juarez Henrique (074.689.030-34).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Maria.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5270/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-010.825/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Leonardo Alves Vargas (054.443.446-37).
1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5271/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-011.954/2022-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Lazaro Idino Bagliano (147.247.316-72); Lazaro Idino Bagliano (147.247.316-72).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5272/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-015.867/2022-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Rosemary Gervasio Ladeira (102.055.196-87).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5273/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-015.876/2022-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Andrei Ghiraldelli Bedrin (332.135.648-18).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5274/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-016.340/2022-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Maria Aparecida Correa Rodrigues (127.634.463-53); Maria da Graca Oliveira Estrela (044.001.943-53); Yone Bastos Azevedo (012.242.633-91).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5275/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-016.347/2022-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Juraci Silva de Godoy (430.626.529-34); Ricardo Rizzo Neto (205.554.588-49).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5276/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-016.398/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ana Claudia Tavares Dutra dos Santos (449.841.703-87); Gabriel Tavares Dutra dos Santos (619.577.543-62).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região/MA.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5277/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-016.409/2022-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Dulcineia Pelegrineli Campos (005.082.857-63); Vera Lucia Orphao Bourget (606.030.977-15).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional da Propriedade Industrial.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5278/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-016.422/2022-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Marilene Henrique dos Santos (470.592.653-68).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5279/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-016.430/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Maria de Lourdes de Pinho e Souza Souza (346.304.907-44).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5280/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-016.434/2022-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Elisabeth Siqueira Campos Vogel (694.379.398-53); Marcia Tavares de Souza e Mello (384.600.767-68).
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5281/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-016.441/2022-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Eunice Beatris Intini (276.757.001-63).
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Mineração.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5282/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-016.515/2022-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Gabrielle Ferreira Goncalves Dorville de Araujo (105.126.394-85); Gleide Ferreira Goncalves Dorville (239.883.554-53).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5283/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-016.544/2022-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Maria de Lourdes Simoni da Silva (055.370.407-94).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5284/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-016.569/2022-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Nelma Terezinha Kaszuba (264.687.430-87).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 4ª Região.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5285/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-016.605/2022-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Henrique Alberto Baez Sampaio (009.348.607-34).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5286/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-016.625/2022-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Julia Ferreira Matos (643.127.639-68).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5287/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-016.717/2022-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Francisco de Assis Xavier de Souza (306.699.107-59); Lucas Inacio (102.672.321-36).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério Público do Trabalho.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5288/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-016.722/2022-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Celia Cavalcante Lima Ferreira (454.973.541-49).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5289/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-011.160/2022-5 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessado: Sandra Maria Benevides de Miranda (073.979.297-02).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5290/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-012.030/2022-8 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessado: Kenia Popoviche de Bittencourt (457.634.700-44).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5291/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-012.052/2022-1 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Nyrma Cristina Sardenberg de Almeida Campos (182.178.341-72); Rosane Sardenberg de Almeida (184.012.361-34).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5292/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-012.493/2022-8 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessado: Elizabeth Lopes Ramos (027.298.047-14).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5293/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-012.998/2022-2 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Licia Valadao de Araujo (330.529.305-59); Marli Valadao de Araujo (028.062.585-53).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5294/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-013.112/2021-0 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessado: Lurdes Soster Lorenzoni (802.103.680-04).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5295/2022 - TCU - 2ª Câmara

Considerando tratar-se de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal, em razão da não consecução dos objetivos pactuados no Contrato de Repasse 236.762-03/2007 (Siafi 607559), firmado entre o então Ministério das Cidades, representado pela Caixa, e o município de Casa Nova - BA, que tinha por objeto a ampliação do sistema de abastecimento de água municipal.

Considerando que o município de Casa Nova - BA foi citado em razão da utilização de recursos federais provenientes do referido contrato de repasse em objeto diverso, com desvio de finalidade, em benefício do ente federado.

Considerando que as alegações de defesa do município de Casa Nova - BA não lograram desconstituir a irregularidade a ele atribuída, cabendo ser rejeitadas.

Considerando que não é possível a aferição da boa-fé do município de Casa Nova - BA, por se tratar o ente federativo de pessoa jurídica, nos termos do Acórdão 1.577/2007-TCU-Segunda Câmara, situação na qual deve ser aplicado ao caso o disposto nos §§ 3º ao 5º, do art. 202 do Regimento Interno do TCU;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 12, §§ 1º e 2º, da Lei 8.443/1992, e art. 202, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em fixar novo e improrrogável prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que o município de Casa Nova - BA efetue e comprove, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia a seguir especificada aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir das datas indicadas até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Data da Ocorrência	Valor Histórico (R$)
09/06/2014	2.666,34
16/06/2014	2.704,26
18/06/2014	1.394,81
18/06/2014	2.168,84
18/06/2014	938,92
02/09/2014	3.743,95
02/09/2014	4.390,24
02/09/2014	2.898,30
03/09/2014	2.568,56
03/09/2014	2.551,05
03/09/2014	1.080,83
05/09/2014	2.103,94
24/09/2014	2.781,72
29/09/2014	5.235,79
29/09/2014	2.095,98
01/10/2014	1.234,29
09/10/2014	640,43
13/11/2014	2.045,22
13/11/2014	2.883,09
13/11/2014	604,26
18/11/2014	11.050,48
19/11/2014	1.200,00
21/11/2014	3.392,30
21/11/2014	3.892,94
21/11/2014	2.824,36
21/11/2014	1.198,90
21/11/2014	1.539,78
12/12/2014	1.564,17
09/01/2015	2.031,01
12/01/2015	692,26
29/01/2015	1.257,30
29/01/2015	1.481,15
29/01/2015	1.061,76
04/02/2015	4.362,61

1. Processo TC-029.171/2019-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Orlando Nunes Xavier (078.336.525-04); Município de Casa Nova - BA (13.691.811/0001-28); espólio de Wilson Freire Moreira (249.785.798-99).

1.2. Unidades Jurisdicionadas: Ministério das Cidades (extinto); Município de Casa Nova - BA.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: Joelma da Costa Silva, representando o espólio de Wilson Freire Moreira.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dar ciência ao município de Casa Nova - BA que a liquidação tempestiva do débito atualizado monetariamente sanará o processo e permitirá que as respectivas contas sejam julgadas regulares com ressalva e lhe seja dada quitação, ao passo que a ausência dessa liquidação tempestiva levará ao julgamento pela irregularidade das contas, com imputação de débito, a ser atualizado monetariamente e acrescido de juros moratórios.

1.7.2. encaminhar cópia deste acórdão e da instrução (peça 59) ao município de Casa Nova - BA.

ACÓRDÃO Nº 5296/2022 - TCU - 2ª Câmara

Considerando tratar-se de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde em desfavor de Luís Coelho da Luz Filho e Gilberto José de Melo, ex-prefeitos do município de Paulistana/PI, em razão de irregularidade na execução do objeto previsto no Termo de Compromisso TC/PAC 0538/07 (Siafi 629277), que previa a construção de sistema de abastecimento de água;

Considerando que a irregularidade verificada foi a execução de obras em terrenos sem comprovação da titularidade pelo município;

Considerando que, no âmbito do Tribunal, concluiu-se que apenas o ex-prefeito Luís Coelho da Luz Filho deveria ser citado pela irregularidade, não havendo responsabilidade a ser atribuída a Gilberto José de Melo;

Considerando que regularmente citado, o responsável apresentou alegações de defesa;

Considerando que restou comprovado que a obra foi concluída com os recursos repassados e que atingiu aos objetivos do ajuste, não havendo prejuízo ao erário ou ausência de comprovação do nexo de causalidade;

Considerando que remanesce apenas a ressalva quanto à comprovação documental da titularidade do terreno, de responsabilidade do ente público convenente, o que não obsta a fruição de um objeto de interesse social plenamente executado;

Considerando que as conclusões da unidade instrutora e do Ministério Público junto ao TCU (MPTCU) são no sentido de que não existe ilegalidade apta a fundamentar o julgamento pela irregularidade das contas dos gestores;

Considerando que, uma vez citado o responsável e tendo ele gerido os recursos em foco, não é o caso de arquivamento dos autos diante da ausência de prejuízo ao erário, mas sim de julgamento das contas, como propõe o MPTCU;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/92, e art. 143, I, a, do Regimento Interno do TCU, em julgar regulares com ressalva as contas de Luis Coelho da Luz Filho, dando-lhe quitação;

1. Processo TC-029.393/2020-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Gilberto Jose de Melo (145.913.834-15); Luís Coelho da Luz Filho (227.285.385-49).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Piauí.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: Adriano Moura de Carvalho (4.503/OAB-PI), Uanderson Ferreira da Silva (5.456/OAB-PI) e outros, representando Luis Coelho da Luz Filho.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5297/2022 - TCU - 2ª Câmara

Considerando tratar-se de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento Regional em razão de não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União à conta do Termo de compromisso 0412/2010 (Siafi 662173), firmado entre o órgão federal e o município de Ibaiti - PR, e que tinha por objeto a "Reconstrução de 120km de estradas vicinais, recuperação de 10.000 de pavimentação de vias urbanas e reconstrução de 32 pontes localizadas no município de Ibaiti-PR";

Considerando que o município de Ibaiti - PR foi citado em razão da aplicação de recursos federais em finalidade diversa daquela previamente pactuada, sem autorização prévia do órgão repassador, em benefício do ente federado;

Considerando que e as alegações de defesa do município de Ibaiti - PR não lograram desconstituir a irregularidade a ele atribuída, cabendo ser rejeitadas.

Considerando que não é possível a aferição da boa-fé do município de Ibaiti - PR, por se tratar o ente federativo de pessoa jurídica, nos termos do Acórdão 1.577/2007-TCU-Segunda Câmara, situação na qual deve ser aplicado ao caso o disposto nos §§ 3º ao 5º, do art. 202 do Regimento Interno do TCU;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 12, §§ 1º e 2º, da Lei 8.443/1992, e art. 202, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em fixar novo e improrrogável prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que o município de Ibaiti - PR efetue e comprove, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia a seguir especificada aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir da data indicada até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)	Tipo da parcela
10/9/2010	160.155,35	Débito
25/11/2010	339.771,07	Débito
6/12/2010	20.554,50	Débito
26/10/2010	618,01	Crédito
13/12/2010	639,29	Crédito

1. Processo TC-046.767/2020-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Luiz Carlos Pete dos Santos (038.805.089-68); Município de Ibaiti - PR (77.008.068/0001-41).

1.2. Unidades jurisdicionadas: Ministério do Desenvolvimento Regional e Município de Ibaiti - PR.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: Juventino Antonio de Moura Santana (37.806/OAB-PR), representando o Município de Ibaiti - PR.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dar ciência ao município de Ibaiti - PR de que a liquidação tempestiva do débito atualizado monetariamente sanará o processo e permitirá que as respectivas contas sejam julgadas regulares com ressalva, dando-lhe quitação, nos termos do art. 12, § 2º, da Lei 8.443/1992, e do art. 202, § 4º, do Regimento Interno do Tribunal, ao passo que a ausência dessa liquidação tempestiva levará ao julgamento pela irregularidade das contas, com imputação de débito, a ser atualizado monetariamente e acrescido de juros moratórios;

1.7.2. encaminhar cópia deste acórdão e da instrução (peça 72) ao município de Ibaiti - PR.

ACÓRDÃO Nº 5298/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos artigos 143, V, "a, 243, e 169, IV, do RITCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, ACORDAM em:

acolher as razões de justificativa apresentadas por Fernando Dinoá Medeiros Filho e Elis Treildler Öberg;

considerar cumpridos os itens 9.3.1 e 9.3.2 do Acórdão 811/2019-2ª Câmara;

encaminhar cópia desta deliberação à OAB/AL para que adote as providências que julgar necessárias, em relação à atuação de Rogério Melo Teixeira, OAB/AL 8.906, no âmbito do processo 0001711-82.2017.5.19.0004;

encaminhar cópias desta deliberação e da instrução que a suporta a Fernando Dinoá Medeiros Filho, à Elis Treidler Öberg e à Companhia Docas do Rio Grande do Norte;

encaminhar cópia desta deliberação ao Ministério da Infraestrutura; e

arquivar estes autos.

1. Processo TC-028.327/2013-6 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2012)

1.1. Apenso: 028.404/2016-5 (Monitoramento)

1.2. Responsáveis: Agnelo Rossi da Silva (665.010.407-87); Alvaro Fernandes Freire Filho (155.100.774-68); Augusto Tasso Fragoso Pires (408.305.007-15); Cleidemario Luiz de Souza (359.026.041-68); Elis Treidler Oberg (310.558.777-20); Eládio de Santana Brasileiro (981.120.237-00); Emerson Fernandes Daniel Júnior (074.212.814-87); Eugenio Leopoldo Rosado Cascudo Rodrigues (201.830.544-15); Fernando Dinoa Medeiros Filho (421.650.834-00); Flavio Jose Cavalcanti de Azevedo (019.870.894-72); Gustavo Henrique Teixeira de Faria (027.880.164-17); Hanna Yousef Emile Safieh (037.959.854-04); Janete Duarte Mol (706.380.636-04); Josimar Nogueira de Lima (086.178.214-34); Luiz Cláudio da Silva Cabral (794.681.287-68); Luiz César Brandão Maia (068.085.571-87); Lúcia Malnati Panariello (002.768.818-69); Manoel Alves Neto (071.296.454-15); Maurício Bailly de Sá Peixoto (027.709.117-91); Mônica Maria Libório Feitosa de Araújo (323.439.224-20); Pedro Terceiro de Melo (098.224.294-87); Regina Celia Dias (539.592.641-00); Reginaldo Lafayete da Silva Abreu (335.137.831-91); Rosiana Lima Beltrão Siqueira (347.472.494-00); Silvano Barbosa Bezerra Antas (466.651.294-20); Wilson do Egito Coelho Filho (085.541.881-87).

1.3. Entidade: Companhia Docas do Rio Grande do Norte.

1.4. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraPor).

1.7. Representação legal: Yuri Andrade de Alexandria Medeiros (8839/OAB-RN), Joao Paulo Pereira de Araújo (6957/OAB-RN); Rogerio Melo Teixeira (8.906/OAB-AL); Antônio Tenório Cavalcante Neto (7917/OAB-AL) e Marcelo Madeiro de Souza (7334/OAB-AL).

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5299/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, com fundamento no artigo 143, inciso V, "d", do Regimento Interno do TCU, c/c o Enunciado 145 da Súmula TCU, ACORDAM, em promover, por inexatidão material, o apostilamento abaixo nos itens 9.4 e 9.5 do Acórdão 2.621/2022-2ª Câmara, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

Onde se lê: "9.4. aplicar, individualmente, à Fundação Universa e à Paulo Roberto Torres Guimarães multa de R$ 70.000,00 (setenta mil reais), a ser recolhida aos cofres do Tesouro Nacional, com atualização monetária calculada desde a data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado";

Leia-se: "9.4. aplicar, individualmente, à Fundação Universa e à Paulo Roberto Torres Guimarães multa de R$ 70.000,00 (setenta mil reais), com fundamento no artigo 57 da Lei 8.443/1992, a ser recolhida aos cofres do Tesouro Nacional, com atualização monetária calculada desde a data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;"

Onde lê: "9.5. aplicar a Everton Francisco Alves multa de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), a ser recolhida aos cofres do Tesouro Nacional, com atualização monetária calculada desde a data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado";

Leia-se: "9.5. aplicar a Everton Francisco Alves multa de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), com fundamento no artigo 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, a ser recolhida aos cofres do Tesouro Nacional, com atualização monetária calculada desde a data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;"

1. Processo TC-001.708/2017-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Everton Francisco Alves (048.177.236-70); Fundação Universa (03.218.102/0001-76); Paulo Roberto Torres Guimarães (274.669.146-91).

1.2. Unidade: Secretaria Especial de Direitos Humanos.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Gestão de Processos.

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5300/2022 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o óbito da responsável ocorreu antes do trânsito em julgado da decisão condenatória, e que, portanto, não há como persistir a penalidade de multa, por tratar-se de sanção personalíssima;

os ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 3º, § 2º, da Resolução-TCU 178/2005, rever, de ofício, o Acórdão 11.601/2020-2ª Câmara, item 9.5, para tornar insubsistente a multa aplicada a Fernando Sérgio de Melo Portinho, em razão de seu falecimento, antes do trânsito em julgado da decisão condenatória, fazendo a notificação abaixo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.038/2016-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Fernando Sérgio de Melo Portinho (097.926.607-63); Fundação de Apoio a Universidade do Rio de Janeiro (06.265.414/0001-29) e Luiz Carlos Dias da Costa (367.481.707-10).

1.2. Entidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Gestão de Pessoas.

1.6. Representação legal: não atuaram.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1 notificar o espólio da dívida constituída pelo Acórdão 11.601/2020-2ª Câmara, item 9.4, na pessoa de Ângela Maria Soares Portinho, com fundamento no inciso I do artigo 1.797 do Código Civil.

ACÓRDÃO Nº 5301/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento no artigo 27 da Lei nº 8.443/1992, c/c os artigos 143, I, a, 169, V, e 218, §2º, do RITCU, ACORDAM em dar quitação aos responsáveis, conforme itens abaixo, em encaminhar cópia desta deliberação ao Fundo Nacional de Saúde e em encerrar este processo, conforme pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-005.481/2013-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 005.440/2019-0 (Cobrança Executiva); 005.445/2019-1 (Cobrança Executiva); 005.438/2019-5 (Cobrança Executiva); 005.441/2019-6 (Cobrança Executiva); 005.443/2019-9 (Cobrança Executiva); 005.442/2019-2 (Cobrança Executiva).

1.2. Responsáveis: Fernando Passos Cupertino de Barros (195.630.601-30); Hospfar Industria e Comercio de Produtos Hospitalares S.A. (26.921.908/0001-21); Luiz Antônio Aires da Silva (118.366.601-20); Medcomerce Com de Med e Prod Hospitalares Ltda (37.396.017/0006-24); Ml Operações Logísticas Ltda em recuperação judicial (03.553.585/0001-65).

1.3. Entidade: Fundo Nacional de Saúde.

1.4. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4.1. Ministro que se declarou impedido nos autos: Ministro Aroldo Cedraz.

1.5. Representante do Ministério Público: Cristina Machado da Costa e Silva Procuradora-Geral.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Gestão de Processos.

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.8.1. dar quitação à Medcomerce - Comercial de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda. (37.396.017/0006-24), ante o pagamento integral do débito solidário imputado e o recolhimento integral da multa aplicada, por este Tribunal, respectivamente, pelos itens 9.3.2 e 9.4 do Acórdão 4.820/2017-2ª Câmara - peças 72 e 354/357;

1.8.2. dar quitação a Fernando Passos Cupertino de Barros (195.630.601-30) e Luiz Antônio Aires da Silva (118.366.601-20), exclusivamente em relação ao débito solidário que lhes foi cominado por este Tribunal, por meio do item 9.3.2 do Acórdão 4.820/2017 - 2ª Câmara - peça 72.

ACÓRDÃO Nº 5302/2022 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o responsável faleceu em 27/11/2016, antes, portanto, do trânsito em julgado da decisão condenatória, conforme comprova certidão de óbito acostada a estes autos;

considerando que a cobrança executiva da multa junto aos sucessores não é possível quando o falecimento do responsável acontece antes do trânsito em julgado do acórdão condenatório;

considerando a natureza personalíssima da sanção;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, por unanimidade, com fundamento no artigo 3º, § 2º, da Resolução TCU 178/2005, ACORDAM, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) rever de ofício o Acórdão 6.382/2020-Segunda Câmara, tornando insubsistente o seu subitem 9.4, em relação ao responsável José Augusto Barbalho, em razão de seu falecimento antes do trânsito em julgado da decisão condenatória;

b) enviar cópia desta deliberação e da instrução que a fundamenta, ao espólio ou aos herdeiros de José Augusto Barbalho e ao Fundo Nacional de Saúde.

1. Processo TC-010.742/2014-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Benedito Sa de Santana (256.940.303-20); Jeane Costa Carvalho (977.257.653-87); José Augusto Barbalho (055.549.852-20); Leila Maria Rezende Ribeiro (374.005.843-91).

1.2. Entidade: Fundo Nacional de Saúde.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5303/2022 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o nome de Luiz Carlos Peixoto da Cruz foi incorretamente incluído como responsável nos autos e que o responsável Luiz Carlos Peixoto foi incorretamente substituído por aquele nome, no julgamento pela irregularidade feito pelo Acórdão 2.973/2019-2ª Câmara.

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ACORDAM, com fundamento no artigo 143, inciso V, "d", do RITCU, c/c o enunciado 145 da Súmula da Jurisprudência do TCU, em suprimir o item 9.2 do Acórdão 2.973/2019 - 2ª Câmara e promover o apostilamento abaixo da mencionada deliberação, por erro material, mantendo-se o conteúdo dos demais itens do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

Item 3.1

Onde se lê: 3.1. Responsáveis: Alfredo Gomes Neto (CPF 133.002.534-20), Anésio Lira da Cunha Moreno (CPF 078.378.604-20), Felipe Queiroga Gadelha (CPF 021.205.144-02), Humberto Correia Rodrigues de Ataíde (CPF 395.317.834-20), Luís Carlos Peixoto da Cruz (CPF 897.620.457-34), Luiz Carlos Peixoto (CPF 203.624.984-15), Máximo Henrique Fortinho de Miranda Sá Júnior (...)

Leia-se: 3.1. Responsáveis: Alfredo Gomes Neto (CPF 133.002.534-20), Anésio Lira da Cunha Moreno (CPF 078.378.604-20), Felipe Queiroga Gadelha (CPF 021.205.144-02), Humberto Correia Rodrigues de Ataíde (CPF 395.317.834-20), Luiz Carlos Peixoto (CPF 203.624.984-15), Máximo Henrique Fortinho de Miranda Sá Júnior (...)

Item 9.1

Onde se lê: 9.1. conhecer do recurso de reconsideração e dar-lhe provimento para reformar o Acórdão 3.068/2015-2ª Câmara, dando aos seus subitens 9.2 e 9.4 as seguintes redações:

"9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alínea c, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas dos Srs. Luiz Carlos Peixoto da Cruz e da empresa Unitec - Unidade Técnica em Construções Ltda.;"

(...)

Responsável	Valor (R$)
Luiz Carlos Peixoto da Cruz	70.000,00
Unitec - Unidade Técnica em Construções Ltda.	70.000,00

Leia-se: 9.1. conhecer do recurso de reconsideração e dar-lhe provimento para reformar o Acórdão 3.068/2015-2ª Câmara, dando aos seus subitens 9.2 e 9.4 as seguintes redações:

"9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alínea c, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas dos Srs. Luiz Carlos Peixoto e da empresa Unitec - Unidade Técnica em Construções Ltda.;"

(...)

Responsável	Valor (R$)
Luiz Carlos Peixoto	70.000,00
Unitec - Unidade Técnica em Construções Ltda.	70.000,00

1. Processo TC-017.674/2010-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apenso: 004.705/2008-9 (Monitoramento)

1.2. Responsáveis: Alfredo Gomes Neto (133.002.534-20); Anésio Lira da Cunha Moreno (078.378.604-20); Felipe Queiroga Gadelha (021.205.144-02); Humberto Correia Rodrigues de Ataíde (395.317.834-20); Luiz Carlos Peixoto (203.624.984-15); Máximo Henrique Fortinho de Miranda Sa Junior (262.317.783-04); Unitec Unidade Técnica em Construções Ltda (23.587.173/0001-53); Walter Sérgio Cunha Madruga (518.575.884-87) e Wellington Bezerra Sá (233.722.733-20).

1.3. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba.

1.4. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa

1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Gestão de Processos.

1.8. Representação legal: não há

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5304/2022 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que não se conhece de recurso interposto fora do prazo, salvo em razão de superveniência de fatos novos, na forma prevista no Regimento Interno desta Casa;

considerando que o expediente recursal, além de intempestivo, não traz fatos novos, motivos pelos quais não merece ser conhecido;

considerando que a recorrente busca afastar sua responsabilidade por meio de argumentos e teses jurídicas que, ainda que inéditos, não podem ser considerados fatos novos por este Tribunal, conforme consolidada jurisprudência desta Corte;

considerando que seu argumento de violação ao princípio do direito de ampla defesa, decorrente de vício na citação inicial, não merece prosperar;

considerando o entendimento desta Corte de que constitui ônus do responsável a produção das evidências necessárias para comprovar o adequado uso dos recursos públicos, não cabendo a este Tribunal realizar ou determinar a realização de perícia para a obtenção de prova; e

considerando que, com o não conhecimento do recurso, não se opera efeito devolutivo, não cabendo a reapreciação de questões, mesmo de ordem pública.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no artigo 33 da Lei 8.443/92, c/c o artigo 285, caput e §2º, e 169, V, do Regimento Interno, ACORDAM em não conhecer do recurso de reconsideração interposto por Instituto Quero-Quero, por ser intempestivo e não apresentar fatos novos, em dar ciência desta deliberação e da instrução que a suporta ao recorrente, encaminhando-lhe cópia desta deliberação e da instrução que a suporta, e em arquivar autos, conforme pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.039/2018-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Alberto Naoyoshi Ohnuki Junior (213.411.948-92); Eduardo Marques de Souza (093.569.938-40); Everton Tiago Damasceno de Oliveira (347.759.618-88); Instituto Quero-quero (02.653.807/0001-59); Valeria Daleffi Scheide (138.364.508-60).

1.2. Recorrente: Instituto Quero-Quero (02.653.807/0001-59).

1.3. Unidade: Ministério do Turismo.

1.4. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz

1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur).

1.8. Representação legal: Kleber Rodrigo dos Santos Arruda (OAB/SP nº 292.797).

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5305/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos artigos 243, 250, I, do RITCU, em considerar cumpridas as determinações contidas no Acórdão 4.553/2015-2ª Câmara, itens 1.7.1. e 1.7.2, destinados ao Ministério do Desenvolvimento Regional e à Fundação Nacional de Saúde, respectivamente, encaminhando-lhes cópia desta deliberação, e em arquivar os autos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.133/2014-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apensos: 025.427/2014-8 (REPRESENTAÇÃO).

1.2. Interessado: Prefeitura Municipal de Timon - MA (06.115.307/0001-14).

1.3. Entidade: Fundação Nacional de Saúde - Funasa.

1.4. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração (SeinfraCOM).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5306/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-012.764/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Edson Carneiro da Silva (047.410.803-15).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5307/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-014.952/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Joana Bento de Sousa Lima (324.813.653-72); Maria de Lourdes Barbosa de Lima Araujo (245.180.264-20); Mariano Wadzerepruwe Babate (284.131.721-87); Raimunda Martins de Paula (258.662.301-00).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional do Índio.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5308/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-015.128/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jose Ribamar Cardoso da Silva (043.566.752-15); Maria Francisca de Sampaio Mota (382.050.332-34).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5309/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-015.140/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Creusa Ahnert Gomes (905.020.277-20); Edson Rodrigues (575.790.598-00); Gomercindo Martins Neto (136.696.212-53); Jonas Adalberto Kaiser (063.057.922-91); Zaira Amaral Lovo (654.086.757-34).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5310/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-015.188/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Getulio Goncalves da Silva (067.854.251-15); Ulisses Garcia Amaral (057.153.343-49).
1.2. Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5311/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-015.319/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ivanete Santos de Almeida Amanajas (154.302.352-53); Jose de Jesus Martins (104.420.653-53); Sebastiao Luiz Ribeiro Maia (054.623.983-87).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5312/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-015.487/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Mara Rubia Bessa Peixoto (074.799.992-91); Maria Cleni Mota de Souza (188.631.672-49); Maria de Lourdes Monteiro da Conceicao (225.326.502-06); Sebastiana Carvalho Lira (112.197.002-82); Terezinha de Jesus Silva Ferreira (153.955.292-68).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5313/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-015.537/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria das Gracas Santos Dias (182.854.572-49).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Roraima.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5314/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-015.787/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Francisco Jose Queiroz Monte (020.457.373-49); Joao Pereira de Aragao (048.392.692-20).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Ceará.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5315/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-015.797/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Flavio Teixeira (144.202.361-91); Carlos Brambila (217.542.416-20); Humberto Campolina Franca Junior (199.602.206-72); Jose Fernando Vitor Pereira (258.526.206-53); Jose Luiz Moreira (160.479.076-87).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5316/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-016.312/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Janilson Jose Sales de Oliveira (106.682.922-53).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Rondônia.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5317/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-017.096/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Maria da Gloria Palmeira Dutra (412.610.467-49); Marina Vianna Braga (879.765.447-72).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Oswaldo Cruz.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5318/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-017.310/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Humberto Souza Benevides (106.358.235-00); Jose Nivaldino dos Santos (124.743.395-15); Lindalva Maria de Jesus (099.552.915-91); Maria Alfano Moreira (094.331.205-15); Paulo Alexandrino de Siqueira (050.728.085-72).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5319/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-017.405/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Djanira Maria Silva Mendes (404.434.184-20); Joao Bosco Filomeno da Silva (040.841.953-91).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5320/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-017.439/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose Fanias Lima (209.252.396-15).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5321/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-017.476/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Celma Gloria Mota de Freitas (760.376.227-87); Celma Queiroz Ardaya (214.725.722-20); Fabiola Dias Bezerra de Araujo (778.940.817-87); Francisco Fausto Rodrigues Cavalcante (071.435.323-04); Maritza Carvalho da Motta (510.316.472-87).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5322/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-017.522/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Altiva dos Santos Rodrigues (142.966.320-00).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5323/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-017.526/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Lucia Silva de Farias (183.003.321-20); Dalva Maria da Fonseca Ribeiro (768.618.991-00); Luiz Renato Navega Cruz (452.750.337-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5324/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-017.547/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Joao Franco de Oliveira (130.709.244-68).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5325/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-017.594/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Daisy Groppo Guesse Aguiar (274.325.486-68).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5326/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-017.620/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Grace Ribeiro da Silva (033.731.306-70); Maria Angela Dias dos Santos (274.077.136-34); Wildemar Gomes dos Santos (343.554.996-34).
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5327/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-017.646/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Americo Felipe Vilhena Dutra (117.840.402-15); Edison da Silva Farias (039.887.082-91); Pedro Caetano de Oliveira (134.299.492-20).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Pará.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5328/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-017.652/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Angela de Nazare Silva de Souza Maximin (209.492.002-04); Edson Ricardo Lopes Guedes de Gois (719.091.337-87); Helio Silva de Souza (023.986.132-91); Jeronimo Francisco de Souza (534.582.497-53); Soraia Cardoso da Silva (813.005.497-34).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5329/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-017.683/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Luisa Baldoni Batsow (434.033.950-49).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5330/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-017.754/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Marta Maria Gomes Soares (168.252.253-91).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5331/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-017.764/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Claudio Reis do Nascimento (113.424.802-44); Elem de Oliveira Coelho (114.918.502-30); Eleuterio Frazao de Almeida (021.973.242-68); Jandira Pereira Vivan (219.855.292-20); Quiteria Brandino de Souza (040.313.422-68).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5332/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-017.808/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Edna Monica de Lima Cirino (301.910.764-49); Ivan da Costa Rezende (064.141.412-91); Jane Dias Freitas de Carvalho Pinto (546.982.517-53); Maria das Gracas Lira Pires Veras (400.560.904-04); Sonia Strauss Galvao (263.211.918-92).
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5333/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de Aposentadoria de ex-servidores do Ministério da Saúde, cujos atos foram encaminhados a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac, para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que no cruzamento dos sistemas Sisac e Siape notou-se o falecimento dos interessados, cujos efeitos financeiros tenham cessado antes de sua apreciação.

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU.

a) Considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos a seguir discriminados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento dos interessados, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010.
b) Informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-017.864/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Valmir da Cruz (178.776.955-00); Edvaldo Jose de Oliveira (191.682.175-87); Gilson Goes de Souza (115.333.075-04).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5334/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de Aposentadoria de ex-servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/AM e RR, cujos atos foram encaminhados a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac, para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que, no cruzamento dos sistemas Sisac e Siape constatou-se o falecimento dos interessados, cujos efeitos financeiros tenham cessado antes de sua apreciação.

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU.

a) Considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos a seguir discriminados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento dos interessados, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010.
b) Informar ao Órgão que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-017.918/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Altair Parente Arcos (063.817.312-49); Anchises Pereira de Mello (046.462.742-72).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/AM e RR.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5335/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de Aposentadoria de ex-servidores do Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas, cujos atos foram encaminhados a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac, para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que, no cruzamento dos sistemas Sisac e Siape constatou-se o falecimento dos interessados, cujos efeitos financeiros tenham cessado antes de sua apreciação.

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU.

a) Considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos a seguir discriminados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento dos interessados, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010.
b) Informar ao Órgão que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-017.926/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jose de Souza Pereira (015.632.202-10); Rosival Gil Brito de Souza (015.603.012-87); Zuila Maria de Almeida Calado (156.767.652-91).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5336/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de Aposentadoria de ex-servidor do Hospital das Forças Armadas, cujo ato foi encaminhado a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac, para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que no cruzamento dos sistemas Sisac e Siape notou-se o falecimento do interessado, cujo efeito financeiro tenha cessado antes de sua apreciação.

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU.

a) Considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato a seguir discriminado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento do interessado, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010.
b) Informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-017.950/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Ivoone de Araujo Eduardo (032.516.751-68).
1.2. Órgão/Entidade: Hospital das Forças Armadas.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5337/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de Aposentadoria de ex-servidor do Ministério do Trabalho (extinta), cujo ato foi encaminhado a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac, para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que no cruzamento dos sistemas Sisac e Siape notou-se o falecimento do interessado, cujo efeito financeiro tenha cessado antes de sua apreciação.

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU.

a) Considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato a seguir discriminado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento do interessado, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010.
b) Informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-017.982/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Salete Maria Batista de Albuquerque Mello (246.915.344-15).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Trabalho (extinta).
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5338/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de Aposentadoria de ex-servidores do Comando da Aeronáutica, cujos atos foram encaminhados a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac, para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que, no cruzamento dos sistemas Sisac e Siape constatou-se o falecimento dos interessados, cujos efeitos financeiros tenham cessado antes de sua apreciação.

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU.

a) Considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos a seguir discriminados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento dos interessados, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010.
b) Informar ao Órgão que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-018.060/2022-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Agamenon Silva Viana (140.747.881-87); Antonio Fontes Santana (257.541.737-68); Clementino Calixto (976.028.418-91).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5339/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de Aposentadoria de ex-servidores do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, cujos atos foram encaminhados a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac, para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que, no cruzamento dos sistemas Sisac e Siape constatou-se o falecimento dos interessados, cujos efeitos financeiros tenham cessado antes de sua apreciação.

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU.

a) Considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos a seguir discriminados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento dos interessados, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010.

b) Informar ao Órgão que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-018.067/2022-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antonio Jorge Costa Gaia (102.356.802-06); Isabel Cristina dos Santos Praxedes (410.983.311-68); Paulo Marcio Rodrigues de Souza (142.249.505-10).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5340/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de Aposentadoria de ex-servidores do Ministério da Saúde, cujos atos foram encaminhados a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac, para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que, no cruzamento dos sistemas Sisac e Siape constatou-se o falecimento dos interessados, cujos efeitos financeiros tenham cessado antes de sua apreciação.

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU.

a) Considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos a seguir discriminados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento dos interessados, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010.

b) Informar ao Órgão que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-018.073/2022-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Jose Solon de Castro Sales (002.470.063-00); Raimundo Nonato de Oliveira Filho (204.220.403-04).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5341/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de Aposentadoria de ex-servidores do Ministério da Saúde, cujos atos foram encaminhados a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac, para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que, no cruzamento dos sistemas Sisac e Siape constatou-se o falecimento dos interessados, cujos efeitos financeiros tenham cessado antes de sua apreciação.

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU.

a) Considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos a seguir discriminados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento dos interessados, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010.

b) Informar ao Órgão que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-018.081/2022-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Jaime Silva Pires (102.919.389-49); Jonas Jose Hoffmann (245.560.929-49); Jose de Souza Filho (246.598.949-91); Rodolfo Joao Ramos (288.685.449-20).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5342/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de Aposentadoria de ex-servidor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, cujo ato foi encaminhado a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac, para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que no cruzamento dos sistemas Sisac e Siape notou-se o falecimento do interessado, cujo efeito financeiro tenha cessado antes de sua apreciação.

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU.

a) Considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato a seguir discriminado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento do interessado, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010.

b) Informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-018.141/2022-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Mario Machado (427.932.039-04).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5343/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de Aposentadoria de ex-servidores do Ministério da Saúde, cujos atos foram encaminhados a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac, para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que, no cruzamento dos sistemas Sisac e Siape constatou-se o falecimento dos interessados, cujos efeitos financeiros tenham cessado antes de sua apreciação.

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU.

a) Considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos a seguir discriminados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento dos interessados, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010.

b) Informar ao Órgão que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos

1. Processo TC-018.210/2022-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Fernando Queiroz e Silva (024.723.682-91); Maria de Fatima Soares Brito (130.206.092-91); Otilia Silva Cruz (214.482.802-49).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5344/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de Aposentadoria de ex-servidor do Ministério da Saúde, cujo ato foi encaminhado a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac, para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que no cruzamento dos sistemas Sisac e Siape notou-se o falecimento do interessado, cujo efeito financeiro tenha cessado antes de sua apreciação.

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU.

a) Considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato a seguir discriminado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento do interessado, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010.

b) Informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-018.221/2022-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Antonieta Custodio Miranda (235.882.099-72).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5345/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de Aposentadoria de ex-servidor do Instituto Nacional do Seguro Social, cujo ato foi encaminhado a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac, para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que no cruzamento dos sistemas Sisac e Siape notou-se o falecimento do interessado, cujo efeito financeiro tenha cessado antes de sua apreciação.

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU.

a) Considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato a seguir discriminado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento do interessado, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010.

b) Informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-018.355/2022-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Ilma Aparecida Maia Ishida (581.191.678-72).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5346/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de Aposentadoria de ex-servidor da Universidade Federal de Pernambuco, cujo ato foi encaminhado a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac, para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que no cruzamento dos sistemas Sisac e Siape notou-se o falecimento do interessado, cujo efeito financeiro tenha cessado antes de sua apreciação.

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU.

a) Considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato a seguir discriminado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento do interessado, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010.

b) Informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-018.422/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Otaviano Tavares da Costa (040.882.394-15).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5347/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de Aposentadoria de ex-servidor do Ministério da Economia, cujo ato foi encaminhado a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac, para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que no cruzamento dos sistemas Sisac e Siape notou-se o falecimento do interessado, cujo efeito financeiro tenha cessado antes de sua apreciação.

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU.

a) Considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato a seguir discriminado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento do interessado, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010.

b) Informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-018.467/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Gilberto Francisco de Souza (460.646.138-15).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5348/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-015.868/2022-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Tomasia Rodrigues de Souza (146.226.611-87).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Justiça e Segurança Pública.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5349/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-015.874/2022-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Irinete Alves dos Santos Lorencutti (030.810.697-00).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5350/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-016.374/2022-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Albanita Moura Silva (038.448.462-04); Maria Odete Guedes Ferreira (226.558.082-15); Pariza Pena Torres (341.682.732-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (extinta).
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5351/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-016.418/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Francisca Barros da Silva (603.200.601-87); Jesuina Ferreira Pinto da Silva (001.411.017-25); Nilza Maria Vian (133.483.880-15); Rosa Maria Resende Fraga (248.629.676-04); Sonia Regina Moura Lima (051.731.367-74).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Justiça e Segurança Pública.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5352/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-016.424/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Severina da Silva Santos (943.012.557-53).
1.2. Órgão/Entidade: Comissão de Valores Mobiliários.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5353/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-016.466/2022-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Isolda Bunese (932.898.989-20).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Trabalho (extinta).
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5354/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-016.494/2022-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Antonia Irene Bie Alexandre de Azambuja (440.402.707-97).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5355/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-016.507/2022-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Lucineide Lopes Bezerra Dantas (369.927.554-04); Maria de Lourdes Clemente Silva (088.568.934-87).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Semiárido.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5356/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-016.546/2022-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Regina Maria Maciel Bessoni (252.171.947-15).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5357/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-016.548/2022-1 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Geraldo Magela Pereira Xavier (234.456.456-04); Karoline Rocha Cariello (094.419.796-51); Maria de Fatima Melgaco Dias (922.670.768-53); Maryana Magela Rocha (122.241.776-66); Sylvia Melgaco Dias (072.562.236-92).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5358/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-016.581/2022-9 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Therezinha Colucci de Castro (453.632.186-15).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5359/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-016.591/2022-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Jose Rodrigues de Souza (170.173.940-20); Luan Colares Borges de Melo (028.254.433-01); Maria Auxiliadora Von Rondow Ferreira (864.044.666-00).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5360/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de Pensão Civil de ex-servidor da Fundação Nacional de Saúde, cujo ato foi encaminhado a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac, para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que no cruzamento dos sistemas Sisac e Siape notou-se o falecimento do interessado, cujo efeito financeiro tenha cessado antes de sua apreciação.

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU.

a) Considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato a seguir discriminado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento do interessado, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010.

b) Informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-018.582/2022-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Renate Wegner Tromm (756.574.909-59).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5361/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de Pensão de ex-servidor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, cujo ato foi encaminhado a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac, para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que no cruzamento dos sistemas Sisac e Siape notou-se o falecimento do interessado, cujo efeito financeiro tenha cessado antes de sua apreciação.

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU.

a) Considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato a seguir discriminado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento do interessado, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010.

b) Informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-018.589/2022-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Claudyanne Kassia Silva Sousa (856.922.982-87).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5362/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de Pensão Civil de ex-servidor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, cujo ato foi encaminhado a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac, para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que no cruzamento dos sistemas Sisac e Siape notou-se o falecimento do interessado, cujo efeito financeiro tenha cessado antes de sua apreciação.

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU.

a) Considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato a seguir discriminado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento do interessado, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010.

b) Informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-018.591/2022-1 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Antonio Correa (059.968.187-01).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5363/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de Pesão Civil de ex-servidores do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, cujos atos foram encaminhados a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac, para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que, no cruzamento dos sistemas Sisac e Siape constatou-se o falecimento dos interessados, cujos efeitos financeiros tenham cessado antes de sua apreciação.

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU.

a) Considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos a seguir discriminados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento dos interessados, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010.

b) Informar ao Órgão que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-018.613/2022-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Celice Brito Quito (051.605.138-50); Lilian Lopes Guedes (156.917.678-79).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5364/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de Pensão Civil de ex-servidores do Ministério da Economia, cujos atos foram encaminhados a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac, para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que, no cruzamento dos sistemas Sisac e Siape constatou-se o falecimento dos interessados, cujos efeitos financeiros tenham cessado antes de sua apreciação.

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU.

a) Considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos a seguir discriminados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento dos interessados, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010.

b) Informar ao Órgão que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-018.622/2022-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Anelli Grandis Monteiro (024.053.077-23); Dorothy Jannuzzi da Silveira Souza (529.566.107-59).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5365/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de Pensão de ex-servidor Instituto Nacional do Seguro Social, cujo ato foi encaminhado a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac, para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que no cruzamento dos sistemas Sisac e Siape notou-se o falecimento do interessado, cujo efeito financeiro tenha cessado antes de sua apreciação.

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU.

a) Considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato a seguir discriminado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento do interessado, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010.

b) Informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-018.666/2022-1 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Ana de Oliveira Santos (059.880.539-71).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5366/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de Pensão de ex-servidor do Ministério da Fazenda (extinta), cujo ato foi encaminhado a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac, para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que no cruzamento dos sistemas Sisac e Siape notou-se o falecimento do interessado, cujo efeito financeiro tenha cessado antes de sua apreciação.

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU.

a) Considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato a seguir discriminado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento do interessado, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010.

b) Informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-018.701/2022-1 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Maria Jose de Melo Russo (000.495.811-04).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (extinta).

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5367/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de Pensão de ex-servidor da Fundação Nacional de Saúde, cujo ato foi encaminhado a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac, para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que no cruzamento dos sistemas Sisac e Siape notou-se o falecimento do interessado, cujo efeito financeiro tenha cessado antes de sua apreciação.

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU.

a) Considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato a seguir discriminado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento do interessado, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010.

b) Informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-018.770/2022-3 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Maria de Lourdes Soares da Silva (541.649.234-15).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5368/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de Pensão de ex-servidor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, cujo ato foi encaminhado a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac, para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que no cruzamento dos sistemas Sisac e Siape notou-se o falecimento do interessado, cujo efeito financeiro tenha cessado antes de sua apreciação.

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU.

a) Considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato a seguir discriminado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento do interessado, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010.

b) Informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-018.871/2022-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Edson Alves Macedo Filho (034.267.005-06).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe.

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5369/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de Pensão de ex-servidor do Ministério da Fazenda (extinta), cujo ato foi encaminhado a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac, para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que no cruzamento dos sistemas Sisac e Siape notou-se o falecimento do interessado, cujo efeito financeiro tenha cessado antes de sua apreciação.

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU.

a) Considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato a seguir discriminado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento do interessado, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010.

b) Informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-018.880/2022-3 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Leonor Martins Buscacio (767.260.457-00).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (extinta).

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5370/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de Pensão de ex-servidor da Comissão de Valores Mobiliários, cujo ato foi encaminhado a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac, para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que no cruzamento dos sistemas Sisac e Siape notou-se o falecimento do interessado, cujo efeito financeiro tenha cessado antes de sua apreciação.

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU.

a) Considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato a seguir discriminado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento do interessado, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010.

b) Informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-018.889/2022-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Jose da Silva Neris (219.985.827-87).

1.2. Órgão/Entidade: Comissão de Valores Mobiliários.

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5371/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-033.847/2020-7 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Lorelai Deininger Urt (865.922.547-34); Ponciana da Silva (408.510.281-87).

1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5372/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, que trata de Monitoramento (MON), autuado com o objetivo de verificar o atendimento da determinação expedida por meio da alínea "b" do Acórdão 10038/2021-TCU-Segunda Câmara, de relatoria do ministro Raimundo Carreiro, proferido nos autos do TC 005.188/2019-9 (Prestação de Contas - exercício de 2017), na Sessão de 3/08/2021 - telepresencial, com fundamento nos arts. 143, inciso III, 17, 105 e 243, do Regimento Interno/TCU, c/c art.17 da Resolução 315/2020 TCU, ACORDAM em:

a) considerar cumprida a determinação referente à alínea "b" do Acórdão 10038/2021-TCU-Segunda Câmara, de relatoria do ministro Raimundo Carreiro, com fundamento no art. 243 do Regimento Interno do TCU e no subitem 32.5.1 dos Padrões de Monitoramento do TCU, Portaria-Segecex 27/2009;

b) dar ciência à Companhia Pesquisa e Recursos Minerais, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, que os relatórios e informações referentes às suas prestações de contas não constam, no portal oficial da empresa na internet, de seção específica, com chamada na página inicial sob o título "Transparência e prestação de contas", em desobediência ao previsto no art. 9º, §1º, da IN-TCU 84/2020;

c) informar à Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais do presente Acórdão proferido, destacando que a deliberação encaminhada pode ser acessada por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acórdãos; e

d) apensar definitivamente os presentes autos ao TC 005.188/2019-9, originador deste monitoramento, nos termos dispostos nos art. 36 e 37 da Resolução-TCU 259/2014.

1. Processo TC-014.075/2022-9 (MONITORAMENTO)

1.1. Órgão/Entidade: Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais.

1.2. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração (SeinfraCOM).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5373/2022 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o presente processo trata de aposentadoria deferida pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão em favor de Regina Célia Alves Araújo;

Considerando que, em 5/7/2022, ao assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Regina Célia Alves Araújo (à Peça 3 sob o n.º 48574/2021), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida vantagem como "quintos ou décimos" de função ante a ausência do necessário substrato material pela inadequada incorporação do Adicional de Gestão Educacional (AGE), já que o referido "AGE só foi instituído em maio de 1998, quando os quintos já haviam sido expressamente transformados em VPNI pela Lei 9.527/1997", a 2ª Câmara do TCU prolatou o Acórdão 3.300/2022 pela seguinte linha:

"(...) 9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU, deixando, ainda, de determinar a imediata cessação dos pagamentos inerentes à aludida vantagem como "quintos ou décimos" de função com a incorporação do Adicional de Gestão Educacional (AGE) em respeito, assim, à decisão judicial proferida pela Justiça Federal da 1ª Região no bojo do Processo n.º 2002.37.00.003413-5 a partir do entendimento fixado pelo STF no RE 638.115-CE;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão adote as seguintes medidas:

9.3.1. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar o comprovante da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.2. promova o destaque da referida parcela como "quintos ou décimos" de função, transformando-a em VPNI, e, se o futuro trânsito em julgado da aludida decisão judicial permitir, realize a efetiva implementação das futuras absorções dessa parcela em função das supervenientes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira em observância, então, à deliberação proferida pelo STF no bojo do RE 638.115-CE durante a Sessão de 18/12/2019;

9.3.3. acompanhe os desdobramentos do referido Processo n.º 2002.37.00.003413-5 em tramitação na Justiça Federal da 1ª Região e, a partir da superveniente decisão judicial final desfavorável à ora interessada, adote as providências cabíveis para, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados dessa superveniente decisão judicial final transitada em julgado, cessar os pagamentos decorrentes da vantagem como "quintos ou décimos" de função com a incorporação do Adicional de Gestão Educacional (AGE);

9.4. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, para ciência e efetivo cumprimento ao item 9.3 deste Acórdão";

Considerando que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão foi notificada sobre o aludido acórdão por intermédio do Ofício 34.448/2022-TCU/Seproc (Peça 11), tendo a ciência do expediente ocorrido em 20/7/2022 (Peça 12);

Considerando que, em 19/8/2022, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão compareceu à Peça 13, por intermédio de Gedeon da Silva Reis como Diretor Executivo no exercício da reitoria do IFMA, e solicitou a prorrogação, por mais 30 (trinta) dias, do prazo fixado para o integral cumprimento da determinação prolatada pelo item 9.3 do Acórdão 3.300/2022-TCU-2ª Câmara, ao ter, para tanto, apresentado a seguinte motivação: "para providências quanto as demais solicitações contidas no referido Ofício (...)";

Considerando que, à Peça 15, a Sefip teria emitido o seu parecer pelo deferimento do aludido pedido de prorrogação de prazo por mais 30 (trinta) dias "a contar da decisão que vier a ser proferida", podendo esse parecer ser incorporado a estas razões de decidir;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em deferir a solicitação apresentada à Peça 13 por intermédio de Gedeon da Silva Reis como Diretor Executivo no exercício da reitoria do IFMA, e, assim, autorizar a prorrogação, por 30 (trinta) dias, do prazo para o atendimento das determinações proferidas pelo Acórdão 3.300/2022-TCU-2ª Câmara, devendo o novo prazo ser contado a partir da notificação da presente deliberação, além de, em sintonia com os pareceres emitidos neste processo, prolatar a providência abaixo fixada pelo item 1.7 deste Acórdão:

1. Processo TC-003.081/2022-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Regina Célia Alves Araújo (CPF 230.086.523-87).

1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - IFMA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Providência: enviar a cópia deste Acórdão, com a cópia do parecer da unidade técnica, ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, para ciência e adoção das providências cabíveis dentro do novo prazo fixado.

ACÓRDÃO Nº 5374/2022 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o presente processo trata de aposentadoria deferida pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) em favor de Helena de Fátima Nunes Silva;

Considerando que, em 5/7/2022, ao assinalar a ilegalidade aposentadoria em favor de Helena de Fátima Nunes Silva (à Peça 3 sob o n.º 1005/2020), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida percepção da vantagem como "quintos ou décimos" de função, a 2ª Câmara do TCU prolatou o Acórdão 3.306/2022 pela seguinte linha:

"(...) 9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU, deixando, ainda, de determinar a imediata cessação dos pagamentos inerentes aos "quintos ou décimos" de função em respeito à decisão prolatada pelo STF no bojo do RE 638.115-CE;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a Universidade Federal do Paraná adote as seguintes medidas:

9.3.1. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar o comprovante da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.2. promova o destaque da referida parcela como "quintos ou décimos" de função pública, transformando-a em VPNI, e, se a respectiva decisão judicial transitada em julgado permitir, promova a efetiva implementação das futuras absorções dessa parcela em face das supervenientes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em observância, então, à deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019;

9.4. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à Universidade Federal do Paraná, para ciência e efetivo cumprimento do item 9.3 deste Acórdão";

Considerando que a Universidade Federal do Paraná foi notificada sobre o aludido acórdão por intermédio do Ofício 34.456/2022-TCU/Seproc (Peça 11), tendo a ciência do expediente ocorrido em 21/7/2022 (Peça 12);

Considerando que, em 22/8/2022, a Universidade Federal do Paraná à Peça 13, por intermédio do Prof. Dr. Ricardo Marcelo Fonseca como magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná, e solicitou a prorrogação, por mais 30 (trinta) dias, do prazo fixado para o integral cumprimento da determinação prolatada pelo item 9.3 do Acórdão 3.306/2022-TCU-2ª Câmara, ao ter, para tanto, apresentado a seguinte motivação: "em razão da necessidade de encaminhamento dos autos à Procuradoria Federal junto à UFPR para consulta quanto à situação da ação judicial nº 0020219-27.2006.4.04.7000 ante os termos da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no RE nº 638.115. (...)";

Considerando que, à Peça 15, a Sefip teria emitido o seu parecer pelo deferimento do aludido pedido de prorrogação de prazo por mais 30 (trinta) dias "a contar da decisão que vier a ser proferida", podendo esse parecer ser incorporado a estas razões de decidir;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em deferir a solicitação apresentada à Peça 13 por intermédio do Prof. Dr. Ricardo Marcelo Fonseca, como magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná, e, assim, autorizar a prorrogação, por 30 (trinta) dias, do prazo para o atendimento das determinações proferidas pelo Acórdão 3.306/2022-TCU-2ª Câmara, devendo o novo prazo ser contado a partir da notificação da presente deliberação, além de, em sintonia com os pareceres emitidos neste processo, prolatar a providência abaixo fixada pelo item 1.7 deste Acórdão:

1. Processo TC-006.611/2022-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Helena de Fátima Nunes Silva (CPF 305.899.599-72).

1.2. Entidade: Universidade Federal do Paraná - UFPR.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Providência: enviar a cópia deste Acórdão, com a cópia do parecer da unidade técnica, à Universidade Federal do Paraná, para ciência e adoção das providências cabíveis dentro do novo prazo fixado.

ACÓRDÃO Nº 5375/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.123/2022-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Marco Antônio Brunialti (CPF 016.573.908-88).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - TRT - Campinas - SP.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5376/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.155/2022-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Cláudio Severino dos Santos Passos (CPF 089.218.814-68); Florisvaldo Idio Bernardes (CPF 398.798.529-15); Maria de Fátima Arruda da Silva (CPF 224.932.044-68); Ronald Baptista Vieira (CPF 414.905.847-49) e Valmira Pereira da Cunha (CPF 079.255.223-72).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5377/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.264/2022-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Alberto Jose de Barros Neto (CPF 127.869.264-91).

1.2. Órgão: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5378/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.273/2022-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Claudomiro Alves Filho (CPF 095.330.441-87).

1.2. Órgão: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5379/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.428/2022-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Joana Angélica Nogueira dos Santos (CPF 260.980.915-87); João Dreges da Silva (CPF 097.989.605-30); João da Luz Divino dos Santos (CPF 182.937.515-68); Jorge da Silva (CPF 078.155.905-78) e Jose Maieiro dos Santos (CPF 083.342.935-34).

1.2. Órgão: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5380/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.438/2022-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Joaquim Nunes de Sousa (CPF 306.239.281-91).

1.2. Órgão: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5381/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.445/2022-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Dourivaldo da Silva Sousa (CPF 142.171.122-20); Edson Carlos Brito Loureiro (CPF 024.180.022-68); Jose Maria Rodrigues Acioli (CPF 122.490.502-44) e Liliane Ruffeil Tabosa (CPF 186.376.982-04).

1.2. Órgão: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5382/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.479/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antônio Cândido Ribeiro (CPF 242.201.164-00) e Valdeide Araújo Aguiar Estrela (CPF 075.015.283-49).
1.2. Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5383/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.511/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Sônia Regina Timóteo Vieira (CPF 328.593.416-68).
1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5384/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.515/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Francisco Jose dos Santos (CPF 084.487.441-87); Maria de Fátima Rodrigues de Matos (CPF 289.685.061-91); Marieta Mota (CPF 226.697.361-49) e Tânia Batista de Araújo (CPF 248.961.951-91).
1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5385/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.835/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Agnes Maria Delfino (CPF 576.455.827-15); Celso Rodrigues da Silva (CPF 402.699.739-15); Gil Manuel Mendes Pimenta (CPF 442.977.699-72); Meirenice Gimenez Lorente (CPF 006.722.108-43) e Odete dos Santos (CPF 665.527.888-00).
1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5386/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.089/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Adelaide Maria de Jesus Santos (CPF 159.345.945-91); Ana Antônia Ribeiro Cardoso (CPF 736.842.017-15); Osvaldina Sales Ribeiro de Souza (CPF 085.056.321-68); Rita Trajano Silva de Assis (CPF 587.931.277-15) e Vera Regina dos Santos Braun (CPF 295.745.010-00).
1.2. Órgão: Ministério da Defesa - Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5387/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.091/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Francisca Freitas Pinto (CPF 084.667.932-91); Jorge de Paula Silveira (CPF 345.260.729-15); Maria Angelina Valentim do Nascimento (CPF 367.688.127-34) e Maria das Graças Duarte Pedro (CPF 898.395.017-04).
1.2. Órgão: Ministério da Defesa - Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5388/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.101/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Pedro Cezar de Brito Siebra (CPF 171.615.253-49).
1.2. Entidade: Fundação Nacional de Saúde - Funasa.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5389/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.126/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adriano Luís Santana Macedo (CPF 238.786.495-68) e Jaci dos Santos (CPF 156.995.285-04).
1.2. Órgão: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5390/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.138/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antônio Juvêncio da Silva (CPF 150.955.254-53); Ruy Antônio de Oliveira Mendonça (CPF 668.599.808-34) e Salomão Barbosa Cavalcanti (CPF 230.867.184-04).
1.2. Órgão: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5391/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.153/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Ricardo Soares Gonçalves da Silva (CPF 533.942.087-68).
1.2. Órgão: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5392/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.168/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Fernando Marcos da Silva (CPF 157.790.504-06).
1.2. Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5393/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.245/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Élcia Maria Ferreira de Souza (CPF 791.381.366-00).
1.2. Entidade: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5394/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.259/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Vaiza de Fátima Fortaleza Batista (CPF 036.554.902-91).
1.2. Entidade: Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5395/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.286/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Gustavo Ferreira dos Santos (CPF 276.177.424-87); Jorge Vieira Rodrigues (CPF 145.472.014-04); Josias Ferreira da Silva (CPF 021.497.468-59) e Verônica Maria Pinho Pessoa Melo (CPF 318.790.044-53).
1.2. Entidade: Universidade Federal de Pernambuco - UFPE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5396/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.378/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Cristina Marques Batista (CPF 266.427.781-20); Cristina Santana Silva (CPF 216.021.823-53); Evanir Valentim de Melo da Moita (CPF 865.636.107-49); Pedro Alves Magalhães Filho (CPF 119.937.581-00) e Vilma Jacuru de Carvalho (CPF 101.584.131-72).
1.2. Órgão: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5397/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.393/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Délcio Ignácio dos Santos (CPF 564.278.087-53); Kaleb Matias de Aguiar (CPF 310.180.092-72); Márcia do Socorro Cerbino da Silva (CPF 379.548.221-68); Marli Bortolassi Batista (CPF 259.346.009-15) e Sandra Amorim Carneiro (CPF 084.653.122-49).
1.2. Entidade: Fundação Nacional do Índio - Funai.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5398/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.455/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ivana Pinto Dantas Santana (CPF 270.702.471-68) e Jurandir Ferreira de Almeida (CPF 099.279.481-15).
1.2. Órgão: Ministério da Educação.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5399/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.486/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Eliene Maria Salgado de Amorim (CPF 181.751.716-34).
1.2. Entidade: Fundação Nacional de Saúde - Funasa.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5400/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.554/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Ana Luzia Franca Romeiro de Melo (CPF 364.523.194-34).
1.2. Entidade: Universidade Federal de Alagoas - UFAL.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5401/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.560/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Aldemarina Melo da Silva (CPF 199.499.952-72); Elicia Guy (CPF 074.668.702-87); Francisca das Chagas Lima (CPF 163.969.012-34); Odília Almeida Bezerra (CPF 322.782.332-20) e Samuel Carlos de Santana (CPF 430.082.597-15).
1.2. Órgão: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5402/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.630/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Charles Sérgio Fernandes Rite (CPF 691.590.097-72) e Fernando Jose Soares e Silva Dias (CPF 329.549.487-87).
1.2. Órgão: então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5403/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.649/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Aldenice da Silva Venâncio (CPF 053.672.552-72).
1.2. Entidade: Fundação Universidade do Amazonas - UFAM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5404/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.689/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ademário Santos Botelho (CPF 183.599.905-06); Edna Soares Santos (CPF 040.192.615-04); Geraldo Neto Almeida (CPF 987.595.668-68); Jose Francisco Moreira de Oliveira (CPF 094.229.435-15) e Jose Gibeval Nunes Carneiro (CPF 345.894.065-00).
1.2. Órgão: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5405/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.705/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adesilva Matias da Silva (CPF 141.142.594-49); Airton Chaves Duarte (CPF 237.850.554-04); Francisco de Assis Rodrigues da Silva (CPF 207.284.334-00); Iva Pereira de Sousa (CPF 282.222.964-34) e Waldir Bahia Luna (CPF 033.304.434-72).
1.2. Órgão: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5406/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.755/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Ruth Goncalves de Assis (CPF 146.549.972-53); Conceição Costa Ferreira (CPF 083.846.142-53); Jose Milton Gomes dos Santos (CPF 066.791.532-04); Júlia Emília Macedo Saldanha (CPF 316.192.662-53) e Maria Alzira Barbosa Cascaes (CPF 119.099.432-15).
1.2. Órgão: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5407/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.816/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Irene Teixeira da Silva (CPF 330.477.826-87); Neusa Salim Miranda (CPF 136.971.376-20) e Tereza Cristina Rodrigues Werneck (CPF 649.304.596-72).
1.2. Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5408/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.837/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Maria Betânia dos Santos (CPF 347.119.534-34) e Maria Luiza Ferreira Peixoto (CPF 240.172.994-15).
1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas - IFAL.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5409/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.845/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Manoel de Sousa Piedade (CPF 067.451.802-00) e Wanda Nadir Pereira do Carmo (CPF 062.019.892-34).
1.2. Entidade: Universidade Federal do Pará - UFPA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5410/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, além do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato a partir do falecimento da interessada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.899/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Eni Martins de Lima (CPF 251.116.476-00).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região - TRT - MG.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5411/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, além do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato a partir do falecimento da interessada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.998/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria Helena Martins Saldanha (CPF 265.020.974-72).
1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5412/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, além do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato a partir do falecimento do interessado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.029/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Francisco Irene de Sousa (CPF 079.342.623-53).
1.2. Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - Dnocs.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5413/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, além do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações para fins de registro, dos atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.043/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alice Ribeiro de Oliveira (CPF 156.075.429-04); Archimedes Peres Maranhão (CPF 017.586.169-20); Luiz Carlos Pereira (CPF 000.769.969-72); Luiz Carlos Pereira (CPF 000.769.969-72); Neide Alves de Oliveira (CPF 055.955.358-73); Renato Jose Ramos (CPF 010.483.689-04); Renato Jose Ramos (CPF 010.483.689-04) e Ronaldo Santos Carlos (CPF 356.000.719-49).
1.2. Entidade: Universidade Federal do Paraná - UFPR.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5414/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, além do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações para fins de registro, dos atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.079/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Derly Freitas Chagas (CPF 579.354.087-34); Dogeval Locio de Barros Filho (CPF 528.490.157-68); Francisco Luz de Araújo (CPF 203.619.552-00); Jose Alves Zetoles (CPF 251.225.842-49); Manoel Ananias de Souza (CPF 090.818.102-78) e Reinaldo Ribeiro (CPF 016.035.878-70).
1.2. Órgão: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5415/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, além do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato a partir do falecimento do interessado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.146/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Antônio Islane de Vasconcelos e Souza (CPF 018.198.013-49).
1.2. Órgão: Advocacia-Geral da União - AGU.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5416/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, além do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações para fins de registro, dos atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos a partir do falecimento dos interessados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.154/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Edna Lúcia Barbosa Carneiro (CPF 102.892.674-04) e Paulo André Xavier de Lira (CPF 171.414.944-72).
1.2. Entidade: Universidade Federal de Pernambuco - UFPE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5417/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, além do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações para fins de registro, dos atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.174/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antônio de Freitas (CPF 175.501.306-04); Marcos Pawlowski (CPF 011.208.916-04); Mário Lúcio da Cunha (CPF 103.645.016-34) e Ruth Evaristo Alves Dutra (CPF 023.236.996-87).
1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5418/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, além do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro

do ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato a partir do falecimento do interessado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.184/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Ronaldo Dias (CPF 770.901.958-72).
1.2. Entidade: Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5419/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, além do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.188/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Genézio Rodrigues da Silva (CPF 209.209.381-91).
1.2. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso - TRE - MT.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5420/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, além do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.195/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Antônio Diniz Campelo (CPF 076.251.112-53).
1.2. Órgão: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5421/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, além do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações para fins de registro, dos atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.251/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Álvaro Lazzarini Junior (CPF 077.325.978-34); Laís Helena Gonçalves de Lima (CPF 317.827.448-00); Mário Marsiglia (CPF 006.834.428-72); Maurílio Claret Mendes (CPF 067.713.638-21); Otávio Luís Silveira (CPF 034.392.528-17) e Ricardo Botelho Barbosa (CPF 237.697.857-20).
1.2. Órgão: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5422/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, além do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato a partir do falecimento do interessado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.287/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Márcio Eliel de Oliveira Alexandre (CPF 130.457.504-78).
1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5423/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, além do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações para fins de registro, dos atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.295/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antônio Caetano Gomes (CPF 159.501.317-20); Carlos Tito de Sá Cunha (CPF 658.778.887-49); Claudia Jorge Silva (CPF 059.532.351-00); Jandira Ferreira (CPF 623.094.207-00); Laurita de Oliveira (CPF 719.520.987-34); Luiz Antônio Dagios (CPF 167.710.010-91); Odete Lazarini (CPF 656.976.267-20); Rômulo Gomes Ferreira (CPF 629.205.617-15); Wilson Barbosa Loureiro (CPF 055.775.267-10) e Zélia Rodrigues Pires (CPF 780.610.597-20).
1.2. Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo - UFES.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5424/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, além do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações para fins de registro, dos atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos a partir do falecimento dos interessados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.368/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Lúcia Fernandes Galende Rebello (CPF 026.058.688-93) e Antônio Nazaré de Sousa (CPF 083.204.702-34).
1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5425/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, além do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.417/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Lúcia Danielle de Camargo Rios (CPF 791.699.371-68).
1.2. Órgão: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDFT.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5426/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, além do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato a partir do falecimento do interessado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.424/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Luiz Antônio de Campos Araújo (CPF 343.882.657-72).
1.2. Entidade: Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5427/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, além do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato a partir do falecimento do interessado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.487/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Elmo Hilto Moraes (CPF 091.347.513-00).
1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5428/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, além do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.528/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Adelino Jose Teixeira (CPF 209.425.751-72).
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5429/2022 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o presente processo trata de aposentadoria deferida pela administração do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região em favor de Vitória José da Silva;

Considerando que, em 5/7/2022, ao assinalar a ilegalidade do ato de alteração da aposentadoria em favor de Vitória José da Silva (à Peça 3 sob o n.º 81395/2019), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida percepção cumulativa da parcela como "opção", além da inadequada incorporação da vantagem como "quintos" de função (R$ 2.060,65), a 2ª Câmara do TCU prolatou o Acórdão 3.314/2022 pela seguinte linha:

"(...) 9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU, deixando, ainda, de determinar a imediata cessação dos pagamentos inerentes aos "quintos" de função em respeito à decisão prolatada pelo STF no bojo do RE 638.115-CE, sem prejuízo, contudo, de determinar a suspensão do indevido pagamento da parcela como "opção";

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (BA) adote as seguintes medidas:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal pelo item 9.1 diante da indevida percepção da parcela como "opção", sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 71, IX, da Constituição de 1988 e do art. 262, caput, do RITCU;

9.3.2. dê ciência desta deliberação à interessada indicado pelo item 9.1 deste Acórdão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar os comprovantes da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.3. reavalie e, se for o caso, promova a efetiva alteração da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos" de função originalmente concedida diante da eventual necessidade de absorção dessa parcela pelas subsequentes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em sintonia, assim, com a deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.3.4. promova a efetiva implementação das futuras absorções da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos" de função em face das supervenientes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em observância, então, à deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.3.5. encaminhe a este Tribunal, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU, o novo ato de concessão da aludida aposentadoria, sem a ilegalidade indicada pelo item 9.1 diante da indevida percepção da parcela como "opção", para que seja submetido à apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do RITCU;

9.4. determinar que o órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (BA) verifique o efetivo cumprimento dos itens 9.3.1, 9.3.3 e 9.3.4 deste Acórdão, devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o aludido cumprimento, ou não, desses itens do acórdão em item específico no seu Relatório de Auditoria de Gestão a partir da análise do correspondente Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.5. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração e ao órgão de controle interno do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (BA), para ciência e efetivo cumprimento dos itens 9.3 e 9.4 deste Acórdão";

Considerando que a administração do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região foi notificada sobre o aludido acórdão por intermédio do Ofício 34.463/2022-TCU/Seproc (Peça 11), tendo a ciência do expediente ocorrido em 2/8/2022 (Peça 14);

Considerando que, em 10/8/2022, a administração do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região compareceu à Peça 15, por intermédio de Ana Cláudia Alvarez Accioly Lins como Diretora da Coordenadoria Administrativa de Pessoas, e solicitou a prorrogação, por mais 60 (sessenta) dias, do prazo fixado para o integral cumprimento das determinações prolatadas pelos itens 9.3 e 9.4 do Acórdão 3.314/2022-TCU-2ª Câmara, ao ter, para tanto, apresentado a seguinte motivação: "(...) Entretanto, considerando a crescente demanda deste Tribunal de Contas da União, em especial a contida no processo administrativo TC 006.651/2021- 6, por meio do Acórdão 1414/2021-TCUPlenário, onde foi determinado que atos de pessoal do sistema Sisac registrados tacitamente com entrada no TCU há menos de 9,5 anos devem ser recadastrados pelo Gestor de Pessoal no sistema ePessoal no prazo de 60 dias, gerando uma demanda neste Regional de mais de 140 Atos, além da execução dos Atos ordinários de aposentadoria e pensão, verificou-se uma demasiada sobrecarga nos setores competentes. (...)";

Considerando que, à Peça 17, a Sefip teria emitido o seu parecer pelo deferimento do aludido pedido de prorrogação de prazo por mais 30 (trinta) dias "a contar da decisão que vier a ser proferida", podendo esse parecer ser incorporado a estas razões de decidir, sem prejuízo de promover a prorrogação pelo prazo de 60 dias como solicitado;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em deferir a solicitação apresentada à Peça 15 por intermédio de Ana Cláudia Alvarez Accioly Lins, como Diretora da Coordenadoria Administrativa de Pessoas do TRT da 5ª Região, e, assim, autorizar excepcionalmente a prorrogação, por 60 (sessenta) dias, do prazo para o atendimento das determinações proferidas pelo Acórdão 3.314/2022-TCU-2ª Câmara, devendo o novo prazo ser contado a partir da notificação da presente deliberação, além de, em sintonia com os pareceres emitidos neste processo, prolatar a providência abaixo fixada pelo item 1.7 deste Acórdão:

1. Processo TC-041.055/2021-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Vitória Jose da Silva (CPF 244.576.125-53).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - TRT-BA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Providência: enviar a cópia deste Acórdão, com a cópia do parecer da unidade técnica, à administração do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, para ciência e adoção das providências cabíveis dentro do novo prazo fixado.

ACÓRDÃO Nº 5430/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão civil relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.372/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Catarina Inácia da Silva (CPF 488.273.391-91); Francisca Vilani de Oliveira Nunes (CPF 410.821.761-68); Gizelda de Castro Loureiro Pinho (CPF 344.284.617-04); Inaldo Pereira da Silva (CPF 276.104.201-82) e Marinaldo Rodrigues (CPF 134.517.584-15).
1.2. Órgão: então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5431/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão civil relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.393/2022-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Maria Jose de Almeida Pereira (CPF 041.590.552-49).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região - TRT - AM e RR.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5432/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão civil relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.431/2022-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Elisabete do Pilar Santos Lopes (CPF 586.884.476-91); Eurides Isabel dos Santos da Silva (CPF 103.135.256-25); Maria Auxiliadora Vieira Leite (CPF 075.817.106-45) e Maria do Carmo Machado Dias (CPF 924.424.476-49).
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5433/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão civil relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.465/2022-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Joana Coeli dos Santos (CPF 210.937.842-53).
1.2. Órgão: Ministério do Trabalho.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5434/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão civil relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.467/2022-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Carlos Alberto Gomes (CPF 012.101.493-20).
1.2. Órgão: Ministério do Trabalho.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5435/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão civil relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.469/2022-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Maria Rodrigues Bento (CPF 183.087.241-91).
1.2. Órgão: Ministério do Trabalho.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5436/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão civil relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.477/2022-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Maria da Conceição de Almeida Abreu (CPF 468.485.417-53); Roberto Campos (CPF 046.476.537-49) e Verônica de Souza Martins (CPF 074.707.357-04).
1.2. Entidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5437/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão civil relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.484/2022-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Ivanete Betanho Blanco (CPF 747.234.058-87).
1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5438/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão civil relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.499/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Guilherme Alcântara Lara (CPF 751.468.271-68); Laiz Pires Ribeiro (CPF 516.515.991-49) e Otani Alves Lara (CPF 191.877.851-53).
1.2. Órgão: então Ministério da Fazenda.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5439/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão civil relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.547/2022-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Cláudia Correia de Oliveira (077.514.805-99) e Edmar Cardoso Correia de Oliveira (499.234.985-49).
1.2. Órgão: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5440/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão civil relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.616/2022-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Sônia Meire Santos Azevedo de Jesus (CPF 227.088.635-68).
1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe - IFS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5441/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão civil relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.655/2022-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Jose Antônio Teodoro da Costa (CPF 136.825.556-68) e Maria de Lourdes Santos Martinho (CPF 898.823.186-49).
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa - UFV.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5442/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão civil relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.706/2022-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Rosely Oliveira Bacha Y Barrak (CPF 324.288.206-72).
1.2. Entidade: Universidade Federal de Itajubá - Unifei.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5443/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão civil relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.723/2022-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Maria do Socorro Ribeiro Amorim (CPF 114.082.354-04).
1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5444/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão civil relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.724/2022-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Ilca Correa Guilhon (CPF 168.304.070-87) e Lisia Fabretti Coelho (CPF 486.409.210-91).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5445/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, além do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro, do ato de concessão de pensão civil relacionado no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato a partir do falecimento do interessado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.573/2022-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Elias Alves de Freitas Oliveira (CPF 078.629.895-20).
1.2. Entidade: Fundação Nacional de Saúde - Funasa.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5446/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, além do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro, do ato de concessão de pensão civil relacionado no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato a partir do falecimento do interessado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.645/2022-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Marcus Soyka dos Santos Silva (CPF 027.405.758-15).
1.2. Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5447/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, além do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações para fins de registro, dos atos de concessão de pensão civil relacionados no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos a partir do falecimento das interessadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.646/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Elisabeth D Ávila Lucas (CPF 033.443.557-91); Maria Jose Barreto (CPF 001.599.708-14); Ofertina Barbosa Cavalcanti (CPF 573.587.881-68) e Rosa Scavone Pereira (CPF 048.136.567-22).
1.2. Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5448/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, além do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro, do ato de concessão de pensão civil relacionado no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato a partir do falecimento do interessado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.657/2022-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Antônio de Pádua Andrade Lima (CPF 555.422.473-34).
1.2. Órgão: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5449/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, além do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações para fins de registro, dos atos de concessão de pensão civil relacionados no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos a partir do falecimento dos interessados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.658/2022-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Airton Saraiva de Souza (CPF 043.360.704-15); Elvira de Souza Leite Soares (CPF 044.310.854-40); Eunice Dias de Melo (CPF 130.728.704-20); Jandira da Fonseca Gonçalves (CPF 380.363.390-72); Josefa da Rocha Barbosa (CPF 013.951.384-19); Maria Ferreira da Rocha Monteiro (CPF 849.735.957-72); Maria Helena da Silva (CPF 578.655.824-04); Raimunda de Castro Souza (CPF 719.335.303-91); Rubens Cabral Felix (CPF 050.817.058-37) e Terezinha Cândida dos Santos (CPF 009.919.344-23).
1.2. Órgão: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5450/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, além do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro, do ato de concessão de pensão civil relacionado no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato a partir do falecimento da interessada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.686/2022-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Ivone Orlando Taricio (CPF 212.756.328-07).
1.2. Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5451/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, além do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações para fins de registro, dos atos de concessão de pensão civil relacionados no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos a partir do falecimento das interessadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.688/2022-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Marilena Lauand Maluf (CPF 033.158.228-75) e Rosa Akemi Del Mastro (CPF 038.441.828-70).
1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - IFSP.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5452/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, além do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações para fins de registro, dos atos de concessão de pensão civil relacionados no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos a partir do falecimento dos interessados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.689/2022-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Arlete Glória Pierri (CPF 593.978.379-15) e Valdevino Ribeiro Borges (CPF 910.772.819-00).
1.2. Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5453/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, além do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro, do ato de concessão de pensão civil relacionado no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato a partir do falecimento da interessada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.717/2022-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Maria Neuza Gomes do Nascimento (CPF 539.657.361-91).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5454/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, além do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro, do ato de concessão de pensão civil relacionado no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.797/2022-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Milena Alves Paffetti (CPF 452.793.718-90).
1.2. Órgão: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5455/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, além do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações para fins de registro, dos atos de concessão de pensão civil relacionados no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos a partir do falecimento dos interessados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.870/2022-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Edson Rodrigues de Oliveira (CPF 115.958.091-04) e Maria Custódia Barbosa da Silva (CPF 011.806.047-33).
1.2. Órgão: Ministério das Relações Exteriores.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5456/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, além do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro, do ato de concessão de pensão civil relacionado no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato a partir do falecimento da interessada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.894/2022-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Janete Rodrigues Correa (CPF 047.550.767-30).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5457/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.921/2022-0 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessadas: Elizabeth de Araújo Pinheiro (CPF 349.708.517-00); Ivane Seibel (CPF 249.577.391-53); Ivanete Fontes (CPF 222.913.006-44); Marina Meyer (CPF 075.465.787-60) e Teresa Cristina Meyer Damasceno (CPF 909.852.907-06).
1.2. Órgão: Ministério da Defesa - Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5458/2022 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o presente processo trata de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal (Caixa) em desfavor da Associação de Cooperação Agrícola do Estado do Ceará, além de Francisco Flávio Pereira Barbosa, João Paulo Pereira da Silva e Francisco Lindemberg Pereira Alves como então dirigentes dessa entidade (gestões: 22/12/2005 a 29/1/2010, 30/1/2010 a 11/3/2012, e 12/3/2012 a 29/7/2015, respectivamente), diante da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos federais repassados por meio do Contrato de Repasse n.º 0223.076-15/2007 celebrado entre a Caixa, como mandatária da União aí representada pelo então Ministério do Desenvolvimento Agrário, e a referida associação para a "atualização do potencial produtivo e mercadológico, assessoria, promoção, acompanhamento e organização dos produtores e processos de implementação em diversos municípios do Estado do Ceará" sob o valor original de R$ 80.000,00 pelo aporte de R$ 79.000,00 em recursos federais e R$ 1.000,00 em recursos da contrapartida, tendo a vigência do ajuste sido inicialmente estipulada para o período de 21/9/2007 a 21/9/2008, com a sucessiva prorrogação até 30/5/2014;

Considerando que, ao julgar o feito, o Acórdão 3.787/2022 (Peça 93) teria sido prolatado pela 2ª Câmara do TCU nos seguintes termos:

"(...) 9.1. promover a exclusão de João Paulo Pereira da Silva na presente relação processual diante dos elementos de convicção até aqui obtidos pelo TCU;

9.2. rejeitar as correspondentes defesas oferecidas pela Associação de Cooperação Agrícola do Estado do Ceará, com Francisco Flávio Pereira Barbosa, além de Francisco Lindemberg Pereira Alves;

9.3. fixar o novo e improrrogável prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 12, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 8.443, de 1992, e do art. 202, §§ 2º e 3º, do RITCU, para que a Associação de Cooperação Agrícola do Estado do Ceará, além de Francisco Flávio Pereira Barbosa, comprovem perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento do correspondente débito em favor do Tesouro Nacional, com a atualização monetária até o efetivo recolhimento, nos termos da legislação em vigor, sob as seguintes condições:

(...) 9.4. informar aos aludidos responsáveis indicados no item 9.3 deste Acórdão que a liquidação tempestiva do débito, com a incidência apenas da atualização monetária, sanará o processo e permitirá que as suas contas sejam julgadas regulares com ressalva, dando-lhes quitação, ao passo que, de outra sorte, o não recolhimento da dívida ensejará o julgamento pela irregularidade das contas, com a condenação em débito, não só atualizado, mas, aí, acrescido de juros de mora, além da eventual aplicação de multa legal sob o valor de até 100% do débito atualizado, nos termos do art. 202, §§ 3º e 4º, do RITCU;

9.5. autorizar, nos termos do art. 26 da Lei n.º 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento da dívida fixada por este Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, com a devida atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, diante da atual solicitação de parcelamento do débito, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do RITCU, sem prejuízo das demais medidas legais; e

9.6. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, aos aludidos responsáveis indicados no item 9.3 deste Acórdão, para ciência e adoção das providências cabíveis dentro do prazo assinalado.";

Considerando que, após as regulares notificações, os aludidos responsáveis teriam apresentado conjuntamente, por intermédio do respectivo advogado, o documento intitulado como "recurso" (Peça 98) em face do aludido Acórdão 3.787/2022-TCU-2ª Câmara;

Considerando, contudo, que, após a análise do feito, o Chefe de Serviço da Serur lançou o seu parecer à Peça 103, com a anuência dos dirigentes (Peças 104 e 105), no sentido de conhecer do aludido documento como mera petição, tendo anotado, para tanto, que não caberia o eventual recurso de reconsideração em face do referido acórdão do TCU pela rejeição das alegações de defesa para a subsequente fixação do novo e improrrogável prazo com vistas ao recolhimento do correspondente débito, nos termos dos arts. 201, § 1º, 279, caput, e 285, caput, do RITCU, sem prejuízo de, assim, receber o respectivo documento como elementos complementares de defesa para a subsequente análise pela unidade técnica, nos termos do art. 279, parágrafo único, do RITCU;

Considerando, portanto, que, diante dos elementos de convicção até aqui obtidos neste processo, o TCU pode incorporar o parecer da unidade técnica a estas razões de decidir;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 201 e 279 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução n.º 246, de 2011, em receber, como mera petição, o documento acostado à Peça 98 pela Associação de Cooperação Agrícola do Estado do Ceará, além de Francisco Flávio Pereira Barbosa e Francisco Lindemberg Pereira Alves, sem prejuízo de tratá-lo como elementos complementares de defesa para a subsequente análise pela unidade técnica, diante dos elementos de convicção até aqui obtidos pelo TCU, além de, em sintonia com os pareceres emitidos neste processo, prolatar as providências abaixo fixadas pelo item 1.7 deste Acórdão:

1. Processo TC-002.571/2020-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Associação de Cooperação Agrícola do Estado do Ceará (CNPJ 02.416.632/0001-66); Francisco Flávio Pereira Barbosa (CPF 841.796.273-53); e Francisco Lindemberg Pereira Alves (CPF 028.238.653-06).
1.2. Entidade: Caixa Econômica Federal (Caixa).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE) e Secretaria de Recursos (Serur).
1.6. Representação legal: Francisco Carlos Mourão Neto (OAB-CE 26.302), representando a Associação de Cooperação Agrícola do Estado do Ceará, além de Francisco Flávio Pereira Barbosa e Francisco Lindemberg Pereira Alves.
1.7. Providências:
1.7.1. promover o prosseguimento do feito, sem prejuízo do efetivo cumprimento do Acórdão 3.787/2022-TCU-2ª Câmara, devendo o responsável promover, para tanto, a efetiva comprovação do recolhimento do débito, do TCU, e sem prejuízo de a unidade

técnica realizar a sua análise sobre o documento acostado à Peça 98 pela Associação de Cooperação Agrícola do Estado do Ceará, além de Francisco Flávio Pereira Barbosa, João Paulo Pereira da Silva e Francisco Lindemberg Pereira Alves, como elementos complementares de defesa; e

1.7.2. enviar a cópia do presente Acórdão, com a cópia do parecer da unidade técnica, aos responsáveis indicados no item 1.1 deste Acórdão, para ciência, informando-os, contudo, sobre a imperativa necessidade de passar a efetivamente realizar a comprovação do recolhimento parcelado da dívida imputada pelo Acórdão 3.787/2022-TCU-2ª Câmara, até porque, diante da eventual análise favorável da unidade técnica sobre o referido documento acostado à Peça 98, com a subsequente prolação de acórdão do TCU pela redução ou extinção da referida dívida, os valores submetidos eventualmente ao aludido recolhimento seriam restituídos aos aludidos responsáveis.

ACÓRDÃO Nº 5459/2022 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o presente processo trata de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) em desfavor de José Aparecido dos Santos, como então prefeito de Nova Marilândia - MT (gestão: de 1º/2/2001 a 31/12/2008), diante da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos públicos repassados por meio do Convênio n.º 536/2000 sob o valor original de R$ 277.477,76 pelo aporte de R$ 250.000,00 em recursos federais e R$ 27.477,76 em recursos da contrapartida para a canalização de córrego, tendo a vigência do ajuste sido estipulada para o período de 1º/12/2000 a 11/9/2001;

Considerando que, a partir do Relatório do Tomador de Contas Especial n.º 77/2020 (Peça 43), foi assinalada a responsabilidade de José Aparecido dos Santos pelo aludido dano ao erário sob o valor original de R$ 120.925,01 diante das cogitadas falhas na gestão dos aludidos recursos federais;

Considerando, contudo, que, no âmbito do TCU, a Secex-TCE assinalou o transcurso de prazo superior a dez anos desde as supostas falhas sem a notificação, contudo, do correspondente responsável pela autoridade administrativa federal competente, além de a eventual citação tender a ocorrer após o transcurso de vinte anos desde os as supostas falhas narradas neste processo, resultando no evidente prejuízo, assim, ao pleno exercício do contraditório e da ampla defesa pelo aludido responsável;

Considerando, então, que, após a análise final do feito (Peças 52-54), a Secex-TCE propôs o subsequente arquivamento da presente tomada de contas especial, sem o julgamento de mérito do feito, nos termos dos arts. 6º, II, e 19 da IN TCU 71, de 2012, e do art. 212 do RITCU; tendo o MPTCU anuído a essa proposta (Peça 55);

Considerando, portanto, que, diante dos elementos de convicção até aqui obtidos neste processo, o TCU pode incorporar o parecer da unidade técnica a estas razões de decidir;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, V, "a", e 212 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução n.º 246, de 2011, e nos arts. 6º, II, e 19, caput, da Instrução Normativa TCU 71, de 2012, em promover o arquivamento da presente tomada de contas especial, sem a citação dos supostos responsáveis e sem o julgamento de mérito do feito, por ausência dos pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, diante dos elementos de convicção até aqui obtidos pelo TCU, sem prejuízo de, em sintonia com o parecer da unidade técnica, prolatar a providência abaixo fixada pelo item 1.7 deste Acórdão:

1. Processo TC-008.353/2021-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: José Aparecido dos Santos (CPF 459.977.991-15).
1.2. Entidade: Município de Nova Marilândia - MT.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Providência: promover o arquivamento do presente processo.

ACÓRDÃO Nº 5460/2022 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o presente processo trata de acompanhamento sobre a gestão do passivo na prestação de contas pela então Secretaria-Executiva do Ministério da Cultura (SE-MinC), tendo ela sido sucedida em suas atribuições pela Secretaria Especial da Cultura (Secult) atualmente vinculada ao Ministério do Turismo (MTur), em cumprimento, assim, ao item 9.6.3 do Acórdão 3.232/2017 proferido pela 2ª Câmara do TCU no julgamento da prestação de contas ordinária dos gestores da então SE-MinC para o exercício de 2014;

Considerando que o aludido item 9.6.3 do Acórdão 3.232/2017-2ª Câmara determinou que a então SE-MinC apresentasse os relatórios semestrais ao TCU, com as informações detalhadas, sobre a evolução do passivo de prestações de contas e sobre as providências adotadas para efetivamente reduzir esse passivo processual e evitar a formação de novo passivo;

Considerando que, diante do descumprimento do item 9.6.3 do Acórdão 3.232/2017-2ª Câmara e do item 9.1.1 do Acórdão 12.157/2018-2ª Câmara, além do adiamento da avaliação sobre o eventual cumprimento do item 9.1.2 do Acórdão 12.157/2018-2ª Câmara e do item 1.8 do Acórdão 2.451/2019-2ª Câmara, a 2ª Câmara do TCU proferiu o Acórdão 7.725/2020, em síntese, nos seguintes termos:

"(...) 1.8. Determinar, nos termos do art. 250, II, do RITCU, que a Secretaria Executiva do Ministério do Turismo apresente, no prazo de 90 (noventa) dias, o necessário ajuste no plano inicial de ação em prol da efetiva extinção em 3 (três) anos do atual passivo no estoque de processos, sem prejuízo de, entre outras medidas administrativas, promover o devido estudo sobre o quantitativo aprovado de projetos culturais incentivados no bojo do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), nos termos da Lei n.º 8.313 (Lei Rouanet), de 1991, sob pena de responsabilização dos agentes públicos faltosos pela eventual reparação do dano ao erário solidariamente imputável e pelas subjacentes penalidades individualmente aplicáveis, nos termos dos arts. 8º, 57, 58 e 60 da Lei n.º 8.443, de 1992, devendo o referido ajuste no plano inicial de ação, nos termos do art. 7º, § 3°, I, e § 4°, da Resolução TCU n.º 315, de 2020, conter, no mínimo: (i) as ações a serem tomadas, (ii) os responsáveis pelas ações, e (iii) os prazos para implementação; (...)";

Considerando que, no presente momento, o TCU deve apreciar a análise da resposta à oitiva determinada pelo Despacho à Peça 395, além do relatório para o 2º semestre de 2021 elaborado em observância ao item 9.6.3 do Acórdão 3.232/2017-TCU-2ª Câmara sobre o estoque de projetos culturais com as prestações de contas ainda não analisadas conclusivamente, sem prejuízo do início do monitoramento do Acórdão 412/2022-TCU-Plenário, em sintonia com a determinação prolatada pelo item 1.7.3 do aludido acórdão no bojo do TC 001.312/2019-7 (apensado);

Considerando que, após a subsequente análise do feito, a Secex-Educação assinalou, em síntese, que não teria ocorrido a comprovação da redução do nível de estoque de processos pendentes de análise, nem, tampouco, das ações estruturadas tendentes a essa finalidade, restando claro que não tende a ser cumprida a determinação para o ajuste no plano inicial de ação em prol da efetiva extinção, em 3 (três) anos, do atual passivo no estoque de processos (item 1.8 do referido Acórdão 7.725/2020-TCU-2ª Câmara), e essa situação já teria ocorrido, aliás, com as determinações antecedentes;

Considerando, ainda, que a unidade técnica assinalou que, a despeito de o Ministério do Turismo e a Secretaria Especial da Cultura até eventualmente estarem a trabalhar com vistas a dar vazão às análises sobre as prestações de contas pendentes em estoque, todos os esforços empreendidos seriam compartimentados, inconsistentes e esporádicos, além de carentes no direcionamento estratégico, já que seriam prejudicados pelas graves falhas na governança pública e pelos banais entraves burocráticos e operacionais;

Considerando que, por esse prisma, a unidade técnica anotou que a melhor estratégia para a efetivação da gestão responsável sobre o passivo de prestação de contas consistiria em efetivamente cobrar a execução do plano já atualmente existente, incluindo a implementação do sistema informatizado com o foco no concomitante acompanhamento da regularidade do gasto público com vistas a evitar a formação de novos acúmulos no referido passivo;

Considerando, enfim, que, em seu derradeiro parecer à Peça 496, a Secex-Educação apresentou, entre outras medidas, a proposta para anotar o cumprimento das determinações prolatadas pelo item 9.1.2 do Acórdão 12.157/2018-TCU-2ª Câmara e pelo item 1.8 do Acórdão 2.451/2019-TCU-2ª Câmara, além de anotar o cumprimento da determinação prolatada pelo item 7.1 do Despacho do Ministro-Relator à Peça 330, com o seu referendo pelo Acórdão 2.288/2021-TCU-Plenário e a confirmação pelo Acórdão 3.174/2021-TCU-Plenário, sem prejuízo de anotar o parcial cumprimento do item 1.8 do Acórdão 7.725/2020-TCU-2ª Câmara, além de estar "em cumprimento" a determinação prolatada pelo item 1.7.1 do Acórdão 412/2022-TCU-Plenário;

Considerando, portanto, que o TCU pode incorporar o parecer da unidade técnica a estas razões de decidir,

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "c", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em anotar o cumprimento das determinações prolatadas pelo item 9.1.2 do Acórdão 12.157/2018-TCU-2ª Câmara e pelo item 1.8 do Acórdão 2.451/2019-TCU-2ª Câmara, além de anotar o cumprimento da determinação prolatada pelo item 7.1 do Despacho do Ministro-Relator à Peça 330, com o seu referendo pelo Acórdão 2.288/2021-TCU-Plenário e a confirmação pelo Acórdão 3.174/2021-TCU-Plenário, assinalando a continuidade do acompanhamento sobre o ritmo das homologações das propostas culturais com o intuito de garantir que a execução da política pública não volte a ser prejudicada, sem prejuízo de anotar o parcial cumprimento do item 1.8 do Acórdão 7.725/2020-TCU-2ª Câmara, além de estar "em cumprimento" a determinação prolatada pelo item 1.7.1 do Acórdão 412/2022-TCU-Plenário, até porque o seu objetivo não encerraria com a publicação da Portaria MTur n.º 19, de 2022, mas, apenas, com a devida vazão dos processos com a análise financeira já concluída e dos processos com o aguardo da emissão de laudos finais e dos procedimentos subsequentes, diante dos elementos de convicção até aqui obtidos pelo TCU, sem prejuízo de, em sintonia com os pareceres emitidos neste processo, prolatar as providências abaixo fixadas pelo item 1.8 deste Acórdão:

1. Processo TC-008.379/2017-3 (ACOMPANHAMENTO)
1.1. Apensos: TC-021.244/2018-9 (Solicitação); TC-001.312/2019-7 (Representação); TC-007.860/2019-6 (Solicitação); TC-007.862/2019-9 (Solicitação).
1.2. Interessado: Ministério do Turismo (MTur).
1.3. Órgão: Secretaria Especial da Cultura.
1.4. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (Secex-Educação).
1.7. Representação legal:
1.7.1. Marcelo Terra Camargo (OAB/RJ 1.679-B), representando Marcelo Terra Camargo;
1.7.2. Rodrigo Kopke Salinas (OAB/SP 146.814), entre outros, representando Jose Paulo Soares Martins.
1.8. Providências:
1.8.1 deferir o pedido de prorrogação de prazo formulado pela Secretaria-Executiva do Ministério do Turismo, à Peça 485, para o envio, até 31/8/2022, do relatório semestral sobre o estoque das prestações de contas de projetos culturais para o 1º semestre de 2022;
1.8.2. indeferir os pedidos formulados pela Secretaria-Executiva do Ministério do Turismo, às Peças 107 e 437, para que o monitoramento sobre o item 9.6.3 do Acórdão 3.232/2017-TCU-2ª Câmara seja substituído pelo monitoramento sobre a execução do plano de ação apresentado em cumprimento ao item 1.8 do Acórdão 7.725/2020-TCU-2ª Câmara, diante, aí, dos consequentes prejuízos ao adequado controle;
1.8.3. deferir os alternativos pedidos formulados pela Secretaria-Executiva do Ministério do Turismo, às Peças 107 e 437, para que o prazo de 15 (quinze) dias úteis previsto no item 9.6.3 do Acórdão 3.232/2017-TCU-2ª Câmara seja permanentemente prorrogado para 60 dias corridos, após o término de cada mês de junho e dezembro, para o envio do relatório semestral sobre o estoque das prestações de contas dos projetos culturais pendentes de análise;
1.8.4. determinar, nos termos do art. 7º, § 3º, VI, da Resolução TCU n.º 315, de 2020, que as informações de fluxo (processos que entraram em fase de prestação de contas no semestre e processos de prestação de contas com a análise concluída no semestre), ao figurarem nos relatórios semestrais sobre o estoque das prestações de contas dos projetos culturais pendentes de análise, sejam extraídas diretamente do Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura (Salic) ou do eventual sistema substituto, não sendo mais calculadas a partir dos valores de estoque inicial e estoque final em cada semestre, pois não figurariam como informações confiáveis em sintonia com as manifestações dos próprios gestores;
1.8.5. acolher as razões de justificativa apresentadas pelos responsáveis (Tatiana Barbosa de Alvarenga, Ana Maria Pelini, Marcelo Terra Camargo, José Henrique Medeiros Pires, Ricardo Braga, Roberto Rego Pinheiro, José Paulo Soares Martins e Camilo Calandreli), sem prejuízo de tornar sem efeito o item 1.10 do Acórdão 7.725/2020-TCU-2ª Câmara para os demais responsáveis, em face das justificativas apresentadas, além dos elementos contidos no relatório semestral e no plano de ação sobre a adoção de providências para o equacionamento do estoque dos processos de contas;
1.8.6. determinar às correspondentes instituições públicas que, para a apresentação do aludido plano de ação, o acompanhamento sobre o cumprimento da determinação prolatada pelo item 1.8 do Acórdão 7.725/2020-TCU-2ª Câmara, nos termos do art. 7º, §§ 3º e 4º, da Resolução TCU n.º 315, de 2020, deverá contemplar, pelo menos, as seguintes premissas:
1.8.6.1. a Secretaria Especial da Cultura e o Ministério do Turismo devem revisar o plano de ação para o tratamento do estoque dos processos de prestação de contas pendentes de análise final, buscando garantir que as "frentes 1 e 2" do plano de ação sejam efetivamente cumpridas, dentro do prazo estabelecido pelo item 1.8 do Acórdão 7.725/2020-TCU-2ª Câmara, já que é possível afirmar que a efetiva extinção, em 3 (três) anos, do atual passivo dos processos de prestações de contas dos projetos culturais não será alcançada, sob pena de restar inequivocamente caracterizado o reiterado descumprimento da decisão do TCU, com a consequente responsabilização dos gestores, nos termos do art. 58, VII, da Lei n.º 8.443, de 1992;
1.8.6.2. a Secretaria Especial de Cultura e o Ministério do Turismo devem implementar o sistema informatizado de gestão das propostas e dos projetos culturais com o foco no concomitante acompanhamento sobre a regularidade do gasto público, dentro do escopo do Acordo de Cooperação Técnica n.º 52, de 2022, já firmado entre a Secult e o Ministério da Economia, buscando garantir a efetiva implementação da "frente 1" do plano de ação com vistas a evitar o acúmulo de novos passivos;
1.8.6.3. a Secretaria Especial de Cultura e o Ministério do Turismo devem desenvolver a metodologia de análise preditiva ampla, contemplando a análise de cumprimento do objeto e a análise financeira dos processos de prestações de contas, com o objetivo de permitir que a análise humana seja necessária apenas para os projetos com alto risco, materialidade ou relevância, garantindo a efetiva implementação da "frente 2" do plano de ação com vistas a tratar efetivamente o passivo já existente;
1.8.7. determinar que, nos termos do art. 7º, §§ 3º e 4º, da Resolução TCU n.º 315, de 2020, a Secretaria Especial de Cultura e o Ministério do Turismo realizem os ajustes no plano de ação, encaminhando ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias contados da notificação do presente acórdão, os seguintes elementos:
1.8.7.1. a revisão de todos os marcos temporais, com a estimativa de início e de fim para cada atividade, além das demais medidas pertinentes para a sua consecução, dentro do prazo assinalado pelo Acórdão 7.725/2020-TCU-2ª Câmara;
1.8.7.2. a atualização da composição do Grupo Gestor do Passivo e do Grupo Operacional, além do Grupo de TI e dos diversos grupos de trabalho internos, para cada uma das secretarias nacionais, apresentando, entre outras informações, os respectivos cronogramas de atividades;
1.8.7.3. a atualização das medidas tendentes a dotar os setores competentes com a força de trabalho necessária para a efetiva implementação do plano de ação, destacando, entre outras informações, a realocação dos servidores competentes para as áreas de análise das prestações de contas dos projetos culturais, nos termos da Nota n.º 49/2022/CONJUR-MTur;

1.8.7.4. a atualização das medidas adotadas para dar o devido tratamento ao estoque de processos físicos das prestações de contas, conferindo a necessária prioridade às atividades de mapeamento, localização, digitalização e instrução dos processos físicos, garantindo, inclusive, que isso seja feito com vistas a permitir o adequado exercício das atividades de análise do cumprimento do objeto e o levantamento dos subsídios necessários ao desenvolvimento da análise preditiva das prestação de contas;

1.8.8. recomendar que, nos termos do art. 11 da Resolução TCU n.º 315, de 2020, a Secretaria Especial da Cultura e o Ministério do Turismo adotem, entre outras providências, as medidas saneadoras, incorporando-as à matriz de responsabilidades, além de estabelecer os devidos marcos temporais de início e de fim para cada uma dessas medidas, mantendo o cronograma final de 3 (três) anos, como previsto no Acórdão 7.725/2020-TCU-2ª Câmara, a partir da adoção das seguintes medidas:

1.8.8.1. manter o entendimento com a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, em sintonia com o art. 37, XXII da CF88, para a contratação dos serviços de consulta à base de dados sobre a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) e para a sua integração aos processos de acompanhamento e de análise financeira das prestações de contas;

1.8.8.2. celebrar os eventuais acordos de cooperação técnica com o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), além da Controladoria-Geral da União e do Ministério da Economia, para adaptar e estender a aplicação da IN MP/MF/CGU n.º 5, de 2018, e da IN ME/CGU n.º 1, de 2019, a todos os processos de prestação de contas dos projetos culturais, por meio do desenvolvimento da sistemática de análise preditiva e da tecnologia de aprendizado de máquina aplicada à análise de cumprimento dos objeto e à análise financeira das prestações de contas no âmbito do Pronac, discriminando as medidas necessárias a serem adotadas, a definição de trilhas de auditoria e os parâmetros de apetite ao risco, com o limite de tolerância ao risco para cada faixa de valor e com a nota de risco para os recursos incentivados;

1.8.8.3. reavaliar o custo de análise das prestações de contas, com base na mão-de-obra efetivamente empregada e nos demais custos diretos e indiretos, definindo os critérios razoáveis de rateio;

1.8.9. promover o envio de ciência preventiva e corretiva, nos termos do art. 9º, I, da Resolução TCU n.º 315, de 2020, para que a Secretaria Especial da Cultura e o Ministério do Turismo observem que o art. 57, § 3º, da IN Secult/MTur n.º 1, de 2022, não permite que seja dispensada a emissão do parecer financeiro nas prestações de contas dos projetos culturais, por força do art. 5º, parágrafo único, IV, da IN TCU n.º 71, de 2012, além da jurisprudência firmada pelo TCU a partir, por exemplo, do item 9.2.2 do Acórdão 1.950/2016-TCU-Plenário e do item 9.3.1 do Acórdão 2.378/2016-TCU-Plenário; e

1.8.10. enviar a cópia deste Acórdão, com a cópia do parecer da unidade técnica (Peça 496), aos seguintes destinatários:

1.8.10.1. à Secretaria Especial da Cultura e ao Ministério do Turismo, para ciência e efetivo cumprimento das medidas fixadas pelo presente Acórdão;

1.8.10.2. à Controladoria-Geral da União, ao Serviço Federal de Processamento de Dados, ao Ministério da Economia, à Receita Federal do Brasil, à Presidência da Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados e à Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, para ciência e eventuais providências.

ACÓRDÃO Nº 5461/2022 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o presente processo trata de representação, com pedido de cautelar suspensiva, formulada pela Atlântico Engenharia Ltda., nos termos do art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666, de 1993, sobre os indícios de irregularidade no Pregão Eletrônico (PE) nº 8/2019 conduzido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a contratação dos itens de serviços em manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com o suporte técnico e o fornecimento de peças, para a sala-cofre do FNDE e todos os seus subsistemas;

Considerando que a presente representação já teria sido conhecida por meio do Acórdão 8.204/2019-TCU-2ª Câmara, tendo, no mérito, sido anotada como parcialmente procedente, para, assim, o TCU promover, entre outras medidas, o envio de determinação ao FNDE para se abster de prorrogar o eventual contrato resultante do referido PE nº 8/2019, sem prejuízo do oportuno lançamento de nova licitação sem a indevida exigência aí, contudo, da exclusiva certificação pela NBR 15.247;

Considerando que, de outra sorte, o FNDE teria revogado o aludido PE n.º 8/2019 e promovido o lançamento do PE n.º 15/2019 sem a referida exigência de certificação pela NBR 15.247, tendo destacado que o novo certame teria reduzido o valor a ser contratado de R$ 955.899,96, no âmbito do pregão revogado, para R$ 583.499,96, no bojo do novo certame;

Considerando, todavia, que, diante do deferimento da tutela de urgência pelo juízo da 9ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal no bojo da ação ajuizada pela Aceco TI S/A contra a União (Processo n.º 1013291-69.2020.4.01.3400) com vistas à suspensão dos efeitos do referido Acórdão 8.204/2019, o Ministro-Relator no TCU passou a determinar, por meio do Despacho à Peça 83, o sobrestamento deste feito até a prolação da decisão final no bojo do aludido processo judicial, sem prejuízo de determinar que, diante do subsequente transcurso do prazo de 180 (cento e oitenta) dias sem esse superveniente deslinde sobre a aludida decisão judicial, a unidade técnica passasse a retomar o andamento do feito no TCU, submetendo o processo ao Gabinete do Ministro-Relator;

Considerando, então, que, diante do transcurso do aludido prazo de 180 dias sem a prolação, todavia, da sentença no âmbito do referido processo judicial, a unidade técnica assinalou que não subsistiriam os alegados indícios de violação ao exercício do contraditório e da ampla defesa pela Aceco TI S/A, pois ela não teria sequer assinado o contrato decorrente do referido PE n.º 8/2019, tendo a unidade técnica proposto o arquivamento do presente processo, nos termos do art. 169, II, do RITCU, sem prejuízo de destacar que o referido arquivamento não impediria a posterior apreciação do feito em face da superveniente decisão judicial;

Considerando, todavia, que sobreveio a superveniente sentença prolatada pelo juízo da 9ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal, em 21/7/2021, no sentido de declarar a anulação do referido Acórdão 8.204/2019-TCU-2ª Câmara, restando consignado, ainda, que o presente TC 009.314/2019-9 deveria ser retomado para garantir o exercício do contraditório pela Aceco TI S/A, estando o referido processo, atualmente, concluso em juízo para o julgamento dos embargos de declaração opostos pela União por meio da Advocacia-Geral da União (AGU);

Considerando que, no Despacho à Peça 93 em 8/11/2021, o Ministro-Relator no TCU determinou o envio do presente processo à Selog para que, além do suscitado acompanhamento da aludida decisão judicial, promovesse o sobrestamento deste feito até o trânsito em julgado do Processo n.º 1013291-69.2020.4.01.3400 junto à 9ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal, nos termos do art. 157 do RITCU, sem prejuízo de determinar que, diante do subsequente transcurso do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias sem o superveniente trânsito em julgado da decisão judicial, a unidade técnica passe a retomar o andamento deste feito, submetendo o processo ao Gabinete do Ministro-Relator;

Considerando que, no derradeiro parecer à Peça 97, após o transcurso desse prazo máximo de 180 dias, sem a resolução de mérito pela sentença judicial transitada em julgado, a unidade técnica assinalou que, em 2/5/2022, a Juíza Federal em auxílio à 9ª Vara-SJDF determinou a conversão do julgamento dos embargos de declaração opostos pela União em diligência, em face aí do "equívoco na abertura de prazo para contrarrazoar os embargos de declaração opostos pela União" (Peça 96), e, assim, subsistiria a possibilidade de eventual recurso para as instâncias judiciais superiores, devendo o TCU, por isso, passar a aguardar o referido trânsito em julgado da decisão judicial com o intuito de, se for o caso, anular o respectivo acórdão do TCU ou reabrir o processo no TCU com vistas a atribuir o adicional contraditório em prol da Aceco TI S/A, sem prejuízo, contudo, de o TCU informar ao Poder Judiciário que o Pregão Eletrônico 8/2019 teria sido revogado pela própria iniciativa da administração do FNDE e, desse modo, o aludido processo no TCU sequer teria objeto a ser reaberto;

Considerando que, após a atual análise do feito, a unidade técnica propôs o envio do presente processo ao Ministro-Relator no TCU para o conhecimento do andamento da Ação Judicial 1013291-69.2020.4.01.3400 junto à 9ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal, com o posterior retorno do processo à Selog para o prosseguimento do acompanhamento sobre a correspondente decisão judicial, promovendo o sobrestamento do presente processo no TCU até o trânsito em julgado da aludida decisão judicial;

Considerando, por esse prisma, que o TCU pode realizar a oitiva da administração do FNDE e da AGU para que apresentem as suas manifestações sobre as medidas já adotadas e a serem adotadas no âmbito da referida Ação Judicial Processo 1013291-69.2020.4.01.3400, ressaltando a eventual possibilidade de peticionar o encerramento do respectivo processo judicial, já que o Pregão Eletrônico 8/2019 teria sido revogado pela própria iniciativa da administração do FNDE e, desse modo, o correspondente processo no TCU não mais contaria com o eventual objeto a ser reaberto, além de destacar que, reforçando a necessidade de respeitar o princípio da supremacia do interesse público sobre o privado, o FNDE teria adequadamente revogado o aludido PE n.º 8/2019 e promovido o lançamento do PE n.º 15/2019 sem a referida exigência de certificação pela NBR 15.247, tendo destacado que esse novo certame teria resultado na significativa redução do valor a ser contratado: de R$ 955.899,96 (no âmbito do pregão revogado) para R$ 583.499,96 (no bojo do novo certame);

Considerando, enfim, que, nos termos do art. 141, § 14, I, do RITCU, a presente deliberação do TCU pode passar a promover a anunciada oitiva da administração do FNDE e da AGU;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, V, "c", 235, 237, e 250, V, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em anotar o conhecimento do andamento da Ação Judicial 1013291-69.2020.4.01.3400 junto à 9ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal, sem prejuízo de, nos termos do art. 141, § 14, I, do RITCU, prolatar as providências abaixo fixadas pelo item 1.7 deste Acórdão:

1. Processo TC-009.314/2019-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Atlântico Engenharia Ltda. (CNPJ 14.355.750/0001-90).

1.2. Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal:

1.6.1. Geovanna Beatriz Castro Silva Ribeiro (OAB-DF 31.932), entre outros, representando a Atlântico Engenharia Ltda;

1.6.2. Mariana Mello Ottoni (OAB-DF 33.989), entre outros, representando a Aceco TI S/A;

1.7. Providências:

1.7.1. promover o sobrestamento deste feito até o trânsito em julgado do Processo n.º 1013291-69.2020.4.01.3400 junto à 9ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal, nos termos do art. 157 do RITCU, sem prejuízo de determinar que, diante do subsequente transcurso do prazo máximo de 180 dias sem esse superveniente trânsito em julgado, a unidade técnica passe a retomar o andamento deste feito, submetendo o processo ao Gabinete do Ministro-Relator;

1.7.2. promover a oitiva da administração do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e, com a interveniência Consultoria Jurídica no TCU, a oitiva do órgão competente na AGU, solicitando que, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da notificação da presente deliberação, apresentem as suas manifestações sobre as medidas já adotadas e a serem adotadas no âmbito da referida Ação Judicial Processo 1013291-69.2020.4.01.3400, ressaltando a eventual possibilidade de peticionar o encerramento do respectivo processo judicial, já que o Pregão Eletrônico 8/2019 teria sido revogado pela própria iniciativa da administração do FNDE e, desse modo, o correspondente processo no TCU não mais contaria com o eventual objeto a ser reaberto, além de destacar que, reforçando a necessidade de respeitar o princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado, o FNDE teria adequadamente revogado o aludido PE n.º 8/2019 e promovido o lançamento do PE n.º 15/2019, sem a referida exigência, todavia, de certificação pela NBR 15.247, e esse novo certame teria resultado na significativa redução do valor a ser contratado: de R$ 955.899,96 (no âmbito do pregão revogado) para R$ 583.499,96 (no bojo do novo certame);

1.7.3. enviar a cópia do presente Acórdão, com a cópia do parecer da unidade técnica, aos seguintes destinatários:

1.7.3.1. à administração do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e ao órgão competente da AGU, para ciência e adoção das medidas suscitadas pelo item 1.7.2 deste Acórdão dentro do prazo assinalado; e

1.7.3.2. à Consultoria Jurídica no TCU para o subsequente envio da cópia do presente Acórdão ao respeitável juízo competente na Ação Judicial 1013291-69.2020.4.01.3400 junto à 9ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal, para ciência, ressaltando que o Pregão Eletrônico 8/2019 teria sido revogado pela própria iniciativa da administração do FNDE e, desse modo, o correspondente processo no TCU não mais contaria com o eventual objeto a ser reaberto, além de destacar que, reforçando a necessidade de respeitar o princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado, o FNDE teria adequadamente revogado o aludido PE n.º 8/2019 e promovido o lançamento do PE n.º 15/2019, sem a referida exigência, todavia, de certificação pela NBR 15.247, e esse novo certame teria resultado na significativa redução do valor a ser contratado: de R$ 955.899,96 (no âmbito do pregão revogado) para R$ 583.499,96 (no bojo do novo certame).

ACÓRDÃO Nº 5462/2022 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o presente processo trata de representação, com pedido de cautelar suspensiva, formulada pela Connectcom Teleinformática Comércio e Serviços Ltda. sobre os indícios de irregularidade no Pregão Eletrônico n.º 6/2022 conduzido pela administração da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis para a contratação dos serviços de infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) sob o valor de R$ 5.585.020,00 ofertado pela Interop Informática Ltda. durante a vigência de doze meses, com a prorrogação até o limite de sessenta meses;

Considerando que o TCU deve conhecer, preliminarmente, da presente representação, por atender aos requisitos legais e regimentais de admissibilidade;

Considerando que, após a análise final do feito, a unidade técnica sugeriu a parcial procedência para a presente representação, com o envio de ciência preventiva e corretiva à entidade, não tendo a falha sido cometida pela licitante vencedora do certame, nem pela ora representante;

Considerando que, por esse prisma, o TCU pode incorporar o parecer da unidade técnica a estas razões de decidir;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 235, 237, inciso VII e parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução n.º 246, de 2011, em conhecer da presente representação para, no mérito, assinalar a sua parcial procedência, diante dos elementos de convicção até aqui obtidos pelo TCU, anotando como prejudicado o subjacente pedido de cautelar suspensiva, sem prejuízo de, em sintonia com os pareceres emitidos neste processo, prolatar as providências abaixo fixadas pelo item 1.7 deste Acórdão:

1. Processo TC-013.416/2022-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Entidade: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

1.2. Representante: Connectcom Teleinformática Comércio e Serviços Ltda. (CNPJ 00.308.141/0001-76).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal: Leandro Santos de Souza (OAB-SP 215.039), representando a Connectcom Teleinformática Comércio e Serviços Ltda.

1.7. Providências:

1.7.1. promover o envio de ciência preventiva e corretiva para que, nos termos do art. 9º da Resolução TCU n.º 315, de 2020, a administração da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis atente sobre a eventual violação ao art. 7º da

Lei n.º 10.520, de 2002, com o art. 49, II e V, do Decreto n.º 10.024, de 2019, pela correspondente licitante (Scire Tecnologia - Eireli - CNPJ 39.853.792/0001-82), já que não atendeu à convocação do pregoeiro para apresentar a sua documentação, com a proposta final ajustada ao seu último lance, ensejando a instauração do processo administrativo tendente a apurar a sua indevida conduta na licitação;

1.7.2. enviar a cópia do presente Acórdão, com a cópia do parecer da unidade técnica, à ora representante, para ciência, e à administração da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, para ciência e cumprimento do item 1.7.1 deste Acórdão; e

1.7.3. promover o arquivamento do presente processo.

ENCERRAMENTO

Às 11 horas e 10 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pela Segunda Câmara.

ELENIR TEODORO GONCALVES DOS SANTOS
Subsecretária da 2ª Câmara

Aprovada em 9 de setembro de 2022.

BRUNO DANTAS
Presidente

PLENÁRIO

ATA Nº 13, DE 31 DE AGOSTO DE 2022

(Sessão Extraordinária Reservada do Plenário)
Presidência: Ministro Benjamin Zymler
Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
Secretária das Sessões: AUFC Lorena Medeiros Bastos Correa
Subsecretária do Plenário: AUFC Denise Loiane Cunha Fonseca

Às 17 horas e 41 minutos, a Presidência declarou aberta a sessão extraordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia; dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti (convocado em razão de vacância do cargo de Ministro), Marcos Bemquerer Costa (convocado para substituir o Ministro Vital do Rêgo) e André Luís de Carvalho (convocado para substituir o Ministro Walton Alencar Rodrigues); e da Representante do Ministério Público, Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

Ausentes os Ministros Walton Alencar Rodrigues, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e o Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em missão oficial.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foi excluído de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, o processo TC-018.778/2021-6, cujo relator é o Ministro Antonio Anastasia.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Plenário aprovou, por relação, o Acórdão de nº 2009.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, o Plenário proferiu os Acórdãos de nºs 2010 a 2013.

ACOMPANHAMENTO DE JULGAMENTO DE PROCESSO

Na apreciação do processo TC-015.553/2021-3, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler, nos termos do parágrafo único do art. 97 do Regimento Interno, foi autorizada a presença na Sala das Sessões da Dra. Mayara Guardiano Nascimento, representante legal.

MANUTENÇÃO DE SIGILO DE PROCESSOS

Foi mantido o sigilo do Acórdão nº 2013, adotado no processo TC-015.553/2021-3, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler; e do Acórdão nº 2011, adotado no processo TC-018.167/2020-9, cujo relator é o Ministro Jorge Oliveira.

Os referidos acórdãos, juntamente com o relatório e o voto em que se fundamentaram, constam no Anexo II desta Ata, que será arquivado eletronicamente na Secretaria das Sessões.

LEVANTAMENTO DE SIGILO DE PROCESSOS

Em razão do levantamento de sigilo dos respectivos processos, tornaram-se públicos os acórdãos de nºs 2009, 2010 e 2012.

Os Acórdãos nºs 2010 e 2012, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram, encontram no Anexo I desta Ata.

ACÓRDÃOS APROVADOS

ACÓRDÃO Nº 2009/2022 - TCU - Plenário

Considerando que a presente peça denunciatória não preenche os requisitos de admissibilidade pertinentes à espécie;

Considerando a ausência de competência desta Corte para apreciação do assunto objeto da denúncia;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 53 a 55, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 15, inciso I, alínea "p", 235, do Regimento Interno do TCU, c/c o art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014, em não conhecer da denúncia, por não adimplir os requisitos de admissibilidade, levantar o sigilo dos autos, consoante os pareceres emitidos, sem prejuízo das providências descritas no subitem 1.8 desta deliberação.

1. Processo TC-009.930/2022-1 (DENÚNCIA)
1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
1.3. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.
1.4. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.8.1. Determinar liminarmente o arquivamento deste processo, com fundamento no parágrafo único do art. 235, do Regimento Interno do TCU, e no art. 105 da Resolução-TCU 259/2014;
1.8.2. Dar ciência desta deliberação ao denunciante, ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia e à Controladoria-Geral da União.

ACÓRDÃO Nº 2010/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 007.189/2022-2
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Denúncia
3. Denunciante: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
4. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti)
8. Representação legal: Maria Clara Esteves Sene, Isabella Hauptli e outros, representando Compasso Tecnologia Ltda.; Juliana Carvalho Tostes Nunes (131998/OAB-RJ), Eduardo Luiz Ferreira Araújo de Souza (140563/OAB-RJ) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.A.; Erika Alves Oliver Watermann (181904/OAB-SP), Ariosto Mila Peixoto (125311/OAB-SP) e outros, representando Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de denúncia, com pedido de medida cautelar, a respeito de possíveis irregularidades no edital de oportunidade 7003690891, publicado pela Petrobras, cujo objeto era contratar "*Desenvolvimento, Consultoria e Sustentação de Soluções para Gestão e Engenharia de Dados, Soluções Analíticas, Ciência de Dados e Pesquisa Operacional (Soluções de Dados)*".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão reservada do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 234, 235, 237, parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU, nos arts. 103, § 1º, 104, § 1º, e 108, parágrafo único, da Resolução TCU 259/2014 e no art. 9º, inciso I, da Resolução TCU 315/2020, em:

9.1. conhecer da presente denúncia, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. considerar prejudicado o pedido de medida cautelar em razão do julgamento de mérito;

9.3. indeferir o pedido de reconsideração de prorrogação de prazo formulado pela empresa Deloitte;

9.4. dar ciência à Petrobras de que a exigência de atestados técnicos emitidos exclusivamente para serviços executados no Brasil, inserida no edital de oportunidade 7003690891, atenta, em regra, contra o caráter competitivo da licitação, em afronta ao princípio da obtenção da competitividade insculpido no art. 31 da Lei 13.303/2016;

9.5. encaminhar cópia desta decisão ao denunciante, à Petróleo Brasileiro S.A. e às empresas Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda. e Compasso Tecnologia Ltda., com a informação de que o relatório e o voto que a fundamentam podem ser acessados por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos;

9.6. levantar o sigilo que recai sobre as peças destes autos, à exceção daquelas que contenham informação pessoal do denunciante;

9.7. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 13/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 31/8/2022 - Extraordinária de Caráter Reservado.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2010-13/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Jorge Oliveira (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2012/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 015.460/2020-7 (Apensado: TC 039.959/2019-8).
2. Grupo: II; Classe de Assunto: VII - Denúncia.
3. Denunciante: Identidade preservada (art. 55, **caput**, da Lei n 8.443/1992).
4. Entidade: Município de São José/SC.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Saúde - SecexSaúde.
8. Representação legal: não há**.**

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Denúncia a respeito de possíveis irregularidades na execução do Contrato de Gestão 123/2019, firmado entre a Secretaria Municipal de Saúde de São Joseì/SC e o Instituto Desenvolvimento Ensino e Assistência aÌ Saúde - Ideas, qualificado como Organização Social, que tinha por objeto o gerenciamento, a operacionalização e a execução, nas unidades da contratante, de ações e serviços médicos de clínico geral, técnico de saúde bucal e atendente de saúde.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária Reservada do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fulcro nos arts. 234 e 235 do Regimento Interno/TCU e no art. 103, § 1º, da Resolução/TCU 259/2014, não conhecer da denúncia;

9.2. retirar o sigilo destes autos, à exceção das peças que contenham informação pessoal do denunciante, nos termos dos arts. 104, § 1º, e 108, parágrafo único, da Resolução/TCU 259/2014;

9.3. enviar cópia deste Acórdão ao denunciante; e

9.4. arquivar os presentes autos, com fulcro no art. 169, inciso II, do Regimento Interno/TCU.

10. Ata n° 13/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 31/8/2022 - Extraordinária de Caráter Reservado.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2012-13/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ENCERRAMENTO

Às 17 horas e 46 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pela Presidência e homologada pelo Plenário.

DENISE LOIANE CUNHA FONSECA
Subsecretária do Plenário

Aprovada em 8 de setembro de 2022.

BENJAMIN ZYMLER
na Presidência

ATA Nº 34, DE 31 DE AGOSTO DE 2022

(Sessão Ordinária do Plenário)

Presidência: Ministro Benjamin Zymler
Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
Secretária das Sessões: AUFC Lorena Medeiros Bastos Correa
Subsecretária do Plenário: AUFC Denise Loiane Cunha Fonseca

Às 14 horas e 30 minutos, a Presidência declarou aberta a sessão ordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia; dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti (convocado em razão de vacância do cargo de Ministro), Marcos Bemquerer Costa (convocado para substituir o Ministro Vital do Rêgo) e André Luís de Carvalho (convocado para substituir o Ministro Walton Alencar Rodrigues); e da Representante do Ministério Público, Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

Ausentes o Ministro Walton Alencar Rodrigues, o Ministro Bruno Dantas, o Ministro Vital do Rêgo e o Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em missão oficial.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Plenário homologou a Ata nº 33, referente à sessão realizada em 24 de agosto de 2022.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

COMUNICAÇÕES (v. inteiro teor no Anexo I desta Ata)

Da Presidência:

Convite à participação no Webinário "Matriz de Riscos em Contratos de Delegação de Infraestrutura", que ocorrerá nos próximos dias 1º e 2 de setembro, às 14h, via plataforma Microsoft Teams, com transmissão ao vivo pelo canal oficial do TCU no YouTube.

Informação de que no próximo dia 6 de setembro, véspera do Feriado da Independência, as sessões das Câmaras desta Casa serão realizadas no formato telepresencial, bem como os servidores e demais colaboradores do TCU deverão realizar suas atividades de maneira remota, em consonância com orientações dos órgãos de Segurança Pública do Distrito Federal.

Do Ministro Augusto Nardes:

Registro da visita da turma de Direito da Universidade de Caxias do Sul, sob liderança do Professor Jefferson Panarotto, nesta sessão plenária.

Do Ministro Aroldo Cedraz:

Registro do falecimento do Professor Severo Sales de Barros e homenagens pelas suas realizações em prol do desenvolvimento econômico da pecuária no país.

Do Ministro Jorge Oliveira:

Registro de que foi proferido despacho no processo TC-005.291/2021-6, que cuida de acompanhamento do Acórdão 56/2021-Plenário. A deliberação tomou por irregular a concessão de empréstimos pelo Tesouro Nacional, realizados de 2008 a 2015, às instituições financeiras federais por meio da emissão direta de títulos públicos. O processo será pautado na próxima sessão plenária, dia 14 de setembro.

Do Ministro-Substituto André Luís de Carvalho:

Registro de sua última participação em sessão plenária e agradecimentos, em razão da iminência de sua aposentadoria. Na oportunidade, todos os ministros e ministros-substitutos presentes na sessão, bem como a representante do MPTU fizeram uso da palavra para prestar-lhe homenagens.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

- TC-015.553/2021-3, TC-042.705/2021-5 e TC-042.955/2021-1, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler;

- TC-025.848/2021-6, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes; e

- TC-029.158/2020-6 e TC-045.458/2021-9, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Plenário aprovou, por relação, os acórdãos de nºs 1976 a 1990.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, o Plenário proferiu os Acórdãos de nºs 1991 a 2008, incluídos no Anexo II desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram.

PROCESSO TRANSFERIDO DE PAUTA

Por deliberação do Colegiado, com base no § 13 do artigo 112 do Regimento Interno, a apreciação do processo TC-026.427/2015-0 (Ata nº 23/2022), cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues e revisor é o Ministro Vital do Rêgo, foi transferida para a sessão ordinária do Plenário de 14 de setembro de 2022.

PEDIDOS DE VISTA

Com base no artigo 112 do Regimento Interno, a apreciação do processo TC-001.722/2022-0, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler, foi adiada para a sessão ordinária do Plenário de 5 de outubro de 2022, ante pedido de vista formulado pelo Ministro Aroldo Cedraz. O pedido de vista ocorreu antes da sustentação oral que estava prevista.

Com base no artigo 112 do Regimento Interno, a apreciação do processo TC-008.702/2022-5, cujo relator é o Ministro Antonio Anastasia, foi adiada para a sessão ordinária do Plenário de 5 de outubro de 2022, ante pedido de vista formulado pelo Ministro Benjamin Zymler.

REABERTURA DE DISCUSSÃO

Nos termos do art. 112 do Regimento Interno, deu-se prosseguimento à votação do processo TC-021.350/2020-5 (Ata nº 23/2022), cujo relator é o Ministro Augusto Nardes. O Ministro Walton Alencar Rodrigues proferiu despacho no dia 29 de agosto declarando a desistência do pedido de vista antes formulado. A Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva se manifestou oralmente, em consonância com o art. 109 do Regimento Interno. Em função da proposta de alteração na minuta de acórdão formulada pelo Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, foi suspensa a votação, nos termos do artigo 120 do Regimento Interno. Ao final da sessão, o relator, acolhendo as sugestões do Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, leu a redação final da minuta de acórdão. O Ministro Aroldo Cedraz apresentou declaração de voto. O Tribunal aprovou, por unanimidade, o Acórdão nº 2001.

ATO NORMATIVO APROVADO (v. inteiro teor no Anexo III desta Ata)

TC-016.446/2021-6, relator Ministro Aroldo Cedraz. Acórdão nº 1999.

Resolução - TCU nº 341 de 31 de agosto de 2022. - "Dispõe sobre o enquadramento dos bens de consumo nas categorias de qualidade comum e de luxo, no âmbito do Tribunal de Contas das União."

ACÓRDÃOS APROVADOS

ACÓRDÃO Nº 1976/2022 - TCU - Plenário

Trata-se de denúncia apresentada perante esta Corte de Contas em que se pleiteia, em síntese, que o Diretor de Gestão de Pessoal da Polícia Federal cumpra o que restou decidido por este Tribunal no âmbito do Acórdão 1.253/2020-Plenário, que respondeu consulta formulada pela Câmara dos Deputados no sentido de que "para fins da aposentadoria especial nos moldes da Lei Complementar 51/1985, poderá ser considerado como atividade tipicamente policial o tempo militar prestado às Forças Armadas";

Considerando o disposto no art. 1º, § 2º, da Lei 8.443/1992, que estabelece que "a resposta à consulta a que se refere o inciso XVII deste artigo tem caráter normativo e constitui prejulgamento da tese, mas não do fato ou caso concreto";

Considerando a jurisprudência deste Tribunal, no sentido de que "as faculdades de denunciar e de representar ao TCU não visam à tutela de interesses particulares, de forma a propiciar a revisão de atos administrativos pelo Tribunal quando não ficar evidenciada a preponderância do interesse público [...]" e que "eventuais perdas reclamadas por terceiros em função de interesses privados devem ser questionadas judicialmente, fórum adequados para pleitos dessa natureza" (cf. Acórdão 1.045/2019-Plenário);

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso XVI, 53 e 55 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, 234, 235 e 236 do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em não conhecer da denúncia, retirar a chancela de sigilo aposta aos autos, exceto quanto à autoria da denúncia, e determinar o seu arquivamento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo de efetuar as seguintes determinações:

1. Processo TC-000.978/2022-1 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).

1.3. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal.

1.4. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações: dar ciência da presente deliberação ao denunciante e ao órgão jurisdicionado.

ACÓRDÃO Nº 1977/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, 235 e 237, inciso III, do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação, considerá-la improcedente e determinar o arquivamento, dando ciência ao representante, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.875/2022-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Comando do Comando Militar da Amazônia; Departamento de Polícia Federal; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmb).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1978/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143 e 237, inciso VII e parágrafo único, do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação, considerá-la parcialmente procedente, fazer a seguinte ciência e determinar o arquivamento, dando ciência ao representante e ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.210/2022-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: União Suprimentos Militares Ltda (13.992.333/0001-96).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefes).

1.6. Representação legal: Fernanda Machado Mendes (46544/OAB-SC), representando União Suprimentos Militares Ltda; Lucas da Silva Bettim (449327/OAB-SP), representando Avb do Brasil Comercial Ltda.

1.7. Dar ciência à Polícia Rodoviária Federal, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, que as especificações do objeto contidas na proposta, incluindo eventuais folhetos, catálogos e/ou folders com seu detalhamento, vinculam a contratada, e que a não observância do critério pelo órgão contratante infringiu o subitem 10.2.1 do edital.

ACÓRDÃO Nº 1979/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, 243, e 250, inciso III, do Regimento Interno, em considerar cumprida a determinação constante do subitem 1.8.1 do Acórdão 2.344/2021-TCU-Plenário, sem prejuízo das providências descritas no subitem 1.6 desta deliberação.

1. Processo TC-014.086/2022-0 (MONITORAMENTO)

1.1. Órgão/Entidade: Ministério do Desenvolvimento Regional.

1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração (SeinfraCOM).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. Dar ciência desta deliberação ao Ministério do Desenvolvimento Regional;

1.6.2. Apensar definitivamente os presentes autos ao TC 008.379/2016-5, originador deste monitoramento, nos termos dispostos nos art. 36 e 37 da Resolução-TCU 259/2014 e no art. 5º, inciso II da Portaria Segecex 27/2009.

ACÓRDÃO Nº 1980/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea "a", 235 e 237, inciso VII e parágrafo único e 250, inciso I, do Regimento Interno deste Tribunal c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, e de conformidade com a proposta da unidade técnica (peça 41), em conhecer da Representação para, no mérito, considerá-la improcedente, indeferir o pedido de medida cautelar ante a inexistência dos pressupostos necessários à sua concessão, sem prejuízo das providências descritas no subitem 1.7 desta deliberação.

1. Processo TC-010.179/2022-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Hitss do Brasil Servicos Tecnologicos Ltda. (11.168.199/0001-88).

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti).

1.6. Representação legal: Rayanna Silva Carvalho (9005/OAB-PI), Paula Cecilia Rodrigues de Souza (205663/OAB-MG) e outros, representando Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares; Angélica Muniz Leão de Arruda Alvim (124.535/OAB-RJ), Guilherme Pimenta da Veiga Neves (14230/OAB-DF) e outros, representando Hitss do Brasil Servicos Tecnologicos Ltda..

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. Dar ciência desta deliberação,bem como da instrução (peça 41), ao representante, à empresa HITSS do Brasil Serviços Tecnológicos Ltda e à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh);

1.7.2. Arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal.

ACÓRDÃO Nº 1981/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea "a", 235 e 237, inciso VII e parágrafo único e 250, inciso I, do Regimento Interno deste Tribunal c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, e de conformidade com a proposta da unidade técnica (peça 58), em conhecer da Representação para, no mérito, considerá-la improcedente, indeferir o pedido de medida cautelar ante a inexistência dos pressupostos do perigo da demora e da plausibilidade jurídica e por restar caracterizado o perigo da demora reverso, sem prejuízo das providências descritas no subitem 1.6 desta deliberação.

1. Processo TC-010.701/2022-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.5. Representação legal: Mariana Mello Ottoni (33989/OAB-DF), Jean Felipe Cerqueira Lima (60392/OAB-DF) e outros, representando Extreme Digital Services Sociedade Limitada.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. Dar ciência desta deliberação ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e ao representante;

1.6.2. Arquivar os presentes autos, nos termos do art. 250, I, c/c art. 169, III, do Regimento Interno/TCU.

ACÓRDÃO Nº 1982/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea "a", 235 e 237, inciso VII e parágrafo único e 250, inciso I, do Regimento Interno deste Tribunal c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, e de conformidade com a proposta da unidade técnica (peça 31), em conhecer da Representação para, no mérito, considerá-la improcedente, indeferir o pedido de medida cautelar ante a inexistência dos pressupostos necessários à sua concessão, sem prejuízo das providências descritas no subitem 1.6 desta deliberação.

1. Processo TC-014.207/2022-2 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão.
1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Representação legal: Alexsandro Penha de Oliveira, representando Sao Luis Telecomunicacoes Ltda - Me.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.6.1. Dar ciência desta deliberação ao Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão e ao representante;
1.6.2. Arquivar os presentes autos, nos termos do art. 250, I, c/c art. 169, V, do Regimento Interno deste Tribunal.

ACÓRDÃO Nº 1983/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, que trata de Monitoramento do Acórdão 988/2022-TCU-Plenário, de minha relatoria, proferido nos autos do TC 042.961/2021-1, que tratou de representação, com pedido de medida cautelar, acerca de possíveis irregularidades na condução do pregão eletrônico 11/2021, promovido pela Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ), que resultou na celebração do contrato 34/2021, com a empresa Delfos Assessoria e Serviços Ltda., tendo por objeto a prestação de serviços de levantamentos batimétricos periódicos nos acessos aquaviários dos portos da CDRJ; com fundamento nos arts. 143, inciso III, 15, 105 e 243, do Regimento Interno/TCU, c/c art.17 da Resolução 315/2020 TCU, ACORDAM em:

a) considerar cumprida a determinação contida no subitem 9.3 do Acórdão 988/2022-TCU-Plenário;
b) informar o acórdão proferido à CDRJ, comunicando que o mesmo pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos; e
c) apensar definitivamente o presente processo aos autos do TC 042.961/2021-1, com fundamento no art. 169, inciso I, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 36 da Resolução TCU 259/2014.

1. Processo TC-012.203/2022-0 (MONITORAMENTO)
1.1. Órgão/Entidade: Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ)
1.2. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraPor).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1984/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de Acompanhamento de determinações exaradas por meio do Acórdão 559/2022-TCU-Plenário, nos autos do TC 026.827/2020-4, que versava sobre acompanhamento da atuação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH).

Considerando que a matéria tratada nos presentes autos já foi apreciada pelo Acórdão 559/2022-TCU-Plenário;

Considerando que constaram do referido acórdão determinação para acompanhamento:

"9.1.1 da ação orçamentária 00S9 - Auxílio Emergencial às Instituições de Longa Permanência para Idosos - ILPI, Programa 5034 - Proteção à vida, fortalecimento da família, promoção e defesa dos direitos humanos para todos, no montante de R$ 160.000.000,00, com foco na análise dos relatórios trimestrais da execução física e financeira e do quadro de indicadores de execução de metas do Termo de Colaboração 904231/2020, firmado entre o MMFDH e a Fundação Banco do Brasil; e

9.1.2 do Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 4/2020, firmado entre o mesmo Ministério e a Fundação Nacional do Índio/Funai, no valor de R$ 5.373.905,00, com foco na análise da prestação de contas final."

Considerando que foi encaminhada diligência ao MMFDH para que fossem apresentadas informações:

i) acerca da análise dos relatórios trimestrais da execução física e financeira e do quadro de indicadores de execução de metas do Termo de Colaboração 904231/2020, firmado entre o MMFDH e a Fundação Banco do Brasil, ação orçamentária 00S9 - Auxílio Emergencial às Instituições de Longa Permanência para Idosos, Programa 5034 - Proteção à vida, fortalecimento da família, promoção e defesa dos direitos humanos para todos, no montante de R$ 160.000.000,00 (subitem 9.1.1 do Acórdão 559/2022-Plenário); e

ii) quanto à análise da prestação de contas final do Termo de Execução Descentralizada (TED) 4/2020, firmado entre o MMFDH e a Fundação Nacional do Índio, no valor de R$ 5.373.905,00 (subitem 9.1.2 do Acórdão 559/2022-Plenário).

Considerando que quanto ao item "i", retro, a Pasta informou que a Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa acompanha a execução física e financeira do acordo por meio de acesso livre à plataforma solidarize.fbb.org.br e que o prazo final para a prestação de contas da avença é 28/9/2022 (§ 4º da instrução).

Considerando que o MMFDH também apresentou informações, ainda preliminares, quanto ao cumprimento das metas do Termo de Colaboração 904231/2020, a exemplo da formalização de parcerias com 2.108 Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), que receberam repasses de R$ 159.178.716,57, cujos relatórios de execução e prestação final de contas encontram-se em análise e elaboração pela Fundação Banco do Brasil - FBB, para final encaminhamento ao Ministério (§§ 5º e 6º da instrução);

Considerando que a elaboração da prestação final de contas relativa ao referido Termo de Colaboração pela FBB tonar desnecessário o acompanhamento dos relatórios trimestrais de execução física e financeira e do quadro de indicadores de execução de metas, objeto do item 9.1.1 da referida deliberação (§ 8º da instrução);

Considerando que cabe ao MMFDH analisar e providenciar as correções cabíveis na prestação de contas e/ou instaurar tomada de contas especial, caso verifique irregularidades, o que difere eventual necessidade de atuação desta Corte para momento posterior, o que aconselha seja considerado superado o determinado no item 9.1.1 do referido acórdão (§ 9º da instrução);

Considerando que com relação ao item "ii", retro, a Pasta informou que a Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial aprovou o objeto da TED 04/2020 por meio da Nota Técnica 18/2021/DIMOPE/SNPIR/MMFDH, complementada pela Nota Técnica 72/2022/CGGE/SNPIR/MMFDH, e que o processo se encontrava sob análise final da Coordenação Geral de Contabilidade e Transferências da Secretaria-Executiva do Ministério (§ 10 da instrução);

Considerando que, conforme disposto no art. 6°, inciso VIII, c/c art. 7°, inciso VII, do Decreto 10.426/2020, que versa sobre a descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, por meio da celebração de termo de execução descentralizada, restou verificado que o MMFDH analisou e se manifestou sobre o relatório de cumprimento do objeto apresentado pela Funai, o que aconselha seja considerado cumprido o item 9.1.2 do Acórdão 559/2022-TCU-Plenário;

Considerando que a unidade técnica, ante tais verificações, opinou uniformemente pelo encerramento e arquivamento do presente processo;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, por unanimidade, em:

a) considerar cumprido o item 9.1.2 do Acórdão 559/2022-TCU-Plenário;
b) tornar insubsistente o item 9.1.1 do Acórdão 559/2022-TCU-Plenário;
c) encerrar o presente processo, nos termos do art. 33 da Resolução-TCU 259/2014 c/c o art. 169, V, do RITCU; e
d) informar ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos acerca do presente acórdão.

1. Processo TC-005.469/2022-8 (ACOMPANHAMENTO)
1.1. Apensos: 026.827/2020-4 (RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO)
1.2. Interessado: Secretaria-executiva do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.
1.3. Órgão/Entidade: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.
1.4. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefes).
1.7. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 1985/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de Representação a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico (PE) 38/2022, sob a responsabilidade do Conselho Nacional do Serviço Social do Transporte (SEST), com valor estimado de R$ 1.726.837,54, cujo objeto consiste no registro de preço para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de vigilância eletrônica e monitoramento através de circuito fechado de televisão (CFTV), com aquisição e instalação dos equipamentos em unidades operacionais do SEST/SENAT de tipologia CN e DN (peça 4, p. 2);

Considerando que a Representação deve ser conhecida, por estarem presentes todos os requisitos de admissibilidade constantes no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 235 e 237, VII, do Regimento Interno/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014;

Considerando a revisão, de ofício, pela Entidade quanto à decisão que desclassificou o Representante (peça 16), sendo que o Representante, classificado em segundo lugar no certame, ofertou a proposta mais vantajosa e atendeu a todas as exigências editalícias, a sessão pública foi reaberta em 26/7/2022, resultando na sua habilitação, no aceite de sua proposta, formalizada em R$ 1.516.799, 90;

Considerando, afinal, a instrução técnica de peças 17-18,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, por unanimidade, em: conhecer da Representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 235 e 237, VII, do Regimento Interno/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014; considerar prejudicada a apreciação do mérito da representação, por perda de objeto, em razão de revisão, de ofício, da entidade da decisão que desclassificou o representante; informar ao Serviço Social do Transporte - Conselho Nacional e ao representante o teor deste Acórdão e da instrução de peça 17;earquivar o presente processo, nos termos do art. 250, I, c/c art. 169, III, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 106, § 4º, inciso II, da Resolução - TCU 259/2014, alterada pela Resolução - TCU 323/2020.

1. Processo TC-013.052/2022-5 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Serviço Social do Transporte - Conselho Nacional.
1.2. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Representação legal: Rodrigo Freire Dias, representando Tele Alarme Seguranca Eletronica Ltda.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1986/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de representação, no qual se detectou, após prolação de decisão definitiva, a ocorrência de erro material.

Considerando que erros materiais detectados nas deliberações deste Tribunal podem ser corrigidos de ofício.

Considerando que foi constado erro de inclusão indevida, no item "b" do acórdão, de entidade estranha ao processo, qual seja ao "17º RCM".

Considerando que, em vista do exposto, a Unidade Técnica propõe seja procedida a correção (peça 176)

Considerando que o MP/TCU manifestou-se de acordo com a correção proposta (peça 178);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, o item "b" do Acórdão nº 1096/2022-TCU- Plenário, como a seguir:

Onde se lê:
b) encaminhar cópia da presente deliberação à Representante e ao 17º RCM."

Leia-se
b) encaminhar cópia da presente deliberação à Representante.".

1. Processo TC-018.262/2018-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Responsável: Herval Dorea da Silva (179.507.595-34).
1.2. Interessado: Conselho Regional de Representantes Comerciais do Estado da Bahia (15.176.951/0001-93).
1.3. Órgão/Entidade: Conselho Regional de Representantes Comerciais do Estado da Bahia.
1.4. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).
1.7. Representação legal: Rodrigo Lauande Pimentel (OAB/BA 40.912) e outros, representando Conselho Regional de Representantes Comerciais do Estado da Bahia.

ACÓRDÃO Nº 1987/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, incisos III e V, alínea a, do Regimento Interno/TCU, c/c os arts. 36, 37 e 40, inciso I, da Resolução TCU 259/2014, e considerando o cumprimento da determinação constante do subitem 9.3 do Acórdão 1.512/2022 - Plenário, em apensar o presente processo, em definitivo, ao TC-043.218/2021-0 (Representação), sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação à Universidade Tecnológica Federal do Paraná, de acordo com o parecer da unidade técnica:

1. Processo TC-014.009/2022-6 (MONITORAMENTO)
1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União.
1.2. Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1988/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 143, incisos III e V, alínea a, 235, 237, inciso VII, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU e nos arts. 103, § 1º, da Resolução/TCU 259/2014 e 9º, inciso I, da Resolução/TCU 315/2020, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente e encaminhar cópia desta deliberação à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e à representante, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, sem prejuízo de dar ciência das impropriedades discriminadas abaixo ao IBGE, de acordo com o parecer da unidade técnica:

1. Processo TC-010.170/2022-7 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: By Information Technology Services Eireli. (28.499.773/0001-83).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal: Bruna Ruiz de Campos Gomes dos Santos (OAB/SP 418368), representando By Information Technology Services Eireli.

1.7. Ciência:

1.7.1. dar ciência à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre as seguintes impropriedades, identificadas no Pregão Eletrônico 4/2022, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes:

1.7.1.1. exigência de atestado de capacidade técnica que comprovasse, especificamente, o fornecimento de fitas IBM 3592, em condição que teria sido imposta em resposta a pedido de esclarecimento, não sendo admitido atestado pelo fornecimento de bens pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, contrariando o art. 30, II, da Lei 8.666/1993 e a jurisprudência do Tribunal (Acórdão 914/2019 - Plenário, relatora Ministra Ana Arraes); e

1.7.1.2. exigência, a ser comprovada no ato da assinatura do contrato, de que a contratada seja revenda autorizada da solução, nos termos do item 4.3.3 do TR do edital, contrariando o art. 3º, §1º, inciso I, da Lei 8.666/1993 e a jurisprudência do Tribunal (Acórdão 1.350/2015 - Plenário, relator Ministro Vital do Rêgo.

ACÓRDÃO Nº 1989/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 143, incisos III e V, alínea a, 235, 237, inciso VII, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU e no art. 103, § 1º, da Resolução/TCU 259/2014, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação e da instrução da unidade técnica (peça 94) ao representante, ao Supremo Tribunal Federal - STF e à Secretaria-Geral de Administração desta Corte - Segedam/TCU, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos:

1. Processo TC-045.551/2021-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: SGE Serviços Gerais e Engenharia Eireli (83.343.665/0001-25).

1.2. Órgão: Supremo Tribunal Federal.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal: Mailton Marcelo Silva Ferreira (9.206/OAB-PA), representando SGE Serviços Gerais e Engenharia Eireli; Rachel Laube Netto (126878/OAB-MG), representando Planejar Terceirização e Serviços Eireli.

1.7. Informação/Determinação/Ciência: não há.

ACÓRDÃO Nº 1990/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de recurso de revisão interposto por Tarcísio Marcelo Barbosa de Lima contra o Acórdão 2.506/2017-TCU-1ª Câmara, da relatoria do E. Ministro Bruno Dantas;

Considerando que, por meio do Acórdão 2.506/2017, a 1ª Câmara do TCU conheceu dos embargos de declaração opostos pelo ora recorrente para, no mérito, rejeitá-los, mantendo inalterado o Acórdão 1.628/2016-TCU-1ª Câmara;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.628/2016, a 1ª Câmara do TCU conheceu do recurso de reconsideração interposto pelo ora recorrente para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os exatos termos do Acórdão 4.443/2014-TCU-1ª Câmara, da relatoria do E. Ministro José Múcio Monteiro, que julgou irregulares as contas do ora recorrente, como então prefeito do Município de Belém (PB), condenando-o ao pagamento do débito e aplicando-lhe a subjacente multa legal;

Considerando que, no presente momento, o ora recorrente interpôs o presente recurso de revisão contra o Acórdão 2.506/2017-TCU-1ª Câmara, em 17/5/2022 (Peça 101), após o transcurso de mais de cinco anos desde a publicação do referido acórdão no Diário Oficial da União de 8/5/2017 (Seção 1, p. 89);

Considerando, portanto, que subsistiria a intempestividade do presente recurso de revisão, nos termos do art. 183, inciso IV, e 288, caput, do Regimento Interno do TCU;

Considerando, ainda, que a proposta da Secretaria de Recursos para o não conhecimento do presente recurso contou com a anuência do Ministério Público junto ao Tribunal (Peças 105-110), podendo o TCU incorporar o parecer da unidade técnica a estas razões de decidir;

Considerando, enfim, que não mais é oportuna a análise, de ofício, da eventual prescrição pelo TCU, conforme decidido no Acórdão 420/2021-TCU-Plenário, relator E. Ministro Raimundo Carreiro, porquanto o processo de cobrança executiva já fora constituído sob o TC 031.724/2017-5, além de o Ministério Público junto ao TCU já encaminhara, em 9/1/2018, as informações necessárias à cobrança judicial da dívida ao órgão credor (peça 22 do TC 031.724/2017-5);

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos termos dos arts. 30, inciso III, e 35, caput, da Lei 8.443/92, c/c os arts. 143, inciso IV, alínea "b", § 3º, 288, caput, do Regimento Interno do TCU, em não conhecer do presente recurso de revisão e dar ciência desta deliberação ao recorrente.

1. Processo TC-032.035/2008-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: TC 031.725/2017-1 (COBRANÇA EXECUTIVA); TC 024.513/2007-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL); e TC 031.724/2017-5 (COBRANÇA EXECUTIVA).

1.2. Responsável: Tarcísio Marcelo Barbosa de Lima (CPF 144.184.794-49).

1.3. Recorrente: Tarcísio Marcelo Barbosa de Lima (CPF 144.184.794-49).

1.4. Entidade: Município de Belém - PB.

1.5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues por força da Portaria TCU 61, de 26/8/2022.

1.6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.7. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas

1.8. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); e Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).

1.9. Representação legal: Lúcio Landim Batista da Costa (40009/OAB-DF), Gentil Ferreira de Souza Neto (40.008/OAB-DF), entre outros.

1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1991/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 001.288/2022-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Aposentadoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Elifas Levi Nolasco Marques (068.078.441-15).

4. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato inicial de aposentadoria emitido no âmbito do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes em favor do Sr. Elifas Levi Nolasco Marques,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. sobrestar a apreciação do presente processo, até que sobrevenha decisão definitiva no âmbito do Mandado de Segurança Coletivo 0018381-85.2014.4.01.3400, determinando-se à Sefip que acompanhe o andamento do referido processo;

9.2. determinar à Sefip que sobreste a análise de todos os atos de aposentadoria emitidos em favor de ex-servidores do DNER versando sobre a absorção do pagamento da VPNI oriunda da GDAR instituída por força do disposto no art. 29 da Lei 11.094/2005 em face do art. 103 do Decreto-lei 200/1967 e que se encontram submetidos à apreciação deste Tribunal, assim como as pensões deles decorrentes, até que haja o desfecho definitivo do presente processo;

9.3. autorizar os ministros relatores de processos que tratem da temática referenciada no item acima a, excepcionalmente, em se verificando o término do prazo para a análise do respectivo processo, dar prosseguimento aos feitos que se encontrem sob sua relatoria, haja vista que, à luz do entendimento recentemente adotado nos autos do RE 636.553, o sobrestamento do processo de forma indefinida poderá ensejar o registro tácito dos atos de concessão encaminhados a este Tribunal, assim como a impossibilidade de se lhes promover a revisão de ofício; e

9.4. encaminhar cópia da presente deliberação ao relator da Apelação Cível no Mandado de Segurança Coletivo 0018381-85.2014.4.01.3400 no Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

10. Ata n° 34/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 31/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1991-34/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1992/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 036.639/2021-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (em processo de Aposentadoria)

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessada: Angela Dias da Costa de Matos (290.807.200-97).

3.2. Recorrente: Angela Dias da Costa de Matos (290.807.200-97).

4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: Felipe Néri Dresch da Silveira (33.779/OAB-RS) e outros, representando Angela Dias da Costa de Matos.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame, em processo de aposentadoria, interposto pela sra. Angela Dias da Costa de Matos contra o Acórdão 2.991/2021-Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fulcro no art. 48 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 286 do Regimento Interno, e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame para, no mérito, dar a ele provimento, tornando sem efeito o Acórdão 2.991/2021-Plenário;

9.2. determinar à Sefip que:

9.2.1. faça consignar, na base de dados do sistema e-Pessoal, a anotação de registro tácito do ato de interesse da sra. Angela Dias da Costa de Matos tratado neste processo;

9.2.2. adote, nos termos do subitem 9.2.1 do Acórdão 122/2021-Plenário, as medidas pertinentes com vistas à revisão de ofício da concessão, levando em conta, para tanto, a irregularidade identificada nestes autos;

9.3. dar ciência desta deliberação à sra. Angela Dias da Costa de Matos e ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

10. Ata n° 34/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 31/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1992-34/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Augusto Nardes (na Presidência).

13.3. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1993/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 047.338/2020-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Revisão de Ofício (Aposentadoria)

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: José da Silva (110.355.284-87); Maria da Paz Medeiros Fernandes (176.762.584-72).

4. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de revisão de ofício do Acórdão 1.085/2022-2ª Câmara, que registrou tacitamente os atos de aposentadoria emitidos, no âmbito da Fundação Nacional de Saúde, em favor dos Srs. José da Silva e Maria da Paz Medeiros Fernandes,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. rever de ofício o Acórdão 1.085/2022-2ª Câmara, para considerar ilegais os atos de aposentadoria emitidos em favor dos Srs. José da Silva e Maria da Paz Medeiros Fernandes, recusando seus registros;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas em boa-fé pelos interessados, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar à Fundação Nacional de Saúde que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.3.2. dê ciência desta deliberação aos interessados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não os eximem da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que os interessados tiveram ciência desta deliberação;

9.4. esclarecer à unidade de origem, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno, que as concessões consideradas ilegais poderão prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novos atos concessórios, escoimados das irregularidades apontadas nestes autos.

10. Ata n° 34/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 31/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1993-34/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1994/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 004.876/2018-0.
1.1. Apensos: 018.835/2020-1; 014.145/2015-4; 039.348/2019-9; 039.270/2019-0
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Acompanhamento.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
5. Relator: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (Secex Saúde).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o presente processo de acompanhamento em atenção à determinação do subitem 9.3 do Acórdão 2.658/2017-TCU-Plenário, que teve como objeto as medidas necessárias à resolução dos problemas identificados relativos à construção de Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), consoante plano de ação do Ministério da Saúde (MS).

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar cumpridas as determinações dos subitens 9.1.3, 9.1.8, 9.1.9, 9.1.11, 9.1.13, 9.1.14, 9.1.16, 9.1.17, 9.1.19.1, 9.1.19.2, 9.1.19.3, 9.1.19.4, 9.1.19.5 e 9.1.19.6 do Acórdão 1.426/2015-TCU-Plenário; e dos subitens 9.1.2, 9.1.3, 9.1.4 e 9.2 do Acórdão 1.101/2014-TCU-Plenário;

9.2. considerar não mais aplicáveis, devido à perda do objeto, as determinações dos subitens 9.1.7 e 9.1.18 do Acórdão 1.426/2015-TCU-Plenário; e do subitem 9.1.7 do Acórdão 1.101/2014-TCU-Plenário;

9.3. considerar parcialmente cumpridas as determinações dos subitens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.10, 9.1.12 e 9.1.15 do Acórdão 1.426/2015-TCU-Plenário; dispensando-se a continuidade do monitoramento, com base no art. 17, § 3º, alínea "a", da Resolução-TCU 315/2020;

9.4. considerar não cumpridas as determinações do subitem 9.1.6 do Acórdão 1.426/2015-TCU-Plenário; e do subitem 9.1.6 do Acórdão 1.101/2014-TCU-Plenário; dispensando-se a continuidade do monitoramento, com base no art. 17, § 3º, alínea "a", da Resolução-TCU 315/2020;

9.5. considerar implementadas as recomendações dos subitens 9.2.1, 9.2.7 e 9.2.9 do Acórdão 1.426/2015-TCU-Plenário; e dos subitens 9.1.2, 9.2.4, 9.2.5 e 9.2.6 do Acórdão 2.292/2014-TCU-Plenário;

9.6. considerar não mais aplicáveis, devido à perda do objeto, as recomendações dos subitens 9.2.5, 9.2.10 e 9.2.11 do Acórdão 1.426/2015-TCU-Plenário;

9.7. considerar parcialmente implementadas as recomendações dos subitens 9.2.6 e 9.2.8 do Acórdão 1.426/2015-TCU-Plenário; e do subitem 9.2.7 do Acórdão 2.292/2014-TCU-Plenário; dispensando-se a continuidade do monitoramento, com base no art. 17, § 3º, alínea "b", da Resolução-TCU 315/2020;

9.8. considerar não implementadas as recomendações dos subitens 9.2.2, 9.2.3, 9.2.4 e 9.2.12 do Acórdão 1.426/2015-TCU-Plenário; e dos subitens 9.1.1, 9.2.1, 9.2.2 e 9.2.3 do Acórdão 2.292/2014-TCU-Plenário; dispensando-se a continuidade do monitoramento, com base no art. 17, § 3º, alínea "b", da Resolução-TCU 315/2020;

9.9. determinar ao Ministério da Saúde, com fundamento no inciso I do art. 43 da Lei 8.443/1992, c/c o inciso II do art. 250 do Regimento Interno do TCU, e art. 4º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, que, no prazo de 120 dias, apresente a este Tribunal as providências adotadas a fim de solucionar as irregularidades a seguir, considerando o teor do Despacho de 27/10/2021 (SEI n. 0023505191), elaborado pela Coordenação-Geral de Financiamento da Atenção Primária desse ministério, visto que as situações caracterizam ofensa ao art. 1.117 da Portaria de Consolidação 6/2017:

9.9.1. 44 propostas de UBSs que se encontram paralisadas, conforme relação a seguir (parágrafos REF _Ref80951012 \r \h * MERGEFORMAT 5.5 a REF _Ref87345420 \r \h * MERGEFORMAT 5.5.5.4 desta instrução):

9.9.1.1. propostas em cancelamento por não cumprimento de prazo para retomada e conclusão da obra: 13639469000115001, 13639469000116004, 11422073000113004, 11906403000113010, 11906403000113011, 11906403000113006, 11906403000113004, 11906403000113007, 11906403000113003, 11906403000113005, 11906403000113002, 11906403000113001, 11906403000113009, 13552581000113002, 11274817000114003, 14369724000114004, 12063872000114030, 12063872000113015, 04330355000113002, 11401857000113005, 11401857000113023, 11401857000113022, 11401857000113011, 11898585000113003, 11898585000113004, 13398207000116001, 08640219000113003, 08640219000113005, 11565792000113005 e 11701954000110005;

9.9.1.2. proposta cancelada por não cumprimento de prazo para retomada e conclusão da obra: 10628610000114007; e

9.9.1.3. propostas cujos municípios receberam solicitação de providências quanto a retomada e conclusão da obra: 12446725000117012, 07222467000118003, 313240221272210943, 11965996000117026, 11965996000117024, 11965996000117025, 11965996000117027, 11965996000117019, 11965996000117008, 11965996000117021, 08546934000117015, 12094476000119010 e 12094476000118012.

9.9.2. 749 propostas de UBSs que se encontram na situação de concluídas, mas sem funcionamento (parágrafos REF _Ref80951040 \r \h * MERGEFORMAT 5.6 a REF _Ref87345472 \r \h * MERGEFORMAT 5.6.5.4 desta instrução);

9.9.3. duas propostas de UBS que foram canceladas, mas sem devolução dos recursos federais aplicados: UBS São Paulo (Santo Antônio de Jesus/BA; Proposta 11795661000110001) e da UBS Jota Flores (Mucajaí/RR; Proposta 09344140000109002) (parágrafo REF _Ref106645008 \r \h * MERGEFORMAT 4.22.2 desta instrução);

9.10. dar ciência ao Ministério da Saúde, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315, de 2020:

9.10.1. que a não atualização das informações do Sistema de Monitoramento de Obras (Sismob) para as propostas referentes às unidades de saúde que não foram financiadas com recursos transferidos fundo a fundo, tais como convênios, contratos de repasse ou instrumentos congêneres, afronta os princípios da transparência e da publicidade que devem nortear a Administração Pública, impedindo a obtenção de informações seguras sobre a real situação desses ajustes (parágrafos REF _Ref80951141 \r \h * MERGEFORMAT 3.5 a REF _Ref87352548 \r \h * MERGEFORMAT 3.25.3.5 desta instrução);

9.10.2. que a não atualização das informações do Sismob para as propostas referentes às UPAs canceladas, afronta os princípios da transparência e da publicidade que devem nortear a Administração Pública, bem como o art. 1.112 da Portaria de Consolidação 6/2017, conforme demonstra o seguinte resultado da pesquisa realizada nesse sistema no dia 8/8/2021, quando em cotejo com a planilha que acompanhou à Nota Informativa 18/2021-CGURG/DAHU/SAES/MS (SEI 0021506275) (parágrafos REF _Ref80951212 \r \h * MERGEFORMAT 5.3 a REF _Ref87360332 \r \h * MERGEFORMAT 5.3.5.1 desta instrução):

9.10.2.1. pelo Sismob o quantitativo de UPAs canceladas que devolveram os recursos é de apenas uma, enquanto o Ministério da Saúde assevera que 221 UPAs devolveram integralmente ou parcialmente os recursos recebidos;

9.10.2.2. pelo Sismob o valor devolvido pela única UPA cancelada foi de R$ 2.302.913,15, enquanto o Ministério da Saúde informa que foram devolvidos R$ 112.282.205,34, referentes às 221 UPAs canceladas;

9.10.3. que a não atualização dos dados do Sismob para diversas propostas de UPAs que se encontram em fase de readequação da rede física afronta os princípios da transparência e da publicidade e o art. 4º, § 3º, da Portaria GM/MS 3.583/2018, pois impede a obtenção de informações seguras sobre a real situação dessas unidades de saúde, conforme demonstra o resultado da pesquisa feita no dia 8/8/2021 (parágrafos REF _Ref80951289 \r \h * MERGEFORMAT 5.4 a REF _Ref80951307 \r \h * MERGEFORMAT 5.4.3.5 desta instrução):

9.10.3.1. quantitativo de UPAs com processos de readequação concluídos e aprovados extraído do Sismob difere do resultado informado pelo ministério na Nota Informativa 19/2021-CQIS/CGES/DESID/SE/MS (SEI 0021425079), pois o primeiro aponta dezessete UPAs nessa situação, enquanto o segundo 111 UPAs;

9.10.3.2. quantitativo de UPAs em processo de readequação extraído do Sismob difere do resultado informado pelo ministério na Nota Informativa 19/2021-CQIS/CGES/DESID/SE/MS (SEI 0021425079), pois o primeiro aponta 115 UPAs nessa situação, enquanto o segundo dezenove UPAs; e

9.10.4. que a ausência de informações no Sismob quanto ao motivo para a não entrada em funcionamento das UBSs que estão na situação de concluídas, afronta o art. 1.112 da Portaria de Consolidação 6/2017, dificultando a tomada de decisão por parte deste ministério no sentido de direcionar as ações para colocá-las em funcionamento (parágrafos REF _Ref80951040 \r \h * MERGEFORMAT 5.6 a REF _Ref80951062 \r \h * MERGEFORMAT 5.6.3.9 desta instrução);

9.11. dar ciência à Secretaria de Atenção Especializada em Saúde do Ministério da Saúde, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315, de 2020, que a não entrada em funcionamento das UPAs constantes da tabela a seguir, uma vez que já se encontram concluídas, afronta o disposto no art. 3º, caput, e § 1º, da Portaria GM/MS 885/2021 e nos arts. 1148, §§ 1º e 2º, e 1148-A, § 2º, da Portaria de Consolidação GM/MS 6/2017, para aquelas unidades de saúde cujos valores foram transferidos na modalidade fundo a fundo, bem como o estabelecido no art. 79, § 1º, da Portaria Interministerial 507/2011 e no art. 57, § 3º, da Portaria Interministerial 424/2016, para aquelas cujas transferências de recursos se deu mediante contratos de repasse (parágrafos REF _Ref106819372 \r \h * MERGEFORMAT 3.29.1 e REF _Ref80860309 \r \h * MERGEFORMAT 5.2 a REF _Ref106638670 \r \h * MERGEFORMAT 5.2.3.11 desta instrução):

Número da proposta	UF	Município
11859710000113006	RS	CAPÃO DA CANOA
11851575000113008	PA	ITUPIRANGA
04330355000112003	MT	PONTES E LACERDA
01801612000109001	GO	PORANGATU
75845503000110001	PR	CENTENÁRIO DO SUL
46523148000110004	SP	EMBU-GUACU
23086176000110003	AP	LARANJAL DO JARI
01612821000108001	TO	CRIXÁS DO TOCANTINS
16233439000108001	BA	EUNÁPOLIS
07589369000108002	CE	CASCAVEL
13646005000112012	BA	ALAGOINHAS

9.12. arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, incisos II, e V, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 34/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 31/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1994-34/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1995/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 020.829/2017-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgãos/Entidades: Administração Regional do Senac no Estado do Mato Grosso do Sul; Administração Regional do Senar no Estado do Mato Grosso do Sul; Administração Regional do Sesc no Estado do Mato Grosso do Sul; Comando da Marinha; Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Mato Grosso do Sul; Conselho Regional de Administração do Mato Grosso do Sul; Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Mato Grosso do Sul; Conselho Regional de Corretores de Imóveis 14ª Região (MS); Conselho Regional de Economia 20ª Região (MS); Conselho Regional de Educação Física da 11ª Região (MS); Conselho Regional de Enfermagem do Mato Grosso do Sul; Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul; Conselho Regional de Farmácia do Estado do Mato Grosso do Sul; Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 13ª Região (MS); Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso do Sul; Conselho Regional de Odontologia do Mato Grosso do Sul; Conselho Regional de Psicologia 14ª Região (MS); Conselho Regional de Química Xx Região (MS); Conselho Regional de Representantes Comerciais do Estado do Mato Grosso do Sul; Conselho Regional de Serviço Social 21ª Região (MS); Conselho Regional de Técnicos em Radiologia 12ª Região (MT e MS); Departamento Regional do Senai no Estado do Mato Grosso do Sul; Departamento Regional do Sesi no Estado do Mato Grosso do Sul; Fundação Universidade Federal da Grande Dourados; Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul; Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Mato Grosso do Sul; Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Mato Grosso do Sul; Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Mato Grosso do Sul; Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Mato Grosso do Sul; Superintendência Regional do Incra no Estado do Mato Grosso do Sul; Superintendência Regional do Trabalho no Estado do Mato Grosso do Sul; Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região/MS; Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul.
5. Relator: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Orientação, Métodos, Informações e Inteligência para o CE e o Combate à Corrupção (Soma).
8. Representação legal: André Luiz da Silva Souza (9.554/OAB-MS), Karine Ignacio Pinto (11.787/OAB-MS) e outros, representando Departamento Regional do Sesi no Estado do Mato Grosso do Sul; André Luiz da Silva Souza (9.554/OAB-MS), Karine Ignacio Pinto (11.787/OAB-MS) e outros, representando Departamento Regional do Senai no Estado do Mato Grosso do Sul; Sandrelena Sandim da Silva Maluf (10228/OAB-MS), representando Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Mato Grosso do Sul; Daniel Andrade Fonseca, Mariana Félix Gonçalves de Mateus e outros, representando Agência Nacional de Telecomunicações; Maria Lúcia da Silva, Larissa Moreira Costa (16745/OAB-DF) e outros, representando Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Departamento Nacional; Jose Augusto Correia Neto, Bruno Rodrigues Viveiros e outros, representando Comando da Marinha.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos este Relatório de Auditoria realizada em parceria pela Secretaria do TCU no Estado do Mato Grosso do Sul, CGU/MS, TCE/MS, CGE/MS e a CGM/Campo Grande/MS, destinada a avaliar susceptibilidade à fraude e à corrupção das organizações públicas do estado, em face de seus respectivos poderes de compra e de regulação;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. dar ciência desta deliberação à CGU e às unidades dos órgãos da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Federal situados no Mato Grosso do Sul (sujeitas ao Decreto 9.203/2017) e às unidades dos órgãos do

Poder Judiciário, Conselhos de Classe e Sistema "S" situados no Mato Grosso do Sul, dispostos no Apêndice "J" do relatório de peça 222, informando-lhes que o Relatório e Voto que o fundamentam podem ser acessados no sítio eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos; e

9.2. encerrar os presentes autos;

10. Ata n° 34/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 31/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1995-34/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1996/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 040.869/2019-9.

1.1. Apensos: 040.311/2020-1; 040.312/2020-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de revisão (Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81).

3.2. Responsável: Edimário Paim de Cerqueira (387.255.685-15).

3.3. Recorrente: Edimário Paim de Cerqueira (387.255.685-15).

4. Órgão/Entidade: Município de Coração de Maria - BA.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: Michel Soares Reis (14.620/OAB-BA), representando Edimário Paim de Cerqueira.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia recurso de revisão interposto contra o Acórdão 8.553/2020-TCU-1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 32, inciso III, e 35 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 288 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. conhecer do presente recurso de revisão e, no mérito, dar-lhe provimento parcial, a fim de dar a seguinte redação aos subitens 9.2 e 9.3 do acórdão recorrido:

"9.2. julgar, com fundamento no art. 16, inciso III, alínea a, da Lei 8.443/1992, irregulares as contas de Edimário Paim de Cerqueira;

9.3. aplicar, com fundamento no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 268, inciso I, do Regimento Interno do TCU, a Edimário Paim de Cerqueira multa no valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais), atualizado monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for pago após o vencimento, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;"

9.2. dar ciência desta decisão ao recorrente e demais interessados.

10. Ata n° 34/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 31/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1996-34/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1997/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 006.400/2017-5.

1.1. Apenso: TC 034.118/2019-5.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de Revisão (em Tomada de Contas Especial).

3. Recorrente: Sandro Matos Pereira (006.916.607-27).

4. Órgãos/Entidades: Caixa Econômica Federal; Município de São João de Meriti - RJ.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Fernanda Souto Pereira Valeriano Moreira (OAB/DF 53.330), Janaina Leme (OAB/DF 54.805) e Marina Moraes Alves (OAB/DF 62.436), representando Sandro Matos Pereira.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Revisão interposto por Sandro Matos Pereira em face do Acórdão 1310/2019-TCU-2ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 35 da Lei 8.443/1992 e nos arts. 175 e 288 do Regimento Interno, em:

9.1. declarar a nulidade da citação de Sandro Matos Pereira e de todos os atos processuais dela decorrentes;

9.2. tornar insubsistente o Acórdão 1310/2019-TCU-2ª Câmara;

9.3. considerar prejudicado o Recurso de Revisão interposto por Sandro Matos Pereira, por perda de objeto;

9.4. restituir os autos ao Relator a quo para a adoção das medidas processuais que se façam necessárias para promover nova citação do responsável;

9.5. dar conhecimento desta deliberação ao recorrente e à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro.

10. Ata n° 34/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 31/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1997-34/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1998/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 009.346/2022-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação (com Medida Cautelar).

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Brasil Equity Properties Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (08.999.182/0001-68).

4. Órgão/Entidade: Instituto Infraero de Seguridade Social.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional (SecexFinanças).

8. Representação legal: Rodrigo Leitao Requena (188.909/OAB-RJ), Renan Soares Cortazio (220.226/OAB-RJ) e outros, representando Brasil Equity Properties Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia; Alexandre Spezia (20.555/OAB-DF), Elísio de Azevedo Freitas (18.596/OAB-DF) e outros, representando Instituto Infraero de Seguridade Social.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia representação formulada pela SecexFinanças, a partir de petição apresentada pelo Instituto Infraero de Seguridade Social (Infraprev), relativa aos investimentos dessa instituição no Fundo de Investimento Brasil Equity Properties (FIP BEP);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 276, §5º, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. reformar a medida cautelar concedida pelo despacho do Ministro Antônio Anastasia à peça 12, referendada pelo Acórdão 1.265/2022-TCU-Plenário, de modo a determinar que a Infraprev se abstenha de realizar novos aportes no FIP BEP, exceto aqueles necessários para chamadas de capital destinadas às despesas ordinárias do fundo, bem como pagamento e repactuação de dívidas nas quais o Fundo FIP BEP seja comprovadamente integrante de seu polo passivo;

9.2. dar ciência desta deliberação à Infraprev, ao FIP BEP e aos demais interessados.

10. Ata n° 34/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 31/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1998-34/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1999/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 016.446/2021-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Administrativo

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Entidade: Tribunal de Contas da União.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Licitações, Contratos e Patrimônio (Selip/Segedam).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Projeto de Resolução que visa a regulamentar o enquadramento, no âmbito do Tribunal de Contas da União, dos bens de consumo nas categorias de qualidade comum e de luxo, em atendimento ao art. 20, § 1º, da Lei 14.133, de 2021, matéria originária de Representação formulada pela Secretaria de Licitações, Contratos e Patrimônio (Selip)/Segedam,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. aprovar o projeto de Resolução, na forma do texto anexo;

9.2. arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 34/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 31/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1999-34/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2000/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 016.531/2007-2.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Fundação Professor João Ramos Pereira da Costa (07.663.511/0001-32).

3.2. Responsáveis: Ceudesp - Centro de Educacao Universitario e Desenvolvimento Profissional Ltda (02.843.943/0001-01); Dalvino Troccoli Franca (038.685.244-87); Deusiclea Barboza de Castro (280.020.671-34); Francisco Pessoa Furtado (020.830.003-15); Fundação Professor João Ramos Pereira da Costa (07.663.511/0001-32); Israel Beserra de Farias (132.513.174-15); Itazil Fonseca Benicio dos Santos (400.974.477-49); Jose Liberato Barrozo Filho (021.008.433-20); Julio Pinto Neto (003.662.343-15); Lauro Sergio de Figueiredo (115.178.321-87); Luciano de Petribú Faria (499.437.076-15); Neuma de Fatima Costa de Farias (181.324.134-15); Oscar Cabral de Melo (083.235.264-00); Paulo Ramiro Perez Toscano (076.068.501-00); Raymundo Cesar Bandeira de Alencar (039.076.001-34); Raymundo José Santos Garrido (030.802.695-00); Rui Melo de Carvalho (370.198.997-49); Tl Construtora Ltda (00.058.984/0001-61).

3.3. Recorrente: Paulo Ramiro Perez Toscano (076.068.501-00).

4. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Ceará.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Joao Paulo de Souza Barbosa Nogueira (16970/OAB-CE), Jose Leite Juca Filho (5214/OAB-CE) e outros, representando Ceudesp - Centro de Educação Universitário e Desenvolvimento Profissional Ltda; Maria Eroneide Alexandre Maia (12833/OAB-CE), Lais D Alva Pinheiro Eufrasio (19.025/OAB-CE) e outros, representando Francisco Pessoa Furtado; Antônio Lázaro Martins Neto (253540/OAB-DF) e Joao Paulo Goncalves da Silva (19442/OAB-DF), representando Raymundo José Santos Garrido; Joao Paulo de Souza Barbosa Nogueira (16970/OAB-CE), Jose Leite Juca Filho (5214/OAB-CE) e outros, representando Julio Pinto Neto; Adeilson Amancio dos Santos (30.254/OAB-BA) e Francisco Bastos Filho (8.504/OAB-BA), representando Neuma de Fatima Costa de Farias; Adeilson Amancio dos Santos (30.254/OAB-BA), Celso Negrão da Fonseca Júnior (22177/OAB-BA) e outros, representando Tl Construtora Ltda; Maria de Lourdes Nunes (4872/OAB-DF), representando Deusiclea Barboza de Castro; Adeilson Amancio dos Santos (30.254/OAB-BA) e Francisco Bastos Filho (8.504/OAB-BA), representando Louise Costa de Farias; Adeilson Amancio dos Santos (8.504/OAB-BA), Louise Costa de Farias e outros, representando Israel Beserra de Farias; Helena Kalyvas de Carvalho e Arthur Kalyvas de Carvalho, representando Rui Melo de Carvalho; Claudismar Zupiroli (12.250/OAB-DF), representando Luciano de Petribú Faria; Jose Silvino da Silva Filho (48.279/OAB-DF), Guilherme de Castro Souza (37.480/OAB-DF) e outros, representando Itazil Fonseca Benicio dos Santos; Raul Canal (10.308/OAB-DF), Alexandre Melo Soares (24518/OAB-DF) e outros, representando Paulo Ramiro Perez Toscano; Adeilson Amancio dos Santos (30.254/OAB-BA) e Francisco Bastos Filho (8.504/OAB-BA), representando Taise Costa de Farias; Matheus Machado Mendes de Figueiredo (6597-E/OAB-DF), Thaís Machado Mendes de Figueiredo (17445/OAB-DF) e outros, representando Raymundo Cesar Bandeira de Alencar; Adeilson Amancio dos Santos (30.254/OAB-BA) e Francisco Bastos Filho (8.504/OAB-BA), representando Isane Costa de Farias.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam Embargos de Declaração opostos por Paulo Ramiro Perez Toscano em face do Acórdão nº 2541/2020, o qual, entre outras medidas, conheceu de seus embargos opostos contra o Acórdão 694/2019-TCU-Plenário para, no mérito, rejeitá-los.;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer os embargos interpostos, tendo em vista que os mesmos observaram os requisitos da legitimidade, interesse de recorrer, singularidade e tempestividade, nos termos do art. 34, § 1º, da Lei 8.443/92, c/c o 287, § 1º do RI/TCU, para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação ao embargante e aos demais interessados.

10. Ata n° 34/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 31/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2000-34/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2001/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 021.350/2020-5.

1.1. Apenso: 045.707/2020-0

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Relatório de Acompanhamento.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Telefônica Brasil S.A. (02.558.157/0001-62).

4. Órgãos/Entidades: Agência Nacional de Telecomunicações; Ministério das Comunicações.

5. Relator: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração (SeinfraCOM).

8. Representação legal: Diana Carolina Biseo Henriques (387770/OAB-SP), Walfrido Jorge Warde Junior (139.503/OAB-SP) e outros, representando Telefônica Brasil S.A.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de acompanhamento dos atos e decisões da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e do Ministério das Comunicações (MC) no processo de gestão das outorgas de uso de radiofrequências conferidas antes das alterações de 2019 na Lei Geral de Telecomunicações (LGT);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. dar ciência ao Ministério das Comunicações e à Agência Nacional de Telecomunicações, com fundamento no art. 9º, inciso II, da Resolução TCU 315/2020, que, tendo em vista que a licitação é a regra, a formalização das prorrogações das autorizações de outorgas de radiofrequência, nos termos do art. 167 da Lei 9.472/1997, com a redação dada pela Lei 13.879/2019, somente é possível, excepcionalmente, desde que sejam apropriadamente avaliados os seguintes critérios técnicos mínimos, dentre outros:

9.1.1. o cumprimento de obrigações já assumidas pela concessionária, conforme preconizam o art. 167, caput, da Lei 9.472/1997 e o art. 12, inciso II, do Decreto 10.402/2020;

9.1.2. aspectos concorrenciais relacionados não apenas ao contexto da autorizatária, mas também ao cenário macro da concorrência no setor, ponderando os prejuízos advindos da impossibilidade de novos players para explorar a faixa de frequência avaliada, conforme preconiza o art. 12, inciso III, do Decreto 10.402/2020;

9.1.3. o uso racional e adequado da radiofrequência, bem como a eficiência do seu uso, conforme preconizam o art. 167, § 2º, da Lei 9.472/1997 e o art. 12, inciso IV, do Decreto 10.402/2020;

9.1.4. o atendimento ao interesse público mediante a revisão de metas pactuadas e previsão de novos compromissos de investimento, conforme preconizam o art. 167, § 3º, da Lei 9.472/1997 e o art. 12, inciso V, do Decreto 10.402/2020;

9.2. autorizar, excepcionalmente, em vista do risco de grave prejuízo à qualidade dos serviços hoje prestados, e até mesmo de sua interrupção, com o exclusivo objetivo de garantir a sua continuidade, a prorrogação adicional dos prazos das autorizações de outorgas de radiofrequência obtidas antes da vigência da Lei n.º 13.879/2019 até 2028, oportunidade em que deverá ser avaliado o uso eficiente das faixas, em conformidade com o resultado das análises no âmbito do processo de refarming, já identificado como necessário pela Agência e a ser por ela conduzido exclusivamente, que deverão ser então licitadas nos termos e condições da referida lei e legislação incidente sobre a matéria;

9.3. determinar, com fundamento no art. 45 da Lei Orgânica do TCU e no art. 251 do Regimento Interno do TCU, à Agência Nacional de Telecomunicações que envie ao Tribunal, no prazo de noventa dias, plano de ação contendo metas, cronograma e responsáveis pelos procedimentos a serem adotados para a realização do refarming e das eventuais licitações às quais o subitem anterior faz referência;

9.4 dar ciência à Agência Nacional de Telecomunicações, com fundamento no art. 9º, inciso II, da Resolução TCU 315/2020, que:

9.4.1. foram constatadas as seguintes fragilidades nas análises já realizadas para fins de avaliação da prorrogação das autorizações de outorga de radiofrequência das Bandas A e B, com vistas à adoção de medidas cabíveis para evitar suas recorrências:

9.4.1.1. os mecanismos utilizados pela Anatel atualmente em suas fiscalizações não permitiram visão detalhada e regionalizada sobre o uso efetivo e o tráfego real das faixas de frequência, o que prejudicou as competentes avaliações sobre o seu uso racional e adequado, de que tratam o art. 167, § 2º, da Lei 9.472/1997 e o art. 12, inciso IV, do Decreto 10.402/2020 (seção V.2 do Voto);

9.4.1.2. os quesitos avaliados para eficiência do uso do espectro restringiam-se a aspectos técnicos, conquanto seria desejável que também considerassem parâmetros econômicos, sociais e de competição, para o pleno atendimento do art. 167, § 2º, da Lei 9.472/1997 e do art. 12, inciso IV, do Decreto 10.402/2020 (seção V.2 do Voto);

9.4.1.3. o mero levantamento dos registros de sanção e processos disciplinares transitados em julgado contra a operadora, sem a respectiva análise abrangente dos aspectos que levaram a tais infrações e sem avaliação acerca do eventual cometimento de infrações reiteradas, infringe ao art. 167, caput e §§ 2º e 3º, da Lei 9.472/1997 e art. 12, inciso II, do Decreto 10.402/2020 (seção V.3 do Voto);

9.4.1.4. as avaliações das Bandas A e B desconsideraram o prejuízo da prorrogação das autorizações de outorga frente a possíveis licitantes interessadas, de modo a se ter a real dimensão no prejuízo da concorrência, razão pela qual se entende que não foram apropriadamente avaliados os aspectos concorrenciais, conforme prevê o art. 12, inciso III, do Decreto 10.402/2020 (seção V.4 do Voto);

9.4.2. foram identificados os seguintes riscos que devem ser devidamente considerados e gerenciados para fins de cálculo do valor de outorga das prorrogações das autorizações de radiofrequência, independentemente da metodologia que vier a ser empregada:

9.4.2.1. desconsideração do valor econômico do bem público no cálculo do valor devido pelo concessionário, o que resulta valores de outorga subestimados, com consequente prejuízo ao erário (seção VI do Voto);

9.4.2.2. utilização de metodologias que se baseiam exclusivamente nas receitas da concessionária é de difícil aferição pelo ente público ante a assimetria de informações, o que pode acarretar prejuízos ao erário (seção VI do Voto);

9.4.2.3. utilização de metodologias que se baseiam exclusivamente nas receitas da concessionária pode não incentivar a eficiência no uso do bem público, acarretando, assim, prejuízos ao interesse público (seção VI do Voto);

9.4.2.4. todas as variáveis das fórmulas para o cálculo da outorga devem ter seus conceitos precisamente definidos, de modo a evitar interpretações dúbias, questionamentos e judicialização do pagamento pela autorizatária (seção VI do Voto);

9.4.3. é obrigatório o Poder Concedente encaminhar a este Tribunal a minuta de termos aditivos para prorrogação das outorgas de radiofrequência, com antecedência mínima de cento e cinquenta dias da sua assinatura, acompanhada de demais documentos, informações e estudos que se fizerem pertinentes, nos termos do art. 10 da Instrução Normativa-TCU 81/2018 (seção VII do Voto);

9.5. recomendar à Agência Nacional de Telecomunicações, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 250, inciso III, do RITCU e o art. 11 da Resolução-TCU 315/2020, que:

9.5.1. institua novos processos de trabalho e/ou aprimore os atualmente existentes, de modo a permitirem uma visão detalhada e regionalizada sobre o uso efetivo e o tráfego real de cada faixa de frequência, com vistas ao aprimoramento das avaliações acerca do uso racional e adequado das frequências, consoante previsto no art. 167, § 2º, da Lei 9.472/1997 e no art. 12, inciso IV, do Decreto 10.402/2020 (seção V.2 do Voto);

9.5.2. inclua, nas avaliações de eficiência do uso do espectro, aspectos referentes à eficiência econômica, social e competitiva, sempre que cabível, conforme sugere o benchmarking internacional acerca da matéria, com vistas ao pleno atendimento do art. 167, § 2º, da Lei 9.472/1997 c/c do art. 12, inciso IV, do Decreto 10.402/2020 (seção V.2 do Voto);

9.5.3. explicite, em seu arcabouço normativo, critérios objetivos para avaliar, na prorrogação de outorgas, o efetivo cumprimento de obrigações e o não cometimento de infrações reiteradas pela operadora solicitante, em obediência ao art. 167, caput e §§ 2º e 3º, da Lei 9.472/1997 e art. 12, inciso II, do Decreto 10.402/2020 (seção V.3 do Voto);

9.5.4. obtenha da concessionária, previamente à eventual prorrogação de sua autorização, a necessária quitação das multas e a correspondente reparação dos danos referentes a todos os processos administrativos sancionatórios aplicados pelo regulador na respectiva faixa de frequência (seção V.3 do Voto);

9.5.5. providencie, previamente à prorrogação das autorizações, o encontro de contas para as ações judiciais da respectiva concessionária em andamento contra a União e obtenha sua manifestação favorável, junto aos órgãos competentes a fim de, posteriormente, ser submetido cada processo judicial à devida homologação (seção V.3 do Voto);

9.5.6. institua mecanismos para avaliar, junto ao mercado, o interesse de uso da faixa de frequência por outras potenciais prestadoras de serviço, conforme preconizam as boas práticas internacionais, com vistas a ter a real dimensão dos prejuízos concorrenciais ao se optar pela prorrogação de outorgas vigentes em detrimento de nova licitação pública, com vistas ao completo atendimento do art. 12, inciso II, do Decreto 10.402/2020 (seção V.4 do Voto);

9.5.7. institua controles internos adequados e suficientes para avaliar, na prorrogação de outorgas, os aspectos concorrenciais relacionados não apenas ao contexto da autorizatária, mas também ao cenário macro da concorrência no setor e ao que se vislumbra de estratégia de disponibilização do espectro de frequência a outros agentes privados, deixando evidente o seu direito de indeferir a prorrogação devido ao risco de falhas de mercado (seção V.4 do Voto);

9.5.8. promova ajustes em seu arcabouço normativo de modo que os normativos da agência, em especial a Resolução Anatel 65/1998 e a Resolução Anatel 671/2016, entre outros, estejam compatíveis com o art. 167 da Lei 9.472/1997, com a nova redação dada pela Lei 13.879/2019 (seção V.5 do Voto);

9.5.9. incorpore a necessidade de atualização e/ou inclusão de novas metas que melhor atendam ao interesse da sociedade, seja para melhoria de infraestrutura, seja para redução do preço do serviço prestado, como condição a ser atendida pelas autorizatárias caso haja a extensão do prazo da vigência da sua respectiva autorização, em cumprimento ao art. 167, § 3º, da Lei 9.472/1997 c/c art. 12, inciso V, do Decreto 10.402/2020 (seção V.5 do Voto);

9.5.10. considere os riscos identificados por este Tribunal, os quais estão sintetizados no subitem 9.2.2 acima, quando vier a definir a metodologia a ser empregada para fins de cálculo do valor de outorga nas prorrogações de radiofrequência (seção VI do Voto);

9.6. fazer constar na ata da presente sessão, nos termos do art. 8º da Resolução TCU 315/2020, comunicação do Relator ao Colegiado no sentido de determinar à Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração (SeinfraCom) o monitoramento das recomendações constantes neste acórdão;

9.7. desapensar destes autos, nos termos do art. 38 da Resolução TCU 259/2014 e em atendimento ao subitem 1.6.2 do Acórdão 38/2021-TCU-Plenário, o processo de desestatização TC 045.707/2020-0, tendo em vista a conclusão da apreciação de mérito do presente processo, cuja repercussão impacta o objeto do referido processo de desestatização.

10. Ata n° 34/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 31/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2001-34/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2002/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 020.384/2020-3

2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Francisco Assis de Lima (474.961.779-20); Rogerio Tadeu Pelachini (375.806.049-49); e Yaeco Kamaura (057.557.609-00)

4. Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE)

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial instaurada pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em desfavor de Francisco Assis de Lima, Rogerio Tadeu Pelachini e Yaeco Kamaura, devido a concessão irregular de benefícios previdenciários no âmbito da Agência de Previdência Social de Cornélio Procópio/PR.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, alíneas "b", "c" e "d", e §§ 2º e 3º; 19; 23, inciso III; 26; 28, inciso II; 57; e 60 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 214, inciso III, alínea "a"; 217; e 270 do Regimento Interno, em:

9.1. considerar Francisco Assis de Lima, Rogerio Tadeu Pelachini, e Yaeco Kamaura revéis para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo;

9.2. julgar irregulares as contas de Francisco Assis de Lima, Rogerio Tadeu Pelachini, e Yaeco Kamaura e condená-los ao recolhimento aos cofres do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS das quantias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora a partir das datas discriminadas até a data do pagamento, abatendo os eventuais valores já porventura restituídos:

9.2.1. Rogerio Tadeu Pelachini:

Data da ocorrência	Valor histórico (R$)	Data da ocorrência	Valor histórico (R$)	Data da ocorrência	Valor histórico (R$)
16/01/2007	374,00	08/04/2008	415,00	10/08/2009	465,00
16/01/2007	409,00	08/05/2008	415,00	09/09/2009	698,00
07/02/2007	350,00	06/06/2008	415,00	09/10/2009	465,00
07/03/2007	350,00	07/07/2008	415,00	09/11/2009	465,00
09/04/2007	350,00	06/08/2008	415,00	09/12/2009	697,00
08/05/2007	380,00	08/09/2008	623,00	11/01/2010	465,00
08/06/2007	380,00	06/10/2008	415,00	09/02/2010	510,00
06/07/2007	380,00	06/11/2008	415,00	09/03/2010	510,00
08/08/2007	380,00	08/12/2008	622,00	09/04/2010	510,00
11/09/2007	570,00	06/01/2009	415,00	10/05/2010	510,00
05/10/2007	380,00	06/02/2009	415,00	09/06/2010	510,00

08/11/2007	380,00	06/03/2009	465,00	09/07/2010	510,00
07/12/2007	570,00	06/04/2009	465,00	09/08/2010	510,00
08/01/2008	380,00	07/05/2009	465,00	09/09/2010	765,00
12/02/2008	380,00	08/06/2009	465,00	11/10/2010	510,00
07/03/2008	380,00	09/07/2009	465,00	-	-

9.2.2. Francisco Assis de Lima e Rogerio Tadeu Pelachini, em solidariedade:

Data da ocorrência	Valor histórico (R$)	Data da ocorrência	Valor histórico (R$)	Data da ocorrência	Valor histórico (R$)
20/05/2008	1.833,66	07/10/2008	1.176,00	07/10/2009	1.231,62
01/09/2006	315,00	08/10/2008	415,00	07/10/2009	465,00
01/09/2006	350,00	31/10/2008	415,00	13/10/2009	465,00
02/10/2006	350,00	31/10/2008	415,00	03/11/2009	465,00
04/10/2006	747,00	03/11/2008	415,00	03/11/2009	513,00
04/10/2006	350,00	03/11/2008	415,00	04/11/2009	465,00
01/11/2006	350,00	03/11/2008	484,00	05/11/2009	465,00
06/11/2006	350,00	05/11/2008	415,00	05/11/2009	465,00
01/12/2006	525,00	05/11/2008	415,00	06/11/2009	465,00
06/12/2006	527,00	07/11/2008	415,00	09/11/2009	465,00
03/01/2007	350,00	07/11/2008	1.176,00	09/11/2009	1.231,24
05/01/2007	350,00	07/11/2008	415,00	30/11/2009	697,00
01/02/2007	350,00	26/11/2008	622,50	02/12/2009	768,00
05/02/2007	350,00	01/12/2008	621,00	02/12/2009	697,00
01/03/2007	350,00	01/12/2008	518,00	03/12/2009	697,50
07/03/2007	350,00	01/12/2008	622,50	03/12/2009	697,50
03/04/2007	350,00	02/12/2008	681,00	07/12/2009	697,00
04/04/2007	350,00	03/12/2008	622,50	07/12/2009	1.847,00
03/05/2007	380,00	03/12/2008	622,00	07/12/2009	697,00
04/05/2007	380,00	03/12/2008	588,00	30/12/2009	465,00
01/06/2007	380,00	05/12/2008	622,00	05/01/2010	465,00
05/06/2007	380,00	05/12/2008	1.518,00	06/01/2010	465,00
03/07/2007	380,00	26/12/2008	415,00	06/01/2010	465,00
04/07/2007	380,00	02/01/2009	415,00	06/01/2010	465,00
03/08/2007	380,00	02/01/2009	484,00	07/01/2010	513,00
07/08/2007	380,00	05/01/2009	415,00	08/01/2010	465,00
03/09/2007	570,00	06/01/2009	415,00	08/01/2010	1.231,93
05/09/2007	570,00	06/01/2009	415,00	01/02/2010	510,00
02/10/2007	380,00	06/01/2009	415,00	01/02/2010	510,00
04/10/2007	380,00	06/01/2009	415,00	02/02/2010	544,00
01/11/2007	380,00	08/01/2009	1.176,00	03/02/2010	510,00
06/11/2007	380,00	12/01/2009	415,00	03/02/2010	510,00
03/12/2007	570,00	28/01/2009	415,00	05/02/2010	510,00
06/12/2007	570,00	30/01/2009	415,00	05/02/2010	1.307,61
28/12/2007	102,38	02/02/2009	484,00	05/02/2010	510,00
28/12/2007	413,57	02/02/2009	415,00	01/03/2010	510,00
04/01/2008	298,00	04/02/2009	415,00	01/03/2010	510,00
04/01/2008	380,00	04/02/2009	415,00	02/03/2010	544,00
07/01/2008	380,00	04/02/2009	415,00	03/03/2010	510,00
01/02/2008	380,00	06/02/2009	1.176,14	03/03/2010	510,00
07/02/2008	380,00	09/02/2009	415,00	05/03/2010	510,00
08/02/2008	380,00	26/02/2009	465,00	05/03/2010	1.307,61
08/02/2008	380,00	02/03/2009	465,00	05/03/2010	510,00
03/03/2008	380,00	02/03/2009	513,00	31/03/2010	510,00
03/03/2008	380,00	02/03/2009	465,00	01/04/2010	510,00
05/03/2008	380,00	04/03/2009	465,00	05/04/2010	544,00
07/03/2008	380,00	04/03/2009	465,00	06/04/2010	510,00
28/03/2008	415,00	06/03/2009	465,00	06/04/2010	510,00
02/04/2008	225,00	06/03/2009	1.232,00	06/04/2010	510,00
02/04/2008	484,00	09/03/2009	465,00	08/04/2010	1.307,61
03/04/2008	415,00	27/03/2009	465,00	03/05/2010	510,00
03/04/2008	415,00	01/04/2009	465,00	03/05/2010	544,00
07/04/2008	415,00	01/04/2009	465,00	03/05/2010	510,00
30/04/2008	415,00	02/04/2009	513,00	05/05/2010	510,00
02/05/2008	484,00	03/04/2009	465,00	05/05/2010	510,00
06/05/2008	415,00	03/04/2009	465,00	06/05/2010	510,00
06/05/2008	415,00	07/04/2009	465,00	31/05/2010	510,00
07/05/2008	415,00	07/04/2009	1.232,00	01/06/2010	510,00
20/05/2008	415,00	13/04/2009	465,00	02/06/2010	544,00
30/05/2008	415,00	04/05/2009	465,00	04/06/2010	510,00
02/06/2008	484,00	04/05/2009	513,00	04/06/2010	510,00
04/06/2008	415,00	04/05/2009	465,00	07/06/2010	510,00
04/06/2008	415,00	06/05/2009	465,00	01/07/2010	510,00
04/06/2008	415,00	06/05/2009	465,00	05/07/2010	510,00
06/06/2008	415,00	08/05/2009	465,00	05/07/2010	510,00
01/07/2008	415,00	08/05/2009	1.232,00	07/07/2010	544,00
02/07/2008	484,00	11/05/2009	465,00	02/08/2010	600,00
02/07/2008	803,00	01/06/2009	465,00	02/08/2010	510,00
02/07/2008	415,00	01/06/2009	465,00	04/08/2010	510,00
02/07/2008	415,00	03/06/2009	465,00	06/08/2010	510,00
03/07/2008	415,00	03/06/2009	465,00	01/09/2010	765,00
03/07/2008	415,00	03/06/2009	513,00	02/09/2010	828,00
03/07/2008	415,00	05/06/2009	465,00	03/09/2010	765,00
07/07/2008	415,00	05/06/2009	1.231,50	06/09/2010	765,00
08/07/2008	2.305,00	05/06/2009	465,00	01/10/2010	510,00
08/07/2008	415,00	01/07/2009	465,00	05/10/2010	510,00
04/08/2008	415,00	01/07/2009	465,00	05/10/2010	510,00
04/08/2008	484,00	02/07/2009	513,00	01/11/2010	510,00
04/08/2008	415,00	03/07/2009	465,00	04/11/2010	510,00
05/08/2008	415,00	03/07/2009	465,00	01/12/2010	765,00
05/08/2008	415,00	06/07/2009	465,00	03/12/2010	765,00
05/08/2008	415,00	07/07/2009	465,00	23/12/2010	510,00
06/08/2008	415,00	07/07/2009	1.231,50	05/01/2011	510,00
12/08/2008	415,00	31/07/2009	465,00	01/02/2011	540,00
29/08/2008	374,00	03/08/2009	513,00	03/02/2011	540,00
29/08/2008	519,00	03/08/2009	465,00	01/03/2011	540,00
01/09/2008	623,00	05/08/2009	465,00	03/03/2011	540,00
02/09/2008	685,00	05/08/2009	465,00	04/04/2011	545,00
02/09/2008	588,00	05/08/2009	465,00	05/04/2011	545,00
03/09/2008	622,50	07/08/2009	465,00	25/04/2011	545,00
03/09/2008	622,50	07/08/2009	1.231,50	04/05/2011	545,00
03/09/2008	623,00	31/08/2009	698,00	25/05/2011	545,00
05/09/2008	623,00	01/09/2009	698,00	03/06/2011	545,00
05/09/2008	2.398,00	02/09/2009	769,00	24/06/2011	545,00
05/09/2008	1.519,00	03/09/2009	697,50	05/07/2011	545,00
08/09/2008	622,50	03/09/2009	697,50	25/07/2011	545,00
02/10/2008	415,00	08/09/2009	1.847,50	03/08/2011	545,00
02/10/2008	484,00	08/09/2009	698,00	25/08/2011	817,50
03/10/2008	415,00	09/09/2009	698,00	05/09/2011	817,50
03/10/2008	415,00	02/10/2009	465,00	05/10/2011	545,00
03/10/2008	415,00	02/10/2009	513,00	04/11/2011	545,00
03/10/2008	415,00	05/10/2009	465,00	05/12/2011	817,50
03/10/2008	415,00	05/10/2009	465,00	04/01/2012	545,00
06/10/2008	415,00	07/10/2009	465,00	-	-

9.2.3. Francisco Assis de Lima, Rogerio Tadeu Pelachini e Yaeco Kamaura, em solidariedade:

Data da ocorrência	Valor histórico (R$)
26/08/2008	2.900,55
05/09/2008	1.546,96
07/10/2008	1.160,22
07/11/2008	1.160,22
05/12/2008	1.546,47
08/01/2009	1.160,22
06/02/2009	1.160,22
06/03/2009	1.214,86
07/04/2009	1.214,86
08/05/2009	1.214,86
05/06/2009	1.214,86
07/07/2009	1.214,86
07/08/2009	1.214,86

9.3. aplicar a Francisco Assis de Lima e Rogerio Tadeu Pelachini multas individuais de R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), a serem recolhidas aos cofres do Tesouro Nacional, com atualização monetária calculada da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.4. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;

9.5. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6. autorizar, caso venha a ser solicitado e se o processo não tiver sido remetido para cobrança judicial, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta em seis) parcelas mensais consecutivas, a primeira a ser paga no prazo acima fixado e as demais, a cada 30 (trinta) dias a contar da parcela anterior, com incidência, sobre cada valor mensal atualizado monetariamente, de juros de mora, na forma da legislação em vigor, e alertar aos responsáveis que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor;

9.7. considerar graves as condutas praticadas por Francisco Assis de Lima e Rogerio Tadeu Pelachini e inabilitá-los para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração pública por um prazo de 5 (cinco) anos;

9.8. encaminhar cópia desta decisão aos responsáveis, ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Paraná, para as providências cabíveis, com a informação de que o inteiro teor deste acórdão e do relatório e do voto que o fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 34/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 31/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2002-34/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Jorge Oliveira (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2003/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 037.649/2021-3
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação
3. Responsável: Raimundo Nonato Abraão Baquil, Prefeito de Tutóia/MA
4. Unidade: Município de Tutóia/MA
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc)
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta representação formulada pelo Subprocurador-Geral do Município de Tutóia/MA sobre suposta irregularidade na execução do contrato nº 009.030.001/2019, firmado com a Construtora RV Ltda., para a construção de sete quadras poliesportivas, que teria sido aditivado "ao arrepio da lei, com o único fim de aumentar os preços unitários dos serviços já licitados".

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do plenário, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 26, 28, inciso II, 42 e 58, inciso IV, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 157, 187, 217, 240 e 268, inciso IV do Regimento Interno deste Tribunal, em:

9.1. aplicar ao Sr. Raimundo Nonato Abraão Baquil multa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a ser recolhida ao Tesouro Nacional, com incidência de encargos legais, calculados da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.2. fixar prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento da dívida;

9.3. autorizar a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.4 autorizar, desde logo, caso solicitado pela responsável, o pagamento da dívida em até 36 parcelas mensais e consecutivas e fixar o vencimento da primeira parcela em quinze dias a contar do recebimento da notificação e o das demais a cada trinta dias, com incidência de encargos legais sobre o valor de cada parcela;

9.5. alertar a responsável que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;

9.6. assinar prazo de 30 (trinta) dias improrrogáveis para que a Prefeitura de Tutóia/MA encaminhe cópia integral dos seguintes documentos/informações:

9.6.1. processo de contratação da construtora RV Ltda. - Contrato 009.030.001/2019, realizada para a construção de sete quadras poliesportivas em unidades integradas, em que deverão constar todos os termos aditivos eventualmente firmados e as respectivas justificativas;

9.6.2. processos de pagamentos realizados à Construtora RV Ltda., no âmbito do mencionado contrato, em que deverão constar os boletins de medição de todas as obras, os documentos de aprovação das medições, os relatórios de fiscalizações, os termos de recebimentos das obras, dentre outros documentos;

9.6.3. informar o estágio físico-financeiro atual de execução das sete quadras poliesportivas construídas nas unidades integradas, apresentando relatório fotográfico atualizado das obras;

9.6.4. informar eventuais medidas adotadas pela gestão municipal, com vistas a regular execução do mencionado contrato; e

9.6.5. encaminhar informações atualizadas atinentes à fase atual, individualizada, das ações de improbidade administrativa impetradas na Vara Única da Comarca de Tutóia/MA, sob os números: 0800585-11.2021.8.10.0137; 0800584- 26.2021.8.10.0137; 0800583-41.2021.8.10.0137; 0800582-56.2021.8.10.0137; 0800579-04.2021.8.10.0137; 0800581-71.2021.8.10.0137; e 0800580- 86.2021.8.10.0137.

9.7. diligenciar o juiz titular da Vara Única da Comarca de Tutóia/MA, Dr. Marcelo Fontenele Vieira, solicitando, a título de colaboração, que preste informações atualizadas atinentes à fase atual, individualizada, das ações de improbidade administrativa impetradas na Vara Única da Comarca de Tutóia/MA, sob os números: 0800585-

11.2021.8.10.0137; 0800584- 26.2021.8.10.0137; 0800583-41.2021.8.10.0137; 0800582-56.2021.8.10.0137; 0800579-04.2021.8.10.0137; 0800581-71.2021.8.10.0137; e 0800580-86.2021.8.10.0137;

9.8. autorizar, desde logo, a realização de inspeção na Prefeitura Municipal de Tutóia/MA, a ser efetivada no caso de não encaminhamento ou de insuficiência da documentação pleiteada junto à Prefeitura Municipal de Tutóia/MA, com o objetivo de obter e analisar os documentos referentes à Concorrência Pública 2019.009.030.001, bem assim o consequente contrato nº 009.030.001/2019 firmado com a Construtora RV Ltda., os documentos de pagamento, e os documentos técnicos necessários para a elucidação dos indícios de irregularidades apontados na presente representação, sem prejuízo da vistoria in loco nas obras das sete quadras poliesportivas nas Unidades Integradas Monsenhor Pedro Santos, Francisco Leonardo da Silva, Bernardo Teixeira, Eduvirgens Fonseca Veras, Joaquim do Carmo, Antônio Alves da Costa e Vicente Fonseca, objeto da referida licitação.

9.9. alertar ao Prefeito Municipal de Tutóia/MA que a falta de atendimento à diligência, no prazo fixado, sem causa justificada, poderá ensejar a adoção de novas medidas coercitivas por parte do TCU, dentre as quais nova multa fundamentada no art. 58, inciso IV, da Lei 8.443/1992; e

9.10. dar conhecimento deste Acórdão à Procuradoria da República no Maranhão para a adoção de eventuais medidas adicionais pertinentes, ao responsável e à Prefeitura do Município de Tutóia/MA, com a informação de que a íntegra do Relatório e do Voto que o fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 34/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 31/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2003-34/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Jorge Oliveira (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2004/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 040.784/2021-5

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Levantamento

3. Interessado: Tribunal de Contas da União

4. Unidades: Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia (SGD/ME) e Controladoria-Geral da União (CGU)

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti)

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de levantamento acerca dos métodos e critérios que possibilitem a avaliação da qualidade do serviço público transformado digitalmente e sobre as iniciativas do governo federal para apoiar a transformação digital - TD em estados e capitais brasileiras.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 238 do Regimento Interno do TCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. autorizar a realização de auditoria operacional para avaliar os serviços públicos transformados digitalmente prestados diretamente pelo governo federal, sob o ponto de vista do usuário;

9.2. informar aos seguintes órgãos acerca deste acórdão, destacando que o relatório e o voto que fundamentam a deliberação ora encaminhada podem ser acessados por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos:

9.2.1. Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia;

9.2.2 Secretaria Especial de Modernização do Estado da Secretaria-Geral da Presidência;

9.2.3. Ouvidoria-Geral da União; e

9.2.4. entes federativos que responderam ao questionário de transformação digital;

9.3. apensar oportunamente, de forma definitiva, estes autos ao processo que vier a ser autuado para abrigar a auditoria operacional ora autorizada.

10. Ata n° 34/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 31/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2004-34/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Jorge Oliveira (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2005/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 005.839/2016-5

1.1. Apensos: 033.673/2019-5; 033.674/2019-1; 042.173/2021-3; 033.672/2019-9; 033.675/2019-8

2. Grupo I - Classe de Assunto I - Embargos de Declaração em Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especial)

3. Recorrente: José Luiz Rocha Peres (058.719.358-18)

4. Órgão/Entidade: Município de Salmourão (SP)

5. Relator: Ministro Antonio Anastasia

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Antonio Anastasia

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur)

8. Representação legal: Anderson de Oliveira Alarcon (37270/OAB-DF), representando José Luiz Rocha Peres.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pelo Sr. José Luiz Rocha Peres (058.719.358-18) contra o Acórdão 532/2022-TCU-Plenário, que apreciou e deu parcial provimento a recurso de revisão interposto pelo recorrente,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com base no art. 34 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 287 do Regimento Interno, e diante das razões expostas pelo Relator, em

9.1. conhecer dos embargos de declaração para, no mérito rejeitá-los;

9.2. dar conhecimento deste acórdão, encaminhando a respectiva cópia, ao embargante, ao Ministério do Turismo e aos demais interessados, informando que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamenta, está disponível para a consulta no endereço virtual https://www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 34/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 31/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2005-34/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2006/2022 - TCU - Plenário

1. Processo: TC-042.576/2021-0.

2. Grupo: II; Classe de Assunto: VII - Administrativo.

3. Interessado: Tribunal de Contas da União.

4. Órgão e Unidade Jurisdicionados: extinto Ministério do Esporte e Secretaria Especial do Esporte - Seesp, vinculada ao atual Ministério da Cidadania.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, Cultura e Desporto - SecexEducação.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo administrativo de produção de conhecimento em cumprimento à disposição do subitem 9.5 do Acórdão 230/2017 - Plenário (TC 005.040/2014-0), acerca da forma de exercício da competência e jurisdição do TCU sobre os recursos de fomento ao desporto, transferidos a Estados e ao Distrito Federal, com fundamento nos arts. 6º e 7º da Lei 9.615/1998 (com a redação dada pela Lei 13.756/2018).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar à Secretaria-Geral de Controle Externo - Segecex que:

9.1.1. oriente as unidades técnicas do TCU a adotarem, nos processos de controle externo de suas respectivas alçadas, o entendimento acerca da origem federal dos recursos de fomento ao desporto, oriundos do produto da arrecadação da loteria de prognósticos numéricos e transferidos às secretarias de esporte ou órgãos equivalentes dos Estados e do Distrito Federal, com base nos arts. 6º e 7º da Lei 9.615/1998 c/c o art. 16, inciso I, alínea "e", inciso II, alínea "e", § 2º, inciso I, alínea "b", e inciso II, alínea "b", da Lei 13.756/2018, e, via de consequência, da jurisdição e da competência do TCU para fiscalizar tais recursos, tendo em vista que:

9.1.1.1. são, genuinamente, destinados ao Ministério do Esporte, atual Secretaria de Especial do Esporte (vinculada ao Ministério da Cidadania) e, posteriormente, transferidos, automaticamente, às secretarias de esporte, ou órgãos equivalentes, dos Estados e do Distrito Federal, por força dos arts. 6º e 7º da Lei 9.615/1998 e do art. 16 da Lei 13.756/2018, atraindo a jurisdição deste Tribunal de Contas da União;

9.1.1.2. a exemplo do percentual de 1% (um por cento) transferido para as secretarias de esporte, ou órgãos equivalentes, dos Estados e do Distrito Federal, constante no art. 16, inciso I, alínea "e", e inciso II, alínea "e", da Lei 13.756/2018, as transferências automáticas e legais constituem receitas da União, que são repassadas, pelas obrigações definidas nas respectivas leis específicas, aos demais entes da federação, o que não altera a origem federal desses recursos, e portanto, não afasta a competência desta Corte para a sua fiscalização;

9.1.2. examine a conveniência e a oportunidade, juntamente com a SecexEducação, de incluir em futuro plano de fiscalização auditoria relativa aos recursos de fomento ao desporto, oriundos do produto da arrecadação da loteria de prognósticos numéricos e transferidos às secretarias de esporte ou órgãos equivalentes dos Estados e do Distrito Federal, com base nos arts. 6º e 7º da Lei 9.615/1998 c/c o art. 16, inciso I, alínea "e", inciso II, alínea "e", § 2º, inciso I, alínea "b", e inciso II, alínea "b", da Lei 13.756/2018;

9.2. encaminhar à Secretaria de Macroavaliação Governamental - Semag cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, para que a referida unidade especializada tome conhecimento e avalie a melhor forma de endereçar o fato de os recursos decorrentes da divisão estabelecida na alínea "e" dos incisos I e II do § 2º do art. 16 da Lei 13.756/2018 não transitarem pela conta única do Tesouro Nacional; e

9.3. arquivar estes autos.

10. Ata n° 34/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 31/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2006-34/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2007/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 014.976/2021-8.

1.1. Apensos: 018.750/2019-2; 018.747/2019-1; 034.018/2019-0; 039.755/2021-5; 018.752/2019-5; 018.749/2019-4; 018.748/2019-8; 018.746/2019-5

2. Grupo: I - Classe V - Assunto: Acompanhamento.

3. Responsável: Tribunal de Contas da União.

4. Órgão/Entidade/Unidade: Unidades regionais e nacionais do Sistema S (Sesi, Senai, Sesc, Senac, Sest, Senat, Sescoop, Senar, Sebrae, ABDI, ApexBrasil e Embratur).

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade técnica: SecexDesenvolvimento.

8. Representação legal: Francisco Guilherme Braga de Mesquita (OAB/RJ 150.250) e outros, representando Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Departamento Nacional; Leticia de Oliveira Lourenco Gallo (OAB/MG 104.144), representando Departamento Regional do Sesi no Estado de Minas Gerais; Julio Cesar Victor Sarmento (OAB/PB 14.688) e outros, representando Departamento Regional do Senai no Estado da Paraíba; Jayme Benjamin Sampaio Santiago (OAB/DF 15.398) e outros, representando Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Nacional; Andrei Barbosa de Aguiar (OAB/CE 19.250), representando Departamento Regional do Sesi no Estado do Ceará; Eliziane de Souza Carvalho (OAB/DF 14.887), representando Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Central; Fabíola Pasini Ribeiro de Oliveira (OAB/DF 29.740) e outros, representando Serviço Social da Indústria - Departamento Nacional; Andrei Barbosa de Aguiar (OAB/CE 19.250), representando Departamento Regional do Senai no Estado do Ceará; Adney Ferreira Gama (OAB/AM 4.170) e outros, representando Administração Regional do Sesc no Estado do Amazonas; Fabiano Augusto Martins Silveira (OAB/DF 31.440), representando Serviço Social do Transporte - Conselho Nacional; Fabiano Augusto Martins Silveira (OAB/DF 31.440), representando Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - Conselho Nacional.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de fiscalização contínua, na modalidade acompanhamento, realizada com o objetivo de aplicar técnicas de análise de dados com vistas a avaliar as atividades desenvolvidas pelas unidades do Sistema S,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. dar ciência, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, ao Senac/DF, Senac/ES, Senac/MA Senac/MS, Senac/PR, Senac/RJ, Senac/RN, Senac/SC, Senac/SP, Sesc/DN, Sesc/AC, Sesc/AL, Sesc/AM, Sesc/BA, Sesc/CE, Sesc/ES, Sesc/MG, Sesc/PR, Sesc/RR, Sesc/RS, Sesc/SP, Sesc/TO, Senai/CE, Senai/MA, Senai/MG, Senai/MS, Senai/PA, Senai/PB, Senai/PI, Senai/PR, Senai/SC, Sesi/MG, Sesi/PR, Sesi/RN, Sesi/SC, Senar/BA, Senar/GO, Senar/MG, Senar/RS, Sebrae/AC, Sebrae/MG, Sebrae/PI, Sebrae/RJ, Sebrae/RS e Sescoop/MS, que a contratação de fornecedores, por unidade do Sistema S, cujos sócios são dirigentes ou funcionários das entidades que as contrataram afronta os Regulamentos de Licitação e Contratos dessas entidades;

9.2. dar ciência, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, a todas unidades objeto da presente auditoria que a celebração de contratos com empresas que detenham em seus quadros societários membros, efetivos e suplentes, das entidades integrantes do Sistema S, ou cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, do Presidente, ou dos membros, efetivos e suplentes, do Conselho Nacional e do Conselho Fiscal ou dos Conselhos Regionais dessas entidades, bem como com dirigentes de entidades sindicais ou civis, do comércio, patronais ou de empregados, possibilita o surgimento de conflito de interesses, além de representar infração aos princípios consubstanciados no art. 37 da Constituição Federal, especialmente os da moralidade, da impessoalidade e da isonomia;

9.3. dar ciência, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, ao Sesc/AC, Sesc/AM, Sesc/AP, Sesc/CE, Sesc/DF, Sesc/ES, Sesc/GO, Sesc/MA, Sesc/MG, Sesc/PA, Sesc/PB, Sesc/PE, Sesc/PI, Sesc/PR, Sesc/RJ, Sesc/RN, Sesc/RO, Sesc/SC, Sesc/SE, Sesc/SP, Sesc/TO, Senac/AC, Senac/AM, Senac/AP, Senac/CE, Senac/DF, Senac/GO, Senac/MG, Senac/PA, Senac/PB, Senac/PE, Senac/PI, Senac/PR, Senac/RJ, Senac/RN,

Senac/RO, Senac/SC, Senac/SE e Senac/SP, que a admissão de parentes até o terceiro grau civil (afim ou consanguíneo) do Presidente, ou dos membros, efetivos e suplentes, do Conselho Nacional e do Conselho Fiscal ou dos Conselhos Regionais do Sesc ou do Senac, bem como de dirigentes de entidades sindicais ou civis do comércio, patronais ou de empregados, afronta o art. 44 do Regulamento do Senac, aprovado pelo Decreto 61.843/67, e o art. 44 do Regulamento do Sesc, aprovado pelo Decreto 61.836/67;

9.4. dar ciência ao Senar/MT, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, que a Resolução 32/18/CD, que ratifica a Resolução 001/18/CD, aprovando o Regulamento de Contratação de Pessoal do Senar - Administração Central e das Regionais, veda a admissão, como empregados do Senar, parentes até o terceiro grau civil, em linha reta, colateral ou por afinidade do Presidente e dos membros titulares e suplente do Conselho Deliberativo e dos Conselhos Administrativos e dos Superintendentes, Diretores, Gerentes, Chefes de Departamentos e de Assessorias, Coordenadores e Supervisores de qualquer Unidade do Senar, no âmbito da Administração Central e das Administrações Regionais;

9.5. dar ciência, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, ao Sesi/PB, Senai/PB, Sesi/PI, Senai/PI e Senat, que é vedada a nomeação, para o quadro de funções de confiança das entidades do Sistema S, de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, do presidente ou dos membros, efetivos e suplentes, dos órgãos colegiados dessas entidades, bem como de dirigentes de entidades civis ou sindicais, patronais ou de empregados, vinculados ao sistema, em observância aos princípios consubstanciados no art. 37 da Constituição Federal, especialmente os da moralidade, da impessoalidade e da isonomia, aplicáveis aos entes do Sistema S;

9.6. dar ciência, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, ao Departamento Nacional do Senai, em razão de sua competência para acompanhar os planos de aprimoramento de gestão de cada departamento regional, que os departamentos regionais Senai/AC, Senai/AM, Senai/AP e Senai/PI extrapolaram negativamente os limites de tolerância estabelecidos para os indicadores de eficiência das entidades;

9.7. dar ciência deste Acórdão a todas as unidades objeto da presente auditoria;

9.8. determinar o encerramento do presente processo, com fundamento no art. 169, inciso I, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 34/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 31/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2007-34/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2008/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 017.471/2016-8.

2. Grupo I - Classe I - Assunto: Embargos (Representação)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

3.2. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

3.3. Recorrente: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

4. Órgão/Entidade: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRod).

8. Representação legal: Amanda Nogueira Bonfim, representando Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; Francisco Augusto da Costa e Silva (OAB-RJ 21.370), André Uryn (OAB-RJ 110.580) e outros, representando Armando Mariante Carvalho Junior; Ivan Ribeiro dos Santos Nazareth (OAB-RJ 121.685), representando Leonardo Pereira Rodrigues dos Santos; Marta de Castro Meireles (OAB-RJ 130.114) e Ivan Ribeiro dos Santos Nazareth (OAB-RJ 121.685), representando Vivian Regina Costa Winkel; Francisco Augusto da Costa e Silva (OAB-RJ 21.370), Thiago Cardoso Araújo (OAB-RJ 136.625) e outros, representando Eduardo Rath Fingerl; Luis Felipe Vasconcelos de Melo Cavalcanti (OAB-PE 42.884) e Bruna Wills (OAB-DF 46.082), representando Marcus Sergio Martins Aguiar; Francisco Augusto da Costa e Silva (OAB-RJ 21.370), André Uryn (OAB-RJ 110.580) e outros, representando Fernando Marques dos Santos; Sergio Bermudes (OAB-RJ 17587), Fabio Mantuano Principe Martins (OAB-RJ 181.783) e outros, representando João Carlos Ferraz; Francisco Augusto da Costa e Silva (OAB-RJ 21.370), André Uryn (OAB-RJ 110.580) e outros, representando Luiz Fernando Linck Dorneles; Sergio Bermudes (OAB-RJ 17587), Fabio Mantuano Principe Martins (OAB-RJ 181.783) e outros, representando Luciano Galvão Coutinho; Sergio Bermudes (OAB-RJ 17587), Fabio Mantuano Principe Martins (OAB-RJ 181.783) e outros, representando Mauricio Borges Lemos; André Uryn (OAB-RJ 110.580), Francisco Augusto da Costa e Silva (OAB-RJ 21.370) e outros, representando Wagner Bittencourt de Oliveira; Felipe Lima Araújo Romero (OAB-RJ 215.001), Sarah Roriz de Freitas (OAB-DF 48.643) e outros, representando Julio Cesar Maciel Ramundo.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, nos quais se aprecia embargos de declaração interpostos por Leonardo Pereira Rodrigues dos Santos contra despacho do relator constante da peça 182 dos presentes autos, datado de 25/7/2022,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, com fundamento no art. 34, caput e § 1º, da Lei 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los; e

9.2. dar ciência deste acórdão ao embargante.

10. Ata n° 34/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 31/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2008-34/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ENCERRAMENTO

Às 17 horas e 32 minutos, a Presidência convocou sessão extraordinária de caráter reservado, a ser realizada a seguir, e encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, aprovada pela Presidência e homologada pelo Plenário

DENISE LOIANE CUNHA FONSECA
Subsecretária do Plenário

Aprovada em 8 de setembro de 2022.

BENJAMIN ZYMLER
na Presidência

Defensoria Pública da União

CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO ELEITORAL E APURADORA PARA ELEIÇÃO DO (A) DEFENSOR (A) PÚBLICO (A)-GERAL FEDERAL - BIÊNIO 2023/2025 REALIZDA EM 8 DE SETEMBRO DE 2022

No dia 08 de setembro de 2022, às 18h 40min, reuniu-se a Comissão Eleitoral e Apuradora constituída pela Portaria GABDPGF DPGU nº 716, de 15 de julho de 2022, via Microsoft Teams, para sua 3ª Reunião Ordinária, presidida pela Exma. Defensora Pública Federal, Dra. Lidiane da Penha Segal, e pelos membros Exmo. Dr. William Charley Costa de Oliveira e Exmo. Dr. Marcelo Uzeda de Faria. Participou da reunião o Exmo. Dr. Paulo Sérgio Oliveira Carvalho Filho, representando a Anadef. A Comissão registra ter recebido certidão da Divisão de Gerenciamento do Cadastro e Registros Funcionais da DPGU (DICAD/DPGU), em que consta a situação de regularidade funcional, bem como de estabilidade e efetiva atividade nas funções de todos os Defensores Públicos Federais inscritos para a presente eleição. A Comissão, então, realizou a análise dos pedidos de registro de candidatura e verificou que todos foram formulados de acordo com o regramento estipulado no Edital CEA nº 01/2022, bem como que os requerentes preenchem os pressupostos previstos na Lei Complementar nº 80/94 e na Resolução CSDPU nº 49/2011 relativos às condições de elegibilidade. Diante disso, a Comissão Eleitoral e Apuradora homologou todos os pedidos de candidatura, conforme especificado abaixo (em ordem alfabética):

Daniel de Macedo Alves Pereira, nascido em 29/10/1975, Defensor Público Federal de Segunda Categoria, lotado na unidade do Rio de Janeiro/RJ e atualmente em exercício em Brasília no cargo de Defensor Público-Geral Federal;

Gabriel Faria Oliveira, nascido em 26/09/1979, Defensor Público Federal de Primeira Categoria, lotado na unidade de Florianópolis/SC;

Igor Roberto Albuquerque Roque, nascido em 16/04/1985, Defensor Público Federal de Segunda Categoria, lotado na unidade de Brasília/DF;

Leonardo Cardoso de Magalhães, nascido em 08/05/1983, Defensor Público Federal de Primeira Categoria, lotado na unidade de Brasília/DF.

Na sequência, a Comissão Eleitoral e Apuradora deliberou que o envio dos links para votação ocorrerá nos dias 03 e 04 de outubro, às 9h e 16 horas. Durante o período de votação haverá o reenvio de e-mail com link para os Defensores e Defensoras às 17:00 do primeiro dia de votação e às 14:00 e às 16:00 do último dia de votação para os que ainda não votaram, identificados de forma sigilosa pelo sistema, resguardando o sigilo dos votantes. Além desse reenvio, em caso de informação pelo Defensor ou pela Defensora, até as 12:00 do último dia de votação, de que não recebeu o link, será providenciado seu o reenvio pela Comissão. Por não haver nada mais a ser discutido, a presente Reunião foi encerrada.

LIDIANE DA PENHA SEGAL
Defensor Público Federal

WILLIAM CHARLEY COSTA DE OLIVEIRA
Defensor(a) Público(a) Federal de Categoria Especial

MARCELO UZEDA DE FARIA
Defensor(a) Público(a) Federal

PAULO SÉRGIO OLIVEIRA DE CARVALHO FILHO
Defensor(a) Público(a) Federal

Poder Judiciário

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

ATO CSJT.GP.SG Nº 130, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

Publica os valores dos subsídios dos magistrados, dos vencimentos dos cargos efetivos e dos cargos em comissão e das funções comissionadas dos servidores da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO, no uso de suas atribuições regimentais, e em cumprimento à determinação contida no § 6º do art. 39 da Constituição Federal, resolve:

Tornar públicos os valores dos subsídios dos magistrados, dos vencimentos dos cargos efetivos e da retribuição dos cargos em comissão e das funções comissionadas dos servidores da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, conforme os Anexos I a IV.

Min. EMMANOEL PEREIRA

ANEXO I

TABELA DE SUBSÍDIOS DE MAGISTRADOS
Lei nº 13.752/2018 e Lei nº 10.474/2002

DISCRIMINAÇÃO	SUBSÍDIO
DESEMBARGADOR DE TRT	35.462,22
JUIZ TITULAR DE VARA DO TRABALHO	33.689,11
JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO	32.004,65

ANEXO II

TABELA DE RETRIBUIÇÃO DOS CARGOS EM COMISSÃO (CJ)
Lei nº 13.317/2016, Anexo III; Lei nº 11.416/2006, art. 18, § 2º, com redação dada pela Lei nº 12.774/2012

CARGO EM COMISSÃO	VALOR INTEGRAL (R$)	OPÇÃO PELO CARGO EFETIVO (R$)
CJ-4	14.607,74	9.495,03
CJ-3	12.940,02	8.411,01
CJ-2	11.382,88	7.398,87
CJ-1	9.216,74	5.990,88

ANEXO III

TABELA DE RETRIBUIÇÃO DAS FUNÇÕES COMISSIONADAS (FC)
Lei nº 11.416/2006, Anexo VIII e art. 18, § 3º, incluído pela Lei nº 12.774/2012

FUNÇÃO COMISSIONADA	VALOR (R$)
FC-6	3.072,36
FC-5	2.232,38
FC-4	1.939,89
FC-3	1.379,07
FC-2	1.185,05
FC-1	1.019,17

ANEXO IV

TABELA DE VENCIMENTOS DOS CARGOS EFETIVOS
Lei nº 13.317/2016, art. 2º, inciso VIII e respectivo Anexo II; Lei nº 11.416/2006, art. 13, § 1º, inciso VIII, incluído pela Lei nº 13.317/2016

CARREIRA	CLASSE - PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO (R$)	GAJ 140% (R$)	TOTAL (R$)
ANALISTA JUDICIÁRIO	C-13	7.792,30	10.909,22	18.701,52
	C-12	7.565,34	10.591,48	18.156,82
	C-11	7.344,99	10.282,99	17.627,98
	B-10	7.131,06	9.983,48	17.114,54
	B-09	6.923,36	9.692,70	16.616,06
	B-08	6.550,01	9.170,01	15.720,02
	B-07	6.359,23	8.902,92	15.262,15
	B-06	6.174,01	8.643,61	14.817,62
	A-05	5.994,18	8.391,85	14.386,03
	A-04	5.819,60	8.147,44	13.967,04
	A-03	5.505,76	7.708,06	13.213,82
	A-02	5.345,40	7.483,56	12.828,96
	A-01	5.189,71	7.265,59	12.455,30
TÉCNICO JUDICIÁRIO	C-13	4.749,33	6.649,06	11.398,39
	C-12	4.611,00	6.455,40	11.066,40
	C-11	4.476,70	6.267,38	10.744,08
	B-10	4.346,31	6.084,83	10.431,14
	B-09	4.219,71	5.907,59	10.127,30
	B-08	3.992,16	5.589,02	9.581,18
	B-07	3.875,88	5.426,23	9.302,11
	B-06	3.763,00	5.268,20	9.031,20
	A-05	3.653,40	5.114,76	8.768,16
	A-04	3.546,98	4.965,77	8.512,75
	A-03	3.355,71	4.697,99	8.053,70
	A-02	3.257,97	4.561,16	7.819,13
	A-01	3.163,07	4.428,30	7.591,37
AUXILIAR JUDICIÁRIO	C-13	2.812,73	3.937,82	6.750,55
	C-12	2.691,62	3.768,27	6.459,89
	C-11	2.575,71	3.605,99	6.181,70
	B-10	2.464,80	3.450,72	5.915,52
	B-09	2.358,65	3.302,11	5.660,76
	B-08	2.231,45	3.124,03	5.355,48
	B-07	2.135,37	2.989,52	5.124,89
	B-06	2.043,42	2.860,79	4.904,21
	A-05	1.955,42	2.737,59	4.693,01
	A-04	1.871,22	2.619,71	4.490,93
	A-03	1.770,31	2.478,43	4.248,74
	A-02	1.694,08	2.371,71	4.065,79
	A-01	1.621,12	2.269,57	3.890,69

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PORTARIA Nº 4.171, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO, no uso de suas atribuições, e considerando o que consta no PROAD nº 6107/2022, resolve:

Art. 1º. Criar a SECRETARIA DO JUÍZO AUXILIAR DE PRECATÓRIOS, vinculando-a ao Juízo Auxiliar de Precatórios;

Art. 2º. Vincular 1 (uma) função comissionada de ASSISTENTE-FC03, 1 (uma) função comissionada de ASSISTENTE-FC02 e 1 (um) cargo em comissão de DIRETOR DE SECRETARIA-CJ3 à SECRETARIA DO JUÍZO AUXILIAR DE PRECATÓRIOS, anteriormente vinculados ao JUÍZO AUXILIAR DE PRECATÓRIOS;

Art. 3º. Criar a DIVISÃO DE PRECATÓRIOS, vinculando-a à SECRETARIA DO JUÍZO AUXILIAR DE PRECATÓRIOS;

Art. 4º. Transformar parte do saldo orçamentário proveniente da opção do servidor pela retribuição do cargo efetivo (Resolução CSJT nº 335/2022) em 1 (um) cargo em comissão de CHEFE DE DIVISÃO-CJ1, vinculando-o à DIVISÃO DE PRECATÓRIOS;

Art. 5º. Vincular 4 (quatro) funções comissionadas de ASSISTENTE-FC02 à DIVISÃO DE PRECATÓRIOS, anteriormente vinculadas a SEÇÃO DE PRECATÓRIOS;

Art. 6º. Extinguir a função comissionada de ASSISTENTE-CHEFE DE SEÇÃO-FC04, vinculada à SEÇÃO DE PRECATÓRIOS;

Art. 7º. Extinguir a SEÇÃO DE PRECATÓRIOS, vinculada ao JUÍZO AUXILIAR DE PRECATÓRIOS;

Art. 8º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

ATO Nº 193, DE 24 DE AGOSTO DE 2022

A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO E. TRIBUNAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Art. 1º CRIAR um Cargo em Comissão de Assessor I, código TRT 9º CJ-1, lotando-o no Gabinete da Presidência.

Parágrafo único: Para a criação do cargo em comissão constantes no caput, será utilizado o valor de R$ 9.216,74 (nove mil, duzentos e dezesseis reais e setenta e quatro centavos) que, deduzido do montante de R$ 101.126,55 (cento e um mil, cento e vinte e seis reais e cinquenta e cinco centavos), remanescente do Ato 181/2022, resultará em saldo final de R$ 91.909,81 (noventa e um mil, novecentos e nove reais e oitenta e um centavos), que deverá ser levado em conta quando de novas criações/transformações de cargos em comissão, para fins de demonstração da inexistência de aumento de despesa (art. 24, parágrafo único, da Lei nº 11.416/2006).

Art. 2º Este Ato entra em vigor a partir da data da publicação.

ANA CAROLINA ZAINA

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

RESOLUÇÃO CFC Nº 1.673, DE 18 DE AGOSTO DE 2022

Dispõe sobre os critérios para a elaboração dos atos normativos de competência dos Conselhos de Contabilidade.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, e com fundamento no Decreto Federal nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos os critérios para a elaboração e a uniformização dos atos normativos dos Conselhos de Contabilidade, sob os seguintes termos:

I - Resolução;

II - Portaria;

III - Instrução Normativa;

IV - Deliberação;

V - Norma Brasileira de Contabilidade (NBC); e

VI - Súmula.

Art. 2º Na elaboração de atos normativos:

I - as disposições serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica;

II - o ato normativo não conterá matéria diversa ou estranha ao objeto que se pretende regulamentar, não vinculada a ele por pertinência ou conexão;

III - o âmbito de aplicação do ato normativo será estabelecido de forma tão específica quanto o possibilite o conhecimento técnico ou científico da área respectiva;

IV - o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma norma, exceto quando a subsequente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa.

Art. 3º RESOLUÇÃO é o ato de competência exclusiva do Plenário dos Conselhos de Contabilidade para disciplinar matérias que compõem suas atribuições legais e regimentais de caráter normativo, tais como:

I - regimento interno e suas alterações;

II - aprovação do orçamento e autorização para abertura de créditos adicionais;

III - operações referentes à aquisição;

IV - operações de crédito;

V - baixa de bens móveis; e

VI - disposições de atos normativos que regulam as atividades dos Conselhos e que possuem conotação e alcance externo.

§ 1º As disposições de matérias relacionadas ao Registro e à Fiscalização constituem iniciativa privativa do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

§ 2º Em caráter excepcional, configurados os requisitos de urgência e necessidade, poderá o presidente aprovar a resolução "ad referendum" do Plenário, observadas as disposições regimentais para a aprovação da matéria.

§ 3º As resoluções editadas pelo Conselho de Contabilidade devem conter ementa com o resumo do tema central ou a finalidade principal do ato.

§ 4º O ato normativo de que trata o § 3º deverá ser publicado no Diário Oficial da União (DOU) ou no Diário Oficial do Estado (DOE).

Art. 4º PORTARIA é o ato de competência exclusiva do presidente do Conselho de Contabilidade, de caráter interno, para disciplinar matérias que compõem suas atribuições regimentais.

§ 1º As portarias se classificam em Normativas e de Pessoal:

I - as portarias normativas terão numeração sequencial e serão precedidas das abreviaturas PRES CFC ou PRES CRC para disciplinar atividades relacionadas a:

a) abertura de créditos adicionais aprovados em resolução;

b) instituição de comissões especiais, grupos de trabalho e assessorias especiais;

c) aprovação do seu quadro de pessoal;

d) fixação de salários e gratificações, promoções;

e) autorização da contratação de serviços especiais;

f) contratação e exoneração de empregados em regime de cargo de livre provimento;

g) concessão de gratificações e definição do Regulamento de Pessoal e do Manual de Políticas;

h) promoção de abertura e movimentação de contas bancárias em conjunto com empregado especialmente designado para tal fim, podendo delegar tais atribuições a um vice-presidente;

i) delegação de competência, definindo e estabelecendo a corresponsabilidade de gestão; e

j) designação, mediante portaria, de um vice-presidente para substituí-lo nas suas ausências e impedimentos, especialmente, quando se ausentar do país;

II - as portarias de pessoal são atos referentes a agentes públicos nominalmente identificados, a fim de transmitir prescrições sobre as atividades de serviços referentes à instituição/ao departamento.

§ 2º Serão designadas, na epígrafe, com a denominação PORTARIA CFC ou PORTARIA CRC.

§ 3º As portarias de pessoal terão numeração distinta, que se iniciará a cada ano, não conterão ementa e são reservadas a disciplinar atos de pessoal e de terceiros em colaboração com o Conselho de Contabilidade respectivo.

§ 4º As portarias de pessoal destinam-se a:

I - nomear integrantes de comissão e de grupos de trabalho;

II - dispor sobre atividades de pessoal, relação do trabalho e nomeações em geral;

III - aplicar penalidades disciplinares.

Art. 5º INSTRUÇÃO NORMATIVA é o ato destinado a estabelecer diretrizes, normatizar métodos e procedimentos, com o objetivo de orientar os integrantes dos Conselhos de Contabilidade no desempenho de suas atribuições.

Art. 6º DELIBERAÇÃO é o ato de competência exclusiva do Plenário, que visa instrumentar e enunciar decisões do colegiado em casos concretos, tais como:

I - aprovação dos balancetes mensais;

II - aprovação dos processos de prestações de contas;

III - concessão de licença a conselheiros;

IV - suspensão de decisão do Plenário;

V - solução de dúvidas arguidas pelos Conselhos Regionais;

VI - autorização, em cada caso, de operação referente à aquisição e à alienação de bens imóveis, às operações de crédito e à baixa de bens móveis;

VII - julgamento dos recursos das decisões dos Conselhos Regionais;

VIII - imposição de penalidades aos presidentes e aos membros dos Conselhos de Contabilidade;

IX - homologação de atos praticados pelos Conselhos Regionais, nos casos de previsão; e

X - decisões do Plenário que não obriguem a edição de resolução ou de portaria.

§ 1º O presidente poderá suspender a decisão do Plenário que julgar inconveniente ou contrária aos interesses da profissão ou da instituição, mediante ato fundamentado.

§ 2º Constitui prerrogativa do presidente aprovar atos de competência do Plenário, "ad referendum" deste, em matéria que, por sua urgência, reclame disciplina ou decisão imediata.

Art. 7º NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE (NBC) é um ato de competência exclusiva do Plenário do Conselho Federal de Contabilidade, que se destina à regulamentação de matérias de natureza técnica e de conduta profissional.

§ 1º As Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) classificam-se em Profissionais e Técnicas e compreendem:

I - normas em sentido estrito;

II - interpretações; e

III - comunicados técnicos.

§ 2º As NBCs devem ser redigidas com clareza, precisão, com publicação na íntegra, e suas alterações, por meio de extratos no Diário Oficial.

§ 3º As NBCs alteradas devem ser publicadas de forma consolidada.

§ 4º Em caráter excepcional, configurados os requisitos de urgência e necessidade, poderá o presidente do Conselho Federal de Contabilidade aprovar "ad referendum" do Plenário, observadas as disposições regimentais para a aprovação da matéria.

Art. 8º SÚMULA é o ato de competência exclusiva do Plenário do Conselho de Contabilidade, relacionado ao pronunciamento de interpretação adotada a respeito de um tema específico, a partir do julgamento reiterado de casos análogos, com a finalidade de promover a uniformidade das suas decisões.

Art. 9º As resoluções, as NBCs e os enunciados de súmulas serão numerados em série específica, seguidamente, sem renovação anual.

§ 1º As deliberações terão a numeração renovada anualmente.

§ 2º A Portaria PRES CFC e a Portaria PRES CRC terão a numeração sequencial.

§ 3º As deliberações e portarias não necessitam de publicação no Diário Oficial, exceto nos casos de previsão expressa.

Art. 10. A elaboração técnica dos atos de que trata esta resolução observará, além de outros que poderão estar regulamentados em resolução específica, os seguintes preceitos:

I - para a formatação dos atos, deverá ser observado o disposto no Manual de Redação e de Elaboração dos Atos Normativos do Sistema CFC/CRCs;

II - nenhum ato será redigido sem prévio levantamento dos anteriores que tratam do mesmo assunto;

III - quando ao ato anterior o novo trouxer alteração considerável, aquele será expressamente revogado, consolidando-se, neste último, todas as disposições sobre a matéria; e

IV - após a aprovação, o ato será numerado, datado e assinado e arquivado pela ordem numérica.

Art. 11. Esta resolução entra em vigor no dia 1º de setembro de 2022.

Art. 12. Ficam revogadas as Resoluções CFC nos 1.442/2013 e 1.482/2015, publicadas no Diário Oficial da União, em 25/4/2013 e 22/5/2015.

Aprovada na 1.089ª Reunião Plenária do CFC, realizada em 18 de agosto de 2022

AÉCIO PRADO DANTAS JÚNIOR
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO CFC Nº 1.675, DE 18 DE AGOSTO DE 2022

Altera o parágrafo único do art. 8º da Resolução CFC nº 1589, de 19 de março de 2020.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Art. 1º O parágrafo único do art. 8º da Resolução CFC nº 1.589, de 19 de março de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 8º (...)

Parágrafo único. Os procedimentos de apuração de denúncia ou de representação somente poderão ser suspensos nos casos em que houver investigação ou procedimento judicial que interfiram no exame da matéria, mediante expressa determinação judicial.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Aprovada na 1.089ª Reunião Plenária do CFC, realizada em 18 de agosto de 2022.

AÉCIO PRADO DANTAS JÚNIOR
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE RONDÔNIA

DECISÃO COREN-RO Nº 74, DE 16 DE AGOSTO DE 2022

Autoriza "AD REFERENDUM" do Plenário a Abertura de Créditos Adicionais Suplementares ao Orçamento do COREN-RO para o exercício de 2022, no valor de R$ 217.116,21.

O Presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Estado de Rondônia, no uso de suas competências e atribuições legais e regimentais;

Considerando a Lei 5.905 de 12 de julho de 1.973;

Considerando o constante do capítulo V - Dos Créditos Adicionais - artigos 40 a 46, e seus parágrafos e incisos, da Lei 4.320/64;

Considerando a necessidade de adequar o Orçamento para o corrente exercício às novas políticas da administração, suplementando algumas dotações orçamentárias, para suporte das despesas que serão ordenadas;

Considerando a urgência na adoção de providências na esfera orçamentária e financeira;

Considerando o inciso I, do art. 4º, da Decisão Coren-RO nº 154, de 19 de outubro de 2022;, decide:

"Ad Referendum" do Plenário

Art. 1º Autorizar a Abertura de Créditos Adicionais Suplementares no valor de R$ 217.116,21 (Duzentos e dezessete mil, cento e dezesseis reais vinte um centavos), no orçamento do Coren-RO.

Art. 2º Os recursos existentes disponíveis para ocorrer à cobertura dos créditos alterados são os provenientes de:

a) Anulação parcial de despesas no valor R$ 217.116,21 (Duzentos e dezessete mil, cento e dezesseis reais vinte um centavos), nos termos preceituados no art. 43, parágrafo 1º, inciso III da Lei n. 4.320/1964.

Art. 3º Ficam fazendo parte integrante da presente Decisão o quadro demonstrativo da Despesa modificada em anexo a presente decisão.

Art. 4º O valor do orçamento para o exercício corrente, em face da alteração ora aprovada, permanecerá no valor de R$ 5.662.018,39 (cinco milhões seiscentos e sessenta e dois mil dezoito reais trinta e nove centavos).

Art. 5º. A presente Decisão produzirá efeitos na data de sua assinatura.

MANOEL CARLOS NERI DA SILVA

Obs.: A presente decisão foi homologada na 92ª reunião ordinária de plenário, em 29/08/2022.

ANEXO

Quadro Geral da 5ª Reformulação do Coren-RO:

RUBRICA	CONTA	Dot. Atual R$	REDUÇÃO R$	AUMENTO R$	Saldo Final R$
6.2.2.1.1.01.31. 90.008.006	Auxílio Saúde aos Servidores	R$3.600,00	R$3.600,00	R$ -	R$ -
6.2.2.1.1.01.31. 90.011.001	Vencimentos e Salários	R$ 0,01	R$ -	R$ 15.035,10	R$ 15.035,11
6.2.2.1.1.01.31. 90.011.014	Gratificação Por Exercício de Cargos e Funções	R$8.500,00	R$8.500,00	R$ -	R$ -
6.2.2.1.1.01.33. 90.014.001	Diárias Pessoal Civil	R$7.671,31	R$ -	R$ 37.328,69	R$ 45.000,00
6.2.2.1.1.01.33. 90.014.003	Diárias Eventuais	R$4.963,40	R$ -	R$ 5.036,60	R$ 10.000,00
6.2.2.1.1.01.33. 90.014.004	Diárias a Conselheiros	R$8.906,92	R$ -	R$ 36.093,08	R$ 45.000,00
6.2.2.1.1.01.33. 90.030.006	Gêneros Alimentícios	R$ 370,40	R$ -	R$ 5.000,00	R$ 5.370,40
6.2.2.1.1.01.33. 90.030.022	Material de Limpeza e Prod. De Higienização	R$9.700,80	R$ -	R$ 6.000,00	R$ 15.700,80
6.2.2.1.1.01.33. 90.030.039	Material para Manutenção de Veículos	R$26.886,22	R$ 26.886,22	R$ -	R$ -
6.2.2.1.1.01.33. 90.033.001	Passagens Aéreas	R$50.000,00	R$50.000,00	R$ -	R$ -
6.2.2.1.1.01.33. 90.033.002	Passagens Rodoviárias	R$ -	R$ -	R$ 5.000,00	R$ 5.000,00
6.2.2.1.1.01.33. 90.036.011	Manutenção e Conservação	R$ 0,01	R$ -	R$ 53.772,44	R$ 53.772,45
6.2.2.1.1.01.33. 90.039.001	Serviços Terceirizados - Pessoas Jurídicas	R$ 70.296,01	R$ -	R$ 2.427,96	R$ 72.723,97
6.2.2.1.1.01.33. 90.039.002.003	Correspondência e Cobrança	R$20.000,00	R$20.000,00	R$ -	R$ -
6.2.2.1.1.01.33. 90.039.002.0012.001	Locação de Bens Imóveis	R$ 9.731,25	R$ -	R$ 5.268,75	R$ 15.000,00
6.2.2.1.1.01.33. 90.039.002.015	Manutenção e Conservação de Bens Móveis e Imóveis/Instalações	R$26.282,75	R$26.282,75	R$ -	R$ -
6.2.2.1.1.01.33. 90.039.002.016.001	Palestras, Cursos e Capacitação	R$ 30.000,00	R$ 30.000,00	R$ -	R$ -
6.2.2.1.1.01.33. 90.039.002.022	Serviços Médico-Hospitalar, Odontol. e Laboratoriais	R$9.253,50	R$ -	R$ 20.746,50	R$ 30.000,00
6.2.2.1.1.01.33. 90.039.002.027	Congresso Brasileiro dos Conselhos de Enfermagem - CBCENF	R$10.000,00	R$ -	R$ 2.000,00	R$ 12.000,00
6.2.2.1.1.01.33. 90.039.002.044	Seleção e Treinamento	R$ 118.719,69	R$ 118.719,69	R$ -	R$ -
6.2.2.1.1.01.33. 90.046.001	Auxilio Alimentação/Refeição	R$ 6.120,00	R$ 6.120,00	R$ -	R$ -
6.2.2.1.1.01.33. 90.049.001	Auxilio Transporte	R$ 6.182,04	R$ 6.182,04	R$ -	R$ -
6.2.2.1.1.01.33. 90.093.001.001	Auxílio Representação	R$ 23.593,10	R$ -	R$ 116.406,90	R$ 140.000,00
6.2.2.1.1.01.33. 90.093.001.002	Jetons e Gratificações a Conselheiros	R$ 15.000,00	R$ 15.000,00	R$ -	R$ -
6.2.2.1.1.01.33. 90.093.002.004	Restituição de Convênios	R$ 825,31	R$ 825,31	R$ -	R$ -
6.2.2.1.1.02.44. 90.052.001	Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto (Aparelhos e Equipamentos de Comunicação)	R$ 12.000,01	R$ -	R$ 1.999,99	R$ 14.000,00
TOTAL		478.602,73	312.116,01	312.116,01	478.602,73

MANOEL CARLOS NERI DA SILVA
Presidente do Conselho

RÉGIS ANDRÉ GEORG
Secretário

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 2ª REGIÃO

ACÓRDÃO Nº 211, DE 1º DE SETEMBRO DE 2022

PROCESSO ÉTICO DISCIPLINAR Nº 15/2022
EMENTA: NÃO TRATAR COLEGA FISIOTERAPEUTA COM EDUCAÇÃO E URBANIDADE. ARQUIVAMENTO

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo ético disciplinar acima epigrafado, em que é representada a profissional fisioterapeuta C.F.F.M. adotado o voto do Conselheiro Relator e a motivação constante da ata de julgamento, que passa a fazer parte do presente: "ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-2, por maioria, pela procedência do arquivamento da representação". Fica designado para elaboração do Acórdão o Conselheiro-Relator Dr. Clailson Henriques de Almeida Farias.

A sessão de julgamento teve a presença da Dra. Denise Flávio de Carvalho Botelho Lima; Dr. Carlos Roberto Pinto Pereira; Dr. Raphael Correia Caetano; Dr. Clailson Henriques de Almeida Farias; Dr. Leonardo Brito de Oliveira; Dr. Rubens Guimarães Mendonça; Simone Ferreira do Nascimento; Dr. Wagner Gomes Bezerra.

CLAILSON HENRIQUES DE ALMEIDA FARIAS
Conselheiro-Relator designado para Acórdão

ACÓRDÃO Nº 212, DE 1º DE SETEMBRO DE 2022

PROCESSO ÉTICO DISCIPLINAR Nº 17/2022
EMENTA: MANIFESTAR-SE DE FORMA DEPRECIATIVA CONTRA ÓRGÃO OU ENTIDADE DE CLASSE. MULTA DE UMA ANUIDADE

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo ético disciplinar acima epigrafado, em que é representada a profissional fisioterapeuta T.C.P.D.O. adotado o voto do Conselheiro Relator e a motivação constante da ata de julgamento, que passa a fazer parte do presente: "ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-2, por unanimidade, pela procedência da representação com aplicação da penalidade de multa de uma anuidade". Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro-Relator Dr. Clailson Henriques de Almeida Farias.

A sessão de julgamento teve a presença da Dra. Denise Flávio de Carvalho Botelho Lima; Dr. Carlos Roberto Pinto Pereira; Dr. Raphael Correia Caetano; Dr. Clailson Henriques de Almeida Farias; Dr. Leonardo Brito de Oliveira; Dr. Rubens Guimarães Mendonça; Simone Ferreira do Nascimento; Dr. Wagner Gomes Bezerra.

CLAILSON HENRIQUES DE ALMEIDA FARIAS
Conselheiro-Relator designado para Acórdão

ACÓRDÃO Nº 213, DE 1º DE SETEMBRO DE 2022

PROCESSO ÉTICO DISCIPLINAR Nº 27/2022
EMENTA: POSTAGEM INDEVIDA EM REDE SOCIAL. DENEGRIR IMAGEM DE COLEGAS E DA AUTARQUIA. MULTA DE UMA ANUIDADE

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo ético disciplinar acima epigrafado, em que é representado o profissional fisioterapeuta D.S.R.P. adotado o voto do Conselheiro Relator e a motivação constante da ata de julgamento, que passa a fazer parte do presente: "ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-2, por unanimidade, pela procedência da representação com aplicação da penalidade de multa de uma anuidade". Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro-Relator Dr. Clailson Henriques de Almeida Farias.

A sessão de julgamento teve a presença da Dra. Denise Flávio de Carvalho Botelho Lima; Dr. Carlos Roberto Pinto Pereira; Dr. Raphael Correia Caetano; Dr. Clailson Henriques de Almeida Farias; Dr. Leonardo Brito de Oliveira; Dr. Rubens Guimarães Mendonça; Simone Ferreira do Nascimento; Dr. Wagner Gomes Bezerra.

CLAILSON HENRIQUES DE ALMEIDA FARIAS
Conselheiro-Relator designado para Acórdão

ACÓRDÃO Nº 214, DE 1º DE SETEMBRO DE 2022

PROCESSO ÉTICO DISCIPLINAR Nº 30/2022
EMENTA: SEM PORTE DE IDENTIDADE PROFISSIONAL. PRONTUÁRIO INADEQUADO. CONCORRER PARA EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO. MULTA DE UMA ANUIDADE

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo ético disciplinar acima epigrafado, em que é representado o profissional fisioterapeuta M.P.A. adotado o voto do Conselheiro Relator e a motivação constante da ata de julgamento, que passa a fazer parte do presente: "ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-2, por unanimidade, pela procedência da representação com aplicação da penalidade de multa de uma anuidade". Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro-Relator Dr. Carlos Roberto Pinto Pereira.

A sessão de julgamento teve a presença da Dra. Denise Flávio de Carvalho Botelho Lima; Dr. Carlos Roberto Pinto Pereira; Dr. Raphael Correia Caetano; Dr. Clailson Henriques de Almeida Farias; Dr. Leonardo Brito de Oliveira; Dr. Rubens Guimarães Mendonça; Simone Ferreira do Nascimento; Dr. Wagner Gomes Bezerra.

CARLOS ROBERTO PINTO PEREIRA
Conselheiro-Relator designado para Acórdão

ACÓRDÃO Nº 215, DE 1º DE SETEMBRO DE 2022

PROCESSO ÉTICO DISCIPLINAR Nº 32/2022
EMENTA: DIVULGAÇÃO EM REDE SOCIAL INCOMPATÍVEL COM RESOLUÇÃO COFFITO 424/2013. ARQUIVAMENTO

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo ético disciplinar acima epigrafado, em que é representada a profissional fisioterapeuta M.G.G.P. adotado o voto do Conselheiro Relator e a motivação constante da ata de julgamento, que passa a fazer parte do presente: "ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-2, por unanimidade, pela procedência do arquivamento da representação". Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro-Relator Dr. Leonardo Brito de Oliveira.

A sessão de julgamento teve a presença da Dra. Denise Flávio de Carvalho Botelho Lima; Dr. Carlos Roberto Pinto Pereira; Dr. Raphael Correia Caetano; Dr. Clailson Henriques de Almeida Farias; Dr. Leonardo Brito de Oliveira; Dr. Rubens Guimarães Mendonça; Simone Ferreira do Nascimento; Dr. Wagner Gomes Bezerra.

LEONARDO BRITO DE OLIVEIRA
Conselheiro-Relator designado para Acórdão

ACÓRDÃO Nº 216, DE 1º DE SETEMBRO DE 2022

PROCESSO ÉTICO DISCIPLINAR Nº 34/2022
EMENTA: CONCORRER COM EXERCÍCIO ILEGAL. ESTÁGIO IRREGULAR. ARQUIVAMENTO

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo ético disciplinar acima epigrafado, em que é representado o profissional fisioterapeuta P.P.M.A.F. adotado o voto do Conselheiro Relator e a motivação constante da ata de julgamento, que passa a fazer parte do presente: "ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-2, por unanimidade, pela procedência do arquivamento da representação". Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro-Relator Dr. Leonardo Brito de Oliveira.

A sessão de julgamento teve a presença da Dra. Denise Flávio de Carvalho Botelho Lima; Dr. Carlos Roberto Pinto Pereira; Dr. Raphael Correia Caetano; Dr. Clailson Henriques de Almeida Farias; Dr. Leonardo Brito de Oliveira; Dr. Rubens Guimarães Mendonça; Simone Ferreira do Nascimento; Dr. Wagner Gomes Bezerra.

LEONARDO BRITO DE OLIVEIRA.
Conselheiro-Relator designado para Acórdão

ACÓRDÃO Nº 217, DE 1º DE SETEMBRO DE 2022

PROCESSO ÉTICO DISCIPLINAR Nº 35/2022
EMENTA: CONCORRER COM EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO DE TERAPIA OCUPACIONAL. ARQUIVAMENTO

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo ético disciplinar acima epigrafado, em que é representada a profissional fisioterapeuta R.M.M.S adotado o voto da Conselheira Relatora e a motivação constante da ata de julgamento, que passa a fazer parte do presente: "ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-2, por unanimidade, pela procedência do arquivamento da representação". Fica designada para elaboração do acórdão a Conselheira-relatora Dra. Simone Ferreira do Nascimento.

A sessão de julgamento teve a presença da Dra. Denise Flávio de Carvalho Botelho Lima; Dr. Carlos Roberto Pinto Pereira; Dr. Leonardo Brito de Oliveira; Dr. Raphael Correia Caetano; Dr. Rubens Guimarães Mendonça; Dr. Wagner Gomes Bezerra; João Carlos Magalhães e Simone Ferreira do Nascimento.

SIMONE FERREIRA DO NASCIMENTO
Conselheira-Relatora designada para Acórdão

ACÓRDÃO Nº 218, DE 1º DE SETEMBRO DE 2022

PROCESSO ÉTICO DISCIPLINAR Nº 41/2022
EMENTA: SEM REGISTRO DE EMPRESA. MULTA DE UMA ANUIDADE

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo ético disciplinar acima epigrafado, em que é representado o profissional fisioterapeuta F.L.S.L. adotado o voto da Conselheira Relatora e a motivação constante da ata de julgamento, que passa a fazer parte do presente: "ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-2, por unanimidade, pela procedência da representação com aplicação da penalidade de multa de uma anuidade". Fica designada para elaboração do acórdão a Conselheira-Relatora Dra. Simone Ferreira do Nascimento.

A sessão de julgamento teve a presença da Dra. Denise Flávio de Carvalho Botelho Lima; Dr. Carlos Roberto Pinto Pereira; Dr. Leonardo Brito de Oliveira; Dr. Raphael Correia Caetano; Dr. Rubens Guimarães Mendonça; Dr. Wagner Gomes Bezerra; João Carlos Magalhães e Simone Ferreira do Nascimento.

SIMONE FERREIRA DO NASCIMENTO
Conselheira-Relatora designada para Acórdão

